

# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XIX — Nº 2

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 3 DE JANEIRO DE 1964

## SENADO FEDERAL

### ATA DA 10ª REUNIÃO, EM 2 DE JANEIRO DE 1964 — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA.

#### PRESIDENCIA DO SR. CATTETE PINHEIRO:

As 15 horas acham-se presentes os Srs. Senadores:

Zacharias de Assumpção — Cattete Pinheiro — Sebastião Archer — Joaquim Parente e Bezerra Neto (5).

#### O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 5 Srs. Senadores. Não há número para abertura da sessão.

Vou encerrar a presente reunião designando para a próxima sessão, a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

##### TRABALHOS DE COMISSÕES

Encerra-se a reunião as 15 horas e 5 minutos.

#### Expediente Despachado

Mensagens do Sr. Presidente da República:

Nº 1-64 (número de origem 433-63) de 20 de dezembro de 1963 — Restitui dois dos autógrafos do Projeto (nº 569-B-59 na Câmara e nº 89-63 no Senado) que, sancionado, se transformou na Lei nº 4.296 de 20 de dezembro de 1963, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Prefeitura Municipal de Aquidauana Estado de Mato Grosso;

Nº 2-64 (número de origem 435-63) de 23-12-63 — Agradece a comunicação referente à manutenção de veto presidencial ao Projeto de Lei (número 2.643-61 na Câmara e nº 152 de 1963 no Senado) que reestrutura a Universidade de Pará, cria cargos na Universidade de Alagoas e dá outras providências.

Nº 3-64 (número de origem 434-63) de 23-12-63 — Agradece a demessa de um dos autógrafos Decreto Legislativo nº 31, de 1963;

Nº 4-64 (número de origem 437-63) de 23-12-63 — Agradece a remessa de um dos autógrafos do Decreto Legislativo nº 32-63;

Nº 5-64 (número de origem 438 de 1963) de 23-12-63 — Agradece a remessa de um dos autógrafos do Decreto Legislativo nº 33-63;

Nº 6-64 (número de origem 439 de 1963), de 23-12-63 — Agradece a re-

messagem de um dos autógrafos do Decreto Legislativo nº 34-63;

Nº 7-64 (número de origem 440-63) de 23-12-63 — Agradece a remessa de um dos autógrafos do Decreto Legislativo nº 35-63;

Nº 8-63 (número de origem 441-63) de 23-12-63 — Agradece a remessa de um dos autógrafos do Decreto Legislativo nº 36-63;

Nº 9-64 (número de origem 450-63) de 23-12-63 — Restitui dois dos autógrafos do Projeto (nº 1.414 de 1963 na Câmara e nº 143-63 no Senado) que, sancionado, se transformou na Lei nº 4.303 de 23 de dezembro de 1963, que altera o art. 2º da Lei nº 1.506, de 19 de dezembro de 1951;

Nº 10-64 (número de origem 451 de 1963), de 23 de dezembro de 1963 — Restitui dois dos autógrafos do Projeto número 399-B-63, na Câmara e nº 107-63 no Senado) que, sancionado, se transformou na Lei número 4.304, de 23 de dezembro de 1963, que autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério de Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 130.000.000,00, para o prosseguimento das obras do Aeroporto de Jumbá;

Nº 11-64 (número de origem 452 de 1963), de 23 de dezembro de 1963 — Restitui dois dos autógrafos do Projeto (nº 2.725-B-61 na Câmara e nº 128-63 no Senado), que, sancionado, se transformou na Lei número 4.305, de 23 de dezembro de 1963, que institui normas para aplicação de créditos orçamentários e adicionais destinados aos programas e projetos vinculados ao Ponto IV, do Governo dos Estados Unidos da América do Norte;

Nº 12-64 (número de origem 453 de 1963) de 23 de dezembro de 1963 — Restitui dois dos autógrafos do Projeto (nº 4.875-B-62, na Câmara e nº 139-63 no Senado) que, sancionado, se transformou na Lei nº 4.306, de 23 de dezembro de 1963 que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 8.250.000.000,00, para o fim que especifica;

Nº 13-64 (número de origem 454 de 1963) de 23 de dezembro de 1963 — Restitui dois dos autógrafos do Projeto (nº 3.805-B-62, na Câmara e nº 142-63 no Senado) que, sancionado, se transformou na Lei nº 4.307 de 23 de dezembro de 1963, que federaliza a Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL) e dá outras providências;

Nº 14-64 (número de origem 455 de 1963), de 23 de dezembro de 1963 — Restitui dois dos autógrafos do Projeto (nº 524-B-63 na Câmara e nú-

mero 125-63 no Senado) que, sancionado se transformou na Lei nº 4.310, de 23 de dezembro de 1963, que autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas do crédito especial de Cr\$ 3.000.000.000,00 para execução de obras e serviços de Adutora do Rio das Velhas, em Belo Horizonte;

Nº 15-64 (número de origem 456 de 1963), de 23 de dezembro de 1963 — Restitui dois dos autógrafos do Projeto (nº 405-B-63, na Câmara e nº 134-63 no Senado) que, sancionado, se transformou na Lei nº 4.311, de 23 de novembro de 1963, que autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 85.000.000,00 para construção de rede de abastecimento d'água, em cidades do Estado de Santa Catarina;

Nº 16-64 (nº de origem 457-63), de 23-12-63 — Restitui dois dos autógrafos do Projeto (nº 902-B-63, na Câmara e nº 133-63, no Senado), que, sancionado, se transformou no Projeto na Lei nº 4.313, de 23 de dezembro de 1963, que dá nova discriminação às rodovias BR-55 e BR-66, do Plano Rodoviário Nacional;

Nº 17-64 (nº de origem 458-63), de 23-12-63 — Restitui dois dos autógrafos de Projeto (nº 4.136-B-62, na Câmara e nº 117-63, no Senado), que, sancionado, se transformou na Lei nº 4.312, de 23-12-63, que concede pensão especial de Cr\$ 30.000,00 à Senhora Ana de Oliveira Almeida Gonçalves, viúva do Professor Archimedes de Siqueira Gonçalves;

Nº 18-64 (nº de origem 459-63), de 23-12-63 — Restitui dois dos autógrafos de Projeto (nº 4.904-B-63, na Câmara e nº 123-63 no Senado) que, sancionado, se transformou na Lei número 4.314, de 23-12-63, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, e crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00, a fim de atender às populações do Médio Superior de São Francisco, no Estado de Minas Gerais, atingidas por inundações;

Nº 19-64 (nº de origem 460-63), de 23-12-63 — Restitui dois dos autógrafos do Projeto (nº 393-A-63 na Câmara e nº 129-63 no Senado) que, sancionado, se transformou na Lei nº 4.308, de 23-12-63, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 11.000.000,00, em favor da Prefeitura Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, em um crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para acorrer aos prejuízos causados pelas enchentes verificadas no Estado do Rio Grande do Sul;

Nº 20-64 (nº de origem 461-63), de 23-12-63 — Restitui dois dos autó-

grafos do Projeto (nº 89-B-63, na Câmara e nº 131-63 no Senado) que, sancionado, se transformou na Lei nº 4.309, de 23-12-63, que prevê sobre a rescisão de concessão dos portos do Rio Grande do Sul e dá outras providências;

Nº 21-64 (nº 472-63 de origem), de 23-12-63 — Restitui dois dos autógrafos do Projeto (nº 4.087-62 na Câmara e nº 138-63 no Senado) que, sancionado, se transformou na Lei nº 4.316, de 23-12-63, que autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 600.000.000,00, em favor do Estado da Guanabara, destinado aos festejos comemorativos do quadricentenário da Cidade do Rio de Janeiro, a realizar-se em 1965;

Nº 22-64 (nº de origem 473-63, de 23-12-63) — Restitui dois dos autógrafos do Projeto (nº 2.877-C-61, na Câmara e nº 135-63, no Senado) que, sancionado, se transformou na Lei nº 4.317, de 23-12-63, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 125.000.000,00, a fim de atender aos agricultores e entidades aos municípios atingidos por violento temporal e chuva de granizo, no R. G. do Sul.

#### DIRETORIA DAS COMISSÕES

Comissão especial incumbida de estudar as causas que dificultam a produção agropecuária e suas repercussões negativas em nossas exportações.

#### 15ª REUNIÃO, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 1963

As quatorze horas e trinta e cinco minutos, do dia vinte e sete de novembro de mil novecentos e sessenta e três, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores José Ernirio, Presidente, Lopes da Costa, José Feliciano, Júlio Leite e Atílio Fontana, reúne-se a Comissão Especial, incumbida de estudar as causas que dificultam a produção agropecuária e suas repercussões negativas em nossas exportações. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Sigefredo Pacheco, Vice-Presidente, Aurélio Viaana, Relator. Havendo número legal o Senhor Presidente declara aberta a Sessão, na qual é ouvido o Sr. Dr. Boaventura Farina, Diretor do Sindicato dos Moageiros do Estado de São Pau-

lo, que faz longa exposição sobre o trigo naquele Estado da Federação, conforme notas taquigráficas abaixo

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

(Presidente — Senador José Ermírio)

O SR. PRESIDENTE — Temos a satisfação de ouvir o Sr. Boaventura Farina, Diretor do Sindicato da Indústria de Trigo do Estado de São Paulo. Sabemos que S. Sa. tem conhecimentos valiosos, que poderão esclarecer esta Comissão. S. Sa. poderá relatar suas experiências, dar as sugestões para que se realize dentro de pouco tempo a independência do Brasil no setor da importação do trigo.

Com a palavra o Senhor Boaventura Farina.

O SR. BOAVENTURA FARINA — Sr. Presidente, Srs. Senadores aqui presentes, eu me permitirei uma rápida exposição sobre o problema triticícola no Brasil, porque tenho conhecimento que sobre o assunto esta Comissão já teve oportunidade de ouvir representantes de outros Estados do Brasil, e seria magoante a repetição de aspectos conhecidos. Por isso, desde já, ponho-me à inteira disposição da Comissão para responder a todas as questões e prestar todos os esclarecimentos julgados necessários para contribuir na solução desse grave problema.

Devo de pronto declarar que a situação do trigo no País e da indústria de moagem é, no meu entender grave, sob todos os dois aspectos e cabe única e exclusivamente à má orientação do Poder Público. Justifico a afirmativa: no que diz respeito à produção agrícola, o descaço do Poder Público...

O SR. PRESIDENTE — Neste caso, V. Sa. considera que o Poder Público é o Ministério da Agricultura?

O SR. BOAVENTURA FARINA — Digo o Governo Federal, em todas as suas repartições relacionadas com a triticultura nacional.

O SR. PRESIDENTE — Inclusive o Instituto de Pesquisa Agrotécnicas do Sul? Sei que esse órgão realiza trabalho notável.

O SR. BOAVENTURA FARINA — Gostaria de responder o que ouvi a respeito do então Governador Leonel Brazzola sobre o Instituto do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE — Agora ou há tempos?

O SR. BOAVENTURA FARINA — Quando o hoje Deputado era Governador.

O SR. PRESIDENTE — Hoje muito.

O SR. BOAVENTURA FARINA — Já na ocasião as providências tomadas eram mercedoras de elogios.

Refiro-me, portanto, especificamente, se V. Exa. assim o desejar, ao Ministério da Agricultura nas suas gestões anteriores.

É do conhecimento de V. Exa. e desta Comissão que o Brasil, segundo estimativas efetuadas pelo Serviço de Expansão do Trigo, produziu em 1957, 800.000 toneladas de trigo nacional, vindo esta importância diminuindo para atingir em 1961 a menos de 300.000 toneladas. Esses números, no meu entender, indicam a omissão do Poder Público na solução desse problema de real interesse para a economia do País, que é o fomento à triticultura nacional.

O Ministério da Agricultura, por um serviço criado por ato especial da Presidência da República, se não me falha a memória em 1945, recebeu uma repartição denominada Serviço de Expansão do Trigo. Se for examinado esse diploma legal, verificar-se-á que esse serviço tinha como finalidade precípua fomentar a produção do trigo nacional. Em verda-

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO: MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO: FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional BRASÍLIA

ASSINATURAS

Table with columns: REPARTIÇÕES E PARTICULARES, FUNCIONARIOS, Capital e Interior, Semestre, Ano, Exterior, Ano. Values include Cr\$ 50,00, Cr\$ 96,00, Cr\$ 136,00, Cr\$ 39,00, Cr\$ 76,00, Cr\$ 108,00.

— Excetadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

de, porém, a atuação e ação dessa repartição no Ministério da Agricultura cingiu-se praticamente a fiscalizar e a dificultar a comercialização e a industrialização do trigo no País. Disse dificultar a ação do comércio, da indústria, da moagem do trigo no País, porque, se hoje pegarmos um quadro onde estejam anotadas a capacidade de moagem do País em confronto com a capacidade de consumo do nosso povo, verificaremos que essa indústria possui maquinaria capaz de moer quatro vezes mais, pelo menos.

O SR. BOAVENTURA FARINA — No máximo. Existe um diploma legal que dividiu o País, para efeito de distribuição do trigo, em zonas geoeconômicas, outorgando a essas regiões uma quantidade de trigo de acordo com a capacidade de consumo do povo o que também reflete uma má orientação do Poder Público, porquanto nas zonas chamadas centro-norte, constituídas pelo Rio de Janeiro, parte de Minas Gerais, os moinhos têm aproveitamento de máquinas da ordem de 33 por cento. São Paulo e Rio Grande do Sul, por exemplo, têm aproveitamento de sua maquinaria, que não atinge a 23 por cento.

O SR. PRESIDENTE — Se não tivesse providências, a Guanabara teria ficado com essa quantidade. Impedi a instalação do Moinho São Jorge, porque com um moinho daquele tamanho a Guanabara ia ficar com quanto? Vinte e cinco a vinte por cento?

O SR. BOAVENTURA FARINA — E quanto São Paulo tem.

Sr. Presidente, louvo a sua atitude quando, à testa da Pasta da Agricultura, sem qualquer menção de nomes ou empresas, mas pelo princípio

defendido por V. Exa. Parece-me um crime à economia do País, a autorização para instalação de máquinas ociosas, quando o problema brasileiro é de aumento da produtividade, vale dizer, do aproveitamento do que possuímos.

O SR. PRESIDENTE — Muito bem! Criar um movimento compatível com a produção.

O SR. LOPES DA COSTA — Gostaria de saber por que nesse espaço de tempo, de 1957 a 1960, já que a nossa produção de trigo estava diminuindo, por que o governo consentiu fossem instalados novos moinhos?

O SR. BOAVENTURA FARINA — É uma pergunta difícil de ser respondida. Apenas posso afirmar-lhe que, durante o período do decréscimo da produção agrícola, houve o aumento da concessão para importação ou instalação de máquinas nacionais destinadas à moagem de trigo.

É bom que se frise, que se esclareça perfeitamente que não há possibilidade da instalação de moinhos de trigo sem autorização expressa do Poder Público Federal e, quando falo Poder Público Federal, gosto de particularizar o Ministério da Agricultura por seu departamento competente o Serviço de Expansão do Trigo. Não há possibilidade de livre empresa, por modo próprio, querer instalar moinhos de trigo, porque somente receberia matéria-prima para acionar suas máquinas, se houvesse uma prévia autorização de sua instalação pelo Serviço de Expansão do Trigo, referendada pelo Ministério da Agricultura.

As razões que levaram o Governo Federal a aumentar desmedidamente a capacidade industrial do País, sem que houvesse possibilidade de um aproveitamento de suas máquinas, é uma incógnita, tal qual a esfinge que até hoje não foi decifrada.

O SR. LOPES DA COSTA — Interesses escusos, notadamente. Dal nasceu o tal de trigo papel...

O SR. BOAVENTURA FARINA — O trigo-papel é outra história. É decorrência dessa situação de anomalia.

O SR. LOPES DA COSTA — Mas esta em conjunto com as instalações de máquinas.

O SR. PRESIDENTE — Nenhum produto agrícola possui tantos nomes como o trigo, é trigo-papel, trigo subsidiado.

O SR. BOAVENTURA FARINA — Se V. Exa. permitir, prestarei esclarecimento sobre todas essas denominações que têm característica própria, cada uma delas. O trigo-papel, por exemplo, é uma coisa, a nacionalização do trigo é outra, de modo que se V. Exa. concordar, no momento oportuno estarei pronto a responder a todas as perguntas, objetivamente.

que se verifica no País, nesta exposição mal alinhavada, mas que espero seja objetiva — a esta a finalidade — é o seguinte: por desorientação do Governo Federal e seus titulares da Pasta da Agricultura enquanto a produção agrícola do trigo decaía, havia um crescimento, um agigantamento da indústria moageira do trigo. Não se precisa esclarecer mais nada para homens esclarecidos como V. Exa. para se aquilatar da atuação do Poder Público neste campo.

Acrescente-se também a essa circunstância, o desperdício — se assim posso chamar — da repartição competente, incumbida de zelar pelo momento da produção nacional nos cuidados que deveria ter para orientar uma produção de matéria-prima difícil e que representava um passo pioneiro em nosso País — a triticultura — Não cuidou, a repartição competente, de mandar examinar o solo mais apropriado para este plantio, nem quais as regiões nas quais deveriam ser aplicadas uma ou outra qualidade do plantio.

Não cuidou o Poder Público de oferecer aos plantadores os meios necessários à boa cultura para aumento da produção. Não se cuidou da seleção de sementes, a não ser de modo empírico, sem uma programação técnica. Apenas, nos últimos anos é que o Instituto a que V. Exa. se referiu, entrou em contato com o Instituto do Trigo da Itália e mantendo convênio com o governo italiano conseguiu a vinda de técnicos daquele País, o que é uma demonstração da possibilidade de realização da triticultura, porque antes do governo de Mussolini a Itália era um País importador de trigo.

O SR. PRESIDENTE — Certo.

O SR. BOAVENTURA FARINA — Consumia cerca de nove milhões de toneladas de trigo, porque o consumo era livre ao contrário do que ocorre no Brasil, onde há uma subversão de valores, quando se afirma que o consumo do trigo no Brasil é de dois milhões dois e meio ou três milhões de toneladas, porque este consumo não representa a necessidade dos hábitos do povo e sim um contingenciamento de matéria-prima oferecido pelo Poder Público, pelo Governo Federal, pelo Executivo, mais especificamente.

A Itália conseguiu transformar-se em pouco tempo, de País consumidor em País produtor de trigo e para isso foi necessário que o governo Mussolini tomasse a iniciativa, assessorasse os produtores, oferecesse a eles os meios necessários à produção.

Foi o Governo do Rio Grande do Sul buscar na Itália os resultados dessa experiência e parece que estes são compensadores. Já existem alguns estudos, segundo informações que tenho, de novas modalidades de sementes, de fórmulas de plantio, de

estudos da terra e um exame completo da ecologia.

Assim, o problema da triticultura nacional pode ser resolvido. É preciso, porém, que o Governo Federal, que o Ministério da Agricultura, se disponham a enfrentar o problema e a assistir aos produtores de trigo — e aqui já não quero restringir-me a que esta produção deva ou não ser feita pela indústria ou pelos homens da indústria — porque quando existirem condições para assistência ao plantio do trigo — e V. Exa. é um exemplo disso na sua vida prática — os homens da indústria saberão como cultivar sua matéria-prima para que suas máquinas possam trabalhar com plena capacidade porque representa uma exploração econômica de uma atividade industrial.

O que é preciso é que o Ministério da Agricultura se capacite de que deve dedicar ao produto nacional maior atenção, que o Governo Federal nas suas dotações orçamentárias — e nesta parte vai um apelo inclusive ao Legislativo — que ofereça meios ao Ministério da Agricultura para que possa, através da instrução do agricultor, através da exploração das sementes, através do estudo do solo, através dos meios de seleção de adubos, através do fornecimento de máquinas para tornar a produção com resultados ampliativos, tenho certeza de que o Brasil poderá alcançar, não a curto prazo, é certo, mas pelo menos a médio prazo, um resultado satisfatório no respeito à expansão da nossa triticultura.

Nesse espaço de tempo, porém, é preciso que o Governo Federal e o Ministério da Agricultura se comprometam de que a indústria moageira não pode sofrer solução de continuidade.

Estamos mantendo com os países produtores de trigo um intercâmbio que tem resultado, na contrapartida, em benefício para nossa balança de pagamentos. Como é o caso da Argentina, que até não muito tempo era o principal fornecedor de trigo aos moinhos brasileiros e hoje encontra dificuldades para nos fornecer a pequena parte de que temos necessidade. Mas é verdade que desse intercâmbio o Brasil necessita, porque o nosso País exporta para a Argentina pinho, frutas e também outros produtos.

O SR. PRESIDENTE — Pinho não temos para mais de dez anos. V. Exa. sabe disso.

O SR. BOAVENTURA FARINA — Nobre Senador, desejo apenas completar meu pensamento.

O SR. PRESIDENTE — Quanto ao trigo, se os moageiros não se dispuserem a plantar trigo, a Argentina irá propor farinha de trigo através da ALALC. Aí será a maior queda no fornecimento do que atualmente acontece.

Este o apelo que a Comissão faz aos moageiros do Brasil, que V. Sa. representa o maior Estado produtor de farinha de trigo do País, que também ingrene nesse caminho é o único a seguir. Temos certeza de que, dentro de pouco tempo, se o Brasil não produzir não terá defesa na ALALC para dizer que não vai importar.

O SR. BOAVENTURA FARINA — Gostaria de responder à objeção de V. Exa. No decorrer da minha exposição venho sustentando a seguinte orientação: primeiro, a indústria moageira é totalmente favorável à intensificação da triticultura nacional.

O SR. PRESIDENTE — Folgamos em ouvir de V. Sa., a registramos com muita satisfação a declaração de V. Sa.

O SR. BOAVENTURA FARINA — Nós, para as máquinas da indústria moageira, não temos preferência para o trigo estrangeiro ou para o nacional. Se tivéssemos que responder em termos patrióticos teríamos de criar preferência para o nacional —

se existisse. Infelizmente ainda não existe. Quando existir saberemos como absorver a produção nacional.

Dizia — respondendo a V. Exa. — apenas o seguinte: que a ameaça da invasão da produção de farinha de trigo argentina através da ALALC, no meu entender, é reduzida porque a Argentina também luta com dificuldades internas para abastecer seu próprio mercado de consumo. De sorte que somente poderia pensar em exportação para o Brasil, mesmo através da ALALC, no dia em que voltasse a ter capacidade de produção que não fosse totalmente absorvida pelas necessidades de seu povo, que não é o caso.

O SR. PRESIDENTE — Ora, se a Argentina está exportando até ferro laminado para o Brasil, embora sua siderurgia seja pequena em relação a nós, quanto mais trigo.

O SR. BOAVENTURA FARINA — Mas não tem indústria capaz de absorver lá...

O SR. PRESIDENTE — Mas tem sobras e a prova é que exporta para cá e pode aumentar a produção.

O SR. BOAVENTURA FARINA — De forma que desejava concluir estabelecendo essa premissa. Todos nós desejamos a expansão da triticultura nacional, muitos antes de nós, mesmo alguns governantes, desejavam seu fomento, tanto que criaram uma repartição cuja destinação era específica. Infelizmente, como muitas coisas do Governo, esta também falhou nos seus objetivos de defesa da expansão do trigo, pois ao invés de cuidar da triticultura passou a tratar de outros assuntos estranhos a sua atribuição específica.

De modo que nosso pensamento é de que o Governo Federal deve tomar o comando para que, oferecendo esses meios, possa contar com a colaboração da indústria moageira, que também se dirigirá, quando e onde for aconselhável para a produção da sua própria matéria-prima. Tanto isto é verdade que V. Exa. já tem conhecimento, por depoimentos anteriores, que no primeiro Congresso Nacional do Trigo, realizado em Porto Alegre, em julho deste ano — se não me engano — foi proposta a criação de um Fundo, a cargo da indústria moageira, que se destinava ao fomento da indústria nacional.

O SR. PRESIDENTE — Tive oportunidade de fazer um apelo aos interessados que aqui já estiveram para que essa associação brasileira dos moageiros, concretizada até o dia 15 de dezembro, a instalação do seu escritório central, com verba certa por tonelada de trigo recebida pelos moinhos. Nenhum dos dois for acertado devido ao fato de seus estatutos não estarem prontos. Mas na reunião de julho, em Porto Alegre, foram discutidos e homens práticos e capazes, como tem a indústria do trigo, já deviam ter feito seu organismo funcionar, para demonstrar ao Governo que eles também estão interessados no desenvolvimento da triticultura brasileira.

O apelo que fiz renovo agora ao nosso prezado amigo Sr. Boaventura Farina, para que se concretize até 15 de dezembro a instalação desse escritório, quer em Brasília — o que seria muito útil para nós do Congresso — quer em São Paulo. De forma que o que for resolvido deve ser feito dentro de um prazo razoável.

O SR. BOAVENTURA FARINA — Já está tudo pronto.

O SR. PRESIDENTE — Folgo em sabê-lo.

O SR. BOAVENTURA FARINA — Gostaria de abordar um aspecto que, no meu entender, não tem sido examinado com a seriedade necessária, o que tem gerado incompreensões muito grandes em relação às importações de trigo.

Gostaria de tomar alguns minutos do tempo de V. Eas. para abordar o problema das importações de trigo dos Estados Unidos e da Argentina. Quando disse a V. Exa. que deveria-

mos pensar na solução de um problema para a triticultura nacional a médio prazo, foi porque as previsões para médio prazo, inclusive relativamente à produção mundial, é da possibilidade de ainda dispormos do trigo americano, através da Instrução da SUMOC, nº 480.

O SR. PRESIDENTE — Por quanto tempo?

O SR. BOAVENTURA FARINA — A médio prazo, por cinco anos.

O SR. PRESIDENTE — Nossa impressão é de que, por exemplo, a Rússia já levou boa parte, pagando em ouro; nós pagamos em cruzeiros.

O SR. BOAVENTURA FARINA — A quarenta anos.

O SR. PRESIDENTE — Não senhor, isso já terminou há muito tempo. V. S. não está a par. Temos aqui resposta do Ministério da Fazenda de que é pago em cruzeiros, no próprio dia da chegada do trigo ao Brasil. Certamente V. Sa. não leu meu discurso no Senado.

A informação que estou prestando baseia-se na resposta que nos foi dada pelo Ministério da Fazenda há quinze dias.

O SR. BOAVENTURA FARINA — O que o Ministério pode ter respondido é que no ano passado, em virtude de dificuldades surgidas em torno do Acórdão e com base na Instrução 480...

O SR. PRESIDENTE — V. Sa. sabe como é distribuído esse dinheiro pago à vista?

O SR. BOAVENTURA FARINA — Compramos dos Estados Unidos com o pagamento do dólar fora da "480".

O SR. PRESIDENTE — Não. Hoje, todo trigo importado de qualquer país — Argentina, Estados Unidos, — é pago pelo Convênio assinado pelo Ministério da Fazenda. Temos cópia desses documentos. Poderá V. Sa. lê-lo no Diário Oficial do dia 30 de outubro, que não diz nada do prazo. Fomos saber a razão porque nada havia no Convênio assinado. Vejo a resposta seguinte: primeiro, o trigo é pago à vista em cruzeiros, no dia da chegada. Esse dinheiro é depositado no Banco do Brasil, sendo que 20% é entregue à Embaixada Americana, para custeio de despesas; 20% são para a Aliança para o Progresso que até agora tem feito muito pouco; 60% é entregue ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico para empréstimos às indústrias, mas a verdade é que este trigo não vai ser pago em 40 anos. Como pode ser pago em 40 anos?

O SR. BOAVENTURA FARINA — Eu explico: a Instrução 480 funciona da seguinte forma: o pagamento é feito à vista e até mesmo antecipado, porque o Banco não faz a liberação de trigo sem este pagamento. São os moinhos que entregam este dinheiro e que corresponde a... 52.500,00 por tonelada. O pagamento é feito à vista, ao Banco do Brasil e este emprega a importância desse recebimento na indústria moageira.

O SR. PRESIDENTE — A dinheiro.

O SR. BOAVENTURA FARINA — Evidentemente.

O SR. PRESIDENTE — Portanto, não são 40 anos.

O SR. BOAVENTURA FARINA — Vou tentar explicar.

O SR. LOPES DA COSTA — O prazo é de país para país. Não existe a fixação de preço em cruzeiros.

O SR. BOAVENTURA FARINA — Quem fixa o preço é a SUMOC. Não ao câmbio do dia mas por prazo determinado, porque este dólar não é do mercado livre. Estes cruzeiros são entregues ao BNDE e sobre eles pagamos ao governo dos Estados Unidos um juro.

O SR. PRESIDENTE — Sobre os 63%.

O SR. BOAVENTURA FARINA — Sobre os 60% e 4% ao ano.

O SR. PRESIDENTE — Empréstimos de algodão. Não foi o Ministé-

O SR. BOAVENTURA FARINA — O Banco aplica esses haveres de acordo com o deliberado pelo seu órgão diretor que precisa atender quando possível às empresas americanas.

O SR. PRESIDENTE — Certamente. Automaticamente é esse o financiamento.

O SR. LOPES DA COSTA — Empréstimo para energia elétrica a vários Estados.

O SR. BOAVENTURA FARINA — O que resulta para a economia nacional: primeiro, há a retirada da indústria do trigo para o Banco do Brasil que canaliza para o Tesouro Nacional, que por sua vez entrega ao BNDE para aplicação nas indústrias de base. Na verdade esse é um fato incontestável, se não houvesse o produto em dinheiro para importação do trigo dos Estados Unidos, o governo brasileiro, para atender às necessidades do BNDE deveria recorrer às emissões.

O SR. PRESIDENTE — São pagos 16% do imposto de renda, do empresário compulsório.

O SR. BOAVENTURA FARINA — O Banco não consegue o necessário para atender às exigências das nossas indústrias de base.

V. Exa. é homem de indústria e sabe que estamos carecendo de indústrias de base.

O SR. PRESIDENTE — Hoje qualquer país financia a 8 anos de prazo.

O SR. BOAVENTURA FARINA — Perfeito, mas o fato é incontestável.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Estamos, realmente, empobrecendo uma atividade agrícola que é básica em favor de uma industrialização que pode cair, como bem disse V. Exa., naquele gigantismo. O nosso problema é exatamente aquele de fomentar a cultura do trigo. Gostáramos de fazer algumas perguntas:

Qual o valor atual das indústrias moageiras, qual o valor percentual quanto às instalações?

O SR. BOAVENTURA FARINA — Isto é impossível de informar porque a indústria moageira nacional foi montada a dólares de 18 cruzeiros, 40 cruzeiros, de 100 e de 180 cruzeiros. A sua capacidade posso informar, é de 10 milhões de toneladas.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Há ameaça de que a indústria moageira sofra em pouco tempo um aumento de sua capacidade ociosa e em consequência o que decorrerá disso?

O SR. BOAVENTURA FARINA — Não pode haver essa ameaça, salvo por culpa do governo.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Essa ameaça pode chegar até esse climax. Nessa hipótese não seria mais razoável que a indústria moageira se voltasse para a produção do trigo nacional, auxiliando através desse fundo a implantação realmente de cultura de trigo em grande escala, de acordo com métodos e técnicas melhores, a exemplo do que aconteceu com a indústria açucareira do Estado de São Paulo que tinha também por lei a sua capacidade de produção diminuída de muito e, no entanto, através de cooperativas, de postos experimentais e, sobretudo, de experiências, conseguiu hoje uma posição muito melhor do que a de cinco anos atrás, isso fazendo em termos práticos, de interesse nacional, porque estamos todos absolutamente convencidos de que o Ministério da Agricultura não tem capacidade nem financeira nem técnica nem administrativa?

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. tem toda razão. Pergunto: quem fez a lavouira algodoeira de São Paulo de 1234 para cá? Foi o Ministério da Agricultura? Não!

O SR. BOAVENTURA FARINA — Gostaria de responder a algumas objeções. A lavoura do trigo tem condições especialíssimas.

O SR. PRESIDENTE — Como o algodão tinha. O algodão, antes de 1933, era um prejuízo em São Paulo. Os industriais e o Instituto Agronômico unidos desenvolveram essa pro-







exemplo, o nosso consumo de hoje estaria em torno de dois milhões e quatrocentas mil toneladas, fora a produção nacional que estimamos em trezentas mil toneladas.

(Trocam-se partes simultâneas que escapam à compreensão da Taquígrafia)

O SR. PRESIDENTE — Vou ler o Acórdão, que tenho em mão, constante do Diário Oficial.

(Lê)

O SR. BOAVENTURA FARINA — Existe no acórdão efetuado a possibilidade de fomento da agricultura nacional. Um dos seus objetivos é fomentar o comércio internacional de trigo e para fomentá-lo é preciso produzir. Não se fomenta a comercialização de um produto que não existe.

O SR. PRESIDENTE — O senhor fala somente em consumo, não diz para fomentar o plantio do trigo. Essas palavras ninguém tira dali porque são palavras do convênio publicadas em 30 de outubro e que valeram por dois anos.

O SR. BOAVENTURA FARINA — Quando se diz fomento do consumo da farinha de trigo não há impedimento a que seja aplicado em outras áreas.

Gostaria de estabelecer aqui alguns pontos fundamentais que representem o pensamento da indústria do trigo de São Paulo. Os moageiros de trigo de São Paulo como os de todo o Brasil, e ainda, todos os brasileiros desejam ardentemente que haja uma expansão da triticultura nacional, objetivando dentro do tempo que for possível, que o Brasil se possa tranquilizar no que diz respeito ao abastecimento desse alimento nobre à população brasileira. Em segundo lugar, é inegável também que esse objetivo não será alcançado a curto prazo, em nosso entender. No máximo, com o maior empenho e com a maior colaboração do poder público atingiremos esse objetivo a médio prazo: 5, 6 ou mesmo 10 anos, no máximo.

O SR. PRESIDENTE — O nosso projeto é de 7 anos, deixando-se de importar gradativamente para que possa se desenvolver a nossa triticultura.

O SR. BOAVENTURA FARINA — Não chego ao ponto de querer suprimir a importação, pois num regime capitalista o intercâmbio interna-

cional é necessário. Talvez venhamos até a exportar trigo.

O SR. PRESIDENTE — E se não tivermos recursos para pagar?

O SR. BOAVENTURA FARINA — Não poderemos atingir resultados a curto prazo. Em terceiro lugar, é inegável a boa vontade dos moageiros, dispostos a colaborar espontaneamente para a formação de fundos. Em quarto lugar, não se pode prescindir da ação, do apoio do Governo Federal para que se obtenha uma infra-estrutura, muito embora a atividade privada possa colaborar decisivamente para que obtenha maior rapidez.

Entendo que deve haver por parte do Governo, através do Ministério da Agricultura, apoio ao Instituto do Rio Grande do Sul para estudar a genética.

O SR. PRESIDENTE — O Governo está dando apoio. Já deu seiscentos milhões para o convênio que firmou com o Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. BOAVENTURA FARINA — Devemos considerar também, o problema das regiões climáticas. O que existe até o momento relacionado com o Ministério da Agricultura, não passa de experiências feitas em laboratórios; entretanto, no campo prático, não sei se apresentariam os resultados que desejamos.

Entendo, ainda, necessário e Vossa Excelência já afirmou de início, o estabelecimento do seguro agrícola que permita, não só aos moageiros, mas a todos os agricultores ter uma tranquilidade econômica na sua atividade.

O SR. PRESIDENTE — Será apresentado na próxima semana um projeto a respeito.

O SR. BOAVENTURA FARINA — Em quinto lugar, entendo ainda, que não se pode e não se deve fazer a abolição da importação do trigo, muito embora este venha a ser um dos nossos objetivos, porque se amanhã colocarmos em ação juntos o governo e a iniciativa privada, talvez possamos vir a ter condições para não só suprir o mercado interno, mas ainda exportar pelo menos para os países da América Latina, muito embora seja uma incógnita a necessidade de consumo do povo brasileiro, em vista do crescimento demográfico, do aperfeiçoamento da educação do povo e da aquisição de novas áreas de consumo. pois grande área da população brasileira ainda não se habituou ao pão como elemento fundamental e neces-

sária à formação eugênica de nossa raça.

Finalmente entendemos que o assunto deve merecer solução global, deve haver participação da iniciativa privada, mas deve haver também por outro lado a colaboração decisiva do poder público. Esperamos, por outro lado, que haja uma parada definitiva na concessão que o Ministério da Agricultura venha a dar no futuro para instalação de novas unidades moageiras, pequenas ou grandes.

O SR. PRESIDENTE — Deixe essa política no Ministério da Agricultura — proibição de montagem de unidade no Brasil.

O SR. BOAVENTURA FARINA — Por outro lado, Sr. Presidente, quando houver necessidade da expansão do parque industrial moageiro em em determinada zona do País que não possua produção industrial suficiente para seu consumo, para que a iniciativa privada seja autorizada a buscar essas máquinas nos lugares onde haja eletora ...

O SR. JOSÉ ERMIRIO — Muito bem.

O SR. BOAVENTURA FARINA — ... evitando-se os gastos de divisas, que sabemos, prejudica o povo brasileiro.

O SR. JOSÉ ERMIRIO — O primeiro congresso de moageiros realizado em julho em Porto Alegre tomou decisões importantes, que serão concretizadas com a sede da Associação dos Moageiros de Trigo, em Brasília, em São Paulo. O Senado deverá funcionar até 15 de dezembro e, em seguida, haverá convocação extraordinária. V. Exa. pode contar com nosso entusiasmo para que tome rumo definitivo a triticultura em nosso País.

O SR. ATILIO FONTANA — Devo ouvir um esclarecimento de um representante da classe moageira de São Paulo. Estranho um pouco essa orientação — que é também do Presidente desta Comissão — que é de se proibir a instalação de indústria desta ou daquela atividade. Parece-me ...

O SR. PRESIDENTE — Não é proibir. É levar de um lugar onde há mais consumo.

O SR. BOAVENTURA FARINA — Sustento por uma razão lógica, econômica e moral, que se existe moinho que recebe matéria-prima conti-

tingenciada pelo Poder Público, o que vale dizer que é obrigado a funcionar com apenas 22 por cento da sua capacidade de moagem, não acho que se deva autorizar a instalação de novos moinhos. Não vemos interesse pública nisso.

O SR. ATILIO FONTANA — Logicamente, se tem sua capacidade de trabalho reduzida e como irá atrair outros interessados nessa indústria?

O SR. PRESIDENTE — Plantando trigo ...

O SR. BOAVENTURA FARINA — O argumento de V. Exa., na prática não vale. Se não existe interesse em montar, porque defender a proibição para montar?

O SR. PRESIDENTE — Há o caso de uma usina que tinha uma produção de 30 ou 40 mil sacas de açúcar. Hoje sua produção está reduzida de 70%. Foi forçado a fazer isto, porque teve que plantar a cana, que tinha dificuldade em conseguir.

V. Sa. representa um grupo importantíssimo que lidera o setor de moagem de trigo. Não depende de favores para sua sobrevivência. Nessas condições, dou por encerrada a presente reunião.

O SR. BOAVENTURA FARINA — Pode contar com São Paulo na solução desses problemas.

Gostaria de dizer o seguinte: Quando falamos na necessidade de manutenção de nossos interesses, penso somente nos interesses nacionais, porque entendemos que nesse período de adaptação para a produção do trigo nacional, a importação ainda nos beneficia. Quanto ao meu ilustre patriota, Senador Atílio Fontana, devo dizer que também sou democrata e como democrata e homem que vê na livre empresa a única possibilidade de salvação deste País não gosto de distribuir miséria, gosto de distribuir riqueza.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a presente reunião.

Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerra a Reunião às quinze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, Alexandre Marques de Albuquerque Mello, Secretário, a presente Ata, que uma vez aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

MESA

- Presidente - Moura Andrade (PSD - SP).
Vice-Presidente - Nogueira da Gama (PTB - MG).
Primeiro-Secretário - Rui Palmeira (UDN - AL).
Segundo-Secretário - Gilberto Marinho (PSD - GB).
Terceiro-Secretário - Adalberto Sena (PTB - ACRE).
Quarto-Secretário - Cattete Pinheiro (PTN - PA).
Primeiro-Suplente - Joaquim Parente - UDN - PD.
Segundo-Suplente - Guido Mondin (PSD - RS).
Terceiro-Suplente - Vasconcelos Torres (PTB - RJ).

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA
PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

- 1. José Guimomar Acre (em exercício).
3. Eugênio Barros - Maranhão.
2. Lobão da Silveira - Pará.
3. Eugênio Barros - Maranhão.
4. Sebastião Archer - Maranhão.
5. Victorino Freire (em exercício o Suplente, Sr. Miguel Lins) - Maranhão.
6. Sigefredo Pacheco - Piauí.
7. Menezes Pimentel (em exercício o Suplente, Sr. Waldemar de Alcântara).
8. Wilson Gonçalves - Ceará.
9. Walfredo Gurgel - Rio Grande do Norte.
10. Ruy Carneiro - Paraíba.
11. Leite Neto - Sergipe.
12. Antônio Balbino - Bahia.
13. Jefferson de Aguiar - Espírito Santo.
14. Gilberto Marinho - Guanabara.
15. Moura Andrade - São Paulo.
16. Atilio Fontana - Santa Catarina.
17. Guido Mondin - R. G. Sul.
18. Benedicto Valadares - Minas Gerais.
19. Filinto Müller.
20. José Feliciano - Goiás.
21. Juscelino Kubitschek - Goiás.
22. Pedro Ludovico - Goiás.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

- 1. Adalberto Sena - Acre.
2. Oscar Passos - Acre.
3. Vivaldo Lima - Amazonas.
4. Edmundo Levi - Amazonas.
5. Artur Virgílio - Amazonas.
6. Antônio Juca - Ceará.
7. Dix-Huit Rosado - Rio Grande do Norte.
8. Argemiro de Figueiredo - Paraíba.
9. Barros Carvalho - Pernambuco.
10. Pessoa de Queiroz - Pernambuco.
11. José Ermirio - Pernambuco.
12. Silvestre Péricles - Alagoas.
13. Vasconcelos Torres - Rio de Janeiro.

- 14. Nelson Maculan (licenciado sem substituição) - Paraná.
15. Amaury Silva - Paraná (em exercício o suplente, Sr. Melo Braga).
16. Nogueira da Gama - Minas Gerais.
1. Zacarias de Assunção - Pará.
2. Joaquim Parente - Piauí.
3. José Cândido - Piauí.
4. Dinarte Mariz - R. G. Norte.
5. João Agripino - Paraíba.
6. Rui Palmeira - Alagoas.
7. Eurico Rezende - Espírito Santo.
8. Afonso Arinos - Guanabara.
17. Bezerra Neto.

UNIAO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)

- 9. Padre Calazans - São Paulo.

SENADO FEDERAL

LIDERANÇAS

I - DOS BLOCOS PARTIDÁRIOS MAIORIA

- Líder: Barros Carvalho - (PTB) - (PE)
Vice-Líderes: Victorino Freire - (PSD - MA).
Vasconcelos Torres - (PTB - RJ).
Jefferson de Aguiar - (PSD - ES).

- Lobão da Silveira - (PSD - PA).
Artur Virgílio - (PTB - AM).
Bezerra Neto - (PTB - MT).
MINORIA

- Líder: João Agripino - (UDN - PB).
Vice-Líderes: Daniel Krieger - (UDN - RS).
Mem de Sá - (PL - RS).

- PEQUENA REPRESENTAÇÕES
Líder: Lino de Matos - (PTN - SP).
Vice-Líderes: Aurélio Viana - (PSB - GB).
II - DOS PARTIDOS

- PSD
Benedicto Valadares - (MG).
Vice-Líderes: Wilson Gonçalves - (CE).
Sigefredo Pacheco - (PI).
Walfredo Gurgel - (RG).

- PTB
Líder: Artur Virgílio - (AM).
Vice-Líderes: Amaury Silva (licenciado) - (PR).
Vivaldo Lima - (AM).
Bezerra Neto - (MI).

- UDN
Líder: Daniel Krieger - (RS).
Vice-Líderes: Eurico Rezende - (ES).
Padre Calazans - (SP).
Adolfo Franco - (PR).

- PL
Líder: Mem de Sá - (RS).
Vice-Líderes: Aloysio de Carvalho - (BA).

- PTN
Líder: Lino de Matos - (SP).
Vice-Líderes: Cattete Pinheiro - (PA).

- PSP
Líder: Miguel Couto - (RJ).
Vice-Líder: Raul Gluberti - (ES).

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão Diretora

- Moura Andrade - Presidente (PSD).
Nogueira da Gama (PTB).
Adalberto Sena (PTB).
Rui Palmeira (UDN).
Gilberto Marinho (PSD).
Cattete Pinheiro (PTN).
Joaquim Parente (UDN).

- 10. Adolpho Franco - Paraná.
11. Irineu Bornhausen - Santa Catarina.
12. Antônio Carlos - Santa Catarina.
13. Daniel Krieger - Rio Grande do Sul.
14. Milton Campos - Minas Gerais.
15. Lopes da Costa - Mato Grosso.

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

- 1. Aloysio de Carvalho - Bahia.
2. Mem de Sá - Rio Grande do Sul.

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

- 1. Cattete Pinheiro - Pará.
2. Lauro de Matos - São Paulo.

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)

- 1. Raul Gluberti - Espírito Santo.
2. Miguel Couto - Rio de Janeiro.

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

- 1. Aurélio Vianna - Guanabara.
MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVOADOR (MTR)

- 1. Aarão Steinbruch - Rio de Janeiro.

PARTIDO REPUBLICANO (PR)

- 1. Júlio Leite - Sergipe.

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

- 1. Arnon de Melo - Alagoas.
SEM LEGENDA

- 1. Josaphat Marinho - Bahia.
2. Heribaldo Vieira - Sergipe.

RESUMO

Table with 2 columns: Party Name and Count. Includes Partido Social Democrático (64), Partido Trabalhista Brasileiro (17), União Democrática Nacional (15), Partido Libertador (2), Partido Trabalhista Nacional (2), Partido Social Progressista (2), Partido Socialista Brasileiro (1), Partido Republicano (1), Partido Demócrata Cristão (1), Movimento Trabalhista Renovador (1), Sem legenda (2), Total (66).

BLOCOS PARTIDÁRIOS

- 1º - Maioria (39) Membros: PSD, PTB.
2º - Minoria (17) Membros: UDN, PL.
3º - Pequenas Representações (9) Membros: PTN, PSP, PSB, MTR, PR, PDC, Josaphat Marinho (Sem Legenda).

Guido Mondin (PSD)
Vasconcelos Torres (PTB).
Reuniões Quartas-feiras às 10 horas.
Secretário: Evandro Mendes Viana.
Diretor-Geral.

Comissão de Agricultura

(7 MEMBROS)
Presidente - Vago.
Vice-Presidente - Eugênio Barros (PSD).

COMPOSIÇÃO

- P. S. D.
TITULARES
Eugênio Barros.
José Feliciano.

- SUPLENTE
1. Atilio Fontana.
2. Pedro Ludovico.
P. T. B.

- TITULARES
Nelson Maculan (licenciado).
Dix-Huit Rosado.
Raul Gluberti.

- SUPLENTE
1. Eduardi Catalão (\*).
2. Aarão Steinbruch.
3. Vago.
U. D. N.

- TITULARES
Lopes da Costa.
Antônio Carlos.

- SUPLENTE
1. Daniel Krieger.
2. João Agripino.

- SUBSTITUTOS
Reuniões
Quartas-feiras, às 16 horas.

Secretário: J. Ney Passos Dantas.
Auxiliar Legislativo PL-9.

(\* Em substituição do Senhor Nelson Maculan, como titular.

Comissão de Constituição e Justiça

(11 MEMBROS)

Presidente - Milton Campos (UDN).
Vice-Presidente - Wilson Gonçalves (PSD).

COMPOSIÇÃO

- P. S. D.
TITULARES

- Jefferson de Aguiar.
Rui Carneiro.
Lobão da Silva.
Wilson Gonçalves.
Josaphat Marinho.

- SUPLENTE
1. Menezes Pimentel (licenciado).
2. Leite Neto.
3. Benedicto Valadares.
4. Aarão Steinbruch.

- P. T. B.
TITULARES
Amaury Silva (licenciado).
Bezerra Neto.
Edmundo Levi.

- SUPLENTE
1. Argemiro de Figueiredo (\*\*).
2. Silvestre Péricles.
3. Melo Braga.

- U. D. N.
TITULARES

- Aloysio de Carvalho.
Eurico Rezende.
Milton Campos.

1. Afonso Arinos.
2. Daniel Krieger.
3. João Agripino.

Reuniões

Quarta-feira, às 16 horas.

Secretário: Ronaldo Ferreira Dias.  
Oficial Legislativo PL-8.

(\*\*) Em substituição do Senhor Amaury Silva, como titular.

**Comissão do Distrito Federal**

(7 MEMBROS)

Presidente — Lino de Matos,  
Vice-Presidente — Pedro Ludovico.

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Menezes Pimentel,  
Pedro Ludovico,  
Lino de Matos.

SUPLENTES

1. Filinto Müller.
2. Eugênio Barros.
3. Heribaldo Vieira.

F. T. B.

TITULARES

Oscar Passos,  
Dix-Huit Rosado.

SUPLENTES

1. Aarão Steinbruch.
2. Antônio Jucá.

U. D. N.

TITULARES

Dinarte Mariz,  
Eurico Rezende.

SUPLENTES

1. Lopes da Costa.
1. Zacharias de Assunção.

Reunioes

Quinta-feira às 10 horas.  
Secretário: Julieta Ribeiro dos Santos,  
Oficial Legislativo PL-8.

**Comissão de Economia**

(9 MEMBROS)

Presidente — Filinto Müller (PSD)  
Vice-Presidente — José Ermírio — (PTB).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Filinto Müller,  
Eugênio Barros,  
Atilio Fontana,  
José Guimard (licenciado)

SUPLENTES

1. Jefferson de Aguiar (\*)
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer
4. Josaphat Marinho

SUBSTITUTOS

1. José Kairala

P. T. B.

TITULARES

José Ermírio  
Nelson Maculan (licenciado)  
Júlio Leite

SUPLENTES

1. Oscar Passos (\*\*)
2. Bezerra Neto

SUBSTITUTOS

1. Melo Braga
2. ...A Índice

U. D. N.

TITULARES

Adolfo Franco  
Lopes da Costa

SUPLENTES

1. José Cândido.
2. Zacarias de Assunção

Reuniões terça-feira — 16,00 horas  
Secretário: Cid Brugger, Auxiliar  
Legislativo PL-10.

(\*) — Em substituição do Senhor José Guimard como titular.

(\*\*) — Em substituição do Senhor Nelson Maculan, como titular.

**Comissão de Educação e Cultura**

(7 MEMBROS)

Presidente — Menezes Pimentel

(PSD)

Vice-Presidente — Padre Calazans — (UDN)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Menezes Pimentel  
Walfredo Gurgel

SUPLENTES

1. Benedito Valladares
2. Sigefredo Pacheco

SUBSTITUTOS

1. Leite Neto

F. T. B.

TITULARES

Pessoa de Queiroz  
Amaury Silva (licenciado)

SUPLENTES

1. Vago.
2. Vago.

U. D. N.

TITULARES

Antonio Carlos  
Padre Calazans  
Mem de Sá

SUPLENTES

1. Adolfo Franco
2. Milton Campos
3. Aarão de Melo

Reuniões: 4ªs-feiras — 15 00 horas.  
Secretário: Vera de Alvarenga Ma-  
fra, Oficial Legislativo PL-7.

**Comissão de Finanças**

(15 MEMBROS)

Presidente — Argemiro de Figuei-  
redo — (PTB).

Vice-Presidente — Daniel Krieger — (UDN).

P. S. P.

COMPOSIÇÃO

TITULARES

Victorino Freire  
Lobão da Silveira.  
Sigefredo Pacheco.  
Wilson Gonçalves.  
Leite Neto.

SUPLENTES

1. José Guimard (licenciado),
2. Eugênio Barros.
3. Menezes Pimentel.
4. Atilio Fontana.
5. Pedro Ludovico.

SUBSTITUTOS

1. José Kairala.

P. T. B.

TITULARES

Argemiro de Figueiredo,  
Bertra Neto.  
Dix-Huit Rosado.  
Pessoa de Queiroz.  
José Ermírio.

SUPLENTES

1. Nelson Maculan (licenciado).
2. Lino de Matos.
3. Amaury Silva (licenciado).
4. Aurélio Vianna.
5. Antônio Jucá.

SUBSTITUTOS

1. Edmundo Levi.
2. Melo Braga.

U. D. N.

TITULARES

Daniel Krieger.  
Dinarte Mariz.  
Irineu Bornhausen.  
Lopes da Costa.

SUPLENTES

1. Adolfo Franco.
2. Eurico Rezende.
3. João Agripino.
4. Milton Campos.

PT

TITULARES

Mem de Sá.

SUPLENTES

1. Aloysio de Carvalho.
- Reuniões: 4ªs feiras — 10,00 ho-  
ras.  
Secretário: Cid Brügger, Auxiliar  
Legislativo, PL-10.

**Comissão de Legislação Social**

(9 MEMBROS)

Presidente: Vivaldo Lima — PTB.  
Vice-Presidente: Ruy Carneiro — (PSD).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Ruy Carneiro.  
Walfredo Gurgel.  
José Guimard (licenciado).  
Raul Giubert.

SUPLENTES

1. Leite Neto (L.)
2. Lobão da Silveira.
3. Eugênio Barros
4. Júlio Leite

SUBSTITUTOS

1. Atilio Fontana
2. José Kairala.

P. T. B.

TITULARES

Amaury Silva (licenciado)  
Heribaldo Vieira  
Vivaldo Lima

1. Pessoa de Queiroz (\*\*)
2. Pessoa de Queiroz
3. Antônio Jucá

SUBSTITUTOS

1. Melo Braga

U. D. N.

TITULARES

Eurico Rezende  
Antônio Jucá

1. Lopes da Costa
4. Zacarias de Assunção

Reuniões: 4ªs. feiras às 10 horas.  
SUPLENTES

Secretário: Vera de Alvarenga Ma-  
fra, Oficial Legislativo, PL-7.

(\*) — Em substituição do Senhor José Guimard como titular.  
(\*\*) — Em substituição do Senhor Amaury Silva como titular.

**Comissão do Polígono das Sêcas**

(7 MEMBROS)

Presidente — Ruy Carneiro (PSD)  
Vice-Presidente — Aurélio Vianna (PSD)

COMPOSIÇÃO

P. T. B.

TITULARES

Wilson Gonçalves  
Ruy Carneiro

SUPLENTES

1. Sigefredo Pacheco
2. Leite Neto

P. T. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado  
Aurélio Vianna

SUPLENTES

1. Argemiro de Figueiredo
2. Aarão de Melo
3. Júlio Leite

U. D. N.

TITULARES

Dinarte Mariz  
José Cândido

SUPLENTES

1. João Agripino
3. Lopes da Costa

Reunião: 5ª feiras — 16 horas.  
Secretário: Ney Passos Dantas  
Auxiliar Legislativo, PL-9.

**Comissão de Redação**

(5 MEMBROS)

Presidente — Dix Huit Rosado (PTB)  
Vice-Presidente — Padre Calazans

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Walfredo Gurgel  
Sebastião Archer

SUPLENTES

1. Lobão da Silveira.
2. José Feliciano.

SUBSTITUTOS

1. Menezes Pimentel (licenciado).

P. T. B.

TITULARES

Dix Huit Rosado.

SUPLENTES

Heribaldo Vieira.

U. D. N.

TITULARES

Padre Calazans.  
Júlio Leite

SUPLENTES

1. João Agripino
2. Josaphat Marinho.

Reuniões: 4ªs feiras às 16 horas.  
Secretário: Sarah Abraham, Oficial  
Legislativo, PL-8.



**Comissão de Relações Exteriores**

(11 MEMBROS)

Presidente — Jefferson de Aguiar (PSD)

Vice-Presidente — Passos de Queiroz (PTB)

## COMPOSIÇÃO

P. S. D.

## TITULARES

Benedito Valladares,  
Flinto Müller,  
Jefferson de Aguiar,  
Aarão Steinbruch.

## SUPLENTE

1. Menezes Pimentel,
2. Ruy Carneiro,
3. José Guilomard (licenciado),
4. Victorino Freire.

## SUBSTITUTOS

1. José Kairala.

P. F. B.

## TITULARES

Pessoa de Queiroz,  
Vivaldo Lima,  
Eduardo Cataião.

## SUPLENTE

1. Oscar Passos.
2. Argemiro de Figueiredo.
3. Antônio Jucá.

U. D. N.

## TITULARES

Antônio Carlos,  
Jose Cândido,  
Padre Calazans,  
Arnon de Melo.

## SUPLENTE

1. Daniel Krieger,
2. Eurico Rezende
3. João Arripino.
4. Mem de Sá.

Reuniões: 5<sup>as</sup>-feiras — 16,00 horas.

Secretário: Castejon J. B. Branco.

Oficial Legislativo, PL-6.

**Comissão de Saúde**

(15 MEMBROS)

Presidente — Lopes da Costa — UDN.

Vice-Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB)

## COMPOSIÇÃO

P. S. D.

## TITULARES

Pedro Ludovico  
Sigefredo Pacheco

## SUPLENTE

1. Eugenio Bastos
2. Walfredo Gurgel

P. I. B.

## TITULARES

Dix-Huit Rosado  
Suplente

Antônio Jucá

U. D. N.

## SUPLENTE

U. D. N.

Lopes da Costa

## SUPLENTE

Padre Calazans

## SUPLENTE

Raul Gilberti

Reuniões: Quintas-feiras — 15 horas).

Secretário: Eduardo Rul Barbosa  
Auxiliar Legislativo PL-10.**Comissão de Segurança Nacional**

(7 MEMBROS)

Presidente — Zacarias de Assunção (UDN)

Vice-Presidente — Silvestre Péricies (PTB)

## COMPOSIÇÃO

PSD

## TITULARES

José Guilomard (licenciado)  
Victorino Freire

## SUPLENTE

1. Ruy Carneiro

1. Afílio Fontana (\*)

## SUBSTITUTO

2. José Kairala

P. I. B.

## TITULARES

Silvestre Péricies  
Oscar Passos

## SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado

2. Vago.

U. D. N.

## TITULARES

Irineu Bornhausen  
Zacharias de Assunção

## SUPLENTE

1. Adolfo Franco.

2. Eurico Resende

P. S. F.

## TITULAR

Raul Gilberti

## SUPLENTE

1. Miguel Couto

Reuniões: Quintas-feiras — (16 horas).

Secretário: Alexandre Pfaender, Oficial Legislativo PL-8.

(\*) — Em substituição ao Sr. José Guilomard, como titular.

**Comissão de Serviço Público Civil**

(7 MEMBROS)

Presidente — Silvestre Péricies (PTB)

Vice-Presidente — Leite Neto (PSD)

## COMPOSIÇÃO

PSD

## TITULARES

Leite Neto,  
Sigefredo Pacheco

## SUPLENTE

1. Victorino Freire
2. Benedito Valladares

PTB

## TITULARES

Silvestre Péricies  
Nelson Maculan (licenciado)

## SUPLENTE

1. Edmundo Levi
2. Vago

UDN

## TITULARES

Antonio Carlos

## Prorrogações:

Antonio Carlos  
Padre Calazans

## SUPLENTE

1. Dinarte Martins
2. Lopes da Costa

PL

## TITULAR

Aloysio de Carvalho

## SUPLENTE

Mem de Sá

Reuniões: Terças-feiras — 16,00 horas.

Secretário: J. Ney Passos Dantas  
Auxiliar Legislativo, PL-9.**Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas**

(5 MEMBROS)

Presidente José Feliciano (PSD).  
Vice-Presidente — Irineu Bornhausen (UDN).

PSD

## TITULARES

José Feliciano  
Sebastião Archer

## SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. Flinto Müller

PTB

## TITULARES

Bezerra Neto  
Lino de Matos

## SUPLENTE

1. Silvestre Péricies

UDN

## TITULAR

Irineu Bornhausen

## SUPLENTE

Zacharias de Assunção.

Reuniões: Quartas-feiras — 16,00 horas.

Secretário: Alexandre Pfaender,  
Oficial Legislativo, PL-8.**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961.**

Dispõe sobre: Altera os artigos 26, 56, 58, 60, 110 e o parágrafo único do art. 112 da Constituição Federal.

— organização administrativa do Distrito Federal;  
— vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal;  
— regime de rendas do Distrito Federal;  
— composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e do Tribunal Superior Eleitoral;  
— processo de escolha do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal;

— aplicação da cota do imposto de renda atribuída aos Municípios;

Eleita em 15-6-1961, com exceção dos Srs. Senadores:

Barros Carvalho — designado em 30-2-1962.

Nelson Maculan — designado em 15-8-1963.

Lobão da Silveira — designado em 23-4-1963.

Lopes da Costa — designado em 29-10-1962

## SUPLENTE

Até 14-12-1962 — Requerimento número 611-61, aprovado em 15-12-61;  
Até 15-12-1963 — Requerimento nº 778-62, aprovado em 12-12-62.

## Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — Relator — PSD.
2. Lobão da Silveira — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Benedito Vaia ares — PSD.
5. Wilson Gonçalves — PSD.
6. Nelson Maculan — PTB.
7. Silvestre Péricies — PTB.
8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Daniel Krieger — Vice-Presidente — UDN.
11. Lopes da Costa — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Ruy Palmeira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Mem de Sá — PL.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1961.**

Altera o § 1º do art. 181 da Constituição Federal.

(Aposentadoria do funcionário aos trinta anos de serviço).

Eleito em 21-5-62, salvo os Srs. Senadores:

Lobão da Silveira  
Wilson Gonçalves e  
Amaury Silva, designado em 23 de abril de 1963.

## Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento número 610-61 aprovado em 14-12-1961.

Até 15-12-1963 — Requerimento número 798-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

## Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Lobão da Silveira — Relator — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Benedito Valladares — PSD.
5. Wilson Gonçalves — PSD.
6. Silvestre Péricies — Relator — PTB.
7. Amaury Silva — PTB.
8. D. C. N. 24-8-63 (S. I.) pág. 2.137
8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Lopes da Costa — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Ruy Palmeira — UDN.
14. Heribaldo Vieira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — Presidente — PL.
16. Mem de Sá — PL.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1961.**

Dá nova redação ao Item II do art. 95 da Constituição Federal. (Irredutibilidade dos vencimentos dos Juizes).

Eleita em 27-6-61, salvo os Senhores Senadores:

Lopes da Costa, designado em 29 de outubro de 1962;

Lobão da Silveira, designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto, designado em 23 de abril de 1963.

## Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento número 609-61, aprovado em 14-12-61;

Até 15-12-63 — Requerimento número 779-62; aprovado em 12-12-62.

**Membros — Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Lobão da Silveira — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Benedito Valladares — PSD.
5. Wilson Gonçalves — PSD.
6. Silvestre Pericles — PTB.
7. Bezerra Neto — PTB.
8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Lopes da Costa — UDN.
12. Milton Campos — Vice-Presidente — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Ruy Paimeira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Lino de Sá — PL.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7 de 1961.**

Da nova redação ao art. 65, item I, da Constituição Federal.

«Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado incluindo as de propor a exoneração dos Chefes de missão diplomática de caráter remanente e aprovar o estabelecimento, rompimento e reatamento de relações diplomáticas com países estrangeiros»

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Senhores Senadores:

- Guido Mondim — designado em 29 de outubro de 1962;
- Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962;
- Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963;
- Wilson Gonçalves — designado em 23 de abril de 1963;
- Eurico Rezende — designado em 26 de abril de 1963;
- Pinto Ferreira — designado em 20 de abril de 1963;
- Amaurly Silva — designado em 28 de abril de 1963;

**Prorrogações:**

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 607-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 16 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 780-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

**Membros — Partidos**

1. Menezes Pimentel — PSD.
2. Wilson Gonçalves — PSD.
3. Lobão da Silveira — PSD.
4. Ruy Carneiro — PSD.
5. Guido Mondim — PSD.
6. Silvestre Pericles — PSD.
7. Vivaldo Lima — PTB.
8. Amaurly Silva — PTB.
9. Pinto Ferreira — PTB.
10. Eurico Rezende — UDN.
11. Daniel Krieger — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Lopes da Costa — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Lino de Matos — PTN.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8 de 1961.**

Acrescenta item ao art. 3º do Capítulo II — Presidente da República — da Emenda Constitucional nº 4 de 1961 que instituiu o sistema parlamentar de governo «Sobre a exoneração por proposta do Senado do chefe de missão diplomática de caráter permanente».

Eleita em 5 de outubro de 1961, salvo os Srs Senadores:

- Vivaldo Lima — Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondim — Designado em 30 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar — Designado em 23 de abril de 1963;

Ruy Carneiro — Designado em 29 de abril de 1963;

Eurico Rezende — Designado em 23 de abril de 1963.

Pinto Ferreira — Designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto — Designado em 23 de abril de 1962.

Amaurly Silva — designado em 23 de abril de 1962.

**Prorrogações:**

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 603-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 781-62, aprovado em 2 de dezembro de 1962.

**Membros — Partidos**

1. Menezes Pimentel — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD.
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Jefferson de Aguiar — PSD
5. Guido Mondim — PSD.
6. Pinto Ferreira — PSB
7. Bezerra Neto — PTB.
8. Amaurly Silva — PTB.
9. Vivaldo Lima — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Eurico Rezende — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Lopes da Costa — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Lino de Matos — PTN.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição**

Acrescenta dispositivo ao artigo 15 revoga o item V e o § 6º do artigo 19 substituiu o § 5º do artigo 19 e o art. 22 da Constituição

«Modifica o regime de discriminação de rendas».

Eleita em 20 de novembro de 1961 salvo os Srs Senadores:

Barros Carvalho — Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondim — Designado em 19 de outubro de 1962.

Jefferson de Aguiar — designado em 28 de abril de 1963;

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;

Amaurly Silva — designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto — designado em 23 de abril de 1963;

**Prorrogações:**

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 605-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961;

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

**Membros — Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Menezes Pimentel — PSD.
3. Filinto Müller — PSD.
4. Guido Mondim — PSD.
5. Ruy Carneiro — PSD.
6. Amaurly Silva — PTB.
7. Barros Carvalho — PTB.
8. Argemiro Figueiredo — PTB.
9. Bezerra Neto — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Eurico Rezende — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Ruy Paimeira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Lino de Matos — PTN.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10, de 1961.**

Acrescenta parágrafo ao art. 15 da Constituição Federal aplicação da parcela proveniente das cotas de impostos destinadas aos Municípios».

Eleita em 28 2 1962, salvo os Srs. Senadores:

Lopes da Costa — designado em 30.3 1962;

Guido Mondim — designado em 29 10 1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23 4 1963

Eurico Rezende — designado em 23 4 1963;

João Agripino — designado em 23 4 1963;

Silvestre Pericles — designado em 23 4 1963;

Catete Pinheiro — designado em 23 4 1963

**Senadores — Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Wilson Gonçalves — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Lobão da Silveira — PSD.
5. Guido Mondim — PSD.
6. Silvestre Pericles — PTB.
7. Nogueira da Gama — PTB.
8. Barros Carvalho — PTB.
9. vaga — PTB.
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Lopes da Costa — UDN
13. João Agripino — UDN.
14. Eurico Rezende — UDN
15. Josaphat Marinho — S legenda.
16. Lino de Matos — PTN.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 11, de 1963.**

Acrescenta parágrafos 4º e 5º ao art. 28 da Constituição Federal «Criação de novos Municípios».

Eleita em 28 3 1962, salvo os Srs Senadores:

Guido Mondim — designado em 29 10 1962.

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

João Agripino — designado em 13-4-1963.

Catete Pinheiro — designado em 23-4-1963.

**Prorrogação:**

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 784-62, aprovado em 12-12-62.

**Membros — Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Guido Mondim — PSD
6. Silvestre Pericles — PTB
7. Nogueira da Gama — PTB
8. Barros Carvalho — PTB
9. Milton Campos — UDN
10. Heribaldo Vieira — UDN
11. Eurico Rezende — UDN
12. João Agripino — UDN
13. Lopes da Costa — UDN
14. Aloysio de Carvalho — PL
15. Miguel Couto — PSP
16. Catete Pinheiro — PTN

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 1, de 1962.**

«Altera a redação do art. 186 da Constituição referente a obrigabilidade de concurso para a investidura em cargo inicial da carreira, instituindo a prioridade de nomeações internas».

Eleita em 10-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Menezes Pimentel — designado em 10-5-1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963.

Leite Neto — designado em ..... 23 4 1963.

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

João Agripino — designado em 23-4-1963;

Aurelio Vianna — designado em 23-4-1963.

**Prorrogação:**

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 785-62, aprovado em 12-12-1963.

**Membros — Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Silvestre Pericles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Eurico Rezende — UDN
13. João Agripino — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Aurelio Vianna — PSB.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1962.**

«Institui nova discriminação de rendas em favor dos Municípios brasileiros».

Eleita em 23-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Leite Neto — designado em ..... 23 4 1963.

Josaphat Marinho — designado em 3-4-1963.

Eurico Rezende — designado em 23 4 1963.

**Prorrogação:**

Até 15 12 1962 — Requerimento nº 785-62, aprovado em 12 12 1962.

**Membros — Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Silvestre Pericles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Lino de Matos — PTN

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1962.

(Dispõe sobre a data do plebiscito previsto na Emenda Constitucional nº 3).

Eleita em 10.7.1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves  
Leite Neto  
João Agripino  
Eurico Rezende e  
Josaphat Marinho (designado em 23.4.1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 - Requerimento nº 787-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros - Partidos

1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Wilson Gonçalves - PSD
3. Ruy Carneiro - PSD
4. Lobão da Silveira - PSD
5. Menezes Pimentel - PSD
6. Leite Neto - PSD
7. Silvestre Péricles - PTB
8. Nogueira da Gama - PTB
9. Barros Carvalho - PTB
10. Milton Campos - UDN
11. Heribaldo Vieira - UDN
12. João Agripino - UDN
13. Eurico Rezende - UDN
14. Daniel Krieger - UDN
15. Mem de Sá - PL
16. Josaphat Marinho - S/legenda

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 5 de 1962.

Dá nova redação ao art. 20 da Constituição.

(Determina a entrega aos Municípios de 30% da arrecadação dos Estados quando exceder as rendas municipais).

Eleita em 13.9.1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves  
Leite Neto  
Josaphat Marinho  
Eurico Rezende  
Miguel Couto (designado em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 - Requerimento nº 789-62, aprovado em 12.12.62.

Membros - Partidos

1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Ruy Carneiro - PSD
3. Lobão da Silveira - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Leite Neto - PSD
6. Menezes Pimentel - PSD
7. Vago - PTB
8. Nogueira da Gama - PTB
9. Barros Carvalho - PTB
10. Milton Campos - UDN
11. Heribaldo Vieira - UDN
12. Josaphat Marinho - UDN
13. Daniel Krieger - UDN
14. Eurico Rezende - UDN
15. Mem de Sá - PL
16. Miguel Couto - PSP

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1962.

Altera a redação dos §§ 1º e 3º do art. 60 da Constituição Federal.

(Aumenta para 4 o número de representantes dos Estados e do Distrito Federal no Senado).

Eleita em 13.9.1962, salvo os Srs. Senadores:

Josaphat Marinho  
Wilson Gonçalves  
Eurico Rezende  
Julio Leite (designado em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 - Requerimento nº 790-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros - Partidos

1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Ruy Carneiro - PSD
3. Lobão da Silveira - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Benedito Valladares - PSD
6. Menezes Pimentel - PSD
7. Vago - PTB
8. Nogueira da Gama - PTB
9. Barros Carvalho - PTB
10. Milton Campos - UDN
11. Heribaldo Vieira - UDN
12. Josaphat Marinho - UDN
13. Daniel Krieger - UDN
14. Eurico Rezende - UDN
15. Mem de Sá - PL
16. Julio Leite - PR

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1962.

Revoga a Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema parlamentar de governo e o art. 61 da Constituição Federal, de 18 de setembro de 1946.

Eleita em 6.12.1961, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves  
Eurico Rezende  
Amaury Silva e

Raul Giuberti (designado em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 - Requerimento nº 791-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros - Partidos

1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Ruy Carneiro - PSD
3. Pedro Ludovico - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Benedito Valladares - PSD
6. Menezes Pimentel - PSD
7. Amaury Silva - PTB
8. Nogueira da Gama - PTB
9. Barros Carvalho - PTB
10. Milton Campos - UDN
11. Heribaldo Vieira - UDN
12. Eurico Rezende - UDN
13. Daniel Krieger - UDN
14. João Agripino - UDN
15. Mem de Sá - PL
16. Raul Giuberti - PSP

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1963.

Altera a redação do inciso IX do art. 157 da Constituição referente ao trabalho de menores e mulheres e ao trabalho em indústrias insalubres).

Designada em 23-4-1963

Membros - Partidos

1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Ruy Carneiro - PSD
3. Lobão da Silveira - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Menezes Pimentel - PSD
6. Heribaldo Vieira - PSD
7. Amaury Silva - PTB
8. Bezerra Neto - PTB
9. Vago - PTB
10. Silvestre Péricles - PTB
11. Arthur Virgílio - PTB
12. Eurico Rezende - UDN
13. Milton Campos - UDN
14. João Agripino - UDN
15. Josaphat Marinho - S/legenda
16. Aloysio de Carvalho - PL

### Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1963.

Altera os arts. 141, 146 e 147 da Constituição Federal (referente ao direito de propriedade).

Designada em 23-4-1963

Membros - Partidos

1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Ruy Carneiro - PSD
3. Lobão da Silveira - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Menezes Pimentel - PSD
6. Leite Neto - PSD
7. Amaury Silva - PTB
8. Bezerra Neto - PTB
9. Vago - PTB
10. Silvestre Péricles - PTB
11. Argemiro de Figueiredo - PTB
12. Eurico Rezende - UDN
13. Milton Campos - UDN
14. Daniel Krieger - UDN
15. Josaphat Marinho - S/legenda
16. Aloysio de Carvalho - PL

### Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1963.

Dá nova redação aos artigos nºs 26 e 63 da Constituição Federal (administração do Distrito Federal e matéria da competência privativa do Senado).

Eleita em 2-5-1963

Membros - Partidos

1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Ruy Carneiro - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Menezes Pimentel - PSD
6. Leite Neto - PSD
7. Amaury Silva - PTB
8. Bezerra Neto - PTB
9. Vago - PTB
10. Eduardo Catalão - PTB
11. Vasconcelos Torres - PTB
12. Eurico Rezende - UDN
13. Milton Campos - UDN
14. Daniel Krieger - UDN
15. Aloysio de Carvalho - Pequenos Partidos
16. Josaphat Marinho - Pequenos Partidos

### Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1963.

Dá nova redação aos arts. 44 e 45 da Constituição Federal para conceder imunidades aos Vereadores.

Designada em 20-5-1963

Senadores - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
- Ruy Carneiro - PSD
- Lobão da Silveira - PSD
- Wilson Gonçalves - PSD
- Menezes Pimentel - PSD
- Leite Neto - PSD
- Amaury Silva - PTB
- Bezerra Neto - PTB
- Pinto Ferreira - PTB
- Silvestre Péricles - PTB
- Adalberto Sena - PTB
- Eurico Rezende - UDN
- Milton Campos - UDN
- João Agripino - UDN
- Aloysio de Carvalho - PL
- Josaphat Marinho - S/legenda

### Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 5, de 1963.

Dá nova redação ao item II e ao § 4º do artigo 19 da Constituição referentes ao Imposto de Vendas e Condições:

1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Ruy Carneiro - PSD
3. Lobão da Silveira - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Menezes Pimentel - PSD
6. Leite Neto - PSD
7. Amaury Silva - PTB
8. Bezerra Neto - PTB
9. Vago - PTB
10. Humberto Neder - PTB
11. Argemiro de Figueiredo - PTB
12. Eurico Rezende - UDN
13. Milton Campos - UDN
14. Daniel Krieger - UDN
15. Aloysio de Carvalho - PL
16. Josaphat Marinho - Pequenos Partidos

### Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.

(Criada em virtude da aprovação, em 18.9.1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermirio).

(9 MEMBROS)

Membros - Partidos

- José Feliciano - PSD
- Atílio Fontana - PSD
- Eugênio Barros - PSD
- José Ermirio (Relator) - PTB
- Bezerra Neto - PTB
- Melo Braga - PTB
- Lopes da Costa - UDN
- Milton Campos Presidente - UDN
- Júlio Leite Vice-Presidente - Pequenas Representações

### Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas.

(Criada em virtude da aprovação, em 2-8-1963, do Requerimento nº 531-63, do Senador Gouvêa Vieira).

(5 MEMBROS)

Membros - Partidos

- Atílio Fontana (Presidente) - PSD
- José Feliciano (Vice-Presidente) - PSD
- José Ermirio (Relator) - PTB
- Adolpho Franco - UDN
- Aurélio Viana - Pequenas Representações

### Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional.

(6 MEMBROS)

(Criada pela Resolução nº 11-63)

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
- Leite Neto (Presidente) - PSD
- Neilson Maculan - PTB
- João Agripino (Relator) - UDN
- Josaphat Marinho - Pequenas Representações



**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1963**

(Originário da Câmara dos Deputados)

Que dá nova redação ao § 1º do art. 28 da Constituição Federal (autonomia dos Municípios).

Designação em 23 de outubro de 1963

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD;  
Ruy Carneiro - PSD;  
Wilson Gonçalves - PSD;  
José Feliciano - PSD;  
Lobão da Silveira - PSD;  
Bezerra Neto - PTB;  
Edmundo Levi - PTB;  
Argemiro de Figueiredo - PTB;  
Melo Braga - PTB;  
Milton Campos - Presidente - UDN;  
Aloysio de Carvalho - UDN;  
Afonso Arinos - UDN;  
Eurico Rezende - UDN;  
Josaphat Marinho (Relator) - Pequenas Representações;  
Aurélio Vianna - Pequenas Representações;  
Júlio Leite (Vice-Presidente) - Pequenas Representações.

**Comissão Especial para estudar a situação da Casa da Moeda.**

(7 MEMBRÓS)

(Criada em virtude da aprovação do Requerimento nº 531-63 do Sen. Jefferson de Aguiar, na sessão de 14-8-63).

Designação em 28-8-1963

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar (Presidente) - PSD;  
Wilson Gonçalves - PSD;  
Arthur Virgílio - PTB;  
Edmundo Levi - PTB;  
Adolpho Franco - UDN;  
Eurico Rezende (Vice-Presidente) - UDN;  
Josaphat Marinho - Sem Legendas.

**Comissão Especial para o estudo das causas que dificultam a produção agro-pecuária e suas repercussões negativas na exportação.**

(Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 20-8-1963).

(5 MEMBRÓS)

Membros - Partidos

José Feliciano - PSD;  
Sigefredo Pacheco (Vice-Presidente) - PSD;  
José Ermirio (Presidente) - PTB;  
Lopes da Costa - UDN;  
Aurélio Vianna (Relator) - Pequenos Partidos.

**Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas**

(Criada em virtude da aprovação, em 2-8-1963, do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira)

(5 MEMBRÓS)

Membros - Partidos

Atílio Fontana (Presidente) - PSD;  
José Feliciano (Vice-Presidente) - PSD;  
José Ermirio (Relator) - PTB;  
Adolpho Franco - UDN;  
Aurélio Vianna - Pequenas Representações.

**Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização**

(Criada em virtude da aprovação, em 18-9-1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 665 de 1963, do Sr. Senador José Ermirio).

(9 MEMBRÓS)

Membros - Partidos

José Feliciano - PSD;  
Atílio Fontana - PSD;  
Eurímio Barros - PTB;  
José Ermirio (Relator) - PTB;  
Bezerra Neto - PTB;  
Melo Braga - PTB.

Lopes da Costa - UDN.  
Milton Campos - Presidente - UDN.  
Júlio Leite - Vice-Presidente - Pequenas Representações.

**Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional**

(Criada pela Resolução nº 11 de 1963).

(5 MEMBRÓS)

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD;  
Leite Neto (Presidente) - PSD;  
Nelson Maculan (Vice-Presidente) - PTB;  
João Agripino (Relator) - UDN;  
Josaphat Marinho - Pequenas Representações.

**Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos apontados da tribuna do Senado, na Sessão de 23 do corrente, e outros relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento dos Correios e Telégrafos.**

(Criada em virtude da aprovação, em 7-11-1963, sessão extraordinária, da resolução nº 32, de 1963, apresentada pelo Senhor Senador Jefferson de Aguiar e outros Senhores Senadores).

(Criada pela Resolução nº 32, de 1963)

MEMBRÓS - PARTIDOS

Presidente: Wilson Gonçalves - PSD;  
Vice-Presidente: Leite Neto - PSD;  
Relator: Eurico Rezende - UDN;  
Jefferson de Aguiar - PSD;  
Atílio Fontana - PSD;  
Arthur Virgílio - PTB;  
Bezerra Neto - PTB;  
Aurélio Vianna - PTB;  
Júlio Leite - PTB;  
Melo Braga - PTB;  
João Agripino - UDN;  
Daniel Krieger - UDN.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1963.**

Altera o art. 138 da Constituição Federal (integridades). Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD;  
Ruy Carneiro - PSD;  
Wilson Gonçalves - PSD;  
José Feliciano - PSD;  
Walfredo Gurgel - PSD;  
Argemiro de Figueiredo - PTB;  
Bezerra Neto - PTB;  
Silvestre Pérciles - PTB;  
Edmundo Levi - PTB;  
Eurico Rezende - UDN;  
Milton Campos - UDN;  
Aloysio de Carvalho - UDN;  
Afonso Arinos - UDN;  
Josaphat Marinho - Sem Legendas;  
Raul Giuberti - Pequenas Representações;  
Júlio Leite - Pequenas Representações.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1963.**

Da nova redação ao § 4º do art. 182 da Constituição Federal (transferência para a reserva do militar da ativa que se candidatar a cargo eletivo). Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD;  
Ruy Carneiro - PSD;  
Wilson Gonçalves - PSD;  
José Feliciano - PSD;  
Walfredo Gurgel - PSD;  
Argemiro de Figueiredo - PTB;  
Bezerra Neto - PTB;  
Silvestre Pérciles - PTB;  
Edmundo Levi - PTB;  
Eurico Rezende - UDN;  
Milton Campos - UDN;  
Aloysio de Carvalho - UDN;  
Afonso Arinos - UDN;  
Josaphat Marinho - Sem Legendas;  
Raul Giuberti - Pequenas Representações;  
Júlio Leite - Pequenas Representações.



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XIX — N.º 3

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 4 DE JANEIRO DE 1964

## SENADO FEDERAL

**ATA DA 11ª REUNIÃO, EM 3 DE DEZEMBRO DE 1963 — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA.**

**PRESIDENCIA DO SR. CATTETE PINHEIRO:**

As 15 horas acham-se presentes os Srs. Senadores:

Oscar Passos.  
Zacharias de Assumpção.  
Cattete Pinheiro.  
Sebastião Archer.  
Joaquim Parente.  
Bezerra Neto. (6).

**O SR. PRESIDENTE:**

A lista de presença acusa o comparecimento de 6 Srs. Senadores. Não há número para abertura da sessão, motivo pelo qual vou encerrar a presente reunião, designando para a próxima sessão, a seguinte

**ORDEM DO DIA**

**TRABALHO DE COMISSÕES**

Encerra-se a reunião às 15 horas e 5 minutos.

**Expediente despachado**

*Respostas a pedidos de informações:*

I — do Sr. Ministro da Fazenda — Avisos de 19 de dezembro de 1963:

— N.º 343 — ao Requerimento número 616-63, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

— N.º 346 — ao Requerimento número 497-63, do Sr. Senador Domício Gondim;

— N.º 348 — ao Requerimento número 669-63, do ex-Senador Paulo Coelho;

II — do Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social:

— Aviso n.º GM 2052-R, de 13 de dezembro, ao Requerimento n.º 565-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar.

**DIRETORIA DAS COMISSÕES**  
Comissão Especial incumbida de efetuar o levantamento da produção mineral nacional e estudar as medidas capazes de possibilitar a industrialização dos mesmos.

**5ª REUNIÃO, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 1963.**

As dezesseis horas e vinte minutos, na Sala das Comissões, do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores José Ermirio, Relator, (Presidente em Exercício), Mello Braga, Bezerra Neto e José Kairala, reúne-se a Comissão Especial, incumbida de efetuar o levantamento da produção mineral nacional e estudar as medidas capazes de possibilitar a industrialização dos mesmos. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Milton Campos, Presidente, Júlio Leite, Vice-Presidente, José Feliciano, Eugênio Barros, Atilio Fontana e Lopes da Costa. É dispensada a leitura da Ata da Reunião anterior. O Senhor Presidente declara aberta a Sessão concedendo a palavra ao Senhor Deputado Janary Nunes que faz longa exposição sobre o minério no Brasil, conforme notas taquigráficas abaixo registradas.

**NOTAS TAQUIGRÁFICAS**

O SR. PRESIDENTE — Está presente o ilustre General Janary Nunes, para nos dar esclarecimentos sobre a zona do Amapá que foi a precursora do desenvolvimento do manganês no Brasil.

Gostaria de ouvir S. Exa. sobre a situação em que se encontra, primeiro a posição de mineração do manganês no Amapá; segundo, o resultado do que se pode dizer do investimento da I num Território que em tão pouco tempo é considerado próspero.

O SR. JANARY NUNES — Senhor Presidente, Srs. Senadores, é com a máxima satisfação que compareço a esta Comissão, para prestar esclarecimentos sobre o programa de aproveitamento do manganês do Rio Amapari, no Território Federal do Amapá.

Quando fizemos o contrato inicial, ou melhor, quando tomamos as provi-

dências preliminares para aproveitamento do minério de manganês buscamos criar novo tipo de economia mineral no Brasil.

Conhecíamos bem o funcionamento do Código de Minas;

Conhecíamos bem o sistema de exploração das minas tradicionais existentes no País, havíamos visitado essas jazidas; as de Lafaiete, em Minas Gerais, as de ferro, no Vale do Parapeba, as da Companhia do Vale do Rio Doce, bem assim, tínhamos informações de outras jazidas. Não estávamos, porém, satisfeitos com a fórmula de aproveitamento do mineral, pela qual o explorador tirava todos os benefícios, praticava quase que — digamos uma garimpagem, sem deixar coisa alguma de benefício em prol da região.

Assim, no Amapá a primeira providência que tomamos foi solicitar ao Presidente a transformação das jazidas do Território em reserva nacional. Ela constitui uma das raras jazidas, no Brasil, sujeita a regime especial de aproveitamento.

Pelo Decreto-lei n.º 9.858, de 13 de setembro de 1946, o Presidente da República considerou as jazidas do Amapá reserva nacional, estabelecendo regime especial de aproveitamento, que foge à legislação do Código de Minas.

Sr. Presidente, por esse Decreto-lei, que tornou as jazidas de manganês do Território Federal do Amapá reserva nacional, iniciamos nova fase no aproveitamento mineral de Brasil.

Em primeiro lugar, temos uma unidade: o aproveitamento. Consideramos que essas jazidas, naquela distância, em plena floresta, a duzentos quilômetros do Rio Amazonas, em lugar que, na época, não possuía porto, em que a divisão das jazidas impediria o seu aproveitamento, nenhum capitalista ou industrial se lançaria ao aproveitamento de parte dessas jazidas.

Uma das nossas preocupações foi evitar a divisão das jazidas. Se houvesse essa divisão não encontraríamos facilidade para construir uma estrada de ferro ou montar um sistema de transporte, que permitisse levar o mineral de lugar tão distante aos mercados consumidores.

Estabelecida a Lei Básica para o aproveitamento das jazidas de man-

gânês do Amapá, sugerimos ao Governo Federal que constituísse uma sociedade de economia mista da qual participassem o Governo Federal, o Governo do Território e, em caráter minoritário, grupos particulares, inclusive estrangeiros. A época, porém, a Companhia Siderúrgica Nacional não tinha entrado em funcionamento. Isso em 1946, no término da segunda guerra mundial, em que o Governo enfrentava tremendas dificuldades para colocá-la em atividade. A Companhia Vale do Rio Doce vivia sob o regime de intervenção dos Bancos estrangeiros e ainda não apresentara o resultado do seu trabalho.

O Presidente Eurico Dutra, a quem propus a criação de uma sociedade de economia mista brasileira, desanimou. O Governo Federal não tinha dinheiro para novos investimentos e os seus recursos já eram insuficientes para trabalhos da sua própria iniciativa, que já estavam em desenvolvimento e não desejando e não podendo assumir a responsabilidade do aproveitamento direto das jazidas, autorizou-me a usar aquele dispositivo do Art. 4º que dizia que "o aproveitamento das jazidas poderá ser, se assim o entender o Governo Federal, contratado com entidades particulares ou de economia mista".

Busquel no Brasil o interesse de grupos particulares brasileiros, visitei em Mogi, Estado de São Paulo o Grupo Jafet, que tinha idoneidade financeira e convidei-o a explorar as jazidas do Amapá. Aquêlê grupo alegou que estava muito sobrecarregado com as novas siderúrgicas que estava instalando e não podia trabalhar. Procurei o Dr. Amintas Jacques de Moraes, solicitando sua participação no aproveitamento daquelas jazidas. Ele entretanto achou que era um aproveitamento de grande vulto e seus compromissos no Estado de Minas Gerais não lhe permitiam desviar a atenção para o aproveitamento das jazidas do Amapá. Não houve assim interesse, nem do Governo Federal — era nossa ideia que o Governo Federal era capaz de conduzir o aproveitamento das jazidas e não queríamos abrir mão desse privilégio de conduzir as negociações, porque havíamos contribuído para descobrir aquelas jazidas. Não havendo interesse do Governo Federal e nem de grupos de

iniciativa privada nacionais, resolvemos então fazer uma concorrência, submetendo a idéia, ao Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, de algumas bases para uma concorrência, cujo espírito principal era o seguinte: fazer reverter para o território o máximo possível dos lucros de aproveitamento, fazer ficar no Brasil a maior percentagem possível dos lucros do aproveitamento dessas jazidas e ainda mais, dar vantagens ao povo do território.

Assim, por exemplo, na concorrência que estabelecemos exigimos a construção de uma estrada de ferro e que essa fosse destinada para o tráfego público, independentemente das obrigações industriais da empresa, uma capacidade mínima de 200.000 toneladas, que correspondiam a cinco vezes a capacidade de transporte da Estrada de Ferro Bragança, a única da região na época; exigíamos que de todas as instalações de energia que a empresa fizesse, 30% pelo menos fossem destinados ao uso público; impusemos que pelo menos 20% dos lucros fossem reinvestidos na própria região, estabelecendo ainda o pagamento de "royalties", além do imposto único — porque como sabem os Senhores Senadores, de acordo com o Código de Minas, as empresas de mineração que pagam o imposto único, estão livres do pagamento de quaisquer outras taxas, exceto o Imposto de Renda.

Enfim, estabelecemos várias obrigações e entre elas o pagamento de um "royalty" percentual, o que mostrou que na época já contávamos com a inflação. O "royalty" cresceria de acordo com o preço do minério.

Foi feita concorrência pelo Conselho Nacional de Minas e Metalurgia e a ela compareceram inicialmente quatro grupos, mas na concorrência final só ficaram três: dois estrangeiros — a Companhia Meridional de Mineração, representante dos interesses da United States Steel; o segundo grupo era a Bethlehem Steel, quase tão importante quanto o primeiro. Apareceu um outro grupo depois, a Republic Steel, representada pelo Professor Anísio Teixeira, que não compareceu à concorrência final; e a Hanna Company. Em vez de dois grupos estrangeiros eram três. A Hanna já havia feito contrato mais ou menos nas mesmas bases para aproveitamento do ferro e se retirou, desistindo da pesquisa; e por fim um grupo brasileiro o único que compareceu que foi a ICOMI, que na época era a empresa nacional que mais produzia minério para Volta Redonda — cerca de 100.000 toneladas de minério de ferro e 400.000 toneladas de calcário. Gente brasileira que tinha experiência de mineração.

A concorrência foi julgada pelo mesmo Conselho de Minas, que agiu com espírito nacionalista, porque deu ganho de causa ao único grupo brasileiro que concorria, embora tivesse feito várias exigências, inclusive de prova de idoneidade financeira que a ICOMI obteve com o Banco da Lavoura, que garantiu recursos para que cumprisse o contrato. Discutiu-se minuciosamente e já nas bases da concorrência foi autorizado pelo então Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, que teve o assessoramento de um dos maiores conhecedores dos problemas siderúrgicos do Brasil, o General Edmundo de Macedo Soares e Silva, então Ministro da Viação e Presidente do Conselho de Minas e Metalurgia, que acompanhou todos os entendimentos para a execução do contrato. Esse contrato foi celebrado em 1947 e desde ano até 1950 a ICOMI investiu cerca de Cr\$ 200.000.000 em pesquisas no território do Amapá, estudou o problema dos transportes, do porto e chegou à conclusão de que era necessária a

# EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

### DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO I

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

#### ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONÁRIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 50,00	Semestre .....	Cr\$ 39,00
Ano .....	Cr\$ 96,00	Ano .....	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano .....	Cr\$ 136,00	Ano .....	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão-se tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

construção de uma estrada de ferro; estudou o problema das minas e realizou também grandes pesquisas para o melhor conhecimento das jazidas, porque o contrato estabelecia que se houvesse mais de dez milhões de toneladas, ela seria obrigatoriamente levada a construir uma estrada de ferro. Para o território o que parece de maior interesse era justamente a construção da estrada, porque no Brasil se dizia que todo aproveitamento mineral só deixava buracos. E nós queríamos uma estrada de ferro de penetração, que abrisse uma ampla faixa de terra para a colonização do território.

Um dos objetivos principais do nosso contrato era obter estrada de ferro. Mas, nesse período, a ICOMI chegou à conclusão de que se fazia necessário investimento em moeda estrangeira para aquisição de equipamento de mineração não produzido no País e para a construção da estrada de ferro e do porto, também com equipamento que, na época, não eram produzidos no Brasil. E, sendo assim, pediu ao Governo Federal que desse autorização para negociar o empréstimo de trinta e cinco milhões de dólares com o Banco Internacional e a garantia do Tesouro Nacional.

Nessa ocasião, dirigimo-nos ao Presidente da República que enviou mensagem ao Congresso. Este, depois de examinar o nosso contrato, ratificou-o e deu a garantia do Tesouro para o empréstimo. Mas, já nessa ocasião, a ICOMI, verificando que havia conveniência para a garantia dos negócios de obter um mercado seguro, propôs uma associação com a Bethlehem Steel, dentro dos termos do contrato inicial. Na época, passamos a fazer várias imposições porque, como no contrato inicial não estivera prevista a participação do capital estrangeiro, esta-

beleceamos na revisão a seguinte cláusula, por exemplo:

"Cláusula 36. A empresa (quer dizer empresa contratante) poderá assumir qualquer das formas ou tipos legalmente admitidos no País para as sociedades comerciais, reservados sempre a brasileiros pelo menos 51% do respectivo capital..."

Esta foi uma exigência que fizemos em consequência do acordo com a Bethlehem, porque tanto o Work Bank, como o Eximbank, que depois fez o empréstimo sem a garantia do Tesouro Nacional, exigiram a existência de um grupo idôneo que assumisse o compromisso de comprar o minério até o pagamento total do empréstimo.

Vou continuar a leitura da cláusula 36:

"A empresa poderá admitir sócios estrangeiros, cuja participação no capital inicial não excederá entretanto de 49%. Se o capital se compuser de ações de cláusula diferente os seus respectivos deverão estabelecer que a maioria das ações com direito de voto não poderá pertencer a acionista estrangeiro. As ações ou cotas sociais reservadas a brasileiros poderão pertencer a sociedades organizadas no País, desde que constituídas exclusivamente por sócios brasileiros; quando tal sociedade formar seu capital com ações ao portador, os respectivos estatutos deverão estipular: a) que a sociedade não admitirá, nem reconhecerá quaisquer efeitos, inclusive na formação de suas assembleias gerais e para participação de dividendos que tais ações pertencam a estrangeiros; b) que os títulos representativos dessas ações constem expressa-

mente como restrição à respectiva circulação que eles não poderão transferir-se a estrangeiros".

Quer dizer, incluímos uma cláusula que mostrava que a empresa deveria ser controlada e dirigida por brasileiros.

Este contrato revisado foi aprovado pelo Sr. Presidente da República e ratificado pelo Congresso Nacional. De forma que, nesta fase de 1951, com a associação à Bethlehem, a Petróbras passou a dispor de amplos recursos para as pesquisas. Foi realizada então a melhor pesquisa de minérios já feita no Brasil. Nenhuma outra jazida de minério metálico foi pesquisada no Brasil tão bem quanto as de manganês no Amapá. Quando a empresa chegou à conclusão de que havia mais de dez mil toneladas, foi obrigada a iniciar o aproveitamento das jazidas, porque os prazos que estabelecemos foram todos muito curtos.

Passou então a construir a estrada de ferro de cerca de duzentos quilômetros, moderníssima, com capacidade de transporte de um milhão e quinhentas mil toneladas por ano, entre Macapá, capital do Território e a Serra do Navio. Passou também a construir um porto em Macapá, que é um dos mais modernos do mundo, com capacidade para carregar duas mil e quinhentas toneladas por ano.

A ICOMI passou também a montar uma das minas melhor operadas do mundo, porque vêm estudiosos, técnicos dos Estados Unidos, Europa, especialmente ao Território para verificar a operação dessa mina. Ela não tira uma tonelada sem que esteja estudado completamente o plano de lavra.

O SR. PRESIDENTE — Qual a percentagem de nacionais, operários e técnicos, que operam as minas de Macapá?

O SR. JANARY NUNES — 99,99% de brasileiros. A Bethlehem só teve em toda a fase de execução um diretor estrangeiro, por sinal, homem já radicado no Brasil, professor de Geologia, que esteve muitos anos na Bahia. Eram quatro diretores e os outros três eram brasileiros. Hoje, são dez, dos quais continua apenas este diretor estrangeiro. Chegamos a ter alguns técnicos estrangeiros na fase do planejamento, trabalhando no Amapá, mas sempre em número inferior aos técnicos brasileiros, porque só vinha o elemento de fora quando era absolutamente impossível o de sua especialidade no Brasil. or:ICOMI:3-

Convindamos engenheiros em Minas, S. Paulo e Rio Grande do Sul.

Macapá tornou-se assim como a Brasília. Tinha gente de todos os quadrantes. Mas estrangeiro mesmo não chega nem a vinte. Assim mesmo são os técnicos, os mecânicos, e não os dirigentes. Todos os chefes são brasileiros. Aliás, os estrangeiros já requerem naturalização.

O censo de 1960 está aí. Não chegou a 0,1% os estrangeiros.

O SR. JOSÉ KAIRALA — Tive conhecimento de que a Bethlehem fez uma proposta para colocar dormentes mais baratos. É verdade?

O SR. JANARY NUNES — Sim. Mas não impedimos. A vantagem do dormente estrangeiro é que era de aço, mas achamos colocando o nacional, de madeira do próprio Amapá.

Quando à exportação, inicialmente foi feita para os Estados Unidos. Não havia outro mercado.

O SR. JOSÉ KAIRALA — Qual a média anual da exportação de manganês.



O SR. JANARY NUNES — Setecentas mil toneladas por ano. O problema do mercado de minério tem ficado de ano para ano mais grave. Nós começamos a exportar em 7 de janeiro de 1957. Mas no ano passado a Gabon exportou 500.000 toneladas e a Guiana Inglesa 250.000. Mas o maior concorrente do Amapá é a Rússia. Outro grande fornecedor, a Índia.

O SR. PRESIDENTE — A Rússia, no meu entender, ao exportar, calcula-se o quilo que produziria dentro do país é mais caro do que importa já produzido. De forma que faz um equilíbrio. Até na exportação do ouro eles calculam isso. Compraram trigo do Canadá, da Austrália e dos próprios Estados Unidos.

Há uma pergunta, entretanto, e que estou interessado: uma vez que a exportação do minério se iniciou a 7-1-57, de então o território do Amapá tem recebido um royalty de 4 a 5%?

O SR. JANARY NUNES — O contrato inicial era de 4%, para reinvestimento máximo de 10%. O Eximbank exigiu que o Governo adotasse a política de não invés de pagar o empréstimo fizesse o reinvestimento. Então passou a ter mais 1%. A ICOMI tinha autorização para exportar até 500.000 toneladas. Acima disso só com autorização do Governo e para as exportações excedentes foi que se concedeu para 5% de royalty. Desse modo, a ICOMI de 1957 até julho de 1962 pagou 5% de royalty sobre as exportações até 500.000 toneladas e pelo que excedeu esse limite mais 5%, quer dizer, pagava 10% pelo que excedia de 500.000 toneladas.

O SR. PRESIDENTE — Esses 20% estão sendo investidos no Amapá.

O SR. JANARY NUNES — Vossa Exa. conhece minha posição. Sabe que o Governo da época era meu inimigo, mas posso afirmar à Comissão que o Governo preferiu receber os adicionais a usar a opção de investir os lucros. Aplicou o dinheiro nas obras da Companhia Elétrica do Amapá a partir de 1963.

Assim, os lucros apurados no exercício de 1963 deverão ser reinvestidos no Território do Amapá à razão de 20%, a partir do próximo ano. Este, porém, não é o aspecto fundamental pelo seguinte: a ICOMI tem investido muito mais, não se limitou a ser empresa de mineração. Montou, no Amapá, as melhores instalações de assistência social superiores às da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda e as de qualquer outra empresa privada, inclusive a Petrobrás. Despendeu noventa e cinco milhões de cruzeiros em assistência médica. Montou duas belas operárias, que são duas cidades suíças, com todo o conforto. Possui clube, supermercado, o melhor hospital do Norte do Brasil, com salas de operação de alto padrão; construiu casas mobiliadas para os operários, que pagam apenas Cr\$ 150,00, o que não corresponde sequer à água para o seu uso.

Em Conferência que fiz em Belo Horizonte, declarei que se eles quisessem trabalhar com o Amapá não construiriam naquelas favelas que vi em Três Marias.

O SR. PRESIDENTE — A verdade é que a situação de Três Marias, no particular é temporária. Ultimada a instalação, as favelas desaparecerão.

O SR. JANARY NUNES — Continuará, porém, a manutenção.

O conjunto residencial, montado pela ICOMI representa um investimento muito grande, talvez se aproxime dos 20%. Pagou integralmente o empréstimo recebido do Eximbank. O Eximbank financiou com dólares todas as despesas em cruzeiros e o empréstimo não foi feito pela Beth-

lem e sim pela Empresa Brasileira de Indústria e Comércio Sociedade Anônima. — INCOME. Não vi, no contrato, garantia de capital estrangeiro. O contrato foi feito com uma empresa brasileira, ...

O SR. PRESIDENTE — Certo.

O SR. JANARY NUNES — ... de que o capital estrangeiro participou um caráter minoritário.

O SR. PRESIDENTE — Uma vez que passou de 4 para 5% por opção de um Governo, naturalmente que penso que seria o melhor, que talvez não o tenha sido, qual será o programa deste ano do lucro dos 20% da INCOME?

O SR. JANARY NUNES — A média da exportação do minério de manganês anualmente tem sido de vinte e oito milhões de dólares.

O SR. PRESIDENTE — Começou em trinta e seis e agora baixou para vinte e cinco dólares de tonelada.

O SR. JANARY NUNES — Isso FOB, fora o frete. O minério de manganês do Amapá é o que melhores preços tem obtido no mercado internacional.

O SR. PRESIDENTE — Dá vinte e cinco dólares a tonelada. Anteriormente, era mais alto, sem se levar em conta a concorrência da Índia. A Índia tomou um rumo e a sua produção está dobrando de ano para ano.

Podemos defender o Território do Amapá de tal forma que faremos o que a Índia está fazendo, isto é, dobrar o consumo interno que já é grande?

O SR. JANARY NUNES — Se fizermos este projeto, a Índia ficará abaixo. Sua produção de liga é de vinte e quatro mil toneladas por ano, manganês industrializado. O programa da Índia não se compara ao nosso.

O SR. PRESIDENTE — Já está exportando além do consumo interno. Sua siderúrgica é muito grande, maior que a do Brasil.

O SR. JANARY NUNES — Não Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Índia está na frente do Brasil em aço.

Entreguei ao Dr. Isaac Brown um trabalho sobre a produção de aço da Índia, para publicação no Diário do Congresso Nacional.

O SR. JANARY NUNES — A Índia exporta vinte e seis mil toneladas de ferro-liga.

O SR. PRESIDENTE — Além do consumo interno de manganês.

O SR. JANARY NUNES — Nosso consumo interno de manganês é de vinte e cinco mil toneladas, maior que o da Índia.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. está enganado.

O SR. JANARY NUNES — O melhor preço de minério obtido no Brasil é o do manganês do Amapá.

O SR. PRESIDENTE — Porque o mais rico. Dá, em média, vinte e cinco dólares a tonelada. O Amapá pode concorrer porque possui instalações apropriadas.

O SR. JANARY NUNES — Segundo dados fornecidos pelo Banco do Brasil era de trinta e sete dólares e oitenta e oito cents por tonelada.

O SR. PRESIDENTE — Qual a solução que V. Exa. sugere para corrigir esse abuso, de alguém que está usando a África, país independente, constituída de países independentes, que não o são realmente, para tirar vantagens do Brasil?

O SR. JANARY NUNES — Nesta parte do comércio exterior o Brasil é uma criança ingênua. Desde 1957, estamos numa concorrência — nós e a Índia. Eles baixam o preço e somos obrigados a igualá-los. No ano

seguinte, a mesma coisa, e assim por diante. Nunca enviamos uma missão à Índia para discutir a política de preços, já que a maior produtora do mundo, na época, era a Rússia que não negociaria conosco.

Nós e a Índia, situados em dois extremos do globo, devemos ter todo entendimento para defender a nossa matéria-prima.

O SR. PRESIDENTE — Quando estive em Oslo, em 1963, assisti à assinatura de um contrato para o fornecimento de fornos à indústria daquele país e vimos que a indústria ali está se desenvolvendo, porque viram que não podem concorrer com o minério de manganês e estão se industrializando, para poder comprar fornos de alumínio. O primeiro Ministro da Índia é um homem de uma intuição muito interessante. Quando viu que não podia fazer acordos, desviou sua capacidade para a indústria.

O SR. JANARY NUNES — O mercado de minério de ferro é muito pequeno.

O SR. PRESIDENTE — São os Estados Unidos que compram tudo.

O SR. JANARY NUNES — O mercado não era no ano passado superior a 200.000 toneladas. A tendência do nobre Senador José Ernirio é obrigar a industrialização, o que é uma excelente política.

O SR. PRESIDENTE — Aqui está e vou oferecer ao nobre Deputado Janary Nunes, um estudo a respeito da indústria na Índia.

“Em 1962 a Índia exportou ...

O SR. JANARY NUNES — O mercado disponível no mundo hoje para o ferro-liga — o mercado americano — é da ordem de 200.000 toneladas.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. conhece melhor do que eu. Se o Brasil pudesse industrializar o ferro-manganês, melhoraria sua posição e aumentaria essa exportação.

O SR. JANARY NUNES — As porcentagens são as seguintes: A Rússia, por exemplo, gasta 60 toneladas de manganês para 1.000 quilos de aço. Os Estados Unidos só gastam 22 quilos para uma tonelada de aço. O minério russo é mais pobre. O americano exige maior padrão de minério para a exportação e consome menos. Há um ponto que não está correto. Posso lhe dar outros dados a respeito do minério do Amapá, que não é de baixo preço. Ele é um dos de maior preço.

O SR. PRESIDENTE — Baixo preço, porque é o que melhor existe.

O SR. JANARY NUNES — O do Gabon é melhor. Dá 52% e está por preço inferior ao nosso.

O SR. PRESIDENTE — Mas não podemos concorrer com países escassos. E' por isto que gostaria de ouvir tafemos sofrendo a concorrência no minério, como sofremos no café. No algodão ainda não estamos sofrendo, mas um país que não se defende acabará sofrendo a concorrência africana. Ainda hoje ouvimos um depoimento sobre o amendoim. Outros produtos agrícolas também sofrerão a concorrência. Isto porque a África não é ainda independente: formaram países independentes, mas estão com o controle da exportação. Até a navegação depende dos países colonizadores. Se não tomarmos providências para a industrialização do minério, perderemos o mercado. V. Exa., que está bem informado, responda-me o seguinte: o consumo para uma tonelada de ferro manganês é 2.000 toneladas o minério?

O SR. JANARY NUNES — É quase isso.

O SR. PRESIDENTE — Se exportarmos 150.000 toneladas de ferro manganês, incrementaríamos a industrialização, protegendo nossa econo-

mia, criando mão de obra especializada e novos recursos seriam produzidos, advindo uma industrialização mais barata.

O SR. JANARY NUNES — Acho que a iniciativa desta Comissão, de estudar o problema dos minérios do Brasil, é necessária, útil e feliz. Acho que a preocupação de V. Exa. é encerrar o melhor preço para o nosso minério, não só para o manganês, como para o ferro, que está sofrendo uma tremenda depreciação.

O SR. PRESIDENTE — Por quanto vendíamos uma tonelada de ferro?

O SR. JANARY NUNES — Chegamos a vender a 14 dólares.

O SR. PRESIDENTE — Agora está a 9. Os países têm de se defender. Se houver um meio de valorização desse minério dentro do Brasil, para vender o produto, melhorariamos nossa posição, porque quem pode vender o produto industrializado, pode comprar também. E a grande desvantagem do Brasil é vender e não poder comprar. Se o Amapá pudesse industrializar 200.000 toneladas de ferro, ele a venderia por preços muito superiores. Com esta indústria naquele território — que certamente será dentro em pouco um novo Estado — seria uma coisa maravilhosa e traria para o Brasil o destaque internacional, de não ser um mero fornecedor de matéria prima.

O SR. JANARY NUNES — O nobre Senador está com a razão; recomendar, estimular, obrigar a necessária industrialização, de acordo com as situações do mercado. A industrialização progressiva do nosso minério de manganês é uma política que convém rigorosamente aos interesses nacionais. O Amapá está praticando essa política, tanto assim que está com a usina inicial de eletroderurgia altamente econômica e de alta pureza, programada para iniciar imediatamente, quanto estiver concluída a usina hidrelétrica — com uma produção de 45 000 toneladas, que é, pelo menos, o dobro da produção da Índia velha e tradicional exportadora de minério manganês, concorrendo com a Rússia, de de o início do século. A Índia diminuiu sensivelmente sua produção. Ficou com o mercado japonês.

O SR. PRESIDENTE — É um intercâmbio interessante para eles. Vendem minério de manganês e importam do Japão.

O SR. JANARY NUNES — Mas o nobre Senador José Ernirio perguntou-me ...

O SR. ATILIO FONTANA — Dejo um esclarecimento do nobre deputado: o Território do Amapá tem um rendimento de 20% do resultado da exportação de minério que devem ser investidos no próprio Território. Há um programa para esse investimento?

O SR. JANARY NUNES — Já existe um plano. Aliás, vinculamos os recursos provenientes da exportação do minério a um plano de industrialização do Amapá. No momento, todos os recursos entregues pela ICOMI ao Governo e que até dezembro do ano passado montavam dois bilhões e meio de cruzeiros, pela exportação de minério, foram aplicados na construção de uma usina hidrelétrica de cento e cinquenta mil “quilowatts”, em fase adiantada de construção, que pretendemos fique concluída no fim de 65 ou princípio de 66.

O SR. ATILIO FONTANA — Mas é o Governo que aplica ou é a companhia?

O SR. JANARY NUNES — Deixa-me explicar o conjunto.

Além dos 20% que só começaram a ser devidos a partir de julho do ano passado, já vinham sendo pagos os “royalties” pela exportação de minério. Esses dois bilhões e meio foram aplicados na construção da usina hidrelétrica, que facilitará o plano de

Industrialização do Amapá. Esta é a primeira fase. Já está planejada uma usina eletro-siderúrgica para produção de ligas de ferro-manganês, como o deseja o nobre Senador José Ermirio.

Agora, pedimos que a ICOMI investisse um bilhão de cruzeiros, além dos "royalties", na usina hidrelétrica. Além do mais, apresentamos um projeto à ICOMI para investir parte dos 20% na instalação de uma usina de fabricação de casas pré-fabricadas, de compensados e de compensados, que dá um cinco milhões de dólares dentro de dez meses. Para a execução desse projeto a ICOMI vai associar-se a uma companhia holandesa e fim de aprovisionar as imensas riquezas florestais da Bacia Amazônica, proporcionando trabalho a cerca de mil e quinhentos praticos nossos. Também está com outro programa já em desenvolvimento, que é a instalação de uma grande cultura para, em curto prazo, cultivar cinco mil hectares de dendê a fim de produzir "palm oil", evitando a importação de vinte e cinco milhões de dólares destinados à indústria siderúrgica. Este projeto dará trabalho para mais mil praticos nossos.

Além desses projetos, a ICOMI está com dois compromissos com o Governo Amapaense: Primeiro, organizar a Companhia de Desenvolvimento da Amazônia para financiar o produtor e o homem de pequena iniciativa.

Devo dizer que além dos 20% a ICOMI introduziu no Amapá uma experimentação da produção do mais alto nível. Por exemplo, a produção de ovos. Antes, importávamos de São Paulo dois mil ovos por dia. Hoje, a ICOMI montou um aviário de dez mil aves, que produzem cinco ou seis mil ovos por dia. Entramos também na fase da experimentação agrícola, contratando técnicos de renome. Estamos, por exemplo, estudando a preparação de adubos naturais, com os quais temos conseguido uma produção de frutas, de alto rendimento. Hoje, o agricultor da região passa seus sábados e domingos na ICOMI aprendendo sobre a produção de laranja, lêmões, citras, mamões e frutas regionais, como a carambola. Esta, por sinal, fornece um refresco delicioso, que quase ninguém conhece.

Mas é um refresco delicioso! Tem prestado uma grande contribuição à agricultura daquela região.

O SR. PRESIDENTE — Sr. Deputado, todos nós estamos preocupados com o problema de obter novas matérias-primas. Não podemos esquecer o que aconteceu com o Brasil no passado em relação à borracha; com a ameaça ao açúcar; e atualmente a concorrência de café africano. Por isso queremos ouvir as sugestões de V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. JANARY NUNES — Político.

Em primeiro lugar, em relação à política mineral, acho necessário in-

ciar-se uma campanha intensiva de pesquisas para descobrimento de novas jazidas e melhor conhecimento das já exploradas.

Portanto, a recomendação básica seria essa.

O exemplo do manganês do Amapá é típico. Há vinte anos não se conhecia nada. Hoje, é o seu maior produtor na região amazônica.

Se não tivéssemos a INCOME não teríamos 80 ou 100 navios mensalmente frequentando nossos portos. Esta companhia, este ano, vai nos dar novecentos milhões de royalties; quinhentos milhões de imposto único; está dando trezentos milhões para a prefeitura. E agora põe uma questão pela qual pagava trezentos milhões, no mínimo, por ano, à prefeitura de Macapá.

Uma prefeitura que tinha uma renda de trezentos mil cruzeiros anuais, passará a receber seiscentos milhões somente devidos a essa nova fonte de riqueza.

A segunda recomendação, seria a de encontrarmos uma fórmula pela qual o aproveitamento de minério pudesse deixar benefícios essenciais à região onde ele é encontrado. Não queremos mais ser colono, nem garimpeiros.

O SR. JOSÉ ERMIRIO — Muito bem, muito bem. Isso mesmo.

O SR. JANARY NUNES — Queremos que uma grande parcela dos recursos advindos da exploração do mineral reverta em benefício da região de onde ele é extraído.

A terceira sugestão, seria a revisão da lei do imposto único.

Se tirássemos 5% do imposto único para financiar pesquisas lucrariamos muito mais do que se os aplicássemos em outros gastos.

O SR. PRESIDENTE — Esse, o grande segredo da grandeza dos Estados Unidos, que já em 1917 produziam os metais básicos à plena industrialização do país, salvo o níquel que eles importavam do Canadá.

Os americanos pesquisaram regiões inóspitas, geladas, montes rochosos, mas não perderam tempo. Nós também precisamos um serviço geológico à altura das nossas necessidades. Ao rasgarmos novas estradas precisamos mandar o geólogo para ir acompanhando e vendo o que está sendo cortado. Além disso, vamos criar o curso de prospectores que existem em todo o mundo, destinado a fornecer, em 90 dias, algumas idéias mineralógicas e cristalógicas ao homem do interior, ao homem do campo.

O SR. JANARY NUNES — Aliás, vai aqui o registro, o manganês do Amapá é devido à descoberta de um caboclo, um garimpeiro brasileiro que andava atrás de ouro e veio a descobrir aquela pedra preta. Sabia que eu estava aborrecido na exploração do ferro e me disse que existia uma

mina muito maior do que a de Vila Nova. Mandei que trouxesse uma amostra mas que não fosse uma pedrinha, eu queria uma tonelada.

Aí ele me trouxe uma tonelada, cuja primeira amostra deu 57%. Chama-se Mário Cruz.

Vou apresentar, no dia 1º de dezembro — data da emancipação do território — um projeto que visa dar dez milhões de cruzeiros desses oitocentos bilhões que esse homem descobriu ao seu legítimo dono. Eu prometi que ia dar e vou dar mesmo. Aliás a INCOME, a nosso pedido, já lhe deu uma casa e lhe paga um auto ordenado. Pretendo dar um prêmio de Cr\$ 10.000.000,00 ao descobridor do manganês do Amapá. Penso que deveríamos dispensar melhor tratamento ao minério de manganês do Amapá. O minério é vendido e produz Cr\$ 1.100,00, dos quais só recebe Cr\$ 620,00 e até o mês de maio só recebia Cr\$ 400,00.

O SR. ATÍLIO FONTANA — É preciso combater esse e outros tipos de lesar a nossa exportação, a exemplo do superfaturamento na importação e na exportação.

O SR. JANARY NUNES — Providência aconselhável seria a revisão do custo do minério na boca da mina, para que o imposto único de mineração pudesse dar maior contribuição. Essa contribuição revertaria em favor da pesquisa.

O SR. PRESIDENTE — Muito bem.

O SR. JANARY NUNES — Sou a favor da MINEROBRÁS; mas contra certos indivíduos que apenas querem se apoderar das jazidas de manganês e aplicar o dinheiro em outros lugares. Existe, hoje, o processo espoliativo interno no Brasil, que nós, da Amazônia, não suportamos, porque não nos consideramos uma colônia africana.

Há uma usina prefabricada que não está funcionando no Território, porque a indústria se opõe a que seja utilizado equipamento mais moderno, sob o pretexto de que ela produz similares embora bem inferiores, que não podem competir no mercado internacional. Deixamos de ser escravos do estrangeiro para ser do tubarão nacional. Para nós, da Amazônia, ambas são espoliativas.

Somos vendedores de matéria-prima para o Sul mas não sabemos por que preço receberemos os seus produtos manufaturados. O caso da borracha é característico. Produzimos vinte e cinco milhões de quilos de borracha anualmente, vendida a duzentos cruzeiros o quilo, num total de cinco bilhões de cruzeiros. Essa borracha vai para São Paulo, apenas para quatro grupos que se dizem nacionais mas são estrangeiros.

Sou favorável à criação de uma companhia estatal, uma vez que a iniciativa privada, até hoje, não s

revelou capaz de promover a pesquisa, a lavra, a industrialização, enfim, o aproveitamento das riquezas minerais do Brasil, ressalvados, porém, os direitos já adquiridos.

Se o Governo brasileiro — por absurdo — quisesse encampar a concessão da usina de Amapá, estaria inteiramente livre. Não existe no contrato feito por mim nada que impeça o Governo brasileiro de efetivar a medida. Para mim considero um erro. Deveríamos providenciar um mercado para o nosso minério. Entendo que o ampaense é que deve decidir sobre a melhor forma de aproveitamento das riquezas de sua região.

Sobre o mercado exterior de minério, estamos emperrados. O Itamarati não tem organização. Seria interessante que o Senado promovesse uma comissão para visitar a Índia e o Gabão, a fim de ser discutido o problema do minério, através de um acordo a longo prazo. Nossas possibilidades no exterior são muitas. Não nos interessa entrar no mercado russo, que é o grande controlador do mercado europeu. Nossos maiores concorrentes são os países africanos.

O SR. PRESIDENTE — Se o Brasil, amanhã, chegasse e dissesse: tenho um projeto que me interessa, por exemplo, o das usinas hidrelétricas

Preciso de 500.000 quilowatts, mas tenho 200.000 toneladas de manganês para vender. É uma questão comercial. O Itamarati precisa olhar quem pode comprar e quem pode vender, discutir da melhor forma, a fim de orientar nosso comércio exterior. Índia está fazendo isto constantemente. Com o Japão faz o intercâmbio, exportando matéria-prima e trazendo siderurgia. O Brasil tem melhores condições do que o Japão, está mais identificado com a Índia. A sugestão do Deputado Janary Nunes é magnífica e vamos tomá-la em consideração, agradecendo a S. Ex<sup>a</sup> o tempo precioso com que distingue esta Comissão, trazendo estes detalhes que são da maior importância. Agradeço ainda a boa vontade de S. Ex<sup>a</sup>, a boa vontade de um nacionalista de fato, que se manifesta aqui. Esperamos poder aprovar essas sugestões, para melhoria do nosso mercado, não só interno, como externo. Nosso País poderá muito bem industrializar, aproveitando os meios técnicos modernos. A geologia, a física e a aerofotogrametria determinam com rapidez coisas que demoramos anos para se determinar.

Agradecemos mais uma vez o nome da Comissão estas manifestações de simpatia de V. Ex<sup>a</sup>.

Está encerrada a sessão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezessete horas e cinquenta e cinco minutos, ficando eu, Alexandre Marques Albuquerque Mello, Secretário, a presente Ata, que uma vez aprovada será assinada pelo Senhor Presiden

MESA

Presidente - Moura Andrade (PSL SP)
Vice-Presidente - Nogueira da Silva (PTB - MG)
Primeiro-Secretario - Rui Palmeira (UDN - RJ)
Segundo-Secretario - Gilberto Machado (PSD - PB)
Terceiro-Secretario - Adalberto Parente (PTB - ACRE)
Quarto-Secretario - Cartesio Pinheiro (PTN - PA)
Primeiro-Suplente - Joaquim Parente - UDN - PI
Segundo-Suplente - Guido Mondin (PSD - RS)
Terceiro-Suplente - Vasconcelos Torres (PTB - RJ)

REPRESENTAÇÃO PARTIDARIA
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD)

José Guimaracis Acre (em exercicio)
Eugênio Barros - Maranhão
Lobão da Silveira - Pará
Eugênio Barros - Maranhão
Sebastião Archer - Maranhão
Victorino Freire (em exercicio o Suplente, Sr. Miguel Lins) - Maranhão
Siegfredo Pacheco - Piauí
Menezes Pimentel (em exercicio o Suplente, Sr. Waudemar de Alcântara)
Wilson Gonçalves - Ceará
Walfredo Gurgel - Rio Grande do Norte
Ruy Carneiro - Paraíba
Leite Neto - Sergipe
Antônio Balbino - Bahia
Jefferson de Aguiar - Espírito Santo
Gilberto Marinho - Guanabara
Moura Andrade - São Paulo
Atílio Fontana - Santa Catarina
Guido Mondin - R. G. Sul
Benedicto Valladares - Minas Gerais
Filinto Müller
José Feliciano - Goiás
Juscélio Kubitschek - Goiás
Pedro Ludovico - Goiás

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

1. Adalberto Sena - Acre
2. Oscar Passos - Acre
3. Vivaldo Lima - Amazonas
4. Edmundo Levi - Amazonas
5. Artur Virgílio - Amazonas
6. Antônio Juca - Ceará
7. Dix-Huit Rosado - Rio Grande do Norte
8. Argemiro de Figueiredo - Paraíba
9. Barros Carvalho - Pernambuco
10. Pessoa de Queiroz - Pernambuco
11. José Ermirio - Pernambuco
12. Silvestre Pércies - Alagoas
13. Vasconcelos Torres - Rio de Janeiro

14. Nelson Maculan (licenciado sem substituição) - Paraná
15. Amaury Silva - Paraná (em exercicio o suplente, Sr. Melo Braga)
16. Nogueira da Gama - Minas Gerais
17. Zacarias de Assunção - Pará
18. Joaquim Parente - Piauí
19. José Cândido - Piauí
20. Dinarte Mariz - R. G. Norte
21. João Agripino - Paraíba
22. Rui Palmeira - Alagoas
23. Eurico Rezende - Espírito Santo
24. Afonso Arinos - Guanabara
25. Bezerra Neto

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)

9. Padre Calazans - São Paulo

SENADO FEDERAL

LIDERANÇAS

I - DOS BLOCOS PARTIDARIOS MAIORIA

Lider: Barros Carvalho - (PTB) - (PE)
Vice-Lideres: Victorino Freire - (PSD - MA)
Vasconcelos Torres - (PTB - RJ)
Jefferson de Aguiar - (PSD - ES)
Lobão da Silveira - (PSD - PA)
Artur Virgílio - (PTB - AM)
Bezerra Neto - (PTB) - (MT)

MINORIA

Lider: João Agripino - (UDN - PB)
Vice-Lideres: Daniel Krieger - (UDN - RS)
Mem de Sá - (PL - RS)

PEQUENA REPRESENTAÇÕES

Lider: Lino de Matos - (PTN - SP)
Vice-Lideres: Aurélio Vianna - (PJB - GB)

II - DOS PARTIDOS

PSD
Benedicto Valladares - (MG)
Vice-Lideres: Wilson Gonçalves - (CE)
Siegfredo Pacheco - (PI)
Walfredo Gurgel - (RG)
PTB
Lider: Artur Virgílio - (AM)
Vice-Lideres: Amaury Silva (licenciado) - (PR)
Vivaldo Lima - (AM)
Bezerra Neto - (MI)

UDN
Lider: Daniel Krieger - (RS)
Vice-Lideres: Eurico Rezende - (ES)
Padre Calazans - (SP)
Adolfo Franco - (PR)

PL
Lider: Mem de Sá - (RS)
Vice-Lideres: Aloysio de Carvalho - (BA)

PTN
Lider: Lino de Matos - (SP)
Vice-Lideres: Cattete Pinheiro - (PA)

PSP
Lider: Miguel Couto - (RJ)
Vice-Lideres: Raul Giuberti - (ES)

PTB
Lider: Daniel Krieger - (RS)
Vice-Lideres: Eurico Rezende - (ES)
Padre Calazans - (SP)
Adolfo Franco - (PR)

PL
Lider: Mem de Sá - (RS)
Vice-Lideres: Aloysio de Carvalho - (BA)

PTN
Lider: Lino de Matos - (SP)
Vice-Lideres: Cattete Pinheiro - (PA)

PSP
Lider: Miguel Couto - (RJ)
Vice-Lideres: Raul Giuberti - (ES)

UDN
Lider: Daniel Krieger - (RS)
Vice-Lideres: Eurico Rezende - (ES)
Padre Calazans - (SP)
Adolfo Franco - (PR)

PL
Lider: Mem de Sá - (RS)
Vice-Lideres: Aloysio de Carvalho - (BA)

PTN
Lider: Lino de Matos - (SP)
Vice-Lideres: Cattete Pinheiro - (PA)

PSP
Lider: Miguel Couto - (RJ)
Vice-Lideres: Raul Giuberti - (ES)

UDN
Lider: Daniel Krieger - (RS)
Vice-Lideres: Eurico Rezende - (ES)
Padre Calazans - (SP)
Adolfo Franco - (PR)

PL
Lider: Mem de Sá - (RS)
Vice-Lideres: Aloysio de Carvalho - (BA)

PTN
Lider: Lino de Matos - (SP)
Vice-Lideres: Cattete Pinheiro - (PA)

PSP
Lider: Miguel Couto - (RJ)
Vice-Lideres: Raul Giuberti - (ES)

Guido Mondin (PSD)
Vasconcelos Torres (PTB)
Reuniões Quartas-feiras as 10 horas.
Secretário: Evandro Mendes Viana
Diretor-Geral

Comissão de Agricultura

(7 MEMBROS)

Presidente - Vago
Vice-Presidente - Eugênio Barros (PSD)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Eugênio Barros
José Feliciano

SUPLENTE

1. Atílio Fontana
2. Pedro Ludovico

P. T. B.

TITULARES

Nelson Maculan (licenciado)
Dix-Huit Rosado
Raul Giuberti

SUPLENTE

1. Eduardi Catalão (\*)
2. Aarão Steinbruch
3. Vago

U. D. N.

TITULARES

Lopes da Costa
Antônio Carlos

SUPLENTE

1. Daniel Krieger
2. João Agripino

SUBSTITUTOS

Reuniões

Quartas-feiras, as 16 horas

Secretário: J. Ney Passos Dantas
Auxiliar Legislativo PL-9

(\*) Em substituição do Senhor Nelson Maculan como titular.

Comissão de Constituição e Justiça

(11 MEMBROS)

Presidente - Milton Campos (UDN)
Vice-Presidente - Wilson Gonçalves (PSD)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Jefferson de Aguiar
Rui Carneiro
Lobão da Silveira
Wilson Gonçalves
Josaphat Marinho

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel (licenciado)
2. Leite Neto
3. Benedicto Valladares
4. Aarão Steinbruch

P. T. B.

TITULARES

Amaury Silva (licenciado)
Bezerra Neto
Edmundo Levi

SUPLENTE

1. Argemiro de Figueiredo (\*\*),
2. Silvestre Pércies
3. Melo Braga

U. D. N.

TITULARES

Aloysio de Carvalho
Eurico Rezende
Milton Campos

10 Adolpho Franco - Paraná
11 Irineu Bornhausen - Santa Catarina
12 Antônio Carlos - Santa Catarina
13 Daniel Krieger - Rio Grande do Sul
14 Milton Campos - Minas Gerais
15 Lopes da Costa - Mato Grosso

PARTIDO LIBERTADOR

(PL)

1. Aloysio de Carvalho - Bahia
2. Mem de Sá - Rio Grande do Sul

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

(PTN)

1. Cattete Pinheiro - Pará
2. Lauro de Matos - São Paulo

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

(PSP)

1. Raul Giuberti - Espírito Santo
2. Miguel Couto - Rio de Janeiro

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

(PSB)

1. Aurélio Vianna - Guanabara

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR

(MTR)

1. Aarão Steinbruch - Rio de Janeiro

PARTIDO REPUBLICANO

(PR)

1. Júlio Leite - Sergipe

PARTIDO DEMOCRATA CRISTAO

(PDC)

1. Arnon de Mello - Alagoas

SEM LEGENDA

1. Josaphat Marinho - Bahia
2. Heribaldo Vieira - Sergipe

RESUMO

Table with 2 columns: Party Name and Number of Members. Includes Partido Social Democrático (64), Partido Trabalhista Brasileiro (17), União Democrática Nacional (15), Partido Libertador (2), Partido Trabalhista Nacional (2), Partido Social Progressista (2), Partido Socialista Brasileiro (1), Partido Republicano (1), Partido Democrata Cristão (1), Movimento Trabalhista Renovador (1), Sem legenda (2), Total (66).

BLOCOS PARTIDARIOS

1º - Maioria (39) Membros: PSD, PTB
2º - Minoria (17) Membros: UDN, PL
3º - Pequenas Representações (9) Membros: PTN, PSP, PSB, MTR, PR, PDC
Josaphat Marinho (Sem Legenda)

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão Diretora

Moura Andrade - Presidente (PSD)
Nogueira da Gama (PTB)
Adalberto Sena (PTB)
Rui Palmeira (UDN)
Gilberto Marinho (PSD)
Cattete Pinheiro (PTN)
Joaquim Parente (UDN)



- 1 Alonzo Arruda
- 2 Daniel Krieger
- 3 Joac Agripino

Reunioes

Quarta-feira as 10 horas.

Secretário: Ronaldo Perreira Dias  
Oficial Legislativo PL-8.

(\*\*) Em substituição do Senhor  
Amaury Silva como titular.

Comissão do Distrito Federal

(7 MEMBROS)

Presidente - Lino de Matos.  
Vice-Presidente - Pedro Ludovico

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

- Menezes Pimentel
- Pedro Ludovico
- Lino de Matos

SUPLENTE

- 1 Filinto Müller
- 2 Eugênio Barros
- 3 Heribaldo Vieira

P. I. B.

TITULARES

- Oscar Passos
- Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

- 1 Aarão Steinhilber
- 2 Antônio Jucá

U. D. N.

TITULARES

- Dinarte Mariz
- Eurico Rezende

SUPLENTE

- 1 Lopes da Costa
- 1 Zacharias de Assunção

Reunioes

Quintas-feiras às 10 horas.  
Secretário: Julieta Ribeiro dos Santos,  
Oficial Legislativo PL-8.

Comissão de Economia

(9 MEMBROS)

Presidente - Filinto Müller (PSD)  
Vice-Presidente - José Ermirio (PTB).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

- Filinto Müller
- Eugênio Barros
- Adílio Fontana
- José Guimard (licenciado)

SUPLENTE

- 1 Jefferson de Aguiar (\*)
- 2 Sigefredo Pacheco
- 3 Sebastião Archer
- 4 Josaphat Marinho

SUBSTITUTOS

- 1. José Kairala

P. T. B.

TITULARES

- José Ermirio
- Nelson Maculan (licenciado)
- Júlio Leite

SUPLENTE

- 1. Oscar Passos (\*\*)
- 2. Bezerra Neto

SUBSTITUTOS

- 1. Melo Braga
- 2. ... A Índio

U. D. N.

TITULARES

- Adolfo Franco
- Lopes da Costa

SUPLENTE

- 1. José Cláudio
  - 2. Zacharias de Assunção
- Reunioes terça-feira - 16.00 horas

Secretário: Cid Brügger, Auxiliar  
Legislativo PL-10

(\*) - Em substituição do Senhor  
José Guimard como titular.

(\*\*) - Em substituição do Senhor  
Nelson Maculan, como titular.

Comissão de Educação e Cultura

(7 MEMBROS)

Presidente - Menezes Pimentel

(PSD)

Vice-Presidente - Padre Calazans -  
(UDN)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

- Menezes Pimentel
- Walfredo Gurgel

SUPLENTE

- 1. Benedito Valladares
- 2. Sigefredo Pacheco

SUBSTITUTOS

- 1. Leite Neto

P. T. B.

TITULARES

- Pessoa de Queiroz
- Amaury Silva (licenciado)

SUPLENTE

- 1. Vago
- 2. Vago

U. D. N.

TITULARES

- Antonio Carlos
- Padre Calazans
- Mem de Sá

SUPLENTE

- 1. Adolfo Franco
- 2. Milton Campos
- 3. Arnor de Melo

Reunioes: 4<sup>as</sup>-feiras - 10.00 horas.

Secretário: Vera de Alvarenga Ma-  
fra, Oficial Legislativo PL-7.

Comissão de Finanças

(15 MEMBROS)

Presidente - Argemiro de Figuei-  
redo - (PTB).

Vice-Presidente - Daniel Krieger  
- (UDN).

P. S. P.

COMPOSIÇÃO

TITULARES

- Victorino Freire
- Lobão da Silveira
- Sigefredo Pacheco
- Wilson Gonçalves
- Leite Neto

SUPLENTE

- 1. José Guimard (licenciado)
- 2. Eugênio Barros
- 3. Menezes Pimentel
- 4. Adílio Fontana
- 5. Pedro Ludovico

SUBSTITUTOS

- 1. José Kairala

P. I. B.

TITULARES

- Argemiro de Figueiredo
- Bertra Neto
- Dix-Huit Rosado
- Pessoa de Queiroz
- José Ermirio

SUPLENTE

- 1. Nelson Maculan (licenciado)
- 2. Lino de Matos
- 3. Amaury Silva (licenciado)
- 4. Aurélio Vianna
- 5. Antônio Jucá

SUBSTITUTOS

- 1. Edmundo Levi
- 2. Melo Braga

U. D. N.

TITULARES

- Daniel Krieger
- Dinarte Mariz
- Irineu Bornhausen
- Lopes da Costa

SUPLENTE

- 1. Adolfo Franco
- 2. Eurico Rezende
- 3. João Agripino
- 4. Milton Campos

PL

TITULARES

Mem de Sá

SUPLENTE

- 1. Aloysio de Carvalho
- Reunioes: 4<sup>as</sup> feiras - 10.00 ho-  
ras.

Secretário: Cid Brügger, Auxiliar  
Legislativo, PL-10.

Comissão de Legislação Social

(9 MEMBROS)

Presidente: Vivaldo Lima - PTB.  
Vice-Presidente: Ruy Carneiro -  
(PSD).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

- Ruy Carneiro
- Walfredo Gurgel
- José Guimard (licenciado)
- Raul Glubert

SUPLENTE

- 1. Leite Neto (\*)
- 2. Lobão da Silveira
- 3. Eugênio Barros
- 4. Julio Leite

SUBSTITUTOS

- 1. Adílio Fontana
- 2. José Kairala

P. T. B.

TITULARES

- Amaury Silva (licenciado)
- Heribaldo Vieira
- Vivaldo Lima

SUPLENTE

- 1. Aurélio Vianna (\*\*)
- 2. Pessoa de Queiroz
- 3. Antônio Jucá

SUBSTITUTOS

- 1. Melo Braga

U. D. N.

TITULARES

- Eurico Rezende
- Antonio Carlos

- 1. Lopes da Costa
- 4. Zacharias de Assunção

Reunioes: 4<sup>as</sup> feiras às 10 horas.  
SUPLENTE

Secretário: Vera de Alvarenga Ma-  
fra, Oficial Legislativo, PL-7.

(\*) - Em substituição do Senhor  
José Guimard como titular.  
(\*\*) - Em substituição do Senhor  
Amaury Silva como titular.

Comissão do Polígono das Secas

(7 MEMBROS)

Presidente - Ruy Carneiro (PSD)  
Vice-Presidente - Aurélio Vianna  
(PSD).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

- Wilson Gonçalves
- Ruy Carneiro

SUPLENTE

- 1. Sigefredo Pacheco
- 2. Leite Neto

P. T. B.

TITULARES

- Dix-Huit Rosado
- Aurélio Vianna

SUPLENTE

- 1. Argemiro de Figueiredo
- 2. Arnor de Melo
- 3. Julio Leite

U. D. N.

TITULARES

- Dinarte Mariz
- José Cândido

SUPLENTE

- 1. João Agripino
- 2. Lopes da Costa

Reunioes: 5<sup>as</sup> feiras - 18 horas.  
Secretário: Ney Passos Dantas,  
Auxiliar Legislativo, PL-9.

Comissão de Redação

(6 MEMBROS)

Presidente - Dix-Huit Rosado  
(PTB).

Vice-Presidente - Padre Calazans.

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

- Walfredo Gurgel
- Sebastião Archer

SUPLENTE

- 1. Lobão da Silveira
- 2. José Feliciano

SUBSTITUTOS

- 1. Menezes Pimentel (licenciado)

P. T. B.

TITULARES

- Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

- Heribaldo Vieira

U. D. N.

TITULARES

- Padre Calazans
- Julio Leite

SUPLENTE

- 1. João Agripino
- 2. Josaphat Marinho

Reunioes: 4<sup>as</sup> feiras às 18 horas.  
Secretário: Sarah Abrahão, Oficial  
Legislativo, PL-8.

**Comissão de Relações Exteriores**

(11 MEMBROS)

Presidente — Jefferson de Aguiar (PSD).

Vice-Presidente — Passos de Queiroz (PTB).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Benedito Valladares.  
Filinto Müller.  
Jefferson de Aguiar.  
Aarão Steinbruch.

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel.
2. Ruy Carneiro.
3. José Guilomard (licenciado).
4. Victorino Freire.

SUBSTITUTO

1. José Kawala.

P. T. B.

TITULARES

Pessoa de Queiroz.  
Vivaldo Lima.  
Eduardo Catalão.

SUPLENTE

1. Oscar Passos.
2. Argemiro de Figueiredo
3. Antônio Jucá.

U. D. N.

TITULARES

Antônio Carlos.  
José Cândido.  
Padre Calazans.  
Arnon de Melo.

SUPLENTE

1. Daniel Krieger.
2. Eurico Rezende.
3. João Agripino.
4. Mem de Sá.

Reuniões: 5<sup>as</sup>-feiras — 15,00 horas.

Secretário: Castejon J. B. Branco.  
Oficial Legislativo, PL-6.

**Comissão de Saúde**

(15 MEMBROS)

Presidente — Lopes da Costa — UDN.

Vice-Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Pedro Ludovico  
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

1. Eugenio Bastos
2. Walfredo Gurgel

P. T. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado  
Suplentes

Antônio Jucá

U. D. N.

SUPLENTE

Lopes da Costa

SUPLENTE

Padre Calazans

SUPLENTE

Raul Gilberti

Reuniões: Quintas-feiras — 15 horas).

Secretário: Eduardo Rui Barbosa  
Auxiliar Legislativo PL-10.

**Comissão de Segurança Nacional**

(7 MEMBROS)

Presidente — Zacarias de Assunção (UDN).

Vice-Presidente — Silvestre Péricles (PTB).

COMPOSIÇÃO

PSD

TITULARES

José Guilomard (licenciado)  
Victorino Freire

SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
1. Afílio Fontana (\*)

SUBSTITUTO

2. José Kawala

P. T. B.

TITULARES

Silvestre Péricles  
Oscar Passos

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado
2. Vago.

U. D. N.

TITULARES

Irneu Bornhausen  
Zacharias de Assunção

SUPLENTE

1. Adolfo Franco.
2. Eurico Resende

P. S. P.

TITULAR

Raul Gilberti

SUPLENTE

1. Miguel Couto

Reuniões: Quintas-feiras — (16 horas).

Secretário: Alexandre Pfaender, Oficial Legislativo PL-8.

(\*) — Em substituição ao Sr. José Guilomard, como titular.

**Comissão de Serviço Público Civil**

(7 MEMBROS)

Presidente — Silvestre Péricles (PTB).

Vice-Presidente — Leite Neto (PSD).

COMPOSIÇÃO

PSD

TITULARES

Leite Neto.  
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

1. Victorino Freire
2. Benedito Valladares

PTB

TITULARES

Silvestre Péricles  
Nelson Maculan (licenciado)

SUPLENTE

1. Edmundo Levi
2. Vago

UDN

TITULARES

Antonio Carlos

Prorrogações:

Antonio Carlos  
Padre Calazans

SUPLENTE

1. Dinarte Marins
2. Lopes da Costa

PL

TITULAR

Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Mem de Sá

Reuniões: Terças-feiras — 16,00 horas.

Secretário: J. Ney Passos Dantas  
Auxiliar Legislativo, PL-9.

**Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas**

(5 MEMBROS)

Presidente José Feliciano (PSD).  
Vice-Presidente — Irneu Bornhausen (UDN).

PSD

TITULARES

José Feliciano  
Sebastião Archer

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. Filinto Muller

PTB

TITULARES

Bezerra Neto  
Lino de Matos

SUPLENTE

1. Silvestre Péricles

UDN

TITULAR

Irneu Bornhausen

SUPLENTE

Zacharias de Assunção.

Reuniões: Quartas-feiras — 16,00 horas.

Secretário: Alexandre Pfaender, Oficial Legislativo, PL-8.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961.**

Dispõe sobre: Altera os artigos 26, 56, 58, 60, 110 e o parágrafo único do art. 112 da Constituição Federal.

— organização administrativa do Distrito Federal;

— vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal;

— regime de rendas do Distrito Federal;

— composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e do Tribunal Superior Eleitoral;

— processo de escolha do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal;

— aplicação da cota do imposto de renda atribuída aos Municípios;

Eleita em 15-6-1961, com exceção dos Srs. Senadores:

Barros Carvalho — designado em 30-2-1962.

Nelson Maculan — designado em 25-5-1963.

Lobão da Silveira — designado em 23-4-1963.  
Lopes da Costa — designado em 29-10-1962.

SUPLENTE

Até 14-12-1962 — Requerimento número 611-61, aprovado em 15-12-61;

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 778-62, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — Relator — PSD.

2. Lobão da Silveira — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.

4. Benedito Vajá ares — PSD
5. Wilson Gonçalves — PSD.
6. Nelson Maculan — PTB.

7. Silvestre Péricles — PTB.
8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.

10. Daniel Krieger — Vice-Presidente — UDN.

11. Lopes da Costa — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.

14. Ruy Palmeira — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Mem de Sá — PL.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1961.**

Altera o § 1º do art. 181 da Constituição Federal.

(Aposentadoria do funcionário aos trinta anos de serviço).

Eleito em 21-5-62, salvo os Srs. Senadores:

Lobão da Silveira  
Wilson Gonçalves e  
Amaury Silva, designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento número 610-61 aprovado em 14-12-1961.

Até 15-12-1963 — Requerimento número 798-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Lobão da Silveira — Relator — PSD.

3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Benedito Valladares — PSD.
5. Wilson Gonçalves — PSD.

6. Silvestre Péricles — Relator — PTB.

7. Amaury Silva — PTB.

8. D. O. N. 24-8-63 (S.T.) pág 2 137
9. Nogueira da Gama — PTB.
10. Barros Carvalho — PTB.

11. Daniel Krieger — UDN.
12. Lopes da Costa — UDN.
13. Milton Campos — UDN.

14. Ruy Palmeira — UDN.
15. Heribaldo Vieira — UDN.
16. Aloysio de Carvalho — Presidente — PL.

17. Mem de Sá — PL.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1961.**

Dá nova redação ao item II do art. 95 da Constituição Federal.

(Irredutibilidade dos vencimentos dos juizes).

Eleita em 27-6-61, salvo os Senhores Senadores:

Lopes da Costa, designado em 29 de outubro de 1962;

Lobão da Silveira, designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto, designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 — requerimento número 609-61, aprovado em 14-12-61;

Até 15-12-63 — Requerimento número 778-62; aprovado em 12-12-62.

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD.
- 2 Lobão da Silveira - PSD.
- 3 Ruy Carneiro - PSD.
- 4 Benedito Vajacates - PSD.
- 5 Wilson Gonçalves - PSD.
- 6 Silvestre Pericles - PTB.
- 7 Bezerra Neto - PTB.
- 8 Nogueira da Gama - PTB.
- 9 Barros Carvalho - PTB.
- 10 Daniel Krieger - UDN.
- 11 Lopes da Costa - UDN.
- 12 Milton Campos - Vice-Presidente - UDN.
- 13 Heribaldo Vieira - UDN.
- 14 Ruy Paimpera - UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho - PL.
- 16 Mem de Sa - PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 7 de 1961.

Da nova redação ao art. 65, item I, da Constituição Federal.

Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado, incluindo as de propor a exoração dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente e aprovar o estabelecimento, rompimento e restabelecimento de relações diplomáticas com países estrangeiros.

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Senhores Senadores:

- Guido Mondim - designado em 29 de outubro de 1963;
- Vivaldo Lima - designado em 30 de março de 1962;
- Ruy Carneiro - designado em 23 de abril de 1963;
- Wilson Gonçalves - designado em 23 de abril de 1963;
- Eurico Rezende - designado em 25 de abril de 1963;
- Pinto Ferreira - designado em 20 de abril de 1963;
- Amaury Silva - designado em 28 de abril de 1963;

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 - Requerimento nº 787-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 16 de dezembro de 1963 - Requerimento nº 789-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros - Partidos

- 1 Menezes Pimentel - PSD.
- 2 Wilson Gonçalves - PSD.
- 3 Lobão da Silveira - PSD.
- 4 Ruy Carneiro - PSD.
- 5 Guido Mondim - PSD.
- 6 Silvestre Pericles - PSD.
- 7 Vivaldo Lima - PTB.
- 8 Amaury Silva - PTB.
- 9 Pinto Ferreira - PTB.
- 10 Eurico Rezende - UDN.
- 11 Daniel Krieger - UDN.
- 12 Milton Campos - UDN.
- 13 Heribaldo Vieira - UDN.
- 14 Lopes da Costa - UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho - PL.
- 16 Lino de Matos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1961.

Acrescenta item ao art. 3º do Capítulo II - Presidente da República - da Emenda Constitucional nº 4, de 1961, que instituiu o sistema parlamentar de governo (Sobre a exoneração por proposta do Senado do chefe de missão diplomática de caráter permanente).

Eleita em 5 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

- Vivaldo Lima - Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondim - Designado em 30 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar - Designado em 23 de abril de 1963;

Ruy Carneiro - Designado em 29 de abril de 1963;

Eurico Rezende - Designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira - Designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto - Designado em 23 de abril de 1962.

Amaury Silva - designado em 23 de abril de 1962.

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 - Requerimento nº 608-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 - Requerimento nº 781-62, aprovado em 2 de dezembro de 1962.

Membros - Partidos

- 1 Menezes Pimentel - PSD
- 2 Ruy Carneiro - PSD
- 3 Lobão da Silveira - PSD
- 4 Jefferson de Aguiar - PSD
- 5 Guido Mondim - PSD.
- 6 Pinto Ferreira - PSB.
- 7 Bezerra Neto - PTB.
- 8 Amaury Silva - PTB.
- 9 Vivaldo Lima - PTB.
- 10 Daniel Krieger - UDN.
- 11 Eurico Rezende - UDN.
- 12 Milton Campos - UDN.
- 13 Heribaldo Vieira - UDN.
- 14 Lopes da Costa - UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho - PL.
- 16 Lino de Matos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição

Acrescenta dispositivo ao artigo 15 revoga o item V e o § 5º do artigo 19 substitui o § 5º do artigo 19 e o art. 22 da Constituição

(Modifica o regime de discriminação de rendas).

Eleita em 20 de novembro de 1961 salvo os Srs Senadores:

Barros Carvalho - Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondim - Designado em 19 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar - designado em 28 de abril de 1963;

Ruy Carneiro - designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende - designado em 23 de abril de 1963;

Amaury Silva - designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto - designado em 23 de abril de 1963;

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 - Requerimento nº 605-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961;

Até 15 de dezembro de 1963 - Requerimento nº 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD.
- 2 Menezes Pimentel - PSD.
- 3 Filinto Müller - PSD.
- 4 Guido Mondim - PSD.
- 5 Ruy Carneiro - PSD.
- 6 Amaury Silva - PTB.
- 7 Barros Carvalho - PTB.
- 8 Argelindo Figueiredo - PTB.
- 9 Bezerra Neto - PTB.
- 10 Daniel Krieger - UDN.
- 11 Eurico Rezende - UDN.
- 12 Milton Campos - UDN.
- 13 Heribaldo Vieira - UDN.
- 14 Ruy Paimpera - UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho - PL.
- 16 Lino de Matos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10, de 1961.

Acrescenta parágrafo ao art 15 da Constituição Federal aplicação da parcela proveniente das cotas de impostos destinadas aos Municípios).

Eleita em 28.2.1962, salvo os Srs Senadores:

Lopes da Costa - designado em 30.3.1962;

Guido Mondim - designado em 29.10.1962;

Wilson Gonçalves - designado em 23.4.1963.

Eurico Rezende - designado em 23.4.1963;

João Agripino - designado em 23.4.1963;

Silvestre Pericles - designado em 23.4.1963;

Catete Pinheiro - designado em 23.4.1963.

Senadores - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD.
- 2 Wilson Gonçalves - PSD.
- 3 Ruy Carneiro - PSD
- 4 Lobão da Silveira - PSD.
- 5 Guido Mondim - PSD.
- 6 Silvestre Pericles - PTB.
- 7 Nogueira da Gama - PTB.
- 8 Barros Carvalho - PTB.
- 9 Vêgo - PTB.
- 10 Milton Campos - UDN
- 11 Heribaldo Vieira - UDN
- 12 Lopes da Costa - UDN
- 13 João Agripino - UDN.
- 14 Eurico Rezende - UDN
- 15 Josaphat Marinho - S. Legendado
- 16 Lino de Matos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 11, de 1963.

Acrescenta parágrafos 4º e 5º ao art. 28 da Constituição Federal (Criação de novos Municípios).

Eleita em 28.3.1962, salvo os Srs Senadores:

Guido Mondim - designado em 29.10.1962;

Wilson Gonçalves - designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende - designado em 23-4-1963;

João Agripino - designado em 12-4-1963;

Catete Pinheiro - designado em 23-4-1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 - Requerimento nº 784-62, aprovado em 12-12-63.

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD
- 2 Wilson Gonçalves - PSD
- 3 Ruy Carneiro - PSD
- 4 Lobão da Silveira - PSD
- 5 Guido Mondim - PSD
- 6 Silvestre Pericles - PTB
- 7 Nogueira da Gama - PTB
- 8 Barros Carvalho - PTB
- 9 Milton Campos - UDN
- 10 Heribaldo Vieira - UDN.
- 11 Eurico Rezende - UDN
- 12 João Agripino - UDN
- 13 Lopes da Costa - UDN
- 14 Aloysio de Carvalho - PL
- 15 Miguel Couto - PSP
- 16 Catete Pinheiro - PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 1, de 1962.

(Altera a redação do art 185 da Constituição, referente a obrigatoriedade de concurso para a investidura em cargo inicial da carreira, instituindo a proibição de nomeações interinas).

Eleita em 10-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Menezes Pimentel - designado em 15-5-1962;

Wilson Gonçalves - designado em 23-4-1963;

Leite Neto - designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende - designado em 23-4-1963;

João Agripino - designado em 23-4-1963;

Aurélio Vianna - designado em 23-4-1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 - Requerimento nº 785-62, aprovado em 12-12-1963.

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD
- 2 Wilson Gonçalves - PSD
- 3 Ruy Carneiro - PSD
- 4 Lobão da Silveira - PSD
- 5 Leite Neto - PSD
- 6 Menezes Pimentel - PSD
- 7 Silvestre Pericles - PTB
- 8 Nogueira da Gama - PTB
- 9 Barros Carvalho - PTB
- 10 Milton Campos - UDN
- 11 Heribaldo Vieira - UDN
- 12 Eurico Rezende - UDN
- 13 João Agripino - UDN
- 14 Daniel Krieger - UDN
- 15 Aloysio de Carvalho - PL
- 16 Aurélio Vianna - PSB.

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1962.

(Institui nova discriminação de rendas em favor dos Municípios brasileiros).

Eleita em 23-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves - designado em 23-4-1963;

Leite Neto - designado em 23-4-1963;

Josaphat Marinho - designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende - designado em 23-4-1963;

Prorrogação:

Até 15-12-1962 - Requerimento nº 706-62, aprovado em 12-12-1963.

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD
- 2 Wilson Gonçalves - PSD
- 3 Ruy Carneiro - PSD
- 4 Lobão da Silveira - PSD
- 5 Leite Neto - PSD
- 6 Menezes Pimentel - PSD
- 7 Silvestre Pericles - PTB
- 8 Nogueira da Gama - PTB
- 9 Barros Carvalho - PTB
- 10 Milton Campos - UDN
- 11 Heribaldo Vieira - UDN
- 12 Josaphat Marinho - UDN
- 13 Eurico Rezende - UDN
- 14 Daniel Krieger - UDN
- 15 Aloysio de Carvalho - PL
- 16 Lino de Matos - PTN

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1962.**

(Dispõe sobre a data do plebiscito previsto na Emenda Constitucional nº 3).

Eleita em 10.7.1962, salvo os Srs. Senadores:

- Wilson Gonçalves
- Leite Neto
- João Agripino
- Eurico Rezende
- Josaphat Marinho (designado em 23.4.1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 - Requerimento nº 787-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros - Partidos

1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Wilson Gonçalves - PSD
3. Ruy Carneiro - PSD
4. Lobão da Silveira - PSD
5. Menezes Pimentel - PSD
6. Leite Neto - PSD
7. Silvestre Pérciles - PTB
8. Nogueira da Gama - PTB
9. Barros Carvalho - PTB
10. Milton Campos - UDN
11. Heribaldo Vieira - UDN
12. João Agripino - UDN
13. Eurico Rezende - UDN
14. Daniel Krieger - UDN
15. Mem de Sá - PL
16. Josaphat Marinho - S/legenda

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 5 de 1962.**

Dá nova redação ao art. 20 da Constituição.

(Determina a entrega aos Municípios de 30% da arrecadação dos Estados quando exceder as rendas municipais).

Eleita em 13.9.1962, salvo os Srs. Senadores:

- Wilson Gonçalves
- Leite Neto
- Josaphat Marinho
- Eurico Resende
- Miguel Couto (designado em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 - Requerimento nº 789-62, aprovado em 12.12.62.

Membros - Partidos

1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Ruy Carneiro - PSD
3. Lobão da Silveira - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Leite Neto - PSD
6. Menezes Pimentel - PSD
7. Vago - PTB
8. Nogueira da Gama - PTB
9. Barros Carvalho - PTB
10. Milton Campos - UDN
11. Heribaldo Campos - UDN
12. Josaphat Marinho - UDN
13. Daniel Krieger - UDN
14. Eurico Resende - UDN
15. Mem de Sá - PL
16. Miguel Couto - PSP

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1962.**

Altera a redação dos §§ 1º e 3º do art. 60 da Constituição Federal.

(Aumenta para 4 o número de representantes dos Estados e do Distrito Federal no Senado).

Eleita em 13.9.1962, salvo os Srs. Senadores:

- Josaphat Marinho
- Wilson Gonçalves
- Eurico Resende
- Julio Leite (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 - Requerimento nº 790-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros - Partidos

1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Ruy Carneiro - PSD
3. Lobão da Silveira - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Benedito Valladares - PSD
6. Menezes Pimentel - PSD
7. Vago - PTB
8. Nogueira da Gama - PTB
9. Barros Carvalho - PTB
10. Milton Campos - UDN
11. Heribaldo Vieira - UDN
12. Josaphat Marinho - UDN
13. Daniel Krieger - UDN
14. Eurico Resende - UDN
15. Mem de Sá - PL
16. Julio Leite - PR

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1962.**

Revoga a Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema parlamentar de governo e o art. 61 da Constituição Federal, de 18 de setembro de 1946.

Eleita em 6.12.1961, salvo os Srs. Senadores:

- Wilson Gonçalves
- Eurico Resende
- Amaury Silva
- Raul Giuberti (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 - Requerimento nº 791-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros - Partidos

1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Ruy Carneiro - PSD
3. Pedro Ludovico - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Benedito Valladares - PSD
6. Menezes Pimentel - PSD
7. Amaury Silva - PTB
8. Nogueira da Gama - PTB
9. Barros Carvalho - PTB
10. Milton Campos - UDN
11. Heribaldo Vieira - UDN
12. Eurico Resende - UDN
13. Daniel Krieger - UDN
14. João Agripino - UDN
15. Mem de Sá - PL
16. Raul Giuberti - PSP

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1963.**

Altera a redação do inciso IX do art. 157 da Constituição (referente ao trabalho de menores e mulheres e ao trabalho em indústrias insalubres).

Designada em 23-4-1963

Membros - Partidos

1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Ruy Carneiro - PSD
3. Lobão da Silveira - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Menezes Pimentel - PSD
6. Heribaldo Vieira - PSD
7. Amaury Silva - PTB
8. Bezerra Neto - PTB
9. Vago - PTB
10. Silvestre Pérciles - PTB
11. Arthur Virgílio - PTB
12. Eurico Resende - UDN
13. Milton Campos - UDN
14. João Agripino - UDN
15. Josaphat Marinho - S. legenda
16. Aloysio de Carvalho - PL

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1963.**

Altera os arts. 141, 146 e 147 da Constituição Federal (referente ao direito de propriedade).

Designada em 23-4-1963

Membros - Partidos

1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Ruy Carneiro - PSD
3. Lobão da Silveira - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Menezes Pimentel - PSD
6. Leite Neto - PSD
7. Amaury Silva - PTB
8. Bezerra Neto - PTB
9. Vago - PTB
10. Silvestre Pérciles - PTB
11. Argemiro de Figueiredo - PTB
12. Eurico Resende - UDN
13. Milton Campos - UDN
14. Daniel Krieger - UDN
15. Josaphat Marinho - S. legenda
16. Aloysio de Carvalho - PL

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1963.**

Dá nova redação aos artigos nºs 26 e 63 da Constituição Federal (administração do Distrito Federal e matéria da competência privativa do Senado).

Eleita em 2-5-1963

Membros - Partidos

1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Ruy Carneiro - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Menezes Pimentel - PSD
6. Leite Neto - PSD
7. Amaury Silva - PTB
8. Bezerra Neto - PTB
9. Vago - PTB
10. Eduardo Catalão - PTB
11. Vasconcelos Torres - PTB
12. Eurico Resende - UDN
13. Milton Campos - UDN
14. Daniel Krieger - UDN
16. Aloysio de Carvalho - Pequenos Partidos
16. Josaphat Marinho - Pequenos Partidos

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1963.**

Dá nova redação aos arts. 44 e 45 da Constituição Federal para conceder imunidades aos vereadores.

Designada em 20-5-1963

Senadores - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
- Ruy Carneiro - PSD
- Lobão da Silveira - PSD
- Wilson Gonçalves - PSD
- Menezes Pimentel - PSD
- Leite Neto - PSD
- Amaury Silva - PTB
- Bezerra Neto - PTB
- Pinto Ferreira - PTB
- Silvestre Pérciles - PTB
- Adalberto Sena - PTB
- Eurico Resende - UDN
- Milton Campos - UDN
- João Agripino - UDN
- Aloysio de Carvalho - PL
- Josaphat Marinho - S/legenda

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 5, de 1963.**

Dá nova redação ao item 1º e ao § 4º do artigo 19 da Constituição referentes ao Imposto de Vendas e Consignações:

1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Ruy Carneiro - PSD
3. Lobão da Silveira - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Menezes Pimentel - PSD
6. Leite Neto - PSD
7. Amaury Silva - PTB
8. Bezerra Neto - PTB
9. Vago - PTB
10. Humberto Nader - PTB
11. Argemiro de Figueiredo - PTB
12. Eurico Resende - UDN
13. Milton Campos - UDN
14. Daniel Krieger - UDN
15. Aloysio de Carvalho - PL
16. Josaphat Marinho - Pequenos Partidos.

**Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.**

(Criada em virtude da aprovação em 18.9.1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermirio)

(9 MEMBROS)

Membros - Partidos

- José Feliciano - PSD
- Atílio Fontana - PSD
- Eugênio Barros - PSD
- Jose Ermirio (Relator) - PTB
- Bezerra Neto - PTB
- Meio Braga - PTB
- Lopes da Costa - UDN
- Milton Campos - Presidente - UDN
- Julio Leite, Vice-Presidente - Pequenas Representações

**Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas.**

(Criada em virtude da aprovação, em 2-8-1963 do Requerimento nº 531-63, do Senador Góes Monteiro)

(5 MEMBROS)

Membros - Partidos

- Atílio Fontana (Presidente) - PSD
- Jose Feliciano (Vice-Presidente) - PSD
- Jose Ermirio Relator - PTB
- Adolpho Franco - UDN
- Aurélio Vianna - Pequenas Representações

**Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional.**

(6 MEMBROS)

(Criada pela Resolução nº 11.63)

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
- Leite Neto (Presidente) - PSD
- Nelson Maculan - PTB
- João Agripino (Relator) - UDN
- Josaphat Marinho - Pequenas Representações



Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1963

(Originário da Câmara dos Deputados)

Que da nova redação ao § 1º do art. 28 da Constituição Federal (autonomia dos Municípios).

Designação em 22 de outubro de 1963

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD; Ruy Carneiro - PSD; Wilson Gonçalves - PSD; José Feliciano - PSD; Louão da Silveira - PSD; Bezerra Neto - PTB; Edmundo Levi - PTB; Argemiro de Figueiredo - PTB; Melo Braga - PTB; Milton Campos Presidente - UDN; Aloysio de Carvalho - UDN; Afonso Arinos - UDN; Eurico Rezende - UDN; Josaphat Marinho (Relator) - Pequenas Representações; Aurélio Vianna - Pequenas Representações; Júlio Leite (Vice-Presidente) - Pequenas Representações.

Comissão Especial para estudar a situação da Casa da Moeda.

17 MEMBROS

Criada em virtude da aprovação do Requerimento nº 551-63 do Sen. Jefferson de Aguiar, na sessão de 14-8-63.

Designação em 28-8-1963

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar (Presidente) - PSD; Wilson Gonçalves - PSD; Arthur Virgílio - PTB; Edmundo Levy - PTB; Adolpho Franco - UDN; Eurico Rezende (Vice-Presidente) - UDN; Josaphat Marinho - Sem Legenda.

Comissão Especial para o estudo das causas que dificultam a produção agro pecuária e suas repercussões negativas na exportação.

Criada em virtude do Requerimento nº 369-63 do Sr. Senador José Ermirio, aprovada na sessão de 2-8-1963.

15 MEMBROS

Membros - Partidos

- José Feliciano - PSD; Silvestre Péricles (Vice-Presidente) - PSD; José Ermirio (Presidente) - PTB; Lopes da Costa - UDN; Aurélio Vianna (Relator) - Pequenos Partidos.

Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas

Criada em virtude da aprovação, em 2-8-1963, do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira

15 MEMBROS

Membros - Partidos

- Atilio Fontana (Presidente) - PSD; José Feliciano (Vice-Presidente) - PSD; José Ermirio (Relator) - PTB; Adolpho Franco - UDN; Aurélio Vianna - Pequenas Representações.

Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude da aprovação, em 18-9-1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 665 de 1963, do Sr. Senador José Ermirio.

19 MEMBROS

Membros - Partidos

- José Feliciano - PSD; Atilio Fontana - PSD; Eugênio Barros - PSD; José Ermirio (Relator) - PTB; Bezerra Neto - PTB; Melo Braga - PTB.

Lopes da Costa - UDN; Milton Campos - Presidente - UDN.

Júlio Leite - Vice-Presidente - Pequenas Representações.

Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chanas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional

Criada pela Resolução nº 11 de 1963

15 MEMBROS

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD; Leite Neto (Presidente) - PSD; Nelson Maculán (Vice-Presidente) - PTB; João Acirpino (Relator) - UDN; Josaphat Marinho - Pequenas Representações.

Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos apontados da tribuna do Senado, na Sessão de 23 do corrente, e outros relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento dos Correios e Telégrafos.

Criada em virtude da aprovação em 7-11-1963, sessão extraordinária, da resolução nº 32 de 1963, apresentada pelo Senhor Senador Jefferson de Aguiar e outros Senhores Senadores.

Criada pela Resolução nº 32, de 1963

MEMBROS - PARTIDOS

- Presidente: Wilson Gonçalves - PSD; Vice-Presidente: Leite Neto - PSD; Relator: Eurico Rezende - UDN; Jefferson de Aguiar - PSD; Atilio Fontana - PSD; Arthur Virgílio - PTB; Bezerra Neto - PTB; Aurélio Vianna - PTB; Júlio Leite - PTB; Melo Braga - PTB; João Acirpino - UDN; Daniel Krieger - UDN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1963.

Altera o art. 138 da Constituição Federal (inelegibilidades) Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD; Ruy Carneiro - PSD; Wilson Gonçalves - PSD; José Feliciano - PSD; Walfrido Gurgel - PSD; Argemiro de Figueiredo - PTB; Bezerra Neto - PTB; Silvestre Péricles - PTB; Edmundo Levi - PTB; Eurico Rezende - UDN; Milton Campos - UDN; Aloysio de Carvalho - UDN; Afonso Arinos - UDN; Josaphat Marinho - Sem Legenda; Raul Guberti - Pequenas Representações; Júlio Leite - Pequenas Representações.

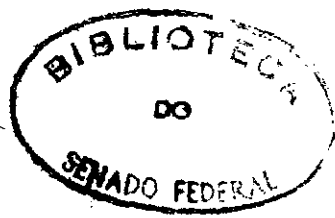
Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1963.

Dá nova redação ao § 4º do art. 182 da Constituição Federal (transferência para a reserva do militar da ativa que se candidatar a cargo eletivo). Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD; Ruy Carneiro - PSD; Wilson Gonçalves - PSD; José Feliciano - PSD; Walfrido Gurgel - PSD; Argemiro de Figueiredo - PTB; Bezerra Neto - PTB; Silvestre Péricles - PTB; Edmundo Levi - PTB; Eurico Rezende - UDN; Milton Campos - UDN; Aloysio de Carvalho - UDN; Afonso Arinos - UDN; Josaphat Marinho - Sem Legenda; Raul Guberti - Pequenas Representações; Júlio Leite - Pequenas Representações.



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## SEÇÃO II

ANO XIX — Nº 4

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 7 DE JANEIRO DE 1964

# SENADO FEDERAL

### ATA DA 12ª REUNIÃO EM 6 DE JANEIRO DE 1964

### 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA

#### PRESENCIA DO SR. JOAQUIM PARENTE:

As 15 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

- Zacharias de Assumpção.
- Cattete Pinheiro.
- Sebastião Aroher.
- Joaquim Parente.
- Vasconcelos Torres.

#### O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença, acusa o comparecimento de 6 Srs. Senadores. Número insuficiente para a abertura da sessão.

É o seguinte o expediente encaminhado à Mesa:

#### MENSAGENS DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

I — de Restituição de autógrafos de Projetos sancionados:

Nº 23-64 (nº de origem 443-63), de 23 de dezembro de 1963 — referente ao Projeto de Lei nº 4.502-B-58 na Câmara e nº 80-63 no Senado (Lei nº 4.297, de 23 de dezembro de 1963) que dispõe sobre a aposentadoria e pensões de Institutos ou Caixas de Aposentadoria e Pensões para o ex-combatentes e seus dependentes;

Nº 24-64 (nº de origem 444-63), de 23 de dezembro de 1963 — referente ao Projeto de Lei nº 742-A-63 na Câmara e nº 69-63 no Senado (Lei nº 4.298, de 23 de dezembro de 1963), que altera o quadro do pessoal da Secretaria do Triunfo Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul e dá outras providências;

Nº 25-64 (nº de origem 445-63), de 23 de dezembro de 1963 — referente ao Projeto nº 813-D-55 na Câmara e nº 123-61 no Senado (Lei nº 4.299, de 23 de dezembro de 1963) que altera o Decreto-lei nº 915, de 1 de dezembro de 1962, reificado pelo Decreto-lei nº 1.061, de 20 de janeiro de 1960, que dispõe sobre o imposto de vendas e contribuições, define a competência dos Estados para sua cobrança e arrecadação e dá outras providências;

Nº 26-64 (nº de origem 446-63), de 23 de dezembro de 1963 — referente ao Projeto nº 779-B-63 na Câmara e nº 124-63 no Senado (Lei nº 4.300,

de 23 de dezembro de 1963), que eleva o efetivo de Almirante de Esquadra do Corpo da Armada;

Nº 27-64 (nº de origem 447-63), de 23 de dezembro de 1963 — referente ao Projeto nº 670-A-63 na Câmara e nº 119-63 no Senado (Lei nº 4.301, de 23 de dezembro de 1963) que altera o art. 60, preâmbulo, do Código da Justiça Militar (Decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938);

II — de agradecimento de comunicações do Senado:

Nº 28-64 (nº de origem 462-63), de 26 de dezembro de 1963 — com referência à aprovação da escolha do Diplomata Moacir Ribeiro Briggs para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, do Brasil junto ao Governo da República Socialista Federativa da Iugoslávia;

Nº 29-64 (nº de origem 403-63), de 26 de dezembro de 1963 — com referência à aprovação da escolha do Diplomata Carlos Martins-Thompson Flores para exercer a função de Embaixador Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Sua Majestade o Rei da Dinamarca;

Nº 30-64 (nº de origem 494-63), de 26 de dezembro de 1963 — com referência à aprovação da escolha do Diplomata Vasco Tristão Leitão da Cunha para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Portuguesa;

Nº 31-64 (nº de origem 455-63), de 26 de dezembro de 1963 — com referência à aprovação da escolha do Diplomata Hélio Rodrigues do Valle para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas;

Nº 32-64 (nº de origem 456-63), de 26 de dezembro de 1963 — com referência à aprovação do veto presidencial ao Projeto de Lei nº 4.670-B de 1954 na Câmara e nº 81-58 no Senado, que considera como ocorrida em serviço a morte do Major da Aeronáutica Rubens Florentino Vaz, para os fins de pensão, montepio, melo sócio e mais vantagens estabelecidas no Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares;

Nº 33-64 (nº de origem 467-63) de 26 de dezembro de 1963, com referência à aprovação do veto presidencial ao Projeto de Lei nº 1.567-60 na Câmara e nº 22-59 no Senado, que institui o "Dia de Doador";

III — de agradecimento de remessa de autógrafos de decretos legislativos: Nº 3464 (nº 458-63 de origem), de

26 de dezembro de 1963 — referente ao Decreto Legislativo nº 37-63;

Nº 35-64 (nº de origem 469-63), de 26 de dezembro de 1963 — referente ao Decreto Legislativo nº 38-63.

Respostas a pedidos de informações formulados pelo Sr. Senador Araújo Steinbruch (Avisos de 30 de dezembro de 1963 do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas):

Nº 300, com referência ao Requerimento nº 438-63;

Nº 301, com referência ao Requerimento nº 621-63;

Nº 307, com referência ao Requerimento nº 631-63.

Já decorrido o prazo regimental da espera para a efetivação do "quorum" mínimo exigido pelo Regimento Interno, encerro a presente reunião.

Encerra-se a reunião às 15 horas e 5 minutos.

### DIRETORIA DAS COMISSÕES

Comissão Especial incumbida de efetuar o levantamento da produção mineral nacional e estudar as medidas capazes de possibilitar a industrialização dos mesmos.

### 6ª REUNIÃO, REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 1963

As dezessete horas e quinze minutos, do dia vinte e um de novembro de mil novecentos e sessenta e três, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Milton Campos, Presidente, Júlio Leite, Vice-Presidente, José Ermírio, Relator, Atílio Fontana e Mello Braga, reúne-se a Comissão Especial, incumbida de efetuar o levantamento da produção mineral nacional e estudar as medidas capazes de possibilitar a industrialização dos mesmos. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Bezerra Netto, Ruydino Barros, José Heliciano, e Torres da Costa. É lida a ata da reunião anterior. Havendo número legal o Senhor Presidente declara aberta a sessão concedendo a palavra ao Sr. Dr. Fernando Mello Viana que faz ampla exposição do problema minero do Brasil conforme notas taquigráficas abaixo registradas.

#### NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE — Zélio abertos os trabalhos.

Doutor Fernando de Melo Viana a sua convocação a esta Comissão foi para esclarecer alguns aspectos da questão da mineração de ouro, pois os objetivos a que ela se propõe são os de conhecer os recursos minerais do País e encontrar os processos de sua utilização mais completa, para auxiliar o desenvolvimento nacional.

Se quizer-se V. Sa. poderia fazer uma breve exposição, que ouviremos com grande satisfação, pois sabemos que o expositor tem contacto, experiência e competência no assunto. De modo que, se V. Ex.ª o desejar, pode fazer a exposição. Se não poderá ser arguido pelos membros da Comissão.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Deixo apenas pedir alguns esclarecimentos, porque sei que V. Ex.ª tem autoridade no assunto.

O SR. PRESIDENTE — Devo esclarecer também que o que se pretende com sua presença são alguns esclarecimentos relacionados com a mineração do ouro, ao qual se deve e ao qual se atribui grande importância no desenvolvimento nacional.

Se V. Sa. preferir fazer a exposição tem a palavra.

O SR. FERNANDO DE MELO VIANA — Srs. Senadores, inicialmente quero agradecer a oportunidade que V. Exas. e esta Comissão me proporcionam, de fazer essa exposição, o que é uma grande honra para mim. Embora modestamente, fico satisfeito em poder prestar minha contribuição a esse estudo. Conhecendo a realidade como Vossa Excelência acaba de dizer, Sr. Presidente, me contratei com Vossas Excelências, porque há muito tempo que os estudos sobre os recursos minerais e os processos e métodos de sua utilização representam, um problema mais importantes.

Relativamente ao problema do ouro, especificamente, é vasto e tem aspectos variados. Imaginei que seria mais interessante fazer uma exposição escrita, que passarei depois à Comissão e em seguida com muito prazer, estarei pronto a esclarecer o que me for possível e o que possa ter ocorrido.

Já uma parte estatística e os números a gente nem sempre recorda. Inicialmente gostaria de falar rapidamente sobre a indústria do ouro e a situação mundial da produção do

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES
CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRÁSILIA

ASSINATURAS

Table with columns: REPARTIÇÕES E PARTICULARES, FUNCIONARIOS, Capital e Interior, Exterior, Semestre, Ano. Includes values for Cr\$ 50,00, 96,00, 136,00, 39,00, 76,00, 108,00.

Excetnadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou 1/2 ano.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — V. Sa. julga que apesar de toda essa saída de ouro por todos os lados, pelas nossas fronteiras, já se pode situar dentro das cento e oitenta mil onças ou é maior?

O SR. FERNANDO MELO VIANA — É possível, por circunstâncias especiais, como a que vou citar, de que o ouro seja produzido lá na fronteira com as Guianas e, pela facilidade de transporte, saia do Brasil. Atualmente, porém, a corrente é no sentido de entrar no Brasil. Adiante focalizarei este ponto.

O SR. FERNANDO MELO VIANA — (Lê):

Em seguida à corrida ao ouro no mercado de Londres, em outubro de 1960, que recebeu grande publicidade, reviveu o interesse pelo metal, numa proporção que já não se verificava há um quarto de século. O estoque americano acha-se agora, ao seu nível mais baixo de 1939 para cá. As continuas compras por parte dos Bancos centrais e governos do exterior são atestados do prestígio de que o ouro goza na mente dos responsáveis pelas reservas monetárias nacionais.

Em 1961, a produção mundial de ouro (com exclusão da Rússia, da China Continental, etc.), atingiu um novo máximo no pós-guerra, isso, pelo oitavo ano consecutivo. Com um valor de um pouco mais de US\$ 1,200 milhões, a produção do ano passado superou, por 3%, a de 1960. Ela foi uns 43% maior do que a de 1953, antes de se iniciar a alta da produção no pós-guerra e só ficou 3% aquém do máximo absoluto de 1940.

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Sobre as produções das minas de ouro no Brasil só pude obter dados que considero fidedignos a partir de 1936. Tenho outros, mas não pode-

ria trazê-los ao Senado porque não oferecem certa garantia.

Produção das Minas de Ouro do Brasil

Table with columns: Anos, Quilos. Lists production values from 1936 to 1962.

Mineração Morro Velho S. A.

Table with columns: Anos, Quilos. Lists production values for Morro Velho S. A. from 1953 to 1962.

Observação: — Não está incluída a produção de ouro aluvionar, cuja produção é muito variável.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — Isto é no Brasil ou só em Morro Velho?

O SR. FERNANDO MELO VIANA — No Brasil.

O SR. MELLO BRAGA — E os 5% restantes?

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Existe a mina de Passagem, que esteve paralisada e que nos últimos três anos começou a funcionar novamente. Está situada perto de Mariana, em Minas Gerais. Tem uma pequena produção. Há outra mina em Jacobina, Bahia, que também tem uma pequena produção.

Depois desse capítulo relativo à parte estatística, que achei interessante trazer, escrevi um outro sobre o qual me parece também interessante discorrer. Pergunto aos Senhores Senadores só posso proceder à leitura: "As vantagens da produção de ouro".

O SR. JOSE' ERMÍRIO — É muito interessante.

O SR. FERNANDO MELO VIANA — (Lendo):

"Embora reconhecidas universalmente as inúmeras vantagens da produção de ouro, desejamos encarecer inicialmente o crescente índice de suas aplicações na indústria e nas artes. Nos Estados Unidos, por exemplo, o uso nas artes e na indústria vem se expandindo de ano para ano. Em 1957 o consumo para esses fins era de 50 milhões de dólares e em 1960 atingiu a 105 milhões de dólares, ultrapassando desde 1958 a produção do país.

Em relação ao Brasil, apesar de não existir um estudo estatístico rigoroso podemos afirmar que nas artes e nas indústrias o consumo de ouro, anualmente é, atualmente, da ordem de ... 12.000 a 15.000 kg. o que representa cerca de 15 a 20 milhões de dólares".

Quero chamar a atenção dos Senhores Senadores para o fato de que o ouro sempre foi considerado um metal precioso em base monetária. Mas as suas aplicações nas artes e na indústria são impressionantes. Logo que assumi a direção da Mineração Morro Velho fiquei impressionado porque um cliente de São Paulo queria comprar uma média de 40 a 50 quilos de ouro por mês. Entrei em contato com os industriais e tive a mais agradável surpresa, porque encontrei uma indústria fantástica, sob o ponto de vista técnico e aprendi coisas muito interessantes. A referida empresa é filial de uma companhia alemã e só trabalha com produtos de ouro. Cerca de 2/3 desses 50 quilos de ouro são transformados em sais de ouro, utilizados na indústria de cerâmica fina, na qual, segundo vim a saber depois, o Brasil ocupa o terceiro lugar no mundo.

Nos Estados Unidos também, em dois anos, a aplicação nas artes e na indústria, passou de 50 milhões a 100 milhões de dólares.

Em relação ao Brasil, apesar de não existir um estudo estatístico rigoroso podemos afirmar que nas artes e na indústria o consumo anual de ouro é atualmente, da ordem de 12 a 15 mil quilos, o que representa cerca de 15 milhões e 20 milhões de dólares.

"As aplicações do ouro na indústria química têm se expandido extraordinariamente acompanhado o ritmo de desenvolvimento tecnológico e acarretando o aumento de consumo de metal e de seus sais".

Temos uma produção média — aí chegamos ao ponto — por ano, de 4.000 quilos.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — Em quanto calcula V. Sa. a importação?

ro, bem como a indústria nacional, apresentando alguns dados estatísticos. (Lê).

O SR. FERNANDO MELO VIANA (Lê):

INDÚSTRIA DO OURO

Situação Mundial e Brasileira da Produção de Ouro — Estatística

O Brasil no século XVII, ocupou a posição de maior produtor mundial de ouro, chegando a produzir no período de 1741 a 1760 uma média de 14.600 quilos por ano. A partir dessa época, viemos perdendo seguidamente, terreno. Ao mesmo tempo, as descobertas de novas e importantes jazidas, notadamente as registradas em meados do século XIX na Califórnia e na Austrália, seguidas do surto de mineração na África do Sul, que em princípios do século atual passou para o pósto de maior produtor mundial, e mais recentemente do grande avanço da produção da URSS (hoje a maior do mundo), foram relegando o Brasil a uma situação de menor importância.

A Rússia resolveu, com facilidade, seu problema de falta de trigo, vendendo ouro.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — Vendeu milhões milhões de dólares-ouro para adquirir trigo.

O SR. FERNANDO MELO VIANA (Lê):

Em 1959, as estatísticas mundiais apontavam o seguinte panorama da produção mundial de ouro:

Table with columns: Milhares de onças, (1 onça = 31,1 g.).

URSS ..... 32.600
África do Sul .. 29.069

O SR. JOSE' ERMÍRIO — É surpresa para mim, porque tinha o "re-át" de Londres e não pude compreender.

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Vamos admitir que estes dados não sejam rigorosamente verdadeiros, mesmo por que as estatísticas referentes à Rússia não revelam, nas suas estatísticas de primeira ordem, feitas por órgão oficial.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — É o resultado de quinhentos mil geólogos no campo, com a colaboração de assessores dos Estados.

O SR. FERNANDO MELO VIANA — (Lê):

Table with columns: País, Quantidade. Lists production values for Canada, EUA, Austrália, Ghana, Rodésia do Sul, Filipinas, Colômbia, Congo (ex-belga), México, Japão, Nicarágua, Brasil.

Total mundial (inclusive outros países) 65.000

A cifra apontada para o Brasil (180 mil onças) corresponde aproximadamente 5.600 quilos, incluindo, possivelmente, uma estimativa exagerada de ouro aluvionar.

O ouro industrial não foi incluído, porque controlado até em gramas. Existem, no Brasil, explorações de ouro aluvionar, desde o Amazonas, Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. Em outra oportunidade, darei a posição estatística da produção brasileira.

O SR. PRESIDENTE — Sempre o Brasil em último lugar?

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Praticamente, em último.

O SR. MELO VIANA — Temos um consumo de 12 a 15.000 quilos. A nossa produção é de 4.000 quilos, logo, a importação é de aproximadamente 8 a 10.000 quilos.

O SR. JULIO LEITE — De onde vem esse ouro?

O SR. MELO VIANA — É todo ele importado por contrabando. Tenho, até um estudo sobre o assunto que apresentei ao Doutor Vidigal, Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, a cargo de quem estava todo o serviço de fiscalização. Fiz uma exposição sobre os prejuízos que a nação teria com a entrada desse ouro clandestinamente. Acrescentei que inicialmente não paga imposto alfandegário, porque a lei não incide para a sua entrada. Teria, porém, caso contrário, de fazer a mesma coisa se tivéssemos de importar automóveis, comprando-se o dólar, digamos, a dois mil cruzeiros.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — V. Sa. chegou a percorrer a indústria paulista?

O SR. MELO VIANA — Sim, visitei.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — O sal de ouro que fabrica é coletado de ouro?

O SR. MELO VIANA — Sim, é um deles, vendido, depois, para a indústria de cerâmica para a sua fixação.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — Acho astronômico esse consumo mensal de 50 quilos. Não será para sair do país de qualquer outra forma?

O SR. MELO VIANA — Não, inclusive porque as condições do preço...

O SR. JOSE' ERMÍRIO — O ouro entra e sai pelo contrabando, o facilidade na sua saída?

O SR. MELO VIANA — O contrabando dentro do Brasil é muito maior do que para fora, justamente porque a indústria no Brasil consome 15.000 e produz apenas 4.000. Se há esse consumo, só importando.

O SR. MELO BRAGA — Essa firma não contabiliza em razão dessa entrada.

O SR. MELO VIANA — Se esse ouro contrabandeado não há contabilidade. Af perde o Governo Federal, quanto à importação, no impôsto de consumo e desde que não foi contabilizado no impôsto de vendas e consignações. Se formos multiplicar tudo isso, a quantia é astronômica.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — A cidade de Crato, no Ceará, compra ouro?

É atualmente o maior centro de ouro do Brasil, chegou a derrotar Diamantina.

O SR. MELO VIANA — Realmente, não compra. Não temos notícias de que tenhamos vendido ouro para a cidade de Crato.

Sr. Presidente, nessa ordem de idéias, passo a ler o trecho de uma ata da SUMOC, de 1957, resultado de um estudo sobre o problema do ouro e, especificamente, quanto à extração das minas de Morro Velho. Fez a SUMOC baseada nesses estudos, várias resoluções que ainda estão vigentes.

Consideramos muito oportuno, citar a respeito das vantagens da produção de ouro a valiosa opinião do Conselho da SUMOC, e com esse objetivo transcrevemos um item da Ata da Reunião do Conselho de 18 de novembro de 1957 depois de minucioso estudo das minas de ouro de Morro Velho:

**CONVENIENCIA DA PRESERVAÇÃO DA PRODUÇÃO DE OURO.**

A liquidação da Sa. John d'el Rey Mining Co. representaria praticamente a cessação da produção de ouro no Brasil. Essa solução é contra-indicada, não só por motivos sociais e políticos mas ainda estritamente econômicos.

Sob o ponto de vista político-social, nota-se que as atividades da St. John d'el Rey Mining Co. dependem para seu sustento direta ou indiretamente em Nova Lima e Raposos cerca de 40 mil pessoas. A folha de salários atinge Cr\$ 700.000,00 diários e é a Empresa que fornece utilidades públicas e arrenda aos operários cerca de 2.800 casas, a alugueis simbólicos que representam uma subvenção social aos empregados.

Sob o ponto de vista estritamente econômico, a continuação da produção de ouro na St. John d'el Rey Mining Co. é desejável pelos motivos seguintes:

- a) o ouro equivale a uma exportação marginal, com característica especialmente vantajosa, porque:

- 1) É livre e ilimitadamente conversível em divisas fortes;

- 2) O aumento da quantidade exportada não afeta desfavoravelmente as relações de troca.

- b) Não havendo ocupações alternativas, capazes de absorver a população desempregada, a cessação da produção de ouro representaria perda líquida para o País, pelo valor em divisas representada pela produção cessante, se medido pelo valor da procura de divisas fortes, para pagamento das importações (média da terceira categoria geral e especial de importação), o valor total da produção de ouro para economia nacional se situaria substancialmente acima da taxa de mercado livre, justificando a cobertura de custos de produção superiores a essa taxa;

- c) a produção de ouro tende a constituir um ponto de vista para outras explorações minerais, atraindo inversões de vulto para modernização das instalações de produção aurífera. A consideração dessas características especiais do ouro-mercadoria, para a qual há um mercado limitado em dólares — a preços estáveis — levou a maioria dos países produtores a subvencionar a mineração do ouro: Entre os países nos quais a produção de ouro foi menos duramente ferida que no Brasil, pelo processo inflacionário e que subvencionaram diretamente a produção de ouro, figuram: o Canadá, Austrália, Rodésia do Sul e mais recentemente, as Filipinas e Java.

- Observações: — A folha de salários atualmente atinge a Cr\$ 6.500.000,00 diários. O valor da produção anual de ouro sendo de 3.900 quilos equivalentes a US\$ 4.300.000 e, de outro lado, o total das importações da Companhia sendo no máximo de 300.000 dólares anuais, vê-se que, a produção de ouro dá um saldo real de divisas para o País de 4.000.000 de dólares, significando vantajosa e expressiva exportação de um produto metalúrgico obtido por processo completo e acabado no país. Devemos também considerar os subprodutos apurados: prata e arsênico, de grande interesse para o país.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — Os produtores de ouro são a Rússia e a África do Sul. A Rússia tem uma mão de obra, quase escrava, enquanto que a África tem mão de obra completamente escrava. Era menino quando ouvi dizer: A verdadeira mina de ouro da África é a escravidão. Então lá o trabalho é quase de graça. O Canadá e a Austrália estão fazendo isso.

O Sr. tem conhecimento de alguma nova descoberta?

O SR. MELO VIANA — Que eu conheça, não.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — A Mineração de Morro Velho tem estudado outras regiões do Brasil?

O SR. MELO VIANA — Tem estudado.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — Isso é muito importante. Como se chama hoje a firma?

O SR. MELO VIANA — Mineração Morro Velho Ltda. Neste ponto quero esclarecer que não somos sucessores da Saint John Del Rey Mining Co. Ela continua existindo. Somos sucessores apenas na exploração da mina de ouro.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — A mina começou perto de São João Del Rey.

O SR. PRESIDENTE — Ela é mais do que centenária.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — Hoje a Mineração Morro Velho Ltda. é nacional?

O SR. MELO VIANA — A situação é a seguinte: A Mineração tem um capital no qual a totalidade das ações ordinárias pertence a brasileiros. Vinte por cento desse capital em ações preferenciais, sem direito a voto e que pertence à Novalimense, cuja maioria das ações é da Hanna.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — Que valor tem essas ações preferenciais?

O SR. MELO VIANA — É de um quarto do Capital. O Capital é de um bilhão e cem milhões de cruzeiros; oitocentos e setenta e cinco milhões de cruzeiros são de ações ordinárias, pertencentes a brasileiros.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — Nominativas ou ao portador?

O SR. MELO VIANA — Ao Portador.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — A mina chega a 2.700 metros. Ela está mais rica com a profundidade?

O SR. MELO VIANA — Tem aumentado sempre a riqueza.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — Está com 15 gramas?

O SR. MELO VIANA — Vai às vezes até a 18. Nesse particular, possa informar que há três anos atrás quando a mina pertencia ainda aos ingleses — houve um período em que o controle era da Hanna e depois passou a ser administrada pela Companhia, que adquirira as ações na Bóia — verificou-se que a situação da mina era deficitária e tinha ela um prejuízo, naquela ocasião, de cem mil dólares por mês. Procurou-se um meio de estudar a possibilidade de transformar essa situação, mas esbarraram com a seguinte dificuldade: a capacidade provada da mina era para uma apuração de apenas cinco anos.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — Quando morei em Morro Velho, havia um estudo para se fazer um shaft de profundidade para a mina, pois se demorava muitas horas para atingir o minério. Fizeram esse shaft?

O SR. MELO VIANA — Eles chegaram até certo ponto e depois pararam. Pois bem, ia dizendo que na ocasião as reservas prováveis eram para apenas cinco anos e, portanto, não se poderia basear investimentos grandes nessas reservas.

O SR. MELO BRAGA — Em que ano foi isto?

O SR. MELO VIANA — Em 1959. Nesse momento decidiu-se fazer um estudo uma prospeção intensa e mandaram buscar técnicos especialistas em ouro na África do Sul, nos Estados Unidos e no Canadá, a fim de se fazer um estudo com base na hidrologia. Ai foi que houve a agradável surpresa: Com o emprego de novos métodos e processos de prospeção descobriram reservas tão grandes que a Companhia nunca na sua história tivera reservas iguais e com a circunstância feliz: Essas reservas novas foram descobertas a menos de 800 metros do solo.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — Na antiga Mina de Morro Velho houve um desastre e a mina ficou abandonada.

O SR. MELO VIANA — Assim tivemos mais reservas que estavam situadas a 800 metros. Então melhorou extraordinariamente a posição da Companhia, não só do ponto-de-vista das reservas, como também do ponto-de-vista da economia da produção. Iniciou-se um trabalho de estudo para a exploração. Nesse momento e que a administração passou para o grupo brasileiro, que preside.

O SR. MELO BRAGA — Quando eles saíram, já tinham tomado conhecimento dessas reservas?

O SR. MELO VIANA — Tinha.

O SR. MELO BRAGA — Houve capital brasileiro para indenizações?

O SR. MELO VIANA — Não houve isto, porque vou explicar a V. Exas, o seguinte:

A situação da Companhia de Morro Velho era a seguinte: eles acumularam util o aproveitamento das reservas. Estabeleceram um plano por este plano, V. Exa, terá resposta exata e clara a sua pergunta.

Verificaram a existência de mão-de-obra ociosa; possuíam cinco mil operários e podiam reduzi-los de dez mil, mantendo o mesmo ritmo de produção. Isto através de novas máquinas e equipamentos, etc. Assim, a Companhia passou de uma situação a superavitária. E é isso que compreender.

Esbarraram, porém, num obstáculo: com estrangeiros não era possível a execução. Teriam que admitir os mil operários em Nova Lima. Daí a ideia de oferecer a mina ao Governo brasileiro, caso contrário, permaneceria deficitária. Na época, era Ministro da Fazenda o Sr. Sebastião Paes de Almeida, que considero não ser interessante o Governo assumir a administração da Companhia, por não possuir técnicos e não ser especialista no assunto.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — Tem conhecimento do fato pelo nos o critério em Londres, de que 68% das ações da Mina de São João d'el Rey estavam a venda por um milhão de dólares. Aquela época, estava investido em compras, mas fui ao Presidente e Jaceano Kubitschek e intexpus a situação. Achou ótima a ideia.

O que nos interessa, Dr. Melo Viana, é saber a duração das reservas, pelas prospeções já realizadas, mantido o ritmo atual de produção.

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Está calculada em dezessete anos.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — Foi modificado inteliramente o sistema de pilhões?

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Sim.

Quando assumimos a direção da Companhia, verificamos que o mais indicado seria a modificação do plano. E, de acordo com os próprios técnicos estrangeiros e brasileiros, o plano foi modificado. Em vez de admitir os operários, procuramos aumentar ao máximo a produtividade da Companhia. E, na hipótese de ainda persistir o excesso de mão-de-obra, diversificaríamos as finalidades da Companhia, com a criação de outras indústrias que o absorveriam.

Em resumo, Sr. Presidente, o plano consistia lo seguinte: aumentar em 50% a nossa produção aurífera, obviamente, aumentando também a produção de arsênico e prata. O plano está praticamente executado.

Fui aos Estados Unidos e comecei o financiamento para os equipamentos necessários. A produção não aumenta da noite para o dia, por questões de ordem técnica mas, com este plano, até dezembro de 1964 teremos aumentado a nossa produção aurífera em 50%.



O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Usando as reservas superiores?

O SR. FERNANDO MELO VIANA — As superiores e as antigas.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Reduzirá, nessa base, para oito anos as reservas atuais.

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Não posso afirmar exatamente até que ponto, mas, pelas prospecções, está provado que teria inserido a continuidade desses novos veios.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Não houve um novo veio em Raposo?

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Sim.

Tanto isso é verdade que há o seguinte: sem os novos equipamentos, mas com providências de ordem administrativa e técnica, elevamos a média da produção da Companhia, no ano de 1950, que era de menos de 270 quilos por mês, para 313 quilos.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Os americanos financiaram esses equipamentos a longo prazo?

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Foi feito um financiamento pelo Eximbank pelo prazo de três anos. Estamos abrindo uma nova jazida em Honório Bicalho.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Estive lá uma semana. Tinha uma instalação velha. O Sr. reformou-a, ou vai trazê-la para Morro Velho?

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Fizemos trabalhos de laboratório e recebemos a continuação lá mesmo. Como estava dizendo aos Srs., os ingleses trabalharam essa mina até o ponto em que ela ia começar a produzir. Nunca se chegou a tirar, praticamente, uma grama de ouro.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Estive uma semana em Honório Bicalho e também numa região perto de Itabrito. Ali havia uns filões auríferos. Lá trabalhei e fiz algumas recomendações, não sei se foram cumpridas. O que nos interessa é saber essas detalhas. No Brasil, enquanto as jazidas de ferro, de manganês, de tungstênio estão sofrendo concorrência externa, o ouro tem se mantido no comércio internacional, com tendência para a alta. Portanto, o Brasil deve aproveitar essa situação, que considero anormal. Há um mercado mundial e precisamos aproveitar, para fazer reservas, para que o Brasil não fique humilhado.

Todos os nossos problemas tem que ser olhados com carinho.

Morro Velho é a única companhia de ouro organizada no País. Eu a conheço bem desde 1922. Mas se não houver um homem que tenha coragem de gastar um pouco do que ganha, que seja brasileiro de verdade, que queira lutar para conseguir uma produção aurífera condizente, Morro Velho ficara naqueles nove ou dez quilos por dia, sem valor real para o País.

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Nosso estorço tem sido realmente considerável. Com os nossos próprios recursos nacionais conseguimos aumentar a produção de cerca de 2/3 para 320 quilos por mês. E agora, depois de termos gasto mais de um bilhão de cruzeiros, devemos aumentar também a produção da companhia em 50%.

O SR. JULIO LEITE — Essas minas de Jacobina e Passagem são exploradas por companhias ou por particulares?

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Não posso dizer exatamente.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — O Brasil precisa de produtos básicos para viver. Temos que criar fontes de produção internas para diminuir a importação. Tenho apresentado projetos nesse sentido. Não sei se serão aprovados. Mas ainda ontem falei sobre o trigo; na semana passada sobre papel de imprensa. E preciso que os brasileiros que tenham

isso em mãos tenham patriotismo. O dinheiro só tem valor para circular e para produzir riquezas. Dinheiro depositado em bancos, para auferir juros, é inútil ao País.

O ouro é o único metal que ainda resiste a todas essas concorrências internacionais, como acontece no caso atual.

O SR. JULIO LEITE — Há possibilidade de Passagem e Jacobina aumentarem a produção?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Passagem é mina fraca.

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Há o que se chama cotação oficial do ouro. É um valor que vigora entre o Fundo Monetário Internacional e os bancos centrais. O preço atual é de 1.125 dólares o quilô. Se o Banco do Brasil, por exemplo, quiser comprar ouro, recebe por esse preço. Existe o que eles chamam o mercado internacional do ouro.

O SR. PRESIDENTE — Há monopólio na compra do ouro no Brasil?

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Já existiu mas hoje é livre.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Eu queria citar um exemplo: a que ocorreu com a indústria de cimento. Em 1934, quando instalamos a primeira fábrica de cimento no País, 100% da produção era estrangeira.

Nem que quisesse o senhor não podia comprar cimento do Brasil porque não deixavam comprar; quando nós começamos, sofremos essa consequência. Já quando a Itai começou, cedemos o cimento e técnicos para montar a fábrica e hoje 82% da indústria de cimento é nacional. No caso do ouro, parece que todo ele está em mãos de brasileiro.

Não acredito que os veios auríferos do Brasil se circunscrevam a Morro Velho ou a Honório Bicalho. Não é possível. Devíamos estudar mais profundamente o assunto e neste ponto os Senhores é que têm de procurar. Recomendando essa ação porque é o único meio de fazermos um Brasil grande. Não podemos ficar imbuídos apenas de que possuímos tudo e não desenvolvermos outros setores. Temos, por exemplo, em Goiás, minas em Luiziania, Dianópolis.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Dizem que o maior aluvião de ouro em Goiás é o de Dianópolis.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Exatamente conheço. O fato é que se tínhamos em Morro Velho, em Goiás, na Bahia, em Mato Grosso, devemos ter também em outros Estados.

Devemos agir como o Bureau de Minas nos Estados Unidos e é o que esta Comissão deve propor a criação de uma companhia, de uma organização, constituindo-se numa autoridade nacional em mineração e metalurgia, principalmente metalurgia. Se pudéssemos fazer com que Morro Velho fizesse uma declaração ao país de que estava disposta a ajudar a todos que quisessem produzir ouro, seria de grande utilidade.

A mina do Paraná era muito pequena e os que a fundaram já vendiam o equipamento mas certamente haverá mais ouro lá. Não é possível que este país com tantas minas de mineração não tenha mais ouro.

O SR. MELO VIANA — Para corroborar o ponto de vista de V. Ex.ª, posso citar um fato: descobrimos grandes reservas de ouro ao lado de uma outra já explorada. Então, com maior razão, é possível que em outras circunvizinhanças exista a presença do ouro.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — A verdade é que os rios auríferos de Goiás e de Mato Grosso devem vir de algum lugar.

O SR. MELO VIANA — Em Goiás foi organizada uma companhia para a produção de ouro.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Não posso dar informações precisas a esse respeito porque a companhia foi fundada pelo Estado. S.ª, porém, que está ainda em fase mais de organização.

O SR. PRESIDENTE — Seria interessante neste ruído que o Sr. Melo Viana nos informasse fato curioso: eu me lembro que em nossa provincia havia varias minas que trabalhavam e produziam, a regio de Santa Barbara, de S. Bento, de S. Gonçalo, Sapucaí, a mina de Juca Barros etc. Então, pergunho, o insucesso dessas explorações que causa teria. A exaustão das minas, má técnica de mineração? Qual a razão?

O SR. MELO VIANA — Vou dar minha opinião pessoal.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — É muito importante.

O SR. MELO VIANA — É possível que algumas dessas jazidas tenham sido fechadas por um fracasso de ordem técnica ou esgotamento. Não tenho a pretensão de conhecer cada uma delas em Minas Gerais, mas o conceito que tenho hoje da industria do ouro no Brasil é que não houve uma politica de auxilio á sua mineração.

No tratado de Brethton Wood, foi fixado o preço do ouro, oficialmente, em 1934. Então o que acontece é que nos países produtores de ouro havia uma inflação natural como aconteceu em todos os países e no Brasil mais. Os custos internos foram aumentando e, evidentemente, se o preço do ouro em dólar ficou em 1.825 cruzeiros, desde 1934, compreende-se que se não houver um artificial em cada um dos países para poder atender e estimular a industria do ouro, é claro que não poderá, tendo aumentado a mão de obra, na mesma proporção que para todas as outras, os custos internos do material não poderiam subsistir. Daí a razão por que no Canadá, na Austrália, em quase todos os países produtores de ouro, se fez uma legislação, variando conforme as condições locais, para contornar as dificuldades.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Inclusive na União Soviética e na Africa.

O SR. MELO VIANA — Por essa razão a mina de Morro Velho é uma das maiores do mundo com reservas importantíssimas. Tive, porem em certa época, um prejuizo de cem mil dólares por mês.

O SR. PRESIDENTE — Dou meu testemunho. Recordo-me quando estava no Governo de Minas, recebi a visita do Sr. Davis, que me expôs o drama em que a companhia se encontrava. Anunciei com aquela gravidade britânica, que ia fechar a mina se providências energéticas não fossem tomadas. Houve, no entanto, essas providências, por parte do Ministério da Fazenda.

O SR. MELO VIANA — Essa é uma grande companhia lá organizada que pode resistir e está resistindo a essa situação por condições específicas do momento no mercado internacional. Mas essa mina é uma exceção. Imagino a dificuldade das outras naquela situação.

O SR. PRESIDENTE — Admitese, pelo menos a conclusão de que a inatividade dessas minas mencionadas não tenha resultado de exaustão.

O SR. MELO VIANA — É exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE — São possibilidades de exploração de ouro que ainda existem.

O SR. MELO VIANA — Estou convencido de que não foi pela exaustão, mas por causas específicas.

O Canadá estava na mesma situação, com os mesmos problemas. No momento em que fizeram a legislação, hoje em vigor, para proteger a industria do ouro, o Ministro das Finanças do Canadá, em 1947, fez uma

declaração sobre a industria do ouro, que peço licença para ler:

"Há uma industria canadense, em particular, que poderia efetuar um rápido e substancial progresso em sua produção se lhe fosse proporcionada agora, alguma forma de auxilio. Refiro-me á industria da mineração aurífera que tem atualmente uma grande capacidade inaproveitada e que produz um artigo para o qual existe um limitado mercado de dólares. Os aumentos nos custos da produção aurífera ocorridos nos últimos anos tornaram não lucrativa grande parte do nosso potencial de produção. Isto determinou a queda de produção de certas minas, tendo se o diminuir o ritmo de prospecção de novos depósitos. O Governo chegou á conclusão de que deve adotar medidas complementares no sentido de auxiliar a remoção do pernicioso efeito sobre a produção, dos custos em rápida ascensão, aliados á fixidez do preço do produto no mercado."

A realidade é que, em todo mundo, por uma espécie de acordo tácito entre os homens, aceita-se o ouro como moeda universal e os pagamentos entre as nações se efetuam em ouro ou em moedas que se podem converter em ouro (moedas conversíveis).

O economista Per Jacobson ex-Diretor do Fundo Monetário Internacional em seu livro reunindo várias conferências sobre assuntos monetários assim se expressou:

"Em primeiro lugar, o alinhamento das moedas, em relação ao ouro dá, ao sistema monetário mundial, uma certa estabilidade que não pode ser ignorada. O ouro não pode ser criado, arbitrariamente, como o pode ser o crédito e, do ponto de vista da estabilidade, a garantia assegurada pelo ouro é, sem dúvida superior á do crédito como meio de pagamento."

Em segundo lugar, quando as responsabilidades internacionais são acertadas em ouro, verifica-se uma liquidação definida e final que não deixa subsistir qualquer nexo de crédito, como acontece quando o acordo se faz de outras maneiras. Os pagamentos em ouro são menos complicados, o que constitui uma vantagem.

"Em primeiro lugar, o alinhamento que vivemos, cercados de tantas crencas e devo reconhecer — de tantos preconceitos herdados das gerações passadas a posse do ouro inspira confiança, como não o pode fazer nenhum outro bem monetário. Sendo os seres humanos o que eles são, precisam eles de "estímulo" para a sustentação da sua confiança e, sob esse ponto de vista, o ouro ainda é de grande utilidade."

Em quarto lugar, o uso do ouro como base quase universal para o dinheiro, talvez de por si não dá ocasião ao sistema monetário internacional, porém, facilita grandemente a tarefa tanto mais que não seria fácil estabelecer de qualquer outro modo, um mesmo grau de exaustão.

E, finalmente, em quinto lugar, a atual produção corrente de ouro, na parte que se torna disponível para as finalidades monetárias, dá certo impulso á expansão financeira e promove um aumento da liquidez internacional, e que já por si é bastante satisfatório."

Essas são as razões pelas quais desde 1931 os Estados Unidos, possuidores de mais da metade dos estoques mundiais desse metal, estabilizaram o preço de compra e venda do ouro em 35 dólares por onça peso (31.1) grs., e por esse modo favoreceram a estabilização do valor da se metal, transformando-o num ponto de referência reativamente imutável para avaliação das riquezas.

Posteriormente em Bretton Woods, foi criado o Fundo Monetário Internacional pelas nações que la compareceram e sancionaram a estabilização do valor do ouro nos termos acima referidos. Inclusive, o Brasil, que

registrou no F.M.I. a paridade de Cr\$ 18.50 por dólar americano, e assim a grama de ouro vale oficialmente Cr\$ 20.8176.

Nessas condições, fácil é compreender que um país que possui ouro, praticamente dispõe de uma fonte inagotável de divisas. Poderá importar mais do que exporta, poderá acumular déficits em seu balanço de pagamentos; que na hora do ajuste de contas liquidará seus débitos, transferindo para os credores a quantidade de ouro necessária ou, simplesmente, levantando empréstimos sob garantia de seus estoques daquele metal. Não existem com o ouro os graves problemas de comercialização na comercialização internacional como acontece com o café, cacau, minérios, etc. A produção de ouro, portanto, corresponde na verdade, a uma receita adicional de divisas de um país. Basta dizer isto para que se veja a inestimável vantagem do aumento da produção do Brasil.

A Mineração Morro Velho S.A., que sucedeu a St. John d'el Rey Mining Co. na exploração das minas de ouro da região de Nova Lima, conforme vimos pela citação que fizemos do Conselho da SUMOC, constitui um exemplo no passado dos benefícios da mineração do ouro, a que Minas Gerais e outros Estados da Federação devem a penetração, o desenvolvimento de seus territórios e a formação de importantes núcleos de população, que atualmente participam ponderavelmente no desenvolvimento do país.

Na continuidade desses objetivos e para solucionar os problemas diversos entre os quais ajudam os sociais criados pela mineração do ouro através de 20 anos de atividades, a Mineração Morro Velho S.A., organizou um plano de expansão de sua produção de ouro e ao mesmo tempo de diversificação de suas atividades, descrito na carta dirigida ao Professor Santiago Dantas quando Ministro da Fazenda, que me permite ler e anexar a essa exposição, — é que constitui também um inestimável benefício não somente para a região como também para o país.

Conclusão: Diante dessa exposição torna-se, a nosso ver, imperativa para os interesses nacionais um decisivo apoio à indústria do ouro, que deveria se concretizar em providências de duas categorias:

I) Providências visando estimular a indústria existente e as pesquisas de jazidas auríferas, — como consequente implantação de novas indústrias;

II) Combate ao contrabando de ouro, cuja entrada irregular no país se faz com graves prejuízos para o Erário Público e para a indústria nacional, conforme demonstramos em exposição anexa.

Relativamente, as providências de estímulo à expansão da produção nacional de ouro, deveriam ser examinadas as leis promulgadas com esse objetivo em quase todos os países produtores desse metal em consequência da estabilização do preço do ouro em 1933 e, de outro lado, da alta constante dos custos internos nesses países.

No caso especial do Brasil, onde a inflação já ultrapassou todos os limites previstos, mais obrigatórias e urgentes se tornam as medidas de proteção à indústria do ouro.

É este exatamente o ponto a que Vossa Excelência se referiu: o caso da paralisação das indústrias.

O SR. JOSÉ ERMIRIO — Em todo caso estamos com o intuito de ver se podemos auxiliar a indústria aurífera do Brasil, propor medidas de forma a colher resultados. Temos visto falar dos brasileiros com o coração na mão tanta coisa que se fala em toda parte, que nem vale a pena repetir. Faço a Vossa Senhoria uma pergunta: há bancos brasileiros liga-

dos e capitais estrangeiras dentro da conjuntura de Morro Velho.

O SR. MELO VIANA — Absolutamente.

O SR. JOSÉ ERMIRIO — A ... tem um banco. Fez um anúncio de uma página no jornal e cada página desta dá Cr\$ 300.000 de prejuízo ao Brasil. Estamos numa reunião de biasteiros e podemos dizer: não vamos guerrear ninguém, não vamos guerrear gente de fora, mas certo que seja indispensável fazer como fez Wilson nos Estados Unidos, que criou uma administração onde se podia respirar. Antes disso, os trustes chegavam e cortavam os créditos dos cidadãos nos bancos. O cidadão tinha uma idéia a que não podia executar, porque os trustes seguravam. Ninguém podia crescer. E isso que devemos evitar.

O TIMES fez recentemente uma publicação que deve alertar os brasileiros: se o Brasil aplica milhões de dólares no exterior e nesse meio tempo não há investimento dentro do País, se o TIMES dá uma notícia dessas é preciso que fiquemos alertas. Essa notícia saiu em vista da queda da Bolsa de Nova Iorque. Temos muitos amigos no exterior, mas precisamos esclarecer que as grandes empresas que não são entregues, direta ou indiretamente, aos trustes internacionais se desenvolvem, para que não seja sugado o suor e o trabalho dos brasileiros. Wilson fez isto nos Estados Unidos e Washington também. Washington já dizia: Não tomem dinheiro de fora, porque vão pagar muito mais do que recebem. Já provamos que podemos fazer muito no mercado de minérios. Também na agricultura temos feito muito, apesar das geadas. O preço do café baixou.

O SR. MELO BRAGA — O café baixou, por causa das geadas.

O SR. JOSÉ ERMIRIO — Temos que tomar uma posição nacionalista, porque só assim alcançaremos a independência. Temos que pensar como os americanos, canadenses que fazem isto todos os anos — fizeram em Ontário, fizeram na zona principal de Toronto. E nós também podemos fazer. Queremos ver os brasileiros falando de igual para igual! Os americanos formaram a nação maior do mundo com esse conceito de angariar para o seu país recursos incomensuráveis. O Brasil tem as mesmas condições. Quando as minas velhas de ouro do Colorado, do Idaho da Califórnia, do Alasca foram caindo de produção eles criaram as grandes metalúrgicas de cobre, de alumínio e foram empregando esse dinheiro. Vossa Excelência tem condições para ser um líder nacionalista na sua posição. O que me revolta é que vivem chamando os nacionalistas de comunistas. Nacionalistas foram os franceses, americanos, ingleses, italianos.

O SR. PRESIDENTE — Os comunistas é que às vezes são nacionalistas.

O SR. JOSÉ ERMIRIO — Então fazemos esse apelo a Vossa Senhoria, porque na sua posição, tem uma grande responsabilidade e precisa fazer um grande sacrifício. Olhe bem para a América do Norte de 1850, no tempo do Presidente Theodore Roosevelt, que iniciou a grande industrialização, que paralisada no Governo Taft e que foi reinstalada por Wilson. Vamos contar com sua ajuda para o desenvolvimento aurífero do Brasil, não só na Mina de Morro Velho mas em outras regiões. Seria magnífico se um homem de Goiás fosse a Morro Velho com uma amostra e fosse ajudado pelos senhores para se desenvolver. Fiz isto com o Coronel Assis Távora,

que me procurou e eu lhe disse: Mando meus geólogos com uma única condição: o senhor não ceder suas minas para estrangeiros. Ele prometeu, ma vouco depois vendia para uma empresa estrangeira.

O SR. MELO VIANA — O senhor conhece o trabalho da nossa indústria, o senhor está lá e sabe que quando começamos, o número de engenheiros era praticamente nulo. Hoje temos 14 engenheiros brasileiros. Além disso, a única indústria aurífera que realmente existe no Brasil é Morro Velho.

O SR. JOSÉ ERMIRIO — Vamos fazer o seguinte: vamos estudar a possibilidade de construir um prédio de metalurgia para a Escola de Ouro Preto em edifício destinado a Metalurgia na Escola de Ouro Preto. É lamentável que ainda funcione em prédio antigo sem qualquer conforto.

Devemos guardar bem este ponto: depois da agricultura, que é o elemento necessário à vida do homem vem a mineração. O país que não tiver os seus metais básicos organizados somente vencerá com espírito de sacrifício, porque terá que importar sempre. A Alemanha, por exemplo, o maior produtor de potássio do mundo, conta com produtos minerais do seu subsolo, o Japão igualmente não tem minério mas é digno de admiração pelo seu esforço no trabalho. Os Estados Unidos, desde a época de seu crescimento, têm-se dedicado ao problema, possuindo várias escolas de minas: a de Colorado, Novo México Michigan, Missouri, Columbia etc.

Conto com a colaboração do Doutor Fernando Melo Viana, no sentido de prestar todo o auxílio à Escola de Mineração de Ouro Preto.

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Vossa Excelência pode contar com o meu inteiro apoio.

O amparo à indústria nacional do ouro poderia ser feito, do meu ponto de vista pessoal, atendendo a que conheço as suas condições atuais, principalmente através de uma legislação brasileira, idêntica à dos mais países produtores de ouro. Caso contrário, não haverá, amanhã, possibilidade de aplicação de investimentos privados nesse setor importante do País.

Posso citar o Canadá como exemplar companhia canadense, que demonstra como o Governo auxilia a produção do ouro. Essa companhia teve um lucro, em 1962, de dois milhões e quinhentos mil dólares e havia recebido uma subvenção do Governo no valor de seiscentos e cinquenta mil dólares, em função de vários fatores principalmente da produção do ouro. Em face desse lucro, a companhia devolveu ao Governo a subvenção recebida. Mesmo que tivesse prejuízo, de qualquer maneira o Governo se beneficiaria com a produção de ouro da companhia.

Referi este caso concreto, para mostrar que o industrial no Canadá tem a certeza de que contará sempre com um auxílio certo do Governo. Poder-se-ia, também, fazer uma legislação brasileira consentânea com as condições locais.

O SR. PRESIDENTE — Um dos objetivos desta Comissão é precisamente este.

O SR. JOSÉ ERMIRIO — Acho este ponto fundamental.

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Financeiramente, a mineração de Morro Velho é boa. Há essa perspectiva de aumento de produção mas digo francamente, que, considerando os problemas da comercialização internacional do ouro, esse preço, em dólar é baixo.

Considerando os problemas da comercialização internacional do ouro,

considerando as incertezas da inflação, considerando que em Nova Lima o salário-mínimo é igual ao do Rio e de São Paulo que, segundo está anunciando, passará a 36 mil cruzeiros, nós calculamos o aumento da despesa da companhia em cerca de 20 milhões de cruzeiros por mês, o que equivale a aumentar de 300% o custo da grama de ouro. Não sei qual vai ser a reação do dólar. A Companhia passará, portanto, a ser fortemente deficitária.

Vejam os Senhores Senadores a necessidade de amparar uma indústria de reconhecido valor para o País. O Brasil está filiado ao Fundo Monetário Internacional. E, em vista dessa filiação, está obrigado a manter o preço fixado. Mas como é possível a indústria subsistir nessas condições?

O SR. JOSÉ ERMIRIO — Quantos operários tem Morro Velho?

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Cerca de quatro mil. No momento temos um pouco mais porque iniciamos um programa de reflorestamento muito grande na região.

O SR. ATILIO FONTANA — Tenho acompanhado o problema da indústria aurífera no Brasil e desde muitos anos, tenho verificado que o Governo estabelece um preço oficial para o grama de ouro muito inferior ao valor do câmbio livre da moeda internacional.

Ainda, hoje, se não me falha a memória, li uma notícia no jornal, segundo a qual, a Rússia está exportando o ouro a 35 dólares a onça, enquanto que o custo interno é de 70 dólares. No Brasil verifica-se o contrário. O Governo mantém o câmbio oficial abaixo do câmbio livre, o que vem inflando, não apenas na indústria aurífera, mas em vários outros setores, no sentido de tornar a produção deficitária ou gravosa.

O SR. JOSÉ ERMIRIO — A Rússia está vendendo ouro para comprar trigo no Canadá e na Austrália. Ela sempre adotou essa política de vender aquilo que pode produzir, mesmo com prejuízo, para importar coisas que lhe custem mais caro. Sempre adotou o ouro como medida de intercâmbio. Mas lá é diferente. Na Rússia é o Governo que importa tudo e pode fazer essa média. Nós não somos o Governo.

O SR. ATILIO FONTANA — Nos Estados Unidos exporta-se algodão e trigo por muito menos do que se paga ao produtor americano.

O SR. JOSÉ ERMIRIO — A 2 contos por libra: Cr\$ 1.580,00 por arroba de algodão.

Isso tudo deve ser tomado em consideração, principalmente agora que estamos tomando conhecimento de que a Mineração Morro Velho está nas mãos de brasileiros — homens dedicados — e nada têm que ver com capital estrangeiro.

O SR. MILTON CAMPOS — Mas já foi subsidiária.

O SR. JOSÉ ERMIRIO — Não é mais. A mão de obra está subindo de tal forma que daqui a pouco a mão de obra não poderá mais subsistir. O importante é que esta Comissão seja daqui tranqüila certa de que os lucros da Mineração Morro Velho são utilizados para a compra de equipamentos para a melhoria da sua metalurgia e aumento da produção, e de que não tenha que dar subsídios para coisas que possam trazer prejuízos à Nação.

O SR. MELO BRAGA — A Mineração Morro Velho faz aplicação dessas reservas em outro setor industrial também. Sua capacidade é para oito anos, depois estará esgotada essa mina.

O SR. JOSÉ ERMIRIO — A geofísica vão acompanhando a cvo-

lução através de novos métodos de pesquisa.

O SR. MELO VIANA — Temos reservas aprovadas, mas ao lado destas existem as reservas prováveis e as inferidas. Temos certeza da existência de mais minério, mas não posso dizer com exatidão. É como se contássemos que vamos ter dinheiro no bolso.

O SR. JOSE ERMÍRIO — É muito comum.

O SR. MELO VIANA — Possuímos a mina há três anos, gastamos, vamos dizer, minério, para sustentar a produção por três anos e nossas reservas hoje são maiores do que há três anos, porque a pesquisa é incessante.

O SR. JOSE ERMÍRIO — A pesquisa tem de ser parte essencial da mina.

O SR. MELO VIANA — Tanto é assim que seria difícil estabelecer-se uma regra para se saber qual seria o mínimo. Então na mineração de ouro existe uma regra. Desde que se determine a existência de reservas para 10 anos, é conveniente instalar a mina.

Além dessa preocupação, temos o problema, não exatamente da mina, mas o social.

O SR. JOSE ERMÍRIO — É um problema de periculosidade.

O SR. MELO VIANA — Exatamente. Essa mina funciona há 130 anos e seus proprietários compraram os terrenos à sua volta, isto porque, a mina não é só naquele lugar, mas com os afloramentos, numa vasta área.

O SR. JOSE ERMÍRIO — Exatamente. Já estive naquela zona.

O SR. MELO VIANA — Há 30 anos, lá só existiam poucos trabalhadores, mas hoje são 40.000 habitantes. Surgiram, então, os problemas sociais. Não podíamos ocupar a família do trabalhador na mina. Instalamos, então, um fundo de desenvolvimento industrial da região. Organizamos uma série de projetos, uns já executados e outros em execução para a aplicação desse fundo.

Com o auxílio de técnicos, procuramos saber quais seriam as linhas de produção que devíamos estabelecer na região para o aproveitamento das matérias primas e com o aumento da energia elétrica. Concluímos que devíamos estabelecer linhas de metalurgia, linhas de ferro, linhas especiais levando em conta o desenvolvimento da siderurgia nacional para atender às suas necessidades.

Estamos desenvolvendo um projeto nesse sentido, com a utilização da energia elétrica de Três Marias e com o conseqüente aproveitamento de minérios, como o manganês. Ali utilizamos mão de obra, que temos em excesso, principalmente nas reservas florestais, plantando eucaliptos.

O SR. JOSE ERMÍRIO — A Companhia de Morro Velho tem reservas próprias de manganês?

O SR. MELO VIANA — Não. Só ouro. Temos entendimentos com outras companhias.

O SR. JOSE ERMÍRIO — Terá então de comprar de outras companhias?

O SR. MELO VIANA — Compramos da de Lafayette que está atendendo a todas as indústrias.

O SR. JOSE ERMÍRIO — Acho Providência justa tomada pelo Governo.

O SR. MELO VIANA — Temos outras linhas muito importantes para o desenvolvimento da região, para dar emprego às moças.

Fixamo-nos na dos produtos alimentícios. Depois dos estudos dos mercados, resolvemos montar uma fábrica de balas e bombons. Essa fábrica emprega cerca de 120 moças, filhas de operários e produz diariamente quatro e meia toneladas de balas, vendidas por todo o Brasil.

Citei este exemplo para mostrar a Vossas Excelências como encaramos com seriedade o problema.

O SR. JOSE ERMÍRIO — A Cidade de Nova Lima está anexa à Mina de Morro Velho?

O SR. MELO VIANA — Praticamente sim. Há uma parte central dos edifícios públicos. Temos 2.800 casas de operários, todos da companhia, temos as casas de engenheiros e de funcionários, também da companhia. É uma situação toda especial para a qual devemos volver nossos olhos.

Houve crise de energia elétrica, toda ela fornecida pela Companhia, não só para abastecer a si própria como para a cidade. Não podíamos, porém, continuar atendendo indefinidamente às necessidades da cidade. Com a seca, tivemos dificuldades tremendas. Procuramos resolver o problema passando a distribuir energia elétrica para a SEMIT. Gastamos perto de cem milhões de cruzeiros e a SEMIT entrou tanto.

Existe, portanto, a participação da Companhia em quase tudo que diz respeito à cidade: todos os edifícios escolares do município, hospitais, água, energia elétrica e transportes. Ela presta esses serviços em condições excepcionais.

A produção aumentou, mas o consumo interno é bem maior do que a produção.

O SR. JOSE ERMÍRIO — A companhia não exporta? Qual o banco que a auxilia?

O SR. MELO VIANA — O Banco do Brasil não compra nada. Temos escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. No Paraná temos, não um escritório, mas o Banco Brasileiro transfere certa quantidade da nossa produção. A Companhia vende somente para o consumo interno.

O SR. JOSE ERMÍRIO — Qual quer que seja a produção haverá consumo.

O SR. MELO VIANA — Estamos importando duas vezes mais do que produzimos. A produção é calculada em 5.000 toneladas e o consumo chega a 12.000. São Paulo é o maior consumidor. Fizemos um levantamento de todas as indústrias daquele Estado e ficamos sabendo o consumo de cada uma. Comumente vemos revistas especializadas, dando anúncios sobre a maior fábrica de alianças da América do Sul. Porém, essa fábrica nunca nos comprou uma grama sequer. Aonde vai buscar isso?

O SR. JOSE ERMÍRIO — Que providências poderiam ser tomadas, para colir a importação clandestina de ouro?

O SR. MELO VIANA — Certa época, quando a comercialização do ouro era muito dificultada, procuramos o Departamento Federal de Segurança Pública — Setor de Contrabando — e tivemos a melhor boa vontade daquele órgão. Prestamo-lhe também todas as informações solicitadas.

O SR. JOSE ERMÍRIO — V. Ex.<sup>a</sup> tem alguma sugestão sobre isto para a Comissão?

O SR. MELO VIANA — Poderia apresentar sugestões, mas verbalmente seria difícil. Poderia fazê-lo depois. Há um capítulo na minha exposição, que fala sobre o assunto. Naturalmente, tenho uma posição delicada. Posso dar informações até certo ponto e depois torna-se um caso de política e não posso comprometer-me.

O SR. JOSE ERMÍRIO — Os Senhores têm tido apoio dos bancos nacionais, do Banco do Brasil, por exemplo?

O SR. MELO VIANA — Nenhum do Banco do Brasil. Com relação ao problema, da subvenção, que aliás é feita através do Ministério da Fazenda, tive no ano passado, por exemplo, um problema muito difícil; o do 18º

mês de salário. A lei saiu em julho e fomos apanhados de surpresa. Fomos ao Banco do Brasil. Precisávamos de cerca de Cr\$ 100.000.000,00. Tínhamos em depósito naquele banco em letras de exportação Cr\$ ... 60.000.000,00. Conseguimos com muito custo Cr\$ 25.000.000,00 de empréstimo, para atender aquela necessidade. Este ano não tivemos nada e a alegação é a de que o Banco só trataria com seus clientes que apresentassem duplicatas. Ora, somos industriais de ouro, vendemos à vista, e não temos duplicata.

O SR. JOSE ERMÍRIO — Os bancos mineiros têm auxiliado, têm socorrido a empresa?

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Os bancos mineiros de modo geral. Outra coisa que não poderia deixar de tratar nesta reunião é o seguinte: existe, com relação à indústria de ouro, uma lei que diz que "nenhum imposto poderá ser cobrado a partir de determinada data, aliás, não poderá ser aumentado imposto das empresas que exploram o ouro no Brasil". Este fato também consta do meu relatório. Em 1961 houve um aumento na pauta da exportação de minérios e fomos intimados a pagar um aumento da produção, segundo a autuação que recebemos. Acharmos que não devíamos esse imposto, porque existe essa lei, segundo a qual os impostos não poderiam ser aumentados durante vinte anos. Fizemos vários recursos e só agora, com o novo Diretor das Rendas do Ministério da Fazenda, é que foi verificado e reconhecido o nosso direito. Ao mesmo tempo fomos autuados para pagar o imposto de consumo. Fomos obrigados a requerer mandado de segurança, que ganhamos. Esses dois impostos foram lançados de 1961 a 1963 e somados deram um total de quinhentos milhões de cruzeiros. Ora, existindo essa lei, representava para nós um prejuízo muito grande ter que pagar esse imposto. O imposto de minério a Companhia pagava Cr\$ 300.000,00 por mês, em média. De um ano para outro esse imposto passou para Cr\$ ..... 10.000.000,00 por mês. Isso tem um efeito grande sobre aqueles que querem investir na indústria do ouro. O indivíduo parte do princípio de que a indústria tem essas vantagens e depois elas desaparecem.

O receio é este: o direito foi reconhecido, hoje, por via do mandado de segurança, mas, amanhã, será uma incógnita, justamente por esse antecedente.

O Brasil necessita de uma legislação que objetive o aumento da produção aurífera, e para este capítulo

encareço a maior atenção dos Senhores Senadores, a fim de que fique bem esclarecido.

O SR. JULIO LEITE — Faça questão de que fique bem esclarecido este ponto.

O SR. PRESIDENTE — Seria interessante que o Dr. Fernando Melo Viana apresentasse a esta Comissão, por escrito, as suas sugestões.

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Atenderei a V. Ex.<sup>a</sup> com a maior satisfação.

O Conselho Executivo da SUMOC elaborou um trabalho que, posteriormente, foi objeto de mensagem ao Congresso Nacional, nos últimos dias do Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira. Esse trabalho foi executado com extrema minúcia e muita consciência.

O SR. PRESIDENTE — Não poderia ser fornecido a esta Comissão? Pretende esta Comissão superir medidas legislativas tendentes a conceder o máximo de facilidades a todo investimento destinado a aprimorar a indústria do ouro em nosso País.

O SR. JOSE ERMÍRIO — Há um assunto que desejava fosse esclarecido, porque freqüentemente sou interpelado nesta Comissão. O capital atual da Companhia foi pago à HANNA pela importância correspondente ao seu capital, ou houve redução?

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Conforme tive ocasião de declarar, a Companhia passava por um período deficitário...

O SR. JOSE ERMÍRIO — A Companhia cedeu gratuitamente?

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Não. Há dois anos, fiz uma exposição pormenorizada sobre o assunto perante uma comissão parlamentar da Câmara dos Deputados.

Foram estas as declarações que prestei à C.P.I. da Câmara dos Deputados, publicadas no "Jornal do Brasil", de 6 de junho de 1961, sob o título: "Melo Viana esclareceu aos Deputados: Ferro e Manganês".

O SR. JOSE ERMÍRIO — Folgo em ouvir as declarações do Dr. Fernando Melo Viana, porque freqüentemente sou indagado de como se processou a transação e fico feliz porque sempre disse que o brasileiro é um homem inteligente. Desejo que S. S.<sup>as</sup>, à frente da Companhia de Morro Velho, consiga transformar o Brasil num país produtor de ouro, mencionado nas estatísticas mundiais.

O SR. PRESIDENTE — Todo o mundo supõe que no Brasil haja abundância de ouro.

O SR. JULIO LEITE — Já fomos o maior produtor no Século XVIII.

PRODUÇÃO ESTIMADA DE OURO EM 1961

PAIS	Variação percentual em relação a:		
	Em milhões de dólares	1960	1953
África do Sul .....	\$ 802	7%	92%
Canadá .....	155	4	9
Estados Unidos .....	53	9	23
Austrália .....	38	—	—
Ghana .....	31	—	20
Rodésia do Sul .....	21	7	10
Todos os demais países .....	100	4	19
	\$ 1.215	3%	43%

( ) Exclusive Rússia, China Continental e países nas respectivas esferas, zonas essas para as quais não foram divulgados dados. Tal como em anos anteriores, a elevação da produção mundial de ouro pode ser atribuída fundamentalmente ao aumento verificado na África do



Sua que agora é responsável por duas terças partes da produção mundial, não computada a Rússia. Novas e ricas jazidas, técnicas aperfeiçoadas e a produção em associação como o urânio explicam essa expansão. Nos demais países, a produção tendeu a decair.

A produção da Rússia é, diversamente estimada, pelos observadores ocidentais, em US\$ 350-600 milhões, por ano, e os prognósticos em torno das reservas de ouro da Rússia variam entre US\$ 4 e US\$ 9 bilhões.

Pela primeira vez em muitos anos, a China Continental, declaradamente vendeu ouro na Europa Ocidental, para cobrir um "deficiz" da sua balança de pagamentos.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de mais 2 bilhões de dólares a receita de 1953.

Exmo. Senhor Professor Santiago Dantas D.D. Ministro da Fazenda.

Conhecendo o seu constante empenho em estudar os problemas relacionados com o desenvolvimento econômico e social do país e mais particularmente de Minas Gerais, já tive várias oportunidades de expor ao ilustre amigo o esforço que a Mineração Morro Velho vem desenvolvendo no sentido de solucionar os graves e atuais problemas dessa natureza na região de Nova Lima, somente comparáveis com os existentes no Nordeste do Brasil.

Nesse sentido permito-me anexar à presente o "Plano de aumento de produção e diversificação das atividades da Mineração Morro Velho", onde se destaca o empreendimento de instalação de uma Usina Metalúrgica.

Depois de todo esse planejamento técnico, econômico e financeiro, e exatamente só faltava o deferimento de empréstimo para iniciar as obras, recebi do Banco Interamericano uma carta cuja cópia fotostática anexo à esta, onde me comunica que apesar de "grande mérito do empreendimento", seria prorrogado por outros de mais alta prioridade.

Desejo ainda esclarecer ao prezado amigo, que através de informações seguras obtidas pelo nosso representante nos Estados Unidos, que, se entretanto o Governo Brasileiro manifestasse ao referido Banco, positivo interesse na execução desse projeto, principalmente pelo seu alto sentido social, — que seria restabelecida a prioridade para concessão do empréstimo.

Assim sendo, e considerando não somente o enorme esforço já despendido pela Companhia, mas principalmente a grande importância desse projeto na solução dos graves problemas sociais da região de Nova Lima e finalmente também as suas vantagens para o desenvolvimento econômico do país, com apreciável economia da mão-de-obra, venho solicitar ao prezado amigo com todo o empenho, intervir, se possível durante sua estadia nos Estados Unidos, junto a direção do BID para que seja restabelecida a prioridade acima referida.

Ao finalizar essa solicitação, não posso deixar de consignar a nova era de harmonia e compreensão criada entre empregador e operários em Nova Lima e o ambiente de satisfação aí existente pela realização do plano de industrialização e que são de seu conhecimento.

Desde já, desejo expressar ao prezado amigo, os mais vivos agradecimentos pela atenção que venha dispensar a esse assunto do maior interesse também para a coletividade de Nova Lima para o Estado de Minas Gerais e para o País.

Com o mais alto apreço e estima, subscrevo-me. — Fernando de Souza Mello Vianna, Diretor-Presidente.

PLANO DE AUMENTO DE PRODUÇÃO E DE DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DA MINERAÇÃO MORRO VELHO S. A.

1) Aumento de 50% de sua produção de ouro visando melhorar sua produtividade, atenuando os efeitos do excesso de mão de obra, evitando sua dispensa, e aumentando anualmente,

divisas do País.

2) Instalação de uma Fábrica de Produtos Alimentícios, dando emprego principalmente a mão de obra feminina.

3) Instalações de recuperação de arsênico como sub-produto proveniente do minério de ouro, com a inestimável vantagem de sua aplicação na indústria química nacional para fabricação de inseticidas, vidros, etc. com substancial economia de divisas para o País, e concorrendo para o fomento da sua produção agro-pecuária.

4) Instalação de uma Usina Metalúrgica com finalidade precípua de produzir ferro-ligas especiais, silício metálico e abrasivos metálicos, indispensáveis ao progresso da siderúrgica, indústria automobilística e consequentemente à própria segurança nacional, economizando o país, cerca de 6 milhões de dólares anualmente.

Para concretização do primeiro item desse programa, isto é, o aumento de 50% de sua produção de ouro, a Companhia além de ter executado vultuosas obras de engenharia de minas e civis, já adquiriu no exterior equipamentos no valor de US\$ 550.000,00 dólares, que deverão entrar em funcionamento no próximo ano.

Quanto a Fábrica de Produtos Alimentícios, já iniciará sua produção no correr do mês de outubro de 1952, e onde foram investidos cerca de Cr\$ 60.000.000,00, dando inicialmente trabalho a cerca de 100 moças.

Relativamente à fabricação de armadamento de toneladas mensais e sênico já estamos produzindo próximo primeiro trimestre do ano vindouro já deveremos atingir cerca de 200 toneladas mensais, que representarão uma economia anual para o País de cerca de 1.000.000 de dólares.

Finalmente em relação à Usina Metalúrgica que irá empregar aproximadamente 1.500 operários, a Companhia depois de realizados estudos econômicos e da elaboração do projeto técnico, os submeteu, no ano passado, ao Banco Interamericano de Desenvolvimento em Washington, que os aprovou, e deste pleiteou, um empréstimo de US\$ 2.400.000,00 dólares, quasi todo para importação de equipamentos. — Além disto, foi previsto a participação de capital e adjudicação de propriedades da Mineração Morro Velho e seus associados (Companhias Mineradoras e Siderúrgicas consumidoras), perfazendo um total aproximado de US\$ 6.000.000,00 de dólares de inversões, no citado empreendimento.

O OURO

A Importação Ilegal do Ouro e Suas Gravíssimas Consequências

O Brasil em 1944, segundo estatística oficial, produziu 5.000 kgs. de ouro consumidos no País.

Atualmente, de acordo com dados não oficiais, mas baseados em informações de órgãos especializados e que tratam diretamente com o assunto do ouro, o consumo, somente no Estado de São Paulo, é bastante superior a 12.000 kgs. por ano, justificado pelo aumento do standard da vida no Estado e sua prodigiosa expansão industrial. (apuramos que somente 150 indústrias entre médias e grandes consomem cerca de 1.000 kgs. mensais).

Entretanto, enquanto se verificou esse acréscimo de consumo, a produção nacional caiu para 4.000 kgs. de ouro em 1960, desestimulada que foi e está sendo pelo contrabando que importando fraudulentamente o ouro, pode oferecê-lo por preço inferior ao da indústria extrativa nacional.

Atualmente essa indústria destina a São Paulo cerca de 50% de sua produção, isto é, mais ou menos 2.000 kgs. por ano, sendo a diferença de 10.000 kgs. suprida pelo contrabando, com as consequentes prejuízos ao erário, de cuja grandeza precuraremos dar uma idéia.

I — O contrabandista com o dólar adquirido na praça, compra o ouro no estrangeiro a razão de aproximadamente US\$1.160 o kg. de ouro. Em um ano, portanto, para adquirir 10.000 kgs. de ouro, ele encaminha para o estrangeiro cerca de 12 milhões de dólares.

Já aí vemos o primeiro prejuízo no País, que numa época de absoluta carência de divisas sofre a evasão de doze milhões de dólares por ano.

II — A importação de ouro, embora isenta do imposto alfandegário está sujeita ao regime de licença prévia e à licitação do dólar na categoria especial. Considerando a última licitação nessa categoria, verifica-se que o dólar por dólar americano foi de Cr\$ 660,00.

Portanto, necessariamente, o erário tem um prejuízo de Cr\$ 660,00 cada dólar empregado no contrabando de ouro que se traduz Cr\$ 660,00 x US\$ 12.000,00 = Cr\$ 7.920.000.000,00 ou sete bilhões novecentos e vinte milhões de cruzeiros que deixam de entrar para os cofres do Banco do Brasil.

Evidentemente, se essa importação de ouro passasse a ser feita por via legal, cairia seu montante, não se pela limitação do número de dólares oferecidos nos leilões para atender a categoria especial, mas também, em razão do alto preço com que se apresentaria no mercado. Todavia, consequências benéficas se verificaríamos. Seria um estímulo à indústria extrativa nacional, a renda estadual e federal cresceriam expressivamente deixaria de existir a evasão de dólares.

III — O ouro que entra no País por meio de contrabando percorre um ciclo completo na sua ilegalidade, dando, assim, prejuízos ao Governo Federal e Estadual. Senão vejamos:

O ouro contrabandeado passa das mãos do contrabandista ao atacadista que o vende o varejista ou ao consumidor, que por sua vez transforma-o em objeto (jóias, utilidades etc.). Todas essas operações deixam de ser registradas uma vez que não podem ser evidenciadas suas origens e, em consequência, são feitas com sonegação dos impostos de consumo e de vendas e consignações.

Sendo o imposto de consumo de 16% sobre o valor da venda do objeto de ouro, que por sua vez tem seu preço elevado, face ao custo de mão-de-obra, lucro percentual do industrial, etc., para levantarmos o valor aproximado do imposto de consumo sonegado nesses objetos, basta calcularmos em cruzeiros o valor do ouro contrabandeado acrescidos de 100% para a mão-de-obra e lucros, e verificarmos a incidência de 16%.

Assim, teremos que, baseado no preço de venda do ouro pela indústria extrativa nacional, isto é, em Cr\$ 357,00 a grama: Cr\$ 357,00 x 10.000.000 gramas = Cr\$ 3.570.000.000,00 Cr\$ 3.570.000.000,00 x 2 = Cr\$ 7.140.000.000,00 Cr\$ 7.140.000.000,00 + 100 x 16 = 1.142.000.000,00 Ou sejam: Um bilhão, cento e quarenta e dois milhões de cruzeiros sonegados ao

imposto de consumo no Estado de São Paulo, tendo como causa a importação ilegal do ouro.

IV — O imposto de vendas e consignações no Estado está fixado em 4,8% para cada transação comercial. O ciclo que percorre o ouro introduzido ilegalmente no País, passa pelas mãos do contrabandista para o atacadista e deste para o industrial ou comerciante e do último para o cidadão que já adquire o ouro transformado em jóia ou utilidade e como já anteriormente dissemos, isto sem qualquer registro legal e com a sonegação dos impostos de toda natureza. Esse ciclo chega a seu fim sempre depois de três a quatro operações de compra e venda, resultando daí que em cada uma delas, o Estado é sonegado em 4,8%, sendo que na última a sonegação é em ouro, tendo em vista que o ouro transformado objeto (ouro + custo + lucro) é vendido, na pior das hipóteses, pelo dobro do seu valor.

Tomando apenas três operações, veremos que o Estado perde 19,2% (4,8% x 4) sobre Cr\$ 3.570.000.000,00 (Cr\$ 357,00 x 10.000.000 grs.), ou seja: Cr\$ 685.440.000,00 (seiscientos e oitenta e cinco milhões e meio de cruzeiros), que são sonegados no seu imposto de vendas e consignações.

Em conclusão podemos afirmar que a importação ilegal do ouro, considerando somente o que é consumido em São Paulo traz consigo um prejuízo ao erário público da ordem de vários bilhões de cruzeiros por ano e afilia a indústria extrativa nacional que, sem uma medida enérgica do poder público, certamente tenderá a desaparecer, criando sérios problemas sociais e políticos, quando ao contrário devia ser amparada e estimulada para aumentar sua produção. Urga, portanto, que o Governo por qualquer forma ampare a indústria nacional do ouro, como fazem todos os outros países produtores e simultaneamente inicie uma campanha de repressão ao contrabando exercido abertamente em proporções absolutamente nocivas aos interesses nacionais.

Salientamos ainda, que o Governo do Estado da Guanabara, em contato com o mesmo problema, embora em menor vulto, vem enfrentando-o com grande firmeza, tendo determinado ao Departamento de Renda Mercantil que constituísse um grupo de trabalho formado por inspetores e fiscais, escolhidos pela sua probidade e capacidade de trabalho, os quais em poucos dias já canalizaram alguns milhões de cruzeiros para os cofres do Estado e determinado à Chefia de Polícia que prestasse toda colaboração a esse serviço de repressão de crime contra o erário público.

O CONTRABANDO DE OURO CAUSA PREJUÍZO DE US\$ 30 MILHÕES.

Da Sucursal

BRASÍLIA, 18 — "Enquanto o País atravessa uma das piores crises de divisas de toda a sua História, somente o contrabando de ouro nos leva cerca de 30 milhões de dólares" — ressaltou o superintendente da Polícia Federal, Sr. Antônio Dutra Ladeira, no relatório encaminhado hoje ao Coronel Carlos Cairoli, Chefe do DFSP, sobre o contrabando de ouro.

Os dados do relatório mostram ainda que 27 mil quilos de ouro por ano entram clandestinamente no País.

É a seguinte a íntegra do relatório do Sr. Dutra Ladeira:

"O contrabando de ouro em nosso País atingiu proporções alarmantes. Anualmente, a Fazenda Pública tem prejuízo de vários bilhões de cruzeiros somente com o contrabando de importação de ouro.

Muitos milhares de quilos desse metal precioso são empregados todos os anos, sem o conhecimento do fisco,



Importação de ouro

Estão catalogados no art. 56 e seus parágrafos, da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957 (Lei de Tarifas), que deu nova redação ao art. 7.º da Lei número 2.145, de 29 de dezembro de 1953, os bens e mercadorias de origem estrangeira que podem entrar no território nacional, independente de licença e de cobertura cambial obtida em licitação de divisas.

Não consta em nenhum de seus itens poder o ouro entrar livremente no País, sem licenças da CACEX e sem cobertura cambial, qualquer que seja a forma pela qual se apresente: "em bruto, em barra, lingotes e semelhantes, esponja, pó e resíduos de obra, semimanufaturados, com ou sem suporte".

O que se diz aí é que esses produtos de ouro — e somente esses — gozam de isenção de direitos aduaneiros, porque "qualquer outro", consoante diz a lei, está sujeito à taxaçaõ de 20 por cento ad valorem.

Se bem que isenta de impostos aduaneiros, a importação do ouro, sob essas formas, está condicionada a licença da CACEX (Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953), e depende, também, da respectiva cobertura cambial (Decreto nº 34.893, de 5 de janeiro de 1954 — art. 27), pois, é na concessão da licença que se vai examinar-se o ouro a ser importado está incluído no inciso em que a liberação de direitos aduaneiros ou se está sujeito à taxaçaõ de 20 por cento ad valorem.

Se a lei assim o dispõe, por que então aqueles, que o importam, não o submetem à fiscalização da Alfândega, juntamente, com sua bagagem? Simplesmente por que o artigo 17 da mencionada Lei nº 3.244, diz expressamente que a bagagem que o passageiro poderá trazer ac entrar no território nacional, ou seja: a) roupas e objetos de uso comum pessoal; b) roupas de cama e mesa com monograma; c) jóias de uso pessoal; d) livros impressos; e) aparelhos de rádio, aparelho de televisão, máquina fotográfica ou de filmar, máquina de escrever de tipo portátil e peso unitário e dez quilogramas, em unidade por objeto.

Qual o motivo por que aqueles que negociam com esse ouro importado e aduaneiramente o escondem à fiscalização das autoridades fazendárias nos Estados onde negociam?

Por que adquirem no País uma pequena quantidade de ouro a quem o pode vender licitamente, para obter e nota fiscal correspondente e, em seguida, vender no mercado negro, ganhando várias vezes superior a que adquiriram legalmente? Se a importação era legal, por que então usar esse artifício doloso?

Por que não exibir abertamente os produtos aduaneiros e fiscais ouro aduaneiramente?

Por que a importação livre, isto é, com isenção de direitos aduaneiros, não é feita, também, da licença da CACEX e de prévia cobertura cambial obtida no leilão de divisas da categoria especial, e seus beneficiários poderiam exibi-la, sem receio, às autoridades alfândegas e fiscais.

Por que não o fazem? Por que não invocam o art. 142, da Constituição Federal, segundo o qual, em tempo de paz, qualquer pessoa poderá entrar no território nacional com seus bens?

Simplemente, porque não desconhecem que tal dispositivo condiciona a entrada desses bens a que sejam "reputados os precisos, da lei".

Esses precisos, constituídos pelas leis nºs. 3.244 de 14 de agosto de 1957, 2.145, de 29 de dezembro de 1953

pelo Decreto nº 34.893, de 5 de janeiro de 1954, pelas instruções da Superintendência da Moeda e do Crédito, estabelecem que a importação do ouro se faça com licença da CACEX e com prévia cobertura cambial.

Produção Nacional

A produção nacional de ouro provém das seguintes fontes:

- 1) Mineração Morro Velho, S.A., com sede em Nova Lima (MG), operando na mina de Morro Velho; 2) Companhia Minas de Passagem, com sede em Mariana (MG); 3) Dragagem de Ouro Ltda., que opera no Rio das Velhas (MG).

De conformidade com a legislação vigente, a primeira é obrigada a fornecer ao Banco do Brasil um terço de sua produção e as demais um quinto.

Do relatório do Banco do Brasil, de 1961, consta ter aquele estabelecimento oficial de crédito recebido as seguintes quotas de ouro:

Da Mineração Morro Velho S.A., da Cia. Minas da Passagem e da Dragagem de Ouro Ltda., um total de 1.496.984.085 (um milhão, quatrocentos e noventa e seis mil, novecentos e oitenta e quatro, zero oitenta e cinco) gramas de ouro, no valor de Cr\$ 3.5.066.805.90 (trezentos e quarenta e cinco milhões e sessenta e seis mil e oitocentos e cinco cruzeiros e noventa centavos).

Por essa tabela se calcula que a produção anual de ouro foi, aproximadamente, a seguinte: Mineração Morro Velho, S.A. — 4.258 quilos; Companhia Minas da Passagem — 128 quilos; Dragagem de Ouro Ltda. — 258 quilos; total da produção nacional — 4.644 quilos.

Considerando que deste total foram entregues, compulsoriamente, ao Banco do Brasil 1.496 quilos, temos que foi colocado à disposição do mercado livre do País, pelas três companhias produtoras, um total de 3.129 quilos.

Consumo Nacional

Depois de longas e demoradas investigações e de informações colhidas em fonte idôneas, podemos concluir que as indústrias nacionais de jóias se abastecem de ouro adquirido apenas 10 por cento das fontes produtoras nacionais, sendo que os 90 por cento restantes, que correspondem a aproximadamente 27.030 (vinte e sete mil) quilos, entram no País clandestinamente ocasionando prejuízos à Fazenda Nacional, conforme procuraremos demonstrar.

Saliente-se que nesse total não se computou a produção clandestina proveniente das inúmeras pequenas lavras espalhadas por todo o Território Nacional, cujo volume preciso não se conhece, e que acarreta, também, grandes prejuízos para os cofres da União e dos Estados. Essa produção clandestina, que é bastante grande, é lançada, uma parte em mercado nacional e outra é contrabandeada. É o que acontece, por exemplo, com o ouro produzido no Território do Rio Branco, onde uma porção é lançada nas praças do Rio e São Paulo, sem conhecimento do fisco, e a outra, é desviada através da Guiana Inglesa.

Como é sabido, o preço médio dos produtos de ouro corresponde a aproximadamente duas vezes o valor do ouro nelas empregado.

Não é difícil comprovar, por outro lado, que a metade da produção das lavras de jóias é vendida diretamente para os joalheiros; enquanto que a outra metade é distribuída por redes de atacadistas.

Pelo quadro abaixo se pode ter uma idéia da sonegação de impostos pro-

venientes do emprego de ouro na indústria joalheira:

Estimativa da Evolução

Preços de venda e fôças

a) 13 1/2 vezes a Cr\$ 430.000.000 vezes 2, 11.610.000.000; 21 por cento de impostos (16 por cento fed. mais 5 por cento vendas e consig.), 2.438.100.000; do fabricante ao atacadista (joalheiro), 14.048.000.000; 30 por cento (despesas mais lucro), 4.214.430.000; total, 18.262.530.000.

b) vendas e Consignações, 5 por cento, 913.126.500; 16 por cento Imp. Fed. sobre 4.214.430.000 mais 913.126.500, 820.409.040; primeiro intermediário (do atacadista ao joalheiro, ou do joalheiro ao público), 13.996.065.540; 30 por cento (despesas mais lucro), 5.998.819.662; total, 25.994.885.202;

c) vendas e Consignações, 5 por cento, 1.299.744.260; 16 por cento Imp. Fed. sobre 5.998.819.662 mais 1.299.744.260, 1.167.770.227; segundo intermediário do joalheiro ao público, 28.462.399.689; 13 1/2 tcn. de fôças (ouro), 28.462.399.689; 13 1/2 toneladas de jóias (ouro), 19.996.065.540; total geral, 48.458.465.229.

A evasão de impostos, segundo a fórmula dois, é a seguinte: duas vezes 2.438.100.000 é igual a 4.876.200.444; duas vezes a soma, 913.126.500 mais 820.409.040 é igual a 3.467.071.080; 1.299.744.260 mais 1.167.770.227 é igual a 2.467.514.487; total, 10.810.785.567.

Este total compreende Cr\$ 6.523.788.307,00 de Imposto Federal e Cr\$ 4.286.997.260,00 Vendas e Consignações.

Os impostos oneram as jóias em 10.810.785.567 vezes, em sobre 48.458.465.229 menos 10.810.785.567 igual a aproximadamente 28,7 por cento.

Deve-se notar que o quadro retro somente faz menção ao ouro empregado na confecção de jóias. Não se computou a quantidade desse metal empregado em ligas diversas ou utilizado pelos dentistas, que é bastante ponderável.

Importação Clandestina

Muito maior do que a sonegação de impostos é o prejuízo que tem o País com a importação clandestina do ouro.

Se considerarmos que as 27 toneladas de ouro entradas ilegalmente no País foram adquiridas no Exterior a 1.160 dólares o quilo, com o dólar negociado ao câmbio livre, teremos que foram necessários 31.320.000 dólares (1.160/27.030) para manter esse vergonhoso fluxo de ouro contrabandeado.

Enquanto o País atravessa uma das piores crises de divisas de toda a sua história, somente o contrabando de ouro nos leva cerca de 30 milhões de dólares.

Como esse grande volume de ouro não é importado segundo o regime de licença prévia e licitação do dólar na categoria Especial, é fácil verificar que nesta importação fraudulenta o prejuízo acarretado ao País é superior à receita total de muitos dos principais Estados da Federação.

Ao preço de Cr\$ 660,00 por dólar, a importação de 27.000 quilos de ouro carrearlam para o erário nacional a importação de Cr\$ 20.671.200.000,00 (31.320.000 x 660,00).

Resumindo, chegamos a conclusão de que são os seguintes os prejuízos anuais à Fazenda Pública, com a importação ilegal de ouro:

- 1) imposto federal — Cr\$ 6.523.788.307,00; 2) vendas e con-

signações — Cr\$ 4.286.997.260,00; 3) evasão de divisas — US\$ 31.320.000 ou Cr\$ 20.671.200.000,00.

Além desses prejuízos, de fácil constatação, deve-se considerar também os decorrentes da evasão dos impostos sobre a renda, uma vez que sendo ilegais mais de 90 por cento das operações de comércio do ouro, escapam ao controle das repartições arrecadadoras, tornando-se difícil o cálculo desse montante.

Como vemos, a situação do comércio de ouro no País é muito grave. Enquanto as indústrias que trabalham com ouro utilizam mais de 90 por cento desse metal entrado licitamente no País, as minerações nacionais legalizadas, que recolhem aos cofres públicos todos os impostos e taxas que incidem sobre a sua produção, estão, ao que fomos informados, com grandes quantidades de ouro, estocadas a espera de comprador.

A razão da existência desses estoques se explica facilmente pelo fato do ouro produzido por essas minerações não poder competir com o ouro contrabandeado e o produzido pelas cotas, que não sofrem a incidência de impostos e taxas, como ocorre com o primeiro.

Essas irregularidades, já por várias vezes denunciadas pela imprensa, do País, têm criado até mesmo problemas de caráter social para as empresas já citadas no início deste relatório, já se vêem impossibilitadas de conceder aumento a seus empregados, o que poderá dar ensejo a eclosão de movimentos grevistas.

Urge, portanto, sejam adotadas urgentes providências tendentes a pôr um ponto no este contrabando, através de uma fiscalização mais rigorosa nos locais em que são realizadas as lavras ou cotas.

Convém, também, seja exercida maior vigilância por parte do fisco sobre o consumo do ouro, principalmente nas joalherias do Rio e São Paulo.

Fiz a citação disso para mostrar que há possibilidade de melhoria.

O SR. JOSÉ FERREIRO — A Nicaragua tem maior produção que o Brasil.

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Nós, da Mineração Morro Velho, nos sentiríamos muito felizes se os Srs. Senadores quisessem fazer-nos uma visita.

O SR. JOSÉ FERREIRO — O Presidente da Comissão pediu a marcar o dia. Nosso dever é auxiliar as empresas brasileiras que lutam com dificuldades e querem crescer.

Ficamos satisfeitos em ouvir a sua exposição porque verificamos que a Mineração Morro Velho está nas mãos de brasileiros e se orienta por uma melhoria de produção, com equipamentos novos.

Gostaria de fazer uma última pergunta: ouve melhoria de rendimento na recuperação de minérios? De quanto?

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Houve. Passamos de 87 a 93. Foi uma melhoria de 6% e como V. Exa. sabe, isto representa muito.

O SR. PRESIDENTE — Agradeço ao Sr. Fernando Melo Viana os esclarecimentos que trouxe e espero que, na medida das necessidades, possamos nos dirigir aos senhores para conseguir o grande resultado que se espera desta Comissão.

Está levantada a sessão. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerra a Reunião às dezoito horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Alexandre Marques de Albuquerque Mello, Secretário, a presente Ata, que uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**MESA**

- Presidente — Moura Andrade (PSL - SP)
- Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB - MG)
- Primeiro-Secretário — Rui Palmeira (UDN - AL)
- Segundo-Secretário — Gilberto Marinho (PSD - BA)
- Terceiro-Secretário — Adalberto Sena (PTB - ACRE)
- Quarto-Secretário — Cattete Pinheiro (PTN - PA)
- Primeiro-Suplente — Joaquim Parente — UDN - PI
- Segundo-Suplente — Guido Mondin (PSD - RJ)
- Terceiro-Suplente — Vasconcelos Torres (PTB - RJ)

**REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA**  
**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)**

1. José Guimomar Acre (em exercício)
2. Eugênio Barros — Maranhão.
3. Lobão da Silveira — Pará.
4. Eugênio Barros — Maranhão.
5. Sebastião Archer — Maranhão.
6. Victorino Freire (em exercício e Suplente, Sr. Miguel Lins) — Maranhão.
7. Sigefredo Pacheco — Piauí.
8. Menezes Pimentel (em exercício e Suplente, Sr. Waidemar de Alcântara).
9. Wilson Gonçalves — Ceará.
10. Walfredo Gurgel — Rio Grande do Norte.
11. Ruy Carneiro — Paraíba.
12. Leite Neto — Sergipe.
13. Antônio Barbino — Bahia.
14. Jefferson de Aguiar — Espírito Santo.
15. Gilberto Marinho — Guanabara.
16. Moura Andrade — São Paulo.
17. Atílio Fontana — Santa Catarina.
18. Guido Mondin — R. G. Sul.
19. Benedito Vaidares — Minas Gerais.
20. Filinto Müller.
21. José Feliciano — Goiás.
22. Juscelino Kubitschek — Goiás.
23. Pedro Ludovico — Goiás.

**PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)**

1. Adalberto Sena — Acre.
2. Oscar Passos — Acre.
3. Vivaio Lima — Amazonas.
4. Edmundo Levi — Amazonas.
5. Artur Virgílio — Amazonas.
6. Antônio Juca — Ceará.
7. Dix-Huit Rosado — Rio Grande do Norte.
8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
9. Barros Carvalho — Pernambuco.
10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco.
11. José Ermirio — Pernambuco.
12. Silvestre Pericles — Alagoas.
13. Vasconcelos Torres — Rio de Janeiro.
14. Nelson Maculan (licenciado sem substituição) — Paraná.
15. Amaury Silva — Paraná (em exercício, o suplente, Sr. Melo Braga).
16. Nogueira da Gama — Minas Gerais.
17. Zacarias de Assunção — Pará.
18. Joaquim Parente — Piauí.
19. José Cândido — Piauí.
20. Dinarte Mariz — R. G. Norte.
21. João Agripino — Paraíba.
22. Rui Palmeira — Alagoas.
23. Eurico Rezende — Espírito Santo.
24. Afonso Arinos — Guanabara.
25. Bezerra Neto.

**UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)**

1. Padre Calazans — São Paulo.

**SENADO FEDERAL**

**LIDERANÇAS**

**I — DOS BLOCOS PARTIDÁRIOS MAIORIA**

- Líder:**  
Barros Carvalho — (PTB) — (PE)
- Vice-Líderes:**  
Victorino Freire — (PSD — MA)  
Vasconcelos Torres — (PTB — RJ)

- Jefferson de Aguiar — (PSD — ES)
- Lobão da Silveira — (PSD — PA)  
Artur Virgílio — (PTB — AM)  
Bezerra Neto — (PTB — MT)

**MINORIA**

- Líder:**  
João Agripino — (UL) — (PB)
- Vice-Líderes:**  
Daniel Krieger — (UDN — RS)  
Mem de Sá — (PL — RS)

**PEQUENA REPRESENTAÇÕES**

- Líder:**  
Lino de Matos — (PTN — SP)
- Vice-Líderes:**  
Aurélio Viana — (PSB — GB)

**II — DOS PARTIDOS**

- PSD**  
Benedito Valladares — (MG)
- Vice-Líderes:**  
Wilson Gonçalves — (CE)  
Sigefredo Pacheco — (PI)  
Walfredo Gurgel — (RG)

- PTB**  
**Líder:**  
Artur Virgílio — (AM)
- Vice-Líderes:**  
Amaury Silva (licenciado) — (PR)  
Vivaldo Lima — (AM)  
Bezerra Neto — (MI)

- UDN**  
**Líder:**  
Daniel Krieger — (RS)
- Vice-Líderes:**  
Eurico Rezende — (ES)  
Padre Calazans — (SP)  
Adolfo Franco — (PR)

- PL**  
**Líder:**  
Mem de Sá — (RS)
- Vice-Líderes:**  
Aloysio de Carvalho — (BA)

- PTN**  
**Líder:**  
Lino de Matos — (SP)
- Vice-Líderes:**  
Cattete Pinheiro — (PA)

- PSP**  
**Líder:**  
Miguel Couto — (RJ)
- Vice-Líder:**  
Raul Giuberti — (ES)

**COMISSÕES PERMANENTES**

**Comissão Diretora**

- Moura Andrade — Presidente (PSD)
- Nogueira da Gama (PTB)  
Adalberto Sena (PTB)  
Rui Palmeira (UDN)  
Gilberto Marinho (PSD)  
Joaquim Parente (UDN)  
Cattete Pinheiro (PTN)

10. Adolpho Franco — Paraná.
11. Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
12. Antônio Carlos — Santa Catarina.
13. Daniel Krieger — Rio Grande do Sul.
14. Milton Campos — Minas Gerais.
15. Lopes da Costa — Mato Grosso.

**PARTIDO LIBERTADOR (PL)**

1. Aloysio de Carvalho — Bahia.
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

**PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)**

1. Cattete Pinheiro — Para.
2. Lauro de Matos — SP

**PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)**

1. Raul Giuberti — Espírito Santo.
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

**PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)**

1. Aurélio Vianna — Guanabara.

**MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)**

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro.

**PARTIDO REPUBLICANO (PR)**

1. Júlio Leite — Sergipe.

**PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)**

1. Arnon de Melo — Alagoas.

**SEM LEGENDA**

1. Josaphat Marinho — Bahia.
2. Heribaldo Vieira — Sergipe.

**RESUMO**

Partido Social Democrático (P. S. D.)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (P. T. B.)	17
União Democrática Nacional (U. D. N.)	15
Partido Libertador (P. L.)	2
Partido Trabalhista Nacional (P. T. N.)	2
Partido Social Progressista (P. S. P.)	2
Partido Socialista Brasileiro (P. S. B.)	1
Partido Republicano (P. R.)	1
Partido Democrata Cristão (P. D. C.)	1
Movimento Trabalhista Renovador (M. T. R.)	1
<b>Sem legenda</b>	<b>64</b>
<b>Total</b>	<b>66</b>

**BLOCOS PARTIDÁRIOS**

- 1º — Maioria (39) Membros):  
PSD  
PTB
- 2º — Minoria (17) Membros):  
UDN  
PL
- 3º — Pequenas Representações (9) Membros).  
PTN  
PSP  
PSB  
MTR  
PR  
PDC  
Josaphat Marinho (Sem Legenda).

Guido Mondin (PSD)  
Vasconcelos Torres (PTB).

Reuniões Quartas-feiras. às 10 horas.

Secretário: Evandro Mendes Viana.  
Diretor-Geral.

**Comissão de Agricultura (7 MEMBROS)**

Presidente — Vago.  
Vice-Presidente — Eugênio Barros (PSD).

**COMPOSIÇÃO**

- P. S. D.**  
**TITULARES**  
Eugênio Barros.  
Jose Feliciano.
- SUPLENTES**  
1 Atílio Fontana.  
2 Pedro Ludovico.
- P. T. B.**  
**TITULARES**  
Nelson Maculan (Licenciado),  
Dix-Huit Rosado.  
Raul Giuberti.
- SUPLENTES**  
1 Eduardí Caçalião (\*).  
2 Aarão Steinbruch.  
3 Vago.

**U. D. N.**  
**TITULARES**  
Lopes da Costa.  
Antonio Carlos.

**SUPLENTES**  
1 Daniel Krieger.  
2 João Agripino.

**SUBSTITUTOS**  
Reunidos

Quartas-feiras, às 16 horas.

Secretário: J. Ney Passos Dantas.  
Auxiliar Legislativo PL-9.

(\* Em substituição do Senhor Nelson Maculan como titular.

**Comissão de Constituição e Justiça (11 MEMBROS)**

Presidente — Milton Campos (UDN)  
Vice-Presidente — Wilson Gonçalves (PSD)

**COMPOSIÇÃO**

- P. S. D.**  
**TITULARES**  
Jefferson de Aguiar  
Rui Carneiro  
Lobão da Silveira  
Wilson Gonçalves.  
Josaphat Marinho.
- SUPLENTES**  
1 Menezes Pimentel (licenciado).  
2 Leite Neto.  
3 Benedito Valladares.  
4 Aarão Steinbruch.

**P. T. B.**  
**TITULARES**  
Amaury Silva (licenciado).  
Bezerra Neto  
Edmundo Levi.

**SUPLENTES**

1 Argemiro de Figueiredo (\*).  
2 Silvestre Pericles.  
3 Melo Braga.

**U. D. N.**  
**TITULARES**  
Aloysio de Carvalho.  
Eurico Rezende.  
Milton Campos.

- 1. Afonso Arinos
- 2. Daniel Krieger
- 3. Joac Agripino

Reuniões

Quarta-feira, às 10 horas.

Secretário: Ronaldo Ferreira Dias  
Oficial Legislativo PL-8.

(\*\*) Em substituição do Senhor  
Amaury Silva, como titular.

Comissão do Distrito Federal

(7 MEMBROS)

Presidente - Lindo de Matos.  
Vice-Presidente - Pedro Ludovico

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Menezes Pimentel.  
Pedro Ludovico.  
Lindo de Matos.

SUPLENTE

- 1. Flinto Müller.
- 2. Eugenio Barros.
- 3. Heribaldo Vieira.

P. I. B.

TITULARES

Oscar Passos  
Dix-Huit Rosado.

SUPLENTE

- 1. Aarão Steinbruch.
- 2. Antonio Juca

U. D. N.

TITULARES

Dinarte Mariz.  
Eurico Rezende.

SUPLENTE

- 1. Lopes da Costa
- 1. Zacharias de Assunção.

Reuniões

Quintas-feiras às 10 horas.  
Secretário: Juneta Ribeiro dos Santos,  
Oficial Legislativo PL-8.

Comissão de Economia

(9 MEMBROS)

Presidente - Flinto Müller (PSD)  
Vice-Presidente - Jose Ernirio - (PTB).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Flinto Müller.  
Eugenio Barros.  
Atilio Fontana.  
Jose Guimard, (licenciado).

SUPLENTE

- 1. Jefferson de Aguiar (\*)
- 2. Sigefredo Pacheco
- 3. Sebastião Archer
- 4. Josaphat Marinho

SUBSTITUTOS

- 1. José Kairala

P. T. B.

TITULARES

José Ernirio.  
Nelson Maculan (licenciado).  
Júlio Leite

SUPLENTE

- 1. Oscar Passos (\*\*)
- 2. Bezerra Neto

SUBSTITUTOS

- 1. Melo Braga
- 2. ...A Índice

U. D. N.

TITULARES

Adolfo Franco  
Lopes da Costa

SUPLENTE

- 1. José Candi.
  - 2. Zacharias de Assunção
- Reuniões terça-feira - 16.00 horas

Secretário: Cid Buggel, Auxiliar  
Legislativo PL-10

(\*) - Em substituição do Senhor  
Jose Guimard como titular.

(\*\*) - Em substituição do Senhor  
Nelson Maculan como titular.

Comissão de Educação e Cultura

(MEMBROS)

Presidente - Menezes Pimentel  
(PSD)

Vice-Presidente - Padre Calazans -  
UDN)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Menezes Pimentel  
Walfredo Gurgel

SUPLENTE

- 1. Benedito Valadarez
- 2. Sigefredo Pacheco

SUBSTITUTOS

- 1. Leite Neto

P. T. B.

TITULARES

Pessoa de Queiroz  
Amaury Silva (licenciado)

SUPLENTE

- 1. Vago.
- 2. Vago.

U. D. N.

TITULARES

Antonio Carlos  
Padre Calazans  
Mem de Sá

SUPLENTE

- 1. Adolfo Franco
- 2. Milton Campos
- 3. Arnon de Melo

Reuniões: 4ªs-feiras - 15 00 horas  
Secretário: Vera de Alvarenga Ma-  
fra, Oficial Legislativo PL-7.

Comissão de Finanças

(15 MEMBROS)

Presidente - Argemiro de Figuei-  
redo - (PTB).

Vice-Presidente - Daniel Krieger  
- (UDN).

P. S. P.

COMPOSIÇÃO

TITULARES

Victorino Freire.  
Lobão da Silveira.  
Sigefredo Pacheco.  
Wilson Gonçalves.  
Leite Neto.

SUPLENTE

- 1. José Guimard (licenciado).
- 2. Eugenio Barros.
- 3. Menezes Pimentel
- 4. Atilio Fontana.
- 5. Pedro Ludovico.

SUBSTITUTOS

- 1. José Kairala.

P. I. B.

TITULARES

Argemiro de Figueiredo.  
Bertra Neto  
Dix-Huit Rosado.  
Pessoa de Queiroz.  
José Ernirio.

SUPLENTE

- 1. Nelson Maculan (licenciado).
- 2. Lindo de Matos
- 3. Amaury Silva (licenciado).
- 4. Aurélio Vianna.
- 5. Antônio Jucá

SUBSTITUTOS

- 1. Edmundo Levi.
- 2. Melo Braga.

U. D. N.

TITULARES

Daniel Krieger.  
Dinarte Mariz.  
Irineu Bornhausen.  
Lopes da Costa.

SUPLENTE

- 1. Adolfo Franco.
- 2. Eurico Rezende.
- 3. João Agripino.
- 4. Milton Campos.

PL

TITULARES

Mem de Sá.

SUPLENTE

- 1. Aloysio de Carvalho.
- Reuniões: 4ªs feiras - 10.00 ho-  
ras.

Secretário: Cid Buggel, Auxiliar  
Legislativo, PL-10.

Comissão de Legislação Social

(9 MEMBROS)

Presidente: Vivaldo Lima - PTB.  
Vice-Presidentes: Ruy Carneiro -  
(PSD).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Ruy Carneiro.  
Walfredo Gurgel.  
José Guimard (licenciado).  
Raul Giubert.

SUPLENTE

- 1. Leite Neto (U. D. N.)
- 2. Lobão da Silveira.
- 3. Eugenio Barros
- 4. Julio Leite

SUBSTITUTOS

- 1. Atilio Fontana.
- 2. José Kairala.

P. T. B.

TITULARES

Amaury Silva (licenciado)  
Heribaldo Vieira  
Vivaldo Lima

SUPLENTE

- 1. Aurélio Vianna (\*\*).
- 2. Pessoa de Queiroz.
- 3. Antônio Jucá

SUBSTITUTOS

- 1. Melo Braga

U. D. N.

TITULARES

Eurico Rezende  
Antonio Carlos

- 1. Lopes da Costa
- 2. Zacharias de Assunção

Reuniões: 4ªs feiras às 10 horas.  
SUPLENTE

Secretário: Vera de Alvarenga Ma-  
fra, Oficial Legislativo, PL-7.

(\*) - Em substituição do Senhor  
Jose Guimard como titular

(\*\*) - Em substituição do Senhor  
Amaury Silva como titular

Comissão do Polígono das Secas

(7 MEMBROS)

Presidente - Ruy Carneiro (PSD)  
Vice-Presidente - Aurélio Vianna  
(P. I. B.)

COMPOSIÇÃO

P. I. B.

TITULARES

Wilson Gonçalves  
Ruy Carneiro

SUPLENTE

- 1. Sigefredo Pacheco
- 2. Leite Neto

P. I. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado  
Aurélio Vianna

SUPLENTE

- 1. Argemiro de Figueiredo
- 2. Arnon de Melo
- 3. Julio Leite

U. D. N.

TITULARES

Dinarte Mariz  
José Cândido

SUPLENTE

- 1. João Agripino
- 2. Lopes da Costa

Reuniões: 5ªs feiras - 10 horas  
Secretário: Ney Passos Dantas  
Auxiliar, Legislativo, PL-9.

Comissão de Redação

(5 MEMBROS)

Presidente - Dix-Huit Rosado  
(PTB).

Vice-Presidente - Padre Calazans

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Walfredo Gurgel  
Sebastião Archer

SUPLENTE

- 1. Lobão da Silveira.
- 2. José Feliciano.

SUBSTITUTOS

- 1. Menezes Pimentel (licenciado)

P. T. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado.  
Heribaldo Vieira.

SUPLENTE

- 1. Lobão da Silveira.
- 2. José Feliciano.

SUBSTITUTOS

- 1. Menezes Pimentel (licenciado)

P. T. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado.  
Heribaldo Vieira.

SUPLENTE

- 1. João Agripino.
- 2. Josaphat Marinho.

Reuniões: 4ªs Feiras às 16 hor  
Secretário: Sarah Abrahão. Ofic  
Legislativo, PL-8.

**Comissão de Relações Exteriores**  
(11 MEMBROS)

Presidente — Jefferson de Aguiar (UDN).

Vice-Presidente — Passos de Queiroz (PTB).

**COMPOSIÇÃO**  
P. S. D.

**TITULARES**  
Benedito Valladares.  
Filinto Müller.  
Jefferson de Aguiar.  
Aarão Steinhilber.

**SUPLENTES**  
1. Menezes Pimentel.  
2. Ruy Carneiro.  
3. José Guilomard (licenciado).  
4. Victorino Freire.

**SUBSTITUTOS**  
1. José Kairaja.

**P. I. B.**

**TITULARES**  
Pessoa de Queiroz.  
Vivaldo Lima.  
Eduardo Catalão.

**SUPLENTES**  
1. Oscar Passos.  
2. Argemiro de Figueiredo.  
3. Antônio Jucá.

**U. D. N.**

**TITULARES**  
Antônio Carlos.  
José Cândido.  
Padre Calazans.  
Arnon de Melo.

**SUPLENTES**  
1. Daniel Krueger.  
2. Eurico Rezende.  
3. João Agripino.  
4. Mem de Sá.

Reuniões: 5ªs-feiras — 15,00 horas.

Secretário: Castejon J. B. Branco, Oficial Legislativo, PL-6.

**Comissão de Saúde**  
(15 MEMBROS)

Presidente — Lopes da Costa (UDN).

Vice-Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB)

**COMPOSIÇÃO**  
P. S. D.

**TITULARES**  
Pedro Ludovico  
Sigefredo Pacheco

**SUPLENTES**  
1. Eugenio Bastos  
2. Walfredo Gurgel

**P. I. B.**

**TITULARES**  
Dix-Huit Rosado  
Suplentes  
Antônio Jucá

**U. D. N.**

**SUPLENTES**  
U. D. N.  
Lopes da Costa  
SupLENTE  
Padre Calazans

**SUPLENTE**  
Raul Guberti

Reuniões: Quintas-feiras — 15 horas).

Secretário: Eduardo Rui Barbosa, Auxiliar Legislativo PL-10.

**Comissão de Segurança Nacional**  
(7 MEMBROS)

Presidente — Zacarias de Assunção (UDN).

Vice-Presidente — Silvestre Péricies (PTB).

**COMPOSIÇÃO**  
PSD

**TITULARES**  
José Guilomard (Licenciado).  
Victorino Freire

**SUPLENTES**  
1. Ruy Carneiro  
1. Adolfo Fontana (\*).  
**SUBSTITUTO**  
2. José Kairaja

**P. I. B.**

**TITULARES**  
Silvestre Péricies  
Oscar Passos

**SUPLENTES**  
1. Dix-Huit Rosado  
2. Vago.

**U. D. N.**

**TITULARES**  
Irineu Bornhausen  
Zacharias de Assunção

**SUPLENTES**  
1. Adolfo Franco.  
2. Eurico Rezende

**P. S. P.**

**TITULAR**  
Raul Guberti

**SUPLENTE**  
1. Miguel Couto

Reuniões: Quintas-feiras — 16 horas).

Secretário: Alexandre Pfaender, Oficial Legislativo PL-8.

(\* — Em substituição ao Sr. José Guilomard, como titular.

**Comissão de Serviço Público Civil**  
(7 MEMBROS)

Presidente — Silvestre Péricies (PTB)

Vice-Presidente - Leite Neto (PSD)

**COMPOSIÇÃO**  
PSD

**TITULARES**  
Leite Neto.  
Sigefredo Pacheco

**SUPLENTES**  
1. Victorino Freire  
2. Benedito Valladares

**PTB**

**TITULARES**  
Silvestre Péricies  
Nelson Maculan (licenciado).

**SUPLENTES**  
1. Edmundo Levi  
2. Vago

**UDN**

**TITULARES**  
Antonio Carlos

**P. S. D. (G. S.)**  
Antonio Carlos  
Padre Calazans

**SUPLENTES**  
1. Dinarte Marins  
2. Lopes da Costa

**PL**

**TITULAR**  
Aloysio de Carvalho

**SUPLENTE**  
Mem de Sá

Reuniões: Terças-feiras — 15,00 horas

Secretário: J. Ney Passos Dantas, Auxiliar Legislativo, PL-9.

**Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas**  
(5 MEMBROS)

Presidente José Feliciano (PSD)

Vice-Presidente — Irineu Bornhausen (UDN).

**PSD**

**TITULARES**  
José Feliciano  
Sedastiao Archer

**SUPLENTES**  
1. Jefferson de Aguiar  
2. Filinto Müller

**PTB**

**TITULARES**  
Bezerra Neto  
Lino de Matos

**SUPLENTES**  
1. Silvestre Péricies

**UDN**

**TITULAR**  
Irineu Bornhausen

**SUPLENTES**  
Zacharias de Assunção.

Reuniões: Quartas-feiras — 16,00 horas.

Secretário: Alexandre Pfaender, Oficial Legislativo, PL-8.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961.**

Dispõe sobre: Altera os artigos 26, 58, 59, 60, 110 e o parágrafo único do art. 112 da Constituição Federal.

— organização administrativa do Distrito Federal;

— vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal;

— regime de rendas do Distrito Federal;

— composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e do Tribunal Superior Eleitoral;

— processo de escolha do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal;

— aplicação da cota do imposto de renda atribuída aos Municípios;

Eleita em 15-6-1961, com exceção dos Srs. Senadores:  
Barros Carvalho — designado em 30-2-1962.  
Nelson Maculan — designado em 15-5-1963.  
Lobão da Silveira — designado em 23-4-1963.  
Lopes da Costa — designado em 29-10-1962.

**SUPLENTE**  
Até 14-12-1962 — Requerimento número 611-61, aprovado em 10-12-61;  
Até 15-12-1963 — Requerimento nº 778-62, aprovado em 12-12-62.

**Membros - Partidos**  
1. Jefferson de Aguiar — Relator — PSD  
2. Lobão da Silveira — PSD.  
3. Ruy Carneiro — PSD.  
4. Benedito Valladares — PSD.  
5. Wilson Gonçalves — PSD.  
6. Nelson Maculan — PTB.  
7. Silvestre Péricies — PTB.  
8. Nogueira da Gama — PTB.  
9. Barros Carvalho — PTB.  
10. Daniel Krueger — Vice-Presidente — UDN.  
11. Lopes da Costa — UDN.  
12. Milton Campos — UDN.  
13. Heribaldo Vieira — UDN.  
14. Ruy Palmeira — UDN.  
15. Aloysio de Carvalho — PL.  
16. Mem de Sá — PL.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1961.**

Altera o § 1º do art. 181 da Constituição Federal.

(Aposentadoria do funcionário aos trinta anos de serviço).

Eleito em 21-5-62, salvo os Srs. Senadores:  
Lobão da Silveira  
Wilson Gonçalves e  
Amaury Silva, designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento número 610-61 aprovado em 14-12-1961.  
Até 15-12-1963 — Requerimento número 798-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

**Membros - Partidos**  
1. Jefferson de Aguiar — PSD.  
2. Lobão da Silveira — Relatário — PSD.  
3. Ruy Carneiro — PSD.  
4. Benedito Valladares — PSD.  
5. Wilson Gonçalves — PSD.  
6. Silvestre Péricies — Relator — PTB.  
7. Amaury Silva — PTB.  
D. C. N. 24-8-63 (S. I.) pág 2 132  
8. Nogueira da Gama — PTB.  
9. Barros Carvalho — PTB.  
10. Daniel Krueger — UDN.  
11. Lopes da Costa — UDN.  
12. Milton Campos — UDN.  
13. Ruy Palmeira — UDN.  
14. Heribaldo Vieira — UDN.  
15. Aloysio de Carvalho — Presidente — PL.  
16. Mem de Sá — PL.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1961.**

Dá nova redação ao Item II do art. 95 da Constituição Federal. (Irreduzibilidade dos vencimentos dos juizes).

Eleita em 27-6-61, salvo os Senhores Senadores:  
Lopes da Costa, designado em 29 de outubro de 1962;  
Lobão da Silveira, designado em 23 de abril de 1963;  
Bezerra Neto, designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento número 609-61, aprovado em 14-12-61;  
Até 15-12-63 — Requerimento número 779-62; aprovado em 12-12-62.



Membros - Partidos

1. Jefferson de Aguiar - PSD.
2. Lobão da Silveira - PSD.
3. Ruy Carneiro - PSD.
4. Benedito Valladares - PSD
5. Wilson Gonçalves - PSD.
6. Silvestre Pericles - PTB.
7. Bezerra Neto - PTB.
8. Nogueira da Gama - PTB.
9. Barros Carvalho - PTB.
10. Daniel Krieger - UDN.
11. Lopes da Costa - UDN.
12. Milton Campos - Vice-Presidente - UDN.
13. Heribaldo Vieira - UDN.
14. Ruy Palmeira - UDN.
15. Aloysio de Carvalho - PL
16. Mem de Sá - PL.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7 de 1961.**

Da nova redação ao art. 65, item I, da Constituição Federal.

(Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado incluindo as de propor a exoneração dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente e aprovar o estabelecimento e o restabelecimento de relações diplomáticas com países estrangeiros)

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Senhores Senadores:

- Guido Mondin - designado em 29 de outubro de 1962;
- Vivaldo Lima - designado em 30 de março de 1962;
- Ruy Carneiro - designado em 23 de abril de 1963;
- Wilson Gonçalves - designado em 23 de abril de 1963;
- Eurico Rezende - designado em 23 de abril de 1963;
- Pinto Ferreira - designado em 20 de abril de 1963;
- Amaury Silva - designado em 28 de abril de 1963;

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 - Requerimento nº 608-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 16 de dezembro de 1963 - Requerimento nº 780-62, aprovado em 22 de dezembro de 1962.

Membros - Partidos

1. Menezes Pimentel - PSD.
2. Wilson Gonçalves - PSD.
3. Lobão da Silveira - PSD.
4. Ruy Carneiro - PSD.
5. Guido Mondin - PSD.
6. Silvestre Pericles - PSD.
7. Vivaldo Lima - PTB.
8. Amaury Silva - PTB.
9. Pinto Ferreira - PTB.
10. Eurico Rezende - UDN.
11. Daniel Krieger - UDN.
12. Milton Campos - UDN.
13. Heribaldo Vieira - UDN.
14. Lopes da Costa - UDN.
15. Aloysio de Carvalho - PL.
16. Lino de Matos - PTN.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1961.**

Acrescenta item ao art. 3º do Capítulo II - Presidente da República - da Emenda Constitucional nº 4 de 1961 que instituiu o sistema parlamentar de governo (Sobre a exoneração por proposta do Senado do chefe de missão diplomática de caráter permanente).

Eleita em 5 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores:  
Vivaldo Lima - Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin - Designado em 30 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar - Designado em 23 de abril de 1963;

Ruy Carneiro - Designado em 29 de abril de 1963;

Eurico Rezende - Designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira - Designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto - Designado em 23 de abril de 1962.

Amaury Silva - designado em 23 de abril de 1962.

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 - Requerimento nº 608-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 - Requerimento nº 781-62, aprovado em 2 de dezembro de 1962.

Membros - Partidos

1. Menezes Pimentel - PSD
2. Ruy Carneiro - PSD.
3. Lobão da Silveira - PSD.
4. Jefferson de Aguiar - PSD
5. Guido Mondin - PSD.
6. Pinto Ferreira - PSB.
7. Bezerra Neto - PTB.
8. Amaury Silva - PTB.
9. Vivaldo Lima - PTB.
10. Daniel Krieger - UDN.
11. Eurico Rezende - UDN.
12. Milton Campos - UDN.
13. Heribaldo Vieira - UDN.
14. Lopes da Costa - UDN.
15. Aloysio de Carvalho - PL.
16. Lino de Matos - PTN.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição**

Acrescenta dispositivo ao artigo 15 revoga o item V e o § 6º do artigo 19 substituiu o § 5º do artigo 19 e o art. 22 da Constituição

(Modifica o regime de discriminação de rendas).

Eleita em 20 de novembro de 1961 salvo os Srs Senadores:

Barros Carvalho - Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin - Designado em 19 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar - designado em 28 de abril de 1963;

Ruy Carneiro - designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende - designado em 23 de abril de 1963;

Amaury Silva - designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto - designado em 23 de abril de 1963;

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 - Requerimento nº 605-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961;

Até 15 de dezembro de 1963 - Requerimento nº 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros - Partidos

1. Jefferson de Aguiar - PSD.
2. Menezes Pimentel - PSD.
3. Filinto Müller - PSD.
4. Guido Mondin - PSD.
5. Ruy Carneiro - PSD.
6. Amaury Silva - PTB.
7. Barros Carvalho - PTB.
8. Argemiro Figueiredo - PTB.
9. Bezerra Neto - PTB.
10. Daniel Krieger - UDN.
11. Eurico Rezende - UDN.
12. Milton Campos - UDN.
13. Heribaldo Vieira - UDN.
14. Ruy Palmeira - UDN.
15. Aloysio de Carvalho - PL.
16. Lino de Matos - PTN.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10, de 1961.**

Acrescenta parágrafo ao art. 15 da Constituição Federal aplicação da parcela proveniente das cotas de impostos destinadas aos Municípios)

Eleita em 28.2.1962, salvo os Srs Senadores:

Lopes da Costa - designado em 30.3.1962;

Guido Mondin - designado em 29.10.1962;

Wilson Gonçalves - designado em 23.4.1963.

Eurico Rezende designado em 23.4.1963;

João Agripino - designado em 23.4.1963;

Silvestre Pericles - designado em 23.4.1963;

Cattete Pinheiro - designado em 23.4.1963.

Senadores - Partidos

1. Jefferson de Aguiar - PSD.
2. Wilson Gonçalves - PSD.
3. Ruy Carneiro - PSD.
4. Lobão da Silveira - PSD.
5. Guido Mondin - PSD.
6. Silvestre Pericles - PTB.
7. Nogueira da Gama - PTB.
8. Barros Carvalho - PTB.
9. Vago - PTB.
10. Milton Campos - UDN.
11. Heribaldo Vieira - UDN.
12. Lopes da Costa - UDN.
13. João Agripino - UDN.
14. Eurico Rezende - UDN.
15. Josaphat Marinho - S/legenda.
16. Lino de Matos - PTN.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 11, de 1963.**

Acrescenta parágrafos 4º e 5º ao art. 28 da Constituição Federal (Criação de novos Municípios).

Eleita em 28.3.1962, salvo os Srs Senadores:

Guido Mondin - designado em 29.10.1962;

Wilson Gonçalves - designado em 23.4.1963;

Eurico Rezende - designado em 23.4.1963;

João Agripino - designado em 13.4.1963;

Cattete Pinheiro - designado em 23.4.1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 - requerimento nº 784-62, aprovado em 12-12-62.

Membros - Partidos

1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Wilson Gonçalves - PSD
3. Ruy Carneiro - PSD
4. Lobão da Silveira - PSD
5. Guido Mondin - PSD
6. Silvestre Pericles - PTB
7. Nogueira da Gama - PTB
8. Barros Carvalho - PTB
9. Milton Campos - UDN
10. Heribaldo Vieira - UDN
11. Eurico Rezende - UDN
12. João Agripino - UDN
13. Lopes da Costa - UDN
14. Aloysio de Carvalho - PL
15. Miguel Couto - PSP
16. Cattete Pinheiro - PTN

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 1, de 1962.**

(Altera a redação do art. 193 da Constituição, referente a prioridade de concurso para a investidura em cargo inicial da carreira, instituindo a proibição de nomeações interinas).

Eleita em 10-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Menezes Pimentel - designado em 15-5-1962;

Wilson Gonçalves - designado em 23-4-1963;

Leite Neto - designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende - designado em 23-4-1963;

João Agripino - designado em 23-4-1963;

Aurélio Vianna - designado em 23-4-1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 - Requerimento nº 785-62, aprovado em 12-12-1963.

Membros - Partidos

1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Wilson Gonçalves - PSD
3. Ruy Carneiro - PSD
4. Lobão da Silveira - PSD
5. Leite Neto - PSD
6. Menezes Pimentel - PSD
7. Silvestre Pericles - PTB
8. Nogueira da Gama - PTB
9. Barros Carvalho - PTB
10. Milton Campos - UDN
11. Heribaldo Vieira - UDN
12. Eurico Rezende - UDN
13. João Agripino - UDN
14. Daniel Krieger - UDN
15. Aloysio de Carvalho - PL
16. Aurélio Vianna - PSB.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1962.**

(Institui nova discriminação de rendas em favor dos Municípios brasileiros).

Eleita em 23-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves - designado em 23-4-1963;

Leite Neto - designado em 23-4-1963;

Josaphat Marinho - designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende - designado em 23-4-1963;

Prorrogação:

Até 15-12-1962 - Requerimento nº 706-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros - Partidos

1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Wilson Gonçalves - PSD
3. Ruy Carneiro - PSD.
4. Lobão da Silveira - PSD
5. Leite Neto - PSD
6. Menezes Pimentel - PSD
7. Silvestre Pericles - PTB
8. Nogueira da Gama - PTB
9. Barros Carvalho - PTB
10. Milton Campos - UDN
11. Heribaldo Vieira - UDN
12. Josaphat Marinho - UDN
13. Eurico Rezende - UDN
14. Daniel Krieger - UDN
15. Aloysio de Carvalho - PL
16. Lino de Matos - PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1962.

(Dispõe sobre a data do plebiscito previsto na Emenda Constitucional nº 3).

Eleita em 19.7.1962, salvo os Srs. Senadores:

- Wilson Gonçalves
Leite Neto
João Agripino
Eurico Rezende e
Josaphat Marinho

Prorrogação: Até 15.12.1963 - requerimento nº 787-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros - Partidos

- 1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Wilson Gonçalves - PSD
3. Ruy Carneiro - PSD
4. Lobão da Silveira - PSD
5. Menezes Pimentel - PSD
6. Leite Neto - PSD
7. Silvestre Péricles - PTB
8. Nogueira da Gama - PTB
9. Barros Carvalho - PTB
10. Milton Campos - UDN
11. Heribaldo Vieira - UDN
12. João Agripino - UDN
13. Eurico Rezende - UDN
14. Daniel Krieger - UDN
15. Mem de Sá - PL
16. Josaphat Marinho - S/legenda

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 5 de 1962.

Dá nova redação ao art. 20 da Constituição.

(Determina a entrega aos Municípios de 30% da arrecadação dos Estados quando exceder as rendas municipais).

Eleita em 13.9.1962, salvo os Srs. Senadores:

- Wilson Gonçalves
Leite Neto
Josaphat Marinho
Eurico Rezende
Miguel Couto

Prorrogação: Até 15.12.1963 - requerimento nº 789-62, aprovado em 12.12.62.

Membros - Partidos

- 1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Ruy Carneiro - PSD
3. Lobão da Silveira - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Leite Neto - PSD
6. Menezes Pimentel - PSD
7. Vago - PTB
8. Nogueira da Gama - PTB
9. Barros Carvalho - PTB
10. Milton Campos - UDN
11. Heribaldo Campos - UDN
12. Josaphat Marinho - UDN
13. Daniel Krieger - UDN
14. Eurico Rezende - UDN
15. Mem de Sá - PL
16. Miguel Couto - PSP

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1962.

Altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 60 da Constituição Federal.

(Aumenta para 4 o número de representantes dos Estados e do Distrito Federal no Senado).

Eleita em 13.9.1962, salvo os Srs. Senadores:

- Josaphat Marinho
Wilson Gonçalves
Eurico Rezende
Julio Leite

(designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 - Requerimento nº 790-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros - Partidos

- 1. Jefferson de Aguiar - PSL
2. Ruy Carneiro - PSD
3. Lobão da Silveira - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Benedito Valladares - PSD
6. Menezes Pimentel - PSD
7. Vago - PTB
8. Nogueira da Gama - PTB
9. Barros Carvalho - PTB
10. Milton Campos - UDN
11. Heribaldo Vieira - UDN
12. Josaphat Marinho - UDN
13. Daniel Krieger - UDN
14. Eurico Rezende - UDN
15. Mem de Sá - PL
16. Julio Leite - PR

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1962.

Revoga a Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema parlamentar de governo e o art. 61 da Constituição Federal, de 18 de setembro de 1946.

Eleita em 6.12.1961, salvo os Srs. Senadores:

- Wilson Gonçalves
Eurico Rezende
Amaury Silva e
Raul Giuberti

(designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 - Requerimento nº 791-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros - Partidos

- 1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Ruy Carneiro - PSD
3. Pedro Ludovico - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Benedito Valladares - PSD
6. Menezes Pimentel - PSD
7. Amaury Silva - PTB
8. Nogueira da Gama - PTB
9. Barros Carvalho - PTB
10. Milton Campos - UDN
11. Heribaldo Vieira - UDN
12. Eurico Rezende - UDN
13. Daniel Krieger - UDN
14. João Agripino - UDN
15. Mem de Sá - PL
16. Raul Giuberti - PSP

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 1, de 1963.

Altera a redação do inciso IX do art. 157 da Constituição referente ao trabalho de menores e mulheres e ao trabalho em indústrias insalubres).

Designada em 23-4-1963.

Membros - Partidos

- 1. Jefferson de Aguiar - PSL
2. Ruy Carneiro - PSD
3. Lobão da Silveira - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Menezes Pimentel - PSD
6. Heribaldo Vieira - PSD
7. Amaury Silva - PTB
8. Bezerra Neto - PTB
9. Vago - PTB
10. Silvestre Péricles - PTB
11. Arthur Virgílio - PTB
12. Eurico Rezende - UDN
13. Milton Campos - UDN
14. João Agripino - UDN
15. Josaphat Marinho - S/legenda
16. Aloysio de Carvalho - PL

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1963.

Altera os arts. 141, 146 e 147 da Constituição Federal (referente ao direito de propriedade).

Designada em 23-4-1963

Membros - Partidos

- 1. Jefferson de Aguiar - PSL
2. Ruy Carneiro - PSD
3. Lobão da Silveira - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Menezes Pimentel - PSD
6. Leite Neto - PSD
7. Amaury Silva - PTB
8. Bezerra Neto - PTB
9. Vago - PTB
10. Silvestre Péricles - PTB
11. Argemiro de Figueiredo - PTB
12. Eurico Rezende - UDN
13. Milton Campos - UDN
14. Daniel Krieger - UDN
15. Josaphat Marinho - S/legenda
16. Aloysio de Carvalho - PL

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1963.

Dá nova redação aos artigos nºs 26 e 63 da Constituição Federal (administração do Distrito Federal e matéria da competência privativa do Senado).

Eleita em 2-5-1963

Membros - Partidos

- 1. Jefferson de Aguiar - PSL
2. Ruy Carneiro - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Menezes Pimentel - PSD
6. Leite Neto - PSD
7. Amaury Silva - PTB
8. Bezerra Neto - PTB
9. Vago - PTB
10. Eduardo Cataião - PTB
11. Vasconcelos Torres - PTB
12. Eurico Rezende - UDN
13. Milton Campos - UDN
14. Daniel Krieger - UDN
16. Aloysio de Carvalho - Pequenos Partidos
16. Josaphat Marinho - Pequenos Partidos

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1963.

Dá nova redação aos arts. 44 e 45 da Constituição Federal para conceder imunidade aos vereadores.

Designada em 20-5-1963

Senadores - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSL
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSL
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
Pinto Ferreira - PTB
Silvestre Péricles - PTB
Adalberto Sena - PTB
Eurico Rezende - UDN
Milton Campos - UDN
João Agripino - UDN
Aloysio de Carvalho - P
Josaphat Marinho - S/legenda

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 5, de 1963.

Dá nova redação ao item II o do § 4º do artigo 19 da Constituição referentes ao Imposto de Vendas e Consignações:

Eleita em 19.7.1962, salvo os Srs. Senadores:

- 1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Ruy Carneiro - PSD
3. Lobão da Silveira - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Menezes Pimentel - PSD
6. Leite Neto - PSD
7. Amaury Silva - PTB
8. Bezerra Neto - PTB
9. Vago - PTB
10. Humberto Neder - PTB
11. Argemiro de Figueiredo - PTB
12. Eurico Rezende - UDN
13. Milton Campos - UDN
14. Daniel Krieger - UDN
15. Aloysio de Carvalho - PL
16. Josaphat Marinho - Pequenos Partidos.

Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.

(Criada em virtude da aprovação em 18.9.1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 685-63, do Sr. Senador José Ermirio)

(9 MEMBROS)

Membros - Partidos

- José Feliciano - PSD
Atilio Fontana - PSD
Eugenio Barros - PSD
José Ermirio (Relator) - PTB
Bezerra Neto - PTB
Meio Braga - PTB
Lopes da Costa - UDN
Milton Campos - Presidente - UDN
Julio Leite - Vice-Presidente - Pequenas Representações.

Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas.

(Criada em virtude da aprovação em 2.8.1963 do Requerimento nº 631-63, do Senador Golbach Vieira).

(5 MEMBROS)

Membros - Partidos

- Atilio Fontana (Presidente) - PSD
José Feliciano (Vice-Presidente) - PSD
José Ermirio Relator - PTB
Adolpho Franco - UDN
Aurélio Vianna - Pequenas Representações.

Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional.

(Criada pela Resolução nº 11-63)

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Leite Neto (Presidente) - PSD
Nelson Macuan - PTB
João Agripino (Relator) - UDN
Josaphat Marinho - Pequenas Representações

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1963**

(Originário da Câmara dos Deputados)

Que dá nova redação ao § 1º do art. 28 da Constituição Federal (autonomia dos Municípios).

Designação em 22 de outubro de 1963

**Membros — Partidos**

Jefferson de Aguiar — PSD;  
 Ruy Carneiro — PSD;  
 Wilson Gonçalves — PSD;  
 José Feliciano — PSD;  
 Lobão da Silveira — PSD;  
 Bezerra Neto — PTB;  
 Edmundo Levi — PTB;  
 Argemiro de Figueiredo — PTB;  
 Melo Braga — PTB;  
 Milton Campos — Presidente — UDN;  
 Aloysio de Carvalho — UDN;  
 Afonso Arinos — UDN;  
 Eurico Rezende — UDN;  
 Josaphat Marinho (Relator) — Pequenas Representações;  
 Aurélio Vianna — Pequenas Representações;  
 Júlio Leite (Vice-Presidente) — Pequenas Representações.

**Comissão Especial para estudar a situação da Casa da Moeda.****(7 MEMBROS)**

(Criada em virtude da aprovação do Requerimento nº 531-63 do Sen. Jefferson de Aguiar, na sessão de 14-8-63.)

Designação em 28-8-1963

**Membros — Partidos**

Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD;  
 Wilson Gonçalves — PSD;  
 Arthur Virgílio — PTB;  
 Edmundo Levi — PTB;  
 Adolpho Franco — UDN;  
 Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN;  
 Josaphat Marinho — Sem Legenda.

**Comissão Especial para o estudo das causas que dificultam a produção agro-pecuária e suas repercussões negativas na exportação.**

(Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 24-8-1963.)

**(5 MEMBROS)****Membros — Partidos**

José Feliciano — PSD;  
 Sigefredo Pacheco (Vice-Presidente) — PSD;  
 José Ermírio (Presidente) — PTB;  
 Lopes da Costa — UDN;  
 Aurélio Vianna (Relator) — Pequenos Partidos.

**Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas**

(Criada em virtude da aprovação, em 2-8-1963, do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira)

**(5 MEMBROS)****Membros — Partidos**

Atilio Fontana (Presidente) — PSD;  
 José Feliciano (Vice-Presidente) — PSD;  
 José Ermírio (Relator) — PTB;  
 Adolpho Franco — UDN;  
 Aurélio Vianna — Pequenas Representações.

**Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização**

(Criada em virtude da aprovação, em 18-9-1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 665 de 1963, do Sr. Senador José Ermírio)

**(9 MEMBROS)****Membros — Partidos**

José Feliciano — PSD;  
 Atilio Fontana — PSD;  
 Eugênio Barros — PSD;  
 José Ermírio (Relator) — PTB;  
 Bezerra Neto — PTB;  
 Melo Braga — PTB.

Lopes da Costa — UDN;  
 Milton Campos — Presidente — UDN.

Júlio Leite — Vice-Presidente — Pequenas Representações.

**Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional**

(Criada pela Resolução nº 11 de 1963.)

**(5 MEMBROS)****Membros — Partidos**

Jefferson de Aguiar — PSD;  
 Leite Neto (Presidente) — PSD;  
 Nelson Maculan (Vice-Presidente) — PTB;  
 João Agripino (Relator) — UDN;  
 Josaphat Marinho — Pequenas Representações.

**Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos apontados da tribuna do Senado, na Sessão de 23 do corrente, e outros relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento dos Correios e Telégrafos.**

(Criada em virtude da aprovação, em 7-11-1963, sessão extraordinária, da resolução nº 32, de 1963, apresentada pelo Senhor Senador Jefferson de Aguiar e outros Senhores Senadores)

(Criada pela Resolução nº 32, de 1963)

**MEMBROS — PARTIDOS**

Presidente: Wilson Gonçalves — PSD

Vice-Presidente: Leite Neto — PSD;  
 Relator: Eurico Rezende — UDN;  
 Jefferson de Aguiar — PSD;  
 Atilio Fontana — PSD;  
 Artur Virgílio — PTB;  
 Bezerra Neto — PTB;  
 Aurélio Vianna — PTB;  
 Júlio Leite — PTB;  
 Melo Braga — PTB;  
 João Agripino — UDN;  
 Daniel Krieger — UDN

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1963.**

Altera o art. 138 da Constituição Federal (inelegibilidades). Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

**Membros — Partidos**

Jefferson de Aguiar — PSD;  
 Ruy Carneiro — PSD;  
 Wilson Gonçalves — PSD;  
 José Feliciano — PSD;  
 Walfredo Gurgel — PSD;  
 Argemiro de Figueiredo — PTB;  
 Bezerra Neto — PTB;  
 Silvestre Pérciles — PTB;  
 Edmundo Levi — PTB;  
 Eurico Rezende — UDN;  
 Milton Campos — UDN;  
 Aloysio de Carvalho — UDN;  
 Afonso Arinos — UDN;  
 Josaphat Marinho — Sem Legenda;  
 Raul Giuberti — Pequenas Representações;  
 Júlio Leite — Pequenas Representações.

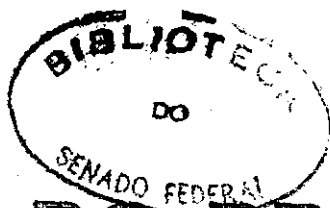
**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1963.**

Dá nova redação ao § 4º do art. 182 da Constituição Federal (transferência para a reserva do militar da ativa que se candidatar a cargo eletivo). Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

**Membros — Partidos**

Jefferson de Aguiar — PSD;  
 Ruy Carneiro — PSD;  
 Wilson Gonçalves — PSD;  
 José Feliciano — PSD;  
 Walfredo Gurgel — PSD;  
 Argemiro de Figueiredo — PTB;  
 Bezerra Neto — PTB;  
 Silvestre Pérciles — PTB;  
 Edmundo Levi — PTB;  
 Eurico Rezende — UDN;  
 Milton Campos — UDN;  
 Aloysio de Carvalho — UDN;  
 Afonso Arinos — UDN;  
 Josaphat Marinho — Sem Legenda;  
 Raul Giuberti — Pequenas Representações;  
 Júlio Leite — Pequenas Representações.



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## SEÇÃO II

ANO XIX — N.º 5

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 8 DE JANEIRO DE 1964

# CONGRESSO NACIONAL

## PRESIDÊNCIA

(Republica-se por ter saído com incorreções)

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte:

### RESOLUÇÃO Nº 37, DE 1963

*Aposenta o Redator, PL-3, José da Silva Lisboa*

Art. único. É aposentado, nos termos do art. 191, item I, da Constituição Federal, combinado com os artigos 341, item III, 344 e 349 da Resolução nº 6, de 1960, o Relator, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, José da Silva Lisboa.

Senado Federal, em 15 de dezembro de 1963.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, eu, Auro Moura Andrade, Presidente, promulgo o seguinte:

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 1963

*Ratifica o protocolo de Emenda da Convenção para a unificação de certas regras relativas ao Transporte Aéreo Internacional, concluído em Haia, a 28 de setembro de 1955.*

Art. 1º É ratificado o Protocolo, concluído em Haia, a 28 de setembro de 1955, de emenda da Convenção para a unificação de certas regras

relativas ao Transporte Aéreo Internacional, firmada em Varsóvia a 12 de outubro de 1929 e promulgada pelo Decreto nº 20.784, de 24 de novembro de 1931.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 12 de dezembro de 1963.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

### Instalação da 1ª sessão legislativa extraordinária da 5ª legislatura

O Presidente do Senado Federal faz saber que, convocado o Congresso Nacional, de acordo com o art. 53 da Constituição Federal, por iniciativa de mais de um terço do Senado Federal, para se reunir extraordinariamente no período de 15 de dezembro de 1963 a 8 de março de 1964, a instalação da sessão legislativa correspondente a essa convocação realizar-se-á, de acordo com o disposto no art. 1º, nº I do Regimento Comum, na primeira das citadas datas, às 11 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.

Senado Federal, 11 de dezembro de 1963.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente

# SENADO FEDERAL

## ATA DA 13ª REUNIÃO EM 7 DE JANEIRO DE 1964

### 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA

#### PRESIDÊNCIA DO SR. JOAQUIM PARENTE.

As 15 horas, acham-se presentes os senhores senadores:

Zacharias de Assumpção  
Sebastião Archer.  
Joaquim Parente.  
Bezerra Neto. (4)

#### O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de Senhores Senadores número insuficiente para abertura da sessão. É o seguinte o expediente encaminhado à Mesa:

Mensagem do Sr. Presidente da República nº 36-64 (nº de origem

475), de 23.12.1963 — Restitui dois autógrafos referentes ao Projeto (nº 502-63 no Senado) que, sancionado, se transformou na Lei número 4.318 de 23.12.1963, que orça a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1964.

Resposta a pedido de informação do Senado:

Aviso nº GM-2.108-R, de 17.12.63, do Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, referente ao Requerimento de nº 635-63, do Sr. Senador Lino de Matos.

#### O SR. PRESIDENTE:

Já decorrido o prazo regimental de espera para a efetivação de quorum mínimo exigido pelo Regimento Interno, encerro a presente reunião.

Encerra-se a Reunião, às 15 horas e 5 minutos.

## SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

### Atos do Diretor-Geral

O Diretor-Geral definiu os seguintes requerimentos:

Nº DP-384-63 — de Caio Cesar de Menezes Pinheiro, Redator, PL-3, em que solicita o cancelamento do seu pedido de licença especial de que trata o Requerimento DP-265-63;

Nº DP-425-63 — de Luciano Vieira, Médico, PL-3, em que solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, num total de 1.251 dias;

Nº DP-306-63 — de Zuleika de Castro Monteiro, Oficial Legislativo, PL-8, em que solicita seja cancelado o salário-família em relação aos seus dependentes Fernando César e Carlos Alberto, a partir de abril de 1963, data em que seu esposo, com quem não cargo de Procurador do I.A.P.I.

conforme declaração daquela Autarquia;

Nº DP-450-64 — de Felipe Gomes, Ajudante do Administrador, PL-6, em que solicita sustar o salário-família em relação a sua esposa, a partir de novembro de 1963.

Abonou, de acordo com os artigos 160 item II e 302, do Regulamento da Secretaria, as faltas relativas ao mês de novembro de 1963, dos seguintes funcionários:

— de Elza Loreiro Gallotti, Oficial Legislativo, PL-4, no dia 25;  
— de Iracema da Costa e Silva de Castro, Auxiliar Legislativo, PL-10, no dia 26;  
— de João Batista Costa, Auxiliar de Portaria, PL-9, no dia 27;  
— de Paulo Lisboa Barbosa, Oficial Legislativo, PL-3, no dia 26;  
— de Paulo Irineu Portes, Auxiliar Legislativo, PL-10 no dia 25.

Secretaria do Senado Federal em 7 de dezembro de 1963 — *Anna Leticia de Souza Ribeiro Saraiva Di-*retora do Pessoal

**MESA**

- Presidente - Moura Andrade (PSD - SP).  
 Vice-Presidente - Nogueira da Gama (PTB - MG).  
 Primeiro-Secretário - Ruy Palmeira (UDN - AL).  
 Segundo-Secretário - Gilberto Marinho (PSD - GB).  
 Terceiro-Secretário - Adalberto Sena (PTB - ACRE).  
 Quarto-Secretário - Cattete Pinheiro (PTN - PA).  
 Primeiro-Suplente - Joaquim Parente - UDN - PD.  
 Segundo-Suplente - Guido Mondin (PSD - RS).  
 Terceiro-Suplente - Vasconcelos Torres (PTB - RJ).

**REPRESENTAÇÃO PARTIDARIA**  
**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**  
 (PSD)

1. José Guimarães Acre (em exercício)
2. Eugênio Barros - Maranhão.
3. Lobão da Silveira - Pará.
4. Eugênio Barros - Maranhão.
5. Sebastião Archer - Maranhão.
6. Victorino Freire (em exercício o Suplente, Sr. Miguel Lima) - Maranhão.
7. Sigefredo Pacheco - Piauí.
8. Menezes Pimentel (em exercício o Suplente, Sr. Wandemar de Alcântara).
9. Wilson Gonçalves - Ceará.
10. Walfredo Gurgel - Rio Grande do Norte.
11. Ruy Carneiro - Paraíba.
12. Leite Neto - Sergipe.
13. Antônio Baibino - Bahia.
14. Jefferson de Aguiar - Espírito Santo.
15. Gilberto Marinho - Guanabara.
16. Moura Andrade - São Paulo.
17. Atilio Fontana - Santa Catarina.
18. Guido Mondin - R. G. Sul.
19. Benedicto Valladares - Minas Gerais.
20. Pínto Müller.
21. José Feliciano - Goiás.
22. Juscelino Kubitschek - Goiás.
23. Pedro Ludovico - Goiás.

- PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO**  
 (PTB)
1. Adalberto Sena - Acre.
  2. Oscar Passos - Acre.
  3. Vivaldo Lima - Amazonas.
  4. Edmundo Levi - Amazonas.
  5. Artur Virgílio - Amazonas.
  6. Antônio Juca - Ceará.
  7. Dix-Huit Rosado - Rio Grande do Norte.
  8. Argemiro de Figueiredo - Paraíba.
  9. Barros Carvalho - Pernambuco.
  10. Pessoa de Queiroz - Pernambuco.
  11. José Ermírio - Pernambuco.
  12. Silvestre Péricles - Alagoas.
  13. Vasconcelos Torres - Rio de Janeiro.
  14. Nelson Maculan (licenciado sem substituição) - Paraná.
  15. Amaury Silva - Paraná (em exercício o suplente, Sr. Meilo Braga).
  16. Nogueira da Gama - Minas Gerais.
  17. Zacarias de Assunção - Pará.
  18. Joaquim Parente - Piauí.
  19. José Cândido - Piauí.
  20. Dinarte Mariz - R. G. Norte.
  21. João Agripino - Paraíba.
  22. Ruy Palmeira - Alagoas.
  23. Eurico Rezende - Espírito Santo.
  24. Afonso Arinos - Guanabara.
  25. Bezerra Neto.

- UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL**  
 (UDN)
1. Padre Calazans - São Paulo.

**SENADO FEDERAL**

10. Adolpho Franco - Paraná.
11. Irineu Bornhausen - Santa Catarina.
12. Antônio Carlos - Santa Catarina.
13. Daniel Krieger - Rio Grande do Sul.
14. Milton Campos - Minas Gerais.
15. Lopes da Costa - Mato Grosso.

**PARTIDO LIBERTADOR**  
 (PL)

1. Aloysio de Carvalho - Bahia.
2. Mem de Sá - Rio Grande do Sul.

**PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL**  
 (PTN)

1. Cattete Pinheiro - Pará.
2. Lauro de Matos - São Paulo.

**PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA**  
 (PSP)

1. Raul Giuberti - Espírito Santo.
2. Miguel Couto - Rio de Janeiro.

**SOCIALISTA BRASILEIRO**  
 (PSB)

1. Aurélio Vianna - Guanabara.

**MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR**  
 (MTR)

1. Aarão Steinbruch - Rio de Janeiro.

**PARTIDO REPUBLICANO**  
 (PR)

1. Júlio Leite - Sergipe.

**PARTIDO DEMOCRATA CRISTAO**  
 (PDC)

1. Arnon de Melo - Alagoas.

**SEM LEGENDA**

1. Josaphat Marinho - Bahia.
2. Heribaldo Vieira - Sergipe.

**RESUMO**

Partido Social Democrático (P. S. D.)	17
Partido Trabalhista Brasileiro (P. T. B.)	17
União Democrática Nacional (U. D. N.)	15
Partido Libertador (P. L.)	2
Partido Trabalhista Nacional (P. T. N.)	2
Partido Social Progressista (P. S. P.)	2
Partido Socialista Brasileiro (P. S. B.)	1
Partido Republicano (P. R.)	1
Partido Democrata Cristão (P. D. C.)	1
Movimento Trabalhista Renovador (M. T. R.)	1
Sem legenda	64
Total	66

**BLOCOS PARTIDARIOS**

- 1º - Maioria (39) Membros):  
 PSD  
 PTB
- 2º - Minoria (17) Membros):  
 UDN  
 PL
- 3º - Pequenas Representações (9) Membros).  
 PTN  
 PSP  
 PSB  
 MTR  
 PR  
 PDC  
 Josaphat Marinho (Sem Legenda).

**LIDERANÇAS**

**I - DOS BLOCOS PARTIDARIOS MAIORIA**

- Líder:**  
 Barros Carvalho - (PTB) - (PE)
- Vice-Líderes:**

- Victorino Freire - (PSD - MA).  
 Vasconcelos Torres - (PTB - RJ).  
 Jefferson de Aguiar - (PSD - ES).

- Lobão da Silveira - (PSD - PA).  
 Artur Virgílio - (PTB - AM).  
 Bezerra Neto - (PTB) - (MT).

**MINORIA**

- Líder:**  
 João Agripino - (UDN - PB).
- Vice-Líderes:**

- Daniel Krieger - (UDN - RS).  
 Mem de Sá - (PL - RS).

**PEQUENAS REPRESENTAÇÕES**

- Líder:**  
 Lino de Matos - (PTN - SP).
- Vice-Líderes:**  
 Aurélio Vianna - (PSB - GE).

**II - DOS PARTIDOS**

- PSD**  
 Benedicto Valladares - (MG).
- Vice-Líderes:**

- Wilson Gonçalves - (CE).  
 Sigefredo Pacheco - (PI).  
 Walfredo Gurgel - (RG).

- PTB**  
**Líder:**  
 Artur Virgílio - (AM).
- Vice-Líderes:**  
 Amaury Silva (licenciado) - (PR).  
 Vivaldo Lima - (AM).  
 Bezerra Neto - (MI).

- UDN**  
**Líder:**  
 Daniel Krieger - (RS).

- Vice-Líderes:**  
 Eurico Rezende - (ES).  
 Padre Calazans - (SP).  
 Adolfo Franco - (PR).

- PL**  
**Líder:**  
 Mem de Sá - (RS).
- Vice-Líderes:**  
 Aloysio de Carvalho - (BA).

- PTN**  
**Líder:**  
 Lino de Matos - (SP).
- Vice-Líderes:**  
 Cattete Pinheiro - (PA).

- PSP**  
**Líder:**  
 Miguel Couto - (RJ).
- Vice-Líder:**  
 Raul Giuberti - (ES).

**COMISSÕES PERMANENTES**

**Comissão Diretora**

- Moura Andrade - Presidente (PSD).  
 Nogueira da Gama (PTB).  
 Adalberto Sena (PTB).  
 Ruy Palmeira (UDN).  
 Gilberto Marinho (PSD).  
 Joaquim Parente (UDN).  
 Cattete Pinheiro (PTN).

- Guido Mondin (PSD).  
 Vasconcelos Torres (PTB).

Reuniões Quartas-feiras às 10 horas.

Secretário: Evandro Mendes Viana.  
 Diretor-Geral.

**Comissão de Agricultura**

(7 MEMBROS)

- Presidente - Vago.  
 Vice-Presidente - Eugênio Barros (PSD).

**COMPOSIÇÃO**

P. S. D.

TITULARES

- Eugênio Barros.  
 José Feliciano.

SUPLENTES

1. Atilio Fontana.  
 2. Pedro Ludovico.

P. T. B.

TITULARES

- Nelson Maculan (Licenciado).  
 Dix-Huit Rosado.  
 Raul Giuberti.

SUPLENTES

1. Eduardi Catalão (\*).  
 2. Aarão Steinbruch.  
 3. Vago.

U. D. N.

TITULARES

- Lopes da Costa.  
 Antônio Carlos.

SUPLENTES

1. Daniel Krieger.  
 2. João Agripino.

SUBSTITUTOS

Reuniões

Quartas-feiras, às 16 horas.

Secretário: J. Ney Passos Dantas.  
 Auxílar Legislativo PL-9.

(\* Em substituição do Senhor Nelson Maculan como titular.

**Comissão de Constituição e Justiça**

(11 MEMBROS)

- Presidente - Milton Campos (UDN).  
 Vice-Presidente - Wilson Gonçalves (PSD)

**COMPOSIÇÃO**

P. S. D.

TITULARES

- Jefferson de Aguiar.  
 Ruy Carneiro.  
 Lobão da Silva.  
 Wilson Gonçalves.  
 Josaphat Marinho.

SUPLENTES

1. Menezes Pimentel (licenciado).  
 2. Leite Neto.  
 3. Benedicto Valladares.  
 4. Aarão Steinbruch.

P. T. B.

TITULARES

- Amaury Silva (licenciado).  
 Bezerra Neto.  
 Edmundo Levi.

SUPLENTES

1. Argemiro de Figueiredo (\*\*).  
 2. Silvestre Péricles.  
 3. Meilo Braga.

U. D. N.

TITULARES

- Aloysio de Carvalho.  
 Eurico Rezende.  
 Milton Campos.



1. Afonso Arinos.
2. Daniel Krieger.
3. João Agripino.

**Reunções**

Quarta-feira, às 16 horas.

Secretário: Ronaldo Ferreira Dias, Oficial Legislativo PL-8.

(\*\*) Em substituição do Senhor Amaury Silva, como titular.

**Comissão do Distrito Federal**

(7 MEMBROS)

Presidente — Lino de Matos,  
Vice-Presidente — Pedro Ludovico.

**COMPOSIÇÃO**

P. S. D.

**TITULARES**

Menezes Pimentel,  
Pedro Ludovico,  
Lino de Matos.

**SUPLENTES**

1. Filinto Müller.
2. Eugenio Barros.
3. Heribaldo Vieira.

P. T. B.

**TITULARES**

Oscar Passos,  
Dix-Huit Rosado.

**SUPLENTES**

1. Aarão Steinbruch.
2. Antônio Jucá.

U. D. N.

**TITULARES**

Dinarte Mariz,  
Eurico Rezende.

**SUPLENTES**

1. Lopes da Costa.
1. Zacarias de Assunção.

**Reunções**

Quintas-feiras às 10 horas.  
Secretário: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo PL-8.

**Comissão de Economia**

(9 MEMBROS)

Presidente — Filinto Müller (PSD)  
Vice-Presidente — José Ermírio — (PTB).

**COMPOSIÇÃO**

P. S. D.

**TITULARES**

Filinto Müller,  
Eugenio Barros,  
Atilio Fontana,  
José Guimard (licenciado).

**SUPLENTES**

1. Jefferson de Aguiar (\*)
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer
4. Josephat Marinho

P. T. B.

**SUBSTITUTOS**

**TITULARES**

José Ermírio  
Nelson Maculan (licenciado),  
Júlio Leite

**SUPLENTES**

1. Oscar Passos (\*\*)
2. Bezerra Neto

**SUBSTITUTOS**

2. ... A Índice
1. Melo Braga

U. D. N.

**TITULARES**

Adolfo Franco  
Lopes da Costa

**SUPLENTES**

1. José Cândido
  2. Zacarias de Assunção
- Reunções, terça-feira — 16,00 horas

Secretário: Cid Brugger, Auxiliar Legislativo PL-10.

(\*) — Em substituição do Senhor José Guimard, como titular.

(\*\*) — Em substituição do Senhor Nelson Maculan, como titular.

**Comissão de Educação e Cultura**

(7 MEMBROS)

Presidente — Menezes Pimentel

(PSD)

Vice-Presidente — Padre Calazans — (UDN)

**COMPOSIÇÃO**

P. S. D.

**TITULARES**

Menezes Pimentel  
Walfredo Gurgel

**SUPLENTES**

1. Benedito Valladares
2. Sigefredo Pacheco

**SUBSTITUTOS**

1. Leite Neto

P. T. B.

**TITULARES**

Pessoa de Queiroz  
Amaury Silva (licenciado)

**SUPLENTES**

1. Vago.
2. Vago.

U. D. N.

**TITULARES**

Antonio Carlos  
Padre Calazans  
Mem de Sá

**SUPLENTES**

1. Adolfo Franco
2. Milton Campos
3. Arnou de Melo

Reunções: 4<sup>as</sup>-feiras — 15 00 horas.

Secretário: Vera de Alvarenga Matra, Oficial Legislativo PL-7.

**Comissão de Finanças**

(15 MEMBROS)

Presidente — Argemiro de Figueiredo — (PTB).

Vice-Presidente — Daniel Krieger — (UDN).

P. S. P.

**COMPOSIÇÃO**

**TITULARES**

Victorino Freire  
Lobão da Silveira,  
Sigefredo Pacheco,  
Wilson Gonçalves,  
Leite Neto.

**SUPLENTES**

1. José Guimard (licenciado),
2. Eugênio Barros.
3. Menezes Pimentel.
4. Atilio Fontana.
5. Pedro Ludovico.

**SUBSTITUTOS**

1. José Kairala.

P. T. B.

**TITULARES**

Argemiro de Figueiredo,  
Bezerra Neto,  
Dix-Huit Rosado,  
Pessoa de Queiroz,  
José Ermírio.

**SUPLENTES**

1. Nelson Maculan (licenciado),
2. Lino de Matos.
3. Amaury Silva (licenciado),
4. Aurélio Vianna.
5. Antônio Jucá.

**SUBSTITUTOS**

1. Edmundo Levi.
2. Melo Braga.

U. D. N.

**TITULARES**

Daniel Krieger,  
Dinarte Mariz,  
Irineu Bornhausen,  
Lopes da Costa.

**SUPLENTES**

1. Adolfo Franco.
2. Eurico Rezende.
3. João Agripino.
4. Milton Campos.

PL

**TITULARES**

Mem de Sá.

**SUPLENTES**

1. Aloysio de Carvalho.
- Reunções: 4<sup>as</sup> feiras — 10,00 horas.

Secretário: Cid Brügger, Auxiliar Legislativo, PL-10.

**Comissão de Legislação Social**

(9 MEMBROS)

Presidente: Vivaldo Lima — PTB  
Vice-Presidente: Ney Carneiro — (PSD).

**COMPOSIÇÃO**

P. S. D.

**TITULARES**

Ruy Carneiro,  
Walfredo Gurgel,  
José Guimard (licenciado),  
Raul Giubert.

**SUPLENTES**

1. Leite Neto (.)
2. Lobão da Silveira.
3. Eugênio Barros
4. Júlio Leite

**SUBSTITUTOS**

1. Atilio Fontana

P. T. B.

**TITULARES**

Amaury Silva (licenciado),  
Heribaldo Vieira,  
Vivaldo Lima

**SUPLENTES**

1. Aurélio Vianna (\*\*).
2. Pessoa de Queiroz.
3. Antônio Jucá.

**SUBSTITUTOS**

1. Melo Braga.

U. D. N.

**TITULARES**

Eurico Rezende  
Antonio de Jesus

1. Lopes da Costa
4. Zacarias de Assunção

Reunções: 1<sup>a</sup> s. feira: às 10 horas.  
SUPL. 115

Secretário: Vera de Alvarenga Matra, Oficial Legislativo, PL-7.

(\*) — Em substituição do Senhor José Guimard como titular.  
(\*\*) — Em substituição do Senhor Amaury Silva como titular

**Comissão**

do Polígono das Secas

(7 MEMBROS)

Presidente — Ruy Carneiro (PSD)  
Vice-Presidente — Aurélio Vianna (PL)

**COMPOSIÇÃO**

P. T. B.

**TITULARES**

Wilson Gonçalves,  
Ruy Carneiro

**SUPLENTES**

1. Sigefredo Pacheco
2. Leite Neto

P. S. D.

**TITULARES**

Dix-Huit Rosado  
Aurélio Vianna

**SUPLENTES**

1. Argemiro de Figueiredo
2. Arnou de Melo
3. Júlio Leite

U. D. N.

**TITULARES**

Dinarte Mariz  
José Cândido

**SUPLENTES**

1. João Agripino
2. Lopes da Costa

Reunção: 5<sup>a</sup> feira — 16 horas.  
Secretário: Ney Passos Dantas,  
Auxiliar, Legislativo PL-9.

**Comissão de Redação**

(5 MEMBROS)

Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB)  
Vice-Presidente — Padre Calazans

**COMPOSIÇÃO**

P. S. D.

**TITULARES**

Walfredo Gurgel  
Sebastião Archer

**SUPLENTES**

1. Lobão da Silveira.
2. José Feliciano.

**SUBSTITUTOS**

1. Menezes Pimentel (licenciado).

P. T. B.

**TITULARES**

Dix-Huit Rosado.

**SUPLENTES**

Heribaldo Vieira.

U. D. N.

**TITULARES**

Padre Calazans,  
Júlio Leite.

**SUPLENTES**

1. João Agripino.
2. Josephat Marinho.

Reunções: 4<sup>as</sup> Feiras às 16 horas.  
Secretário: Sarah Abrahão, Oficial Legislativo, PL-8.

## Comissão de Relações Exteriores

(11 MEMBROS)

Presidente — Jefferson de Aguiar (PSD).

Vice-Presidente — Passos de Queiroz (PTB).

### COMPOSIÇÃO

P. S. D.

### TITULARES

Benedito Valladares.  
Fúnto Müller.  
Jefferson de Aguiar.  
Aarão Steinhilber.

### SUPLENTE

1. Menezes Pimentel.
2. Ruy Carneiro.
3. José Guomard (licenciado).
4. Victorino Freire.

### SUBSTITUTOS

1. José Kairala.

P. I. B.

### TITULARES

Pessoa de Queiroz.  
Vivardo Lima.  
Eduardo Catalão.

### SUPLENTE

1. Oscar Passos
2. Argemiro de Figueiredo.
3. Antônio Juca.

U. D. N.

### TITULARES

Antônio Carlos.  
José Cândido.  
Padre Calazans.  
Arnon de Melo.

### SUPLENTE

1. Daniel Krieger.
2. Eurico Rezende.
3. João Agripino.
4. Mem de Sá.

Reuniões: 5<sup>as</sup>-feiras — 15,00 horas.

Secretário: Castejon J. B. Branco.  
Oficial Legislativo, PL-6.

## Comissão de Saúde

(15 MEMBROS)

Presidente — Lopes da Costa — UDN.

Vice-Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB)

### COMPOSIÇÃO

P. S. D.

### TITULARES

Pedro Ludovico  
Sigefredo Pacheco

### SUPLENTE

1. Eugenio Bastos
2. Waifredo Gurgel

P. I. B.

### TITULARES

Dix-Huit Rosado

### SUPLENTE

Antônio Juca

U. D. N.

### SUPLENTE

U. D. N.

Lopes da Costa

### SUPLENTE

Padre Calazans

## SUPLENTE

Raul Gliberti

Reuniões: Quintas-feiras — 15 horas).

Secretário: Eduardo Rui Barbosa  
Auxiliar Legislativo PL-10.

## Comissão de Segurança Nacional

(7 MEMBROS)

Presidente — Zacarias de Assunção (UDN).

Vice-Presidente — Silvestre Péricles (PTB).

### COMPOSIÇÃO

PSD

### TITULARES

José Guomard (Licenciado).  
Victorino Freire

### SUPLENTE

1. Ruy Carneiro

1. Alino Fontana (\*\*)

### SUBSTITUTO

2. José Kairala

P. I. B.

### TITULARES

Silvestre Péricles  
Oscar Passos

### SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado
2. Vago.

U. D. N.

### TITULARES

Irineu Bornhausen  
Zacharias de Assunção

### SUPLENTE

1. Adolfo Franco.
2. Eurico Rezende

P. S. P.

### TITULAR

Raul Gliberti

### SUPLENTE

1. Miguel Couto

Reuniões: Quintas-feiras — (16 horas).

Secretário: Alexandre Pfaender, Oficial Legislativo PL-8.

(\*) — Em substituição ao Sr. José Guomard, como titular.

## Comissão de Serviço Público Civil

(7 MEMBROS)

Presidente — Silvestre Péricles (PTB)

Vice-Presidente — Leite Neto (PSD)

### COMPOSIÇÃO

PSD

### TITULARES

Leite Neto.  
Sigefredo Pacheco

### SUPLENTE

1. Victorino Freire
2. Benedito Valladares

PTB

### TITULARES

Silvestre Péricles —  
Nelson Maculan (licenciado)

### SUPLENTE

1. Edmundo Levi
2. Vago

UDN

### TITULARES

Antonio Carlos

## Prorrogações:

Antonio Carlos  
Padre Calazans

### SUPLENTE

1. Dinarte Marins
2. Lopes da Costa

PL

### TITULAR

Aloysio de Carvalho

### SUPLENTE

Mem de Sá

Reuniões: Terças-feiras — 16,00 horas.

Secretário: J. Ney Passos Dantas  
Auxiliar Legislativo, PL-9.

## Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

(5 MEMBROS)

Presidente José Feliciano (PSD).  
Vice-Presidente — Irineu Bornhausen (UDN).

PSD

### TITULARES

José Feliciano  
Sebastião Archer

### SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. Filinto Müller

PTB

### TITULARES

Bezerra Neto  
Lino de Matos

### SUPLENTE

1. Silvestre Péricles

UDN

### TITULAR

Irineu Bornhausen

### SUPLENTE

Zacharias de Assunção.

Reuniões: Quartas-feiras — 16,00 horas.

Secretário: Alexandre Pfaender,  
Oficial Legislativo, PL-8.

## Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961.

Dispõe sobre: Altera os artigos 26, 56, 58, 60, 110 e o parágrafo único do art. 112 da Constituição Federal.

— organização administrativa do Distrito Federal;

— vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal;

— regime de rendas do Distrito Federal;

— composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e do Tribunal Superior Eleitoral;

— processo de escolha do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal;

— aplicação da cota do imposto de renda destinada aos Municípios;

— Eleita em 15-8-1961, com exceção dos Srs Senadores:

Barros Carvalho — designado em 30-2-1962.

Nelson Maculan — designado em 15-5-1963.

Lobão da Silveira — designado em 23-4-1963

Lopes da Costa — designado em 29-10-1962.

## SUPLENTE

Até 14-12-1962 — Requerimento número 611-61, aprovado em 15-12-61; Até 15-12-1963 — Requerimento nº 778-62, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — Relator — PSD.
2. Lobão da Silveira — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Benedito Valladares — PSD.
5. Wilson Gonçalves — PSD.
6. Nelson Maculan — PTB.
7. Silvestre Péricles — PTB.
8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Daniel Krieger — Vice-Presidente — UDN.
11. Lopes da Costa — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Ruy Palmeira — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Mem de Sá — PL.

## Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1961.

Altera o § 1º do art. 181 da Constituição Federal.

(Aposentadoria do funcionário aos trinta anos de serviço).

Eleito em 21-5-62, salvo os Srs. Senadores:

Lobão da Silveira  
Wilson Gonçalves e  
Amaury Silva, designado em 23 de abril de 1963.

### Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento número 610-61 aprovado em 14-12-1961.

Até 15-12-1963 — Requerimento número 798-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Lobão da Silveira — Relator — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Benedito Valladares — PSD.
5. Wilson Gonçalves — PSD.
6. Silvestre Péricles — Relator — PTB.
7. Amaury Silva — PTB.
8. D. C. N. 24-8-63 (S.T.) pág 2.132
9. Nogueira da Gama — PTB.
10. Barros Carvalho — PTB.
11. Daniel Krieger — UDN.
12. Lopes da Costa — UDN.
13. Milton Campos — UDN.
14. Ruy Palmeira — UDN.
15. Heribaldo Vieira — UDN.
16. Aloysio de Carvalho — Presidente — PL.
16. Mem de Sá — PL.

## Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1961.

Dá nova redação ao item II do art. 85 da Constituição Federal.

(Irreutibilidade dos vencimentos dos juizes).

Eleita em 27-6-61, salvo os Senhores Senadores:

Lopes da Costa, designado em 29 de outubro de 1962;

Lobão da Silveira, designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto, designado em 23 de abril de 1963.

### Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento número 609-61, aprovado em 14-12-61;

Até 15-12-63 — Requerimento número 779-62; aprovado em 12-12-62.

**Membros — Partidos**

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD.
- 2 Lobão da Silveira — PSD.
- 3 Ruy Carneiro — PSD.
- 4 Benedicto Valladares — PSD.
- 5 Wilson Gonçalves — PSD.
- 6 Silvestre Pericles — PTB.
- 7 Bezerra Neto — PTB.
- 8 Nogueira da Gama — PTB.
- 9 Barros Carvalho — PTB.
- 10 Daniel Krieger — UDN.
- 11 Lopes da Costa — UDN.
- 12 Milton Campos — Vice-Presidente — UDN.
- 13 Heribaldo Vieira — UDN.
- 14 Ruy Palmeira — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — PL.
- 16 Mem de Sá — PL.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 7 de 1961.**

Dá nova redação ao art. 65, item I, da Constituição Federal.

Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado incluindo as de propor a exoneração dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente e aprovar o estabelecimento, rompimento e reatamento de relações diplomáticas com países estrangeiros.

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Senhores Senadores:

- Guido Mondin — designado em 29 de outubro de 1962;
- Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962;
- Ruy Carneiro — designado em 22 de abril de 1963;
- Wilson Gonçalves — designado em 23 de abril de 1963;
- Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;
- Pinto Ferreira — designado em 20 de abril de 1963;
- Amaurly Silva — designado em 28 de abril de 1963;

**Prorrogações:**

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 77-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 16 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 780-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

**Membros — Partidos**

- 1 Menezes Pimentel — PSD.
- 2 Wilson Gonçalves — PSD.
- 3 Lobão da Silveira — PSD.
- 4 Ruy Carneiro — PSD.
- 5 Guido Mondin — PSD.
- 6 Silvestre Pericles — PSD.
- 7 Vivaldo Lima — PTB.
- 8 Amaurly Silva — PTB.
- 9 Pinto Ferreira — PTB.
- 10 Eurico Rezende — UDN.
- 11 Daniel Krieger — UDN.
- 12 Milton Campos — UDN.
- 13 Heribaldo Vieira — UDN.
- 14 Lopes da Costa — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — PL.
- 16 Lino de Matos — PTN.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1961.**

Acrescenta item ao art. 3º do Capítulo II — Presidente da República — da Emenda Constitucional nº 4 de 1961, que instituiu o sistema parlamentar de governo (Sobre a exoneração, por proposta do Senado do chefe de missão diplomática de caráter permanente).

Eleita em 5 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

- Vivaldo Lima — Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — Designado em 30 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar — Designado em 23 de abril de 1963;

Ruy Carneiro — Designado em 29 de abril de 1963;

Eurico Rezende — Designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira — Designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto — Designado em 23 de abril de 1962.

Amaurly Silva — designado em 23 de abril de 1962.

**Prorrogações:**

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 698-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 781-62, aprovado em 2 de dezembro de 1962.

**Membros — Partidos**

- 1 Menezes Pimentel — PSD
- 2 Ruy Carneiro — PSD.
- 3 Lobão da Silveira — PSD
- 4 Jefferson de Aguiar — PSD
- 5 Guido Mondin — PSD.
- 6 Pinto Ferreira — PSB.
- 7 Bezerra Neto — PTB.
- 8 Amaurly Silva — PTB.
- 9 Vivaldo Lima — PTB.
- 10 Daniel Krieger — UDN.
- 11 Eurico Rezende — UDN.
- 12 Milton Campos — UDN.
- 13 Heribaldo Vieira — UDN.
- 14 Lopes da Costa — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — PL.
- 16 Lino de Matos — PTN.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição**

Acrescenta dispositivo ao artigo 15 revoga o item V e o § 6º do artigo 19 substituiu o § 5º do artigo 19 e o art. 22 da Constituição

(Modifica o regime de discriminação de rendas).

Eleita em 20 de novembro de 1961, salvo os Srs Senadores:

Barros Carvalho — Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — Designado em 19 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar — designado em 28 de abril de 1963;

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;

Amaurly Silva — designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto — designado em 23 de abril de 1963;

**Prorrogações:**

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento n.º 695-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961;

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

**Membros — Partidos**

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD.
- 2 Menezes Pimentel — PSD
- 3 Filinto Müller — PSD.
- 4 Guido Mondin — PSD.
- 5 Ruy Carneiro — PSD.
- 6 Amaurly Silva — PTB.
- 7 Barros Carvalho — PTB.
- 8 Argemiro Figueiredo — PTB.
- 9 Bezerra Neto — PTB.
- 10 Daniel Krieger — UDN.
- 11 Eurico Rezende — UDN.
- 12 Milton Campos — UDN.
- 13 Heribaldo Vieira — UDN.
- 14 Ruy Palmeira — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — PL.
- 16 Lino de Matos — PTN.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10, de 1961.**

Acrescenta parágrafo ao art. 15 da Constituição Federal aplicação da parcela proveniente das cotas de impostos destinadas aos Municípios).

Eleita em 28 2.1962, salvo os Srs Senadores:

Lopes da Costa — designado em 30.3.1962;

Guido Mondin — designado em 29 10.1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23.4.1963;

Eurico Rezende designado em 23.4.1963;

João Agripino — designado em 23.4.1963;

Silvestre Pericles — designado em 23.4.1963;

Catete Pinheiro — designado em 23.4.1963.

**Senadores — Partidos**

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD.
- 2 Wilson Gonçalves — PSD.
- 3 Ruy Carneiro — PSD
- 4 Lobão da Silveira — PSD.
- 5 Guido Mondin — PSD.
- 6 Silvestre Pericles — PTB.
- 7 Nogueira da Gama — PTB.
- 8 Barros Carvalho — PTB.
- 9 Vago — PTB.
- 10 Milton Campos — UDN
- 11 Heribaldo Vieira — UDN
- 12 Lopes da Costa — UDN
- 13 João Agripino — UDN.
- 14 Eurico Rezende — UDN
- 15 Josaphat Marinho — S. legenda
- 16 Lino de Matos — PTN.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 11, de 1963.**

Acrescenta parágrafos 4º e 5º ao art. 28 da Constituição Federal (Criação de novos Municípios).

Eleita em 28 3.1962, salvo os Srs Senadores:

Guido Mondin — designado em 29 10.1962.

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

João Agripino — designado em 13-4-1963;

Catete Pinheiro — designado em 23-4-1963.

**Prorrogação:**

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 784-62, aprovado em 12-12-62.

**Membros — Partidos**

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Wilson Gonçalves — PSD
- 3 Ruy Carneiro — PSD
- 4 Lobão da Silveira — PSD
- 5 Guido Mondin — PSD
- 6 Silvestre Pericles — PTB
- 7 Nogueira da Gama — PTB
- 8 Barros Carvalho — PTB
- 9 Milton Campos — UDN
- 10 Heribaldo Vieira — UDN
- 11 Eurico Rezende — UDN
- 12 João Agripino — UDN
- 13 Lopes da Costa — UDN
- 14 Aloysio de Carvalho — PL
- 15 Miguel Couto — PSP
- 16 Catete Pinheiro — PTN

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 1, de 1962.**

Altera a redação do art. 186 da Constituição, referente a prioridade de concurso para a investidura em cargo inicial da carreira, instituindo a prioridade de nomeações interinas).

Eleita em 10-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Menezes Pimentel — designado em 15-5-1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Leite Neto — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

João Agripino — designado em 23-4-1963;

Aurélio Vianna — designado em 23-4-1963.

**Prorrogação:**

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 785-62, aprovado em 12-12-1963.

**Membros — Partidos**

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Wilson Gonçalves — PSD
- 3 Ruy Carneiro — PSD
- 4 Lobão da Silveira — PSD
- 5 Leite Neto — PSD
- 6 Menezes Pimentel — PSD
- 7 Silvestre Pericles — PTB
- 8 Nogueira da Gama — PTB
- 9 Barros Carvalho — PTB
- 10 Milton Campos — UDN
- 11 Heribaldo Vieira — UDN
- 12 Eurico Rezende — UDN
- 13 João Agripino — UDN
- 14 Daniel Krieger — UDN
- 15 Aloysio de Carvalho — PL
- 16 Aurélio Vianna — PSB.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1962.**

(Institui nova discriminação de rendas em favor dos Municípios brasileiros).

Eleita em 23-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Leite Neto — designado em 23-4-1963;

Josaphat Marinho — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

**Prorrogação:**

Até 15 12 1962 — Requerimento nº 706-62, aprovado em 12.12.1962.

**Membros — Partidos**

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Wilson Gonçalves — PSD
- 3 Ruy Carneiro — PSD.
- 4 Lobão da Silveira — PSD
- 5 Leite Neto — PSD
- 6 Menezes Pimentel — PSD
- 7 Silvestre Pericles — PTB
- 8 Nogueira da Gama — PTB
- 9 Barros Carvalho — PTB
- 10 Milton Campos — UDN
- 11 Heribaldo Vieira — UDN
- 12 Josaphat Marinho — UDN
- 13 Eurico Rezende — UDN
- 14 Daniel Krieger — UDN
- 15 Aloysio de Carvalho — PL
- 16 Lino de Matos — PTN

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1962.

(Dispõe sobre a data do plebiscito previsto na Emenda Constitucional nº 3).

Eleita em 10-7-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves  
Leite Neto  
João Agripino  
Eurico Rezende e  
Josaphat Marinho (designado em 23-4-1962).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 787-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Silvestre Péricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. João Agripino — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Josaphat Marinho — S/legenda

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 5 de 1962.

Dá nova redação ao art. 20 da Constituição.

(Determina a entrega aos Municípios de 30% da arrecadação dos Estados quando exceder as rendas municipais).

Eleita em 13-9-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves  
Leite Neto  
Josaphat Marinho  
Eurico Rezende  
Miguel Couto (designado em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 789-62, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Vago — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Campos — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Eurico Rezende — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Miguel Couto — PSP

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1962.

Altera a redação dos §§ 1º e 3º do art. 60 da Constituição Federal.

(Aumenta para 4 o número de representantes dos Estados e do Distrito Federal no Senado).

Eleita em 13-9-1962, salvo os Srs. Senadores:

Josaphat Marinho  
Wilson Gonçalves  
Eurico Rezende  
Julio Leite (designado em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 790-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedito Valladares — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Vago — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Eurico Rezende — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Julio Leite — PR

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1962.

Revoga a Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema parlamentar de governo e o art. 61 da Constituição Federal, de 18 de setembro de 1946.

Eleita em 6-12-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves

Eurico Rezende

Amaury Silva

Raul Giuberti (designado em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 791-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Pedro Ludovico — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedito Valladares — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Eurico Rezende — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Raul Giuberti — PSP

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1963.

Altera a redação do inciso IX do art. 157 da Constituição referente ao trabalho de menores e mulheres e ao trabalho em indústrias insalubres).

Designada em 23-4-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Heribaldo Vieira — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Silvestre Péricles — PTB
11. Arthur Virgílio — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Josaphat Marinho — S/legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

### Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1963.

Altera os arts. 141, 146 e 147 da Constituição Federal (referente ao direito de propriedade).

Designada em 23-4-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Silvestre Péricles — PTB
11. Argemiro de Figueiredo — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Josaphat Marinho — S/legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

### Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1963.

Dá nova redação aos artigos n.ºs 28 e 63 da Constituição Federal (administração do Distrito Federal e matéria da competência privativa do Senado).

Eleita em 2-5-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Eduardo Catalão — PTB
11. Vasconcelos Torres — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
16. Aloysio de Carvalho — Pequenos Partidos
16. Josaphat Marinho — Pequenos Partidos

### Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1963.

Dá nova redação aos arts. 44 e 45 da Constituição Federal para conceder imunidades aos vereadores.

Designada em 20-5-1963

Senadores — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Lobão da Silveira — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
Menezes Pimentel — PSD  
Leite Neto — PSD  
Amaury Silva — PTB  
Bezerra Neto — PTB  
Pinto Ferreira — PTB  
Silvestre Péricles — PTB  
Adalberto Sena — PTB  
Eurico Rezende — UDN  
Milton Campos — UDN  
João Agripino — UDN  
Aloysio de Carvalho — PL  
Josaphat Marinho — S/legenda

### Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 5, de 1963.

Dá nova redação ao item II e ao § 4º do artigo 19 da Constituição referentes ao Imposto de Vendas e Consignações:

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Humberto Neder — PTB
11. Argemiro de Figueiredo — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Josaphat Marinho — Pequenos Partidos

### Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.

(Criada em virtude da aprovação, em 18-9-1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermirio).

(9 MEMBROS)

Membros — Partidos

- José Feliciano — PSD  
Atílio Fontana — PSD  
Eugênio Barros — PSD  
José Ermirio (Relator) — PTB  
Bezerra Neto — PTB  
Melo Braga — PTB  
Lopes da Costa — UDN  
Milton Campos (Presidente) — UDN  
Julio Leite, Vice-Presidente — Pequenas Representações

### Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas.

(Criada em virtude da aprovação, em 2-8-1963, do Requerimento nº 531-63, do Senador Gouveia Vieira).

(5 MEMBROS)

Membros — Partidos

- Atílio Fontana (Presidente) — PSD  
José Feliciano (Vice-Presidente) — PSD  
José Ermirio (Relator) — PTB  
Adolpho Franco — UDN  
Aurélio Vianna — Pequenas Representações

### Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional.

(6 MEMBROS)

(Criada pela Resolução nº 11-63)

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD  
Leite Neto (Presidente) — PSD  
Nelson Maculan — PTB  
João Agripino (Relator) — UDN  
Josaphat Marinho — Pequenas Representações



**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1963**

(Originário da Câmara dos Deputados)

Que dá nova redação ao § 1º do art. 28 da Constituição Federal (autonomia dos Municípios).

Designação em 22 de outubro de 1963

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD;
- Ruy Carneiro - PSD;
- Wilson Gonçalves - PSD;
- José Feliciano - PSD;
- Lobão da Silveira - PSD;
- Bezerra Neto - PTB;
- Edmundo Levi - PTB;
- Argemiro de Figueiredo - PTB;
- Melo Braga - PTB;
- Milton Campos - Presidente - UDN;
- Aloysio de Carvalho - UDN;
- Afonso Arinos - UDN;
- Eurico Rezende - UDN;
- Josaphat Marinho (Relator) - Pequenas Representações;

Aurélio Vianna - Pequenas Representações;

Júlio Leite (Vice-Presidente) - Pequenas Representações.

**Comissão Especial para estudar a situação da Casa da Moeda.**

(7 MEMBROS)

Criada em virtude da aprovação do Requerimento nº 561-63 do Sen. Jefferson de Aguiar, na sessão de 14-8-63.

Designação em 28-8-1963

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar (Presidente) - PSD
- Wilson Gonçalves - PSD
- Arthur Virgílio - PTB
- Edmundo Levy - PTB
- Adolpho-Franco - UDN
- Eurico Rezende (Vice-Presidente) - UDN
- Josaphat Marinho - S. Legend.

**Comissão Especial para o estudo das causas que dificultam a produção agro-pecuária e suas repercussões negativas na exportação.**

(Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 24-8-1963).

(5 MEMBROS)

Membros - Partidos

- José Feliciano - PSD
- Sigefredo Pacheco (Vice-Presidente) - PSD
- José Ermirio (Presidente) - PTB
- Lopes da Costa - UDN
- Aurélio Vianna (Relator) - Pequenos Partidos.

**Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas**

(Criada em virtude da aprovação, em 2-8-1963, do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouvêa Vieira)

(5 MEMBROS)

Membros - Partidos

- Atilio Fontana (Presidente) - PSD
- José Feliciano (Vice-Presidente) - PSD
- José Ermirio (Relator) - PTB
- Adolpho Franco - UDN
- Aurélio Vianna - Pequenas Representações.

**Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização**

(Criada em virtude da aprovação, em 18-9-1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 625 de 1963, do Sr. Senador José Ermirio).

(9 MEMBROS)

Membros - Partidos

- José Feliciano - PSD
- Atilio Fontana - PSD
- Eurício Barros - PSD
- José Ermirio (Relator) - PTB
- Bezerra Neto - PTB
- Melo Braga - PTB

Lopes da Costa - UDN.  
Milton Campos - Presidente - UDN.

Júlio Leite - Vice-Presidente - Pequenas Representações.

**Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional**

(Criada pela Resolução nº 1 de 1963).

(5 MEMBROS)

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
- Leite Neto (Presidente) - PSD
- Nelson Maculan (Vice-Presidente) - PTB
- João Agripino (Relator) - UDN
- Josaphat Marinho - Pequenas Representações.

**Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos apontados da tribuna do Senado, na Sessão de 23 do corrente, e outros relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento dos Correios e Telégrafos.**

(Criada em virtude da aprovação em 7-11-1963, sessão extraordinária, da resolução nº 32 de 1963, apresentada pelo Senador Jefferson de Aguiar e outros Senhores Senadores).

(Criada pela Resolução nº 32, de 1963)

MEMBROS - PARTIDOS

- Presidente: Wilson Gonçalves - PSD
- Vice-Presidente: Leite Neto - PSD
- Relator: Eurico Rezende - UDN
- Jefferson de Aguiar - PSD
- Atilio Fontana - PSD
- Artur Virgílio - PTB
- Bezerra Neto - PTB
- Aurélio Vianna - PTB
- Júlio Leite - PTB
- Melo Braga - PTB
- João Agripino - UDN
- Daniel Krieger - UDN

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1963.**

Altera o art. 138 da Constituição Federal (inelegibilidades). Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
- Ruy Carneiro - PSD
- Wilson Gonçalves - PSD
- José Feliciano - PSD
- Walfredo Gurgel - PSD
- Argemiro de Figueiredo - PTB
- Bezerra Neto - PTB
- Silvestre Péricles - PTB
- Edmundo Levi - PTB
- Eurico Rezende - UDN
- Milton Campos - UDN
- Aloysio de Carvalho - UDN
- Afonso Arinos - UDN
- Josaphat Marinho - Sem Legenda
- Raul Gubert - Pequenas Representações.
- Júlio Leite - Pequenas Representações.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1963.**

Dá nova redação ao § 4º do art. 182 da Constituição Federal (transferência para a reserva do militar da ativa que se candidatar a cargo eletivo). Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna

Designação em 2-10-1963

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
- Ruy Carneiro - PSD
- Wilson Gonçalves - PSD
- José Feliciano - PSD
- Walfredo Gurgel - PSD
- Argemiro de Figueiredo - PTB
- Bezerra Neto - PTB
- Silvestre Péricles - PTB
- Edmundo Levi - PTB
- Eurico Rezende - UDN
- Milton Campos - UDN
- Aloysio de Carvalho - UDN
- Afonso Arinos - UDN
- Josaphat Marinho - Sem Legenda
- Raul Gubert - Pequenas Representações
- Júlio Leite - Pequenas Representações.



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XIX — N.º 6

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 9 DE JANEIRO DE 1964

## SENADO FEDERAL

**ATA DA 14ª REUNIÃO EM 8 DE JANEIRO DE 1964**  
**1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA**

**PRESIDÊNCIA DO SR. MOURA ANDRADE**

As 15 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Abertura em 8-1-64  
 Zacharias de Assumpção,  
 Sebastião Archer,  
 Joaquim Parente,  
 Ermílio de Moraes,  
 Moura Andrade,  
 Bezerra Neto,  
 Guido Mondin.

**O SR. PRESIDENTE:**

A lista de presença acusa o comparecimento de 7 Srs. Senadores, número insuficiente para abertura da sessão.

Já decorrido o prazo regimental de espera para a efetivação do "quorum" mínimo exigido pelo regimento interno, encerro a presente reunião.  
*Encerrar-se a reunião às 15 horas e 5 minutos.*

### SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

#### Ato do Diretor-Geral

PORTARIA Nº 1 DE 6 DE JANEIRO DE 1964

O Diretor-geral, no uso de suas atribuições resolve:

Nos termos do artigo 207, da Resolução nº 6, de 1960, repreender Jair Coelho Bayma, Eletricista Auxiliar-PL-9, por ter se ausentado do serviço sem permissão.

Secretaria do Senado Federal, em 6 de janeiro de 1964. — *Evandro Mendes Vianna*, Diretor-Geral.

9. Barros Carvalho — Pernambuco
10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco
11. José Ermílio — Pernambuco
12. Silvestre Péricles — Alagoas
13. Vasconcelos Torres — Rio de Janeiro
14. Nelson Maculan (licenciado sem substituição) — Paraná
15. Amaury Silva — Paraná (em exercício o suplente, Sr. Meio Braga)
16. Nogueira da Gama — Minas Gerais
1. Zacarias de Assunção — Pará
2. Joaquim Parente — Piauí
3. José Cândido — Piauí
4. Dinarte Mariz — R. G. Norte
5. João Agripino — Paraíba
6. Rul Palmeira — Alagoas
7. Eurico Rezende — Espírito Santo
8. Afonso Arinos — Guanabara
17. Bezerra Neto.

#### UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)

9. Padre Calazans — São Paulo
10. Adolpho Franco — Paraná
11. Irineu Bornhausen — Santa Catarina
12. Antônio Carlos — Santa Catarina
13. Daniel Krieger — Rio Grande do Sul
14. Milton Campos — Minas Gerais
15. Lopes da Costa — Mato Grosso

#### PARTIDO LIBERTADOR (PL)

1. Aloysio de Carvalho — Bahia
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

#### PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

1. Cattete Pinheiro — Pará
2. Lauro de Matos — São Paulo

#### PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)

1. Raul Guberti — Espírito Santo
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

#### PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

1. Aurélio Vianna — Guanabara

#### MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADO (MTR)

1. Aarão Steinhilber — Rio de Janeiro

#### PARTIDO REPUBLICANO (PR)

1. Júlio Leite — Sergipe

#### PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

1. Arnon de Melo — Alagoas

SEM LEGENDA

1. Josaphat Marinho — Bahia
2. Heribaldo Vieira — Sergipe

#### RESUMO

Partido Social Democrático (P. S. D.)	7
Partido Trabalhista Brasileiro (P. T. B.)	17
União Democrática Nacional (U. D. N.)	15
Partido Libertador (P. L.)	2
Partido Trabalhista Nacional (P. T. N.)	2
Partido Social Progressista (P. S. P.)	2
Partido Socialista Brasileiro (P. S. B.)	1
Partido Republicano (P. R.)	1
Partido Democrata Cristão (P. D. C.)	1
Movimento Trabalhista Renovador (M. T. R.)	1
Sem legenda	2
<b>Total</b>	<b>68</b>

#### BLOCOS PARTIDÁRIOS

1ª — Maioria (39) Membros:

PSD

PTB

2ª — Minoria (17) Membros:

UDN

PL

3ª — Pequenas Remessações (10 Membros):

PTN

PSP

PSB

MTR

PR

PDC

Josaphat Marinho (Sem Legenda).

#### MESA

- Presidente — Moura Andrade (PSD - SP).  
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB - MG).  
 Primeiro-Secretário — Rul Palmeira (UDN - AL).  
 Segundo-Secretário — Gilberto Marinho (PSD - SE).  
 Terceiro-Secretário — Adalberto Sena (PTB - ACRE).  
 Quarto-Secretário — Cattete Pinheiro (PTN - PA).  
 Primeiro-Suplente — Joaquim Parente — UDN - PI.  
 Segundo-Suplente — Guido Mondin (PSD - RS).  
 Terceiro-Suplente — Vasconcelos Torres (PTB - RJ).

#### REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

##### PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

1. José Guimomar Acre (em exercício)
3. Eugênio Barros — Maranhão
2. Lobão da Silveira — Pará
3. Eugênio Barros — Maranhão
4. Sebastião Archer — Maranhão
5. Victorino Freire (em exercício o suplente, Sr. Miguel Lins) — Maranhão
6. Sigefredo Pacheco — Piauí

7. Menezes Pimentel (em exercício o Suplente, Sr. Waldemar de Alcântara)
8. Wilson Gonçalves — Ceará
9. Walfredo Gurgel — Rio Grande do Norte
10. Ruy Carneiro — Paraíba
11. Leite Neto — Sergipe
12. Antônio Balbino — Bahia
13. Jefferson de Aguiar — Espírito Santo
14. Gilberto Marinho — Guanabara
15. Moura Andrade — São Paulo
16. Atilio Fontana — Santa Catarina
17. Guido Mondin — R. G. Sul
18. Benedito Valadares — Minas Gerais
19. Filinto Müller
20. José Feliciano — Goiás
21. Juscelino Kubitschek — Goiás
22. Pedro Ludovico — Goiás

##### PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

1. Adalberto Sena — Acre
2. Oscar Passos — Acre
3. Vivaldo Lima — Amazonas
4. Edmundo Levi — Amazonas
5. Artur Virgílio — Amazonas
6. Antônio Juca — Ceará
7. Dix-Huit Rosado — Rio Grande do Norte
8. Argemiro de Almeida — Paraíba

## LIDERANÇAS

## B - DOS BLOCOS PARTIDÁRIOS MAIORIA

## Líder:

Eduardo Carneiro - (PTB) - (PE)

## Vice Líderes:

Victorino Freire - (PSD - MA)

Vasconcelos Torres - (PTB -

F Jefferson de Aguiar - (PSD -

E João de Siqueira - (PSD - PA)

Azeiteiro - (PTB - AM)

Bezerra Neto - (PTB) - (MI).

## MINORIA

## Líder:

João Agripino - (UDN - PB).

## Vice Líderes:

Daniel Krieger - (UDN - RS)

Mem de Sá - (PL - RS).

## PEQUENA REPRESENTAÇÃO

## Líder:

Lino de Matos - (PTN - SP).

## Vice Líderes:

Aurélio Viana - (PSB - GB).

## II - DOS PARTIDOS

## PSD

Benedicto Valladares - (MG).

## Vice Líderes:

Wilson Gonçalves - (CE)

Siegfredo Pacheco - (PI)

Walfredo Gursel - (RG)

## PTB

## Líder:

Artur Virgílio - (AM).

## Vice Líderes:

Amauri Silva (licenciado) - (OR)

Vivaldo Lima - (AM)

Bezerra Neto - (MI)

## UDN

## Líder:

Daniel Krieger - (RS)

## Vice Líderes:

Eurico Rezende - (ES)

Padre Calazans - (SP)

Adolfo Franco - (PR)

## PL

## Líder:

Mem de Sá - (RS)

## Vice Líderes:

Ayrso de Carvalho - (BA)

## PTN

## Líder:

Lino de Matos - (SP)

## Vice Líderes:

Cattete Pinheiro - (PA)

## PSP

## Líder:

Miguel Couto - (RJ)

## Vice Líder:

Raul Giuberti - (ES)

## COMISSÕES PERMANENTES

## Comissão Diretora

Moura Andrade - Presidente

(PSD)

Nogueira da Gama (PTB)

Adalberto Sena (PTB)

Rui Palmeira (UDN)

Gilberto Marinho (PSD)

Joaquim Parente (UDN)

Cattete Pinheiro (PTN)

## EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

## DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO FERREIRA

## CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

## CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## SEÇÃO II

Impressões nos edifícios do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

## ASSINATURAS

## REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 50,00	Semestre .....	Cr\$ 39,00
Ano .....	Cr\$ 96,00	Ano .....	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano .....	Cr\$ 136,00	Ano .....	Cr\$ 108,00

— Exetudadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou uz. auc.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 c, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Guido Mondim (PSD)  
Vasconcelos Torres (PTB).

Reuniões Quartas-feiras às 10 horas.

Secretário: Evandro Mendes Viana

Diretor-Geral.

## Comissão de Agricultura

(7 MEMBROS)

Presidente - Vago

Vice-Presidente - Eugênio Barros

(PSD)

## COMPOSIÇÃO

P. S. D.

## TITULARES

Eugênio Barros.

José Feliciano.

## SUPLENTE

1 Atilio Fontana.

2 Pedro Ludovico.

P. I. B.

## TITULARES

Nelson Maculan (licenciado)

Dix-Huit Rosado.

Raul Giuberti.

## SUPLENTE

1 Eduardi Catalão (\*)

2 Aarão Steinbruch

3 Vago.

U. D. N.

## TITULARES

Lopes da Costa.

Antônio Carlos.

## SUPLENTE

1 Daniel Krieger

2 João Agripino.

(\*) Em substituição de Senhor Nelson Maculan, como titular.

## SUBSTITUTOS

## Reuniões

Quartas-feiras, às 16 horas.

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Auxiliar Legislativo PL-9.

## Comissão de Constituição e Justiça

(11 MEMBROS)

Presidente - Milton Campos (UDN)

Vice-Presidente - Wilson

Gonçalves (PSD)

## COMPOSIÇÃO

P. S. D.

## TITULARES

Jefferson de Aguiar

Rui Carneiro

Leite Neto.

Wilson Gonçalves.

Josaphat Marinho.

## SUPLENTE

1 Menezes Pimentel (licenciado)

2 Leite Neto.

3 Benedicto Valladares.

4 Aarão Steinbruch.

P. I. B.

## TITULARES

Amaury Silva (licenciado)

Bezerra Neto.

Edmundo Levi.

## SUPLENTE

1 Argemiro de Figueiredo (\*\*)

2 Silvestre Pericles.

3 Melo Braga.

U. D. N.

## TITULARES

Ayrso de Carvalho.

Eurico Rezende.

Milton Campos.

(\*\*) Em substituição do Senhor Amaury Silva, como titular.

1. Afonso Arinos.
2. Daniel Krieger.
3. João Agripino.

## Reuniões

Quarta-feira, às 16 horas.

Secretário: Ronaldo Ferreira Dias,  
Oficial Legislativo PL-8.

## Comissão do Distrito Federal

(7 MEMBROS)

Presidente - Lino de Matos.

Vice-Presidente - Pedro Ludovico

## COMPOSIÇÃO

P. S. D.

## TITULARES

Menezes Pimentel

Pedro Ludovico.

Lino de Matos.

## SUPLENTE

1. Filinto Müller.

2. Eugênio Barros.

3. Heribaldo Terra.

P. I. B.

## TITULARES

Oscar Passos.

Dix-Huit Rosado.

## SUPLENTE

1. Aarão Steinbruch.

2. Antônio Jucá.

U. D. N.

## TITULARES

Dinarte Mariz.

Eurico Rezende.

## SUPLENTE

1. Lopes da Costa.

1. Zacharias de Assunção.

## Reuniões

Quintas-feiras às 10 horas.

Secretário: Julieta Ribeiro dos Santos,  
Oficial Legislativo PL-8.

## Comissão de Econom.

(9 MEMBROS)

Presidente - Filinto Müller (PSD)

Vice-Presidente - Jose Ermirio -

(PTB).

## COMPOSIÇÃO

P. S. D.

## TITULARES

Filinto Müller.

Eugênio Barros.

Atilio Fontana.

Jose Guimard (licenciado).

## SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar (\*)

2. Siegfredo Pechego

3. Sebastião Archer

4. Josaphat Marinho

P. I. B.

## SUBSTITUTOS

José Ermirio

Nelson Maculan (licenciado)

Júlio Leite

## SUPLENTE

1. Oscar Passos (\*\*)

2. Bezerra Neto

(\*) - Em substituição do Senhor José Guimard como titular.

(\*\*) - Em substituição do Senhor Nelson Maculan, como titular.

**SUBSTITUTOS**

2. ...A Índice  
 1. Melo Braga  
 U. D. N.  
**TITULARES**  
 Adolfo Franco  
 Lopes da Costa  
**SUPLENTE**  
 1. José Cândido  
 2. Zacarias de Assunção  
 Reuniões terça-feira - 16,00 horas  
 Secretário: Cid Brugger, Auxiliar Legislativo PL-10.

**Comissão de Educação e Cultura**

(7 MEMBROS)

Presidente - Menezes Pimentel (PSD)

Vice-Presidente - Padre Calazans - (UDN)

**COMPOSIÇÃO**

P. S. D.

**TITULARES**

Merezes Pimentel  
 Walfredo Gurgel

**SUPLENTE**

1. Benedito Valladares  
 2. Sigefredo Pacheco

**SUBSTITUTOS**

1. Leite Neto  
 P. T. B.

**TITULARES**

Pessoa de Queiroz  
 Amaury Silva (licenciado)

**SUPLENTE**

1. Vago.  
 2. Vago.

**U. D. N.**

**TITULARES**

Antonio Carlos  
 Padre Calazans  
 Mem de Sá

**SUPLENTE**

1 Adolfo Franco  
 2 Milton Campos  
 3 Arnon de Melo

Reuniões: 4ªs-feiras - 15 00 horas  
 Secretário: Vera de Alvarenga Mafra, Oficial Legislativo PL-7.

**Comissão de Finanças**

(15 MEMBROS)

Presidente - Argemiro de Figueiredo - (PTB).

Vice-Presidente - Daniel Krieger - (UDN).

**P. S. P.**

**COMPOSIÇÃO**

**TITULARES**

Victorino Preire  
 Lobão da Silveira.  
 Sigefredo Pacheco.  
 Wilson Gonçalves.  
 Leite Neto.

**SUPLENTE**

1 José Gutomard (licenciado).  
 2 Eugênio Barros.  
 3 Menezes Pimentel.  
 4 Atílio Fontana.  
 5 Pedro Ludovico.

**SUBSTITUTOS**

1. José Kairala.

**P. T. B.**

**TITULARES**

Argemiro de Figueiredo,  
 Bertra Neto,  
 Dix-Huit Rosado,  
 Pessoa de Queiroz,  
 José Emílio.

**SUPLENTE**

1. Nelson Maculan (licenciado).  
 2. Lino de Matos.  
 3. Amaury Silva (licenciado).  
 4. Aurélio Vianna.  
 5. Antônio Jucá.

**SUBSTITUTOS**

1. Edmundo Levi.  
 2. Melo Braga.

**U. D. N.**

**TITULARES**

Daniel Krieger.  
 Dinarte Mariz.  
 Irineu Bornhausen.  
 Lopes da Costa.

**SUPLENTE**

1. Adolfo Franco.  
 2. Eurico Rezende.  
 3. João Agripino.  
 4. Milton Campos.

**PL**

**TITULARES**

Mem de Sá.

**SUPLENTE**

1. Aloysio de Carvalho.  
 Reuniões: 4ªs feiras - 10,00 horas.

Secretário: Cid Brugger, Auxiliar Legislativo, PL-10.

**Comissão de Legislação Social**

(9 MEMBROS)

Presidente: Vivaldo Lima - PTB.  
 Vice-Presidente: Ruy Carneiro - (PSD).

**COMPOSIÇÃO**

**P. S. D.**

**TITULARES**

Ruy Carneiro.  
 Walfredo Gurgel.  
 José Gutomard (licenciado).  
 Raul Giubert.

**SUPLENTE**

1. Leite Neto (1).  
 2. Lobão da Silveira.  
 3. Eugênio Barros  
 4. Julio Leite

**SUBSTITUTOS**

Atílio Fontana  
 José Kairala.

**P. T. B.**

**TITULARES**

Amaury Silva (licenciado)  
 Heribaldo Vieira  
 Vivaldo Lima

1. Aurélio Vianna (\*\*).  
 2. Pessoa de Queiroz.  
 3. Antônio Jucá

(\*) - em substituição ao Senhor José Gutomard como titular.

(\*\*) - Em substituição ao Senhor Amaury Silva como titular

**SUBSTITUTOS**

1. Melo Braga  
 U. D. N.  
**TITULARES**  
 Eurico Rezende  
 Antonio Carlos  
 1. Lopes da Costa  
 4. Zacarias de Assunção

Reuniões: 4ªs feiras às 10 horas  
 SUPLENTE

Secretário: Vera de Alvarenga Mafra, Oficial Legislativo, PL-7.

**Comissão do Polígono das Sêcas**

(7 MEMBROS)

Presidente - Ruy Carneiro (PSD)  
 Vice-Presidente - Aurélio Vianna (PSD)

**COMPOSIÇÃO**

**P. S. D.**

**TITULARES**

Wilton Gonçalves  
 Ruy Carneiro

**SUPLENTE**

1. Sigefredo Pacheco  
 2. Leite Neto

**P. T. B.**

**TITULARES**

Dix-Huit Rosado  
 Aurélio Vianna

**SUPLENTE**

1. Argemiro de Figueiredo  
 2. Arnon de Melo  
 3. Julio Leite

**U. D. N.**

**TITULARES**

Dinarte Mariz  
 José Cândido

**SUPLENTE**

1. João Agripino  
 2. Lopes da Costa  
 Reuniões: 5ªs feiras - 16 horas  
 Secretário: Ney Passos Dantas  
 Auxiliar Legislativo PL-9.

**Comissão de Redação**

(5 MEMBROS)

Presidente - Dix-Huit Rosado (PTB).  
 Vice-Presidente - Padre Calazans

**COMPOSIÇÃO**

**P. S. D.**

**TITULARES**

Walfredo Gurgel  
 Sebastião Archer

**SUPLENTE**

1. Lobão da Silveira.  
 2. José Feliciano.

**SUBSTITUTOS**

1. Menezes Pimentel (licenciado)  
 P. T. B.

**TITULARES**

Dix-Huit Rosado.

**SUPLENTE**

Heribaldo Vieira.

**U. D. N.**

**TITULARES**

Padre Calazans.  
 Julio Leite.

**SUPLENTE**

1 João Agripino.  
 2. Josaphat Marinho.  
 Reuniões: 4ªs Feiras às 10 horas  
 Secretário: Sarah Abralão, Oficial Legislativo, PL-8.

**Comissão de Relações Exteriores**

(11 MEMBROS)

Presidente - Jefferson de Aguiar (PSD).

Vice-Presidente - Passos de Queiroz (PTB).

**COMPOSIÇÃO**

**P. S. D.**

**TITULARES**

Benedito Valladares.  
 Filinto Muiel  
 Jefferson de Aguiar.  
 Aarão Steinhilber.

**SUPLENTE**

1 Menezes Pimentel.  
 2 Ruy Carneiro  
 3 José Gutomard (licenciado).  
 4 Victorino Preire.

**SUBSTITUTOS**

1. José Kairala.

**P. I. B.**

**TITULARES**

Pessoa de Queiroz.  
 Vivaldo Lima  
 Eduardo Cataião.

**SUPLENTE**

1 Oscar Passos  
 2 Argemiro de Figueiredo.  
 3 Antônio Jucá.

**U. D. N.**

**TITULARES**

Antônio Carlos.  
 José Cândido.  
 Padre Calazans.  
 Arnon de Melo.

**SUPLENTE**

1. Daniel Krieger.  
 2 Eurico Rezende.  
 3 João Agripino.  
 4. Mem de Sá.

Reuniões: 5ªs-feiras - 15,00 horas.

Secretário: Castefon J. B. Branco, Oficial Legislativo, PL-6.

**Comissão de Saúde**

(15 MEMBROS)

Presidente - Lopes da Costa - (UDN).

Vice-Presidente - Dix-Huit Rosado (PTB)

**COMPOSIÇÃO**

**P. S. D.**

**TITULARES**

Pedro Ludovico  
 Sigefredo Pacheco

**SUPLENTE**

1. Eugenio Bastos  
 2. Walfredo Gurgel

**P. I. B.**

**TITULARES**

Dix-Huit Rosado  
 Suplentes

Antônio Jucá

**U. D. N.**

**SUPLENTE**

Lopes da Costa

**SUPLENTE**

Padre Calazans



SUPLENTE

Raul Guberti
Reuniões: Quintas-feiras - 10.00 horas.
Secretário: Eduardo Rui Barbosa
Auxiliar Legislativo PL-10.

Comissão de Segurança Nacional (7 MEMBROS)

residente - Zacarias de Assunção (UDN)
Vice-Presidente - Silvestre Pericles (PTB).

COMPOSIÇÃO

PSD

TITULARES

José Guimard (Licenciado)
Victorino Freire

SUPLENTES

- 1 Ruy Carneiro
1 Atho Fontana (\*)
SUBSTITUTO

- 2 José Karam

P I B

TITULARES

Silvestre Pericles
Oscar Passos

SUPLENTES

- 1 Demétrio Rosado
1 Vago.

U D N

TITULARES

Irineu Bornhausen
Zacarias de Assunção

SUPLENTES

- 1 Adolfo Franco
2 Eurico Rezende

P S B

TITULARES

Raul Guberti

SUPLENTE

- 1 Miguel Couto

Reuniões: Quintas-feiras - 10.00 horas.

Secretário: Alexandre Pfaender, Oficial Legislativo PL-8.

(\*) Em substituição ao Sr. José Guimard, como titular.

Comissão de Serviço Público Civil (7 MEMBROS)

Presidente - Silvestre Pericles (PTB)
Vice-Presidente - Leite Neto (PSD)

COMPOSIÇÃO

PSD

TITULARES

Leite Neto.
Sigefredo Pacheco

SUPLENTES

- 1 Victorino Freire
2 Benedito Valladares

P T B

TITULARES

Silvestre Pericles
Nelson Maculan (Licenciado)

SUPLENTES

- 1 Edmundo Levi
1 Vago

U D N

TITULARES

Imagem

Prorrogações:

Antonio Carlos
Padre Calazans

SUPLENTES

- 1. Dinarte Marins
2. Lopes da Costa

PL

TITULARES

Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Mem de Sá

Reuniões: Terças-feiras - 10.00 horas.

Secretário: J. Ney Passos Dantas
Auxiliar Legislativo, PL-9.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (5 MEMBROS)

Presidente José Feliciano (PSD).
Vice-Presidente - Irineu Bornhausen (UDN).

PSD

TITULARES

José Feliciano
Sebastião Archer

SUPLENTES

- 1. Jefferson de Aguiar
2. Filinto Mader

P T B

TITULARES

Bezerra Neto
Lino de Matos

SUPLENTES

- 1. Silvestre Pericles

U D N

TITULARES

Irineu Bornhausen

SUPLENTE

Zacharias de Assunção

Reuniões: Quartas-feiras - 16.00 horas.

Secretário: Alexandre Pfaender, Oficial Legislativo, PL-8.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961.

Dispõe sobre: Altera os artigos 28, 56, 58, 60, 110 e o parágrafo único do art. 112 da Constituição Federal.

- organização administrativa do Distrito Federal;

- vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal;

- regime de rendas do Distrito Federal;

- composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e do Tribunal Superior Eleitoral;

- processo de escolha do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal;

- aplicação da cota do imposto de renda atribuída aos Municípios;

Eleita em 15-6-1961, com exceção dos Srs. Senadores:

Barros Carvalho - designado em 30-2-1962.

Nelson Maculan - designado em 15-5-1963.

Lobão da Silveira - designado em 23-4-1963.

Lopes da Costa - designado em 23-4-1963.

SUPLENTE

Até 14-12-1962 - Requerimento número 611-61, aprovado em 15-12-61.
Até 15-12-1963 - Requerimento nº 778-62, aprovado em 12-12-62.

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - Relator - PSD.
2 Lobão da Silveira - PSD.
3 Ruy Carneiro - PSD.
4 Benedito Valladares - PSD.
5 Wilson Gonçalves - PSD.
6 Nelson Maculan - PTB.
7 Silvestre Pericles - PTB.
8 Nogueira da Gama - PTB.
9 Barros Carvalho - PTB.
10 Daniel Krieger - Vice-Presidente - UDN.
11 Lopes da Costa - UDN.
12 Milton Campos - UDN.
13 Heribaldo Vieira - UDN.
14 Ruy Palmeira - UDN.
15 Aloysio de Carvalho - PL.
16 Mem de Sá - PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1961.

Altera o § 1º do art. 181 da Constituição Federal.

(Aposentadoria do funcionário aos trinta anos de serviço).

Eleito em 21-5-62, salvo os Srs. Senadores:

Lobão da Silveira
Wilson Gonçalves e
Amaury Silva, designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 - requerimento número 610-61 aprovada em 14-12-1961

Até 15-12-1963 - Requerimento número 798-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD.
2 Lobão da Silveira - Relator - PSD.
3 Ruy Carneiro - PSD.
4 Benedito Valladares - PSD.
5 Wilson Gonçalves - PSD.
6 Silvestre Pericles - Relator - PTB.
7 Amaury Silva - PTB.
8 O. N. 24-8-63 (S. I.) pág 2.132
9 Nogueira da Gama - PTB
10 Barros Carvalho - PTB.
11 Daniel Krieger - UDN.
12 Lopes da Costa - UDN.
13 Milton Campos - UDN
14 Ruy Palmeira - UDN.
15 Heribaldo Vieira - UDN.
16 Aloysio de Carvalho - Presidente - PL.
17 Mem de Sá - PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1961.

Dá nova redação ao item II do art. 95 da Constituição Federal. (Irredutibilidade dos vencimentos dos juizes).

Eleita em 27-8-61, salvo os Senhores Senadores:

Lopes da Costa, designado em 29 de outubro de 1962;

Lobão da Silveira, designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto, designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 - requerimento número 609-61, aprovado em 14-12-61;

Até 15-12-63 - Requerimento número 779-62; aprovado em 12-12-62.

Membros - Partidos

- 1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Lobão da Silveira - PSD.
3. Ruy Carneiro - PSD.
4. Benedito Valladares - PSD
5. Wilson Gonçalves - PSD.
6. Silvestre Pericles - PTB.
7. Bezerra Neto - PTB.
8. Nogueira da Gama - PTB.
9. Barros Carvalho - PTB.
10. Daniel Krieger - UDN.
11. Lopes da Costa - UDN.
12. Milton Campos - Vice-Presidente - UDN
13. Heribaldo Vieira - UDN.
14. Ruy Palmeira - UDN.
15. Aloysio de Carvalho - PL
16. Mem de Sá - PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 7 de 1961.

Dá nova redação ao art. 65, item I, da Constituição Federal.

(Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado incluindo as de propor a exoneração dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente e aprovar o estabelecimento, rompimento e restabelecimento de relações diplomáticas com países estrangeiros)

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Senhores Senadores:

Guido Mondim - designado em 29 de outubro de 1962;

Vivaldo Lima - designado em 30 de março de 1962;

Ruy Carneiro - designado em 23 de abril de 1963;

Wilson Gonçalves - designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende - designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira - designado em 20 de abril de 1963;

Amaury Silva - designado em 23 de abril de 1963;

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 - requerimento nº 787-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 16 de dezembro de 1963 - Requerimento nº 780-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros - Partidos

- 1 Menezes Pimentel - PSD.
2 Wilson Gonçalves - PSD.
3 Lobão da Silveira - PSD.
4 Ruy Carneiro - PSD.
5 Guido Mondim - PSD.
6 Silvestre Pericles - PSD
7 Vivaldo Lima - PTB.
8 Amaury Silva - PTB.
9 Pinto Ferreira - PTB
10 Eurico Rezende - UDN.
11 Daniel Krieger - UDN.
12 Milton Campos - UDN.
13 Heribaldo Vieira - UDN.
14 Lopes da Costa - UDN.
15 Aloysio de Carvalho - PL.
16 Lino de Matos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1961.

Acrescenta item ao art. 3º do Capítulo II - Presidente da República - da Emenda Constitucional nº 4 de 1961, que institui o sistema parlamentar de governo.

(Sobre a exoneração por proposta do Senado do chefe de missão diplomática de caráter permanente).

Eleita em 5 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima - Designado em 20 de março de 1962;

Guido Mondin - Designado em 30 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar - Designado em 23 de abril de 1963;

Ruy Carneiro - Designado em 29 de abril de 1963;

Eurico Rezende - Designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira - Designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto - Designado em 23 de abril de 1962.

Amáury Silva - designado em 23 de abril de 1962.

**Prorrogações:**

Até 15 de dezembro de 1962 - Requerimento nº 608-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 - Requerimento nº 781-62, aprovado em 2 de dezembro de 1962.

**Membros - Partidos**

- 1 Menezes Pimentel - PSD
- 2 Ruy Carneiro - PSD
- 3 Lobão da Silveira - PSD
- 4 Jefferson de Aguiar - PSD
- 5 Guido Mondin - PSD
- 6 Pinto Ferreira - PSD
- 7 Bezerra Neto - PTB
- 8 Amáury Silva - PTB
- 9 Vivaldo Lima - PTB
- 10 Daniel Krieger - UDN
- 11 Eurico Rezende - UDN
- 12 Milton Campos - UDN
- 13 Heribaldo Vieira - UDN
- 14 Lopes da Costa - UDN
- 15 Aloysio de Carvalho - PL
- 16 Lino de Mattos - PTN

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição**

Acrescenta dispositivo ao artigo 15 revoga o item V e o § 6º do artigo 19 substituiu o § 5º do artigo 19 e o art. 22 da Constituição

(Modifica o regime de discriminação de rendas).

Eleita em 20 de novembro de 1961 salvo os Srs Senadores:

Barros Carvalho - Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin - Designado em 19 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar - designado em 28 de abril de 1963;

Ruy Carneiro - designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende - designado em 23 de abril de 1963;

Amáury Silva - designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto - designado em 23 de abril de 1963;

**Prorrogações:**

Até 15 de dezembro de 1962 - Requerimento nº 605-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961;

Até 15 de dezembro de 1963 - Requerimento nº 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

**Membros - Partidos**

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD
- 2 Menezes Pimentel - PSD
- 3 Filinto Müller - PSD
- 4 Guido Mondin - PSD
- 5 Ruy Carneiro - PSD
- 6 Amáury Silva - PTB
- 7 Barros Carvalho - PTB
- 8 Argemiro Figueiredo - PTB
- 9 Bezerra Neto - PTB
- 10 Daniel Krieger - UDN
- 11 Eurico Rezende - UDN
- 12 Milton Campos - UDN
- 13 Heribaldo Vieira - UDN
- 14 Ruy Carneiro - UDN
- 15 Aloysio de Carvalho - PL
- 16 Lino de Mattos - PTN

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10, de 1961.**

Acrescenta parágrafo ao art. 16 da Constituição Federal (aplicação da parcela proveniente das cotas de impostos destinadas aos Municípios).

Eleita em 28.2.1962, salvo os Srs. Senadores:

Lopes da Costa - designado em 30.3.1962;

Guido Mondin - designado em 29.10.1962;

Wilson Gonçalves - designado em 23.4.1963;

Eurico Rezende designado em 23.4.1963;

João Agripino - designado em 23.4.1963;

Silvestre Péricles - designado em 23.4.1963;

Catete Pinheiro - designado em 23.4.1963.

**Senadores - Partidos**

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD
- 2 Wilson Gonçalves - PSD
- 3 Ruy Carneiro - PSD
- 4 Lobão da Silveira - PSD
- 5 Guido Mondin - PSD
- 6 Silvestre Péricles - PTB
- 7 Nogueira da Gama - PTB
- 8 Barros Carvalho - PTB
- 9 vago - PTB
- 10 Milton Campos - UDN
- 11 Heribaldo Vieira - UDN
- 12 Lopes da Costa - UDN
- 13 João Agripino - UDN
- 14 Eurico Rezende - UDN
- 15 Josaphat Marinho - S/Partida
- 16 Lino de Mattos - PTN

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 11, de 1963.**

Acrescenta parágrafos 4º e 5º ao art. 23 da Constituição Federal (Criação de novos Municípios).

Eleita em 28.3.1962, salvo os Srs Senadores:

Guido Mondin - designado em 29.10.1962;

Wilson Gonçalves - designado em 23.4.1963;

Eurico Rezende - designado em 23.4.1963;

João Agripino - designado em 13.4.1963;

Catete Pinheiro - designado em 23.4.1963.

**Prorrogação:**

Até 15-12-1963 - Requerimento nº 784-62, aprovado em 12-12-62.

**Membros - Partidos**

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD
- 2 Wilson Gonçalves - PSD
- 3 Ruy Carneiro - PSD
- 4 Lobão da Silveira - PSD
- 5 Guido Mondin - PSD
- 6 Silvestre Péricles - PTB
- 7 Nogueira da Gama - PTB
- 8 Barros Carvalho - PTB
- 9 Milton Campos - UDN
- 10 Heribaldo Vieira - UDN
- 11 Eurico Rezende - UDN
- 12 João Agripino - UDN
- 13 Lopes da Costa - UDN
- 14 Aloysio de Carvalho - PL
- 15 Miguel Couto - PSP
- 16 Catete Pinheiro - PTB

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 1, de 1962.**

(Altera a redação do art. 186 da Constituição, referente a obrigatoriedade de concurso para a investidura em cargo inicial da carreira, instituindo a proibição de nomeações interinas).

Eleita em 10-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Menezes Pimentel - designado em 15-5-1962;

Wilson Gonçalves - designado em 23-4-1963;

Leite Neto - designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende - designado em 23-4-1963;

João Agripino - designado em 23-4-1963;

Aurélio Vianna - designado em 23-4-1963.

**Prorrogação:**

Até 15-12-1963 - Requerimento nº 785-62, aprovado em 12-12-1963.

**Membros - Partidos**

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD
- 2 Wilson Gonçalves - PSD
- 3 Ruy Carneiro - PSD
- 4 Lobão da Silveira - PSD
- 5 Leite Neto - PSD
- 6 Menezes Pimentel - PSD
- 7 Silvestre Péricles - PTB
- 8 Nogueira da Gama - PTB
- 9 Barros Carvalho - PTB
- 10 Milton Campos - UDN
- 11 Heribaldo Vieira - UDN
- 12 Eurico Rezende - UDN
- 13 João Agripino - UDN
- 14 Daniel Krieger - UDN
- 15 Aloysio de Carvalho - PL
- 16 Aurélio Vianna - PSD

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1962.**

(Institui nova discriminação de rendas em favor dos Municípios brasileiros).

Eleita em 23-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves - designado em 23-4-1963;

Leite Neto - designado em 23-4-1963;

Josaphat Marinho - designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende - designado em 23-4-1963;

**Prorrogação:**

Até 15-12-1962 - Requerimento nº 706-62, aprovado em 12-12-1962.

**Membros - Partidos**

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD
- 2 Wilson Gonçalves - PSD
- 3 Ruy Carneiro - PSD
- 4 Lobão da Silveira - PSD
- 5 Leite Neto - PSD
- 6 Menezes Pimentel - PSD
- 7 Silvestre Péricles - PTB
- 8 Nogueira da Gama - PTB
- 9 Barros Carvalho - PTB
- 10 Milton Campos - UDN
- 11 Heribaldo Vieira - UDN
- 12 Josaphat Marinho - UDN
- 13 Eurico Rezende - UDN
- 14 Daniel Krieger - UDN
- 15 Aloysio de Carvalho - PL
- 16 Lino de Mattos - PTN

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1963**

(Originário da Câmara dos Deputados)

Que dá nova redação ao § 1º do art. 28 da Constituição Federal (autonomia dos Municípios).

Designação em 22 de outubro de 1963

**Membros - Partidos**

- Jefferson de Aguiar - PSD
- Ruy Carneiro - PSD;
- Wilson Gonçalves - PSD
- Jose Feliciano - PSD.
- Lobão da Silveira - PSD;
- Bezerra Neto - PTB.
- Edmundo Levi - PTB;
- Argemiro de Figueiredo - PTB;
- Melo Braga - PTB;
- Milton Campos Presidente - UDN;
- Aloysio de Carvalho - UDN;
- Afonso Arinos - UDN;
- Eurico Rezende - UDN;
- Josaphat Marinho (Relator) - Pequenas Representações;
- Aurélio Vianna - Pequenas Representações;
- Júlio Leite (Vice-Presidente) - Pequenas Representações

**Comissão Especial para estudar a situação da Casa da Moeda.**

(7 MEMBROS)

Criada em virtude da aprovação do Requerimento nº 711-63 do Sen Jefferson de Aguiar, a sessão de 14-8-63.

Designação em 28-8-1963

**Membros - Partidos**

- Jefferson de Aguiar (Relator) - PSD
- Wilson Gonçalves - PSD
- Arthur Virgílio - PTB
- Edmundo Levy - PTB
- Adolpho Franco - UDN
- Eurico Rezende (Vice-Presidente) - UDN
- Josaphat Marinho - S. Legend.

**Comissão Especial para o estudo das causas que dificultam a produção agro-pecuária e suas repercussões negativas na exportação.**

(Criada em virtude do Requerimento nº 589-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 20-8-1963).

(6 MEMBROS)

**Membros - Partidos**

- José Feliciano - PSD
- Sigefredo Pacheco (Vice-Presidente) - PSD
- José Ermirio (Presidente) - PTB
- Lopes da Costa - UDN
- Aurélio Vianna (Relator) - Pequenas Partidos.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1962.**

(Dispõe sobre a data do plebiscito previsto na Emenda Constitucional nº 3).

Eleita em 10-7-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves  
Leite Neto  
João Agripino  
Eurico Rezende e  
Josaphat Marinho (designado em 23-4-1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 787-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Silvestre Pérciles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. João Agripino — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Josaphat Marinho — S/legenda

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 5 de 1962.**

Dá nova redação ao art. 20 da Constituição.

(Determina a entrega aos Municípios de 30% da arrecadação dos Estados quando exceder as rendas municipais).

Eleita em 13-9-1962, salvo os Srs. Senadores

Wilson Gonçalves  
Leite Neto  
Josaphat Marinho  
Eurico Rezende  
Miguel Couto (designado em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 789-62, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Vago — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Campos — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Eurico Rezende — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Miguel Couto — PSP

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1962.**

Altera a redação dos §§ 1º e 3º do art. 60 da Constituição Federal.

(Aumenta para 4 o número de representantes dos Estados e do Distrito Federal no Senado).

Eleita em 13-9-1962, salvo os Srs. Senadores

Josaphat Marinho  
Wilson Gonçalves  
Eurico Rezende  
Julio Leite (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 790-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedito Valladares — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Vago — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Eurico Rezende — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Julio Leite — PR

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1962.**

Revoga a Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema parlamentar de governo e o art. 61 da Constituição Federal, de 18 de setembro de 1946.

Eleita em 6-12-1962, salvo os Srs. Senadores

Wilson Gonçalves

Eurico Rezende

Amaury Silva e

Raul Giuberti (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 791-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Pedro Ludovicz — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedito Valladares — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Eurico Rezende — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Raul Giuberti — PSP

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1963.**

Altera a redação do inciso IX do art. 157 da Constituição referente ao trabalho de menores e mulheres e ao trabalho em indústrias insalubres.

Designada em 23-4-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Heribaldo Vieira — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Silvestre Pérciles — PTB
11. Arthur Virgílio — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Josaphat Marinho — S/legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1963.**

Altera os arts. 141, 146 e 147 da Constituição Federal (referente ao direito de propriedade).

Designada em 23-4-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Silvestre Pérciles — PTB
11. Argemiro de Figueiredo — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Josaphat Marinho — S/legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1963.**

Dá nova redação aos artigos nºs 26 e 63 da Constituição Federal (administração do Distrito Federal e matéria da competência privativa do Senado).

Eleita em 2-5-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Eduardo Catalão — PTB
11. Vasconcelos Torres — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
16. Aloysio de Carvalho — Pequenos Partidos
16. Josaphat Marinho — Pequenos Partidos

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1963.**

Dá nova redação aos arts. 44 e 45 da Constituição Federal para conceder imunidades aos vereadores.

Designada em 20-5-1963

Senadores — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Lobão da Silveira — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Menezes Pimentel — PSD
- Leite Neto — PSD
- Amaury Silva — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Pinto Ferreira — PTB
- Silvestre Pérciles — PTB
- Adalberto Sena — PTB
- Eurico Rezende — UDN
- Milton Campos — UDN
- João Agripino — UDN
- Aloysio de Carvalho — PL
- Josaphat Marinho — S/legenda

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 5, de 1963.**

Dá nova redação ao item II e ao § 4º do artigo 19 da Constituição referentes ao Imposto de Vendas e Condições:

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Humberto Nader — PTB
11. Argemiro de Figueiredo — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Josaphat Marinho — Pequenos Partidos

**Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.**

(Criada em virtude da aprovação, em 18-9-1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermirio)

(9 MEMBROS)

Membros — Partidos

- José Feliciano — PSD
- Atílio Fontana — PSD
- Eugênio Barros — PSD
- José Ermirio (Relator) — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Melo Braga — PTB
- Lopes da Costa — UDN
- Milton Campos — Presidente — UDN
- Julio Leite, Vice-Presidente — Pequenas Representações

**Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas.**

(Criada em virtude da aprovação, em 2-8-1963, do Requerimento nº 531-63, do Senador Gouveia Vieira)

(5 MEMBROS)

Membros — Partidos

- Atílio Fontana (Presidente) — PSD
- José Feliciano (Vice-Presidente) — PSD
- José Ermirio (Relator) — PTB
- Adolpho Franco — UDN
- Aurélio Vianna — Pequenas Representações

**Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal dos acervos de concessórias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional.**

(6 MEMBROS)

(Criada pela Resolução nº 11-63)

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Leite Neto (Presidente) — PSD
- Nelson Maculan — PTB
- João Agripino (Relator) — UDN
- Josaphat Marinho — Pequenas Representações

**Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas**

(Criada em virtude da aprovação, em 2-8-1963, do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Viçosa)

(5 MEMBROS)

Membros - Partido.

- Atilio Fontana (Presidente) - PSD
- José Feliciano (Vice-Presidente) - PSD.
- José Ermírio (Relator) - PTB.
- Adolpho Franco - UDN.
- Aurélio Vianna - Pequenas Representações.

**Comissão Especial para o estudo e levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização**

(Criada em virtude da aprovação, em 18-9-1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 635 de 1963, do Sr. Senador José Ermírio).

(9 MEMBROS)

Membros - Partidos

- José Feliciano - PSD.
- Atilio Fontana - PSD.

- Eugênio Barros - PSD.
- José Ermírio (Relator) - PTB.
- Bezerra Neto - PTB.
- Melo Braga - PTB.
- Lopes da Costa - UDN.
- Milton Campos - Presidente - UDN.
- Júlio Leite - Vice-Presidente - Pequenas Representações.

**Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional**

(Criada pela Resolução nº 11 de 1963).

(5 MEMBROS)

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD.
- Leite Neto (Presidente) - PSD.
- Nelson Maculan (Vice-Presidente) - PTB.
- João Arripino (Relator) - UDN.
- Josaphat. Marinho - Pequenas Representações.

**Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos apontados da tribuna do Senado, na Sessão de 23 do corrente, e outros relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento dos Correios e Telégrafos.**

(Criada em virtude da aprovação em 7-11-1963 sessão extraordinária, da resolução nº 32 de 1963, apresentada pelo Senhor Senador Jefferson de Aguiar e outros Senhores Senadores)

(Criada pela Resolução nº 32, de 1963)

MEMBROS - PARTIDOS

- Presidente: Wilson Gonçalves - PSD
- Vice-Presidente: Leite Neto - PSD
- Relator: Eurico Rezende - UDN
- Jefferson de Aguiar - PSD
- Atilio Fontana - PSD
- Artur Virgílio - PTB
- Bezerra Neto - PTB
- Aurélio Vianna - PTB
- Júlio Leite - PTB
- Melo Braga - PTB
- João Arripino - UDN
- Daniel Krieger - UDN

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1963.**

Altera o art. 138 da Constituição Federal (inelegibilidades). Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
- Ruy Carneiro - PSD

- Wilson Gonçalves - PS
- José Feliciano - PSD
- Walfredo Gurgel - PSD
- Argemiro de Figueiredo - PTB
- Bezerra Neto - PTB
- Silvestre Pericles - PTB
- Edmundo Levi - PTB
- Eurico Rezende - UDN
- Milton Campos - UDN
- Aloysio de Carvalho - UDN
- Afonso Arinos - UDN
- Josaphat. Marinho - Sem Legenda
- Raul G. Humbert - Pequenas Representações.
- Júlio Leite - Pequenas Representações.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1963.**

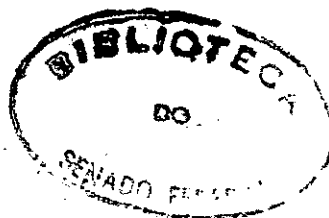
Da nova redação ao § 4º do art. 182 da Constituição Federal (transfereência para a reserva do militar da ativa que se candidatar a cargo eletivo). Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
- Ruy Carneiro - PSD
- Wilson Gonçalves - PSD
- José Feliciano - PSD
- Walfredo Gurgel - PSD
- Argemiro de Figueiredo - PTB
- Bezerra Neto - PTB
- Silvestre Pericles - PTB
- Edmundo Levi - PTB
- Eurico Rezende - UDN
- Milton Campos - UDN
- Aloysio de Carvalho - UDN
- Afonso Arinos - UDN
- Josaphat. Marinho - Sem Legenda
- Raul G. Humbert - Pequenas Representações.
- Júlio Leite - Pequenas Representações.





# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XIX — Nº 7

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 10 DE JANEIRO DE 1964

## SENADO FEDERAL

ATA DA 15ª REUNIAO EM 9 DE JANEIRO DE 1964

1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA

PRESIDENCIA DO SR. MOURA ANDRADE.

As 15 horas acham-se presentes os Srs. Senadores;

Zacharias de Assumpção,  
Sebastião Archer  
Joaquim Parente  
Ermírio de Moraes  
Moura Andrade  
Bezerra Neto  
Guido Mondim

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 7 Srs. Senadores. Não há número para abertura da sessão. Decorrido o prazo regimental de 30 minutos e perdurando ainda a falta de "quorum", encerro a presente reunião, designando para a próxima sessão, a seguinte

ORDEM DO DIA:

TRABALHO DAS COMISSÕES

Encerra-se a reunião, às 15 horas e 5 minutos.

Expediente despachado

Ofício, de 18 de dezembro, do Sr. Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República — Restitui dois dos autógrafos da Lei nº 4.295, de 16 do mesmo mês, promulgada pelo Presidente do Senado, que Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1964.

Resenha das matérias votadas durante o mês de dezembro de 1963

ORGANIZADA PELA SINOPSE DA SEÇÃO DO PROTOCOLO GERAL DO SENADO FEDERAL.

A SANÇÃO

Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 1961.

Projeto de Lei nº 813-D-55 — na Câmara.

Altera o Decreto-Lei nº 915, de 1º de dezembro de 1938, retificado pelo Decreto-Lei nº 1.061, de 20 de janeiro de 1939, que dispõe sobre o imposto de vendas e consignações, define a competência dos Estados para sua cobrança, e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 1963.

Projeto de Lei nº 742-A-62 — na Câmara.

Altera o quadro do pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 1963.

Projeto de Lei nº 4.502-B-58 — na Câmara.

Dispõe sobre a aposentadoria e pensões de Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões para ex-combatentes e seus dependentes.

Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 1963.

Projeto de Lei nº 824-A-63 — na Câmara.

Abre ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros) para atender a despesas que especifica.

Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 1963.

Projeto de Lei nº 399-B-63 — na Câmara.

Autoriza o Poder Executivo a abrir através do Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de cruzeiros) para prosseguimento das obras do Aeroporto de Corumbá.

Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 1963.

Projeto de Lei nº 1.245-A-63 — na Câmara.

Prorroga, até 30 de julho de 1964 a dezembro de 1950, com as alterações vigência da Lei nº 1.300, de 28 de posteriores.

Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 1963.

Projeto de Lei nº 4.136-B-62 — na Câmara.

Concede pensão mensal de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) à Sra. Anha Oliveira Almeida Gonçalves, viúva do Professor Archimedes de Silveira Gonçalves.

Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1963.

Projeto de Lei nº 670-A-63 — na Câmara.

Altera o artigo 60 preâmbulo do Código da Justiça Militar. (Decreto-Lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938).

Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 1963.

Projeto de Lei nº 770-B-63 — na Câmara.

Eleva o efetivo do posto de Almirante de Esquadra do Corpo da Armada.

Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 1963.

Projeto de Lei nº 524-B-63 — na Câmara.

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito de Cr\$ 3.000.000.000,00 para execução de obras e serviços da Adutora do Rio das Velhas, em Belo Horizonte.

Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 1963.

Projeto de Lei nº 2.725-B-61 — na Câmara.

Instaura normas especiais para aplicação de créditos orçamentários e adicionais destinados aos programas e projetos vinculados ao Ponto IV do Governo dos Estados Unidos da América do Norte.

Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 1963.

Projeto de Lei nº 393-B-63 — na Câmara.

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 11.000.000,00 (onze milhões de cruzeiros) em favor da Prefeitura Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina e um crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros) para ocorrer aos prejuízos causados pelas enchentes verificadas no Estado do Rio Grande do Sul.

Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 1963.

Projeto de Lei nº 89-B-63 — na Câmara.

Provê sobre a rescisão de concessão dos portos do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 1963.

Projeto de Lei nº 902-B-63 — na Câmara.

Dá nova discriminação às rodovias BR-55 e BR-66, do Plano Rodoviário Nacional.

Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 1963.

Projeto de Lei nº 405-B-63 — na Câmara.

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 835.000.000,00 (oitocentos e oitenta e cinco milhões de cruzeiros), para construção da rede de abastecimento d'água em cidades do Estado de Santa Catarina.

Projeto e Lei da Câmara nº 133, de 1963.

Projeto de Lei nº 2.877-B-61 — na Câmara.

Autoriza o Poder Executivo a abrir através do Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de cruzeiros), para auxílio aos municípios do Rio Grande do Sul atingidos por violento temporal.

Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 1963.

Projeto de Lei nº 502-B-63 — na Câmara.

Orça a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1964.

Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 1963.

Projeto de Lei nº 405-B-63 — na Câmara.

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 835.000.000,00 (oitocentos e oitenta e cinco milhões de cruzeiros), para construção da rede de abastecimento d'água em cidades do Estado de Santa Catarina.

Projeto e Lei da Câmara nº 133, de 1963.

Projeto de Lei nº 2.877-B-61 — na Câmara.

Autoriza o Poder Executivo a abrir através do Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de cruzeiros), para auxílio aos municípios do Rio Grande do Sul atingidos por violento temporal.

Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 1963.

Projeto de Lei nº 502-B-63 — na Câmara.

Orça a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1964.

Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 1963.

Projeto de Lei nº 4.087-C-62 — na Câmara.

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de cruzeiros) em favor do Estado da Guanabara, designado aos festejos comemorativos do quadricentenário da Cidade do Rio de Janeiro, a realizarse em 1965.

Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 1963.

Projeto de Lei nº 4.875-B-62 — na Câmara.

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros) para atender a despesas de qualquer natureza com a instalação e funcionamento do Conselho Nacional de Telecomunicações e seus órgãos subordinados.

Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1963.

Projeto de Lei nº 1.414-63 — na Câmara.

Altera o artigo 2º da Lei nº 1.506, de 19 de dezembro de 1951 (que estabelece preços mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais

e outros gêneros de produção nacional, alterada pela Lei Delegada nº 2, de 26 de setembro de 1962.

A CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Projeto de Lei do Senado nº 72, de 1963.

Apresentado pelo Sr. Senador Artur Virgílio.

Determina a inclusão de mais um parágrafo no art. 449 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1.5.43.

Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 1963.

Projeto de Lei nº 172-B-59 — na Câmara.

Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento importado pela Philco Rádio e Televisão S.A., para instalação de uma fábrica de transistores.

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1963.

Projeto de Lei nº 2.646-B-61 — na Câmara.

Organiza o Quadro do Pessoal do Conselho Nacional de Economia e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 1963.

Projeto de Lei nº 569-D-59 — na Câmara.

Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Prefeitura Municipal de Aquidauana, Estado de Mato Grosso.

#### A. PROMULGAÇÃO

Projeto de Resolução nº 45, de 1963. Aposenta o Redator PL-3, José da Silva Lisboa.

Projeto de Resolução nº 45, de 1963. Altera o Regimento Interno do Senado Federal.

Projeto de Resolução nº 47, de 1963. Aprova a prisão em flagrante, autoriza a formação de culpa dos Senhores Senadores Arnon Afonso de Farias Melo e Silvestre Pérciles de Góis Monteiro, em razão dos fatos ocorridos em sessão plenária de 4 de dezembro de 1963 e determina a remessa dos autos do respectivo inquérito à autoridade judiciária competente.

Projeto de Resolução nº 49, de 1963. Autoriza o Governo do Estado de Goiás a assumir, perante a Aliança para o Progresso, através da Association International Development (AID), as obrigações e responsabilidades necessárias à efetivação de um empréstimo no valor de um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros, destinados à execução do programa educacional do referido Estado.

Projeto de Decreto Legislativo número 20, de 1962.

Projeto de Decreto Legislativo número 217-62 — na Câmara.

Aprova a Convenção e o Protocolo da Emenda Constitutiva do Instituto Interamericano de Ciências Agronômicas, assinados em Washington, a 19 de fevereiro de 1961.

Projeto de Decreto Legislativo número 10, de 1963.

Projeto de Decreto Legislativo número 99-A-61 — na Câmara.

Aprova o Acordo de Imigração entre os Estados Unidos do Brasil e o Estado Espanhol, assinado em Madrid a 27 de dezembro de 1960.

Projeto de Decreto Legislativo número 26, de 1963.

Projeto de Decreto Legislativo número 22-A-63 — na Câmara.

Ratifica o Protocolo da Emenda da Convenção para unificação de certas regras relativas ao Transporte Aéreo Internacional, concluído em Haia, a 28 de setembro de 1955.

Projeto de Decreto Legislativo número 27, de 1963.

Projeto de Decreto Legislativo número 17-A-63 — na Câmara.

Aprova o texto do Acordo Cultural concluído entre o Brasil e a Polónia em Brasília, a 19 de outubro de 1961.

Projeto de Decreto Legislativo número 32, de 1963.

Projeto de Decreto Legislativo número 115-A-63 — na Câmara.

# EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL  
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

### DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

#### ASSINATURAS

##### REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 50,00
Ano .....	Cr\$ 96,00
Exterior	
Ano .....	Cr\$ 136,00

##### FUNCCIONARIOS

Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 39,00
Ano .....	Cr\$ 76,00
Exterior	
Ano .....	Cr\$ 108,00

— Excoetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou uz. auc

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Aprova as Notas trocadas entre o Brasil e os Estados Unidos da América para prorrogação do Acordo para o Programa de Agricultura e Serviço Naturais, firmado pelos dois países a 26 de junho de 1953.

Projeto de Decreto Legislativo número 37, de 1963.

Projeto de Decreto Legislativo número 19-A-63 — na Câmara.

Aprova o Acordo de Comércio entre os Estados Unidos do Brasil e a República da China, assinado no Rio de Janeiro, a 28 de dezembro de 1962.

Projeto de Decreto Legislativo número 39, de 1963.

Projeto de Decreto Legislativo número 172-A-63 — na Câmara.

Aprova o Convênio firmado entre o Brasil e o Paraguai, em Assunção a 5 de novembro de 1959, estabelecendo um Depósito Franco em Encarnacion.

#### APROVADOS

Mensagem nº 219, de 1963.

Mensagem nº 401, de 1963 — Na Presidência da República.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, a indicação do Sr. Moacyr Ribeiro Briggs para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Socialista Federativa da Iugoslávia.

Mensagem nº 220, de 1963.

Mensagem nº 402, de 1963 — Na Presidência da República.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, a indicação do Sr. Carlos Martins Thomson Flores para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto a Sua Majestade o Rei da Dinamarca.

Mensagem nº 225, de 1963.

Mensagem nº 419, de 1963 — na Presidência da República.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal a indicação do Sr. Vasco Tristão Leitão da Cunha para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Portuguesa.

Mensagem nº 226, de 1963.

Mensagem nº 420, de 1963 — na Presidência da República.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal a indicação do Sr. Henrique Rodrigues Valle, para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

#### REJEITADOS

Requerimento nº 1.074, de 1963.

Do Sr. Senador Padre Calazans e outros, Srs. Senadores, solicitando transcrição nos Anais do Senado de entrevista concedida ao "Estado de São Paulo" pelo Deputado Federal Armando Falcão.

Requerimento nº 1.156, de 1963.

Dos Srs. Senadores Bezerra Neto e Lino de Matos solicitando urgência nos termos do art. 326, nº 5-C, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 57-63, que fixa critério para cálculo do adicional devido ao empregado em exercício de atividade ou em ambiente prejudicial à saúde.

Requerimento nº 1.186, de 1963.

Dos Srs. Senadores Benedito Valadares, Bezerra Neto e Lino de Matos, solicitando urgência nos termos do art. 326, nº 5 B, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 110-63, que altera o art. 189 da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1953, que dispõe sobre a acumulação de cargos pelos médicos nas autarquias.

Projeto de Resolução nº 8, de 1963.

Dispõe sobre a publicação de trabalhos parlamentares.

Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1963.

Apresentado pelo Sr. Senador José Kairala.

Estende aos magistrados e membros do Ministério Público dos Territórios Federais e Estado do Acre as vantagens da Lei nº 4.019, de 20 de dezembro de 1962.

Projeto de Lei do Senado nº 86, de 1963.

Apresentado pelo Sr. Senador José Ermirio.

Altera a redação do art. 86 da Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e dá outras providências.

Projeto de Lei do Senado nº 92, de 1963.

Apresentado pelo Sr. Senador Aarão Steinbruch.

Modifica a redação do § 1º do artigo 499 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

Projeto de Lei do Senado nº 95, de 1963.

Apresentado pelo Sr. Senador Vasconcelos Torres.

Regula o uso de livros didáticos nos estabelecimentos de ensino mantidos pela União e nos de ensino secundário e técnicos especializados.

Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1963.

Apresentado pelo Sr. Senador Vasconcelos Torres.

Altera o Decreto-Lei nº 1.995, de 1º de fevereiro de 1940, concede franquias postal telegráfica às Prefeituras e Câmaras Municipais e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1963.

Projeto de Lei nº 1.049-B-59 — na Câmara.

Modifica o art. 13 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1953 (Estatuto dos Funcionários).

Projetos de Lei do Senado apresentados durante o mês de dezembro.

Projeto de Lei do Senado nº 175, de 1963.

Dispõe sobre a contagem de tempo de servidores requisitados pelas Sociedades de Economia Mista e dá outras providências.

Apresentado pelo Sr. Senador Walfredo Gurgel.

Projeto de Lei do Senado nº 176, de 1963.

Assegura ao funcionário público federal e autárquico, para efeito de aposentadoria, o direito de computo de tempo de serviço relativo a quaisquer Institutos e Caixas de Previdência.

Apresentado pelo Sr. Senador Vasconcelos Torres.

Projeto de Lei do Senado nº 178, de 1963.

Modifica o artigo 443, da Consolidação das Leis do Trabalho, que dispõe sobre contrato individual de trabalho.

Apresentado pelo Sr. Senador Vasconcelos Torres.

Projeto de Lei do Senado nº 178, de 1963.

Institui a Agência do Desenvolvimento do Pantanal de Mato Grosso e dá outras providências.

Apresentado pelo Sr. Senador Lopes da Costa e outros.

Projeto de Lei do Senado nº 179, de 1963.

Regula o exercício da profissão de Técnico de Administração.

Apresentado pelo Sr. Senador Wilson Gonçalves.

Projeto de Lei do Senado nº 180, de 1963.

Dispõe sobre o transporte de mercadorias imortadas ou exportadas com o benefício de favores governamentais, e dá outras providências.

Apresentado pelo Sr. Senador Bezerra Neto.

Projeto de Lei do Senado nº 180, de 1963.

Estende aos empregados domésticos os benefícios da Consolidação das Leis do Trabalho.

Apresentado pelo Sr. Senador Vasconcelos Torres.  
Projeto de Lei do Senado nº 182, de 1963.

Institui as Linhas Aéreas Brasil S.A. e dá outras providências.  
Apresentado pelo Sr. Senador Bezerra Neto.  
Projeto de Lei do Senado nº 183, de 1963.

Dispõe sobre horário de trabalho, de redator do serviço público que seja jornalista profissional e dá outras providências.

Apresentado pelo Sr. Senador Aarão Steinbruch.

Projeto de Lei do Senado nº 184, de 1963.

Assegura ao trabalhador, em caso de rescisão do contrato de trabalho em qualquer hipótese o pagamento do 13º salário.

Apresentado pelo Sr. Senador Vasconcelos Torres.

#### PROJETOS DE LEI DA CÂMARA APRESENTADO DURANTE O MÊS DE DEZEMBRO

Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1963.

Projeto de Lei nº 3.204-C-61.  
Dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e em Agronomia.

Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 1963.

Projeto de Lei nº 2.725-B-61.

Institui normas especiais para aplicação de créditos orçamentários e adicionais destinados aos programas de projetos vinculados ao Ponto IV do Governo dos Estados Unidos da América do Norte.

Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 1963.

Projeto de Lei nº 393-B-63.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 11.000.000,00 (onze milhões de cruzeiros), em favor da Prefeitura Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina e um crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para acorrer aos prejuízos causados pelas enchentes verificadas no Estado do Rio Grande do Sul.

Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 1963.

Projeto de Lei nº 4.105-B-62.

Modifica a Lei nº 909, de 8 de novembro de 1949, elevando o valor do selo postal adicional emitido em benefício dos filhos dos lazaros, e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 1963.

Projeto de Lei nº 89-B-63.

Provê sobre a rescisão de concessão dos portos do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 1963.

Projeto de Lei nº 612-B-63.

Autoriza a criação da Escola de Arquitetura na Universidade do Ceará e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 1963.

Projeto de Lei nº 902-B-63.

Dá nova discriminação às rodovias BR-55 e BR-68 do Plano Rodoviário Nacional.

Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 1963.

Projeto de Lei nº 405-B-63.

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial de Cr\$ 885.000,00 (oitocentos e oitenta e cinco milhões de cruzeiros), para construção de rede de abastecimento d'água em cidades do Estado de Santa Catarina.

Projeto de Lei da Câmara nº 135, de 1963.

Projeto de Lei nº 2.877-C-61.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de cruzeiros), para auxílio aos municípios do Rio Grande do Sul atingidos por violento temporal.

Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 1963.

Projeto de Lei nº 502-B-63.

Orça a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1964.

Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 1963.

Projeto de Lei nº 769-B-63.

Altera o parágrafo 4º, do artigo 1º, da Lei nº 3.858, de 23 de dezembro de 1960, que cria a Universidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 1963.

Projeto de Lei nº 4.087-C-62.

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de cruzeiros), em favor do Estado da Guanabara, designado aos festejos comemorativos do quadricentenário da cidade do Rio de Janeiro, a realizar-se em 1965.

Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 1963.

Projeto de Lei nº 4.875-B-62.

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros).

Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 1963.

Projeto de Lei nº 213-B-63.

Restabelece o trajeto primitivo da Rodovia BR-35-Pr, constante do Plano Rodoviário Nacional.

Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 1963.

Projeto de Lei nº 564-B-63.

Inclui no Plano Rodoviário Nacional a rodovia Colônia Somer-Júlio de Castilhos BR-14, no Rio Grande do Sul.

Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 1963.

Projeto de Lei nº 3.805-B-62.

Federaliza a Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL) e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1963.

Projeto de Lei nº 1.414-63.

Altera o art. 2º da Lei nº 1.508, de 19 de dezembro de 1951.

Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 1963.

Projeto de Lei nº 3.272-B-61.

Concede isenção de direitos aduaneiros, imposto de consumo e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para importação de maquinaria para fabricação de filmes virgens e respectivas matérias primas.

Projeto de Lei da Câmara nº 145, de 1963.

Projeto de Lei nº 4.494-B-58.

Concede pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Rusina Cardoso Machado, viúva de João Cardoso Machado, ex-servidor da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites falecido em consequência de enfermidade adquirida em serviço.

Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 1963.

Projeto de Lei nº 1.985-B-58.

Dispõe sobre a ação regressiva da União contra seus Agentes.

Projeto de Lei da Câmara nº 147, de 1963.

Projeto de Lei nº 1.790-B-58.

Acrescenta um parágrafo no artigo 853, do Código de Processo Civil. (Julgamento de recurso).

Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 1963.

Projeto de Lei nº 619-B-59.

Assegura aos mensalistas, diaristas e empregados das entidades autárquicas ou parastatais, no mínimo, os direitos oriundos da Consolidação das Leis do Trabalho.

#### REQUERIMENTOS LIDOS E DEFERIDOS DURANTE O MÊS DE DEZEMBRO

Requerimento nº 1.111, de 1963.

Do Sr. Senador Vasconcelos Torres solicitando informações ao Poder

Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, sobre pagamento de subvenção à Empresa de Navegação Sul Fluminense.

Requerimento nº 1.112, de 1963.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, através do Ministério da Fazenda, diversas informações sobre os funcionários do Banco do Brasil.

Requerimento nº 1.113, de 1963.

Do Sr. Senador Catete Pinheiro solicitando informações à Comissão Executiva de Defesa da Borracha, através do Ministério da Fazenda, sobre as empresas consideradas como produtores de artefatos de borracha.

Requerimento nº 1.114, de 1963.

Do Sr. Senador Catete Pinheiro solicitando ao Ministério da Agricultura informar qual o órgão do Ministério incumbido de fiscalizar "A fiel execução dos planos de cultura da seringueira", conforme dispõe o Decreto nº 35.371, de 12 de abril de 1954.

Requerimento nº 1.115, de 1963.

Do Sr. Senador Vasconcelos Torres solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, sobre a construção do porto de Arraial do Cabo.

Requerimento nº 1.116, de 1963.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando informações ao Ministério da Viação e Obras Públicas e a Comissão de Marinha Mercante sobre os motivos que estão determinando o não pagamento da taxa insalubridade, devida aos Oficiais de Nautica da Marinha Mercante, cujos processos de ns. 15.789-63 e 16.568-63, encontram-se no Ministério da Viação e Obras Públicas com pareceres favoráveis.

Requerimento nº 1.122, de 1963.

Do Sr. Senador Vasconcelos Torres solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social, sobre a instalação de postos do SAMDU em Barra Mansa e Barra do Pirai.

Requerimento nº 1.124, de 1963.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Ministério da Fazenda, informar se recebeu o Governo Brasileiro, alguma oferta de fornecimento financiados, ou de financiamentos pròpriamente ditos, de países do leste europeu, em particular da União das Repùblicas Socialistas Soviéticas.

Requerimento nº 1.127, de 1963.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Presidente do Conselho Nacional do SESI, informar sobre os motivos da extinção do Departamento Jurídico do referido órgão.

Requerimento nº 1.131, de 1963.

Do Sr. Senador Adolpho Franco solicitando ao Ministério da Educação e Cultura, informar por que o Ministério mantém em vigor as portarias ns. 373, 418 e 419, expressamente condenadas pelo Conselho Federal de Educação.

Requerimento nº 1.132, de 1963.

Do Sr. Senador Vasconcelos Torres solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, sobre processos iniciados ou realizados com a participação do Serviço Federal de Prevenção e Repressão das Infrações contra a Fazenda Nacional.

Requerimento nº 1.174, de 1963.

Do Sr. Senador Vasconcelos Torres solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia, sobre a situa-

ção da funcionária contratada D. Nadir de Oliveira Nogueira.

Requerimento nº 1.182, de 1963.

Do Sr. Senador Daniel Krieger solicitando informações ao Ministério da Fazenda, através do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, sobre o total recolhido ao referido Banco sob a rubrica da Taxa de Renovação da Marinha Mercante, criada pelo art. 8º da Lei nº 3.381, de 24 de abril de 1958 desde a sua obrigatoriedade.

Requerimento nº 1.183, de 1963.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Superintendente da SUNAB informar quais as providências tomadas pelo referido órgão, a fim de ser distribuído o arroz que tem estocado e quais os critérios que adotará na distribuição.

Requerimento nº 1.187, de 1963.

Do Sr. Senador João Agripino solicitando informações ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, relativas a Servidores Públicos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos — IAPM.

Requerimento nº 1.188, de 1963.

Do Sr. Senador Vasconcelos Torres solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social, sobre a agência do IAPI em Volta Redonda.

Requerimento nº 1.204, de 1963.

Do Sr. Senador Enrico Rezende solicitando ao Ministério da Viação e Obras Públicas, através do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, diversas informações sobre concorrência de firmas para construção de trechos de estradas.

Requerimento nº 1.222, de 1964.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do SESI, informar sobre os motivos da extinção do Departamento Jurídico do referido órgão.

Requerimento nº 1.224, de 1963.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do SESI, informar sobre os motivos da extinção do Departamento Jurídico do referido órgão.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do SESI, informar sobre os motivos da extinção do Departamento Jurídico do referido órgão.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do SESI, informar sobre os motivos da extinção do Departamento Jurídico do referido órgão.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do SESI, informar sobre os motivos da extinção do Departamento Jurídico do referido órgão.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do SESI, informar sobre os motivos da extinção do Departamento Jurídico do referido órgão.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do SESI, informar sobre os motivos da extinção do Departamento Jurídico do referido órgão.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do SESI, informar sobre os motivos da extinção do Departamento Jurídico do referido órgão.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do SESI, informar sobre os motivos da extinção do Departamento Jurídico do referido órgão.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do SESI, informar sobre os motivos da extinção do Departamento Jurídico do referido órgão.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do SESI, informar sobre os motivos da extinção do Departamento Jurídico do referido órgão.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do SESI, informar sobre os motivos da extinção do Departamento Jurídico do referido órgão.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do SESI, informar sobre os motivos da extinção do Departamento Jurídico do referido órgão.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do SESI, informar sobre os motivos da extinção do Departamento Jurídico do referido órgão.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do SESI, informar sobre os motivos da extinção do Departamento Jurídico do referido órgão.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do SESI, informar sobre os motivos da extinção do Departamento Jurídico do referido órgão.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do SESI, informar sobre os motivos da extinção do Departamento Jurídico do referido órgão.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do SESI, informar sobre os motivos da extinção do Departamento Jurídico do referido órgão.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do SESI, informar sobre os motivos da extinção do Departamento Jurídico do referido órgão.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do SESI, informar sobre os motivos da extinção do Departamento Jurídico do referido órgão.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do SESI, informar sobre os motivos da extinção do Departamento Jurídico do referido órgão.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do SESI, informar sobre os motivos da extinção do Departamento Jurídico do referido órgão.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do SESI, informar sobre os motivos da extinção do Departamento Jurídico do referido órgão.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do SESI, informar sobre os motivos da extinção do Departamento Jurídico do referido órgão.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do SESI, informar sobre os motivos da extinção do Departamento Jurídico do referido órgão.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do SESI, informar sobre os motivos da extinção do Departamento Jurídico do referido órgão.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do SESI, informar sobre os motivos da extinção do Departamento Jurídico do referido órgão.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do SESI, informar sobre os motivos da extinção do Departamento Jurídico do referido órgão.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do SESI, informar sobre os motivos da extinção do Departamento Jurídico do referido órgão.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do SESI, informar sobre os motivos da extinção do Departamento Jurídico do referido órgão.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do SESI, informar sobre os motivos da extinção do Departamento Jurídico do referido órgão.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do SESI, informar sobre os motivos da extinção do Departamento Jurídico do referido órgão.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do SESI, informar sobre os motivos da extinção do Departamento Jurídico do referido órgão.

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch solicitando ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do SESI, informar sobre os motivos da extinção do Departamento Jurídico do referido órgão.

## SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

### Atos da Comissão Diretora

#### PORTARIA Nº 1, DE 1964

A Comissão Diretora resolve designar Leyla Castello Branco Rangel, Redatora, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, para exercer a função de Chefe do Serviço de Informação Legislativa, FG-1, constante do nº II do art. 4º da Resolução nº 28, de 1963.

Senado Federal, em 8 de janeiro de 1964. — Auro Moura Andrade, Presidente.

#### PORTARIA Nº 2, DE 1964

A Comissão Diretora do Senado Federal,

Tendo em vista a necessidade de submeter a exames psicotécnicos os servidores a serem aproveitados no Quadro Especial, criado pela Resolução nº 38, de 1963 e

Atendendo a que a Diretoria de Publicações, Glória Ferreira Randina Quintella, psicóloga especializada nesse gênero de pesquisas, autora de trabalhos de valor científico reconhecido no país e no estrangeiro, está em condições excepcionais para dirigir a execução daqueles exames, conforme o fez, brilhantemente, em oportunidade anterior.

Resolve designar para essa missão a referida funcionária.

Senado, Federal, em 8 de janeiro de 1964. — Auro Moura Andrade, Presidente.

**MESA**

Presidente - Moura Andrade (PSD - SP).  
 Vice-Presidente - Nogueira da Gama (PTB - MG).  
 Primeiro-Secretário - Rui Palmeira (UDN - RJ).  
 Segundo-Secretário - Gilberto Marinho (PSD - ES).  
 Terceiro-Secretário - Adalberto Sena (PTB - ACRE).  
 Quarto-Secretário - Cattete Pinheiro (PTN - PA).  
 Primeiro-Suplente - Joaquim Parente - UDN - RJ.  
 Segundo-Suplente - Guido Mondin (PSD - ES).  
 Terceiro-Suplente - Vasconcelos Torres (PTB - RJ).

**REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA**

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)**

1. José Gutomar Acre (em exercício)
2. Eugênio Barros - Maranhão.
3. Lobão da Silveira - Paraíba.
4. Eugênio Barros - Maranhão.
5. Sebastião Archer - Maranhão.
6. Victorino Freire (em exercício) - Suplente, Sr. Miguel Lins - Maranhão.
7. Sigefredo Pacheco - Piauí.
8. Menezes Pimentel (em exercício) - Suplente, Sr. Waudemar de Alcantara.
9. Wilson Gonçalves - Ceará.
10. Walfredo Gurgel - Rio Grande do Norte.
11. Ruy Carneiro - Paraíba.
12. Leite Neto - Sergipe.
13. Antônio Balbino - Bahia.
14. Jefferson de Aguiar - Espírito Santo.
15. Gilberto Marinho - Guanabara.
16. Moura Andrade - São Paulo.
17. Atilio Fontana - Santa Catarina.
18. Guido Mondin - R. G. Sul.
19. Benedito Valadares - Minas Gerais.
20. Filinto Müller.
21. José Feliciano - Goiás.
22. Juscelino Kubitschek - Goiás.
23. Pedro Ludovico - Goiás.

**PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)**

1. Adalberto Sena - Acre.
2. Oscar Passos - Acre.
3. Vivaldo Lima - Amazonas.
4. Edmundo Levi - Amazonas.
5. Artur Virgílio - Amazonas.
6. Antônio Juca - Ceará.
7. Dix-Huit Rosado - Rio Grande do Norte.
8. Argemiro de Figueiredo - Paraíba.
9. Barros Carvalho - Pernambuco.
10. Pessoa de Queiroz - Pernambuco.
11. José Ermirio - Pernambuco.
12. Silvestre Péricies - Alagoas.
13. Vasconcelos Torres - Rio de Janeiro.
14. Nelson Maculan (licenciado sem substituição) - Paraná.
15. Amaury Silva - Paraná (em exercício o suplente, Sr. Melo Braga).
16. Nogueira da Gama - Minas Gerais.

**UNIAO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)**

9. Padre Calazans - São Paulo.
10. Adolpho Franco - Paraná.
11. Irineu Bornhausen - Santa Catarina.

12. Antônio Carlos - Santa Catarina.
13. Daniel Krieger - Rio Grande do Sul.
14. Milton Campos - Minas Gerais.
15. Lopes da Costa - Mato Grosso.

**PARTIDO LIBERTADOR (PL)**

1. Aloysio de Carvalho - Bahia.
2. Mem de Sá - Rio Grande do Sul.

**PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)**

1. Cattete Pinheiro - Pará.
2. Lauro de Matos - São Paulo.

**PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)**

1. Raul Giuberti - Espírito Santo.
2. Miguel Couto - Rio de Janeiro.

**PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)**

1. Aurelio Vianna - Guanabara.

**MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)**

1. Aarão Steinbruch - Rio de Janeiro.

**PARTIDO REPUBLICANO (PR)**

1. Júlio Leite - Sergipe.

**PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)**

1. Arnon de Melo - Alagoas.

**SEM LEGENDA**

1. Josaphat Marinho - Bahia.
2. Heribaldo Vieira - Sergipe.

**RESUMO**

Partido Social Democrático (P. S. D.)	64
Partido Trabalhista Brasileiro (P. T. B.)	17
União Democrática Nacional (U. D. N.)	15
Partido Libertador (P. L.)	2
Partido Trabalhista Nacional (P. T. N.)	2
Partido Social Progressista (P. S. P.)	2
Partido Socialista Brasileiro (P. S. B.)	1
Partido Republicano (P. R.)	1
Partido Democrata Cristão (P. D. C.)	1
Movimento Trabalhista Renovador (M. T. R.)	1
<b>Total</b>	<b>66</b>

**BLOCOS PARTIDARIOS**

1º - Maioria (39) Membros:

PSD

PTB

2º - Minoria (17) Membros:

UDN

PL

3º - Pequenas Representações (8) Membros:

PTN

PSP

PSB

MTR

PR

PDC

Josaphat Marinho (Sem Legenda).

**LIDERANÇAS**

**I - DOS BLOCOS PARTIDARIOS MAIORIA**

Líder:

Barros Carvalho - (PTB) - (PE)

Vice Líderes:

Victorino Freire - (PSD - MA).  
 Vasconcelos Torres - (PTB - RJ).

Jefferson de Aguiar - (PSD - ES).

Lobão da Silveira - (PSD - PA).  
 Artur Virgílio - (PTB - AM).  
 Bezerra Neto - (PTB - MT).

**MINORIA**

Líder:

João Agripino - (UDN - PB).

Vice-Líderes:

Daniel Krieger - (UDN - RS).  
 Mem de Sá - (PL - RS).

**PEQUENAS REPRESENTAÇÕES**

Líder:

Lino de Matos - (PTN - SP).

Vice-Líderes:

Aurélio Viana - (PSB - GE).

**II - DOS PARTIDOS**

PSD

Benedito Valadares - (MG).

Vice Líderes:

Wilson Gonçalves - (CE).  
 Sigefredo Pacheco - (PI).  
 Walfredo Gurgel - (RG).

PTB

Líder:

Artur Virgílio - (AM).

Vice-Líderes:

Amaury Silva (licenciado) - (PR)

Vivaldo Lima - (AM).

Bezerra Neto - (MT).

UDN

Líder:

Daniel Krieger - (RS).

Vice-Líderes:

Eurico Rezende - (ES).

Padre Calazans - (SP).

Adolfo Franco - (PR).

PL

Líder:

Mem de Sá - (RS).

Vice-Líderes:

Aloysio de Carvalho - (BA).

PTN

Líder:

Lino de Matos - (SP).

Vice-Líderes:

Cattete Pinheiro - (PA).

PSP

Líder:

Miguel Couto - (RJ).

Vice-Líder:

Raul Giuberti - (ES).

**COMISSÕES PERMANENTES**

**Comissão Diretora**

Moura Andrade - Presidente (PSD).

Nogueira da Gama (PTB).

Adalberto Sena (PTB)

Rui Palmeira (UDN)

Gilberto Marinho (PSD)

Joaquim Parente (UDN)

Cattete Pinheiro (PTN).

Guido Mondin (PSD)

Vasconcelos Torres (PTB).

Reuniões Quartas-feiras, às 10 horas.

Secretário: Evandro Mendes Viana. Diretor-Geral.

**Comissão de Agricultura**

(7 MEMBROS)

Presidente - Vago.  
 Vice-Presidente - Eugênio Barros (PSD).

**COMPOSIÇÃO**

P. S. D.

TITULARES

Eugênio Barros.

José Feliciano.

SUPLENTE

1. Atilio Fontana.

2. Pedro Ludovico.

P. T. B.

TITULARES

Nelson Maculan (licenciado).

Dix-Huit Rosado.

Raul Giuberti.

SUPLENTE

1. Eduard Catão (\*).

2. Aarão Steinbruch.

3. Vago.

U. D. N.

TITULARES

Lopes da Costa.

Antônio Carlos.

SUPLENTE

1. Daniel Krieger.

2. João Agripino.

(\* Em substituição do Senhor Nelson Maculan, como titular.

SUBSTITUTOS

Reuniões

Quartas-feiras, às 16 horas.

Secretário: J. Ney Passos Dantas. Auxiliar Legislativo PL-9.

**Comissão de Constituição e Justiça**

(11 MEMBROS)

Presidente - Milton Campos (UDN)

Vice-Presidente - Wilson Gonçalves (PSD).

**COMPOSIÇÃO**

P. S. D.

TITULARES

Jefferson de Aguiar.

Rui Carneiro.

Lobão da Silva.

Wilson Gonçalves.

Josaphat Marinho.

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel (licenciado).

2. Leite Neto.

3. Benedito Valadares.

4. Aarão Steinbruch.

P. T. B.

TITULARES

Amaury Silva (licenciado).

Bezerra Neto.

Edmundo Levi.

SUPLENTE

1. Argemiro de Figueiredo (\*\*).

2. Silvestre Péricies.

3. Melo Braga.

S. D. N.

TITULARES

Aloysio de Carvalho.

Milton Campos.

Em substituição do Senhor Eurico Rezende.

Amaury Silva, como titular.

1. Afonso Arinos.
2. Daniel Krieger.
3. Joao Agripino.

Reunioes

Quarta-feira, às 16 horas.

Secretário: Ronaldo Ferreira Dias  
Oficial Legislativo PL-8.

**Comissão do Distrito Federal**

(7 MEMBROS)

Presidente — Lino de Mates.  
Vice-Presidente — Pedro Ludovico

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Menezes Pimentel.  
Pedro Ludovico.  
Lino de Mates.

SUPLENTE

1. Filinto Müller.
2. Eugênio Barros.
3. Heribaldo Vieira.

P. I. B.

TITULARES

Oscar Passos.  
Dix-Huit Rosado.

SUPLENTE

1. Aarão Steimbruch.
2. Antônio Jucá.

U. D. N.

TITULARES

Dinarte Mariz.  
Eurico Rezende.

SUPLENTE

1. Lopes da Costa.
1. Zacharias de Assunção.

Reunioes

Quintas-feiras às 10 horas.  
Secretário: Julieta Ribeiro dos Santos,  
Oficial Legislativo PL-8.

**Comissão de Economia**

(9 MEMBROS)

Presidente — Filinto Müller (PSD)  
Vice-Presidente — José Ermirio — (PTB).

COMPOSIÇÃO

F. S. D.

TITULARES

Filinto Müller.  
Eugênio Barros.  
Atilio Fontana.  
José Guilomard (licenciado).

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar (\*)
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer
4. Josaphat Marinho

1. José Kairala

P. T. B.

SUBSTITUTOS

TITULARES

José Ermirio  
Nelson Maculan (licenciado)  
Júlio Leite

SUPLENTE

1. Oscar Passos (\*\*)
2. Bezerra Neto

(\*) — Em substituição ao Senhor José Guilomard como titular.

(\*\*) — Em substituição ao Senhor Nelson Maculan, como titular.

SUBSTITUTOS

2. ... A ...

1. Melo Braga

U. D. N.

TITULARES

Adolfo Franco  
Lopes da Costa

SUPLENTE

1. José Cândido.
  2. Zacarias de Assunção
- Reunioes terça-feira — 16.00 horas  
Secretário: Cid Brügger, Auxiliar  
Legislativo PL-10.

**Comissão de Educação e Cultura**

(6 MEMBROS)

Presidente — Menezes Pimentel

(PSD)

Vice-Presidente — Padre Calazans — (UDN)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Merezes Pimentel  
Walfredo Gurgel

SUPLENTE

1. Benedito Valladares
2. Sigefredo Pacheco

SUBSTITUTOS

1. Leite Neto

P. T. B.

TITULARES

Pessoa de Queiroz  
Amaury Silva (licenciado).

SUPLENTE

1. Vago.
2. Vago.

U. D. N.

TITULARES

Antonio Carlos  
Padre Calazans  
Mem de Sá

SUPLENTE

1. Adolfo Franco
2. Milton Campos
3. Arnon de Melo

Reunioes: 4ªs-feiras — 16.00 horas.  
Secretário: Vera de Alvarenga Ma-  
fra, Oficial Legislativo PL-7.

**Comissão de Finanças**

(15 MEMBROS)

Presidente — Argemiro de Figuei-  
redo — (PTB).

Vice-Presidente — Daniel Krieger  
— (UDN).

F. S. P.

COMPOSIÇÃO

TITULARES

Victorino Freire.  
Lobão da Silveira.  
Sigefredo Pacheco.  
Wilson Gonçalves.  
Leite Neto.

SUPLENTE

1. José Guilomard (licenciado).
2. Eugênio Barros.
3. Menezes Pimentel.
4. Atilio Fontana.
5. Pedro Ludovico.

SUBSTITUTOS

1. José Kairala.

P. I. B.

TITULARES

Argemiro de Figueiredo.  
Bertra Neto.  
Dix-Huit Rosado.  
Pessoa de Queiroz.  
José Ermirio

SUPLENTE

1. Nelson Maculan (licenciado).
2. Lino de Mates
3. Amaury Silva (licenciado).
4. Aurélio Vianna.
5. Antônio Jucá

SUBSTITUTOS

1. Edmundo Levi.
2. Melo Braga.

U. D. N.

TITULARES

Daniel Krieger.  
Dinarte Mariz  
Irneu Bornhausen.  
Lopes da Costa

SUPLENTE

1. Adolfo Franco.
2. Eurico Rezende.
3. João Agripino.
4. Milton Campos.

P.

TITULARES

Mem de Sá.

SUPLENTE

1. Aloysio de Carvalho.

Reunioes: 4ªs-feiras — 10.00 ho-  
ras.

Secretário: Cid Brügger, Auxiliar  
Legislativo, PL-10.

**Comissão de Legislação Social**

(9 MEMBROS)

Presidente: Vivaldo Lima — PTB.  
Vice-Presidente: Ruy Carneiro —  
(PSD).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Ruy Carneiro.  
Walfredo Gurgel.  
José Guilomard (licenciado).  
Raul Giubert.

SUPLENTE

1. Leite Neto (.)
2. Lobão da Silveira.
3. Eugênio Barros
4. Julio Leite

SUBSTITUTOS

1. Atilio Fontana
2. José Kairala.

P. T. B.

TITULARES

Amaury Silva (licenciado).  
Heribaldo Vieira  
Vivaldo Lima

SUPLENTE

1. Aurélio Vianna (\*\*).
2. Pessoa de Queiroz.
3. Antônio Jucá

(\*) — Em substituição ao Senhor José Guilomard como titular

(\*\*) — Em substituição ao Senhor Amaury Silva como titular.

SUBSTITUTOS

1. Melo Braga

U. D. N.

TITULARES

Eurico Rezende  
Heribaldo Vieira

1. Lopes da Costa
4. Zacarias de Assunção

Reunioes: 4ªs-feiras às 10 horas.  
SUPLENTE

Secretário: Vera de Alvarenga Ma-  
fra, Oficial Legislativo, PL-7.

**Comissão do Polígono das Secas**

(7 MEMBROS)

Presidente — Ruy Carneiro (PSD)  
Vice-Presidente — Aurélio Vianna  
(PTB)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Wilson Gonçalves  
Ruy Carneiro

SUPLENTE

1. Sigefredo Pacheco
2. Leite Neto

P. I. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado  
Aurélio Vianna

SUPLENTE

1. Argemiro de Figueiredo
2. Arnon de Melo
3. Julio Leite

U. D. N.

TITULARES

Dinarte Mariz  
José Cândido

SUPLENTE

1. João Agripino
  2. Lopes da Costa
- Reunioes: 5ªs-feiras — 16 horas.  
Secretário: Ney Passos Dantas.  
Auxiliar Legislativo, PL-9.

**Comissão de Redação**

(5 MEMBROS)

Presidente — Dix-Huit Rosado  
(PTB).  
Vice-Presidente — Padre Calazans

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Walfredo Gurgel  
Sebastião Archer

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira.
2. José Feliciano.

SUBSTITUTOS

1. Menezes Pimentel (licenciado).

P. T. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado.

SUPLENTE

Heribaldo Vieira.

U. D. N.

TITULARES

Padre Calazans.  
Júlio Leite.

SUPLENTE

1. João Agripino.
2. Josaphat Marinho.

Reunioes: 4ªs-feiras às 16 horas.  
Secretário: Sarah Abrahão, Oficial  
Legislativo, PL-8.



**Comissão de Relações Exteriores**

11 MEMBROS

Presidente — Jefferson de Aguiar (PSD)

Vice-Presidente — Passos de Queiroz (PTB)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Benedito Valladares, Filinto Müller, Jefferson de Aguiar, Aarão Steinhilber

SUPLENTES

1. Menezes Pimentel
2. Ruy Carneiro
3. José Guimard (licenciado)
4. Victorino Freire

SUBSTITUTOS

1. José Kairala

P. I. B.

TITULARES

Pessoa de Queiroz, Vivaído Lima, Eduardo Calazans

SUPLENTES

1. Oscar Passos
2. Argemiro de Figueiredo
3. Antônio Juca

U. D. N.

TITULARES

Antônio Carlos, José Cândido, Padre Calazans, Arnou de Melo

SUPLENTES

1. Daniel Krieger
2. Eurico Rezende
3. João Agripino
4. Mem de Sá

Reuniões: 5<sup>as</sup>-feiras — 15,00 horas

Secretário: Castejon J. B. Branco  
Oficial Legislativo PL-6

**Comissão de Saúde**

(15 MEMBROS)

Presidente — Lopes da Costa — UDN

Vice-Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Pedro Ludovico, Sigefredo Pacheco

SUPLENTES

1. Eugenio Bastos
2. Walfredo Gurgel

P. T. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado, Suplentes: Antônio Juca

U. D. N.

SUPLENTES

Lopes da Costa

SUPLENTE

Padre Calazans

SUPLENTE

Raul Gilberthi

Reuniões: Quintas-feiras — 15 horas

Secretário: Eduardo Rui Barbosa  
Auxiliar Legislativo PL-10

**Comissão de Segurança Nacional**

(7 MEMBROS)

Presidente — Zacarias de Assunção (UDN)

Vice-Presidente — Silvestre Pércies (PTB)

COMPOSIÇÃO

PSD

TITULARES

José Guimard (licenciado), Victorino Freire

SUPLENTES

1. Ruy Carneiro
1. Atilio Fontana (\*)

SUBSTITUTO

2. José Kairala

P. I. B.

TITULARES

Silvestre Pércies, Oscar Passos

SUPLENTES

1. Dix-Huit Rosado
2. Vago

U. D. N.

TITULARES

Irineu Bornhausen, Zacharias de Assunção

SUPLENTES

1. Adolfo Franco
2. Eurico Rezende

P. S. P.

TITULAR

Raul Gilberthi

SUPLENTE

1. Miguel Couto

Reuniões: Quintas-feiras — (16 horas)

Secretário: Alexandre Pfaender, Oficial Legislativo PL-8

(\*) — Em substituição ao Sr. José Guimard, como titular.

**Comissão de Serviço Público Civil**

(7 MEMBROS)

Presidente — Silvestre Pércies (PTB)

Vice-Presidente — Leite Neto (PSD)

COMPOSIÇÃO

PSD

TITULARES

Leite Neto, Sigefredo Pacheco

SUPLENTES

1. Victorino Freire
2. Benedito Valladares

PTB

TITULARES

Silvestre Pércies, Nelson Maculan (licenciado)

SUPLENTES

1. Edmundo Levi
2. Vago

UDN

TITULARES

Antonio Carlos

Prorrogações:

Antonio Carlos, Padre Calazans

SUPLENTES

1. Dinarte Marins
2. Lopes da Costa

PL

TITULAR

Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Mem de Sá

Reuniões: Terças-feiras — 16,00 horas

Secretário: J. Ney Passos Dantas  
Auxiliar Legislativo, PL-9

**Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas**

(8 MEMBROS)

Presidente José Feliciano (PSD)  
Vice-Presidente — Irineu Bornhausen (UDN)

PSD

TITULARES

José Feliciano, Sebastião Archer

SUPLENTES

1. Jefferson de Aguiar
2. Filinto Müller

PTB

TITULARES

Bezerra Neto, Lino de Matos

SUPLENTES

1. Silvestre Pércies

UDN

TITULAR

Irineu Bornhausen

SUPLENTES

Zacharias de Assunção

Reuniões: Quartas-feiras — 16,00 horas

Secretário: Alexandre Pfaender, Oficial Legislativo, PL-8

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961.**

Dispõe sobre: Altera os artigos 28, 58, 59, 60, 110 e o parágrafo único do art. 112 da Constituição Federal.

— organização administrativa do Distrito Federal.

— vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal;

— regime de rendas do Distrito Federal;

— composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e do Tribunal Superior Eleitoral;

— processo de escolha do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal;

— aplicação da cota do imposto de renda atribuída aos Municípios;

Eleita em 15-6-1961, com exceção dos Srs. Senadores:

Barros Carvalho — designado em 30-2-1962.

Nelson Maculan — designado em 15-5-1963.

Lobão da Silveira — designado em 23-4-1963.

Lopes da Costa — designado em 29-10-1962.

SUPLENTE

Até 14-12-1962 — Requerimento número 611-61, aprovado em 15-12-61;  
Até 15-12-1963 — Requerimento nº 778-62, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — Relator — PSD
2. Lobão da Silveira — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Benedito Valladares — PSD
5. Wilson Gonçalves — PSD
6. Nelson Maculan — PTB
7. Silvestre Pércies — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Daniel Krieger — Vice-Presidente — UDN
11. Lopes da Costa — UDN
12. Milton Campos — UDN
13. Heribaldo Vieira — UDN
14. Ruy Palmeira — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Mem de Sá — PL

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1961.**

Altera o § 1º do art. 181 da Constituição Federal.

(Aposentadoria do funcionário aos trinta anos de serviço).

Eleito em 21-5-62, salvo os Srs. Senadores:

Lobão da Silveira, Wilson Gonçalves e Amaury Silva, designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento número 610-61 aprovado em 14-12-1961.

Até 15-12-1963 — Requerimento número 798-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Lobão da Silveira — Relator — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Benedito Valladares — PSD
5. Wilson Gonçalves — PSD
6. Silvestre Pércies — Relator — PTB
7. Amaury Silva — PTB
8. D. O. N. 24-8-63 (S. I.) pág. 2-132
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Daniel Krieger — UDN
11. Lopes da Costa — UDN
12. Milton Campos — UDN
13. Ruy Palmeira — UDN
14. Heribaldo Vieira — UDN
15. Aloysio de Carvalho — Presidente — PL
16. Mem de Sá — PL

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1961.**

Da nova redação ao Item II do art. 95 da Constituição Federal.

(Irredutibilidade dos vencimentos dos juizes).

Eleita em 27-6-61, salvo os Senhores Senadores:

Lopes da Costa, designado em 29 de outubro de 1962;

Lobão da Silveira, designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto, designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento número 609-61, aprovado em 14-12-61;

Até 15-12-63 — Requerimento número 779-62; aprovado em 12-12-62.

**Membros — Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Lobão da Silveira — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Benedito Valladares — PSD.
5. Wilson Gonçalves — PSD.
6. Silvestre Péricles — PTB.
7. Bezerra Neto — PTB.
8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Lopes da Costa — UDN.
12. Milton Campos — Vice-Presidente — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Ruy Palmeira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Mem de Sá — PL.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7 de 1961.**

Da nova redação ao art. 65, item I, da Constituição Federal.

(Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado incluindo as de propor a exoneração dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente e aprovar o estabelecimento, rompimento e reatamento de relações diplomáticas com países estrangeiros)

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Senhores Senadores:

- Guido Mondin — designado em 29 de outubro de 1962;
- Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962;
- Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963;
- Wilson Gonçalves — designado em 23 de abril de 1963;
- Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;
- Pinto Ferreira — designado em 20 de abril de 1963;
- Amaury Silva — designado em 28 de abril de 1963;

**Prorrogações:**

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 7-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 16 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 780-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

**Membros — Partidos**

1. Menezes Pimentel — PSD.
2. Wilson Gonçalves — PSD.
3. Lobão da Silveira — PSD.
4. Ruy Carneiro — PSD.
5. Guido Mondin — PSD.
6. Silvestre Péricles — PSD.
7. Vivaldo Lima — PTB.
8. Amaury Silva — PTB.
9. Pinto Ferreira — PTB.
10. Eurico Rezende — UDN.
11. Daniel Krieger — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Lopes da Costa — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Lino de Matos — PTN.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1961.**

Acrescenta item ao art. 3º do Capítulo II — Presidente da República — da Emenda Constitucional nº 4, de 1961, que instituiu o sistema parlamentar de governo (Sobre a exoneração, por proposta do Senado do chefe de missão diplomática de caráter permanente)

Eleita em 8 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

- Vivaldo Lima — Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — Designado em 30 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar — Designado em 23 de abril de 1963;

Ruy Carneiro — Designado em 29 de abril de 1963;

Eurico Rezende — Designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira — Designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto — Designado em 23 de abril de 1962.

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1962.

**Prorrogações:**

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 608-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 781-62, aprovado em 2 de dezembro de 1962.

**Membros — Partidos**

1. Menezes Pimentel — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD.
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Jefferson de Aguiar — PSD
5. Guido Mondin — PSD.
6. Pinto Ferreira — PSB.
7. Bezerra Neto — PTB.
8. Amaury Silva — TB.
9. Vivaldo Lima — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Eurico Rezende — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Lopes da Costa — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Lino de Matos — PTN.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição**

Acrescenta dispositivo ao artigo 15, revoga o item V e o § 6º do artigo 19 substitui o § 5º do artigo 19 e o art. 22 da Constituição

(Modifica o regime de discriminação de rendas).

Eleita em 20 de novembro de 1961 salvo os Srs Senadores:

Barros Carvalho — Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — Designado em 19 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar — designado em 28 de abril de 1963;

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto — designado em 23 de abril de 1963;

**Prorrogações:**

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 605-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961;

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

**Membros — Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Menezes Pimentel — PSD.
3. Flinto Müller — PSD.
4. Guido Mondin — PSD.
5. Ruy Carneiro — PSD.
6. Amaury Silva — PTB.
7. Barros Carvalho — PTB.
8. Argemiro Figueiredo — PTB.
9. Bezerra Neto — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Eurico Rezende — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Ruy Palmeira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Lino de Matos — PTN.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10, de 1961.**

Acrescenta parágrafo ao art. 15 da Constituição Federal aplicação da parcela proveniente das cotas de impostos destinadas aos Municípios).

Eleita em 28.2.1962, salvo os Srs. Senadores:

Lopes da Costa — designado em 30.3.1962;

Guido Mondin — designado em 29.10.1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23.4.1963;

Eurico Rezende designado em 23.4.1963;

João Agripino — designado em 23.4.1963;

Silvestre Péricles — designado em 23.4.1963;

Cattete Pinheiro — designado em 23.4.1963.

**Senadores — Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Wilson Gonçalves — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Lobão da Silveira — PSD.
5. Guido Mondin — PSD.
6. Silvestre Péricles — PTB.
7. Nogueira da Gama — PTB.
8. Barros Carvalho — PTB.
9. Vago — PTB.
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Lopes da Costa — UDN
13. João Agripino — UDN.
14. Eurico Rezende — UDN
15. Josephat Marinho — S/legenda
16. Lino de Matos — PTN.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 11, de 1963.**

Acrescenta parágrafos 4º e 5º ao art. 28 da Constituição Federal (Criação de novos Municípios).

Eleita em 28.3.1962, salvo os Srs. Senadores:

Guido Mondin — designado em 29.10.1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

João Agripino — designado em 12-4-1963;

Cattete Pinheiro — designado em 23-4-1963.

**Prorrogação:**

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 784-62, aprovado em 12-12-62.

**Membros — Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Guido Mondin — PSD
6. Silvestre Péricles — PTB
7. Nogueira da Gama — PTB
8. Barros Carvalho — PTB
9. Milton Campos — UDN
10. Heribaldo Vieira — UDN
11. Eurico Rezende — UDN
12. João Agripino — UDN
13. Lopes da Costa — UDN
14. Aloysio de Carvalho — PL
15. Miguel Couto — PSP
16. Cattete Pinheiro — PTN

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 1, de 1962.**

(Altera a redação do art. 18 da Constituição, referente a obrigatoriedade de concurso para investidura em cargo inicial de carreira, instituindo a proibição de nomeações interinas).

Eleita em 10-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Menezes Pimentel — designado em 15-5-1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Leite Neto — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

João Agripino — designado em 23-4-1963;

Aurélio Vianna — designado em 23-4-1963.

**Prorrogação:**

Até 15-12-1963 — requerimento nº 785-62, aprovado em 12-12-1963.

**Membros — Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Silvestre Péricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Eurico Rezende — UDN
13. João Agripino — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Aurélio Vianna — PSB.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1962.**

(Institui nova discriminação de rendas em favor dos Municípios brasileiros).

Eleita em 23-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Leite Neto — designado em 23-4-1963;

Josephat Marinho — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

**Prorrogação:**

Até 15.12.1962 — Requerimento nº 708-62, aprovado em 12.12.1962.

**Membros — Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Silvestre Péricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josephat Marinho — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Lino de Matos — PTN

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1963

(Originação da Câmara dos Deputados)

Que da nova redação ao art. 1º da Constituição Federal (autonomia dos Municípios).

Designação em 22 de outubro de 1963

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD;  
Ruy Carneiro — PSD;  
Wilson Gonçalves — PSD;  
Jose Feliciano — PSD;  
Lobão da Silveira — PSD;  
Bezerra Neto — PTB;  
Edmundo Levi — PTB;  
Argemiro de Figueiredo — PTB;  
Melo Braga — PTB;  
Milton Campos, Presidente — UDN;  
Aloysio de Carvalho — UDN;  
Afonso Arinos — UDN;  
Eurico Rezende — UDN;  
Josaphat Marinho (Relator) — Pequenas Representações;  
Aurélio Vianna — Pequenas Representações;  
Júlio Leite (Vice-Presidente) — Pequenas Representações.

### Comissão Especial para estudar a situação da Casa da Moeda.

(7 MEMBROS)

(Criada em virtude da aprovação do Requerimento nº 551-63 do Sr. Jefferson de Aguiar, na sessão de 14-8-63).

Designação em 28-8-1963

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD;  
Wilson Gonçalves — PSD;  
Arthur Virgílio — PTB;  
Edmundo Levy — PTB;  
Adolpho Franco — UDN;  
Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN;  
Josaphat Marinho — S/legenda

### Comissão Especial para o estudo das causas que dificultam a produção agro-pecuária e suas repercussões negativas na exportação.

(Criada em virtude do Requerimento nº 559-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 2-8-1963).

(15 MEMBROS)

Membros — Partidos

- José Feliciano — PSD;  
Sigefredo Pacheco (Vice-Presidente) — PSD;  
José Ermírio (Presidente) — PTB;  
Lopes de Costa — UDN;  
Aurélio Vianna (Relator) — Pequenos Partidos.

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1962.

(Dispõe sobre a data do plebiscito previsto na Emenda Constitucional nº 3).

Eleita em 10-7-1962, salvo os Srs. Senadores:

- Wilson Gonçalves  
Leite Neto  
João Agripino  
Eurico Rezende e  
Josaphat Marinho (designado em 23-4-1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 787-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Silvestre Péricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. João Agripino — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Josaphat Marinho — S/legenda

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 5 de 1962.

Da nova redação ao art. 20 da Constituição.

(Determina a entrega aos Municípios de 30% da arrecadação dos Estados quando exceder as rendas municipais).

Eleita em 13-9-1962, salvo os Srs. Senadores.

- Wilson Gonçalves  
Leite Neto  
Josaphat Marinho  
Eurico Rezende  
Miguel Couto (designado em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 789-62, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Vago — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Campos — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Eurico Rezende — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Miguel Couto — PSP

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1962.

Altera a redação dos §§ 1º e 3º do art. 60 da Constituição Federal.

(Aumenta para 4 o número de representantes dos Estados e do Distrito Federal no Senado).

Eleita em 13-9-1962, salvo os Srs. Senadores

- Josaphat Marinho  
Wilson Gonçalves

Eurico Rezende  
Júlio Leite (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 790-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedito Valladares — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Vago — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josaphat Agripino — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Eurico Rezende — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Julio Leite — PR

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1962.

Revoga a Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema parlamentar de governo e o art. 61 da Constituição Federal, de 18 de setembro de 1946.

Eleita em 6-12-1961, salvo os Srs. Senadores

- Wilson Gonçalves  
Eurico Rezende  
Amaury Silva e  
Raul Giuberti (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 791-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Pedro Ludovico — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedito Valladares — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Eurico Rezende — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Raul Giuberti — PSP

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1963.

Altera a redação do inciso IX do art. 157 da Constituição referente ao trabalho de menores e mulheres e ao trabalho em indústrias insalubres).

Designada em 23-4-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Heribaldo Vieira — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Silvestre Péricles — PTB
11. Arthur Virgílio — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Josaphat Marinho — S/legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1963.

Altera os arts. 141, 146 e da Constituição Federal (referente ao direito de propriedade).

Designada em 23-4-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Silvestre Péricles — PTB
11. Argemiro de Figueiredo — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Josaphat Marinho — S/legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1963.

Da nova redação aos artigos nºs 26 e 63 da Constituição Federal (administração do Distrito Federal e matéria da competência privativa do Senado).

Eleita em 2-5-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Eduardo Catalão — PTB
11. Vasconcelos Torres — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
16. Aloysio de Carvalho — Pequenos Partidos
16. Josaphat Marinho — Pequenos Partidos

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1963.

Da nova redação aos arts. 44 e 45 da Constituição Federal, para conceder imunidades aos vereadores.

Designada em 20-5-1963

Senadores — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Lobão da Silveira — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
Menezes Pimentel — PSD  
Leite Neto — PSD  
Amaury Silva — PTB  
Bezerra Neto — PTB  
Pinto Ferreira — PTB  
Silvestre Péricles — PTB  
Adalberto Sena — PTB  
Eurico Rezende — UDN  
Milton Campos — UDN  
João Agripino — UDN  
Aloysio de Carvalho — PL  
Josaphat Marinho — S/legenda



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XIX — N.º 8

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 11 DE JANEIRO DE 1964

## SENADO FEDERAL

### ATA DA 16ª REUNIÃO, EM 10 DE JANEIRO DE 1964 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA

#### PRESIDÊNCIA DO SR. GUIDO MONDIN.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs Senadores:

Zacharias de Assumpção — Sebastião Archer — Joaquim Parente — Ermínio de Moraes — Bezerra Neto — Guido Mondin — (6).

#### O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 6 Srs. Senadores.

Não há número para abertura dos trabalhos.

Vou encerrar a presente reunião, designando para a próxima sessão, a seguinte

#### ORDEM DO DIA

##### TRABALHO DAS COMISSÕES

Encerra-se a reunião às 14.35 horas.

### COMISSÃO DIRETORA

#### ATA DA 1ª REUNIÃO, EM 8 DE JANEIRO DE 1964

Aos 8 de janeiro de 1964, reuniu-se a Comissão Diretora, sob a Presidência do Senador Auro Moura Andrade, presentes os Senadores Rui Palmeira, Gilberto Marinho, Joaquim Parente, Guido Mondin e Cássete Pinheiro.

O Senhor Primeiro Secretário propôs a aquisição de aparelhos de arrefrigerado, em número de 23, a fim de serem instalados no Senado, nos termos da tomada de preços já processada. A proposta foi aprovada por unanimidade.

A seguir foi aprovada a importação das máquinas complementares destinadas ao Serviço Gráfico inclusive uma rotativa, sendo também autorizada a aquisição de equipamento destinado à organização do arquivo fotográfico e de filmes do Senado, com os necessários projetores.

Em prosseguimento passou a Comissão a tratar dos assuntos pertinentes à execução da Resolução nº 38, de 1963.

O Senhor Presidente submeteu à Comissão os atos que a esta cumpria praticar, relativamente aos cargos criados no art. 4º.

Propôs, a seguir, a orientação a ser adotada quanto aos exames exigidos pelo § 2º do art. 10, compreendendo, além dos exames médicos, os destinados a apurar a instrução básica dos candidatos e o seu preparo para a função.

Os exames médicos deverão obedecer ao esquema geral adotado para a admissão de funcionários.

Os psicotécnicos objetivarão comprovar a adaptabilidade do candidato à função.

A instrução básica será apurada tendo-se em vista o preparo intelectual correspondente a cada grupo de atividades. Para Auxiliar de Secretaria Substituto compreenderá prova de língua portuguesa, aritmética, história do Brasil e dactilografia; para Ajudante de Portaria as mesmas matérias, excluída a última; para Serventes de Administração, as duas primeiras. Em cada caso, a prova atenderá aos níveis correspondentes às funções respectivas.

Para as demais categorias a verificação atenderá às exigências inerentes às funções em apreço, de acordo com orientação da Comissão Diretora.

Os exames médicos serão levados a efeito no Serviço Médico do Senado com recurso a serviços estranhos à Casa, para a complementação que se fizer necessária.

Os exames psicotécnicos serão realizados por Dona Glória Fernandina Quintela, Diretora das Publicações, dada a sua condição de técnica em assuntos dessa natureza, de renome nos meios científicos do país e do estrangeiro, com a colaboração de Dona Maria Antonietta Fonseca Paranaçu, também especialista de competência comprovada nesse gênero de pesquisas.

Para os demais exames são constituídas duas Comissões, tendo como integrantes — a primeira, o Doutor Herculano Rui Vaz Carneiro, Diretor da Assessoria como Presidente, Dona Aurea de Barros Régo, Diretora do Arquivo e o Doutor Mauro Cunha Campos de Moraes Castro, Redator e a segunda, os Senhores Rubens Pinto Duarte, Diretor da Biblioteca, Doutor Paulo Nunes Augusto de Figueiredo, Assessor Legislativo e Wilson de Menezes Pedrosa, Supervisor do Serviço Gráfico.

A primeira dessas Comissões deverá ocupar-se dos Auxiliares de Secretaria Substitutos dos Ajudantes de Portaria e dos Serventes de Administração

A segunda dos demais servidores a serem aproveitados no Quadro Especial.

Para as funções de Auxiliar de Secretaria deverão ser objeto de exames primeiro, os servidores *pro labore* enumerados sob esse título nas relações publicadas no *Diário do Congresso Nacional* de 20 de dezembro de 1963, com as retificações posteriores. A classificação dos candidatos, para aproveitamento no Quadro Especial, far-se-á de acordo com as notas obtidas, sendo considerados inabilitados os que não obtiverem o número mínimo de pontos que a Comissão Diretora estipular, mediante proposta da Comissão Examinadora respectiva. Restando vagas, serão admitidos a concorrer ao seu provimento os demais servidores *pro labore* que o requererem. Igualmente, para Ajudante de Portaria concorrerão, primeiro os servidores mencionados, sob esse título, na referida relação nominal, obedecendo igual critério para a classificação dos candidatos. Se restarem vagas, serão admitidos à competição os demais *pro labore* que o solicitarem. Quanto aos motoristas substitutos, havendo inabilitações, serão admitidos a concorrência para essa função servidores *pro labore* de outras categorias.

No tocante aos cargos de Oficial Legislativo, Auxiliar Legislativo, Oficial Auxiliar da Ata, Oficial Arquivologista e Ajudante de Almoxarife, constantes do art. 1º da Resolução nº 38 de 1963, tendo sido criados para a absorção de excedentes do Quadro Permanente, efetivados pela Resolução nº 19, de 1962, a investidura é automática, não havendo necessidade de novos atos de nomeação.

A Comissão Diretora aprovou, por unanimidade, a orientação e as providências sugeridas, autorizando o Senhor Presidente a baixar as instruções complementares que se tornarem necessárias.

Para a realização dos exames previstos de que trata o art. 10, § 2º, da Resolução nº 38, de 1963, foi fixado o prazo de trinta dias, a fim de que a Comissão Diretora com base nos respectivos resultados, possa praticar os atos necessários ao enquadramento do pessoal destinado às funções relacionadas no Quadro Especial.

Deliberou, ainda, a Comissão Diretora mandar abrir concurso público para preenchimento das vagas cujo provimento dependa dessa providência, nos termos do art. 22 da Resolução nº 38, de 1963, devendo o Senhor Diretor-Geral fazer publicar aviso a respeito.

quanto aos cargos da Portaria Gargem e Administração a serem providos de acordo com o disposto no art. 8º, letra e, a Comissão deliberou baixar os atos posteriormente.

Finalmente com base nos pareceres exarados pela Comissão de Classificação de Cargos, nos termos do art. 10 da Resolução nº 38, de 1963, a Comissão Diretora aprovou a readaptação do Taquígrafo de Debates PL-3, Edmar Lelio Vieira Faria Soares no cargo de Médico, de igual padrão, criado pela referida Resolução e a do Guardas de Segurança, PL-9, Antônio Corrêa Pacheco e Felix Antônio Orro nos de Auxiliar Legislativo, PL-9, que vagarem em consequência da aplicação do art. 16 do mesmo ato.

Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar, eu, Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral da Secretaria e Secretário da Comissão Diretora, lavrei a presente ata que, submetida à Comissão foi por ela aprovada. — Auro Moura Andrade, Presidente.

### ATOS DA COMISSÃO DIRETORA

A Comissão Diretora do Senado Federal, em sua reunião de 8 de janeiro do ano em curso, tendo em vista o disposto no art. 8º da Resolução nº 38, de 1963; determinou fossem feitas nos assentamentos dos servidores a serem aproveitados nos cargos criados pela mesma Resolução, nos Serviços de Radiodifusão, Gráfico e de Informação Legislativa, as devidas anotações, sendo aos interessados expedidos os competentes títulos, de acordo com a seguinte relação:

Para o cargo de Redator de Radiodifusão, PL-4

Arthur Levi Sequeira Schute  
Evandro Fonseca Paranaçu  
Sérgio Luiz Alagemovits  
Yvonne Régo Miranda

Para o cargo de Supervisor de Equipamento Eletrônico, PL-6

Heraldo de Abreu Coutinho

Para o cargo de Noticiarista de radiodifusão, PL-8

Antônio Augusto Gentil Cabral  
Jayme Corrêa de Sá  
Aboukir Sarres

# EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL  
ALEERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
MURILO FERREIRA ALVES FLORIANO GUIMARÃES

### DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional  
BRASÍLIA

#### ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONARIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,20.

#### Retificações

De publicações feitas no Diário do Congresso Nacional (Seção II) de 20 de dezembro de 1963.

A) Na Resolução nº 38, de 1963:

Página 3.954 (data da Resolução), onde está "Senado Federal, em 7 de dezembro de 1963", leia-se: "Senado Federal, em 19 de dezembro de 1963".

B) Nos Quadros anexos à mesma Resolução:

Página 3.954, onde está "2 Impressor Off Set" (1ª linha), leia-se: "4 Impressor Tipográfico".

Página 3.955, onde está "3 Operador de Som Substituto FT 6 — 49.700,00" (4ª linha), leia-se: "2 Operador de Telex FT 5 — 54.600,00".

Página 3.955, onde está "1 Conservador de Bomba d'Água" FT-7 — 42.800,00, (12ª linha), leia-se: "2 Conservador de Ar Condicionado — FT-6 — 49.700,00".

C) Em seguida ao Primeiro Quadro publicado à página 3.955, leia-se, como epigrafe do Quadro subsequente: "Pessoal lotado no Palácio Monroe".

D) Na Relação nominal dos Servidores a que se refere o artigo 8º da Resolução nº 38-63, a página 3.967, parte relativa ao Serviço de Informação Legislativa onde está "Humberto de Souza Mello", leia-se: "Humberto Haydt de Souza Mello".

E) Na Relação nominal dos servidores a que se refere o § 1º do artigo 10 da Resolução 38, de 1963 (Quadro Especial), à página 3.968 o nome do servidor Osmany José dos Reis deve figurar entre os Auxiliares da Secretaria Substitutos e não entre os Ajudantes de Portaria, como foi publicado. O de Mário Alves da Silva deve estar entre os Motoristas Substitutos e não entre os Vigias, como saiu.

## SENADO FEDERAL

### MESA

Presidente — Moura Andrade (PSD — SP).  
Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB — MG).  
Primeiro-Secretário — Rui Palmeira (UDN — AL).  
Segundo-Secretário — Gilberto Marinho (PSD — GB).  
Terceiro-Secretário — Adalberto Sena (PTB — ACRE).  
Quarto-Secretário — Cattete Pinheiro (PTN — PA).  
Primeiro-Suplente — Joaquim Parente — UDN — PI).  
Segundo-Suplente — Guido Mondin (PSD — RS).  
Terceiro-Suplente — Vasconcelos Torres (PTB — RJ).

### REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

#### PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

1. José Guilomar Acre (em exercício)
2. Eugênio Barros — Maranhão.
3. Lobão da Silveira — Pará.
4. Eugênio Barros — Maranhão.
5. Sebastião Archer — Maranhão.
6. Victorino Freire (em exercício o Suplente, Sr. Miguel Lins) — Maranhão.
7. Sigefredo Pacheco — Piauí.
8. Menezes Pimentel (em exercício o Suplente, Sr. Waldemar de Alcântara).
9. Wilson Gonçalves — Ceará.
10. Walfredo Gurgel — Rio Grande do Norte.

10. Ruy Carneiro — Paraíba.
11. Leite Neto — Sergipe.
12. Antônio Balbino — Bahia.
13. Jefferson de Aguiar — Espírito Santo.
14. Gilberto Marinho — Guanabara.
15. Moura Andrade — São Paulo.
16. Atílio Fontana — Santa Catarina.
17. Guido Mondin — R. G. Sul.
18. Benedicto Valadares — Minas Gerais.
19. Filinto Millier.
20. José Feliciano — Goiás.
21. Juscelino Kubitschek — Goiás.
22. Pedro Ludovico — Goiás.

#### PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

1. Adalberto Sena — Acre.
2. Oscar Passos — Acre.
3. Vivaldo Lima — Amazonas.
4. Edmundo Levi — Amazonas.
5. Artur Virgílio — Amazonas.
6. Antônio Juca — Ceará.
7. Dix-Huit Rosado — Rio Grande do Norte.
8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
9. Barros Carvalho — Pernambuco.
10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco.
11. José Ermirio — Pernambuco.
12. Silvestre Péricles — Alagoas.
13. Vasconcelos Torres — Rio de Janeiro.
14. Nelson Maculan (licenciado sem substituição) — Paraná.
15. Amaury Silva — Paraná (em exercício o suplente, Sr. Melo Braga).
16. Nogueira da Gama — Minas Gerais.
1. Zacarias de Assunção — Pará.
2. Joaquim Parente — Piauí.
3. José Cândido — Piauí.
4. Dinarte Mariz — R. G. Norte.
5. João Agripino — Paraíba.
6. Rui Palmeira — Alagoas.
7. Eurico Rezende — Espírito Santo.
8. Afonso Arinos — Guanabara: rals.
17. Bezerra Neto.

#### UNIAO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)

9. Padre Calazans — São Paulo.
10. Adolpho Franco — Paraná.
11. Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
12. Antônio Carlos — Santa Catarina.
13. Daniel Krieger — Rio Grande do Sul.
14. Milton Campos — Minas Gerais.
15. Lopes da Costa — Mato Grosso.

#### PARTIDO LIBERTADOR (PL)

1. Aloysio de Carvalho — Bahia.
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul.

#### PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

1. Cattete Pinheiro — Pará.
2. Lauro de Matos — São Paulo.

#### PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)

1. Raul Glubert — Espírito Santo.
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro.

#### PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

1. Aurélio Vianna — Guanabara.

#### MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro.

#### PARTIDO REPUBLICANO (PR)

1. Júlio Leite — Sergipe.

Para o cargo de Locutor de Rádio-difusão, PL-10

Francisco das Chagas Pompeu Fortuna

Leonel Amaro de Medeiros

Para o cargo de Auxiliar de Supervisor de Equipamento Eletrônico, PL-9

Scyllas de Carvalho Goês

Para o cargo de Operador de Rádio-difusão, PL-11

Gésner Batista Dutra  
Avon Siqueira Machado  
José Róseo Filho  
Valentim Ferreira da Costa  
Lúcio Parca  
Luiz do Nascimento

Para o cargo de Supervisor de Serviço Gráfico, PL-3

Wilson Menezes Pedrosa  
PL-6

Para o cargo de Controlador Gráfico,

Décio Braga de Carvalho  
Manoel de Andrade Moura  
Carlos Augusto Senise  
Mateus Teófilo Tourinho  
Sebastião Ernane Barbosa  
Sebastião Maia de Almeida

Para o cargo de Estoquista, PL-3

Etelmino Pedrosa

Para o cargo de Pesquisador, PL-6

Sara Ramos de Figueiredo  
Humberto Haydt de Souza Mello  
Jesse de Azevedo Barquero  
Léda-Maria Cardoso Naud  
Norma Izabel Ribeiro Martins  
Rogério Costa Rodrigues

Secretaria do Senado Federal, em 1 de janeiro de 1964. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

A Comissão Diretora em sua reunião de 8 de janeiro do ano em curso tendo em vista o pronunciamento da Comissão de Classificação de Cargos sobre o Requerimento nº 33, de 1963, de Edmar Lélis Vieira Faria Soares Tequigrafo de Debates, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, determinou, nos termos do artigo 20 § 7º da Resolução nº 38, de 1963, que o referido funcionário readaptado no cargo de Médico, PL-3, do mesmo Quadro criado pela citada Resolução, e expedido o competente título.

Secretaria do Senado Federal, em 8 de janeiro de 1964. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

#### PORTARIA Nº 2, DE 1964 DA COMISSÃO DIRETORA

A Comissão Diretora, tendo em vista o disposto no art. 10, §§ 1º e 2º, da Resolução nº 38 de 1963, resolve designar, para procederem ao exame prévio dos servidores a serem absorvidos no Quadro Especial criado pela mesma Resolução as seguintes Comissões:

1ª — Doutor Herculano Rui Vaz Carneiro, Diretor da Assessoria Legislativa (Presidente).

Dona Aurea de Barros Rego, Diretora do Arquivo

Doutor Mauro Cunha Campos de Moraes Castro, Assessor Legislativo;

2ª — Doutor Rubens Pinto Duarte, Diretor da Biblioteca (Presidente);

Doutor Paulo Nunes Augusto de Figueiredo, Assessor Legislativo;

Senhor Wilson de Menezes Pedrosa, Supervisor do Serviço Gráfico.

Senado Federal, 8 de janeiro de 1964. — Auro Moura Andrade, Presidente.



**PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO**

(PDC)

1. Arnou de Melo - Alagoas.  
SEM LEGENDA  
1. Josaphat Marinho - Bahia.  
2. Heribaldo Vieira - Sergipe.

**RESUMO**

Partido Social Democrático (P. S. D.)	62
Partido Trabalhista Brasileiro (P. T. B.)	17
União Democrática Nacional (U. D. N.)	15
Partido Libertador (P. L.)	2
Partido Trabalhista Nacional (P. T. N.)	2
Partido Social Progressista (P. S. P.)	2
Partido Socialista Brasileiro (P. S. B.)	1
Partido Republicano (P. R.)	1
Partido Democrata Cristão (P. D. C.)	1
Movimento Trabalhista Renovador (M. T. R.)	1
Sem legenda	2
<b>Total</b>	<b>65</b>

**BLOCOS PARTIDÁRIOS**

- 1º - Maioria (39) Membros):  
PSD  
PTB  
2º - Minoria (17) Membros):  
UDN  
PL  
3º - Pequenas Representações (9) Membros):  
PTN  
PSP  
PSB  
MTR  
PR  
PDC

**LIDERANÇAS**

**I - DOS BLOCOS PARTIDÁRIOS MAIORIA**

- Lider:**  
Barros Carvalho - (PTB) - (PE)  
**Vice-Líderes:**  
Victorino Freire - (PSD - MA).  
Vasconcelos Torres - (PTB - RJ).  
Jefferson de Aguiar - (PSD - ES).  
Lobão da Silveira - (PSD - PA).  
Artur Virgílio - (PTB - AM).  
Bezerra Neto - (PTB - MT).

**MINORIA**

- Lider:**  
João Agripino - (UDN - PB).  
**Vice-Líderes:**  
Daniel Krieger - (UDN - RS).  
Mem de Sá - (PL - RS).

**PEQUENA REPRESENTAÇÕES**

- Lider:**  
Lino de Matos - (PTN - SP).

**Vice-Líderes:**

- Aurélio Viana - (PSB - GE).  
**II - DOS PARTIDOS**  
PSD  
Benedicto Valladares - (MG).

**Vice Líderes:**

- Wilson Gonçalves - (CE).  
Sigefredo Pacheco - (PI).  
Walfredo Curgel - (RG).

**PTB**

**Lider:**

- Artur Virgílio - (AM).

**Vice-Líderes:**

- Amaury Silva (licenciado) - (PR).  
Vivaldo Lima - (AM).  
Bezerra Neto - (MI).

**UDN**

**Lider:**

- Daniel Krieger - (RS).

**Vice-Líderes:**

- Eurico Rezende - (ES).  
Padre Calazans - (SP).  
Adolfo Franco - (PR).

**PL**

**Lider:**

- Mem de Sá - (RS).

**Vice-Líderes:**

- Aloysio de Carvalho - (BA).

**PTN**

**Lider:**

- Lino de Matos - (SP).

**Vice-Líderes:**

- Cattete Pinheiro - (PA).

**PSP**

**Lider:**

- Miguel Couto - (RJ).

**Vice-Lider:**

- Raul Giuberti - (ES).

**COMISSÕES PERMANENTES**

**Comissão Diretora**

- Monra Andrade - Presidente (PSD).

- Nogueira da Gama (PTB)

- Adalberto Sena (PTB)

- Rui Palmeira (UDN)

- Gilberto Marinho (PSD)

- Joaquim Parente (UDN)

- Cattete Pinheiro (PTN)

- Guido Mondim (PSD)

- Vasconcelos Torres (PTB).

Reuniões Quartas-feiras, às 10 horas.

Secretário: Evandro Mendes Viana. Diretor-Geral.

**Comissão de Agricultura**

(7 MEMBROS)

Presidente - Vago.

Vice-Presidente - Eugênio Barros (PSD).

**COMPOSIÇÃO**

P. S. D.

TITULARES

- Eugênio Barros.

- José Feliciano.

**SUPLENTE**

1. Atilio Fontana.  
2. Pedro Ludovico.

P. T. B.

**TITULARES**

- Nelson Maculan (licenciado).  
Dix-Huit Rosado.  
Raul Giuberti.

**SUPLENTE**

1. Eduardi Catalão (\*).  
2. Aarão Steinbruch.  
3. Vago.

U. D. N.

**TITULARES**

- Lopes da Costa.  
Antônio Carlos.

**SUPLENTE**

1. Daniel Krieger.  
2. João Agripino.

**SUBSTITUTOS**

**Reuniões**

Quartas-feiras, às 16 horas.  
Secretário: J. Ney Passos Dantas. Auxiliar Legislativo PL-9.

**Comissão de Constituição e Justiça**

(11 MEMBROS)

Presidente - Milton Campos (UDN)  
Vice-Presidente - Wilson Gonçalves (PSD)

**COMPOSIÇÃO**

P. S. D.

**TITULARES**

- Jefferson de Aguiar.  
Rui Carneiro.  
Lobão da Silva.  
Wilson Gonçalves.  
Josaphat Marinho.

**SUPLENTE**

1. Menezes Pimentel (licenciado).  
2. Leite Neto.  
3. Benedicto Valladares.  
4. Aarão Steinbruch.

P. T. B.

**TITULARES**

- Amaury Silva (licenciado).  
Bezerra Neto.  
Edmundo Levi

**SUPLENTE**

1. Argemiro de Figueiredo (\*\*).  
2. Silvestre Pércioes.  
3. Melo Braga.

U. D. N.

**TITULARES**

- Aloysio de Carvalho.  
Milton Campos.

1. Afonso Arinos.

2. Daniel Krieger.

3. João Agripino.

**Reuniões**

Quarta-feira, às 16 horas.  
Secretário: Ronaldo Ferreira. Oficial Legislativo PL-8.

(\*) Em substituição do Senhor Nelson Maculan, como titular.

(\*\*) Em substituição do Senhor Eurico Rezende Amaury Silva, como titular.

**Comissão do Distrito Federal**

(7 MEMBROS)

Presidente - Lino de Matos.  
Vice-Presidente - Pedro Ludovico

**COMPOSIÇÃO**

P. S. D.

**TITULARES**

- Menezes Pimentel.  
Pedro Ludovico.  
Lino de Matos.

**SUPLENTE**

1. Filinto Müller.  
2. Eugênio Barros.  
3. Heribaldo Vieira.

P. T. B.

**TITULARES**

- Oscar Passos.  
Dix-Huit Rosado.

**SUPLENTE**

1. Aarão Steinbruch.  
2. Antônio Jucá.

U. D. N.

**TITULARES**

- Dinarte Mariz.  
Eurico Rezende.

**SUPLENTE**

1. Lopes da Costa.  
1. Zacharias de Assunção.

**Reuniões**

Quintas-feiras às 10 horas.  
Secretário: Juneta Ribeiro dos Santos. Oficial Legislativo PL-8.

**Comissão de Economia**

(9 MEMBROS)

Presidente - Filinto Müller (PSD).  
Vice-Presidente - José Ernildo (PTB).

**COMPOSIÇÃO**

P. S. D.

**TITULARES**

- Filinto Müller.  
Eugênio Barros.  
Atilio Fontana.  
José Guimard (licenciado)

**SUPLENTE**

1. Jefferson de Aguiar (\*).  
2. Sigefredo Pacheco.  
3. Sebastião Archer.

4. Josaphat Marinho

1. José Kairala

P. T. B.

**SUBSTITUTOS**

**TITULARES**

- Jose Ernildo.  
Nelson Maculan (licenciado).  
Júlio Leite

**SUPLENTE**

1. Oscar Passos (\*\*).  
2. Bezerra Neto

(\*) - Em substituição do Senhor José Guimard como titular.

(\*\*) - Em substituição do Senhor Nelson Maculan como titular.

**SUBSTITUTOS**  
 1. ... A Índice  
 2. Melo Braga  
**U. D. N.**  
**TITULARES**  
 Adolfo Franco  
 Lopes da Costa  
**SUPLENTE**  
 1. José Cândido  
 2. Zacarias de Assunção  
 Reuniões terça-feira - 16,00 horas  
 Secretário: Cid Brugger, Auxiliar Legislativo PL-10.

**Comissão de Educação e Cultura**

(7 MEMBROS)  
 Presidente - Menezes Pimentel (PSD)  
 Vice-Presidente - Padre Calazans - (UDN)

**COMPOSIÇÃO**  
**P. S. D.**  
**TITULARES**  
 Menezes Pimentel  
 Walfredo Gurgel  
**SUPLENTE**  
 1. Benedito Valladares  
 2. Sigefredo Pacheco

**SUBSTITUTOS**  
 1. Leite Neto  
**P. T. B.**  
**TITULARES**

Pessoa de Queiroz  
 Amaury Silva (licenciado)  
**SUPLENTE**  
 1. Vago.  
 3. Vago.

**U. D. N.**  
**TITULARES**  
 Antonio Carlos  
 Padre Calazans  
 Mem de Sá  
**SUPLENTE**

1. Adolfo Franco  
 2. Milton Campos  
 3. Arnon de Melo  
 Reuniões: 4ªs-feiras - 15 00 horas.  
 Secretário: Vera de Alvarenga Mar- fra, Oficial Legislativo PL-7.

**Comissão de Finanças**

(15 MEMBROS)  
 Presidente - Argemiro de Figueiredo - (PTB).  
 Vice-Presidente - Daniel Krieger - (UDN).

**P. S. P.**  
**COMPOSIÇÃO**  
**TITULARES**  
 Victorino Freire  
 Lobão da Silveira.  
 Sigefredo Pacheco.  
 Wilson Gonçalves.  
 Leite Neto.

**SUPLENTE**  
 1. José Guilomard (licenciado).  
 2. Eugênio Barros.  
 3. Menezes Pimentel  
 4. Afílio Fontana.  
 5. Pedro Ludovico  
**SUBSTITUTOS**  
 1. José Kairala.

**P. T. B.**  
**TITULARES**  
 Argemiro de Figueiredo.  
 Benedito Neto.  
 Dix-Huit Rosado.  
 Pessoa de Queiroz.  
 José Ermirio.

**SUPLENTE**  
 1. Nelson Maculan (licenciado).  
 2. Lino de Matos.  
 3. Amaury Silva (licenciado).  
 4. Aurélio Vianna.  
 5. Antônio Jucá.

**SUBSTITUTOS**  
 1. Edmundo Levi.  
 2. Melo Braga.  
**U. D. N.**  
**TITULARES**

Daniel Krieger.  
 Dinarte Mariz.  
 Irineu Bornhausen.  
 Lopes da Costa.

**SUPLENTE**  
 Adolfo Franco.  
 2. Eurico Rezende.  
 3. João Agripino.  
 4. Milton Campos.

**PL**  
**TITULARES**  
 Mem de Sá.  
**SUPLENTE**

1. Aloysio de Carvalho.  
 Reuniões: 4ªs feiras - 10,00 ho- ras.  
 Secretário: Cid Brugger, Auxiliar Legislativo, PL-10.

**Comissão de Legislação Social**

(9 MEMBROS)  
 Presidente: Vivaldo Lima - PTB.  
 Vice-Presidente: Ruy Carneiro - (PSD).

**COMPOSIÇÃO**  
**P. S. D.**  
**TITULARES**  
 Ruy Carneiro.  
 Walfredo Gurgel.  
 José Guilomard (licenciado).  
 Raul Giubert.

**SUPLENTE**  
 1. Leite Neto  
 2. Lobão da Silveira.  
 3. Eugênio Barros  
 4. João Leite

**SUBSTITUTOS**  
 Afílio Fontana  
 José Kairala.

**P. T. B.**  
**TITULARES**  
 Amaury Silva (licenciado).  
 Heráclides Pereira.  
 Vivaldo Lima

**SUPLENTE**  
 Aurélio Vianna (\*\*).  
 2. Pessoa de Queiroz.  
 3. Antônio Jucá

(\*) - Em substituição ao Senhor José Guilomard como titular  
 (\*\*) - Em substituição ao Senhor Amaury Silva como titular

**SUBSTITUTOS**  
 1. Melo Braga.  
**U. D. N.**  
**TITULARES**  
 Eurico Rezende  
 Antônio Carlos

**SUPLENTE**  
 1. Lopes da Costa  
 4. Zacarias de Assunção  
 Reuniões: 4ªs. feiras às 10 horas.  
 Secretário: Vera de Alvarenga Mar- fra, Oficial Legislativo, PL-7.

**Comissão do Polígono das Secas**

(7 MEMBROS)  
 Presidente - Ruy Carneiro (PSD)  
 Vice-Presidente - Aurélio Vianna (PSD)

**COMPOSIÇÃO**  
**P. T. B.**  
**TITULARES**  
 Wilson Gonçalves  
 Ruy Carneiro

**SUPLENTE**  
 1. Sigefredo Pacheco  
 2. Leite Neto  
**P. T. B.**  
**TITULARES**

Dix-Huit Rosado  
 Aurélio Vianna  
**SUPLENTE**  
 1. Argemiro de Figueiredo  
 2. Arnon de Melo  
 3. João Leite

**U. D. N.**  
**TITULARES**  
 Dinarte Mariz  
 José Cândido

**SUPLENTE**  
 1. João Agripino  
 2. Lopes da Costa  
 Reuniões: 5ªs feiras - 16 horas.  
 Secretário: Ney Passos Dantas  
 Auxiliar Legislativo, PL-9.

**Comissão de Redação**

(5 MEMBROS)  
 Presidente - Dix-Huit Rosado (PTB).  
 Vice-Presidente - Padre Calazans

**COMPOSIÇÃO**  
**P. S. D.**  
**TITULARES**  
 Walfredo Gurgel  
 Sebastião Archer

**SUPLENTE**  
 1. Lobão da Silveira.  
 2. José Feliciano.  
**SUBSTITUTOS**  
 1. Menezes Pimentel (licenciado).

**P. T. B.**  
**TITULARES**  
 Dix-Huit Rosado.

**SUPLENTE**  
 Heribaldo Vieira.  
**U. D. N.**  
**TITULARES**

Padre Calazans.  
 Júlio Leite.  
**SUPLENTE**  
 1. João Agripino.  
 2. Josephat Marinho.

Reuniões: 4ªs Feiras às 16 horas  
 Secretário: Sarah Abrahão, Oficial Legislativo, PL-8.

**Comissão de Relações Exteriores**

(11 MEMBROS)  
 Presidente - Jefferson de Aguiar (PSD).  
 Vice-Presidente - Passos de Queiroz (PTB).

**COMPOSIÇÃO**  
**P. S. D.**  
**TITULARES**  
 Benedito Valladares.  
 Filinto Müller.  
 Jefferson de Aguiar.  
 Araújo Steinbruch.

**SUPLENTE**  
 1. Menezes Pimentel.  
 2. Ruy Carneiro.  
 3. José Guilomard (licenciado).  
 4. Victorino Freire.

**SUBSTITUTOS**  
 1. José Kairala.  
**P. T. B.**  
**TITULARES**

Pessoa de Queiroz.  
 Vivaldo Lima.  
 Eduardo Catalão.  
**SUPLENTE**

1. Oscar Passos.  
 2. Argemiro de Figueiredo.  
 3. Antônio Jucá.

**U. D. N.**  
**TITULARES**  
 Antonio Carlos.  
 José Cândido.  
 Padre Calazans.  
 Arnon de Melo.

**SUPLENTE**  
 1. Daniel Krieger.  
 2. Eurico Rezende.  
 3. João Agripino.  
 4. Mem de Sá.

Reuniões: 5ªs-feiras - 15,00 ho- ras.  
 Secretário: Castejon J. B. Branco.  
 Oficial Legislativo, PL-6.

**Comissão de Saúde**

(16 MEMBROS)  
 Presidente - Lopes da Costa - (UDN).  
 Vice-Presidente - Dix-Huit Rosado (PTB).

**COMPOSIÇÃO**  
**P. S. D.**  
**TITULARES**  
 Pedro Ludovico  
 Sigefredo Pacheco

**SUPLENTE**  
 1. Eugenio Bastos  
 2. Walfredo Gurgel  
**P. T. B.**  
**TITULARES**

Dix-Huit Rosado  
 Suplentes  
 Antônio Jucá

**U. D. N.**  
**SUPLENTE**  
 Lopes da Costa  
**SUPLENTE**  
 Padre Calazans

**SUPLENTE**

Raul Gilberti  
Reuniões: Quintas-feiras — 15 horas).  
Secretário: Eduardo Rul Barbosa  
Auxiliar Legislativo PL-10.

**Comissão de Segurança Nacional**  
(7 MEMBROS)

Presidente — Zacarias de Assunção (UDN).  
Vice-Presidente — Silvestre Péricles (PTB).

**COMPOSIÇÃO**

PSD

**TITULARES**

José Guilomard (Licenciado)  
Victorino Freire

**SUPLENTE**

1. Ruy Carneiro

1. Atilio Fontana (\*)

**SUBSTITUTO**

2. José Karala

P.T.B.

**TITULARES**

Silvestre Péricles  
Osor Passos

**SUPLENTE**

1. Dix-Huit Rosado

2. Vago.

U.D.N.

**TITULARES**

Irineu Bornhausen  
Zacharias de Assunção

**SUPLENTE**

1. Adolfo Franco.

2. Eurico Resende

P.S.P.

**TITULAR**

Raul Gilberti

**SUPLENTE**

1. Miguel Couto

Reuniões: Quintas-feiras — (16 horas).

Secretário: Alexandre Pfaender, Oficial Legislativo PL-8.

(\*) — Em substituição ao Sr. José Guilomard, como titular.

**Comissão de Serviço Público Civil**  
(7 MEMBROS)

Presidente — Silvestre Péricles (PTB).  
Vice-Presidente — Leite Neto (PSD)

**Composição**

PSD

**TITULARES**

Leite Neto.  
Sigefredo Pacheco

**SUPLENTE**

1. Victorino Freire

2. Benedito Valladares

PTB

**TITULARES**

Silvestre Péricles (Licenciado)  
Nelson Maculan

**SUPLENTE**

1. Edmundo Levi

2. Vago

UDN

**TITULARES**

Antonio Carlos

**Prorrogações:**

Antonio Carlos  
Padre Calazans

**SUPLE/TES**

1. Dinarte Marins  
2. Lopes da Costa

PL

**TITULAR**

Aloysio de Carvalho

**SUPLENTE**

Mem de Sá

Reuniões: Terças-feiras — 16,00 horas.

Secretário: J. Ney Passos Dantas.  
Auxiliar Legislativo, PL-9.

**Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas**  
(5 MEMBROS)

Presidente José Feliciano (PSD).  
Vice-Presidente — Irineu Bornhausen (UDN).

PSD

**TITULARES**

Jose Feliciano  
Sebastião Archer

**SUPLE/TES**

1. Jefferson de Aguiar

2. Filinto Muller

PTB

**TITULARES**

Bezerra Neto

Lino de Matos

**SUPLENTE**

1. Silvestre Péricles

UDN

**TITULAR**

Irineu Bornhausen

**SUPLENTE**

Zacharias de Assunção.

Reuniões: Quartas-feiras — 16,00 horas.

Secretário: Alexandre Pfaender, Oficial Legislativo, PL-8.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961.**

Dispõe sobre: Altera os artigos 26, 58, 59, 60, 110 e o parágrafo único do art. 112 da Constituição Federal.

— organização administrativa do Distrito Federal.

— vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal;

— regime de rendas do Distrito Federal;

— composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e do Tribunal Superior Eleitoral;

— processo de escolha do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal;

— aplicação da cota do imposto de renda, inada aos Municípios;

Eleita em 15-6-1961, com exceção dos Srs Senadores:

Barros Carvalho — designado em 30-2-1962.

Nelson Maculan — designado em 15-5-1963.

Lobão da Silveira — designado em 23-4-1963.

Lopes da Costa — designado em 29-10-1962.

**SUPLENTE**

Até 14-12-1962 — Requerimento número 611-61, aprovado em 15-12-61;  
Até 15-12-1963 — Requerimento nº 778-62, aprovado em 12-12-62.

**Membros — Partidos**

1 Jefferson de Aguiar — Relator — PSD.

2 Lobão da Silveira — PSD.

3 Ruy Carneiro — PSD.

4 Benedito Valladares — PSD.

5 Wilson Gonçalves — PSD.

6 Nelson Maculan — PTB.

7 Silvestre Péricles — PTB.

8 Nogueira da Gama — PTB.

9 Barros Carvalho — PTB.

10 Daniel Krieger — Vice-Presidente — UDN.

11 Lopes da Costa — UDN.

12 Milton Campos — UDN.

13 Heribaldo Vieira — UDN.

14 Ruy Palmeira — UDN.

15 Aloysio de Carvalho — PL.

16 Mem de Sá — PL.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1961.**

Altera o § 1º do art. 181 da Constituição Federal.

(Aposentadoria do funcionário aos trinta anos de serviço).

Eleito em 21-5-62, salvo os Srs. Senadores:

Lobão da Silveira  
Wilson Gonçalves e  
Amaury Silva, designado em 23 de abril de 1963.

**Prorrogações:**

Até 15-12-1962 — Requerimento número 610-61 aprovado em 14-12-1961.

Até 15-12-1963 —) Requerimento número 798-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

**Membros — Partidos**

1 Jefferson de Aguiar — PSD.

2 Lobão da Silveira — Relator — PSD.

3 Ruy Carneiro — PSD.

4 Benedito Valladares — PSD.

5 Wilson Gonçalves — PSD.

6 Silvestre Péricles — Relator — PTB.

7 Amaury Silva — PTB.

D. C. N. 24-8-63 (S.I.) pág 2.132

8 Nogueira da Gama — PTB.

9 Barros Carvalho — PTB.

10 Daniel Krieger — UDN.

11 Lopes da Costa — UDN.

12 Milton Campos — UDN.

13 Ruy Palmeira — UDN.

14 Heribaldo Vieira — UDN.

15 Aloysio de Carvalho — Presdente — PL.

16 Mem de Sá — PL.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1961.**

Da nova redação ao Item II do art. 95 da Constituição Federal.

(Irredutibilidade dos vencimentos dos juizes).

Eleita em 27-6-61, salvo os Senhores Senadores:

Lopes da Costa, designado em 29 de outubro de 1962;

Lobão da Silveira, designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto, designado em 23 de abril de 1963.

**Prorrogações:**

Até 15-12-1962 — Requerimento número 609-61, aprovado em 14-12-61;

Até 15-12-63 — Requerimento número 779-62; aprovado em 12-12-62.

**Membros — Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Lobão da Silveira — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Benedito Valladares — PSD.
5. Wilson Gonçalves — PSD.
6. Silvestre Péricles — PTB.
7. Bezerra Neto — PTB.
8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Lopes da Costa — UDN.
12. Milton Campos — Vice-Presidente — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Ruy Palmeira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Mem de Sá — PL.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 7 de 1961.**

Dá nova redação ao art. 65, item I, da Constituição Federal.

(Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado incluindo as de propor a exoneração dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente e aprovar o estabelecimento, rompimento e reatamento de relações diplomáticas com países estrangeiros.)

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Senhores Senadores:

Guido Mondim — designado em 29 de outubro de 1962;

Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962;

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963;

Wilson Gonçalves — designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira — designado em 20 de abril de 1963;

Amaury Silva — designado em 28 de abril de 1963;

**Prorrogações:**

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 777-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 16 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 780-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

**Membros — Partidos**

- 1 Menezes Pimentel — PSD.
- 2 Wilson Gonçalves — PSD.
- 3 Lobão da Silveira — PSD.
- 4 Ruy Carneiro — PSD.
- 5 Guido Mondim — PSD.
- 6 Silvestre Péricles — PSD.
- 7 Vivaldo Lima — PTB.
- 8 Amaury Silva — PTE.
- 9 Pinto Ferreira — PTB.
- 10 Eurico Rezende — UDN.
- 11 Daniel Krieger — UDN.
- 12 Milton Campos — UDN.
- 13 Heribaldo Vieira — UDN.
- 14 Lopes da Costa — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — PL.
- 16 Lino de Matos — PTN.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1961.**

Acrescenta item ao art 3º do Capítulo II — Presidente da República — da Emenda Constitucional nº 4 de 1961 que instituiu o sistema parlamentar de governo (Sobre a exoneração por proposta do Senado do chefe de missão diplomática de caráter permanente)

Eleita em 5 de outubro de 1961, salvo os Srs Senadores

Vivaldo Lima — Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — Designado em 30 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar — Designado em 23 de abril de 1963;

Ruy Carneiro — Designado em 29 de abril de 1963;

Eurico Rezende — Designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira — Designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto — Designado em 23 de abril de 1962.

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1962.

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 608-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 781-62, aprovado em 2 de dezembro de 1963.

Membros — Partidos

- 1 Menezes Pimentel — PSD
2 Ruy Carneiro — PSD
3 Lobão da Silveira — PSD
4 Jefferson de Aguiar — PSD
5 Guido Mondin — PSD
6 Pinto Ferreira — PSD
7 Bezerra Neto — PTB
8 Amaury Silva — PTB
9 Vivaldo Lima — PTB
10 Daniel Krieger — UDN
11 Eurico Rezende — UDN
12 Milton Campos — UDN
13 Heribaldo Vieira — UDN
14 Lopes da Costa — UDN
15 Aloysio de Carvalho — PL
16 Lino de Mattos — PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição

Acrescenta dispositivo ao artigo 15 revoga o item V e o 5º do artigo 19 substitui o 5º do artigo 19 e o art. 22 da Constituição

(Modifica o regime de discriminação de rendas)

Eleita em 20 de novembro de 1961, salvo os Srs Senadores;

Barros Carvalho — Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — Designado em 18 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar — designado em 28 de abril de 1963;

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto — designado em 23 de abril de 1963;

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 605-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961;

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
2 Menezes Pimentel — PSD
3 Filinto Müller — PSD
4 Guido Mondin — PSD
5 Ruy Carneiro — PSD
6 Amaury Silva — PTB
7 Barros Carvalho — PTB
8 Argemiro de Figueiredo — PTB
9 Bezerra Neto — PTB
10 Daniel Krieger — UDN
11 Eurico Rezende — UDN
12 Milton Campos — UDN
13 Heribaldo Vieira — UDN
14 Ruy Carneiro — UDN
15 Aloysio de Carvalho — PL
16 Lino de Mattos — PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10, de 1961.

Acrescenta parágrafo ao art. 16 da Constituição Federal aplicação da parcela proveniente das cotas de impostos destinadas aos Municípios)

Eleita em 28 2 1962, salvo os Srs. Senadores:

Lopes da Costa — designado em 30.3.1962;

Guido Mondin — designado em 29.10.1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23.4.1963.

Eurico Rezende designado em 23.4.1963;

João Agripino — designado em 23.4.1963;

Silvestre Pericles — designado em 23.4.1963;

Catete Pinheiro — designado em 23.4.1963.

Senadores — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
2 Wilson Gonçalves — PSD
3 Ruy Carneiro — PSD
4 Lobão da Silveira — PSD
5 Guido Mondin — PSD
6 Silvestre Pericles — PTB
7 Nogueira da Gama — PTB
8 Barros Carvalho — PTB
9 v. g. — PTB
10 Milton Campos — UDN
11 Heribaldo Vieira — UDN
12 Lopes da Costa — UDN
13 João Agripino — UDN
14 Eurico Rezende — UDN
15 Josaphat Marinho — S. Legenda
16 Lino de Mattos — PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 11, de 1963.

Acrescenta parágrafos 4º e 5º ao art. 23 da Constituição Federal (Criação de novos Municípios).

Eleita em 28 3 1962, salvo os Srs. Senadores:

Guido Mondin — designado em 29.10.1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

João Agripino — designado em 23-4-1963;

Catete Pinheiro — designado em 23-4-1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 84-62, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
2 Wilson Gonçalves — PSD
3 Ruy Carneiro — PSD
4 Lobão da Silveira — PSD
5 Guido Mondin — PSD
6 Silvestre Pericles — PTB
7 Nogueira da Gama — PTB
8 Barros Carvalho — PTB
9 Milton Campos — UDN
10 Heribaldo Vieira — UDN
11 Eurico Rezende — UDN
12 João Agripino — UDN
13 Lopes da Costa — UDN
14 Aloysio de Carvalho — PL
15 Miguel Couto — PSP
16 Catete Pinheiro — PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1962.

(Altera a redação do art. 186 da Constituição, referente a obrigatoriedade de concurso para a investidura em cargo inicial na carreira, instituindo a proibição de nomeações interinas).

Eleita em 10-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Menezes Pimentel — designado em 15-5-1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Leite Neto — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

João Agripino — designado em 23-4-1963;

Aurélio Vianna — designado em 23-4-1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 785-62, aprovado em 12-12-1963.

Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
2 Wilson Gonçalves — PSD
3 Ruy Carneiro — PSD
4 Lobão da Silveira — PSD
5 Leite Neto — PSD
6 Menezes Pimentel — PSD
7 Silvestre Pericles — PTB
8 Nogueira da Gama — PTB
9 Barros Carvalho — PTB
10 Milton Campos — UDN
11 Heribaldo Vieira — UDN
12 Eurico Rezende — UDN
13 João Agripino — UDN
14 Daniel Krieger — UDN
15 Aloysio de Carvalho — PL
16 Aurélio Vianna — PSB

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1962.

(Institui nova discriminação de rendas em favor dos Municípios brasileiros)

Eleita em 23-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Leite Neto — designado em 23-4-1963;

Josaphat Marinho — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

Prorrogação:

Até 16 12 1962 — Requerimento nº 08-62, aprovado em 12. 12. 1962.

Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
2 Wilson Gonçalves — PSD
3 Ruy Carneiro — PSD
4 Lobão da Silveira — PSD
5 Leite Neto — PSD
6 Menezes Pimentel — PSD
7 Silvestre Pericles — PTB
8 Nogueira da Gama — PTB
9 Barros Carvalho — PTB
10 Milton Campos — UDN
11 Heribaldo Vieira — UDN
12 Josaphat Marinho — UDN
13 Eurico Rezende — UDN
14 Daniel Krieger — UDN
15 Aloysio de Carvalho — PL
16 Lino de Mattos — PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1963

(Originário da Câmara dos Deputados)

Que dá nova redação ao art. 1º do art. 28 da Constituição Federal (autonomia dos Municípios).

Designação em 22 de outubro de 1963

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD;
Wilson Gonçalves — PSD;
José Feliciano — PSD;
Lobão da Silveira — PSD;
Bezerra Neto — PTB;
Edmundo Levi — PTB;
Argemiro de Figueiredo PTB;
Meio Braga — PFB;
Milton Campos Presidente — UDN;
Aloysio de Carvalho — UDN;
Afonso Arinos — UDN;
Eurico Rezende — UDN;
Josaphat Marinho (Relator) — Pequenas Representações;
Aurélio Vianna — Pequenas Representações;
Júlio Leite (Vice-Presidente) — Pequenas Representações.

Comissão Especial para estudar a situação da Casa da Moeda.

(7 MEMBROS)

(Criada em virtude da aprovação do Requerimento nº 561-63 do Sen Jefferson de Aguiar, na sessão de 14-8-63.

Designação em 28-8-1963

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD;
Wilson Gonçalves — PSD;
Arthur Virgílio — PTB;
Edmundo Levi — PTB;
Adolpho Franco — UDN;
Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN;
Josaphat Marinho — S. Legenda

Comissão Especial para o estudo das causas que dificultam a produção agro-pecuária e suas repercussões negativas na exportação.

(Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 20-8-1963).

(6 MEMBROS)

Membros — Partidos

- José Feliciano — PSD;
Sigefredo Pacheco (Vice-Presidente) — PSD;
José Ermírio (Presidente) — PTB;
Lopes da Costa — UDN;
Aurélio Vianna (Relator) — Pequenos Partidos.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1962.

(Dispõe sobre a data do plebiscito previsto na Emenda Constitucional nº 3).

Eleita em 10.7.1962, salvo os Srs Senadores:

- Wilson Gonçalves
Leite Neto
João Agripino
Eurico Rezende e
Josaphat Marinho (designado em 4.1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 - Requerimento nº 7-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Silvestre Péricles - PTB
Nogueira da Gama - PTB
Barros Carvalho - PTB
Milton Campos - UDN
Heribaldo Vieira - UDN
João Agripino - UDN
Eurico Rezende - UDN
Daniel Krieger - UDN
Mem de Sá - PL
Josaphat Marinho - S/legenda

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 5 de 1962.

Dá nova redação ao art. 20 da Constituição.

(Determina a entrega aos Municípios de 30% da arrecadação dos Estados quando exceder as rendas municipais).

Eleita em 13.9.1962, salvo os Srs Senadores.

- Wilson Gonçalves
Leite Neto
Josaphat Marinho
Eurico Rezende

Miguel Couto (designado em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 - Requerimento nº 1-62, aprovado em 12.12.62.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Leite Neto - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Vago - PTB
Nogueira da Gama - PTB
Barros Carvalho - PTB
Milton Campos - UDN
Heribaldo Campos - UDN
Josaphat Marinho - UDN
Daniel Krieger - UDN
Eurico Rezende - UDN
Mem de Sá - PL
Miguel Couto - PSP

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1962.

Altera a redação dos §§ 1º e 3º do art. 60 da Constituição Federal.

(Aumenta para 4 o número de representantes dos Estados e do Distrito Federal no Senado).

Eleita em 13.9.1962, salvo os Srs Senadores

- Josaphat Marinho
Wilson Gonçalves

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1963.

Altera os arts. 141 146 e 147 da Constituição Federal (referente ao direito de propriedade).

Designada em 23-4-1963

Membros - Partidos

- 1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Ruy Carneiro - PSD
3. Lobão da Silveira - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Benedito Valladares - PSD
6. Menezes Pimentel - PSD
7. Vago - PTB
8. Nogueira da Gama - PTB
9. Barros Carvalho - PTB
10. Milton Campos - UDN
11. Heribaldo Vieira - UDN
12. Josaphat Marinho - UDN
13. Daniel Krieger - UDN
14. Eurico Rezende - UDN
15. Mem de Sá - PL
16. Julio Leite - PR

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1962.

Revoga a Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema parlamentar de governo e o art. 61 da Constituição Federal, de 18 de setembro de 1946.

Eleita em 6.12.1962, salvo os Srs Senadores

- Wilson Gonçalves
Eurico Rezende
Amaury Silva e
Raul Guberti (designados em 25 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 - Requerimento nº 791-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros - Partidos

- 1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Ruy Carneiro - PSD
3. Pedro Ludovico - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Benedito Valladares - PSD
6. Menezes Pimentel - PSD
7. Amaury Silva - PTB
8. Nogueira da Gama - PTB
9. Barros Carvalho - PTB
10. Milton Campos - UDN
11. Heribaldo Vieira - UDN
12. Eurico Rezende - UDN
13. Daniel Krieger - UDN
14. João Agripino - UDN
15. Mem de Sá - PL
16. Raul Guberti - PSP

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1963.

Altera a redação do inciso IX do art. 157 da Constituição referente ao trabalho de menores e mulheres e ao trabalho em indústrias insalubres).

Designada em 23-4-1963

Membros - Partidos

- 1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Ruy Carneiro - PSD
3. Lobão da Silveira - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Menezes Pimentel - PSD
6. Heribaldo Vieira - PSD
7. Amaury Silva - PTB
8. Bezerra Neto - PTB
9. Vago - PTB
10. Silvestre Péricles - PTB
11. Arthur Virgílio - PTB
12. Eurico Rezende - UDN
13. Milton Campos - UDN
14. João Agripino - UDN
15. Josaphat Marinho - S/legenda
16. Aloysio de Carvalho - PL

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1963.

Altera os arts. 141 146 e 147 da Constituição Federal (referente ao direito de propriedade).

Designada em 23-4-1963

Membros - Partidos

- 1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Ruy Carneiro - PSD
3. Lobão da Silveira - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Menezes Pimentel - PSD
6. Leite Neto - PSD
7. Amaury Silva - PTB
8. Bezerra Neto - PTB
9. Vago - PTB
10. Silvestre Péricles - PTB
11. Argemiro de Figueiredo - PTB
12. Eurico Rezende - UDN
13. Milton Campos - UDN
14. Daniel Krieger - UDN
15. Josaphat Marinho - S/legenda
16. Aloysio de Carvalho - PL

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1963.

Dá nova redação aos artigos nºs 26 e 63 da Constituição Federal (administração do Distrito Federal e matéria da competência privativa do Senado).

Eleita em 2-5-1963

Membros - Partidos

- 1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Ruy Carneiro - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Menezes Pimentel - PSD
6. Leite Neto - PSD
7. Amaury Silva - PTB
8. Bezerra Neto - PTB
9. Vago - PTB
10. Eduardo Catalão - PTB
11. Vasconcelos Torres - PTB
12. Eurico Rezende - UDN
13. Milton Campos - UDN
14. Daniel Krieger - UDN
15. Aloysio de Carvalho - Pequenos Partidos

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1963.

Altera a redação do inciso IX do art. 157 da Constituição referente ao trabalho de menores e mulheres e ao trabalho em indústrias insalubres).

Designada em 20-5-1963

Senadores - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
Finto Ferreira - PTB
Silvestre Péricles - PTB
Adalberto Sena - PTB
Eurico Rezende - UDN
Milton Campos - UDN
João Agripino - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Josaphat Marinho - S/legenda

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 5, de 1963.

Dá nova redação ao item II e ao § 4º do artigo 19 da Constituição referentes ao imposto de Vendas e Consignações:

Designada em 23-4-1963

Membros - Partidos

- 1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Ruy Carneiro - PSD
3. Lobão da Silveira - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Menezes Pimentel - PSD
6. Leite Neto - PSD
7. Amaury Silva - PTB
8. Bezerra Neto - PTB
9. Vago - PTB
10. Humberto Neder - PTB
11. Argemiro de Figueiredo - PTB
12. Eurico Rezende - UDN
13. Milton Campos - UDN
14. Daniel Krieger - UDN
15. Aloysio de Carvalho - PL
16. Josaphat Marinho - Pequenos Partidos.

Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.

(Criada em virtude da aprovação em 8.9.1963, sessão extraordinária do Requerimento nº 655-63, do Sr. Senador José Ermirio).

(6 MEMBROS)

Membros - Partidos

- José Feliciano - PSD
Atilio Fontana - PSD
Eugênio Barros - PSD
José Ermirio (Relator) - PTB
Bezerra Neto - PTB
Melo Braga - PTB
Lopes da Costa - UDN
Milton Campos - Presidente - UDN
João Leite - Vice-Presidente - Pequenas Representações.

Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas.

(Criada em virtude da aprovação em 2-8-1963, do Requerimento nº 331-63, do Senador Gouvêa Vieira).

(6 MEMBROS)

Membros - Partidos

- Atilio Fontana (Presidente) - PSD
José Feliciano (Vice-Presidente) - PSD
José Ermirio (Relator) - PTB
Adolpho Franco - UDN
Aurélio Vianna - Pequenas Representações.

Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional.

(Criada pela Resolução nº 11-63).

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Leite Neto (Presidente) - PSD
Nelson Maculan - PTB
João Agripino (Relator) - UDN
Josaphat Marinho - Pequenas Representações.



### Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas.

(Criada em virtude da aprovação, em 2-8-1963, do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira)

(5 MEMBROS)

Membros - Partidos

Atilio Fontana (Presidente) - PSD  
José Feliciano (Vice-Presidente) - PSD.

José Ermillo (Relator) - PTB.  
Adolpho Franco - UDN.  
Aurélio Vianna - Pequenas Representações.

### Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

(Criada em virtude da aprovação, em 18-9-1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 635 de 1963, do Sr. Senador José Ermirio).

(9 MEMBROS)

Membros - Partidos

José Feliciano - PSD.  
Atilio Fontana - PSD.

Eugênio Barros - PSD.

José Ermillo (Relator) - PTB.

Bezerra Neto - PTB.

Melo Braga - PTB.

Lopes da Costa - UDN.

Milton Campos - Presidente UDN.

Júlio Leite - Vice-Presidente - Pequenas Representações.

### Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acêrvos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional

(Criada pela Resolução nº 11 de 1963).

(5 MEMBROS)

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD.

Leite Neto (Presidente) - PSD.

Nelson Maculan (Vice-Presidente) - PTB.

João Agripino (Relator) - UDN.

Josaphat Marinho - Pequenas Representações.

### Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos apontados da tribuna do Senado, na Sessão de 23 do corrente, e outros relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento dos Correios e Telégrafos.

(Criada em virtude da aprovação, em 7-11-1963, sessão extraordinária, da resolução nº 32, de 1963, apresentada pelo Senhor Senador Jefferson de Aguiar e outros Senhores Senadores).  
(Criada pela Resolução nº 32, de 1963)

MEMBROS - PARTIDOS

Presidente: Wilson Gonçalves - PSD

Vice-Presidente: Leite Neto - PSD

Relator: Eurico Rezende - UDN

Jefferson de Aguiar - PSD

Atilio Fontana - PSD

Artur Virgílio - PTB

Bezerra Neto - PTB

Aurélio Vianna - PTB

Júlio Leite - PTB

Melo Braga - PTB

João Agripino - UDN

Daniel Krieger - UDN

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1963.

Altera o art. 138 da Constituição Federal (inelegibilidades).  
Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1967

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD  
Ruy Carneiro - PSD

Wilson Gonçalves - PSD

José Feliciano - PSD

Walfredo Gurgel - PSD

Argemiro de Figueiredo - PTB

Bezerra Neto - PTB

Silvestre Pérciles - PTB

Edmundo Levi - PTB

Eurico Rezende - UDN

Milton Campos - UDN

Aloysio de Carvalho - UDN

Afonso Arinos - UDN

Josaphat Marinho - Sem Legenda

Raul Guberti - Pequenas Representações.

Júlio Leite - Pequenas Representações.

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1963.

Da nova redação ao § 4º do art. 182 da Constituição Federal (transferência para a reserva do militar da ativa que se candidatar a cargo eletivo). Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD

Ruy Carneiro - PSD

Wilson Gonçalves - PSD

José Feliciano - PSD

Walfredo Gurgel - PSD

Argemiro de Figueiredo - PTB

Bezerra Neto - PTB

Silvestre Pérciles - PTB

Edmundo Levi - PTB

Eurico Rezende - UDN

Milton Campos - UDN

Aloysio de Carvalho - UDN

Afonso Arinos - UDN

Josaphat Marinho - Sem Legenda

Raul Guberti - Pequenas Representações.

Júlio Leite - Pequenas Representações.



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## SEÇÃO II

ANO XIX — Nº 9

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 14 DE JANEIRO DE 1964

# SENADO FEDERAL

ATA DA 17ª REUNIÃO, EM 13 DE JANEIRO DE 1964

1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA

PRESIDÊNCIA DO SR. JOAQUIM PARENTE.

As 14 horas e 33 minutos, acham-se presentes, os Srs. Senadores:

Sebastião Archer.  
Joaquim Parente.  
Ermírio de Moraes.  
Pedro Ludovico. (4).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 4 Srs. Senadores. Não há número para abertura dos trabalhos. Vou encerrar a presente reunião, designando para a próxima sessão, a seguinte

ORDEM DO DIA

TRABALHOS DAS COMISSÕES  
Encerra-se a reunião às 14,35 horas.

EXPEDIENTE DESPACHADO

Parecer nº 1, de 1963

Da Comissão de Relações Exteriores sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 1963, Confere a cidadania brasileira a Winston Spencer Churchill.

Relator: Sr. Jefferson de Aguiar

O projeto pretende conferir a cidadania brasileira ao súdito britânico Winston Leonard Spencer Churchill. A Comissão de Constituição e Jus-

tica opinou pela aprovação do projeto com emenda substitutiva do seguinte teor:

“Artigo 1º — É concedido o título de cidadão brasileiro a Winston Leonard Spencer Churchill.

Artigo 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário”. Quando da apreciação do projeto pelo plenário, foi requerida a audiência da Comissão de Relações Exteriores (Requerimento nº 718, de 11 de outubro de 1963).

A matéria contida no projeto encerra controvérsia evidente, no que concerne à constitucionalidade da outorga pretendida no artigo 1º.

Com efeito, a Constituição Federal considera brasileiros aqueles que: a) tenham nascido no Brasil (*jus soli*); b) os nascidos no estrangeiro, se filho de brasileiros a serviço do Brasil; c) os que adquirirem a nacionalidade brasileira nos termos do art. 69, números IV e V, da Constituição de 24 de fevereiro de 1891; d) os naturalizados pela forma que a lei estabelecer (art. 129, incisos I a IV).

Assinala-se que a cidadania é função da nacionalidade, eis que só o nacional, que tenha completado o quadro das exigências legais, pode exercer esses direitos, donde resulta a subordinação do indivíduo às leis internas de determinado país. Daí resultam direitos e obrigações recíprocas: situação de dependência, ônus, como também prerrogativas e uma defesa toda especial que o nacional tem o direito de exigir (Temiocles Cavalcanti, Constituição Federal comentada, vol. II pág. 6).

Conseqüentemente, o regime da nacionalidade tem de obedecer à legislação específica, de onde decorrem os direitos e obrigações da cidadania, acentua o mesmo constitucionalista.

A naturalização tácita prevista na Constituição de 1891, e reiterada noutros diplomas importa na obtenção do título declaratório, segundo a vontade do estrangeiro que dela queira aproveitar-se, se atendidos os requisitos estabelecidos no art. 69, da Constituição preterida. É ato formal, meio de prova da obtenção e renúncia de nacionalidade, porque ela opera *ipso facto atque jure*.

A naturalização comum ou expressa é regulada por lei (Lei 389, de 25 de abril de 1938; Lei 818 de 18 de setembro de 1949; Lei 3.896, de 18 de dezembro de 1959). A Constituição preceitua: os naturalizados na forma que a lei estabelecer.

Acentua Pontes de Miranda:

“A naturalização faz nacional o indivíduo a partir da concessão. Os efeitos ex tunc seriam lesivos. O naturalizado, ainda que perca na nacionalidade que tinha, fica sujeito a tudo que derivou do seu estado até então, inclusive as obrigações militares”. (Comentários, vol. III pág. 30).

Os critérios são múltiplos e variáveis, na concessão da nacionalidade; mas se existe o *numerus clausus*, que a um Estado se vede a adoção de um critério para que à matéria de nacionalidade não seja indiferente o direito das gentes (Pontes de Miranda, ob. cit. pg. 22).

Mas certos princípios intransponíveis devem ser observados: a) não deve ser imposta a nacionalidade a estrangeiros que não tenham manifestado a intenção de renunciar a que possui; b) capacidade de mudar de nacionalidade de acordo com a lei nacional do indivíduo, a qual deve ser respeitada; c) não favorecer a expatriação fraudulenta, permitindo-se a aquisição doutra nacionalidade sem o repúdio franco a anterior.

A outorga de título de cidadania a estrangeiro não importa em naturaliza-

ção imposta, com a perda neta da nacionalidade anterior? A lei elaborada pelo Congresso pode ultrapassar as lindes do art. 129 da Constituição? A ausência de consulta ao interessado, com repercussão no direito interno do país onde vive e a cuja nacionalidade não renunciou, não importará em recusa formal e expressa se prejuízo houver para o beneficiário da medida legislativa, posto que com intuitos louváveis?

A lei nº 818 prescreve que “a concessão da naturalização é da faculdade exclusiva do Presidente da República em decreto referendado pelo Ministro da Justiça e Negócios Exteriores” (art. 7º).

Os títulos de cidadania a brasileiros, no território nacional, como têm sido concedidos por Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, não têm eficácia jurídico-constitucional, no âmbito da nacionalidade e da cidadania, ao passo que títulos de cidadania deferidos a estrangeiros poderão resultar em graves conflitos de direito e em lamentáveis divergências, inclusive com a própria recusa, formal e explícita, da homenagem pretendida, deixando mal o Congresso e o país.

Assim, para que dúvida não paire a respeito da concessão do título de cidadão brasileiro a Winston Leonard Spencer Churchill, a Comissão de Relações Exteriores requer o reexame da matéria contida no projeto pela Comissão de Constituição e Justiça, sob o ponto de vista jurídico e constitucional (Regimento Interno, artigo 103, 6º).

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 1963. — Benedito Valladares, Presidente eventual — Jefferson de Aguiar, Relator — Filinto Müller — José Guionard — Oscar Passos — Mem de Sá.

### MESA

- Presidente — Moura Andrade (PSD — SP).
- Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB — MG).
- Primeiro-Secretário — Rui Palmeira (UDN — RJ).
- Segundo-Secretário — Gilberto Marinho (PSD — GB).
- Terceiro-Secretário — Adalberto Sena (PTB — ACRE).
- Quarto-Secretário — Cattete Pinheiro (PTN — PA).
- Primeiro-Suplente — Joaquim Parente — UDN — PD.
- Segundo-Suplente — Guido Mondin (PSD — RS).
- Terceiro-Suplente — Vasconcelos Torres (PTB — RJ).

### REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

#### PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

1. José Guionard Acre (em exercício)
2. Eugênio Barros — Maranhão.
3. Lobão da Silveira — Pará.
4. Eugênio Barros — Maranhão.
5. Sebastião Archer — Maranhão.
6. Victorino Freire (em exercício o suplente, Sr. Miguel Lins) — Maranhão.
7. Sigfredo Pacheco — Piauí.
8. Menezes Pimentel (em exercício o suplente, Sr. Waldemar de Alcântara).
9. Wilson Gonçalves — Ceará.
10. Walfredo Gurgel — Rio Grande do Norte.

10. Ruy Carneiro — Paraíba.
11. Leite Neto — Sergipe.
12. Antônio Balbino — Bahia.
13. Jefferson de Aguiar — Espírito Santo.
14. Gilberto Marinho — Guanabara
15. Moura Andrade — São Paulo.
16. Atílio Fontana — Santa Catarina.
17. Guido Mondin — R. G. Sul.
18. Benedito Valladares — Minas Gerais.
19. Filinto Müller.
20. José Feliciano — Goiás.
21. Juscelino Kubitschek — Goiás.
22. Pedro Ludovico — Goiás.

#### PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

1. Adalberto Sena — Acre.
2. Oscar Passos — Acre.
3. Vivaldo Lima — Amazonas.
4. Edmundo Levi — Amazonas.
5. Artur Virgílio — Amazonas.
6. Antônio Juca — Ceará.
7. Dix-Huit Rosado — Rio Grande do Norte.
8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
9. Barros Carvalho — Pernambuco.
10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco.
11. José Ermírio — Pernambuco.
12. Silvestre Peticles — Alagoas.

- 13. Vasconcelos Torres — Rio de Janeiro.
- 14. Nelson Maculan (licenciado sem substituição) — Paraná.
- 15. Amaury Silva — Paraná (em exercício o suplente, Sr. Melo Braga).
- 16. Nogueira da Gama — Minas Gerais.
- 1. Zacarias de Assunção — Pará.
- 2. Joaquim Parente — Piauí.
- 3. José Cândido — Piauí.
- 4. Dinartê Mariz — R. G. Norte.
- 5. João Agripino — Paraíba.
- 6. Rui Palmeira — Alagoas.
- 7. Eurico Rezende — Espírito Santo.
- 8. Afonso Arinos — Guanabara, RJ.
- 17. Bezerra Neto

**UNIAO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)**

- 9. Padre Calazans — São Paulo.
- 10. Adolpho Franco — Paraná.
- 11. Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
- 12. Antônio Carlos — Santa Catarina.
- 13. Daniel Krieger — Rio Grande do Sul.
- 14. Milton Campos — Minas Gerais.
- 15. Lopes da Costa — Mato Grosso.

**PARTIDO LIBERTADOR (PL)**

- 1. Aloysio de Carvalho — Bahia.
- 2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

**PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)**

- 1. Cattete Pinheiro — Paraíba.
- 2. Lauro de Matos — São Paulo

**PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)**

- 1. Raul Giuberti — Espírito Santo.
- 2. Miguel Couto — Rio de Janeiro.

**PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)**

- 1. Aurélio Vianna — Guanabara.

**MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)**

- 1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro.

**PARTIDO REPUBLICANO (PR)**

- 1. Júlio Leite — Sergipe

**PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)**

- 1. Arnon de Melo — Alagoas.
- 1. Josaphat Marinho — Bahia.
- 2. Heribaldo Vieira — Sergipe

**RESUMO**

Partido Social Democrático (P. S. D.) .....	17
Partido Trabalhista Brasileiro (P. T. B.) .....	17
União Democrática Nacional (U. D. N.) .....	15

**EXPEDIENTE**  
**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL**

DIRETOR-GERAL  
**ALBERTO DE BRITO PEREIRA**

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES: **MURILO FERREIRA ALVES**  
CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO: **FLORIANO GUIMARÃES**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**  
**SEÇÃO II**

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional  
**BRASÍLIA**

**ASSINATURAS**

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONARIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 50,00	Semestre .....	Cr\$ 39,00
Ano .....	Cr\$ 96,00	Ano .....	Cr\$ 78,00
Exterior		Exterior	
Ano .....	Cr\$ 136,00	Ano .....	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou uz. anc.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,40.

Partido Libertador (P. L.) ....	2
Partido Trabalhista Nacional (P. T. N.) .....	2
Partido Social Progressista (P. S. P.) .....	2
Partido Socialista Brasileiro (P. S. B.) .....	1
Partido Republicano (P. R.) ....	1
Partido Democrata Cristão (P. D. C.) .....	1
Movimento Trabalhista Renovador (M. T. R.) .....	1
<b>Sem legenda .....</b>	<b>64</b>
<b>Total .....</b>	<b>68</b>

**BLOCOS PARTIDARIOS**

- 1º — Maioria (39) Membros):  
PSD  
PTB  
2º — Minoria (17) Membros):  
UDN  
PL  
3º — Pequenas Representações (8) Membros)  
PTN  
PSP  
PSB  
MTR  
PR  
PDC  
Josaphat Marinho (Sem Legenda).

**LIDERANÇAS**

**I — DOS BLOCOS PARTIDARIOS MAIORIA**

- Líder:**  
Barros Carvalho — (PTB) — (PE)
- Vice-Líderes:**  
Victorino Freire — (PSD — MA).  
Vasconcelos Torres — (PTB — RJ).  
Jefferson de Aguiar — (PSD — ES).

- Lobão da Silveira — (PSD — PA).
- Artur Virgílio — (PTB — AM).
- Bezerra Neto — (PTB) — (MT).

**MINORIA**

- Líder:**  
João Agripino — (UDN — PB).

- Vice-Líderes:**  
Daniel Krieger — (UDN — RS).  
Mem de Sá — (PL — RS).

**PEQUENA REPRESENTAÇÕES**

- Líder:**  
Lino de Matos — (PTN — SP).
- Vice-Líderes:**  
Aurélio Vianna — (PSB — GB).

**II — DOS PARTIDOS**

- PSD  
Benedicto Valladares — (MG).
- Vice-Líderes:**  
Wilson Gonçalves — (CE).  
Sigefredo Pacheco — (PI).

- Walfredo Gurgel — (RG).  
PTB  
**Líder:**  
Artur Virgílio — (AM).
- Vice-Líderes:**  
Amaury Silva (licenciado). — (PR).  
Vivaldo Lima — (AM).  
Bezerra Neto — (MD).

- UDN  
**Líder:**  
Daniel Krieger — (RS).
- Vice-Líderes:**  
Eurico Rezende — (ES).  
Padre Calazans — (SP).  
Adolfo Franco — (PR).

- FL  
**Líder:**  
Mem de Sá — (RS).
- Vice-Líderes:**  
Aloysio de Carvalho — (BA).

- PTN  
**Líder:**  
Lino de Matos — (SP).
- Vice-Líderes:**  
Cattete Pinheiro — (PA).
- PSP  
**Líder:**  
Miguel Couto — (RJ).
- Vice-Líder:**  
Raul Giuberti — (RJ).

**COMISSÕES PERMANENTES**

**Comissão Diretora**

- Moura Andrade — Presidente (PSD).
- Nogueira da Gama (PTB).
- Adalberto Sena (PTB).
- Rui Palmeira (UDN).
- Gilberto Marinho (PSD).
- Joaquim Parente (UDN).
- Cattete Pinheiro (PTN).
- Guido Mondin (PSD).
- Vasconcelos Torres (PTB).
- Reuniões Quartas-feiras às 10 horas.
- Secretário: Evandro Mendes Viana  
Diretor-Geral.

**Comissão de Agricultura**

(7 MEMBROS)

- Presidente — Vago.
- Vice-Presidente — Eugênio Barros (PSD).

**COMPOSIÇÃO**

**P. S. D.**

**TITULARES**

- Eugênio Barros.
- José Feliciano.

**SUPLENTE**

- 1. Atilio Fontana.
- 2. Pedro Ludovico.

**P. T. B.**

**TITULARES**

- Nelson Maculan (Licenciado).
- Dix-Huit Rosado.
- Raul Giuberti.

**SUPLENTE**  
 1 Eduardl Catalão (\*).  
 1 Aarão Steinbruch.  
 3 Vago.

**U. D. N.**

**TITULARES**  
 Lopes da Costa.  
 Antônio Carlos.

**SUPLENTE**  
 1 Daniel Krieger.  
 2 João Agripino.

**SUBSTITUTOS**  
 Reuniões  
 Quartas-feiras, às 16 horas.  
 Secretário: J. Ney Passos Dantas  
 Oficial Legislativo PL-9.

**Comissão de Constituição e Justiça**  
 (11 MEMBROS)

Presidente - Milton Campos (UDN)  
 Vice-Presidente - Wilson Gonçalves (PSD)

**COMPOSIÇÃO**  
 P. S. D.

**TITULARES**  
 Jefferson de Aguiar.  
 Rui Carneiro.  
 Lobão da Silva.  
 Wilson Gonçalves.  
 Josaphat Marinho.

**SUPLENTE**  
 1 Menezes Pimentel (licenciado).  
 2 Leite Neto.  
 3 Benedito Valladares.  
 4 Aarão Steinbruch.

**P. T. B.**

**TITULARES**  
 Amaury Silva (licenciado).  
 Bezerra Neto.  
 Edmundo Leyl.

**SUPLENTE**  
 1 Argemiro de Figueiredo (\*\*).  
 2 Silvestre Péricles.  
 3 Melo Braga.

**U. D. N.**

**TITULARES**  
 Aloysio de Carvalho.  
 Milton Campos.

1 Afonso Arinos.  
 2 Daniel Krieger.  
 3 João Agripino.

**Reuniões**  
 Quarta-feira, às 16 horas.  
 Secretário: Ronaldo Ferreira Dias  
 Oficial Legislativo PL-8.

(\*) Em substituição do Senhor Nelson Maculan, como titular.  
 (\*\*) Em substituição do Senhor Amaury Silva, como titular.

**Comissão do Distrito Federal**  
 (7 MEMBROS)

Presidente - Lino de Matos.  
 Vice-Presidente - Pedro Ludovico

**COMPOSIÇÃO**  
 P. S. D.

**TITULARES**  
 Menezes Pimentel.  
 Pedro Ludovico.  
 Lino de Matos.

**SUPLENTE**  
 1 Filinto Müller.  
 2 Eugênio Barros.  
 3 Heribaldo Vieira.

**P. I. B.**

**TITULARES**  
 Oscar Passos.  
 Dix-Huit Rosado.

**SUPLENTE**  
 1 Aarão Steinbruch.  
 2 Antônio Jucá.

**U. D. N.**

**TITULARES**  
 Dinarte Mariz.  
 Eunice Rezende.

**SUPLENTE**  
 1 Lopes da Costa.  
 1 Zacharias de Assunção.

**Reuniões**  
 Quintas-feiras às 10 horas.  
 Secretário: Julieta Ribeiro dos Santos,  
 Oficial Legislativo PL-8.

**Comissão de Economia**  
 (9 MEMBROS)

Presidente - Filinto Müller (PSD).  
 Vice-Presidente - José Ermirio - (PTB).

**COMPOSIÇÃO**  
 P. S. D.

**TITULARES**  
 Filinto Müller.  
 Eugênio Barros.  
 Atílio Fontana.  
 José Guimard (licenciado).

**SUPLENTE**  
 1 Jefferson de Aguiar (\*).  
 2 Sigefredo Pacheco  
 3 Sebastião Archer  
 4 Josaphat Marinho

1. José Kairala

**P. T. B.**

**SUBSTITUTOS**  
 José Ermirio  
 Nelson Maculan (licenciado).  
 Júlio Leite

**SUPLENTE**  
 1. Oscar Passos (\*\*).  
 2. Bezerra Neto

(\*) - Em substituição do Senhor José Guimard como titular.  
 (\*\*) - Em substituição do Senhor Nelson Maculan, como titular.

**SUBSTITUTOS**  
 1. A. Archer  
 1. Melo Braga

**U. D. N.**

**TITULARES**  
 Adolfo Franco  
 Lopes da Costa

**SUPLENTE**  
 1 José Cândido.  
 2. Zacharias de Assunção

Reuniões terça-feira - 16.00 horas  
 Secretário: Cid Brugger, Auxiliar  
 Legislativo PL-10.

**Comissão de Educação e Cultura**  
 (7 MEMBROS)

Presidente - Menezes Pimentel (PSD)  
 Vice-Presidente - Padre Calazans - (UDN)

**COMPOSIÇÃO**  
 P. S. D.

**TITULARES**  
 Menezes Pimentel  
 Walfredo Gurgel

**SUPLENTE**  
 1. Benedito Valladares  
 2. Sigefredo Pacheco

**SUBSTITUTOS**  
 1. Leite Neto

**P. T. B.**

**TITULARES**  
 Pessoa de Queiroz  
 Amaury Silva (licenciado)

**SUPLENTE**  
 1. Vago.  
 2. Vago.

**U. D. N.**

**TITULARES**  
 Antônio Carlos  
 Padre Calazans  
 Mem de Sá

**SUPLENTE**  
 1. Adolfo Franco  
 2. Milton Campos  
 3. Arnon de Melo

Reuniões: 4<sup>as</sup>-feiras - 15.00 horas  
 Secretário: Vera de Alvaranga Ma  
 fra, Oficial Legislativo PL-7.

**Comissão de Finanças**  
 (15 MEMBROS)

Presidente - Argemiro de Figueiredo - (PTB).  
 Vice-Presidente - Daniel Krieger - (UDN).

**P. S. P.**

**COMPOSIÇÃO**  
 P. S. D.

**TITULARES**  
 Victorino Freire.  
 Lobão da Silveira.  
 Sigefredo Pacheco.  
 Wilson Gonçalves.  
 Leite Neto.

**SUPLENTE**  
 1. José Guimard (licenciado).  
 2. Eugênio Barros.  
 3. Menezes Pimentel.  
 4. Atílio Fontana.  
 5. Pedro Ludovico.

**SUBSTITUTOS**  
 1. José Kairala.

**P. I. B.**

**TITULARES**  
 Argemiro de Figueiredo.  
 Bertra Neto  
 Dix-Huit Rosado.  
 Pessoa de Queiroz.  
 José Ermirio

**SUPLENTE**  
 1 Nelson Maculan (licenciado).  
 2 Lino de Matos  
 3 Amaury Silva (licenciado).  
 4 Aurelio Vianna.  
 5. Antônio Jucá

**SUBSTITUTOS**  
 1 Edmundo Leyl.  
 2. Melo Braga

**U. D. N.**

**TITULARES**  
 Daniel Krieger.  
 Dinarte Mariz  
 Irineu Bornhausen.  
 Lopes da Costa

**SUPLENTE**  
 1. Aarão Steinbruch.  
 2. Eunice Rezende.  
 3. João Agripino.  
 4. Milton Campos.

**TITULARES**  
 Mem de Sá

**SUPLENTE**  
 1. Aloysio de Carvalho

Reuniões: 4<sup>as</sup> feiras - 10.00 horas.  
 Secretário: Cid Brugger, Auxiliar  
 Legislativo, PL 10.

**Comissão de Legislação Social**  
 (9 MEMBROS)

Presidente: Vivaldo Lima - (PTB).  
 Vice-Presidente: / Carneiro - (PSD).

**COMPOSIÇÃO**  
 P. S. D.

**TITULARES**  
 Ruy Carneiro.  
 Walfredo Gurgel.  
 José Calomard (licenciado).  
 Raul Glubert.

**SUPLENTE**  
 1. Leite Neto (\*).  
 2. Lobão da Silveira.  
 3. Eugênio Barros  
 4. Julio Leite

**SUBSTITUTOS**  
 1. Atílio Fontana  
 2. José Kairala.

**P. T. B.**

**TITULARES**  
 Amaury Silva (licenciado).  
 Heribaldo Vieira  
 Vivaldo Lima

**SUPLENTE**  
 1. Aurélio Vianna (\*\*).  
 2. Pessoa de Queiroz.  
 3. Antônio Jucá

(\*) - Em substituição do Senhor José Guimard como titular.  
 (\*\*) - Em substituição do Senhor Amaury Silva como titular.

**SUBSTITUTOS**  
 I. Melo Braga.  
**U. D. N.**  
**TITULARES**  
 Eurico Rezende  
 Antônio Carlos  
 1. Lopes da Costa  
 4. Zacarias de Assunção  
 Reuniões: 4<sup>as</sup> feiras às 10 horas.  
**SUPLENTE**  
 Secretário: Vera de Alvarenga Mar-  
 fra, Oficial Legislativo, PL-7.

**Comissão do Polígono das Secas**  
 (7 MEMBROS)  
 Presidente — Ruy Carneiro (PSD)  
 Vice-Presidente — Aurélio Vianna (PSD)

**COMPOSIÇÃO**  
**P. T. B.**  
**TITULARES**  
 Wilton Gonçalves  
 Ruy Carneiro

**SUPLENTE**  
 1. Sigefredo Pacheco  
 2. Leite Neto

**P. T. B.**  
**TITULARES**

Dix-Huit Rosado  
 Aurélio Vianna

**SUPLENTE**  
 1. Argemiro de Figueiredo  
 2. Arnon de Melo  
 3. Julio Leite

**U. D. N.**  
**TITULARES**  
 Dinarte Mariz  
 José Cândido

**SUPLENTE**  
 1. João Agripino  
 2. Lopes da Costa

Reunião: 5<sup>a</sup> feiras — 16 horas.  
 Secretário: Ney Passos Dantas  
 Auxiliar Legislativo, PL-9.

**Comissão de Redação**  
 (5 MEMBROS)  
 Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB)  
 Vice-Presidente — Padre Calazans

**COMPOSIÇÃO**  
**P. S. D.**  
**TITULARES**  
 Walfredo Gurgel  
 Sebastião Archer

**SUPLENTE**  
 1. Lobão da Silveira  
 2. José Feliciano

**SUBSTITUTOS**  
 1. Menezes Pimentel (licenciado)

**P. T. B.**  
**TITULARES**  
 Dix-Huit Rosado

**SUPLENTE**  
 Heribaldo Vieira

**U. D. N.**  
**TITULARES**  
 Padre Calazans  
 Julio Leite

**SUPLENTE**  
 1. João Agripino  
 2. Josaphat Marinho

Reuniões: 4<sup>as</sup> feiras às 16 horas

Secretário: Sarah Abraham, Oficial Legislativo, PL-8.

**Comissão de Relações Exteriores**  
 (11 MEMBROS)  
 Presidente — Jefferson de Aguiar (PSD)  
 Vice-Presidente — Passos de Queiroz (PTB)

**COMPOSIÇÃO**  
**P. S. D.**  
**TITULARES**  
 Benedito Valladares,  
 Filinto Müller,  
 Jefferson de Aguiar,  
 Aarão Steinbruch.

**SUPLENTE**  
 1. Menezes Pimentel,  
 2. Ruy Carneiro,  
 3. José Guilomard (licenciado),  
 4. Victorino Freire.

**SUBSTITUTOS**  
 1. José Kairala.

**P. T. B.**  
**TITULARES**  
 Pessoa de Queiroz,  
 Vivaído Lima,  
 Eduardo Catalão.

**SUPLENTE**  
 1. Oscar Passos,  
 2. Argemiro de Figueiredo,  
 3. Antônio Jucá.

**U. D. N.**  
**TITULARES**  
 Antônio Carlos,  
 José Cândido,  
 Padre Calazans,  
 Arnon de Melo.

**SUPLENTE**  
 1. Daniel Krieger,  
 2. Eurico Rezende,  
 3. João Agripino,  
 4. Mem de Sá.

Reuniões: 5<sup>as</sup> feiras — 15,00 ho-  
 ras.

Secretário: Castejon J. B. Branco,  
 Oficial Legislativo, PL-6.

**Comissão de Saúde**  
 (15 MEMBROS)  
 Presidente — Lopes da Costa — UDN.  
 Vice-Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB)

**COMPOSIÇÃO**  
**P. S. D.**  
**TITULARES**  
 Pedro Ludovico  
 Sigefredo Pacheco

**SUPLENTE**  
 1. Eugenio Bastos  
 2. Walfredo Gurgel

**P. I. B.**  
**TITULARES**  
 Dix-Huit Rosado

**SUPLENTE**  
 Antônio Jucá

**U. D. N.**  
**SUPLENTE**  
 Lopes da Costa

**SUPLENTE**  
 Padre Calazans

**SUPLENTE**  
 Raul Gilberti  
 Reuniões: Quintas-feiras — 16 ho-  
 ras).  
 Secretário: Eduardo Rui Barbosa  
 Auxiliar Legislativo PL-10.

**Comissão de Segurança Nacional**  
 (7 MEMBROS)  
 Presidente — Zacarias de Assunção (UDN)  
 Vice-Presidente — Silvestre Pércicles (PTB)

**COMPOSIÇÃO**  
**PSD**  
**TITULARES**  
 José Guilomard (licenciado),  
 Victorino Freire.

**SUPLENTE**  
 1. Ruy Carneiro  
 1. Atilio Fontana (\*)

**SUBSTITUTO**  
 2. José Kairala

**P. T. B.**  
**TITULARES**  
 Silvestre Pércicles  
 Oscar Passos

**SUPLENTE**  
 1. Dix-Huit Rosado  
 2. Vago.

**U. D. N.**  
**TITULARES**  
 Irineu Bornhausen  
 Zacharias de Assunção

**SUPLENTE**  
 1. Adolfo Franco,  
 2. Eurico Resende

**P. S. P.**  
**TITULAR**  
 Raul Gilberti

**SUPLENTE**  
 1. Miguel Couto

Reuniões: Quintas-feiras — (16 ho-  
 ras).  
 Secretário: Alexandre Pfaender, Ofi-  
 cial Legislativo PL-8.

(\*) — Em substituição ao Sr. José  
 Guilomard, como titular.

**Comissão de Serviço Público Civil**  
 (7 MEMBROS)  
 Presidente — Silvestre Pércicles (PTB)  
 Vice-Presidente — Leite Neto (PSD)

**COMPOSIÇÃO**  
**PSD**  
**TITULARES**  
 Leite Neto,  
 Sigefredo Pacheco

**SUPLENTE**  
 1. Victorino Freire  
 2. Benedito Valladares

**PTB**  
**TITULARES**  
 Silvestre Pércicles  
 Nelson Maculan (licenciado)

**SUPLENTE**  
 1. Edmundo Levi  
 2. Vago

**UDN**  
**TITULARES**  
 Antonio Carlos

Prorrogações:  
 Antonio Carlos  
 Padre Calazans.  
**SUPLENTE**  
 1. Dinarte Marins  
 2. Lopes da Costa

**PL**  
**TITULAR**  
 Aloysio de Carvalho

**SUPLENTE**  
 Mem de Sá  
 Reuniões: Terças-feiras — 15,00 ho-  
 ras.

Secretário: J. Ney Passos Dantas,  
 Auxiliar Legislativo, PL-9.

**Comissão de Transportes, Co-  
 municações e Obras Públicas**  
 (5 MEMBROS)  
 Presidente José Feliciano (PSD).  
 Vice-Presidente — Irineu Bornhaus-  
 sen (UDN).

**PSD**  
**TITULARES**  
 José Feliciano  
 Sebastião Archer

**SUPLENTE**  
 1. Jefferson de Aguiar  
 2. Filinto Muller

**PTB**  
**TITULARES**  
 Bezerra Neto  
 Lino de Matos

**SUPLENTE**  
 1. Silvestre Pércicles

**UDN**  
**TITULAR**  
 Irineu Bornhausen

**SUPLENTE**  
 Zacharias de Assunção.

Reuniões: Quartas-feiras — 16,00  
 horas.  
 Secretário: Alexandre Pfaender,  
 Oficial Legislativo, PL-8.

**Comissão Especial do Projeto  
 de Emenda à Constituição  
 nº 2, de 1961.**

Dispõe sobre: Altera os arti-  
 gos 26, 56, 58, 60, 110 e o pará-  
 grafo único do art. 112 da Cons-  
 tituição Federal.  
 — organização administrativa  
 do Distrito Federal;  
 — vencimentos dos desembar-  
 gadores do Tribunal de Justiça  
 do Distrito Federal;  
 — regime de rendas do Distri-  
 to Federal;  
 — composição da Câmara dos  
 Deputados e do Senado Federal  
 e do Tribunal Superior Eleitoral;  
 — processo de escolha do Pre-  
 sidente e do Vice-Presidente do  
 Tribunal Regional Eleitoral do  
 Distrito Federal;  
 — aplicação da cota do imposto  
 de renda atribuída aos Municí-  
 pios;  
 Eleita em 15-6-1961, com exceção  
 dos Srs Senadores:  
 Barros Carvalho — designado em  
 30-3-1962.  
 Nelson Maculan — designado em  
 15-5-1963.  
 Lobão da Silveira — designado em  
 23-4-1963.  
 Lopes da Costa — designado em  
 29-10-1962.



**SUPLENTE**

Até 14-12-1962 — Requerimento número 611-61, aprovado em 15-12-61;  
Até 15-12-1963 — Requerimento nº 778-62, aprovado em 12-12-62.

**Membros — Partidos**

- 1 Jefferson de Aguiar — Relator — PSD.
- 2 Lobão da Silveira — PSD.
- 3 Ruy Carneiro — PSD.
- 4 Benedito Valladares — PSD.
- 5 Wilson Gonçalves — PSD.
- 6 Nelson Maculan — PTB.
- 7 Silvestre Péricles — PTB.
- 8 Nogueira da Gama — PTB.
- 9 Barros Carvalho — PTB.
- 10 Daniel Krieger — Vice-Presidente — UDN.
- 11 Lopes da Costa — UDN.
- 12 Milton Campos — UDN.
- 13 Heribaldo Vieira — UDN.
- 14 Ruy Palmeira — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — PL.
- 16 Mem de Sá — PL.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1961.**

Altera o § 1º do art. 181 da Constituição Federal.

(Aposentadoria do funcionário aos trinta anos de serviço).

Eleito em 21-5-62, salvo os Srs. Senadores:

Lobão da Silveira  
Wilson Gonçalves e  
Amaury Silva, designado em 23 de abril de 1963.

**Prorrogações:**

Até 15-12-1962 — Requerimento número 610-61 aprovado em 14-12-1961.

Até 15-12-1963 — Requerimento número 798-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

**Membros — Partidos**

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD.
- 2 Lobão da Silveira — Relator — PSD.
- 3 Ruy Carneiro — PSD.
- 4 Benedito Valladares — PSD.
- 5 Wilson Gonçalves — PSD.
- 6 Silvestre Péricles — Relator — PTB.
- 7 Amaury Silva — PTB.
- D. C. N. 24-8-63 (S. F.) pág 2.132
- 8 Nogueira da Gama — PTB.
- 9 Barros Carvalho — PTB.
- 10 Daniel Krieger — UDN.
- 11 Lopes da Costa — UDN.
- 12 Milton Campos — UDN.
- 13 Ruy Palmeira — UDN.
- 14 Heribaldo Vieira — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — Presidente — PL.
- 16 Mem de Sá — PL.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1961.**

Da nova redação ao item II do art. 95 da Constituição Federal.

(Irredutibilidade dos vencimentos dos juizes).

Eleita em 27-6-61, salvo os Senhores Senadores:  
Lopes da Costa, designado em 29 de outubro de 1962;

Lobão da Silveira, designado em 23 de abril de 1963;  
Bezerra Neto, designado em 23 de abril de 1963.

**Prorrogações:**

Até 15-12-1962 — Requerimento número 609-61, aprovado em 14-12-61;

Até 15-12-63 — Requerimento número 779-62; aprovado em 12-12-62.

**Membros — Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Lobão da Silveira — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Benedito Valladares — PSD.
5. Wilson Gonçalves — PSD.
6. Silvestre Péricles — PTB.
7. Bezerra Neto — PTB.
8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Lopes da Costa — UDN.
12. Milton Campos — Vice-Presidente — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Ruy Palmeira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Mem de Sá — PL.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 7 de 1961.**

Da nova redação ao art. 65, item I, da Constituição Federal.

(Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado incluindo as de propor a exoneração dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente e aprovar o estabelecimento, rompimento e reatamento de relações diplomáticas com pases estrangeiros.)

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Senhores Senadores:

Guido Mondin — designado em 29 de outubro de 1962;

Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962;

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963;

Wilson Gonçalves — designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira — designado em 20 de abril de 1963;

Amaury Silva — designado em 28 de abril de 1963;

**Prorrogações:**

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 607-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 16 de fevereiro de 1963 — Requerimento nº 780-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

**Membros — Partidos**

- 1 Menezes Pimentel — PSD.
- 2 Wilson Gonçalves — PSD.
- 3 Lobão da Silveira — PSD.
- 4 Ruy Carneiro — PSD.
- 5 Guido Mondin — PSD.
- 6 Silvestre Péricles — PSD.
- 7 Vivaldo Lima — PTB.
- 8 Amaury Silva — PTB.
- 9 Pinto Ferreira — PTB.
- 10 Eurico Rezende — UDN.
- 11 Daniel Krieger — UDN.
- 12 Milton Campos — UDN.
- 13 Heribaldo Vieira — UDN.
- 14 Lopes da Costa — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — PL.
- 16 Lino de Matos — PTN.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1961.**

Acrescenta item ao art. 3º do Capítulo II — Presidente da República — da Emenda Constitucional nº 4 de 1961, que instituiu o sistema parlamentar de governo (Sobre a exoneração por proposta do Senado do chefe de missão diplomática de caráter permanente).

Eleita em 6 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — Designado em 30 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar — Designado em 23 de abril de 1963;

Ruy Carneiro — Designado em 29 de abril de 1963;

Eurico Rezende — Designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira — Designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto — Designado em 23 de abril de 1962.

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1962.

**Prorrogações:**

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 608-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 781-62, aprovado em 2 de dezembro de 1962.

**Membros — Partidos**

- 1 Menezes Pimentel — PSD
- 2 Ruy Carneiro — PSD
- 3 Lobão da Silveira — PSD
- 4 Jefferson de Aguiar — PSD
- 5 Guido Mondin — PSD.
- 6 Pinto Ferreira — PSB.
- 7 Bezerra Neto — PTB.
- 8 Amaury Silva — PTB.
- 9 Vivaldo Lima — PTB.
- 10 Daniel Krieger — UDN.
- 11 Eurico Rezende — UDN.
- 12 Milton Campos — UDN.
- 13 Heribaldo Vieira — UDN.
- 14 Lopes da Costa — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — PL.
- 16 Lino de Matos — PTN.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição**

Acrescenta dispositivo ao artigo 15 revoga o item V e o § 6º do artigo 19 substituiu o § 5º do artigo 19 e o art. 22 da Constituição

(Modifica o regime de discriminação de rendas).

Eleita em 20 de novembro de 1961 salvo os Srs Senadores:

Barros Carvalho — Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — Designado em 19 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar — designado em 28 de abril de 1963;

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto — designado em 23 de abril de 1963;

**Prorrogações:**

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 605-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961;

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

**Membros — Partidos**

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD.
- 2 Menezes Pimentel — PSD.
- 3 Filinto Müller — PSD.
- 4 Guido Mondin — PSD.
- 5 Ruy Carneiro — PSD.
- 6 Amaury Silva — PTB.
- 7 Barros Carvalho — PTB.
- 8 Argemiro Figueiredo — PTB.
- 9 Bezerra Neto — PTB.
- 10 Daniel Krieger — UDN.
- 11 Eurico Rezende — UDN.
- 12 Milton Campos — UDN.
- 13 Heribaldo Vieira — UDN.
- 14 Ruy Palmeira — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — PL.
- 16 Lino de Matos — PTN.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10, de 1961.**

Acrescenta parágrafo ao art. 15 da Constituição Federal (aplicação da parcela proveniente das cotas de impostos destinadas aos Municípios).

Eleita em 28.2.1962, salvo os Srs. Senadores:

Lopes da Costa — designado em 30.3.1962;

Guido Mondin — designado em 29.10.1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23.4.1963;

Eurico Rezende — designado em 23.4.1963;

João Agripino — designado em 23.4.1963;

Silvestre Péricles — designado em 23.4.1963;

Cattete Pinheiro — designado em 23.4.1963.

**Senadores — Partidos**

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD.
- 2 Wilson Gonçalves — PSD.
- 3 Ruy Carneiro — PSD.
- 4 Lobão da Silveira — PSD.
- 5 Guido Mondin — PSD.
- 6 Silvestre Péricles — PTB.
- 7 Nogueira da Gama — PTB.
- 8 Barros Carvalho — PTB.
- 9 vago — PTB.
- 10 Milton Campos — UDN.
- 11 Heribaldo Vieira — UDN.
- 12 Lopes da Costa — UDN.
- 13 João Agripino — UDN.
- 14 Eurico Rezende — UDN.
- 15 Josaphat Marinho — S. legenda.
- 16 Lino de Matos — PTN.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 11, de 1963.**

Acrescenta parágrafos 4º e 5º ao art. 28 da Constituição Federal (Criação de novos Municípios).

Eleita em 28.3.1962 salvo os Srs. Senadores:

Guido Mondin — designado em 29.10.1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23.4.1963;

Eurico Rezende — designado em 23.4.1963;

João Agripino — designado em 13.4.1963;

Cattete Pinheiro — designado em 23.4.1963.

**Prorrogação:**

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 84-62, aprovado em 12-12-62.

**Membros — Partidos**

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Wilson Gonçalves — PSD
- 3 Ruy Carneiro — PSD
- 4 Lobão da Silveira — PSD
- 5 Guido Mondin — PSD
- 6 Silvestre Péricles — PTB
- 7 Nogueira da Gama — PTB
- 8 Barros Carvalho — PTB
- 9 Milton Campos — UDN
- 10 Heribaldo Vieira — UDN
- 11 Eurico Rezende — UDN
- 12 João Agripino — UDN
- 13 Lopes da Costa — UDN
- 14 Aloysio de Carvalho — PL
- 15 Miguel Couto — PSB
- 16 Cattete Pinheiro — PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 1, de 1962.

(Altera a redação do art. 186 da Constituição, referente a obrigatoriedade de concurso para a investidura em cargo inicial de carreira, instituindo a proibição de nomeações interinas).

Eleita em 10-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

- Menezes Pimentel - designado em 15-5-1962; Wilson Gonçalves - designado em 23-4-1963; Leite Neto - designado em 23-4-1963; Eurico Rezende - designado em 23-4-1963; João Agripino - designado em 23-4-1963; Aurélio Vianna - designado em 23-4-1963.

Prorrogação: Até 15-12-1963 - Requerimento nº 785-62, aprovado em 12-12-1963.

- Membros - Partidos: 1 Jefferson de Aguiar - PSD; 2 Wilson Gonçalves - PSD; 3 Ruy Carneiro - PSD; 4 Lobão da Silveira - PSD; 5 Leite Neto - PSD; 6 Menezes Pimentel - PSD; 7 Silvestre Pericles - PTB; 8 Nogueira da Gama - PTB; 9 Barros Carvalho - PTB; 10 Milton Campos - UDN; 11 Heribaldo Vieira - UDN; 12 Eurico Rezende - UDN; 13 João Agripino - UDN; 14 Daniel Krieger - UDN; 15 Aloysio de Carvalho - PL; 16 Aurélio Vianna - PSB.

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1962.

(Institui nova discriminação de rendas em favor dos Municípios brasileiros).

Eleita em 23-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

- Wilson Gonçalves - designado em 23-4-1963; Leite Neto - designado em 23-4-1963; Josaphat Marinho - designado em 23-4-1963; Eurico Rezende - designado em 23-4-1963.

Prorrogação: Até 15-12-1962 - Requerimento nº 706-62, aprovado em 12-12-1962.

- Membros - Partidos: 1 Jefferson de Aguiar - PSD; 2 Wilson Gonçalves - PSD; 3 Ruy Carneiro - PSD; 4 Lobão da Silveira - PSD; 5 Leite Neto - PSD; 6 Menezes Pimentel - PSD; 7 Silvestre Pericles - PTB; 8 Nogueira da Gama - PTB; 9 Barros Carvalho - PTB; 10 Milton Campos - UDN; 11 Heribaldo Vieira - UDN; 12 Josaphat Marinho - UDN; 13 Eurico Rezende - UDN; 14 Daniel Krieger - UDN; 15 Aloysio de Carvalho - PL; 16 Lino de Mattos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1963

(Originário da Câmara dos Deputados).

Que dá nova redação ao § 1º do art. 28 da Constituição Federal (autonomia dos Municípios).

Designação em 22 de outubro de 1963:

- Membros - Partidos: Jefferson de Aguiar - PSD; Ruy Carneiro - PSD; Wilson Gonçalves - PSD; José Feliciano - PSD; Lobão da Silveira - PSD; Bezerra Neto - PTB; Edmundo Levi - PTB; Argemiro de Figueiredo - PTB; Meio Braga - PTB; Milton Campos - Presidente - UDN; Aloysio de Carvalho - UDN; Afonso Arinos - UDN; Eurico Rezende - UDN; Josaphat Marinho (Relator) - Pequenas Representações; Aurélio Vianna - Pequenas Representações; Júlio Leite (Vice-Presidente) - Pequenas Representações.

Comissão Especial para estudar a situação da Casa da Moeda.

(7 MEMBROS)

Criada em virtude da aprovação do Requerimento nº 581-63 do Sen. Jefferson de Aguiar, na sessão de 14-8-63.

- Designação em 28-8-1963: Membros - Partidos: Jefferson de Aguiar - PSD; Wilson Gonçalves - PSD; Arthur Virgílio - PTB; Edmundo Levi - PTB; Adolpho Franco - UDN; Eurico Rezende (Vice-Presidente) - UDN; Josaphat Marinho - S. Legendat.

Comissão Especial para o estudo das causas que dificultam a produção agro-pecuária e suas repercussões negativas na exportação.

(Criada em virtude do Requerimento nº 589-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 2-8-1963).

- (5 MEMBROS) Membros - Partidos: José Feliciano - PSD; Sigefredo Pacheco (Vice-Presidente) - PSD; José Ermirio (Presidente) - PTB; Lopes da Costa - UDN; Aurélio Vianna (Relator) - Pequenos Partidos.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1962.

(Dispõe sobre a data do plebiscito previsto na Emenda Constitucional, nº 4).

Eleita em 10-7-1962, salvo os Srs. Senadores:

- Wilson Gonçalves; Leite Neto; João Agripino; Eurico Rezende e Josaphat Marinho (designado em 23-4-1963).

Prorrogação: Até 15-12-1963 - Requerimento nº 787-62, aprovado em 12-12-1962.

- Membros - Partidos: 1 Jefferson de Aguiar - PSD; 2 Wilson Gonçalves - PSD; 3 Ruy Carneiro - PSD; 4 Lobão da Silveira - PSD; 5 Menezes Pimentel - PSD; 6 Leite Neto - PSD; 7 Silvestre Pericles - PTB; 8 Nogueira da Gama - PTB; 9 Barros Carvalho - PTB; 10 Milton Campos - UDN; 11 Heribaldo Vieira - UDN; 12 João Agripino - UDN; 13 Eurico Rezende - UDN; 14 Daniel Krieger - UDN; 15 Mem de Sá - PL; 16 Josaphat Marinho - S. Legendat.

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 5 de 1962.

Dá nova redação ao art. 20 da Constituição.

(Determina a entrega aos Municípios de 30% da arrecadação dos Estados quando exceder as rendas municipais).

Eleita em 13-9-1962, salvo os Srs. Senadores:

- Wilson Gonçalves; Leite Neto; Josaphat Marinho; Eurico Rezende; Miguel Couto (designado em 23 de abril de 1963).

Prorrogação: Até 15-12-1963 - Requerimento nº 789-62, aprovado em 12-12-63.

- Membros - Partidos: 1 Jefferson de Aguiar - PSD; 2 Ruy Carneiro - PSD; 3 Lobão da Silveira - PSD; 4 Wilson Gonçalves - PSD; 5 Leite Neto - PSD; 6 Menezes Pimentel - PSD; 7 Vago - PTB; 8 Nogueira da Gama - PTB; 9 Barros Carvalho - PTB; 10 Milton Campos - UDN; 11 Heribaldo Campos - UDN; 12 Josaphat Marinho - UDN; 13 Daniel Krieger - UDN; 14 Eurico Rezende - UDN; 15 Mem de Sá - PL; 16 Miguel Couto - PSP.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1962.

Altera a redação dos §§ 1º e 3º do art. 60 da Constituição Federal.

(Aumenta para 4 o número de representantes dos Estados e do Distrito Federal no Senado).

Eleita em 13-9-1962, salvo os Srs. Senadores: Josaphat Marinho; Wilson Gonçalves.

Eurico Resende; Julio Leite (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação: Até 15-12-1963 - Requerimento nº 790-62, aprovado em 12-12-1962.

- Membros - Partidos: 1 Jefferson de Aguiar - PSD; 2 Ruy Carneiro - PSD; 3 Lobão da Silveira - PSD; 4 Wilson Gonçalves - PSD; 5 Benedito Valladares - PSD; 6 Menezes Pimentel - PSD; 7 Vago - PTB; 8 Nogueira da Gama - PTB; 9 Barros Carvalho - PTB; 10 Milton Campos - UDN; 11 Heribaldo Vieira - UDN; 12 Josaphat Marinho - UDN; 13 Daniel Krieger - UDN; 14 Eurico Resende - UDN; 15 Mem de Sá - PL; 16 Julio Leite - PR.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1962.

Revoga a Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema parlamentar de governo e o art. 61 da Constituição Federal, de 18 de setembro de 1946.

Eleita em 6-12-1962, salvo os Srs. Senadores:

- Wilson Gonçalves; Eurico Resende; Amaury Silva; Raul Giuberti (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação: Até 15-12-1963 - Requerimento nº 791-62, aprovado em 12-12-1962.

- Membros - Partidos: 1 Jefferson de Aguiar - PSD; 2 Ruy Carneiro - PSD; 3 Pedro Ludovicz - PSD; 4 Wilson Gonçalves - PSD; 5 Benedito Valladares - PSD; 6 Menezes Pimentel - PSD; 7 Amaury Silva - PTB; 8 Nogueira da Gama - PTB; 9 Barros Carvalho - PTB; 10 Milton Campos - UDN; 11 Heribaldo Vieira - UDN; 12 Eurico Resende - UDN; 13 Daniel Krieger - UDN; 14 João Agripino - UDN; 15 Mem de Sá - PL; 16 Raul Giuberti - PSP.

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 1, de 1963.

Altera a redação do inciso IX do art. 157 da Constituição referente ao trabalho de menores e mulheres e ao trabalho em indústrias insalubres).

Designada em 23-4-1963

- Membros - Partidos: 1 Jefferson de Aguiar - PSD; 2 Ruy Carneiro - PSD; 3 Lobão da Silveira - PSD; 4 Wilson Gonçalves - PSD; 5 Menezes Pimentel - PSD; 6 Heribaldo Vieira - PSD; 7 Amaury Silva - PTB; 8 Bezerra Neto - PTB; 9 Vago - PTB; 10 Silvestre Pericles - PTB; 11 Arthur Virgílio - PTB; 12 Eurico Rezende - UDN; 13 Milton Campos - UDN; 14 João Agripino - UDN; 15 Josaphat Marinho - S. Legendat; 16 Aloysio de Carvalho - PL.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1963.**

Altera os arts. 141, 146 e 147 da Constituição Federal (referente ao direito de propriedade).

Designada em 23-4-1963

Membros - Partidos

1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Ruy Carneiro - PSD
3. Lobão da Silveira - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Menezes Pimentel - PSD
6. Leite Neto - PSD
7. Amaury Silva - PTB
8. Bezerra Neto - PTB
9. Vago - PTB
10. Silvestre Pérciles - PTB
11. Argemiro de Figueiredo - PTB
12. Eurico Rezende - UDN
13. Milton Campos - UDN
14. Daniel Krieger - UDN
15. Josaphat Marinho - S. legenda
16. Aloysio de Carvalho - PL

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1963.**

Dá nova redação aos artigos n.ºs 26 e 63 da Constituição Federal (administração do Distrito Federal e matéria da competência privativa do Senado).

Eleita em 2-5-1963

Membros - Partidos

1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Ruy Carneiro - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Menezes Pimentel - PSD
6. Leite Neto - PSD
7. Amaury Silva - PTB
8. Bezerra Neto - PTB
9. Vago - PTB
10. Eduardo Catalão - PTB
11. Vasconcelos Torres - PTB
12. Eurico Rezende - UDN
13. Milton Campos - UDN
14. Daniel Krieger - UDN
16. Aloysio de Carvalho - Pequenos Partidos
16. Josaphat Marinho - Pequenos Partidos

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1963.**

Dá nova redação aos arts. 44 e 45 da Constituição Federal, para conceder imunidades aos vereadores.

Designada em 20-5-1963

Senadores - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD  
 Ruy Carneiro - PSD  
 Lobão da Silveira - PSD  
 Wilson Gonçalves - PSD  
 Menezes Pimentel - PSD  
 Leite Neto - PSD  
 Amaury Silva - PTB  
 Bezerra Neto - PTB  
 Pinto Ferreira - PTB  
 Silvestre Pérciles - PTB  
 Adalberto Sena - PTB  
 Eurico Rezende - UDN  
 Milton Campos - UDN  
 João Agripino - UDN  
 Aloysio de Carvalho - PL  
 Josaphat Marinho - S.legenda

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 5, de 1963.**

Dá nova redação ao item II e ao § 4.º do artigo 19 da Constituição referentes ao Imposto de Vendas e Consignações:

1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Ruy Carneiro - PSD
3. Lobão da Silveira - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Menezes Pimentel - PSD
6. Leite Neto - PSD
7. Amaury Silva - PTB
8. Bezerra Neto - PTB
9. Vago - PTB
10. Humberto Neder - PTB
11. Argemiro de Figueiredo - PTB
12. Eurico Rezende - UDN
13. Milton Campos - UDN
14. Daniel Krieger - UDN
15. Aloysio de Carvalho - PL
16. Josaphat Marinho - Pequenos Partidos.

**Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.**

(Criada em virtude da aprovação, em 18-9-1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermirio).

(9 MEMBROS)

Membros - Partidos

- José Feliciano - PSD  
 Atilio Fontana - PSD  
 Eugênio Barros - PSD  
 José Ermirio (Relator) - PTB  
 Bezerra Neto - PTB  
 Melo Braga - PTB  
 Lopes da Josta - UDN  
 Milton Campos - Presidente - UDN  
 Júlio Leite, Vice-Presidente - Pequenas Representações.

**Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas.**

(Criada em virtude da aprovação, em 2-8-1963, do Requerimento nº 531-63, do Senador Gouvêa Vieira).

(5 MEMBROS)

Membros - Partidos

- Atilio Fontana (Presidente) - PSD  
 José Feliciano (Vice-Presidente) - PSD  
 José Ermirio (Relator) - PTB  
 Adolpho Franco - UDN  
 Aurélio Vianna - Pequenas Representações.

**Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional.**

(6 MEMBROS)

(Criada pela Resolução nº 11-63)

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD  
 Leite Neto (Presidente) - PSD  
 Nelson Maculan - PTB  
 João Agripino (Relator) - UDN  
 Josaphat Marinho - Pequenas Representações.

**Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas**

(Criada em virtude da aprovação, em 2-8-1963, do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouvêa Vieira)

(5 MEMBROS)

Membros - Partidos

- Atilio Fontana (Presidente) - PSD  
 José Feliciano (Vice-Presidente) - PSD.  
 José Ermirio (Relator) - PTB.  
 Adolpho Franco - UDN.  
 Aurélio Vianna - Pequenas Representações.

**Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização**

(Criada em virtude da aprovação, em 18-9-1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermirio).

(9 MEMBROS)

Membros - Partidos

- José Feliciano - PSD.  
 Atilio Fontana - PSD.  
 Eugênio Barros - PSD.  
 José Ermirio (Relator) - PTB.  
 Bezerra Neto - PTB  
 Melo Braga - PTB.  
 Lopes da Costa - UDN.  
 Milton Campos - Presidente - UDN.  
 Júlio Leite - Vice-Presidente - Pequenas Representações.

**Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional**

(Criada pela Resolução nº 11 de 1963).

(5 MEMBROS)

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD.  
 Leite Neto (Presidente) - PSD.  
 Nelson Maculan (Vice-Presidente) - PTB.  
 João Agripino (Relator) - UDN.  
 Josaphat Marinho - Pequenas Representações.

**Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos apontados da tribuna do Senado, na Sessão de 23 do corrente, e outros relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento dos Correios e Telégrafos.**

(Criada, em virtude da aprovação, em 7-11-1963, sessão extraordinária, da resolução nº 32, de 1963, apresentada pelo Senhor Senador Jefferson de Aguiar e outros Senhores Senadores).  
 (Criada pela Resolução nº 32, de 1963)

MEMBROS - PARTIDOS

- Presidente: Wilson Gonçalves - PSD  
 Vice-Presidente: Leite Neto - PSD  
 Relator: Eurico Rezende - UDN  
 Jefferson de Aguiar - PSD  
 Atilio Fontana - PSD  
 Artur Virgílio - PTB  
 Bezerra Neto - PTB  
 Aurélio Vianna - PTB  
 Júlio Leite - PTB  
 Melo Braga - PTB  
 João Agripino - UDN  
 Daniel Krieger - UDN

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1963.**

Altera o art. 138 da Constituição Federal (inelegibilidades).  
 Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD  
 Ruy Carneiro - PSD  
 Wilson Gonçalves - PSD  
 José Feliciano - PSD  
 Walfrédo Gurgel - PSD  
 Argemiro de Figueiredo - PTB  
 Bezerra Neto - PTB  
 Silvestre Pérciles - PTB  
 Edmundo Levi - PTB  
 Eurico Rezende - UDN  
 Milton Campos - UDN  
 Aloysio de Carvalho - UDN  
 Afonso Arinos - UDN  
 Josaphat Marinho - Sem Legenda  
 Raul Guberti - Pequenas Representações.  
 Júlio Leite - Pequenas Representações.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1963.**

Dá nova redação ao § 4º do art. 182 da Constituição Federal (transferência para a reserva do militar da ativa que se candidatar a cargo eleitoral).  
 Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna

Designação em 2-10-1963

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD  
 Ruy Carneiro - PSD  
 Wilson Gonçalves - PSD  
 José Feliciano - PSD  
 Walfrédo Gurgel - PSD  
 Argemiro de Figueiredo - PTB  
 Bezerra Neto - PTB  
 Silvestre Pérciles - PTB  
 Edmundo Levi - PTB  
 Eurico Rezende - UDN  
 Milton Campos - UDN  
 Aloysio de Carvalho - UDN  
 Afonso Arinos - UDN  
 Josaphat Marinho - Sem Legenda  
 Raul Guberti - Pequenas Representações.  
 Júlio Leite - Pequenas Representações.



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XIX — Nº 10

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 13 DE JANEIRO DE 1964

## SENADO FEDERAL

ATA DA 18ª REUNIÃO, EM 14 DE JANEIRO DE 1964  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 5ª LEGISLATURA

PRESIDÊNCIA DO SR. JOAQUIM PARENTE

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:  
Abertura em 14-1-64:  
Zacharias de Assumpção.  
Sebastião Archer.  
Joaquim Parente.  
Menezes Pimentel.

Emílio de Moraes.  
Júlio Leite.  
Pedro Ludovico.  
Adolpho Franco.  
Daniel Krieger (P).

**O SR. PRESIDENTE.**  
A lista de presença acusa o comparecimento de Srs. Senadores, número insuficiente para abertura da sessão. Foi encaminhado a leitura o seguinte

#### EXPEDIENTE

Respostas a pedidos de informações encaminhados pelo Senado:  
— Do Sr. Ministro da Indústria e Comércio:

Aviso nº AP-1, de 5 do mês em curso — com referência ao Requerimento nº 741-63, do Sr. Senador Mem de Sá;

— Do Sr. Ministro das Minas e Energia (Avisos de 10 do mês em curso);

GM-7 — com referência ao Projeto de Lei do Senado nº 103-63, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

GM-12 — com referência ao Requerimento nº 549-63, do Sr. Raul Giuberti;

— Do Sr. Ministro da Viação e Públicas;

Aviso nº B-217, de 30-12-1963, com referência ao Requerimento de Informações nº 93-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar.

#### O SR. PRESIDENTE:

Já decorrido o prazo regimental de espera para a efetivação do número mínimo expedido pelo Regimento Interno, encerro a presente revisão.

Encerra-se a revisão às 14 horas e 35 minutos.

#### MESA

Presidente — Moura Andrade (PSD — SP).  
Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB — MG).  
Primeiro-Secretário — Rui Palmeira (UDN — AL).  
Segundo-Secretário — Gilberto Marinho (PSD — GB).  
Terceiro-Secretário — Adalberto Sena (PTB — ACRE).  
Quarto-Secretário — Cattete Pinheiro (PTN — PA).  
Primeiro-Suplente — Joaquim Parente — UDN — PD.  
Segundo-Suplente — Guido Mondin (PSD — RS).  
Terceiro-Suplente — Vasconcelos Torres (PTB — RJ).

#### REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

##### PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

1. José Guilomar Aze — (em exercício)
2. Eugênio Barros — Maranhão.
3. Lobão da Silveira — Pará.
4. Eugênio Barros — Maranhão.
5. Sebastião Archer — Maranhão.
6. Victorino Freire (em exercício o Suplente, Sr. Miguel Lima) — Maranhão.
7. Sigefredo Pacheco — Piauí.
8. Menezes Pimentel (em exercício o Suplente, Sr. Waldemar de Alcântara).
9. Wilson Gonçalves — Ceará.

9. Walfredo Gurgel — Rio Grande do Norte.
10. Ruy Carneiro — Paraíba.
11. Leite Neto — Sergipe.
12. Antônio Balbino — Bahia.
13. Jefferson de Aguiar — Espírito Santo.
14. Gilberto Marinho — Guanabara.
15. Moura Andrade — São Paulo.
16. Atilio Fontana — Santa Catarina.
17. Guido Mondin — R. G. Sul.
18. Benedito Valadares — Minas Gerais.
19. Filinto Müller.
20. José Feliciano — Goiás.
21. Juscelino Kubitzchek — Goiás.
22. Pedro Ludovico — Goiás.

#### PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

1. Adalberto Sena — Acre
2. Oscar Passos — Acre.
3. Vivaldo Lima — Amazonas.
4. Edmundo Levi — Amazonas.
5. Artur Virgílio — Amazonas.
6. Antônio Juca — Ceará.
7. Dix-Huit Rosado — Rio Grande do Norte.
8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
9. Barrós Carvalho — Pernambuco.
10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco.
11. José Ernânio — Pernambuco.

12. Silvestre Péricles — Alagoas.
13. Vasconcelos Torres — Rio de Janeiro.
14. Nelson Maculan (licenciado sem substituição) — Paraná.
15. Amaury Silva — Paraná (em exercício o suplente, Sr. Melo Braga).
16. Nogueira da Gama — Minas Gerais.
1. Zacarias de Assunção — Pará.
2. Joaquim Parente — Piauí.
3. José Cândido — Piauí.
4. Dinarte Mariz — R. G. Norte.
5. João Agripino — Paraíba.
6. Rui Palmeira — Alagoas.
7. Eurico Rezende — Espírito Santo.
8. Afonso Arinos — Guanabara, RJ.
17. Bezerra Neto.

#### UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)

9. Padre Calazans — São Paulo.
10. Adolpho Franco — Paraná.
11. Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
12. Antônio Carlos — Santa Catarina.
13. Daniel Krieger — Rio Grande do Sul.
14. Milton Campos — Minas Gerais.
15. Lopes da Costa — Mato Grosso.

#### PARTIDO LIBERTAL DO (PL)

1. Aloysio de Carvalho — Bahia.
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul.

#### PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

1. Cattete Pinheiro — Pará.
2. Lauro de Matos — São Paulo.

#### PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)

1. Raul Giuberti — Espírito Santo.
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro.

#### PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

1. Aurélio Vianna — Guanabara.

#### MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTB)

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro.

#### PARTIDO REPUBLICANO (PR)

1. Júlio Leite — Sergipe.

#### PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

1. Arnou de Melo — Alagoas.

#### SEM LEGENDA

1. Josephat Marinho — Bahia.
2. Heribaldo Vieira — Sergipe.

#### RESUMO

Partido Social Democrático (P. S. D.) .....	14
Partido Trabalhista Brasileiro (P. T. B.) .....	17
União Democrática Nacional (U. D. N.) .....	13

Partido Libertador (P. L.)	27
Partido Trabalhista Nacional (P. T. N.)	2
Partido Social Progressista (P. S. P.)	2
Partido Socialista Brasileiro (P. S. B.)	1
Partido Republicano (P. R.)	1
Partido Democrata Cristão (P. D. C.)	1
Partido Trabalhista Renovador (M. T. R.)	1
Sem legenda	64
Total	66

**BLOCOS PARTIDARIOS**

- 1º - Maioria (39 Membros):
- PSD
  - PTB
- 2º - Minoria (17 Membros):
- UDN
  - PL
- 3º - Pequenas Representações (9 Membros):
- PTN
  - PSP
  - PSB
  - MTR
  - PR
  - PDC
  - Josaphat Marinho (Sem Legenda)

**LIDERANÇAS**

**I - DOS BLOCOS PARTIDARIOS MAIORIA**

**Lider:**

Barros Carvalho - (PTB) - (PE)

**Vice-Líderes:**

Victorino Freire - (PSD - MA)

Vasconcellos Torres - (PTB - RJ)

Jefferson de Aguiar - (PSD - ES)

Lobão da Silveira - (PSD - PA)

Artur Virgílio - (PTB - AM)

Bezerra Neto - (PTB) - (MT)

**MINORIA**

**Lider:**

João Agripino - (UDN - PB)

**Vice-Líderes:**

Daniel Krieger - (UDN - RS)

Mem de Sá - (PL - RS)

**PEQUENA REPRESENTAÇÕES**

**Lider:**

Lino de Matos - (PTN - SP)

**Vice-Líderes:**

Aurélio Viana - (PSB - GB)

**II - DOS PARTIDOS**

**PSD**

Benedicto Valladares - (MG)

**Vice-Líderes:**

Wilson Gonçalves - (OD)

Sigfredo Pacheco - (PI)

**EXPEDIENTE**  
**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL**

DIRETOR-GERAL  
ALEERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES: MURILO FERREIRA ALVES  
CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO: FLORIANO GUIMARÃES

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**  
**SEÇÃO II**

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional  
BRASÍLIA

**ASSINATURAS**

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONARIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 80,00	Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Walfredo Gurgel - (RG)

**PTB**

**Lider:**

Artur Virgílio - (AM)

**Vice-Líderes:**

Amauri Silva (licenciado) - (PR)

Vivaldo Lima - (AM)

Bezerra Neto - (MI)

**UDN**

**Lider:**

Daniel Krieger - (RS)

**Vice-Líderes:**

Eurico Rezende - (ES)

Padre Calazans - (SP)

Adolfo Franco - (PR)

**PL**

**Lider:**

Mem de Sá - (RS)

**Vice-Líderes:**

Aloysio de Carvalho - (BA)

**PTN**

**Lider:**

Lino de Matos - (SP)

**Vice-Líderes:**

Cattete Pinheiro - (PA)

**PSP**

**Lider:**

Miguel Couto - (RJ)

**Vice-Lider:**

Raul Giuberti - (ES)

**COMISSÕES PERMANENTES**

**Comissão Diretora**

Moura Andrade - Presidente (PSD)

Nogueira da Gama (PTB)

Adalberto Sena (PTB)

Rui Palmeira (UDN)

Gilberto Marinho (PSD)

Joaquim Parente (UDN)

Cattete Pinheiro (PTN)

Guido Mondim (PSD)

Vasconcelos Torres (PTB)

Reuniões Quartas-feiras às 10 horas.  
Secretário: Evandro Mendes Viana, Diretor-Geral.

**Comissão de Agricultura**

(7 MEMBROS)

Presidente - Vago.

Vice-Presidente - Eugênio Barros (PSD)

**COMPOSIÇÃO**

P. S. D.

**TITULARES**

Eugênio Barros

José Feliciano

**SUPLENTE**

1 Afílio Fontana

2 Pedro Ludovico

P. T. B.

**TITULARES**

Raul Giuberti

Dix-Huit Rosado

Nelson Maculan (Licenciado)

**SUPLENTE**

1 Eduardi Catalão (\*\*)

2 Aarão Steinbruch

3 Vago.

U. D. N.

**TITULARES**

Lopes da Costa

Antônio Carlos

**SUPLENTE**

1 Daniel Krieger

2 João Agripino

**SUBSTITUTOS**

**Reuniões**

Quartas-feiras, às 18 horas.

Secretário: J. Ney Passos Dantas  
Auxiliar Legislativo PL-9.

**Comissão de Constituição e Justiça**

(11 MEMBROS)

Presidente - Milton Campos (UDN)

Vice-Presidente - Wilson

Gonçalves (PSD)

**COMPOSIÇÃO**

P. S. D.

**TITULARES**

Jefferson de Aguiar

Rui Carneiro

Lobão da Silva

Wilson Gonçalves

Josaphat Marinho

**SUPLENTE**

1 Menezes Pimentel (licenciado)

2 Leite Neto

3 Benedicto Valladares

4 Aarão Steinbruch

P. T. B.

**TITULARES**

Amaury Silva (licenciado)

Bezerra Neto

Edmundo Levi

**SUPLENTE**

1 Argemiro de Figueiredo (\*\*)

2 Silvestre Farioles

3 Melo Braga

U. D. N.

**TITULARES**

Aloysio de Carvalho

Milton Campos

1 Afonso Arinos

2 Daniel Krieger

3 João Agripino

**Reuniões**

Quarta-feira, às 16 horas.

Secretário: Ronaldo Ferreira Dias  
Oficial Legislativo PL-8.

(\*) Em substituição do Senhor Nelson Maculan, como titular.

(\*\*) Em substituição do Senhor Amaury Silva, como titular.



Comissão do Distrito Federal

(7 MEMBROS)

Presidente - Lino de Matos.

Vice-Presidente - Pedro Ludovico

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Menezes Pimentel.

Pedro Ludovico.

Lino de Matos.

SUPLENTE

1. Filinto Müller.

2. Eugênio Barros.

3. Heribaldo Vieira.

P. I. B.

TITULARES

Oscar Passos.

Dix-Huit Rosado.

SUPLENTE

1. Aarão Steinbruch.

2. Antônio Jucá.

U. D. N.

TITULARES

Dinarte Mariz.

Eurico Rezende.

SUPLENTE

1. Lopes da Costa.

1. Zacharias de Assunção.

Reunioes

Quintas-feiras às 10 horas.

Secretário: Julieta Ribeiro dos Santos

Oficial Legislativo PL-8.

Comissão de Economia

(9 MEMBROS)

Presidente - Filinto Müller (PSD)

Vice-Presidente - José Ermirio (PTB).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Filinto Müller.

Eugênio Barros.

Atilio Fontana.

José Guionard (licenciado).

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar (\*)

2. Sigefredo Pacheco

3. Sebastião Archer

4. Josephat Marinho

1. José Kairala

P. I. B.

SUBSTITUTOS

TITULARES

José Ermirio

Nelson Maculan (licenciado)

Júlio Leite

SUPLENTE

1. Oscar Passos (\*\*)

2. Bezerra Neto

(\*) - Em substituição ao Senhor José Guionard como titular.

(\*\*) - Em substituição ao Senhor Nelson Maculan, como titular.

SUBSTITUTOS

1. A. J. J. J.

1. Melo Braga

U. D. N.

TITULARES

Adolfo Franco

Lopes da Costa

SUPLENTE

1. José Cândido.

2. Zacharias de Assunção

Reunioes terça-feira - 16.00 horas

Secretário: Cid Brugger, Auxiliar Legislativo PL-10

Comissão de Educação e Cultura

(6 MEMBROS)

Presidente - Menezes Pimentel

(PSD)

Vice-Presidente - Padre Calazans

(UDN)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Menezes Pimentel

Walfredo Gurgel

SUPLENTE

1. Benedito Valladares

2. Sigefredo Pacheco

SUBSTITUTOS

1. Leite Neto

P. T. B.

TITULARES

Pessoa de Queiroz

Amaury Silva (licenciado).

SUPLENTE

1. Vago.

2. Vago.

U. D. N.

TITULARES

Antonio Carlos

Padre Calazans

Mem de Sá

SUPLENTE

1. Adolfo Franco

2. Milton Campos

3. Arnob de Melo

Reunioes: 4ªs-feiras - 16.00 horas.

Secretário: Vera de Alvarenga Marra, Oficial Legislativo PL-7.

Comissão de Finanças

(15 MEMBROS)

Presidente - Argemiro de Figueiredo

(PTB).

Vice-Presidente - Daniel Krieger

(UDN).

P. S. P.

COMPOSIÇÃO

TITULARES

Victorino Freire.

Lobão da Silveira.

Sigefredo Pacheco.

Wilson Gonçalves.

Leite Neto.

SUPLENTE

1. José Guionard (licenciado).

2. Eugênio Barros.

3. Menezes Pimentel.

4. Atilio Fontana.

5. Pedro Ludovico.

SUBSTITUTOS

1. José Kairala.

P. I. B.

TITULARES

Argemiro de Figueiredo.

Bertra Neto.

Dix-Huit Rosado.

Pessoa de Queiroz.

José Ermirio.

SUPLENTE

1. Nelson Maculan (licenciado).

2. Lino de Matos

3. Amaury Silva (licenciado).

4. Aurélio Vianna.

5. Antônio Jucá.

SUBSTITUTOS

1. Edmundo Levi.

2. Melo Braga.

U. D. N.

TITULARES

Daniel Krieger.

Dinarte Mariz.

Irneu Bornhausen.

Lopes da Costa

SUPLENTE

1. Adolfo Franco.

2. Eurico Rezende.

3. João Agripino.

4. Milton Campos.

P. T. B.

TITULARES

Mem de Sá.

SUPLENTE

1. Aloyalo de Carvalho.

Reunioes: 4ªs-feiras - 10.00 horas.

Secretário: Cid Brugger, Auxiliar Legislativo, PL-10.

Comissão de Legislação Social

(9 MEMBROS)

Presidente: Vivaldo Lima - PTB.

Vice-Presidente: Ruy Carneiro - (PSD).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Ruy Carneiro.

Walfredo Gurgel.

José Guionard (licenciado).

Raul Giubert.

SUPLENTE

1. Leite Neto (U. D. N.)

2. Lobão da Silveira.

3. Eugênio Barros

4. Júlio Leite

SUBSTITUTOS

1. Atilio Fontana

2. José Kairala.

P. S. P.

TITULARES

Amaury Silva (licenciado)

Heribaldo Vieira

Vivaldo Lima

SUPLENTE

1. Aurélio Vianna (\*\*)

2. Pessoa de Queiroz.

3. Antônio Jucá

(\*) - Em substituição ao Senhor José Guionard como titular

(\*\*) - Em substituição ao Senhor Amaury Silva como titular.

SUBSTITUTOS

1. Melo Braga

U. D. N.

TITULARES

Eurico Rezende

Arnob de Melo

1. Lopes da Costa

4. Zacharias de Assunção

Reunioes: 4ªs-feiras às 10. horas.

Secretário: Vera de Alvarenga Marra, Oficial Legislativo, PL-7.

Comissão do Polígono das Secas

(7 MEMBROS)

Presidente - Ruy Carneiro (PSD)

Vice-Presidente - Aurélio Vianna (PSD).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Wilson Gonçalves.

Ruy Carneiro

SUPLENTE

1. Sigefredo Pacheco

2. Leite Neto

P. T. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado

Aurélio Vianna

SUPLENTE

1. Argemiro de Figueiredo

2. Arnob de Melo

3. Julio Leite

U. D. N.

TITULARES

Dinarte Mariz

José Cândido

SUPLENTE

1. João Agripino

2. Lopes da Costa

Reunioes: 5ªs-feiras - 16 horas.

Secretário: Ney Passos Dantas, Auxiliar Legislativo PL-9.

Comissão de Redação

(8 MEMBROS)

Presidente - Dix-Huit Rosado

(PTB).

Vice-Presidente - Padre Calazans.

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Walfredo Gurgel

Sebastião Archer

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira.

2. José Feliciano.

SUBSTITUTOS

1. Menezes Pimentel (licenciado).

P. T. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado.

SUPLENTE

Heribaldo Vieira.

U. D. N.

TITULARES

Padre Calazans.

Júlio Leite.

SUPLENTE

1. João Agripino.

2. Josephat Marinho.

Reunioes: 4ªs-feiras às 15 horas.

Secretário: Sarah Abrãhão, Oficial Legislativo, PL-8.

**Comissão de Relações Exteriores**

(11 MEMBROS)

Presidente — Jefferson de Aguiar (PSD).

Vice-Presidente — Passos de Queiroz (PTB).

**COMPOSIÇÃO**

P. S. D.

**TITULARES**

Benedito Valladares,  
Filinto Müller,  
Jefferson de Aguiar,  
Aarão Steinbruch.

**SUPLENTE**

1. Menezes Pimentel.
2. Ruy Carneiro.
3. José Guilomard (licenciado).
4. Victorino Freire.

**SUBSTITUTOS**

1. José Kairala.

P. T. B.

**TITULARES**

Pessoa de Queiroz,  
Vivaldo Lima,  
Eduardo Catalão.

**SUPLENTE**

1. Oscar Passos.
2. Argemiro de Figueiredo.
3. Antônio Jucá.

U. D. N.

**TITULARES**

Antônio Carlos,  
José Cândido,  
Padre Calazans,  
Arnon de Melo.

**SUPLENTE**

1. Daniel Krieger.
2. Eurico Rezende.
3. João Agripino.
4. Mem de Sá.

Reuniões: 5<sup>as</sup>-feiras — 15,00 horas.

Secretário: Castejon J. B. Branco  
Oficial Legislativo, PL-5.

**Comissão de Saúde**

(15 MEMBROS)

Presidente — Lopes da Costa — UDN.

Vice-Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB)

**COMPOSIÇÃO**

P. S. D.

**TITULARES**

Pedro Ludovic  
Sigefredo Pacheco

**SUPLENTE**

1. Eugenio Bastos
2. Walfredo Gurgel

P. I. B.

**TITULARES**

Dix-Huit Rosado  
Suplentes

Antônio Jucá

O. D. N.

**SUPLENTE**

Lopes da Costa

**SUPLENTE**

Padre Calazans

**SUPLENTE**

Raul Gilberti

Reuniões: Quintas-feiras — 15 horas).

Secretário: Eduardo Rui Barbosa  
Auxiliar Legislativo PL-10.

**Comissão de Segurança Nacional**

(7 MEMBROS)

Presidente — Zacarias de Assunção (UDN).

Vice-Presidente — Silvestre Péricles (PTB).

**COMPOSIÇÃO**

PSD

**TITULARES**

José Guilomard (licenciado)  
Victorino Freire

**SUPLENTE**

1. Ruy Carneiro
1. Atilio Fontana (\*)

**SUBSTITUTO**

2. José Kairala

P. T. B.

**TITULARES**

Silvestre Péricles  
Oscar Passos

**SUPLENTE**

1. Dix-Huit Rosado
2. Vago.

U. D. N.

**TITULARES**

Irineu Bornhausen  
Zacharias de Assunção

**SUPLENTE**

1. Adolfo Franco.
2. Eurico Resende

P. S. P.

**TITULAR**

Raul Gilberti

**SUPLENTE**

1. Miguel Couto

Reuniões: Quintas-feiras — (16 horas).

Secretário: Alexandre Pfaendel, Oficial Legislativo PL-8.

(\*) — Em substituição ao Sr. José Guilomard, como titular.

**Comissão de Serviço Público Civil**

(7 MEMBROS)

Presidente — Silvestre Péricles (PTB)

Vice-Presidente — Leite Neto (PSD)

**COMPOSIÇÃO**

PSD

**TITULARES**

Leite Neto,  
Sigefredo Pacheco

**SUPLENTE**

1. Victorino Freire
2. Benedito Valladares

PTB

**TITULARES**

Silvestre Péricles  
Nelson Maculan (licenciado)

**SUPLENTE**

1. Edmundo Levi
2. Vago

UDN

**TITULARES**

Antonio Carlos

**Prorrogações:**

Antonio Carlos  
Padre Calazans

**SUPLENTE**

1. Dinarte Marins
2. Lopes da Costa

PL

**TITULAR**

Aloysio de Carvalho

**SUPLENTE**

Mem de Sá

Reuniões: Terças-feiras — 16,00 horas.

Secretário: J. Ney Passos Dantas,  
Auxiliar Legislativo, PL-9.

**Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas**

(5 MEMBROS)

Presidente José Feliciano (PSD).

Vice-Presidente — Irineu Bornhausen (UDN).

PSD

**TITULARES**

José Feliciano  
Sebastião Archer

**SUPLENTE**

1. Jefferson de Aguiar
2. Filinto Müller

PTB

**TITULARES**

Bezerra Neto  
Lino de Matos

**SUPLENTE**

1. Silvestre Péricles

UDN

**TITULAR**

Irineu Bornhausen

**SUPLENTE**

Zacharias de Assunção.

Reuniões: Quartas-feiras — 16,00 horas.

Secretário: Alexandre Pfaender,  
Oficial Legislativo, PL-8.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961.**

Dispõe sobre: Altera os artigos 26, 86, 88, 60, 110 e o parágrafo único do art. 112 da Constituição Federal.

— organização administrativa do Distrito Federal;

— vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal;

— regime de rendas do Distrito Federal;

— composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e do Tribunal Superior Eleitoral;

— processo de escolha do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal;

— aplicação da cota do imposto de renda atribuída aos Municípios;

Eleita em 15-6-1961, com exceção dos Srs. Senadores:

Barros Carvalho — designado em 30-2-1962.

Nelson Maculan — designado em 15-5-1963.

Lobão da Silveira — designado em 23-4-1963.

Lopes da Costa — designado em 28-10-1962.

**SUPLENTE**

Até 14-12-1962 — Requerimento número 611-61, aprovado em 15-12-61;  
Até 15-12-1963 — Requerimento nº 778-62, aprovado em 12-12-62.

**Membros — Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — Relator — PSD.
2. Lobão da Silveira — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Benedito Valladares — PSD.
5. Wilson Gonçalves — PSD.
6. Nelson Maculan — PTB.
7. Silvestre Péricles — PTB.
8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Daniel Krieger — Vice-Presidente — UDN.
11. Lopes da Costa — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Ruy Palmeira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Mem de Sá — PL.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1961.**

Altera o § 1º do art. 181 da Constituição Federal.

(Aposentadoria do funcionário aos trinta anos de serviço).

Eleito em 21-5-62, salvo os Srs. Senadores:

Lobão da Silveira  
Wilson Gonçalves e  
Amaury Silva, designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento número 610-61 aprovado em 14-12-1961.

Até 15-12-1963 — Requerimento número 798-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

**Membros — Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Lobão da Silveira — Relator — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Benedito Valladares — PSD.
5. Wilson Gonçalves — PSD.
6. Silvestre Péricles — Relator — PTB.
7. Amaury Silva — PTB.
8. Nogueira da Gama (S.T.) pág. 2.132
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Lopes da Costa — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Ruy Palmeira — UDN.
14. Heribaldo Vieira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — Presidente — PL.
16. Mem de Sá — PL.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1961.**

Da nova redação ao item II do art. 95 da Constituição Federal.

(Irredutibilidade dos vencimentos dos juizes).

Eleita em 27-6-61, salvo os Senhores Senadores:

Lopes da Costa, designado em 28 de outubro de 1962;

Lobão da Silveira, designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto, designado em 28 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento número 609-61, aprovado em 14-12-61;

Até 15-12-63 — Requerimento número 779-62; aprovado em 12-12-62.

**Membros — Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Lobão da Silveira — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Benedito Valladeres — PSD.
5. Wilson Gonçalves — PSD.
6. Silvestre Péricles — PTB.
7. Bezerra Neto — PTB.
8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Lopes da Costa — UDN.
12. Milton Campos — Vice-Presidente — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Ruy Palmeira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Mem de Sá — PL.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7 de 1961.**

Dá nova redação ao art. 65, item I, da Constituição Federal.

(Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado incluindo as de propor a exoneração dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente e aprovar o estabelecimento, rompimento e restabelecimento de relações diplomáticas com países estrangeiros.)

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Senhores Senadores:

- Guido Mondin — designado em 29 de outubro de 1962;
- Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962;
- Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963;
- Wilson Gonçalves — designado em 23 de abril de 1963;
- Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;
- Pinto Ferreira — designado em 20 de abril de 1963;
- Amaurly Silva — designado em 28 de abril de 1963;

**Prorrogações:**

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 7-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 16 de fevereiro de 1963 — Requerimento nº 780-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

**Membros — Partidos**

1. Menezes Pimentel — PSD.
2. Wilson Gonçalves — PSD.
3. Lobão da Silveira — PSD.
4. Ruy Carneiro — PSD.
5. Guido Mondin — PSD.
6. Silvestre Péricles — PSD.
7. Vivaldo Lima — PTB.
8. Amaurly Silva — PTB.
9. Pinto Ferreira — PTB.
10. Eurico Rezende — UDN.
11. Daniel Krieger — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Lopes da Costa — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Lino de Matos — PTN.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1961.**

Acrescenta item ao art. 3º do Capítulo II — Presidente da República — da Emenda Constitucional nº 4, de 1961, que instituiu o sistema parlamentar de governo (Sobre a exoneração por proposta do Senado do chefe de missão diplomática de caráter permanente).

Eleita em 5 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

- Vivaldo Lima — Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — Designado em 30 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar — Designado em 23 de abril de 1963;

Ruy Carneiro — Designado em 29 de abril de 1963;

Eurico Rezende — Designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira — Designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto — Designado em 23 de abril de 1962.

Amaurly Silva — designado em 23 de abril de 1962.

**Prorrogações:**

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 608-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 781-62, aprovado em 2 de dezembro de 1962.

**Membros — Partidos**

1. Menezes Pimentel — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD.
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Jefferson de Aguiar — PSD
5. Guido Mondin — PSD.
6. Pinto Ferreira — PSB.
7. Bezerra Neto — PTB.
8. Amaurly Silva — PTB.
9. Vivaldo Lima — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Eurico Rezende — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Lopes da Costa — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Lino de Matos — PTN.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição**

Acrescenta dispositivo ao artigo 15, revoga o item V e o § 8º do artigo 19 substituiu o § 5º do artigo 19 e o art. 22 da Constituição

(Modifica o regime de discriminação de rendas).

Eleita em 20 de novembro de 1961, salvo os Srs Senadores:

Barros Carvalho — Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — Designado em 19 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar — designado em 28 de abril de 1963;

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;

Amaurly Silva — designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto — designado em 23 de abril de 1963;

**Prorrogações:**

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 605-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961;

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

**Membros — Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Menezes Pimentel — PSD.
3. Filinto Müller — PSD.
4. Guido Mondin — PSD.
5. Ruy Carneiro — PSD.
6. Amaurly Silva — PTB.
7. Barros Carvalho — PTB.
8. Argemiro Figueiredo — PTB.
9. Bezerra Neto — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Eurico Rezende — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Ruy Palmeira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Lino de Matos — PTN.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10, de 1961.**

Acrescenta parágrafo ao art. 15 da Constituição Federal (aplicação da parcela proveniente das cotas de impostos destinadas aos Municípios).

Eleita em 28.2.1962, salvo os Srs. Senadores:

Lopes da Costa — designado em 30.3.1962;

Guido Mondin — designado em 29.10.1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23.4.1963;

Eurico Rezende designado em 23.4.1963;

João Agripino — designado em 23.4.1963;

Silvestre Péricles — designado em 23.4.1963;

Catete Pinheiro — designado em 23.4.1963.

**Senadores — Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Wilson Gonçalves — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD.
5. Guido Mondin — PSD.
6. Silvestre Péricles — PTB.
7. Nogueira da Gama — PTB.
8. Barros Carvalho — PTB.
9. Vago — PTB.
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Lopes da Costa — UDN
13. João Agripino — UDN.
14. Eurico Rezende — UDN
15. Josaphat Marinho — S/legenda.
16. Lino de Matos — PTN.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 11, de 1963.**

Acrescenta parágrafos 4º e 5º ao art. 28 da Constituição Federal (Criação de novos Municípios).

Eleita em 28.3.1963, salvo os Srs Senadores:

Guido Mondin — designado em 29.10.1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

João Agripino — designado em 13-4-1963;

Catete Pinheiro — designado em 23-4-1963.

**Prorrogação:**

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 704-62, aprovado em 12-12-62.

**Membros — Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Guido Mondin — PSD
6. Silvestre Péricles — PTB
7. Nogueira da Gama — PTB
8. Barros Carvalho — PTB
9. Milton Campos — UDN
10. Heribaldo Vieira — UDN
11. Eurico Rezende — UDN
12. João Agripino — UDN
13. Lopes da Costa — UDN
14. Aloysio de Carvalho — PL
15. Miguel Couto — PSP
16. Catete Pinheiro — PTN

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 1, de 1962.**

(Altera a redação do art. 186 da Constituição, referente a obrigatoriedade de concurso para a investidura em cargo inicial da carreira, instituindo a proibição de nomeações interinas).

Eleita em 10-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Menezes Pimentel — designado em 15-5-1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Leite Neto — designado em ..... 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

João Agripino — designado em 23-4-1963;

Aurélio Vianna — designado em 23-4-1963.

**Prorrogação:**

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 785-62, aprovado em 12-12-1963.

**Membros — Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Silvestre Péricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Eurico Rezende — UDN
13. João Agripino — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Aurélio Vianna — PSB.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1962.**

(Institui nova discriminação de rendas em favor dos Municípios brasileiros).

Eleita em 23-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Leite Neto — designado em ..... 23-4-1963;

Josaphat Marinho — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

**Prorrogação:**

Até 16.12.1962 — Requerimento nº 706-62, aprovado em 12.12.1962.

**Membros — Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Silvestre Péricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Lino de Matos — PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1963

(Originário da Câmara dos Deputados)

Que dá nova redação ao § 1º do art. 28 da Constituição Federal (autonomia dos Municípios).

Designação em 22 de outubro de 1963

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD; Ruy Carneiro - PSD; Wilson Gonçalves - PSD; José Feliciano - PSD; Lobão da Silveira - PSD; Bezerra Neto - PTB; Edmundo Levi - PTB; Argemiro de Figueiredo - PTB; Melo Braga - PTB; Milton Campos - UDN; Afonso Arinos - UDN; Eurico Rezende - UDN; Josaphat Marinho (Relator) - Pequenas Representações; Aurélio Vianna - Pequenas Representações; Júlio Leite (Vice-Presidente) - Pequenas Representações.

Comissão Especial para estudar a situação da Casa da Moeda.

(7 MEMBROS)

Criada em virtude da aprovação do Requerimento nº 53-63 do Sen. Jefferson de Aguiar, na sessão de 14-8-63.

Designação em 28-8-1963

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD; Wilson Gonçalves - PSD; Arthur Virgílio - PTB; Edmundo Levi - PTB; Adolpho Franco - UDN; Eurico Rezende (Vice-Presidente) - UDN; Josaphat Marinho - S. Legenda

Comissão Especial para o estudo das causas que dificultam a produção agropecuária e suas repercussões negativas na exportação.

(Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 8-8-1963).

(6 MEMBROS)

Membros - Partidos

- José Feliciano - PSD; Bigefredo Pacheco (Vice-Presidente) - PSD; José Ermirio (Presidente) - PTB; Lopes da Costa - UDN; Aurélio Vianna (Relator) - Pequenos Partidos.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1962.

(Dispõe sobre a data do plebiscito previsto na Emenda Constitucional nº 9).

Eleita em 10.7.1962, salvo os Srs. Senadores:

- Wilson Gonçalves; Leite Neto; João Agripino; Eurico Rezende e Josaphat Marinho (designado em 23.4.1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 - Requerimento nº 787-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros - Partidos

- 1. Jefferson de Aguiar - PSD; 2. Wilson Gonçalves - PSD; 3. Ruy Carneiro - PSD; 4. Lobão da Silveira - PSD; 5. Menezes Pimentel - PSD; 6. Leite Neto - PSD; 7. Silvestre Péricles - PTB; 8. Nogueira da Gama - PTB; 9. Barros Carvalho - PTB; 10. Milton Campos - UDN; 11. Heribaldo Vieira - UDN; 12. João Agripino - UDN; 13. Eurico Rezende - UDN; 14. Daniel Krieger - UDN; 15. Mem de Sá - PL; 16. Josaphat Marinho - S. Legenda

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 5 de 1962.

Dá nova redação ao art. 20 da Constituição.

(Determina a entrega aos Municípios de 30% da arrecadação dos Estados quando exceder as rendas municipais).

Eleita em 13.9.1962, salvo os Srs. Senadores:

- Wilson Gonçalves; Leite Neto; Josaphat Marinho; Eurico Resende; Miguel Couto (designado em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 - Requerimento nº 789-62, aprovado em 12.12.62.

Membros - Partidos

- 1. Jefferson de Aguiar - PSD; 2. Ruy Carneiro - PSD; 3. Lobão da Silveira - PSD; 4. Wilson Gonçalves - PSD; 5. Leite Neto - PSD; 6. Menezes Pimentel - PSD; 7. Vago - PTB; 8. Nogueira da Gama - PTB; 9. Barros Carvalho - PTB; 10. Milton Campos - UDN; 11. Heribaldo Campos - UDN; 12. Josaphat Marinho - UDN; 13. Daniel Krieger - UDN; 14. Eurico Resende - UDN; 15. Mem de Sá - PL; 16. Miguel Couto - PSP

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1962.

Altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 80 da Constituição Federal.

(Aumenta para 4 o número de representantes dos Estados e do Distrito Federal no Senado).

Eleita em 13.9.1962, salvo os Srs. Senadores:

- Josaphat Marinho; Wilson Gonçalves

Eurico Resende; Julio Leite (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 - Requerimento nº 790-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros - Partidos

- 1. Jefferson de Aguiar - PSD; 2. Ruy Carneiro - PSD; 3. Lobão da Silveira - PSD; 4. Wilson Gonçalves - PSD; 5. Benedito Valladares - PSD; 6. Menezes Pimentel - PSD; 7. Vago - PTB; 8. Nogueira da Gama - PTB; 9. Barros Carvalho - PTB; 10. Milton Campos - UDN; 11. Heribaldo Vieira - UDN; 12. Josaphat Marinho - UDN; 13. Daniel Krieger - UDN; 14. Eurico Resende - UDN; 15. Mem de Sá - PL; 16. Julio Leite - PR

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1962.

Revoga a Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema parlamentar de governo e o art. 61 da Constituição Federal de 18 de setembro de 1946.

Eleita em 6.12.1961, salvo os Srs. Senadores:

- Wilson Gonçalves; Eurico Resende; Amaury Silva; Raul Gubert (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 - Requerimento nº 791-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros - Partidos

- 1. Jefferson de Aguiar - PSD; 2. Ruy Carneiro - PSD; 3. Pedro Ludovic - PSD; 4. Wilson Gonçalves - PSD; 5. Benedito Valladares - PSD; 6. Menezes Pimentel - PSD; 7. Amaury Silva - PTB; 8. Nogueira da Gama - PTB; 9. Barros Carvalho - PTB; 10. Milton Campos - UDN; 11. Heribaldo Vieira - UDN; 12. Eurico Resende - UDN; 13. Daniel Krieger - UDN; 14. João Agripino - UDN; 15. Mem de Sá - PL; 16. Raul Gubert - PSP

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 1, de 1963.

Altera a redação do inciso IX do art. 157 da Constituição (referente ao trabalho de menores e mulheres e ao trabalho em indústrias insalubres).

Designada em 23-4-1963

Membros - Partidos

- 1. Jefferson de Aguiar - PSD; 2. Ruy Carneiro - PSD; 3. Lobão da Silveira - PSD; 4. Wilson Gonçalves - PSD; 5. Menezes Pimentel - PSD; 6. Heribaldo Vieira - PSD; 7. Amaury Silva - PTB; 8. Bezerra Neto - PTB; 9. Vago - PTB; 10. Silvestre Péricles - PTB; 11. Arthur Virgílio - PTB; 12. Eurico Rezende - UDN; 13. Milton Campos - UDN; 14. João Agripino - UDN; 15. Josaphat Marinho - S. Legenda; 16. Aloysio de Carvalho - PL

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1963.

Altera os arts. 141, 146 e 147 da Constituição Federal (referente ao direito de propriedade).

Designada em 23-4-1963

Membros - Partidos

- 1. Jefferson de Aguiar - PSD; 2. Ruy Carneiro - PSD; 3. Lobão da Silveira - PSD; 4. Wilson Gonçalves - PSD; 5. Menezes Pimentel - PSD; 6. Leite Neto - PSD; 7. Amaury Silva - PTB; 8. Bezerra Neto - PTB; 9. Vago - PTB; 10. Silvestre Péricles - PTB; 11. Argemiro de Figueiredo - PTB; 12. Eurico Rezende - UDN; 13. Milton Campos - UDN; 14. Daniel Krieger - UDN; 15. Josaphat Marinho - S. Legenda; 16. Aloysio de Carvalho - PL

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1963.

Dá nova redação aos artigos nºs 26 e 63 da Constituição Federal (administração do Distrito Federal e matéria da competência privativa do Senado).

Eleita em 2-5-1963

Membros - Partidos

- 1. Jefferson de Aguiar - PSD; 2. Ruy Carneiro - PSD; 3. Wilson Gonçalves - PSD; 4. Menezes Pimentel - PSD; 5. Leite Neto - PSD; 6. Amaury Silva - PTB; 7. Bezerra Neto - PTB; 8. Vago - PTB; 9. Eduardo Catalão - PTB; 10. Vasconcelos Torres - PTB; 11. Eurico Rezende - UDN; 12. Milton Campos - UDN; 13. Daniel Krieger - UDN; 14. Aloysio de Carvalho - Pequenos Partidos; 15. Josaphat Marinho - Pequenos Partidos

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1963.

Dá nova redação aos arts. 44 e 45 da Constituição Federal para conceder imunidades aos vereadores.

Designada em 20-5-1963

Senadores - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD; Ruy Carneiro - PSD; Lobão da Silveira - PSD; Wilson Gonçalves - PSD; Menezes Pimentel - PSD; Leite Neto - PSD; Amaury Silva - PTB; Bezerra Neto - PTB; Pinto Ferreira - PTB; Silvestre Péricles - PTB; Adalberto Sena - PTB; Eurico Rezende - UDN; Milton Campos - UDN; João Agripino - UDN; Aloysio de Carvalho - PL; Josaphat Marinho - S. Legenda

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 5, de 1963.**

Da nova redação ao item II e ao § 4º do artigo 19 da Constituição referentes ao Imposto de Vendas e Consignações:

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Lobão da Silveira — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Menezes Pimentel — PSD
- Leite Neto — PSD
- Amaury Silva — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Vago — PTB
- Humberto Nader — PTB
- Argemiro de Figueiredo — PTB
- Eurico Rezende — UDN
- Milton Campos — UDN
- Daniel Krieger — UDN
- Aloysio de Carvalho — PL
- Josaphat Marinho — Pequenas Partidos.

**Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.**

(Criada em virtude da aprovação, em 18-9-1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermírio).

(9 MEMBROS)

Membros — Partidos

- José Feliciano — PSD
- Atilio Fontana — PSD
- Eugênio Barros — PSD
- José Ermírio (Relator) — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Melo Braga — PTB
- Lopes da Costa — UDN
- Milton Campos (Presidente) — UDN
- Júlio Leite, Vice-Presidente — Pequenas Representações.

**Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas.**

(Criada em virtude da aprovação, em 2-8-1963, do Requerimento nº 531-63, do Senador Gouvêa Vieira).

(5 MEMBROS)

Membros — Partidos

- Atilio Fontana (Presidente) — PSD
- José Feliciano (Vice-Presidente) — PSD
- José Ermírio (Relator) — PTB
- Adolpho Franco — UDN
- Aurélio Vianna — Pequenas Representações.

**Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional.**

(6 MEMBROS)

(Criada pela Resolução nº 11-63)

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Leite Neto (Presidente) — PSD
- Nelson Maculan — PTB
- João Agripino (Relator) — UDN
- Josaphat Marinho — Pequenas Representações.

**Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas**

(Criada em virtude da aprovação, em 2-8-1963, do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouvêa Vieira)

(6 MEMBROS)

Membros — Partidos

- Atilio Fontana (Presidente) — PSD
- José Feliciano (Vice-Presidente) — PSD
- José Ermírio (Relator) — PTB
- Adolpho Franco — UDN
- Aurélio Vianna — Pequenas Representações.

**Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização**

(Criada em virtude da aprovação, em 18-9-1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 665 de 1963, do Sr. Senador José Ermírio).

(9 MEMBROS)

Membros — Partidos

- José Feliciano — PSD
- Atilio Fontana — PSD
- Eugênio Barros — PSD
- José Ermírio (Relator) — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Melo Braga — PTB

- Lopes da Costa — UDN
- Milton Campos — Presidente — UDN
- Júlio Leite — Vice-Presidente — Pequenas Representações.

**Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional**

(Criada pela Resolução nº 11 de 1963).

(5 MEMBROS)

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Leite Neto (Presidente) — PSD
- Nelson Maculan (Vice-Presidente) — PTB
- João Agripino (Relator) — UDN
- Josaphat Marinho — Pequenas Representações.

**Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos apontados da tribuna do Senado, na Sessão de 23 do corrente, e outros relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento dos Correios e Telefógrafos.**

(Criada em virtude da aprovação em 7-11-1963, sessão extraordinária, da resolução nº 32, de 1963, apresentada pelo Senhor Senador Jefferson de Aguiar e outros Senhores Senadores). (Criada pela Resolução nº 32, de 1963)

MEMBROS — PARTIDOS

- Presidente: Wilson Gonçalves — PSD
- Vice-Presidente: Leite Neto — PSD
- Relator: Eurico Rezende — UDN
- Jefferson de Aguiar — PSD
- Atilio Fontana — PSD
- Artur Virgílio — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Aurélio Vianna — PTB
- Júlio Leite — PTB

- Melo Braga — PTB
- João Agripino — UDN
- Daniel Krieger — UDN

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1963.**

Altera o art. 138 da Constituição Federal (inelegibilidades). Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- José Feliciano — PSD
- Walfredo Gurgel — PSD
- Argemiro de Figueiredo — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Silvestre Péricles — PTB
- Edmundo Levi — PTB
- Eurico Rezende — UDN
- Milton Campos — UDN
- Aloysio de Carvalho — UDN
- Afonso Arinos — UDN
- Josaphat Marinho — Sem Legenda
- Raul Giuberti — Pequenas Representações.
- Júlio Leite — Pequenas Representações.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1963.**

Da nova redação ao § 4º do art. 182 da Constituição Federal (transferência para a reserva do militar da ativa que se candidatar a cargo eletivo). Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- José Feliciano — PSD
- Walfredo Gurgel — PSD
- Argemiro de Figueiredo — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Silvestre Péricles — PTB
- Edmundo Levi — PTB
- Eurico Rezende — UDN
- Milton Campos — UDN
- Aloysio de Carvalho — UDN
- Afonso Arinos — UDN
- Josaphat Marinho — Sem Legenda
- Raul Giuberti — Pequenas Representações.
- Júlio Leite — Pequenas Representações.





# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## SEÇÃO II

ANO XIX — Nº 11

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 16 DE JANEIRO DE 1964

## SENADO FEDERAL

### ATA DA 19ª REUNIÃO, EM 15 DE JANEIRO DE 1964 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 5ª LEGISLATURA

**PRESIDENCIA DO SR. ADALBERTO SENA.**

As 15 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena,  
Zacharias de Assumpção,  
Joaquim Parente,  
Menezes Pimentel.

Antônio Jucá,  
Argemiro de Figueiredo,  
Ermírio de Moraes,  
Júlio Leite,  
Josaphat Marinho,  
Aurélio Viana,  
Benedicto Valadares,  
José Feliciano,  
Pedro Ludovico,  
Filinto Müller,  
Adolpho Franco,  
Melo Braga,  
Daniel Krieger.  
**O SR. PRESIDENTE:**  
A lista de presença acusa o comparecimento de 18 Srs. Senadores,

número insuficiente para a abertura da sessão.

Não há, sobre a mesa, expediente a despachar.

Nessas condições, encerro a presente reunião designando para a próxima sessão a seguinte

#### ORDEM DO DIA

Sessão de 16 de janeiro de 1964

(Quinta-feira)

Discussão, em turno único, do Projeto do Decreto Legislativo nº 29, de

1963 (nº 23-A-63, na Casa de origem) que aprova o Acôrdo Básico de Co-Operação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1962, tendo Pareceres Favoráveis sob números 799, 800, 801 e 802, de 1963, das comissões: de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; de Educação e Cultura e de Finanças.

Encerra-se a reunião às 15 horas e 5 minutos.

#### MESA

Presidente — Moura Andrade (PSD — SP).

Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB — MG).

Primeiro-Secretário — Rui Palmeira (UDN — AL).

Segundo-Secretário — Gilberto Marinho (PSD — GE).

Terceiro-Secretário — Adalberto Sena (PTB — ACRE).

Quarto-Secretário — Cattete Pinheiro (PTN — PA).

Primeiro-Suplente — Joaquim Parente — UDN — PI.

Segundo-Suplente — Guido Mondin (PSD — RS).

Terceiro-Suplente — Vasconcelos Torres (PTB — RJ).

#### REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

##### PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

1. José Guilomar Acre (em exercício) — Maranhão.
2. Eugênio Barros — Maranhão.
3. Lobão da Silveira — Pará.
4. Eugênio Barros — Maranhão.
5. Sebastião Archer — Maranhão.
6. Victorino Freire (em exercício e Suplente, Sr. Miguel Lima) — Maranhão.
7. Sigefredo Pacheco — Piauí.
8. Menezes Pimentel (em exercício e Suplente, Sr. Waldemar de Alcântara) — Ceará.
9. Wilson Gonçalves — Ceará.

9. Walfredo Gurgel — Rio Grande do Norte.
10. Ruy Carneiro — Paraíba.
11. Leite Neto — Sergipe.
12. Antônio Balbino — Bahia.
13. Jefferson de Aguiar — Espírito Santo.
14. Gilberto Marinho — Guanabara.
15. Moura Andrade — São Paulo.
16. Atílio Fontana — Santa Catarina.
17. Guido Mondin — R. G. Sul.
18. Benedicto Valadares — Minas Gerais.
19. Filinto Müller.
20. José Feliciano — Goiás.
21. Juscelino Kubitschek — Goiás.
22. Pedro Ludovico — Goiás.

##### PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

1. Adalberto Sena — Acre.
2. Oscar Passos — Acre.
3. Vivaldo Lima — Amazonas.
4. Edmundo Levi — Amazonas.
5. Artur Virgílio — Amazonas.
6. Antônio Jucá — Ceará.
7. Dix-Huit Rosado — Rio Grande do Norte.
8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
9. Barros Carvalho — Pernambuco.
10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco.
11. José Ermírio — Pernambuco.

12. Silvestre Péricles — Alagoas.
13. Vasconcelos Torres — Rio de Janeiro.
14. Nelson Maculan (licenciado sem substituição) — Paraná.
15. Amaury Silva — Paraná (em exercício o suplente, Sr. Melo Braga).
16. Nogueira da Gama — Minas Gerais.
1. Zacarias de Assumpção — Pará.
2. Joaquim Parente — Piauí.
3. José Cândido — Piauí.
4. Dinarte Mariz — R. G. Norte.
5. João Agripino — Paraíba.
6. Rui Palmeira — Alagoas.
7. Eurico Rezende — Espírito Santo.
8. Afonso Arinos — Guanabara, RJ.
17. Bezerra Neto.

##### UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)

9. Padre Calazans — São Paulo.
10. Adolpho Franco — Paraná.
11. Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
12. Antônio Carlos — Santa Catarina.
13. Daniel Krieger — Rio Grande do Sul.
14. Milton Campos — Minas Gerais.
15. Lopes da Costa — Mato Grosso.

##### PARTIDO LIBERTADOR

(PL)

1. Aloysio de Carvalho — Bahia.
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul.

##### PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

1. Cattete Pinheiro — Pará.
2. Lauro de Matos — São Paulo.

##### PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)

1. Raul Giuberti — Espírito Santo.
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro.

##### PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

1. Aurélio Vianna — Guanabara.

##### MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro.

##### PARTIDO REPUBLICANO (PR)

1. Júlio Leite — Sergipe.

##### PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

1. Arnou de Melo — Alagoas.

SEM LEGENDA

1. Josaphat Marinho — Bahia.
2. Heribaldo Vieira — Sergipe.

#### RESUMO

Partido Social Democrático (P. S. D.)	17
Partido Trabalhista Brasileiro (P. T. B.)	17
União Democrática Nacional (U. D. N.)	15

Partido Libertador (P. L.)	2
Partido Trabalhista Nacional (P. T. N.)	2
Partido Social Progressista (P. S. P.)	2
Partido Socialista Brasileiro (P. S. B.)	1
Partido Republicano (P. R.)	1
Partido Democrata Cristão (P. D. C.)	1
Movimento Trabalhista Renovador (M. T. R.)	1
Sem legenda	64
Total	86

**BLOCOS PARTIDARIOS**

- 1º - Maioria (39) Membros):  
 PSD  
 PTB  
 2º - Minoria (17) Membros):  
 UDN  
 PL  
 3º - Pequenas Representações (9) Membros).  
 PTN  
 PSP  
 PSB  
 MTR  
 PR  
 PDC  
 Josaphat Marinho (Sem Legenda).

**LIDERANÇAS**

**I - DOS BLOCOS PARTIDARIOS MAIORIA**

- Lider:**  
 Barros Carvalho - (PTB) - (PE)  
**Vice-Líderes:**  
 Victorino Freire - (PSD - MA).  
 Vasconcellos Torres - (PTB - RJ).  
 Jefferson de Aguiar - (PSD - ES).  
 Lobão da Silveira - (PSD - PA).  
 Artur Virgílio - (PTB - AM).  
 Bezerra Neto - (PTB) - (MT).

**MINORIA**

- Lider:**  
 João Agripino - (UDN - PB).  
**Vice-Líder:**  
 Daniel Krieger - (UDN - RS).  
 Mem de Sá - (PL - RS).  
 PEQUENA REPRESENTAÇÕES

- Lider:**  
 Lino de Matos - (PTN - SP).  
**Vice-Líderes:**  
 Aurélio Viana - (PSB - GB)  
**II - DOS PARTIDOS**  
 PSD  
 Benedicto Valladares - (VAG).  
**Vice Líderes.**  
 Wilson Gonçalves - (CE).  
 Sigefredo Pacheco - (PI).

**EXPEDIENTE**  
**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL**  
 DIRETOR-GERAL  
**ALBERTO DE BRITO PEREIRA**  
 CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
**MURILO FERREIRA ALVES**  
 CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
**FLORIANO GUIMARÃES**  
**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**  
 SEÇÃO II  
 Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional  
**BRÁSILIA**

**ASSINATURAS**

REPARTIÇÕES E PARTIGULARES		FUNCIONARIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

— Excetnadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,20.

- Walfredo Gurgel - (RG).  
 PTB  
**Lider:**  
 Artur Virgílio - (AM).  
**Vice-Líderes:**  
 Amauri Silva (licenciado) - (PR).  
 Vivaldo Lima - (AM).  
 Bezerra Neto - (MD).  
 UDN  
**Lider:**  
 Daniel Krieger - (RS).  
**Vice-Líderes:**  
 Eurico Rezende - (ES).  
 Padre Calazans - (SP).  
 Adolfo Franco - (PR).  
 PL  
**Lider:**  
 Mem de Sá - (RS).  
**Vice-Líderes:**  
 Aloysio de Carvalho - (MA).  
 PTN  
**Lider:**  
 Lino de Matos - (SP).  
**Vice-Líderes:**  
 Cattete Pinheiro - (PA).  
 PSP  
**Lider:**  
 Miguel Couto - (RJ).  
**Vice-Líder:**  
 Raul Gluberti - (ES).

**COMISSÕES PERMANENTES**

**Comissão Diretora**

- Moura Andrade - Presidente (PSD).  
 Nogueira da Gama (PTB).  
 Adalberto Sena (PTB).  
 Rui Palmeira (UDN).  
 Gilberto Marinho (PSD).  
 Joaquim Parente (UDN).  
 Cattete Pinheiro (PTN).  
 Guido Mondin (PSD).  
 Vasconcelos Torres (PTB).  
 Reuniões Quartas-feiras às 10 horas.  
 Secretário: Evandro Mendes Viana.  
 Diretor-Geral.

**Comissão de Agricultura**

- (7 MEMBROS)  
 Presidente - Vago.  
 Vice-Presidente - Eugênio Barros (PSD).  
**COMPOSIÇÃO**  
 P. S. D.  
**TITULARES**  
 Eugênio Barros.  
 José Feliciano.  
**SUPLENTE**  
 1 Athlo-Fontana.  
 2 Pedro Ludovico.  
 P. T. B.  
**TITULARES**  
 Raul Gluberti.  
 Dix-Huit Rosado.  
 Nelson Maculan (Licenciado).

- SUPLENTE**  
 1 Eduard Catalão (\*).  
 2 Aarão Steinbruch.  
 3 Vago.  
 U. D. N.  
**TITULARES**  
 Lopes da Costa.  
 Antônio Carlos.  
**SUPLENTE**  
 1 Daniel Krieger.  
 2 João Agripino.  
**SUBSTITUTOS**  
**Reuniões**  
 Quartas-feiras, às 16 horas.  
 Secretário: J. Ney Passos Dantas.  
 Auxiliar Legislativo PL-9.

**Comissão de Constituição e Justiça**

- (11 MEMBROS)  
 Presidente - Milton Campos (UDN).  
 Vice-Presidente - Wilson Gonçalves (PSD).  
**COMPOSIÇÃO**  
 P. S. D.  
**TITULARES**  
 Jefferson de Aguiar.  
 Rui Carneiro.  
 Lobão da Silva.  
 Wilson Gonçalves.  
 Josaphat Marinho.

- SUPLENTE**  
 1 Menezes Fimtel (licenciado).  
 2 Leite Neto.  
 3 Benedicto Valladares.  
 4 Aarão Steinbruch.  
 P. T. B.  
**TITULARES**  
 Amaury Silva (licenciado).  
 Bezerra Neto.  
 Edmundo Levi.

- SUPLENTE**  
 1 Argemiro de Figueiredo (\*\*).  
 2 Silvestre Péricles.  
 3 Melo Braga.  
 U. D. N.  
**TITULARES**  
 Aloysio de Carvalho.  
 Milton Campos.  
 1. Atonso Arinos.  
 2. Daniel Krieger.  
 3. Joao Agripino.  
**Reuniões**  
 Quarta-feira, às 16 horas.  
 Secretário: Ronaldo Ferreira Dias.  
 Oficial Legislativo PL-8.

(\*) Em substituição do Senhor Nelson Maculan, como titular.  
 (\*\*) Em substituição do Senhor Amaury Silva, como titular.

**Comissão do Distrito Federal**  
(7 MEMBROS)

Presidente — Lino de Matos,  
Vice-Presidente — Pedro Ludovico

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Menezes Pimentel,  
Pedro Ludovico,  
Lino de Matos.

SUPLENTE

1. Filinto Müller.  
2. Eugênio Barros.  
3. Heribaldo Vieira.

P. T. B.

TITULARES

Oscar Passos,  
Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

1. Aarão Steinbruch,  
2. Antônio Jucá.

U. D. N.

TITULARES

Dinarte Mariz,  
Eurico Rezende.

SUPLENTE

1. Lopes da Costa,  
2. Zacharias de Assunção.

Reunioes

Quintas-feiras às 10 horas.

Secretário: Julieta Ribeiro dos Santos,  
Oficial Legislativo PL-8.

**Comissão de Economia**

(9 MEMBROS)

Presidente — Filinto Müller (PSD),  
Vice-Presidente — José Ernirio (PTB).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Filinto Müller,  
Eugênio Barros,  
Atílio Fontana,  
José Guilomard (licenciado).

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar (\*),  
2. Sigefredo Pacheco,  
3. Sebastião Archer,  
4. Josaphat Marinho

1. José Kairala

P. T. B.

SUBSTITUTOS

José Ernirio,  
Nelson Maculian (licenciado),  
Júlio Leite

SUPLENTE

1. Oscar Passos (\*\*),  
2. Bezerra Neto

(\*) — Em substituição ao Senhor José Guilomard como titular.

(\*\*) — Em substituição ao Senhor Nelson Maculian, como titular.

SUBSTITUTOS

2. ...A Indice  
1. Melo Braga

U. D. N.

TITULARES

Adolfo Franco,  
Lopes da Costa

SUPLENTE

1. José Cândido,  
2. Zacarias de Assunção.  
Reunioes terça-feira — 16.00 horas  
Secretário: Cid Brugger, Auxiliar Legislativo PL-10.

**Comissão de Educação e Cultura**

(7 MEMBROS)

Presidente — Menezes Pimentel (PSD)

Vice-Presidente — Padre Calazans (UDN)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Merezes Pimentel,  
Walfredo Gurgel

SUPLENTE

1. Benedito Valladarez,  
2. Sigefredo Pacheco

SUBSTITUTOS

1. Leite Neto

P. T. B.

TITULARES

Pessoa de Queiroz,  
Amaury Silva (licenciado)

SUPLENTE

1. Vago,  
2. Vago.

U. D. N.

TITULARES

Antonio Carlos,  
Padre Calazans,  
Mem de Sá

SUPLENTE

1. Adolfo Franco,  
2. Milton Campos,  
3. Arnob de Melo

Reunioes: 4ªs-feiras — 15.00 horas.

Secretário: Vera de Alvarenga Mafra, Oficial Legislativo PL-7.

**Comissão de Finanças**

(18 MEMBROS)

Presidente — Argemiro de Figueiredo — (PTB).

Vice-Presidente — Daniel Krieger — (UDN).

P. S. P.

COMPOSIÇÃO

TITULARES

Victorino Freire,  
Lobão da Silveira,  
Sigefredo Pacheco,  
Wilson Gonçalves,  
Leite Neto.

SUPLENTE

1. José Guilomard (licenciado),  
2. Eugênio Barros,  
3. Menezes Pimentel,  
4. Atílio Fontana,  
5. Pedro Ludovico.

SUBSTITUTOS

1. José Kairala.

P. T. B.

TITULARES

Argemiro de Figueiredo,  
Bezerra Neto,  
Dix-Huit Rosado,  
Pessoa de Queiroz,  
José Ernirio.

SUPLENTE

1. Nelson Maculian (licenciado),  
2. Lino de Matos,  
3. Amaury Silva (licenciado),  
4. Aurélio Vianna,  
5. Antônio Jucá

SUBSTITUTOS

1. Edmundo Levi,  
2. Melo Braga.

U. D. N.

TITULARES

Daniel Krieger,  
Dinarte Mariz,  
Irineu Bornhausen,  
Lopes da Costa

SUPLENTE

1. Adolfo Franco,  
2. Eurico Rezende,  
3. João Agripino,  
4. Milton Campos.

PL

TITULARES

Mem de Sá.

SUPLENTE

1. Aloysio de Carvalho.  
Reunioes: 4ªs feiras — 10,00 horas.  
Secretário: Cid Brugger, Auxiliar Legislativo, PL-10.

**Comissão de Legislação Social**

(9 MEMBROS)

Presidente: Vivaldo Lima — PTB.  
Vice-Presidente: Ney Carneiro — (PSD).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Ruy Carneiro,  
Walfredo Gurgel,  
José Guilomard (licenciado),  
Raul Glubert.

SUPLENTE

1. Leite Neto (\*),  
2. Lobão da Silveira,  
3. Eugênio Barros,  
4. Julio Leite

SUBSTITUTOS

1. Atílio Fontana,  
2. José Kairala.

P. T. B.

TITULARES

Amaury Silva (licenciado),  
Heribaldo Vieira,  
Vivaldo Lima

SUPLENTE

1. Aurélio Vianna (\*\*),  
2. Pessoa de Queiroz,  
3. Antônio Jucá

(\*) — Em substituição ao Senhor José Guilomard como titular

(\*\*) — Em substituição ao Senhor Amaury Silva como titular

SUBSTITUTOS

1. Melo Braga

U. D. N.

TITULARES

Eurico Rezende,  
Antônio Jucá,  
1. Lopes da Costa,  
4. Zacarias de Assunção

Reunioes: 4ªs feiras às 10 horas  
SUPLENTE

Secretário: Vera de Alvarenga Mafra, Oficial Legislativo, PL-7.

**Comissão do Polígono das Secas**

(7 MEMBROS)

Presidente — Ruy Carneiro (PSD)  
Vice-Presidente — Aurélio Vianna (PTB)

COMPOSIÇÃO

P. T. B.

TITULARES

Wilson Gonçalves,  
Ruy Carneiro

SUPLENTE

1. Sigefredo Pacheco,  
2. Leite Neto

P. T. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado,  
Aurélio Vianna

SUPLENTE

1. Argemiro de Figueiredo,  
2. Arnob de Melo,  
3. Julio Leite

U. D. N.

TITULARES

Dinarte Mariz,  
José Cândido

SUPLENTE

1. João Agripino,  
2. Lopes da Costa  
Reunioes: 5ªs feiras — 16 horas.  
Secretário: Ney Passos Dantas, Auxiliar Legislativo PL-8.

**Comissão de Redação**

(5 MEMBROS)

Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB).

Vice-Presidente — Padre Calazans.

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Walfredo Gurgel,  
Sebastião Archer

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira,  
2. José Feliciano.

SUBSTITUTOS

1. Menezes Pimentel (licenciado).

P. T. B.

TITULAR

Dix-Huit Rosado.

SUPLENTE

Heribaldo Vieira.

U. D. N.

TITULARES

Padre Calazans,  
Júlio Leite.

SUPLENTE

1. João Agripino,  
2. Josaphat Marinho.

Reunioes: 4ªs feiras às 10 horas.  
Secretário: Sarah Abramo, Oficial Legislativo, PL-8.

**Comissão de Relações Exteriores**

(11 MEMBROS)

Presidente -- Jefferson de Aguiar (PSD).

Vice-Presidente -- Passos de Queiroz (PTB).

**COMPOSIÇÃO**

P. S. D.

**TITULARES**

Benedito Valladares.  
Filinto Müller.  
Jefferson de Aguiar.  
Aarão Steinhilber.

**SUPLENTE**

1. Menezes Pimentel.
2. Ruy Carneiro.
3. José Guimard (licenciado).
4. Victorino Freire.

**SUBSTITUTOS**

1. José Kairala.

P. T. B.

**TITULARES**

Passos de Queiroz.  
Vivaldo Lima.  
Eduardo Cataião.

**SUPLENTE**

1. Oscar Passos.
2. Argemiro de Figueiredo.
3. Antônio Jucá.

U. D. N.

**TITULARES**

Antônio Carlos.  
José Cândido.  
Padre Calazans.  
Arnon de Melo.

**SUPLENTE**

1. Daniel Krieger.
2. Eurico Rezende.
3. João Agripino.
4. Mem de Sá.

Reuniões: 5ªs-feiras -- 15,00 horas.

Secretário: Castefon J. B. Branco. Oficial Legislativo, PL-6.

**Comissão de Saúde**

(15 MEMBROS)

Presidente -- Lopes da Costa -- UDN.

Vice-Presidente -- Dix-Huit Rosado (PTB)

**COMPOSIÇÃO**

P. S. D.

**TITULARES**

Pedro Ludovico  
Sigefredo Pacheco

**SUPLENTE**

1. Eugenio Bastos
2. Walfredo Gurgel

P. I. B.

**TITULARES**

Dix-Huit Rosado  
Suplentes

Antônio Jucá

U. D. N.

**SUPLENTE**

Lopes da Costa

**SUPLENTE**

Padre Calazans

**SUPLENTE**

Raul Gilberti

Reuniões: Quintas-feiras -- 15 horas).

Secretário: Eduardo Rui Barbosa Auxiliar Legislativo PL-10.

**Comissão de Segurança Nacional**

(7 MEMBROS)

Presidente -- Zacarias de Assunção (UDN).

Vice-Presidente -- Silvestre Péricles (PTB).

**COMPOSIÇÃO**

PSD

**TITULARES**

José Guimard (Licenciado)  
Victorino Freire

**SUPLENTE**

1. Ruy Carneiro
1. Atílio Fontana (\*)

**SUBSTITUTO**

2. José Kairala

P. T. B.

**TITULARES**

Silvestre Péricles  
Oscar Passos

**SUPLENTE**

1. Dix-Huit Rosado
2. Vago.

U. D. N.

**TITULARES**

Irineu Bornhausen  
Zacharias de Assunção

**SUPLENTE**

1. Adolfo Franco.
2. Eurico Resende

P. S. P.

**TITULAR**

Raul Gilberti

**SUPLENTE**

1. Miguel Couto

Reuniões: Quintas-feiras -- (16 horas).

Secretário: Alexandre Pfaendel, Oficial Legislativo PL-8.

(\*) -- Em substituição ao Sr. José Guimard, como titular.

**Comissão de Serviço Público Civil**

(7 MEMBROS)

Presidente -- Silvestre Péricles (PTB).

Vice-Presidente -- Leite Neto (PSD)

**COMPOSIÇÃO**

PSD

**TITULARES**

Leite Neto.  
Sigefredo Pacheco

**SUPLENTE**

1. Victorino Freire
2. Benedito Valladares

PTB

**TITULARES**

Silvestre Péricles  
Nelson Maculan (licenciado)

**SUPLENTE**

1. Edmundo Levi
2. Vago

UDN

**TITULARES**

Antonio Carlos

**Prorrogações:**

Antonio Carlos  
Padre Calazans

**SUPLENTE**

1. Dinarte Marins
2. Lopes da Costa

PL

**TITULAR**

Aloysio de Carvalho

**SUPLENTE**

Mem de Sá

Reuniões: Terças-feiras -- 10,00 horas.

Secretário: J. Ney Passos Dantas. Auxiliar Legislativo, PL-9.

**Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas**

(5 MEMBROS)

Presidente José Feliciano (PSD).  
Vice-Presidente -- Irineu Bornhausen (UDN).

PSD

**TITULARES**

José Feliciano  
Sebastião Archer

**SUPLENTE**

1. Jefferson de Aguiar
2. Filinto Müller

PTB

**TITULARES**

Bezerra Neto  
Lino de Matos

**SUPLENTE**

1. Silvestre Péricles

UDN

**TITULAR**

Irineu Bornhausen

**SUPLENTE**

Zacharias de Assunção.

Reuniões: Quartas-feiras -- 16,00 horas.

Secretário: Alexandre Pfaendel, Oficial Legislativo, PL-8.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961.**

Dispõe sobre: Altera os artigos 26, 56, 58, 60, 110 e o parágrafo único do art. 112 da Constituição Federal.

-- organização administrativa do Distrito Federal;

-- vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal;

-- regime de rendas do Distrito Federal;

-- composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e do Tribunal Superior Eleitoral;

-- processo de escolha do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal;

-- aplicação da cota do imposto de renda atribuída aos Municípios;

Eleita em 15-6-1961, com exceção dos Srs. Senadores:

Barros Carvalho -- designado em 30-2-1962.

Nelson Maculan -- designado em 15-6-1963.

Lobão da Silveira -- designado em 23-4-1963.

Lopes da Costa -- designado em 29-10-1962.

**SUPLENTE**

Até 14-12-1962 -- Requerimento número 611-61, aprovado em 15-12-61.  
Até 15-12-1963 -- Requerimento nº 778-62, aprovado em 12-12-62.

**Membros -- Partidos**

1. Jefferson de Aguiar -- Relator -- PSD.
2. Lobão da Silveira -- PSD.
3. Ruy Carneiro -- PSD.
4. Benedito Valladares -- PSD.
5. Wilson Gonçalves -- PSD.
6. Nelson Maculan -- PTB.
7. Silvestre Péricles -- PTB.
8. Nogueira da Gama -- PTB.
9. Barros Carvalho -- PTB.
10. Daniel Krieger -- Vice-Presidente -- UDN.
11. Lopes da Costa -- UDN.
12. Milton Campos -- UDN.
13. Heribaldo Vieira -- UDN.
14. Ruy Palmeira -- UDN.
15. Aloysio de Carvalho -- PL.
16. Mem de Sá -- PL.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1961.**

Altera o § 1º do art. 181 da Constituição Federal.

(Aposentadoria do funcionário aos trinta anos de serviço).

Eleito em 21-5-62, salvo os Srs. Senadores:

Lobão da Silveira  
Wilson Gonçalves e  
Amaury Silva, designado em 23 de abril de 1963.

**Prorrogações:**

Até 15-12-1962 -- Requerimento número 610-61 aprovado em 14-12-1961.

Até 15-12-1963 -- Requerimento número 798-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

**Membros -- Partidos**

1. Jefferson de Aguiar -- PSD.
2. Lobão da Silveira -- Relator -- PSD.
3. Ruy Carneiro -- PSD.
4. Benedito Valladares -- PSD.
5. Wilson Gonçalves -- PSD.
6. Silvestre Péricles -- Relator -- PTB.
7. Amaury Silva -- PTB.
8. Nogueira da Gama -- PTB.
9. Barros Carvalho -- PTB.
10. Daniel Krieger -- UDN.
11. Lopes da Costa -- UDN.
12. Milton Campos -- UDN.
13. Ruy Palmeira -- UDN.
14. Heribaldo Vieira -- UDN.
15. Aloysio de Carvalho -- Presidente -- PL.
16. Mem de Sá -- PL.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1961.**

Da nova redação ao item II do art. 95 da Constituição Federal.

(Irredutibilidade dos vencimentos dos juizes).

Eleito em 27-8-61, salvo os Senhores Senadores:

Lopes da Costa, designado em 29 de outubro de 1962;

Lobão da Silveira, designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto, designado em 23 de abril de 1963.

**Prorrogações:**

Até 15-12-1962 -- Requerimento número 609-61, aprovado em 14-12-61.

Até 15-12-63 -- Requerimento número 779-62; aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Lobão da Silveira — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Benedicto Valladares — PSD.
5. Wilson Gonçalves — PSD.
6. Silvestre Péricles — PTB.
7. Bezerra Neto — PTB.
8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Lopes da Costa — UDN.
12. Milton Campos — Vice-Presidente — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Ruy Palmeira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Mem de Sá — PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 7 de 1961.

Dá nova redação ao art. 65, item I, da Constituição Federal.

(Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado incluindo as de propor a exoneração dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente e aprovar o estabelecimento, rompimento e retamento de relações diplomáticas com países estrangeiros.)

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Senhores Senadores:

- Guido Mondin — designado em 29 de outubro de 1962;
- Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962;
- Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963;
- Wilson Gonçalves — designado em 23 de abril de 1963;
- Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;
- Pinto Ferreira — designado em 20 de abril de 1963;
- Amaury Silva — designado em 28 de abril de 1963;

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 607-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 16 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 780-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

1. Menezes Pimentel — PSD.
2. Wilson Gonçalves — PSD.
3. Lobão da Silveira — PSD.
4. Ruy Carneiro — PSD.
5. Guido Mondin — PSD.
6. Silvestre Péricles — PSD.
7. Vivaldo Lima — PTB.
8. Amaury Silva — PTB.
9. Pinto Ferreira — PTB.
10. Eurico Rezende — UDN.
11. Daniel Krieger — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Lopes da Costa — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1961.

Acrescenta item ao art. 8º do Capítulo II — Presidente da República — da Emenda Constitucional nº 4 de 1961, que instituiu o sistema parlamentar de governo (Sobre a exoneração por proposta do Senado do chefe de missão diplomática de caráter permanente).

Eleita em 8 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

- Vivaldo Lima — Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — Designado em 30 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar — Designado em 23 de abril de 1963;

Ruy Carneiro — Designado em 29 de abril de 1963;

Eurico Rezende — Designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira — Designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto — Designado em 23 de abril de 1962.

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1962.

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 608-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 781-62, aprovado em 2 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

1. Menezes Pimentel — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD.
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Jefferson de Aguiar — PSD
5. Guido Mondin — PSD.
6. Pinto Ferreira — PSB.
7. Bezerra Neto — PTB.
8. Amaury Silva — PTB.
9. Vivaldo Lima — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Eurico Rezende — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Lopes da Costa — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição

Acrescenta dispositivo ao artigo 15, revoga o item V e o § 4º do artigo 19 substituiu o § 5º do artigo 19 e o art. 22 da Constituição

(Modifica o regime de discriminação de rendas).

Eleita em 20 de novembro de 1961 salvo os Srs Senadores:

Barros Carvalho — Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — Designado em 19 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar — designado em 28 de abril de 1963;

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto — designado em 23 de abril de 1963;

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 605-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961;

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Menezes Pimentel — PSD.
3. Filinto Müller — PSD.
4. Guido Mondin — PSD.
5. Ruy Carneiro — PSD.
6. Amaury Silva — PTB.
7. Barros Carvalho — PTB.
8. Argemiro Figueiredo — PTB.
9. Bezerra Neto — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Eurico Rezende — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Ruy Palmeira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10, de 1961.

Acrescenta parágrafo ao art. 15 da Constituição Federal (aplicação da parcela proveniente das cotas de impostos destinadas aos Municípios).

Eleita em 28.2.1962, salvo os Srs. Senadores:

Lopes da Costa — designado em 30.3.1962;

Guido Mondin — designado em 29.10.1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23.4.1963;

Eurico Rezende — designado em 23.4.1963;

João Agripino — designado em 23.4.1963;

Silvestre Péricles — designado em 23.4.1963;

Cattete Pinheiro — designado em 23.4.1963.

Senadores — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Wilson Gonçalves — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD.
5. Guido Mondin — PSD.
6. Silvestre Péricles — PTB.
7. Nogueira da Gama — PTB
8. Barros Carvalho — PTB.
9. Vago — PTB.
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Lopes da Costa — UDN
13. João Agripino — UDN.
14. Eurico Rezende — UDN
15. Josephat Marinho — S/legenda.
16. Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 11, de 1963.

Acrescenta parágrafos 4º e 5º ao art. 28 da Constituição Federal (Criação de novos Municípios).

Eleita em 28.3.1962, salvo os Srs. Senadores:

Guido Mondin — designado em 29.10.1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

João Agripino — designado em 13-4-1963;

Cattete Pinheiro — designado em 23-4-1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 784-62, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Guido Mondin — PSD
6. Silvestre Péricles — PTB
7. Nogueira da Gama — PTE
8. Barros Carvalho — PTB
9. Milton Campos — UDN
10. Heribaldo Vieira — UDN
11. Eurico Rezende — UDN
12. João Agripino — UDN
13. Lopes da Costa — UDN
14. Aloysio de Carvalho — PL
15. Miguel Couto — PSP
16. Cattete Pinheiro — PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 1, de 1962.

(Altera a redação do art. 109 da Constituição, referente a obrigatoriedade de concurso para a investidura em cargo inicial da carreira, instituindo a proibição de nomeações interinas).

Eleita em 10-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Menezes Pimentel — designado em 15-5-1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Leite Neto — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

João Agripino — designado em 23-4-1963;

Aurelio Vianna — designado em 23-4-1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 785-62, aprovado em 12-12-1963.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Silvestre Péricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Eurico Rezende — UDN
13. João Agripino — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Aurelio Vianna — PSB.

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1962.

(Institui nova discriminação de rendas em favor dos Municípios brasileiros).

Eleita em 23-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Leite Neto — designado em 23-4-1963;

Josephat Marinho — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

Prorrogação:

Até 15-12-1962 — Requerimento nº 706-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Silvestre Péricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josephat Marinho — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Lino de Matos — PTN



**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1963**

(Originário da Câmara dos Deputados)

Que dá nova redação ao § 1º do art. 28 da Constituição Federal (autonomia dos Municípios).

Designação em 22 de outubro de 1963

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD;  
Ruy Carneiro - PSD;  
Wilson Gonçalves - PSD;  
José Feliciano - PSD;  
Lobão da Silveira - PSD;  
Bezerra Neto - PTB;  
Edmundo Levi - PTB;  
Argemiro de Figueiredo - PTB;  
Melo Braga - PTB;  
Milton Campos - Presidente - UDN;  
Aloysio de Carvalho - UDN;  
Afonso Arinos - UDN;  
Eurico Rezende - UDN;  
Josaphat Marinho (Relator) - Pequenas Representações;  
Aurélio Vianna - Pequenas Representações;

Júlio Leite (Vice-Presidente) - Pequenas Representações.

**Comissão Especial para estudar a situação da Casa da Moeda.**

7 MEMBROS.

Criada em virtude da aprovação do Requerimento nº 51-63 do Sen. Jefferson de Aguiar, a sessão de 14-8-63.

Designação em 28-8-1963

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar (Presidente) - PSD;  
Wilson Gonçalves - PSD;  
Arthur Virgílio - PTB;  
Edmundo Levi - PTB;  
Adolpho Franco - UDN;  
Eurico Rezende (Vice-Presidente) - UDN;  
Josaphat Marinho - S/legenda

**Comissão Especial para o estudo das causas que dificultam a produção agro-pecuária e suas repercussões negativas na exportação.**

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 2-8-1963.

6 MEMBROS.

Membros - Partidos

José Feliciano - PSD;  
Siegfredo Pacheco (Vice-Presidente) - PSD;  
José Ermírio (Presidente) - PTB;  
Lopes da Costa - UDN;  
Aurélio Vianna (Relator) - Pequenos Partidos.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1962.**

(Dispõe sobre a data do plebiscito previsto na Emenda Constitucional nº 4).

Eleita em 10-7-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves  
Leite Neto  
João Agripino  
Eurico Rezende e  
Josaphat Marinho (designado em 23-4-1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 - Requerimento nº 787-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros - Partidos

1. Jefferson de Aguiar - PSD  
2. Wilson Gonçalves - PSD  
3. Ruy Carneiro - PSD  
4. Lobão da Silveira - PSD  
5. Menezes Pimentel - PSD  
6. Leite Neto - PSD  
7. Silvestre Péricles - PTB  
8. Nogueira da Gama - PTB  
9. Barros Carvalho - PTB  
10. Milton Campos - UDN  
11. Heribaldo Vieira - UDN  
12. João Agripino - UDN  
13. Eurico Rezende - UDN  
14. Daniel Krieger - UDN  
15. Mem de Sá - PL  
16. Josaphat Marinho - S/legenda.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 5 de 1962.**

Dá nova redação ao art. 20 da Constituição.

(Determina a entrega aos Municípios de 30% da arrecadação dos Estados quando exceder as rendas municipais).

Eleita em 13-9-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves  
Leite Neto  
Josaphat Marinho  
Eurico Rezende

Miguel Couto (designado em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 - Requerimento nº 789-62, aprovado em 12-12-62.

Membros - Partidos

1. Jefferson de Aguiar - PSD  
2. Ruy Carneiro - PSD  
3. Lobão da Silveira - PSD  
4. Wilson Gonçalves - PSD  
5. Leite Neto - PSD  
6. Menezes Pimentel - PSD  
7. Vago - PTB  
8. Nogueira da Gama - PTB  
9. Barros Carvalho - PTB  
10. Milton Campos - UDN  
11. Heribaldo Vieira - UDN  
12. Josaphat Marinho - UDN  
13. Daniel Krieger - UDN  
14. Eurico Rezende - UDN  
15. Mem de Sá - PL  
16. Miguel Couto - PSD

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1962.**

Altera a redação dos §§ 1º e 3º do art. 60 da Constituição Federal.

(Aumenta para 4 o número de representantes dos Estados e do Distrito Federal no Senado).

Eleita em 13-9-1962, salvo os Srs. Senadores:

Josaphat Marinho  
Wilson Gonçalves

Eurico Rezende  
Júlio Leite (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 - Requerimento nº 790-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros - Partidos

1. Jefferson de Aguiar - PSD  
2. Ruy Carneiro - PSD  
3. Lobão da Silveira - PSD  
4. Wilson Gonçalves - PSD  
5. Benedito Valladares - PSD  
6. Menezes Pimentel - PSD  
7. Vago - PTB  
8. Nogueira da Gama - PTB  
9. Barros Carvalho - PTB  
10. Milton Campos - UDN  
11. Heribaldo Vieira - UDN  
12. Josaphat Marinho - UDN  
13. Daniel Krieger - UDN  
14. Eurico Rezende - UDN  
15. Mem de Sá - PL  
16. Júlio Leite - PR

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1962.**

Revoga a Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema parlamentar de governo e o art. 61 da Constituição Federal, de 18 de setembro de 1946.

Eleita em 8-12-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves  
Eurico Rezende  
Amaury Silva

Raul Gluberti (designados em 23 de abril de 1963)

Prorrogação:

Até 15-12-1963 - Requerimento nº 791-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros - Partidos

1. Jefferson de Aguiar - PSD  
2. Ruy Carneiro - PSD  
3. Pedro Ludovico - PSD  
4. Wilson Gonçalves - PSD  
5. Benedito Valladares - PSD  
6. Menezes Pimentel - PSD  
7. Amaury Silva - PTB  
8. Nogueira da Gama - PTB  
9. Barros Carvalho - PTB  
10. Milton Campos - UDN  
11. Heribaldo Vieira - UDN  
12. Eurico Rezende - UDN  
13. Daniel Krieger - UDN  
14. João Agripino - UDN  
15. Mem de Sá - PL  
16. Raul Gluberti - PSP

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 1, de 1963.**

Altera a redação do inciso IX do art. 157 da Constituição (referente ao trabalho de menores e mulheres e ao trabalho em indústrias insalubres).

Designada em 23-4-1963

Membros - Partidos

1. Jefferson de Aguiar - PSD  
2. Ruy Carneiro - PSD  
3. Lobão da Silveira - PSD  
4. Wilson Gonçalves - PSD  
5. Menezes Pimentel - PSD  
6. Heribaldo Vieira - PSD  
7. Amaury Silva - PTB  
8. Bezerra Neto - PTB  
9. Vago - PTB  
10. Silvestre Péricles - PTB  
11. Arthur Virgílio - PTB  
12. Eurico Rezende - UDN  
13. Milton Campos - UDN  
14. João Agripino - UDN  
15. Josaphat Marinho - S/legenda  
16. Aloysio de Carvalho - PL

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1963.**

Altera os arts. 141, 146 e 147 da Constituição Federal (referente ao direito de propriedade).

Designada em 23-4-1963

Membros - Partidos

1. Jefferson de Aguiar - PSD  
2. Ruy Carneiro - PSD  
3. Lobão da Silveira - PSD  
4. Wilson Gonçalves - PSD  
5. Menezes Pimentel - PSD  
6. Leite Neto - PSD  
7. Amaury Silva - PTB  
8. Bezerra Neto - PTB  
9. Vago - PTB  
10. Silvestre Péricles - PTB  
11. Argemiro de Figueiredo - PTB  
12. Eurico Rezende - UDN  
13. Milton Campos - UDN  
14. Daniel Krieger - UDN  
15. Josaphat Marinho - S/legenda  
16. Aloysio de Carvalho - PL

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1963.**

Dá nova redação aos artigos nºs 26 e 68 da Constituição Federal (administração do Distrito Federal e matéria da competência privativa do Senado).

Eleita em 2-5-1963

Membros - Partidos

1. Jefferson de Aguiar - PSD  
2. Ruy Carneiro - PSD  
4. Wilson Gonçalves - PSD  
5. Menezes Pimentel - PSD  
6. Leite Neto - PSD  
7. Amaury Silva - PTB  
8. Bezerra Neto - PTB  
9. Vago - PTB  
10. Eduardo Catalão - PTB  
11. Vasconcelos Torres - PTB  
12. Eurico Rezende - UDN  
13. Milton Campos - UDN  
14. Daniel Krieger - UDN  
16. Aloysio de Carvalho - Pequenos Partidos  
16. Josaphat Marinho - Pequenos Partidos

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1963.**

Dá nova redação aos arts. 44 e 45 da Constituição Federal para conceder imunidades aos vereadores.

Designada em 20-5-1963

Senadores - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD  
Ruy Carneiro - PSD  
Lobão da Silveira - PSD  
Wilson Gonçalves - PSD  
Menezes Pimentel - PSD  
Leite Neto - PSD  
Amaury Silva - PTB  
Bezerra Neto - PTB  
Pinto Pereira - PTB  
Silvestre Péricles - PTB  
Adalberto Sena - PTB  
Eurico Rezende - UDN  
Milton Campos - UDN  
João Agripino - UDN  
Aloysio de Carvalho - PL  
Josaphat Marinho - S/legenda

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 5, de 1963.**

Dá nova redação ao item II e ao § 4.º do artigo 19 da Constituição referentes ao Imposto de Vendas e Consignações:

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Humberto Neder — PTB
11. Argemiro de Figueiredo — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PTB
16. Josaphat Marinho — Pequenas Partidos.

**Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.**

(Criada em virtude da aprovação, em 18-9-1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermírio).

(9 MEMBROS)

Membros — Partidos

- José Feliciano — PSD
- Atilio Fontana — PSD
- Eugênio Barros — PSD
- José Ermírio (Relator) — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Melo Braga — PTB
- Lopes da Costa — UDN
- Milton Campos — UDN
- Júlio Leite, Vice-Presidente — Pequenas Representações.

**Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas.**

(Criada em virtude da aprovação, em 2-8-1963, do Requerimento nº 631-63, do Senador Gouvêa Vieira).

(6 MEMBROS)

Membros — Partidos

- Atilio Fontana (Presidente) — PSD
- José Feliciano (Vice-Presidente) — PSD
- José Ermírio (Relator) — PTB
- Adolpho Franco — UDN
- Aurélio Vianna — Pequenas Representações

**Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional.**

(6 MEMBROS)

(Criada pela Resolução nº 11-63)

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Leite Neto (Presidente) — PSD
- Nelson Maculan — PTB
- João Agripino (Relator) — UDN
- Josaphat Marinho — Pequenas Representações.

**Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas**

(Criada em virtude da aprovação, em 2-8-1963, do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouvêa Vieira)

(6 MEMBROS)

Membros — Partidos

- Atilio Fontana (Presidente) — PSD
- José Feliciano (Vice-Presidente) — PSD

- José Ermírio (Relator) — PTB
- Adolpho Franco — UDN
- Aurélio Vianna — Pequenas Representações.

**Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização**

(Criada em virtude da aprovação, em 18-9-1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 665 de 1963, do Sr. Senador José Ermírio).

(9 MEMBROS)

Membros — Partidos

- José Feliciano — PSD
- Atilio Fontana — PSD
- Eugênio Barros — PSD
- José Ermírio (Relator) — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Melo Braga — PTB

- Lopes da Costa — UDN
- Milton Campos — Presidente — UDN
- Júlio Leite — Vice-Presidente — Pequenas Representações.

**Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional**

(Criada pela Resolução nº 11 de 1963).

(6 MEMBROS)

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Leite Neto (Presidente) — PSD
- Nelson Maculan (Vice-Presidente) — PTB
- João Agripino (Relator) — UDN
- Josaphat Marinho — Pequenas Representações.

**Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos apontados da tribuna do Senado, na Sessão de 23 do corrente, e outros relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento dos Correios e Telégrafos.**

(Criada em virtude da aprovação, em 7-11-1963, sessão extraordinária, da resolução nº 32 de 1963, apresentada pelo Senhor Senador Jefferson de Aguiar e outros Senhores Senadores).

(Criada pela Resolução nº 32, de 1963)

MEMBROS — PARTIDOS

- Presidente: Wilson Gonçalves — PSD
- Vice-Presidente: Leite Neto — PSD
- Relator: Eurico Rezende — UDN
- Jefferson de Aguiar — PSD
- Atilio Fontana — PSD
- Artur Virgílio — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Aurélio Vianna — PTB
- Júlio Leite — PTB

- Melo Braga — PTB
- João Agripino — UDN
- Daniel Krieger — UDN

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1963.**

Altera o art. 138 da Constituição Federal (inelegibilidades), Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- José Feliciano — PSD
- Walfredo Gurgel — PSD
- Argemiro de Figueiredo — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Silvestre Pericles — PTB
- Edmundo Levi — PTB
- Eurico Rezende — UDN
- Milton Campos — UDN
- Aloysio de Carvalho — UDN
- Afonso Arinos — UDN
- Josaphat Marinho — Sem Legenda
- Raul Gubert — Pequenas Representações.
- Júlio Leite — Pequenas Representações.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1963.**

Dá nova redação ao § 4º do art. 182 da Constituição Federal (transferência para a reserva do militar da ativa que se candidatar a cargo eletivo). Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- José Feliciano — PSD
- Walfredo Gurgel — PSD
- Argemiro de Figueiredo — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Silvestre Pericles — PTB
- Edmundo Levi — PTB
- Eurico Rezende — UDN
- Milton Campos — UDN
- Aloysio de Carvalho — UDN
- Afonso Arinos — UDN
- Josaphat Marinho — Sem Legenda
- Raul Gubert — Pequenas Representações.
- Júlio Leite — Pequenas Representações.



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XIX — Nº 12

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 17 DE JANEIRO DE 1964

## SENADO FEDERAL

**ATA DA 3ª SESSÃO, EM 16 DE JANEIRO DE 1964**  
**1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 5ª LEGISLATURA**

**PRESIDENCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE E ADALBERTO SENA**

As 4 horas e 30 minutos acham-se presentes os senhores Senadores:

Adalberto Sena  
 Edmundo Levy  
 Zacharias de Assumpção  
 Joaquim Parente  
 Menezes Pimentel  
 Antonio Jucá  
 Dinarte Mariz  
 Argemiro de Figueiredo  
 Ermirio de Moraes  
 Josapal Marinho  
 Aurelio Vianna  
 Benedito Valladares  
 Lino de Mattos  
 Moura Andrade  
 José Feliciano  
 Pedro Ludovico  
 Filinto Müller  
 Adolpho Franco  
 Daniel Krieger — 19.

**O SR. PRESIDENTE:**

A lista de presença acusa o comparecimento de 19 senhores Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. O Sr. 2º Secretário procede à leitura das atas da sessão e reuções anteriores.

São lidas sucessivamente as atas da sessão e reuniões anteriores.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

**EXPEDIENTE**

**Projeto de Lei da Câmara Nº 1, de 1964**

(Nº 2.804-B, DE 1961, NA CÂMARA)

Dá nova redação final ao art. 25, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 25 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 25. Durante os primeiros 15 (quinze) dias de afastamento do trabalho, por motivo de doença, incumbe à empresa pagar

ao segurado o respectivo salário, no seu valor integral."

Art. 2º Fica revogado o artigo 2º do Decreto-lei nº 6.905, de 26 de setembro de 1944.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Legislação Social.

**Projeto de Lei da Câmara Nº 2, de 1964**

(Nº 507-B, DE 1963, NA CÂMARA)

Concede isenção de licença prévia e de imposto de importação e outros tributos e taxas para donativos consignados à Associação Obras Sociais Irmã Dulce.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção de licença prévia de importação, do imposto de consumo, da taxa de despacho aduaneiro, das taxas de melhoramento de Portos e de renovação de Marinha Mercante, de emolumentos consulares, de taxas de armazenagem e capatazias, para os donativos até o limite de quinze mil (15.000) toneladas anuais, constituídos de gêneros alimentícios, roupas usadas, calçados usados, medicamentos, material audio-visual de base, livros usados, materiais de construção, remédios até 1965, inclusive, à Associação Obras Sociais Irmã Dulce, para sua distribuição gratuita através de obras de assistência social mantidas pela mesma Associação, na Cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

**Projeto de Lei da Câmara Nº 3, de 1964**

(Nº 439-B, DE 1963, NA CÂMARA)

Dispõe sobre a venda de bilhetes de Loterias Estaduais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São livres o transporte, a distribuição, a propaganda e a venda de bilhetes das Loterias Estaduais nos Estados e Territórios, revogados os dispositivos do Decreto-lei nº 5.250, de 10 de fevereiro de 1944, que colidam com a presente lei, e demais disposições em contrário.

Parágrafo único. O disposto neste artigo fica sujeito ao que dispuser a legislação estadual específica.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Economia e de Finanças.

**Projeto de Lei da Câmara Nº 4, de 1964**

(Nº 1.031-B, DE 1963, NA CÂMARA)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) para auxiliar a aplicação e reequipamento do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, em Joinville, no Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) para auxiliar a ampliação e reequipamento do Corpo de Bombeiros mantido pela Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville em Joinville, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e o crédito a que se refere ficará automaticamente registrado no Tribunal de Contas da União.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

**Projeto de Lei da Câmara Nº 5, de 1964**

(Nº 4.411-A, DE 1962, NA CÂMARA)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região — o crédito suplementar de Cr\$ 8.602.877,00 (oito milhões, seiscentos e dois mil, oitocentos e setenta e sete cruzeiros), em reforço de dotação orçamentária.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito suplementar de Cr\$ 8.602.877,00 (oito milhões, seiscentos e dois mil, oitocentos e setenta e sete cruzeiros) ao Po-

der Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região — em reforço da Verba 1.0.00 — Custeio, Consignação 1.5.00 — Serviços de Terceiros, Subconsignação 1.5.12 — Aluguel ou Arrendamentos de Imóveis, 5-65-JT, 05.02.01 — Tribunal Regional e Juntas de Conciliação e Julgamento da 1ª Região, 02.01.01 — Tribunal Regional do Trabalho, do Anexo 5 à Lei Orçamentária vigente.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

**Projeto de Lei da Câmara Nº 6, de 1964**

(Nº 2.569-C, DE 1961, NA CÂMARA)

Federaliza o Conservatório Dramático e Musical de São Paulo e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, a que se refere o Decreto nº 8.132, de 28 de outubro de 1941, passa à categoria de estabelecimento mantido pela União, nos termos do art. 1º da Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

Art. 2º. Serão incorporados ao patrimônio nacional, mediante escrituras públicas e independentemente de qualquer indenização, todos os bens, móveis e imóveis, e direitos do estabelecimento referido no artigo anterior.

Art. 3º. É assegurado o aproveitamento no Serviço Público Federal do pessoal do estabelecimento referido no art. 1º, nas seguintes condições:

I — Os professores catedráticos, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura no serviço das respectivas cátedras, contando-se o tempo de serviço para efeito de disponibilidade, aposentadoria e gratificação de magistério;

II — Os demais empregados, em Quadro a ser criado, para esse fim, pelo Poder Executivo, contando-se o tempo de serviço para os efeitos legais.

Parágrafo único. Os professores não admitidos em caráter efetivo, na forma da legislação federal, poderão ser aproveitados como interinos.

Art. 4º. Para os efeitos do artigo anterior, o estabelecimento de que trata o art. 1º apresentará à Diretoria do Ensino Superior a relação de seus professores e demais servido-

EXPEDIENTE DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

Table with columns: REPARTIÇÕES E PARTICULARES, FUNCIONARIOS, Capital e Interior, Exterior, Semestre, Ano, Cr\$. Includes values for 50,00, 98,00, 136,00, 89,00, 76,00, 108,00.

— Excetnadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

res, especificando a forma de investida, a natureza do serviço que desempenham, a data da admissão e a remuneração.

Art. 5º. Serão expedidos pelas autoridades competentes os títulos de nomeação e designação decorrentes do aproveitamento determinado no artigo 3º.

Art. 6º. São criados, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, 39 (trinta e nove) cargos de Professor Catedrático para o Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, bem como três funções gratificadas, sendo uma de Diretor, uma de Secretário e uma de Chefe de Portaria.

Art. 7º. Dentro de 120 (cento e vinte) dias, o Presidente da República baixará, por decreto, o Regulamento do Conservatório federalizado por esta lei.

Parágrafo único. A contagem do prazo mencionado neste artigo e a expedição dos atos referidos no artigo 5º dependem da efetivação das medidas constantes do art. 2º e do registro, pelo Tribunal de Contas da União, das escrituras nele previstas.

Art. 8º. Para cumprimento do disposto nos artigos anteriores, é autorizada a abertura, pelo Ministério da Educação e Cultura, do crédito especial de Cr\$ 28.768.000,00 (vinte e oito milhões, setecentos e sessenta e oito mil cruzeiros), sendo Cr\$ 24.768.000,00 (vinte e quatro milhões, setecentos e sessenta e oito mil cruzeiros) para pessoal permanente e Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros) para material, serviços e equipamentos.

Art. 9º. A Faculdade de Direito de Sorocaba (Decreto nº 50.951, de 14 de julho de 1961) e a Escola Municipal de Belas Artes, com sede em Caxias do Sul, passam a integrar o Ministério da Educação e Cultura, na categoria de estabelecimentos federais de ensino.

Art. 10. A Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo, com sede em São Paulo, passa a estabelecimento mantido pela União e a integrar, como unidade autônoma e com o nome de Escola Paulista de Enfermagem, a Universidade Federal de São Paulo.

Art. 11. O Instituto de Música do Espírito Santo, com sede em Vitória, passa a integrar a Universidade do Espírito Santo, na categoria de estabelecimento diretamente mantido pela União.

Art. 12. O curso de Geologia do Recife, atualmente mantido pela Campanha de Formação de Geólogos, é transformado em Escola de Geologia e incluído na Universidade do Recife.

Art. 13. Dentro de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação da presente lei, o Poder Executivo enviará mensagem ao Congresso Nacional, propondo, na forma da Constituição, as medidas necessárias ao cumprimento do disposto nos artigos 9º, 10, 11 e 12.

Art. 14. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Educação e Cultura; de Serviço Público Civil; e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara Nº 7, de 1964

(Nº 2.337-C, DE 1960, NA CÂMARA)

Cria uma Escola de Educação Agrícola, no Município de João Pinheiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. É criada uma Escola de Educação Agrícola, no Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, com a denominação de "Escola

Agrícola João Pinheiro", subordinada à superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, para ministrar os cursos previstos no Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946 — Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Art. 2º. Para ocorrer aos encargos desta lei, é autorizada a abertura de um crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), pelo Ministério da Agricultura, importância que, nos orçamentos dos exercícios subsequentes à criação, passará a incorporar-se às dotações destinadas à manutenção das escolas de que trata a Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Agricultura; de Educação e Cultura; de Serviço Público Civil; e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara Nº 8, de 1964

(Nº 1.926-B, DE 1960, NA CÂMARA)

Dispõe sobre medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos definidos como infrações penais, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Os menores de 14 anos que praticarem fatos definidos como infrações penais ficam sujeitos a medida de proteção, assistência, vigilância e reeducação, de acordo com sua personalidade e a natureza, os motivos e as circunstâncias do fato (art. 4º).

Art. 2º. Os menores de 18 anos e maiores de 14, pela prática de fatos definidos como infrações penais, ficam sujeitos às seguintes medidas, sem prejuízo das referidas no artigo 1º:

a) Se o menor praticar fato definido em lei como infração penal a que não seja cominada pena de reclusão e for moralmente abandonado, pervertido ou se achar em perigo de ser, o Juiz poderá, tendo em conta os elementos mencionados no § 1º, 2º parte, deste artigo:

1) interná-lo em estabelecimento apropriado para a sua reeducação, pelo menos por seis meses e até, no máximo, atingir idade de 21 anos, provendo sobre as condições da internação, observado o disposto nos §§ 3º, 4º, 1º parte, 5º e 10º deste artigo;

2) entregá-lo à sua família, ou a uma outra idônea, mediante as condições que determinar, ressalvada a internação se a medida se mostrar insuficiente.

b) Se o menor praticar fato definido em lei como infração penal a que seja cominada pena de reclusão, o Juiz mandará interná-lo em estabelecimento apropriado para a sua reeducação, pelo tempo e nas condições constantes dos parágrafos seguintes:

§ 1º O prazo da internação não será inferior a dois terços do mínimo, nem superior a dois terços do máximo da pena privativa de liberdade cominada ao fato na lei penal. Dentro desses limites, o Juiz fixará o prazo mínimo de internação, atendendo à personalidade e, notadamente, ao maior ou menor grau de periculosidade, abandono moral e perversão do menor, bem como à natureza, aos motivos e às circunstâncias do fato.

§ 2º Decorrido o prazo da internação fixado na forma do parágrafo anterior, o Juiz de ofício, mediante proposta da administração do estabelecimento, ou a requerimento do pai ou responsável, ou do Ministério Público, que será sempre ouvido, e precedendo exame pericial na pessoa do

menor, poderá relaxar a internação, se houver elementos que evidenciem a cessação da periculosidade, caso em que procederá na forma do § 7º.

Em casos excepcionais de manifesta cessação da periculosidade, o Juiz poderá relaxar a internação após o decurso da metade, pelo menos, do referido prazo, observado o disposto no § 7º.

O desligamento constará, sempre, de decisão motivada, observando-se, no que for aplicável, o disposto no artigo 6º e seus parágrafos, quanto ao reexame, que terá efeito suspensivo.

§ 3º Nenhuma medida será aplicada se ocorrer causa que isente de crime ou de pena as pessoas maiores de 18 anos, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 4º Se, mediante perícia e outros elementos de convicção, ficar positivada a insanidade mental do menor, o Juiz, sempre depois de observá-lo pessoalmente, ordenará a sua internação em manicômio judiciário ou em casa de custódia e tratamento pelo prazo mínimo que fixar, não inferior a um ano, tendo em conta a pena cominada na lei ao fato, até que possa ser desligado com observância, no que for aplicável, do disposto no § 2º.

Verificada diminuição, apenas, da sanidade mental do menor, o Juiz aplicará o disposto no § 1º, mas o prazo mínimo da internação poderá ser diminuído de um terço.

§ 5º Em caso de particular periculosidade, ou quando não houver estabelecimento adequado, a internação será feita em seção especial de estabelecimento destinado a adultos.

§ 6º Completada a maioridade no curso da internação, sem que haja sido declarada a cessação da periculosidade, aplicar-se-á o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 7º do Decreto-lei nº 3.914, de 9 de dezembro de 1941, sem prejuízo do prazo da internação e das condições para o desligamento, observando-se, no que for aplicável, o disposto nos artigos 2º, § 2º, e 6º e seus parágrafos, competente o Juiz das execuções criminais e, para o reexame, o Tribunal das apelações criminais.

§ 7º O Juiz deverá sujeitar o menor desligado em virtude da cessação da periculosidade a vigilância, nas condições que estabelecer, e por prazo inferior a um ano, e cassar o desligamento se houver inobservância das condições ou nova revelação de periculosidade caso em que dilatará o prazo mínimo da internação, dentro do máximo estipulado no art. 2º, § 1º, aumentado de um terço.

O menor e os responsáveis por sua guarda serão advertidos pelo Juiz das condições da liberdade vigiada, à qual se aplica no em que não contrariar esta Lei, o disposto no Capítulo VIII da Parte Geral do Decreto nº 17.943, de 12 de outubro de 1927 (Código de Menores).

A fiscalização da observância das condições da liberdade vigiada ficará a cargo dos agentes do Juízo, que poderá confiá-la a particulares idôneos, mediante compromisso.

Se durante a internação ou a liberdade vigiada o menor praticar novo fato nos termos do inciso b) deste artigo, proceder-se-á na forma do art. 3º e seus parágrafos. Neste caso o Juiz poderá dilatar o prazo mínimo da internação a que estava sujeito o menor, além de aumentar esse prazo do que fixar pela prática do novo fato, na forma do disposto nos parágrafos deste artigo.

Na fixação da pena criminal aos maiores de 18 anos, serão levados em conta, para os efeitos do art. 42, do Código Penal, os elementos da vida progressiva constantes do Juízo de Menores (art. 5º).

§ 8º Nenhuma medida será aplicável se da data do fato houver decorrido metade do prazo da prescrição penal que lhe corresponde.

§ 9º Os menores internados serão sempre separados dos maiores e os



particularmente pervertidos ou perigosos dos outros menores.

§ 10. Nos estabelecimentos de internação os menores serão sujeitos a trabalho e instrução adequados, de acordo com os respectivos regulamentos. Ser-lhes-á ministrada educação moral, permitida a religiosa.

Art. 3º Sempre que tiver conhecimento da prática, por menor de 14 a 18 anos de fato definido como infração penal, a autoridade policial iniciará investigações e fará apresentar incontinenti o menor ao Juiz competente.

§ 1º O Juiz, depois de ouvir o menor, as testemunhas, os pais e responsáveis, bem como as pessoas que julgar conveniente, resolverá sobre o seu destino provisório e marcará prazo para a conclusão das investigações policiais.

§ 2º Recebidas e autuadas as investigações, o Juiz mandará abrir vista do processo, por cinco dias, ao Ministério Público.

§ 3º A seguir, o Juiz determinará as diligências que entender, marcando o respectivo prazo.

§ 4º É sempre necessário o exame pericial, para averiguar o grau de desenvolvimento mental do menor, bem como se ocorre as condições previstas no § 4º do art. 2º.

§ 5º Completadas as diligências, o Juiz ouvirá novamente o menor e, conclusos os autos após audiência, em dez dias, do Ministério Público, no prazo de vinte dias, profere decisão fundamentada.

§ 6º O menor será submetido a tratamento apropriado quando o seu estado o exigir.

Art. 4º Quando se tratar de menor de 14 anos, a autoridade policial logo que tiver conhecimento da ocorrência fará apresentar o menor e as testemunhas ao Juiz competente que procederá, sem prejuízo do disposto nesta lei, na forma dos artigos 68 e seus parágrafos e 79 do Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927 (Código de Menores), com audiência do Ministério Público.

A internação não poderá prolongar-se além da data em que o menor completar 18 anos de idade.

Art. 5º O escrivão registrará, em livro especial, qualquer decisão definitiva sobre menor de 18 anos, bem como a a qualificação do menor, dos pais ou responsáveis e das testemunhas.

A decisão só será comunicada aos pais ou responsáveis ou à autoridade judicial ou policial reservadamente.

Parágrafo único. Para os efeitos do processo, deve ser considerada a idade do menor à data do fato.

Art. 6º A decisão definitiva do Juiz ficará suelta a reexame do Conselho de Justiça, no Distrito Federal, ou de órgão judiciário correspondente nos Estados a pedido do Ministério Público, ou do pai ou responsável.

§ 1º O pedido de reexame terá efeito devolutivo e será apresentado dentro de dez dias contados da intimação, devendo os autos subir no prazo de cinco dias, após cuidadas, em triplicado, o Ministério Público, e, quando for caso, o pai ou responsável. O órgão revisor poderá determinar as diligências que entender convenientes para seu esclarecimento.

§ 2º Da decisão a que se referem os arts. 2º, §§ 2º e 4º, e 3º, § 5º, caberá sempre o reexame, por provocação do Juiz, na própria decisão, devendo os autos subir imediatamente após passado o prazo para o pedido de reexame referido no § 1º.

Art. 7º Compete ao Juiz a designação do estabelecimento a que deva ser recolhido o menor, atendida a necessidade de tratamento especial. Mediante decisão motivada o Juiz poderá transferir o menor de um para outro estabelecimento ou alterar o regime da internação.

Parágrafo único. Sem prejuízo da responsabilidade civil (Código Civil, arts. 159 e seguintes), o Juiz arbitrará, na sentença em que determinar a internação, a pensão mensal que o internado, ou quem lhe deva alimentos, pagará pela sua manutenção no estabelecimento a que for recolhido, observado, no que for aplicável, o disposto nos arts. 400 e 401 do Código Civil.

Art. 8º O Juiz poderá ouvir os técnicos ou os funcionários que hajam examinado ou assistido o menor.

Art. 9º Em todos os casos o Juiz estudará a personalidade do menor, sobretudo em seu ambiente familiar e social, mandando proceder reservadamente, a perícias e inquéritos necessários à individualização do tratamento e da reeducação.

Art. 10. A autoridade policial encaminhará ao Juiz competente o menor de 18 anos que for encontrado viajando ou vagando sem ter destino certo ou meios próprios de subsistência, bem como o que for achado em lugar ou companhia cuja frequência lhe é interdita.

Art. 11. O processo de alimentos devidos a menores abandonados será iniciado por petição ao Juiz de Menores e obedecerá ao rito estabelecido no art. 685 do Código de Processo Civil, cabendo reexame da decisão na forma do art. 6º e seu § 1º, no que for aplicável.

Art. 12. A autorização para o trabalho, expedida pelo Juiz de Menores suprirá, durante o prazo de um ano, a carteira de trabalho de que trata o Título III, Capítulo IV, Seção III, da Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-lei número 5.542, de 1º de maio de 1943.

Parágrafo único. Expedida a autorização, o Juiz de Menores promoverá a emissão da carteira de trabalho do menor, enviando à autoridade competente os documentos necessários.

Art. 13. As multas estabelecidas pelas leis de assistência e proteção a menores, serão impostas pelo Juiz competente nos processos em curso, ou em processos especiais.

§ 1º O processo especial de multa será iniciado com o auto de infração lavrado por funcionário competente e subscrito por duas testemunhas.

§ 2º Poderão ser utilizadas fórmulas impressas com os dizeres comuns do auto, preenchidos os claros e inutilizadas as linhas em branco.

§ 3º Sempre que possível, a lavratura do auto seguir-se-á imediatamente, à verificação da infração, certificando-se, em caso contrário, os motivos do retardamento.

Art. 14. Aos autuados será facultado o prazo de 15 dias para apresentação da defesa contada da data da intimação que será feita:

- a) pelo autuante, no próprio auto quando este for lavrado na presença do autuado;
- b) por oficial ou funcionário do Juízo, que entregará cópia do auto ao infrator ou ao seu representante legal, lavrando certidão;
- c) por via postal, não for encontrado o infrator ou seu representante legal;
- d) por edital, com prazo de 30 dias, se incerto ou não sabido o paradeiro do infrator ou seu representante legal.

Art. 15. Com a defesa poderá o autuado apresentar documento, arrolar testemunhas, e requerer outras provas.

§ 1º Para a produção das provas será concedido prazo suplementar de 5 dias, findo o qual subirão os autos ao Juiz para decidir dentro de 10 dias.

§ 2º Da decisão do Juiz caberá reexame, nos termos do art. 6º e seu § 1º, no que couber se a multa for superior a Cr\$ 2.000,00.

Art. 16. As multas serão cobradas pela União ou pelo Estado mediante executivo fiscal.

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito até a importância de Cr\$ 50.000.000,00 ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores para a criação, ampliação e reforma de estabelecimentos destinados à internação de menores, adaptando-se de modo a assegurar a execução desta lei.

Art. 18. Continua em vigor a legislação especial a respeito de menores, no que não contrariar o disposto nesta lei.

Art. 19. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça; de Educação e Cultura; e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo Nº 1, de 1964

(Nº 166-A 63, NA CÂMARA)

Aprova o texto do Acordo Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a Espanha, assinado em Madrid, em 25 de junho de 1960. O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado, para todos os seus efeitos, o Acordo Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a Espanha, assinado em Madrid, aos 25 de junho de 1960.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 323, DO PODER EXECUTIVO

Senhores Membros do Congresso Nacional:

De acordo com o art. 68, nº I, da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência, acompanhado da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o incluso "Acordo Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e Espanha", assinado em Madrid, aos 25 de junho de 1960.

Brasília, em 15 de outubro de 1960. — Juscelino Kubitschek de Oliveira.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Brasília, em 25 de julho de 1960.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira, Presidente da República.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência sete cópias autenticadas do texto em português do Acordo Cultural assinado entre os Estados Unidos do Brasil e a Espanha.

2. O Acordo que ora submete à alta consideração de Vossa Excelência visa incrementar os contactos culturais entre os dois povos amigos, contribuindo de maneira decisiva para o desenvolvimento das relações entre Brasil e Espanha.

3. O presente Acordo propiciará condições adequadas à criação e funcionamento de instituições culturais em ambos os países que, por meio de cursos, conferências e concertos, fortalecerão a comunidade de tradições que alicerçam a vida cultural dos povos brasileiro e espanhol. A organização de cátedras, leituras e cursos livres de língua junto a estabelecimentos de ensino de grau médio e superior, bem como o intercâmbio regular de professores e estudantes, favorecerão o conhecimento recíproco das condições culturais das Altas Partes contratantes no que se refere aos setores artístico, científico e técnico.

4. Cumpre salientar, dentre os demais aspectos do Acordo, a instituição dos prêmios Correntes e Machado de Assis, e a adoção de medidas administrativas, relacionadas com a divulgação da Arte em todas as suas manifestações.

5. Duas Comissões, integrada cada uma por quatro membros, delinearão medidas destinadas a adaptar o presente Acordo ao ulterior desenvolvimento das relações entre os dois países.

6. Nestas condições, penso, Senhor Presidente, que o Acordo em apreço merece a aprovação do Poder Legislativo e Vossa Excelência se dignará, se assim o houver por bem, dar-lhe o encaminhamento de praxe, em observância do art. 66, nº I, da Constituição Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos do meu mais profundo respeito. — Horacio Lajer, Ministro das Relações Exteriores.

TEXTO DO ACORDO CULTURAL BRASIL-ESPAÑA

O Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Espanha,

Conscios da comunidade de tradições sobre as quais se baseia a vida cultural dos Países, e animados do desejo de tornar ainda mais estreitas e fecundas a relações literárias artísticas, científicas e técnicas, já existentes entre ambos os povos;

Acordaram no seguinte:

Artigo I Cada uma das Altas Partes Contratantes permitirá a criação e favorecerá, com todas as possíveis facilidades o funcionamento e o desenvolvimento no seu próprio território, de instituições culturais do outro País, autorizadas pelos respectivos Governos, cuja atividade se destine à efetivação dos fins gerais do presente Acordo por meio de cursos, conferências, concertos, manifestações de arte, serviços de biblioteca, discoteca, filмотeca, etc. e permitirá que instituições ou particulares os ajudem com meios financeiros ou de qualquer outra natureza.

Artigo II Cada uma das Altas Partes Contratantes favorecerá e intensificará junto às Universidades, aos outros Institutos Culturais situados no próprio território, a criação de cátedras, leituras e cursos livres de Língua Literária, História e Artes do outro País.

Artigo III As Altas Partes Contratantes comprometem-se favorecer os contactos diretos entre as Universidades e os outros organismos de cultura humanística, científica e artística dos dois Países, estudando a possibilidade de organizar:

- a) Intercâmbio de professores, de conferencistas, de pesquisadores e de estudantes;
  - b) Intercâmbio regular de bolsistas; e
  - c) Intercâmbio regular de publicações oficiais e das que provenham de Universidades, Academias, Sociedades Científicas e Instituições Culturais em geral.
2. Será, além disso, favorecida a constituição e o desenvolvimento de Instituições e Fundações que tenham por fim a criação e a manutenção de bolsas destinadas a estudantes espanhóis e brasileiros.

Artigo IV As Altas Partes Contratantes procurarão fazer com que seja melhor conhecida a sua cultura por meio da organização, no outro País, de cursos, conferências, concertos, exposições e exhibições artísticas, mostras editoriais



quaisquer outras manifestações reações com a divulgação do livro, sem como por meio do filme, do rádio, da televisão, da fotografia e do esporte, concedendo-se, reciprocamente, com o mesmo fim, todas as facilidades possíveis, alfandegárias, etc.

2. De um modo particular fica estabelecido que a organização de mostras de arte no quadro do presente Acordo, será facilitada pelas Altas Partes Contratantes substituindo por garantia idônea o depósito alfandegário que deva ser efetuado em relação a importação e exportação temporária.

#### Artigo V

As Altas Partes Contratantes concederão todas as possíveis facilidades (como isenções fiscais, alfandegárias, etc.) à entrada, nos seus respectivos territórios, de livros, jornais, revistas, publicações musicais, reproduções artísticas, destinados a instituições de caráter educativo e cultural, sob a condição de que tais artigos não sejam objeto de operações comerciais.

#### Artigo VI

As Altas Partes Contratantes examinarão, de comum acordo e no espírito das respectivas legislações, a possibilidade de adoção de normas, meios e critérios suscetíveis de facilitar e simplificar o reconhecimento recíproco dos títulos, com o objetivo de estabelecer a sua equivalência, seja para fins acadêmicos, seja para fins de exercício profissional.

#### Artigo VII

Para os fins de formular qualquer proposta destinada a adaptar o presente Acordo ao ulterior desenvolvimento das relações entre os dois Países, constituir-se-ão duas Comissões: uma brasileira e outra espanhola integrada cada uma por quatro membros, dois representando o Ministério das Relações Exteriores e os outros dois representando o de Educação dos respectivos Países, as quais se reunirão isolada ou conjuntamente sempre que necessário.

2. Os membros de cada Comissão serão nomeados por seus respectivos Governos, comunicando-se a designação *ad nomina* ao Governo da outra Alta Parte Contratante por via diplomática.

#### Artigo VIII

O Brasil e a Espanha comprometem-se a oferecer, em cada período de dois anos, durante a validade deste Acordo, respectivamente, os prêmios o melhor livro publicado no biênio anterior, no valor de 100.000 cruzeiros ou 30.000 pesetas sobre quaisquer aspectos de sua cultura, por um nacional do outro País, devendo a escolha do livro ser feita pelo órgão executivo do Governo ofertante.

#### Artigo IX

As Altas Partes Contratantes comprometem-se a estabelecer uma estrita colaboração entre ambas Administrações, com o fim de evitar e reprimir no futuro o tráfico ilegal de obras pertencentes ao patrimônio artístico, histórico ou documental dos respectivos Países.

#### Artigo X

O presente Acordo será ratificado no mais breve prazo possível, e entrará em vigor no primeiro dia do mês subsequente àquele em que for efetuada a troca das ratificações, que terá lugar em Brasília.

#### Artigo XI

O presente Acordo permanecerá em vigor até que seja denunciado por uma das Altas Partes Contratantes. Em caso de denúncia, as facilidades concedidas às instituições, de que trata o Artigo I, serão, entretanto, mantidas reciprocamente por seis meses.

EM FÉ DO QUE, os abaixo assinados, devidamente autorizados pelos seus respectivos Governos, assinam em duas vias nas línguas portuguesa e espanhola o presente Acordo, sendo ambos os textos igualmente autênticos, aponto os respectivos selos em Madrid aos vinte e cinco de junho de mil novecentos e sessenta. — *Clóvis Salgado da Gama*, Pelo Governo dos Estados Unidos do Brasil, *Fernando Marta Castiella*, Pelo Governo da Estado da Espanha.

As Comissões de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; de Educação e Cultura; e de Finanças.

### Projeto de Decreto Legislativo Nº 2, de 1964

(Nº 113-B, DE 1963, NA CÂMARA)

Approva o Acordo Cultural firmado pelo Brasil e a Bélgica, a 6 de janeiro de 1960.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o Acordo Cultural firmado entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino da Bélgica, aos 6 de janeiro de 1960.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### MENSAGEM Nº 74-60, DO PODER EXECUTIVO

Senhores Membros do Congresso Nacional:

De acordo com o Artigo 66, Inciso I da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o incluso "Acordo Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino da Bélgica", assinado no Rio de Janeiro, aos 6 de fevereiro de 1960.

Rio de Janeiro, em 14 de março de 1960. — *Juscelino Kubitschek*.

#### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 27-60, DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Em 26 de fevereiro de 1960.

*Juscelino Kubitschek de Oliveira*, A Sua Excelência o Senhor Doutor Presidente da República.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência sete cópias autenticadas do texto em português do Acordo Cultural assinado entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino da Bélgica.

2. Pelo Acordo que ora submeto à alta consideração de Vossa Excelência, dar-se-á real incentivo às relações culturais entre os dois Países, mercê do fortalecimento dos laços espirituais que unem o povo brasileiro ao povo belga.

3. A planificação dos problemas de intercâmbio científico, técnico e cultural favorecerá a cooperação entre as Universidades, institutos de ensino superior, técnico, médio, normal e artístico; intensificará os estudos ou pesquisas de ordem científica, artística ou técnica; estimulará um melhor conhecimento de seus respectivos patrimônios culturais, através da realização de conferências, concertos, exposições, manifestações artísticas, programas de rádio, televisão e cinema; possibilitará a criação do sistema de troca de estudantes de nível superior ou técnico, mediante a concessão eventual de bolsas de estudo a serem outorgadas aos nacionais da outra parte.

4. Nestas condições, penso, Senhor Presidente, que o Acordo em apreço merece a aprovação do Poder Legislativo, e Vossa Excelência se dignará, se assim o houver por bem, dar-lhe o encaminhamento de praxe, em observância do artigo 66, alínea I, da Constituição Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar à Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos do meu mais profundo respeito. — *Horácio Lafer*.

#### ACORDO CULTURAL ENTRE OS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E O REINO DA BÉLGICA

O Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica

Animados no desejo de estreitar os laços de amizade existentes entre os dois Países.

Consideram oportuno e necessário concluir um Acordo Cultural, e Concordam nas seguintes disposições:

#### Artigo I

O presente Acordo tem por finalidade promover e desenvolver, por meio de uma colaboração amistosa, as relações entre os dois Países nos domínios do ensino da ciência, das letras e das artes.

#### Artigo II

As Partes Contratantes esforçar-se-ão por tornar melhor conhecidos os patrimônios culturais respectivos, por meios de conferências; concertos; exposições; manifestações artísticas; programas de rádio, de televisão e de cinema; assim como pelo intercâmbio e tradução de livros e periódicos, e demais meios apropriados.

#### Artigo III

As Partes Contratantes favorecerão e estimularão o envio, de um país ao outro, de professores das diversas categorias de ensino, de pesquisadores científicos, de estudantes e estagiários, de artistas e de representantes de outras profissões de caráter cultural ou técnico.

#### Artigo IV

1. As Partes Contratantes favorecerão e estimularão a cooperação entre as universidades, escolas e institutos superiores; estabelecimentos de ensino técnico, médio, normal e artístico; laboratórios científicos; museus e bibliotecas; associações científicas dos dois Países.

2. Concederão, em seus respectivos territórios, todas as facilidades possíveis aos sábios, pesquisadores e missões científicas da outra Parte Contratante, a fim de ajudá-los a efetuar pesquisas científicas, principalmente facilitando-lhes o acesso às bibliotecas, arquivos, coleções dos museus e terrenos para eventuais escavações arqueológicas.

#### Artigo V

As Partes Contratantes favorecerão a estimulação, em seus respectivos territórios, as visitas e viagens de informação pedagógica de membros do pessoal de ensino, ou de funcionários especializados em matéria educacional, da outra parte.

#### Artigo VI

1. Cada Parte Contratante poderá criar bolsas de estudos e de pesquisas seja para permitir aos seus nacionais empreendimentos ou continuar no território da outra Parte, estudos ou pesquisas de ordem científica, artística ou técnica; seja para permitir aos nacionais da outra Parte efetuar tais estudos ou pesquisas em seu próprio território.

2. Cada Parte Contratante poderá, igualmente, criar bolsas destinadas

a permitir aos nacionais da outra Parte, portadores de diploma de ensino superior ou técnico, efetuar, em seu próprio território, estágios para aperfeiçoar sua formação profissional, assim como bolsas que permitam a seus próprios nacionais, portadores de diploma de ensino superior ou técnico, realizar estágios semelhantes no território da outra Parte, mediante a aprovação das autoridades interessadas.

#### Artigo VI

1. Os serviços competentes do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Educação e Cultura do Brasil procederão em colaboração com o Representante diplomático da Bélgica no Brasil, à elaboração de um programa anual de execução do presente Acordo no território brasileiro.

2. Paralelamente, os serviços competentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Ministério da Instrução Pública da Bélgica, em colaboração com o Representante diplomático à elaboração de um programa anual de execução do presente Acordo no território belga.

#### Artigo VIII

Sempre que houver necessidade, as Partes Contratantes consultar-se-ão sobre a oportunidade de organizar, no Brasil ou na Bélgica, uma reunião para a aplicação do presente Acordo. As Partes Contratantes designarão seus respectivos representantes para essas reuniões.

#### Artigo IX

1. O presente Acordo será ratificado tão logo forem preenchidas as formalidades legais em uso em cada um dos Estados Contratantes, e entrará em vigor um mês após a troca dos instrumentos de ratificação, a efetuar-se na cidade de Bruxelas, no mais breve prazo possível.

2. Cada Parte Contratante poderá denunciá-lo a qualquer momento, mas os seus efeitos só cessarão seis meses após a denúncia.

#### Artigo X

O presente Acordo é feito em dois exemplares, estabelecidos cada qual nas línguas portuguesa, francesa e neerlandesa, sendo os três textos oficiais. Entretanto, em caso de divergência, quanto à sua interpretação ou sua aplicação, somente o texto francês fará fé.

Em fé do que os Plenipotenciários firmaram o presente Acordo e nele apuseram os seus respectivos selos.

Feito no Rio de Janeiro, aos seis dias do mês de janeiro de mil novecentos e sessenta. — *Horácio Lafer* — *Pierre Wigny*.

As Comissões de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; de Educação e Cultura; e de Finanças.

#### O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o primeiro orador inscrito, o nobre Senador Edmundo Levy.

#### O SR. EDMUNDO LEVY:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, acabo de regressar de uma visita que fiz à minha terra natal. Venho mais entusiasmado, mais cheio de orgulho, por observar o esforço daquela gente no trabalho construtivo em prol da redenção da Amazônia e em benefício do progresso nacional.

Mas, enquanto me entusiasma o esforço do Governo Estadual conjugado ao trabalho das populações ordeiras de minha terra, entristece-me e revolta-me a ação de alguns órgãos federais que, desconhecendo totalmente as condições de vida de quantos

mourejam nas selvas, produzem descrença no regime e o que é pior, revolta geral contra o poderes constituidos.

**Refiro-me, inicialmente, à ação nefasta, perniciososa do Instituto Brasileiro do Café na Amazônia, sobretudo no Amazonas e no Acre.**

Manaus encontra-se há cinquenta dias sem poder fornecer café a seus habitantes. No interior do Amazonas há regiões em que há mais de ano o trabalhador, o florestário, não conseguem uma xícara de café ao iniciar a sua jornada nas matas e nos lagos.

O Instituto Brasileiro do Café certamente sem que o ilustre Senador Nelson Maculana, que hoje lhe dirige os destinos, tenha conhecimento do que se passa, dificulta de toda a maneira a vida do homem amazônico, impondo-lhe filas imensas às portas dos moinhos na esperança de obter algumas gramas do produto.

O Sr. Lino de Mattos — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVY — Com muita satisfação.

O Sr. Lino de Mattos — Há tempos, tive a satisfação de fazer uma visita à zona amazônica. Na oportunidade, verifiquei haver falta de café. O fato causou-me estranheza, pois, apesar de tudo, ainda somos os maiores produtores de café do mundo, embora estejamos perdendo essa posição. Pareceu-me incrível que dentro do território nacional, numa hora em que tínhamos excesso de produção e grande quantidade de café estocado, faltasse o produto aos nossos patriotas. Averigüei, na ocasião, que o motivo principal era que grande parte do café destinado à zona do Norte e do Nordeste, ao invés de ser consumida pelos nossos patriotas, era criminosamente contrabandada para as Guianas Francesa, Holandesa e Inglesa, com braves prejuízos para a economia nacional. Constatado com pesar — e sei que este estado de espírito há de ser o de todos os colegas Senadores — que, pelo depoimento altamente valioso de V. Exa., ainda perdura a situação: o café destinado ao Nordeste e ao Norte continua sendo contrabandeado para Paramaribo, de onde é depois reexportado. Oxalá o nosso colega, que atualmente dirige os destinos do Instituto Brasileiro do Café tome conhecimento das informações de V. Exa. e as leve na devida conta, pondo um parapeito a esta situação vergonhosa para o próprio Instituto, responsável pelo fornecimento da rubiácea não só ao mundo, mas, principalmente, a nós, brasileiros, que devemos ser os primeiros, os principais e os melhores consumidores do nosso produto!

O SR. EDMUNDO LEVY — O aparte de V. Exa., que reforça o depoimento que estou prestando à Casa, muito me honra.

Alega-se que o procedimento do IBC visa a evitar o contrabando, mas, na realidade, o favorece.

Soube de um navio que teria saído do Sul com cerca de 35 mil sacas de café destinadas ao Amazonas, lá não chegou porque desviara sua rota a fim de ir diretamente a Paramaribo. Não pude investigar a veracidade da informação.

Entretanto quando aparece café em Manaus, surgem elementos de outros Estados para comprar diretamente aos moinhos que lá proliferam como cogumelos em pantanal, com a função de contrabandear o produto.

É política errada do órgão regional do IBC, pela qual paga toda a população.

Há contrabando na região. Toda a gente o sabe. Mas o problema é do IBC. Este não deve pretender evitar o contrabando à custa do sacrifício do povo que labuta naquela região.

Acontece, então, que os comerciantes, para poderem servir à população de Manaus, mandam buscar café em São Paulo e o vendem a Cr\$ 800,00 o quilo. Então aqui as notas fiscais relativas à compra que fiz de dois quilos de café. Trouxe esses documentos para, exibindo-os ao Senado, provar que, enquanto o café é estocado por excesso, o amazonense o paga a preço elevadíssimo e ainda por favor, porque o comerciante que o fornece manda-o buscar em São Paulo e só o cede a alguns amigos. A população amazonense está, há cerca de cinquenta dias, sem uma xícara de café. Há regiões onde há um ano não se consegue esse produto. Em algumas partes os comerciantes conseguem, a péso de ouro, uma saca de 30 ou 50 quilos.

O IBC, além disso, manda apreender no porto de Manaus o café torrado que porventura é trazido por algumas embarcações para atender às próprias tripulações e passageiros. Quero assim pedir à Mesa a gentileza de fazer chegar este depoimento, ao conhecimento do ilustre Senador Nelson Maculana, a fim de que vá até à região amazônica para, de acordo com os Governadores daqueles Estados, encontrar a forma de se abastecer de café a Amazônia sem prejuízo para o país e sem danos àquela população, hoje vítima dessa exploração.

O Sr. José Feliciano — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVY — Com muita satisfação.

O Sr. José Feliciano — Estando na Presidência do Instituto Brasileiro do Café um dos mais ilustres Membros desta Casa, acreditamos que o apelo de V. Exa. àquele Senador será atendido. Existe, realmente, o perigo do descaminho do café. Entretanto, creio que a solução poderia ser encontrada, através de um entendimento do IBC com as Prefeituras Municipais no sentido de que o recebimento e distribuição do produto se fizesse por intermédio das municipalidades ou de órgãos de natureza oficial, tais como, COAPS e outros existentes nos Municípios. Com tais providências, talvez o povo da região amazônica, sobretudo o do Estado do Amazonas, possa ser atendido. Creio, entretanto, que o Presidente do Instituto Brasileiro do Café desconhece essas dificuldades apresentadas ao consumidor...

O SR. EDMUNDO LEVY — De pleno acórdio.

O Sr. José Feliciano — ... em Manaus e em outras cidades Vossa Excelência, portanto, com muita oportunidade, trata de assunto cuja solução constitui realmente a grande aspiração do povo amazonense. De há muito, em Manaus, há grande confusão no abastecimento de café para a sua população e, diante da situação que ora se apresenta, uma providência do Presidente do Instituto Brasileiro do Café para que a população consumisse o café pelo menos ao preço que se dá para consumo interno mais a despesa com o transporte para aquela região seria muito oportuna.

O SR. EDMUNDO LEVY — Nobre Senador José Feliciano, o seu aparte muito me envidoece, dando-me ocasião de dizer que era minha intenção, antes de expor à Casa o assunto, sobre ele conversar pessoalmente com o ilustre Senador Nelson Maculana se aqui S. Exa. se encontrasse. Entretanto, não podendo procurá-lo onde possivelmente deve estar — no Rio de Janeiro, ou, talvez, no Paraná — trouxe este depoimento ao Senado a fim de que dele tomando conhecimento, S. Exa., também na qualidade de membro desta Casa, adote as medidas cabíveis para coibir o abuso e resolver a situação dramática que se apresenta em minha terra.

Direi mais a V. Exa. e à Casa: a representação do IBC, em Manaus exige grande número de documentos que pretendam adquirir o café para levar ao interior — seringueiros e comerciantes. Obrigados a despendere grandes somas e, ao fim de contas, geralmente têm a sua preferência indeferida. Ouvi o depoimento de dois seringueiros: um deles confessou-me haver gasto trinta e sete mil cruzeiros; o outro, quarenta mil e tantos cruzeiros, para obter documentos que comprovassem sua condição de comerciante e lhes permitissem formular pedido ao IBC. Apresentaram toda a documentação que a Representação do IBC exigia. Ao fim de tudo, a referida Representação negou-lhes a concessão do café.

Outro caso ainda, que permite levantar suspeita quanto à Representação do IBC: determinado comerciante pagou o café na oportunidade. Exige a Representação que o café seja pago em cheque, na ocasião. Como era sábado, ele não podia emitir o cheque. Pagou em dinheiro, ao dirigente, no armazém do café do porto onde receberia o café. O encarregado se negou a entregar a mercadoria. Com a embarcação no porto preparada para partir, teve ele, no entanto, de se dirigir à Representação do IBC, onde foi preciso quase usar de violência, a fim de que mandassem fornecer-lhe o café.

Justifica-se, assim, a suposição de que existe um negócio fechado em torno do café, no Amazonas. Não quero levantar suspeitas, calúnias contra quem quer que seja. Não é de meu feitio, não se coaduna com o meu caráter. Mas, na realidade, se alguém consegue café, além do preço normal, tem de pagar algumas propinas por fora.

O Sr. Lino de Mattos — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVY — Terminou o meu pensamento.

De maneira que este depoimento, que peço seja transmitido ao Senador Nelson Maculana, é no sentido de que S. Exa. investigue o caso e tome as medidas moralizadoras necessárias, evitando que o seu nome seja envolvido nas possíveis negociações que se fazem em torno do IBC, no Amazonas. Com muita satisfação ouvirei o aparte do nobre Senador Lino de Mattos.

O Sr. Lino de Mattos — Louvável o escrúpulo de V. Exa. em não querer antecipar acusações, mas os fatos comprovam as irregularidades. É público e notório — e Vossa Excelência dá conhecimento do fato à Casa — que existe na Amazônia um número elevadíssimo de torrefações que não operam. O Presidente do I.B.C., nosso ilustre colega Senador Nelson Maculana, deve mandar averiguar se essas torrefações estão recebendo as quotas que lhe são destinadas. A verdade, entretanto, é que elas existem e, na conformidade com a orientação do I.B.C., as torrefações recebem o café por preço privilegiado, altamente favorecido, preço especial, mesmo. Assim o contrabandista leva vantagens excepcionais porque recebe o café por preço privilegiado e não está submetido ao confisco da exportação; manda-o, com dupla vantagem, para o exterior. Enquanto isto — este particular os nossos amigos da bancada de imprensa desta Casa devem registrar com destaque — os brasileiros da Amazônia estão pagando, conforme documento que o nobre Senador apresenta à Casa, oitocentos e cinquenta cruzeiros o quilo do café, ou seja, praticamente quatro vezes o preço normal do café na região Sul do País! Mais caro, provavelmente, do que se paga em muitos países importadores de café do Brasil. Isto não

pode continuar. É apelo que, como representante de São Paulo, produtor de café, junto ao de V. Exa., a fim de que, com a maior urgência possível, o nosso colega Senador Nelson Maculana tome providências designando alguém de responsabilidade para uma viagem imediata ao Amazonas a fim de verificar o que está acontecendo quem são os criminosos que estão agindo assim, em prejuízo dos consumidores do Amazonas e da economia brasileira.

O SR. EDMUNDO LEVY — O aparte de V. Exa. não só veio ilustrar a minha exposição, como me fez lembrar outro fato: o proprietário do Hotel Amazonas, principal hotel de Manaus — possivelmente o Senador José Ermírio de Moraes e outros aqui o conhecem — precisou de café para atender seus hóspedes e lhe pediram, em Manaus, mil cruzeiros por quilo. Foi preciso que ele telefonasse para São Paulo e mandasse vir o café de lá.

O que está acontecendo, na realidade, é que o I.B.C. através de sua Representação, dá preferência aos falsos moinhos que proliferam por lá até mesmo em localidades onde não há possibilidade de vender café moído. Esses moinhos, então, seriam os agentes dos grandes contrabandistas que atuam na foz do Amazonas, e possivelmente em Belém, traficando com Paramaribo.

Este depoimento, que trago à Casa, com a doação dos nobres Senadores José Feliciano e Lino de Mattos, tenho a impressão de que impressionará ao ilustre Senador Nelson Maculana, Presidente do I.B.C. e lhe dará a motivação para empreender um exame exato, seguro, em coordenação com os governos locais do Amazonas, do Acre, possivelmente do Pará, de Rondônia a fim de que verifiquem essas autoridades as razões de tal situação e tomem em conjunto, as medidas necessárias à coibição de tais abusos, porque o I.B.C. através de sua representação, falhou e vem falhando, não sei se de indústria ou por incompetência dos que lá vão dirigir, ou fingir que vão dirigir, o órgão regional do Amazonas.

Quero, no reformular o meu apelo à Mesa, no sentido de que dirija esta exposição ao ilustre Senador Nelson Maculana, pedir-lhe que junte estes documentos e os remeta, com cópia deste discurso, ao ilustre Senador, a fim de que S. Exa. os verifique e determine as medidas necessárias. Que S. Exa. veja se é possível ele próprio ir à região amazônica a fim de fazer um estudo pessoal da situação. Estou convencido de que, homem honrado que é, saberá meter o bistrú no tumor e fazer vir a furo a podridão que está em tudo isso, a fim de que a região amazônica não continue a pagar por um crime que não cometeu, enquanto os contrabandistas e impatriotas continuam a beneficiar-se, a locupletar-se com as lágrimas e o suor do sacrificado povo do Amazonas. Era o que tinha que dizer. (Muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador José Feliciano.

O SR. JOSÉ FELICIANO:

(Não foi revisto pelo orador) — Senador Presidente, Srs. Senadores, venho reiterar ao Ministério da Fazenda, através do Ministro Ney Galvão, o apelo que já fiz ao seu antecessor ao sentido de que determine o pagamento das cotas aos municípios cafeeiros do Brasil, conseguidas com a safra de 1961-62, e que até o primeiro mês do ano de 1964 ainda não foi efetivado.

No estudo da política cafeeira do País ficou estabelecido que cada produtor sofreria um desconto, por saca,

para atender às obras de infra-estrutura dos Municípios produtores de café. Assim, para o desenvolvimento da plantação da preciosa rubiácea, determinou-se que a distribuição desse auxílio caberia aos Municípios, onde os agricultores mais se dedicassem à produção da rubiácea. Isso era parte da política de fomento da plantação do café no país.

No entanto, esta quantia foi descontada por saca de café apresentada ao Instituto Brasileiro do Café, para ser entregue aos Municípios brasileiros os quais deveriam empregá-la nas obras de infra-estrutura e, sobretudo, de assistência ao homem da zona rural. De 1962 até esta data foram realizados os estudos de distribuição, a cada um dos municípios brasileiros, do quantum que esta verba lhes proporcionou. Os planos das obras que seriam executadas nos municípios foram apresentados ao Instituto Brasileiro do Café. Os Estados, da mesma forma, fizeram incluir nos seus orçamentos e planos de trabalho a quota a eles destinada. No entanto, até esta data, repito, os Estados da Federação brasileira e os Municípios não receberam os respectivos pagamentos. Como atualmente está à frente do Instituto Brasileiro do Café um homem público dedicado à atividade política em um Estado dos maiores produtores de café, acreditamos também conveniente estender nosso apelo até S. Ex.<sup>a</sup>, o nobre Senador Nelson Maculan.

A SUMOC, quando aprovou o Orçamento do Instituto Brasileiro do Café, limitou a cota de exportação e aprovou o estudo da safra e da sua colocação no Exterior, deve também aprovação à verba destinada aos Estados e Municípios brasileiros. No entanto, até este momento, o Ministério da Fazenda não liberou a res-

pectiva importância para pagamento das dotações destinadas pelo Instituto Brasileiro do Café aos Estados e aos Municípios brasileiros, estes também infelicitados pelo atraso dos pagamentos das cotas do imposto de consumo, do ano de 1963.

A Constituição determina, rigidamente, que o pagamento deverá ser feito no último trimestre do ano, ou seja nos três últimos meses do exercício financeiro, porém até esta época a cota do imposto de consumo ainda não teve o seu pagamento efetivado.

Por outro lado, a cota do Imposto de Renda do exercício de 1963, a qual deveria ser paga no segundo trimestre, ou no terceiro, do ano correspondente ao exercício financeiro, vem sendo paga mensalmente, dando em consequência, com o processo inflacionário brasileiro que aí está quase galopante, graves prejuízos às municipalidades da nossa Pátria.

Em decorrência do atraso no pagamento de todas essas cotas aos municípios, estão os prefeitos e as Câmaras municipais do Brasil impossibilitados de administrar suas comunidades a contento dos municípios.

Temos percorrido o interior do nosso Estado, e somos testemunhas das dificuldades que afligem as administrações municipais.

Quando são incluídas nos orçamentos municipais dotações de origem federal, atribui-se aos prefeitos a responsabilidade de executar as obras a que se destinam, com urgência. Geralmente são obras sujeitas a encarecimento, somente em virtude de desvalorização da moeda, de cerca de 5 por cento ao mês, e que naturalmente se tornam irrealizáveis dentro do próprio exercício financeiro.

O povo do interior do Brasil clama, cada dia mais insistentemente,

pela satisfação das mínimas necessidades de ordem pública das suas comunidades. Falta-lhes energia elétrica, água potável e canalizada a domicílio; faltam-lhes escolas e, sobretudo, o ambiente próprio para a vida numa pequena cidade do interior. Assim, as nossas cidades estão lutando, cada vez com mais dificuldade, para o atendimento das aspirações de suas populações.

Assim, Senhor Presidente, o nosso apelo tem duplo destino: é dirigido ao Ministro da Fazenda, no sentido de que ponha à disposição do Instituto Brasileiro do Café a verba conveniente para o pagamento das cotas; e ao Presidente do I.B.C., para que determine seja esse pagamento feito imediatamente, pois os produtores de café já foram descontados em cada saca, do quantum necessário ao custeio das obras fundamentais da infra-estrutura da área rural onde o café é produzido.

Estas, Senhor Presidente, são as palavras de apelo que dirigimos àquelas autoridades federais. *(Muito bem.)*

Comparece mais o Sr. Senador: Sebastião Archer  
O SR. PRESIDENTE:  
Não há mais oradores inscritos. Estão presentes 20 senhores Senadores. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo número 29, de 1963 (nº 13-A-3, na Casa de origem) que aprova o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1962, tendo Pareceres favoráveis, sob números 799, 800, 801 e 802 de 1963, das Comissões: de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores;

de Educação e Cultura e de Finanças.

Em discussão o Projeto (Pausa). Nenhum dos senhores Senadores desejando discutir a matéria, encerro a discussão.

A votação fica adiada em virtude da falta de número.

Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.  
Não há mais oradores inscritos.  
Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a próxima a seguinte

#### ORDEM DO DIA

Sessão de 17 de janeiro de 1964  
(Sexta-feira)

1

Votação, em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1963 (nº 23-A-3, na Casa de origem) que aprova o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1962, tendo Pareceres favoráveis sob números 799, 800, 801 e 802, de 1963, das Comissões: de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; de Educação e Cultura e de Finanças.

2

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do cinquentenário da fundação da Freixia do "Alto Solimões", tendo Pareceres favoráveis, sob números 855, de 1963, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido em 1º turno.

Está encerrada a sessão.  
(Levanta-se a sessão às 15 horas e 52 minutos).

**MESA**

- Presidente — Moura Andrade (PSD — SP).  
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB — MG).  
 Primeiro-Secretário — Rui Palmeira (UDN — AL).  
 Segundo-Secretário — Gilberto Marinho (PSD — GE).  
 Terceiro-Secretário — Adalberto Sena (PTB — AURE).  
 Quarto-Secretário — Cattete Pinheiro (PTN — PA).  
 Primeiro-Suplente — Joaquim Parente — UDN — PI).  
 Segundo-Suplente — Guido Mondin (PSD — RS).  
 Terceiro-Suplente — Vasconcelos Torres (PTB — RJ).

**REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA**

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)**

1. José Gutomar Acre (em exercício)
3. Eugênio Barros — Maranhão.
2. Lobão da Silveira — Para.
3. Eugenio Barros — Maranhão.
4. Sebastião Archer — Maranhão.
3. Victorino Freire (em exercício o Suplente, Sr. Miguel Lima) — Maranhão.
6. Sigefredo Pacheco — Piauí.
7. Menezes Pimentel (em exercício o Suplente, Sr. Waldemar de Alcântara).
8. Wilson Gonçalves — Ceará.
9. Walfredo Gurgel — Rio Grande do Norte.
10. Ruy Carneiro — Paraíba.
11. Leite Neto — Sergipe.
12. Antônio Balbino — Bahia.
13. Jefferson de Aguiar — Espírito Santo.
14. Gilberto Marinho — Guanabara
15. Moura Andrade — São Paulo.
16. Atilio Fontana — Santa Catarina.
17. Guido Mondin — R. G. Sul.
18. Benedicto Valadares — Minas Gerais.
19. Filinto Müller
20. José Feliciano — Goiás.
21. Juscelino Kubitschek — Goiás.
22. Pedro Ludovico — Goiás.

**PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO**

(PTB)

1. Adalberto Sena — Acre.
2. Oscar Passos — Acre.
3. Vivaldo Lima — Amazonas.
4. Edmundo Levi — Amazonas.
5. Artur Virgílio — Amazonas.
6. Antônio Juca — Ceará.
7. Dix-Huit Rosado — Rio Grande do Norte.
8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
9. Barros Carvalho — Pernambuco.
20. Pessoa de Queiroz — Pernambuco.
11. José Ernirio — Pernambuco.

**SENADO FEDERAL**

12. Silvestre Pericles — Alagoas.
13. Vasconcelos Torres — Rio de Janeiro.
14. Nelson Maculan (licenciado sem substituição) — Paraná.
15. Amaury Silva — Paraná (em exercício o suplente, Sr. Melo Braga).
16. Nogueira da Gama — Minas Gerais.
1. Zacarias de Assunção — Para.
2. Joaquim Parente — Piauí.
3. José Cândido — Piauí.
4. Dinarte Mariz — R. G. Norte.
5. João Agripino — Paraíba.
6. Rui Palmeira — Alagoas.
7. Eurico Rezende — Espírito Santo
8. Afonso Arinos — Guanabara, rais.
17. Bezerra Neto.

**UNIAO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)**

9. Padre Calazans — São Paulo.
10. Adolpho Franco — Paraná.
11. Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
12. Antônio Carlos — Santa Catarina
13. Daniel Krieger — Rio Grande do Sul.
14. Milton Campos — Minas Gerais.
15. Lopes da Costa — Mato Grosso.

**PARTIDO LIBERTADOR**

(PL)

1. Aloysio de Carvalho — Bahia.
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

**PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL**

(PTN)

1. Cattete Pinheiro — Para.
2. Lauro de Matos — São Paulo.

**PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)**

1. Raul Gluberti — Espírito Santo.
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

**PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO**

(PSB)

1. Aurélio Vianna — Guanabara.

**MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR**

(MTR)

1. Aarão Steinhilber — Rio de Janeiro.

**PARTIDO REPUBLICANO**

(PR)

1. Júlio Leite — Sergipe.

**PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)**

1. Arnon de Melo — Alagoas
- SEM LEGENDA
1. Josaphat Marinho — Bahia.
  2. Heribaldo Vieira — Sergipe.

**RESUMO**

Partido Social Democrático (P. S. D.)	.....	17
Partido Trabalhista Brasileiro (P. T. B.)	.....	17
União Democrática Nacional (U. D. N.)	.....	15

Partido Libertador (P. L.)	.....	2
Partido Trabalhista Nacional (P. T. N.)	.....	2
Partido Social Progressista (P. S. P.)	.....	2
Partido Socialista Brasileiro (P. S. B.)	.....	1
Partido Republicano (P. R.)	.....	1
Partido Democrata Cristão (P. D. C.)	.....	1
Movimento Trabalhista Renovador (M. T. R.)	.....	1
Sem legenda		64
Total		66

**BLOCOS PARTIDARIOS**

- 1º — Maioria 39 Membrs):  
 PSD  
 PTB  
 2º — Minoria (17) Membrs):  
 UDN  
 PL  
 3º — Pequenas Representações (9) Membrs):  
 PTN  
 PSP  
 PSB  
 MTR  
 PR  
 PDC  
 Josaphat Marinho (Sem Legenda)

**LIDERANÇAS**

**I — DOS BLOCOS PARTIDARIOS MAIORIA**

- Lider:  
 Barros Carvalho — (PTB) — (PE)  
 Vice-Lideres:  
 Victorino Freire — (PSD — MA).  
 Vasconcelos Torres — (PTB — RJ).  
 Jefferson de Aguiar — (PSD — ES).  
 Lobão da Silveira — (PSD — PA).  
 Artur Virgílio — (PTB — AM).  
 Bezerra Neto — (PTB) — (MT).

**MINORIA**

- Lider:  
 João Agripino — (UDN — PB).  
 Vice-Lideres:  
 Daniel Krieger — (UDN — RS).  
 Mem de Sá — (PL — RS).  
**PEQUENA REPRESENTAÇÕES**

- Lider:  
 Lino de Matos — (PTN — SP).  
 Vice-Lideres:  
 Aurélio Viana — (PSB — GB).  
**II — DOS PARTIDOS**  
 PSD  
 Benedicto Valadares — (MG).  
 Vice-Lideres:  
 Wilson Gonçalves — (CE).  
 Sigefredo Pacheco — (PI).

Walfredo Gurgel — (RG) ..

**PTB**

- Lider:  
 Artur Virgílio — (AM).  
 Vice-Lideres:  
 Amaury Silva (licenciado) — (PR).  
 Vivaldo Lima — (AM).  
 Bezerra Neto — (MI).  
**UDN**  
 Lider:  
 Daniel Krieger — (RS).  
 Vice-Lideres:  
 Eurico Rezende — (ES).  
 Padre Calazans — (SP).  
 Adolfo Franco — (PR).  
**PL**

- Lider:  
 Mem de Sá — (RS).  
 Vice-Lideres:  
 Aloysio de Carvalho — (BA).  
**PTN**  
 Lider:  
 Lino de Matos — (SP).  
 Vice-Lideres:  
 Cattete Pinheiro — (PA).  
**PSP**  
 Lider:  
 Miguel Couto — (RJ).  
 Vice-Lider:  
 Raul Gluberti — (ES).

**COMISSÕES PERMANENTES**

**Comissão Diretora**

- Moura Andrade — Presidente (PSD).  
 Nogueira da Gama (PTB).  
 Adalberto Sena (PTB).  
 Rui Palmeira (UDN)  
 Gilberto Marinho (PSD)  
 Joaquim Parente (UDN).  
 Cattete Pinheiro (PTN).  
 Guido Mondin (PSD)  
 Vasconcelos Torres (PTB).  
 Reuniões Quartas-feiras às 10 horas.  
 Secretário: Orlando Mendes Viana.  
 Diretor-Geral.

**Comissão de Agricultura**

(7 MEMBROS)

- Presidente — Vago.  
 Vice-Presidente — Eugênio Barros (PSD).

**COMPOSIÇÃO**

- P. S. D.**  
**TITULARES**  
 Eugênio Barros.  
 José Feliciano.  
**SUPLANTES**  
 1 Atilio Fontana.  
 2 Pedro Ludovico.  
**P. T. B.**  
**TITULARES**  
 Raul Gluberti.  
 Dix-Huit Rosado.  
 Nelson Maculan (Licenciado).

SUPLENTE

- 1 Eduard Catalão (\*).
- 2 Aarão Steinbruch.
- 3 Vago.

U. D. N.

TITULARES

- Lopes da Costa.
- Antônio Carlos.

SUPLENTE

- 1 Daniel Krieger.
- 2 João Agripino.

SUBSTITUTOS

Reuniões

Quartas-feiras, às 16 horas.  
Secretário: J. Ney Passos Dantas  
Auxiliar Legislativo PL-9.

Comissão de Constituição e Justiça

(11 MEMBROS)

Presidente — Milton Campos (UDN)  
Vice-Presidente — Wilson Gonçalves (PSD)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

- Jefferson de Aguiar.
- Rui Carneiro.
- Lobão da Silva.
- Wilson Gonçalves.
- Josaphat Marinho.

SUPLENTE

- 1 Menezes Pimentel (licenciado).
- 2 Leite Neto.
- 3 Benedito Valladares.
- 4 Aarão Steinbruch.

P. T. B.

TITULARES

- Amaury Silva (licenciado).
- Bezerra Neto.
- Edmundo Levi.

SUPLENTE

- 1 Argemiro de Figueiredo (\*\*).
- 2 Silvestre Pereira.
- 3 Melo Braga.

U. D. N.

TITULARES

- Aloysio de Carvalho.
- Milton Campos.

- 1 Afonso Arinos.
- 2 Daniel Krieger.
- 3 João Agripino.

Reuniões

Quarta-feira, às 16 horas.  
Secretário: Ronaldo Ferreira Dias  
Auxiliar Legislativo PL-8.

(\*) Em substituição do Senhor Nelson Maculian como titular.  
(\*\*) Em substituição do Senhor Amaury Silva, como titular.

Comissão do Distrito Federal

(7 MEMBROS)

Presidente — Lino de Matos.  
Vice-Presidente — Pedro Ludovico

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

- Menezes Pimentel.
- Pedro Ludovico.
- Lino de Matos.

SUPLENTE

- 1 Filinto Müller.
- 2 Eugênio Barros.
- 3 Heriberto Vieira.

P. I. B.

TITULARES

- Oscar Passos.
- Dix-Huit Rosado.

SUPLENTE

- 1 Aarão Steinbruch.
- 2 Antônio Juca.

U. D. N.

TITULARES

- Dinarte Mariz.
- Eurico Rezende.

SUPLENTE

- 1 Lopes da Costa.
- 1 Zacharias de Assunção.

Reuniões

Quintas-feiras às 10 horas.  
Secretário: Juheta Ribeiro dos Santos.  
Oficial Legislativo PL-8.

Comissão de Economia

(9 MEMBROS)

Presidente — Filinto Müller (PSD)  
Vice-Presidente — José Ermirio (PTB).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

- Filinto Müller.
- Eugênio Barros.
- Atilio Fontana.
- José Guomard (licenciado).

SUPLENTE

- 1 Jefferson de Aguiar (\*).
- 2 Sigefredo Pacheco.
- 3 Sebastião Archer.
- 4 Josaphat Marinho.
- 1 José Kairala.

P. I. B.

SUBSTITUTOS

TITULARES

- José Ermirio.
- Nelson Maculian (licenciado).
- Júlio Leite.

SUPLENTE

- 1 Oscar Passos (\*\*).
- 2 Bezerra Neto.

(\*) — Em substituição do Senhor José Guomard, como titular.

(\*\*) — Em substituição do Senhor Nelson Maculian, como titular.

SUBSTITUTO

- 2. ... A Indica
- 1. Melo Braga.

U. D. N.

TITULARES

- Adolfo Franco.
- Lopes da Costa.

SUPLENTE

- 1. José Cândido.
  - 2. Zacarias de Assunção.
- Reuniões terça-feira — 16.00 horas  
Secretário: Cid Brugger, Auxiliar Legislativo PL-10.

Comissão de Educação e Cultura

(7 MEMBROS)

Presidente — Menezes Pimentel (PSD)

Vice-Presidente — Padre Calazans (UDN)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

- Menezes Pimentel.
- Walfredo Gurgel.

SUPLENTE

- 1. Benedito Valladares.
- 2. Sigefredo Pacheco.

SUBSTITUTOS

- 1. Leite Neto.

P. I. B.

TITULARES

- Pessoa de Queiroz.
- Amaury Silva (licenciado).

SUPLENTE

- 1. Vago.
- 2. Vago.

U. D. N.

TITULARES

- Antonio Carlos.
- Padre Calazans.
- Mem de Sá.

SUPLENTE

- 1. Adolfo Franco.
- 2. Milton Campos.
- 3. Arnob de Melo.

Reuniões: 4<sup>as</sup> feiras — 16.00 horas.  
Secretário: Vera de Alvarenga Mafra, Oficial Legislativo PL-7.

Comissão de Finanças

(16 MEMBROS)

Presidente — Argemiro de Figueiredo (PTB).

Vice-Presidente — Daniel Krieger (UDN).

P. S. P.

COMPOSIÇÃO

TITULARES

- Victorino Preire.
- Lobão da Silveira.
- Sigefredo Pacheco.
- Wilson Gonçalves.
- Leite Neto.

SUPLENTE

- 1. José Guomard (licenciado).
- 2. Eugênio Barros.
- 3. Menezes Pimentel.
- 4. Atilio Fontana.
- 5. Pedro Ludovico.

SUBSTITUTOS

- 1. José Kairala.

P. T. B.

TITULARES

- Argemiro de Figueiredo.
- Bertra Neto.
- Dix-Huit Rosado.
- Pessoa de Queiroz.
- José Ermirio.

SUPLENTE

- 1. Nelson Maculian (licenciado).
- 2. Lino de Matos.
- 3. Amaury Silva (licenciado).
- 4. Aurélio Vianna.
- 5. Antônio Juca.

SUBSTITUTOS

- 1. Edmundo Levi.
- 2. Melo Braga.

U. D. N.

TITULARES

- Daniel Krieger.
- Dinarte Mariz.
- Irineu Bornhausen.
- Lopes da Costa.

SUPLENTE

- 1. Adolfo Franco.
- 2. Eurico Rezende.
- 3. João Agripino.
- 4. Milton Campos.

P. I.

TITULARES

Mem de Sá.

SUPLENTE

- 1. Aloysio de Carvalho.
- Reuniões: 4<sup>as</sup> feiras — 10.00 horas.  
Secretário: Cid Brugger, Auxiliar Legislativo, PL-10.

Comissão de Legislação Social

(9 MEMBROS)

Presidente: Vivaldo Lima — PTB.  
Vice-Presidente: Rui Carneiro (PSD).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

- Rui Carneiro.
- Walfredo Gurgel.
- José Guomard (licenciado).
- Raul Giubert.

SUPLENTE

- 1. Leite Neto (U. D. N.).
- 2. Lobão da Silveira.
- 3. Eugênio Barros.
- 4. Júlio Leite.

SUBSTITUTOS

- Atilio Fontana.
- 2. José Kairala.

P. T. B.

TITULARES

- Amaury Silva (licenciado).
- Herfado ...
- Vivaldo Lima.

SUPLENTE

- 1. Aurélio Vianna (\*\*).
- 2. Pessoa de Queiroz.
- 3. Antônio Juca.

(\*) — Em substituição do Senhor José Guomard como titular.

(\*\*) — Em substituição do Senhor Amaury Silva como titular.



## SUBSTITUTOS

1. Melo Braga

U. D. N.

## TITULARES

Eurico Rezende

Antonio Carlos

1. Lopes da Costa

2. Zacarias de Assunção

Reuniões: 4.ªs. feiras às 10 horas.

## SUPLENTE

Secretário: Vera de Alvarenga Mafra, Oficial Legislativo, PL-7.

## Comissão do Polígono das Sêcas

(7 MEMBROS)

Presidente — Ruy Carneiro (PSD)

Vice-Presidente — Aurélio Vianna (PSE)

## COMPOSIÇÃO

P. S. D.

## TITULARES

Wilson Gonçalves

Ruy Carneiro

## SUPLENTE

1. Sigefredo Pacheco

2. Leite Neto

## T. B.

## TITULARES

Dix-Huit Rosado

Aurélio Vianna

## SUPLENTE

1. Argemiro de Figueiredo

2. Arnon de Melo

3. Julio Leite

## U. D. N.

## TITULARES

Dinarte Mariz

José Cândido

## SUPLENTE

1. João Agripino

2. Lopes da Costa

Reuniões: 5.ªs. feiras — 16 horas

Secretário: Ney Passos Dantas, Auxiliar Legislativo PL-9.

## Comissão de Redação

(5 MEMBROS)

Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB)

Vice-Presidente — Padre Calazans

## COMPOSIÇÃO

P. S. D.

## TITULARES

Walfredo Gurgel

Sebastião Archer

## SUPLENTE

1. Lobão da Silveira.

2. José Feliciano.

## SUBSTITUTOS

1. Menezes Pimentel (licenciado)

## P. T. B.

## TITULARES

Dix-Huit Rosado.

## SUPLENTE

Heribaldo Vieira.

## U. D. N.

## TITULARES

Padre Calazans.

Julio Leite.

## SUPLENTE

1. João Agripino.

2. Josaphat Marinho.

Reuniões: 4.ªs. feiras às 16 horas

Secretário: Sarah Abrabão, Oficial Legislativo, PL-8.

## Comissão de Relações Exteriores

(11 MEMBROS)

Presidente — Jefferson de Aguiar (PSD)

Vice-Presidente — Passos de Queiroz (PIB)

## COMPOSIÇÃO

P. S. D.

## TITULARES

Benedito Valladares.

Filinto Müller

Jefferson de Aguiar.

Aarão Steinerbuch.

## SUPLENTE

1. Menezes Pimentel.

2. Ruy Carneiro.

3. José Guimard (licenciado).

4. Victorino Freire.

## SUBSTITUTOS

1. José Kairala.

## P. I. B.

## TITULARES

Pessoa de Queiroz.

Vivaldo Lima.

Eduardo Catalão.

## SUPLENTE

1. Oscar Passos.

2. Argemiro de Figueiredo.

3. Antônio Jucá.

## U. D. N.

## TITULARES

Antônio Carlos.

José Cândido.

Padre Calazans.

Arnon de Melo.

## SUPLENTE

1. Daniel Krueger.

2. Eurico Rezende.

3. João Agripino.

4. Mem de Sá.

Reuniões: 5.ªs. feiras — 15,00 horas.

Secretário: Castejon J. B. Branco, Oficial Legislativo, PL-6

## Comissão de Saúde

(15 MEMBROS)

Presidente — Lopes da Costa — UDN.

Vice-Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB)

## COMPOSIÇÃO

P. S. D.

## TITULARES

Pedro Ludovico

Sigefredo Pacheco

## SUPLENTE

1. Eugenio Bastos

2. Walfredo Gurgel

## P. I. B.

## TITULARES

Dix-Huit Rosado

## SUPLENTE

Antonio Jucá

## U. D. N.

## SUPLENTE

Lopes da Costa

## SUPLENTE

Padre Calazans

## SUPLENTE

Raul Gilberti

Reuniões: Quintas-feiras — 15 horas).

Secretário: Eduardo Rul Barbosa, Auxiliar Legislativo PL-10.

## Comissão de Segurança Nacional

(7 MEMBROS)

Presidente — Zacarias de Assunção (UDN)

Vice-Presidente — Silvestre Pericles (PTB)

## COMPOSIÇÃO

PSD

## TITULARES

José Guimard (licenciado)

Victorino Freire

## SUPLENTE

1. Ruy Carneiro

1. Atilio Fontana (\*)

## SUBSTITUTO

2. José Kairala

## P. I. B.

## TITULARES

Silvestre Pericles

Oscar Passos

## SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado

2. Vago.

## U. D. N.

## TITULARES

Irineu Bornhausen

Zacharias de Assunção

## SUPLENTE

1. Adolfo Franco

2. Eurico Resende

## P. S. D.

## TITULAR

Raul Gilberti

## SUPLENTE

1. Miguel Couto

Reuniões: Quintas-feiras — (15 horas).

Secretário: Alexandre Pfaender, Oficial Legislativo PL-8.

(\*) — Em substituição ao Sr. José Guimard, como titular.

## Comissão de Serviço Público Civil

(7 MEMBROS)

Presidente — Silvestre Pericles (PTB)

Vice-Presidente — Leite Neto (PSD)

## COMPOSIÇÃO

PSD

## TITULARES

Leite Neto.

Sigefredo Pacheco

## SUPLENTE

1. Victorino Freire

2. Benedito Valladares

## PTB

## TITULARES

Silvestre Pericles

Nelson Maculan (licenciado)

## SUPLENTE

1. Edmundo Levi

2. Vago

## UDN

## TITULARES

Antonio Carlos

## Prorrogações:

Antonio Carlos

Padre Calazans

## SUPLENTE

1. Dinarte Marins

2. Lopes da Costa

## PL

## TITULAR

Aloysio de Carvalho

## SUPLENTE

Mem de Sá

Reuniões: Terças-feiras — 10,00 horas.

Secretário: J. Ney Passos Dantas, Auxiliar Legislativo, PL-9.

## Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

(5 MEMBROS)

Presidente José Feliciano (PSD)  
Vice-Presidente — Irineu Bornhausen (UDN)

## PSD

## TITULARES

José Feliciano

Sebastião Archer

## SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar

2. Filinto Müller

## PTB

## TITULARES

Bezerra Neto

Lino de Matos

## SUPLENTE

1. Silvestre Pericles

## UDN

## TITULAR

Irineu Bornhausen

## SUPLENTE

Zacharias de Assunção.

Reuniões: Quartas-feiras — 16,00 horas.

Secretário: Alexandre Pfaender, Oficial Legislativo, PL-8.

## Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961.

Dispõe sobre: Alteração dos artigos 26, 56, 58, 60, 110 e o parágrafo único do art. 112 da Constituição Federal.

— organização administrativa do Distrito Federal.

— vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal;

— regime de rendas do Distrito Federal;

— composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e do Tribunal Superior Eleitoral;

— processo de escolha do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal;

— aplicação da cota do imposto de renda atribuída aos Municípios;

Eleita em 15-6-1961, com exceção dos Srs. Senadores:

Berro Carvalho — designado em 20-2-1962.

Nelson Maculan — designado em 15-6-1963.

Lobão da Silveira — designado em 23-4-1963.

Lopes da Costa — designado em 29-10-1962.

SUPLENTE

Até 14-12-1962 - Requerimento número 611-61, aprovado em 15-12-61. Até 15-12-1963 - Requerimento nº 778-62, aprovado em 12-12-62.

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - Relator - PSD. 2 Lobão da Silveira - PSD. 3 Ruy Carneiro - PSD. 4 Benedito Valfadares - PSD. 5 Wilson Gonçalves - PSD. 6 Nelson Maculan - PTB. 7 Silvestre Pericles - PTB. 8 Nogueira da Gama - PTB. 9 Barros Carvalho - PTB. 10 Daniel Krieger - Vice-Presidente - UDN. 11 Lopes da Costa - UDN. 12 Milton Campos - UDN. 13 Heribaldo Vieira - UDN. 14 Ruy Palmeira - UDN. 15 Aloysio de Carvalho - PL. 16 Mem de Sá - PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1961.

Altera o § 1º do art. 181 da Constituição Federal.

(Apresentação do funcionário aos trinta anos de serviço)

Eleita em 21-5-62, salvo os Srs Senadores:

- Lobão da Silveira - Wilson Gonçalves e Amaury Silva, designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 - Requerimento número 610-61 aprovado em 14-12-1961.

Até 15-12-1963 - Requerimento número 798-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD. 2 Lobão da Silveira - Relator - PSD. 3 Ruy Carneiro - PSD. 4 Benedito Valfadares - PSD. 5 Wilson Gonçalves - PSD. 6 Silvestre Pericles - Relator - PTB. 7 Amaury Silva - PTB. D. O. N. 24-4-63 (S 1) pág 2 132. 8 Nogueira da Gama - PTB. 9 Barros Carvalho - PTB. 10 Daniel Krieger - UDN. 11 Lopes da Costa - UDN. 12 Milton Campos - UDN. 13 Ruy Palmeira - UDN. 14 Heribaldo Vieira - UDN. 15 Aloysio de Carvalho - Presidente - PL. 16 Mem de Sá - PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1961.

Da nova redação ao item II do art. 95 da Constituição Federal.

(Irredutibilidade dos vencimentos dos juizes).

Eleita em 27-6-61, salvo os Senhores Senadores:

- Lopes da Costa, designado em 23 de outubro de 1962; Lobão da Silveira, designado em 23 de abril de 1963; Bezerra Neto, designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 - Requerimento número 809-61, aprovado em 14-12-61;

Até 15-12-63 - Requerimento número 779-62; aprovado em 12-12-62.

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD. 2 Lobão da Silveira - PSD. 3 Ruy Carneiro - PSD. 4 Benedito Valfadares - PSD. 5 Wilson Gonçalves - PSD. 6 Silvestre Pericles - PTB. 7 Bezerra Neto - PTB. 8 Nogueira da Gama - PTB. 9 Barros Carvalho - PTB. 10 Daniel Krieger - UDN. 11 Lopes da Costa - UDN. 12 Milton Campos - Vice-Presidente - UDN. 13 Heribaldo Vieira - UDN. 14 Ruy Palmeira - UDN. 15 Aloysio de Carvalho - PL. 16 Mem de Sá - PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7 de 1961.

Da nova redação ao art. 65, item da Constituição Federal.

(Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado incluindo as de propor a exoneração dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente e aprovar o estabelecimento, rompimento e restabelecimento de relações diplomáticas com países estrangeiros)

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Senhores Senadores:

- Guido Mondin - designado em 29 de outubro de 1962; Vivaldo Lima - designado em 30 de março de 1962; Ruy Carneiro - designado em 23 de abril de 1963; Wilson Gonçalves - designado em 23 de abril de 1963; Eurico Rezende - designado em 23 de abril de 1963; Pinto Ferreira - designado em 20 de abril de 1963; Amaury Silva - designado em 24 de abril de 1963;

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 - Requerimento nº 77-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 16 de dezembro de 1963 - Requerimento nº 780-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros - Partidos

- 1 Menezes Pimentel - PSD. 2 Wilson Gonçalves - PSD. 3 Lobão da Silveira - PSD. 4 Ruy Carneiro - PSD. 5 Guido Mondin - PSD. 6 Silvestre Pericles - PSE. 7 Vivaldo Lima - PTB. 8 Amaury Silva - PTB. 9 Pinto Ferreira - PTB. 10 Eurico Rezende - UDN. 11 Daniel Krieger - UDN. 12 Milton Campos - UDN. 13 Heribaldo Vieira - UDN. 14 Lopes da Costa - UDN. 15 Aloysio de Carvalho - PL. 16 Lino de Matos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1961.

Acrescenta item ao art. 3º do Capítulo II - Presidente da República - da Emenda Constitucional nº 4 de 1961, que instituiu o sistema parlamentar de governo (Sobre a exoneração, por proposta do Senado do chefe de missão diplomática de caráter permanente).

Eleita em 5 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

- Vivaldo Lima - Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin - Designado em 30 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar - Designado em 23 de abril de 1963;

Ruy Carneiro - Designado em 29 de abril de 1963;

Eurico Rezende - Designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira - Designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto - Designado em 23 de abril de 1962.

Amaury Silva - designado em 23 de abril de 1962.

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 - Requerimento nº 608-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 - Requerimento nº 781-62, aprovado em 2 de dezembro de 1962.

Membros - Partidos

- 1 Menezes Pimentel - PSD. 2 Ruy Carneiro - PSD. 3 Lobão da Silveira - PSD. 4 Jefferson de Aguiar - PSD. 5 Guido Mondin - PSD. 6 Pinto Ferreira - PSB. 7 Bezerra Neto - PTB. 8 Amaury Silva - PTB. 9 Vivaldo Lima - PTB. 10 Daniel Krieger - UDN. 11 Eurico Rezende - UDN. 12 Milton Campos - UDN. 13 Heribaldo Vieira - UDN. 14 Lopes da Costa - UDN. 15 Aloysio de Carvalho - PL. 16 Lino de Matos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição

Acrescenta dispositivo ao artigo 15 revoga o item V e o § 6º do artigo 19 substituiu o § 5º do artigo 19 e o art. 22 da Constituição

(Modifica o regime de discriminação de rendas)

Eleita em 20 de novembro de 1961 salvo os Srs Senadores:

Barros Carvalho - Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin - Designado em 19 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar - designado em 28 de abril de 1963;

Ruy Carneiro - designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende - designado em 23 de abril de 1963;

Amaury Silva - designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto - designado em 23 de abril de 1963;

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 - Requerimento nº 605-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961;

Até 15 de dezembro de 1963 - Requerimento nº 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD. 2 Menezes Pimentel - PSD. 3 Flinto Müller - PSD. 4 Guido Mondin - PSD. 5 Ruy Carneiro - PSD. 6 Amaury Silva - PTB. 7 Barros Carvalho - PTB. 8 Argemiro Figueiredo - PTB. 9 Bezerra Neto - PTB. 10 Daniel Krieger - UDN. 11 Eurico Rezende - UDN. 12 Milton Campos - UDN. 13 Heribaldo Vieira - UDN. 14 Ruy Palmeira - UDN. 15 Aloysio de Carvalho - PL. 16 Lino de Matos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10, de 1961.

Acrescenta parágrafo ao art. 15 da Constituição Federal (aplicação da parcela proveniente das cotas de impostos destinadas aos Municípios).

Eleita em 28.2.1962, salvo os Srs. Senadores:

Lopes da Costa - designado em 30.3.1963;

Guido Mondin - designado em 29.10.1962;

Wilson Gonçalves - designado em 23.4.1963;

Eurico Rezende - designado em 23.4.1963;

João Agripino - designado em 23.4.1963;

Silvestre Pericles - designado em 23.4.1963;

Cattete Pinheiro - designado em 23.4.1963.

Senadores - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD. 2 Wilson Gonçalves - PSD. 3 Ruy Carneiro - PSD. 4 Lobão da Silveira - PSD. 5 Guido Mondin - PSD. 6 Silvestre Pericles - PTB. 7 Nogueira da Gama - PTB. 8 Barros Carvalho - PTB. 9 Vago - PTB. 10 Milton Campos - UDN. 11 Heribaldo Vieira - UDN. 12 Lopes da Costa - UDN. 13 João Agripino - UDN. 14 Eurico Rezende - UDN. 15 Josaphat Marinho - S/legenda. 16 Lino de Matos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 11, de 1963.

Acrescenta parágrafos 4º e 5º ao art. 28 da Constituição Federal (Criação de novos Municípios).

Eleita em 28.3.1962, salvo os Srs. Senadores:

Guido Mondin - designado em 26.10.1962;

Wilson Gonçalves - designado em 23.4.1963;

Eurico Rezende - designado em 23.4.1963;

João Agripino - designado em 13.4.1963;

Cattete Pinheiro - designado em 23.4.1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 - Requerimento nº 784-62, aprovado em 12-12-62.

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD. 2 Wilson Gonçalves - PSD. 3 Ruy Carneiro - PSD. 4 Lobão da Silveira - PSD. 5 Guido Mondin - PSD. 6 Silvestre Pericles - PTB. 7 Nogueira da Gama - PTB. 8 Barros Carvalho - PTB. 9 Milton Campos - UDN. 10 Heribaldo Vieira - UDN. 11 Eurico Rezende - UDN. 12 João Agripino - UDN. 13 Lopes da Costa - UDN. 14 Aloysio de Carvalho - PL. 15 Miguel Couto - PSP. 16 Cattete Pinheiro - PTN.

### Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 1, de 1962.

(Altera a redação do art. 186 da Constituição, referente a obrigatoriedade de concurso para a investidura em cargo inicial da carreira, instituindo a proibição de nomeações interinas).

Eleita em 10-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Menezes Pimentel — designado em 15-5-1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Leite Neto — designado em ..... 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

João Agripino — designado em 23-4-1963;

Aurélio Vianna — designado em 23-4-1963.

#### Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 783-62, aprovado em 12-12-1963.

#### Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Silvestre Géricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Eurico Rezende — UDN
13. João Agripino — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Aurélio Vianna — PSB.

### Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1962.

(Institui nova discriminação de rendas em favor dos Municípios brasileiros).

Eleita em 23-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Leite Neto — designado em ..... 13-4-1963;

Josaphat Marinho — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em .. 23-4-1963;

#### Prorrogação:

Até 15-12-1962 — Requerimento nº 706-62, aprovado em 12-12-1962.

#### Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD

5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Silvestre Péricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Lino de Mattos — PTN

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1963

(Originário da Câmara dos Deputados)

Que dá nova redação ao § 1º do art. 28 da Constituição Federal (autonomia dos Municípios).

Designação em 22 de outubro de 1963

#### Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD;  
Ruy Carneiro — PSD;  
Wilson Gonçalves — PSD;  
José Feliciano — PSD;  
Lobão da Silveira — PSD;  
Bezerra Neto — PTB;  
Edmundo Levi — PTB;  
Argemiro de Figueiredo — PTB;  
Melo Braga — PTB;  
Milton Campos — UDN;  
Aloysio de Carvalho — UDN;  
Afonso Arinos — UDN;  
Eurico Rezende — UDN;  
Josaphat Marinho (Relator) — Pequenas Representações;  
Aurélio Vianna — Pequenas Representações;  
Júlio Leite (Vice-Presidente) — Pequenas Representações.

### Comissão Especial para estudar a situação da Casa da Moeda.

(7 MEMBROS)

Criada em virtude da aprovação do Requerimento nº 531-63 do Sen. Jefferson de Aguiar, na sessão de 14-8-63.

Designação em 28-8-1963

#### Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
Arthur Virgílio — PTB  
Edmundo Levy — PTB  
Adolpho Franco — UDN  
Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN  
Josaphat Marinho — S/ Legenda

### Comissão Especial para o estudo das causas que dificultam a produção agro-pecuária e suas repercussões negativas na exportação.

(Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 2-8-1963).

(6 MEMBROS)

#### Membros — Partidos

- José Feliciano — PSD  
Siegfredo Pacheco (Vice-Presidente) — PSD  
José Ermírio (Presidente) — PTB  
Lopes da Costa — UDN  
Aurélio Vianna (Relator) — Pequenos Partidos.

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1962.

(Dispõe sobre a data de plebiscito previsto na Emenda Constitucional nº 3).

Eleita em 10-7-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves  
Leite Neto  
João Agripino  
Eurico Rezende e  
Josaphat Marinho (designado em 23-4-1963).

#### Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 787-62, aprovado em 12-12-1962.

#### Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Silvestre Péricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. João Agripino — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Josaphat Marinho — S/legenda

### Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 5 de 1962.

Dá nova redação ao art. 20 da Constituição.

(Determina a entrega aos Municípios de 30% da arrecadação dos Estados quando exceder as rendas municipais).

Eleita em 13-9-1962, salvo os Srs. Senadores.

Wilson Gonçalves  
Leite Neto

Josaphat Marinho

Eurico Resende

Miguel Couto (designado em 23 de abril de 1963).

#### Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 780-62, aprovado em 12-12-62.

#### Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Vago — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Campos — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Eurico Rezende — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Miguel Couto — PPS

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1962.

Altera a redação dos §§ 1º e 3º do art. 60 da Constituição Federal.

(Aumenta para 4 o número de representantes dos Estados e do Distrito Federal no Senado).

Eleita em 13-9-1962, salvo os Srs. Senadores

Josaphat Marinho  
Wilson Gonçalves  
Eurico Resende

Júlio Leite (designado em 23 de abril de 1963).

#### Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 790-62, aprovado em 12-12-1962.

#### Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedito Valladares — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Vago — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Eurico Resende — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Julio Leite — PR

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1962.

Revoga a Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema parlamentar de governo e o art. 61 da Constituição Federal, de 18 de setembro de 1946.

Eleita em 12.12.1962, salvo os Srs Senadores

Wilson Gonçalves

Eurico Rezende

Amaury Silva

Raul Giuberti (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 — Requerimento nº 791-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Ruy Carneiro — PSD
- 3 Pedro Ludovico — PSD
- 4 Wilson Gonçalves — PSD
- 5 Benedicto Valladares — PSD
- 6 Menezes Pimentel — PSD
- 7 Amaury Silva — PTB
- 8 Nogueira da Gama — PTB
- 9 Barroze Carvalho — PTB
- 10 Milton Campos — UDN
- 11 Heribaldo Vieira — UDN
- 12 Eurico Rezende — UDN
- 13 Daniel Krieger — UDN
- 14 João Agripino — UDN
- 15 Mem de Sá — PL
- 16 Raul Giuberti — PSP

### Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 1, de 1963.

Altera a redação do inciso IX do art. 157 da Constituição (referente ao trabalho de menores e mulheres e ao trabalho em indústrias insalubres).

Designada em 23-4-1963

Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Ruy Carneiro — PSD
- 3 Lobão da Silveira — PSD
- 4 Wilson Gonçalves — PSD
- 5 Menezes Pimentel — PSD
- 6 Heribaldo Vieira — PSD
- 7 Amaury Silva — PTB
- 8 Bezerra Neto — PTB
- 9 Vago — PTB
- 10 Silvestre Péricles — PTB
- 11 Arthur Virgílio — PTB
- 12 Eurico Rezende — UDN
- 13 Milton Campos — UDN
- 14 João Agripino — UDN
- 15 Josaphat Marinho — S. legenda
- 16 Aloysio de Carvalho — PL

### Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1963.

Altera os arts. 141, 146 e 147 da Constituição Federal (referente ao direito de propriedade).

Designada em 23-4-1963

Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Ruy Carneiro — PSD
- 3 Lobão da Silveira — PSD
- 4 Wilson Gonçalves — PSD
- 5 Menezes Pimentel — PSD
- 6 Leite Neto — PSD
- 7 Amaury Silva — PTB
- 8 Bezerra Neto — PTB
- 9 Vago — PTB
- 10 Silvestre Péricles — PTB
- 11 Argemiro de Figueiredo — PTB
- 12 Eurico Rezende — UDN
- 13 Milton Campos — UDN
- 14 Daniel Krieger — UDN
- 15 Josaphat Marinho — S. legenda
- 16 Aloysio de Carvalho — PL

### Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1963.

Dá nova redação aos artigos n.ºs 26 e 63 da Constituição Federal (administração do Distrito Federal e matéria da competência privativa do Senado).

Eleita em 2-5-1963

Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Ruy Carneiro — PSD
- 3 Lobão da Silveira — PSD
- 4 Wilson Gonçalves — PSD
- 5 Menezes Pimentel — PSD
- 6 Leite Neto — PSD
- 7 Amaury Silva — PTB
- 8 Bezerra Neto — PTB
- 9 Vago — PTB
- 10 Eduardo Catalão — PTB
- 11 Vasconcelos Torres — PTB
- 12 Eurico Rezende — UDN
- 13 Milton Campos — UDN
- 14 Daniel Krieger — UDN
- 15 Aloysio de Carvalho — Pequenos Partidos
- 16 Josaphat Marinho — Pequenos Partidos

### Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1963.

Dá nova redação aos arts. 44 e 45 da Constituição Federal, para conceder imunidades aos vereadores.

Designada em 20-5-1963

Senadores — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Lobão da Silveira — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Menezes Pimentel — PSD
- Leite Neto — PSD
- Amaury Silva — PTB

Bezerra Neto — PTB

Pinto Ferreira — PTB

Silvestre Péricles — PTB

Adalberto Sena — PTB

Eurico Rezende — UDN

Milton Campos — UDN

João Agripino — UDN

Aloysio de Carvalho — PL

Josaphat Marinho — S.legenda

### Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 5, de 1963.

Dá nova redação ao item II e ao 3º do artigo 19 da Constituição referentes ao imposto de vendas e consignações:

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Ruy Carneiro — PSD
- 3 Lobão da Silveira — PSD
- 4 Wilson Gonçalves — PSD
- 5 Menezes Pimentel — PSD
- 6 Leite Neto — PSD
- 7 Amaury Silva — PTB
- 8 Bezerra Neto — PTB
- 9 Vago — PTB
- 10 Humberto Neder — PTB
- 11 Argemiro de Figueiredo — PTB
- 12 Eurico Rezende — UDN
- 13 Milton Campos — UDN
- 14 Daniel Krieger — UDN
- 15 Aloysio de Carvalho — PL
- 16 Josaphat Marinho — Pequenos Partidos.

### Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.

(Criada em virtude da aprovação em 18-9-1963, sessão extraordinária do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermirio).

(9 MEMBROS)

Membros — Partidos

- José Feliciano — PSD
- Atílio Fontana — PSD
- Eugênio Barros — PSD
- José Ermirio (Relator) — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Melo Braga — PTB
- Lopes da Costa — UDN
- Milton Campos (Presidente) — UDN
- Júlio Leite, Vice-Presidente — Pequenas Representações.

### Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas.

(Criada em virtude da aprovação em 2-8-1963, do Requerimento nº 531-63, do Senador Gouvêa Vieira).

(5 MEMBROS)

Membros — Partidos

- Atílio Fontana (Presidente) — PSD
- José Feliciano (Vice-Presidente) — PSD
- José Ermirio (Relator) — PTB

Adolpho Franco — UDN

Aurélio Vianna — Pequenas Representações.

### Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional.

(6 MEMBROS)

(Criada pela Resolução nº 11-63)

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Leite Neto (Presidente) — PSD
- Nelson Maculan — PTB
- João Agripino (Relator) — UDN
- Josaphat Marinho — Pequenas Representações.

### Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas

(Criada em virtude da aprovação, em 2-8-1963, do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouvêa Vieira)

(5 MEMBROS)

Membros — Partidos

- Atílio Fontana (Presidente) — PSD.
- José Feliciano (Vice-Presidente) — PSD.
- José Ermirio (Relator) — PTB.
- Adolpho Franco — UDN.
- Aurélio Vianna — Pequenas Representações.

### Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.

(Criada em virtude da aprovação, em 18-9-1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 665 de 1963, do Sr. Senador José Ermirio).

(9 MEMBROS)

Membros — Partidos

- José Feliciano — PSD.
- Atílio Fontana — PSD.
- Eugênio Barros — PSD.
- José Ermirio (Relator) — PTB.
- Bezerra Neto — PTB.
- Melo Braga — PTB.
- Lopes da Costa — UDN.
- Milton Campos — Presidente UDN.
- Júlio Leite — Vice-Presidente UDN.
- Pequenas Representações.

Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acêrvos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional

(Criada pela Resolução nº 11 de 1963).

(5 MEMBROS)

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD.  
Leite Neto (Presidente) - PSD.  
Nelson Maculan (Vice-Presidente) - PTB.  
João Aripino (Relator) - UDN.  
Josaphat Marinho - Pequenas Representações.

Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos apontados da tribuna do Senado, na Sessão de 23 de corrente, e outros relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento dos Correios e Telefógrafos.

(Criada em virtude da aprovação em 7-11-1963, sessão extraordinária, da resolução nº 32 de 1963, apresentada pelo Senhor Senador Jefferson de Aguiar e outros Senhores Senadores).  
(Criada pela Resolução nº 32, de 1963)

MEMBROS - PARTIDOS

Presidente: Wilson Gonçalves - PSD  
Vice-Presidente: Leite Neto - PSD  
Relator: Eurico Rezende - UDN  
Jefferson de Aguiar - PSD  
Atilio Fontana - PSD  
Artur Virgílio - PTB  
Bezerra Neto - PTB  
Aurélio Vianna - PTB  
Júlio Leite - PTB

Melo Braga - PTB  
João Aripino - UDN  
Daniel Krieger - UDN

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1963.

Altera o art. 138 da Constituição Federal (inelegibilidades).  
Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD  
Ruy Carneiro - PSD  
Wilson Gonçalves - PSD  
José Feliciano - PSD  
Walfredo Gurgel - PSD  
Argemiro de Figueiredo - PTB  
Bezerra Neto - PTB  
Silvestre Pericles - PTB  
Edmundo Levi - PTB  
Eurico Rezende - UDN  
Milton Campos - UDN  
Aloysio de Carvalho - UDN  
Afonso Arinos - UDN  
Josaphat Marinho - Sem Legenda  
Raul Guberti - Pequenas Representações.  
Júlio Leite - Pequenas Representações.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1963.

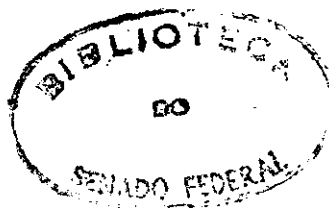
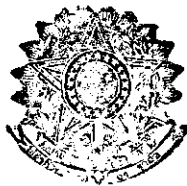
Da nova redação ao § 4º do art. 182 da Constituição Federal (transfere para a reserva ao militar da ativa que se candidatar a cargo eletivo). Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna

Designação em 2-10-1963

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD  
Ruy Carneiro - PSD  
Wilson Gonçalves - PSD  
José Feliciano - PSD  
Walfredo Gurgel - PSD  
Argemiro de Figueiredo - PTB  
Bezerra Neto - PTB  
Silvestre Pericles - PTB  
Edmundo Levi - PTB  
Eurico Rezende - UDN  
Milton Campos - UDN  
Aloysio de Carvalho - UDN  
Afonso Arinos - UDN  
Josaphat Marinho - Sem Legenda  
Raul Guberti - Pequenas Representações.  
Júlio Leite - Pequenas Representações.





# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SECÃO II

ANO XIX -- N.º 13

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 18 DE JANEIRO DE 1964

## SENADO FEDERAL

ATA DA 4ª SESSÃO, EM 17 DE JANEIRO DE 1964

1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA

PRESIDENCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE E JOAQUIM PARENTE

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena.  
Edmundo Levy.  
Sebastião Archer.  
Joaquim Parente.  
Menezes Pimentel.  
Antônio Jucá.  
Dinarte Mariz.  
Argemiro de Figueiredo.  
Ermírio de Moraes.  
Josaphat Marinho.  
Vasconcelos Torres.  
Aurélio Vianna.  
Benedicto Valladares.  
Moura Andrade.  
José Feliciano.  
Pedro Ludovico.  
Filinto Müller.  
Adolpho Franco.  
Daniel Krieger — 19.

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 19 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE OFÍCIO

Do Sr. Governador do Paraná, nos seguintes termos:

Curitiba, 26 de dezembro de 1963. Of. nº 745.

Senhor Presidente:

O Senado Federal, instituição onde se representam, em condições de absoluta igualdade, todos os Estados brasileiros, constituiu-se no próprio símbolo da Federação. E tem sido ele, ao longo de nossa história republicana, o mais fiel defensor dos princípios federativos.

Esta a razão que me leva a dirigir-me a Vossa Excelência, em sua con-

dição de Presidente da Câmara Alta, no momento em que a própria evolução da conjuntura nacional parece favorecer, e cada dia mais rapidamente, o enfraquecimento das instituições basilares da Federação.

E vale salientar que somente através dela, como produto da união de Estados social e economicamente heterogêneos, ainda que culturalmente homogêneos, poderemos alcançar a homogeneidade econômica e social que almejamos.

Essa homogeneidade nunca esteve tão próxima, pelo reconhecimento geral de que o Brasil não pode permanecer com dois terços de sua população na miséria. Paradoxalmente, porém, nunca a Federação esteve tão ameaçada como está agora.

As unidades federadas vêm, dia a dia, perdendo sua autonomia política, como reflexo direto do estrangulamento financeiro que sofrem.

O agravamento do processo inflacionário, elevando os custos de operação das administrações estaduais e os orçamentos de investimento, não encontra proporcionalidade nas arrecadações de cada Estado, baseadas quase totalmente num imposto único, nitidamente regressivo, e que, incidindo principalmente nos bens produzidos em cada Estado, proporciona aos de economia primária uma arrecadação real cada vez menor, pois são exatamente esses produtos os que menos crescem, nos preços, dentro do conjunto inflacionário.

Durante a última década, os Estados procuraram resolver esses problemas através de aumentos sucessivos nas alíquotas de seus impostos, solução agora nitidamente inviável.

Como se isso não bastasse, a Emenda Constitucional I-A, de 1961, retirou dos Estados os impostos territorial rural e de transmissão de propriedade "inter-vivos", reduzindo ainda suas arrecadações e subtraindo-lhes a única arma tributária de que dispunham para executar uma política agrária compatível com suas condições específicas. Foi, não resta dúvida, uma medida justa para os municípios, mas que deveria ter sido compensada em favor das unidades estaduais, como prometido fora naquela oportunidade.

Acrescente-se ainda que a União procura assenhorear-se das terras da Faixa de Fronteira, atingindo diretamente sete unidades da Federação, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Acre, Amazo-

nas e Pará, restringindo-lhes a autonomia e a autonomia.

De outra parte a instituição do salário móvel, como arma de defesa das classes assalariadas frente à inflação, se adotada pela União em relação a seus servidores, obrigará os Estados a fazê-lo, destruindo talvez definitivamente, todas as possibilidades de solvência que ainda possuem. Certo, pois, seria aprová-lo como medida justa que é mas somente após ser garantida aos Estados compensação financeira que lhes permita adotá-lo.

Não quero alongar-me em outras considerações. O assunto é bem conhecido, tanto por Vossa Excelência como por todos os eminentes Senadores da República e, principalmente, por aqueles que a enfrentam como um pesadelo diário, no esforço de cumprir, e cumprir bem, o mandato que o povo lhes confiou à frente dos destinos de cada Estado.

E' nesse sentido que apelo a Vossa Excelência, Presidente dessa insigne Casa, para que, compreendendo como sei que compreende a magnitude exata do perigo que ameaça os fundamentos da Federação, participe dessa luta e, dentro de suas elevadas atribuições, consiga para os Estados brasileiros aquilo que todos pedem, que necessitam e que lhes foi prometido quando da aprovação da Emenda Constitucional I-A: uma nova distribuição de rendas entre as três escalas do Poder Público: União, Estados e Municípios.

Sabemos que um dos pressupostos fundamentais que informaram o capítulo constitucional da discriminação de rendas foi o da estabilidade do poder aquisitivo da moeda nacional.

Tal pressuposto, entretanto, não mais subsiste, face à inflação que a todos nos assoberba, frustrando todos os esforços tendentes a equilibrar os orçamentos públicos estaduais.

A União ainda resta o recurso extremo das emissões de papel-moeda, enquanto aos Estados não resta outra alternativa senão a de apelar para o auxílio financeiro federal.

Uma nova discriminação das rendas públicas se impõe, Senhor Presidente, de maneira a preservar a autonomia financeira dos Estados federados, proporcionando-lhes novos campos tributários ou transferindo-lhes a competência para a arrecadação de tributos ora afetos à órbita federal.

Estou convicto de que somente dessa maneira será possível salvaguardar-se a unidade federativa. Só as-

sim não veremos os Estados como possuíantes de favores da União, mas como células vivas e atuantes, trabalhando com consciência pelo engrandecimento do Brasil e de seu povo.

Nesta oportunidade, antecipando meus agradecimentos por sua honrosa atenção, renovo a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço, e melhor consideração. — Ney Braga, Governador do Paraná.

O SR. PRESIDENTE:

O documento que acaba de ser lido, de autoria do Governador do Estado do Paraná, focaliza a angustiante situação em que se vêm os Estados em decorrência da inflação, salientando o que há de perigoso para a Federação nesse progressivo enfraquecimento das Unidades Federais, abrangidas, em suas Unidades Federadas, abrangidas, em sua maioria, a viver como postulantes dos favores da União, dia a dia perdendo sua autonomia política, como reflexo direto do estrangulamento financeiro que sofrem.

Concita-me o Governador do Estado do Paraná a que, na qualidade de Presidente do Senado Instituição onde se representam, em condições de absoluta igualdade, todos os Estados brasileiros, tome as iniciativas urgentes a uma nova distribuição de rendas públicas, capaz de proporcionar aos Estados federados novos campos tributários.

O apelo do Chefe do Executivo paranaense deve suscitar, em quantos tenham responsabilidades nos destinos do país, uma profunda meditação. Não é de hoje que se verifica a necessidade de criar, com urgência, em todos os brasileiros, a mentalidade de horror à inflação. O ofício em apreço retrata em cores vivas um dos aspectos mais graves do problema inflacionário brasileiro — a sua ação destrutiva sobre a estrutura político-administrativa do país.

E' meu intuito pedir para o assunto a especial consideração e os subsídios dos Senadores Governadores de Estado, de modo a que, através de suas experiências, provoquem uma perfeita fundamentação ao procedimento que deva vir a ser adotado.

Assim sendo, esta Presidência irá oficiar a todos os Srs. Governadores de Estado, solicitando-lhes que se pronunciem sobre a mensagem do Governador do Estado paranaense.

Há oradores inscritos. Tem a palavra o nobre Senador Edmundo Lévi.

SR. EDMUNDO LEVY:

(Sem revisão do orador) — Sr.

Presidente, volto ao tema de ontem, que será a constante da minha ação nesta Casa, — a Amazônia.

No momento, a minha região sofre as consequências da política errada do Banco de Crédito da Amazônia, cuja atuação vem estrangulando a economia regional pondo em desastrosa situação todos os que desenvolvem atividades nas plagas amazônicas, criando o desânimo nas populações e o desacerto de orientação dos governos locais.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, é comum a todos os Partidos que indivíduos sem uma filosofia, e sequer sem um compromisso partidário, se apeguem a homem de boa fé, homens imbuidos do melhor propósito de servir a pátria, e ilaqueando a boa fé desses homens, se façam passar por patriotas interessados nos magnos problemas que afligem as populações brasileiras.

Na Amazônia, ocorre precisamente isto, no momento. Pertencem a um Partido cujos representantes nesta Casa verberam, constantemente, o desacerto de determinados órgãos que tem atividades principais naquela região.

O Banco de Crédito da Amazônia está sob uma direção que vem fazendo criminosamente as suas finalidades verdadeiras. A Amazônia ainda se mantém sob duas vigas mestras de economia — a da borracha e da juta. Entretanto, a instituição que tem por finalidade precípua hematar e fortalecer a indústria da borracha e outras praticadas na Amazônia — o Banco de Crédito da Amazônia — ao invés de cumprir seus verdadeiros destinos, está criminosamente estrangulando todas as iniciativas e desviando seus recursos para outras finalidades, deixando ao completo abandono as produções de borracha e de juta.

O Banco de Crédito da Amazônia não tem recurso para cobrir um pequeno saque sequer. Vi, em Manaus, comerciantes em situação de desespero, recorrendo a agiotas, pagando até 10% de juros ao mês, para liquidar títulos vencidos. Entretanto, possuem borracha estocada nos armazéns do Banco no valor de centenas de milhões de cruzeiros; emitem cheques contra o Banco sem que este os possa descontar.

Há dias, testemunhei um comerciante entregar ao Banco de Crédito da Amazônia 160 toneladas de borracha, no valor de cerca de Cr\$ 100.000.000,00. Precizando de 30 milhões para saldar compromissos de títulos vencidos, o Banco negou-se a atendê-lo alegando falta de recursos.

Em Itacoatiara há mais de 800 toneladas de borracha estocada. E os comerciantes que entregam a sua borracha não recebem pagamento. Acontece ainda coisa pior: a borracha só é cortada e classificada depois de pagos os impostos devidos à Fazenda Estadual. Daí se virem forçados os comerciantes que entregam a sua borracha ao Banco, a emitirem cheques contra o estabelecimento, para atender a tais compromissos. O Banco nega-se sistematicamente a descontar esses cheques e a borracha continua estocada, causando grande prejuízo ao produtor primário, ao extrator da borracha — o seringueiro — e ao seringalista, e nenhuma providência é tomada.

Desviou o Banco da Amazônia, segundo estou informado, vultosa importância para finalidades completamente diversas daquelas que constituíram o objetivo da sua instituição. Cregou ao ponto de entregar grandes importâncias a firmas que nada têm a ver com a atividade econômica da Região, para renovarem estoque de bu-

# EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

### DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

#### ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONARIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 50,00	Semestre .....	Cr\$ 39,00
Ano .....	Cr\$ 96,00	Ano .....	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano .....	Cr\$ 136,00	Ano .....	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

tiques, deixando o extrator de borracha completamente abandonado.

No ano passado por influência do Ilustre Senador José Ermirio de Moraes e do então Senador, nosso pranteado colega José Kairala, o Banco recebeu dos cofres públicos, do Tesouro Nacional, o suprimento de Cr\$ 2.700.000,00 de cruzeiros. Entretanto só a uma firma — e, segundo dizem há interesse de certos participantes da administração do Banco — o Banco entregou Cr\$ 1.200.000.000,00.

A Região ficou completamente desprovida. Além desse desvio de numerário destinado a Região, a Direção do Banco apareceu como uma espécie de protetor do plantador da juta. Fundou mais de sessenta Cooperativas, das quais cerca de quarenta no Pará e as demais em outras regiões.

Exige, entretanto, a direção do Banco que todo aquele que se associa às Cooperativas faça uma declaração, assumindo a obrigação de desvincular-se de qualquer organização ou compromisso partidário. Na realidade, o que a direção do Banco está fazendo, no momento é organizar núcleos políticos a fim de que seu Presidente se faça eleger para um cargo público, dentro de alguns anos.

Essa política está trazendo em consequência a debacção da economia regional.

Pois não será possível manter essas Cooperativas, dado o volume de recursos necessários para financiá-las. Tal procedimento está levando o completo desânimo aos juzeiros e seringueiros, e as consequências se irão sentir não só sobre a economia regional mas, ainda sobre a economia do país e a própria segurança nacional.

A juta cultivada na Amazônia economiza milhões de dólares para o Brasil, assim como a borracha, em bora ainda insuficiente para a demanda nacional.

Essa política errônea, que a direção do Banco vem seguindo, provocará sem dúvida a baixa da produção, reduzirá os estoques e, consequentemente, obrigará o Brasil a exportar mais borracha e a importar juta para atender às necessidades da fabricação de sacaria para a exportação do café.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho conhecimento de fatos e, inclusive, de nomes que poderia citar, envolvidos em transações escusas, praticadas pela presidência do Banco de Crédito da Amazônia. Entretanto, não quero decliná-los; apenas trazer essa denúncia a Casa, a fim de alertar os poderes públicos contra o crime que se pratica atualmente contra a Amazônia e contra o Brasil a fim de que amanhã não soframos as consequências danosas de todos esses desmandos.

O Sr. Aurélio Viana — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVY — Com prazer.

O Sr. Aurélio Viana — Quem nomeia o presidente do Banco de Crédito da Amazônia?

O SR. EDMUNDO LEVY — Senador Aurélio Viana, em todos os Partidos existem indivíduos sem idealismo e sem compromissos. Aparentam ser homens respeitáveis e capazes de serem aproveitados por aqueles que, estando no poder, desejam realmente realizar algo em benefício da sua pátria, da sua região. Esses homens de boa fé aceitam a colaboração de pretensos indivíduos sérios e decentes. O Presidente do Banco de Crédito da Amazônia, sociedade de economia mista cujo maior capital é da União, é, inevitavelmente, nomea-

do pelo Presidente da República, através de seu representante.

O Sr. Aurélio Viana — Se os três Senadores da República, pelo Amazonas, são do Partido, segundo creio, do Presidente da República, se a maioria da Bancada Federal da Câmara dos Deputados, também pertence ao Partido do Presidente da República, se V. Ex.ª declara que possui dados e informações concretas que comprovam a desonestidade, a parcialidade, a desídia do Presidente do Banco de Crédito da Amazônia, acredito que ele já estará demitido a esta hora, porque o Presidente da República não deixará de acreditar nos seus correligionários, nos seus sustentáculos políticos, para acreditar num homem contra o qual V. Ex.ª profere um discurso que deverá ter, na Amazônia particularmente, uma repercussão tremenda e que alerta a Nação brasileira para fatos que comprometem, inclusive, uma administração.

O SR. EDMUNDO LEVY — Ilustre Senador Aurélio Viana, até bem pouco tempo eu também participava do conceito que todos fazem a respeito do atual Presidente do Banco de Crédito da Amazônia. Tinha nele um homem capaz, um bancário consciencioso, competente, zeloso e honesto. Entretanto, em face do que observei, das informações que obtive agora, nesta minha viagem, é que venho fazer esta denúncia de público, para alertar esta Casa e os outros poderes da República.

Quero, inclusive, dizer a V. Ex.ª que soube agora — já tinha ouvido rumores que uma inspeção, feita pela SUMOC comprovou o verdadeiro crime praticado pela Presidência do Banco de Crédito da Amazônia. Segundo estou informado, o Ilustre Senador Oscar Passos requereu à Casa cópia desta inspeção, a qual até hoje não foi fornecida, porque dizem ser de tal significação o que a SUMOC apurou, que sua revelação causaria até um abalo nas nossas instituições políticas!

Eu, pessoalmente, até que me dou muito bem com o Presidente daquele estabelecimento de crédito oficial. Nada tenho contra S. Sr.ª; preocupo-me, entretanto, como brasileiro, como amazonense, como filho daquela região que quer vê-la integrada no seu verdadeiro destino dentro da comunidade brasileira. Práticas como essas levam aquela gente ao desespero de desejar, como ouvi, inclusive que o estrangeiro ainda ali estivesse, exercendo atividades que, embora nocivas aos interesses nacionais, os salvavam de tanta miséria.

O Sr. Aurélio Viana — Permite V. Ex.ª mais um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVY — Pois não!

O Sr. Aurélio Viana — A impressão que nós tínhamos sobre o Banco de Crédito da Amazônia era a de que ele se encontrava numa situação verdadeiramente privilegiada, porque aqui mesmo, em Brasília, se os meus olhos não se enganam, constrói esse Banco uma sede suntuosa.

O SR. EDMUNDO LEVY — Exato! O Sr. Aurélio Viana — O Banco de Crédito da Amazônia constrói em Brasília, Capital da República, uma sede, repito, suntuosa, dando-nos a impressão de que a sua administração elevava de tal modo o seu crédito; trouxera para ele depósitos tão vultosos, estabelecera relações tão profundas com os seus depositantes e os seus devedores, que podia realizar um monumento como aquele que aqui se encontra, honrando os meios bancários e o crédito bancário deste País. Causa-nos surpresa o fato de, contra o pensamento da Bancada, contra o pensamento dos líderes e do Governo da Amazônia, estar à frente daquele estabelecimento de crédito um cidadão que vem comprometendo a administração, inclusive da própria União.

o bom nome do Presidente da República.

O SR. EDMUNDO LEVY — Exato. O Sr. Aurélio Viana — Este, na verdade e em última análise, se o mantém ali, é porque lhe dá o seu apoio. Acreditado que V. Ex.<sup>a</sup>, da bancada do P.T.B., já se dirigiram ou se estão dirigindo ao Presidente da República, a fim de que S. Ex.<sup>a</sup> haja, e imediatamente, recuperando o crédito e evitando o nome desse estabelecimento de crédito, que era uma esperança para a Amazônia e que hoje causa uma decepção tão grande, deixando-se esta última expressão das palavras que V. Ex.<sup>a</sup> vem pronunciando. Acreditado que o Sr. Presidente da República irá intervir.

O SR. EDMUNDO LEVY — Também tenho esta esperança. E justamente por isso que estou fazendo a denúncia nesta Casa, a fim de que, não só a Bancada da Amazônia, mas todos aqueles que têm interesse na hegemonia do Brasil na Amazônia, possam colaborar conosco, no sentido de colocar o Banco de Crédito da Amazônia dentro de uma linha moral, capaz de merecer a confiança de todos quantos queiram trabalhar ordenadamente, decentemente, honestamente, pelo progresso daquela região.

O fato que V. Ex.<sup>a</sup> apontou, de estar construindo aqui o Banco de Crédito da Amazônia, uma bela sede, dá realmente essa ideia. Quero adiantar a V. Ex.<sup>a</sup> que o Banco tem sofrido tropeços, mas vinha recuperando, entretanto, a confiança do povo. Em face, contudo, do que veio à tona agora, do que se está expondo, do que se fala na região, há uma retração completa. A tal ponto, Sr. Senador Aurélio Viana, que quarta ou quinta-feira passou o serviço de compensação de depósitos nos demais bancos, contra o Banco de Crédito da Amazônia, chegou ao montante aproximado de Cr\$ 87.000.000, porque o Banco não pôde atender. É um banco teve de fechar Cr\$ 37.000.000. Assim, a realidade praticamente estendeu seu montante sobre a região amazônica.

A borracha vai sofrer as consequências inevitáveis do desmando dessa falta de orientação. Digo mais a V. Ex.<sup>a</sup>: o próprio Governador do Estado do Amazonas, que é amigo pessoal do atual Presidente do Banco e do quem aliás é até comprador, consente que seu jornal, o *Trabalhista* flizze uma análise séria, acusando o Presidente do Banco desses desmandos, em face de um telegrama em que a Associação Comercial pedira ao Sr. Ministro da Fazenda recorrer para a região.

Mas todos estamos realmente pedindo socorro, mas queremos, antes de mais nada, seja feito um policiamento dentro do Banco, para evitar que esses recursos, que serão canalizados, essencialmente para a Amazônia, não sejam novamente desviados dos seus verdadeiros fins ou, pior ainda, para objetivos que no momento não posso denunciar a esta Casa, porque ainda não disponho da necessária comprovação.

Mas, se necessário for, poderei constituição de uma Comissão de Inquérito a esta Casa, para examinar o que lá se passa, que é um verdadeiro crime contra a economia nacional, contra a segurança nacional.

Respondendo o que se passa na Amazônia neste momento, em face da política errônea, criminosa, da Presidência do Banco de Crédito da Amazônia, quero alertar os poderes públicos. — O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, o Sr. Ministro da Fazenda e o Sr. Presidente do Banco do Brasil — para que tomem as providências necessárias imediatas, afastando dentro da sua esfera, o atual Presidente do Banco de Crédito da Amazônia e tornando uma verdadeira comissão de inquérito, para punir os culpados e colocar aquela estabele-

mento, realmente, a serviço da região.

Este o apelo que formulei ao Senhor Presidente da República, em primeiro lugar, e aos seus colaboradores imediatos — o Sr. Ministro da Fazenda e o Sr. Presidente do Banco do Brasil. *(Muito bem! Muito bem! Palmas)*.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES:

*(Não foi revisto pelo orador)* — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que me traz à tribuna é, principalmente, o problema do pagamento do décimo terceiro salário aos funcionários civis, militares e autárquicos da União, defendendo a mensagem que a esse respeito foi enviada pelo Senhor Presidente da República ao Congresso Nacional muito antes da vigília cívica.

Quero salientar que essa inovação na vida salarial do País visou apenas a transformar em lei aquilo que já representava uma tradição, tanto nas empresas particulares, como no próprio Governo. Em diferentes épocas e sob nomes diversos, pagava-se uma gratificação extraordinária, ora sob o nome de abono, de natalina, de gratificação extra, ou de salário adicional, até que a lei consagrou um dispositivo determinando que as empresas particulares, mesmo aquelas que já davam o benefício, pagassem obrigatoriamente esse adicional de salário. O que não era justo, o que não podia ser justo e o que era até incompreensivo, é que o Governo determinasse nos particulares a obrigatoriedade desse pagamento e ele, Governo, se eximisse dessa responsabilidade.

Criou-se inequivocamente uma desigualdade nessa conturbada vida salarial do País, porque determinados grupos percebiam as vantagens e outros grupos, também pertencentes ao Governo, eram completamente abandonados quanto ao benefício que a lei determinara.

Os Srs. Senadores sabem que há funcionários do Governo com serviços de natureza igual, cuja vida administrativa é regida de maneira diversa. É o caso, por exemplo, da Estrada de Ferro Leopoldina e da Estrada de Ferro Central do Brasil, uma se regendo pela Consolidação das Leis do Trabalho, outra pelo Estatuto dos Funcionários.

Enquanto um ferroviário recebia o 13º salário, outro, com serviço de natureza igual, não recebia esse justo benefício. O Governo não tinha outra saída se não reconhecer — e quanto antes que todos deviam receber o 13º salário.

Quero dizer, não propriamente ao Senado, mas ao Congresso, que o retardamento do exame dessa proposição está nos deixando a descoberto perante os trabalhadores do Governo e perante os funcionários civis, militares e autárquicos da União.

Outro sentido não tem minha presença na tribuna senão deprecar, da Câmara dos Deputados, o exame urgente dessa matéria.

Quando ontem se reuniu o Colégio de Líderes, na outra Casa do Congresso, várias proposições obtiveram caráter prioritário e não I, nem ouvi pelo rádio, que a mensagem do Presidente da República, concedendo o décimo terceiro salário aos funcionários civis, autárquicos e militares da União tivesse sido sequer examinada por aquele colegiado, de tanta importância na vida parlamentar do País.

Como, porém, poder os dialogar de uma Casa para outra e nos confraternizar por inteiro, entendi que não teria outra alternativa senão a de tornar público o apelo que, entendo, já não mais pertence aos funcionários e aos trabalhadores, mas a nós congressistas, para demonstrarmos

que, nesta convocação extraordinária do Congresso, assunto de tanta magnitude venha a ser apreciado, primeiro lá, aonde foi endereçada a mensagem, e, em seguida, aqui, para que alivemos essas graves tensões, de uma crise fictícia que vai se esboçando, mas que, Sr. Presidente, poderá ser debelada com a aprovação, por parte do Congresso Nacional, dessa justa reivindicação.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Com muito prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Segundo ouvi em notícia hoje irradiada, o Colégio de Líderes da Câmara, ao reunir-se ontem, entre as matérias de que tratou, incluiu mensagem governamental relativa ao estabelecimento do salário-móvel, e se não estou enganado é precisamente esta mensagem que o Governo cogita também do estabelecimento do décimo-terceiro mês para os funcionários públicos.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Pois não!

O Sr. Josaphat Marinho — A notícia acrescentava que nessa reunião os Líderes haviam combinado dar precedência também a esta mensagem, para o seu pronto exame naquela Casa do Congresso Nacional.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Foi isso que desejei e V. Ex.<sup>a</sup> viu com que cautela falei a respeito, dizendo especificamente que não ouvira nem lera nada a respeito do décimo-terceiro salário. No entanto, o décimo-terceiro salário é inadiável, é uma realidade, se não for atendida, passará a ser uma desigualdade que fere o princípio constitucional do que "todos são iguais perante a Lei" e que para trabalhos iguais, necessariamente tem que haver remunerações iguais.

Quanto ao salário-móvel, sobre o qual falou o meu nobre colega — faço questão sempre de dizer com orgulho para mim — mestre, Senador Josaphat Marinho...

O Sr. Josaphat Marinho — Bondade de V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. VASCONCELOS TORRES — ... poderá o 13º salário vir na garupa dessa proposição.

Mas, o que me move nesta tribuna é justamente a precedência, para que eliminemos crises, muitas vezes artificiais, que podem, perfeitamente, com o concurso do Senado e da Câmara dos Deputados, ser resolvidas.

O salário-móvel, Sr. Presidente e Srs. Senadores, será uma conquista também que evitará muitos distúrbios sociais em evolução neste País; Mas o 13º salário tem que ser desatado dessa proposição de urgência, já que assistimos, no dia de ontem, o primeiro movimento, neste País, do funcionalismo público da União, em uma greve de advertência. O Poder Legislativo poderá, ele próprio, dar o exemplo, concedendo o 13º salário a seus funcionários, tanto da Câmara quanto o do Senado, para que se fixe uma posição de conceito ideológico relativamente a essa matéria ideológica. — Isso quer dizer — no sentido de Direito Trabalhista e Administrativo.

Apelo para a Câmara dos Deputados, no sentido de que não leve mais graveto à fogueira que começa a fumar neste País. O Congresso bem poderá fazer o papel de bombeiro: chegar de manueira em punho e evitar que a colúmbide se alastre. Isto porque o Congresso, que tanto prezamos e defendemos, tem sido posição destacada nestes acontecimentos, tem grande parcela de culpa, — é inercial — na agitação em que o Brasil vive neste instante.

Ninguém me poderá contestar, se bem que a essa comissão não seja intencional, mas decorrente da natureza do funcionamento do Poder Legislativo e principalmente numa comissão que continua sendo um boato.

Capital onde, no ano passado, nada se construiu e que não foi consolidada; pelo contrário, foi mais esvaziada do que das outras vezes. Capital onde apenas o Congresso precariamente se reúne, onde o Poder Judiciário cumpre o seu dever, mas sem e necessária cobertura, e para onde o Poder Executivo, por motivos que me dispense de enumerar, não pede ainda se transferir e, se que ma parece, não quer nem pensa em transferir, dadas as condições econômicas que atravessamos, os órgãos que, realmente, fariam de Brasília a Capital do País. A verdade é que, enquanto o Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil continuarem na Guanabara, será apenas um boato geográfico.

O Sr. Edmundo Levy — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte? *(Assentimento do orador)* — V. Ex.<sup>a</sup> fere com muita propriedade, a situação da Capital, mas, na realidade se não há funcionamento do Executivo é porque nunca houve um planejamento para a mudança dos principais órgãos da Administração federal para esta cidade. Em verdade, se deixarmos a mentalidade centralizante de Administração e partirmos para a descentralização na execução centralizados exclusivamente sobre uma orientação poderíamos, em pouco tempo, fazer Brasília funcionar, realmente, como Capital da República. É preciso, entretanto, que se elimine, de uma vez por todas, aquele velho vício de D. João VI para quem apenas o Rio de Janeiro se poderia fazer alguma coisa, depois de Portugal. De sorte que, se tomarmos providências para que se faça um trabalho descentralizante na execução dos diversos serviços que se estendem por todo o País, deixando a Capital apenas a orientação, poderemos trazer do Executivo — também seu funcionário do Executivo e estar em Brasília desde 1933 — elementos suficientes para executar a orientação dos serviços, e execução em todo o critério nacional. Mas, enquanto persistirmos numa centralização excessiva, neste egocentrismo de capital, o Brasil não poderá expandir-se, otará sempre amarrado, porque até para admitir um servente no Território de Foz de Iguaçu, por exemplo, é necessário a autorização do Presidente da República. Descentralizando a execução dos serviços e ficando apenas a orientação na Capital, então funcionará todos os órgãos aqui, porque já há condições suficientes para o funcionamento, desde que se planeje.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Tomo o aparte de V. Ex.<sup>a</sup> como uma colaboração. V. Ex.<sup>a</sup> disse que não se planejou, e está certo. Não se planejou por completo a transferência da Capital em caráter definitivo, e é por isso que Congressistas, vendo diluídas as suas atividades parlamentares, já se levantam até no sentido da volta da Capital para o Rio de Janeiro.

Fala-se fortemente, e bate-se no peito, que Brasília é irreversível; que perante o mundo civilizado seria um grande erro o retorno da Capital. Mas, o que é preferível? Dar uma satisfação a esse mundo civilizado e ficar com uma capital que não funciona, ou voltar para uma outra que já foi a Capital e onde todo poder está realmente concentrado?

Zu não me filio à corrente dos que amam Brasília, sou apenas um conformado com Brasília. Quando fui eleito, primeiro Deputado Federal e, depois Senador da República sabia, perfeitamente, que aqui teria que cumprir com meu dever. Se pretendes permanecer no meu Estado não me teria candidatado à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal. Mas, aqui vendo que a diluição do poder



trabalho é um fato irretorquível, irrefutável.

Começa pelo isolamento. Qual o Deputado ou Senador que não deseja chegar a sua atividade ao conhecimento de seus representados? Entretanto chega, Sr. Presidente? Não. Chega quando há um acontecimento maior; o Senado ficou conhecido em Brasília, lamentavelmente, depois de um acontecimento triste que não quero lembrar neste instante.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Com todo prazer.

O Sr. Pedro Ludovico — Permita-me V. Ex. lembrar que Brasília não foi construída para a atualidade. Nenhuma cidade construída para ser metrópole de um País, o foi para ficar pronta em cinco, seis ou oito anos. Temos exemplos na Austrália, na Turquia, com Ankara e Camberra que demoraram a se tornar centros populosos, com todas as condições de conforto desejáveis. O que acontece é que há senadores e deputados cujas famílias não querem ficar aqui; estão acostumados a grandes centros, como São Paulo e Rio; então, ficam nesse vai-e-vem de Brasília-Rio-Brasília ou Brasília-São Paulo-Brasília etc. Entendo que aqueles que se não conformarem com Brasília, devam renunciar aos mandatos em vez de pretenderem impor sua vontade, em benefício pessoal ou de suas famílias. Brasília tem significação muito mais profunda. Brasília representa a civilização neste Centro-Oeste imenso, de grandes possibilidades, tanto no reino vegetal, como no mineral e animal. Somente num futuro de vinte ou trinta anos o brasileiro vai ver o que representa Brasília para a sua economia e a civilização do país. Não podemos estar à mercê do gosto de homens, de deputados ou senadores que, por não suportarem uma vida mais pacata em Brasília, querem que a Capital da República volte para o Rio de Janeiro. Isso é um absurdo, absurdo que não se consumará. Seria até o caso de se fazer uma revolução para impedir que assim fosse.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Foi não!

Sr. Presidente, as palavras do meu prezado colega e amigo senador Pedro Ludovico, neste caso, não se dirigem a mim de maneira nenhuma. Primeiro, porque não moro no Rio de Janeiro nem em São Paulo; segundo, porque a pacata de Brasília não me irrita. Pelo contrário, faz com que repouse aqui nesta fazenda federal, onde nem sequer o canto de pássaros se ouve, nem o canto do galo, nem mugido de vaca.

O Sr. Pedro Ludovico — Já se ouve muito; é que V. Ex. fica confinado do seu apartamento.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Eu não tenho pássaro nem gado; e aqui não cresce nada, nem tiririca.

O Sr. Pedro Ludovico — V. Ex. está inteiramente enganado! Uma comissão americana estudou o terreno de Brasília e chegou à conclusão de que a terra aqui é muito boa, melhor até do que a de muitos outros lugares do Brasil.

O Sr. Filinto Müller — Em minha mansão, a quinze minutos do Senado, se V. Ex. quiser saindo daqui eu lhe mostrarei pássaros, roseiras cobertas de rosas, laranjeiras crescidas, macieiras, pereiras e outras árvores frutíferas. Devo dizer a V. Ex. que comi manga colhida por mim, nessa mansão.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Manga, eu acredito.

O Sr. Filinto Müller — Se V. Ex. plantar, a terra dará; se não plantar não colherá.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Não sou contra Brasília:

O Sr. Pedro Ludovico — Parece que é.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Sou até a favor da consolidação de Brasília. Tenho, porém, de ser sincero ao transmitir a opinião de quem não vive em São Paulo nem na Guanabara e que se transferiu com a família para cá, como eu.

Sr. Presidente, a questão é plantação! Será que o nobre senador Filinto Müller não viu, como eu vi — repetindo Camões: "com os nossos olhos vistos" — caminhões e mais caminhões carregando terra preta, que se dizia adubo para fazer nascer grama do Eixo Rodoviário e nos jardins dos Institutos? V. Ex. viu porque se transferiu para cá, como eu me transferi — S. Exa. Senador, e eu Deputado Federal. Vimos caminhões carregados...

O Sr. Filinto Müller — Sim, mas de adubos.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Adubos para plantar capim?!

O Sr. Filinto Müller — V. Ex. quer que a terra dê, sem ser preparada e adubada? Em todos os lugares do mundo V. Ex. vê isso. Na Espanha — sem contar a Rússia — que é o segundo produtor de trigo da Europa, todo o trigo é fruto da adubação, trigo é fruto do trabalho humano. As terras que melhor produzem são as convenientemente preparadas. Eminentemente colega, os gramados da Inglaterra são preparados com adubo, também.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Não discuto essa parte. O adubo tem que ser concentrado na terra, para produção. Mas adubo que, no primeiro pé de vento ou na primeira chuva, desaparece pela porosidade da terra, não é adubo coisa nenhuma. Peço ao eminente colega, a quem tanto admiro e prezo, que atente para a minha sinceridade. Não estou querendo que Brasília se esvazie mais do que já se encontra esvaziada. Estou apenas argumentando diante de uma realidade que todos sentem e que ninguém pode contestar. Vieram os caminhões com terra preta que aí foi colocada, e não serviu para nada porque veio adubo para plantar-se capim, e nem capim nasceu.

Acredito que na mansão do nobre senador Filinto Müller haja roseiras, como acredito que os espinhos sejam maiores que as rosas. Plantar roseiras deve ser um hobby para S. Ex. Os políticos brasileiros estão plantando roseiras... E S. Ex. deve ter roseiras a custo de sacrifício. Mas, é um deleite para S. Exa.

O Sr. Filinto Müller — Verifico que V. Ex., no pouco tempo que passa em Brasília vive no seu apartamento, e daí sai apenas para o Senado. V. Exa. não conhece Brasília.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Realmente, aqui não passo os sábados e domingos; sempre vou a Anápolis, Goiânia ou para o meu Estado.

O Sr. Filinto Müller — Digo mais a V. Exa. Não é sacrifício nenhum, mostrar a V. Exa. Para mim seria um prazer imenso gozar da companhia de V. Exa.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Eu preciso ver uma rosa. Na mansão de V. Exa. tem capim, tem passarinhos?

O Sr. Filinto Müller — Capim temos, mas é fruto de trabalho.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Trabalho em que V. Exa. empreza capital não compensador.

O Sr. Filinto Müller — E' trabalho pessoal meu. Só tenho um empregado.

O SR. VASCONCELOS TORRES — E' a técnica matogrossense aplicada em Brasília.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — V. Exa. perdoe, quero apenas citar um exemplo de que a Capital não foi planejada. Eu já me disse um conformado com Brasília, não um apaixonado, evidentemente. Quando fui eleito, sabia que tinha que vir para aqui, seja como deputado, seja como senador. V. Exa. não me verá como primeiro signatário de nenhum requerimento, de nenhum projeto, pedindo a volta da Capital para o Rio. Quero ver Brasília consolidada! O que V. Exa. não pode contestar é que, no ano passado, nada se fez para consolidar Brasília!

O Sr. Pedro Ludovico — Exato.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Mas por que?

Por que não agiram como aquele Governador de Goiás, de coragem, sem demagogia, sem dinheiro, sem nada e com idealismo, e não colocaram Brasília numa zona, numa área que não esta coroa estéril que aí está?

O Sr. Pedro Ludovico — Mas levei dez anos para consolidar Goiânia.

O SR. VASCONCELOS TORRES — E fez. V. Exa. sabe que Goiânia já nasceu vitoriosa. E Brasília?

V. Ex., nobre Senador, Governador de Estado sem recursos, fez Goiânia. Compareci à inauguração de Goiânia, mas já consolidada porque lá estava o Palácio do Governo, lá estavam transferidas, as Secretarias do Estado; lá havia o jornal, o cinema, V. Exa. teve o cuidado de mandar examinar as condições ecológicas e topográficas da região para que Goiânia se tornasse não um centro apenas administrativo, mas também uma Capital econômica pois para lá começaram a ir algumas indústrias. E Brasília? Que indústria pode haver aqui?

O Sr. Pedro Ludovico — Mas lá foi feita uma cidade industrial.

O SR. VASCONCELOS TORRES — A inauguração de Goiânia é uma crítica a Brasília. Não estou contra Brasília. Quero que V. Exa. veja que é preferível, enquanto é tempo, articular a crítica internacional e voltarmos ao ponto de origem, a ficarmos aqui errados, como errados estamos, sem nada fazer a não ser proferir discursos, elaborar projetos e, agora, com a "Hora do Brasil" a dar essas notícias. Fora disso, Brasília é aquilo que disse e repito: um boato geográfico e nada mais.

O Sr. Pedro Ludovico — V. Exa. há de convir que os engenheiros escolheram local há mais de 50 anos, ainda no Governo Epitácio Pessoa. Foi disso incumbida a Comissão Cruls.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Escolheram muito mal. Os engenheiros também erram.

O Sr. Pedro Ludovico — Sem estradas de rodagem, veio a Comissão para aqui a cavalo, palmilhando todos esses cantos. Terá errado? Outra comissão também composta de engenheiros e técnicos ilustres do Brasil, ratificou a escolha. Será que esses homens erraram?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Senador, os engenheiros também erram. Se não errassem, teriam que ir para o altar, seriam santos.

Ainda agora leio nos jornais que os melhores arquitetos de Paris construíram um edifício com todas as previsões técnicas e o edifício ruíu; navios, como o "Titanic" e outros, construídos quase com infalibilidade técnica, naufragaram.

O Sr. Pedro Ludovico — Queria dizer a V. Exa...

O SR. VASCONCELOS TORRES — Estou elogiando V. Exa., pela construção de Goiânia. O fato de se construir um pouco mais para Aná-

polis ou um pouco mais para Goiânia, não faz diferença. Brasília, inclusive, não fez com que Minas Gerais crescesse. Passou a ser uma espécie de subúrbio de São Paulo. — e longa distância, mas é. O leite que V. Exa. toma, a alicce que V. Exa. come aqui vem de São Paulo.

O Sr. Pedro Ludovico — V. Exa. tem razão. Goiânia é terra de primeira qualidade. As margens de Goiânia, numa extensão de mais de 250 km, também se constituem de terrenos e matas de primeira qualidade.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Só quero frisar que a aridez de Brasília também contribui enormemente para esse esvaziamento crescente, já não de ordem política apenas, mas de ordem econômica e social.

Aqui, V. Exa. sabe, é um drama. Senador Filinto Müller, quero que V. Exa. veja no seu modesto colega a sinceridade. Não quero de maneira alguma liderar qualquer movimento de volta da Capital. Estou impressionado com as estatísticas que vi, ainda há pouco. No dia 8 de janeiro estive aqui em Brasília. Fui para a Capital provisória da República, na cidade de Petrópolis, no meu Estado. Está lá há uma ou duas semanas — Deus permita que fique três, quatro, até indefinidamente — e procurei ver o que se tinha feito no ano passado. Não se fez nada, Senador Filinto Müller; nem do ponto de vista governamental e principalmente no particular, porque não há estímulo.

Quem é mais amigo de Brasília? Aquê que diz a verdade e quer ver a capital consolidada ou aquê que se entusiasma líricamente e vê aqui apenas a capital da esperança?

Esperança, coisa nenhuma! Brasília está-se transformando me desesperança. Praza aos céus que esse fato não se agrave e venha a ser corrigido na devida oportunidade.

O Sr. Daniel Krieger — Acho que V. Exa. está coberto de razão. Petrópolis é lugar mais agradável e adequado para uma vigília cívica do que Brasília.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Muito bem. Mas quem pediu a vigília cívica? Parece-me que V. Exa. foi um dos pregoeiros dela.

O Sr. Daniel Krieger — Foi, e se V. Exa. atentar bem...

O SR. VASCONCELOS TORRES — Naquela ocasião era eu Líder da Maioria em exercício. Não há *blague* no que vou dizer, porque nesta Casa não se pode fazer *blague*; deve-se argumentar com os fatos da vida pública. Vou afirmar algo, não digo humorístico, porque isto seria fazer um *ridendo castigat mores*, e não quero fazer isso: — nós, da situação, fomos os últimos a saber. Estávamos na situação de certos maridos...

O Sr. Daniel Krieger — Enganados.

O SR. VASCONCELOS TORRES — ... os últimos a saber. (Riso). Essa a verdade. Tive oportunidade de estar com a imprensa, que não sabia de nada. Tudo foi feito com tanta habilidade, à sorrelha, que fomos surpreendidos, e hoje a vigília cívica...

O Sr. Daniel Krieger — Estou apenas respondendo ao Presidente da República, que disse vir para Brasília para a vigília cívica. Se há ironia, essa ironia deve ser atribuída ao Presidente da República.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Nem eu discuto esta parte!

O Sr. Daniel Krieger — S. Ex., muito mais do que eu, tem o dever de não fazer ironia com as coisas sérias do Brasil.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Perfeito. Reconheço isso, porque um Presidente não pode fazer ironia, não deve fazer ironia. Apenas tem o direito de se sentir ferido por quem interpretou — isto posso dizer — e interpreta que essa convocação foi feita rigorosamente com o marca pessoal

de ferir-lo. Foi discriminatória, porque, na verdade, ainda não se podem apresentar ao País os efeitos positivos, que acredito se venham a apresentar, dessa convocação extraordinária do Congresso Nacional.

O Sr. Felinto Müller — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Com muita honra.

O Sr. Felinto Müller — Estou muito à vontade para apartear V. Exa. porque inclusive não assinei o requerimento de convocação. Entendia ser ele, na época em que foi apresentado, desnecessário. Não acreditava, absolutamente em que o Presidente da República se aproveitasse do recesso parlamentar para praticar atos que a Constituição lhe autoriza. Mas V. Exa. sabe perfeitamente que o espírito que editou a convocação do Congresso não foi o de votar proposições, não foi o de estar reunido o Congresso em sessões, ouvindo discursos, debatendo problemas. O espírito que ditou a convocação era o dos que entendiam que não deveria ser deferido ao Presidente da República, nesse período de tempo, o direito de praticar atos constitucionais que eles julgavam que o Presidente quisesse praticar. Assim, podemos criticar a convocação, não porque durante ela não tenhamos votado proposições ou não tenha havido debates no Congresso. Podemos criticá-la como um ato de desconfiança, que não seria cabível. Mas temos de reconhecer que os membros do Congresso, indiferentemente pertencentes a quaisquer Partidos, têm o direito de não confiar e de usar dos meios legais para manifestar sua não confiança. De modo que estou muito à vontade por estar fora dessa área. Não posso compreender a crítica à vigília cívica nos termos em que ela é feita, porque não corresponde à realidade. Esse aparte é uma homenagem a V. Exa., como esclarecimento acerca do que tenho ouvido e lido.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Ainda ontem, em um interessante programa de televisão, o nobre Senador Daniel Krieger, respondendo a um dos mais brilhantes jornalistas que trabalham no Congresso, apresentou as razões desta convocação.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Tenho que acatar essas observações, porque partidas de um homem que merece o respeito de toda a Nação e que tem sido, sem favor nenhum, um dos melhores senadores desta República.

O Sr. Felinto Müller — É bondade de V. Exa.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Mas, Sr. Presidente, serei tão desmemoriado que não lembre ser justamente o Senador Felinto Müller um dos que mais conhecem a vida política brasileira? S. Exa., como poucos neste Senado, sabe que, quando há uma conjugação de forças que realmente tem base e segurança, essas podem, independentemente de vigílias, fechar o Congresso.

S. Exa. e eu somos de duas gerações, embora nos encontremos aqui, no Senado, por um acaso da vida política. Ninguém mais insuspeito do que eu, pois era acadêmico de Direito e S. Exa. chefe de Polícia do então Distrito Federal, para lembrar-lhe que, naquela época, quando os acadêmicos saíam à rua, para defender a democracia e a liberdade, muitas vezes iam para o cárcere, como eu fui.

O Sr. Felinto Müller — Não no Distrito Federal!

O SR. VASCONCELOS TORRES — Na Guanabara de hoje, no então Distrito Federal.

S. Exa. passou por aquela fase e conseguiu algo que muito vale para um político — firmou o seu conceito de honestidade. Nunca ouvi uma pa-

lavra que lhe ferisse a moral. S. Exa. apenas dispunha de um dispositivo e executava com maravilhosa perfeição a defesa daquela situação que o Brasil teve de enfrentar e que não quero analisar neste instante. Se a ela me reporto é para exaltar as qualidades morais de S. Exa. e para dizer o seguinte: o quanto posso imaginar de uma força de dispositivo governamental, o Congresso, independentemente de convocação extraordinária, se apresente um tiranete ou um ditador, poderia ser fechado por um batalhão ou, mesmo, por um grupo de combate, porque ninguém joga o peito contra metralhadoras.

Na ocasião em que se votava o Parlamentarismo — e aquela época eu pertencia ao Partido do Senador Felinto Müller — observei como as fórmulas surgiam de um momento para outro. Foram poucos os que votaram contra o Parlamentarismo; diante da ameaça de ser fechado o Congresso, os arregios se fizeram. Não quero desprestigiar uma instituição da qual faço parte, à qual tenho de defender e defenderei, mas não acredito nos propósitos, que assoalham por aí, de que o Sr. Presidente da República de-eja o fechamento do Congresso, porque tal não será feito — tenho certeza — e independe da nossa vontade.

Se na vigília cívica este Congresso tivesse comparecido, tivesse cumprido com seu dever — como está cumprindo e cumprirá sempre — e não fôsse, ao invés disso, para as férias como todos fizemos, inclusive eu, hoje desfrutaríamos de maior conceito na opinião pública. A verdade, Sr. Presidente, é que o Congresso ainda é a fonte de resistência.

Não acredito, não aceito e até repilo essa intriga mendaz, que se propala por aí, de que o Sr. Presidente da República de-eja o fechamento do Congresso.

Não, não desejo o fechamento do Congresso que, se tiver que ser fechado, será por si mesmo e não por vontade prepotente ou por espírito ditatorial do atual Chefe do Governo.

Essa vigília cívica, Sr. Presidente, não corresponde às suas finalidades. Vamos agora para o mês de fevereiro que é praticamente o início do carnaval, e o assunto principal que me trouxe à tribuna no dia de hoje, que é a abertura do crédito especial para o pagamento do 13º salário e do salário móvel ainda não foi votado. Há outras medidas, também, que precisamos tomar. Precisamos unir nossas forças. Homens como o Senador Felinto Müller e Pedro Ludovico, que têm valor inegável para isto, todos nós, Senadores, enfim, devemos fazer um entrosamento, mas nunca a serviço de vaidades pessoais ou de conquistas de cargos sejam de que natureza forem. Não podemos separar o Chefe do Governo do Congresso deste País. Se somos Poderes harmônicos e independentes, não podemos prescindir do diálogo com o Chefe do Governo, e estamos vendo que esse diálogo encontra um muro pela frente. Faço justiça aos nobres Senadores, — sei que o que depender do seu trabalho, da sua ação e da sua atuação será feito, para entendermos.

Mas a sucessão presidencial veio muito cedo para as ruas e agora, Senhor Presidente, procura-se esvaziar estímulos, injuriar, diminuir, fofolar aquilo que pode ter defeitos, e os temas que possui, como poucos Chefes de Executivo neste País tiveram, rara capacidade de dialogar, de se entender, de ouvir e de atender.

O que me trouxe à tribuna, relativamente ao caso do 13º salário dos servidores civis, militares e autárquicos das Unions, é uma prova de que o Congresso poderia ter-se saído muito bem. Poderia ter evitado a greve da greve que se deflagrou na Guanabara e no Estado do Rio, mas, por motivos óbvios, que não quero comentar nesse instante porque quando não me sentir bem neste Parlamento irei embora, não o fiz.

Se falei de Brasília como cidade esvaziada e onde não se constrói, aparentemente, Senador Pedro Ludovico, podia ser por antipatia, mas, se V. Exa. fizer uma radioscopia do meu coração, verificará o contrário. Uma palavra de crítica não é de ódio, é, até, de compreensão. É o desejo de ver esta capital consolidada, porque compreendo os nobres objetivos que ditaram sua construção. Mas aqueles que a fizeram foram os primeiros a abandoná-la, isso V. Exa. há de reconhecer. Quando quer fazer uma capital e se quer consolidá-la, ela é consolidada, como V. Exa. consolidou Goiânia.

Sr. Presidente, não quero concluir meu discurso sem fazer pequenino comentário, à guisa de encerramento, ao ofício que o nobre Governador do Paraná mandou a esta Casa.

O Senado não pode ser um muro de lamentações. Não somos responsáveis pela inflação. É o eminente Governador Ney Braga, a quem tanto prezo e com quem tanto convivi na Escola Superior de Guerra, do Exército pede providências ao Senado. Bateu, evidentemente, em porta errada. Não controlamos — tanto nós do Senado quanto a Câmara — as emissões. Então, é hora de os Governadores e Prefeitos, estes muito mais do que os Governadores, que sentem os danos da espiral inflacionária, se congregarem no sentido do saneamento da nossa política monetária.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Com toda satisfação.

O Sr. Josaphat Marinho — Relativamente ao ofício que o Senado acaba de receber do Governador Ney Braga, do Paraná, lido no expediente desta sessão, pretendo ocupar a tribuna para comentá-lo. E se tempo sobrar, vou exatamente asseverar que S. Exa. acertou, e que já há providência, no Senado, que pode acudir ao apelo do Governador do Paraná.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Sim, a providência seria o Senado controlar as emissões...

O Sr. Josaphat Marinho — Não. Não é só isso.

O SR. VASCONCELOS TORRES — A providência seria a coragem de fiscalizarmos o cruzado, com o que já está em exame na Casa, quando sugerir o cruzado forte, a nova política monetária. Ou, então, mais corajosamente, nas emissões, conceder-se um percentual aos Estados, porque reconheço que a tese do Governador Ney Braga é certa, a de que os Estados e Municípios — aliás S. Exa. não falou nos Municípios, mas eu falo — possuissem parte das emissões. Então os Estados teriam um suprimento necessário, um percentual ou uma parcela para suportar os ônus da inflação. Mas este Senado, por si só, não pode resolver, em que pese — faço questão que V. Exa. anote bem — em que pese ao apelo, admiração e simpatia pelo Governador do Estado do Paraná que é, realmente, homem de bem, capaz, mas se V. Exa. me permite, bate em porta errada, porque não é esta que irá corrigir a situação.

O Sr. Josaphat Marinho — A porta é esta.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Então temos que reformar a Constituição, para que o Senado possa resolver essa situação. Tenhamos então a coragem de assim agir, o que, aliás, já devia ter sido feito. Esse dispositivo constitucional é um ranço imitacionista dos Estados Unidos e também da Inglaterra: o Senado ficava em plano superior, e não podia descer, para resolver os problemas do

povo. Mas, no Brasil a realidade é outra, muito diferente, e se tivermos essa capacidade, poderemos dizer então que é a fórmula certa. Se o nobre Senador Josaphat Marinho tem a fórmula, a chave, então abra a porta, porque entrarei com S. Exa. para salvar não apenas o Paraná, a Bahia, o Estado do Rio, a Guanabara, mas todos os Estados da União.

O Sr. Adolpho Franco — Permita-me esclarecer a V. Exa. que o ofício do Governador do Paraná não pede ao Senado que combata a inflação, mas que estude e examine a possibilidade de se corrigir a má distribuição da renda pública. Os Estados têm como fonte principal o Imposto de Vendas e Contribuições, que é inflacionário, porque acarreta o encarecimento do custo de vida. Há um limite de taxaço de-se imposto. O que S. Exa. pede é que o Senado examine uma nova distribuição de rendas, o que importará numa reforma constitucional.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Sim. Logicamente, uma nova discriminação das rendas só poderá ser feita através de emenda constitucional. V. Exa. há de reconhecer que demôs aos Estados e Municípios, na legislação passada, não tudo, mas alguma coisa. Tive oportunidade de ouvir bem a leitura do ofício de Sua Exa. que pura e simplesmente pede e reclama, mas nada sugere. Estaria disposto, e estou, a examinar o assunto, porque ele interessa não apenas ao Estado de V. Exa., mas a todo o Brasil, principalmente no caso do Imposto de Vendas e Contribuições, que é altamente inflacionária.

Sr. Presidente eram essas as considerações que queria fazer, no dia de hoje, nesta "vigília cívica", — peço à Taquígrafia que coloque a exoressão entre aspas — onde não poderemos deliberar mas apenas debater, sugerir, reclamar e pedir.

Fraza aos céus que a partir da próxima semana eu esteja errado, erradíssimo, e que possamos votar e deliberar; que o apelo que fiz inicialmente à Câmara dos Deputados tenha ressonância e que o 13º salário possa ser pago aos servidores civis, militares e autárquicos da União.

Serei o primeiro, no caso de estar errado, a ficar feliz, vendo o Congresso cumprir o seu dever, este Congresso do qual tenho a honra de fazer parte. Se eu estiver errado e a maioria certa, passarei a felicitar essa maioria, porque um espírito democrático, reconhecendo-se com a minoria errada, vendo certa a maioria, a ela tem que se filiar.

Com isto encerro minhas considerações, que substanciavam o desejo de ver o Congresso cada vez mais elevarse perante a opinião pública brasileira, porque é inegável que ele nela não se situa atualmente em posição muito favorável.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Daniel Krieger, como Líder da Minoria.

O SR. DANIEL KRIEGER:

(Como Líder da Minoria) — Excelentíssimo Sr. Presidente, Srs. Senadores, um aparte com o objetivo simples de amenizar os debates, obrigame a ocupar a tribuna do Senado da República.

Quando disse que é muito mais agradável a vigília cívica em Petrópolis, respondi ao Senhor Presidente da República, que, irônicamente, ao chegar, um dia desses a Brasília disse que vinha participar da vigília cívica organizada pelo Congresso Nacional.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permita-me apenas um aparte. — (Com aquiescência do orador) — V. Exa.



...tamente vai desenvolver consideravelmente que não de cuver com o respeito e o acatamento de sempre. Lição para todos. Mas tive oportunidade de consultar o Presidente da República a respeito dessa visita, e Sua Excelência declarou-me que já não se manifestara em tal sentido. V. Ex.<sup>a</sup> sabe que vivemos desgraçadamente há meses de intrigas, em que se procura afastar a boa convivência e o entendimento entre os homens. Como o nobre Senador está amaldiçoado nesse embate, como um homem que se tem portado na vida pública com as características da honestidade e da boa atuação parlamentar, só queria pedir que V. Ex.<sup>a</sup>, embora respondendo como de direito, porque não foi confirmada, nem desmentida a notícia, pelo menos também acatasse a minha informação neste instante, eventualmente ocupando a liderança da Maioria: que o Presidente não manifestou em nenhum instante sequer, o desejo de vir visitar o Congresso na "vigília cívica", com aquele aspecto humorístico e até debochativo, no sentido de desprestigiar o Congresso perante a opinião pública. Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> me ter permitido estas considerações, e pasarei a civildade com o acatamento, respeito e admiração de sempre.

O SR. DANIEL KRIEGER — Agradeço o aparte generoso e delicado de V. Ex.<sup>a</sup>. Infelizmente, não tenho a faculdade de privar do segredo dos deuses, reservada aos eleitos; devo limitar-me às informações da imprensa. A imprensa fez esta afirmativa e eu nela me ligo.

Já que o Ilustre Líder da Maioria, que se declara, no caso, na situação de marido enganado — e geralmente os maridos são enganados porque querem, pois, na realidade, quando não querem, não são enganados — passarei a fazer outras considerações.

Fui, Sr. Presidente, Srs. Senadores e autor...

O Sr. Vasconcelos Torres — V. Ex.<sup>a</sup> permite outro aparte?

O SR. DANIEL KRIEGER — ...do requerimento que teve a ventura de colher assinaturas de representantes de todos os partidos políticos com assento nesta Casa, inclusive do Senador Pedro Ludovico, de quem eu muitas vezes divirjo mas sempre proclamo ser um homem de caráter, de teresse público e, sobretudo, um caráter público e, sobretudo, um homem independente.

O Sr. Pedro Ludovico — Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

O SR. DANIEL KRIEGER — Quando tivemos a ideia de convocar o Congresso, fizemo-lo por inspiração — devo dizer — do eminente Presidente desta Casa, que merece os nossos louvores e o nosso reconhecimento, pela maneira com que tem defendido intransigentemente, as prerrogativas do Poder Legislativo. Quem se detiver no exame do requerimento, quem quiser fazer uma crítica serena, imparcial e construtiva, quem quiser se desviar dessa onda demagógica que avassala, oprime e corroi o Brasil, há de, nesta emergência fazer justiça ao Senado da República.

Eu não precisaria aduzir nenhum argumento mais. O eminente Senador Filinto Müller com a sua autoridade, com o brilho, com a devoção ao regime democrático, qualidades que lhe são características e que ninguém lhe pode disputar, já esclareceu, em aparte magistral qual foi o pensamento, o desejo e a ação do Senado da República.

Quando ouço críticas à atitude que tomamos consciente e deliberadamente, eu sinto — velho estudante de Direito Criminal — que aqui também, além de sadistas existem maquiavistas, que se comprazem em se

espezinhar a si próprios e a destruir a instituição a que pertencem. O Senado da República pela primeira vez, Sr. Presidente e Srs. Senadores, desde a restauração do regime democrático, fez uma convocação. Há nove anos que sou senador da república. Sempre andamos a reboque das decisões da Câmara dos Deputados. Nunca protestamos e nem tivemos uma palavra indelicada com nossos companheiros do Parlamento que o convocavam para uma sessão extraordinária.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte? (Assentimento do orador) — Para que não escape a particularidade aos esclarecimentos que V. Ex.<sup>a</sup> está prestando devo dizer que não fui signatário do pedido de convocação, mas quero assinalar, de conformidade com as observações que V. Ex.<sup>a</sup> vem fazendo que o Senado tomou a iniciativa da convocação realizando-a por um processo que não trouxe ônus algum novo ao Tesouro da República.

O SR. DANIEL KRIEGER — V. Ex.<sup>a</sup> tem toda a razão. Eu ia dizer que nesse longo tempo em que exerceu as atividades parlamentares, sempre se fez a convocação com ênus para a República, com pagamento de ajuda de custo. Nesta hora, o Senado da República, dando um exemplo que deveria merecer o respeito da Nação e, sobretudo, dos integrantes do Parlamento, fez, essa convocação abrindo mão de vantagens materiais.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. DANIEL KRIEGER — Pois não.

O Sr. Vasconcelos Torres — V. Ex.<sup>a</sup> praticamente responde às minhas considerações com muita elevação e dignidade. Apenas o "marido enganado" — devo dizer — foi o Senado. Faço questão que se generalize: Foi a imagem e isso seria desnecessário frisar. Quanto à ajuda de custo, devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, que o Regimento e a Constituição determinam que se pague a ajuda de custo no início da Legislatura e no final, devidamente desdobrado. O Senado pagou duas ajudas de custo. Recebemos duzentos e setenta mil cruzeiros no início da Legislatura e, no final, duzentos e setenta mil cruzeiros. Depois da convocação foi abonada uma ajuda de custo integral de quinhentos e quarenta mil cruzeiros. Não foi só para mim. Está na minha conta do Banco do Brasil. Creio que para todos os Srs. Senadores. Este assunto, no qual não quero entrar em detalhes, é profundamente desagradável.

O SR. DANIEL KRIEGER — Por que?

O Sr. Vasconcelos Torres — Quanto ao aspecto da despesa, é preferível que haja uma despesa maior e o Congresso funcionando e votando, do que fazer uma economia em cruzeiros e o Congresso, apesar de convocado, não estar funcionando.

O SR. DANIEL KRIEGER — V. Ex.<sup>a</sup> não tem a mínima razão. Em primeiro lugar, o Congresso não pagou ajuda de custo por essa convocação.

O Senado da República, aceitando uma interpretação da Câmara, concedeu aos parlamentares, na sessão legislativa passada, uma ajuda de custo de Cr\$ 540.000,00 iniciais e de Cr\$ 540.000,00 finais. Mas, a resposta a V. Ex.<sup>a</sup> é muito simples.

O Sr. Vasconcelos Torres — Esse lado é delicado.

O SR. DANIEL KRIEGER — Ela será muito clara: A Constituição prescreve um recasso. Nesse recasso nenhuma despesa ocorre para o País. A parte variável dos Srs. Senadores e dos Srs. Deputados é paga. A convocação, embora não tenha nenhum proveito em matéria de votação, nenhuma prejuízo prevê à Nação, por-

que, se não a tivéssemos feito, observaríamos o mesmo constitucional e nenhuma sessão teria sido realizada.

O Sr. Vasconcelos Torres — Quer dizer que, fime o orador, dá prejuízo à Nação?

O SR. DANIEL KRIEGER — V. Ex.<sup>a</sup> não está sendo correto na sua argumentação.

O Sr. Vasconcelos Torres — Pediria que V. Ex.<sup>a</sup> discesse se é exato!

O SR. DANIEL KRIEGER — Já mais afirmo que, funcionando, o Congresso desse prejuízo à Nação. O que declarei é que, se não tivéssemos feito a convocação, não teríamos nenhuma despesa e nenhum projeto de lei teria sido votado.

Portanto, se se faz a convocação e a Nação não teve nenhuma despesa, nenhum prejuízo teve, pelo fato de não ter sido votado qualquer projeto.

O Sr. Vasconcelos Torres — O prejuízo moral é por do que o financeiro.

O SR. DANIEL KRIEGER — Prejuízo moral é outra coisa, são essas acusações solertes que se lançam contra o Congresso.

O Sr. Vasconcelos Torres — Não por mim.

O SR. DANIEL KRIEGER — ... como se esta Casa fôsse um valhadouro que se servisse de interesses escusos.

O Sr. Vasconcelos Torres — Eu não digo isso.

O SR. DANIEL KRIEGER — Como homem — e nisto ninguém me supera, são princípios e dês não me afastar — jamais tomou uma decisão dessa maneira, nem meu Partido, que não é uma exceção neste País — todo o Senado da República pensa assim — ninguém quer ocupar-se com dinheiro da Nação, desde que a ele não tenhamos direito pelo nosso trabalho.

O Sr. Vasconcelos Torres — Não estou dizendo isso, nem a V. Ex.<sup>a</sup> nem ao seu Partido.

O SR. DANIEL KRIEGER — Quero frisar a V. Ex.<sup>a</sup> que, se o Senado mandou creditar essa importância, não foi em pagamento da convocação feita, mas, por uma interpretação adotada pela Câmara dos Deputados; sufragada pelo Senado da República.

O Sr. Vasconcelos Torres — Não discuto. Mas, ninguém sabia disso. Estou trazendo esta revelação agora.

O SR. DANIEL KRIEGER — Não há, neste País, nenhum Organismo cujos integrantes sofram tanto quanto os parlamentares, pois, em realidade, ganhamos menos do que os Procuradores da República, do que os Procuradores dos Institutos, menos do que numerosos Deputados estaduais, e nunca, uma reclamação partiu de nós para reivindicar aquilo que a nós tivéssemos direito.

O Sr. Vasconcelos Torres — Isto é inegável.

O SR. DANIEL KRIEGER — É preciso que o Congresso se capacite da grande missão histórica que a Nação lhe destinou. É preciso que o Congresso seja soberano, independente. É necessário que o Congresso não viva atrelado a outros poderes, procurando servi-los, independente da instituição que somos — a mais bela expressão da democracia brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não temos nós, Senadores da República, nada a esconder à Nação. Nossa vida é translúcida, pode sofrer o exame de quem quiser. Não temos a corrupção dos poderes, não distribuímos favores, como não armazenamos o dinheiro da Nação, através de convênios e outras instituições. Somos o poder desarmado, atacado e incompreendido, mas que haveremos de afirmar — não queiram muitos, mas há de querer a maioria do Con-

gresso — de que representamos, em verdade, a dignidade, a honestidade e a soberania nacional.

O Sr. Vasconcelos Torres — Estou de acordo com V. Ex.<sup>a</sup>.

O SR. DANIEL KRIEGER — Sr. Presidente, já dei — creio — demonstrações claras e precisas de porque convocamos o Senado da República e, logo jacto, convocamos o Congresso Nacional.

Não tivemos o empenho de votar nenhuma lei. Quem se detiver no exame do requerimento de convocação verá. O que quisemos foi constituir, na expressão legítima do voto, uma vigília cívica, porque, nos intervalos das sessões legislativas, o Sr. Presidente da República com algumas atribuições do Congresso, entre as quais se inclui a decretação do estado de sítio.

Temos memória. Embora a memória dos homens seja precária, o episódio é recente: o Sr. Presidente da República pediu o estado de sítio. O Congresso, através dos seus representantes e de um ilustre homem do PSD, conseguiu tirar do pedido de decreto todas aquelas peculiaridades que o Governo desejava, transformando-o num instituto legal. Diante dessa realidade, o Presidente da República enviou uma mensagem dizendo que não mais precisava do estado de emergência.

Pergunto aos Srs. Senadores e pergunto ao povo brasileiro: se o Sr. Presidente da República estivesse investido do poder de decretar o estado de sítio, não o teria decretado naquela conjuntura? É evidente que sim. E as consequências teriam sido as mais desastrosas. Inclusive teria sido indiscutivelmente atropelada a autonomia dos Estados da Guanabara e de São Paulo.

O que o Congresso fez, pois, foi um ato de vigília, procurando resguardar com serenidade, as instituições democráticas do País. Que importa o Congresso não ter número? O que importa é que o Presidente da República não pode decretar o estado de sítio *ad referendum* do Congresso.

Essa a realidade indesmentível, incontradável. Tendo o Sr. Presidente, creio eu, dado uma resposta plena — agora, sim eu o digo — à ironia do eminente Líder da Maioria, passo a ocupar-me da segunda parte.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte? (Assentimento do orador) — Não há ironia. Não há ironia porque ela é também uma fórmula que se tem para se falar. No caso, não há ironia. Há aquilo que eu sei e, por sua formação democrática, V. Ex.<sup>a</sup> é o primeiro a reconhecer: o direito de falar e de debater. Não há de minha parte a menor ironia. Há apenas a constatação de um fato. Sei que V. Ex.<sup>a</sup>, respeitado por mim — será sempre mais do que respeitado, admirado há também também de respeitar — como respeitou, tanto que respondeu — um ponto de vista que expendo. Do contrário, a democracia não estaria funcionando. Aqui, não haveria uma casa de debates, porque, se as opiniões fossem unânimes, não estaríamos num Congresso, estaríamos numa ditadura. Só quero pedir a V. Ex.<sup>a</sup> reconheça que não houve ironia nenhuma. Houve apenas a explanação de fatos. É o estilo que tenho de falar. E, se V. Ex.<sup>a</sup> assim interpretar, sou o primeiro a pedir. Lhe que tre da sua mente qualquer reserva nesse sentido. Foi a sério, rigorosamente a sério. Sei que V. Ex.<sup>a</sup> deferirá este pedido que lhe faço, justamente reconhecendo em V. Ex.<sup>a</sup> um democrata eficiente, capaz, honesto e honrado que dá aquele que no momento diverge da sua opinião, o direito de também expender a sua.

Queria pedir a V. Ex.<sup>a</sup> apenas concitasse o debate neste plano. Não houve ironia, a mais remota sequer.

O SR. DANIEL KRIEGER — Agradeço o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>, sobretudo pela generosidade de que ele se encontra revestido. Não sou dos que condenam a ironia. Retenho nela uma manifestação de inteligência. Até hoje leio, com prazer incenso, as obras do inesquecível Eça de Queiroz. Sinto, através da sua leitura, uma prazer intelectual extraordinário, do qual não quero, etc o fim dos meus dias, abrir mão.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, entro agora na outra parte do discurso do eminente Líder da maioria, no que tange à petição formulada ao Senado da República pelo eminente Governador do Estado do Paraná. Creio que a nenhum outro órgão ele se poderia dirigir com tanta propriedade como ao Senado da República. Não podemos esquecer — e se esquecermos estaremos traído nosso mandato e nossa origem que esta Casa é a Casa da Federação.

Os Estados, indiscutivelmente estão premidos por necessidades econômicas e financeiras. A discriminação de rendas da Constituição de 46 não foi generosa para com os Estados. Teve em mente fortalecer as finanças da Nação e dos Municípios, esquecendo, integralmente, os Estados. Mas, como se essa omissão não fosse bastante para conturbar a vida dos Estados que constituem a Federação brasileira, ainda recentemente a Câmara e o Senado da República aprovaram uma reforma constitucional, tirando aos Estados verbas substanciais. Desde então, a situação dos Estados se agravou. Não conheço nenhum Estado da Federação que possa ter perante o Presidente da República a atitude daqueles príncipes de Castela, que falavam com o soberano de chapéu na cabeça, porque só pediam o que era justo e o que tinham direito. Hoje, os Estados da Federação vivem de chapéu na mão, pedindo o auxílio do Governo Federal. E este se tem aproveitado dessa circunstância largamente. Ainda recentemente, em decretos que invadiam a órbita legislativa S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Presidente da República, deu subvenção aos magistrados e aos professores públicos. Então, eu pergunto a V. Ex.<sup>a</sup>: que independência poderão ter amanhã os magistrados subvencionados pela União, os professores sustentados pela União? Não seria muito mais justo, muito mais curial muito mais lógico atribuímos renda suficiente aos Estados, para que pudessem atender às finalidades precípuas a que se destinam?

Por isso, entendo que o eminente Governador do Paraná bateu em porta certa. Se em outra porta tivesse batido, teria feito grave injúria ao Senado da República, que é indiscutivelmente a Casa da Federação.

Portanto, devemos e temos poder para fazer uma reforma constitucional, alterando a discriminação de rendas.

Não temos, é certo, iniciativa em matéria financeira, mas isto é completamente diferente, é coisa que, a meu ver, não deve ser abolida porque vem das origens de nossa organização. Os tributos, os créditos as despesas, devem ser decididos por aqueles que representam diretamente o povo, e nós representamos os Estados da Federação.

Devem eles, que tem na eleição um período de mandato muito menor que o nosso, e que estão, por isso sujeitos à aprovação ou renovação pública, ter a iniciativa em assuntos dessa natureza.

Ao Senado da República, a União reserva atribuições privativas que, mercê de Deus, as temos cumprido com exemplar isenção.

Deixemos à Câmara e ao Poder Executivo, a iniciativa das leis em matéria financeira, mas todos nós façamos um esforço em defesa da Federação brasileira. Não esqueçamos as palavras magistrais de Ruy, quando dizia: "Eu, antes de ser republicano, fui federalista".

Vamos procurar uma fórmula para dar aos Estados renda suficiente, para que eles possam conservar sua autonomia, tão indispensável à vida perfeita da União brasileira.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite V. Ex.<sup>a</sup>, um aparte? (Assentimento do orador) V. Ex.<sup>a</sup> responde às considerações que fiz, mas praticamente expendendo os mesmos argumentos.

Apenas, declarei que só por via de emenda constitucional é que se poderia atender. Pela lei ordinária, não, por causa da restrição que V. Ex.<sup>a</sup> acha salutar e que eu, *data venia*, acho que não, porque estabelece uma desigualdade entre a Câmara dos Deputados e o Senado. Examinamos as aberturas de crédito; não temos o direito, em algumas das vezes em caso de calamidade pública, de atender aos Estados que representamos.

O SR. DANIEL KRIEGER — Não, V. Ex.<sup>a</sup> está equivocado. Não está interpretando bem a Constituição da República. Em caso de calamidade pública, compete ao Presidente da República fazer o decreto...

O Sr. Vasconcelos Torres — Sim em caso de calamidade pública. No caso do Paraná, o próprio Governo...

O SR. DANIEL KRIEGER — V. Ex.<sup>a</sup> pode ter os mesmos argumentos que eu, V. Ex.<sup>a</sup> pode ter as mesmas bases de argumentação, mas a minha conclusão é a lógica, que a minha conclusão é a lógica, e se a conclusão de V. Ex.<sup>a</sup> é divergente da minha, ela ilógica.

O Sr. Vasconcelos Torres — Aparentemente. Para que V. Ex.<sup>a</sup> não queira admitir...

O SR. DANIEL KRIEGER — Mas V. Ex.<sup>a</sup>...

O Sr. Vasconcelos Torres — V. Ex.<sup>a</sup> concedeu-me o aparte, permita-me terminá-lo. Ainda que V. Ex.<sup>a</sup> não queira admitir a confluência de opinião citaria o próprio caso do Estado do Paraná. Sabe o nobre Colega da celeuma que aqui se levantou quando se quis abrir um crédito especial, de autoria do Senador Jefferson de Aguiar.

O SR. DANIEL KRIEGER — ... Votei contra. Era inconstitucional.

O Sr. Vasconcelos Torres — Justamente isto eu queria dizer. O Senado não poderia fazê-lo. Só por meio de emenda constitucional.

O SR. DANIEL KRIEGER — E' disto que se está tratando. O Governador do Paraná, homem inteligente, não poderia cometer o erro palmar de pedir ao Senado uma lei de caráter financeiro.

O Sr. Vasconcelos Torres — Conheço o Governador do Paraná, e sei da sua competência. O que desejei ressaltar foi que o Senado só poderia agir através da emenda constitucional.

Fiz o pequeno reparo porque uma emenda dessa natureza beneficiária não apenas ao Paraná, mas a todos os Estados da União, principalmente o meu, que carece desses recursos. V. Ex.<sup>a</sup> pode querer estabelecer diferença, mas pelo que depreendo das suas oportunas e brilhantes palavras, V. Ex.<sup>a</sup> pode não querer admitir o direito, que quero ter de pedir a V. Ex.<sup>a</sup>, que examine posteriormente o meu discurso e veja que, por outras palavras, o nosso pensamento perfeitamente se afina, no sentido de mediante fórmula constitucional, atender aos Estados, com os recursos de que necessitam, pois, diante da in-

flação, vêm realmente se sacrificando, cada dia que passa.

O SR. DANIEL KRIEGER — Com infinito prazer ouvi as palavras de V. Ex.<sup>a</sup>.

O Sr. Vasconcelos Torres — V. Ex.<sup>a</sup> não será tão oposicionista que não permita concordar com V. Ex.<sup>a</sup>, e que as minhas conclusões sejam as mesmas de V. Ex.<sup>a</sup>.

O SR. DANIEL KRIEGER — Creio também, Sr. Presidente Srs. Senadores que deixei bem claro, positivo que o Governador do Paraná fez muito bem em dirigir-se ao Senado Federal para que tome providências, não, é óbvio, para contar a inflação — essa inflação que o Sr. Presidente da República, em mensagem dirigida ao Congresso, dizia estar controlada e que hoje leva o deficit orçamentário à casa do trilhão...

Respondida esta parte, creio que é meu dever ainda fazer uma rápida consideração em torno do brilhante discurso do Líder da Maioria nesta Casa, Senador pelo Estado do Rio de Janeiro.

Lamento, que na conjuntura difícil que a Nação atravessa, trabalhe por fatores que em a sua própria estabilidade, corroída por uma inflação vertiginosa que abre perspectivas sombrias para a Nação, S. Ex.<sup>a</sup>, entenda que seja dever primordial para a Casa votar o projeto que concede o 13º mês de salário.

Sr. Presidente Srs. Senadores, meditando profundamente, creio que o Congresso é o responsável por certas opiniões adversas a ele. Numa hora como esta difícil, caliginosa e sombria, creio que o Senado, constituído de elementos que representam a Federação, deveria preocupar-se com problemas mais graves, mais profundos, mais sugestivos, problemas que resolvidos, pudessem pôr termo à angustiada situação em que se debate a Nação. Todo o país olha para o Congresso e olha com expectativa, e com esperança, porque a despeito das críticas que se lhe fazem ele ainda é a mais autêntica representação do povo.

Sejam pois, nesta hora difícil e crucial da vida da Nação, dignos do povo brasileiro. Procuremos corresponder aos seus supremos interesses e às suas grandes aspirações. (Muito bem. Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Passa-se à

ORDEM DO DIA

COMPARECE MAIS O SR. SENADOR;

Jefferson de Aguiar.

Votação, em turno, único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1963 (nº 23-A-3, na Casa de origem) que aprova o Acórdão Básico de Cooperação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife em 12 de março de 1962, tendo Pareceres favoráveis sob números 799, 800, 801 e 802, de 1963, das Comissões: de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; de Educação e Cultura e de Finanças.

Fica adiada a votação, por falta de quorum.

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do cinquentenário da fundação da Prefeitura do "Alto Solimões", tendo Parecer nº 855, de 1963, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido em 1º turno.

Em discussão.

O SR. VASCONCELOS TORRES:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente no Senado não é como no Tribunal do Juri, em que há replica. Eu, apenas, ouvindo V. Ex.<sup>a</sup> dizer que não há quorum, acho que as minhas palavras ficam mais sublimadas, já que se estabeleceu uma polemica que não era do meu intuito manter.

Continuo dizendo que o Senado fica, me's ou menos, e sem ironia naquela posição de certos marionetes enganados. O Senado faço questão de fazer, já que foi feita esta referência, e quero falar genericamente, porque, Sr. Presidente, por temperamento, e por ação sou homem de nada deixar, absolutamente nada, sem resposta, na fumaça.

Encerro, dizendo a V. Ex.<sup>a</sup> que o Projeto nº 4, em discussão, é muito justo. Lamento que essas leis sejam votadas quando praticamente a sua oportunidade já passou. Emissão de selos comemorativos de centenários de grandes cientistas, de efemérides, etc. o Senado autoriza e a Câmara aprova, ou a Câmara autoriza e o Senado aprova, ou o próprio Executivo manda mensagem e o faz tardiamente porque a culpa é geral e a comemoração perde a sua atualidade.

Tenho todo o respeito por esta Casa, à qual tenho orgulho de pertencer e defenderei como seu membro participante, mas reserve-me o direito, porque estamos numa Democracia, de pensar e dizer o que penso, de sentir e ter coragem de dizer o que sinto.

Assim, Sr. Presidente desejava que V. Ex.<sup>a</sup> acolhesse estas palavras abertas à guisa de discussão desse projeto, e anúncio que o meu voto será favorável à proposição. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Continua em discussão o projeto. Mais nenhum dos Srs. Senadores pediu para discuti-lo, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

A votação fica adiada por falta de número.

Está na Casa, apenas 20 Senadores Senadores.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, designando, para a próxima, a seguinte.

ORDEM DO DIA

Sessão de 20 de janeiro de 1964

(Segunda-feira)

1

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1963 (nº 23-A-3, na Casa de origem) que aprova o Acórdão Básico de Cooperação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1962, tendo Pareceres favoráveis sob números 799, 800, 801 e 802, de 1963, das Comissões: de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; de Educação e Cultura e de Finanças.

2

Votação, em segundo turno do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do cinquentenário da fundação da Prefeitura do "Alto Solimões", tendo Parecer nº 855, de 1963 da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido em 1º turno.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 51 minutos).

TRECHO DA ATA DA 256.ª SESSÃO, DA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 5.ª LEGISLATURA, EM 13 DE DEZEMBRO DE 1963, QUE SE REPRODUZ POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO "DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL" — SEÇÃO II — DE 14-12-63, PÁGINA Nº 3.871, 4.ª COLUNA.

**Projeto de Lei da Câmara Nº 143, de 1963**

(Nº 1.414, DE 1963, NA CÂMARA DE ORIGEM)

*Altera o art. 2º da Lei nº 1.506 de 19 de dezembro de 1951.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Suprimindo o seu parágrafo único, passa a vigorar com a redação e disposições seguintes o art. 2º da Lei nº 1.560, de 19 de dezembro de 1951, alterada pela Lei Delegada número 2, de 26 de setembro de 1962:

Art. 2º A garantia de preços instituída na presente lei é estabelecida exclusivamente, em fa-

vor dos produtores ou de suas cooperativas.

§ 2º Até 31 de dezembro de 1965 as operações de que trata a alínea b do art. 3º, poderão ser realizadas com beneficiadores de produtos resultantes das atividades agrícola, pecuária ou extrativa que hajam assegurado ao produtor o preço mínimo fixado de acordo com esta Lei.

§ 2º Nos financiamentos com opção de venda à CFP efetuados aos beneficiadores referidos no § 1º os adiantamentos máximos permissíveis — respeitado o limite de 80% previsto no art. 7º — serão fixados pelo Plenário da CFP tendo em conta a capacidade de beneficiamento por eles posta à

disposição dos produtores ou de suas cooperativas com garantia e estes de plena liberdade de colocação dos produtos e subprodutos resultantes do benefício.

§ 3º Excepcionalmente, poderão ser realizadas, no prazo aludido no § 1º, também com terceiros as operações de que cogita a alínea a do art. 3º comprovado o pagamento do preço mínimo ao produtor.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Economia e de Finanças.

**MESA**

- Presidente — Moura Andrade (PSD — SP).
- Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB — MG).
- Primeiro-Secretário — Rui Palmeira (UDN — AL).
- Segundo-Secretário — Gilberto Maranhão (PSD — GB).
- Terceiro-Secretário — Adalberto Sena (PTB — ACRE).
- Quarto-Secretário — Cattete Pinheiro (PTN — PA).
- Primeiro-Suplente — Joaquim Parente — UDN — PD.
- Segundo-Suplente — Guido Mondin (PSD — RS).
- Terceiro-Suplente — Vasconcelos Torres (PTB — RJ).

**REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA**

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)**

1. José Guimomar Acre (em exercício)
3. Eugênio Barros — Maranhão.
2. Lobão da Silveira — Pará.
3. Eugênio Barros — Maranhão.
4. Sebastião Archer — Maranhão.
5. Victorino Freire (em exercício o Suplente, Sr. Miguel Lins) — Maranhão.
6. Sigefredo Pacheco — Piauí.
7. Menezes Pimentel (em exercício o Suplente, Sr. Waldemar de Alcântara).
8. Wilson Gonçalves — Ceará.
9. Walfredo Gurgel — Rio Grande do Norte.
10. Ruy Carneiro — Paraíba.
11. Leite Neto — Sergipe.
12. Antônio Balbino — Bahia.
13. Jefferson de Aguiar — Espírito Santo.
14. Gilberto Marinho — Guanabara
15. Moura Andrade — São Paulo.
16. Atilio Fontana — Santa Catarina.
17. Guido Mondin — R. G. Sul.
18. Benedicto Valadares — Minas Gerais.
19. Filinto Müller.
20. José Feliciano — Goiás.
21. Juscelino Kubitschek — Goiás.
22. Pedro Ludovico — Goiás.

**PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO**

(PTB)

1. Adalberto Sena — Acre.
2. Oscar Passos — Acre.
3. Vivaldo Lima — Amazonas.
4. Edmundo Levi — Amazonas.
5. Artur Virgílio — Amazonas.
6. Antônio Juca — Ceará.
7. Dix-Huit Rosado — Rio Grande do Norte.
8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
9. Barros Carvalho — Pernambuco.
10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco.
11. José Ermirio — Pernambuco.

**SENADO FEDERAL**

12. Silvestre Pericles — Alagoas.
13. Vasconcelos Torres — Rio de Janeiro.
14. Nelson Maculan (licenciado sem substituição) — Paraná.
15. Amaury Silva — Paraná (em exercício o suplente, Sr. Melo Braga).
16. Nogueira da Gama — Minas Gerais.
1. Zacarias de Assunção — Pará.
2. Joaquim Parente — Piauí.
3. José Cândido — Piauí.
4. Dinarte Mariz — R. G. Norte.
5. João Agripino — Paraíba.
6. Rui Palmeira — Alagoas.
7. Eurico Rezende — Espírito Santo
8. Afonso Arinos — Guanabara, rals.
17. Bezerra Neto.

Partido Libertador (P. L.)	....	2
Partido Trabalhista Nacional (P. T. N.)	.....	2
Partido Social Progressista (P. S. P.)	.....	2
Partido Socialista Brasileiro (P. S. B.)	.....	1
Partido Republicano (P. R.)	.....	1
Partido Democrata Cristão (P. D. C.)	.....	1
Movimento Trabalhista Renovador (M. T. R.)	.....	1
Sem legenda	.....	64
Total	.....	65

**UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)**

9. Padre Calazans — São Paulo.
10. Adolpho Franco — Paraná.
11. Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
12. Antônio Carlos — Santa Catarina
13. Daniel Krieger — Rio Grande do Sul.
14. Milton Campos — Minas Gerais.
15. Lopes da Costa — Mato Grosso

**PARTIDO LIBERTADOR**

(PL)

1. Aloysio de Carvalho — Bahia.
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

**PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL**

(PTN)

1. Cattete Pinheiro — Pará.
2. Lauro de Matos — São Paulo

**PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)**

1. Raul Giuberti — Espírito Santo
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

**PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO**

(PSB)

1. Aurélio Vianna — Guanabara.

**MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR**

(MTR)

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro.

**PARTIDO REPUBLICANO**

(PR)

1. Júlio Leite — Sergipe.

**PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)**

1. Arnon de Melo — Alagoas, SEM LEGENDA
1. Josaphat Marinho — Bahia.
2. Heribaldo Vieira — Sergipe.

**RESUMO**

Partido Social Democrático (P. S. D.)	.....	17
Partido Trabalhista Brasileiro (P. T. B.)	.....	17
União Democrática Nacional (U. D. N.)	.....	15

**BLOCOS PARTIDARIOS**

- 1º — Maioria (39) Membros):
  - PSD
  - PTB
- 2º — Minoria (17) Membros):
  - UDN
  - PL
- 3º — Pequenas Representações (9) Membros).
  - PTN
  - PSP
  - PSB
  - MTR
  - PR
  - PDC
  - Josaphat Marinho (Sem Legenda).

**LIDERANÇAS**

**I — DOS BLOCOS PARTIDARIOS MAIORIA**

- Lider:** Barros Carvalho — (PTB) — (PE)
- Vice-Líderes:** Victorino Freire — (PSD — MA). Vasconcelos Torres — (PTB — RJ). Jefferson de Aguiar — (PSD — ES). Lobão da Silveira — (PSD — PA). Artur Virgílio — (PTB — AM). Bezerra Neto — (PTB — MT).

**MINORIA**

- Lider:** João Agripino — (UDN — PB).
- Vice-Líderes:** Daniel Krieger — (UDN — RS). Mem de Sá — (PL — RS).

**PEQUENA REPRESENTAÇÕES**

- Lider:** Lino de Matos — (PTN — SP).
- Vice-Líderes:** Aurélio Vianna — (PSB — GB).

**II — DOS PARTIDOS**

- PSD**
  - Benedicto Valladares — (MG).
- Vice Líderes.**
  - Wilson Gonçalves — (CE).
  - Sigefredo Pacheco — (PI).

**Walfredo Gurgel — (RG) PTB**

- Lider:** Artur Virgílio — (AM).
- Vice-Líderes:** Amaury Silva (licenciado) — (PR). Vivaldo Lima — (AM). Bezerra Neto — (MD).
- UDN**
  - Lider:** Daniel Krieger — (RS).
  - Vice-Líderes:** Eurico Rezende — (ES). Padre Calazans — (SP). Adolfo Franco — (PR).

**PL**

- Lider:** Mem de Sá — (RS).
- Vice-Líderes:** Aloysio de Carvalho — (BA).
- PTN**
  - Lider:** Lino de Matos — (SP).
  - Vice-Líderes:** Cattete Pinheiro — (PA).
- PSP**
  - Lider:** Miguel Couto — (RJ).
  - Vice-Lider:** Raul Giuberti — (ES).

**COMISSÕES PERMANENTES**

**Comissão Diretora**

- Moura Andrade — Presidente (PSD).
- Nogueira da Gama (PTB).
- Adalberto Sena (PTB)
- Rui Palmeira (UDN)
- Gilberto Marinho (PSD)
- Joaquim Parente (UDN)
- Cattete Pinheiro (PTN).
- Guido Mondin (PSD)
- Vasconcelos Torres (PTB).
- Reuniões Quartas-feiras as 10 horas.
- Secretário: Evandro Mendes Viana
- Diretor-Geral.

**Comissão de Agricultura**

(7 MEMBROS)

- Presidente — Vago.
- Vice-Presidente — Eugênio Barros (PSD).

**COMPOSIÇÃO**

- P. S. D.**
  - TITULARES**
    - Eugênio Barros.
    - José Feliciano.
  - SUPLENTES**
    - 1. Atilio Fontana.
    - 2. Pedro Ludovico.
- P. T. B.**
  - TITULARES**
    - Raul Giuberti.
    - Dix-Huit Rosado.
    - Nelson Maculan (Licenciado).

**SUPLENTE**  
 1 Eduardi Catalão (\*).  
 2 Aarão Steinbruch.  
 3 Vago.

**U. D. N.**  
**TITULARES**  
 Lopes da Costa.  
 Antônio Carlos.

**SUPLENTE**  
 1 Daniel Krieger.  
 2 João Agripino.

**SUBSTITUTOS**  
**Reuniões**  
 Quartas-feiras, às 16 horas.  
 Secretário: J. Ney Passos Dantas  
 Auxiliar Legislativo PL-9.

**Comissão de Constituição e Justiça**  
 (11 MEMBROS)  
 Presidente — Milton Campos (UDN)  
 Vice-Presidente — Wilson Gonçalves (PSD)

**COMPOSIÇÃO**  
**P. S. D.**  
**TITULARES**  
 Jefferson de Aguiar  
 Rui Carneiro.  
 Lobão da Silva.  
 Wilson Gonçalves.  
 Josaphat Marinho.

**SUPLENTE**  
 1 Menezes Pimentel (licenciado).  
 2 Leite Neto.  
 3 Benedito Valladares.  
 4 Aarão Steinbruch.

**P. I. B.**  
**TITULARES**  
 Amaury Silva (licenciado).  
 Bezerra Neto.  
 Edmundo Levi.

**SUPLENTE**  
 1 Argemiro de Figueiredo (\*\*).  
 2 Silvestre Pereira.  
 3 Melo Braga.

**U. D. N.**  
**TITULARES**  
 Aloysio de Jarva.  
 Milton Campos.

1 Afonso Arinos.  
 2 Daniel Krieger  
 3 João Agripino.

**Reuniões**  
 Quarta-feira às 16 horas.  
 Secretário: Ronaldo Ferreira Dias  
 Oficial Legislativo PL-8.

**Comissão de Economia**  
 (9 MEMBROS)  
 Presidente — Fulinto Müller (PSD)  
 Vice-Presidente — José Ermírio — (P.B.)

**COMPOSIÇÃO**  
**P. S. D.**  
**TITULARES**  
 Fulinto Müller.  
 Eugênio Barros.  
 Almo Fontana.  
 José Guilomard (licenciado).

**SUPLENTE**  
 1 Jefferson de Aguiar (\*).  
 2 Sigefredo Pacheco  
 3 Sebastião Archer  
 4 Josaphat Marinho  
 5 José Kairala.

**P. I. B.**  
**SUBSTITUTOS**  
**TITULARES**  
 José Ermírio  
 Nelson Maculan (licenciado)  
 Júlio Leite

**SUPLENTE**  
 1 Oscar Passos (\*\*)  
 2 Bezerra Neto

(\*) — Em substituição ao Senhor José Guilomard como titular.  
 (\*\*) — Em substituição ao Senhor Nelson Maculan, como titular.

**Comissão do Distrito Federal**  
 (7 MEMBROS)  
 Presidente — Lino de Matos.  
 Vice-Presidente — Pedro Ludovico.

**COMPOSIÇÃO**  
**P. S. D.**  
**TITULARES**  
 Menezes Pimentel.  
 Pedro Ludovico.  
 Lino de Matos.

**SUPLENTE**  
 1 Fulinto Müller.  
 2 Eugênio Barros.  
 3 Heribaldo Vieira.

**P. I. B.**  
**TITULARES**  
 Oscar Passos.  
 Dix-Huit Rosado.

**SUPLENTE**  
 1 Aarão Steinbruch.  
 2 Antônio Jucá.

**U. D. N.**  
**TITULARES**  
 Dinarte Mariz.  
 Eurico Rezende.

**SUPLENTE**  
 1. Lopes da Costa.  
 1. Zacharias de Assunção.

**Reuniões**  
 Quintas-feiras às 10 horas.  
 Secretário: Juneta Ribeiro dos Santos,  
 Oficial Legislativo PL-8.

**Comissão de Finanças**  
 (15 MEMBROS)  
 Presidente — Argemiro de Figueiredo — (PTB).  
 Vice-Presidente — Daniel Krieger — (UDN).

**COMPOSIÇÃO**  
**P. S. P.**  
**TITULARES**  
 Victorino Freire.  
 Lobão da Silva.  
 Sigefredo Pacheco.  
 Wilson Gonçalves.  
 Leite Neto.

**SUPLENTE**  
 1. José Guilomard (licenciado).  
 2. Eugênio Barros.  
 3. Menezes Pimentel.  
 4. Afílio Fontana.  
 5. Pedro Ludovico.

**SUBSTITUTOS**  
 1. José Kairala.

(\*) — Em substituição ao Senhor José Guilomard como titular.  
 (\*\*) — Em substituição ao Senhor Nelson Maculan, como titular.

**Comissão de Educação e Cultura**  
 (7 MEMBROS)  
 Presidente — Menezes Pimentel (PSD)  
 Vice-Presidente — Padre Calazans — (UDN)

**COMPOSIÇÃO**  
**P. S. D.**  
**TITULARES**  
 Menezes Pimentel  
 Walfredo Gurgel

**SUPLENTE**  
 1. Benedito Valladares  
 2. Sigefredo Pacheco

**SUBSTITUTOS**  
 1. Leite Neto

**P. I. B.**  
**TITULARES**  
 Pessoa de Queiroz  
 Amaury Silva (licenciado)

**SUPLENTE**  
 1. Vago.  
 2. Vago.

**U. D. N.**  
**TITULARES**  
 Antonio Carlos  
 Padre Calazans  
 Mem de Sá

**SUPLENTE**  
 1. Adolfo Franco  
 2. Milton Campos  
 3. Arnob de Melo

**Reuniões:** 4<sup>as</sup>-feiras — 15 00 horas  
 Secretário: Vera de Alvarénga Mafra  
 Oficial Legislativo PL-7.

**Comissão de Finanças**  
 (15 MEMBROS)  
 Presidente — Argemiro de Figueiredo — (PTB).  
 Vice-Presidente — Daniel Krieger — (UDN).

**COMPOSIÇÃO**  
**P. S. P.**  
**TITULARES**  
 Victorino Freire.  
 Lobão da Silva.  
 Sigefredo Pacheco.  
 Wilson Gonçalves.  
 Leite Neto.

**SUPLENTE**  
 1. José Guilomard (licenciado).  
 2. Eugênio Barros.  
 3. Menezes Pimentel.  
 4. Afílio Fontana.  
 5. Pedro Ludovico.

**SUBSTITUTOS**  
 1. José Kairala.

(\*) — Em substituição ao Senhor José Guilomard como titular.  
 (\*\*) — Em substituição ao Senhor Nelson Maculan, como titular.

**P. T. B.**  
**TITULARES**  
 Argemiro de Figueiredo.  
 Bezerra Neto.  
 Dix-Huit Rosado.  
 Pessoa de Queiroz.  
 José Ermírio.

**SUPLENTE**  
 1. Nelson Maculan (licenciado).  
 2. Lino de Matos.  
 3. Amaury Silva (licenciado).  
 4. Aurélio Vianna.  
 5. Antônio Jucá.

**SUBSTITUTOS**  
 1. Edmundo Levi.  
 2. Melo Braga.

**U. D. N.**  
**TITULARES**  
 Daniel Krieger.  
 Dinarte Mariz.  
 Irineu Bornhausen.  
 Lopes da Costa.

**SUPLENTE**  
 1. Adolfo Franco.  
 2. Eurico Rezende.  
 3. João Agripino.  
 4. Milton Campos.

**P. I. B.**  
**TITULARES**  
 Mem de Sá.

**SUPLENTE**  
 1. Aloysio de Carvalho.  
**Reuniões:** 4<sup>as</sup> feiras — 10 00 horas.  
 Secretário: Cid Brügger, Auxiliar  
 Legislativo, PL-10.

**Comissão de Legislação Social**  
 (9 MEMBROS)  
 Presidente: Vivaldo Lima — (PTB).  
 Vice-Presidente: Rui Carneiro — (PSD).

**COMPOSIÇÃO**  
**P. S. D.**  
**TITULARES**  
 Rui Carneiro.  
 Walfrida Gurgel.  
 José Guilomard (licenciado).  
 Raul Giubert.

**SUPLENTE**  
 1. Leite Neto.  
 2. Lobão da Silva.  
 3. Eugênio Barros.  
 4. Júlio Leite

**SUBSTITUTOS**  
 1. Afílio Fontana  
 2. José Kairala.

**P. I. B.**  
**TITULARES**  
 Amaury Silva (licenciado).  
 Heribaldo Vieira.  
 Vivaldo Lima

**SUPLENTE**  
 1. Aurélio Vianna (\*\*).  
 2. Pessoa de Queiroz.  
 3. Antônio Jucá

(\*) — Em substituição ao Senhor José Guilomard como titular.  
 (\*\*) — Em substituição ao Senhor Amaury Silva como titular.

(\*) — Em substituição ao Senhor José Guilomard como titular.  
 (\*\*) — Em substituição ao Senhor Amaury Silva como titular.



SUBCOMISSÃO

1. Melo, Brasil

U. D. N.

TITULARES

Eurico Rezende

1. Lopes da Costa

4. Zacarias de Assunção

Reuniões: 4.ª feira às 10 horas.

SUPLENTE

Secretário: Vera de Alvarenga Maranhão, Oficial Legislativo, PL-7

Comissão do Polígono das Sêcas

(7 MEMBROS)

Presidente - Ruy Carneiro (PSD)

Vice-Presidente - Aurélio Vianna (PTB)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Wilson Gonçalves

Ruy Carneiro

SUPLENTE

1. Sigefredo Pacheco

2. Leite Neto

P. I. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado

Aurélio Vianna

SUPLENTE

1. Argemiro de Figueiredo

2. Arnon de Melo

3. Julio Leite

U. D. N.

TITULARES

Dinarte Mariz

Jose Cândido

SUPLENTE

João Agripino

Lopes da Costa

Reunião: 5ª feira - 16 horas

Secretário: Ney Passos Dantas

Auxiliar Legislativo PL-9.

Comissão de Redação

(5 MEMBROS)

Presidente - Dix-Huit Rosado (PTB)

Vice-Presidente - Padre Calazans

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Walfredo Gurgel

Sebastião Archer

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira

2. José Feliciano

SUBSTITUTOS

1. Menezes Pimentel (licenciado)

P. I. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

Heribaldo Vieira

U. D. N.

TITULARES

Padre Calazans

Julio Leite

SUPLENTE

1. João Agripino

2. Josaphat Marinho

Reuniões: 4ª Feiras às 16 horas

Secretário: Sarah Abrahão, Oficial

Legislativo, PL-8

Comissão de Relações Exteriores

(11 MEMBROS)

Presidente - Jefferson de Aguiar (PSD)

Vice-Presidente - Passos de Queiroz (PIB)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Benedito Valladares

Filinto Müller

Jefferson de Aguiar

Aarão Steinbruch

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel

2. Ruy Carneiro

3. José Guimard (licenciado)

4. Victorino Freire

SUBSTITUTOS

1. José Kairala

P. I. B.

TITULARES

Pessoa de Queiroz

Vivado Lima

Eduardo Catalão

SUPLENTE

1. Oscar Passos

2. Argemiro de Figueiredo

3. Antônio Jucá

U. D. N.

TITULARES

Antônio Carlos

Jose Cândido

Padre Calazans

Arnon de Melo

SUPLENTE

1. Daniel Krieger

2. Eurico Rezende

3. João Agripino

4. Mem de Sá

Reuniões: 5ªs-feiras - 15.00 horas

Secretário: Castejon J. B. Branco

Oficial Legislativo, PL-6.

Comissão de Saúde

(15 MEMBROS)

Presidente - Lopes da Costa - UDN

Vice-Presidente - Dix-Huit Rosado (PTB)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Pedro Ludovico

Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

1. Eugenio Bastos

2. Walfredo Gurgel

P. I. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

Antônio Jucá

U. D. N.

SUPLENTE

Lopes da Costa

SUPLENTE

Padre Calazans

COMISSÃO

Raul Gilberti

Reuniões: Quintas-feiras - 16 horas

Secretário: Eduardo de Barros

Auxiliar Legislativo PL-10

Comissão de Segurança Nacional

(7 MEMBROS)

Presidente - Zacarias de Assunção (UDN)

Vice-Presidente - Silvestre Pericles (PTB)

COMPOSIÇÃO

PSD

TITULARES

José Guimard (licenciado)

Victorino Freire

SUPLENTE

1. Ruy Carneiro

1. Athilo Fontana (\*)

SUBSTITUTO

2. José Kairala

P. I. B.

TITULARES

Silvestre Pericles

Oscar Passos

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado

2. Vago

U. D. N.

TITULARES

Irineu Bornhausen

Zacharias de Assunção

SUPLENTE

1. Adolfo Franco

2. Eurico Rezende

P. S. P.

TITULAR

Raul Gilberti

SUPLENTE

1. Miguel Couto

Reuniões: Quintas-feiras - (16 horas)

Secretário: Alexandre Pfaender, Oficial Legislativo PL-8.

(\*) - Em substituição ao Sr. José Guimard, como titular.

Comissão de Serviço Público Civil

(7 MEMBROS)

Presidente - Silvestre Pericles (PTB)

Vice-Presidente - Leite Neto (PSD)

COMPOSIÇÃO

PSD

TITULARES

Leite Neto

Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

1. Victorino Freire

2. Benedito Valladares

PTB

TITULAR

Silvestre Pericles

Nelson Maculan (licenciado)

SUPLENTE

1. Edmundo Levi

2. Vago

UDN

TITULAR

ANTÔNIO CARLOS

COMISSÃO

Antônio Carlos

Padre Calazans

SUPLENTE

1. Dinarte Marins

2. Lopes da Costa

PL

TITULAR

Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Mem de Sá

Reuniões: Terças-feiras - 10.00 horas

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Auxiliar Legislativo PL-9

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

(3 MEMBROS)

Presidente José Feliciano (PSD)

Vice-Presidente - Irineu Bornhausen (UDN)

PSD

TITULARES

José Feliciano

Sebastião Archer

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar

2. Filinto Müller

PTB

TITULARES

Bezerra Neto

Lino de Matos

SUPLENTE

1. Silvestre Pericles

UDN

TITULAR

Irineu Bornhausen

SUPLENTE

Zacharias de Assunção

Reuniões: Quartas-feiras - 10.00 horas

Secretário: Alexandre Pfaender, Oficial Legislativo, PL-8.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961.

Dispõe sobre: Altera os artigos 26, 56, 58, 60, 110 e o parágrafo único do art. 112 da Constituição Federal.

- organização administrativa do Distrito Federal;

- vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal;

- regime de rendas do Distrito Federal;

- composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e do Tribunal Superior Eleitoral;

- processo de escolha do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal;

- aplicação da cota do imposto de renda atribuída aos Municípios;

Eleita em 15-6-1961, com exceção dos Srs. Senadores:

Barros Carvalho - designado em 30-2-1962.

Nelson Maculan - designado em 15-5-1963.

Lobão da Silveira - designado em 23-4-1963.

Lopes da Costa - designado em 29-10-1963.

## SUPLENTE

Até 14-12-1962 — Requerimento número 611-61, aprovado em 15-12-61;  
Até 15-12-1963 — Requerimento nº 778-62, aprovado em 12-12-62.

## Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — Relator — PSD.
- 2 Lobão da Silveira — PSD.
- 3 Ruy Carneiro — PSD.
- 4 Benedito Vallaçares — PSD.
- 5 Wilson Gonçalves — PSD.
- 6 Nelson Maculan — PTB.
- 7 Silvestre Péricles — PTB.
- 8 Nogueira da Gama — PTB.
- 9 Barros Carvalho — PTB.
- 10 Daniel Krieger — Vice-Presidente — UDN.
- 11 Lopes da Costa — UDN.
- 12 Milton Campos — UDN.
- 13 Heribaldo Vieira — UDN.
- 14 Ruy Palmeira — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — PL.
- 16 Mem de Sá — PL.

## Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1961.

Altera o § 1º do art. 181 da Constituição Federal.

(Aposentadoria do funcionário aos trinta anos de serviço).

Eleito em 21-5-62, salvo os Srs Senadores:

Lobão da Silveira  
Wilson Gonçalves e  
Amaury Silva, designado em 23 de abril de 1963.

## Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento número 610-61 aprovado em 14-12-1961

Até 15-12-1963 — Requerimento número 798-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

## Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD.
- 2 Lobão da Silveira — Relator — PSD.
- 3 Ruy Carneiro — PSD.
- 4 Benedito Vallaçares — PSD.
- 5 Wilson Gonçalves — PSD.
- 6 Silvestre Péricles — Relator — PTB.
- 7 Amaury Silva — PTB.
- 8 Nogueira da Gama — PTB.
- 9 Barros Carvalho — PTB.
- 10 Daniel Krieger — UDN.
- 11 Lopes da Costa — UDN.
- 12 Milton Campos — UDN.
- 13 Ruy Palmeira — UDN.
- 14 Heribaldo Vieira — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — Presidente — PL.
- 16 Mem de Sá — PL.

## Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1961.

Da nova redação ao item II d. art. 95 da Constituição Federal.

(Irredutibilidade dos vencimentos dos juizes).

Eleita em 27-6-61, salvo os Senhores Senadores:

Lopes da Costa, designado em 29 de outubro de 1962;  
Lobão da Silveira, designado em 23 de abril de 1963;  
Bezerra Neto, designado em 23 de abril de 1963

## Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento número 609-61 aprovado em 14-12-61;

Até 15-12-63 — Requerimento número 778-62, aprovado em 12-12-62.

## Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD.
- 2 Lobão da Silveira — PSD.
- 3 Ruy Carneiro — PSD.
- 4 Benedito Vallaçares — PSD.
- 5 Wilson Gonçalves — PSD.
- 6 Silvestre Péricles — PTB.
- 7 Bezerra Neto — PTB.
- 8 Nogueira da Gama — PTB.
- 9 Barros Carvalho — PTB.
- 10 Daniel Krieger — UDN.
- 11 Lopes da Costa — UDN.
- 12 Milton Campos — Vice-Presidente — UDN.
- 13 Heribaldo Vieira — UDN.
- 14 Ruy Palmeira — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — PL.
- 16 Mem de Sá — PL.

## Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 7 de 1961.

Da nova redação ao art. 65, item da Constituição Federal.

(Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado incluindo as de propor a exoneração dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente e aprovar o estabelecimento rompimento e restabelecimento de relações diplomáticas com países estrangeiros)

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Senhores Senadores:

Guido Mondin — designado em 29 de outubro de 1962;

Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962;

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963;

Wilson Gonçalves — designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira — designado em 20 de abril de 1963;

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1963;

## Prorrogações.

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 7-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 16 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 780-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

## Membros — Partidos

- 1 Menezes Pimentel — PSD.
- 2 Wilson Gonçalves — PSD.
- 3 Lobão da Silveira — PSD.
- 4 Ruy Carneiro — PSD.
- 5 Guido Mondin — PSD.
- 6 Silvestre Péricles — PSD.
- 7 Vivaldo Lima — PTB.
- 8 Amaury Silva — PTB.
- 9 Pinto Ferreira — PTB.
- 10 Eurico Rezende — UDN.
- 11 Daniel Krieger — UDN.
- 12 Milton Campos — UDN.
- 13 Heribaldo Vieira — UDN.
- 14 Lopes da Costa — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — PL.
- 16 Lino de Matos — PTN.

## Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1961.

Acrescenta item ao art. 3º do Capítulo II — Presidente da República — da Emenda Constitucional nº 4 de 1961 que instituiu o sistema parlamentar de governo (Sobre a exoneração por proposta do Senado do chefe de missão diplomática de caráter permanente).

Eleita em 5 de outubro de 1961, salvo os Srs Senadores:

Vivaldo Lima — Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — Designado em 30 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar — Designado em 23 de abril de 1963;

Ruy Carneiro — Designado em 29 de abril de 1963;

Eurico Rezende — Designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira — Designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto — Designado em 23 de abril de 1962.

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1962.

## Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 608-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 781-62, aprovado em 2 de dezembro de 1962.

## Membros — Partidos

- 1 Menezes Pimentel — PSD.
- 2 Ruy Carneiro — PSD.
- 3 Lobão da Silveira — PSD.
- 4 Jefferson de Aguiar — PSD.
- 5 Guido Mondin — PSD.
- 6 Pinto Ferreira — PSD.
- 7 Bezerra Neto — PTB.
- 8 Amaury Silva — PTB.
- 9 Vivaldo Lima — PTB.
- 10 Daniel Krieger — UDN.
- 11 Eurico Rezende — UDN.
- 12 Milton Campos — UDN.
- 13 Heribaldo Vieira — UDN.
- 14 Lopes da Costa — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — PL.
- 16 Lino de Matos — PTN.

## Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição

Acrescenta dispositivo ao artigo 15 revoga o item V e o § 6º do artigo 19 substitui o § 5º do artigo 19 e o art. 22 da Constituição

(Modifica o regime de discriminação de rendas).

Eleita em 20 de novembro de 1961, salvo os Srs Senadores:

Barros Carvalho — Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — Designado em 19 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar — designado em 28 de abril de 1963;

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto — designado em 23 de abril de 1963;

## Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 605-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961;

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 782-62, aprovado em 2 de dezembro de 1962.

## Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD.
- 2 Menezes Pimentel — PSD.
- 3 Flinto Müller — PSD.
- 4 Guido Mondin — PSD.
- 5 Ruy Carneiro — PSD.
- 6 Amaury Silva — PTB.
- 7 Barros Carvalho — PTB.
- 8 Argemiro Pigueiredo — PTB.
- 9 Bezerra Neto — PTB.
- 10 Daniel Krieger — UDN.
- 11 Eurico Rezende — UDN.
- 12 Milton Campos — UDN.
- 13 Heribaldo Vieira — UDN.
- 14 Ruy Palmeira — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — PL.
- 16 Lino de Matos — PTN.

## Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10, de 1961.

Acrescenta parágrafo ao art. 15 da Constituição Federal (aplicação da parcela proveniente das cotas de impostos destinadas aos Municípios).

Eleita em 28.2.1962, salvo os Srs Senadores:

Lopes da Costa — designado em 30.3.1962;

Guido Mondin — designado em 29.10.1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23.4.1963;

Eurico Rezende — designado em 23.4.1963;

João Agripino — designado em 23.4.1963;

Silvestre Péricles — designado em 23.4.1963;

Catete Pinheiro — designado em 23.4.1963.

## Senadores — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD.
- 2 Wilson Gonçalves — PSD.
- 3 Ruy Carneiro — PSD.
- 4 Lobão da Silveira — PSD.
- 5 Guido Mondin — PSD.
- 6 Silvestre Péricles — PTB.
- 7 Nogueira da Gama — PTB.
- 8 Barros Carvalho — PTB.
- 9 Vago — PTB.
- 10 Milton Campos — UDN.
- 11 Heribaldo Vieira — UDN.
- 12 Lopes da Costa — UDN.
- 13 João Agripino — UDN.
- 14 Eurico Rezende — UDN.
- 15 Josephat Marinho — S. Legenda.
- 16 Lino de Matos — PTN.

## Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 11, de 1963.

Acrescenta parágrafos 4º e 5º ao art. 28 da Constituição Federal (Criação de novos Municípios).

Eleita em 28.3.1962, salvo os Srs Senadores:

Guido Mondin — designado em 25.10.1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23.4.1963;

Eurico Rezende — designado em 23.4.1963;

João Agripino — designado em 13.4.1963;

Catete Pinheiro — designado em 23.4.1963.

## Prorrogação:

Até 15-12-1963 — requerimento nº 184-62, aprovado em 12-12-62.

## Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD.
- 2 Wilson Gonçalves — PSD.
- 3 Ruy Carneiro — PSD.
- 4 Lobão da Silveira — PSD.
- 5 Guido Mondin — PSD.
- 6 Silvestre Péricles — PTB.
- 7 Nogueira da Gama — PTB.
- 8 Barros Carvalho — PTB.
- 9 Milton Campos — UDN.
- 10 Heribaldo Vieira — UDN.
- 11 Eurico Rezende — UDN.
- 12 João Agripino — UDN.
- 13 Lopes da Costa — UDN.
- 14 Aloysio de Carvalho — PL.
- 15 Miguel Couto — PSP.
- 16 Catete Pinheiro — PTN.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1962.**

(Altera a redação do art. 186 da Constituição, referente a obrigatoriedade de concurso para a investidura em cargo inicial da carreira, instituindo a proibição de nomeações interinas).

Eleita em 10-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Menezes Pimentel — designado em 15-5-1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Leite Neto — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

João Agripino — designado em 23-4-1963;

Aurélio Vianna — designado em 23-4-1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 785-62, aprovado em 12-12-1963.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Silvestre Géricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Eurico Rezende — UDN
13. João Agripino — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Aurélio Vianna — PSE.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1962.**

(Institui nova discriminação de rendas em favor dos Municípios brasileiros).

Eleita em 23-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Leite Neto — designado em 23-4-1963;

Josaphat Marinho — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

Prorrogação:

Até 15-12-1962 — Requerimento nº 706-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD

5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Silvestre Péricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Lino de Mattos — PTN

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1963**

Originário da Câmara dos Deputados

Que dá nova redação ao § 1º do art. 28 da Constituição Federal (autonomia dos Municípios).

Designação em 22 de outubro de 1963

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD;  
 Ruy Carneiro — PSD;  
 Wilson Gonçalves — PSD;  
 José Feliciano — PSD;  
 Lobão da Silveira — PSD;  
 Bezerra Neto — PTB;  
 Edmundo Levi — PTB;  
 Argemiro de Figueiredo — PTB;  
 Melo Braga — PTB;  
 Milton Campos Presidente — UDN;  
 Aloysio de Carvalho — UDN  
 Afonso Arinos — UDN;  
 Eurico Rezende — UDN;  
 Josaphat Marinho (Relator) — Pequenas Representações;  
 Aurélio Vianna — Pequenas Representações;  
 Júlio Leite (Vice-Presidente) — Pequenas Representações.

**Comissão Especial para estudar a situação da Casa da Moeda.**

(7 MEMBROS)

Criada em virtude da aprovação do Requerimento nº 561-63 do Sen Jefferson de Aguiar, na sessão de 14-8-63.

Designação em 28-8-1963

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD  
 Wilson Gonçalves — PSD  
 Arthur Virgílio — PTB  
 Edmundo Levy — PTB  
 Adolpho Franco — UDN  
 Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN  
 Josaphat Marinho — S/legenda.

**Comissão Especial para o estudo das causas que dificultam a produção agro-pecuária e suas repercussões negativas na exportação.**

(Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 26-8-1963).

(6 MEMBROS)

Membros — Partidos

- José Feliciano — PSD  
 Sigefredo Pacheco (Vice-Presidente) — PSD  
 José Ermirio (Presidente) — PTB  
 Lopes da Costa — UDN  
 Aurélio Vianna (Relator) — Pequenos Partidos.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1962.**

(Dispõe sobre a data do plebiscito previsto na Emenda Constitucional nº 4).

Eleita em 10-7-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves  
 Leite Neto  
 João Agripino  
 Eurico Rezende e  
 Josaphat Marinho (designado em 23-4-1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 787-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Silvestre Péricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. João Agripino — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Josaphat Marinho — S/legenda

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 5 de 1962.**

Dá nova redação ao art. 20 da Constituição.

(Determina a entrega aos Municípios de 30% da arrecadação dos Estados quando exceder as rendas municipais).

Eleita em 13-9-1962, salvo os Srs. Senadores.

Wilson Gonçalves  
 Leite Neto

Josaphat Marinho

Eurico Resende

Miguel Couto (designado em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 789-62, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Vago — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Campos — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Eurico Resende — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Miguel Couto — PSP

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1962.**

Altera a redação dos §§ 1º e 3º do art. 60 da Constituição Federal.

(Aumenta para 4 o número de representantes dos Estados e do Distrito Federal no Senado).

Eleita em 13-9-1962, salvo os Srs. Senadores

Josaphat Marinho  
 Wilson Gonçalves  
 Eurico Resende  
 Julio Leite (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 790-62, aprovado em 12-12-1962

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedito Valladares — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Vago — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Eurico Resende — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Julio Leite — PR

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1962.**

Revoga a Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema parlamentar de governo e o art. 61 da Constituição Federal, de 18 de setembro de 1946.

Eleita em 6.12.1963, entre os Srs. Senadores

- Wilson Gonçalves
- Eurico Resende
- Amaury Silva e
- Raul Gluberti (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 — Requerimento nº 791-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Pedro Ludovico — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedito Vailatares — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Eurico Resende — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Raul Gluberti — PSP

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1963.**

Altera a redação do inciso IX do art. 157 da Constituição referente ao trabalho de menores e mulheres e ao trabalho em indústrias insalubres.

Designada em 23-4-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Heribaldo Vieira — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Silvestre Péricies — PTB
11. Arthur Virgílio — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Josaphat Marinho — S. legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1963.**

Altera os arts. 141, 146 e 147 da Constituição Federal (referente ao direito de propriedade).

Designada em 23-4-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Silvestre Péricies — PTB
11. Argemiro de Figueiredo — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Josaphat Marinho — S. legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1963.**

Dá nova redação aos artigos nºs 26 e 63 da Constituição Federal (administração do Distrito Federal e matéria da competência privativa do Senado).

Eleita em 2-5-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Eduardo Cataião — PTB
11. Vasconcelos Torres — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
16. Aloysio de Carvalho — Pequenos Partidos
16. Josaphat Marinho — Pequenos Partidos

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1963.**

Dá nova redação aos arts. 44 e 65 da Constituição Federal para conceder imunidades aos vereadores.

Designada em 20-5-1963

Senadores — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Lobão da Silveira — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Menezes Pimentel — PSD
- Leite Neto — PSD
- Amaury Silva — PTB

- Bezerra Neto — PTB
- Pinto Ferreira — PTB
- Silvestre Péricies — PTB
- Adalberto Sena — PTB
- Eurico Rezende — UDN
- Milton Campos — UDN
- João Agripino — UDN
- Aloysio de Carvalho — PL
- Josaphat Marinho — S.legenda

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 5, de 1963.**

Dá nova redação ao item II e ao § 4º do artigo 19 da Constituição referentes ao Imposto de Vendas e Consignações:

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Humberto Nader — PTB
11. Argemiro de Figueiredo — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Josaphat Marinho — Pequenos Partidos

**Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.**

Criada em virtude da aprovação em 13-9-1963, sessão extraordinária do Requerimento nº 655-63, do Sr. Senador José Ermirio

(9 MEMBROS)

Membros — Partidos

- José Feliciano — PSD
- Atílio Fontana — PSD
- Eugênio Barros — PSD
- José Ermirio (Relator) — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Melo Braga — PTB
- Lopes da Costa — UDN
- Milton Campos (Presidente) — UDN
- Júlio Leite (Vice-Presidente) — Pequenas Representações.

**Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas.**

Criada em virtude da aprovação em 2-8-1963, do Requerimento nº 531-63, do Senador Gouveia Vieira.

(5 MEMBROS)

Membros — Partidos

- Atílio Fontana (Presidente) — PSD
- José Feliciano (Vice-Presidente) — PSD
- José Ermirio (Relator) — PTB

- Adolpho Franco — UDN
- Aurélio Vianna — Pequenas Representações.

**Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional.**

(6 MEMBROS)

(Criada pela Resolução nº 11-63)

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Leite Neto (Presidente) — PSD
- Nelson Maculan — PTB
- João Agripino (Relator) — UDN
- Josaphat Marinho — Pequenas Representações.

**Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas**

(Criada em virtude da aprovação em 2-8-1963, do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira)

(5 MEMBROS)

Membros — Partidos

- Atílio Fontana (Presidente) — PSD
- José Feliciano (Vice-Presidente) — PSD
- José Ermirio (Relator) — PTB
- Adolpho Franco — UDN
- Aurélio Vianna — Pequenas Representações.

**Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização**

(Criada em virtude da aprovação em 18-9-1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 683 de 1963, do Sr. Senador José Ermirio)

(9 MEMBROS)

Membros — Partidos

- José Feliciano — PSD
- Atílio Fontana — PSD
- Eugênio Barros — PSD
- José Ermirio (Relator) — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Melo Braga — PTB
- Lopes da Costa — UDN
- Milton Campos — Presidente UDN
- Júlio Leite — Vice-Presidente — Pequenas Representações.

**Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acêrvos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional**

(Criada pela Resolução nº 11 de 1963).

(6 MEMBROS)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.  
Leite Neto (Presidente) — PSD.  
Nelson Maculan (Vice-Presidente) — PTB.  
João Agripino (Relator) — UDN.  
Josaphat Marinho — Pequenas Representações.

**Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos apontados da tribuna do Senado, na Sessão de 23 de corrente, e outros relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento dos Correios e Telégrafos.**

(Criada em virtude da aprovação em 7-11-1963, sessão extraordinária, da Resolução nº 32, de 1963, apresentada pelo Senhor Senador Jefferson de Aguiar e outros Senhores Senadores).  
(Criada pela Resolução nº 32, de 1963)

MEMBROS — PARTIDOS

Presidente: Wilson Gonçalves — PSD

Vice-Presidente: Leite Neto — PSD

Relator: Eurico Rezende — UDN

Jefferson de Aguiar — PSD

Atílio Fontana — PSD

Artur Virgílio — PTB

Bezerra Neto — PTB

Aurélio Vianna — PTB

Júlio Leite — PTB

Melo Braga — PTB  
João Agripino — UDN  
Daniel Krieger — UDN

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1963.**

Altera o art. 138 da Constituição Federal (inelegibilidades).  
Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
José Feliciano — PSD  
Walfredo Gurgel — PSD  
Argemiro de Figueiredo — PTB  
Bezerra Neto — PTB  
Silvestre Péricles — PTB  
Edmundo Levi — PTB  
Eurico Rezende — UDN  
Milton Campos — UDN  
Aloysio de Carvalho — UDN  
Afonso Arinos — UDN  
Josaphat Marinho — Sem Legenda  
Raul Gubert — Pequenas Representações.  
Júlio Leite — Pequenas Representações.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1963.**

Da nova redação ao § 4º de art. 182 da Constituição Federal (transferência para a reserva de militar da ativa que se candidatar a cargo eletivo). Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
José Feliciano — PSD  
Walfredo Gurgel — PSD  
Argemiro de Figueiredo — PTE  
Bezerra Neto — PTB  
Silvestre Péricles — PTB  
Edmundo Levi — PTB  
Eurico Rezende — UDN  
Milton Campos — UDN  
Aloysio de Carvalho — UDN  
Afonso Arinos — UDN  
Josaphat Marinho — Sem Legenda  
Raul Gubert — Pequenas Representações.  
Júlio Leite — Pequenas Representações.





# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SECÃO II

ANO XIX — N.º 14

CAPITAL FEDERAL

TÉRÇA-FEIRA, 21 DE JANEIRO DE 1964

## SENADO FEDERAL

### Expediente Despachado

Respostas a pedidos de informações encaminhados pelo Senado (do Ministro das Relações Exteriores):

Aviso nº 51, de 19 de dezembro — com referência ao Requerimento número 1.075-63, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

Aviso nº 52, de 19 de dezembro de — com referência ao Requerimento nº 741-63, do Sr. Senador Mem de Sá

### AVISOS

Do Sr. Ministro Presidente ao Tribunal de Contas da União, ns 100 e 101, de 17 do mês em curso, nos seguintes termos:

Aviso nº 100

Sr. Secretário:

Comunico a V. Ex.<sup>a</sup> para os devidos fins, que este Tribunal, tendo presente o processo originado da Representação datada de 14 do corrente, da 1.<sup>a</sup> Diretoria de Fiscalização Financeira desta Corte, relativo à tabela dos créditos orçamentários atribuídos a essa Casa, para o vigente exercício, no Anexo 2, Subanexo 2.02, da Lei nº 4.295, de 16-12-63, resolveu, em Sessão de 17 de janeiro citado, ordenar o registro e a distribuição dos créditos constantes da tabela em apreço, como foi publicada (Diário Oficial de 18-1-1964 — fls. 325 — 1.<sup>a</sup> coluna), ante a solicitação feita no Processo nº TC-1.795 de 1964.

Reitero a V. Ex.<sup>a</sup> os protestos de elevada estima e distinta consideração. — Vergniaud Wanderley, Ministro-Presidente.

Aviso nº 101

Sr. Secretário:

Comunico a V. Ex.<sup>a</sup> para os devidos fins, que este Tribunal, tendo presente o processo originado da Aviso nº 5, de 10 de janeiro corrente, dessa Casa, com a tabela pertinente aos créditos consignados no Orçamento para 1964 — Lei nº 4.295 de 16-12-63, constantes do Anexo 2 — Poder Legislativo, 2.02 Senado Federal, resolveu, em sessão de 17 de janeiro atual, ordenar o registro e a distribuição dos créditos a que se referem as tabelas anexas ao referido processo, como foram elaboradas, com exclusão dos itens 05 e 13 da Consignação 1:1.01, cujo registro foi ordenado no Processo nº 1.923-64, na mesma sessão

Reitero a V. Ex.<sup>a</sup> os protestos de elevada estima e distinta consideração. — Vergniaud Wanderley, Ministro-Presidente.

### UNIÃO INTERPARLAMENTAR GRUPO BRASILEIRO

De ordem do Sr. Presidente, convocou a Comissão Executiva do Grupo brasileiro da União Interparlamentar para uma reunião a realizar-se quarta-feira, dia 22 do corrente, às 17 horas, na sala da Comissão de Transportes e Obras Públicas da Câmara dos Deputados. — A. Lazary Guedes, Secretário-Geral.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR JOSAPHAT MARINHO, NA SESSÃO DE 13 DE DEZEMBRO DE 1963, QUE SE REPRODUZ POR TER SAÍDO COM INCORREÇÕES.

### O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, ao encerrar-se a presente sessão legislativa, parece-me que cabem algumas observações a respeito da deformação do diálogo democrático no Brasil.

Nos primeiros dias deste ano quando aqui nos reuníamos, havia uma expectativa geral de que medidas de profundidade, de ordem institucional e econômico-financeiras, poderiam ser adotadas pelo Poder Legislativo e pelo Poder Executivo.

Nos entendimentos que se desdobravam, verificava-se uma conjugação de vontades no sentido de que os órgãos dos poderes políticos promovessem as ações adequadas de maneira que fossem atendidas algumas das justas solicitações do povo brasileiro. Mas, à medida que os meses decorreram, apurou-se que um processo de deformação prejudicou a conquista dessas aspirações.

Foram e são vários os sintomas desse desvio do diálogo democrático entre nós. A radicalização de posições, no plano político confundiu violência de balavras com clareza de atitudes. Perdeu-se a justa medida da discussão dos problemas, convertendo-se a análise deles numa polémica em que a paixão prejudicou a fixação de soluções planejadas.

Dessa radicalização resultou um outro fenômeno grave para o desenvolvimento de nossa vida política: a intolerância ideológica. Nas trincheiras em que se colocaram os combatentes o espírito de intolerância não permiti-

tiu que as divergências reunissem os homens e as correntes para o encontro das fórmulas reclamadas para a solução dos angustiantes problemas de ordem social, econômica, financeira e política, que a "estão. Cada grupo passou a considerar-se proprietário exclusivo da verdade. Ninguém quis reconhecer ao adversário nem correção nem sinceridade, nem boa fé, nem segurança de propósitos. Todos se distanciaram como se fosse possível, num quadro político tão complexo, como o brasileiro, atribuir a um ou a determinados grupos apenas a solução das imensas dificuldades que estamos experimentando. Essa irreductibilidade conduziu a que se reaviassem aquelas divergências de posição que tanto prejudicaram a vida política brasileira entre 1935 e o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937.

Ainda uma vez, com exagero, passamos a dividir os homens e as correntes políticas entre direita e esquerda. A intolerância não permitiu que reconhecêssemos a legitimidade do direito dos que, não querendo se situar em qualquer destas posições, noutra se colocassem. Extremou-se o entendimento, de tal sorte que ou grupos se submetiam ao pensamento de outros ou a malícia dominaria a interpretação do procedimento de todos. Verificou-se afinal que, dessa exacerbação, ainda se pretendeu que as próprias entidades políticas se submetessem a determinadas correntes de opinião. Os que se consideraram detentores da verdade no caminho do progresso, entenderam que os homens públicos e os órgãos a que pertencem deveriam ser subjugados, submetidos ao pensamento daquelas correntes que defendiam seus propósitos ou seus pontos de vista. Os que situavam no pensamento conservador, geralmente chamado de direita, passaram, de outro lado, a cognominar de extremista ou de comunista quantos não se situassem na defesa dos privilégios dominantes. Quebrou-se, assim, a liberdade de pensar e de interpretar, própria de uma ordem democrática legítima. Homem de pensamento socialista que sou, e, por isso mesmo, defensor de todas as reformas, não pude entretanto enquadrar-me nesse sistema de aprisionamento das idéias e dos políticos. Não me submeto e espero que não haja de submeter-me à tirania de nenhuma das duas correntes. Não reconheço a nenhum a prerrogativa de detentora da verdade, defendendo as reformas, votando-as como me parecerem adequadas. Acredito, entretanto, que é do meu dever de militante de uma ordem democrática respeitar a posição

### ATA DA 20ª REUNIÃO, EM 20 DE JANEIRO DE 1964 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA

PRESIDENCIA DO SR. JOAQUIM PARENTE.

As 15 horas acham-se presentes os Srs. Senadores:

- Vivaldo Lima.
- Joaquim Parente.
- Menezes Pimentel.
- Dinarte Mariz.
- Argemiro de Figueiredo.
- Josaphat Marinho.
- Jefferson de Aguiar.
- Vasconcelos Torres
- José Feliciano.
- Filinto Müller.
- Bezerra Neto.
- Irineu Bornhauser. (12)

### O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 12 Srs. Senadores. Não há número para abertura da sessão. Decorrido o prazo regimental de 30 minutos e perdurando ainda a falta de "quorum", encerro a presente reunião, designando para a próxima sessão, a seguinte

ORDEM DO DIA  
SESSÃO DE 21 DE JANEIRO DE 1964

(Terça-feira)

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1963 (n.º 23-A, na Casa de origem) que aprova o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1962, tendo pareceres favoráveis sob números 799, 800, 801 e 802, de 1963, das Comissões: de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; de Educação e Cultura e de Finanças.

— 2 —

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do cinquentenário da fundação da Prelazia do "Alto Solimões", tendo parecer nº 355, de 1963, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido em 1.º turno.

(Encerra-se a reunião às 15 horas e 5 minutos).

# EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO FERREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

### DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

#### ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONARIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 50,00	Semestre .....	Cr\$ 39,00
Ano .....	Cr\$ 96,00	Ano .....	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano .....	Cr\$ 136,00	Ano .....	Cr\$ 103,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 a, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

dos demais que de mim divirjam. Posso não aceitar as idéias que defendam, as posições que assumam, mas não tenho o direito de generalizar críticas que apresentem todos os adversários das minhas posições como inimigos do progresso ou das transformações necessárias. Até porque entendo que a fixação em sistemas doutrinários nem sempre é a melhor forma para a realização das transformações que operam a felicidade geral dos povos.

O que a experiência vem revelando antes, é que a realidade dos fatos sociais e políticos não se harmoniza com a rigidez dos sistemas políticos e filosóficos.

Num País como o Brasil particularmente, há que transigir na colocação dos pontos de vista doutrinários, a fim de que dos entendimentos necessários sejam extraídas as fórmulas hábeis à conquista das reformas reclamadas.

Dir-se-á que na transigência há sempre perda da substância de um princípio ou da amplitude de uma dada posição. Sem dúvida. Mas também é verdade que, a não ser entre aqueles povos em que ocorram revoluções sociais de profundidade, não há transformações que se alcancem em tempo razoável e não pela transigência, pelo entendimento das diferentes correntes em que se divide a opinião do País.

Nesse combate não se transige para conquistar posições. Transige-se para encontrar o caminho mais próprio à realização — ainda que parcial — daquelas reformas consideradas indispensáveis. Nem há inconveniente nesse procedimento.

Também é da história de todos os povos que, quando há caldo de cultura para a revolução violenta, as reformas são alcançadas progressivamente. A própria história do capitalismo, a sua decadência revela que, na medida em que as classes antes consideradas inferiores, galgam posições no plano político, através das concessões dos detentores do privilégio, marcha-se para a transformação da ordem social e econômica. É que uma concessão abre sempre oportunidade a que as classe que lutam possam conquistar novos direitos, novas vantagens, novas prerrogativas.

Se quer, porém, num país como o Brasil, efetuar as reformas dentro da ordem instituída, mas num impeto, o resultado é o que se está verificando: elas não são alcançadas.

A sensibilidade política, o bom-senso a sabedoria do homem público recomendam que, em tais situações, o que se deve é transigir para vencer. Não transigindo, ocorrerá o que se está verificando no Brasil: as reformas não se operam. E há mais: não se operam as reformas e se vai restaurando no País um sistema de vida política que parecia desterrado de nossa evolução.

Como o diálogo não se desenvolve regularmente, nem se está desenvolvendo, em torno de princípios e, conseqüentemente, de maneira impessoal, volta-se, aos poucos, ao caduco diálogo Governo-Oposição.

Nesse diálogo perdem as duas forças.

Sacudido pelas críticas da Oposição, o Governo julga-se quase sempre, através de seus componentes, ultrajado e ofendido. E porque se julga ultrajado e ofendido, assume, no debate, a atitude que condena, considerando seus adversários inimigos do regime, portadores de ódio e de paixão: condena-os com a mesma linguagem virulenta que critica.

A oposição por sua vez, repete o erro do Governo: aceita o debate em termos virulentos, numa linguagem

imprópria ao desenvolvimento da vida política. E assim, Governo e Oposição, por impropriedade de métodos perdem autoridade diante da opinião pública.

Num fim de sessão legislativa, devemos ter a lealdade de proclamar esses fatos para no repouso que tivermos meditarmos sobre a necessidade de revisão dos nossos meios e processo de ação, porque, na medida em que no extremamos nesse debate pessoal e pequenino, perdemos mais do que o respeito: perdemos a estima da opinião pública.

Mas como o abismo atrai o abismo ainda se verifica mais: restabelecimento de um diálogo caduco, porque não de princípios, entre Governo e Oposição. Vê-se que País sente retornar aos quadros de sua vida política a chamada política dos governadores, tão condenada antes de 1930 pelos males que acarretou à Nação.

Nesse restabelecimento de fórmulas superadas desaparecem os Partidos, sucumbindo ante a ação pessoal de alguns de seus representantes.

Em razão dessa deformação do diálogo democrático, múltiplas conseqüências se estão verificando em prejuízo do País.

O Sr. Atilio Fontana — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Nobre Senador, estou ouvindo V. Exa. com toda a atenção. Demonstra V. Exa. uma inteligência lúcida, desenvolvida e focaliza problemas com grande eficiência. Entendo, porém, que a responsabilidade não é apenas dos partidos, nem dos governadores mas dos próprios poderes públicos, a um dos quais, aliás, pertencemos. Não podemos culpar o Executivo, os partidos políticos ou mesmo Governadores

pela atual situação. O próprio Legislativo tem grande parcela de responsabilidade. Agora mesmo, neste fim de sessão legislativa, votaram-se projetos de lei que abrem créditos vultosos sem que se apontem as fontes dos respectivos recursos. Falamos muito em que a inflação vem perturbando a marcha e o desenvolvimento da nação, mas contribuimos para agravá-la. De sorte que como pertencemos ao Poder Legislativo, devemos ter o firme propósito de contribuir para moralizá-la, porque, de outro modo o próprio Legislativo se desmoraliza e abre um precedente dos mais graves, perdendo a autoridade que tem de criticar os outros poderes. É o que desejava dizer.

O SR. JOSAPHAT MARENHO — Agradeço ao nobre Senador Atilio Fontana a colaboração das observações que acaba de fazer. Se S. Exa. estivesse presente desde as primeiras palavras que proferi, teria notado que não há qualquer divergência entre as nossas diretrizes.

Efetivamente responsáveis são os órgãos dos poderes políticos em geral, já o disse. Mas, já agora, poderia acrescentar: os órgãos dos poderes e os órgãos representativos das diferentes classe em que se divide a sociedade brasileira.

Todos estão colaborando por omissão, por paixão, por incompreensão dos seus deveres, para que daquela deformação do diálogo democrático resultem conseqüências gravemente prejudiciais ao desenvolvimento do país. A que vem em primeiro lugar, como resultado dessa deformação, é a interpretação facciosa dos problemas nacionais e de suas soluções.

Não há exagero em dizer-se que chegamos a um instante da vida po-

lítica em que não é possível colocar-se um problema em debate, sem que imediatamente a sua apreciação seja dominada por parcialidade revoltante. Não se distinguem as idéias: marca-se a origem das iniciativas. Se se trata de um projeto oriundo de órgãos da Oposição, imediatamente entre os do Governo não faltam aqueles que passam a considerar a medida como contrária à política instaurada, prejudicial ao plano de desenvolvimento ou vinculada a determinada tendência prejudicial à ordem democrática.

Se, de outro lado, a iniciativa é do Governo, imediatamente setores amplos da Oposição passam a fulminá-la de imprópria, não por sua natureza ou por sua essência, mas pela origem dela.

É uma deformação que prejudica a análise dos problemas, porém, é uma deformação que pode gerar, no País, um movimento de opinião, de rebeldia, de descontentamento, em cuja crista poderá submergir as próprias instituições.

Nem é outra coisa que se está fazendo com as chamadas reformas institucionais e de base. Somos todos, os que exercemos parcela de poder — no Legislativo ou no Executivo — responsáveis pelo não encaminhamento adequado das soluções resumidas. Não há que pensar que a culpa da paralisção das reformas pode ser atribuída apenas ao Governo como também o Governo não se iluda, supondo que transferirá a responsabilidade que lhe cabe aos órgãos da Oposição. Nem pensemos nos outros que, entre as duas forças em contradição, temos posição de independência e que escaparemos de nossa responsabilidade. Todos responderemos perante a grande opinião do País que não nos julga individualmente, mas como membros de corporações do Poder Legislativo ou do Poder Executivo.

Desgraçadamente, não estamos sentindo, na sua profundidade, a extensão do problema. Continuamos a supor que, identificando determinados reformas com o Chefe do Governo da República ou com alguns de seus representantes, marcemos como inaceitáveis tais propósitos, perante a opinião do País.

Os órgãos do Poder Executivo, de outro lado, supõem — e como se enganam! — que, falando apenas nos propósitos da Oposição, convencerão o povo de que as reformas não se operam porque seus adversários não as desejam. Ao povo não interessa esse diálogo; ao contrário, o que o povo, através de cada homem livre ou de suas instituições de classe, está observando é o pronunciamento dos órgãos políticos no Legislativo e no Executivo.

E não estamos extraindo todas as conseqüências aconselháveis dos fatos que vem ocorrendo no Brasil.

Já se disse que o que caracteriza a transformação do mundo de hoje é um fato novo que não se verificava há algumas décadas: a presença do povo como força atuante e portadora de iniciativa própria.

Os fatos aí estão já nos mostrando de alguns anos a esta data que em várias oportunidades o povo tem chamado a si o poder de agir e de deliberar, forçando a que, em seguida, ajam e deliberam os órgãos próprios do poder político.

Isso, porém, em face de uma boa organização democrática, é a subversão do sistema. Significa que os órgãos do poder político, no Executivo como no Legislativo, estão perdendo a liderança, a capacidade de forças

diretoras e orientadoras da opinião. Correm o risco de deixar de ser dirigentes, para serem apenas dirigidos.

Mas, num País como o nosso, sem opinião pública disciplinada ainda, com larga parcela de analfabetos, com imensa população subalimentada, com terríveis problemas decorrentes da inflação e do custo de vida, essa subversão bem está a indicar o que entre nós pode ocorrer. Mas não estamos atentando severamente neste problema. Continuamos a julgar as reformas como medidas de interesse do Governo, ou solicitadas por opinião externa do País, ou então, como desnecessárias.

Há, em verdade, excessos, há exacerbação na colocação do problema das reformas. Mas os órgãos do poder político devem ter a segurança e a clareza necessárias para enfrentar o exame da; soluções aconselháveis. Cabe-lhes repudiarem aquelas reformas que não lhes parecem necessárias; cumpri-lhes modificar aquelas que propostas, não lhe pareçam as mais adequadas. Não devem, entretanto, fugir ao dever de examiná-las e de propugnar pelo alcance das soluções que, interessam ou não ao Governo ou a determinada parcialidade, sejam, contudo, necessárias à felicidade do povo e ao desenvolvimento geral do País.

O Sr. Atilio Fontana — Concedem V. Exa. um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Atilio Fontana — Nobre Senador, entendemos que reformas, de certo modo, podem trazer resultados, quando bem estudadas e bem organizadas. Mas não bastam programas de reformas, se os homens que devem executá-las não têm a mentalidade evoluída a fim de fazê-lo, dentro de um planejamento, eficientemente. Nós, no Brasil, lamentavelmente, observamos isto: quase sempre se toma a deliberação de reformar este ou aquele setor administrativo, sem resultado.

Nos últimos anos, foram feitas algumas reformas. No tempo do sistema parlamentarista, por exemplo, foi feita uma reforma estrutural no Ministério da Agricultura. No entanto, a situação continuou a mesma. Nada se modificou. O problema, a meu ver, é mais de homens do que de programas. Não é tão difícil elaborar um programa, nem tão difícil executá-lo. A dificuldade está relacionada com os homens que devem executá-lo. Não adianta votarmos leis que fiquem apenas no papel, como tantas vezes tem acontecido. Este o grande problema.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Sem dúvida. Como salienta o nobre Senador Atilio Fontana, não bastam palavras. Lembro-me, mesmo de que Ortega y Gasset disse, uma vez, que o pensamento é apenas uma dimensão da política; a outra é a atuação.

O que é preciso, evidentemente, é conjugar o bom pensamento político à ação enérgica, de efetivação das idéias programadas, ou consubstanciadas em lei. Não creio tanto, como o nobre Senador Atilio Fontana, que o problema seja essencialmente de homens. Homens competentes há, na esfera do Executivo, como na do Legislativo. O que é indispensável que os órgãos funcionem no seu sistema...

O Sr. Atilio Fontana — No seu conjunto, não isolados.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — ... em conjunto, uns exercendo sobre os outros a fiscalização indispensável a que as medidas projetadas ou programadas tenham desdobramento

regular. Não é o que se está verificando no Brasil.

O próprio Poder Legislativo não exerce sobre o Executivo a fiscalização mais adequada. Perde-se em discussões por vezes mínimas ou na apuração de fatos sem grande repercussão sobre a vida social, política e econômica do País.

Ao invés de enfrentar o Governo, para obrigá-lo a revelar eficiência, o Poder Legislativo por vezes comete até o equívoco de tomar posições que parecem contrárias a medidas de desenvolvimento.

Devemos fazer de nós mesmos esta crítica, para que alcancemos em tempo a correção necessária.

O Sr. Atilio Fontana — Permite V. Exa. um aparte. (Assentimento do orador) — Veja V. Exa. quando se fez aquela intensa campanha para voltar ao regime presidencialista, tudo fazia crer, ou pelo menos se chegou a convencer a opinião pública — e o plebiscito demonstrou claramente que, voltando-se ao presidencialismo, o problema estaria resolvido. Nós, através das estações de rádio, fizemos palestras a esse respeito, coerentes com a nossa orientação anterior. No plebiscito, a grande maioria do povo brasileiro votou para que o regime estivesse ao presidencialismo, porque estava convencido de que a solução estava na questão do sistema do Governo. Voltamos para o presidencialismo e a situação se agravou mais e continua agravando-se ainda.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Em verdade, foi a fraqueza do Poder Legislativo que criou essa situação. Se no tempo próprio o Poder Legislativo reage e demonstra o que devia fazer, invocando a experiência de quase todos os povos de que um regime por si só, no seu mecanismo abstrato, não é bom nem mau, teria demonstrado que não era necessário o retorno ao presidencialismo para que o país tomasse ou retomasse uma linha de trabalho eficiente e de progresso seguro e constante. Falhou porém, a organização firme, vigorosa, programática em que se deveriam corporificar os Partidos políticos. O Governo aproveitando-se da situação formou a opinião do País contra o regime parlamentar e conquistou, pelo plebiscito a reforma que reclamava.

O Sr. José Guimaraes — o parlamentarismo não teve defesa de ninguém.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois é.

O SR. MEM DE SÁ — Não houve dinheiro.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Não, Senhor Presidente. Não aceito o aparte do nobre Senador Mem de Sá. Não foi tanto o problema do dinheiro. O que faltou foi ânimo, disposição, entusiasmo nas correntes que defendiam o regime parlamentar, que propugnasse pela sua manutenção. Houve um retralimento generalizado em que, parece, as próprias forças parlamentaristas se convenceram de que era conveniente a restituição do País ao regime presidencial.

O Sr. Mem de Sá — Nesse caso, sei mais explícito desta vez, mas não queria interromper o discurso de V. Exa.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — V. Exa. me interrompe com muito brilho e imenso agrado meu.

O Sr. Mem de Sá — O Poder Legislativo não tem unidade porque o seu natural é estar dividido. O Poder Legislativo não podia tomar a defesa do regime. Caberia aos Partidos, como V. Exa. disse muito bem. Os grandes Partidos não tinham, no caso, a unidade necessária, porque eles

mesmos estavam divididos e, sobretudo, mesmo que o quisessem, — nisso V. Exa. terá que convir comigo — até não teriam como obter as caudais de recursos que ao Executivo foi tão fácil arranjar.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Convenho em que os Partidos políticos e o Poder Legislativo não dispõem das mesmas facilidades do Executivo para o levantamento de recursos para enfrentar o problema. Tê-lo-iam feito, porém, com a mesma disposição com que enfrentam as campanhas políticas.

O Sr. Mem de Sá — Mas não é contra o Governo.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Por vezes contra os Governos. E' o que se verifica nas campanhas regionais. O que faltou foi entusiasmo, foi convicção de que deveria permanecer o parlamentarismo.

O Sr. Eurico Rezende — Se tivéssemos tido ânimo e convicção, teríamos perdido por menos a batalha do parlamentarismo; mas o presidencialismo seria realmente restaurado.

O Sr. Aurélio Viana — Senador Josaphat Marinho, o discurso de V. Exa. desde o início, posso proclamar, é uma das peças mais importantes, jamais pronunciadas no Senado da República.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Muito obrigado. E' bondade de V. Exa.

O Sr. Aurélio Viana — E' uma análise penetrante, fria, lúcida, objetiva e imparcial que a todos nós vem encantando. Pergunto a mim mesmo por que razão, nos últimos tempos, os candidatos dos Governos perdem eleição. Não são os Governos, no sentido de Executivo, os todo-poderosos. No Rio Grande do Sul, perdeu o candidato do Governador. O Sr. Jânio Quadros não foi candidato do Presidente Juscelino Kubitschek, nem consequentemente, do Partido dominante. Ganhou as eleições. Em quase todos os Estados da Federação, como no caso das Minas Gerais, ganhou o candidato da Oposição. Na Bahia, Estado de V. Exa., não foi propriamente um candidato governista o vitorioso. Mas, alheio-nos da análise da Bahia e vamos para o âmbito federal. Não há Executivo todo-poderoso, neste País, V. Exa. disse muito bem. Falhou ânimo, porque não havia maioria parlamentarista, partidários do Governo parlamentar, na Câmara e no Senado. Fortuitamente, circunstancialmente, oportuniticamente, para sobrevivência dos grupos dominantes, mudou-se o sistema. Mas, não havia maioria entusiástica defensora do sistema parlamentar de governo.

Não havia um partido Parlamentarista, não havia pregação parlamentarista no Brasil. Havia mais propaganda republicana no Império do que propaganda parlamentar no sistema presidencial, e as multidões não estavam preparadas porque não sabiam o que significava o regime. O Primeiro Ministro proclamou que o regime era híbrido, e o velho Mangabeira concluiu que o híbrido não produz, não gera, e que portanto, está fadado ao fracasso. Seus defensores não se aproveitaram da vitória, silenciaram e fatalisticamente esperaram o resultado das urnas, que foi aquele que conhecemos. Eles têm razão. Agora prega V. Exa. as reformas, o diálogo, o novo diálogo, o novo diálogo, um diálogo novo entre o Governo e Oposição, e condena os métodos antiquados, ultrapassados, que não mais deveriam existir neste País. Eu, se tivesse o poder de observação de V. Exa., estaria pronunciando o discurso que V. Exa. está fazendo, porque o subscrevo. — poderia dizê-lo — por inteiro, porque está na linha do meu pensamento.

O Sr. Mem de Sá — Todo o Senado o subscreveria, nobre Senador.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — A minha tranquilidade nobre Senador Aurélio Viana, é que eu possa estar proferindo as palavras que, em verdade, deveriam ser ditas por Vossa Excelência.

Mas, de tudo quanto se tem observado, resulta que os erros se vão multiplicando e desses desvios operados não escapam os próprios órgãos de divulgação das idéias e dos debates. Também eles, no tumulto das paixões desencadeadas e das deformações operadas, reduzem o exame dos problemas nacionais a aspectos dês, por vezes, a aspectos meramente emocionais.

Quais terão sido, porém, os motivos principais determinantes dessas distorções? São tantos, que não poderei aqui enumerá-los, mas apenas exemplificá-los. Acredito que dêsse complexo de erros e desvios é em grande parte responsável a estrutura dos atuais Partidos políticos. Não têm disciplina, não têm atuação programática, não têm unidade. Falta-lhes assim, a substância necessárias a que possam operar, no quadro da política do País, com aquelas características, que deveriam ter, de instrumentos de governo.

Há, evidentemente, em todos os partidos, homens representativos, mas ao programa dês. Há em todos os partidos princípios que são opedecidos às vezes até ações coordenadas. Há partidos que mantêm a independência de ação.

Não se trata, pois de macular os partidos, individualmente considerados. Trata-se de marcar-lhes a atuação como organismos da política do País que funcionam inadequadamente, sem a devida correlação para tirar as consequências necessárias da semelhança dos seus programas, ou para criar o debate, alto e nobre pela divergência dos seus princípios. Os partidos se estão perdendo no debate rasteiro de pequeninas discussões sem atender em que, na medida em que se combatem, se destroem perante seu inimigo. E porque os Partidos não funcionam como instrumentos de Governo como órgãos formadores e diretores da opinião do país, no país não se formam lideranças e aí está outra desastrosa consequência desses desvios.

Estamos vivendo um período irreversivelmente de transformações que não dependem da vontade do Governo, nem da vontade do Parlamento, nem dos Partidos nem de nenhum das cores isoladamente consideradas. E apesar disso não atentamos na necessidade de criar novos meios e processos de ação, inclusive aqueles que produzem a formação de novos líderes.

O Sr. Mem de Sá — O que não existe são líderes.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Mas não é possível numa o democrática e num país em transformações de profundidade, como o nosso a vida política desenvolver-se regularmente sem que os seus quadros se renovem e os chefes de hoje possam ser substituídos, amanhã, por outros em condições de dar seqüência aos princípios firmados de modificações ou renová-los segundo as exigências da sociedade.

Esse processo de transformação impositivo que nos voltamos para a necessidade de renovação das formas de pensamento e de ação.

Nesse desdobramento, em que muito do que se modifica se refere à ordem social e econômica, cumpre, entretanto não esquecer que não há progresso real com o sacrifício da liberdade. Mas essa é outra consequência da transformação do diálogo democrático no Brasil. Estamos perdendo

o amor e o respeito à liberdade. Numa como noutra trincheira os combatentes esquecem o dever de preservá-la quando estão em jogo os seus pequeninos interesses de grupos.

Precisamos fazer essa autocritica para que não venhamos a sucumbir por efeito dos nossos próprios erros.

O que se está vendo e o que se viu neste ano de 1938 foi um debate livre e todo ele marcado pela desconfiança entre os homens públicos entre o Poder Executivo e o Legislativo entre os partidos políticos ou entre estes e o Governo.

Não foi possível, no decurso desses longos meses, um diálogo sereno sóbrio embora enérgico, e marcado por princípios. Quando o Governo praticou um exagero, a Oposição respondeu com uma exacerbação. Um e outro perderam quase sempre a autoridade pela virulência de sua linguagem. E em meio a essa deformação, a liberdade foi várias vezes violentada. Mas o pior é que se o Governo várias vezes, violentou a liberdade de pensamento e divulgação das ideias a Oposição de outro lado, nem sempre se preocupou na contenção.

Aprendi, entretanto Sr. Presidente e Srs. Senadores. — aprendi em Ruy e com João Mangabeira — que a defesa da liberdade é dever indispensável do homem público, sem perguntar quando ela é violentada se se trata de correligionário adversário ou inimigo.

E aprendi mais, na lição desse octogênio eminente, que é João Man) gabira que uma opinião por si só e por mais absurda que seja pode variar todos os limites do erro, mas não alcançar jamais, nenhum dos limites do crime. Mas estamos nas duas trincheiras de combate na do Governo como na da Oposição, descobrimos os crimes no exercício da liberdade de pensamento. E' outra forma de macular a ordem democrática.

Convenhamos, porém, que não é esse o diálogo que interessa ao povo brasileiro. O diálogo da simples discussão entre Governo e Oposição é fenômeno de uma democracia liberal superada e vencida pelas transformações sociais e econômicas do mundo. Esse debate já não tinha sentido quando fizemos a Constituição de 1934. Hoje é velharia recolhida ao arquivo da história política. O que o povo quer e impõe é que nos preocupemos com o estudo de seus problemas, com o aumento da produção, com a contenção da inflação, com a redução do aumento crescente do custo de vida, com a multiplicação das ferrovias, com o aperfeiçoamento da educação, com o aumento das rodovias, com o cercamento, enfim, de tudo aquilo que significa progresso, transformação, remodelação e renovação da vida, como forma de criar a felicidade geral. Note-se que acentuo como forma de criar a felicidade geral, e assim acentuo porque entendo que o povo já está cansado das fórmulas criadoras de novos privilé-

gios. O que importa agora é criar a felicidade para todos, dar condições de vida digna à generalidade dos cidadãos.

Esse é o diálogo de atitudes claras que deseja o povo.

Estas palavras não significam, entretanto, pessimismo. Aproveito esta que é uma das últimas reuniões da presente sessão legislativa, para fazer uma autocritica, não apenas das instituições a que pertenco, mas também do que me cabe como membro do Senado Federal. Estou firmemente crente, contudo, de que, no ano novo prestes a iniciar-se, revistos os nossos erros examinados os nossos acertos, marcharemos para novos soluções, reexaminaremos o que não pudemos realizar em 1963 e procuraremos estabelecer o diálogo inteligente e lúcido entre as forças contrapostas, para retirar a adivergência a unidade de pensamento que exigir o interesse do País.

Não será impossível fazê-lo. Basta que nos dediquemos inteiramente a este propósito. E, em verdade, somos capazes de fazê-lo.

Conta-se que perguntaram um dia a Solon se havia dado as melhores leis aos atenienses, e ele respondeu com estas palavras: — Das que podia, as melhores".

Sr. Presidente, é com este espírito de confiança que encerro, também, estas observações. Confio em que, no

fim de 1964, possamos responder que oferecemos à República, das que podíamos dar, as melhores leis. (Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é efesivamente cumprimentado).

## SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

### Atos da Comissão Diretora

PORTARIA Nº 3, de 1964

A Comissão Diretora do Senado Federal,

Tendo em vista a necessidade de submeter a exames psicotécnicos os servidores a serem aproveitados no Quadro Especial, criado pela resolução nº 38, de 1963 e

Atendendo a que a Diretora de Publicações, Glória Fernandina Quintella, psicóloga especializada nesse gênero de pesquisas, autora de trabalhos de valor científico reconhecido no país e no estrangeiro, está em condições excepcionais para dirigir a execução daqueles exames, conforme o fez, brilhantemente, em oportunidade anterior.

Resolve designar para essa missão a referida funcionária.

Senado, Federal, em 8 de janeiro de 1964.

Auro Moura Andrade, Presidente.

MESA

- Presidente - Moura Andrade (PSD - SP).
- Vice-Presidente - Nogueira da Gama (PTB - MG).
- Primeiro-Secretário - Rui Palmeira (UDN - AL).
- Segundo-Secretário - Gilberto Machado (PSD - GB).
- Terceiro-Secretário - Adalberto Sena (PTB - ACRE).
- Quarto-Secretário - Cattete Pinheiro (PTN - PA).
- Primeiro-Suplente - Joaquim Parente - UDN - PI.
- Segundo-Suplente - Guido Mondin (PSD - RS).
- Terceiro-Suplente - Vasconcelos Torres (PTB - RJ).

REPRESENTAÇÃO PARTIDARIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

- José Guimomar Acre (em exercício)
- Eugênio Barros - Maranhão.
- Lobão da Silveira - Pará.
- Eugênio Barros - Maranhão.
- Sebastião Archer - Maranhão.
- Victorino Freire (em exercício o Suplente, Sr. Miguel Lima) - Maranhão.
- Sigefredo Pacheco - Piauí.
- Menezes Pimentel (em exercício o Suplente, Sr. Waldemar de Alcântara).
- Wilson Gonçalves - Ceará.
- Walfredo Gurgel - Rio Grande do Norte.
- Ruy Carneiro - Paraíba.
- Leite Neto - Sergipe.
- Antônio Balbino - Bahia.
- Jefferson de Aguiar - Espírito Santo.
- Gilberto Marinho - Guanabara.
- Moura Andrade - São Paulo.
- Atílio Fontana - Santa Catarina.
- Guido Mondin - R. G. Sul.
- Benedicto Valadares - Minas Gerais.
- Filinto Müller.
- José Feliciano - Goiás.
- Juscelino Kubitschek - Goiás.
- Pedro Ludovico - Goiás.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

(PTB)

- Adalberto Sena - Acre.
- Oscar Passos - Acre.
- Vivaldo Lima - Amazonas.
- Edmundo Levi - Amazonas.
- Artur Virgílio - Amazonas.
- Antônio Juca - Ceará.
- Dix-Huit Rosado - Rio Grande do Norte.
- Argemiro de Figueiredo - Paraíba.
- Barros Carvalho - Pernambuco.
- Pessoa de Queiroz - Pernambuco.
- José Ermido - Pernambuco.

SENADO FEDERAL

- Silvestre Pericles - Alagoas.
- Vasconcelos Torres - Rio de Janeiro.
- Nelson Maculan (licenciado sem substituição) - Paraná.
- Amaury Silva - Paraná (em exercício o suplente, Sr. Melo Braga).
- Nogueira da Gama - Minas Gerais.
- Zacarias de Assunção - Pará.
- Joaquim Parente - Piauí.
- José Cândido - Piauí.
- Dinarte Mariz - R. G. Norte.
- João Agripino - Paraíba.
- Rui Palmeira - Alagoas.
- Eurico Rezende - Espírito Santo.
- Afonso Arinos - Guanabara.
- Bezerra Neto.

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)

- Padre Calazans - São Paulo.
- Adolpho Franco - Paraná.
- Irineu Bornhausen - Santa Catarina.
- Antônio Carlos - Santa Catarina.
- Daniel Krieger - Rio Grande do Sul.
- Milton Campos - Minas Gerais.
- Lopes da Costa - Mato Grosso.

PARTIDO LIBERTADOR

(PL)

- Aloysio de Carvalho - Bahia.
- Mem de Sá - Rio Grande do Sul.

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

(PTN)

- Cattete Pinheiro - Pará.
- Lauro de Matos - SP.

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)

- Raul Giuberti - Espírito Santo.
- Miguel Cevo - Rio de Janeiro.

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

(PSB)

- Aurélio Vianna - Guanabara.

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR

(MTR)

- Aarão Steinhilber - Rio de Janeiro.

PARTIDO REPUBLICANO

(PR)

- Júlio Leite - Sergipe.

PARTIDO DEMOCRATA CRISTAO (PDC)

- Arnon de Melo - Alagoas.
- Josaphat Marinho - Bahia.
- Heribaldo Vieira - Sergipe.

RESUMO

Partido Social Democrático (P. S. D.)	12
Partido Trabalhista Brasileiro (P. T. B.)	17
União Democrática Nacional (U. D. N.)	15

Partido Libertador (P. L.)	2
Partido Trabalhista Nacional (P. T. N.)	2
Partido Social Progressista (P. S. P.)	2
Partido Socialista Brasileiro (P. S. B.)	1
Partido Republicano (P. R.)	1
Partido Democrata Cristão (P. D. C.)	1
Movimento Trabalhista Renovador (M. T. R.)	1
<b>Total</b>	<b>66</b>

BLOCOS PARTIDARIOS

- 1º - Maioria (39) Membros:
  - PSD
  - PTB
  - UDN
  - PL
- 2º - Minoria (17) Membros:
  - PTN
  - PSP
  - PSB
  - MTR
  - PR
  - PDC
  - Josaphat Marinho (Sem legenda)

LIDERANÇAS

I - DOS BLOCOS PARTIDARIOS MAIORIA

- Lider: Barros Carvalho - (PTB) - (PE)
- Vice-Líderes: Victorino Freire - (PSD - MA)
- Vasconcelos Torres - (PTB - RJ)
- Jefferson de Aguiar - (PSD - ES)
- Lobão da Silveira - (PSD - PA)
- Artur Virgílio - (PTB - AM)
- Bezerra Neto - (PTB - MT)

MINORIA

- Lider: João Agripino - (UDN - PB)
- Vice-Líderes: Daniel Krieger - (UDN - RS)
- Mem de Sá - (PL - RS)

PEQUENA REPRESENTAÇÕES

- Lider: Lino de Matos - (PTN - SP)
- Vice-Líderes: Aurélio Vianna - (PSB - GB)

II - DOS PARTIDOS

- PSD
- Benedicto Valadares - (MG)
- Vice-Líderes: Wilson Gonçalves - (CE)
- Sigefredo Pacheco - (PI)

Walfredo Gurgel - (RG)

PTB

Lider:

Artur Virgílio - (AM)

Vice-Líderes:

Amauri Silva (licenciado) - (PR)

Vivaldo Lima - (AM)

Bezerra Neto - (MD)

UDN

Lider:

Daniel Krieger - (RS)

Vice-Líderes:

Eurico Rezende - (ES)

Padre Calazans - (SP)

Adolfo Franco - (PR)

PL

Lider:

Mem de Sá - (RS)

Vice-Líderes:

Aloysio de Carvalho - (BA)

PTN

Lider:

Lino de Matos - (SP)

Vice-Líderes:

Cattete Pinheiro - (PA)

PSP

Lider:

Miguel Cevo - (RJ)

Vice-Líder:

Raul Giuberti - (ES)

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão Diretora

Moura Andrade - Presidente (PSD)

Nogueira da Gama (PTB)

Adalberto Sena (PTB)

Rui Palmeira (UDN)

Gilberto Marinho (PSD)

Joaquim Parente (UDN)

Cattete Pinheiro (PTN)

Guido Mondin (PSD)

Vasconcelos Torres (PTB)

Reunões Quartas-feiras às 10 horas

Secretário: Evandro Mendes Vianna

Diretor-Geral.

Comissão de Agricultura

(7 MEMBROS)

Presidente - Vago

Vice-Presidente - Eugênio Barros (PSD)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Eugênio Barros.

José Feliciano

SUPLENTE

1 Atílio Fontana

2 Pedro Ludovico

P. T. B.

TITULARES

Raul Giuberti

Dix-Huit Rosado.

Neilson Maculan (Licenciado).



SUPLENTE

1. Ednardi Catalão (\*)
2. Aarão Steinbruch
3. Vago

U. D. N.

TITULARES

Lopes da Costa

Antonio Jarios

SUPLENTE

1. Daniel Krieger
2. João Agripino

SUBSTITUTOS

Reunioes

Quartas-feiras, as 16 horas.

Secretário: J. Ney Passos Dantas  
Auxiliar Legislativo PL-9.

Comissão de Constituição e Justiça

(11 MEMBROS)

Presidente — Milton Campos (UDN)  
Vice-Presidente — Wilson Gonçalves (PSD)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Jefferson de Aguiar  
Ruy Carneiro  
Lobão da Silva  
Wilson Gonçalves  
Josaphat Marinho

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel (licenciado)
2. Leite Neto
3. Benedicto Valladares
4. Aarão Steinbruch

P. T. B.

TITULARES

Amaury Silva (licenciado)  
Bezerra Neto  
Edmundo Levi

SUPLENTE

1. Argemiro de Figueiredo (\*\*)
2. Silvestre Péricles
3. Melo Braga

U. D. N.

TITULARES

Aloysio de Carvalho  
Milton Campos

1. Afonso Arinos
2. Daniel Krieger
3. João Agripino

Reunioes

Quarta-feira, às 16 horas.

Secretário: Ronaldo Ferreira Dias  
Oficial Legislativo PL-8.

(\*) Em substituição do Senhor Nelson Maculan como titular.  
(\*\*) Em substituição do Senhor Amaury Silva, como titular.

Comissão do Distrito Federal

(7 MEMBROS)

Presidente — Lino de Matos  
Vice-Presidente — Pedro Ludovico

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Menezes Pimentel  
Pedro Ludovico  
Lino de Matos

SUPLENTE

1. Filinto Müller
2. Eugenio Barros
3. Heriberto Weira

P. T. B.

TITULARES

Oscar Passos  
Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

1. Aarão Steinbruch
2. Antonio Jucá

U. D. N.

TITULARES

Dinarte Mariz  
Eurico Rezende

SUPLENTE

1. Lopes da Costa
1. Zacharias de Assunção

Reunioes

Quintas-feiras às 10 horas.

Secretário: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo PL-8.

Comissão de Economia

(9 MEMBROS)

Presidente — Filinto Müller (PSD)  
Vice-Presidente — José Ermírio (PTB)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Filinto Müller  
Eugenio Barros  
Atílio Fontana  
José Guilomard (licenciado)

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar (\*)
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer
4. Josaphat Marinho
1. José Kairala

P. T. B.

SUBSTITUTOS

TITULARES

José Ermírio  
Nelson Maculan (licenciado)  
Júlio Leite

SUPLENTE

1. Oscar Passos (\*\*)
2. Bezerra Neto

(\*) — Em substituição do Senhor José Guilomard, como titular.

(\*\*) — Em substituição do Senhor Nelson Maculan, como titular.

SUBSTITUTOS

2. ... A Índice

1. Melo Braga

U. D. N.

TITULARES

Adolfo Franco  
Lopes da Costa

SUPLENTE

1. José Cândido
  2. Zacharias de Assunção
- Reunioes: terça-feira — 16,00 horas  
Secretário: Cid Brugger, Auxiliar Legislativo PL-10

Comissão de Educação e Cultura

(7 MEMBROS)

Presidente — Menezes Pimentel (PSD)

Vice-Presidente — Padre Calazans (UDN)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Menezes Pimentel  
Walfredo Gurgel

SUPLENTE

1. Benedicto Valladares
2. Sigefredo Pacheco

SUBSTITUTOS

1. Leite Neto

P. T. B.

TITULARES

Pessoa de Queiroz  
Amaury Silva (licenciado)

SUPLENTE

1. Vago
2. Vago

U. D. N.

TITULARES

Antonio Carlos  
Padre Calazans  
Mem de Sá

SUPLENTE

1. Adolfo Franco
2. Milton Campos
3. Arnou de Melo

Reunioes: 4ªs-feiras — 15,00 horas.  
Secretário: Vera de Alvarenga Matra, Oficial Legislativo PL-7.

Comissão de Finanças

(15 MEMBROS)

Presidente — Argemiro de Figueiredo (PTB)

Vice-Presidente — Daniel Krieger (UDN)

P. S. P.

COMPOSIÇÃO

TITULARES

Victorino Freire  
Lobão da Silveira  
Sigefredo Pacheco  
Wilson Gonçalves  
Leite Neto

SUPLENTE

1. José Guilomard (licenciado)
2. Eugenio Barros
3. Menezes Pimentel
4. Atílio Fontana
5. Pedro Ludovico

SUBSTITUTOS

1. José Kairala

P. T. B.

TITULARES

Argemiro de Figueiredo  
Bertra Neto  
Dix-Huit Rosado  
Pessoa de Queiroz  
José Ermírio

SUPLENTE

1. Nelson Maculan (licenciado)
2. Lino de Matos
3. Amaury Silva (licenciado)
4. Aurélio Viança
5. Antônio Jucá

SUBSTITUTOS

1. Edmundo Levi
2. Melo Braga

U. D. N.

TITULARES

Daniel Krieger  
Dinarte Mariz  
Irineu Bornhausen  
Lopes da Costa

SUPLENTE

1. Adolfo Franco
2. Eurico Rezende
3. João Agripino
4. Milton Campos

PT

TITULARES

Mem de Sá

SUPLENTE

1. Aloysio de Carvalho
- Reunioes: 4ªs-feiras — 10,00 horas  
Secretário: Cid Brugger, Auxiliar Legislativo, PL-10.

Comissão de Legislação Social

(9 MEMBROS)

Presidente: Vivaldo Lima — PTB  
Vice-Presidente: Ruy Carneiro — (PSD)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Ruy Carneiro  
Walfredo Gurgel  
José Guilomard (licenciado)  
Raul Giubert

SUPLENTE

1. Leite Neto (\*)
2. Lobão da Silveira
3. Eugenio Barros
4. Julio Leite

SUBSTITUTOS

1. Atílio Fontana
2. José Kairala

P. T. B.

TITULARES

Amaury Silva (licenciado)  
Heriberto Weira  
Vivaldo Lima

SUPLENTE

1. Aurélio Viança (\*\*)
2. Pessoa de Queiroz
3. Antônio Jucá

(\*) — Em substituição do Senhor José Guilomard como titular.  
(\*\*) — Em substituição do Senhor Amaury Silva como titular.

**SUBSTITUTOS**

1. Melo Braga.

U. D. N.

**TITULARES**

Eurico Rezende

Antonio Carlos

1. Lopes da Costa

4. Zacarias de Assunção

Reuniões: 1.ªs. feiras às 10 horas.

**SUPLENTE**

Secretário: Vera de Alvarenga Maira, Oficial Legislativo, PL-7.

**Comissão do Polígono das Sêcas**

(7 MEMBROS)

Presidente — Ruy Carneiro (PSD)  
Vice-Presidente — Aurélio Vianna (PSE).

**COMPOSIÇÃO**

P. S. D.

**TITULARES**

Wilson Gonçalves

Ruy Carneiro

**SUPLENTE**

1. Sigefredo Pacheco

2. Leite Neto

**T. B.**

**TITULARES**

Dix-Huit Rosado

Aurélio Vianna

**SUPLENTE**

4. Argemiro de Figueiredo

2. Aron de Melo

3. Júlio Leite

**U. D. N.**

**TITULARES**

Dinarte Mariz

José Cândido

**SUPLENTE**

1. João Agripino

2. Lopes da Costa

Reuniões: 5.ªs. feiras — 10 horas.

Secretário: Ney Passos Dantas

Auxiliar Legislativo, PL-9.

**Comissão de Redação**

(5 MEMBROS)

Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB)

Vice-Presidente — Padre Calazans

**COMPOSIÇÃO**

P. S. D.

**TITULARES**

Walfredo Gurgel

Sebastião Archer

**SUPLENTE**

1. Lobão da Silveira.

2. José Pelliciano.

**SUBSTITUTOS**

1. Menezes Pimentel (licenciado).

P. T. B.

**TITULARES**

Dix-Huit Rosado.

**SUPLENTE**

Heribaldo Vieira.

U. D. N.

**TITULARES**

Padre Calazans.

Júlio Leite.

**SUPLENTE**

1. João Agripino.

2. Josephat Marinho.

Reuniões: 4.ªs Feiras às 16 horas

Secretário: Sarah Abrahão, Oficial

Legislativo, PL-8.

**Comissão de Relações Exteriores**

(11 MEMBROS)

Presidente — Jefferson de Aguiar (PSD).

Vice-Presidente — Passos de Queiroz (PTB).

**COMPOSIÇÃO**

P. S. D.

**TITULARES**

Benedito Valladares.

Filinto Müller.

Jefferson de Aguiar.

Aarão Steinbruch.

**SUPLENTE**

1. Menezes Pimentel.

3. Ruy Carneiro.

3. José Guimard (licenciado).

4. Victorino Freire.

**SUBSTITUTOS**

1. José Kairala.

P. F. B.

**TITULARES**

Pessoa de Queiroz.

Vivaldo Lima.

Eduardo Catalão.

**SUPLENTE**

1. Oscar Passos.

2. Argemiro de Figueiredo.

3. Antônio Jucá.

U. D. N.

**TITULARES**

Antônio Carlos.

José Cândido.

Padre Calazans.

Arnon de Melo.

**SUPLENTE**

1. Daniel Krieger.

2. Eurico Rezende.

3. João Agripino.

4. Mem de Sá.

Reuniões: 5.ªs-feiras — 16,00 horas.

Secretário: Castejon J. B. Branco, Oficial Legislativo, PL-8.

**Comissão de Saúde**

(15 MEMBROS)

Presidente — Lopes da Costa — UDN.

Vice-Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB).

**COMPOSIÇÃO**

P. S. D.

**TITULARES**

Pedro Ludovico

Sigefredo Pacheco

**SUPLENTE**

1. Eugenio Bastos

2. Walfredo Gurgel

P. T. B.

**TITULARES**

Dix-Huit Rosado

**SUPLENTE**

Antônio Jucá

U. D. N.

**SUPLENTE**

Lopes da Costa

**SUPLENTE**

Padre Calazans

**SUPLENTE**

Raul Gilberti

Reuniões: Quintas-feiras — 16 horas).

Secretário: Eduardo Rul Barbosa, Auxiliar Legislativo PL-10.

**Comissão de Segurança Nacional**

(7 MEMBROS)

Presidente — Zacarias de Assunção (UDN).

Vice-Presidente — Silvestre Pércles (PTB).

**COMPOSIÇÃO**

PSD

**TITULARES**

José Guimard (licenciado)

Victorino Freire

**SUPLENTE**

1. Ruy Carneiro

1. Atilio Fontana (\*)

**SUBSTITUTO**

2. José Kairala

P. F. B.

**TITULARES**

Silvestre Pércles

Oscar Passos

**SUPLENTE**

1. Dix-Huit Rosado

2. Vago.

U. D. N.

**TITULARES**

Irineu Bornhausen

Zacharias de Assunção

**SUPLENTE**

1. Adolfo Franco.

2. Eurico Resende

P. S. P.

**TITULAR**

Raul Gilberti

**SUPLENTE**

1. Miguel Couto

Reuniões: Quintas-feiras — (16 horas).

Secretário: Alexandre Pfander, Oficial Legislativo PL-8.

(\*) — Em substituição ao Sr. José Guimard, como titular.

**Comissão de Serviço Público Civil**

(7 MEMBROS)

Presidente — Silvestre Pércles (PTB).

Vice-Presidente — Leite Neto (PSD)

**COMPOSIÇÃO**

PSD

**TITULARES**

Leite Neto.

Sigefredo Pacheco

**SUPLENTE**

1. Victorino Freire

2. Benedito Valladares

PTB

**TITULARES**

Silvestre Pércles

Nelson Maculan (licenciado)

**SUPLENTE**

1. Edmundo Levi

2. Vago

UDN

**TITULARES**

Antonio Carlos

**Prorrogações:**

Antonio Carlos

Padre Calazans

**SUPLENTE**

1. Dinarte Marins

2. Lopes da Costa

PL

**TITULAR**

aloysio de Carvalho

**SUPLENTE**

Mem de Sá

Reuniões: Terças-feiras — 16,00 horas.

Secretário: J. Ney Passos Dantas, Auxiliar Legislativo, PL-9.

**Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas**

(5 MEMBROS)

Presidente José Feliciano (PSD).  
Vice-Presidente — Irineu Bornhausen (UDN).

PSD

**TITULARES**

Jose Feliciano

Sebastião Archer

**SUPLENTE**

1. Jefferson de Aguiar

2. Filinto Muller

PTB

**TITULARES**

mezerta Neto

Lino de Matos

**SUPLENTE**

1. Silvestre Pércles

UDN

**TITULAR**

Irineu Bornhausen

**SUPLENTE**

Zacharias de Assunção.

Reuniões: Quartas-feiras — 16,00 horas.

Secretário: Alexandre Pfander, Oficial Legislativo, PL-8.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961.**

Dispõe sobre: Altera os artigos 26, 56, 58, 60, 110 e o parágrafo único do art. 112 da Constituição Federal.

— organização administrativa do Distrito Federal;

— vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal;

— regime de rendas do Distrito Federal;

— composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e do Tribunal Superior Eleitoral;

— processo de escolha do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal;

— aplicação da cota do imposto de renda atribuída aos Municípios;

Eleita em 15-6-1961, com exceção dos Srs. Senadores:

Barros Carvalho — designado em 30-2-1962.

Nelson Maculan — designado em 15-5-1963.

Lobão da Silveira — designado em 23-4-1963.

Lopes da Costa — designado em 29-10-1962.

SUPLENTE

Membros - Partidos

Até 14-12-1962 - Requerimento número 611-61, aprovado em 15-12-61. Até 15-12-1963 - Requerimento nº 778-62, aprovado em 12-12-62.

- Membros - Partidos
1 Jefferson de Aguiar - Relator - PSD.
2 Lobão da Silveira - PSD.
3 Ruy Carneiro - PSD.
4 Benedito Valladares - PSD
5 Wilson Gonçalves - PSD.
6 Nelson Maculan - PTB.
7 Silvestre Pericles - PTB.
8 Nogueira da Gama - PTB.
9 Barros Carvalho - PTB.
10 Daniel Krieger - Vice-Presidente - UDN.
11 Lopes da Costa - UDN.
12 Milton Campos - UDN.
13 Heribaldo Vieira - UDN.
14 Ruy Palmeira - UDN.
15 Aloysio de Carvalho - PL.
16 Mem de Sá - PL.

- 1. Jefferson de Aguiar - PSD.
2. Lobão da Silveira - PSD.
3. Ruy Carneiro - PSD.
4. Benedito Valladares - PSD.
5. Wilson Gonçalves - PSD.
6. Silvestre Pericles - PTB.
7. Bezerra Neto - PTB.
8. Nogueira da Gama - PTB.
9. Barros Carvalho - PTB.
10. Daniel Krieger - UDN.
11. Lopes da Costa - UDN.
12. Milton Campos - Vice-Presidente - UDN.
13. Heribaldo Vieira - UDN.
14. Ruy Palmeira - UDN.
15. Aloysio de Carvalho - PL.
16. Mem de Sá - PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 7 de 1961.

Dá nova redação ao art. 65, item da Constituição Federal.

(Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado incluindo-as de propor a exoneração dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente e aprovar o estabelecimento, rompimento e restabelecimento de relações diplomáticas com países estrangeiros)

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Senhores Senadores:

- Guido Mondim - designado em 29 de outubro de 1962;
Vivaldo Lima - designado em 30 de março de 1962;
Ruy Carneiro - designado em 23 de abril de 1963;
Wilson Gonçalves - designado em 23 de abril de 1963;
Eurico Rezende - designado em 25 de abril de 1963;
Pinto Ferreira - designado em 20 de abril de 1963;
Amaury Silva - designado em 28 de abril de 1963;

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 - Requerimento nº 7-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961

Até 16 de dezembro de 1963 - Requerimento nº 780-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros - Partidos

- 1 Menezes Pimentel - PSD
2 Wilson Gonçalves - PSD.
3 Lobão da Silveira - PSD.
4 Ruy Carneiro - PSD.
5 Guido Mondim - PSD
6 Silvestre Pericles - PSD
7 Vivaldo Lima - PTB.
8 Amaury Silva - PTB.
9 Pinto Ferreira - PTB
10 Eurico Rezende - UDN.
11 Daniel Krieger - UDN.
12 Milton Campos - UDN.
13 Heribaldo Vieira - UDN.
14 Lopes da Costa - UDN.
15 Aloysio de Carvalho - PL.
16 Lino de Matos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1961.

Acrescenta tem ao art 3º do Capítulo II - Presidente da República - da Emenda Constitucional nº 4 de 1961 que instituiu o sistema parlamentar de governo (Sobre a exoneração por proposta do Senado do chefe de missão diplomática de caráter permanente)

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Srs Senadores:

- Vivaldo Lima - Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondim - Designado em 30 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar - Designado em 23 de abril de 1963;

Ruy Carneiro - Designado em 29 de abril de 1963;

Eurico Rezende - Designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira - Designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto - Designado em 23 de abril de 1962.

Amaury Silva - designado em 23 abril de 1962.

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 - Requerimento nº 608-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 - Requerimento nº 781-62 aprovado em 3 de dezembro de 1962.

Membros - Partidos

- 1 Menezes Pimentel - PSD
2 Ruy Carneiro - PSD.
3 Lobão da Silveira - PSD
4 Jefferson de Aguiar - PSD
5 Guido Mondim - PSD.
6 Pinto Ferreira - PSB
7 Bezerra Neto - PTB.
8 Amaury Silva - PTB.
9 Vivaldo Lima - PTB.
10 Daniel Krieger - UDN.
11 Eurico Rezende - UDN.
12 Milton Campos - UDN
13 Heribaldo Vieira - UDN.
14 Lopes da Costa - UDN
15 Aloysio de Carvalho - PL
16 Lino de Matos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição

Acrescenta dispositivo ao artigo 15 revoga o item V e o § 6º do artigo 19 substituiu o § 5º do artigo 19 e o art. 22 da Constituição

(Modifica o regime de discriminação de rendas)

Eleita em 20 de novembro de 1961 salvo os Srs Senadores:

Barros Carvalho - Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondim - Designado em 19 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar - designado em 28 de abril de 1963;

Ruy Carneiro - designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende - designado em 22 de abril de 1963;

Amaury Silva - designado em 22 de abril de 1963;

Bezerra Neto - designado em 23 de abril de 1963;

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 - Requerimento nº 605-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961;

Até 15 de dezembro de 1963 - Requerimento nº 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD.
2 Menezes Pimentel - PSD
3 Filinto Müller - PSD.
4 Guido Mondim - PSD.
5 Ruy Carneiro - PSD.
6 Amaury Silva - PTB.
7 Barros Carvalho - PTB.
8 Argemiro Figueiredo - PTB
9 Bezerra Neto - PTB.
10 Daniel Krieger - UDN.
11 Eurico Rezende - UDN
12 Milton Campos - UDN.
13 Heribaldo Vieira - UDN.
14 Ruy Palmeira - UDN.
15 Aloysio de Carvalho - PL
16 Lino de Matos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10, de 1961.

Acrescenta parágrafo ao art. 16 da Constituição Federal aplicação da parcela proveniente das cotas de impostos destinadas aos Municípios).

Eleita em 28.2.1962, salvo os Srs. Senadores:

Lopes da Costa - designado em 30.3.1962;

Guido Mondim - designado em 29.10.1963;

Wilson Gonçalves - designado em 23.4.1963;

Eurico Rezende - designado em 23.4.1963;

João Agripino - designado em 23.4.1963;

Silvestre Pericles - designado em 20.4.1963;

Catete Pinheiro - designado em 23.4.1963.

Senadores - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD.
2 Wilson Gonçalves - PSD.
3 Ruy Carneiro - PSD
4 Lobão da Silveira - PSD.
5 Guido Mondim - PSD.
6 Silvestre Pericles - PTB
7 Nogueira da Gama - PTB
8 Barros Carvalho - PTB.
9 vaga - PTB.
10 Milton Campos - UDN
11 Heribaldo Vieira - UDN
12 Lopes da Costa - UDN
13 João Agripino - UDN.
14 Eurico Rezende - UDN
15 Josaphat Marinho - S/legenda.
16 Lino de Matos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 11, de 1963.

Acrescenta parágrafos 4º e 5º ao art. 28 da Constituição Federal (Criação de novos Municípios).

Eleita em 28.3.1962, salvo os Srs. Senadores:

Guido Mondim - designado em 26.10.1962;

Wilson Gonçalves - designado em 23.4.1963;

Eurico Rezende - designado em 23.4.1963;

João Agripino - designado em 13.4.1963;

Catete Pinheiro - designado em 23.4.1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 - requerimento nº 784-62, aprovado em 12-12-62.

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD
2 Wilson Gonçalves - PSD
3 Ruy Carneiro - PSD
4 Lobão da Silveira - PSD
5 Guido Mondim - PSD
6 Silvestre Pericles - PTB
7 Nogueira da Gama - PTB
8 Barros Carvalho - PTB
9 Milton Campos - UDN
10 Heribaldo Vieira - UDN
11 Eurico Rezende - UDN
12 João Agripino - UDN
13 Lopes da Costa - UDN
14 Aloysio de Carvalho - PL.
15 Miguel Couto - PSP
16 Catete Pinheiro - PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1961.

Altera o § 1º do art. 181 da Constituição Federal.

(Aposentadoria do funcionário aos trinta anos de serviço).

Eleita em 21-5-62, salvo os Srs. Senadores:

Lobão da Silveira
Wilson Gonçalves e
Amaury Silva, designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 - Requerimento número 610-61 aprovado em 14-12-1961

Até 15-12-1963 - Requerimento número 798-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD.
2 Lobão da Silveira - Relator - PSD
3 Ruy Carneiro - PSD.
4 Benedito Valladares - PSD.
5 Wilson Gonçalves - PSD
6 Silvestre Pericles - Relator - PTB
7 Amaury Silva - PTB.
D. C. N. 24-8-63 (S. I.) pág 2 132
8 Nogueira da Gama - PTB
9 Barros Carvalho - PTB.
10 Daniel Krieger - UDN.
11 Lopes da Costa - UDN.
12 Milton Campos - UDN
13 Ruy Palmeira - UDN
14 Heribaldo Vieira - UDN.
15 Aloysio de Carvalho - Presidente - PL.
16 Mem de Sá - PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1961.

Da nova redação ao item II do art. 95 da Constituição Federal. (Irredutibilidade dos vencimentos dos juizes).

Eleita em 27-6-61, salvo os Senhores Senadores:

Lopes da Costa, designado em 29 de outubro de 1962;

Lobão da Silveira, designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto, designado em 23 de abril de 1963

Prorrogações:

Até 15-12-1962 - Requerimento número 609-61 aprovado em 14-12-61;

Até 15-12-63 - Requerimento número 779-62; aprovado em 12-12-62

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 1, de 1962.**

(Altera a redação do art. 186 da Constituição, referente a obrigatoriedade de concurso para a investidura em cargo inicial da carreira, instituindo a proibição de nomeações interinas).

Eleita em 10-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Menezes Pimentel — designado em 15-5-1962;

Wilson Gonçalves — designado em 13-4-1963;

Leite Neto — designado em ..... 13-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 13-4-1963;

João Agripino — designado em 13-4-1963;

Aurélio Vianna — designado em 13-4-1963.

**Prorrogação.**

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 789-62, aprovado em 12-12-1963.

**Membros — Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Silvestre Péricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Eurico Rezende — UDN
13. João Agripino — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Aurélio Vianna — PSB

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1962.**

(Institui nova discriminação de rendas em favor dos Municípios brasileiros).

Eleita em 23-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves — designado em 3-4-1963;

Leite Neto — designado em ..... 13-4-1963;

Josaphat Marinho — designado em 13-4-1963;

Eurico Rezende — designado em .. 13-4-1963;

**Prorrogação:**

Até 15 12 1962 — Requerimento nº 706-62, aprovado em 12 12 1962.

**Membros — Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD

5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Silvestre Péricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. João de Mattos — PTB

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1963**

(Originário da Câmara dos Deputados)

Que dá nova redação ao § 1º do art. 28 da Constituição Federal (autonomia dos Municípios).

Designação em 22 de outubro de 1963.

**Membros — Partidos**

- Jefferson de Aguiar — PSD;  
 Ruy Carneiro — PSD;  
 Wilson Gonçalves — PSD;  
 José Feliciano — PSD;  
 Lobão da Silveira — PSD;  
 Bezerra Neto — PTB;  
 Edmundo Levi — PTB;  
 Argemiro de Figueiredo — PTB;  
 Melo Braga — PTB;  
 Milton Campos — Presidente — UDN;  
 Aloysio de Carvalho — UDN;  
 Afonso Arinos — UDN;  
 Eurico Rezende — UDN;  
 Josaphat Marinho (Relator) — Pequenas Representações;  
 Aurélio Vianna — Pequenas Representações;  
 Júlio Leite (Vice-Presidente) — Pequenas Representações

**Comissão Especial para estudar a situação da Casa da Moeda.**

(7 MEMBROS)

Criada em virtude da aprovação do Requerimento nº 331-63 do Sen. Jefferson de Aguiar, a sessão de 14-8-63.

Designação em 28-8-1963

**Membros — Partidos**

- Jefferson de Aguiar — PSD  
 Wilson Gonçalves — PSD  
 Arthur Virgílio — PTB  
 Edmundo Levy — PTB  
 Adolpho Franco — UDN  
 Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN  
 Josaphat Marinho — S. Legend.

**Comissão Especial para o estudo das causas que dificultam a produção agro-pecuária e suas repercussões negativas na exportação.**

(Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 2-8-1963).

(5 MEMBROS)

**Membros — Partidos**

- José Feliciano — PSD  
 Sigefredo Pacheco (Vice-Presidente) — PSD  
 José Ermírio (Presidente) — PTB  
 Lopes da Costa — UDN  
 Aurélio Vianna (Relator) — Pequenos Partidos.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1962.**

(Dispõe sobre a data do plebiscito previsto na Emenda Constitucional nº 2).

Eleita em 10.7.1962, salvo os Srs. Senadores:

- Wilson Gonçalves  
 Leite Neto  
 João Agripino  
 Eurico Rezende e  
 Josaphat Marinho (designado em 23.4.1963).

**Prorrogação:**

Até 15 12 1963 — Requerimento nº 787-62, aprovado em 12 12 1962.

**Membros — Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Silvestre Péricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. João Agripino — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Josaphat Marinho — S/Legenda

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 5 de 1962.**

Dá nova redação ao art. 20 da Constituição.

(Determina a entrega aos Municípios de 30% da arrecadação dos Estados quando exceder as rendas municipais).

Eleita em 13 9 1962, salvo os Srs. Senadores

- Wilson Gonçalves  
 Leite Neto

Josaphat Marinho

Eurico Resende

Miguel Couto (designado em 23 de abril de 1963).

**Prorrogação:**

Até 15.12.1963 — Requerimento nº 789-62, aprovado em 12.12.62.

**Membros — Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Vago — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Campos — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Eurico Resende — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Miguel Couto — PSB

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1962.**

Altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 60 da Constituição Federal

(Aumenta para 4 o número de representantes dos Estados e do Distrito Federal no Senado).

Eleita em 13 9 1962, salvo os Srs. Senadores

- Josaphat Marinho  
 Wilson Gonçalves  
 Eurico Resende  
 Julio Leite (designados em 23 de abril de 1963).

**Prorrogação:**

Até 15 12 1963 — Requerimento nº 790-62 aprovado em 12 12 1962.

**Membros — Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedito Valadares — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Vago — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Eurico Resende — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Julio Leite — PR

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1962.

Revoga a Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema parlamentar de governo e o art. 61 da Constituição Federal, de 18 de setembro de 1946.

Eleita em 6.12.1963, salvo os Srs Senadores

Wilson Gonçalves  
Eurico Rezende  
Amaury Silva e  
Raul Giuberti (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 16.12.1963 — Requerimento nº 791-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Pedro Ludovico — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedicto Valladares — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Eurico Rezende — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Raul Giuberti — PSD

### Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 1, de 1963.

Altera a redação do inciso IX do art. 157 da Constituição (referente ao trabalho de menores e mulheres e ao trabalho em indústrias insalubres).

Designada em 23-4-1963.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Heribaldo Vieira — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Silvestre Péricles — PTB
11. Arthur Virgílio — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Josaphat Marinho — S. legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

### Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1963.

Altera os arts. 141, 146 e 147 da Constituição Federal (referente ao direito de propriedade).

Designada em 23-4-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Silvestre Péricles — PTB
11. Argemiro de Figueiredo — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Josaphat Marinho — S. legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

### Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1963.

Dá nova redação aos artigos n.ºs 26 e 63 da Constituição Federal (administração do Distrito Federal e matéria da competência privativa do Senado).

Eleita em 2-5-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Wilson Gonçalves — PSD
4. Menezes Pimentel — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Amaury Silva — PTB
7. Bezerra Neto — PTB
8. Vago — PTB
9. Eduardo Cataião — PTB
10. Vasconcelos Torres — PTB
11. Eurico Rezende — UDN
12. Milton Campos — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Aloysio de Carvalho — Pequenos Partidos
15. Josaphat Marinho — Pequenos Partidos

### Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1963.

Dá nova redação aos arts. 44 e 45 da Constituição Federal para conceder imunidades aos vereadores.

Designada em 20-5-1963

Senadores — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Lobão da Silveira — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
Menezes Pimentel — PSD  
Leite Neto — PSD  
Amaury Silva — PTB

Bezerra Neto — PTB  
Pinto Ferreira — PTB  
Silvestre Péricles — PTB  
Adalberto Sena — PTB  
Eurico Rezende — UDN  
Milton Campos — UDN  
João Agripino — UDN  
Aloysio de Carvalho — PL  
Josaphat Marinho — S. legenda

### Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 5, de 1963.

Dá nova redação ao item II e ao § 4.º do artigo 19 da Constituição referentes ao Imposto de Vendas e Consignações:

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Humberto Neder — PTB
11. Argemiro de Figueiredo — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Josaphat Marinho — Pequenos Partidos

### Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.

(Criada em virtude da aprovação em 18-9-1963 sessão extraordinária do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermírio)

(5 MEMBROS)

Membros — Partidos

- José Feliciano — PSD  
Atilio Fontana — PSD  
Eugênio Barros — PSD  
José Ermírio (Relator) — PTB  
Bezerra Neto — PTB  
Melo Braga — PTB  
Lopes da Josta — UDA  
Milton Campos — Presidente — UDN  
Júlio Leite — Vice-Presidente — Pequenas Representações

### Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas.

(Criada em virtude da aprovação em 2-8-1963 do Requerimento nº 531-63, do Senador Gouveia Vieira)

(5 MEMBROS)

Membros — Partidos

- Atilio Fontana (Presidente) — PSD  
José Feliciano (Vice-Presidente) — PSD  
José Ermírio (Relator) — PTB

Adolpho Franco — UDN  
Aurélio Vianna — Pequenas Representações.

### Comissão Parlamentar de Inquirição para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional

(6 MEMBROS)

(Criada pela Resolução nº 11-63)

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD  
Leite Neto (Presidente) — PSD  
Nelson Maculan — PTB  
João Agripino (Relator) — UDN  
Josaphat Marinho — Pequenas Representações

### Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação da política tributária e cambial sobre as empresas privadas

(Criada em virtude da aprovação em 2-8-1963, do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira)

(5 MEMBROS)

Membros — Partidos

- Atilio Fontana (Presidente) — PSD  
José Feliciano (Vice-Presidente) — PSD  
José Ermírio (Relator) — PTB  
Adolpho Franco — UDN  
Aurélio Vianna — Pequenas Representações

### Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

(Criada em virtude da aprovação em 18-9-1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermírio)

(9 MEMBROS)

Membros — Partidos

- José Feliciano — PSD  
Atilio Fontana — PSD  
Eugênio Barros — PSD  
José Ermírio (Relator) — PTB  
Bezerra Neto — PTB  
Melo Braga — PTB  
Lopes da Costa — UDN  
Milton Campos — Presidente — UDN  
Júlio Leite — Vice-Presidente — Pequenas Representações



Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acêrvos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional

(Criada pela Resolução nº 11 de 1963).

5 MEMBROS)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.  
Leite Neto (Presidente) — PSD.  
Nelson Maculan (Vice-Presidente) — PTB.  
João Aripino (Relator) — UDN.  
Josaphat Marinho — Pequenas Representações.

Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos apontados da tribuna do Senado, na Sessão de 23 de corrente, e outros relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento dos Correios e Telefrafos.

(Criada em virtude da aprovação em 7-11-1963, sessão extraordinária, da resolução nº 32 de 1963, apresentada pelo Senhor Senador Jefferson de Aguiar e outros Senhores Senadores).  
(Criada pela Resolução nº 32, de 1963).

MEMBROS — PARTIDOS

Presidente: Wilson Gonçalves — PSD  
Vice-Presidente: Leite Neto — PSD  
Relator: Eurico Rezende — UDN  
Jefferson de Aguiar — PSD  
Atílio Fontana — PSD  
Artur Virgílio — PTB  
Bezerra Neto — PTB  
Aurélio Vianna — PTB  
Júlio Leite — PTB

Melo Braga — PTB  
João Aripino — UDN  
Daniel Krieger — UDN

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1963.

Altera o art. 138 da Constituição Federal (inelegibilidades).  
Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
José Feliciano — PSD  
Walfredo Gurgel — PSD  
Argemiro de Figueiredo — PTB  
Bezerra Neto — PTB  
Silvestre Pérciles — PTB  
Edmundo Levi — PTB  
Eurico Rezende — UDN  
Milton Campos — UDN  
Aloysio de Carvalho — UDN  
Afonso Arinos — UDN  
Josaphat Marinho — Sem Legenda  
Raul Guberti — Pequenas Representações.  
Júlio Leite — Pequenas Representações.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1963.

Dá nova redação ao § 4º do art. 182 da Constituição Federal (transferência para a reserva do militar da ativa que se candidatar a cargo eletivo). Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
José Feliciano — PSD  
Walfredo Gurgel — PSD  
Argemiro de Figueiredo — PTB  
Bezerra Neto — PTB  
Silvestre Pérciles — PTB  
Edmundo Levi — PTB  
Eurico Rezende — UDN  
Milton Campos — UDN  
Aloysio de Carvalho — UDN  
Afonso Arinos — UDN  
Josaphat Marinho — Sem Legenda  
Raul Guberti — Pequenas Representações.  
Júlio Leite — Pequenas Representações.



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SECÃO II

ANO XIX — N.º 15

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 22 DE JANEIRO DE 1964

## CONGRESSO NACIONAL

### PRESIDÊNCIA

(Republica-se por ter saído com incorreções)

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, n.º 16, do Regimento Interno promulgo, a seguinte

#### RESOLUÇÃO Nº 37, DE 1963

Aposenta o Redator, PL-3, José da Silva Lisboa

Art. único. É aposentado, nos termos do art. 191, item I, da Constituição Federal, combinado com os artigos 341, item III, 344 e 349 da

Resolução nº 6 de 1960, o Redator, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal José da Silva Lisboa.

Senado Federal, em 15 de dezembro de 1963

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

ATA DA 5ª SESSÃO, EM 21 DE JANEIRO DE 1964

1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA.

PRESIDENCIA DO SR. JOAQUIM PARENTE:

As 15 horas acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima.  
Arthur Virgílio.  
Sebastião Archer.  
Joaquim Parente.  
Sigefredo Pacheco.  
Menezes Pimentel.  
Dinarte Mariz.  
Rui Palmeira.  
Aloysio de Carvalho.  
Josephat Marinho.  
Vasconcelos Torres.  
Aurélio Vianna.  
José Feliciano.  
Pedro Ludovico.  
Filinto Müller.  
Bezerra Neto.  
Irineu Bornhausen. — (17).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 17 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. O Sr. 2º Secretário procederá à leitura das atas da sessão e reunião anteriores.

O SR. AURÉLIO VIANA:

(Pela ordem). (Não foi revisto pelo orador). — Sr. Presidente na forma regimental, as sessões só podem ser abertas estando presentes, no recinto, dezessete Srs. Senadores. Mais de uma vez, tenho suscitado esta questão de ordem, que vem sendo despachada pelos Presidentes em exercício.

Por isso, solicitaria de V. Ex.ª que terminasse a verificação do quorum no Plenário, conforme o Regimento estabelece.

## SENADO FEDERAL

O SR. VASCONCELOS TORRES:

Sr. Presidente, peço a palavra, para contraditar a questão de ordem suscitada pelo nobre Senador Aurélio Vianna.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador

O SR. VASCONCELOS TORRES:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o nobre Senador Aurélio Vianna formulou questão de ordem, dentro do Regimento, sobre o "quorum" para a realização desta sessão.

Realmente, a sessão só pode ser aberta com 17 Srs. Senadores e 17 Senhores Senadores se encontram na Casa. No recinto, porém, este número não confere com a lista de presença. Quero ainda, aduzir que muitos dos que aqui não se encontram efetivamente compareceram ao Senado Federal.

Sr. Presidente, esta é uma sessão "cata-milho" uma sessão à força, em que se procura, quase que num corpo a corpo, obrigar o Senador a aqui comparecer a fim de dar número.

Contraditando a questão de ordem levantada pelo eminente Líder do Partido Socialista Brasileiro quero, em lhe conferindo razão, dizer que o Senado está se situando pessimamente perante a opinião pública brasileira. Isto é inegável, incontestável, irremediável.

Sr. Presidente, nós — refiro-me ao Senado — porque não assiniei a convocação extraordinária — falo como Líder da Maioria, em exercício, contestando a questão de ordem, fizemos esta convocação por medo de golpe, por um injustificado receio, para que o Congresso mantivesse os seus parlamentares como verdadeiros gansos do Capitão, a qualquer investida,

grasnar e denunciá-la. O que se vê aqui, Sr. Presidente, é um absurdo e um completo deserto.

V. Ex.ª, Senador Joaquim Parente, tem tido uma posição monótona que se repete desde o dia 15 de dezembro. Ficou aqui só para dizer que "não há quorum", e tem cumprido com seu dever, como o têm cumprido todos os Senadores que a esta Casa têm comparecido. Não é possível por se querer bem ao Senado, por se amar ao Senado e se ter que identificar com o Senado em qualquer circunstância, fugir à coragem cívica e patriótica de dizer ora enquanto a Câmara dos Deputados iza a sua bandeira dando o sinal de que há sessão, o Senado oferece um espetáculo melancólico, triste e, às vezes, até crítico para saber se tem ou não tem número, numa conta de chegar que o desprestígio e mais do que isso o deprecia.

Eu não usaria nunca a palavra demoraliza, porque esta seria mais forte, e não quero usá-la.

Vamos para o segundo mês já, de convocação extraordinária, sem que nada de positivo se tenha feito a favor do Brasil, a favor do povo e a favor do prestígio do Poder Legislativo.

Quando lá fora a tempestade rugir, condenando a todos nós, eu também sou condenado porque sou representante do povo, e não quero ser palmaria do mundo, mas teremos, p'io menos, que não discutir, não dialogar, porque estão cessando os motivos do diálogo entre aqueles que defendem o Congresso, ou seja, o Poder Legislativo, e os que procuram estiolá-lo e denegrir-lo.

Contraditando a questão de ordem e de certo modo me estribando no próprio motivo regimental do Senador Aurélio Vianna, indago de V. Ex.ª se declarará a inexistência de quorum,

malgrado a comprovação da lista de presença de que 17 Senhores Senadores se encontram presentes. Efetivamente me parece que seja essa talvez a solução uma vez não estando os 17 presentes em plenário.

Declarando a inexistência do quorum, pelo menos sem contestá-la, Senhor Presidente, e a pretexto de contraditar, lavro não digo um protesto, mas um registro para ser publicado e divulgado na ata, de que assim é demais!

Porque assim, Senhor Presidente, nesta conturbação da vida brasileira, nesta crise que cada vez se acentua e se agrava, quando se fizer crítica ao Congresso nós não poderemos sair à frente para defendê-lo, já que somos os únicos culpados por esse esvaziamento do Poder Legislativo.

Que não se convocasse extraordinariamente o Congresso, como não se deveria ter convocado, mas em se convocando, que se comparecesse. Não comparecendo, Senhor Presidente, o Poder Legislativo cada vez mais se desprestígia. Com estas palavras, faço uma espécie de auto-crítica; estou criticando a mim mesmo, sabido como é que ficarei com este Poder Legislativo até o fim, porque a ele pertence e a ele quero defender.

Mas, o bom defensor é aquele que não põe a venda nos olhos; é aquele que reconhece os erros e os proclama de público, como ora estou proclamando, no desejo de ver que, daqui para a frente, pelo menos haja simbolicamente abertura da sessão.

Não acredito, e faço questão de falar como Líder da Maioria, não acredito que, até 16 de março, se vote absolutamente nada, nem nesta Casa, a chamada Câmara Alta do Congresso, nem na outra Casa do Parlamento Brasileiro.

Foi uma convocação inócua, improdutiva e inútil!

PRESIDENTE:

Antes de responder à questão de ordem do nobre Senador Aurélio Viana e a contradita do nobre Senador Vasconcelos Torres, devo uma explicação aos Senhores Senadores. Ocupando eventualmente a Presidência da Mesa, tenho tido o máximo cuidado, e prolongado, até mesmo, o tempo de abertura da sessão, no sentido de só abrir os trabalhos quando haja realmente número efetivo de Senadores na Casa.

Assim ocorreu hoje. A abertura dos trabalhos foi retardada. A Presidência só abriu a sessão quando a lista de presença acusava, realmente, o comparecimento de dezessete senhores senadores à Casa.

Entretanto, a questão de ordem levantada pelo nobre senador Aurélio Viana tem toda procedência. O § 3º, do artigo 177 do Regimento diz:

Art. 177 - ... § 3º. Em qualquer fase dos trabalhos, estando no recinto menos de dezessete Senadores, será encerrada a sessão e adiada para a seguinte toda a matéria restante da Ordem do Dia.

Em resposta à questão de ordem de S. Exª, informa que se encontram, no momento, no recinto, apenas quatorze Senhores Senadores, não havendo portanto número para a continuação dos trabalhos.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Para uma questão de ordem). (Não foi revisto pelo orador) - Sr. Presidente, sou testemunha dos escrúpulos com que V. Exª tem procedido quanto à abertura dos trabalhos. Mas, quero lembrar a V. Exª que, em situações idênticas, aberta a sessão com a declaração de número regimental e não havendo já então quorum em plenário, pode ser imediatamente convocada outra sessão para minutos depois, para ver se atingirá o quorum necessário.

Era o que sugeriria a V. Exª

O SR. PRESIDENTE:

Lamento não poder deferir a questão de ordem do nobre Senador Josaphat Marinho, porque o Regimento, nesta parte, é taxativo. Não havendo número, a Presidência não pode convocar outra Sessão, sabendo de antemão que alguns Senhores Senadores já se retiraram.

O SR. JOSAPHAT MARINHO - Agradeço a V. Exª a informação, mas quero acentuar que minha questão de ordem se baseia em praxe da Casa. Há alguns meses, mediante questão de ordem levantada pelo Senador Aurélio Viana, por não haver "quorum" no Plenário, o Presidente Moura Andrade encerrou a Sessão, convocando outra, imediatamente, para as 15 horas.

Se foi, de início, verificado número regimental na Casa, que permitiu a abertura de sessão, enquanto não apurássemos a ausência definitiva dos Senhores Senadores, outra Sessão poderia ser convocada, tanto mais tranquilamente que não é sessão remunerada especialmente.

O SR. PRESIDENTE:

Mas uma vez declarado não poder levar em consideração a questão de ordem levantada pelo Sr. Senador Josaphat Marinho.

Encerro a Sessão, convocando outra para amanhã, com a Ordem do Dia designada para a Sessão de hoje, que é a seguinte:

ORDEM DO DIA

Sessão de 22 de janeiro de 1964

(Quarta-feira)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 22 de 1963

EXPEDIENTE DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO FERREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Table with columns: Capital e Interior, Exterior, Semestre, Ano, Cr\$. Values: Semestre Capital e Interior Cr\$ 50,00; Ano Capital e Interior Cr\$ 96,00; Ano Exterior Cr\$ 136,00.

FUNCIONARIOS

Table with columns: Capital e Interior, Exterior, Semestre, Ano, Cr\$. Values: Semestre Capital e Interior Cr\$ 59,00; Ano Capital e Interior Cr\$ 76,00; Ano Exterior Cr\$ 108,00.

Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos de preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

1963 (nº 23-A-3, na Casa de origem) que aprova o Acórdão Básico de Co-Operação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1962 tendo Pareceres favoráveis sob números 799, 800, 801 e 802 de 1963, das Comissões: de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; de Educação e Cultura e de Finanças.

2

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do cinquentenário da fundação da Prelazia do "Alto Solimões", tendo Parecer nº 855, de 1963, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido em 1º turno.

(Encerra-se a sessão às 15 horas e 20 minutos).

Expediente Despachado

Aviso nº DAI/DCInt/DOR/1/542.6 (72), de 16 do mês em curso, do Senhor Ministro das Relações Exteriores. - Agradece a comunicação referente à promulgação do Decreto Legislativo nº 36, de 1963, que aprova o Acórdão Cultural Brasil-Polónia, firmado entre os dois países a 19 de outubro de 1961.

Resposta a pedido de informações encaminhado pelo Senado:

Aviso nº 89, de 13 do mês em curso, do Sr. Ministro da Marinha, com referência ao Requerimento nº 788-63, do Sr. Senador Vasconcelos Torres.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Atos do Primeiro Secretário

O Senhor Primeiro Secretário concedeu, de acordo com os respectivos Laudos Médico, licença para tratamento de saúde aos seguintes funcionários:

Nilo Gonçalves Martins, Motorista-Auxiliar, PL-10, 25 (vinte e cinco) dias em prorrogação, a partir de 24 de novembro de 1963. (Processo número DP-423-63).

Adonias Pedro da Costa, Motorista-Auxiliar, PL-10, 51 (cinquenta e um) dias em prorrogação, a partir de 26 de outubro de 1963. (Processo nº DP 385-63).

Sebastião Ferreira da Silva, Auxiliar de Limpeza PL 11, 60 (sessenta) dias, em prorrogação, a partir de 24 de junho de 1963. (Processo nº DP-39, de 1963).

Paulo Weguelim Delpech, Conservador de Documentos, PL-6, 20 (vinte) dias, em prorrogação, a partir de 11 de setembro de 1963. (Processo nº DP-202-63).

Fernando Alfredo Carneiro Peretira, Mecânico, PL7, 30 (trinta) dias, em prorrogação, a partir de 31 de agosto de 1963. (Processo nº DP-231, de 1963).

Secretaria do Senado Federal, em 14 de janeiro de 1964 - Evandro Mendes Viana, Diretor-Geral

Atos do Diretor Geral.

PORTARIA Nº 2 DE 20 DE JANEIRO DE 1964

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições resolve designar Georgeta Kuntz, Oficial Legislativo, PL-6, para exercer as funções de Chefe da Seção de Serviços Administrativos da Diretoria da Taquigrafia.

Secretaria do Senado Federal Federal, em 29 de janeiro de 1964. - Evandro Mendes Viana, Diretor-Geral.

O DIRETOR GERAL DEFERIU OS SEGUINTE REQUERIMENTOS

Nº DP-508-63 - De Ronaldo Ferreira Dias, Oficial Legislativo, PL-6, em que solicita abono das faltas ocorridas no período de 26 de outubro a 6 de novembro de 1963, por motivo de casamento.

Nº DP-451-63 - De Leyla Castello Branco Rangel, Redatora, PL-4, em que solicita fazer constar de seus assentamentos os seguintes documentos: 1) Carteira profissional de Jornalista (Carteira Profissional número 29.342, série 1.407, expedida pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio - Departamento Nacional do Trabalho - Serviço de Identificação Profissional); 2) Carteira de Identidade de Advogado (Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Estadual da Guanabara - Carteira nº 10.811, Inscrição nº 9.765); 3) Voto de louvor da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara (lido no Expediente da Sessão ordinária do Senado Federal, em 18 de outubro de 1963).

Nº DP-481-63 - De Deusdedit Miranda, Auxiliar de Limpeza, PL11, em que solicita fazer constar de seus assentamentos o elogio proferido em plenário na Sessão de 29 de novembro de 1963 e publicado no DCN de 30 de novembro de 1963.

Nº 449-63 - De João Batista Costa, Auxiliar de Portaria, PL-9, em que solicita seja cancelado o salário familiar em relação a sua filha, Aparecida Santos Costa, a partir de outubro de 1963.

relativas ao exercício de 1961, a Ne-

Concedeu férias regulamentares, rione Nunes Cardoso, Redator, PL-3, a partir de 14 de dezembro de 1963. (Requerimento nº DP-482-63); Concedeu férias regulamentares, relativas ao exercício de 1962, aos seguintes funcionários.

Alpeu Cordeiro dos Santos, Auxiliar Legislativo, PL-10, a partir de 15 de janeiro de 1964 (Req. DP-421, de 1963);

Ronaldo Ferreira Dias, Oficial Legislativo, PL-8, a partir de 21 de novembro de 1963 (Req. DP-494-63); Luciano Vieira, Médico, PL-3, a partir de 15 de janeiro de 1964 (Req. DP-448-63);

Edmar Lélio Vieira Faria Soares, Taquígrafo, PL-3, a partir de 17 de fevereiro de 1964 (Req. DP-457, de 1963);

Pedro Martins de Souza, Motorista, PL-10, a partir de 19 de dezembro de 1963 (Req. DP-453-63);

João Francisco da Silva, Motorista PL-9, a partir de 10 de janeiro de 1964 (Req. DP-483-63);

Fernando Coelho, Auxiliar de Portaria, PL-9, a partir de 10 de janeiro de 1964 (Req. 479-63).

Concedeu, ainda, férias regulamentares, relativas ao exercício de 1963, aos seguintes funcionários:

Talita Mondim, Oficial Legislativo, PL-8, a partir de 15 de janeiro de 1964 (Req. DP-501-63);

Sebastião Ferreira Silva, Auxiliar Legislativo, PL-10, a partir de 14 de janeiro de 1964 (Req. DP-493-63)

Sergio Luiz Alagemovits, Auxiliar Legislativo, PL-10, a partir de 15 de janeiro de 1964 (Req. DP-498-63);  
 Elga Jagerfeld de Barros, Oficial Legislativo, PL-8, a partir de 15 de janeiro de 1964 (Req. 490-63);  
 Paulo Costa de Oliveira Filho, Auxiliar de Limpeza, PL-11, a partir de 15 de janeiro de 1964 (Req. DP-489-63);  
 Beatriz Correia de Mello, Taquígrafo de Debates, PL-3, a partir de 15 de janeiro de 1964 (Req. DP-467-63);  
 Maria Thereza Fernandes de Andrades, Taquígrafa Revisora, PL-2, a partir de 15 de janeiro de 1964;  
 William Lima Machado Newton, Auxiliar Legislativo, PL-9, a partir de 15 de janeiro de 1964 (Req. DP-469-63);  
 Luiz Marcondes de Oliveira, Auxiliar de Limpeza, PL-11, a partir de 15 de janeiro de 1964 (Req. DP-470-63);  
 Irene Stella Homem da Costa, Taquígrafa Revisora, PL-2, a partir de 15 de janeiro de 1964 (Req. DP-464-63);  
 Arthur Botelho Casado Lima, Oficial Legislativo, PL-8, a partir de 15 de janeiro de 1964 (Req. DP-469, de 1963);  
 Carlos Torres Pereira, Taquígrafo de Debates, PL-3, a partir de 15 de janeiro de 1964 (Req. DP-466-63);

Concedeu, de acordo com os respectivos Laudos Médicos, licença para tratamento de saúde aos seguintes funcionários:  
 Walter Lúcio Fonseca, Guarda de Segurança, PL-9, no período de 2 a 8 de dezembro de 1963.  
 Nilo Gonçalves Martins, Auxiliar de Motorista, PL-10, 30 (trinta) dias, a partir de 25 de outubro de 1963 (Processo DP-332-63).  
 Indeferiu o Requerimento nº DP-446-63, de Cléa Marina Cunha de Menezes, Taquígrafa de Debates, PL-3, em que solicita férias relativas ao exercício de 1961.  
 Abonou, de acordo com os artigos 160 item 11 e 302 do Regulamento da Secretaria, as faltas relativas ao mês de novembro de 1963, dos seguintes funcionários:  
 De Celso Ferreira dos Santos, Auxiliar de Limpeza, PL-11, no dia 22.  
 De Uebe Cordeiro, Auxiliar de Limpeza, PL-11, nos dias 27, 28 e 29.  
 Abonou, ainda, as faltas relativas ao mês de dezembro de 1963, dos seguintes funcionários:  
 De Aliatar Pinto de Andrade, Auxiliar de Limpeza, PL-11, nos dias 10 e 11.  
 De Amélia da Costa Côrtes, Oficial Legislativo, PL-3, nos dias 5 e 11.  
 Beatriz Correia de Mello, Taquígrafo de Debates, PL-3 no dia 3.

De Edila Macedo Ribeiro Taquígrafo de Debates, PL-3 no dia 9.  
 — de Francisco de Assis R. Oficial Legislativo, PL-7, no dia 5.  
 — de Geraldo Lima Aguiar, Oficial Legislativo, PL-8, nos dias 3 e 5.  
 — de Francisco Olympio Gomes, Auxiliar de Portaria, PL-9, nos dias 3 e 6.  
 — de Helena Brown, Auxiliar Legislativo, PL-9, nos dias 6, 11 e 12 considerando como licença para tratamento de saúde o dia 13.  
 — de Italina Cruz Alves, Oficial Legislativo PL-3, nos dias 4 e 5.  
 — de Maria D'Apparecida Jordão Taquígrafo de Debates, PL-3, no dia 9.  
 — de Manoel José dos Santos, Auxiliar de Portaria, PL-8, no dia 2.  
 — de Maria de Lourdes Veiga, Auxiliar Legislativo, PL-10, no dia 4.  
 — de Maria Eliza de Abreu Nogueira, Oficial Bibliotecário, PL-6, no dia 16.  
 — de Maria Ignez Brown, Oficial Legislativo, PL-8, nos dias 5 e 6.  
 — de Murilo Edson Coelho de Souza, Ajudante de Porteiro, PL-7, no dia 11.  
 — de Niron Siqueira da Silva, Auxiliar de Limpeza, PL-11, no dia 4.  
 — de Pérola Cardoso Raulino, Oficial Bibliotecário, PL-6, nos dias 9 e 11.

— de Paulo Weguelin Delgado, Coordenador de Documento, PL-6, no dia 6.  
 — de Rubem Patú Trezena, Auxiliar Legislativo, PL-10, no dia 3.  
 — de Sylvia Minazi Murtugali, Auxiliar Legislativo, PL-10, no dia 8.  
 — de Vital Martins Ferreira, Redator, PL-3 nos dias 2 e 9.  
 — de Virgílio Leite Porto, Auxiliar de Portaria, PL-10, nos dias 3, 4 e 5.  
 — de Victor Lôbo Auxiliar de Portaria, PL-9, no dia 9.  
 — de José Martins de Moraes, Auxiliar de Limpeza, PL-11 no dia 9.  
 Secretária do Senado Federal em 2 de dezembro de 1963. — Maria do Carmo Rondon Ribeiro Sarauá, Diretora do Pessoal.

## UNIÃO INTERPARLAMENTAR GRUPO BRASILEIRO

De ordem do Senhor Presidente, convoco a Comissão Executiva do Grupo brasileiro da União Interparlamentar para uma reunião e reanudar-se hoje, quarta-feira, dia 22 do corrente, às dezessete horas, na sala da Comissão de Transportes e Obras Públicas da Câmara dos Deputados. (As) A. Lazary Guedes, Secretário Geral.

MESA

- Presidente - Moura Andrade (PSD - SP).
- Vice-Presidente - Nogueira da Gama (PTB - MG).
- Primeiro-Secretário - Rui Palmeira (UDN - AL).
- Segundo-Secretário - Gilberto Marinho (PSD - GB).
- Terceiro-Secretário - Adalberto Sena (PTB - ACRE).
- Quarto-Secretário - Cattete Pinheiro (PTN - PA).
- Primeiro-Suplente - Joaquim Parente - UDN - PI.
- Segundo-Suplente - Guido Mondin (PSD - RS).
- Terceiro-Suplente - Vasconcelos Torres (PTB - RJ).

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

- José Gulomar Acre (em exerci.
- Eugênio Barros - Maranhão.
- Lobão da Silveira - PA.
- Eugênio Barros - Maranhão.
- Sebastião Archer - Maranhão.
- Victorino Freire (em exercício o Suplente, Sr. Miguel Lins) - Maranhão.
- Sigefredo Pacheco - Piauí.
- Menezes Pimentel (em exercício o Suplente, Sr. Waldemar de Alcântara).
- Wilson Gonçalves - Ceará.
- Walfredo Gurgel - Rio Grande do Norte.
- Ruy Carneiro - Paraíba.
- Leite Neto - Sergipe.
- Antônio Balbino - Bahia.
- Jefferson de Aguiar - Espírito Santo.
- Gilberto Marinho - Guanabara.
- Moura Andrade - São Paulo.
- Atilio Fontana - Santa Catarina.
- Guido Mondin - R. G. Sul.
- Benedicto Valadares - Minas Gerais.
- Filinto Müller.
- José Feliciano - Goiás.
- Juscelino Kubitschek - Goiás.
- Pedro Ludovico - Goiás.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

(PTB)

- Adalberto Sena - Acre.
- Oscar Passos - Acre.
- Vivaldo Lima - Amazonas.
- Edmundo Levi - Amazonas.
- Artur Virgílio - Amazonas.
- Antônio Juca - Ceará.
- Dix-Huit Rosado - Rio Grande do Norte.
- Argemiro de Figueiredo - Paraíba.
- Barros Carvalho - Pernambuco.
- Pessoa de Queiroz - Pernambuco.
- José Ermirio - Pernambuco.

SENADO FEDERAL

- Silvestre Péricles - Alagoas.
- Vasconcelos Torres - Rio de Janeiro.
- Nelson Maculan (Licenciado sem substituição) - Paraná.
- Amaury Silva - Paraná (em exercício o suplente, Sr. Melo Braga).
- Nogueira da Gama - Minas Gerais.
- Zacarias de Assunção - Pará.
- Joaquim Parente - Piauí.
- José Cândido - Piauí.
- Dinarte Mariz - R. G. Norte.
- João Agripino - Paraíba.
- Rui Palmeira - Alagoas.
- Eurico Rezende - Espírito Santo.
- Afonso Arinos - Guanabara - RJ.
- Bezerra Neto.

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)

- Padre Calazans - São Paulo.
- Adolpho Franco - Paraná.
- Irineu Bornhausen - Santa Catarina.
- Antônio Carlos - Santa Catarina.
- Daniel Krieger - Rio Grande do Sul.
- Milton Campos - Minas Gerais.
- Lopes da Costa - Mato Grosso.

PARTIDO LIBERTADOR

(PL)

- Aloysio de Carvalho - Bahia.
- Mem de Sá - Rio Grande do Sul.

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

(PTN)

- Cattete Pinheiro - Pará.
- Lauro de Matos - ES.

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)

- Raul Giuberti - Espírito Santo.
- Miguel Couto - Rio de Janeiro.

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

(PSB)

- Aurélio Vianna - Guanabara.

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR

(MTR)

- Aarão Steinbruch - Rio de Janeiro.

PARTIDO REPUBLICANO

(PR)

- Júlio Leite - Sergipe.

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

- Arnon de Melo - Alagoas.
- Josaphat Marinho - Bahia.
- Heribaldo Vieira - Sergipe.

RESUMO

Partido Social Democrático (P. S. D.)	17
Partido Trabalhista Brasileiro (P. T. B.)	17
União Democrática Nacional (U. D. N.)	15

Partido Libertador (P. L.)	2
Partido Trabalhista Nacional (P. T. N.)	2
Partido Social Progressista (P. S. P.)	2
Partido Socialista Brasileiro (P. S. B.)	1
Partido Republicano (P. R.)	1
Partido Democrata Cristão (P. D. C.)	1
Movimento Trabalhista Renovador (M. T. R.)	1
Sem legenda	2
<b>Total</b>	<b>66</b>

BLOCOS PARTIDÁRIOS

1º - Maioria (39) Membros:	
PSD	
PTB	
2º - Minoria (17) Membros:	
UDN	
PL	
3º - Pequenas Representações (9) Membros:	
PTN	
PSP	
PSB	
MTR	
PR	
PDC	
Josaphat Marinho (Sem Legenda)	

LIDERANÇAS

I - DOS BLOCOS PARTIDÁRIOS MAIORIA

- Lider: Barros Carvalho - (PTB) - (PE)
- Vice-Líderes: Victorino Freire - (PSD - MA), Vasconcelos Torres - (PTB - RJ), Jefferson de Aguiar - (PSD - ES), Lobão da Silveira - (PSD - PA), Artur Virgílio - (PTB - AM), Bezerra Neto - (PTB) - (MT).

MINORIA

- Lider: João Agripino - (UDN - PB).
- Vice-Líderes: Daniel Krieger - (UDN - RS), Mem de Sá - (PL - RS).
- PEQUENA REPRESENTAÇÃOES
- Lider: Lino de Matos - (PTN - SP).
- Vice-Líderes: Aurélio Vianna - (PSB - GB).

II - DOS PARTIDOS

- PSD
- Benedicto Valladares - (MG).
- Vice Líderes: Wilson Gonçalves - (CE), Sigefredo Pacheco - (PI).

Walfredo Gurgel - (RG).

PIB

- Lider: Artur Virgílio - (AM).
- Vice-Líderes: Amaury Silva (Licenciado) - (PR), Vivaldo Lima - (AM), Bezerra Neto - (MI).
- UDN
- Lider: Daniel Krieger - (RS)
- Vice-Líderes: Eurico Rezende - (ES), Padre Calazans - (SP), Adolfo Franco - (PR).
- PL

Lider:

- Mem de Sá - (RS).
- Vice-Líderes: Aloysio de Carvalho - (BA)
- PTN
- Lider: Lino de Matos - (SP).
- Vice-Líderes: Cattete Pinheiro - (PA), PSP
- Lider: Miguel Couto - (RJ).
- Vice-Lider: Raul Giuberti - (ES).

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão Diretora

- Moura Andrade - Presidente (PSD).
- Nogueira da Gama (PTB), Adalberto Sena (PTB), Rui Palmeira (UDN), Gilberto Marinho (PSD), Joaquim Parente (UDN), Cattete Pinheiro (PTN), Guido Mondin (PSD), Vasconcelos Torres (PTB).
- Reuniões Quartas-feiras às 10 horas.
- Secretário: Evandro Mendes Viana Diretor-Geral.

Comissão de Agricultura

(7 MEMBROS)

- Presidente - Vago.
- Vice-Presidente - Eugênio Barros (PSD).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

- Eugênio Barros.
- José Feliciano.

SUPLENTES

- Atilio Fontana.
- Pedro Ludovico.

P. T. B.

TITULARES

- Raul Giuberti.
- Dix-Huit Rosado
- Nelson Maculan (Licenciado).



SUPLENTE

- 1 Eduardl Catalão (\*)
- 2 Aarão Steinbruch
- 3 Vago.

U. D. N.

TITULARES

- Lopes da Costa.
- Antônio Carlos.

SUPLENTE

- 1 Daniel Krieger
- 2 João Agripino.

SUBSTITUTOS

Reuniões

Quartas-feiras, as 16 horas.

Secretário: J. Ney Passos Dantas. Auxiliar Legislativo PL-9.

Comissão de Constituição e Justiça

(11 MEMBROS)

- Presidente — Milton Campos (UDN)
- Vice-Presidente — Wilson Gonçalves (PSD)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

- Jefferson de Aguiar.
- Rui Carneiro.
- Lobão da Silva.
- Wilson Gonçalves.
- Josaphat Marinho.

SUPLENTE

- 1 Menezes Pimentel (licenciado)
- 2 Leite Neto.
- 3 Benedito Valladares.
- 4 Aarão Steinbruch.

P. T. B.

TITULARES

- Amaurly Silva (licenciado)
- Bezerra Neto.
- Edmundo Levi.

SUPLENTE

- 1 Argemiro de Figueiredo (\*\*)
- 2 Silvestre Pericles.
- 3 Melo Braga.

U. D. N.

TITULARES

- Aloysio de Carvalho
- Milton Campos.

- 1 Afonso Arinos.
- 2 Daniel Krieger.
- 3 João Agripino.

Reuniões

Quarta-feira, as 16 horas.

Secretário: Ronaldo Ferreira Dias. Oficial Legislativo PL-8.

(\*) Em substituição do Senhor Nelson Maculan, como titular.

(\*\*) Em substituição do Senhor Amaurly Silva, como titular.

Comissão do Distrito Federal

(7 MEMBROS)

- Presidente — Lino de Matos.
- Vice-Presidente — Pedro Ludovico.

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

- Menezes Pimentel.
- Pedro Ludovico.

Lino de Matos.

SUPLENTE

- 1 Filinto Müller.
- 2 Eugênio Barros.
- 3 Heribaldo Vieira.

P. T. B.

TITULARES

- Oscar Passos.
- Dix-Huit Rosado.

SUPLENTE

- 1 Aarão Steinbruch.
- 2 Antônio Jucá.

U. D. N.

TITULARES

- Dinarte Mariz.
- Eurico Rezende.

SUPLENTE

- 1 Lopes da Costa.
- 1 Zacharias de Assunção.

Reuniões

Quintas-feiras às 10 horas.

Secretário: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo PL-8.

Comissão de Economia

(9 MEMBROS)

- Presidente — Filinto Müller (PSD)
- Vice-Presidente — José Ermirio (PTB)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

- Filinto Müller.
- Eugênio Barros.
- Atilio Fontana.
- José Guilomard (licenciado)

SUPLENTE

- 1 Jefferson de Aguiar (\*)
- 2 Sigefredo Pacheco
- 3 Sebastião Archer
- 4 Josaphat Marinho
- 1. José Kairala

P. T. B.

SUBSTITUTOS

TITULARES

- José Ermirio
- Nelson Maculan (licenciado)
- Júlio Leite

SUPLENTE

- 1. Oscar Passos (\*\*)
- 2. Bezerra Neto

(\*) — Em substituição do Senhor José Guilomard, como titular.

(\*\*) — Em substituição do Senhor Nelson Maculan, como titular.

SUBSTITUTOS

- 2. ... A Índice
- 1. Melo Braga

U. D. N.

TITULARES

- Adolfo Franco
- Lopes da Costa

SUPLENTE

- 1. José Cândido.
  - 2. Zacarias de Assunção
- Reuniões terça-feira — 16,00 horas
- Secretário: Cid Brugger, Auxiliar Legislativo PL-10.

Comissão de Educação e Cultura

(7 MEMBROS)

- Presidente — Menezes Pimentel (PSD)

- Vice-Presidente — Padre Calazans (UDN)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

- Menezes Pimentel
- Walfredo Gurgel

SUPLENTE

- 1. Benedito Valladares
- 2. Sigefredo Pacheco

SUBSTITUTOS

- 1. Leite Neto

P. T. B.

TITULARES

- Pessoa de Queiroz
- Amaurly Silva (licenciado)

SUPLENTE

- 1. Vago.
- 2. Vago.

U. D. N.

TITULARES

- Antonio Carlos
- Padre Calazans
- Mem de Sá

SUPLENTE

- 1. Adolfo Franco
- 2. Milton Campos
- 3. Arnon de Melo

Reuniões: 4<sup>as</sup> feiras — 15 00 horas

Secretário: Vera de Alvarenga Matta, Oficial Legislativo PL-7.

Comissão de Finanças

(15 MEMBROS)

- Presidente — Argemiro de Figueiredo — (PTB).

- Vice-Presidente — Daniel Krieger — (UDN).

P. S. P.

COMPOSIÇÃO

TITULARES

- Victorino Freire
- Lobão da Silveira.
- Sigefredo Pacheco.
- Wilson Gonçalves.
- Leite Neto.

SUPLENTE

- 1. José Guilomard (licenciado)
- 2. Eugênio Barros.
- 3. Menezes Pimentel.
- 4. Atilio Fontana.
- 5. Pedro Ludovico.

SUBSTITUTOS

- 1. José Kairala.

P. T. B.

TITULARES

- Argemiro de Figueiredo.
- Bezerra Neto.
- Dix-Huit Rosado.
- Pessoa de Queiroz.
- José Ermirio.

SUPLENTE

- 1. Nelson Maculan (licenciado)
- 2. Lino de Matos.
- 3. Amaurly Silva (licenciado)
- 4. Aurélio Vianna.
- 5. Antônio Jucá.

SUBSTITUTOS

- 1. Edmundo Levi.
- 2. Melo Braga.

U. D. N.

TITULARES

- Daniel Krieger.
- Dinarte Mariz.
- Irineu Bornhausen.
- Lopes da Costa.

SUPLENTE

- 1. Adolfo Franco.
- 2. Eurico Rezende.
- 3. João Agripino.
- 4. Milton Campos.

PL

TITULARES

Mem de Sá.

SUPLENTE

- 1. Aloysio de Carvalho.
- Reuniões: 4<sup>as</sup> feiras — 10,00 horas.

Secretário: Cid Brugger, Auxiliar Legislativo, PL-10.

Comissão de Legislação Social

(9 MEMBROS)

- Presidente: Vivaldo Lima — PTB.
- Vice-Presidente: Ruy Carneiro — (PSD).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

- Ruy Carneiro.
- Walfredo Gurgel.
- José Guilomard (licenciado).
- Raul Giubert.

SUPLENTE

- 1. Leite Neto
- 2. Lobão da Silveira.

- 3. Eugênio Barros
- 4. Júlio Leite

SUBSTITUTOS

- 1. Atilio Fontana
- 2. José Kairala.

P. T. B.

TITULARES

- Amaurly Silva (licenciado)
- Heribaldo Vieira.
- Vivaldo Lima

SUPLENTE

- 1. Aurélio Vianna (\*\*)
- 2. Pessoa de Queiroz
- 3. Antônio Jucá

(\*) — Em substituição do Senhor José Guilomard, como titular

(\*\*) — Em substituição do Senhor Amaurly Silva, como titular

SUBSTITUTOS

1. Melo Braga

U. D. N.

TITULARES

Eurico Rezende

2. Lopes da Costa

4. Zacarias de Assunção

Reuniões: 1.ª feira, às 10 horas

SUPLENTE

Secretário: Vera de Alvarenga Ma-

fra, Oficial Legislativo, PL-7.

Comissão

do Polígono das Sêcas

(7 MEMBROS)

Presidente - Ruy Carneiro (PSD)

Vice-Presidente - Aurélio Vianna (PTB)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Wilson Gonçalves

Ruy Carneiro

SUPLENTE

1. Sigefredo Pacheco

2. Leite Neto

P. T. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado

Aurélio Vianna

SUPLENTE

1. Argemiro de Figueiredo

2. Arnon de Melo

3. Julio Leite

U. D. N.

TITULARES

Dinarte Mariz

José Cândido

SUPLENTE

1. João Agripino

2. Lopes da Costa

Reunião: 5ª feira - 16 horas

Secretário: Ney Passos Dantas

Auxiliar Legislativo PL-9.

Comissão de Redação

(6 MEMBROS)

Presidente - Dix-Huit Rosado (PTB)

Vice-Presidente - Padre Calazans

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Walfredo Gurgel

Sebastião Archer

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira

2. José Feliciano

SUBSTITUTOS

1. Menezes Pimentel (licenciado)

P. T. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

Heribaldo Vieira

U. D. N.

TITULARES

Padre Calazans

Julio Leite

SUPLENTE

1. João Agripino

2. Josephat Marinho

Reuniões: 4ª Feiras às 16 horas

Secretário: Sarah Abramo, Oficial

Legislativo, PL-8.

Comissão de Relações Exteriores

(11 MEMBROS)

Presidente - Jefferson de Aguiar (PSD)

Vice-Presidente - Passos de Queiroz (PTB)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Benedito Valladares

Filinto Müller

Jefferson de Aguiar

Aarão Steinbruch

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel

2. Ruy Carneiro

3. José Guimard (licenciado)

4. Victorino Freire

SUBSTITUTOS

1. José Kairala

P. I. B.

TITULARES

Pessoa de Queiroz

Vivaldo Lima

Eduardo Catarina

SUPLENTE

1. Oscar Passos

2. Argemiro de Figueiredo

3. Antônio Jucá

U. D. N.

TITULARES

Antônio Carlos

José Cândido

Padre Calazans

Arnon de Melo

SUPLENTE

1. Daniel Krieger

2. Eurico Rezende

3. João Agripino

4. Mem de Sá

Reuniões: 3ªs-feiras - 15.00 horas

Secretário: Gaston J. B. Branco

Oficial Legislativo, PL-6.

Comissão de Saúde

(15 MEMBROS)

Presidente - Lopes da Costa - UDN

Vice-Presidente - Dix-Huit Rosado (PTB)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Pedro Ludovico

Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

1. Eugenio Bastos

2. Walfredo Gurgel

P. I. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

Antônio Jucá

U. D. N.

SUPLENTE

1. Lopes da Costa

SUPLENTE

Padre Calazans

SUPLENTE

Raul Gilberto

Reuniões: Quintas-feiras - 13 horas

Secretário: Eduardo Rui Barbosa

Auxiliar Legislativo PL-10.

Comissão de Segurança Nacional

(7 MEMBROS)

Presidente - Zacarias de Assunção (UDN)

Vice-Presidente - Silvestre Péricles (PTB)

COMPOSIÇÃO

PSD

TITULARES

José Guimard (licenciado)

Victorino Freire

SUPLENTE

1. Ruy Carneiro

1. Atílio Fontana (\*)

SUBSTITUTO

2. José Kairala

P. I. B.

TITULARES

Silvestre Péricles

Oscar Passos

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado

2. Vago

U. D. N.

TITULARES

Irineu Bornhausen

Zacharias de Assunção

SUPLENTE

1. Adolfo Franco

2. Eurico Resende

P. S. P.

TITULAR

Raul Gilberto

SUPLENTE

1. Miguel Couto

Reuniões: Quintas-feiras - (16 horas)

Secretário: Alexandre Pfaender, Oficial Legislativo PL-8.

(\*) - Em substituição ao Sr. José Guimard, como titular.

Comissão de Serviço Público Civil

(7 MEMBROS)

Presidente - Silvestre Péricles (PTB)

Vice-Presidente - Leite Neto (PSD)

COMPOSIÇÃO

PSD

TITULARES

Leite Neto

Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

1. Victorino Freire

2. Benedito Valladares

PTB

TITULARES

Silvestre Péricles

Nelson Maculan (licenciado)

SUPLENTE

1. Edmundo Levi

2. Vago

UDN

TITULARES

Antônio Carlos

Prorrogações:

Antônio Carlos

Padre Calazans

SUPLENTE

1. Dinarte Marins

Lopes da Costa

PL

TITULAR

Aloysto de Carvalho

SUPLENTE

Mem de Sá

Reuniões: Terças-feiras - 16.00 horas

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Auxiliar Legislativo, PL-9.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

(5 MEMBROS)

Presidente José Feliciano (PSD)

Vice-Presidente - Irineu Bornhausen (UDN)

PSD

TITULARES

José Feliciano

Sebastião Archer

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar

2. Filinto Müller

PTB

TITULARES

Bezerra Neto

Lino de Matos

SUPLENTE

1. Silvestre Péricles

UDN

TITULAR

Irineu Bornhausen

SUPLENTE

Zacharias de Assunção

Reuniões: Quartas-feiras - 16,00 horas

Secretário: Alexandre Pfaender, Oficial Legislativo, PL-8.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961.

Dispos sobre: Altera os artigos 26, 56, 58, 60, 110 e o parágrafo único do art. 112 da Constituição Federal.

- organização administrativa do Distrito Federal;

- vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal;

- regime de rendas do Distrito Federal;

- composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e do Tribunal Superior Eleitoral;

- processo de escolha do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal;

- aplicação da cota do imposto de renda destinada aos Municípios;

Eleita em 15-6-1961, com exceção dos Srs Senadores:

Barros Carvalho - designado em 30-2-1962.

Nelson Maculan - designado em 15-5-1963.

Lobão da Silveira - designado em 23-4-1963.

Lopes da Costa - designado em 23-10-1962.

**SUPLENTE**

Até 14-12-1962 — Requerimento número 611-61, aprovado em 15-12-61;  
Até 15-12-1963 — Requerimento nº 778-62, aprovado em 12-12-62.

**Membros — Partidos**

- 1 Jefferson de Aguiar — Relator — PSD.
- 2 Lobão da Silveira — PSD.
- 3 Ruy Carneiro — PSD.
- 4 Benedito Valladares — PSD.
- 5 Wilson Gonçalves — PSD.
- 6 Nelson Maculan — PTB.
- 7 Silvestre Péricles — PTB.
- 8 Nogueira da Gama — PTB.
- 9 Barros Carvalho — PTB.
- 10 Daniel Krieger — Vice-Presidente — UDN.
- 11 Lopes da Costa — UDN.
- 12 Milton Campos — UDN.
- 13 Heribaldo Vieira — UDN.
- 14 Ruy Palmeira — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — PL.
- 16 Mem de Sá — PL.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1961.**

Altera o § 1º do art. 181 da Constituição Federal.

(Aposentadoria do funcionário aos trinta anos de serviço).

Eleito em 21-5-62, salvo os Srs. Senadores:

- Lobão da Silveira  
Wilson Gonçalves e  
Amaury Silva, designado em 23 de abril de 1963.

**Prorrogações:**

Até 15-12-1962 — Requerimento número 610-61 aprovado em 14-12-1961

Até 15-12-1963 — Requerimento número 798-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

**Membros — Partidos**

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD.
- 2 Lobão da Silveira — Relator — PSD.
- 3 Ruy Carneiro — PSD.
- 4 Benedito Valladares — PSD.
- 5 Wilson Gonçalves — PSD.
- 6 Silvestre Péricles — Relator — PTB.
- 7 Amaury Silva — PTB.
- 8 D. O. N. 24-8-63 (S. I.) pág 2.132
- 9 Nogueira da Gama — PTB.
- 10 Barros Carvalho — PTB.
- 11 Daniel Krieger — UDN.
- 12 Lopes da Costa — UDN.
- 13 Milton Campos — UDN.
- 14 Ruy Palmeira — UDN.
- 15 Heribaldo Vieira — UDN.
- 16 Aloysio de Carvalho — Presidente — PL.
- 17 Mem de Sá — PL.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1961.**

Da nova redação ao item II do art. 95 da Constituição Federal.

(Irredutibilidade dos vencimentos dos juizes).

Eleita em 27-6-61, salvo os Senhores Senadores:

- Lopes da Costa, designado em 29 de outubro de 1962;  
Lobão da Silveira, designado em 23 de abril de 1963;  
Bezerra Neto, designado em 23 de abril de 1963.

**Prorrogações:**

Até 15-12-1962 — Requerimento número 609-61, aprovado em 14-12-61;  
Até 15-12-63 — Requerimento número 779-62, aprovado em 12-12-62.

**Membros — Partidos**

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD.
- 2 Lobão da Silveira — PSD.
- 3 Ruy Carneiro — PSD.
- 4 Benedito Valladares — PSD.
- 5 Wilson Gonçalves — PSD.
- 6 Silvestre Péricles — PTB.
- 7 Bezerra Neto — PTB.
- 8 Nogueira da Gama — PTB.
- 9 Barros Carvalho — PTB.
- 10 Daniel Krieger — UDN.
- 11 Lopes da Costa — UDN.
- 12 Milton Campos — Vice-Presidente — UDN.
- 13 Heribaldo Vieira — UDN.
- 14 Ruy Palmeira — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — PL.
- 16 Mem de Sá — PL.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 7 de 1961.**

Da nova redação ao art. 65, item I, da Constituição Federal.

(Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado, incluindo as de propor a exoneração dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente e aprovar o estabelecimento, rompimento e reatamento de relações diplomáticas com países estrangeiros)

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Senhores Senadores:

- Guido Mondin — designado em 29 de outubro de 1962;

- Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962;

- Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963;

- Wilson Gonçalves — designado em 23 de abril de 1963;

- Eurico Rezende — designado em 25 de abril de 1963;

- Pinto Ferreira — designado em 20 de abril de 1963;

- Amaury Silva — designado em 26 de abril de 1963;

**Prorrogações:**

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 67-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 16 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 780-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

**Membros — Partidos**

- 1 Menezes Pimentel — PSD.
- 2 Wilson Gonçalves — PSD.
- 3 Lobão da Silveira — PSD.
- 4 Ruy Carneiro — PSD.
- 5 Guido Mondin — PSD.
- 6 Silvestre Péricles — PSD.
- 7 Vivaldo Lima — PTB.
- 8 Amaury Silva — PTB.
- 9 Pinto Ferreira — PTB.
- 10 Eurico Rezende — UDN.
- 11 Daniel Krieger — UDN.
- 12 Milton Campos — UDN.
- 13 Heribaldo Vieira — UDN.
- 14 Lopes da Costa — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — PL.
- 16 Lino de Matos — PTN.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1961.**

Acrescenta item ao art 3º do Capítulo II — Presidente da República — da Emenda Constitucional nº 4 de 1961, que instituiu o sistema parlamentar de governo (Sobre a exoneração, por proposta do Senado do chefe de missão diplomática de caráter permanente).

Eleita em 8 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

- Vivaldo Lima — Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — Designado em 30 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar — Designado em 23 de abril de 1963.

Ruy Carneiro — Designado em 29 de abril de 1963;

Eurico Rezende — Designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira — Designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto — Designado em 23 de abril de 1962.

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1962.

**Prorrogações:**

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 608-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 781-62 aprovado em 2 de dezembro de 1962

**Membros — Partidos**

- 1 Menezes Pimentel — PSD
- 2 Ruy Carneiro — PSD
- 3 Lobão da Silveira — PSD
- 4 Jefferson de Aguiar — PSD
- 5 Guido Mondin — PSD.
- 6 Pinto Ferreira — PSD.
- 7 Bezerra Neto — PTB.
- 8 Amaury Silva — PTB.
- 9 Vivaldo Lima — PTB.
- 10 Daniel Krieger — UDN.
- 11 Eurico Rezende — UDN
- 12 Milton Campos — UDN.
- 13 Heribaldo Vieira — UDN
- 14 Lopes da Costa — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — PL.
- 16 Lino de Matos — PTN.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição**

Acrescenta dispositivo ao artigo 15 revoga o item V e o § 6º do artigo 19 substituiu o § 5º do artigo 19 e o art. 22 da Constituição

(Modifica o regime de discriminação de rendas).

Eleita em 20 de novembro de 1961 salvo os Srs Senadores:

- Barros Carvalho — Designado em 30 de março de 1962;

- Guido Mondin — Designado em 19 de outubro de 1962;

- Jefferson de Aguiar — designado em 28 de abril de 1963;

- Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963;

- Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;

- Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1963;

- Bezerra Neto — designado em 23 de abril de 1963;

**Prorrogações:**

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 608-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961;

Até 16 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

**Membros — Partidos**

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD.
- 2 Menezes Pimentel — PSD.
- 3 Flinto Müller — PSD.
- 4 Guido Mondin — PSD.
- 5 Ruy Carneiro — PSD.
- 6 Amaury Silva — PTB.
- 7 Barros Carvalho — PTB.
- 8 Argemiro Figueiredo — PTB.
- 9 Bezerra Neto — PTB.
- 10 Daniel Krieger — UDN.
- 11 Eurico Rezende — UDN.
- 12 Milton Campos — UDN.
- 13 Heribaldo Vieira — UDN.
- 14 Ruy Palmeira — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — PL.
- 16 Lino de Matos — PTN.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10, de 1961.**

Acrescenta parágrafo ao art 15 da Constituição Federal (aplicação da percentagem proveniente das cotas de impostos destinadas aos Municípios).

Eleita em 23 2 1962, salvo os Srs. Senadores:

Lopes da Costa — designado em 30.3 1962;

Guido Mondin — designado em 29 10 1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23.4 1963.

Eurico Rezende — designado em 23.4 1963;

João Agripino — designado em 23.4 1963;

Silvestre Péricles — designado em 23.4 1963;

Catete Pinheiro — designado em 23.4 1963.

**Senadores — Partidos**

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD.
- 2 Wilson Gonçalves — PSD.
- 3 Ruy Carneiro — PSD.
- 4 Lobão da Silveira — PSD.
- 5 Guido Mondin — PSD.
- 6 Silvestre Péricles — PTB.
- 7 Nogueira da Gama — PTB.
- 8 Barros Carvalho — PTB.
- 9 Vivaldo Lima — PTB.
- 10 Milton Campos — UDN
- 11 Heribaldo Vieira — UDN
- 12 Lopes da Costa — UDN
- 13 João Agripino — UDN.
- 14 Eurico Rezende — UDN
- 15 Josephat Marinho — S. Legenda.
- 16 Lino de Matos — PTN.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 11, de 1963.**

Acrescenta parágrafos 4º e 5º ao art. 28 da Constituição Federal (Criação de novos Municípios).

Eleita em 28 3 1962, salvo os Srs. Senadores:

Guido Mondin — designado em 25 10 1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

João Agripino — designado em 13-4-1963;

Catete Pinheiro — designado em 23-4-1963.

**Prorrogação:**

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 784-62, aprovado em 12-12-62.

**Membros — Partidos**

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Wilson Gonçalves — PSD
- 3 Ruy Carneiro — PSD
- 4 Lobão da Silveira — PSD
- 5 Guido Mondin — PSD
- 6 Silvestre Péricles — PTB
- 7 Nogueira da Gama — PTB
- 8 Barros Carvalho — PTB
- 9 Milton Campos — UDN
- 10 Heribaldo Vieira — UDN
- 11 Eurico Rezende — UDN
- 12 João Agripino — UDN
- 13 Lopes da Costa — UDN
- 14 Aloysio de Carvalho — PL
- 15 Miguel Couto — PSP
- 16 Catete Pinheiro — PTN

### Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 1, de 1962.

(Altera a redação do art. 186 da Constituição, referente a obrigatoriedade de concurso para a investidura em cargo inicial da carreira, instituindo a proibição de nomeações interinas).

Eleita em 10-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Menezes Pimentel — designado em 15-5-1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Leite Neto — designado em ..... 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

João Agripino — designado em 23-4-1963;

Aurélio Vianna — designado em 23-4-1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 785-62, aprovado em 12-12-1963.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Silvestre Péricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Eurico Rezende — UDN
13. João Agripino — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Aurélio Vianna — PSB.

### Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1962.

(Institui nova discriminação de rendas em favor dos Municípios brasileiros).

Eleita em 23-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Leite Neto — designado em ..... 23-4-1963;

Josaphat Marinho — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em .. 23-4-1963;

Prorrogação:

Até 15-12-1962 — Requerimento nº 706-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD

5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Silvestre Péricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PT
16. Lino de Mattos — PTN

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1963

(Originário da Câmara dos Deputados)

Que dá nova redação ao § 1º do art. 28 da Constituição Federal (autonomia dos Municípios).

Designação em 22 de outubro de 1963

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD;  
Ruy Carneiro — PSD;  
Wilson Gonçalves — PSD;  
José Feliciano — PSD;  
Lobão da Silveira — PSD;  
Bezerra Neto — PTB;  
Edmundo Levy — PTB;  
Argemiro de Figueiredo — PTB;  
Melo Braga — PTB;  
Milton Campos — Presidente — UDN;  
Aloysio de Carvalho — UDN;  
Afonso Arinos — UDN;  
Eurico Rezende — UDN;  
Josaphat Marinho (Relator) — Pequenas Representações;  
Aurélio Vianna — Pequenas Representações;  
Júlio Leite (Vice-Presidente) — Pequenas Representações.

### Comissão Especial para estudar a situação da Casa da Moeda.

(7 MEMBROS)

Criada em virtude da aprovação do Requerimento nº 331-63 do Sen. Jefferson de Aguiar, na sessão de 14-8-63.

Designação em 28-8-1963

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
Arthur Virgílio — PTB  
Edmundo Levy — PTB  
Adolpho Franco — UDN  
Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN  
Josaphat Marinho — S/legenda

### Comissão Especial para o estudo das causas que dificultam a produção agro-pecuária e suas repercussões negativas na exportação.

(Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 2-8-1963).

(5 MEMBROS)

Membros — Partidos

- José Feliciano — PSD  
Siegfredo Pacheco (Vice-Presidente) — PSD  
José Ermirio (Presidente) — PTB  
Lopes da Costa — UDN  
Aurélio Vianna (Relator) — Pequenos Partidos.

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1962.

(Dispõe sobre a data do plebiscito previsto na Emenda Constitucional nº 4).

Eleita em 10-7-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves  
Leite Neto  
João Agripino  
Eurico Rezende e  
Josaphat Marinho (designado em 23-4-1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 787-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Silvestre Péricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. João Agripino — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Josaphat Marinho — S/legenda

### Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 5 de 1962.

Dá nova redação ao art. 20 da Constituição.

(Determina a entrega aos Municípios de 30% da arrecadação dos Estados quando exceder as rendas municipais).

Eleita em 13-9-1962, salvo os Srs. Senadores.

Wilson Gonçalves  
Leite Neto

Josaphat Marinho

Eurico Resende

Miguel Couto (designado em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 789-62, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Vago — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Campos — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Eurico Resende — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Miguel Couto — PSP

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1962.

Altera a redação dos §§ 1º e 3º do art. 60 da Constituição Federal.

(Aumenta para 4 o número de representantes dos Estados e do Distrito Federal no Senado).

Eleita em 13-9-1962, salvo os Srs. Senadores:

Josaphat Marinho  
Wilson Gonçalves  
Eurico Resende

Júlio Leite (designado em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 790-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedito Valladares — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Vago — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Eurico Resende — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Júlio Leite — PL

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1962.**

Revoga a Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema parlamentar de governo e o art. 61 da Constituição Federal, de 18 de setembro de 1946.

Leita em 12.12.1963, salvo os Srs Senadores

- Wilson Gonçalves
- Eurico Rezende
- Amaury Silva e
- Raul Giuberti (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 — requerimento nº 791-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Pedro Ludovico — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedito Valladares — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Nogueira da Gama — PTI
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Eurico Rezende — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Raul Giuberti — PSP

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1963.**

Altera a redação do inciso IX do art. 157 da Constituição referente ao trabalho de menores e mulheres e ao trabalho em indústrias insalubres).

Designada em 23-4-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Heribaldo Vieira — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Silvestre Péricles — PTB
11. Arthur Virgílio — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Josaphat Marinho — S. legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1963.**

Altera os arts. 141, 146 e 147 da Constituição Federal (referente ao direito de propriedade).

Designada em 23-4-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Silvestre Péricles — PTB
11. Argemiro de Figueiredo — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Josaphat Marinho — S. legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1963.**

Dá nova redação aos artigos n.ºs 26 e 63 da Constituição Federal (administração do Distrito Federal e matéria da competência privativa do Senado).

Eleita em 2-5-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Wilson Gonçalves — PSD
4. Menezes Pimentel — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Amaury Silva — PTB
7. Bezerra Neto — PTB
8. Vago — PTB
9. Eduardo Catalão — PTB
10. Vasconcelos Torres — PTI
11. Eurico Rezende — UDN
12. Milton Campos — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Aloysio de Carvalho — Pequenas Partidos
15. Josaphat Marinho — Pequenas Partidos

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1963.**

Dá nova redação aos arts. 44 e 45 da Constituição Federal para conceder imunidades aos vereadores.

Designada em 20-5-1963

Senadores — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Lobão da Silveira — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Menezes Pimentel — PSD
- Leite Neto — PSD
- Amaury Silva — PTB

Bezerra Neto — PTB

- Pinto Ferreira — PTB
- Silvestre Péricles — PTB
- Adalberto Sena — PTB
- Eurico Rezende — UDN
- Milton Campos — UDN
- João Agripino — UDN
- Aloysio de Carvalho — PL
- Josaphat Marinho — S. legenda

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 5, de 1963.**

Dá nova redação ao item III e ao § 4º do artigo 19 da Constituição referentes ao imposto de Vendas e Consignações:

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Humberto Neder — PTB
11. Argemiro de Figueiredo — PL
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Josaphat Marinho — Pequenas Partidos.

**Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.**

(Criada em virtude da aprovação, em 18-9-1963, sessão extraordinária do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermirio).

(9 MEMBROS)

Membros — Partidos

- José Feliciano — PSD
- Atilio Fontana — PSD
- Eugênio Barros — PSD
- José Ermirio (Relator) — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Melo Braga — PTB
- Lopes da Costa — UDN
- Milton Campos (Presidente) — UDN
- Júlio Leite, Vice-Presidente — Pequenas Representações.

**Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas.**

(Criada em virtude da aprovação, em 2-8-1963 do Requerimento nº 531-63, do Senador Gouveia Vieira).

(5 MEMBROS)

Membros — Partidos

- Atilio Fontana (Presidente) — PSD
- José Feliciano (Vice-Presidente) — PSD
- José Ermirio (Relator) — PTB

Adolpho Franco — UDN

Aurélio Vianna — Pequenas Representações.

**Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional.**

(6 MEMBROS)

(Criada pela Resolução nº 11-63)

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Leite Neto (Presidente) — PSD
- Nelson Maculan — PTB
- João Agripino (Relator) — UDN
- Josaphat Marinho — Pequenas Representações.

**Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas**

(Criada em virtude da aprovação, em 2-8-1963 do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira)

(5 MEMBROS)

Membros — Partidos

- Atilio Fontana (Presidente) — PSD
- Joé Feliciano (Vice-Presidente) — PSD
- José Ermirio (Relator) — PTB
- Adolpho Franco — UDN
- Aurélio Vianna — Pequenas Representações.

**Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização**

(Criada em virtude da aprovação, em 18-9-1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermirio).

(9 MEMBROS)

Membros — Partidos

- José Feliciano — PSD
- Atilio Fontana — PSD
- Eugênio Barros — PSD
- José Ermirio (Relator) — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Melo Braga — PTB
- Lopes da Costa — UDN
- Milton Campos — Presidente
- Júlio Leite — Vice-Presidente
- Pequenas Representações.



**Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acêrvos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional**

(Criada pela Resolução nº 11 de 1963)

(5 MEMBROS)

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD.  
Leite Neto (Presidente) - PSD.  
Nelson Maculan (Vice-Presidente) - PTB.  
João Agripino (Relator) - UDN.  
Josaphat Marinho - Pequenas Representações

**Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos apontados da tribuna do Senado, na Sessão de 23 do corrente, e outros relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento dos Correios e Telégrafos.**

(Criada em virtude da aprovação em 7-11-1963, sessão extraordinária da resolução nº 32, de 1963, apresentada pelo Senhor Senador Jefferson de Aguiar e outros Senhores Senadores).  
(Criada pela Resolução nº 32, de 1963)

MEMBROS - PARTIDOS

Presidente: Wilson Gonçalves - PSD  
Vice-Presidente: Leite Neto - PSD  
Relator: Eurico Rezende - UDN  
Jefferson de Aguiar - PSD  
Atilio Fontana - PSD  
Artur Virgílio - PTB  
Bezerra Neto - PTB  
Aurélio Vianna - PTB  
Júlio Leite - PTB

Melo Braga - PTB  
João Agripino - UDN  
Daniel Krieger - UDN

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1963.**

Altera o art. 138 da Constituição Federal (inelegibilidades).  
Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD  
Ruy Carneiro - PSD  
Wilson Gonçalves - PSD  
José Feliciano - PSD  
Walfredo Gurgel - PSD  
Argemiro de Figueiredo - PTB  
Bezerra Neto - PTB  
Silvestre Péricles - PTB  
Edmundo Levi - PTB  
Eurico Rezende - UDN  
Milton Campos - UDN  
Aloysio de Carvalho - UDN  
Afonso Arinos - UDN  
Josaphat Marinho - Sem Legenda  
Raul Guberti - Pequenas Representações.  
Júlio Leite - Pequenas Representações.

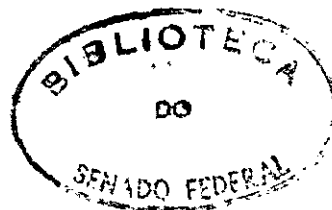
**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1963.**

Da nova redação ao § 4º do art. 182 da Constituição Federal (transferência para a reserva do militar da ativa que se candidatar a cargo eletivo). Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD  
Ruy Carneiro - PSD  
Wilson Gonçalves - PSD  
José Feliciano - PSD  
Walfredo Gurgel - PSD  
Argemiro de Figueiredo - PTB  
Bezerra Neto - PTB  
Silvestre Péricles - PTB  
Edmundo Levi - PTB  
Eurico Rezende - UDN  
Milton Campos - UDN  
Aloysio de Carvalho - UDN  
Afonso Arinos - UDN  
Josaphat Marinho - Sem Legenda  
Raul Guberti - Pequenas Representações.  
Júlio Leite - Pequenas Representações.



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## SECÃO II

ANO XIX — N.º 16

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 23 DE JANEIRO DE 1964

# SENADO FEDERAL

**ATA DA 6ª SESSÃO, EM 22 DE JANEIRO DE 1964 — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA.**

**PRESIDÊNCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE E RUI PALMEIRA.**

As 14 horas e 30 minutos, achavam-se presentes os Senhores Senadores:

- Vivaldo Lima,
- Edmundo Levy,
- Joaquim Parente,
- Sigfredo Pacheco,
- Menezes Pimentel,
- Dinarte Mariz,
- Rui Palmeira,
- Heribaldo Vieira,
- Leite Neto,
- Aloysio de Carvalho,
- Josaphat Marinho,
- Aarão Steinbruch,
- Vasconcelos Torres,
- Aurélio Vianna,
- Milton Campos,
- Moura Andrade,
- Pedro Ludovico,
- Ezerra Neto,
- Adolpho Franco,
- Irineu Bornhausen.

### O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Srs. Senadores. Havendo número legal declaro aberta a sessão.

Vão ser lidas as atas das sessões e reunião anteriores.

São lidas e aprovadas, sem debates, as atas da 4ª sessão e 20ª reunião, levadas em 17 e 20 de janeiro, respectivamente.

### O SR. PRESIDENTE:

O Sr. 2º Secretário procederá à leitura da ata correspondente à sessão de 21 do corrente.

Procede-se à leitura da ata da sessão anterior.

### O SR. PRESIDENTE:

Em discussão a ata. (Pausa).

### O SR. AURÉLIO VIANA:

Sr. Presidente, peço a palavra.

### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Viana.

### O SR. AURÉLIO VIANA:

(Sobre a Ata). (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, solicito de V. Exa. a retificação da Ata no que tange à citação do artigo do Regi-

mento em que me baseei na questão de ordem que ontem suscitei. Referimo ao Art. 158 do Regimento Interno, que diz:

“A sessão ordinária terá início às quatorze horas e trinta minutos, pelo relógio do Plenário, presentes no recinto, pelo menos dezesete Srs. Senadores e durará no máximo quatro horas, salvo prorrogação.

§ 1º. Verificada àquela hora inexistência de número, o Presidente, ocupando o seu lugar, declarará que não pode haver sessão, designando a Ordem do Dia para a sessão seguinte”.

É esse o artigo e seu parágrafo.

### O SR. PRESIDENTE:

A questão de ordem suscitada pelo Sr. Senador Aurélio Viana não procede. S. Exa. está propondo a retificação da ata.

### O SR. AURÉLIO VIANA:

Pela ordem, Sr. Presidente. V. Exa. pôs em discussão a ata. Pedi a palavra para pedir uma retificação. O art. a que referi é o de nº 158.

O Sr. PRESIDENTE — V. Exa. se reportou ao art. 158, porém a Mesa dividiu nos termos do art. 17. A ata será retificada conforme o pedido de V. Exa.

O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura do expediente.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

### EXPEDIENTE

Ofício — do Sr. Senador Rui Palmeira, de 3 de dezembro de 1963 — Apresenta o relatório das principais ocorrências da 52ª Conferência Interparlamentar, realizada em Belgrado nos seguintes termos:

Brasília, 3 de dezembro de 1963.

Senhor Presidente:

De acordo com o artigo 37 do Regimento deste Grupo, cabe-nos, na qualidade de Chefe da Delegação brasileira à 52ª Conferência Interparlamentar, realizada em Belgrado, apresentar a essa Presidência o relatório das principais ocorrências daquele conclave.

Fazemo-lo com satisfação honrados com a missão que nos foi conferida.

Nossa Delegação se constituiu dos seguintes congressistas:

Senadores:

- Rui Palmeira,
- Irineu Bornhausen,

Ray Carneiro,  
Nogueira da Gama,  
Argemiro de Figueiredo,  
Arnon de Mello,  
Filinto Müller,  
Leite Neto,  
Joaquim Parente.

Deputados:

Theodulo de Albuquerque,  
Newton Carneiro,  
Aderbal Jurema,  
Antônio Feliciano,  
Furtado Leite,  
Franco Montoro,  
Antônio Carlos Magalhães,  
Aloysio Nôno,  
Cantídio Sampato, e  
Luiz Vianna.

Essa Delegação, organizada por motivo de força maior às vésperas da realização do mencionado certame, teve a participação que era possível nos trabalhos da 52ª Conferência Interparlamentar. A representação do nosso Grupo já havia dado, na reunião de abril, em Lausanne, sua contribuição no preparo da agenda dos temas que seriam discutidos na reunião de Belgrado.

Nossos companheiros, Senador Filinto Müller e Deputados Newton Carneiro e Franco Montoro, debateram os assuntos em pauta no plenário da Conferência.

Aos trabalhos internos das Comissões estiveram presentes, participando de suas deliberações, os delegados brasileiros designados para esse fim.

Serviu de Secretário da Delegação do Senado o funcionário Sr. Arthur Levy Schütte, que deu conta, com eficiência, do seu encargo, apesar de ter chegado com certo atraso a Belgrado por circunstâncias imprevistas.

Pela Câmara compareceu o funcionário Antônio Celso Barroso, que igualmente se desincumbiu a contento de sua missão.

Os Comitês de Imprensa do Congresso enviaram como seus representantes ao conclave os jornalistas Maria da Graça Dutra e Marcos de Faria.

As atividades da 52ª Conferência Interparlamentar duraram de 12 a 20 de setembro. E, no final, foram aprovadas as conclusões, cuja súmula acompanha este Relatório.

Por esse resultado se pode aferir a importância e a atualidade dos temas abordados no mencionado conclave.

Essas conclusões devem ser oferecidas ao conhecimento dos parlamentares de todas as Nações participantes, como preceitua o Estatuto da União em forma de recomendação.

Dia a dia se fortalece o prestígio da União Interparlamentar, pelas

adesões que recebe e pela seriedade com que aprecia os assuntos de maior relevância para a vida de todos os povos.

Como se sabe, na Conferência de Brasília, para suceder ao eminente Professor italiano, Deputado Codacci-Pisanelli, foi o Brasil honrado com a eleição do Deputado Ranieri Mazzilli para Presidente do Conselho Interparlamentar.

Sentimo-nos felizes em acentuar que, embora fosse difícil a função, depois de mandato tão brilhantemente exercido pelo Deputado Codacci Pisanelli, o Presidente Mazzilli está mantendo, com a preciosa e inestimável colaboração do Senhor de Blonay, Secretário-Geral da União, aquele mesmo vigoroso esforço no sentido de ampliar e consolidar o prestígio da Organização.

Assim, por inspiração do Presidente Mazzilli, nosso Grupo está desenvolvendo “démarches” para levar à União outros parlamentares americanos que não a integram ainda, alargando, dessa forma, a participação do Grupo Interamericano.

Com o estímulo desse louvável esforço, já em fevereiro do próximo ano, se reunirá em Washington a III Conferência Interparlamentar Americana.

Para encaminhar o assunto, foi realizada em Belgrado uma reunião dos Delegados dos países americanos, sob a Presidência do Deputado Mazzilli. Nessa reunião foram assentadas medidas para assegurar o êxito da próxima reunião interamericana, com base no relatório apresentado pelo Deputado Newton Carneiro, que em companhia do Senador Meira de Sá, percorreu recentemente vários países da América.

Vale consignar que grande é o empenho do Grupo Norte-Americano, sob a direção dinâmica do Deputado Saint George, para garantir profícuos resultados à Reunião de Washington, conclave que terá grande significação para os povos deste Continente.

### Reunião do Conselho da União

Realizou o Conselho duas reuniões, nos dias 11 e 18 de setembro. Estivemos presentes a essas reuniões, em companhia do Senador Filinto Müller. Ficou assentada a escolha de Lucena para o próximo encontro de abril de Copenhague para a conferência de setembro.

Foram reeleitos os brasileiros integrantes do Conselho.

Estas, as notícias que nos parecem interessantes para o conhecimento das duas Casas do Congresso Brasileiro.

# EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

### DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

#### SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional  
BRASÍLIA

#### ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONARIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 50,00	Semestre .....	Cr\$ 39,00
Ano .....	Cr\$ 96,00	Ano .....	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano .....	Cr\$ 136,00	Ano .....	Cr\$ 108,00

— Exceptuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Uma conclusão ressalta das considerações que estamos expondo: a necessidade de fazer-nos representar nas reuniões e conclaves promovidos pela União Interparlamentar. Esta é, aliás, a opinião dominante em outros parlamentares, convencidos de que serão úteis e proveitosos esses contatos e relevantes os assuntos que nêles se tratam.

Será, entretanto, de toda conveniência que as delegações designadas para as futuras reuniões o sejam com maior antecedência, para melhor ordenação dos encargos e tarefas que terão de desempenhar.

Tivemos das Presidências do Senado e da Câmara o mais irrestrito apoio nas providências que solicitamos.

São estes, Senhor Presidente, os comentários que nos sentimos no dever de formular, cumprindo mandamento regimental.

Receba Vossa Excelência nossos protestos de maior apreço. — Rui Palmeira, Presidente do Grupo brasileiro da União Interparlamentar.

Ofício — do Sr. General de Exército Osvaldo de Araujo Motta, de 10 de dezembro de 1963 — Comunica haver deixado a Chefia do Estado-Maior das Forças Armadas e agradece as atenções que recebeu do Senado durante o tempo em que exerceu aquele cargo, especialmente no tocante à cessão do Palácio Monroe para sede provisória do referido órgão, como segue:

AVISO Nº 588-CAB — Em 10 de dezembro de 1963

Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de informar a Vossa Excelência que, hoje, transmiti a Chefia do Estado-Maior das Forças Armadas ao Excelentíssimo Senhor General-de-Exército Pery Constant Bevilacqua.

2. Cabe-me, no momento, e com satisfação o faço, agradecer a colaboração sempre pronta recebida de Vossa Excelência e de seus dignos pares, durante o exercício daquelas funções, destacando a entrega do Palácio Monroe, para sede provisória deste alto órgão e cuja instalação efetuei no princípio de 1962. Na transmissão do cargo, recordei a feliz coincidência que me fôra proporcionada, progurando, com as seguintes palavras dizer do meu apreço e do meu respeito por essa Casa do Congresso, e, portanto, pelo próprio Poder Legislativo:

“O EMFA, homenageado pelo Senado Federal, é hoje, o guardião de uma das casas de maior tradição na história política Brasileira — o Palácio Monroe. Sob a minha Chefia, processou-se a mudança faz quase dois anos e estamos certos que vimos correspondendo à magnitude do gesto, cuja confiança nos conforta e cujo apreço nos distingue. Ao despedir-me do cargo, proporcionador dessa ventura, só me cabe reafirmar aos Senhores Senadores, e, portanto ao próprio Poder Legislativo, que o EMFA, não desmerecendo seu passado, continuará velando por este templo da liberdade pátria e pela consolidação do regime, eleito pelo nosso povo, por traduzir o seu espírito cristão, humano e pacífico.”

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos do meu profundo respeito. — General-de-Exército Osvaldo de Araujo Motta, Chefe do EMFA.

#### O SR. PRESIDENTE:

O Expediente vai à publicação. Tem a palavra o nobre Senador Vasconcelos Torres, orador inscrito.

#### O SR. VASCONCELLOS TORRES:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, com irrepreensível coerência venho tratando há cerca de um ano, nesta Casa, do problema da indústria automobilística.

Agora, quando poderosos grupos se unem pressionando o Congresso em desprestígio de uma medida do Sr. Carvalho Pinto, entendo que é o momento de conchamar o Senado a prestigiar a medida do ex-Ministro da Fazenda que está cobrando e cobrou, como lhe competia a dívida dessas empresas para com o erário federal da ordem de trinta bilhões de cruzeros. O Ministro da Fazenda intendeu fazer a cobrança e agora, em ampla e farta matéria paga, o Serviço de Relações Públicas das empresas automobilísticas dirige-se ao Congresso, ou mais precisamente ao Senado Federal, no sentido de que seja perdoado, que não seja cobrado aquilo que representa um direito para a Nação a pretexto de que indústria presta grandes benefícios ao País.

Inegavelmente, benefícios foram prestados. Mas, em contrapartida, compromissos foram firmados, e esses compromissos terão que ser atendidos. Não será a farta matéria paga, pelos órgãos de publicidade, tanto na imprensa escrita e falada como na televisada, que influirá no ânimo dos Senhores Senadores no sentido de se perdoar uma dívida séria, correta e decorrente dos compromissos assumidos pelas empresas de montagem de fabricação de viaturas neste País.

A indústria automobilística prepara um ardil através de expedientes pouco recomendáveis que atingirá fundo os cofres públicos do País. Grupos já se encarregaram da preparação psicológica, declarando que se o Congresso — no caso o Senado — não aprovar projeto de lei de isenção definitiva dos impostos de importação, taxas aduaneiras, e.c., a indústria automobilística entrará em colapso. Além, tem sido uma constante do grupo da indústria automobilística fazer exigências sob pena de paralisação, desemprego, aumento de custos, etc., sem jamais colocar o público a par de seus custos. O que se sabe de custos foi denunciado por mim, seguidamente, nesta Casa, sempre na mesma linha de defesa da economia brasileira e com aquele refrão que faço questão, mais uma vez, de repetir: “ser contra a indústria automobilística é um crime; mas ser contra os lucros excessivos e extorsivos é um dever!”

Tenho enumerado várias vezes os favores governamentais, creditícios, fiscais, cambiais etc.; falarei mais adiante sobre a tolerância dos favores fiscais concedidos ao grupo da indústria automobilística, através de decretos, leis de prorrogações, assinaturas de termos de responsabilidades e quejandos, tudo isso que o povo deu a essa gente esperando um dia a retribuição na forma de veículos a preço razoável e compatível com sua bolsa. Com relação aos automóveis, tenho, aqui, uma estatística que diz o seguinte: (Lê)

#### CASO DOS AUTOMÓVEIS

Índice de Nacionalização	Isenção de Impostos de Importação e Consumo e Taxas Aduaneiras
Até 1.7.957 .....	50%
Até 1.8.958 .....	60%
Até 1.7.959 .....	85%
Até 1.7.960 .....	95%

Atentem bem que, muito embora o índice de nacionalização exigido fosse de 95%, em 1960, ainda, foi permitido, pelo governo e pelo Congresso Nacional, importações de máquinas e equipamentos com isenção de impostos e taxas aduaneiras, até junho de 1962. Vejamos agora, o caso dos Tratores. Desses tratores que estão sendo vendidos a Cr\$ 1.500 mil, mais caros do que o produto importado.

Índice de Nacionalização	Isenção de Impostos de Importação e Consumo e Taxas Aduaneiras
Dec. 47.473 de 1959 — inicial	Lei 3.963 isenções até junho de 1962
1ª etapa — 1.7.60 até 31.12.60	70%
2ª etapa — 1.1.61 até 30.6.61	85%
3ª etapa — 1.7.61 até 31.12.61	90%
4ª etapa — 1.1.62 até .....	95%
Dec. 50.836 de prorrogação e pro- telação dos índices de nacionalização	Projeto de lei 4.457, de 1962 solicitando prorrogação da lei supra (3.963) até 31 de dezembro de 1963.
1ª etapa até 30.9.61 .....	70%
2ª etapa até 30.6.62 .....	85%
3ª etapa até 30.6.63 .....	95%

Instalou-se a indústria de tratores pelo decreto 47.473 de 1959, com a obrigatoriedade de ser atingida a nacionalização 95% até janeiro de 1962. Assim receberam os favores fiscais, cambiais, creditícios, etc. Todavia, fugiram aos compromissos assumidos inicialmente e o governo acolheu, como sempre, os seus “lamentos”, dilatando os prazos de nacionalização através do decreto 50.836, concedendo-lhes prorrogação até atingir 95% em junho de 1963. Pelo exposto verifica-se que não fazem outra coisa a não ser aumentar preços e pedir favores ao governo. Dar ao Povo automóveis, caminhões e tratores, a preços acessíveis, em troca do que o povo tiraram em isenção de impostos, não lhes passa pela idéia. Estão agora, ameaçando colapso na indústria automobilística, caso não seja

aprovado o projeto de lei em tramitação na "casa", legalizando as isenções dos impostos concedidos mediante assinaturas de Termos de Responsabilidade nas importações de máquinas e equipamentos pela indústria de tratores a partir de junho de 1962. Não vejo motivo para que se aprove esta lei, pois que, à época da vigência da lei 3.963, junho de 1962, o índice de nacionalização atingido foi de 85%. Ora para ser atingido, tal índice, já toda a maquinaria necessária a integração da indústria estava instalada e fazendo parte do processo da produção. A complementação da nacionalização de 15%, é geralmente, tomando-se por base a indústria automobilística, feita por partes ainda não fabricadas no parque de auto-peças

existentes no país, ou mesmo, quando fabricados, não atendam as necessidades das montadoras. Logo a nacionalização complementar (85% + 15% = 100) não necessita de maquinaria e sim de maior produção das fábricas de auto-peças. Recolham os impostos e taxas aduaneiras relativos as importações de máquinas retiradas a partir do segundo semestre de 1962 (quando já havia sido atingido o índice de nacionalização de 85%) mediante assinaturas de Termo de Responsabilidade. Já têm a seu favor a desvalorização da moeda. Que mais querem? Porque o "CHORO" desses grupos não vem precedido do custo dos seus veículos? O que, aliás, já denunciei e torno a lembrar ao povo brasileiro:

Fábricas (Custo médio industrial)	Despesas em 1962 conforme Balanços	dividido	Pela Produção em unidades = Custo
	bilhões		Mil
	cr\$		cr\$
Willys .....	2,3	dividido	48.362 = 579
Volkswagen .....	12,5	dividido	53.000 = 236
DKW .....	3	dividido	15.544 = 546

Os Srs. Senadores se recordam de que pedi, mediante requerimento de informações, o custo de produção de cada veículo, e estarrecidamente veio a informação de que o custo representa um sigilo e não pode ser devassado.

Com base nos balancetes das empresas e com auxílio de uma equipe de contadores, pude levantar o preço médio desses veículos fabricados no Brasil. Sem contestação, irrefutavelmente se provou que a margem de lucro das empresas montadoras de automóveis atingia às vezes até a cifra de 300%! Não pude ser contestado nas seções especializadas de automóveis nas revistas. A única coisa que disseram a respeito da minha atuação foi o seguinte: — O Senador Vasconcelos Torres é hoje o homem que mais devassou os segredos da indústria automobilística.

Essa indústria é necessária ao País. Contra ela não me levanto. Seria uma estultícia, seria até indignidade e impatriotismo combatê-la. Combato, sim, os gananciosos, aqueles que se querem valer de lucros imorais. Combato o fato de se ver, a pretexto de legítimo orgulho verde-amarelo, o veículo apenas na vitrina. A classe média e o proletariado não têm possibilidade de comprá-lo. Combato, portanto esse contentamento ridículo de lamber a vitrina, sem ter direito ao carro que o povo brasileiro está pagando — como demonstrei no dia de hoje — através dos favores fiscais, cambiais e creditícios.

O Sr. Aarão Steinbruch — Permite V. Exª um aparte? (Assentimento do orador) — Tem V. Exª toda a razão ao tratar do problema do custo da indústria automobilística. Não se justifica e não se compreende que, tendo sido ela favorecida, enormemente, no Governo do Sr. Juscelino Kubitschek, quando empresas várias aqui se instalaram recebendo os favores governamentais — tenha estabelecido, no decorrer de tão pouco tempo, aumentos vertiginosos dos preços de carros, aos quais praticamente só têm acesso os privilegiados. Dizia-se, antigamente, quando se tratava da questão dos preços dos carros importados da América do Norte, da França ou da Inglaterra, por isso mesmo inacessíveis à bolsa do remediado que, com a fundação da indus-

tria automobilística o problema seria superado. Infelizmente, assim não aconteceu. Tive informações, hoje de que o próprio carro que vai ser fabricado pela Fábrica Nacional de Motores, o JK, deverá custar, em junho, cerca de 8 milhões de cruzeiros. O Aerowillys já superou de muito a casa dos 4 milhões e vai subir ainda mais nos próximos meses de fevereiro e março. Vê V. Exª que a indústria automobilística somente favoreceu aos que dela auferem lucros e não aos brasileiros. V. Exª faz muito bem ao encetar campanha desta natureza que certamente, conta com o apoio de todo o povo brasileiro e do Senado da República.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Exatamente. V. Exª transmite, com o seu aparte, a opinião de todo o povo. Quem pode adquirir carro, Senhor Presidente? Quem pode — diz muito bem o Senador Aarão Steinbruch — deixar de reconhecer que tantos favores creditícios, fiscais e cambiais não contribuíram para beneficiar o povo?

Queremos automóveis, queremos jipes, queremos tratores. Mas queremos, também, que haja aquela margem moral de lucro de que falava São Tomás de Aquino, porque, não é admissível um lucro imoral como, no caso, está provado que existe.

Já se está agora, pressionando o Governo, a pretexto da paralisação das fábricas.

O Sr. Aarão Steinbruch — Se não me falha a memória, no ano próximo passado, quando não se adquiriu mais carro em virtude da elevação do preço oferecido no mercado, as fábricas pressionaram o Governo para que este, comprasse — sua produção em massa.

O SR. VASCONCELOS TORRES — E comprou?

O Sr. Aarão Steinbruch — Sim. Agora, tenta-se fazer a mesma coisa. Tenho conhecimento, inclusive, de que há empresas remetendo verdadeiras fortunas para o exterior.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Cito um exemplo em abono de sua tese: o caso da Volkswagen. No ano passado ela remetia, por unidade fabricada pela Volkswagen — sedã Karmanghia ou caminhonete — 300

mil cruzeiros, para a matriz, na Alemanha.

O Sr. Aarão Steinbruch — Foi recentemente assinada a regulamentação da lei de remessa de lucros pelo Sr. Presidente da República, que estava, aliás, tardando, de vez que a proposição foi aprovada pelo Congresso Nacional há mais de ano. O Sr. Presidente da República somente há poucos dias regulamentou a matéria. Antes tarde do que nunca. Estaremos, entretanto, no Senado de sobreaviso para que não seja apenas uma regulamentação para constatar. Temos de acompanhá-la, fiscalizá-la para ver se realmente vai ser aplicada ou não a Lei de Remessa de Lucros. A verdade é que não se confia muito neste Governo que assina uma regulamentação para, em seguida, não cumpri-la. Devemos, portanto, estar atentos, para ver se vai ser cumprida. Estranho entre tanto, que não tenha tido repercussão, na opinião pública, a regulamentação de matéria de tal importância. O fato significa que o povo não confia na ação governamental.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Tomara que não mais estejamos naquela fase tão bem descrita num conto do imortal Afrânio Peixoto. Contava ele que no cais do porto, um cidadão ao desembarcar tomava conhecimento de uma série de leis, de exigências, quando um carregador lhe segredou no ouvido: — "Não se incomode, porque a lei neste País foi feita para não ser cumprida". Que não haja atualidade naquele belo conto de fecunda imaginação literária do grande imortal brasileiro!

O Sr. Aarão Steinbruch — No caso não houve fecunda imaginação; era apenas a expressão da verdade.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Naquela época como hoje estamos vendo que realmente a lei é feita só para estar no papel. Portanto, agitação social reinante que se agrava cada vez mais, poderá ter consequências as mais terríveis para nós neste País, fazemos as leis para não serem cumpridas.

Continuo dizendo que seria uma estultícia, um ato impensado, leviano e incorreto, Sr. Presidente, atacar-se, para e simplesmente, a indústria automobilística. Ela é tão forte que conta até com brasileiros que se prestam ao papel de testas-de-ferro, mas rigorosamente testas de ferro de capitais alienígenas que não têm em vista o contribuir para a melhoria de condição de vida que é o sentido que se deve imprimir ao dinheiro. Querem, apenas, o lucro fácil e extorsivo e não só com base na desvalorização impressionante da moeda, mas também como garantia precipitada de se ganhar o máximo, no mínimo de tempo possível.

Quero continuar tratando desta matéria num diálogo franco. Felizmente, as assertivas que tenho feito aqui jamais foram contestadas e jamais poderão sê-lo, porque disponho de documentos sobre os favores cambiais, creditícios e fiscais concedidos e balancetes que me levam a fazer a indagação de sempre: quanto custa o automóvel, o caminhão ou o trator brasileiro? As empresas não respondem, alegando um sigilo, que deve ser quebrado, de qualquer maneira, em benefício da economia e da dignidade deste País.

O Sr. Aurélio Viana — Permite V. Exª um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Com todo o prazer.

O Sr. Aurélio Viana — O que está consubstanciado no projeto a que V. Exª se referiu no início da sua oração? De que trata o projeto? Sem a sua aprovação, disse V. Exª se não estou equivocado — a indústria automobilística do País pareceria, entraria em colapso.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Exato.

O Sr. Aurélio Viana — O projeto pretende a los favores à indústria automobilística. Mas, vem V. Exª e argumenta que só a Volkswagen envia para o exterior, por unidade fabricada no Brasil — Cr\$ 300.000,00.

E V. Exª acrescenta que ninguém descobriu ainda — porque é um mistério e, como mistério, é algo impenetrável o quanto custa, às empresas que fabricam automóveis, cada unidade fabricada. Fico, então, sob perplexidade. Para que a indústria automobilística brasileira ou a indústria automobilística que fabrica carros, no Brasil, não entre em colapso, há necessidade de mais favores. Mas, essa mesma indústria envia para o exterior lucros fabulosos, segundo Versa Excelência! Por que, então, mais favores? Exato. Estou apenas apertando, para ouvir algumas explicações, de V. Exª, que é um dos conhecedores, — segundo disse, referindo-se a uma revista especializada, que a Versa Exª aludia — um dos conhecedores mais atuais e profundos desta matéria. Precisa ou não a indústria que fabrica veículos, neste País, de mais favores? Se precisa de mais favores, porque envia tanto dos seus lucros para o exterior? E se não precisa de favores, porque então se aprovar o projeto a que V. Exª alude?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Muito bem apresentada a questão de V. Exª. O ex-Ministro da Fazenda, Professor Carvalho Pinto, — patlista e portanto insuspeito — porque a indústria automobilística tem sua base justamente no Estado de São Paulo — resolveu cobrar os trinta bilhões de cruzeiros que essa indústria deve ao erário federal. Todos os favores concedidos a seu tempo, na base da nacionalização progressiva dos veículos, foram atendidos.

Então a indústria, através seu Serviço de Relações Públicas — a expressão "relações públicas", vai se desmoralizando dia a dia tanto que agora já criaram uma outra, ou seja, "relações civicas", usando-se a própria terminologia americana: "civic relations" — apela para o patriotismo, patriotismo dos congressistas e das autoridades administrativas, não em benefício do País mas sim do corpo industrial sem base econômica e sem base política no território onde estão assentadas.

O nobre Senador Aurélio Viana, com a argúcia e a visão dos problemas econômicos e políticos do País que o caracterizam abordou aspecto sobre o qual eu ia passar perfunctivamente, e não quero esgotar toda a munição da patrona porque, Sr. Presidente, neste assunto, pretendo ir até o último cartucho.

Tenho aqui, justamente, as declarações do presidente do Sindicato da Indústria Automobilística, apelando para o Congresso, especificamente para o Senado, em termos dramáticos, para nosso patriotismo, para nossa compreensão, como se compreensão e patriotismo não significassem também a defesa daqueles que pagaram, daqueles representados pelo povo. Não foi o Governo que concedeu para e simplesmente esses favores. Foram dados à custa do povo, e no entanto, esse povo não pode adquirir um veículo.

Tenho aqui as palavras do Presidente do Sindicato da Indústria Automobilística de São Paulo, em que apela para o Congresso Nacional, para o Senado, e o Senado, Sr. Presidente, através de um dos seus mais modestos e até poderia ser mais preciso — o seu mais modesto e humilde representante (Não apoiado) ficou aqui, através do expediente regimental do Requerimento de Informações para saber o custo do automóvel, o



custo do caminhão, o do trator, e nada conseguiu.

Respondendo a V. Ex.<sup>a</sup>, são mais favores, favores dobrados porque representam o perdão de uma dívida por eles próprios reconhecida, de trinta milhões de cruzeiros! Devem ao País, através dos sucessivos decretos que foram por mim citados, na base dos índices de nacional e agora, à base de ameaça de um colapso. Não há colapso, porque quem faz as propagandas na televisão, no rádio, nos jornais, sorteando carros, quem concede favores e até agora essa parte que V. Ex.<sup>a</sup> abordou e que será objeto de um pronunciamento meu posterior, e da exportação, não pode estar em situação deficitária de maneira alguma, nem à beira de colapso.

Seria um paradoxo, Sr. Presidente, pois sei que aqui em Brasília, no meu Estado ou na Guanabara, existem pessoas que querem comprar carro e entram na fila! Há fila para compra de Volkswagen, há fila para compra de Aero-Willys, há fila para compra do DKW-Vemag, e nem sempre a produção é havida com aquela honestidade que deve marcar a fabricação de um produto, porque a ganância tem prevalecido e é justamente esta que, repetidamente, quero denunciar desta Casa.

Sr. Presidente, tenho em mãos um quadro que levantei com elementos colhidos inclusive no Senado: As empresas me mandaram os balanços e os balancetes, e por estes fui ao custo médio do veículo fabricado. Tenho aqui um pequeno quadro: — fabrico, custo médio industrial, despesa 1962, conforme balanço, dividido pela produção de unidade, o que, Sr. Presidente, em Contabilidade, necessariamente tem que dar o custo.

Willys — Despesas em 1962, 28 bilhões — dividido por 48.362, o custo da Aero-Willys sai por Cr\$ 573.000,00. O Senador Aurélio Viana, há pouco, disse o preço do Aero-Willys, já quase atingindo a casa dos quatro milhões de cruzeiros!

Wolswagen — 12,5 bilhões, dividido — despesas do Balanço de 1962 — por 53.000, dá o custo de Cr\$ 276.000,00. Tem que mandar 300 mil para fora. Efetivamente, tem que cobrar o preço que cobra, muito mais de dois milhões!

DKW. Oito milhões. Despesas eu 1962, conforme balanço, dividido pela produção em unidades, 15.544, ou seja o custo aproximado, no ano passado por unidade, 546 mil cruzeiros. Um DKW ou um Belcar.

Então, Sr. Presidente, os lucros que estão obtendo são efetivamente imorais. E este Governo e este Congresso não podem permitir que o projeto que vai ser votado aqui, dentro em breve, seja aprovado pura e simplesmente, sem exame mais detalhado.

Aqui, Sr. Presidente, se falará de sinceridade para sinceridade. Venham aqui os homens da indústria automobilística e contestem os seus balanços, porque justamente com seus balanços é que podemos ter a média do custo da unidade fabricada. Entretanto, esse custo é omitido. Tiveram que me remeter os balanços. Aliás, não éles, mas o GEIA — esse GEIA que é uma repartição fantasma, que é uma repartição que existe às vezes. Quando convém, existe; quando não convém, não existe. Alega que o GEIA, — Grupo Executivo da Indústria Automobilística, — só interfere na indústria. Outras vezes, para defender o aumento do custo do veículo, o GEIA existe.

Chegamos ao ponto de o Ministro da Indústria e Comércio, perante a Câmara dos Deputados, declarar que não tinha elementos para dizer qual o custo do veículo nacional. E como é, então, que o Ministério da Indús-

tria e Comércio tem ciência dessa tabela e autoriza que se venda o veículo pelo preço que se estipulou?

Sr. Presidente, parodiando Shakespeare: há qualquer coisa de podre no reino da indústria automobilística. Vamos defendê-la.

Qual de nós, em sua consciência, desejaria a falência da indústria automobilística? Qual o brasileiro que, abordando este assunto, pretenderia o fechamento dessa indústria com o desemprego e falta de aplicação da mão de obra já altamente especializada em São Paulo, inclusive com um salário bem alto, proporcionando bom padrão de vida ao trabalhador? Qual de nós pretenderia que se estiolasse ou fenecesse uma atividade de tanta importância econômica? Nenhum.

Mas, qual de nós não tem de erguer a voz, qual o Senador que não tem de protestar, se, quando, começa o lucro moral, excessivo, exorbitante e indecente daquelas que, na indústria brasileira, alcança a massa do nosso povo a cada hora que passa?

Vejam, por exemplo, o caso da indústria de auto-peças ou da indústria metalúrgica. Veja-se que a indústria neste País, a pretensão do nosso orgulho, serve também para o menoscabo e a pobreza brasileira. Quem não sabe que há industrial metalúrgico em São Paulo que vive nas crônicas do "society" internacional, dando inclusive uma falsa impressão do povo brasileiro? Quem não sabe da história das amantes de Baby Pignatari, que ganha à custa do metalúrgico de São Paulo, e em nome da OPA viaja para os Estados Unidos, para a Europa ou para outros pontos do mundo, dando a falsa impressão de que no Brasil se ganha fácil?

Sr. Presidente, Baby Pignatari é um exemplo entre outros, de personalidades nacionais e internacionais que eu poderia citar como uma afronta, visando, justamente, demonstrar a minha tese de que a custa desse orgulho, desse patriotismo verde e amarelo, alguns ganham demais para desperdiçar, a pretensão do nome de uma industrialização que, de fato, nos orgulha e que temos de defender, mas que, internamente, nos humilha e nos achincalha.

Baby Pignatari é o homem que simboliza todos os outros que saem deste País e vão em cruzeiro pelo Mediterrâneo para Mônaco, Paris, Londres, esbanjar nos grandes cabarés de Nova Iorque. E o fazem, Sr. Presidente, à custa da miséria, da falta de vestuário decente para o trabalhador metalúrgico.

Assim, também se verifica na indústria automobilística. Nomes não quero citar, por hora, mas quero dizer que, não obstante essa indústria ameaça entrar em colapso, não entrará, porque muitos dos seus diretores ostentam fortuna, e afrontam a miséria do povo brasileiro.

O povo brasileiro está em dificuldades de adquirir o que, em parte, lhe pertence. Os veículos estão adormecendo nos revendedores, mas, os gananciosos não reduzem os seus lucros, nem mesmo estabilizam os preços. Prefere, com o auxílio dos seus brasileiros no governo, tratar da colocação do produto nacional no mercado externo, através da ALALC.

Srs. Senadores — Estejam certos que farei o que puder; farei o impossível para impedir que se exporte um produto cujo mercado interno ainda não foi suprido.

Se quiserem exportar para manter o alto preço, que concordem então, na redução da tarifa alfandegária para importações de carros usados, através de Sindicatos e órgãos oficiais, única forma de reposição da frota de automóveis existentes

Sr. Presidente, este é um assunto que marcou praticamente, no ano passado, uma parte de minha atuação parlamentar.

Repito — que nada tenho contra quem quer que seja da indústria automobilística — pelo contrário, acredito que no meio se encontram brasileiros que podem miinha tese. Brasileiros de grande tradição nacionalista e que ali ocupam cargos, não propriamente representantes de grupos internacionais, mas que pela sua experiência, pelo seu tirocinio bem podem chegar a um entendimento para que se possa salvar a indústria dando ao povo aquilo que o povo deu à indústria, e não permitindo como se tem feito até agora e repito a frase com que iniciei meu discurso — que os veículos fiquem apenas nas vitrines, e, lambendo a vitrine, a classe média e o proletariado não tenham possibilidade de possuir o seu veículo.

Ser contra a indústria automobilística, Srs. Senadores, é um imperdoável crime de lesa-pátria. Mas calar diante dos fatos que aqui trago, com documentos e leis citadas, Senhor Presidente, seria imperdoável ao modesto representante de um Estado de pequena área geográfica que sente também esses problemas e não pode deixar de denunciá-los repetidamente à Nação.

Voltarei ao assunto com maior abundância de detalhes, na certeza de que o Senado, no instante em que abordo a matéria, terá, a atenção voltada para a pressão que se faz, no sentimento do perdão da dívida de Cr\$ 30.000.000.000,00 que a indústria automobilística deve ao País.

Vamos, através de emendas, e de convocação dos Diretores, debater o assunto, e os que forem patriotas e brasileiro chegarão a um acordo. Não estou aqui, Sr. Presidente, para uma *Delenda Carthago* e sim para falar — como todos os Srs. Senadores de resto — em nome do povo brasileiro, que viu crescer a sua indústria automobilística com orgulho e que, entretanto, sabe que o homem do povo de remuneração salarial, o homem da classe média e mesmo outros bem remunerados não podem adquirir um carro, pelas exigências que se fazem e pelo seu preço vultoso. Isso sem falar, evidentemente, da desonestidade de algumas empresas que fabricam precariamente as suas viaturas.

Este, entretanto, é outro assunto que deixarei para mais tarde. Hoje, o que me traz à Tribuna, é chamar a atenção do Senado Federal para a pressão que se está fazendo no sentido de votarmos a matéria. Mas já não se vai votar em silêncio. Tenho emendas formuladas para, na devida oportunidade, apresentar. Conclama-me, então, a todos os Srs. Senadores, desapaixadamente. Não estou contra ninguém, não estou contra a indústria automobilística; estou, única e exclusivamente, a favor do Brasil. (Muito bem, muito bem.)

O SR. DANIEL KRIEGER:

— Sr. Presidente, peço a palavra como Líder de Bloco.

O SR. PRESIDENTE:

— Tem a palavra o Sr. Senador Daniel Krieger, como Líder de Bloco.

O SR. DANIEL KRIEGER:

— Sr. Presidente, Srs. Senadores, chegou ao meu conhecimento que o Conselho Nacional de Telecomunicações resolveu emitir a suspensão por 24 horas, do funcionamento da Televisão e do Rádio Tupi do Rio de Janeiro.

Tive conhecimento, também do voto proferido pelo eminente Conselheiro, ex-Deputado Federal por Alagoas, Carlos Gomes de Barros. Creio que Sr. Excelência, que representa naquele Conselho, a União Democrática Nacional conceituou bem, esclareceu exatamente o nosso ponto de vista que se harmoniza perfeitamente com o voto do nobre Conselheiro do nosso partido.

Não encontramos, por mais que examinássemos razões que determinassem essa suspensão. O motivo invocado para decretá-la foi uma resposta que o eminente Governador da Guanabara, Sr. Carlos Lacerda, deu ao Ministro do Trabalho Senador Amauri Silva. Mas quero dizer ao Senado da República e à Nação que nenhum elemento da União Democrática Nacional se levantaria ou protestaria, contra uma decisão do Conselho de Telecomunicações, desde que ela estivesse rigorosamente adstrita à lei e que fosse uma expressão reiterada das suas decisões. Porque em verdade, a lei a todos deve abranger e não apenas a alguns.

Mas o estranhável, Sr. Presidente, é que a Rádio Mayrink Veiga está constantemente a serviço da subversão no Brasil. Veículo da propaganda subversiva do deputado Leonel Brizola nunca o Conselho de Telecomunicações tinha tomado qualquer decisão para restringir a sua atitude subversiva e prejudicial aos interesses do Brasil.

O Sr. Aurdo Steinbruch — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte? (Assentimento do orador) Quer-me parecer, pelas informações que até então obtive, que a decisão do Conselho é rigorosamente certa, de vez que foi infringido artigo do Código de Telecomunicações por parte da Emissora da T.V. Tupi. Entretanto, solidarizo-me com V. Ex.<sup>a</sup> ao criticar o Conselho que usa de dois pesos e de duas medidas, que não censura outras emissoras e outras T.V. quando fazem a propaganda do Governo contra o Congresso Nacional, por exemplo. Dai por que me solidarizo com V. Ex.<sup>a</sup> Se o Conselho não usa de imparcialidade, não deveria ter adotado essa providência retirando do ar, por 24 horas, a TV e a Rádio Tupi, muito embora os conceitos emitidos por essas emissoras não estejam de acordo com o meu pensamento político e filosófico.

O SR. DANIEL KRIEGER — Agrado o aparte de V. Ex.<sup>a</sup> e V. Excelência na expressão geral, tem toda a razão. Votamos uma lei instituindo o Código de telecomunicações; e, se assim fizemos, devemos estar adstritos aos preceitos que votamos. Toda vez que uma TV ou um rádio infrinja os princípios por nós estabelecidos, não temos nenhum direito de nos insurgir contra a punição contra elas estabelecidas. Não sei se, nesse caso se concretiza a infração. Pelas informações que tenho elas não se verificaram; mas, admitindo que se tivessem concretizado, permito que meu protesto pela falta de equidade.

Equidade, Sr. Presidente e Senhores Senadores, é indiscutivelmente, uma grande virtude. O Imperador romano Marco Aurélio, o extraordinário Marco Aurélio, já quase moribundo quando o seu oficial de dia foi receber a senha nos últimos dias de sua vida, respondeu-lhe: "equidade". Efectivamente, perdem o respeito, perdem a estima, perdem a admiração aqueles que não agem com equidade.

O Senhor Aurdo Steinbruch — Agem com intolerância, inclusive!

O SR. DANIEL KRIEGER — Por isso, quero acentuar o meu protesto por esse tratamento diverso, por essa desenfreada e criminosa liberdade que se dá à Rádio Mayrink Veiga, para que transmita a todos os ouvidos do Brasil a pregação revolucionária e pela



restrição que se impõe a uma cadeia de rádio e televisão que pode ter errado transitória ou momentaneamente, mas que, indiscutivelmente tem prestado serviços à causa da democracia e da liberdade como a Rádio e Televisão Tupi.

Sr. Presidente esse procedimento traz uma profunda inquietação aos democratas, porque eles sentem que parte do Governo um tratamento profundamente desigual, de maior liberdade e irresponsabilidade àqueles que tramam contra as instituições republicanas existentes no Brasil e uma proteção desmedida, de escabida e injustificável àqueles que atentam contra a vigência dessas instituições.

Fica, portanto, registrado nos Anais do Senado Federal, o protesto que faço em meu nome do meu Partido e em nome de todas as consciências liberais desta Nação, sem exclusão de partidos e de credos, porque, nesta hora todos estamos irmanados para defender a sobrevivência da liberdade e das instituições republicanas no Brasil.

Eram essas as palavras que a consciência me determinava, e que proferi com a união de quem crê na eternidade do Direito, porque só ele pode sobreviver no caos e traçar rumos às nações. *(Muito bem! Muito bem!)*

**O SR. PRESIDENTE:**

Com a palavra o Sr. Senador Aarão Steinbruch.

**O SR. AARÃO STEINBRUCH:**

*(Não foi revisto pelo orador)* — Senhor Presidente e Srs. Senadores, já por diversas vezes temos reclamado desta tribuna e inclusive formulado requerimentos de informações às autoridades competentes no caso a Presidência da República e o DASP sobre os motivos que determinam a não inclusão, nos quadros do Serviço Público, de milhares de pessoas que se submeteram, em todas as regiões do País a concursos públicos.

Existe um decreto que vem sendo prorrogado, automaticamente, pelo Senhor Presidente da República, proibindo de modo terminante as admissões no Serviço Público. Entretanto, esse decreto somente existe no papel, de vez que, diariamente, são nomeadas dezenas de pessoas que não se submetem a nenhuma prova de habilitação, que não fazem sequer concurso de títulos.

Ora, à vezes de se convir a necessidade urgente para preenchimento de determinados cargos nos Quadros do Serviço Público pode determinar a nomeação de pessoas, sem a exigência preliminar do concurso. Mas, quando existem milhares e milhares de concursados, a medida não se justifica, porque contraria a Constituição federal, a lei ordinária e a boa norma da Administração do Serviço Público.

Há bem poucos dias, recebi uma delegação de pessoas modestas, que tinham vindo em comissão ao Senado Federal. Eram representantes de outros colegas seus que, a duras penas, após ingentes esforços, se tinham submetido a concurso e logrado aprovação. Pessoas carentes de recursos, que trabalhavam em serviços particulares de dia e estudavam à noite, viajaram muitas vezes de uma região para outra a fim de se inscrever no concurso, pagaram a taxa de inscrição e até a presente data não foram aproveitadas, enquanto outras o foram em virtude de apadrinhamento político, de filiação político-partidária.

Há pouco tempo, as instituições de previdência social nomearam milhares e milhares de funcionários. O Sr. Ministro do Trabalho, Senador Amaury Silva nosso colega da representação petebista, nesta Casa, baixou portaria determinando que, em trinta dias da data da expedição

da referida portaria, deveriam ser afastados esses elementos para serem aproveitados os concursados, ou então que os mesmos se submetessem a concurso. Diversos trinta dias já se passaram e até a presente data os Institutos não cumpriram a portaria.

Que autoridade tem pois S. Exa. o Sr. Ministro do Trabalho, de ditar normas para as instituições, de vez que ele é Ministro do Trabalho e da Previdência Social?

Fiz a esse propósito, também, Senhor Presidente requerimento de informações que não me foi respondido no prazo regimental. Renovei o pedido, perguntando se já foi cumprida essa portaria. Se não me for respondido, no prazo que a lei assina em casos dessa natureza, serei forçado a responsabilizar a autoridade que não cumprir a lei mesmo porque parece estar sendo normal nos quadros governamentais não responder a requerimentos de informações.

Isso se justifica às vezes, pela mudança quase mensal dos Ministros. Mas reiteramos o pedido e queremos o pedido e queremos ver se alguma providência o Governo toma, se realmente atende aos reclamos desses concursados e os faz admitir no serviço público, uma vez que podem ser preteridos por outras pessoas que, inclusive se colocadas em certas funções sem o mínimo conhecimento, sem a mínima aptidão.

Essa era a reclamação que queria fazer, esperando que desta vez possamos ter uma resposta do Poder Executivo.

Quero, ao mesmo tempo, Sr. Presidente, aproveitando o ensejo, apresentar as minhas congratulações ao Congresso Batista instalado ontem no Recife e que está reunido até o dia 29 fazendo votos pelo seu feliz êxito. *(Muito bem.)*

**Comparecem mais os Senhores Senadores:**

- Adalberto Sena
- José Guilomard
- Oscar Passos
- Arthur Virgílio
- Zacharias de Assumpção
- Cattete Pinheiro
- Lobão da Silveira
- Eugênio Barros
- Sebastião Archer
- Victorino Freire
- José Cândido
- Antônio Jic
- Wilson Gonçalves
- Dix-Huit Rosado
- Walfredo Gurgel
- Ruy Carneiro
- Argemiro de Figueiredo
- João Agripino
- Barros de Carvalho
- Pessoa de Queiroz
- Ermirio de Moraes
- Silvestre Péricles
- Arnão de Melo
- Júlio Leite
- Antônio Balbino
- Jefferson de Aguiar
- Eurico Rezende
- Raul Giuberti
- Miguel Couto
- Afonso Arinos
- Gilberto Marinho
- Benedicto Valladares
- Nogueira da Gama
- Padre Calazans
- Lino de Mattos
- Juscelino Kubitschek
- José Feliciano
- Lopes da Costa
- Silinto Müller
- Nelson Maculan
- Mello Braga
- Antônio Carlos
- Atílio Fontana
- Guido Mondim
- Daniel Krieger
- Mem de Sá (10).

**O SR. PRESIDENTE:**

Não há mais oradores inscritos. Sobre a mesa, requerimentos que vão ser lidos pelo Sr. Primeiro Secretário.

São lidos os seguintes:

**Requerimento nº 1, de 1964**

Requeremos sejam solicitados ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, as seguintes informações:

- 1) Qual a situação financeira do Lode Brasileiro, nos últimos três anos, especificando-se o *superavit* ou *deficit* apurado, por exercício, a partir de 1961?
- 2) Quantas unidades tem a empresa em tráfego, e quantas paralisadas?
- 3) Houve inquéritos na empresa, nos últimos três anos? Quantos? Quais os motivos determinantes deles? Quais as conclusões firmadas e as providências adotadas em razão delas?
- 4) No orçamento da empresa há verba de publicidade? Qual a dotação respectiva, por exercício, nos últimos três anos, e quanto foi efetivamente gasto?
- 5) Mantém a empresa escritório ou representação no exterior?

Em que países e cidades, e quanto dispendeu com tais serviços, por exercício, nos últimos três anos?

Sala das Sessões, em 22 de janeiro de 1964. — *Josaphat Marinho.*

**Requerimento nº 2, de 1964**

Senhor Presidente:

Requeiro seja reiterado o pedido de informações constante do meu Requerimento nº 477, de 1963.

Sala das Sessões, em 22 de janeiro de 1964. — *Aarão Steinbruch.*

**O SR. PRESIDENTE:**

Os requerimentos não dependem de apelo nem de deliberação do plenário. De acordo com o art. 213, letra d, do Regimento Interno, serão publicados e, em seguida, despachados pela Presidência.

Esgotada a hora do expediente, passa-se à

**ORDEM DO DIA**

**O SR. PRESIDENTE:**

Presentes apenas 30 Senhores Senadores. A pauta constante da pauta está em regime de votação. Como não há *quorum* para deliberações, fica adiada para a sessão de amanhã.

Tem a palavra o nobre Senador Vasconcelos Torres.

**O SR. VASCONCELLOS TORRES:**

*(Não foi revisto pelo orador)* — Sr. Presidente, recebi, para oferecer à Biblioteca do Senado, um exemplar da "Coletânea de Ementas", de 1950 a 1961, do Supremo Tribunal Federal, organizada pelos Oficiais Judiciários Jardel Noronha de Oliveira e Odaleia Martins. Será encaminhado ao Serviço de Informação Legislativa.

Sr. Presidente, poderia fazer este oferecimento com solenidade, entregando o volume à seção competente para o registro e agradecimento a seus ofertantes. Mas, como se trata de trabalho de pesquisa, organizado por um digno confratâneo meu, Jardel Noronha de Oliveira, alto funcionário do Supremo e que teve seu mérito realçado pelo Sr. Ministro Victor Nunes Leal, entendi, com permissão de V. Exa. e dos Srs. Senadores, que esta dívida devia ser, formalizada. É o que ora faço, em que fui o intermediário desse oferecimento, ficando consignado, portanto, previamente, antes mesmo da entrega, o nosso agra-

decimento pela minha gentileza dos autores deste notável trabalho, em edição muito reduzida, de inegável utilidade para a Biblioteca do Senado.

Quero que V. Exa. me permita, Sr. Presidente, enviar à Mesa a fim de que tenha o destino competente, o exemplar por meu intermédio. Quero, também, agradecer a V. Exa. por me ter permitido no dia de hoje ocupar novamente a Tribuna para registrar oferecimento de inegável importância para os estudiosos do Direito, nos seus diferentes ramos, que, nesta Casa, têm assento. *(Muito bem.)*

**O SR. PRESIDENTE:**

Não há mais oradores inscrito. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra vou encerrar a sessão designando para a de amanhã a seguinte

**ORDEM DO DIA**

Sessão de 23 de janeiro de 1964

*(Quinta-feira)*

**VOTAÇÃO**

1

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1963 (nº 23-A-3, na Casa de origem), que aprova o Acordo Básico de Co-Operação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1962, tendo Pareceres favoráveis sob números 799, 800, 801 e 802, de 1963 das Comissões: de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; de Educação e Cultura e de Finanças.

2

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do cinquentenário da fundação da Prefeitura do "Alto Solimões", tendo Parecer nº 855, de 1963, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido em 1º turno.

**DISCUSSÃO**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (nº 7-A, de 1963, na Casa de origem) que aprova a Convenção única sobre Entorpecentes, assinada em Nova York, a 30 de março de 1961, tendo Pareceres, sob ns. 806 a 808, de 1963, das Comissões de: Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; Relações Exteriores, favorável e Saúde, favorável.

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1963 (nº 3.408-B-61, na Casa de origem) que reverte ao serviço Ativo do Exército o Tenente-Coronel Rubens Ribeiro dos Santos, e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis sob os ns. 884 e 885, de 1963 das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças.

Está encerrada a sessão.

*(Encerra-se a sessão às 16 horas)*

**SECRETARIA DO SENADO FEDERAL**

PORTARIA Nº 3 DE 21 DE JANEIRO DE 1964

O Diretor-Geral no uso de suas atribuições resolve designar Romeu Arruda, Auxiliar-Legislativo, PL-9, para substituir a Chefe de Seção Administrativa da Diretoria do Pessoal, durante o impedimento da respectiva titular.

Secretaria do Senado Federal, em 21 de janeiro de 1964. — *Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.*

MESA

- Presidente — Moura Andrade (PSD — SP).
- Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB — MG).
- Primeiro-Secretário — Rui Palmeira (UDN — AL).
- Segundo-Secretário — Gilberto Marinho (PSD — GB).
- Terceiro-Secretário — Adalberto Sena (PTB — ACRE).
- Quarto-Secretário — Cattete Pinheiro (PTN — PA).
- Primeiro-Suplente — Joaquim Parente — UDN — PD.
- Segundo-Suplente — Guido Mondin (PSD — RS).
- Terceiro-Suplente — Vasconcelos Torres (PTB — RJ).

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

- José Guilomar Acre (em exercício)
- Eugênio Barros — Maranhão.
- Lobão da Silveira — Pará.
- Eugênio Barros — Maranhão.
- Sebastião Archer — Maranhão.
- Victorino Freire (em exercício) — Suplente, Sr. Miguel Lima — Maranhão.
- Sigefredo Pacheco — Piauí.
- Menezes Pimentel (em exercício) — Suplente, Sr. Waidemar de Alcântara.
- Wilson Gonçalves — Ceará.
- Walfredo Gurgel — Rio Grande do Norte.
- Ruy Carneiro — Paraíba.
- Leite Neto — Sergipe.
- Antônio Balbino — Bahia.
- Jefferson de Aguiar — Espírito Santo.
- Gilberto Marinho — Guanabara.
- Moura Andrade — São Paulo.
- Atilio Fontana — Santa Catarina.
- Guido Mondin — R. G. Sul.
- Benedicto Valladares — Minas Gerais.
- Filinto Müller.
- Jose Feliciano — Goiás.
- Juscelino Kubitschek — Goiás.
- Pedro Ludovico — Goiás.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

- Adalberto Sena — Acre
- Oscar Passos — Acre
- Vivaldo Lima — Amazonas.
- Edmundo Levi — Amazonas.
- Artur Virgílio — Amazonas.
- Antônio Juca — Ceará.
- Dix-Huit Rosado — Rio Grande do Norte.
- Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
- Barros Carvalho — Pernambuco
- Pessoa de Queiroz — Pernambuco
- Jose Ermirio — Pernambuco.

SENADO FEDERAL

- Silvestre Péricles — Alagoas.
- Vasconcelos Torres — Rio de Janeiro.
- Nelson Maculan (licenciado sem substituição) — Paraná.
- Amaury Silva — Paraná (em exercício o suplente, Sr. Melo Braga).
- Nogueira da Gama — Minas Gerais.
- Zacarias de Assunção — Pará
- Joaquim Parente — Piauí.
- José Cândido — Piauí.
- Dinarte Mariz — R. G. Norte.
- João Agripino — Paraíba.
- Rui Palmeira — Alagoas.
- Eurico Rezende — Espírito Santo
- Afonso Arinos — Guanabara, rals.
- Bezerra Neto.

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)

- Padre Calazans — São Paulo.
- Adolpho Franco — Paraná.
- Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
- Antônio Carlos — Santa Catarina
- Daniel Krieger — Rio Grande do Sul.
- Milton Campos — Minas Gerais.
- Lopes da Costa — Mato Grosso

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

- Aloysto de Carvalho — Bahia.
- Mem de Sá — Rio Grande do Sul

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

- Cattete Pinheiro — Pará.
- Lauro de Matos — Sergipe

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)

- Raul Giuberti — Espírito Santo
- Miguel Couto — Rio de Janeiro

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

- Aurêlio Vianna — Guanabara

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

- Aarão Stembuch — Rio de Janeiro.

PARTIDO REPUBLICANO (PR)

- Júlio Leite — Sergipe

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

- Arnon de Melo — Alagoas.
- Josaphat Marinho — Bahia.
- Heriberto Vieira — Sergipe.

RESUMO

Partido Social Democrático (P. S. D.)	64
Partido Trabalhista Brasileiro (P. T. B.)	2
União Democrática Nacional (U. D. N.)	2
Partido Libertador (P. L.)	2
Partido Trabalhista Nacional (P. T. N.)	2
Partido Social Progressista (P. S. P.)	2
Partido Socialista Brasileiro (P. S. B.)	1
Partido Republicano (P. R.)	1
Partido Democrata Cristão (P. D. C.)	1
Movimento Trabalhista Renovador (M. T. R.)	1
Sem legenda	2
<b>Total</b>	<b>66</b>

Partido Libertador (P. L.)	2
Partido Trabalhista Nacional (P. T. N.)	2
Partido Social Progressista (P. S. P.)	2
Partido Socialista Brasileiro (P. S. B.)	1
Partido Republicano (P. R.)	1
Partido Democrata Cristão (P. D. C.)	1
Movimento Trabalhista Renovador (M. T. R.)	1
Sem legenda	2
<b>Total</b>	<b>66</b>

BLOCOS PARTIDARIOS

- 1º — Maioria (39) Membros):
  - PSD
  - PTB
  - 2º — Minoria (17) Membros):
    - UDN
    - PL
  - 3º — Pequenas Representações (9) Membros).
    - PTN
    - PSP
    - PSB
    - MTR
    - PR
    - PDC
    - Josaphat Marinho (Sem Legenda).

LIDERANÇAS

I — DOS BLOCOS PARTIDARIOS MAIORIA

- Lider: Barros Carvalho — (PTB) — (PE)
- Vice Líderes: Victorino Freire — (PSD — MA)
- Vasconcelos Torres — (PTB — RJ)
- Jefferson de Aguiar — (PSD — ES)
- Lobão da Silveira — (PSD — PA)
- Artur Virgílio — (PTB — AM)
- Bezerra Neto — (PTB) — (MT).

MINORIA

- Lider: João Agripino — (UDN — PB)
- Vice-Líderes: Daniel Krieger — (UDN — RS)
- Mem de Sá — (PL — RS)

PEQUENA REPRESENTAÇÕES

- Lider: Lino de Matos — (PTN — SP)
- Vice Líderes: Aurélio Vianna — (PSB — GB)

II — DOS PARTIDOS

- PSD
- Benedicto Valladares — (MG)
- Vice Líderes: Wilson Gonçalves — (CE)
- Sigefredo Pacheco — (PI)

Walfredo Gurgel — (RG)

- PTB
- Lider: Artur Virgílio — (AM)
- Vice-Líderes: Amaury Silva (licenciado) — (PR)
- Vivaldo Lima — (AM)
- Bezerra Neto — (MI)
- UDN
- Lider: Daniel Krieger — (RS)
- Vice-Líderes: Eurico Rezende — (ES)
- Padre Calazans — (SP)
- Adolfo Franco — (PR)
- PL

- Lider: Mem de Sá — (RS)
- Vice Líderes: Aloysto de Carvalho — (BA)
- PTN
- Lider: Lino de Matos — (SP)
- Vice Líderes: Cattete Pinheiro — (PA)
- PSP
- Lider: Miguel Couto — (RJ)
- Vice-Líder: Raul Giuberti — (ES)

COMISSÕES PERMANENTES

- Comissão Diretora
  - Moura Andrade — Presidente (PSD)
  - Nogueira da Gama (PTB)
  - Adalberto Sena (PTB)
  - Rui Palmeira (UDN)
  - Gilberto Marinho (PSD)
  - Joaquim Parente (UDN)
  - Cattete Pinheiro (PTN)
  - Guido Mondin (PSD)
  - Vasconcelos Torres (PTB)
  - Reunões Quartas-feiras às 10 horas.
  - Secretário: Evandro Mendes Viana
  - Diretor-Geral

Comissão de Agricultura

- (7 MEMBROS)
- Presidente — Vago.
- Vice-Presidente — Eugênio Barros (PSD)
- COMPOSIÇÃO
  - P. S. D.
    - TITULARES
      - Eugênio Barros.
      - José Feliciano.
    - SUPLENTE
      - Atilio Fontana.
      - Pedro Ludovico.
  - P. I. B.
    - TITULARES
      - Raul Giuberti.
      - Dix-Huit Rosado.
      - Nelson Maculan (Licenciado).

**SUPLENTE**

- 1 Eduardi Catalão (\*).
- 2 Aarão Steinbruch
- 3 Vago.

**U. D. N.**

**TITULARES**

Lopes da Costa,  
Antônio Carlos

**SUPLENTE**

- 1 Daniel Krieger
- 2 João Agripino.

**SUBSTITUTO**

**Reuniões**

Quartas-feiras, às 16 horas.

Secretário: J. Ney Passos Dantas  
Auxiliar Legislativo PL-9.

**Comissão de Constituição e Justiça**

(11 MEMBROS)

Presidente — Milton Campos (UDN)  
Vice-Presidente — Wilson Gonçalves (PSD)

**COMPOSIÇÃO**

**P. S. D.**

**TITULARES**

Jefferson de Aguiar,  
Rui Carneiro,  
Lobão da Silva,  
Wilson Gonçalves  
Josaphat Marinho

**SUPLENTE**

- 1 Menezes Pimentel (licenciado).
- 2 Leite Neto.
- 3 Benedito Valladares
- 4 Aarão Steinbruch.

**P. T. B.**

**TITULARES**

Amaury Silva (licenciado),  
Bezerra Neto,  
Edmundo Levi.

**SUPLENTE**

- 1 Argemiro de Figueiredo (\*\*).
- 2 Silvestre Pereira.
- 3 Melo Braga.

**U. D. N.**

**TITULARES**

Aloysio de Jarva  
Milton Campos.

- 1 Afonso Arinos.
- 2 Daniel Krieger.
- 3 João Agripino.

**Reuniões**

Quarta-feira, às 16 horas.

Secretário: Ronaldo Ferreira Dias  
Auxiliar Legislativo PL-8.

(\*) Em substituição do Senhor Nelson Maculan, como titular.

(\*\*) Em substituição do Senhor Amaury Silva, como titular.

**Comissão do Distrito Federal**

(7 MEMBROS)

Presidente — Lino de Matos,  
Vice-Presidente — Pedro Ludovico

**COMPOSIÇÃO**

**P. S. D.**

**TITULARES**

Menezes Pimentel,  
Pedro Ludovico,  
Lino de Matos.

**SUPLENTE**

1. Filinto Müller.
2. Eugênio Barros.
3. Heribaldo Vieira.

**P. T. B.**

**TITULARES**

Oscar Passos,  
Dix-Huit Rosado.

**SUPLENTE**

1. Aarão Steinbruch.
2. Antônio Juca.

**U. D. N.**

**TITULARES**

Dinarte Mariz,  
Eurico Rezende.

**SUPLENTE**

1. Lopes da Costa.
1. Zacharias de Assunção

**Reuniões**

Quartas-feiras às 10 horas.

Secretário: Julieta Ribeiro dos Santos,  
Oficial Legislativo PL-8.

**Comissão de Economia**

(9 MEMBROS)

Presidente — Filinto Müller (PSD),  
Vice-Presidente — José Ermírio — (PTB).

**COMPOSIÇÃO**

**P. S. D.**

**TITULARES**

Filinto Müller,  
Eugênio Barros,  
Atílio Fontana,  
José Guimard (licenciado)

**SUPLENTE**

1. Jefferson de Aguiar (\*)
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer
4. Josaphat Marinho
1. José Kairala

**P. T. B.**

**SUBSTITUTO**

**TITULARES**

José Ermírio  
Nelson Maculan (licenciado)  
Júlio Leite

**SUPLENTE**

1. Oscar Passos (\*\*)
2. Bezerra Neto

(\*) — Em substituição do Senhor José Guimard como titular.

(\*\*) — Em substituição do Senhor Nelson Maculan, como titular.

**SUBSTITUTO**

2. ... A Índice
1. Melo Braga

**U. D. N.**

**TITULARES**

Adolfo Franco  
Lopes da Costa

**SUPLENTE**

1. José Cândido.
  2. Zacharias de Assunção
- Reuniões terça-feira — 16,00 horas  
Secretário: Cid Brugger, Auxiliar Legislativo PL-10.

**Comissão de Educação e Cultura**

(7 MEMBROS)

Presidente — Menezes Pimentel (PSD)

Vice-Presidente — Padre Calazans — (UDN)

**COMPOSIÇÃO**

**P. S. D.**

**TITULARES**

Menezes Pimentel  
Walfredo Gurgel

**SUPLENTE**

1. Benedito Valladares
2. Sigefredo Pacheco

**SUBSTITUTO**

1. Leite Neto

**P. T. B.**

**TITULARES**

Pessoa de Queiroz  
Amaury Silva (licenciado)

**SUPLENTE**

1. Vago.
2. Vago.

**U. D. N.**

**TITULARES**

Antonio Carlos  
Padre Calazans  
Mem de Sá

**SUPLENTE**

1. Adolfo Franco
2. Milton Campos
3. Arnob de Melo

Reuniões: 4ªs-feiras — 16,00 horas.

Secretário: Vera de Alvaroga Matta,  
Oficial Legislativo PL-7

**Comissão de Finanças**

(15 MEMBROS)

Presidente — Argemiro de Figueiredo — (PTB).

Vice-Presidente — Daniel Krieger — (UDN).

**P. S. P.**

**COMPOSIÇÃO**

**TITULARES**

Victorino Freire,  
Lobão da Silveira,  
Sigefredo Pacheco,  
Wilson Gonçalves  
Leite Neto.

**SUPLENTE**

1. José Guimard (licenciado).
2. Eugênio Barros.
3. Menezes Pimentel
4. Atílio Fontana.
5. Pedro Ludovico.

**SUBSTITUTO**

1. José Kairala.

**P. T. B.**

**TITULARES**

Argemiro de Figueiredo,  
Bezerra Neto,  
Dix-Huit Rosado,  
Pessoa de Queiroz,  
José Ermírio.

**SUPLENTE**

1. Nelson Maculan (licenciado)
2. Lino de Matos.
3. Amaury Silva (licenciado).
4. Aurélio Vianna.
5. Antônio Juca.

**SUBSTITUTO**

1. Edmundo Levi.
2. Melo Braga.

**U. D. N.**

**TITULARES**

Daniel Krieger,  
Dinarte Mariz,  
Irineu Bornhausen,  
Lopes da Costa.

**SUPLENTE**

1. Adolfo Franco.
2. Eurico Rezende.
3. João Agripino.
4. Milton Campos.

**PTB**

**TITULARES**

Mem de Sá.

**SUPLENTE**

1. Aloysio de Carvalho.
- Reuniões: 4ªs-feiras — 16,00 horas.  
Secretário: Cid Brugger, Auxiliar Legislativo, PL-10

**Comissão de Legislação Social**

(9 MEMBROS)

Presidente: Vivaldo Lima — PTB.  
Vice-Presidente: Rui Carneiro — (PSD).

**COMPOSIÇÃO**

**P. S. D.**

**TITULARES**

Rui Carneiro,  
Walfredo Gurgel,  
José Guimard (licenciado),  
Raul Glubert.

**SUPLENTE**

1. Leite Neto
2. Lobão da Silveira.
3. Eugênio Barros
4. Júlio Leite

**SUBSTITUTO**

1. Atílio Fontana
2. José Kairala.

**P. T. B.**

**TITULARES**

Amaury Silva (licenciado)  
Heribaldo Vieira  
Vivaldo Lima

1. Aurélio Vianna (\*\*).
2. Pessoa de Queiroz
3. Antônio Juca

(\*) — Em substituição do Senhor José Guimard como titular.

(\*\*) — Em substituição do Senhor Amaury Silva como titular.

SUBSTITUTOS

1. Melo Braga

U. D. N.

TITULARES

Eurico Rezende

2. Lopes da Costa

Reuniões: 3. feira. às 10 horas.

SUPLENTE

Secretário: Vera de Alvarenga Marra, Oficial Legislativo, PL-6.

Comissão do Polígono das Secas

(7 MEMBROS)

Presidente - Ruy Carneiro (PSD)  
Vice-Presidente - Aurélio Vianna (PTB)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Wilson Gonçalves  
Ruy Carneiro

SUPLENTE

1. Sigefredo Pacheco  
2. Leite Neto

P. T. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado  
Aurélio Vianna

SUPLENTE

1. Argemiro de Figueiredo  
2. Aron de Melo  
3. Julio Leite

U. D. N.

TITULARES

Dinarte Mariz  
José Cândido

SUPLENTE

1. João Agripino  
2. Lopes da Costa  
Reuniões: 5.ª feira - 16 horas  
Secretário: Ney Passos Dantas, Auxiliar Legislativo PL-9.

Comissão de Redação

(5 MEMBROS)

Presidente - Dix-Huit Rosado (PTB)  
Vice-Presidente - Padre Calazans

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Walfredo Gurgel  
Sebastião Archer

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira  
2. José Feliciano

SUBSTITUTOS

1. Menezes Pimentel (licenciado)

P. T. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

Heribaldo Vieira

U. D. N.

TITULARES

Padre Calazans  
Julio Leite

SUPLENTE

1. João Agripino  
2. Josephat Marinho

Reuniões: 4.ª feira às 16 horas  
Secretário: Sarah Abrálio, Oficial Legislativo, PL-8.

Comissão de Relações Exteriores

(11 MEMBROS)

Presidente - Jefferson de Aguiar (PSD)  
Vice-Presidente - Passos de Queiroz (PTB)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Benedito Valladares  
Filinto Müller  
Jefferson de Aguiar  
Aarão Steinbruch

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel  
2. Ruy Carneiro  
3. José Guilmard (licenciado)  
4. Victorino Freire

SUBSTITUTOS

1. José Kairala

P. I. B.

TITULARES

Pessoa de Queiroz  
Vivaldo Lima  
Eduardo Catalão

SUPLENTE

1. Oscar Passos  
2. Argemiro de Figueiredo  
3. Antônio Jucá

U. D. N.

TITULARES

Antonio Carlos  
José Cândido  
Padre Calazans  
Aron de Melo

SUPLENTE

1. Daniel Kneger  
2. Eurico Rezende  
3. João Agripino  
4. Mem de Sá

Reuniões: 3.ª feira - 15,00 horas

Secretário: Orestejon J. B. Branco, Oficial Legislativo, PL-8.

Comissão de Saúde

(16 MEMBROS)

Presidente - Lopes da Costa - UDN

Vice-Presidente - Dix-Huit Rosado (PTB)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Pedro Ludovico  
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

1. Eugenio Bastos  
2. Walfredo Gurgel

P. I. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

Antônio Jucá

U. D. N.

SUPLENTE

1. Lopes da Costa

SUPLENTE

Padre Calazans

SUPLENTE

Raul Gilberti  
Reuniões: Quintas-feiras - 16 horas  
Secretário: Eduardo Rui Barbosa, Auxiliar Legislativo PL-10.

Comissão de Segurança Nacional

(7 MEMBROS)

Presidente - Zacarias de Assunção (UDN)  
Vice-Presidente - Silvestre Pérciles (PTB)

COMPOSIÇÃO

PSD

TITULARES

José Guilmard (licenciado)  
Victorino Freire

SUPLENTE

1. Ruy Carneiro  
1. Atilio Fontana (\*)

SUBSTITUTO

2. José Kairala

P. I. B.

TITULARES

Silvestre Pérciles  
Oscar Passos

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado  
2. Vago

U. D. N.

TITULARES

Irineu Bornhausen  
Zacharias de Assunção

SUPLENTE

1. Adolfo Franco  
2. Eurico Resende

P. S. P.

TITULAR

Raul Gilberti

SUPLENTE

1. Miguel Couto  
Reuniões: Quintas-feiras - (16 horas)

Secretário: Alexandre Pfaender, Oficial Legislativo PL-8.

(\*) - Em substituição ao Sr. José Guilmard, como titular.

Comissão de Serviço Público Civil

(7 MEMBROS)

Presidente - Silvestre Pérciles (PTB)  
Vice-Presidente - Leite Neto (PSD)

COMPOSIÇÃO

PSD

TITULARES

Leite Neto  
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

1. Victorino Freire  
2. Benedito Valladares

PTB

TITULARES

Silvestre Pérciles  
Nelson Maculan (licenciado)

SUPLENTE

1. Edmundo Levi  
2. Vago

UDN

TITULARES

Antonio Carlos

Prorrogações:

Antonio Carlos  
Padre Calazans

SUPLENTE

1. Dinarte Marins  
Lopes da Costa

PL

TITULAR

Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Mem de Sá

Reuniões: Terças-feiras - 16.00 horas

Secretário: J. Ney Passos Dantas, Auxiliar Legislativo, PL-9.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

(5 MEMBROS)

Presidente José Feliciano (PSD)  
Vice-Presidente - Irineu Bornhausen (UDN)

PSD

TITULARES

José Feliciano  
Sebastião Archer

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar  
2. Filinto Müller

PTB

TITULARES

Bezerra Neto  
Lino de Matos

SUPLENTE

1. Silvestre Pérciles

UDN

TITULAR

Irineu Bornhausen

SUPLENTE

Zacharias de Assunção

Reuniões: Quartas-feiras - 16,00 horas

Secretário: Alexandre Pfaender, Oficial Legislativo, PL-8.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961.

Dispõe sobre: Altera os artigos 28, 56, 58, 60, 110 e o parágrafo único do art. 112 da Constituição Federal.

- organização administrativa do Distrito Federal;

- vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal;

- regime de rendas do Distrito Federal;

- composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e do Tribunal Superior Eleitoral;

- processo de escolha do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal;

- aplicação da cota do imposto de renda atribuída aos Municípios;

Eleita em 15-8-1961, com exceção dos Srs Senadores:

Barros Carvalho - designado em 30-2-1962.

Nelson Maculan - designado em 15-5-1963.

Lobão da Silveira - designado em 23-4-1963.

Lopes da Costa - designado em 29-10-1962.

SUPLENTE

Até 14-12-1962 - Requerimento número 611-61, aprovado em 15-12-61; Até 15-12-1963 - Requerimento nº 778-62, aprovado em 12-12-62.

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - Relator - PSD.
2 Lobão da Silveira - PSD.
3 Ruy Carneiro - PSD.
4 Benedito Valadares - PSD.
5 Wilson Gonçalves - PSD.
6 Nelson Maculan - PTB.
7 Silvestre Pericles - PTB.
8 Nogueira da Gama - PTB.
9 Barros Carvalho - PTB.
10 Daniel Krieger - Vice-Presidente - UDN.
11 Lopes da Costa - UDN.
12 Milton Campos - UDN.
13 Heribaldo Vieira - UDN.
14 Ruy Palmeira - UDN.
15 Aloysio de Carvalho - PL.
16 Mem de Sá - PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1961.

Altera o § 1º do art. 181 da Constituição Federal.

(Aposentadoria do funcionário aos trinta anos de serviço).

Eleito em 21-5-62, salvo os Srs. Senadores:

- Lobão da Silveira
Wilson Gonçalves
Amaury Silva, designado em 22 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 - Requerimento número 610-61 aprovado em 14-12-1961

Até 15-12-1963 - Requerimento número 798-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD.
2 Lobão da Silveira - Relator - PSD.
3 Ruy Carneiro - PSD.
4 Benedito Valadares - PSD.
5 Wilson Gonçalves - PSD.
6 Silvestre Pericles - Relator - PTB.
7 Amaury Silva - PTB.
D. C. N. 24-8-63 (S. I.) pág. 2.132
8 Nogueira da Gama - PTB
9 Barros Carvalho - PTB.
10 Daniel Krieger - UDN.
11 Lopes da Costa - UDN.
12 Milton Campos - UDN
13 Ruy Palmeira - UDN.
14 Heribaldo Vieira - UDN.
15 Aloysio de Carvalho - Presidente - PL.
16 Mem de Sá - PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1961.

Da nova redação ao item II do art. 95 da Constituição Federal.

(Irregularidade dos vencimentos dos juizes).

Eleita em 27-6-61, salvo os Senhores Senadores:

- Lopes da Costa, designado em 29 de outubro de 1962;
Lobão da Silveira, designado em 23 de abril de 1963;
Bezerra Neto, designado em 22 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 - requerimento número 609-61, aprovado em 14-12-61; Até 15-12-63 - Requerimento número 779-62; aprovado em 12-12-62.

Membros - Partidos

- 1. Jefferson de Aguiar - PSD.
2. Lobão da Silveira - PSD.
3. Ruy Carneiro - PSD.
4. Benedito Valadares - PSD
5. Wilson Gonçalves - PSD.
6. Silvestre Pericles - PTB.
7. Bezerra Neto - PTB.
8. Nogueira da Gama - PTB
9. Barros Carvalho - PTB.
10. Daniel Krieger - UDN.
11. Lopes da Costa - UDN.
12. Milton Campos - Vice-Presidente - UDN.
13. Heribaldo Vieira - UDN.
14. Ruy Palmeira - UDN.
15. Aloysio de Carvalho - PL.
16. Mem de Sá - PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 7 de 1961.

Da nova redação ao art. 65, item I, da Constituição Federal.

(Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado incluindo as de propor a exoneração dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente e aprovar o estabelecimento, rompimento e reatamento de relações diplomáticas com países estrangeiros)

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Senhores Senadores:

- Guido Mondin - designado em 29 de outubro de 1962;
Vivaldo Lima - designado em 30 de março de 1962;
Ruy Carneiro - designado em 23 de abril de 1963;

- Wilson Gonçalves - designado em 23 de abril de 1963;
Eurico Rezende - designado em 23 de abril de 1963;

- Pinto Ferreira - designado em 20 de abril de 1963;
Amaury Silva - designado em 26 de abril de 1963;

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 - Requerimento nº 771-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 - Requerimento nº 780-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros - Partidos

- 1 Menezes Pimentel - PSD
2 Wilson Gonçalves - PSD
3 Lobão da Silveira - PSD.
4 Ruy Carneiro - PSD.
5 Guido Mondin - PSD.
6 Silvestre Pericles - PSD
7 Vivaldo Lima - PTB.
8 Amaury Silva - PTE.
9 Pinto Ferreira - PTB
10 Eurico Rezende - UDN.
11 Daniel Krieger - UDN.
12 Milton Campos - UDN
13 Heribaldo Vieira - UDN.
14 Lopes da Costa - UDN
15 Aloysio de Carvalho - PL
16 Lino de Matos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1961.

Acrescenta item ao art. 3º do Capítulo II - Presidente da República - da Emenda Constitucional nº 4 de 1961 que instituiu o sistema parlamentar de governo (Sobre a exoneração por proposta do Senado do chefe de missão diplomática de caráter permanente).

Eleita em 5 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

- Vivaldo Lima - Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin - Designado em 30 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar - Designado em 23 de abril de 1963;

Ruy Carneiro - Designado em 29 de abril de 1963;

Eurico Rezende - Designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira - Designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto - Designado em 23 de abril de 1962.

Amaury Silva - designado em 23 de abril de 1962.

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 - Requerimento nº 608-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 - Requerimento nº 781-62, aprovado em 2 de dezembro de 1962

Membros - Partidos

- 1 Menezes Pimentel - PSD
2 Ruy Carneiro - PSD
3 Lobão da Silveira - PSD
4 Jefferson de Aguiar - PSD
5 Guido Mondin - PSD.
6 Pinto Ferreira - PSB
7 Bezerra Neto - PTB.
8 Amaury Silva - PTB.
9 Vivaldo Lima - PTB.
10 Daniel Krieger - UDN.
11 Eurico Rezende - UDN.
12 Milton Campos - UDN.
13 Heribaldo Vieira - UDN.
14 Lopes da Costa - UDN;
15 Aloysio de Carvalho - PL.
16 Lino de Matos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição

Acrescenta dispositivo ao artigo 15 revoga o item V e o § 5º do artigo 19 substitui o § 5º do artigo 19 e o art. 22 da Constituição

(Modifica o regime de discriminação de rendas).

Eleita em 20 de novembro de 1961 salvo os Srs Senadores:

- Barros Carvalho - Designado em 30 de março de 1962;

- Guido Mondin - Designado em 19 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar - designado em 28 de abril de 1963;

Ruy Carneiro - designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende - designado em 23 de abril de 1963;

Amaury Silva - designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto - designado em 23 de abril de 1963;

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 - Requerimento nº 605-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961;

Até 15 de dezembro de 1963 - Requerimento nº 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD
2 Menezes Pimentel - PSD
3 Filinto Müller - PSD
4 Guido Mondin - PSD
5 Ruy Carneiro - PSD
6 Amaury Silva - PTE
7 Barros Carvalho - PL
8 Argemiro Pinheiro - PTB
9 Bezerra Neto - PTB
10 Daniel Krieger - UDN
11 Eurico Rezende - UDN
12 Milton Campos - UDN
13 Heribaldo Vieira - UDN
14 Ruy Palmeira - UDN
15 Aloysio de Carvalho - PL
16 Lino de Matos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10, de 1961.

Acrescenta parágrafo ao art. 15 da Constituição Federal (aplicação da parcela proveniente das cotas de impostos destinadas aos Municípios).

Eleita em 28 2.1962, salvo os Srs. Senadores:

- Lopes da Costa - designado em 30.3.1962;

- Guido Mondin - designado em 29.10.1962.

- Wilson Gonçalves - designado em 23.4.1963.

- Eurico Rezende - designado em 23.4.1963;

- João Agripino - designado em 23.4.1963;

- Silvestre Pericles - designado em 20.4.1963;

- Catete Pinheiro - designado em 23.4.1963.

Senadores - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD.
2 Wilson Gonçalves - PSD.
3 Ruy Carneiro - PSD
4 Lobão da Silveira - PSD.
5 Guido Mondin - PSD.
6 Silvestre Pericles - PTB.
7 Nogueira da Gama - PTB
8 Barros Carvalho - PTB.
9 Vago - PTB.
10 Milton Campos - UDN
11 Heribaldo Vieira - UDN
12 Lopes da Costa - UDN
13 João Agripino - UDN.
14 Eurico Rezende - UDN
15 Caspary Martinho - S. Legendado.
16 Lino de Matos - PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 11, de 1963.

Acrescenta parágrafos 4º e 5º ao art. 28 da Constituição Federal (Criar novos Municípios).

Eleita em 28 3 1962, salvo os Srs. Senadores:

- Guido Mondin - designado em 25.10.1962.

- Wilson Gonçalves - designado em 3.4.1963.

- Eurico Rezende - designado em 4.4.1963;

- João Agripino - designado em 13.4.1963.

- Catete Pinheiro - designado em 23.4.1963

Prorrogação:

Até 15-12-1963 - requerimento nº 62-62 aprovado em 12-12-62

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD
2 Wilson Gonçalves - PSD
3 Ruy Carneiro - PSD
4 Lobão da Silveira - PSD
5 Guido Mondin - PSD
6 Silvestre Pericles - PTB
7 Nogueira da Gama - PTB
8 Barros Carvalho - PTB
9 Milton Campos - UDN
10 Heribaldo Vieira - UDN
11 Eurico Rezende - UDN
12 João Agripino - UDN
13 Lopes da Costa - UDN
14 Aloysio de Carvalho - PL
15 Daniel Couto - PSP
16 Catete Pinheiro - PTN



**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 1, de 1962.**

(Altera a redação do art. 186 da Constituição referente à oportunidade de concurso para a investidura em cargo inicial na carreira, instituindo a proibição de nomeações interinas).

Eleita em 10-5-1962 salvo os Srs. **Leite Neto**.

**Menezes Pimentel** — designado em 15-5-1962;

**Wilson Gonçalves** — designado em 23-4-1963.

**Leite Neto** — designado em ..... 2-4-1963.

**Eurico Rezende** — designado em 23-4-1963.

**João Agripino** — designado em 23-4-1963.

**Aurélio Vianna** — designado em 23-4-1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 789-62, aprovado em 12-12-1963.

Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Wilson Gonçalves — PSD
- 3 Ruy Carneiro — PSD
- 4 Lobão da Silveira — PSD
- 5 Leite Neto — PSD
- 6 Menezes Pimentel — PSD
- 7 Silvestre Gericles — PTB
- 8 Nogueira da Gama — PTB
- 9 Barros Carvalho — PTB
- 10 Milton Campos — UDN
- 11 Heribaldo Vieira — UDN
- 12 Eurico Rezende — UDN
- 13 João Agripino — UDN
- 14 Daniel Krieger — UDN
- 15 Aloysio de Carvalho — PL
- 16 Aurélio Vianna — PSD.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1962.**

(Institui nova discriminação de rendas em favor dos Municípios brasileiros).

Eleita em 23-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

**Wilson Gonçalves** — designado em 23-4-1963;

**Leite Neto** — designado em ..... 23-4-1963;

**Josaphat Marinho** — designado em 23-4-1963;

**Eurico Rezende** — designado em .. 23-4-1963;

Prorrogação:

Até 15.12.1962 — Requerimento nº 786-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Lobão da Silveira — PSD

5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Silvestre Péricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Lino de Mattos — PTN

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1963**

Originário da Câmara dos Deputados

Que dá nova redação ao § 1º do art. 28 da Constituição Federal (autonomia dos Municípios).

Designação em 22 de outubro de 1963

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD;  
 Ruy Carneiro — PSD;  
 Wilson Gonçalves — PSD;  
 José Feliciano — PSD;  
 Lobão da Silveira — PSD;  
 Bezerra Neto — PTB;  
 Edmundo Levi — PTB;  
 Argemiro de Figueiredo — PTB  
 Melo Braga — PTB;  
 Milton Campos, Presidente — UDN;  
 Aloysio de Carvalho — UDN;  
 Afonso Arinos — UDN;  
 Eurico Rezende — UDN,  
 Josaphat Marinho (Relator) — Pequenas Representações;  
 Aurélio Vianna — Pequenas Representações;  
 Júlio Leite (Vice-Presidente) — Pequenas Representações.

**Comissão Especial para estudar a situação da Casa da Moeda.**

(7 MEMBROS)

Criada em virtude da aprovação do Requerimento nº 531-63 do Sen Jefferson de Aguiar, na sessão de 14-8-63.

Designação em 28-8-1963

Membros — Partido

- Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD  
 Wilson Gonçalves — PSD  
 Arthur Virgílio — PTB  
 Edmundo Levy — PTB  
 Adolpho Franco — UDN  
 Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN  
 Josaphat Marinho — S/legenda

**Comissão Especial para o estudo das causas que dificultam a produção agro-pecuária e suas repercussões negativas na exportação.**

(Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 2-8-1963).

(5 MEMBROS)

Membros — Partidos

- José Feliciano — PSD  
 Sigefredo Pacheco (Vice-Presidente) — PSD  
 José Ermirio (Presidente) — PTB  
 Lopes da Costa — UDN  
 Aurélio Vianna (Relator) — Pequenos Partidos.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1962.**

(Dispõe sobre a data do plebiscito previsto na Emenda Constitucional nº 4).

Eleita em 10.7.1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves  
 Leite Neto  
 João Agripino  
 Eurico Rezende e  
 Josaphat Marinho (designado em 23.4.1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 — requerimento nº 787-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Silvestre Péricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. João Agripino — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Josaphat Marinho — S/legenda

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 5 de 1962.**

Dá nova redação ao art. 20 da Constituição.

(Determina a entrega aos Municípios de 30% da arrecadação dos Estados quando exceder as rendas municipais).

Eleita em 13.9.1962, salvo os Srs. Senadores.

Wilson Gonçalves  
 Leite Neto

Josaphat Marinho

Eurico Resende

Miguel Couto (designado em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 — Requerimento nº 789-62, aprovado em 12.12.62

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Vago — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Campos — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Eurico Resende — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Miguel Couto — PSD

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1962.**

Altera a redação dos §§ 1º e 3º do art. 60 da Constituição Federal.

(Aumenta para 4 o número de representantes dos Estados e do Distrito Federal no Senado).

Eleita em 13.9.1962, salvo os Srs. Senadores

Josaphat Marinho  
 Wilson Gonçalves  
 Eurico Resende

Julio Leite (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 — Requerimento nº 790-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedito Valladares — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Vago — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvah — PTB
10. Milton Campos — UDN.
10. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Eurico Resende — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Julio Leite — PR

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1962.**

Revoga a Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema parlamentar de governo e o art. 61 da Constituição Federal de 18 de setembro de 1946.

Eleita em 8.12.1962, salvo os Srs Senadores

- Wilson Gonçalves
- Eurico Rezende
- Amaury Silva e
- Raul Giuberti (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 — requerimento nº 791-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Pedro Ludovico — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedicto Valladares — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Eurico Rezende — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Raul Giuberti — PSP

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 1, de 1963.**

Altera a redação do inciso IX do art. 157 da Constituição (referente ao trabalho de menores e mulheres e ao trabalho em indústrias insalubres).

Designada em 23-4-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Heribaldo Vieira — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Silvestre Péricles — PTB
11. Arthur Virgílio — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Josaphat Marinho — S. legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1963.**

Altera os arts. 141, 146 e 147 da Constituição Federal (referente ao direito de propriedade).

Designada em 23-4-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Silvestre Péricles — PTB
11. Argemiro de Figueiredo — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Josaphat Marinho — S. legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1963.**

Dá nova redação aos artigos nºs 26 e 63 da Constituição Federal (administração do Distrito Federal e matéria da competência privativa do Senado).

Eleita em 2-5-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Eduardo Catalão — PTB
11. Vasconcelos Torres — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — Pequenos Partidos
16. Josaphat Marinho — Pequenos Partidos

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1963.**

Dá nova redação aos arts. 44 e 45 da Constituição Federal para conceder imunidades aos vereadores.

Designada em 20-5-1963

Senadores — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Lobão da Silveira — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Menezes Pimentel — PSD
- Leite Neto — PSD
- Amaury Silva — PTB

**Bezerra Neto — PTB**

- Pinto Ferreira — PTB
- Silvestre Péricles — PTB
- Adalberto Sena — PTB
- Eurico Rezende — UDN
- Milton Campos — UDN
- João Agripino — UDN
- Aloysio de Carvalho — PL
- Josaphat Marinho — S.legenda

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 5, de 1963.**

Dá nova redação ao item II e ao § 4.º do artigo 19 da Constituição referentes ao Imposto de Vendas e Consignações:

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Humberto Neder — PTB
11. Argemiro de Figueiredo — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Josaphat Marinho — Pequenos Partidos.

**Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.**

(Criada em virtude da aprovação, em 18-9-1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermirio).

(9 MEMBROS)

Membros — Partidos

- José Feliciano — PSD
- Atilio Fontana — PSD
- Eugênio Barros — PSD
- José Ermirio (Relator) — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Melo Braga — PTB
- Lopes da Josta — UDN
- Milton Campos — Presidente — UDN
- Júlio Leite, Vice-Presidente — Pequenas Representações.

**Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas.**

(Criada em virtude da aprovação, em 2-8-1963 do Requerimento nº 531-63, do Senador Gouvêa Vieira).

(5 MEMBROS)

Membros — Partidos

- Atilio Fontana (Presidente) — PSD
- José Feliciano (Vice-Presidente) — PSD
- José Ermirio (Relator) — PTB

**Adolpho Franco — UDN**

- Aurélio Viana — Pequenas Representações.

**Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional**

(6 MEMBROS)

(Criada pela Resolução nº 11-63).

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Leite Neto (Presidente) — PSD
- Nelson Maculan — PTB
- João Agripino (Relator) — UDN
- Josaphat Marinho — Pequenas Representações.

**Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas**

(Criada em virtude da aprovação em 2-8-1963, do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouvêa Vieira)

(5 MEMBROS)

Membros — Partidos

- Atilio Fontana (Presidente) — PSD.
- José Feliciano (Vice-Presidente) — PSD.

José Ermirio (Relator) — PTB.

Adolpho Franco — UDN.

Aurélio Viana — Pequenas Representações.

**Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização**

(Criada em virtude da aprovação, em 18-9-1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermirio)

(9 MEMBROS)

Membros — Partidos

- José Feliciano — PSD.
- Atilio Fontana — PSD.
- Eugênio Barros — PSD.
- José Ermirio (Relator) — PTB.
- Bezerra Neto — PTB.
- Melo Braga — PTB
- Lopes da Costa — UDN.
- Milton Campos — Presidente — UDN.
- Júlio Leite — Vice-Presidente — Pequenas Representações.

**Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional**

(Criada pela Resolução nº 11 de 1963).

15 MEMBROS)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Leite Neto (Presidente) — PSD  
Nery Maculan (Vice-Presidente) — PTB  
João Marinho (Relator) — UDN  
José Marinho — Pequenas Representações.

**Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos apontados da tribuna do Senado, na Sessão de 23 do corrente, e outros relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento dos Correios e Telefatos.**

(Criada em virtude da aprovação em 7-11-1963, sessão extraordinária, da resolução nº 32 de 1963, apresentada pelo Senhor Senador Jefferson de Aguiar e outros Senhores Senadores).  
(Criada pela Resolução nº 32, de 1963).

MEMBROS — PARTIDOS

Presidente: Wilson Gonçalves — PSD

Vice-Presidente: Leite Neto — PSD

Relator: Eurico Rezende — UDN

Jefferson de Aguiar — PSD

Atilio Fontana — PSD

Artur Virgílio — PTB

Bezerra Neto — PTB

Aurélio Vianna — PTB

Júlio Leite — PTB

Melo Braga — PTB  
João Arrypino — UDN  
Daniel Krieger — UDN

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1963.**

Altera o art. 138 da Constituição Federal (inelegibilidades).  
Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
José Feliciano — PSD  
Walfredo Gurgel — PSD  
Argemiro de Figueiredo — PTB  
Bezerra Neto — PTB  
Silvestre Pericles — PTB  
Edmundo Levi — PTB  
Eurico Rezende — UDN  
Milton Campos — UDN  
Aloysio de Carvalho — UDN  
Afonso Arinos — UDN  
Josaphat Marinho — Sem Legenda  
Raul Guberti — Pequenas Representações  
Júlio Leite — Pequenas Representações.

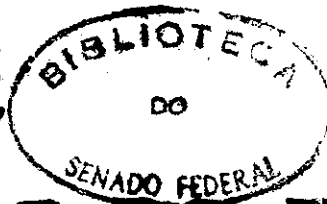
**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1963.**

Dá nova redação ao § 4º do art. 182 da Constituição Federal (transferência para a reserva do militar da ativa que se candidatar a cargo eletivo). Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
José Feliciano — PSD  
Walfredo Gurgel — PSD  
Argemiro de Figueiredo — PTB  
Bezerra Neto — PTB  
Silvestre Pericles — PTB  
Edmundo Levi — PTB  
Eurico Rezende — UDN  
Milton Campos — UDN  
Aloysio de Carvalho — UDN  
Afonso Arinos — UDN  
Josaphat Marinho — Sem Legenda  
Raul Guberti — Pequenas Representações  
Júlio Leite — Pequenas Representações.



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XIX — Nº 17

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 24 DE JANEIRO DE 1964

## SENADO FEDERAL

**ATA DA 7ª SESSÃO, EM 23 DE JANEIRO DE 1964**  
**1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA**

**PRESIDÊNCIA DOS SRs. MOURA ANDRADE, NOGUEIRA DA GAMA, GILBERTO MARINHO, ADALBERTO SENA E JOAQUIM PARENTE.**

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima  
 Victorino Freire  
 Joaquim Parente  
 Sigefredo Pacheco  
 Menezes Pimentel  
 Wilson Gonçalves  
 Leite Neto  
 Aloysio de Carvalho  
 Josaphat Marinho  
 Aarão Steinbruch  
 Vasconcelos Torres  
 Aurélio Vianna  
 Nogueira da Gama  
 Moura Andrade  
 Pedro Ludovico  
 Filinto Müller  
 Mello Braga  
 Antônio Carlos (18).

**O SR. PRESIDENTE:**

A lista de presença acusa o comparecimento de 18 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

**EXPEDIENTE**

Ofício nº 1.522, de 28.11.1963, da Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo — Transmite pronunciamento daquela entidade, contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 93, de 1963, que proíbe a recondução dos vogais na Justiça do Trabalho.

**O SR. PRESIDENTE:**

A Presidência deferiu, hoje, os seguintes requerimentos, apresentados ontem:

Nº 1-64 — do Sr. Senador Josaphat Marinho;  
 Nº 2-64 — do Sr. Senador Aarão Steinbruch.

**O SR. PRESIDENTE:**

Continua a hora do expediente. A Presidência deferiu hoje o Requerimento de Informações nº 1, de

1964, de autoria do Sr. Senador Josaphat Marinho. Deferiu, também, o de nº 2, ontem, apresentado pelo Senhor Senador Aarão Steinbruch.

Há oradores inscritos. Tem a palavra o nobre Senador Josaphat Marinho.

**O SR. JOSAPHAT MARINHO:**

Sr. Presidente, numa das últimas sessões, foi procedida a leitura da ofício do Governador Nei Braga pleiteando do Senado as providências necessárias à elaboração de norma que opere nova distribuição de rendas nos quadros da Federação.

Tomando conhecimento do assunto, V. Exa. anunciou que iria pedir sugestões aos Governadores dos Estados.

Sem embargo dessa providência, da qual poderá resultar esclarecimentos úteis ao Senado, lembraria a V. Exa. que já há em curso nesta Casa Emenda Constitucional provendo exatamente sobre a matéria.

Trata-se da Emenda nº 9, segundo a qual a União entregará aos Estados dez e quinze por cento, respectivamente, do total que arrecadar do imposto de consumo e do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

Esta emenda ainda contém outras disposições, inclusive a que transfere o Imposto de Fretação para a União.

Como se vê, o ofício do Governador Nei Braga não só foi dirigido com muito acerto ao Senado, como apresentado em momento de excepcional oportunidade. O Senado tem em curso, em Comissão Especial organizada, emenda que visa exatamente a dar cumprimento àquela promessa do Senado de promover a revisão no critério de distribuição de rendas em face daquela outra emenda que transferiu tributos da competência dos Estados para a dos Municípios.

Além disso, a sugestão do Governador do Paraná chega ao Senado no momento em que a maioria dos Estados passa por irrecusável e crescente crise de caráter financeiro. São várias as unidades da Federação, e até das maiores, em que os recursos do Tesouro já não bastam para o pagamento regular do funcionalismo público.

De outro lado, o processo inflacionário não contido, antes agravado até este momento, concorre desmedidamente para aumentar o desequilíbrio financeiro nos Estados, gerando não apenas obstáculos à ação do Poder Administrativo mas, por igual, aumento de pobreza por falta de trabalho.

Nas circunstâncias em que se está desenvolvendo a crise financeira, nos Estados, não será exagêro prever-se que, em prazo relativamente curto, muitas das unidades já não poderão enfrentar quaisquer investimentos. A arrecadação que se fizer se destinará, e com dificuldades, ao pagamento de pessoal.

Fatos vários que poderiam ser invocados, neste instante, provam esta previsão. Mas quero apenas tomar dois fatos semelhantes, para justificar como os Estados se encontram em dificuldades financeiras. Há menos de um ano, quando ocorreram os incêndios no Paraná e grande parte da lavoura de café foi tragada, o Governo e a população daquela unidade federada precisaram, imediatamente, de apelar para o socorro de quantos pudessem oferecer auxílio. Já agora, na Bahia, são enchentes na região sul, no sudoeste e no Recôncavo que deixam ao desabrigo parcela ponderável da população. Ainda hoje notícia a imprensa que o próprio Governo do Estado da Bahia está apelando para a União e para quantos brasileiros possam socorrer as populações desamparadas.

Nesta oportunidade, saliento que é justo esperar que o Governo da República vá, urgentemente, em amparo do Estado da Bahia e das populações atingidas pelas enchentes. Não se trata de favor, mas do cumprimento de dever pelo Governo Federal.

Mas, Sr. Presidente, essa providência, que o Governo pode agora adotar, é a providência de emergência, é o socorro diante de uma calamidade. Ainda uma vez, sustento desta tribuna que o de que os Estados precisam é do aumento de seus recursos. As unidades federadas precisam da redistribuição de rendas para que obtenham novos meios de crescimento de suas receitas, de sorte que possam acudir a seus problemas, às necessidades de sua população, sem que seja imperioso apelar sempre, para o Governo da República.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Vasconcelos Torres — Entendo que a Federação sofre distorções seguidas no seu conceito. Autonomia dos Estados, às vezes, é apenas figura de retórica, um eufemismo. Há Estados grandes e Estados pequenos, quando, pelo princípio constitucional — e estou falando a um dos maiores e melhores mestres do Direito Constitucional — todos deveriam ser iguais. Há Estados tipo locomotiva na velha frase da Revolu-

ção de 30, que V. Exa. bem sabe, e Estados tipo vagão que vão a reboque dessas locomotivas. Uns industrializaram-se a custa da miséria dos outros. O Sul cresceu economicamente à custa da miséria do Norte e Nordeste, principalmente do movimento de populações rurais. O Sul não é um aliciador, mas empregador da mão de obra fácil e barata daqueles que deixam suas regiões em busca de um nível de vida compatível com a dignidade humana. Os Estados não têm culpa da espiral inflacionária. As pequenas unidades pagam ônus pesadíssimos pelo crescimento de outros Estados. Há, realmente, discriminação na chamada Federação brasileira. O ofício do eminente Governador Nei Braga, Governador de um Estado que poderia ser classificado de primo rico entre os primos pobres da Federação, porque o Paraná se avanteja face a outras unidades federadas foi um grito de alerta. O governo paraense reve a sensibilidade e, acima de tudo, um espírito não regionalista, que é o de olhar a Federação em si. É que não podemos ficar apenas nos discursos, já que o digno e eminente Presidente do Senado, Senhor Auro de Moura Andrade, mandou proceder à leitura do ofício e deu-lhe um despacho. Está se dirigindo a todos os Governadores para receber sugestões. Terá chegado a hora de pelo menos, se examinar que a cada emissão, sejam os Estados proporcionalmente indenizados com uma parcela, para que possam fazer face às despesas que lhes são afetas e que lhes interessam. Quer valer-me do oportuno e objetivo discurso de V. Exa. para formular um apelo ao Senado — e agora V. Exa. que me ensina a oportunidade — para que esse Ofício venha a ser objeto de um comissão especial, no sentido de se formular uma reforma, talvez, de um dispositivo constitucional, já que o Senado não tem a iniciativa na política financeira do País, a fim de que possamos dar aos Estados, pe o menos acalentadamente, aquela harmonia, aquela independência e aquela autonomia, tão sacrificada nos últimos tempos.

Perdoe, um discípulo apartando um mestre mas nesse assunto eu entendo realmente que as palavras de V. Exa. têm que ter como conclusão tendo a importância devida neste momento um apelo a V. Exa. levantado neste momento.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Perdoe Sr. Presidente a bondade das palavras que acaba de proferir o nobre Senador Vasconcelos Torres.

# EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

### DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASILIA

#### ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONARIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 50,00	Semestre .....	Cr\$ 39,00
Ano .....	Cr\$ 96,00	Ano .....	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano .....	Cr\$ 136,00	Ano .....	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que terão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,25.

acenuar a S. Exa. que já o Senado tem a emenda constitucional que pode ser objeto de deliberação. Através dessa emenda, a que me referi inicialmente, a redistribuição de renda poderá ser feita em benefício dos Estados. E poderá ser feita sem dificuldades maiores para a União, até porque a ela seria deferido o imposto de exportação, cuja cobrança se enquadraria melhor na sua competência do que na dos Estados. Além disso, e sem entrar nos pormenores da discriminação nos quadros da Federação a que se referiu o nobre Senador pelo Estado do Rio, além disso, a oportunidade seria tanto maior quanto o Governo Federal, o Poder Executivo, vem adotando providências claramente indicativas da penúria financeira dos Estados, de um lado, e das possibilidades da União, de outro.

E' sabido da Casa que, recentemente, o Governo, através de decretos, se propôs a realizar convênios com os Estados, para complementar os vencimentos da Magistratura, do Ministério Público e do Magistério Elemental das Unidades federadas.

E' evidente que essa iniciativa — que ora não examinamos em seus desdobramentos — é evidente que essa iniciativa revela, para logo, dois aspectos: um, o da penúria financeira dos Estados; o outro, o das possibilidades da União.

Ora, se a União pode propor-se a complementar salários de funcionários estaduais — em muitos casos, realmente insuficientes ou inadequados — pode igualmente sofrer o processo de redistribuição das rendas para que os Estados obtenham, através de tributos, as rendas normais e permanentes de que precisam para o desdobramento e a execução de seus serviços.

Aproveitando o oportuno ofício do Ilustre Governador Nel Braga, quero acentuar a propriedade com que Vossa Excelência encaminhou o assunto e, ao mesmo tempo, lembrar-lhe que, sob sua orientação, o Senado poderia dar a prioridade necessária ao exame dessa emenda.

Tanto mais aconselhável e próprio seria que assim se fizesse, quando se trata de emenda que não envolve aspectos políticos de caráter partidário. Não se pode enquadrar esta emenda no círculo daquelas outras que estão gerando intensa polémica no País. Poderia até dizer que a aprovação dessa emenda, por sua repercussão em todo o País e em benefício, sobretudo, da população dos Estados economicamente mais fracos, caberia entre as medidas com que o eminente Deputado San Tiago Dantas se propõe, neste instante, a encaminhar fórmula de entendimento entre as diferentes correntes políticas. Esta seria medida a que todas as correntes políticas dariam seu apoio, por sua justiça e por sua repercussão na economia geral do quadro federativo.

As oportunas gestões que, segundo noticiário da imprensa, vem fazendo o eminente ex-Ministro da Fazenda, além de próprias, sob vários outros aspectos, poderiam envolver a votação dessa emenda, como providência preferencial que determinaria, uma vez aprovada, alívio enorme à situação financeira dos Estados e de suas populações, sobretudo daquelas de região economicamente fracas, repito. São essas palavras, Sr. Presidente, que desejava proferir nesta sessão...

O Sr. Milton Campos — Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Tem V. Exa. o aparte.

O Sr. Milton Campos — Desejo encarecer a importância do assunto que V. Exa. está tratando neste momento. Em face dos últimos movimentos ocorridos no País, eu acenaria — o que é sabido de V. Exa. — mestre de Direito Constitucional que é — o fato de estarmos evoluindo, não do federalismo dualista clássico

para um feudalismo cooperativo como modernamente pregam os professores do assunto, mas para um federalismo paternalista que, evidentemente, corresponde a uma negação do federalismo, porque dadas as condições dos Estados, também o paternalismo fica incompatível com a organização dessas entidades e então ao Senado, que é a Casa da federação, que é a representação dos Estados, ficaria realmente muito bem as iniciativas para que o sistema federalista do Brasil se renovasse sem os riscos de perecer pelo paternalismo que decretos mais recentes anunciam. Felicito V. Exa. pela iniciativa que teve de debater assunto tão relevante para a vida de nosso país.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Sou muito grato, Sr. Presidente, ao nobre Senador Milton Campos, pela valiosa colaboração que traz a estas considerações, dando-lhes a autoridade de seu nome e de sua competência.

O Sr. Milton Campos — Muito obrigado a V. Exa.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — A aprovação de emenda como a de que se trata, serviria, entre outras medidas, para corrigir o processo do paternalismo da União, proporcionando no quadro do nosso regime constitucional o fortalecimento da federação. (Muito bem).

O Sr. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Aarão Steinbruch, orador inscrito.

O Sr. AARÃO STEINBRUCH: (Não foi revisto pelo orador)

Quero, Sr. Presidente e Srs. Senadores, abordar, embora perfunctória, questão que deveria já ter sido resolvida no Brasil há muitos e muitos anos. Refiro-me ao problema agrário.

A reforma agrária se ainda não foi executada no Brasil é em virtude da

incompreensão de poucos e da insinceridade de muitos que, demagógicamente, deixam no ostracismo milhões e milhões de brasileiros, sem qualquer assistência, sem meios de lavar a terra de nosso País tão fértil e abundante.

Ainda ontem, prestigioso órgão da imprensa na Guanabara, o "Jornal do Brasil", teve considerações em forma de editorial, sobre um acidente ocorrido em Mari, Estado da Paraíba, em que foram chacinados camponeses e mortos homens de usina ligados a grupos industriais que, inclusive, têm representantes na Câmara Baixa.

Restabelecendo a verdade dos fatos a que certa imprensa procurou dar outra feição o "Jornal do Brasil", que não pode ser acimado de apaixonado ou de ter ideal esquerdista, informa, através de editorial, que o acidente se verificara em virtude de o contador da fazenda pertencente a grei dos Ribeiro Coutinho ter procurado colocar um chocalho no pescoço do presidente da Liga Camponesa daquela localidade. Este viera à fazenda reclamar um direito consubstanciado em Lei, qual seja o que consigna o Estatuto do Trabalhador Rural. Essa Lei, é resultado de projeto que após tramitar nas Casas do Congresso por treze anos, saiu vitorioso graças ao esforço e à persistência do jovem líder Fernando Ferrari fundador do Partido a que tenho a honra de pertencer — o Movimento Trabalhista Renovador — que a fatalidade levou do mundo dos vivos.

Diz o editorialista que, hoje, é comum na Paraíba e em outras regiões circunvizinhas, colocar-se um chocalho nas pessoas que, injuriadas ou vilipendiadas, baixam os olhos e não reagem. As Ligas Camponesas o colocam, nos camponeses que não pugnam pelos seus direitos e o contador quis colocá-lo no presidente da

Liga Camponesa. Como não queria este ser envergonhado perante os seus conpanheiros — homem de coragem que é — reagiu. Então, foi desferido o primeiro tiro pelo contador.

Esta a verdade dos fatos. E' o que atesta o "Jornal do Brasil", contrariando, portanto, todas as versões e notícias transmitidas pelo rádio e pela televisão. Realmente estavam os camponeses pugnando somente por um salário já estabelecido em lei.

E' preciso repetir-se que, às vezes, se supõe que o que aqui se vota não deverá ser cumprido mais tarde.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, sempre foi assim em nosso País. Há poucos dias, um Ilustre Deputado paulista, tratando do problema ora ventilado nesta Casa, profligou a atitude dos que se opõem à reforma desta terra, — à reforma verdadeira e sincera que dará ao homem a possibilidade de viver condignamente — lembrando que, no Império, já Senadores e Deputados dos mais responsáveis perante a opinião pública da época — 1848 — se expressavam a respeito da questão agrária da mesma maneira.

Quando se falava em abolição da escravatura, o Senador do Império Bernardo Pereira de Vasconcelos dizia:

Que o tráfico era conveniente, de que a agricultura sofreria muito se se cessasse a introdução, no País, de novos braços africanos; era de 55 mil contos, o valor da produção agrícola do Brasil, no exercício financeiro de 1849 a 1850, época do fim efetivo do tráfico. Foi de mais de 67 mil, no ano subsequente. Chegava a 112 mil, em 1860".

E quando se discutia a famosa Lei Aurea, de que os filhos de escravos deveriam ser livres, vozes proeminentes da Câmara e do Senado da época se levantavam contra a medida, usando os mesmos chavões, as mesmas expressões que estamos sempre ouvindo no Plenário ou fora dele, contra qualquer reforma que vise melhorar a situação dos desprestigiados pela fortuna.

Vou reproduzir, aqui, as palavras usadas naquela época, nas sessões do Senado e da Câmara e que hoje, ouvindo da boca de eminentes líderes dos mais importantes Partidos desta e da outra Casa do Congresso, como de outras Assembleias Legislativas. Parece até que os atuais Senadores e Deputados, assim como os homens de Imprensa que comandam redes de rádio e televisão, têm a sua mesa de cabeceira os discursos proferidos pelos iminentes e doutos parlamentares do Império.

"... é um pretexto para provocar a revolução... O governo está animado de espírito conspirador, pretende provocar a desordem para decretar, por um ato de ditadura, a ruína da propriedade... (José de Alencar, sessão de 13 de julho de 1871, combatendo a lei do Ventre Livre)".

"... a desordem nos estabelecimentos agrícolas, a anarquia social e a miséria pública... A proposta é fatal: na, é o facho, talvez, do grande incêndio. Prevejo calamidades inauditas, crises medonhas, se a mesma for convertida em lei. (Deputado Barão da Vila da Barra, Gama Cerqueira e Pereira da Silva)".

"O país não quer, não pode querer a reforma, nunca se manifestou neste sentido; ao contrário, manifestou-se sempre no sentido oposto. (José Xavier da Silva Capanema, na sessão de 11 de junho de 1871)".

"A proposta do governo ataca e desrespeita a propriedade... de desapropriando o cidadão daquilo que é legalmente do seu domínio, sem indenizá-lo previamente, na forma da constituição... A lei



fala em indenização, mas eu a reputo illusórias e de nenhum modo suficiente”.

“Barros Cobra, na Câmara dos Deputados do Império, sessão de 24 de julho”.

Perdigão Malheiros, acentuava:

“A simples apresentação do projeto de libertação dos nascituros abalará a sociedade em seus próprios fundamentos, introduzindo anarquia no sistema de trabalho e no da propriedade agrícola”.

E o mesmo José de Alencar, em outra sessão acentuava:

“A reforma produzirá a calamidade capaz de apavorar o próprio Governo, não passando a proposta do Gabinete, de mero pretexto para provocar a revolução”.

E Ferreira Viana — o grande Ferreira Viana — advertindo o Visconde de Rio Branco, dizia:

“Como consequência dessa reforma podem vir grandes calamidades sobre o nosso povo”.

O Deputado Andrade Figueira, juntamente com Paulino de Souza argumentava:

“O direito de propriedade deve abranger tudo que se contém naquilo que é dela objeto, quer seja o próprio objeto, quer o que dele decorra ou resulte. As escravas eram propriedades dos senhores e propriedades deles, portanto, eram os filhos que tivessem, os quais, assim, só poderiam ser libertados, mediante o prévio pagamento da indenização correspondente ao seu valor”.

E Barros Cobra, novamente, acrescentava:

“O proprietário da árvore é o proprietário dos frutos que ela pode produzir”.

Vêm V. Exas. que são as mesmas expressões que hoje se ouvem nos recintos das Casas do Congresso, na imprensa, para combater toda e qualquer reforma, quer seja ela agrária, urbana, bancária etc.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, anuncia-se que vai ser assinado dentro de poucos dias — e ouço já há muitos meses — um decreto da SUPRA, desapropriando terras marginais às estradas, caráter indeterminado, sem que eu tenha conhecimento, pelo menos, que paralelamente a essa medida outras foram tomadas pelo Governo da República, no sentido de propiciar ao homem do campo as condições indispensáveis para o trabalho da terra.

O Senhor Presidente da República, que fala tanto em decretar, está perdendo tempo, na nossa opinião, porque está querendo ouvir os latifundiários, os proprietários de terras, aqueles que certamente não precisariam ser ouvidos, que são faltando contra, porque esposam aquelas idéias as mesmas que eram preconizadas quando se procurava libertar os escravos ou se propunha a decretação da Lei Áurea.

Mas, estudando o assunto, através de dados estatísticos que colhemos na F.A.O., queremos contribuir de certa maneira para que se dê realmente solução efetiva ao problema que não se precise mais, daqui por diante, continuar a falar nessa reforma, porque outros problemas demandam solução urgente de nós outros.

O Sr. Aurélio Vianna — V. Exa. permite um aparte?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Pois não!

O Sr. Aurélio Vianna — V. Exa. usou, agora, uma expressão que me causou espécie, quando declarou que o Sr. Presidente da República está consultando, está ouvindo os latifundiários para, então, decretar aquelas

medidas de desapropriação por interesse social. É a primeira vez que ouço essa declaração, porque o que tenho lido é justamente que, à revelia dos latifundiários, S. Exa. tem promovido os entendimentos para a desapropriação de terras às margens dos açudes, das ferrovias e das rodovias, a não ser que V. Exa. tenha procurado dizer que S. Exa., tendo sido ou sendo grande proprietário rural, esteja, primeiro, ouvindo a si mesmo para depois, então, decretar a reforma. Mas não foi esse o sentido da declaração de V. Exa.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — V. Exa. está juntando um pormenor...

O Sr. Aurélio Vianna — Não estou juntando, não.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — ... ao nosso discurso, quando acentua que o Sr. Presidente da República deveria ouvir a ele mesmo.

O Sr. Aurélio Vianna — Eu não disse isso.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Mas eu me referia a que S. Exa. está ouvindo líderes do P.S.D. — que já se manifestaram — e da U. D. N., inclusive, frontalmente contrários a qualquer modificação na estrutura atual.

O Sr. Aurélio Vianna — Quais são os líderes da U.D.N., latifundiários, que estão sendo ouvidos pelo Presidente da República? Apenas para situar o problema.

O Sr. Vivaldo Lima — O nobre orador permite um aparte? (Assentimento do orador) — Em face do aparte do nobre Senador, pelo Estado da Guanabara, V. Exa. está retificando suas expressões anteriores quando declarou que o Sr. Presidente da República estava ouvindo os latifundiários a respeito do projeto da SUPRA ou, pelo menos, do decreto que está prestes a ser assinado, regulando a matéria. V. Exa., fazendo essa declaração, está deixando mal as cúpulas partidárias, e o Sr. Presidente da República está ouvindo as direções dos partidos políticos que têm suas representações no Congresso Nacional: V. Exa. mesmo é o Presidente do Movimento Renovador Trabalhista e, como tal, também deveria ser chamado para emitir sua opinião. E ninguém, naturalmente, o consideraria — eu, pelo menos, não sei que V. Exa. o seja — um latifundiário. Então, neste caso, também os demais Partidos, através das suas cúpulas, terão de opinar com toda a isenção, com patriotismo, a respeito de uma consulta que o Sr. Presidente da República faz a propósito dessa importante e transcendental matéria. De maneira que V. Exa., chamando os latifundiários, desde já declara perante a Nação, do alto desta tribuna, que as cúpulas partidárias não permitem a reforma agrária porque todas essas cúpulas são formadas de latifundiários e, portanto, interessadas na matéria.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — V. Exa. acentuou muito bem que, com a declaração que fizemos, estamos colocando mal as cúpulas partidárias.

O Sr. Vivaldo Lima — Exatamente.

O SR. AARÃO STEINBRUCH: — Realmente, estamos colocando mal, porque essas cúpulas partidárias já se manifestaram, reiteradas vezes, contrárias a reformas de qualquer tipo ou natureza. Já o fizeram através de discursos, e se havia o propósito — e parece que há — do Sr. Presidente da República em decretar a lei da SUPRA, deveria tê-lo feito sem ouvir pessoas que sabe manifestamente contrárias àquele projeto. Isso porque, hoje, a imprensa informa que diversas modificações seriam introduzidas em razão dessas consultas, mantidas as cúpulas, a dirigentes partidários, quando S. Exa. manifestara tempos atrás, o propósito de as-

sinar na mesma semana, no dia seguinte, tanto que ele afirmava que iria fazê-lo; do contrário, não dissesse à Nação que o decreto seria baixado no mesmo dia ou na semana seguinte. Estamos diante de evasivas, de avanços e recuos que personificam infelizmente, a figura do Presidente da República.

O Sr. Vivaldo Lima — Não apoia.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Pois não.

O Sr. Vasconcelos Torres — O Congresso tem cumprido, inúmeras vezes, o seu dever, mas em outras não tem tido a necessária sensibilidade para evitar a crise. Parece que prefere que a crise se instale, para depois resolvê-la. Tem-nos faltado — essa a minha opinião — uma espécie de radar. Teríamos de enxergar um pouco à distância, muito longe, para compreendermos a necessidade inadiável das reformas de base. A reforma agrária, hoje, é praticamente um sentimento, já é um desejo a que a maioria do Congresso ainda não se mostra receptiva. Quando V. Exa. faz comentários ao Presidente da República, justiça se lhe faça de que, pelo menos dentro da capacidade administrativa que possui, tem procurador legislar, como é o caso do projeto da SUPRA, a que V. Exa. faz alusão. Mas a reforma agrária mediante emenda constitucional, isso independe da vontade presidencial. Caberia a nós, e entendo que seria esta a hora de encararmos frontalmente esse problema da reforma agrária, votando uma emenda à Constituição, para que não seja tarde e depois, a toque de caixa, venha o Congresso, diante de uma realidade insofismável que já existe na massa brasileira, na undécima hora a fazer aquilo, que, num ambiente acalorado e fortalecimento do regime democrático, poderia ter sido feito, no sentido de atender aos reclamos de toda a população brasileira, que não deseja ver a especulação da terra, não deseja ver o brasileiro do interior pária, que só é homem, só se distingue na espécie humana porque fala e porque vai ao armazém fazer compras ao fim da semana, mas que vive completamente apartado da vida brasileira. Integrar o homem para melhoria da produção, é este justamente o sentido da reforma agrária que desejamos dar, e a isso o Congresso poderá atender. Congratulamo-nos com V. Exa. pelo seu discurso oportuno e feliz, e endosso os termos das suas observações, pedindo-lhe apenas permissão para dizer que o Congresso tem grande parcela de responsabilidade neste caso e deve examinar, sem pressões de quaisquer espécies, a necessidade premente da reforma agrária no País.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Agradeço o aparte de V. Exa. que como Líder do Governo, defende a Presidência da República, acentuando a necessidade — é bem verdade — do Congresso Nacional propor uma reforma mediante emenda à Constituição, dizendo que não é possível a Presidência da República fazê-lo. Mas poderá decretar, aprovar o projeto da SUPRA sem mais tardança, o que não fez até agora, demorando inexplicavelmente e provocando inquietação.

O Sr. Vasconcelos Torres — A demora, entretanto, nobre Senador, se justifica.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) O Sr. Presidente da República está protelando aplicávelmente a assinatura do Projeto da SUPRA. V. Exa. disse inexplicavelmente e eu faço a retificação de que S. Exa. está protelando aplicávelmente, porque estamos num regime

democrático. A democracia brasileira não abre mão de ser ouvida através de seus órgãos representativos, quando o Executivo pretende tomar decisões importantes, como no caso da reforma agrária. Daí o interesse de S. Exa. em ouvir as direções partidárias. Naturalmente S. Exa. não poderia ouvir cada um de per si, só pelo fato de pertencer a este ou aquele Partido, mas terá de ouvir as suas cúpulas porque todos os Partidos têm seus órgãos dirigentes, e a essas cúpulas cabe consultar, por sua vez, as suas bases que lhe dão vida e substância. Daí a razão porque S. Exa. o Senhor Presidente da República resolveu não assinar abruptamente, intempestivamente, um decreto de tal natureza e repercussão. V. Exa. há de ouvir, portanto, em que o Sr. Presidente João Goulart está agindo com toda a ponderação, com equilíbrio e espírito patriótico, deixando para resolver finalmente esse problema depois do pronunciamento favorável, ou desfavorável, das cúpulas partidárias, mas atendendo, sobretudo, aos interesses superiores da Nação.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — V. Exa., que está acompanhando — e agradeço — com interesse o meu discurso, V. Exa. deveria ter atentado que criticamos os métodos de ação do Governo da República, quando diz que vai, no dia seguinte, aprovar o decreto da SUPRA e depois, então, recua para ouvir as cúpulas partidárias, as diferentes facções. O certo, o que primeiro deveria fazer seria estudar a matéria, submetê-la a exame e, depois, dizer ao povo que a decretaria. Mas faz o inverso; diz que vai fazer e não faz, e com isso inquieta a Nação. Começa pelo fim, quando deveria — como está fazendo agora — estudar, meditar, analisar o problema para posteriormente decretar a medida. E não fazer como faz, anunciando que a decretaria no dia seguinte.

Estive presente a uma reunião para a Confederação de Trabalhadores, e ouvi o Presidente da SUPRA anunciar que o decreto seria assinado numa segunda-feira. Ele falava numa sexta-feira. Algumas semanas antes se passaram, sem a lei sendo decretada o projeto da SUPRA.

Esta é crítica que faço a ação governamental.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite outro aparte?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Pois não.

O Sr. Vasconcelos Torres — Vou a Execidência não deve confundir — e estou certo de que não confunde — o Presidente da República com o Presidente da SUPRA. O Presidente da SUPRA e um boquirruto, fala a toda hora e a todo pano, com ou sem pretexto. O Presidente da República, ao que sei, neste caso, tem mantido um exemplar silêncio, como convém a técnica de um estadista. Nenhuma palavra saiu dos lábios do Presidente da República a respeito da apresentação da assinatura desse decreto, com o qual V. Exa. e eu estamos solidários. Quando o Presidente quis dialogar com as forças políticas que o apoiam no Congresso e com as cúpulas partidárias, demonstrou um alto espírito de compreensão, de tolerância, de capacidade de diálogo. E ninguém poderá, em sua consciência, negar essa qualidade ao Chefe do Executivo. O Sr. João Goulart pôde ter todos os defeitos mas tem uma grande virtude que é a capacidade de debater e de dialogar. Se o resto da SUPRA anunciou, não quer dizer com isto que o Presidente venha homologar o decreto com a pressa como recentemente se noticiava que seria assinado, hoje, amanhã, ou depois. E, nesse particular, V. Exa. tem toda razão. Mas, devo dizer que, sem tardança — esta é a informação tanto quanto possível segura que posso dar — esse diploma legal será fir-

mado pelo Chefe do Govêto. Pediria a V. Exa. não atribuir ao Presidente da República responsabilidades por aquêles que falam demais, vivem falando e nem sempre agindo em defesa dos legítimos interesses dos agricultores e dos trabalhadores rurais deste país.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Ao eminente Senador Vasconcelos Torres digo que o Sr. João Pinheiro Neto é homem da inteira confiança do Sr. Presidente da República que o nomeou Presidente da SUPRA.

O Sr. Vasconcelos Torres — Mas não é o ventríclo do Presidente.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Não tive conhecimento de nenhuma declaração contrária ao pronunciamento do Sr. João Pinheiro Neto por parte do Sr. Presidente da República.

O Sr. Vasconcelos Torres — O Senhor Presidente da República não pode ficar apenas a desmentir notas de jornais, rádio, televisão. A função presidencial é muito alta, muito nobre para descer a esse ranee-rane de notas da imprensa. O Presidente age com fatos. Da qualquer maneira, o objetivo do belo e oportuno discurso de V. Exa. ...

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Obrigado.

O Sr. Vasconcelos Torres — ... e dêste modesto colega que o aparelho neste instante é que seja o decreto assinado.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Comparando dados da F.A.O. e examinando o problema da agricultura em alguns países, quero trazer, Senhor Presidente, uma contribuição para a solução definitiva do problema. A agricultura é a mais importante indústria primária, desempenhando um papel vital na economia das nações. Todas as necessidades básicas são supridas através da agricultura, mas, infelizmente, não têm trazido nem o bem estar nem a prosperidade para os que vivem da terra.

Essa situação se agrava nos países em que não desenvolvemos onde existe uma agricultura dentro dos meios e instrumentos tradicionais. Em todos os países em que se tenha aplicado a agricultura científica, ao lado de práticas modernas, com uma infraestrutura adequada, oportunidades de crédito, facilidades de comercialização e um justo sistema de propriedade da terra, houve uma verdadeira revolução na agricultura.

Por que, independentemente desse processo, outras providências devem ser tomadas pelo Presidente da República no sentido de resolver em definitivo o problema do homem do campo.

**Desenvolvimento Econômico**  
O problema atual é portar o processo de desenvolvimento econômico nos países em desenvolvimento, através de uma agricultura racional e a cooperação internacional.

A agricultura em desenvolvimento enfrenta um problema de baixa produção, sub-emprego e fraco poder de consumo.

Nos países subdesenvolvidos o processo de desenvolvimento econômico deve ser baseado no desenvolvimento da agricultura, a primeira e principal revolução a ser realizada.

O aumento da produtividade agrícola depende de três condições indispensáveis nos demais setores da economia. Não havendo desenvolvimento agrícola desenvolverem as condições que permitem o desenvolvimento econômico dos países não desenvolvidos.

Tem sido desprezado o importante papel da agricultura na economia dos países, principalmente entre os não desenvolvidos, e a missão que desempenham os agricultores no conjunto das atividades produtivas da nação. Devemos lembrar, também,

que o progresso da agricultura é de vital importância para todos nós.

Devemos notar que o termo agricultura inclui também a pesca, produtos do mar e produtos florestais, conforme nomenclatura da F.A.O.

Hoje em dia a agricultura, em inúmeros países, beneficiada através da aplicação de várias ciências, apresenta todas as características de uma indústria, com cultivo sistemático e preparação planejada.

**Aumento da Produção**  
A necessidade de alimentos pode ser satisfeita, presentemente de duas maneiras: expandindo as áreas de cultivo e aumentando a produtividade das terras até agora utilizadas.

A aplicação das novas técnicas científicas à agricultura determina um acréscimo de produção de alimentos suficiente para enfrentar o aumento da população.

Os dados estatísticos nos permitem estimar que para o ano 2.000 teremos de duplicar nossa produção agrícola, o que só poderá ser conseguido através de novos métodos de produção e com auxílio da ciência.

O progresso nos países desenvolvidos foi acompanhado de um grande aperfeiçoamento técnico na agricultura, principalmente nos Estados Unidos, Europa, Austrália e Nova Zelândia.

Não há dúvida que as necessidades do mundo em alimentos e roupas cresceu rapidamente, mesmo porque há um média de 140.000 pessoas a mais, diariamente, necessidades de roupa, comida e habitação. Não podemos esquecer que metade de nossa população vive em condições abaixo do nível normal de tolerância.

**Porcentagem de trabalhadores na Agricultura**

Aproximadamente 1.800.000 pessoas vivem no campo atualmente. Um terço da população da Europa excipiendo a U.S.S.R. pertence ao campo. Na Iugoslávia, por exemplo, três quartos da população vivem da agricultura enquanto que na Inglaterra a porcentagem é de apenas 5%, nos Estados Unidos 13%, na Espanha 50%, na Argentina 25%, no Paraguai 55%, na Índia 72% e na Tailândia 39%.

O desenvolvimento econômico de cada país deve constituir um equilíbrio entre a agricultura e a indústria onde estes dois aspectos econômicos devem progredir conjuntamente numa estreita relação, respondendo à tempo as demandas do mercado interno e externo.

**Aproveitamento do solo**

É um fato aceito hoje que se 20% das terras incultas fossem utilizadas a área total cultivável seria aumentada em 40%. É certo que somente este fato constituiria uma revolução agrícola em nosso país.

Na Europa, uma agricultura cientificamente organizada teve um aumento de produção em 1957-59 de 26% e nos Estados Unidos no ano de 1958, 32%.

**Aumento da produção agrícola**

Há 2 firmas principais para aumento da produção na agricultura: o cultivo de terras não aproveitadas, e a exploração racional das terras em terras não apropriadas podem ser resumir nos seguintes: controle dos rios e irrigação, uso de fertilizantes, sementes escolhidas, equipamento adequado, redução das perdas por doenças e outros motivos. Para isto são indispensáveis serviços de assistência técnica e educacional bem organizados.

Somente a aplicação dos recursos científicos e das técnicas modernas podem transformar uma agricultura tradicional e aumentar a produtividade.

**Máquinas e equipamentos**

O número de tratores usados na agricultura duplicou à partir de 1950

e manteve-se superior a 10 milhões em 1958. Na República Federal Alemã havia 245.000 tratores em 1952 e 699.000 em 1958.

PAIS	1.000	Porcentagem do total do mundo
Estados Unidos .....	4.750	16.9
Alemanha (R. F. A.) .....	699	6.9
França .....	599	5.5
Reino Unido .....	434	4.3
Canadá .....	400	4.0
Austrália .....	233	2.3
Itália .....	207	1.0
Suécia .....	142	1.4
África do Sul .....	106	1.0
Austria .....	91	0.9
Dinamarca .....	85	1.8
Nova Zelândia .....	75	1.7
Brasil .....	49	1.5
Turquia .....	43	0.4
Suíça .....	41	0.4

FONTE: F.A.O.

Em 1958, 52% dos tratores em uso estavam na América do Norte. Vem em seguida, por ordem quantitativa, a Alemanha, França, Reino Unido e Canadá, encontrando-se o Brasil em antepenúltimo lugar com apenas 0,4% do total.

Deve-se levar em conta que mesmo na agricultura mecanizada o maquinário só pode ser utilizado durante certas épocas do ano, diminuindo dessa forma os inúmeros benefícios que apresenta.

**Fertilizantes**

Quando aos fertilizantes utilizados na agricultura, os Estados Unidos são os maiores consumidores seguidos da Alemanha, França, Japão, Reino Unido, Itália, Polônia, Austrália, Espanha, Canadá e Nova Zelândia. O Brasil tem um consumo inferior a 2 kg/hectare.

**Panorama Brasileiro**

Em 1950 cerca de 33 milhões de pessoas, isto é, 64% do total da população viviam no campo. Em 1960 a população rural diminuiu em importância relativa, embora seu número tivesse crescido: 39 milhões, ou seja 55% do total.

Da superfície total do Brasil que é de cerca de 852 milhões de ha., apenas uma quarta parte se acha compreendida em empresas agrícolas e destas apenas 200 milhões de ha. cobrem a área usada pela agricultura. Desta, a maior porcentagem (43,5%) compreende pastagens, vindo depois matas (25%), terras não usadas (15%), terra arável (9,5%) e terra improdutiva (6%). A área cultivada é de apenas 2%. Em 1930 a área cultivada era de 18 milhões de ha., distribuída: em mais da metade entre os Estados de São Paulo, Minas Gerais, e Rio Grande do Sul, com 64%. O Paraná e Rio de Janeiro representam 10%; Santa Catarina e Espírito Santo, 5%.

Em 1960, o número de estabelecimentos agrícolas subiu a 3.300.000, cobrindo uma área de 265 milhões de ha. e a área média dos estabelecimentos era de 79,3ha.

Entre 1940 e 1950, os estabelecimentos de 0 a 10 ha. mantiveram seu número estabilizado, mas perderam em área. Os médios (10 a 100 ha) sofreram ligeira diminuição em número e uma redução mais sensível em área; os grandes (100 a 1.000 ha) cresceram ligeiramente em número, sofrendo pequena redução quanto à área. Os muito grandes (1000 a... 10.000 ha) sofreram pequena redu-

ção em número e pequeno aumento em área;

O fenômeno mais impressionante, nessa década, é o crescimento em área dos estabelecimentos excepcionalmente grandes. Os estabelecimentos médios, onde se encontram a maioria das unidades familiares, cerca de 1/6 da área total, tiveram seus índices pouco alterados em 1950. Os estabelecimentos grandes abrangem 1/3 da área. Quanto aos estabelecimentos acima de 1.000 ha abrangem, em 1950 a área de 51%. Entre 1940 e 1950 há uma tendência para o crescimento dos estabelecimentos de mais de 100 ha.

Esses dados apontam um crescimento das grandes fazendas em detrimento dos estabelecimentos de tamanho médio, e na pulverização dos estabelecimentos pequenos e médios, indicado sua transformação acentuada em minifúndios.

Os latifúndios não se distribuem pelas extensões desertas ou semi-desertas do interior, mas projetam-se para o litoral onde armam verdadeiro assédio aos centros urbanos limitando suas possibilidades de expansão e crescimento, e estrangulando suas populações.

**Propriedade e produção**

Comparando número e área dos estabelecimentos com a sua produção, verificamos que os estabelecimentos abaixo de 10 ha., representando 1/3 do total e menos de 2% da área, empregam 0,2% de pessoal e são responsáveis por 0,1% do valor total da produção. Os estabelecimentos médios (mais da metade do total e 1/6 da área) empregam pouco menos da metade do pessoal permanente e são responsáveis por 0,4 da produção. Os estabelecimentos de 10.000 ha (1/8 do número total e 1/3 da área) empregam 1/4 do pessoal permanente e produzem 1/3 do valor total da produção agrícola. Quanto aos estabelecimentos acima 1.000 ha., que, somados representam apenas 1% do total e quase a metade da área, empregam menos de 0,01% do pessoal permanente e produzem 1/5 do total.

As grandes propriedades em 1960 são mais numerosas que em 1950. Nem sempre são latifúndios improdutivo; ocorrem estabelecimentos de elevada extensão bem explorados tecnicamente. Todavia, frequentemente se caracteriza a ociosidade do latifúndio e sua posição negativa no complexo da produção.

Em 1950, a percentagem de proprietários era apenas 14% nos 11 milhões de trabalhadores agrícolas. Atentem bem os senhores Senhores: a percentagem de proprietários era apenas de 14 por cento nos 11 milhões de trabalhadores!

Por toda a parte a terra se acha apropriada, embora possa se encontrar incultivada. A terra é uma forma tradicional de inversão de capitais e a falta de um impásto territorial adequado torna essa inversão puramente especulativa.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Pois não.

O Sr. Vivaldo Lima — Vossa Excelência lê páginas de um conteúdo impressionante. Elas agora se fixam nos Anais desta Casa. A atual Legislação está no início do seu segundo ano. V. Ex<sup>a</sup> falou do desenvolvimento do Brasil, sobretudo quanto ao aspecto populacional: há uma explosão demográfica. A atual Legislação tem seu termo em 31 de janeiro de 1967. Ora, como para 1970 está previsto aumento considerável, muito sensível, da população brasileira, daí a responsabilidade do atual Congresso.

Ele não pode, por interesses subalternos ou de qualquer outra natureza, ou ainda devido a resistências que ofereça à iniciativa governamental, permitir que o Brasil continue na situação que está, ante uma população que cresce explosivamente. Daí a responsabilidade do atual Congresso Brasileiro. Esta legislação é que, realmente, vai fixar a posição do Brasil para este final de século. Esta legislação tem sua responsabilidade, e a Reforma Agrária tem que ser encarada com seriedade pelo Parlamento Brasileiro.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — De inteiro acordo com V. Ex<sup>a</sup>. Oxalá o Congresso esteja à altura da solução deste problema!

#### Regiões do Brasil

No Amazonas as propriedades acima de 500 ha (11%) cobrem 91% da área, as abaixo de 10 ha (41%) cobrem 0,4% da área. No Maranhão, os estabelecimentos acima de 500 ha, (20% do total) cobrem 62% da área.

No Nordeste as percentagens de estabelecimentos dirigidos por arrendatários (13%), ocupantes (15%) e administradores (6%) são sempre maiores que os índices do Brasil.

Na Bahia, os estabelecimentos de menos de 5 ha representam 27% do total com 1% da área e os de mais de 500 ha (2%) cobrem 45% da área. Em Minas Gerais os estabelecimentos de menos de 10 ha (20%) cobrem apenas 1% da área e os de mais de 500 abrangem 25%. Em Mato Grosso, abaixo de 100 ha (39%) cobrem 0,5% da área; acima de 10.000 (4%) cobrem mais da metade da área total.

Em São Paulo 78% dos estabelecimentos até 50 ha cobrem 18% da área; e os acima de 1.000 ha (1%) cobrem 38% da área.

No Sul, no Paraná, 17% das propriedades são minifúndios abaixo de 10 ha com 1% da área.

Estabelecimentos entre 10 e 100 ha abrangem 69% do número total e cobrem 29% da área cultivada.

Em Santa Catarina, 20% dos estabelecimentos são minifúndios de menos de 10 ha com 2% da área. É a se acha, em sua maior parte (66%) compreendida por estabelecimentos abaixo de 500 ha.

#### Estrutura Agrária

Dessas características resulta indiscutível a predominância do latifúndio por toda a zona rural brasileira. O latifúndio sem dúvida é responsável pelo baixo padrão de vida das massas rurais; a tremenda distância

social entre as camadas superiores e inferiores da pirâmide social rural;

O Sr. Pedro Ludovico — V. Ex<sup>a</sup> dá licença para um aparte?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Pois não.

O Sr. Pedro Ludovico — Aliás, o latifúndio é uma fatalidade histórica. Todos os países passaram por essa fase. Não só o Brasil, até os Estados Unidos da América do Norte. Nós ainda estamos nessa fase. Mas já vamos saindo dela, pela divisão da propriedade, pela herança em face da morte dos proprietários, que assim distribuem as terras por seus filhos. Não acho nada de mais, pois, em que a estrutura agrária do Brasil seja latifundiária. V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem que me manifestei a favor da reforma agrária. Acho-a necessária, em termos. Mas que o Brasil seja um país de latifundiários não vejo nada de mais. É uma fase por que passaram vários ou todos os países do mundo.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Mas já é tempo de se ultrapassar passar esta fase, nobre Senador. Aliás vou mais adiante para mostrar a V. Ex<sup>a</sup> que essa fatalidade histórica já não existe mais em quase todos os países da América Latina.

O Sr. Pedro Ludovico — Como V. Ex<sup>a</sup> sabe, o Estado de Goiás está em franco progresso, em franco desenvolvimento embora a reforma agrária ainda não tenha sido votada.

O SR. AARÃO STEINBRUCH —

Continuando, Senhor Presidente: "a rigidez dessa sociedade e a ausência de elevadores sociais que acierem a circulação entre o povo e as elites; o predomínio de certas condições de pauperismo, analfabetismo, superstição, doença e nomadismo nas camadas inferiores da população rural; a carência de aptidões gerenciais e empresariais numa população submissa. A pequena propriedade familiar, ou unidade familiar, só excepcionalmente conseguiu medrar ao lado do latifúndio. Em regra geral a pequena propriedade serviu simplesmente de reserva de mão-de-obra ao latifúndio, nunca usufruindo das regalias e do prestígio social e político que é monopolizada."

O que se difunde por toda parte, na esteira do latifúndio e o minifúndio, produto da subdivisão da grande propriedade, de solo miserável, onde agricultores de baixo nível técnico, praticam um cultivo ralo, muitas vezes somando-o a outras atividades ou alterando-o com o trabalho na fazenda mais próxima.

Para o combate ao latifúndio deve ser traçada uma política agrária com vistas ao incremento da pequena propriedade e para a promoção do acesso a terra do maior número de famílias. No caso brasileiro o principal objetivo da reforma é o combate a uma estrutura agro-mercantil obsoleta, através da expansão do mercado interno e do poder aquisitivo das massas rurais, pela criação de uma classe média rural através da propriedade familiar e da expansão do cooperativismo.

Uma reforma agrária entre nós deve considerar a diversidade agrária em que vivemos. No Rio Grande do Sul, por exemplo, trata-se de fortalecer a estrutura da pequena propriedade; na proximidade dos centros urbanos é preciso fomentar a propriedade de pequeno lote horticultor e fruticultor; no Oeste é necessário expandir a ocupação; na Baixada Fluminense trata-se de desapropriar e re-

talhar o latifúndio e combater a terra ociosa e a propriedade meramente especulativa; em diversas áreas do nordeste o problema principal é o agrupamento do minifúndio; na maioria das regiões brasileiras trata-se de implantar projetos de colonização que permitam a criação de centros urbanos de função civilizadora e o levantamento global dos níveis de vida do rural, melhorando simultaneamente as condições de barganha dessa massa trabalhadora em relação aos contratos de arrendamento e parceria e do assalariado; na Amazônia trata-se de combater o intermediário monopolístico que explora ao mesmo tempo o produtor e o consumidor, obtendo sobre ambos lucros escorchantes.

Quero, agora rapidamente, dizer como foram feitas as reformas agrárias na América Latina.

O Sr. Aurélio Viana — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Pois não.

O Sr. Aurélio Viana — Queria fazer uma pergunta: as palavras que V. Exa. está pronunciando são de sua autoria ou V. Exa. está lendo documento do qual vai tirar premissas ou conclusões?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Não; trata-se de um trabalho elaborado por mim.

O Sr. Aurélio Viana — Então gostaria de saber de V. Exa. qual o seu pensamento sobre a reforma agrária na Amazônia. Declarou Vossa Excelência que se deveria combater ali o intermediário; deveremos então conservar a estrutura agrária amazônica? Qual o pensamento de Vossa Excelência a respeito da reforma a ser feita na Amazônia?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Configurei apenas o aspecto atual do problema. Depois de estudadas as diversas regiões do País, concluí que as reformas encontram motivações várias. De acordo com a região deverá ser a reforma. Para certas regiões uma espécie de reforma; para outras reformas diferentes. Para a Amazônia, esta, a que poderia apresentar pois V. Exa. sabe que sou contra a reforma radical.

O Sr. Aurélio Viana — Então V. Exa. declara que é favorável ao latifúndio na Amazônia.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Não, não é bem assim.

O Sr. Aurélio Viana — Eu perguntei e V. Exa. respondeu: — disse que sim. Portanto, V. Exa. é a favor do "statu quo" na Amazônia.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Absolutamente não.

O Sr. Aurélio Viana — V. Exa. responsabilizava apenas o intermediário, mas, quando chegou à parte referente à Amazônia, V. Exa. condenou o intermediário e silenciou quanto à estrutura agrária amazônica. Gostaria de saber de V. Exa. que se revela estudioso da matéria, como deveria ser a reforma agrária da Amazônia, nos cinco milhões e alguns quilômetros quadrados das suas terras devolutas.

O Sr. Vivaldo Lima — Se o ilustre orador me permite, gostaria de responder ao aparte do nobre Senador pela Guanabara, que se mostra um representante, verdadeiramente, do Brasil. (Assentimento do orador).

Desejaria fazer uma ponderação a respeito do problema com relação à região amazônica, em particular o meu Estado. O Governo do Amazonas já declarou que na região amazônica há abundância de terras. O que não há é gente, o que não há é população. Nossa terra está se oferecendo ao Brasil a fim de constituir o seu próprio celeiro. Mas o que eu nota de ano a ano é o esvaziamento da região. Há crescimento vege-

tativo ridículo para as suas necessidades em matéria de mão-de-obra. A população da Amazônia está crescendo lentamente. Por isso, empregamos a expressão: em lugar de se encher, está-se esvaziando em face das suas condições precárias de vida. Não podemos oferecer as condições mínimas de que precisa a espécie humana. A não ser na Capital do Estado, em Manaus, onde há condições melhores, o interior é aquilo que se vê: tudo dentro de uma estrutura arcaica. Procura-se responsabilizar os poucos latifundiários lá existentes. Não me refiro à Amazônia inteira. O Estado tem grandes áreas e o Governo não está capacitado a resolver sozinho a questão. No entanto está disposto a oferecer aos que queiram ir para lá trabalhar, contribuindo para o desenvolvimento da Amazônia, alguma terra e mais ajuda oficial.

É preciso que os homens do Centro-Sul do País se compenetre da realidade e ajudem aquela Região mantendo-lhes os elementos disponíveis a fim de que a Amazônia possa desenvolver-se.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Reformas Agrárias na América Latina.

#### I — Reforma Agrária Radical. México

Lei agrária de 1915.

Vê V. Exa. que o México, em 1915, já ultrapassava a realidade histórica.

Lé:

Forma de pagamento das indenizações: títulos. Limite da área inafetável: 100 a 200 ha. Área dos lotes distribuídos: 3 a 24 ha. Área distribuída: 34% da área agrícola total.

O Sr. Aurélio Viana — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — O que V. Exa. entende por reforma agrária radical? Este termo "radical" me preocupa de alguns anos para cá. É extremamente usado. Diz-se: sou partidário da reforma agrária, mas pela reforma agrária radical. Mas reforma agrária radical significa reforma agrária. Então cita-se o México como País onde se processou a reforma agrária radical. O que é reforma agrária radical? No meu entendimento na minha compreensão do problema para venar o assunto, nos termos propostos, é ela colocada no País inteiro. Depois direi a V. Exa. o que tenho ouvido de alguns sobre reforma agrária radical.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Reforma radical é aquela em que o Governo pode desapropriar toda e qualquer extensão de terra, e toda essa terra pertencerá ao Estado, que pagará em títulos aos seus antigos proprietários.

O Sr. Aurélio Viana — Então, essa reforma agrária radical não foi feita no México!

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Bem é radical porque pode ser complementada mais tarde. Até agora atingiu a 34% da área agrícola total. Mais tarde poderá ir a 100%.

O Sr. Aurélio Viana — Nobre Senador, ouvi de um sociólogo, estudioso da Sociologia em Geral, que reforma agrária radical é aquela que altera profundamente a estrutura antiga da terra, desaparecendo a propriedade privada como tal e sendo substituída pela propriedade coletiva. Esta é a reforma agrária radical.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — É o meu pensamento.

O Sr. Aurélio Viana — Todas as outras reformas são mais ou menos progressistas, adaptadas às peculiaridades dos países e, às vezes, dentro dos países, das regiões onde elas se processam. Reforma agrária radical é esse tipo, que é admitida por um grupo de sociólogos daqui, não se processou,



nos últimos anos, em nenhum país inclusive em Cuba, que admite a propriedade privada de até mais de 400 hectares.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — V. Exa. permite?

Quero dizer a V. Exa. que em Israel toda a terra pertence ao Estado. Este dá ao agricultor, para explorá-la durante quarenta e nove anos, sem pagamento de qualquer imposto.

O Sr. Aurélio Viana — Era no antigo Israel.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — E' preciso bíblico. Por isso, quando se fala em reforma agrária cristã, remeto o defensor da tese à Bíblia, às Sagradas Escrituras.

V. Exa., que conhece tão profundamente o assunto, sabe que no Antigo Testamento, está lá, no Levítico, versículo 25 ou 27, se não me engano: "A terra não pode ser repartida, não é propriedade de ninguém, porque ela é minha (de Deus). Vós sois peregrinos na terra", etc. etc." De 49 em 49 anos, porque esse é o ano jubileu, é dada ao agricultor, para que possa explorá-la.

Em Israel a terra é propriedade do Estado, que a dá em exploração à comunidade, em cooperativas, que não pagam nem imposto e podem renovar depois desse longo prazo. Além do mais o Estado fornece a maquinaria, o crédito, para que possa ser explorada.

Por isto perguntava se o Presidente da República pretende pura e simplesmente dar a terra em condições para que se possa fazer a reforma agrária. A reforma agrária do México é radical porque embora tenha abrangido apenas 34%, nem por isto pode deixar de ser total e completa, abrangendo todo o Estado.

O Sr. Aurélio Viana — Exatamente. Quarenta e nove anos.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Não. Dentro de determinado tempo de efetuação da medida, porque ela não pode ser feita assim, desapropriadas todas as terras.

O Sr. Aurélio Viana — V. Exa. não é a favor da reforma agrária que distribua as terras ou que venda as terras do Estado e dos latifundiários àqueles que queiram possuí-las? V. Exa. é favorável àquelas reformas em que o Estado passa a ter posse definitiva de todas as áreas.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — E' este o pensamento de V. Exa.? V. Exa. está me atribuindo pensamento que não é meu.

O Sr. Aurélio Viana — Então V. Exa. não é a favor da reforma que se processa em Israel?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Sou favorável.

O Sr. Aurélio Viana — Então é isto!

O SR. AARÃO STEINBRUCH — No Brasil as circunstâncias exigem que tal reforma seja operada paulatinamente. Lá é diferente porque houve o acesso à terra. Fundou-se um novo Estado, já com condições estruturais diferentes e podia-se organizar da maneira como o foi.

"Decreto de 1952. Pagamento em títulos. Limite da área inafetável: 90ha. Área dos lotes distribuídos: 17,5 ha. Pagamento dos lotes a prazo. Área distribuída 27% da área agrícola total. Beneficiários, 100 mil, 23% da população agrícola.

Bolívia. Decreto-lei de 1953. Pagamento em títulos. Sem limite de área inafetável em ha."

Veja V. Exa. que na Bolívia a reforma foi mais adiante que no próprio México, porque no México se excluiu as terras de 100 a 200 hectares, que não foram afetadas pela reforma.

Continuaram na posse de seus proprietários. Já na Bolívia, o pagamento em títulos foi sem limite de área inafetável. (Lê):

"Área dos lotes distribuídos: 33 ha. Pagamento dos lotes: gratuitos. Área distribuída: 13% da área agrícola total. Beneficiários ..... 133.000, 20% da população agrícola.

Cuba. Lei de 1959. Pagamento em títulos. Área inafetável: 402 ha."

E' a área que ficou compreendida na reforma. Cuba foi superior aos lotes estabelecidos pelo México e Bolívia, porque a área inafetável é de 402. A área de lotes distribuídos em Cuba é de 25.000 hectares. (Lê):

Área dos lotes distribuídos: — 26,8ha. Forma de pagamento: — gratuito. Área distribuída 56% da área agrícola total. Beneficiários: 14% da população agrícola.

Por que estão distribuídos 56% em Cuba? Porque havia uma parte inafetável.

Vem a reforma agrária com a Venezuela. (Lê):

Lei de 1960. Forma de pagamento: dinheiro e títulos. Limite da área inafetável: 150 a 300 ha. Área distribuída 20 a 30 ha. Forma de pagamento: gratuito e a prazo em 20 a 30 anos. Área distribuída 58% da área agrícola total; Beneficiários: 10% da população agrícola.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Com muito prazer.

O Sr. Vivaldo Lima — V. Exa. dá sempre ênfase ao fato de que na reforma processada nos países a que alude o pagamento foi feito em títulos.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Só a Venezuela. E' a chamada moderada: em títulos e em dinheiro.

O Sr. Vivaldo Lima — O Brasil está passando por uma fase difícil em sua vida, porque isso já vem do passado. Os títulos brasileiros sempre foram bem aceitáveis e constituíam até patrimônio de família, que os recebiam. Suas rendas eram legadas. De uns anos para cá esses títulos foram se desmoralizando, se desvalorizando. Daí o receio daqueles em receber, como retribuição pela entrega de suas terras ao Governo, os títulos, diante da desmoralização em que eles se encontram, pouco ou quase nada valendo. Esta é a razão pela qual ainda se discute muito a respeito da forma por que devem ser indenizados, expropriados ou desapropriados. Ve V. Exa. que a culpa não é do atual Governo: os títulos da Dívida Pública é que foram se desmoralizando. Não foi nesta administração. O brasileiro não quer aceitar hoje títulos em pagamento de coisa alguma. Prefere o dinheiro, para poder aplicar logo e criar a devida compensação. Esta é a razão por que ainda se discute muito quanto à maneira de se indenizar as terras que forem desapropriadas dentro do projeto.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Discordo de V. Exa. quando quer inclusive o pagamento em dinheiro de áreas improdutivas, que não estão sendo utilizadas para produção pelos seus proprietários — áreas imensas — e ainda querem receber dinheiro de uma inatividade. Que recebam títulos, como foi feito na América Latina em todos os países a que me referi. E' simples: o Governo, depois resgata os títulos que são de Dívida Pública. Então não se deve confiar no Governo e temos que adotar uma política econômica mais certa? Não se compreende, nem

se justifica, que ante proprietários, minoria que tem a maioria das terras e não produz, fique inerte o Governo, que não tem dinheiro para pagar — dinheiro que se entrasse em circulação, não favorecerá às classes menos protegidas — force uma solução, nesta altura, assim como V. Exa. declarou.

Estas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, as considerações que desejei tecer em torno do assunto esperando que resolvam de imediato esse problema, de vez que outros demandam a nossa atenção. (Muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE:

O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura de projeto de lei que se acha sobre a mesa.

E' lido e apoiado o seguinte

### Projeto de Lei do Senado Nº 1, de 1964

Dispõe sobre a obrigatoriedade de aproveitamento do pessoal demitido da Rede Ferroviária Federal S. A. e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O pessoal demitido da Rede Ferroviária Federal S. A. por motivos de necessidade de serviço, administrativos, econômicos, de coordenação, organização ou qualquer outro considerado como justo ou legal, será obrigatoriamente aproveitado no provimento de cargos existentes em empresas instituições, agências, serviços ou obras da União.

Parágrafo único. E' respeitada prioridade anterior de brasileiros que tenham prestado serviços relevantes à Pátria, nos termos da legislação militar em vigor.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### Justificação

O projeto pretende ir ao encontro de uma contradição: o desenvolvimento capitalista cria ou mantém uma taxa de desempregados ou subempregados. De outro lado, um mercado de Trabalho "em oferta" conduz ao subconsumo. Este é que é o problema básico do progresso nacional, sobretudo quando se compara o consumo de carnes em a vida provável do brasileiro.

Contudo, o § único do art. 145 da Constituição reza: "A todos é assegurado trabalho que possibilite existência digna. O trabalho é obrigação social".

Segue-se que, menos por imposição deste dispositivo constitucional a proposição visa a manter empregada uma parcela da população consumidora, desempenhando funções com produtividades semelhantes às que tinha anteriormente. E' o caso dos empregados da Estrada de Ferro Leopoldina — particularmente do Estado do Rio —, de onde saem sem destino numerosos trabalhadores já com boa instrução tecnológica.

Assim sendo, e dentro do pensamento de uma economia social, de bens e serviços, torna-se necessário que, antes da demissão, se criem novas atividades, com o fim de evitar a estagnação do consumo, a anarquia e, sobretudo, não propiciando a subutilização do equipamento ou do capital fixo de empresas atualmente em pleno funcionamento como aliás já se verifica na indústria automobilística.

Estava, ao nosso ver, a essência de uma política de crescimento do mercado interno, brasileiro, sem desejarmos fazer maiores referências aos aspectos subjetivos ou às ineficiências nas aplicações do excedente econômico brasileiro ou de sua remessa para o exterior.

No mérito, o presente projeto visa obrigar o Governo — já que ao particular não é possível — a abrir novas frentes de oportunidades, discutindo formas que proporcionem maiores rendas, segurança, alto valor reprodutivo a curto prazo e, concomitantemente, usando menos a fórmula capitalização intensiva — através da substituição indiscriminada da mão-de-obra por equipamentos, sem maiores estudos da realidade brasileira e de seus problemas —, e utilizando mais o trabalho intensivo, através da coordenação e do cooperativismo, nas regiões e nas etapas em que as técnicas tradicionais assim o indicarem.

Sala das Sessões, 23 de janeiro de 1964. — Vasconcelos Torres.

As Comissões de Constituição e Justiça; de Serviço Público, Civil e de Finanças.

#### O SR. PRESIDENTE:

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura de requerimento de urgência.

E' lido o seguinte

### Requerimento nº 3, de 1964

Requeremos urgência nos termos do art. 326, nº 5-C, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1963, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e em Agronomia.

Sala das Sessões, em 23 de janeiro de 1964. — Vasconcelos Torres, Líder da Maioria em exercício. — Sigefredo Pacheco, Vice-líder do PSD. — Aurélio Viana.

#### O SR. PRESIDENTE:

O requerimento que acaba de ser lido será votado no fim da Ordem do Dia, nos termos do Regimento.

Está esgotado o período destinado ao Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia

#### COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Adalberto Sena  
Lobão da Silveira  
Eugenio Barros  
Dinarte Mariz  
João Agripino  
Rui Palmeira  
Heribaldo Vieira  
Jefferson de Aguiar  
Gilberto Marinho  
Milton Campos  
Lino de Mattos  
Bezerra Neto  
Adolpho Franco  
Irineu Bornhausen  
Daniel Krieger — 15.

#### O SR. PRESIDENTE:

Estão presentes 32 Senhores Senadores. Não há número para votação. As duas primeiras matérias constantes da Ordem do Dia de hoje estão em fase de votação. Ficam assim, adiantadas para a Ordem do Dia da próxima sessão.

Passa-se ao item 3 da pauta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo número 40, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (nº 7-A, de 1963, na Casa de origem) que aprova a Convenção Única obra Entorpecentes, assinada em Nova Iorque a 30 de março de 1953, tendo Pareceres, sob ns. 806 a 808, de 1963, das Comissões de: Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; Relações Exteriores, favorável e Saúde, favorável.

#### O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o projeto.

#### O SR. AURÉLIO VIANNA:

Peço a palavra Senhor Presidente.

**O SR. PRESIDENTE:**

Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna.

**O SR. AURÉLIO VIANNA:**

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, há quem diga que o grande problema do Brasil está no equacionamento dos seus próprios problemas. Os grupos que debatem os assuntos, geralmente não os equacionam de maneira aceitável, compreensível. São tantas as idéias que vêm surgindo, ultimamente, em torno das grandes reformas pelas quais vem lutando este País que tornam-se elas num verdadeiro cipal, dentro do qual mergulham as gentes brasileiras, na mais completa perplexidade.

Todos desejamos que as grandes reformas venham, e depressa. Mas não há uma mensagem ao povo, esclarecendo, conclamando, mobilizando-o para uma luta que culmine na concretização do ideal reformista.

São tantos os caudilhos e são tantos os líderes — assim se consideram eles — anunciando um novo dia para este país, mas sem se definirem em torno de profetos objetivos, claros e entendíveis, que ficamos, nós da planície, sem saber propriamente a quem seguirmos, quem o possuidor da mensagem que viria transformar, substituindo a velha estrutura pela nova necessária ao desenvolvimento e ao progresso efetivo deste País.

A verdade é que o Brasil está agitado e inconformado, e esta inconformação, esse inconformismo, esta agitação lhe é benéfica porque revela que o nosso povo está vivo, bem vivo, exigindo das camadas dirigentes, dos chamados teóricos, o programa para que seja levado e que concretize as reformas.

Acabamos de ouvir um discurso — vou entrar já no mérito do projeto — importante, confesso, mas não compreendi bem qual a reforma agrária preconizada pelo orador no importante pronunciamento que fez.

Como deve ser organizada a propriedade no Brasil? Deve ser extinta, substituída a propriedade privada pela coletiva? A particular, pela propriedade toda ela do Estado? Deve haver a socialização dos meios de produção ou a estatização? E por isso está o Brasil todo ele dividido.

Estamos discutindo um Projeto de decreto legislativo que aprova uma Convenção sobre Entorpecentes — há muita gente que gostaria que o Brasil continuasse entorpecido, semi-vivo ou semivivo — convenção assinada em Nova York, em março de 1953, quando representantes de 38 países, preocupados — assim está escrito — com a saúde física e moral da humanidade, reconheceu que o uso médico dos entorpecentes constitui indispensável para alívio da dor e do sofrimento, e que medidas adequadas devem ser tomadas para garantir a disponibilidade de entorpecentes para tais fins; mas, reconhecendo que a toxicomania é um grave mal para o indivíduo e constitui um perigo social e econômico para a Humanidade. Conscientes do dever de prevenir e combater esse mal, considerando ainda, todos eles, que as medidas contra o uso indevido de entorpecentes para serem eficazes exigem ação conjunta e universal, concluem pela cooperação internacional, orientada por princípios idênticos e objetivos comuns. Sendo da competência das Nações Unidas o controle de entorpecentes, resolveu que uma Convenção Internacional tenha aceitação geral e que venha a substituir os tratados existentes sobre entorpecentes, limitando-se o uso das substâncias entorpecentes exclusivamente a fins médicos e científicos. O Brasil subcreveu o Convênio e, por decisão posterior, cada país deveria ratificá-lo ou não, o que já fizeram diversos, ficando o nosso

sempre em atraso no ratificar acordos internacionais, como se houvesse desinteresse completo no controle, na fiscalização do comércio de entorpecentes. Como, se sabe, principalmente em regiões nordestinas plantar-se a maconha — essa terrível erva que, já hoje, penetrou no seio da "society", dos filhos-família, da boa gente, da nobre gente, da honestíssima gente das grandes capitais deste País.

Estive numa região onde foram apreendidos quilogramas e quilogramas da erva maconha e um monte dela foi queimado em praça pública. O comércio de entorpecentes no Brasil é um fato irreversível, é um perigo para a nossa juventude, para o nosso povo, para a nossa gente. E um Tratado firmado em 1961 só hoje está sendo discutido para ser votado no Senado da República, porque somente há pouco a nós chegou.

Mas, Sr. Presidente, essa Convenção demorou muito a ser aprovada pelos Plenipotenciários das trinta e oito Nações em Nova Iorque. Houve três textos: o primeiro apresentado em 1950. Cinco anos de discussão exaustiva para ser substituído por um segundo texto que, depois de muito debatido foi substituído por um terceiro texto que é este, que foi emendado, depois de ouvidos os órgãos de renome internacional, inclusive agências internacionais de energia atômica para que se pronunciasse sobre o problema.

Não sou entendido na matéria; dava, vilina dos monopólios de energia atômica e entorpecente. Porque aqui leio que o Conselho Econômico e Social aprovou uma resolução relativa à elaboração de um terceiro projeto revisto e atualizado, a ser distribuído a todos os membros da Organização das Nações Unidas. As suas instituições especializadas e respectivos membros, a Agência Internacional de Energia Atômica, o Órgão Internacional de Controle do Entorpecente e a Interpol. A todos se pedia que apresentassem as observações julgadas oportunas.

Oito anos de debates! Mas, segundo leio, de debates mesmo, porque todas aquelas nações ali representadas queriam chegar a uma conclusão em benefício próprio de seu povo, de sua gente, de sua juventude.

Todos sabem da luta em torno do ópio, na China, país que se degradava, vítima dos monopólios de entorpecentes, que tinham campo aberto e que através do ópio desfibravam, destruíam as energias do grande, do admirável povo chinês, de cultura milenar, de experiência extraordinária. Ainda hoje o processo existe, através do uso de entorpecentes do comércio de entorpecentes. Procuraram os mesmos grupos que atuavam antanho destruir a fibra, aniquilar as energias dos povos em rebelião, em busca da sua completa e total independência econômica, administrativa, política, social.

Sel. Sr. Presidente, que os estrangeiros são os que mais observam aquilo que processa no Parlamento, principalmente dos países menos ou subdesenvolvidos. Geralmente julgam os povos pelos seus representantes. Um dia, quando abrirem os Anais do Senado da República, verificarão que esse assunto foi ventilado. Não houve indiferentismo total. Houve quase total, quase completo, mas não total. Não houve um desinteresse total pela matéria. Quase, mas não total. Houve quem dissesse, no Parlamento brasileiro, que a Convenção devia ser ratificada pelo Brasil — já deveria ter sido ratificada há muito tempo — que existe na Pátria brasileira o comércio clandestino de entorpecentes; e que as maiores vítimas dessa praga são os moccos, são a juventude, são o grupo que tem a missão histórica de substituir os que passam, os que desaparecem, tomando o leme do barco nacional, dirigindo-o e guiando-o

para o porto com que todos sonham; para o bem-estar geral.

Sr. Presidente, houve três grupos que se formaram em torno desta matéria: controle e fiscalização dos entorpecentes. Um grupo, que defendia a necessidade de se obter um progresso substancial no nível do controle internacional vigente: era esse grupo constituído pelos delegados dos países que não produziam entorpecentes, não tinham interesses políticos imediatos, ou econômicos imediatos, no comércio de entorpecentes. Outro grupo era constituído dos representantes de países dotados de poderosas indústrias farmacêuticas: Estados Unidos da América, Domínio do Canadá, Holanda, Suíça, França, Reino Unido. Esses países, de cultura elevada, pugnavam pela manutenção do *status quo*, colocavam os seus interesses econômicos acima dos interesses da humanidade não queriam alteração do sistema. Como que lutavam contra a saúde mental e moral — porque fora esse o objetivo principal do convênio, da convenção, dos debates — de toda a humanidade. Aqui está: (Lé)

"Reconhecendo preocupadas as nações com a saúde física e moral da humanidade..."

O outro grupo, o terceiro, era formado pelas delegações dos países do bloco soviético. Segundo o Ministro Hermes Lima, na exposição feita, que deu motivo à mensagem do Executivo em que se enviou o presente convênio para ser estudado e ratificado, haviam trazido para a conferência reunião eminentemente técnica, problemas de nítido teor político. Segundo aquele Ministro, revelavam a preocupação de enfraquecer até mesmo o regime vigente. Então, três blocos distintos se formaram. Mas no fim, chegou-se ao entendimento consistente da ata da convenção que eu li e que me causou revolta por não ter sido aprovada há muito tempo, como se fôssemos um País de elite irresponsável, de camada dirigente entorpecida, indiferente à saúde mental de seu povo à saúde física da sua gente e à saúde moral da sua juventude. Temos de alterar o processo; temos de sair do indiferentismo. Aquêles que se preocupam com os problemas nacionais, percebem os últimos acontecimentos? A imprensa que se tem é que este País atravessa o período da maior prosperidade, de equilíbrio total e absoluto. O Congresso é um deserto. Aqui e ali surgem casquinhas. Aqui e ali um representante do povo aparece. Quando os jornais falam em golpes, revolução e insatisfações em todos os quadrantes do território nacional, a representação do povo está ausente, num desmentido formal ao que se proclama e se propaga.

Afirmam que estamos na iminência de graves acontecimentos, que o regime corre perigo, que o sistema democrático de governo está por um fio. No entanto aqueles que tanto amam a Democracia, o Congresso convocado, estão ausentes. É um amor incompreensível este, que não chega a ser nem platônico nem mesmo contemplativo.

Ora, talvez tenham razão, talvez os ausentes, que constituem a maioria — e eu não os crítico, não é a mim que alguém vai prestar contas das suas atitudes — tenham razão. Talvez estejam dizendo que não havia necessidade desta convocação que está utópica noite de vigília é uma hipótese, não é noite alguma e não há vigilantes na noite, porque noite não existe. Talvez tenham razão, neste País melo e tranho, em que as Forças Armadas se proclamam legalistas; legalistas se proclamam os Sindicatos, legalistas no sentido democrático, pela Democracia; procla-

nam-se pela Democracia os intelectuais, o seu conjunto mais puro; proclamam-se o Presidente da República; proclamam-se os operários não sindicalizados, nas suas conferências. Se todos se proclamam pela legalidade democrática, dirigidos e dirigentes, realmente não há temor golpes e revolução! Só se a revolução partisse de fora para dentro; só se grupos alienígenas, estrangeiros, viessem fazê-los no Brasil. Ou, então, todos estão escondendo os seus objetivos, os seus verdadeiros propósitos. E ninguém acreditando em ninguém. Vê-se o País na expectativa, sob o indiferentismo da classe política dirigente, aquela que se encontra no Parlamento nacional e nas assembléias legislativas dos Estados.

O Sr. Presidente da República toma uma atitude quanto ao problema da terra e um dos seus adversários, dos mais seguros e pertinazes, Presidente de um Partido político, acusa-o de estar ouvindo Partidos e de não pôr em execução, ainda, o decreto elaborado pela SUPRA. Outros adversários acusam-no de não estar elaborando o decreto, porque ainda não o subscreveu, pondo-o em prática. É regulada a remessa de lucros para para o exterior e, quando se espera um movimento nacional de apoio há uma espécie de silêncio.

O maior e o mais ousado dos atos praticados até agora pelo atual Presidente da República — e quase diria de qualquer deles — foi o do monopólio da importação do óleo cru. Pense-se que este país se enganchasse, de Norte a Sul, de Leste a Oeste se tentasse todo ele o ato que marca uma época e uma posição. A mim não me estão interessando as intenções de quem o praticou. Está-me interessando o ato em si.

Foi feita a reforma agrária? Foi feita? Era aquele tipo de reforma agrária pela qual eu pugnava; o nosso grupo pugnava? Era. Então, é isto que é tão interessante: mobilizar o povo para defender aquilo que foi feito para que, consciente, defendesse aquilo por que pugnava, por que lutava. Se por ventura houver recuos, o povo estará ali, consciente, para defesa da tese consubstanciada naquele ato.

A sindicalização do trabalhador rural, isto custaria muito sempre em muito país subdesenvolvido. País está sendo realizada no Brasil.

Sim. O Estatuto do Trabalhador Rural teria custado, há alguns anos, no Brasil mesmo, rios de sangue. País foi votado no Brasil, e hoje mesmo ouvimos um discurso e um dos trechos do discurso foi este: que, em busca da Lei, do seu cumprimento, lavradores reunidos enfrentaram a morte, e morreram alguns deles.

Ora, falam em desordem — porque os funcionários públicos reivindicam, porque os operários reivindicam porque os trabalhadores reivindicam, porque os agricultores reivindicam, porque os pecuaristas reivindicam. Isto revela insatisfação, mas revela que o País se organiza e que as classes tomam consciência de si mesmas e da sua força.

Não quero dizer que há paz no país. Não estou dizendo que haja senso de responsabilidade neste país. Mas que o povo se mobiliza para que haja ordem, para que haja desenvolvimento, para que haja um novo sentido de vida política e administrativa no País, para que cada governante, para que cada juiz, para que cada representante do povo leve a sério a função nobilitante colocada sobre si, nos seus ombros, na época de eleições, pelo voto livre...

O Sr. Vivaldo Lima (com a sentença do orador) — É justamente por isso que V. Exa. se encontra aqui, pela vontade do povo.



O SR. AURÉLIO VIANNA — Exatamente.

O Sr. Vivaldo Lima — Foi preciso que o povo alagoano o elegesse por duas vezes, e depois o povo carioca o trouxesse para cá para representá-lo.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Para mim, mandato muito honroso. É uma honra para um homem, qualquer que ele seja, representar um povo, representar uma gente. Mas parece que muitos se envergonham de ter recebido o mandato popular, tanto que não dão importância a ele, e esta é uma das grandes tragédias da Democracia brasileira.

Um cidadão comum como eu e tantos outros, vindos dos subterrâneos desconhecidos, das províncias mais humildes, embora de tradições, que não descedem de caciques, de chefes políticos poderosos; que não surgimos na crista das oligarquias, que não tivemos apoio de monopólios internacionais ou nacionais; que, recebemos, por diversas vezes, o mandato popular, temos obrigação de zelar por isso, de estudar os problemas populares.

Ontem um funcionário chegou para mim e dizia: — "Mas o senhor está chegando?" Eram mais ou menos seis horas da manhã. — "Está escuro!" Realmente ainda estava escuro. — "Vou responder às cartas que recebo de todo o Brasil".

Vou dar uma satisfação àqueles que me honram com a sua confiança. Não estou praticando nenhum ato nobilitante. Estou cumprindo com o meu dever e, depois, estudar os projetos, analisá-los. Não há nenhum heroísmo nisso. Creio que isso é normal. Isso deverá ser o comum.

E como tenho aprendido naquelas cartas! Uns 10 ou 15 sindicatos do Paraná me mandam dois memoriais, e pedem que eu transmita ao Senado o seu desejo, o seu anseio pela reforma agrária, pela efetivação do decreto de desapropriação de terras. Pedem o apoio do Senado da República para as reformas que sentem necessárias para o desenvolvimento deste País e dentro dos quadros democráticos, da legalidade democrática. Outros enviam memoriais, pedindo que os concursos sejam respeitados. Fizemos os concursos, e abrem outras portas para os "para-quadristas".

A mim, anteontem, perguntaram: — O senhor tem um irmão nomeado para o Instituto tal?

Eu disse: Não sei.

Não tenho um irmão, tenho diversos, mas se um foi nomeado para o Instituto tal ou qual, não sei, porque nada pedi. Não sei. Porque, viria a crítica imediata. O que eu sei — dizia essa pessoa que conversava comigo — é que assinei o programa da Frente Parlamentar Nacionalista, e neste programa assinado pelos Deputados Sérgio Magalhães, Leonel Brizola, Max da Costa Santos, Neiva Moreira, Ferro Costa, Bento Gonçalves, Celso Passos e outros, há um item em que todos nós nos comprometemos a lutar pelo mérito: — concurso de títulos e provas, para a admissão do cidadão que fará parte do grande corpo burocrático da Nação. "Mas, fulano está pedindo". Pouco se me dá. A minha conduta não é em função da conduta de terceiros, nunca foi. Eu é que assinei aquele documento. Admito que um grupo que vem trabalhando, que vem lutando — aí está — goze de certos benefícios.

Sr. Presidente, não estou condenando a instituição como instituição democrática. Nunca arrependei os canos e os depósitos d'água de minha casa quando falta água. Não confundindo os erros dos democratas, ou

psendo-democratas, com as instituições democráticas, mas a confusão está sendo feita.

Para mim, essa Convenção Única Sobre Entrepentes, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo n.º 40, de 1963, é um dos mais importantes convênios que temos votado nesta Casa do Parlamento Nacional.

O Sr. Vivaldo Lima — E devemos votá-lo o quanto antes a fim de que o País saia do entorpecimento.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Exatamente.

O SR. VIVALDO LIMA — Permite-me o nobre colega dizer que a Secretaria Geral da Presidência está dando informações sobre requerimento de informações dirigido ao Ministério do Trabalho, não respondido depois de quarenta dias, reiterado em setembro do ano passado, e até agora não respondido. Isto mostra que estamos em estado de entorpecimento. Votemos o quanto antes o projeto.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Nobre Senador Vivaldo Lima, infelizmente não há número na Casa. V. Exa. falou em requerimento de informações feito a um Ministro. E um requerimento de informações que um Senador fez à Mesa sobre quantos funcionários às expensas da Nação estão em hotéis; sobre uma informação recebida de que só um deles está custando aos cofres públicos mais de quarenta mil cruzeiros por dia, custando a sua família de cinco, seis ou oito pessoas; sobre ex-Senadores que segundo denúncias fundamentadas, ou não, ainda detêm apartamentos dentro dos quais não se encontram — se isto é verdade ou não? Talvez quando a resposta a este requerimento vier já nada disso esteja acontecendo, já esses funcionários estejam em suas casas, em seus apartamentos.

Soube inclusive — não está no requerimento, tive conhecimento depois — de que houve um conflito em um hotel entre funcionários da Câmara e do Senado e empregados daquele hotel. Agora mesmo, o que se diz é que se apressaram de uns quarenta apartamentos que seriam destinados aos funcionários do Senado. Não sei se é verdade.

Mas o requerimento foi feito há muito tempo, e até agora não houve resposta nenhuma. Logo, V. Exa. verifique que é muito difícil reclamar de um Ministro por não ter respondido dentro de trinta ou quarenta dias, porque os que fazemos aqui, ao próprio Senado, não são respondidos dentro de trinta, quarenta nem cinquenta dias.

E apenas um comentário à parte, paralelo.

Pois muito bem! Sr. Presidente, termine por declarar: abordei este assunto porque é de grande importância. Sou de um Estado que, com vergonha o proclamamos, produz a erva maldita — a maconha. Dizem que de lá são enviadas por ano toneladas — é impressionante — do entorpecente para o Brasil inteiro.

Tenho obrigação de apelar a aprovação desse Convênio Internacional. Na minha terra, numa das suas praças, assisti a um espetáculo terrível: um monte de maconha queimado, incendiado, para esgarçamento e, num certo sentido, para vergonha nossa.

A impressão que se tem é que há uma conspiração contra tudo aquilo que de bom se tenta fazer neste País. Há uma rede poderosíssima organizada, superlativamente organizada, para deter o seu avanço.

O Sr. Vivaldo Lima — V. Exa. afirma isto, no sentido de que, tudo

estará superado, se se ratificar este acordo?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Ratificado, posto em prática aquilo que ali se encontra, tenho esperança — não apenas esperança, — tenho a certeza, nobre Senador Vivaldo Lima, de que este País emergirá, sairá do subdesenvolvimento econômico, social, político, cultural, rompendo com todas as barreiras que se antepõem ao seu progresso, e se apresentará como uma das nações mais pacíficas, mais organizadas, mais equilibradas, mais felizes deste mundo.

O nosso povo é bom! Há humanismo natural neste país, confundindo-se até mesmo a bondade do seu povo, o humanismo de sua gente, com fraqueza. É um povo que quer resolver seus problemas fundamentais sem derramamento de sangue. O irmão não quer destruir a vida do irmão. Tenho certeza de que seremos uma grande civilização humanista. Há um sentido socializante ou socialista na vida brasileira. São diferentes as relações entre as classes. Já dizia, anteriormente, que estamos conquistando terreno dentro dos quadros democráticos, mesmo encarando-se esta democracia como aquela plantinha à qual se refere Otávio Mangabeira de saudosa memória, a plantinha terra que precisa ser regada. Nesta inquietação toda vemos um raião de esperança na face do camponês, daquele que trabalha a terra. E a chuva no Ceará que leva de volta o pequeno proprietário que abandonou a sua terra. Não a vendeu, abandonou-a temporariamente. E o sergipano que construiu uma civilização em clima de pedras, que não se detem, que não se demole, que não se aniquila. Sergipano na sua terra, como é o sergipano na Europa, na Norte-América, pela alma, pela vontade de vencer a natureza e a incompreensão dos homens. V. Exa. é de uma terra como que asfixiada por uma natureza pródiga, exuberante, prodigiosa. Aquilo que diziam do inferno verde...

O Sr. Vivaldo Lima — Isso foi explorado em detrimento da própria região, foi objeto, foi tema de romancistas. Mas o Amazonas de hoje não mais se aproxima daquele inferno verde. Aquilo não é o inferno, é uma dádiva da natureza.

O Brasil não está sabendo aproveitar...

O SR. AURÉLIO VIANNA — Certamente.

O Sr. Vivaldo Lima — ... a que tem, aquela riqueza, aquela opulência para tornar-se no futuro uma das maiores potências do mundo.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Nobre Senador Vivaldo Lima, rasgando o interior deste país quando partam as duas rodovias, uma para Belém do Pará e a outra para o Acre, houve quem risse, não sorrisse apenas — ri-se. Li uma reportagem há dois ou três dias sobre estradas que não são propriamente estradas, mas pelas quais estão trafegando centenas de caminhões, levando e trazendo riquezas.

Varej, há pouco, cerca de sete mil quilômetros; em doze dias por estradas asfaltadas e não asfaltadas. Travessi, cortei estradas de Minas Gerais. Passei por Diamantina, o grande Planalto da Borborema. Percorri centenas de quilômetros sem ver uma casa; mas quando encontrava uma cidadezinha perdida nessas interiores desconhecidas a cidadezinha estava florescendo.

Ouvi discussões e debates em toda a parte. O transístor, o rádio levando mensagem que é discutida e não aceita como muita gente pensa. E o homem do interior que desperta. On-

de surge uma bomba de gasolina, ali se encontra um núcleo populacional.

Há uma coisa estranha neste país, uma desorganização estranha, mas que não aquebranta o povo. Não sou ufanista mas não sou pessimista.

O Sr. Vivaldo Lima — Dentro desse espírito de luta encontram homens como V. Exa.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Passei pela Bahia e observei o mesmo fenômeno. Verifiquei insatisfação por toda parte, mas insatisfação de quem quer sair do subdesenvolvimento e crescer. E do jovem inquieto que está sentindo que seus biceps suportam a luta. Vi campos cobertos de lavoura; vi espírito de luta, determinação.

Então, por que é que vou desanimar, cair no pessimismo que devora as entranhas do homem público?! A situação é difícil, terrível mesmo. Há muitos homens públicos neste País que, ao invés de reconhecerem que a situação é difícil e terrível mas que dentro dos quadros democráticos podemos dela sair sem quebra do sistema, sem o aniquilamento das liberdades do homem e do cidadão, sem essa coisa gostosa que há em nosso País e que se consubstancia no debate, no perquirir, no inquirir, procurando soluções, realizando — há homens públicos que caem de cócoras. Como já dizia Rui, num dos seus pronunciamentos mais incisivos. Naquele tempo: "as nações progredem e o brasileiro continua de cócoras".

Pois, o brasileiro levantou-se; está de pé; estão aqui em Brasília, em greve, trabalhadores. Fazem muito bem, porque não é possível que homens que receberam em 11 de outubro Cr\$ 66.700,00, passem a receber, no outro mês, Cr\$ 37.000,00, sem protesto.

Não têm armas; sua arma é a greve; aprenderam a mobilizar-se; não podem passar com 37 mil cruzeiros. Quem é que pode passar, em Brasília, com 37 mil cruzeiros, por favor? Um de nós pode? "Ah! mas a minha posição social! Sou um Senador". Pois bem. Tire o Senador das costas, deixe de ser e tente passar com 37 mil cruzeiros por mês. Deixe de ser Deputado federal e também vá passar com 37 mil cruzeiros! "Deixe-o um industrial. Dirá ele: "Ah! Sou um industrial e um industrial não pode passar com 37 mil cruzeiros, tem sua posição social! "Pois bem. Deixe a posição social, vá ser operário e me responda se pode passar com 37 mil cruzeiros, se pode pagar o aluguel de uma casa e colocar seus filhinhos num colégio — ainda que público. Pergunte isso a eles. De tamanco, sem gravata, com roupa ordinária, responda se pode passar com 37, com 15 ou com 20 mil cruzeiros!"

Encontrei numa cidade chamada Virgem da Lapa, uma multidão de cerca de duzentas mulheres reunidas numa praça. Então, minha esposa principiou a conversar com algumas delas, indagando o que estavam fazendo. "Tamo" esperando o Governo. Vamo receber um lequinho que vem por aí".

Tenho a impressão de que se tratava desse leite da Aliança para o Progresso. Creio que é isso. Não perguntei. Foi minha patroa quem converteu. "Porque nós tá comendo ruim. O homem lá em casa ganha cento e cinquenta cruzeiros por dia. Quanto? — perguntou a Rufe. "Cento e cinquenta cruzeiros por dia. Todo dia morre um anjinho. Nós não pode comprá o remédio nem num tem leite pra ele". E o que é que a senhora faz? "Nós intera ele. Deus levou. D'nois vem outro..." Cento e cinquenta cruzeiros por dia, é o que ganha um chefe de fa-

milla para sustentar-se, aos seus filhos e a sua esposa! Mas não é possível! É isto que dá mais Ligas Camponesas, mais sindicatos. É isto. E têm razão. Nós faríamos a mesma coisa se estivéssemos naquela situação.

Esses pobres homens — há uma lei de enquadramento que surgiu há não sei quantos meses — esperam pelo enquadramento. O seu salário diminui e o enquadramento não vem. Então eles têm o direito de se mobilizarem, de se organizarem. O meu conselho para eles: organizem-se, mobilizem-se, mas não percam o sentido da defesa das liberdades democráticas. É por isto, porque há liberdade dentro dos quadros democráticos, que vocês podem fazer o que estão fazendo. Numa ditadura não poderiam, estariam aniquilados.

Sr. Presidente, assim termino estes comentários em torno do grande convênio assinado em New York pelas delegações de 38 Países que, ratificado pelo Congresso Nacional, deve ser posto em prática em toda a sua plenitude, para preservação e renovação das energias do nosso povo e, particularmente, de nossa juventude. (Muito bem).

**O SR. PRESIDENTE:**

Continua em discussão (Pausa)  
Nenhum dos Senhores Senadores desejando fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

Fica adiada a votação por falta de número.

*Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara número 112, de 1963 (número 3.408-B-61, na Casa de origem) que reverte ao serviço Ativo do Exército o Tenente Coronel Rubens Ribeiro dos Santos, e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis, sob os números 884 e 885 de 1963 das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças.*

Em discussão o Projeto (Pausa)  
Nenhum dos Senhores Senadores desejando fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

Iguamente por falta de número, fica adiada a votação.

Está encerrada a matéria da Ordem do Dia.

Há um requerimento de urgência que não pode ser votado por falta de número, de autoria do nobre Senador Vasconcelos Torres, como Líder da Maior e em exercício, e substituído ainda pelo Senhores Senadores Sigefredo Pacheco e Aurélio Vianna, requerendo urgência, nos termos do Artigo 325 número 5-C do Regimento Interno, para o Projeto da Câmara que dispõe sobre a remuneração dos profissionais diplomados em Arquitetura Engenharia e Agronomia.

Esgotada a matéria da Ordem do Dia.

**O SR. AARÃO STEINBRUCH:**

Paço a palavra, Senhor Presidente.

**O SR. PRESIDENTE:**

Tem a palavra o Senhor Aarão Steinbruch.

**O SR. AARÃO STEINBRUCH:**

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, a sinada pelo Senhor Alvaro Pauleira, Grão Mestre Geral da Ordem do Grande Oriente do Brasil foi lançada uma proclamação a Nação que passo a ler para que conste às Anais desta Casa.

“O Grande Oriente do Brasil dirige-se ao Povo Brasileiro e exorta-o a que restabeleça no país o ambiente de paz social, identificando e repelindo os boateiros, provocadores, intrigantes e empreiteiros de mazarcas de todo o gênero.

A Maçonaria rejeita, por sua doutrina, as soluções da força e da violência, e não adota mentalidade derrotista. A presente crise nacional está agravada porque se criou no país, em múltiplos setores, o radiocalismo das posições, a intransigência dos processos e a oposição sistemática e foi banido o diálogo democrático consequência do primarismo dramagógica, a exigir apenas a satisfação de seus próprios apetites.

Mas o Brasil não é isso. Nossa Pátria, que dá o exemplo de ser a maior democracia racial do mundo, fraternizando brancos e pretos naturais e alienígenas, não pode ser assim desfigurada. Urge restituir à Nação os seus traços essenciais: a tolerância dentro da ordem, a fraternidade dentro da justiça, a liberdade dentro da lei.

O Brasil necessita de realizar urgentemente as reformas de base, sobretudo a agrária, para libertar se do subdesenvolvimento, que o asfixia e que tem a sua expressão concreta no vergonhoso trinômio: ignorância doença e pauperismo, a devastar metade da população do país. Não há, porém, clima adequado para nenhuma reforma efetiva enquanto perseverar a mentalidade maléfica de dividir-se a Nação, polarizando a em campos inconciliáveis e antinômicos, substituída a lógica pela ideologia. Nem é demais repeti-lo: sob a democracia política e representativa toda reforma necessita da colaboração das classes interessadas porque não deve visar a nenhum grupo ou parcialidade, mas ter como denominador comum o interesse nacional.

Desde sua fundação, o Grande Oriente do Brasil é uma instituição suprapartidária. Criador da Independência política de nossa Pátria, reafirmo neste passo o seu propósito de sustentar a bandeira da Justiça Social serena e firmemente por sobre o atual egocentrismo dos Grupos e mesmo de Partidos. E conclama o Povo a coadjuv-lo, dentro da evolução natural do processo histórico brasileiro e do respeito às normas constitucionais vigentes.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem)

**O SR. PRESIDENTE:**

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho.

**O SENHOR SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIADA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. PRESIDENTE:**

Tem a palavra o nobre Senador Vasconcelos Torres.

**O SR. VASCONCELOS TORRES:**

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, deixei sobre a Mesa, para a devida apreciação amanhã, requerimento por via do qual solicito ao Senado a transcrição nos Anais das cartas trocadas entre o Presidente João

Goulart e o General Charles De Gaulle a propósito do convite feito pelo primeiro ao segundo para uma visita à América Latina, e que, no entender, aliviará a tensão existente entre os dois povos irmãos.

O que me traz, entretanto, à tribuna, neste momento é principalmente comunicar a catástrofe que vem de se abater sobre o município fluminense de S. Sebastião do Alto.

Dotado de poucos recursos financeiros, vivendo a dificuldade agravada por todos os municípios brasileiros, uma calamidade como a que ocorreu anteontem em S. Sebastião do Alto agrava enormemente os problemas, e o prefeito o benemérito médico Hermes Ferro, apelou dramaticamente para o Governador do Estado e para o Presidente da República, e vem de me dar ciência do que está ocorrendo na terra altense.

Tornando público o que aconteceu, visto principalmente formular um apelo ao Sr. Presidente da República e à ilustre Presidente da Legião Brasileira de Assistência, D. Maria Thereza Goulart, para que atendam, dentro das suas possibilidades, e minorem os sofrimentos que dominam aquela comunidade.

Neste final de sessão, quero pedir ao Senado que acolha também proposição que será apresentada a respeito, dentro das nossas limitações constitucionais. Quero, especialmente que minha voz se erga neste instante, não só com apelo, mas também para expressar minha solidariedade às populações flageladas. Várias casas atingidas pelas cheias foram derrubadas e seus moradores ficaram sem teto e ao relento. Há ameaça de epidemias, e o Município ficou praticamente isolado.

Como em todas as vezes o Governo tem estado atento para essas situações, quero crer que o Chefe do Governo não ficará indiferente a esse reclamo, do qual sou porta-voz neste instante e que o Município de São Sebastião do Alto será atendido o quanto antes, sem tardança, naquilo que reclama e tem direito de receber.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem)

**O SR. PRESIDENTE:**

Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna. (Pausa)

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Leite Neto. (Pausa).

S. Exa. não está presente.

Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, encerro a sessão designando, para a próxima, a seguinte:

**ORDEM DO DIA**

Sessão de 24 de janeiro de 1964

(Sexta-feira)

**VOTAÇÃO**

1

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1963 (nº 23-A-3 na Casa de origem, que aprova o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1962, tendo Pareceres favoráveis sob números 799, 800, 801 e 802, de 1963 das Comissões: de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; de Educação e Cultura e de Finanças

2

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do cinquentenário da fundação da Prelazia do “Alto Solimões”, tendo Parecer nº 855, de 1963, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido em 1º turno.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (nº 7-A, de 1963, na Casa de origem) que aprova a Convenção única sobre Entorpecentes, assinada em Nova York, a 30 de março de 1961, tendo Pareceres, sob ns. 806 a 808, de 1963, das Comissões de: Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; Relações Exteriores, favorável e Saúde, favorável.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1963 (nº 3.408-B-61, na Casa de origem) que reverte ao serviço Ativo do Exército o Tenente-Coronel Rubens Ribeiro dos Santos, e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis sob os ns. 884 e 885, de 1963 das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças.

5

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.205, de 1963, pelo qual os Srs. Senadores Artur Virgílio (Líder do PTB), Barros Carvalho (Líder da Maioria) e Lino de Mattos (Líder do Bloco das Pequenas Representações) solicitam urgência, nos termos do artigo 326, nº 5-b, do Regimento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1963, que concede anistia aos membros da Força Policial do Rio Grande do Norte.

6

Votação, em turno único, do Requerimento nº 3, de 1964, pelo qual os Srs. Senadores Vasconcelos Torres (Líder da Maioria em exercício) Sigefredo Pacheco (Líder do PSD em exercício) e Aurélio Vianna (Líder do Bloco das Pequenas Representações em exercício) solicitam urgência, nos termos do artigo 326, nº 5-c, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1963, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e em Agronomia.

7

**DISCUSSÃO**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1963 (nº 5-B, de 1963, na Câmara), que aprova os textos da Convenção relativa a proteção dos trabalhadores contra radiações ionizantes, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra e da Convenção para revisão parcial, das Convenções adotadas pela mesma Conferência, tendo

Pareceres favoráveis, sob n.ºs 812, 813, 814 e 815, de 1963, das Comissões.

- de Constituição e Justiça,
- de Legislação Social;
- de Relações Exteriores; e
- de Saúde.

Está encerrada a sessão.  
(Levanta-se a sessão às 13 horas e 5 minutos).

**MESA**

- Presidente** — Moura Andrade (PSD — SP).  
**Vice-Presidente** — Nogueira da Gama (PTB — MG).  
**Primeiro-Secretário** — Rui Palmeira (UDN — AL).  
**Segundo-Secretário** — Gilberto Marinho (PSD — GB).  
**Terceiro-Secretário** — Adalberto Sena (PTB — ACRE).  
**Quarto-Secretário** — Cattete Pinheiro (PTN — PA).  
**Primeiro-Suplente** — Joaquim Parente — UDN — PD.  
**Segundo-Suplente** — Guido Mondin (PSD — RS).  
**Terceiro-Suplente** — Vasconcelos Torres (PTB — RJ).

**REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA**

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)**

1. José Guilomar Acre (em exercício)
3. Eugênio Barros — Maranhão.
2. Lobão da Silveira — Pará.
8. Eugênio Barros — Maranhão.
4. Sebastião Archer — Maranhão.
5. Victorino Freire (em exercício e Suplente, Sr. Miguel Lima) — Maranhão.
6. Sigefredo Pacheco — Piauí.
7. Menezes Pimentel (em exercício o Suplente, Sr. Waldemar de Alcântara).
8. Willson Gonçalves — Ceará.
9. Walfredo Gurgel — Rio Grande do Norte.
10. Ruy Carneiro — Paraíba.
11. Leite Neto — Sergipe.
12. Antônio Baibino — Bahia.
13. Jefferson de Aguiar — Espírito Santo.
14. Gilberto Marinho — Guanabara
15. Moura Andrade — São Paulo.
16. Atilio Fontana — Santa Catarina
17. Guido Mondin — R. G. Sul
18. Benedicto Valadares — Minas Gerais
19. Filinto Müller.
20. José Feliciano — Goiás.
21. Juscelino Kubitschek — Goiás
22. Pedro Ludovico — Goiás.

**PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)**

1. Adalberto Sena — Acre.
2. Oscar Passos — Acre
3. Vivaldo Lima — Amazonas.
4. Edmund Levi — Amazonas.
5. Artur Virgílio — Amazonas.
6. Antônio Juca — Ceará.
7. Dix-Huit Rosado — Rio Grande do Norte
8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
9. Barros Carvalho — Pernambuco
10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco
11. José Ernirio — Pernambuco.

**SENADO FEDERAL**

12. Silvestre Péricles — Alagoas.
13. Vasconcelos Torres — Rio de Janeiro.
14. Nelson Maculan (licenciado sem substituição) — Piauí
15. Amaury Silva — Paraná (em exercício o suplente, Sr. Melo Braga).
16. Nogueira da Gama — Minas Gerais
1. Zacarias de Assunção — Pará.
2. Joaquim Parente — Piauí.
3. José Cândido — Piauí.
4. Dinarte Mariz — R. G. Norte.
5. João Agripino — Paraíba.
6. Rui Palmeira — Alagoas.
7. Eurico Rezende — Espírito Santo
8. Afonso Arinos — Guanabara. rals.
17. Bezerra Neto.

**UNIAO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)**

9. Padre Calazans — São Paulo.
10. Adolpho Franco — Paraná.
11. Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
12. Antônio Carlos — Santa Catarina
13. Daniel Krieger — Rio Grande do Sul.
14. Milton Campos — Minas Gerais.
15. Lopes da Costa — Mato Grosso

**PARTIDO LIBERTADOR (PL)**

1. Aloysio de Carvalho — Bahia.
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

**PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)**

1. Cattete Pinheiro — Pa.
2. Lauro de Matos — São Paulo.

**PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)**

1. Raul Giuberti — Espírito Santo
3. Miguel Couto — Rio de Janeiro

**PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)**

1. Aurélio Vianna — Guanabara.

**MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)**

1. Aarão Steinhilber — Rio de Janeiro.

**PARTIDO REPUBLICANO (PR)**

1. Júlio Leite — Sergipe.

**PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)**

1. Arnon de Melo — Alagoas.
1. Josaphat Marinho — Bahia
2. Heriberto Vieira — Sergipe.

**RESUMO**

Partido Social Democrático (P. S. D.)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (P. T. B.)	17
União Democrática Nacional (U. D. N.)	15

Partido Libertador (P. L.)	2
Partido Trabalhista Nacional (P. T. N.)	2
Partido Social Progressista (P. S. P.)	2
Partido Socialista Brasileiro (P. S. B.)	1
Partido Republicano (P. R.)	1
Partido Democrata Cristão (P. D. C.)	1
Movimento Trabalhista Renovador (M. T. R.)	1
<b>Sem legenda</b>	<b>64</b>
<b>Total</b>	<b>66</b>

**BLOCOS PARTIDARIOS**

- 1º — Maioria (39) Membros):  
 PSD  
 PTB  
 UDN  
 PL
- 2º — Minoria (17) Membros):  
 UDN  
 PL
- 3º — Pequenas Representações (9) Membros)  
 PTN  
 PSP  
 PSB  
 MTR  
 PR  
 PDC  
 Josaphat Marinho (Sem Legenda)

**LIDERANÇAS**

**I — DOS BLOCOS PARTIDARIOS MAIORIA**

- Lider:**  
 Barros Carvalho — (PTB) — (PE)
- Vice Líderes:**  
 Victorino Freire — (PSD — MA)  
 Vasconcelos Torres — (PTB — RJ).  
 Jefferson de Aguiar — (PSD — ES).  
 Lobão da Silveira — (PSD — PA).  
 Artur Virgílio — (PTB — AM).  
 Bezerra Neto — (PTB) — (MT).

**MINORIA**

- Lider:**  
 João Agripino — (UDN — PB).
- Vice-Líderes:**  
 Daniel Krieger — (UDN — RS)  
 Mem de Sá — (PL — RS).

**PEQUENAS REPRESENTAÇÕES**

- Lider:**  
 Lino de Matos — (PTN — SP).
- Vice Líderes:**  
 Aurélio Vianna — (PSB — GB)

**II — DOS PARTIDOS**

- PSD**  
 Benedicto Valadares — (MG).
- Vice Líderes.**  
 Wilson Gonçalves — (CE).  
 Sigefredo Pacheco — (PI).

- Walfredo Gurgel — (RG) . . . . .  
**PTB**  
**Lider:**  
 Artur Virgílio — (AM).  
**Vice-Líderes:**  
 Amaury Silva (licenciado). — (PR)  
 Vivaldo Lima — (AM).  
 Bezerra Neto — (MI).  
**UDN**  
**Lider:**  
 Daniel Krieger — (RS).  
**Vice-Líderes:**  
 Eurico Rezende — (ES).  
 Padre Calazans — (SP);  
 Adolfo Franco — (PR).

- PL**  
**Lider:**  
 Mem de Sá — (RS).  
**Vice-Líderes:**  
 Aloysio de Carvalho — (BA).  
**PTN**  
**Lider:**  
 Lino de Matos — (SP).  
**Vice-Líderes:**  
 Cattete Pinheiro — (PA).  
**PSP**  
**Lider:**  
 Miguel Couto — (RJ).  
**Vice-Lider:**  
 Raul Giuberti — (ES).

**COMISSÕES PERMANENTES**

**Comissão Diretora**

- Moura Andrade — Presidente (PSD).  
 Nogueira da Gama (PTB).  
 Adalberto Sena (PTB).  
 Rui Palmeira (UDN)  
 Gilberto Marinho (PSD)  
 Joaquim Parente (UDN)  
 Cattete Pinheiro (PTN).  
 Guido Mondin (PSD)  
 Vasconcelos Torres (PTB).  
 Reuniões Quartas-feiras. As 10 horas.  
 Secretário: Evandro Mendes Viana.  
 Diretor-Geral.

**Comissão de Agricultura**

- (7 MEMBROS)  
 Presidente — Vago.  
 Vice-Presidente — Eugênio Barros (PSD).

**COMPOSIÇÃO**

- P. S. D.**  
**TITULARES**  
 Eugenio Barros.  
 José Feliciano.  
**SUPLENTES**  
 1. Atilio Fontana.  
 2. Pedro Ludovico.  
**P. T. B.**  
**TITULARES**  
 Raul Giuberti.  
 Dix-Huit Rosado.  
 Nelson Maculan (Licenciado).

**SUPLENTE**

1. Eduard Catalão (\*).
2. Aarão Steinbruch.
3. Vago.

**U. D. N.**

**TITULARES**

Lopes da Costa.

Antônio Carlos.

**SUPLENTE**

1. Daniel Krieger.
2. João Agripino.

**SUBSTITUTOS**

*Reunidos*

Quartas-feiras, as 16 horas.

Secretário: J. Ney Passos Dantas  
Auxiliar Legislativo PL-9.

**Comissão de Constituição e Justiça**

(11 MEMBROS)

Presidente - Milton Campos (UDN)

Vice-Presidente - Wilson

Gonçalves (PSD)

**COMPOSIÇÃO**

**P. S. D.**

**TITULARES**

Wilson de Aguiar,

Rui Carneiro.

Lobão da Silva.

Wilson Gonçalves.

Josephat Marinho.

**SUPLENTE**

1. Menezes Pimentel (licenciado).
2. Leite Neto.
3. Benedito Valladares.
4. Aarão Steinbruch.

**P. F. B.**

**TITULARES**

Amaury Silva (licenciado).

Bezerra Neto.

Edmundo Levi.

**SUPLENTE**

1. Argemiro de Figueiredo (\*\*).
2. Silvestre Pericles.
3. Melo Braga.

**U. D. N.**

**TITULARES**

Aloysio de Jarvalho.

Milton Campos.

1. Afonso Arinos.
2. Daniel Krieger.
3. João Agripino.

*Reunidos*

Quarta-feira, as 16 horas.

Secretário: Ronaldo Ferreira Dias  
Oficial Legislativo PL-8.

(\*) Em substituição do Senhor Nelson Maculan como titular.

(\*\*) Em substituição do Senhor Amaury Silva, como titular.

**Comissão do Distrito Federal**

(7 MEMBROS)

Presidente - Lino de Matos.

Vice-Presidente - Pedro Ludovico

**COMPOSIÇÃO**

**P. S. D.**

**TITULARES**

Menezes Pimentel.

Pedro Ludovico.

Lino de Matos.

**SUPLENTE**

1. Filinto Müller.
2. Eugenio Barros.
3. Heribaldo Vieira.

**P. I. B.**

**TITULARES**

Oscar Passos.

Dix-Huit Rosado.

**SUPLENTE**

1. Aarão Steinbruch.
2. Antonio Juca.

**U. D. N.**

**TITULARES**

Dinarte Mariz.

Enrico Rezende.

**SUPLENTE**

1. Lopes da Costa.
1. Zacharias de Assunção.

*Reunidos*

Quintas-feiras as 10 horas.

Secretário: Julieta Ribeiro dos Santos  
Oficial Legislativo PL-8.

**Comissão de Economia**

(9 MEMBROS)

Presidente - Filinto Müller (PSD)

Vice-Presidente - José Ermírio - (PIB).

**COMPOSIÇÃO**

**P. S. D.**

**TITULARES**

Filinto Müller.

Eugenio Barros.

Atilio Fontana.

José Guomard (licenciado).

**SUPLENTE**

1. Jefferson de Aguiar (\*).
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer
4. Josephat Marinho

1. José Kairala

**P. T. B.**

**SUBSTITUTOS**

**TITULARES**

José Ermírio

Nelson Maculan (licenciado).

Júlio Leite

**SUPLENTE**

1. Oscar Passos (\*\*).
2. Bezerra Neto

(\*) - Em substituição do Senhor José Guomard como titular.

(\*\*) - Em substituição do Senhor Nelson Maculan, como titular.

**SUBSTITUTOS**

2. A. ...

1. Melo Braga

**U. D. N.**

**TITULARES**

Adolfo Franco

Lopes da Costa

**SUPLENTE**

1. José Carlos
  2. Zacharias de Assunção
- Reunidos - 16:00 hora
- Secretário: Cid Bügger  
Auxiliar Legislativo PL-10

**Comissão de Educação e Cultura**

(7 MEMBROS)

Presidente - Menezes Pimentel

(PSD)

Vice-Presidente - Padre Calazans - (UDN)

**COMPOSIÇÃO**

**P. S. D.**

**TITULARES**

Merezes Pimentel

Walfredo Gurgel

**SUPLENTE**

1. Benedito Valladares
2. Sigefredo Pacheco

**SUBSTITUTOS**

1. Leite Neto

**P. I. B.**

**TITULARES**

Pessoa de Queiroz

Amaury Silva (licenciado)

**SUPLENTE**

1. Vago.
2. Vago.

**U. D. N.**

**TITULARES**

Antonio Carlos

Padre Calazans

Mem de Sá

**SUPLENTE**

1. Adolfo Franco
  2. Milton Campos
  3. Arnou de Melo
- Reunidos: 4ªs-feiras - 16:00 horas
- Secretário: Vera de Alvarenga Matra,  
Oficial Legislativo PL-7.

**Comissão de Finanças**

(15 MEMBROS)

Presidente - Argemiro de Figueiredo - (PTB).

Vice-Presidente - Daniel Krieger - (UDN).

**P. S. P.**

**COMPOSIÇÃO**

**TITULARES**

Vicentino Freire

Lobão da Silveira.

Sigefredo Pacheco.

Wilson Gonçalves.

Leite Neto.

**SUPLENTE**

1. José Guomard (licenciado).
2. Eugênio Barros.
3. Menezes Pimentel.
4. Atilio Fontana.
5. Pedro Ludovico.

**SUBSTITUTOS**

1. José Kairala.

**P. I. B.**

**TITULARES**

Argemiro de Figueiredo.  
Bezerra Neto  
Dix-Huit Rosado.  
Pessoa de Queiroz  
José Ermírio

**SUPLENTE**

1. Nelson Maculan (licenciado).
2. Lino de Matos
3. Amaury Silva (licenciado).
4. Aurelio Vianna.
5. Antonio Juca

**SUBSTITUTOS**

1. Edmundo Levi.
2. Melo Braga.

**U. D. N.**

**TITULARES**

Daniel Krieger.  
Dinarte Mariz  
Irineu Bornhausen.  
Lopes da Costa

**SUPLENTE**

1. Adolfo Franco.
2. Enrico Rezende.
3. João Agripino.
4. Milton Campos.

**P. T. B.**

**TITULARES**

Mem de Sá.

**SUPLENTE**

1. Aloysio de Jarvalho.
- Reunidos: 4ªs-feiras - 10:00 horas.
- Secretário: Cid Bügger, Auxiliar Legislativo, PL-10.

**Comissão de Legislação Social**

(9 MEMBROS)

Presidente: Vivaldo Lima - (PTB).

Vice-Presidente: Rui Carneiro - (PSD).

**COMPOSIÇÃO**

**P. S. D.**

**TITULARES**

Rui Carneiro.

Walfredo Gurgel.

José Guomard (licenciado).

Raul Giubert.

**SUPLENTE**

1. Leite Neto (L).
2. Lobão da Silveira.
3. Eugênio Barros
4. Julio Leite

**SUBSTITUTOS**

1. Atilio Fontana

2. José Kairala.

**P. T. B.**

**TITULARES**

Amaury Silva (licenciado).

Heribaldo Vieira

Vivaldo Lima

**SUPLENTE**

1. Atilio Vianna (\*\*).
2. Pessoa de Queiroz.
3. Antônio Juca

(\*) - Em substituição do Senhor José Guomard como titular.

(\*\*) - Em substituição do Senhor Amaury Silva, como titular.

**SUBSTITUTOS**  
**1. Melo Braga.**  
 U. D. N.  
**TITULARES**  
 Afrânio Rezende  
 Antonio dos  
**2. Lopes da Costa**  
 Zacarias de Assunção  
 Reuniões: 4.ªs. feiras às 10 horas.  
**SUPLENTE**  
 Secretário: Vera de Alvarenga Mar-  
 fra, Oficial Legislativo, PL-7.

**Comissão do Polígono das Sêcas**  
 (7 MEMBROS)  
 Presidente — Ruy Carneiro (PSD)  
 Vice-Presidente — Aurelio Vianca (PSB)

**COMPOSIÇÃO**  
**P. S. D.**  
**TITULARES**  
 Wilson Gonçalves  
 Ruy Carneiro  
**SUPLENTE**  
 1. Sigefredo Pacheco  
 2. Leite Neto

**P. T. B.**  
**TITULARES**  
 Dix-Huit Rosado  
 Aurélio Vianna  
**SUPLENTE**  
 1. Argemiro de Figueiredo  
 2. Arnon de Melo  
 3. Julio Leite

**U. D. N.**  
**TITULARES**  
 Dinarte Mariz  
 José Cândido  
**SUPLENTE**  
 1. João Agripino  
 2. Lopes da Costa  
 Reunião: 5ª feiras — 16 horas  
 Secretário: Ney Passos Dantas  
 Auxiliar Legislativo PL-9.

**Comissão de Redação**  
 (6 MEMBROS)  
 Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB)  
 Vice-Presidente — Padre Calazans

**COMPOSIÇÃO**  
**P. S. D.**  
**TITULARES**  
 Walfredo Gurgel  
 Sebastião Archer  
**SUPLENTE**  
 1. Lobão da Silveira.  
 2. José Feliciano.

**SUBSTITUTOS**  
 1. Menezes Pimentel (licenciado)  
**P. T. B.**  
**TITULARES**  
 Dix-Huit Rosado.  
**SUPLENTE**  
 Heribaldo Vieira.  
**U. D. N.**  
**TITULARES**  
 Padre Calazans.  
 Julio Leite.

**SUPLENTE**  
 1. João Agripino.  
 2. Josephat Marinho.  
 Reuniões: 4ªs Feiras às 16 horas  
 Secretário: Sarah Adriano, Oficial  
 Legislativo, PL-8.

**Comissão de Relações Exteriores**  
 (11 MEMBROS)  
 Presidente — Jefferson de Aguiar (PSD).  
 Vice-Presidente — Passos de Queiroz (PTB).

**COMPOSIÇÃO**  
**P. S. D.**  
**TITULARES**  
 Benedito Valladares.  
 Filinto Müller.  
 Jefferson de Aguiar.  
 Aarão Steinbruch.  
**SUPLENTE**  
 1. Menezes Pimentel.  
 2. Ruy Carneiro.  
 3. José Guilomard (licenciado).  
 4. Victorino Freire.

**SUBSTITUTOS**  
 1. José Kairala.  
**P. T. B.**  
**TITULARES**  
 Pessoa de Queiroz.  
 Vivaído Lima.  
 Eduardo Catalão.  
**SUPLENTE**  
 1. Oscar Passos.  
 2. Argemiro de Figueiredo.  
 3. Antônio Jucá.

**U. D. N.**  
**TITULARES**  
 Antônio Carlos.  
 José Cândido.  
 Padre Calazans.  
 Arnon de Melo.  
**SUPLENTE**  
 1. Daniel Krieger.  
 2. Eurico Rezende.  
 3. João Agripino.  
 4. Mem de Sá.

**Reuniões: 5ªs-feiras — 15,00 ho-  
 ras.**  
 Secretário: Castejon J. B. Branco.  
 Oficial Legislativo, PL-6.

**Comissão de Saúde**  
 (15 MEMBROS)

Presidente — Lopes da Costa — UDN.  
 Vice-Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB)

**COMPOSIÇÃO**  
**P. S. D.**  
**TITULARES**  
 Pedro Ludovic  
 Sigefredo Pacheco  
**SUPLENTE**  
 1. Eugenio Bastos  
 2. Walfredo Gurgel  
**P. T. B.**  
**TITULARES**  
 Dix-Huit Rosado  
 Suplentes  
 Antônio Jucá  
**U. D. N.**  
**SUPLENTE**  
 1. Lopes da Costa

**SUPLENTE**  
 Padre Calazans

**SUPLENTE**  
 Raul Gilberti  
 Reuniões: Quintas-feiras — 15 ho-  
 ras).  
 Secretário: Eduardo Rul Barbosa  
 Auxiliar Legislativo PL-10.

**Comissão de Segurança Nacional**  
 (7 MEMBROS)

Presidente — Zacarias de Assunção (UDN).  
 Vice-Presidente — Silvestre Pércles (PTB).  
**COMPOSIÇÃO**  
**PSD**  
**TITULARES**  
 José Guilomard (licenciado)  
 Victorino Freire  
**SUPLENTE**  
 1. Ruy Carneiro  
 1. Atílio Fontana (\*)  
**SUBSTITUTO**  
 2. José Kairala

**P. T. B.**  
**TITULARES**  
 Silvestre Pércles  
 Oscar Passos  
**SUPLENTE**  
 1. Dix-Huit Rosado  
 2. Vago.

**U. D. N.**  
**TITULARES**  
 Irineu Bornhausen  
 Zacharias de Assunção  
**SUPLENTE**  
 1. Adolfo Franco.  
 2. Eurico Resende

**P. S. P.**  
**TITULAR**  
 Raul Gilberti  
**SUPLENTE**  
 1. Miguel Couto  
 Reuniões: Quintas-feiras — (16 ho-  
 ras).

Secretário: Alexandre Pfaendel, Ofi-  
 cial Legislativo PL-8.  
 (\*) — Em substituição ao Sr. José  
 Guilomard, como titular.

**Comissão de Serviço Público Civil**  
 (7 MEMBROS)

Presidente — Silvestre Pércles (PTB)  
 Vice-Presidente — Leite Neto (PSD)

**COMPOSIÇÃO**  
**PSD**  
**TITULARES**  
 Leite Neto.  
 Sigefredo Pacheco  
**SUPLENTE**  
 1. Victorino Freire  
 2. Benedito Valladares  
**PTB**  
**TITULARES**  
 Silvestre Pércles  
 Nelson Maculan (licenciado)  
**SUPLENTE**  
 1. Edmundo Levi  
 2. Vago

**UDN**  
**TITULARES**  
 Antônio Carlos

Prorrogações:  
 Antônio Carlos  
 Padre Calazans

**SUPLENTE**  
 1. Dinarte Marins  
 Lopes da Costa  
**PL**  
**TITULAR**  
 Aloysio de Carvalho  
**SUPLENTE**  
 Mem de Sá

Reuniões: Terças-feiras — 16,00 ho-  
 ras.  
 Secretário: J. Ney Passos Dantas.  
 Auxiliar Legislativo, PL-9.

**Comissão de Transportes, Co-  
 municações e Obras Públicas**  
 (5 MEMBROS)

Presidente José Feliciano (PSD).  
 Vice-Presidente — Irineu Bornhaus-  
 sen (UDN).

**PSD**  
**TITULARES**  
 José Feliciano  
 Sebastião Archer  
**SUPLENTE**  
 1. Jefferson de Aguiar  
 2. Filinto Muller

**PTB**  
**TITULARES**  
 Bezerra Neto  
 Lino de Matos

**SUPLENTE**  
 1. Silvestre Pércles  
**UDN**  
**TITULAR**  
 Irineu Bornhausen  
**SUPLENTE**  
 Zacharias de Assunção.  
 Reuniões: Quartas-feiras — 16,00  
 horas.

Secretário: Alexandre Pfaender,  
 Oficial Legislativo, PL-8.

**Comissão Especial do Projeto  
 de Emenda à Constituição  
 nº 2, de 1961.**

Dispõe sobre: Altera os arti-  
 gos 26, 56, 58, 60, 110 e o pará-  
 grafo único do art. 112 da Con-  
 stituição Federal.  
 — organização administrativa  
 do Distrito Federal.  
 — vencimentos dos desembar-  
 gadores do Tribunal de Justiça  
 do Distrito Federal;  
 — regime de rendas do Distri-  
 to Federal;  
 — composição da Câmara dos  
 Deputados e do Senado Federal  
 e do Tribunal Superior Eleitoral;  
 — processo de escolha do Pre-  
 sidente e do Vice-Presidente do  
 Tribunal Regional Eleitoral do  
 Distrito Federal;  
 — aplicação da cota do imposto  
 de renda, ainda aos Municí-  
 pios;  
 Eleita em 15-6-1961, com exceção  
 nos Srs Senadores:  
 Barros Carvalho — designado em  
 2-1962.  
 Nelson Maculan — designado em  
 5-1963.  
 Lobão da Silveira — designado em  
 3-4-1963  
 Lopes da Costa — designado em  
 19-10-1962.



SUPLENTE

14-12-1962 - Requerimento número 611-61, aprovado em 15-12-61; 15-12-1963 - Requerimento 778-62, aprovado em 12-12-62.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - Relator - PSD. Lobão da Silveira - PSD. Ruy Carneiro - PSD. Benedicto Valladares - PSD. Wilson Gonçalves - PSD. Nelson Maculan - PTB. Silvestre Péricles - PTB. Nogueira da Gama - PTB. Barros Carvalho - PTB. Daniel Krieger - Vice-Presidente - UDN. Lopes da Costa - UDN. Milton Campos - UDN. Heribaldo Vieira - UDN. Ruy Palmeira - UDN. Aloysio de Carvalho - PL. Mem de Sá - PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1961.

Altera o § 1º do art. 181 da Constituição Federal.

(Aposentadoria do funcionário aos trinta anos de serviço);

Eleito em 21-5-62, salvo os Srs. Senadores;

- Lobão da Silveira - Wilson Gonçalves e Amaury Silva, designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 - Requerimento número 610-61 aprovado em 14-12-1961

Até 15-12-1963 - Requerimento número 798-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD. Lobão da Silveira - Relatário - PSD. Ruy Carneiro - PSD. Benedicto Valladares - PSD. Wilson Gonçalves - PSD. Silvestre Péricles - Relator - PTB. Amaury Silva - PTB. D. C. N. 24-8-63 (S.T.) pág 2 Nogueira da Gama - PTB. Barros Carvalho - PTB. Daniel Krieger - UDN. Lopes da Costa - UDN. Milton Campos - UDN. Ruy Palmeira - UDN. Heribaldo Vieira - UDN. Aloysio de Carvalho - Presidente - PL. Mem de Sá - PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1961.

Dá nova redação ao item II do art. 95 da Constituição Federal.

(Irredutibilidade dos vencimentos dos juizes).

Eleito em 27-6-61, salvo os Senhores Senadores;

- Lopes da Costa, designado em 29 de outubro de 1962; Lobão da Silveira, designado em 23 de abril de 1963; Bezerra Neto, designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 - Requerimento número 609-61, aprovado em 14-12-61;

Até 15-12-63 - Requerimento número 779-62; aprovado em 12-12-62.

Membros - Partidos

- 1. Jefferson de Aguiar - PSD. 2. Lobão da Silveira - PSD. 3. Ruy Carneiro - PSD. 4. Benedicto Valladares - PSD. 5. Wilson Gonçalves - PSD. 6. Silvestre Péricles - PTB. 7. Bezerra Neto - PTB. 8. Nogueira da Gama - PTB. 9. Barros Carvalho - PTB. 10. Daniel Krieger - UDN. 11. Lopes da Costa - UDN. 12. Milton Campos - Vice-Presidente - UDN. 13. Heribaldo Vieira - UDN. 14. Ruy Palmeira - UDN. 15. Aloysio de Carvalho - PL. 16. Mem de Sá - PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7 de 1961.

Dá nova redação ao art. 65, item I, da Constituição Federal.

(Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado incluindo as de propor a exoneração dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente e aprovar o estabelecimento, rompimento e reatamento de relações diplomáticas com pases estrangeiros.)

Eleito em 4 de outubro de 1961, salvo os Senhores Senadores;

- Guido Mondin - designado em 29 de outubro de 1962; Vivaldo Lima - designado em 30 de março de 1962;

Ruy Carneiro - designado em 23 de abril de 1963;

Wilson Gonçalves - designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende - designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira - designado em 20 de abril de 1963;

Amaury Silva - designado em 28 de abril de 1963;

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 - Requerimento nº 787-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 16 de dezembro de 1963 - Requerimento nº 780-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros - Partidos

- 1. Menezes Pimentel - PSD. 2. Wilson Gonçalves - PSD. 3. Lobão da Silveira - PSD. 4. Ruy Carneiro - PSD. 5. Guido Mondin - PSD. 6. Silvestre Péricles - PSD. 7. Vivaldo Lima - PTB. 8. Amaury Silva - PTB. 9. Pinto Ferreira - PTB. 10. Eurico Rezende - UDN. 11. Daniel Krieger - UDN. 12. Milton Campos - UDN. 13. Heribaldo Vieira - UDN. 14. Lopes da Costa - UDN. 15. Aloysio de Carvalho - PL. 16. Lino de Matos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1961.

Acrescenta item ao art. 3º do Capítulo II - Presidente da República - da Emenda Constitucional nº 4, de 1961, que instituiu o sistema parlamentar de governo (Sobre a exoneração por proposta do Senado do chefe de missão diplomática de caráter permanente).

Eleito em 5 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores;

Vivaldo Lima - Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin - Designado em 30 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar - Designado em 23 de abril de 1963;

Ruy Carneiro - Designado em 29 de abril de 1963;

Eurico Rezende - Designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira - Designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto - Designado em 23 de abril de 1962.

Amaury Silva - designado em 23 de abril de 1962.

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 - Requerimento nº 608-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 - Requerimento nº 781-62, aprovado em 2 de dezembro de 1962.

Membros - Partidos

- 1. Menezes Pimentel - PSD. 2. Ruy Carneiro - PSD. 3. Lobão da Silveira - PSD. 4. Jefferson de Aguiar - PSD. 5. Guido Mondin - PSD. 6. Pinto Ferreira - PSB. 7. Bezerra Neto - PTB. 8. Amaury Silva - PTB. 9. Vivaldo Lima - PTB. 10. Daniel Krieger - UDN. 11. Eurico Rezende - UDN. 12. Milton Campos - UDN. 13. Heribaldo Vieira - UDN. 14. Lopes da Costa - UDN. 15. Aloysio de Carvalho - PL. 16. Lino de Matos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição

Acrescenta dispositivo ao artigo 15 revoga o item V e o § 6º do artigo 19 substitui o § 5º do artigo 19 e o art. 22 da Constituição

(Modifica o regime de discriminação de rendas).

Eleito em 20 de novembro de 1961, salvo os Srs Senadores:

Barros Carvalho - Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin - Designado em 19 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar - designado em 28 de abril de 1963;

Ruy Carneiro - designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende - designado em 23 de abril de 1963;

Amaury Silva - designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto - designado em 23 de abril de 1963;

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 - Requerimento nº 605-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961;

Até 15 de dezembro de 1963 - Requerimento nº 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros - Partidos

- 1. Jefferson de Aguiar - PSD. 2. Menezes Pimentel - PSD. 3. Pinto Müller - PSD. 4. Guido Mondin - PSD. 5. Ruy Carneiro - PSD. 6. Amaury Silva - PTB. 7. Barros Carvalho - PTB. 8. Argemiro Figueiredo - PTB. 9. Bezerra Neto - PTB. 10. Daniel Krieger - UDN. 11. Eurico Rezende - UDN. 12. Milton Campos - UDN. 13. Heribaldo Vieira - UDN. 14. Ruy Palmeira - UDN. 15. Aloysio de Carvalho - PL. 16. Lino de Matos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10, de 1961.

Acrescenta parágrafo ao art. 15 da Constituição Federal (aplicação da parcela proveniente das cotas de impostos destinadas aos Municípios).

Eleito em 28.2.1962, salvo os Srs. Senadores:

Lopes da Costa - designado em 30.3.1962;

Guido Mondin - designado em 29.10.1962;

Wilson Gonçalves - designado em 23.4.1963;

Eurico Rezende - designado em 23.4.1963;

João Agripino - designado em 23.4.1963;

Silvestre Péricles - designado em 23.4.1963;

Catete Pinheiro - designado em 23.4.1963.

Senadores - Partidos

- 1. Jefferson de Aguiar - PSD. 2. Wilson Gonçalves - PSD. 3. Ruy Carneiro - PSD. 4. Lobão da Silveira - PSD. 5. Guido Mondin - PSD. 6. Silvestre Péricles - PTB. 7. Nogueira da Gama - PTB. 8. Barros Carvalho - PTB. 9. Vago - PTB. 10. Milton Campos - UDN. 11. Heribaldo Vieira - UDN. 12. Lopes da Costa - UDN. 13. João Agripino - UDN. 14. Eurico Rezende - UDN. 15. Josaphat Marinho - S/legenda. 16. Lino de Matos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 11, de 1963.

Acrescenta parágrafos 4º e 5º ao art. 28 da Constituição Federal (Criação de novos Municípios).

Eleito em 28.3.1962, salvo os Srs. Senadores:

Guido Mondin - designado em 29.10.1962;

Wilson Gonçalves - designado em 23.4.1963;

Eurico Rezende - designado em 23.4.1963;

João Agripino - designado em 23.4.1963;

Catete Pinheiro - designado em 23.4.1963

Prorrogação:

Até 15-12-1963 - Requerimento nº 784-62 aprovado em 12-12-62.

Membros - Partidos

- 1. Jefferson de Aguiar - PSD. 2. Wilson Gonçalves - PSD. 3. Ruy Carneiro - PSD. 4. Lobão da Silveira - PSD. 5. Guido Mondin - PSD. 6. Silvestre Péricles - PTB. 7. Nogueira da Gama - PTB. 8. Barros Carvalho - PTB. 9. Milton Campos - UDN. 10. Heribaldo Vieira - UDN. 11. Eurico Rezende - UDN. 12. João Agripino - UDN. 13. Lopes da Costa - UDN. 14. Aloysio de Carvalho - PL. 15. Miguel Couto - PSP. 16. Catete Pinheiro - PSD.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 1, de 1962.**

(Altera a redação do art. 186 da Constituição, referente a obrigatoriedade de concurso para a investidura em cargo inicial da carreira, instituindo a proibição de nomeações interinas).

Eleita em 10-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Menezes Pimentel — designado em 15-5-1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Leite Neto — designado em ..... 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

João Agripino — designado em 23-4-1963;

Aurélio Vianna — designado em 23-4-1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 785-62, aprovado em 12-12-1963.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Silvestre Géricies — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Eurico Rezende — UDN
13. João Agripino — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Aurélio Vianna — PSB.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1962.**

(Institui nova discriminação de rendas em favor dos Municípios brasileiros).

Eleita em 23-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Leite Neto — designado em ..... 23-4-1963;

Josaphat Marinho — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em .. 23-4-1963;

Prorrogação:

Até 15-12-1962 — Requerimento nº 708-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD

5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Silvestre Péricies — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Lino de Mattos — PTN

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1963**

(Originário da Câmara dos Deputados)

Que dá nova redação ao 1º do art. 28 da Constituição Federal (autonomia dos Municípios).

Designação em 22 de outubro de 1963

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD;  
 Ruy Carneiro — PSD;  
 Wilson Gonçalves — PSD;  
 José Feliciano — PSD;  
 Lobão da Silveira — PSD;  
 Bezerra Neto — PTB;  
 Edmundo Levi — PTB;  
 Argemiro de Figueiredo — PTB;  
 Melo Braga — PTB;  
 Milton Campos Presidente — UDN;  
 Aloysio de Carvalho — UDN;  
 Afonso Arinos — UDN;  
 Eurico Rezende — UDN;  
 Josaphat Marinho (Relator) — Pequenas Representações;  
 Aurélio Vianna — Pequenas Representações;  
 Júlio Leite (Vice-Presidente) — Pequenas Representações.

**Comissão Especial para estudar a situação da Casa da Moeda.**

(7 MEMBROS)

Criada em virtude da aprovação do Requerimento nº 561-63 do Sen. Jefferson de Aguiar, na sessão de 14-8-63.

Designação em 28-8-1963

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD;  
 Wilson Gonçalves — PSD  
 Arthur Virgílio — PTB  
 Edmundo Levy — PTB  
 Adolpho Franco — UDN  
 Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN  
 Josaphat Marinho — S/ Legenda

**Comissão Especial para o estudo das causas que dificultam a produção agro-pecuária e suas repercussões negativas na exportação.**

(Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 2-8-1963).

(5 MEMBROS)

Membros — Partidos

- José Feliciano — PSD  
 Sigefredo Pacheco (Vice-Presidente) — PSD  
 José Ermirio (Presidente) — PTB  
 Lopes da Costa — UDN  
 Aurélio Vianna (Relator) — Pequenos Partidos.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1962.**

(Dispõe sobre a data do plebiscito previsto na Emenda Constitucional nº 2).

Eleita em 10-7-1962, salvo os Srs. Senadores:

- Wilson Gonçalves  
 Leite Neto  
 João Agripino  
 Eurico Rezende e  
 Josaphat Marinho (designado em 23-4-1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — requerimento nº 787-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Silvestre Péricies — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. João Agripino — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Josaphat Marinho — S/legenda

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 5 de 1962.**

Dá nova redação ao art. 20 da Constituição.

(Determina a entrega aos Municípios de 30% da arrecadação dos Estados quando exceder as rendas municipais).

Eleita em 13-9-1962, salvo os Srs. Senadores.

- Wilson Gonçalves  
 Leite Neto

Josaphat Marinho

Eurico Resende

Miguel Couto (designado em 23 abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento 789-62, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Vago — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Campos — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Eurico Resende — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Miguel Couto — PSP

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1962.**

Altera a redação dos §§ 1º e 3º do art. 60 da Constituição Federal.

(Aumenta para 4 o número de representantes dos Estados e Distrito Federal no Senado).

Eleita em 13-9-1962, salvo os Srs. Senadores

- Josaphat Marinho  
 Wilson Gonçalves  
 Eurico Resende.

Julio Leite (designado em 23 abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — requerimento 790-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedito Valladares — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Vago — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN.
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Eurico Resende — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Julio Leite — PR

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1962.**

Revoga a Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema parlamentar de governo e o art 61 da Constituição Federal, de 18 de setembro de 1946.

Eleita em 0.12.1963, salvo os Srs Senadores

- Wilson Gonçalves
- Eurico Rezende
- Amaury Silva
- Raul Giuberti (designados em 23 de abril de 1963)

Prorrogação:  
Até 15.12.1963 - Requerimento nº 91-62, aprovado em 12.12.1962.

- Membros - Partidos
1. Jefferson de Aguiar - PSD
  2. Ruy Carneiro - PSD
  3. Pedro Ludovico - PSD
  4. Wilson Gonçalves - PSD
  5. Benedito Valledares - PSD
  6. Menezes Pimentel - PSD
  7. Amaury Silva - PTB
  8. Nogueira de Gama - PTB
  9. Barros Carvalho - PTB
  10. Milton Campos - UDN
  11. Heribaldo Vieira - UDN
  12. Eurico Rezende - UDN
  13. Daniel Krieger - UDN
  14. João Agripino - UDN
  15. Mem de Sá - PL
  16. Raul Giuberti - PSP

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 1, de 1963.**

Altera a redação do inciso IX do art 157 da Constituição (referente ao trabalho de menores e mulheres e ao trabalho em indústrias insalubres).

Designada em 23-4-1963

- Membros - Partidos
- Jefferson de Aguiar - PSD
  - Ruy Carneiro - PSD
  - Lobão da Silveira - PSI
  - Wilson Gonçalves - PSD
  - Menezes Pimentel - PSI
  - Heribaldo Vieira - PSD
  - Amaury Silva - PTB
  - Bezerra Neto - PTB
  - Vago - PTB
  - Silvestre Pericles - PTB
  - Arthur Virgílio - PTB
  - Eurico Rezende - UDN
  - Milton Campos - UDN
  - João Agripino - UDN
  - Josaphat Marinho - S. legenda
  - Aloysio de Carvalho - PL

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1963.**

Altera os arts 141, 146 e 147 da Constituição Federal (referente ao direito de propriedade).

Designada em 23-4-1963

- Membros - Partidos
1. Jefferson de Aguiar - PSD
  2. Ruy Carneiro - PSD
  3. Lobão da Silveira - PSI
  4. Wilson Gonçalves - PSD
  5. Menezes Pimentel - PSD
  6. Leite Neto - PSD
  7. Amaury Silva - PTB
  8. Bezerra Neto - PTB
  9. Vago - PTB
  10. Silvestre Pericles - PTB
  11. Argemiro de Figueiredo - PTB
  12. Eurico Rezende - ODN
  13. Milton Campos - UDN
  14. Daniel Krieger - UDN
  15. Josaphat Marinho - S. legenda
  16. Aloysio de Carvalho - PL

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1963.**

Dá nova redação aos artigos nºs 26 e 63 da Constituição Federal (administração do Distrito Federal e matéria da competência privativa do Senado).

Eleita em 2-6-1963

- Membros - Partidos
1. Jefferson de Aguiar - PSD
  2. Ruy Carneiro - PSD
  3. Wilson Gonçalves - PSD
  4. Menezes Pimentel - PSD
  5. Leite Neto - PSD
  6. Amaury Silva - PTB
  7. Bezerra Neto - PTB
  8. Vago - PTB
  9. Eduardo Cataião - PTB
  10. Vasconcelos Torres - PTB
  11. Eurico Rezende - UDN
  12. Milton Campos - UDN
  13. Daniel Krieger - UDN
  14. Aloysio de Carvalho - Pequenos Partidos
  15. Josaphat Marinho - Pequenos Partidos

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1963.**

Dá nova redação aos arts. 44 e 45 da Constituição Federal para conceder imunidades aos vereadores.

Designada em 20-5-1963

- Senadores - Partidos
- Jefferson de Aguiar - PSD
  - Ruy Carneiro - PSD
  - Lobão da Silveira - PSI
  - Wilson Gonçalves - PSD
  - Menezes Pimentel - PSD
  - Leite Neto - PSD
  - Amaury Silva - PTB

- Bezerra Neto - PTB
- Pinto Ferreira - PTB
- Silvestre Pericles - PTB
- Adalberto Sena - PTB
- Eurico Rezende - UDN
- Milton Campos - UDN
- João Agripino - UDN
- Aloysio de Carvalho - PL
- Josaphat Marinho - S. legenda

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 5, de 1963.**

Dá nova redação ao item III e ao § 4º do artigo 19 da Constituição referentes ao imposto de Vendas e Consignações:

1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Ruy Carneiro - PSD
3. Lobão da Silveira - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Menezes Pimentel - PSD
6. Leite Neto - PSD
7. Amaury Silva - PTB
8. Bezerra Neto - PTB
9. Vago - PTB
10. Humberto Nêder - PTB
11. Argemiro de Figueiredo - PTB
12. Eurico Rezende - UDN
13. Milton Campos - UDN
14. Daniel Krieger - UDN
15. Aloysio de Carvalho - PL
16. Josaphat Marinho - Pequenos Partidos

**Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.**

(Criada em virtude da aprovação em 18-9-1963 sessão extraordinária do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador José Ermirio)

- (9 MEMBROS)
- Membros - Partidos
- José Feliciano - PSD
  - Atílio Fontana - PSD
  - Eugênio Barros - PSD
  - José Ermirio (Relator) - PTB
  - Bezerra Neto - PTB
  - Melo Braga - PTB
  - Lopes da Costa - UDN
  - Milton Campos - UDN
  - Júlio Leite, Vice-Presidente - Pequenas Representações

**Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas.**

(Criada em virtude da aprovação, em 2-8-1963 do Requerimento nº 531-63, do Senador Goulart Vieira).

- (5 MEMBROS)
- Membros - Partidos
- Atílio Fontana (Presidente) - PSD
  - José Feliciano (Vice-Presidente) - PSD
  - José Ermirio (Relator) - PTB

- Adolpho Franco - UDN
- Aurélio Vianna - Pequenas Representações

**Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar e aquisição, pelo Governo Federal dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional.**

(6 MEMBROS)  
(Criada pela Resolução nº 11-63)

- Membros - Partidos
- Jefferson de Aguiar - PSD
  - Leite Neto (Presidente) - PSD
  - Nelson Maculan - PTB
  - João Agripino (Relator) - UDN
  - Josaphat Marinho - Pequenas Representações

**Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas**

(Criada em virtude da aprovação, em 2-8-1963 do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Goulart Vieira)

- (5 MEMBROS)
- Membros - Partidos
- Atílio Fontana (Presidente) - PSD
  - José Feliciano (Vice-Presidente) - PSD
  - José Ermirio (Relator) - PTB
  - Adolpho Franco - UDN
  - Aurélio Vianna - Pequenas Representações

**Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização**

(Criada em virtude da aprovação, em 18-9-1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador José Ermirio).

- (9 MEMBROS)
- Membros - Partidos
- José Feliciano - PSD
  - Atílio Fontana - PSD
  - Eugênio Barros - PSD
  - José Ermirio (Relator) - PTB
  - Bezerra Neto - PTB
  - Melo Braga - PTB
  - Lopes da Costa - UDN
  - Milton Campos - Presidente UDN
  - Júlio Leite - Vice-Presidente Pequenas Representações

**Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acêrvos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional**

(Criada pela Resolução nº 11 de 1963).

(5 MEMBROS)

*Membros — Partidos*

Jefferson de Aguiar — PSD.  
Leite Neto (Presidente) — PSD.  
Nelson Maculan (Vice-Presidente) — PTB.  
João Agripino (Relator) — UDN.  
Josaphat Marinho — Pequenas Representações.

**Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos apontados da tribuna do Senado, na Sessão de 23 de outubro de 1963, e outros relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento dos Correios e Telégrafos.**

(Criada em virtude da aprovação em 7-11-1963, sessão extraordinária, da resolução nº 32, de 1963, apresentada pelo Senhor Senador Jefferson de Aguiar e outros Senhores Senadores).

*MEMBROS — PARTIDOS*

Presidente: Wilson Gonçalves — PSD.  
Vice-Presidente: Melo Braga — PTB.  
Relator: Eurico Rezende — UDN.  
Jefferson de Aguiar — PSD.  
Atilio Fontana — PSD.  
Artur Virgílio — PTB.  
Bezerra Neto — PTB.  
Aurélio Vianna — PTB.  
Júlio Leite — PTB.

Leite Neto — PSD.  
João Agripino — UDN.  
Daniel Krieger — UDN.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1963.**

Altera o art. 138 da Constituição Federal (inelegibilidades). Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

*Membros — Partidos*

Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
José Feliciano — PSD  
Walfredo Gurgel — PSD  
Argemiro de Figueiredo — PTB  
Bezerra Neto — PTB  
Silvestre Pércles — PTB  
Edmundo Levi — PTB  
Eurico Rezende — UDN  
Milton Campos — UDN  
Aloysio de Carvalho — UDN  
Afonso Arinos — UDN  
Josaphat Marinho — Sem Legenda  
Raul Guberti — Pequenas Representações.  
Júlio Leite — Pequenas Representações.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1963.**

Da nova redação ao § 4º art. 182 da Constituição Federal (transfere para a reserva militar da ativa que se candidatar a cargo eletivo). Projeto iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

*Membros — Partidos*

Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
José Feliciano — PSD  
Walfredo Gurgel — PSD  
Argemiro de Figueiredo — PTB  
Bezerra Neto — PTB  
Silvestre Pércles — PTB  
Edmundo Levi — PTB  
Eurico Rezende — UDN  
Milton Campos — UDN  
Aloysio de Carvalho — UDN  
Afonso Arinos — UDN  
Josaphat Marinho — Sem Legenda  
Raul Guberti — Pequenas Representações.  
Júlio Leite — Pequenas Representações.



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## SEÇÃO II

ANO XIX — N.º 18

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 25 DE JANEIRO DE 1964

# SENADO FEDERAL

**ATA DA 8ª SESSÃO, EM 24 DE JANEIRO DE 1964**  
**1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA.**

**PRESIDENCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE E ADALBERTO SENA.**

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Sr. Senadores:

- Adalberto Sena.
- Vivaldo Lima.
- Joaquim Parente.
- Sigefredo Pacheco.
- Menezes Pimentel.
- Dinarte Mariz.
- Bastos Carvalho.
- Heribaldo Vieira.
- Leite Neto.
- Aloysio de Carvalho.
- Josephat Marinho.
- Jefferson de Aguiar.
- Vasconcelos Torres.
- Aurélio Viana.
- Gilberto Maranhão.
- Nogueira da Gama.
- Moura Andrade.
- Pedro Ludovico.
- Bezerra Neto.
- Adolpho Franco.
- Mello Braga.
- Antônio Carlos.
- Daniel Krieger — (23).

**O SR. PRESIDENTE:**

A lista de presença registra o comparecimento de 23 Srs. Senadores. Há número regimental. Está aberta a Sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário lê a ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

### EXPEDIENTE

Ofício — do Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, de 21 do mês em curso, de restituição de autógrafos referentes a projetos de lei sancionados:

Of. n.º 80 — Projeto de Lei número 17-E-63 na Câmara e n.º 58-63 no Senado, que reifica, sem ônus, a Lei n.º 4.177, de 11.12.1962, que extingue a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1963;

Of. n.º 81 — Projeto de Lei número 2.106-60 na Câmara e n.º 172-62 no Senado, que isenta dos impostos de importação e de consumo matéria importada pela Companhia Telefônica de Minas Gerais;

Of. n.º 82 — Projeto de Lei número 2.474-E-60 na Câmara e n.º 69-62 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 16.100.000,00, destinado a atender a despesas de qualquer natureza decorrentes das Comemorações do Sesquicentário da Acaçagem Militar das Agulhas Negras.

*Respostas a pedidos de informações, encaminhadas pelo Sr. Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República:*

Of. de 8.1.64 — com referência ao Requerimento n.º 514-63, do Sr. Senador Lobão da Silveira (informações da SUNAB);

Of. de 21.1.64 — com referência ao Requerimento n.º 743-63, do Sr. Senador Cattete Pinheiro (informações da SUNAB);

Of. de 8.1.64 — com referência ao Requerimento n.º 693-63, do Sr. Senador Ednaundo Levi (informações do DASP).

**O SR. PRESIDENTE:**

Continua a hora do expediente. Há sobre a mesa projeto de lei que vai ser lido.

É lido, apoiado, e despachado à Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social o seguinte:

### Projeto de Lei do Senado n.º 2º de 1964

*Aplica aos inativos da Previdência Social o disposto na Lei n.º 4.266, de 3 de outubro de 1963.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Aplicam-se aos inativos da Previdência Social as disposições da Lei n.º 4.266, de 3 de outubro de 1963 que instituiu o salário-família do trabalhador.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

### Justificação

No direito social positivo existem apenas duas categorias de segurados: ativos e inativos. Os primeiros são os que estão vinculados às relações de um trabalho permanente, enquanto os segundos se identificam entre os que, por incapacidade, idade e tempo de serviço, adquiriram o direito de perceber um trabalho.

Os primeiros foram beneficiados recentemente, com a concessão do be-

nefício do salário-família, instituído pela Lei n.º 4.266, de 1963.

Os segurados da segunda categoria, no entanto, não foram contemplados pelos favores da citada lei.

Releva notar que, no caso do salário-família, o desconto previdenciário, e os inativos não recebem o 13º salário, em razão da mesma taxa que sobre esse salário se recolhe a favor das instituições de previdência social.

Cumpre também salientar que, quando o trabalhador se atasta do trabalho em gozo de benefício, a sua maioria, o faz em idade avançada, quando os filhos já são maiores, e estarão excluídos dos favores da lei, a qual, atenderá praticamente aos que doentes, são obrigados a se afastarem do serviço. Cumpre ao Estado prestar-lhe assim, a bem da paz social, todo o amparo a que tem jus.

Estamos certos que a proposição dada o seu alcance altamente humanitário e justo, mereça a aprovação do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 24 de janeiro de 1964. — Senador Adolfo Leinbruch

**O SR. PRESIDENTE:**

Há, sobre a mesa, "memorial" que vai ser lido, e que foi endereçado ao Presidente do Congresso Nacional.

É lido o seguinte

### A MESA PRESIDENTE DO CONGRESSO SINDICAL.

As entidades profissionais, abaixo nomeadas, como fiéis intérpretes do pensamento de mais de 3 milhões de trabalhadores das cidades e dos campos, deliberaram dirigir-vos as seguintes palavras de advertência e de esclarecimento sobre a verdadeira posição do proletariado brasileiro em fase dos problemas que serão ventilados nesse conclave:

1 — Os Conselhos de Representantes das Confederações Nacionais dos Trabalhadores no Comércio, na Indústria e na Agricultura, por força da lei vigente são os órgãos que podem soberanamente decidir a respeito das questões incluídas no tenário desse Congresso.

E os Conselhos de Representantes das aludidas associações sindicais de grau superior não foram convocados para pronunciarem-se a respeito.

Dai a advertência de que os membros das diretorias de tais Confederações e participantes desse Congresso não estão credenciados regularmente para falar em nome das classes de que fazem parte. São portanto, portanto, em caráter estritamente pessoal.

2 — A imensa maioria dos trabalhadores do Brasil pugna pela unificação do movimento obrero em torno de um programa autenticamente democrático, em que os interesses operários não fiquem subordinados às pretensões imperiais das forças daquela potência nas suas posições ideológicas deste ou daquele grupo.

Não condiz com essa unificação o espírito sectário imperante nesse Congresso e a vossa irracional subsunção aos planos expansionistas de um grupo de nações onde o trabalhador é transformado em escravo e os sindicatos não passam e repartições públicas instaladas nos fundos de delegacias de polícia. Sabéis que às mesmas argumentos foram invocados pela C.G.T. argentina para negar sua adesão a esse conclave.

Tais circunstâncias explicam, outrossim, a indiferença com que é recebido, neste país, o vosso congresso.

O povo brasileiro já amadureceu para a democracia e está convencido de que é ilegal o bem-estar do trabalhador ao qual se recusam as heranças fundamentais.

Dai porque o Brasil jamais tolerará os regimes políticos cujo símbolo é o "paredão" sem prévio julgamento. Inútil será o vosso esforço para aprovar fórmulas que importem no esmaecimento ou mutilação das garantias constitucionais, eis que elas serão repudiadas por um povo que quer libertar-se do subdesenvolvimento econômico sem transformar a nação numa imensa senzala.

Viva a Liberdade!  
Viva a Democracia!  
Viva o Brasil!

OLAVO PREVIATE!  
Fed. dos Trabs. na Ind. do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo.

DOMINGOS ALVAREZ  
Fed. dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo.

JOÃO WAGNER  
Fed. dos Trabs. nas Inds. do Estado do Paraná.

LEONIL SOARES  
Fed. dos Trabs. nas Inds. da Constr. Civil do Estado do Rio.

ARY CAMPESTA  
Fed. Int. Estadual dos Trabs. nas Inds. Químicas dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

ANTÔNIO ALVES COSTA  
Fed. dos Trabs. nas Inds. do Ceará.

JOSETE OLIVEIRA  
Fed. dos Trabs. na Ind. da Constr. Civil da Guanabara.

MÁRIO DORAZO



# EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

### DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

#### ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES				FUNCIONARIOS			
Capital e Interior				Capital e Interior			
Semestre .....	Gr\$	50,00		Semestre .....	Gr\$	79,00	
Ano .....	Gr\$	96,00		Ano .....	Gr\$	76,00	
Exterior				Exterior			
Ano .....	Gr\$	136,00		Ano .....	Gr\$	108,00	

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,20.

- Fed. Interestadual dos Trabs. Ind. de Artefatos de Couro nos Estados de São Paulo, Guanabara e Rio de Janeiro.
- NAVAS MARTINS
- Fed. dos Trabs. nas Inds. Urbanas do Estado de São Paulo.
- ANTONIO COUTINHO
- Fed. dos Trabs. nos Transportes do Estado de São Paulo.
- M. JESSUIO
- Fed. dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo.
- CÉLIO DOMINGUES NETTO
- Fed. dos Trabs. nas Inds. dos Vidros e Cristais do Estado de São Paulo.
- DACY GATTO
- Fed. dos Trabs. nas Inds. do Vestuário do Estado de São Paulo.
- José ROCHA

Fed. dos Trabs. na Agricultura do Estado de São Paulo.

A premência de tempo impediu que outras quarentas e tantas Federações de Trabalhadores na Indústria, Comércio, Transportes, Marítimos e Agricultura subscrevessem a presente declaração, embora seus dirigentes comunguem dos mesmos ideais democráticos nela expressos.

**O SR. PRESIDENTE:**

O expediente lido val a publicação. Há oradores inscritos.  
Tem a palavra o nobre Senador Leite Neto.

**O SR. LEITE NETO:**

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, nesta última quinzena, o País tem sido alarmado por notícias verdadeiramente inquietadoras, sobre as quais desejo manifestar-me. Antes, porém, numa espécie de parêntese, quero congratular-me com o Chefe de Estado do Brasil pela feliz iniciativa que tomou no sentido de procurar restabelecer as relações diplomáticas entre o Brasil e a França.

Realmente, Paris não é somente a capital da França. É verdadeiramente a capital da latinidade. Quem quer que ali compareça e visite os seus monumentos históricos, sente que eles representam um elo inquebrantável da cadeia da latinidade, em qualquer dos seus setores. Quem visitar, por exemplo, o túmulo de Napoleão chegará à conclusão de que a obra daquele super-homem em vários setores da atividade humana, sendo a memória guerreira, foi sobretudo uma obra civil, cujo marco mais elevado foi incontestavelmente o Código Civil, o famoso Código Napoleônico.

Quem visita o famoso Palácio de Versalhes sente — não vê mas sente — que ali pára o espírito do grande Clemenceau, que foi, incontestavelmente, numa das fases épicas da Humanidade, o defensor máximo das liberdades, na luta contra o imperialismo.

A França, Sr. Presidente, sempre exerceu grande influência no desenvolvimento cultural do Brasil, desde a famosa França Antártica, tão bem descrita pelo Padre Thevet, até a influência penetrante das idéias da literatura francesa através da nossa, e da ciência, notadamente da ciência médica.

Esse entrelaçamento histórico impede que os dois Países se afastem por questões de somenos e os seus povos, tradicionalmente ligados, momentaneamente se distanciem por questões de pequena relevância.

Congratulo-me por isso, com o Chefe do Estado brasileiro, Sr. João Goulart pela carta que dirigiu ao Presidente Charles De Gaulle. É uma carta sensata. O povo brasileiro deve felicitar-se pelo estilo em que ela é escrita e que bem traduz os ideais da grande maioria da Nação, em defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Eu quero ler alguns trechos, Senhor Presidente, para comprovar a minha afirmativa:

Sr. Presidente, o Governo brasileiro, atendendo a um indeclinável dever de fidelidade aos vínculos históricos que unem os nossos dois países, tem a honra de convidar V. Ex<sup>a</sup> para visitar o Brasil, por ocasião de sua anunciada viagem à América Latina. Os sentimentos de amizade, que o povo brasileiro dedica à França se explicam pela circunstância de que a cultura e a história francesas foram a fonte dos nossos ideais profundos, valores espirituais e das nossas arraigadas convicções democráticas. Temos consciência de que a Revolução Francesa não foi apenas o acontecimento significativo de um século, ou simples marco na evolução de uma classe. Assentou, em termos definitivos, a dignidade da pessoa humana, através da declaração dos seus inalienáveis direitos fundamentais. Nos dias de hoje, esses direitos estão sendo reclamados por milhões de seres humanos que não podem nem devem permanecer à margem dos benefícios do progresso e da civilização. No sentido de dar atendimento a esses anseios, a França e o Brasil têm uma grande tarefa comum a realizar, que exige aproximação maior entre os nossos povos e torna sem expressão quaisquer atritos que tenham ocorrido ou quaisquer pronunciamentos desautorizados que tenham, inutilmente, tentado agravá-los. Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex<sup>a</sup> as expressões de minha mais alta consideração e do meu inalterável apreço, com que me subscrevo. De V. Ex<sup>a</sup>. (a.) JOÃO GOULART.

Felizmente o senso de equilíbrio do Senhor Presidente da República vai nos conduzindo ao restabelecimento dessas relações diplomáticas.

Realmente, não teria nenhum sentido fossem essas tradições históricas solapadas ou arruinadas por um simples prato de lagostas no Nordeste.

Sr. Presidente, de início, declarei que estas palavras representavam apenas um parêntese. Quero, agora, fazer referência às notícias alarmantes que se propagam pelos jornais brasileiros e que vão levando a inquietude aos mais distantes rincões da nossa pátria.

Fala-se muita coisa neste momento. Fala-se em golpe de Estado, em revolução, em uma série de acontecimentos que se aproximam, os quais conturbariam, de maneira definitiva, a ordem jurídica do Brasil. Entretanto, o que mais impressiona é que essas afirmações não são feitas por irresponsáveis, mas por homens de alta projeção nacional, de grande responsabilidade perante a opinião pública deste país, e de elevado gabarito moral, os quais conheço de perto e julgo incapazes de, por levandade, inquietar o País.

Há poucos dias, a Nação tomou conhecimento de uma denúncia, formulada pelo eminente Presidente da União Democrática Nacional, um dos maiores partidos políticos deste País, de que um processo revolucionário está em marcha e já se encontra naquilo que denominou ser a "terceira fase". Por outro lado, declarações de pessoas ligadas ao Governo do Rio Grande do Sul descrevem a evolução rápida do processo revolucionário naquele Estado. Se temos essas informações, para parcela tranquilidade do País, ouvimos as declarações peremptórias do Chefe do Governo Brasileiro, o Presidente João Goulart, de que não co-participa desse movimento.

Sr. Presidente, tenho declarado reiteradas vezes, por uma questão de princípio e de doutrina, que este país nunca necessitou tanto de tranquilidade como nos dias que correm. Há longos anos venho lutando contra essa moléstia que se vai tornando calamidade pública e que se chama inflação. Não é possível, lutar com eficiência contra a inflação, debelar um surto inflacionário galopante como o que, infelizmente, estamos suportando e que, segundo a própria opinião do Sr. Presidente da República, é de quase desvalorização da moeda, atingindo um nível verdadeiramente calamitoso, de perto de 100%. Nas declarações que apresentei perante a Comissão de Finanças desta Casa e ao Plenário, fui modesto. Agora, porém, quero confessar minhas intenções.

Quando, na qualidade de Relator da Receita, procurei o eminente Ministro da Fazenda, Sr. Carvalho Pinto, para que S. Ex<sup>a</sup> confirmasse ou retificasse os dados, que eu possuía, sobre a situação financeira do País, especialmente sobre o montante do meio circulante e a espiral inflacionista, senti que aquele grande brasileiro, que procurou prestar grandes serviços ao País sem o ter conseguido embora, desejava que eu levasse minhas informações apenas até o mês de agosto. Eu sabia que no mês de setembro, com a desordem estabelecida em Brasília, as finanças nacionais haviam sofrido verdadeiro colapso e os males se agravaram pelo mês de outubro. Somente em novembro as coisas começaram a melhorar. Senti que S. Ex<sup>a</sup> me fazia quase um apelo no sentido de não alarmar o País. Tomei tal cuidado escrupuloso e reduzi ao possível, os efeitos catastróficos da situação financeira daqueles meses.

Foi para mim, porém, grande surpresa quando, por coincidência, no dia em que eu fazia a exposição suscitando, tanto quanto possível, a situação nacional pois, sentindo ser desejo do Sr. Ministro da Fazenda, que já em entrevista pública procurara injetar um pouco de óleo no fogo neste País, gerando forças, para que tanto crescesse em resistência, quiz com S. Ex<sup>a</sup> cooperar — e não me arrependo, porque nunca devemos nos arrepender de cooperar com homens bem intencionados, na defesa dos interesses nacionais; foi para mim — repito — uma grande surpresa, quando na mesma reunião, tomei conhecimento da entrevista do Sr. Presidente da República transmitindo à Nação aqueles dados que eu deixara de revelar à Comissão de Finanças.

Esse problema ameaça devorar a economia nacional e estimular cada vez mais a deflagração de um movimento revolucionário. Na realidade, incontestavelmente, em todos os países onde têm havido revoluções extremistas, a situação calamitosa em matéria de moeda tem sido um dos elementos propulsores de tais movimentos.

Afirma-se agora, entre outras coisas, que, dentro de breves dias, ou dentro de meses, terá início nova campanha, a campanha da sucessão presidencial. Ora, se considerarmos todos os inconvenientes do estado de inquietação em que nos encontramos, a deflagração de uma campanha presidencial, que, como sabemos, no Brasil a marcha sempre para o campo das paixões pessoais e da perturbação política, seria totalmente inoportuna em 1964. Esse movimento inopertivo e antipatriótico virá agravar ainda mais a situação calamitosa em que nos encontramos.

Embora sem nenhuma autoridade, faço um apelo aos candidatos — cujos nomes já se encontram na rua — ao Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, ao Sr. Carlos Lacerda, ao Sr. Magalhães Pinto e ao Sr. Ademar de Barros — no sentido de que, com eleva-

do patriotismo, com os olhos voltados mais para a Nação brasileira do que para o êxito de suas próprias candidaturas, entrem num entendimento e adiem para janeiro de 1965 a campanha presidencial.

Teremos mesmo assim nove meses pela frente, o período de uma gestão, o suficiente para que a propaganda possa ser levada a todos os recantos e os candidatos terão prestado à Nação um grande serviço, dado um exemplo de renúncia e de compreensão e demonstrado aos brasileiros, que acima das suas vaidades paira o interesse da nacionalidade brasileira.

Sr. Presidente, 1964, se é que ainda temos esperanças de salvar a ordem neste País, deveria ser um ano de trégua. Trégua generalizada, trégua para o trabalho eficiente do Executivo e do Legislativo, a fim de que, realmente, possamos enfrentar questões que, por serem de extrema gravidade, requerem soluções urgentes e inadiáveis.

O Executivo defronta-se com uma série de problemas que estão a requerer ação imediata e enérgica — em alguns setores ação heróica, ação que não vise à popularidade transitória, mas que venha os olhos na felicidade da Pátria. Há problemas, como o econômico-financeiro, o educacional, o da agricultura, que não poderão ser resolvidos convenientemente por simples atos de rotina. São problemas que exigem — aí sim, Senhor Presidente — uma ação revolucionária, mas revolucionária no bom sentido, visando enfrentar com coragem e energia a sua solução. Sem coragem, energia, discernimento, ninguém poderá melhorar a situação econômico-financeira deste País.

Pelos simples processos rotineiros que são por aí pregados, o caos, virá cor, cada vez maior velocidade. É necessário que o Sr. Presidente da República continue, num gesto de coragem suprema, em se impopularizar transitóriamente, para conquistar, no futuro, uma posição de alta relevância entre os estadistas deste País. Se assim não proceder, embora possa dispor de popularidade transitória, nenhum benefício trará ao País, que se irá afundando cada vez mais no *mare magnum* da inflação, que ameaça realmente devorar todos os setores da economia nacional. A começar pelas classes trabalhadoras que tem diariamente contato com inúmeros defensores nos jornais, nas rádios e nas televisões. Essas classes são exaltadamente as mais atingidas por este doloroso processo inflacionário que arruína o País.

Não é amigo da classe trabalhadora, não é seu defensor, não tem credenciais para falar em seu nome quem estimula a inflação. É amigo, é realmente defensor da classe trabalhadora todo aquele que se opõe à evolução galopante da inflação brasileira.

É por isto que considero um dever fazerem uma trégua, neste ano de 1964, todas as correntes políticas — as que apoiam e as que combatem o Governo. Ficarmos, assim, com autoridade bastante para exigir que o Executivo leve a efeito imediatamente, uma obra de saneamento financeiro deste País. Sem este saneamento preliminar, estaremos impossibilitados de resolver qualquer dos nossos problemas.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LEITE NETO — Com muito prazer.

O Sr. Vasconcelos Torres — V. Exa. conclama a uma trégua política. Neste instante, em que a agitação político-partidária já está nas ruas — V. Exa. é o primeiro a reconhecê-lo

— suas palavras são como que as de um novo São João Batista pregando no deserto.

O SR. LEITE NETO — É possível.

O Sr. Vasconcelos Torres — Apesar de toda a inflação, de todas as crises, vemos uma superabundância de candidatos à Presidência da República. Veja V. Exa.: antes mesmo que o Partido Social Democrático — a que V. Exa., empresto o seu brinco e uma atuação correta, em defesa dos seus postulados — lançasse seu candidato, o Partido Rural Trabalhista, já homologara a candidatura do Sr. Juscelino Kubitschek. Na União Democrática Nacional, de tantas tradições e serviço da vida política deste País, já sentimos existirem vários candidatos. Por outro lado, o Partido Social Progressista já tem como certa, inarredável, a candidatura do Sr. Adhemar de Barros.

Há também um movimento de ordem mista, inaugurando conduta nova na vida política do Brasil, pretingindo uma candidatura da qual muitos deboçam e a qual consideram ridícula. Mas, afinal, é uma candidatura que talvez não saia vitoriosa, porém influirá desfavoravelmente na de um bom candidato à Presidência da República.

Por enquanto, o único partido que manteve e vem mantendo atitude discreta, é justamente o Partido Trabalhista Brasileiro, tudo levando a crer, no processo sucessório, a agremiação populista apoiará a candidatura Juscelino Kubitschek. O próprio Sr. Juscelino Kubitschek, segundo li num jornal de hoje, já admite a sua renúncia. Houve precipitação injustificável. E, segundo entendi das palavras sensatas, de V. Exa., a sucessão veio antes do tempo. No entanto sabe V. Exa., que o povo brasileiro é eminentemente político, apassionado e agitado. Daí a acreditar, *data venia* do eminente colega e amigo, a quem tanto prezo e admiro, desde os velhos tempos da Câmara Federal, que as suas palavras não encontrarão ressonância nas cúpulas partidárias. Ninguém quer trégua, Sr. Senador Leite Neto e sim pressa. Toda gente quer que a convenção lance seu nome como candidato a um posto difícil, quando deveria este sair às ruas. Estamos observando, justamente, uma autopromoção de candidaturas, com individualismo condenável que não serve ao Brasil de maneira alguma.

O SR. LEITE NETO — Agradeço a V. Exa. Sei, e não foi novidade para mim — o que V. Exa., disse há pouco. — Que estou clamando no deserto. Entretanto, já, o Padre Vieira estimulava os pregadores a que não esmorecessem na sua pregação, ainda que no deserto. É mister pregar, por vezes até gritar. É necessário ter a coragem de defender o que se lhe afigura ser a verdade.

Sr. Presidente, sei que o jogo de vaidade é muito grande e que as candidaturas já estão na rua confio porém, sinceramente, nas reservas de profundo patriotismo dos brasileiros. É em nome dessas reservas que ora faço um apelo, mencionei em primeiro lugar, aquele que V. Exa., citou; o provável candidato do meu Partido, o Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira. Referi-me aos demais porque, a candidatura deste só poderia ser a resultante de um entendimento entre todos os candidatos atualmente lançados.

Quem sabe, Sr. Presidente, se durante uma trégua, os brasileiros, inspirados por Deus, encontrariam um candidato apaziguador das paixões brasileiras?

Sr. Presidente, dizia eu que o Governo Brasileiro, o Executivo e o Legislativo, encaram no momento, pro-

blemas da mais alta relevância, cuja solução só poderá ser encontrada em ambiente de tranquilidade.

É um sonho 1964, Sr. Presidente e como disse o meu nobre colega, estou pregando no deserto. Por isto mesmo posso pregar mais à vontade. Deveria ser 1964 um ano de trégua para todas as classes sociais, sem que estimulados fossem os movimentos de desordem e a luta de classe. Então, haveria entendimento perfeito entre todos, a fim de conjurarmos o perigo que nos ameaça. Não se trata de perigo bélico; não é um perigo externo. É um perigo interno, é o perigo de colapso da administração brasileira, em consequência do caos e da desordem financeira, com seus reflexos sobre a economia. Como é sabido, as finanças e a economia são ciências siamesas, não podendo ser, portanto, afastadas uma da outra. Sem boa economia jamais teremos boas finanças e sem boas finanças não poderemos fomentar o desenvolvimento correto da economia brasileira.

O Sr. Vasconcelos Torres — Não acredita V. Exa., na recuperação do povo brasileiro? Não admite que, apesar da crise desenhada por V. Exa., em cores reais, na verdade da parte de V. Exa., um pessimismo exagerado? O fato me surpreende, pois e V. Exa., um economista e financista.

O SR. LEITE NETO — V. Exa., está interpretando mal meu pensamento. Várias vezes tenho afirmado, desta tribuna, que confio profundamente nas reservas de recuperação do povo brasileiro. Por acreditar nessas reservas que considero inexauríveis, é que formulei o apelo no sentido de que se dê oportunidade ao Executivo e ao Legislativo para, num ambiente de tranquilidade enfrentarem conscientemente os grandes problemas da hora presente.

Ainda mais Sr. Presidente: no momento em que se propala, se estimula e se prega a necessidade de reformas estruturais em nosso País, como, fazê-los neste ambiente de inquietação? Se há realmente necessidade da reforma agrária e de outras estruturais para nosso País, então a condição *sine que non*, a condição preliminar é que a Nação esteja num ambiente tranquilo. Não há de ser num ambiente de opressão, de ameaça e de intranquilidade que o Executivo e o Congresso poderão, com eficiência, enfrentar os magnos problemas da nacionalidade.

O Sr. Aurélio Viana — Permite V. Exa., um aparte?

O SR. LEITE NETO — Pois não.

O SR. AURÉLIO VIANA — Mais uma vez V. Exa. pronuncia o sorriso de grande importância. As palavras de V. Exa., deveriam servir de motivo para uma meditação sobre os problemas de que trata. Não pensa V. Exa., entretanto, que se justifica a inquietação, a intranquilidade por que atravessa o Brasil, atualmente? A inquietação é consequência, é o efeito de uma causa. O povo brasileiro está cansado de esperar e de tempo, em demasia, aos seus legisladores, aos seus Chefes de Estado para formularem, equacionarem e resolverem os problemas que envolvem as grandes causas nacionais. As reformas já deveriam estar sendo realizadas há muitos anos. Lembro-me de ter lido, num livro importantíssimo sobre o Brasil, que há mais de cem anos Hendelman declarava ser necessária a reforma agrária neste País; Se ela não viesse, este País, que exportava gêneros de primeira necessidade, passaria a importá-los. Isto já aconteceu.

O SR. LEITE NETO — É exato.

O Sr. Aurélio Viana — As classes dirigentes, as denominadas classes dominantes vêm calmamente, pudicamente protelando a solução para o grande problema nacional. E o povo está inquieto porque deu tempo a esses grupos dirigentes para equacionarem e resolverem os problemas nacionais, e os problemas não são resolvidos, muito menos equacionados. Daí a inquietação, o desejo de levar os grupos dirigentes à realização das reformas que trazam tranquilidade e segurança ao povo brasileiro. É o aparte que dou a V. Exa. como uma colaboração.

O SR. LEITE NETO — Agradeço a V. Exa., pois, até certo ponto, se compadeço com o pensamento que tenho expandido nesta tribuna.

Não nego a existência dessa inquietação, a que me referi, logo no início do meu discurso. Inquietação que se estende por todos os rincões da Pátria brasileira, e resultante sobretudo de um fenômeno que pode ser traduzido numa só palavra: fome.

Sr. Presidente, não é só do Brasil como de dois terços da humanidade a tormentosa situação em torno do problema da fome. Não quero aprofundá-lo agora, porque deixarei para outra oportunidade, mas incontestavelmente é hoje problema fundamental do nosso tempo, o problema da fome da subfome.

Regões imensas do nosso País — tenho tido a felicidade e oportunidade de percorrer, notadamente a Amazônia e o Nordeste, e te último onde convivo quase permanentemente e dia a dia me convenceo de que o problema fundamental, o problema da fome.

Mas, não se resolve com simples palavras, com slogans, com manchetes em jornais, o problema da fome que é sobretudo complexo, e que envolve uma série de providências necessárias assim do Executivo como do Legislativo. É neste sentido que estou convidando as agremiações políticas para esse ensarilhamento de armas em 1964. Haveria uma pausa — como muito bem disse o Senhor Aurélio Viana — para a meditação e para a ação: para meditação nos problemas fundamentais do nosso País.

Fala-se muito em Reforma Agrária. Pergunta-se: Qual o plano nacional já elaborado e do conhecimento do Congresso para a solução do problema da Reforma Agrária?

Sr. Presidente, tenho estudado o problema em diversos países da América democrática e da área socialista. Não vi um só que lograsse êxito em que, antes de ser feita a Reforma Agrária, fosse organizado um plano preestabelecido e com a cooperação dos seus melhores técnicos. Não são planos escritos em cima da pena e ao belprazer dos que querem fazer campanha política. Reforma Agrária é problema sério, é problema científico, é problema técnico como é problema educacional. E não vejo, Sr. Presidente, até o momento, a elaboração de um plano neste sentido, plano que lograria êxito.

Sr. Presidente, pior do que não ter Reforma Agrária é termos uma Reforma Agrária que fracasse, e leve a imensa maioria do povo brasileiro a uma situação de verdadeiro desespero.

Ao encerrar as minhas palavras, pois já otmei bastante tempo ao Senador, quero deixar bem esclarecido que as responsabilidades que recaem sobre o Executivo são as mesmas que recaem sobre o Legislativo; ambas têm idêntica responsabilidade perante a opinião pública nacional.

É necessário que realmente passemos da doutrinação, da pregação para as realizações concretas. Vamos elaborar um plano com a ajuda dos homens de ciência, com a colaboração dos técnicos, dos especialistas. Mas um plano de conjunto, um plano global, não um plano alejado, que não leva em consideração todos os aspectos do problema, uma planilha no campo da educação. Entendo que em qualquer reforma que se queira fazer neste país, em que tanto se fala de revoluções, a primeira revolução seria a educacional que está por ser feita. Mas até hoje — tenho assinalado isto várias vezes — não apareceu no Brasil um estadista realmente com a vocação de fazer a grande revolução educacional deste país. Passam fugazmente pelo Ministério da Educação ou pelo Governo da República homens que cogitam de problemas educacionais; jamais passou um que se empolgando profundamente pelo problema tivesse a coragem de inaugurar, de iniciar aquela revolução de que realmente necessitamos com urgência — a revolução educacional.

Sr. Presidente, isto me faz lembrar, agora, que há poucos dias assisti em Sergipe, com a presença do Sr. Ministro da Educação, o início de uma campanha meritória. Neste país de mais de 50% de analfabetos sempre sustentei — quando relator do orçamento do Ministério da Educação na Comissão de Orçamento da Câmara — de que os problemas fundamentais de ensino primário, de ensino médio e de ensino superior, não eram convenientemente tratados, racionalmente estudados pelo Ministério da Educação e Cultura. Quanto ao ensino médio devo até informar que quando comecei a relatar o orçamento do Ministério da Educação e Cultura existiam, apenas, verbas consignadas ao Colégio Pedro II, na então capital da República. Lutei, pleiteei e reclamei no Ministério da Educação e Cultura; não fui atendido, nem fui ouvido. Tomei, então, a deliberação de, num projeto que se transformou em lei, criar o Fundo Nacional de Ensino Médio que vem possibilitar o fomento do ensino médio em nosso país. E se não está fomentando melhor é porque, infelizmente, várias vezes os seus principais objetivos têm sido deturpados pela politicagem.

Agora o Sr. Ministro da Educação iniciou uma campanha pela erradicação do analfabetismo. Tem como auxiliar, em Sergipe, o Ilustre Professor Paulo Freire, homem de grande capacidade intelectual, desejo de trabalhar pelo Brasil apesar de mal interpretado por alguns. Seu método, realmente, pode conduzir a qualquer resultado: educar o homem para a democracia, como educá-lo para o extremismo. Dependendo, como tudo na vida, da orientação que se der ao problema. O medicamento pode se tornar veneno, segundo a dose ou má aplicação que se lhe der. Logo, as faltas, as lacunas não são do processo. Acreditar que o Sr. Ministro da Educação, com a colaboração do Professor Paulo Freire, poderá prestar relevantes serviços a meu Estado e a outros onde a campanha será iniciada.

O que quero, entretanto, dizer é que problemas como este não podem ser tratados com doses homeopáticas rotineiramente.

Os problemas educacionais no Brasil só poderão ser equacionados convenientemente com um impeto revolucionário. Digo isso perfeitamente convencido de que, pelos processos rotineiros, daqui a vinte anos ainda estaremos mergulhados no analfabetismo.

Sr. Presidente, estas são minhas considerações de dileta sobre a situação brasileira, fazendo uma pregação no deserto que é a minha sina. Preguei no deserto durante dezessete anos na Câmara dos Deputados quando, desde o primeiro momento, ressaltai a necessidade de não se permitir que a economia nacional fosse sufocada pela inflação galopante. Esta infelizmente vem se acelerando de ano para ano, chegando ao ponto de forçar-nos a tomar providências energéticas, heróicas, ou o país enfrentará dias calamitosos. Ai, então, a inquietação será generalizada, estabelecendo completo caos e anarquia.

Sr. Presidente, estas são palavras que queria proferir nesta dissertação de dileta perante o Senado da República. (Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Aarão Steinbruck. (Pausa).

No está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Vasconcelos Torres.

#### O SR. VASCONCELOS TORRES:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, o triângulo industrial brasileiro, composto pelos Estados de São Paulo, Guanabara e Estado do Rio, enfrenta neste instante um terrível racionamento de energia elétrica. Esta anomalia, a meu ver, decorre da falta de previsão das empresas produtoras de energia, que, neste país, cuidaram e cuidam apenas da política tarifária, dos aumentos sucessivos nas taxas de eletricidade, negligenciando, criminosamente, o estudo da capacidade futura de consumo, desde o momento em que foram instaladas. A demanda hoje, e já o era ontem, tem sido sempre maior do que a potência instalada. Vemos que a Companhia Light e a Bond and Share, citando as duas principais, não previram devidamente o seu tempo, o que iria acontecer. O resultado é este colapso energético que, no meu ponto de vista, tem muito de criminoso. Onde há imprevisão, há crime contra o povo.

No instante em que o Sr. Presidente da República, se entrevista com o Presidente do Paraguai, para o aproveitamento do potencial hidroelétrico de Sete Quedas, vem a pélo este comentário que deve ser feito, numa crítica causticante e sem piedade, a essas empresas absoletas que não acompanharam o ritmo do desenvolvimento do país.

Não é crível que em São Paulo, a situação esteja à beira da calamidade e da Guanabara e no Estado do Rio, os mesmos fatos se observem.

Os cortes de circuitos ou a paralisação do fornecimento de energia não implicam em decréscimo tarifário; pelo contrário, em plena crise os aumentos das taxas de eletricidade se verificam a cada instante.

Não é apenas a paralisação industrial que, por si só, é de grande monta, e causa prejuízos imenso à economia do país. E, Sr. Presidente, a nossa complacência para com essas empresas que não reinvestiram, que não aumentaram a sua capacidade de fornecimento de energia elétrica e que, muito ao contrário, principalmente as duas citadas — a Light e a Bond & Share — remeteram para o exterior lucros extraordinários cuja importância ignoramos, porque há verdadeiro mistério, um indecifrável véu em torno dessas remessas. Se essas empresas agissem no sentido do interesse brasileiro, essa importância poderia aqui ser aplicada, evitando-se essa crise que tanto prejudica a economia desses três grandes Estados da Federação.

Não vejo, neste instante, como de belá-la, e não ser com uma medida drástica — a encampação dessas empresas. Mas, quando se aventa o assunto, uma cealuma que se levanta, uma onda de interesse surge tão avassaladoramente que ficamos, Senhor Presidente, às vezes, como vozes isoladas, impossibilitados de levar de vencida a política que, neste instante, interessa ao Brasil, a nacionalização das empresas de energia elétrica. Sem uma expropriação violenta, mas dentro dos termos da lei e da Constituição, poderemos garantir ao povo brasileiro aquilo a que tem direito, isto é, energia elétrica para o desenvolvimento do país.

Já não quero falar do lado bem comprometedor dessa imprevisão, que foi a falta de assistência às populações rurais do país. Essas empresas nunca quiseram levar para o interior os seus fios de alta ou baixa tensão. Instalaram-se apenas nos núcleos densamente povoados, visando única e exclusivamente o rendimento fácil e barato do indiscriminado aumento de tarifas.

Veremos, Sr. Presidente, se nesta hora, em que sofremos todas essas dificuldades é possível estabelecer uma política de eletrificação, cuja base me parece assentada, com o encontro havido entre os Presidentes do nosso país e daquele outro situado na bacia dos rios Paraná e Paraguai, para o aproveitamento do fabuloso potencial hidroelétrico de Sete Quedas.

Pena que esses entendimentos tivessem tido o caráter de surpresa que, no meu entender, não se justificou. A nação brasileira poderia ter sido informada anteriormente desse entendimento histórico, para que os nossos engenheiros e a nossa assessoria técnica pudessem comparecer e debater o assunto com o representante daquele Estado vizinho que não tem as condições econômicas do nosso, mas dará sua contribuição para que, com o nosso capital, se venha a construir ali uma usina hidroelétrica que fornecerá cerca de 10 milhões de kw. Pode ser a central fornecedora daquilo que representa uma verdadeira "fonte" de eletricidade do povo brasileiro, organizando no sul o que praticamente se tem feito com a Usina de Paulo Afonso, que já leva a sua produção aos rincões mais distantes do Nordeste, atravessando às vezes cerca de 500 ou mais quilômetros, para levar ao Ceará, ao Rio Grande do Norte, a Alagoas, aquela energia de que tanto carece a população brasileira.

Para mim, Sr. Presidente — e este é o objetivo do meu discurso — que o racionamento de energia elétrica pode ser apontado como criminoso, pela falta de previsão das empresas concessionárias. Não sei mesmo se, atrás dessa imprevisão, não existirá um interesse oculto, que cumpre investigar, para que a nação venha a tomar conhecimento de que os diretores dessas empresas não pretendem outra coisa senão realmente criar dificuldades para o nosso desenvolvimento econômico.

Estou ocupando a tribuna para manifestar esta minha opinião e ao mesmo tempo trazendo as reclamações das populações fluminenses, guanabarinhas e paulistas. Estou certo de que este protesto se fazia necessário. Principalmente aqui em Brasília, neste esbanjamento de luz, podemos bem sentir ainda com mais evidência a dificuldade que aquelas populações enfrentam.

Na Capital da República, pelas ruas extensas se ilumina a vegetação rala; o cerrado tem luz fosforescente; as maiores distâncias sem casa e sem gente, têm sempre um poste de iluminação, enquanto naqueles outros lugares a mão-de-obra não se utiliza

por escassez da mesma energia elétrica.

Congratulando-me com o passo decisivo para que o problema seja frontalmente encarado com a construção da usina de Sete Quedas, quero manifestar a minha repulsa pelo procedimento da Light e da Bond and Share, que aumentam apenas suas tarifas e não cuidam de ampliar as suas usinas para a melhoria das condições econômicas e também sociais do povo; porque, onde há eletricidade, há, necessariamente, uma imbricação entre o econômico e o social. E no entanto não desenvolvem esforços no sentido de dotar aqueles três Estados das condições técnicas de eletricidade indispensáveis ao seu desenvolvimento econômico.

Era o que queria dizer, Sr. Presidente. (Muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Vivaldo Lima, nos termos do art. 168, § 2.º do Regimento Interno.

#### O SR. VIVALDO LIMA:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, segue uma individualidade dos meios jurídicos do país aos pampas gaúchos, integrando uma luzida comitiva de magistrados que participaria das solenidades programadas para o "Dia da Justiça", quando, após notada presença nas reuniões e nos encontros sobre os assuntos de Direito e com a culta sociedade sulriograndense, em contraste imprevisível e doloroso, os seus dedicados familiares e os estimados círculos de relações de amizade recebem de volta, compungidamente, um corpo inanimado, cuja vida se extinguiu tragicamente em solo paranaense.

Acontecia o luto: o acidente na manhã de um domingo, precisamente dia 15 do mês passado, quando esta Casa encerrava o ano legislativo, surpreendendo e emocionando todos quantos conheciam e admiravam a inteligência e a lucidez de um probo e eficiente magistrado; um dos lumináres do Tribunal de Justiça da Guanabara.

Ainda, à noite, do fatídico dia, quando os seus restos mortais já eram aguardados, corriam desencontradas as versões acerca dos instantes dramáticos vividos em Foz do Iguaçu, em que se sacrificava uma existência, audável e promissora, com tão larga folha de serviços às letras jurídicas da própria Nação.

Somente na manhã seguinte, quando os seus despojos desciam a mansuetude da família ilustre, é que, através dos periódicos, então saídos, foi possível conhecer, embora vagamente, o trágico acidente, dedicando à expiencial figura desaparecida expressões das mais sentidas homenagem.

De "O Globo" extrai-se o noticiário adiante, que divulga as prováveis causas e diz bem da trajetória de uma vida consagrada, toda ela, às questões do Direito e à carreira da magistratura:

Curitiba, 16 (O GLOBO) — O Desembargador Eduardo Espinola Filho, do Tribunal de Justiça da Guanabara, morreu ontem, a 5 minutos de voz de Curitiba, para onde era transportado após ter sofrido acidente em Foz do Iguaçu. O magistrado havia ido a Porto Alegre, com outros desembargadores a fim de participar de solenidade do "Dia da Justiça". No retorno ao Rio, ficou em Curitiba para visitar as Cataratas do Iguaçu, onde foi sexta-feira. Ontem, quando ia voltar a Curitiba, perdeu o avião da carreira e fretou um táxi aéreo. Todavia, quando ia embar-



car, já com a hélice em movimento, foi atraído pela sucção da mesma, que o apanhou na cabeça, causando grave ferimento. O mesmo aparelho o trazia para Curitiba, quando faleceu.

O corpo seguiu para o Rio de Janeiro, ontem mesmo, de avião. Acompanhou-o a esposa do extinto, que foi quem esclareceu a "O Globo" as circunstâncias da morte de seu marido.

O ACIDENTE

Ainda são desconhecidas as circunstâncias em que ocorreu o acidente, se por imprudência do desembargador ou do piloto. A vítima, poucos instantes resistiu ao ferimento.

O corpo será removido para o Rio onde se realizará o sepultamento.

TRAÇOS BIOGRÁFICOS

Eduardo Espinola Filho, nasceu a 19 de maio de 1893, em Salvador. Era filho do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Eduardo Espinola, e de D. Maria Daltro de Azevedo Espinola. Estudou na Faculdade de Direito da Bahia, transferindo-se para o Rio em 1919, onde cursou a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. Iniciou suas atividades de escritor de Direito, como diretor da Revista de Assistentia Jurídica Acadêmica, ainda em Salvador. Foi um dos redatores da "Panfletaria Brasileira". Em 15 de janeiro de 1934, foi nomeado Juiz do Distrito Federal. Em março de 1939, foi promovido, por merecimento para o cargo de Juiz de Direito do Distrito Federal. No exercício da magistratura conquistou o alto apreço de seus pares e dos advogados, pela integridade de sua gestão e pelo esclarecido saber que se refletia no alto espírito de humanidade de suas sentenças, tomou parte no Congresso de Direito Judiciário, realizado no Rio, em 1936. Em colaboração com o pai escreveu o Tratado de Direito Civil Brasileiro. São de sua autoria os seguintes volumes do Código de Processo Penal Anotado, publicados entre 1941 e 1943. Escreveu, também, "Anotações às Obras de Manuel Inácio Carvalho de Mendonça", "A Vontade Unilateral do Direito de Crédito", "Da Ação Rescisória das Sentenças e Julgados".

O Desembargador Eduardo Espinola Filho foi um dos redatores-chefes de "Direito", uma das mais importantes revistas especializadas brasileiras. Integrou o quadro social da Sociedade Brasileira de Criminologia e foi membro da Associação dos Magistrados Brasileiros. Sua biblioteca, com mais de 30 mil volumes, é uma das mais ricas do Brasil de obra de Direito e de Literatura.

Foi promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal por decreto de 27 de agosto de 1947 tendo tomado posse em 11 de setembro do ano seguinte, substituindo o Des. José Antônio Noruega. Deixou viúva a Sra. Cordélia Espinola, e duas filhas, Lucília e Marília, casadas.

Após a morte do Poder Judiciário, Sr. Presidente pela perda prematura de um dos seus mais úteis e eruditos elementos, associa-se, estou certo, também o Legislativo da República, prantando sinceramente o fim trágico de marcante perenidade daquele Poder, com brilhante atuação no Tribunal de Justiça da

Guanabara, e de sua constante convivência com os milhares de tomos de sua imensa e valiosa biblioteca. Coube aproveitar no interesse da cultura jurídica do País, sob as vistas orgulhosas e enternecidas de seu eminente progenitor, o emérito Ministro Eduardo Espinola.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. VIVALDO LIMA — Com muito prazer ouvirei o aparte do brilhante Senador pela Bahia.

O Sr. Aloysio de Carvalho — São muito justas as referências elogiosas que V. Exa. faz ao Desembargador Eduardo Espinola Filho, tão tragicamente falecido. Na referência biobibliográfica que V. Exa. acabou de ler há alguns pontos que se referem à Bahia e ao curso acadêmico do Desembargador Espinola. E as referências a essa fase do adolescente são cheias de esperanças que eu conheci na Faculdade de Direito, onde foi meu contemporâneo, e meu companheiro na redação da Revista de "Assistentia Jurídica Acadêmica" representaram realmente, momentos de viva recordação para mim. Já naquele tempo a compostura, a sobriedade de maneiras do estudante Eduardo Espinola, que tinha, naquela Escola, a responsabilidade de um grande nome, porque filho de um dos maiores professores de Direito da Bahia, depois um dos maiores civilistas do Brasil, dia renome internacional — repito a compostura de maneiras, a sobriedade de atuação e a lúcida inteligência, tudo naquele estudante fazia presenciar uma brilhante carreira na magistratura. Juiz, Desembargador, Eduardo Espinola Filho confirmou, plenamente, os dons que o ornaram naquela época; confirmou perfeitamente, o vaticínio que todos nós, seus contemporâneos e colegas, fazíamos em relação ao seu futuro. Estávamos longe, entretanto, de supor que o destino, depois de lhe ter dado tão larga nomeada na vida literário-jurídica do País, fosse para com ele tão ingrato, encerrando tão dramáticamente uma existência proba devotada toda ao estudo e ao serviço público.

O SR. VIVALDO LIMA — O aparte de um cultor de Direito, inserido nestas minhas palavras, realmente dão-lhe mais força. E o testemunho de um homem também dedicado às coisas do Direito, um dos seus expoentes mais notáveis, reconhece a bela própria Pátria e que nesta Casa tão brilhantemente se tem havido. Aloysio de Carvalho enriquece estas palavras de saudade, num dos mais belos e oportunos testemunhos que de ejaria para confirmar tudo aquilo que acabei de pronunciar, sem qualquer exagero. Agradeço a V. Exa.

O Sr. Aloysio de Carvalho — (Com assentimento do orador). — Permite V. Exa. que afirme e confirme sem qualquer exagero, que V. Exa. está se referindo à personalidade do saudoso desembargador Eduardo Espinola.

O SR. VIVALDO LIMA — Reafirma o quanto, o senador Aloysio de Carvalho que as minhas palavras não são tão sendo exageradas. Talvez estejam quem dos méritos do saudoso extinto.

Sr. Presidente, a digna e enlutada família embora tardiamente, as mais sinceras e profundas manifestações de pesar de esta terrível Casa que gestei, não, pela maneira por que o falecido se emocionadamente na Atividade de trabalho que apresenta se são este sentimento que transparece igualmente ainda condado no semblante dos seus nobres pares.

O Sr. Presidente a que eu tenho a dizer, desde então, sempre impoes-

sibilitado pelos óbvios motivos a falta de quorum regimental até (nem verificada. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Nos termos do Art. 163, § 2º, tem a palavra o nobre Senador Bezerra Neto.

O SR. BEZERRA NETO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, quero ocupar esta tribuna para me congratular com os maeistrados e com os membros do Ministério Público dos Estados, pela assinatura do Decreto nº 53.342, de 24 de dezembro de 1953, pelo Sr. Presidente da República, no qual são fixadas normas para a celebração de acordos entre a União e os Estados destinados a regular a contribuição financeira do Governo Federal para o pagamento aos membros da magistratura e do Ministério Público estaduais.

Sr. Presidente, trata-se, aqui, de uma velha e justa aspiração da Justiça dos Estados, e o Chefe do Executivo aendeu a uma expectativa sobre a qual predominavam os sentimentos mais pessimistas possíveis. Eu mesmo, que ocupei a Tribuna do Senado na Sessão de 24 de abril último, fazia um apelo em nome do Tribunal de Justiça de Mato Grosso para que o Governo Federal olhasse com toda a atenção deferida possível o movimento iniciado no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná em que se pleiteava a complementação dos vencimentos dos magistrados e promotores estaduais, até que chegassem ao nível compatível com sua função federais.

Na verdade, a Justiça dos Estados com a extinção da Justiça Federal ficou com as atribuições de todos os antigos magistrados que atendem aos serviços e pacíficos da União. E mais ainda: nos nossos dias, todos nós sabemos que, com o advento da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho na grande maioria das comarcas do Brasil os juizes estaduais exercem as atribuições federais da Justiça Trabalhista e da Justiça Eleitoral, acrescentando a estas, também atribuições federais do fisco da União a cobrança do Imposto e o julgamento das causas em que a União tem interesse e direito.

Os considerandos do ato do Senhor Presidente da República foram muito acertados e merecem transcrever quando o Chefe da Nação diz:

"que é do interesse da Federação que deva ser justa e digna a remuneração dos membros da Magistratura e do Ministério Público e estaduais;

que, desde a extinção da Justiça Federal nos Estados, a magistratura local passou ao exercício dessa poder jurisdicional da União, processando e julgando em primeira instância grande massa cada dia mais crescente de feitos em que a Fazenda Nacional tem interesse direto,

que além disso, indistintamente a órgãos da magistratura de primeiro grau, assim como aos componentes dos Tribunais de última instância da Justiça dos Estados a União cometeu tarefas atribuídas do Poder Judiciário Federal recrutando-os para a composição dos diversos órgãos da Justiça Eleitoral a que se vem atribuído, também, art. 109 e 115 da Constituição;

que o mesmo ocorre em relação aos membros do Ministério Público estadual quer no que se refere à necessidade da preservação de sua dignidade compatível com o pertencente às atividades

que os interesses e as necessidades judiciais da União lhe atribui, das comarcas do interior de todo o País e das capitais onde são chamados a colaborar na Justiça Eleitoral;

que a tarefa nova que a União impõe ao juiz e membros do Ministério Público constitui um novo ônus, um encargo extraordinário da sua atividade puramente estadual, um munus público federal a que não podem fugir, mas a que não condiz, até agora, uma equivalência remuneratória à altura das responsabilidades das funções ou da dignidade a que as mesmas correspondem;

que a Federação é um sistema político que precepe interdependência e interlocução, seja na comunicação solidária dos interesses e comuns e recíprocos dos Estados membros entre si e destes para com a União, seja na assistência mútua que se devem, como uma unidade nacional;

E seguem-se os artigos do decreto em que fixa as normas para essa complementação, que depende do convênio com cada Estado ao qual a matéria interessar.

O decreto é objetivo, perfeitamente realizável, dá o seu mérito. A primeira vista pareceria uma coisa impossível, e me lembro de que na data de sua assinatura, numa sessão pública realizada no Palácio de Planalto, conversando com o Sr. Ministro Abelardo Jurema, S. Exa. já se adiantara muito no estudo da matéria a ponto de garantir-me que o monte de recursos criados de um decreto assinado na mesma data de mononômio pelo Governo da importação de óleo bruto do petróleo garantiriam a cobertura dessa nova obrigação assumida voluntariamente pelo Governo Federal.

Sr. Presidente, este decreto, a meu ver, abre novas e seguras perspectivas para o velho sonho da grande maioria dos magistrados brasileiros das Justicças dos Estados.

O Sr. Antonio Carlos — Permite V. Exa. um aparte? (A sentença do orador) — Inicialmente devo significar a coincidência. Há pouco V. Exa. me perguntava se eu iria usar a palavra in-ante que estava pedindo que havia decidido e não adiante porque era minha intenção falar sobre este mesmo assunto mas deixava que estivesse no plenário o nobre Senador Sígnifido Pacheco e S. Exa. teve que se levantar. Daí eu ter em mente falar sobre este assunto em outra sessão. Quero apenas dizer que iria a tribuna para lembrar ao Senado a iniciativa modesta que tive quando da Lei do aumento de Vencimentos ao apresentar a Proposta número 119 que objetivava exatamente o que esse decreto veio trazer realidade. Naonela ocasião, a Comissão de Serviço Público apresentou aquela Emenda de número 119 estabelecendo justamente a paridade de vencimentos entre a Magistratura dos Estados e a Justiça do Trabalho. E, bem verdade que o decreto fala em remuneração e não nos fixamos na paridade de vencimentos. Depois quando a matéria foi discutida em plenário disse V. Exa. estar embaraçado, mas pela primeira vez pronunciou discurso em tanto quanto esclarecido, eufórico, tão compreendido esteve da necessidade dessa medida isto é, de a União complementar o pagamento dos magistrados brasileiros dos Estados, para o fim de declarar, na Comissão de Serviço Público que a medida não viria trazer desequilíbrio e o Congresso Nacional nomeou muitos magistrados e promotores estaduais ou superiores

res aos dos membros dos Tribunais Regionais do Trabalho. Evidentemente, deveria terminar esse discurso, que agora não vou mais pronunciar, porque V. Exa. já está marcando com sua palavra brilhante o episódio nos Anais do Senado, congratulando-me com a medida.

O SR. BEZERRA NETO — V. Exa. deverá fazê-lo, pois o decreto em si — que não cheguei a ler e que deve ser apreciado nesta sessão, com maior frequência — V. Exa. deverá convir constitui matéria de grande importância para todos nós.

O Sr. Antônio Carlos — Acredito, nobre Senador, que, dentro das atribuições do Poder Executivo, o decreto terá que ser este.

O SR. BEZERRA NETO — O decreto é muito sábio.

O Sr. Antônio Carlos — A única providência que o decreto prevê, e a emenda, não — é o estabelecimento do convênio.

O SR. BEZERRA NETO — O decreto é muito sábio.

O Sr. Antônio Carlos — Modestamente entendo que, aprovada a emenda, o convênio seria uma decorrência. Sendo os Estados autônomos, o convênio terá que ser feito, para que aquele dispositivo legal possa realmente ter vigência. Acho que esse convênio deve ser aprovado pelas Assembleias Legislativas. Entendo que isso vai ser uma decorrência do decreto.

O SR. BEZERRA NETO — Neste particular o decreto foi feliz, respeitando a autonomia dos Estados.

O Sr. Antônio Carlos — Mas a própria emenda que não se referia expressamente aos convênios para ser executada, se transformada em lei, exigiria os convênios. Estava implícito no dispositivo que o Senado não aprovou — e é evidente que a decisão do Senado só pode ser respeitada — mas, no meu modo de ver, este constitui um episódio em que o Poder Legislativo não exerceu o seu poder legítimo, atendendo a esta necessidade que agora vem de ser atendida por um decreto do Executivo e que só merece a minha participação. A Magistratura não podia continuar recebendo a remuneração que recebe. Os Estados não tinham recursos. Ainda ontem, o nobre Senador Josaphat Marinho focalizava o problema de modo mais amplo e pedia a que o Senado examinasse a questão da discriminação de rendas. Terminar o meu discurso e quero terminar assim o meu aparte, pedindo ao Poder Executivo — ao Sr. Ministro da Justiça e ao Senhor Presidente da República — que examine também outro aspecto desse problema, que é a remuneração dos membros dos Tribunais e dos Juizes dos Estados. Eles exercem delegação das Assembleias Legislativas, têm uma função realmente importante e em quase todos os Estados esses membros dos Tribunais de Contas têm os vencimentos equiparados aos de Desembargadores. De modo que também se deve examinar a possibilidade de a União complementar os vencimentos desses servidores dos Estados, que ocupam cargos realmente de grande importância na que toca a fiscalização financeira das unidades da Federação.

O Sr. Pedro Ludovico — V. Excelência disse que o decreto é sábio. Pode ser sábio, mas é inoportuno e inconstitucional. Inoportuno, porque o Brasil não está em condições de fazer esses favores na atualidade principalmente quando se vai subvencionar também o professorado primário. Já se calcula mesmo que

esses decretos atingirão 350 mil pessoas. V. Exa. acha que os cofres públicos estão em condições de sofrer essa sangria?

O SR. BEZERRA NETO — Não discuto a oportunidade. Quanto à inconstitucionalidade, acho que essa alegação não cabe. O Governo Federal não invadiu a autonomia dos Estados, por que condicionou a prática desse decreto a convênio de Estado para Estado, dependendo de um destes solicitá-lo.

Lembro-me bem da emenda de autoria do nobre Senador Antônio Carlos. Poderia parecer uma contradição de minha parte ter defendido, na sessão de 24 de abril de 1963, desta tribuna, o ponto de vista dos Tribunais de Justiça de Mato Grosso e Pará, que pediam ao Governo complementação dos vencimentos dos seus juizes; e, por ocasião da discussão do projeto de aumento de vencimentos do funcionalismo civil e militar, ter dado voto contrário como Relator, à emenda de iniciativa do nobre Senador Antônio Carlos.

Não entrei no mérito dessa emenda, mas entendi que naquela lei de aumento de vencimentos não cabia matéria de tão grave complexidade.

Um dos aspectos que louvo no decreto é o de ter ressalvado a sua vigência na dependência de convênios promovidos por solicitação dos Governos estaduais.

O Sr. D'Artis Mariz — Permite um aparte? (Assentimento do orador) — Foi o segundo subscritor da emenda o nobre Senador Antônio Carlos a que V. Exa. se está referindo. A minha impressão é de que o Presidente da República foi ao encontro de uma necessidade que estava a reclamar de todos nós, legisladores, a atenção; mas devemos estar prevenidos para, quando chegar aqui projeto que está tramitando na Câmara dos Deputados, estudá-lo oportunamente e, por nossa vez, ao encontro da iniciativa do Chefe do Governo. Assim daremos uma solução ao assunto pelo Congresso. Essa será, a meu ver, a legítima solução que o povo brasileiro deve estar esperando, para que a nossa justiça tenha realmente independência, dentro do sistema econômico-financeiro a que estamos sujeitos dos países inflacionados.

O SR. BEZERRA NETO — Devo dizer, mais, o ilustre Senador Pedro Ludovico, que, quando ao caso específico da participação do Governo Federal nesses convênios, para complementação dos vencimentos dos juizes dos magistrados, do Ministério Público, diz o Ministro Apelarado Jurema, no ato da assinatura, que um decreto assinado no mesmo momento, a do monopólio das importações de petróleo pela Petrópolis, garantia a cobertura para o cumprimento financeiro daquele ato.

Quero congratular-me com os juizes e promotores da Justiça dos Estados, porque este decreto é, pelo menos, um passo concreto e decisivo para pôr cobro a uma situação de discriminação e de desigualdade verdadeiramente lamentável: os juizes de grande maioria das comarcas do país, principalmente das pequenas comarcas, exercem os encargos da Justiça do Trabalho; e acontecem disparidades absurdas em cidades mais importantes, como Corumbá, em Mato Grosso. Instituiu-se lá um Juiz do Trabalho Federal que, evidentemente tem atribuições importantes, mas de muito menor relevância que as do Juiz de Direito da Comarca, percebe remuneração quase três vezes superior. Para o espectador, para o homem comum, para o

próprio servidor público, desigualdade gritante como esta chama por providências, espera remédio. E nós, representantes do povo, estamos focalizados como um dos responsáveis por essa situação.

Quero congratular-me também com o fato de o decreto ser um passo decisivo para que se realize outra vez a aspiração da Justiça Brasileira: a sua federalização.

A federalização da Justiça será para todos nós, preocupados com a sobrevivência e consolidação do nosso sistema federativo, que muitos espíritos pessimistas julgam em perigo, uma contribuição decisiva. Assim com a constituição do Senado, de três membros para cada Estado, constitui um dos elementos configuradores e definidores do regime federativo, que procura estabelecer a igualdade entre os Estados-membros, igualdade esta que a composição da Câmara dos Deputados, proporcional ao número de habitantes de cada Estado, parece sacrificar a federalização da Justiça que, a nosso ver, será a complementação mais segura para todos aqueles que lutam para que cada vez mais em nosso País se condicione o sistema federativo.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. BEZERRA NETO — Pois não.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Se V. Exa. tivesse iniciado seu discurso pela defesa da tese da federalização da Justiça, teria tido o meu apoio irrestrito. Como V. Exa. somente agora trata deste ponto, e o faz como decorrência do decreto do Poder Executivo, exatamente só agora posso aplaudir V. Exa. aceitando bem isto: V. Exa. aproucou diminuir, amesquinhou o princípio da federalização da Justiça, quando disse que esse decreto inconstitucional do Poder Executivo é o primeiro passo para a federalização. Então, esse, evidentemente, como o cair adiante dos bois.

O SR. BEZERRA NETO — Não digo que seja o primeiro passo, mas um passo concreto. O primeiro passo são as emendas constitucionais que já estão na Câmara.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Vossa Excelência disse que o decreto era o primeiro passo. Ora, está concluída a federalização, que desde 1934 o Brasil já devia ter alcançado, uma vez que a Constituição desse ano estabeleceu a unidade do Direito Processual. (Muito bem), todos os que depois legislaram, neste País, deviam ter caminhado corajosamente nesse sentido. De modo como V. Exa. colocou o problema, a federalização da Justiça, que é realmente uma tese merecedora de todos os aplausos e que representa exatamente a necessidade mais premente, não só para os interesses do País como para os interesses em particular dos magistrados. V. Exa. amesquinhou a tese. Lamento, pois, discordar de V. Exa. em ter colocado o decreto inconstitucional do Poder Executivo acima do princípio da reforma constitucional para federalização da Justiça.

O SR. BEZERRA NETO — Devo dizer ao eminente Senador Aloysio de Carvalho que a tese não foi amesquinçada. O argumento financeiro era um dos que se levantavam contra a tese da federalização: Estados ricos, fortes, iriam liberar-se do ônus, transferindo-o ao Governo Federal. Entretanto, este ônus está removido e os que se batem, com justiça e com argumentos jurídicos, morais e históricos, a favor da federalização da Justiça, assistindo à remoção desse empecilho, haverão de convir comigo em

que o decreto constitui um passo concreto para todos que lutam a favor da federalização. O primeiro passo foi dado com a emenda constitucional que já se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Nesse caso, se o Governo quisesse, sinceramente, fazer essa complementação de vencimentos, já teria mandado ao Congresso mensagem no sentido de uma reforma constitucional para a federalização da Justiça. A meu ver, essa federalização é um corolário inevitável da unidade processual. Desde que, na Constituição de 1934, conseguimos vencer a velha prevenção de que era essencial ao princípio federativo que os Estados dispusessem da faculdade de legislar sobre o direito processual, devíamos ter caminhado corajosamente para a federalização da justiça. O aparte com que o nobre Senador Antônio Carlos distinguiu Vossa Exa. no seu discurso apenas coloca bem o Legislativo, principalmente o Senado, quando recusou a emenda da complementação de vencimentos. Porque, salvo engano, o Senado recusou a implementação pelo princípio da inconstitucionalidade da providência. Pelo menos foi esse o meu ponto de vista. Neste caso, portanto, o Senado agiu achando que não podia ter outro comportamento em face da Constituição. Então aquele poder legítimo a que o Senador Antônio Carlos se referiu e que não foi exercido pelo Senado, foi tomado pelo Poder Executivo. O Poder Executivo, portanto, usurpou esse decreto. Esse decreto é um decreto de usurpação.

O Sr. Antônio Carlos — Permite V. Exa.?

O SR. BEZERRA NETO — Pois não.

O Sr. Antônio Carlos — Na forma por que votamos a lei do aumento de vencimentos, realmente as emendas não receberam pareceres das Comissões específicas porque, como Vossa Exa. deve estar lembrado, o projeto primeiro percorreu todas as Comissões; veio ao plenário, recebeu emendas, aí surgiu o debate substitutivo da Comissão de Finanças. Evidentemente que o nobre Senador Aloysio de Carvalho, membro da Comissão de Serviço Público, se não me falha a memória, quando apresentei naquele órgão também a emenda objeto de nossa discussão, levantou realmente objeções de natureza constitucional, — poderia estar um pouco esquecido do debate, mas S. Exa. está assistindo, poderá corrigir-me — manifestou-se, em tese, favorável à ideia que era generosa, de atender a magistratura brasileira, não deu entretanto apoio à iniciativa, porque julgava que a matéria fugia à nossa competência.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Embora pudesse aprofundar meu ponto de vista, fazendo parte, entretanto, da Comissão de Serviço Público, não tinha que apreciar a matéria do amplo constitucionais. Quanto à necessidade que há de se igualar ou de se aproximar os vencimentos dos juizes de Direito dos Estados, no interior, em face dos vencimentos dos Juizes de Justiça do Trabalho na mesma Comarca, não tenho qualquer dúvida.

O SR. BEZERRA NETO — Há uma disparidade.

O Sr. Aloysio de Carvalho — O Senador Bezerra Neto referiu-se à situação de inferioridade moral em que fica o Juiz de Direito em face da população da Comarca, quanto aos seus vencimentos. Ora, sempre foi um princípio de garantia, segurança e independência da Magistratura — princípio estabelecido teoricamente em todos os tratadistas o pagamento razoável de vencimentos pelo seu trabalho. Então, a disparidade realmen-



te estabeleça diminuição moral para o Juiz de Direito Estadual. Não há qualquer dúvida sobre isto.

O Sr. Antônio Carlos — Nobre Senador, desejava completar o meu aparte. Quanto à posição, atitude, pronunciamento do Senador Aloysio de Carvalho, não tenho a menor dúvida. S. Exa., membro da Comissão de Serviço Público, quando apresentou a emenda manifestou-se contrariamente a ela em virtude do seu aspecto constitucional. Friso, todavia, que ela vinha a vender a uma necessidade. Mas a verdade é que eu, ao autor da emenda, posso declarar sem exageros e sem riscos de estar cometendo uma leviandade, que o Plenário do Senado perdeu uma grande oportunidade de atender a esse problema, e não o fez julgar a emenda inconstitucional. Tanto assim que aprovo o Empréstimo Compulsório e outros dispositivos objeto de emendas apresentadas, ou então mesmo dispositivos que vieram no projeto da Câmara, sem entrar no exame do aspecto constitucional. Foi nesse sentido que eu dei o meu aparte ao nobre Senador Bezerra Neto. Realmente, o Senado, quando rejeitou aquela emenda que hoje é reproduzida quase que *ipsis literis*, inclusive a maneira de os Estados se habilitarem a receber esse auxílio, é mais ou menos aquilo que eu previa na minha emenda, o Senado não rejeitou tendo em vista — ressalvo a posição do Senador Aloysio de Carvalho — não rejeitou tendo em vista a inconstitucionalidade. Permito-me dizer isso com segurança. Rejeitou por outras razões. Dezesseis Senadores votaram favoravelmente. Mas, em face da maneira como foi votado o Projeto de aumento de vencimentos, e que aqui incluímos o Empréstimo Compulsório e outros dispositivos de constitucionalidade discutível, é que eu me permito dizer, não para criticar o Senado, o que seria fora de propósito, mas apenas para registrar aquela iniciativa do Poder Legislativo. Quer dizer, o Poder Legislativo foi também sensível, na oportunidade, às necessidades da magistratura brasileira. A emenda não foi vitoriosa mas hoje o Poder Executivo — e aqui não entro no mérito do decreto — veio atender a essas necessidades, através da medida a que nos estamos referindo.

O SR. BEZERRA NETO — A solução dada ao caso pelo Poder Executivo é considerada indebita, "invasão de área", diz o nobre Senador Aloysio de Carvalho. Cabe a nós então, do Legislativo, recuperar nosso poder de legislar. Mas, não considero a medida uma invasão, senão uma advertência, um convite para que demos andamento à emenda constitucional já em tramitação na Câmara dos Deputados para que se realize agora — já que o problema foi destacado por força desse ato executivo, por uma coincidência, com fundamento nos próprios anseios da federalização da Justiça. Então, compete a nós retomar nossos poderes, mudá-los e dar andamento, com todo o vigor possível, à tramitação daquela emenda, até sua final aprovação, para que se possa federalizar a Justiça.

Com isto, além de atendermos a uma justa aspiração que deveria já ter sido adotada quando da unificação processual, nós, com esta nossa iniciativa, estaremos valorizando o Congresso Nacional, enfrentando frontalmente todas as campanhas negativistas contra o Poder Legislativo.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Há sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

Requerimento nº 4, de 1964

É lido e apoiado o seguinte:

Nos termos do art. 212, letra g, do Regimento Interno, requero transcrição nos Anais do Senado, das cartas trocadas entre os Presidentes do Brasil e da França, sobre convite do primeiro para uma visita ao Brasil, o que representa um alívio na tensão existente, até agora, entre os dois povos irmãos.

Sala das Sessões, em 24 de janeiro de 1964. — Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE:

De acordo com o Parágrafo único, do art. 202, do Regimento Interno, a matéria constante do requerimento será submetida à deliberação do plenário na Ordem do Dia da sessão ordinária seguinte, independentemente de parecer da Comissão Diretora.

Sobre a mesa projeto de resolução de autoria da Comissão Diretora que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

Projeto de Resolução Nº 1, de 1964

Aposenta a Taquígrafa-Revisora, Alcinda Trivelino no cargo de Diretora, PL-1 do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É aposentada, nos termos do art. 191, § 1º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 345, item IV e 31, § 4º da Resolução nº 6, de 1960 (Regulamento da Secretaria) no cargo de Diretora, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, a Taquígrafa-Revisora, PL2, Alcinda Trivelino.

Justificação

A Comissão Diretora em cumprimento ao disposto no art. 83, alínea c, item 2, do Regimento Interno, submete à consideração da Casa o presente projeto, consubstanciando a aposentadoria requerida por Alcinda Trivelino. A ajudada servidora faz jus ao benefício que pleiteia, visto contar o tempo exigido pela legislação em vigor.

Sala da Comissão Diretora, em 24 de janeiro de 1964. — Moura Andrade. — Nogueira da Gama. — Rui Palmeira. — Gilberto Marinho. — Adalberto Sena. — Joaquim Parente.

O SR. PRESIDENTE:

O Projeto de Resolução, sendo da autoria da Comissão Diretora, não depende de apoio. Será publicado e incluído, oportunamente, em Ordem do Dia.

A Presidência tem uma comunicação a fazer ao Plenário.

Atendendo a solicitação recebida do Poder Executivo, a Presidência designa o Sr. Senador Melo Braga para acompanhar os trabalhos da Reunião da Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL), ora em realização na Capital da República.

O SR. VASCONCELOS TORRES:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES:

(Pela ordem. Não foi revisado pelo orador) — Sr. Presidente, a distinção que vem de ser conferida ao nobre colega Senador Melo Braga, realmente, é justa, porém vem com grande atraso. É que a reunião da CEPAL se encerra justamente hoje. Começa na segunda-feira e vai encerrar-se

hoje. Que o fato sirva de exemplo para quando o Ministério das Relações Exteriores nos solicitar a designação de um grupo de Senadores, o façamos a tempo. O colega indicado tem todos os títulos, todas as credenciais. Acho, sobretudo, que ficariam em posição muito equívoca ao designá-lo no dia em que justa mente a Reunião termina os seus trabalhos, quando ela começou na segunda-feira em Brasília, e hoje culmina com uma recepção do Presidente da República aos chamados "experts" governamentais em política de comércio.

V. Exa. me desculpe o reparo, que poderia não ser feito de público; mas, para que amanhã o Senado se possa cobrir de possíveis críticas, é que, aceitando a justa designação, digo também que ela foi feita tardiamente. Em todo caso, resta ao Senado o consolo de não estar ausente ao convite, ao chamamento que o Itamarati lhe fez. Agora, porém, praticamente o nobre colega nada mais tem a fazer, nem haveria tempo para isso porque a Conferência já está por se encerrar. Fosse a designação feita na segunda-feira, aliás muito acertada foi a escolha, muito nos poderia dizer o ilustre Senador Melo Braga, porque essa conferência eu a considero muito importante para os destinos da América Latina.

V. Exa., Sr. Presidente, me desculpe a sinceridade desse registro, que vai à guisa de reparo. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

A Presidência acolhe as ponderações de V. Exa. Está finda a hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

COMPARECEM MAIS OS SENADORES SENADORES:

- José Guimard.
- Oscar Passos.
- Edmundo Levy.
- Arthur Virgílio.
- Zacharias de Assumpção.
- Cattete Pinheiro.
- Lobão da Silveira.
- Eugênio Barros.
- Sebastião Archer.
- Victorino Freire.
- José Cândido.
- Antônio Jucá.
- Wilson Gonçalves.
- Dix-Huit Rosado.
- Walfredo Gurgel.
- Ruy Carneiro.
- Argemiro de Figueiredo.
- João Agripino.
- Pessoa de Queiroz.
- Ermírio de Moraes.
- Silvestre Pérciles.
- Rui Palmeira.
- Arnon de Melo.
- Júlio Leite.
- Antônio Balbino.
- Eurico Rezende.
- Raul Giuberti.
- Miguel Couto.
- Aarão Steinbruch.
- Afonso Arinos.
- Milton Campos.
- Benedicto Valladares.
- Padre Calazans.
- Lino de Mattos.
- Juscelino Kubitschek.
- José Feliciano.
- Lopes da Costa.
- Filinto Müller.
- Nelson Maculim.
- Irineu Bornhausen.
- Atílio Fontana.
- Guilfo Mondim.
- Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE:

Acham-se presentes 28 Srs. Senadores.

Não havendo número para a votação, ficam adiadas as votações dos seis primeiros itens da Ordem do Dia. Passa-se ao item sétimo.

Discussão em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1963 (nº 5-B, de 1963, na Câmara), que aprova os textos da Convenção relativa a proteção dos trabalhadores contra radiação ionizantes, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, e da Convenção para revisão parcial das Convenções adotadas pela mesma Conferência, tendo

Pareceres favoráveis, sob números 842 (13, 844 e 845, de 1963, das Comissões

- de Constituição e Justiça;
- de Legislação Social;
- de Relações Exteriores; e
- de Saúde.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

A votação fica adiada por falta de quorum.

Está escoada a matéria da ordem do dia.

Não há mais oradores in critico.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão designando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Sessão de 25 de janeiro de 1964 (Segunda-feira)

Votação

Votação em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1963 (nº 22-A-3, na Casa de origem) que aprova o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1962, tendo Pareceres favoráveis sob ns. 799 800 801 e 802, de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; de Educação e Cultura e de Finanças.

2

Votação em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do centenário da fundação da Prefeitura do "Alto Solimões" tendo Parecer número 855, de 1963, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido em 1º turno.

3

Votação em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1963 originário da Câmara dos Deputados (nº 7-A, de 1963, na Casa de origem) que aprova a Convenção Única sobre Emborçantes, assinada em Nova York, a 30 de março de 1961, tendo Pareceres, sob ns. 806 a 808, de 1963, das Comissões de: Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; Relações Exteriores, favorável e Saúde, favorável.

4

Votação em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1963 (nº 3.408-B-61, na Casa de origem) que reverte ao serviço Ativo do Exército o Tenente-Coronel Rubens Ribeiro dos Santos, e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis sob os ns. 884 e 885, de 1963 das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças.

5

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.205, de 1963, pelo qual os Srs. Senadores Artur Virgílio (Líder do PTB), Barros Carvalho (Líder da Maioria) e Lino de Mattos (Líder do Bloco das Pequenas Representações) solicitam urgência nos termos do art. 328, nº 5-b do Regimento interno, para o projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1963, que concede anistia aos membros da Força Policial do Rio Grande do Norte.

6

Votação, em turno único, do Requerimento nº 3, de 1964, pelo qual os Srs. Senadores Vasconcelos Tôrres (Líder da Maioria em exercício) Sigefredo Pacheco (Líder do PSD em exercício) e Aurélio Vianna (Líder do Bloco das Pequenas Representa-

ções em exercício) solicitam urgência, nos termos do art. 328, 5-c, do Regimento Interno para o Projeto de Lei da Câmara n.º 127, de 1963 que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e em Agronomia.

7

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1963 (nº 5-B, de 1963, na Câmara), que aprova os textos da Convenção relativa a proteção dos trabalhadores contra radiações ionizantes, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, e da Convenção para revisão parcial das Convenções adotadas pela mesma Conferência, tendo

Pareceres favoráveis, sob ns. 842, 343, 844 e 845, de 1963, das Comissões

- de Constituição e Justiça;
- de Legislação Social;
- de Relações Exteriores; e
- de Saúde.

## DISCUSSÃO

8

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 4, de 1964, em que o Sr. Senador Vasconcelos Tôrres solicita transcrição nos Anais do Senado da carta pela qual o Senhor Presidente da República convidou o Presidente da República Francesa para visitar o Brasil, e da respectiva resposta.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 48 minutos).

Concurso interno para  
Taquígrafo-RevisorPROVA DE REVISÃO  
DE DEBATES

A Banca Examinadora deu provimento em parte, com restrições do seu Presidente, "respeitando o julgamento técnico formulado em maioria, pela Banca", ao recurso interposto por Jorge Manoel Azevedo à decisão que o inabilitou na prova de Revisão de Debates. Foram-lhe restituídos 3.750 pontos, na 1ª parte da prova, e 6.750 na 2ª parte, dos 53.530 que pretendia reaver. Em consequência, sua nota média passou a ser 50.000, habilitando-o a concorrer à Prova de Prática Legislativa.

Brasília, 24 de janeiro de 1964. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

**MESA**

- Presidente — Moura Andrade (PSD — SP).
- Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB — MG).
- Primeiro-Secretário — Rui Palmeira (UDN — RJ).
- Segundo-Secretário — Gilberto Marinho (PSD — GB).
- Terceiro-Secretário — Adalberto Sena (PTB — ACRE).
- Quarto-Secretário — Catterete Pinheiro (PTN — PA).
- Primeiro-Suplente — Joaquim Parente — UDN — PB.
- Segundo-Suplente — Guido Mondin (PSD — RS).
- Terceiro-Suplente — Vasconcelos Torres (PTB — RJ).

**REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA**  
**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)**

1. José Guilomar Acre (em exercício)
3. Eugênio Barros — Maranhão.
2. Lobão da Silveira — Pará.
3. Eugênio Barros — Maranhão.
4. Sebastião Archer — Maranhão.
5. Victorino Freire (em exercício o Suplente, Sr. Miguel Lins) — Maranhão.
6. Sigefredo Pacheco — Piauí.
7. Menezes Pimentel (em exercício o Suplente, Sr. Waldemar de Alcântara).
8. Wilson Gonçalves — Ceará.
9. Walfredo Gurgel — Rio Grande do Norte.
10. Ruy Carneiro — Paraíba.
11. Leite Neto — Sergipe.
12. Antônio Balbino — Bahia.
13. Jefferson de Aguiar — Espírito Santo.
14. Gilberto Marinho — Guanabara
15. Moura Andrade — São Paulo.
16. Atilio Fontana — Santa Catarina.
17. Guido Mondin — R. G. Sul.
18. Benedicto Valadares — Minas Gerais.
19. Filinto Müller.
20. José Feliciano — Goiás.
21. Juscelino Kubitschek — Goiás.
22. Pedro Ludovico — Goiás.

**PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)**

1. Adalberto Sena — Acre.
2. Oscar Passos — Acre.
3. Vivaldo Lima — Amazonas.
4. Edmundo Levi — Amazonas.
5. Artur Virgílio — Amazonas.
6. Antônio Juca — Ceará.
7. Dix-Huit Rosado — Rio Grande do Norte.
8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
9. Barros Carvalho — Pernambuco.
10. Passos de Queiroz — Pernambuco.
11. José Ermirio — Pernambuco.

**SENADO FEDERAL**

12. Silvestre Pericles — Alagoas.
13. Vasconcelos Torres — Rio de Janeiro.
14. Nelson Maculan (licenciado sem substituição) — Paraná.
15. Amaury Silva — Paraná (em exercício o suplente, Sr. Melo Braga).
16. Nogueira da Gama — Minas Gerais
1. Zacarias de Assunção — Pará
2. Joaquim Parente — Piauí.
3. José Cândido — Piauí.
4. Dinarte Mariz — R. G. Norte
5. João Agripino — Paraíba.
6. Rui Palmeira — Alagoas.
7. Eurico Rezende — Espírito Santo
8. Afonso Arinos — Guanabara, rals.
17. Bezerra Neto.

**UNIAO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)**

9. Padre Calazans — São Paulo.
10. Adolpho Franco — Paraná.
11. Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
12. Antônio Carlos — Santa Catarina
13. Daniel Krieger — Rio Grande do Sul.
14. Milton Campos — Minas Gerais.
15. Lopes da Costa — Mato Grosso.

**PARTIDO LIBERTADOR (PL)**

1. Aloysio de Carvalho — Bahia.
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

**PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)**

1. Catterete Pinheiro — Pará.
2. Lauro de Matos — SP

**PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)**

1. Raul Giuberti — Espírito Santo
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

**PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)**

1. Aurélio Vianna — Guanabara.

**MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)**

1. Aarão Steimbruch — Rio de Janeiro.

**PARTIDO REPUBLICANO (PR)**

1. Júlio Leite — Sergipe.

**PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)**

1. Arnou de Melo — Alagoas.
- SEM LEGENDA.**
1. Josaphat Marinho — Bahia.
  2. Heribaldo Vieira — Sergipe.

**RESUMO**

Partido Social Democrático (P. S. D.) .....	15
Partido Trabalhista Brasileiro (P. T. B.) .....	17
União Democrática Nacional (U. D. N.) .....	18

Partido Libertador (P. L.) ....	2
Partido Trabalhista Nacional (P. T. N.) .....	2
Partido Social Progressista (P. S. P.) .....	3
Partido Socialista Brasileiro (P. S. B.) .....	1
Partido Republicano (P. R.) .....	1
Partido Democrata Cristão (P. D. C.) .....	1
Partido Trabalhista Renovador (M. T. R.) .....	1
<b>Total</b> .....	<b>66</b>

**BLOCOS PARTIDÁRIOS**

<b>1º — Maioria (39) Membros:</b>	
PSD	
PTB	
<b>2º — Minoria (17) Membros:</b>	
UDN	
PL	
<b>3º — Pequenas Representações (9) Membros.</b>	
PTN	
PSP	
PSB	
MTR	
PR	
PDC	
Josaphat Marinho (Sem Legenda)	

**LIDERANÇAS**

**I — DOS BLOCOS PARTIDÁRIOS MAIORIA**

- Lider:**  
Barros Carvalho — (PTB) — (PE)
- Vice Líderes:**  
Victorino Freire — (PSD — MA)  
Vasconcelos Torres — (PTB — RJ).  
Jefferson de Aguiar — (PSD — ES).  
Lobão da Silveira — (PSD — PA)  
Artur Virgílio — (PTB — AM).  
Bezerra Neto — (PTB) — (MT).

**MINORIA**

- Lider:**  
João Agripino — (UDN — PB).
- Vice-Líderes:**  
Daniel Krieger — (UDN — RS)  
Mem de Sá — (PL — RS).

**PEQUENA REPRESENTAÇÕES**

- Lider:**  
Lino de Matos — (PTN — SP).
- Vice Líderes:**  
Aurélio Viana — (PSB — GB).

**II — DOS PARTIDOS**

- PSD**  
Benedicto Valadares — (MG).
- Vice Líderes.**  
Wilson Gonçalves — (CE).  
Sigefredo Pacheco — (PL)

Walfredo Gurgel — (RG) .

- PTB**
- Lider:**  
Artur Virgílio — (AM).
- Vice-Líderes:**  
Amaury Silva (licenciado) — (PR)  
Vivaldo Lima — (AM).  
Bezerra Neto — (MT).
- UDN**
- Lider:**  
Daniel Krieger — (RS).
- Vice Líderes:**  
Eurico Rezende — (ES).  
Padre Calazans — (SP).  
Adolfo Franco — (PR).
- PL**

- Lider:**  
Mem de Sá — (RS).
- Vice Líderes:**  
Aloysio de Carvalho — (BA).  
PTN
- Lider:**  
Lino de Matos — (SP).
- Vice Líderes:**  
Catterete Pinheiro — (PA).  
PSP
- Lider:**  
Miguel Couto — (RJ).
- Vice Líder:**  
Raul Giuberti — (ES).

**COMISSÕES PERMANENTES**

**Comissão Diretora**

- Moura Andrade — Presidente (PSD).  
Nogueira da Gama (PTB).  
Adalberto Sena (PTB).  
Rui Palmeira (UDN).  
Gilberto Marinho (PSD).  
Joaquim Parente (UDN).  
Catterete Pinheiro (PTN).  
Guido Mondin (PSD).  
Vasconcelos Torres (PTB).  
Reuniões Quartas-feiras às 10 horas  
Secretário: Evandro Mendes Viana.  
Diretor-Geral.

**Comissão de Agricultura**

- (7 MEMBROS)
- Presidente — Vago.  
Vice-Presidente — Eugênio Barros (PSD)
- COMPOSIÇÃO**
- P. S. D.**
- INTIARES**  
Eugênio Barros.  
José Feliciano
- SUPLENTE**  
1. Atilio Fontana.  
2. Pedro Ludovico
- P. I. B.**
- INTIARES**  
Raul Giuberti  
Dix-Huit Rosado.  
Nelson Maculan (licenciado).

**SUPLENTE**  
 1 Eduard Catalão (\*).  
 2 Aarão Steinbruch.  
 3 Vago.

**U. D. N.**  
**TITULARES**  
 Lopes da Costa.  
 .. Antônio Carlos.  
**SUPLENTE**  
 1 Daniel Krieger.  
 2 João Agripino.

**SUBSTITUTOS**  
 Reuniões  
 Quartas-feiras, às 16 horas.  
 Secretário: J. Ney Passos Dantas  
 Auxiliar Legislativo PL-9.

**Comissão de Constituição e Justiça**  
 (11 MEMBROS)  
 Presidente — Milton Campos (UDN)  
 Vice-Presidente — Wilson Gonçalves (PSD)

**COMPOSIÇÃO**  
**P. S. D.**  
**TITULARES**  
 Jefferson de Aguiar  
 Rui Carneiro.  
 Lobão da Silva.  
 Wilson Gonçalves.  
 Josaphat Marinho.

**SUPLENTE**  
 1 Menezes Pimentel (licenciado).  
 2 Leite Neto.  
 3 Benedito Valladares.  
 4 Aarão Steinbruch.

**P. T. B.**  
**TITULARES**  
 Amaury Silva (licenciado).  
 Bezerra Neto.  
 Edmundo Levi.

**SUPLENTE**  
 1 Argemiro de Figueiredo (\*\*).  
 2 Silvestre Pericles.  
 3 Melo Braga.

**U. D. N.**  
**TITULARES**  
 Aloysio de Jarva O.  
 Milton Campos.  
 1. Aloysio Arinos.  
 2. Daniel Krieger.  
 3. João Agripino.

**Reuniões**  
 Quarta-feira, às 16 horas.  
 Secretário: Ronaldo Ferreira Dias  
 Oficial Legislativo PL-8.

**Comissão de Economia**  
 (9 MEMBROS)  
 Presidente — Flinto Müller (PSD)  
 Vice-Presidente — José Ermírio (PIB)

**COMPOSIÇÃO**  
**P. S. D.**  
**TITULARES**  
 Flinto Müller.  
 Eugênio Barros.  
 Atilio Fontana.  
 José Guimard (licenciado).

**SUPLENTE**  
 1 Jefferson de Aguiar (\*).  
 2 Sigefredo Pacheco.  
 3 Sebastião Archer.  
 4 Josaphat Marinho.  
 5 José Kairala.

**P. T. B.**  
**SUBSTITUTOS**  
**TITULARES**  
 José Ermírio  
 Nelson Maculian (licenciado).  
 Júlio Leite

**SUPLENTE**  
 1 Oscar Passos (\*\*).  
 2 Bezerra Neto

(\*) — Em substituição do Senhor Nelson Maculian como titular.  
 (\*\*) — Em substituição do Senhor Amaury Silva, como titular.

**Comissão do Distrito Federal**  
 (7 MEMBROS)  
 Presidente — Lino de Matos.  
 Vice-Presidente — Pedro Ludovico

**COMPOSIÇÃO**  
**P. S. D.**  
**TITULARES**  
 Menezes Pimentel.  
 Pedro Ludovico.  
 Lino de Matos.

**SUPLENTE**  
 1 Flinto Müller.  
 2 Eugênio Barros.  
 3 Heriberto Vieira.

**P. I. B.**  
**TITULARES**  
 Oscar Passos.  
 Dix-Huit Rosado.

**SUPLENTE**  
 1. Aarão Steinbruch.  
 2. Antônio Juca.

**U. D. N.**  
**TITULARES**  
 Dinarte Mariz.  
 Eurico Rezende.

**SUPLENTE**  
 1. Lopes da Costa.  
 1. Zacharias de Assunção.

**Reuniões**  
 Quintas-feiras às 10 horas.  
 Secretário: Juneta Ribeiro dos Santos  
 Oficial Legislativo PL-8.

**Comissão de Finanças**  
 (15 MEMBROS)  
 Presidente — Argemiro de Figueiredo — (PTB).  
 Vice-Presidente — Daniel Krieger — (UDN).

**P. S. P.**  
**COMPOSIÇÃO**  
**TITULARES**  
 Victorino Freire.  
 Lobão da Silveira.  
 Sigefredo Pacheco.  
 Wilson Gonçalves.  
 Leite Neto.

**SUPLENTE**  
 1. José Guimard (licenciado).  
 2. Eugênio Barros.  
 3. Menezes Pimentel.  
 4. Atilio Fontana.  
 5. Pedro Ludovico.

**SUBSTITUTOS**  
 1. José Kairala.

**SUBSTITUTOS**  
 1. Melo Braga  
 U. D. N.  
**TITULARES**  
 Adolfo Franco  
 Lopes da Costa

**SUPLENTE**  
 1. José Cândido  
 2. Zacharias de Assunção  
 Reuniões: terça-feira — 16.00 horas  
 Secretário: Cid Brugger, Auxiliar Legislativo PL-10.

**Comissão de Educação e Cultura**  
 (7 MEMBROS)  
 Presidente — Menezes Pimentel (PSD)  
 Vice-Presidente — Padre Calazans — (UDN)

**COMPOSIÇÃO**  
**P. S. D.**  
**TITULARES**  
 Menezes Pimentel  
 Walfredo Gurgel

**SUPLENTE**  
 1. Benedito Valladares  
 2. Sigefredo Pacheco

**SUBSTITUTOS**  
 1. Leite Neto

**P. T. B.**  
**TITULARES**  
 Pessoa de Queiroz  
 Amaury Silva (licenciado)

**SUPLENTE**  
 1. Vago.  
 2. Vago.

**U. D. N.**  
**TITULARES**  
 Antônio Carlos  
 Padre Calazans  
 Mem de Sá

**SUPLENTE**  
 1. Adolfo Franco  
 2. Milton Campos  
 3. Arnão de Melo  
 Reuniões: 4ªs-feiras — 16.00 horas.  
 Secretário: Vera de Alvarenga Mafra, Oficial Legislativo PL-1.

**Comissão de Legislação Social**  
 (9 MEMBROS)  
 Presidente: Vivaldo Lima — PTB.  
 Vice-Presidentes: Rui Carneiro — (PSD).

**COMPOSIÇÃO**  
**P. S. D.**  
**TITULARES**  
 Rui Carneiro.  
 Walfredo Gurgel.  
 José Guimard (licenciado).  
 Raul Glubert.

**SUPLENTE**  
 1. Leite Neto (L.).  
 2. Lobão da Silveira.  
 3. Eugênio Barros.  
 4. Júlio Leite

**SUBSTITUTOS**  
 1. Atilio Fontana.  
 2. José Kairala.

**P. T. B.**  
**TITULARES**  
 Amaury Silva (licenciado).  
 Heriberto Vieira  
 Vivaldo Lima

**SUPLENTE**  
 1. Aurélio Vianna (\*\*).  
 2. Pessoa de Queiroz.  
 3. Antônio Juca

(\*) — Em substituição do Senhor José Guimard como titular.  
 (\*\*) — Em substituição do Senhor Amaury Silva como titular.

**P. I. B.**  
**TITULARES**  
 Argemiro de Figueiredo.  
 Dix-Huit Rosado.  
 Pessoa de Queiroz.  
 José Ermírio

**SUPLENTE**  
 1. Nelson Maculian (licenciado).  
 2. Lino de Matos.  
 3. Amaury Silva (licenciado).  
 4. Aurélio Vianna.  
 5. Antônio Juca.

**SUBSTITUTOS**  
 1. Edmundo Levi.  
 2. Melo Braga.

**U. D. N.**  
**TITULARES**  
 Daniel Krieger.  
 Dinarte Mariz.  
 Irineu Bornhausen.  
 Lopes da Costa.

**SUPLENTE**  
 1. Adolfo Franco.  
 2. Eurico Rezende.  
 3. João Agripino.  
 4. Milton Campos.

**PTB**  
**TITULARES**  
 Mem de Sá.

**SUPLENTE**  
 1. Aloysio de Carvalho.  
 Reuniões: 4ªs-feiras — 10.00 horas.  
 Secretário: Cid Brugger, Auxiliar Legislativo, PL-10.

**Comissão de Finanças**  
 (15 MEMBROS)  
 Presidente — Argemiro de Figueiredo — (PTB).  
 Vice-Presidente — Daniel Krieger — (UDN).

**P. S. P.**  
**COMPOSIÇÃO**  
**TITULARES**  
 Victorino Freire.  
 Lobão da Silveira.  
 Sigefredo Pacheco.  
 Wilson Gonçalves.  
 Leite Neto.

**SUPLENTE**  
 1. José Guimard (licenciado).  
 2. Eugênio Barros.  
 3. Menezes Pimentel.  
 4. Atilio Fontana.  
 5. Pedro Ludovico.

**SUBSTITUTOS**  
 1. José Kairala.

SUBSTITUTO:

1. Melo Braga

U. D. N.

TITULARES

Eurico Rezende

2. Lopes da Costa

4. Zacarias de Assunção

Reuniões: 2.ªs. feiras às 10 horas.

SUPLENTE

Secretário: Vera de Alvarenga Mafra, Oficial Legislativo, PL-7.

Comissão do Polígono das Sêcas

(7 MEMBROS)

Presidente — Ruy Carneiro (PSD)

Vice-Presidente — Aurélio Vianna (PSD)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Wilson Gonçalves  
Ruy Carneiro

SUPLENTE

1. Sigefredo Pacheco  
2. Leite Neto

A. T. E.

TITULARES

Dix-Huit Rosado  
Aurélio Vianna

SUPLENTE

1. Argemiro de Figueiredo  
2. Aron de Melo  
3. Julio Leite

U. D. N.

TITULARES

Dinarte Mariz  
Jose Cândido

SUPLENTE

1. João Agripino  
2. Lopes da Costa  
Reuniões: 5.ªs. feiras — 16 horas  
Secretário: Ney Passos Dantas, Oficial Legislativo PL-9.

Comissão de Redação

(5 MEMBROS)

Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB)

Vice-Presidente — Padre Calazans

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Walfredo Gurgel  
Sebastião Archer

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira  
2. José Feliciano

SUBSTITUTO

1. Menezes Pimentel (licenciado)

P. I. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

Heribaldo Vieira

U. D. N.

TITULARES

Padre Calazans  
Julio Leite

SUPLENTE

1. João Agripino  
2. Josépnat Marinho

Reuniões: 4.ªs. feiras às 16 horas  
Secretário: Sarah Adriano, Oficial Legislativo, PL-8.

Comissão de Relações Exteriores

(11 MEMBROS)

Presidente — Jefferson de Aguiar (PSD)  
Vice-Presidente — Passos de Queiroz (PIB)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Benedito Valladares.  
Flinto Müller.  
Jefferson de Aguiar.  
Aarão Steinbruch.

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel.  
2. Ruy Carneiro.  
3. José Guimard (licenciado).  
4. Victorino Freire.

SUBSTITUTO

1. José Kairala.

P. I. B.

TITULARES

Pessoa de Queiroz.  
Vivaldo Lima.  
Eduardo Catalão.

SUPLENTE

1. Oscar Passos.  
2. Argemiro de Figueiredo.  
3. Antônio Jucá.

U. D. N.

TITULARES

Antônio Carlos.  
Jose Cândido.  
Padre Calazans.  
Arnon de Melo.

SUPLENTE

1. Daniel Krieger.  
2. Eurico Rezende.  
3. João Agripino.  
4. Mem de Sá.

Reuniões: 5.ªs. feiras — 15.00 horas.

Secretário: Castejon J. B. Branco, Oficial Legislativo, PL-6.

Comissão de Saúde

(15 MEMBROS)

Presidente — Lopes da Costa — UDN.

Vice-Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Pedro Ludovico  
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

1. Eugenio Bastos  
2. Walfredo Gurgel

P. I. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado  
Suplentes

Antônio Jucá

U. D. N.

SUPLENTE

1. Lopes da Costa  
Padre Calazans

SUPLENTE

Raul Gilberti  
Reuniões: Quintas-feiras — 15 horas).  
Secretário: Eduardo Rul Barbosa, Auxiliar Legislativo PL-10.

Comissão de Segurança Nacional

(7 MEMBROS)

Presidente — Zacarias de Assunção (UDN).  
Vice-Presidente — Silvestre Pericles (PTB).

COMPOSIÇÃO

PSD

TITULARES

José Guimard (licenciado);  
Victorino Freire

SUPLENTE

1. Ruy Carneiro  
1. Atílio Fontana (\*)  
SUBSTITUTO

2. José Kairala

P. I. B.

TITULARES

Silvestre Pericles  
Oscar Passos

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado  
2. Vago.

U. D. N.

TITULARES

Irineu Bornhausen  
Zacharias de Assunção

SUPLENTE

1. Adolfo Franco.  
2. Eurico Resende

P. S. P.

TITULAR

Raul Gilberti

SUPLENTE

1. Miguel Couto  
Reuniões: Quintas-feiras — (15 horas).  
Secretário: Alexandre Pfander, Oficial Legislativo PL-8.

(\*) — Em substituição ao Sr. José Guimard, como titular.

Comissão de Serviço Público Civil

(7 MEMBROS)

Presidente — Silvestre Pericles (PTB)

Vice-Presidente — Leite Neto (PSD)

COMPOSIÇÃO

PSD

TITULARES

Leite Neto.  
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

1. Victorino Freire  
2. Benedito Valladares

PTB

TITULARES

Silvestre Pericles  
Nelson Maculan (licenciado)

SUPLENTE

1. Edmundo Levi  
2. Vago

UDN

TITULARES

Antonio Carlos

Prorrogações:  
Antonio Carlos  
Padre Calazans

SUPLENTE

1. Dinarte Marins  
Lopes da Costa

PL

TITULAR

Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Mem de Sá

Reuniões: Terças-feiras — 16.00 horas.

Secretário: J. Ney Passos Dantas, Auxiliar Legislativo, PL-9.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

(5 MEMBROS)

Presidente José Feliciano (PSD).  
Vice-Presidente — Irineu Bornhausen (UDN).

PSL

TITULARES

José Feliciano  
Sebastião Archer

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar  
2. Flinto Müller

PTB

TITULARES

Bezerra Neto  
Lino de Matos

SUPLENTE

1. Silvestre Pericles

UDN

TITULAR

Irineu Bornhausen

SUPLENTE

Zacharias de Assunção.

Reuniões: Quartas-feiras — 16.00 horas

Secretário: Alexandre Pfander, Oficial Legislativo, PL-8.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961.

Dispõe sobre: Altera os artigos 28, 56, 58, 60, 110 e o parágrafo único do art. 112 da Constituição Federal.

— organização administrativa do Distrito Federal;

— vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal;

— regime de rendas do Distrito Federal;

— composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e do Tribunal Superior Eleitoral;

— processo de escolha do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal;

— aplicação da cota de imposto de renda destinada aos Municípios;

Eligida em 15-6-1961, com exceção dos Srs Senadores;

Barros Carvalho — designado em 2-1962.

Nelson Maculan — designado em 15-5-1963.

Lobão da Silveira — designado em 17-4-1963

Lopes da Costa — designado em 29-10-1962.



SUPLENTE

Até 14-12-1962 - Requerimento número 611-61, aprovado em 10-12-61. Até 15-12-1963 - Requerimento nº 778-62, aprovado em 12-12-62.

Memoros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - Relator - PSD
2 Lobão da Silveira - PSD.
3 Ruy Carneiro - PSD.
4 Benedito Vailaçoeres - PSD.
5 Wilson Gonçalves - PSD.
6 Nelson Maculan - PTB.
7 Silvestre Pericles - PTB.
8 Nogueira da Gama - PTB.
9 Barros Carvalho - PTB.
10 Daniel Krieger - Vice-Presidente - UDN.
11 Lopes da Costa - UDN.
12 Milton Campos - UDN.
13 Heribaldo Vieira - UDN.
14 Ruy Palmeira - UDN.
15 Aloysio de Carvalho - PL.
16 Mem de Sa - PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1961.

Altera o § 1º do art. 181 da Constituição Federal.

(Apresentação do funcionário aos cinco anos de serviço)

Eleita em 21-5-62, salvo os Srs Senadores.

Lobão da Silveira Wilson Gonçalves e Amaury Silva, designado em 23 de abril de 1963

Prorrogações:

Até 10-12-1962 - Requerimento número 610-61 aprovado em 14-12-1962.

Até 15-12-1963 - Requerimento número 798-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962

Memoros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD.
2 Lobão da Silveira - Relatorio - PSD
3 Ruy Carneiro - PSD.
4 Benedito Vailaçoeres - PSD.
5 Wilson Gonçalves - PSD
6 Silvestre Pericles - Relator - PTB
7 Amaury Silva - PTB
UDN Nº 24-63 S. 1, pág 2 13.
8 Nogueira da Gama - PTB.
9 Barros Carvalho - PTB.
10 Daniel Krieger - UDN.
11 Lopes da Costa - UDN.
12 Milton Campos - UDN.
13 Ruy Palmeira - UDN.
14 Heribaldo Vieira - UDN.
15 Aloysio de Carvalho - Presidente - PL
16 Mem de Sa - PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1961.

Da nova redação ao item II do art. 90 da Constituição Federal.

(Irregularidade dos vencimentos dos juizes).

Eleita em 21-5-61, salvo os Senhores Senadores.

Lopes da Costa designado em 29 de outubro de 1962

Lobão da Silveira designado em 24 de abril de 1963.

Bezerra Neto designado em 23 de abril de 1963

Prorrogações:

Até 10-12-1962 - Requerimento número 608-61 aprovado em 14-12-61.

Até 15-12-1963 - Requerimento número 779-62, aprovado em 12-12-62

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD.
2 Lobão da Silveira - PSD.
3 Ruy Carneiro - PSD.
4 Benedito Vailaçoeres - PSD.
5 Wilson Gonçalves - PSD.
6 Silvestre Pericles - PTB.
7 Bezerra Neto - PTB
8 Nogueira da Gama - PTB.
9 Barros Carvalho - PTB.
10 Daniel Krieger - UDN.
11 Lopes da Costa - UDN.
12 Milton Campos - Vice-Presidente - UDN
13 Heribaldo Vieira - UDN.
14 Ruy Palmeira - UDN
15 Aloysio de Carvalho - PL.
16 Mem de Sa - PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 7 de 1961.

Da nova redação ao art. 65, item da Constituição Federal.

(Dispõe sobre as matérias de competência privativa do Senado, incluindo as de preparo a execução dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente, aprovação e estabelecimento por prazo determinado e reatamento de relações diplomáticas com países estrangeiros)

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Senhores Senadores

Guido Mondim - designado em 25 de outubro de 1962;

Vivaldo Lima - designado em 30 de março de 1962;

Ruy Carneiro - designado em 23 de abril de 1963;

Wilson Gonçalves - designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende - designado em 21 de abril de 1963;

Pinto Ferreira - designado em 20 de abril de 1963;

Amaury Silva - designado em 21 de abril de 1963;

Prorrogações:

Até 10 de dezembro de 1962 - Requerimento nº 7-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961

Até 16 de dezembro de 1963 - Requerimento nº 780-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962

Membros - Partidos

- 1 Menezes Pimentel - PSD
2 Wilson Gonçalves - PSD.
3 Lobão da Silveira - PSD.
4 Ruy Carneiro - PSD
5 Guido Mondim - PSD
6 Silvestre Pericles - PSD.
7 Vivaldo Lima - PTB
8 Amaury Silva - PTB
9 Pinto Ferreira - PTB
10 Eurico Rezende - UDN.
11 Daniel Krieger - UDN
12 Milton Campos - UDN
13 Heribaldo Vieira - UDN
14 Lopes da Costa - UDN
15 Aloysio de Carvalho - PL.
16 Lino de Matos - PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 8, de 1961.

Acrescenta item ao art. 3º do Capítulo II - Presidente da República - da Emenda Constitucional nº 4 de 1961 que institui o sistema parlamentar de governo. (Sobre a extinção por proposta do Senado de chefe de missão diplomática de caráter permanente)

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Srs Senadores

Vivaldo Lima - Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondim - Designado em 30 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar - Designado em 23 de abril de 1963;

Ruy Carneiro - Designado em 29 de abril de 1963;

Eurico Rezende - Designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira - Designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto - Designado em 23 de abril de 1962.

Amaury Silva - designado em 22 de abril de 1962.

Prorrogações:

Até 10 de dezembro de 1962 - Requerimento nº 608-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 10 de dezembro de 1963 - Requerimento nº 781-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Memoros - Partidos

- 1 Menezes Pimentel - PSD
2 Ruy Carneiro - PSD
3 Lobão da Silveira - PSD
4 Jefferson de Aguiar - PSD
5 Guido Mondim - PSD.
6 Pinto Ferreira - PSD.
7 Bezerra Neto - PTB.
8 Amaury Silva - PTB.
9 Vivaldo Lima - PTB.
10 Daniel Krieger - UDN.
11 Eurico Rezende - UDN.
12 Milton Campos - UDN.
13 Heribaldo Vieira - UDN.
14 Lopes da Costa - UDN.
15 Aloysio de Carvalho - PL.
16 Lino de Matos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição

Acrescenta dispositivo ao artigo. 15 revoga o item V e o § 6º do artigo 19 substitui o § 3º do artigo 19 e o art. 22 da Constituição (Modifica o regime de discriminação de rendas).

Eleita em 30 de novembro de 1961, salvo os Srs Senadores:

Barros Carvalho - Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondim - Designado em 19 de outubro de 1962.

Jefferson de Aguiar - designado em 28 de abril de 1963;

Ruy Carneiro - designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende - designado em 23 de abril de 1963;

Amaury Silva - designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto - designado em 23 de abril de 1963;

Prorrogações:

Até 10 de dezembro de 1962 - Requerimento nº 605-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 - Requerimento nº 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD.
2 Menezes Pimentel - PSD.
3 Flinto Müller - PSD
4 Guido Mondim - PSD
5 Ruy Carneiro - PSD
6 Amaury Silva - PTB
7 Barros Carvalho - PTB
8 Argemiro Pignatelli - PTB
9 Bezerra Neto - PTB
10 Daniel Krieger - UDN
11 Eurico Rezende - UDN
12 Milton Campos - UDN
13 Heribaldo Vieira - UDN
14 Ruy Palmeira - UDN
15 Aloysio de Carvalho - PL.
16 Lino de Matos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10, de 1961.

Acrescenta parágrafo ao art. 15 da Constituição Federal aplicação da multa proveniente das cotas de impostos destinadas aos Municípios.

Eleita em 28-2-1962, salvo os Srs Senadores:

Lopes da Costa - designado em 30-3-1962;

Guido Mondim - designado em 29-10-1962.

Wilson Gonçalves - designado em 23-4-1963.

Eurico Rezende designado em 23-4-1963;

João Agripino - designado em 23-4-1963;

Silvestre Pericles - designado em 20-4-1963;

Catete Pinheiro - designado em 23-4-1963.

Senadores - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD.
2 Wilson Gonçalves - PSD.
3 Ruy Carneiro - PSD
4 Lobão da Silveira - PSD.
5 Guido Mondim - PSD.
6 Silvestre Pericles - PTB.
7 Nogueira da Gama - PTB.
8 Barros Carvalho - PTB.
9 Eurico - PTB.
10 Milton Campos - UDN
11 Heribaldo Vieira - UDN
12 Lopes da Costa - UDN
13 João Agripino - UDN.
14 Eurico Rezende - UDN
15 Josaphat Marinho - S. Legenda.
16 Lino de Matos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 11, de 1963.

Acrescenta parágrafos 4º e 5º ao art. 28 da Constituição Federal (Criação de novos Municípios).

Eleita em 28-3-1962, salvo os Srs Senadores:

Guido Mondim - designado em 25-10-1962;

Wilson Gonçalves - designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende - designado em 23-4-1963;

João Agripino - designado em 12-4-1963.

Catete Pinheiro - designado em 23-4-1963

Prorrogação:

Até 15-12-1963 - Requerimento nº 784-62 aprovado em 12-12-62.

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD
2 Wilson Gonçalves - PSD
3 Ruy Carneiro - PSD
4 Lobão da Silveira - PSD
5 Guido Mondim - PSD
6 Silvestre Pericles - PTB
7 Nogueira da Gama - PTB
8 Barros Carvalho - PTB
9 Milton Campos - UDN
10 Heribaldo Vieira - UDN
11 Eurico Rezende - UDN
12 João Agripino - UDN
13 Lopes da Costa - UDN
14 Aloysio de Carvalho - PL
15 Miguel Couto - PSP
16 Catete Pinheiro - PTN

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 1, de 1962.**

(Altera a redação do art. 186 da Constituição, referente a obrigatoriedade de concurso para a investidura em cargo inicial da carreira, instituindo a proibição de nomeações interinas).

Eleita em 10-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Menezes Pimentel — designado em 1-5-1962;

Wilson Gonçalves — designado em 1-4-1963;

Leite Neto — designado em 1-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 1-4-1963;

João Agripino — designado em 1-4-1963;

Aurélio Vianna — designado em 1-4-1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 35-62, aprovado em 12-12-1963.

Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Wilson Gonçalves — PSD
- 3 Ruy Carneiro — PSD
- 4 Lobão da Silveira — PSD
- 5 Leite Neto — PSD
- 6 Menezes Pimentel — PSD
- 7 Silvestre Gericies — PTB
- 8 Nogueira da Gama — PTB
- 9 Barros Carvalho — PTB
- 10 Milton Campos — UDN
- 11 Heribaldo Vieira — UDN
- 12 Eurico Rezende — UDN
- 13 João Agripino — UDN
- 14 Daniel Krieger — UDN
- 15 Aloysio de Carvalho — PL
- 16 Aurélio Vianna — PSB.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1962.**

(Institui nova discriminação de rendas em favor dos Municípios brasileiros).

Eleita em 23-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves — designado em 3-4-1963;

Leite Neto — designado em 3-4-1963;

Josaphat Marinho — designado em 3-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 3-4-1963;

Prorrogação:

Até 15 12 1962 — Requerimento nº 06-62, aprovado em 12 12 1962.

Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Wilson Gonçalves — PSD
- 3 Ruy Carneiro — PSD
- 4 Lobão da Silveira — PSD

- 5 Leite Neto — PSD
- 6 Menezes Pimentel — PSD
- 7 Silvestre Gericies — PTB
- 8 Nogueira da Gama — PTB
- 9 Barros Carvalho — PTB
- 10 Milton Campos — UDN
- 11 Heribaldo Vieira — UDN
- 12 Josaphat Marinho — UDN
- 13 Eurico Rezende — UDN
- 14 Daniel Krieger — UDN
- 15 Aloysio de Carvalho — PL
- 16 Lino de Mattos — PTN

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1963**

(Originário da Câmara dos Deputados)

Que dá nova redação ao § 1º do art. 28 da Constituição Federal (autonomia dos Municípios).

Designação em 22 de outubro de 1963

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD;  
 Ruy Carneiro — PSD;  
 Wilson Gonçalves — PSD;  
 José Feliciano — PSD;  
 Lobão da Silveira — PSD;  
 Bezerra Neto — PTB;  
 Edmundo Levi — PTB;  
 Argemiro de Figueiredo — PTB;  
 Meio Braga — PTB;  
 Milton Campos Presidente — UDN;  
 Aloysio de Carvalho — UDN;  
 Afonso Arinos — UDN;  
 Eurico Rezende — UDN;  
 Josaphat Marinho (Relator) — Pequenas Representações;  
 Aurélio Vianna — Pequenas Representações;  
 Júlio Leite (Vice-Presidente) — Pequenas Representações.

**Comissão Especial para estudar a situação da Casa da Moeda.**

(7 MEMBROS)

Criada em virtude da aprovação do Requerimento nº 561-63 do Sen Jefferson de Aguiar, na sessão de 14-8-63.

Designação em 28-8-1963

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD  
 Wilson Gonçalves — PSD  
 Arthur Virgílio — PTB  
 Edmundo Levy — PTB  
 Adolpho Franco — UDN  
 Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN  
 Josaphat Marinho — Legendat

**Comissão Especial para o estudo das causas que dificultam a produção agro-pecuária e suas repercussões negativas na exportação.**

(Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 2-8-1963).

(5 MEMBROS)

Membros — Partidos

- José Feliciano — PSD  
 Sigefredo Pacheco (Vice-Presidente) — PSD  
 José Ermirio (Presidente) — PTB  
 Lopes da Costa — UDN  
 Aurélio Vianna (Relator) — Pequenos Partidos.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1962.**

(Dispõe sobre a data do plebiscito previsto na Emenda Constitucional nº 4).

Eleita em 10-7-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves  
 Leite Neto  
 João Agripino  
 Eurico Rezende e  
 Josaphat Marinho (designado em 23-4-1963).

Prorrogação:

Até 15 12 1963 — Requerimento nº 787-62, aprovado em 12 12 1962.

Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Wilson Gonçalves — PSD
- 3 Ruy Carneiro — PSD
- 4 Lobão da Silveira — PSD
- 5 Menezes Pimentel — PSD
- 6 Leite Neto — PSD
- 7 Silvestre Gericies — PTB
- 8 Nogueira da Gama — PTB
- 9 Barros Carvalho — PTB
- 10 Milton Campos — UDN
- 11 Heribaldo Vieira — UDN
- 12 João Agripino — UDN
- 13 Eurico Rezende — UDN
- 14 Daniel Krieger — UDN
- 15 Mem de Sá — PL
- 16 Josaphat Marinho — S/Legenda

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 5 de 1962.**

Dá nova redação ao art. 20 da Constituição.

(Determina a entrega aos Municípios de 30% da arrecadação dos Estados quando exceder as rendas municipais).

Eleita em 13-9-1962, salvo os Srs. Senadores

Wilson Gonçalves  
 Leite Neto

Josaphat Marinho

Eurico Resende

Miguel Couto (designado em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15 12 1963 — Requerimento nº 789-62, aprovado em 12 12 62.

Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Ruy Carneiro — PSD
- 3 Lobão da Silveira — PSD
- 4 Wilson Gonçalves — PSD
- 5 Leite Neto — PSD
- 6 Menezes Pimentel — PSD
- 7 Vago — PTB
- 8 Nogueira da Gama — PTB
- 9 Barros Carvalho — PTB
- 10 Milton Campos — UDN
- 11 Heribaldo Campos — UDN
- 12 Josaphat Marinho — UDN
- 13 Daniel Krieger — UDN
- 14 Eurico Resende — UDN
- 15 Mem de Sá — PL
- 16 Miguel Couto — PSB

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1962.**

Altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 60 da Constituição Federal

(Aumenta para 4 o número de representantes dos Estados e do Distrito Federal no Senado).

Eleita em 13-9-1962, salvo os Srs. Senadores

Josaphat Marinho  
 Wilson Gonçalves  
 Eurico Resende  
 Júlio Leite (designado em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15 12 1963 — Requerimento nº 90-62, aprovado em 12 12 1962.

Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Ruy Carneiro — PSD
- 3 Lobão da Silveira — PSD
- 4 Wilson Gonçalves — PSD
- 5 Benedito Valadares — PSD
- 6 Menezes Pimentel — PSD
- 7 Vago — PTB
- 8 Nogueira da Gama — PTB
- 9 Barros Carvalho — PTB
- 10 Milton Campos — UDN
- 11 Heribaldo Vieira — UDN
- 12 Josaphat Marinho — UDN
- 13 Daniel Krieger — UDN
- 14 Eurico Resende — UDN
- 15 Mem de Sá — PL
- 16 Júlio Leite — PR

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1962.

Revoga a Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema parlamentar de governo e o art. 61 da Constituição Federal, de 18 de setembro de 1946.

Eleita em 6.12.1963, salvo os Srs. Senadores

Wilson Gonçalves

Eurico Rezende

Amaury Silva

Raul Giuberti (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 - Requerimento nº 791-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros - Partidos

- 1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Ruy Carneiro - PSD
3. Pedro Ludovico - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Benedicto Valadares - PSD
6. Menezes Pimentel - PSD
7. Amaury Silva - PTB
8. Nogueira de Lima - PTB
9. Barros Carvalho - PTB
10. Milton Campos - UDN
11. Heribaldo Vieira - UDN
12. Eurico Rezende - UDN
13. Daniel Krieger - UDN
14. João Agripino - UDN
15. Mem de Sá - PL
16. Raul Giuberti - PSP

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 1, de 1963.

Altera a redação do inciso IX do art. 157 da Constituição referente ao trabalho de menores e mulheres e ao trabalho em indústrias insalubres.

Designada em 23-4-1963

Membros - Partidos

- 1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Ruy Carneiro - PSD
3. Lobão da Silveira - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Menezes Pimentel - PSD
6. Heribaldo Vieira - PSD
7. Amaury Silva - PTB
8. Bezerra Neto - PTB
9. Vago - PTB
10. Silvestre Péricles - PTB
11. Arthur Virgílio - PTB
12. Eurico Rezende - UDN
13. Milton Campos - UDN
14. João Agripino - UDN
15. Josaphat Marinho - S. legenda
16. Aloysio de Carvalho - PL

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1963.

Altera os arts. 141, 146 e 147 da Constituição Federal (referente ao direito de propriedade).

Designada em 23-4-1963

Membros - Partidos

- 1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Ruy Carneiro - PSD
3. Lobão da Silveira - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Menezes Pimentel - PSD
6. Leite Neto - PSD
7. Amaury Silva - PTB
8. Bezerra Neto - PTB
9. Vago - PTB
10. Silvestre Péricles - PTB
11. Argemiro de Figueiredo - PTB
12. Eurico Rezende - UDN
13. Milton Campos - UDN
14. Daniel Krieger - UDN
15. Josaphat Marinho - S. legenda
16. Aloysio de Carvalho - PL

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1963.

Dá nova redação aos artigos nºs 26 e 63 da Constituição Federal (administração do Distrito Federal e matéria da competência privativa do Senado).

Eleita em 2-5-1963

Membros - Partidos

- 1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Ruy Carneiro - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Menezes Pimentel - PSD
6. Leite Neto - PSD
7. Amaury Silva - PTB
8. Bezerra Neto - PTB
9. Vago - PTB
10. Eduardo Catalão - PTB
11. Vasconcelos Torres - PTB
12. Eurico Rezende - UDN
13. Milton Campos - UDN
14. Daniel Krieger - UDN
16. Aloysio de Carvalho - Pequenos Partidos
18. Josaphat Marinho - Pequenos Partidos

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1963.

Dá nova redação aos arts. 44 e 45 da Constituição Federal para conceder imunidades aos vereadores.

Designada em 20-6-1963

Senadores - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB

- Bezerra Neto - PTB
Pinto Ferreira - PTB
Silvestre Péricles - PTB
Adalberto Sena - PTB
Eurico Rezende - UDN
Milton Campos - UDN
João Agripino - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Josaphat Marinho - S. legenda

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 5, de 1963.

Dá nova redação ao item II e ao § 4º do artigo 19 da Constituição referentes ao imposto de Vendas e Condições:

- 1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Ruy Carneiro - PSD
3. Lobão da Silveira - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Menezes Pimentel - PSD
6. Leite Neto - PSD
7. Amaury Silva - PTB
8. Bezerra Neto - PTB
9. Vago - PTB
10. Humberto Nader - PTB
11. Argemiro de Figueiredo - PTB
12. Eurico Rezende - UDN
13. Milton Campos - UDN
14. Daniel Krieger - UDN
15. Aloysio de Carvalho - PL
16. Josaphat Marinho - Pequenos Partidos

Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.

(Criada em virtude da aprovação em 18-9-1963 sessão extraordinária do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermírio)

(9 MEMBROS)

Membros - Partidos

- José Feliciano - PSD
Atilio Fontana - PSD
Eugênio Barros - PSD
José Ermírio (Relator) - PTB
Bezerra Neto - PTB
Melo Braga - PTB
Lopes da Costa - UDN
Milton Campos - Presidente - UDN
Júlio Leite - Vice-Presidente - Pequenas Representações.

Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas.

(Criada em virtude da aprovação em 2-8-1963 do Requerimento nº 531-63, do Senador Gouveia Vieira).

(5 MEMBROS)

Membros - Partidos

- Atilio Fontana (Presidente) - PSD
José Feliciano (Vice-Presidente) - PSD
José Ermírio (Relator) - PTB

- Adolpho Franco - UDN
Aurélio Vianna - Pequenas Representações.

Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal dos acervos de concionárias de serviços públicos e sobre a importação chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional.

(6 MEMBROS)

(Criada pela Resolução nº 11-63)

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Leite Neto (Presidente) - PSD
Nelson Maculan - PTB
João Agripino (Relator) - UDN
Josaphat Marinho - Pequenas Representações.

Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação da política tributária e cambial sobre as empresas privadas.

(Criada em virtude da aprovação em 2-8-1963, do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira)

(5 MEMBROS)

Membros - Partidos

- Atilio Fontana (Presidente) - PSD
José Feliciano (Vice-Presidente) - PSD
José Ermírio (Relator) - PTB
Adolpho Franco - UDN
Aurélio Vianna - Pequenas Representações.

Comissão Especial para o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.

(Criada em virtude da aprovação em 18-9-1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermírio).

(9 MEMBROS)

Membros - Partidos

- José Feliciano - PSD
Atilio Fontana - PSD
Eugênio Barros - PSD
José Ermírio (Relator) - PTB
Bezerra Neto - PTB
Melo Braga - PTB
Lopes da Costa - UDN
Milton Campos - Presidente - UDN
Júlio Leite - Vice-Presidente - Pequenas Representações.

Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acêrvos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional

(Criada pela Resolução nº 11 de 1963).

(5 MEMBROS)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.  
Leite Neto (Presidente) — PSD.  
Nelson Maculan (Vice-Presidente) — PTB.  
João Azeiteiro (Relator) — UDN.  
Josaphat Marinho — Pequenas Representações.

Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos apontados da tribuna do Senado, na Sessão de 23 de outubro de 1963, e outros relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento dos Correios e Telégrafos.

(Criada em virtude da aprovação em 7-11-1963, sessão extraordinária, da resolução nº 32, de 1963, apresentada pelo Senhor Senador Jefferson de Aguiar e outros Senhores Senadores).

MEMBROS — PARTIDOS

Presidente: Wilson Gonçalves — PSD.  
Vice-Presidente: Melo Braga — PTB.  
Relator: Eurico Rezende — UDN.  
Jefferson de Aguiar — PSD.  
Atilio Fontana — PSD.  
Artur Virgílio — PTB.  
Bezerra Neto — PTB.  
Aurélio Vianna — PTB.  
Júlio Leite — PTB.

Leite Neto — PSD.  
João Agripino — UDN.  
Daniel Krieger — UDN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1953.

Altera o art. 138 da Constituição Federal (inelegibilidades). Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
José Feliciano — PSD  
Walfredo Gurgel — PSD  
Argemiro de Figueiredo — PTB  
Bezerra Neto — PTB  
Silvestre Pericles — PTB  
Edmundo Levi — PTB  
Eurico Rezende — UDN  
Milton Campos — UDN  
Aloysio de Carvalho — UDN  
Afonso Arinos — UDN  
Josaphat Marinho — Sem Legenda  
Raul Gubert — Pequenas Representações.  
Júlio Leite — Pequenas Representações.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1963.

Dá nova redação ao § 4º do art. 182 da Constituição Federal (transfere para a reserva de militar da ativa que se candidatar a cargo eletivo). Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
José Feliciano — PSD  
Walfredo Gurgel — PSD  
Argemiro de Figueiredo — PTB  
Bezerra Neto — PTB  
Silvestre Pericles — PTB  
Edmundo Levi — PTB  
Eurico Rezende — UDN  
Milton Campos — UDN  
Aloysio de Carvalho — UDN  
Afonso Arinos — UDN  
Josaphat Marinho — Sem Legenda  
Raul Gubert — Pequenas Representações.  
Júlio Leite — Pequenas Representações.



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SECÃO II

ANO XIX — N.º 19

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 28 DE JANEIRO DE 1964

## SENADO FEDERAL

**ATA DA 21ª REUNIÃO, EM 27 DE JANEIRO DE 1964 — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA.**

**PRESIDENCIA DO SR. GILBERTO MARINHO**

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os senhores:

Senadores:

Adalberto Sena  
Vivaldo Lima  
Menezes Pimentel  
Wilson Gonçalves  
Dix-Huit Rosado  
Rui Palmeira  
Aloysio de Carvalho  
Jefferson de Aguiar  
Aurelio Vianna  
Gilberto Marinho  
Filinto Müller  
Bezerra Neto  
Mello Braga  
Guilto Mondim — 14.

**O SR. PRESIDENTE:**

A lista de presença acusa o comparecimento de 14 Srs. Senadores.

Não há número para a abertura dos trabalhos.

Vou encerrar a presente reunião designando para a próxima sessão a seguinte

**ORDEM DO DIA**

1

Sessão de 28 de janeiro de 1964 (Terça-feira)

**Votação**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1963 (n.º 23-A-3, na Casa de origem) que aprova o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1962, tendo Pareceres favoráveis sob ns. 799, 800, 801 e 802, de 1963,

das Comissões: de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; de Educação e Cultura e de Finanças.

2

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do cinquentenário da fundação da Prelazia do "Alto Solimões" tendo Parecer número 855, de 1963, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido em 1º turno.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (n.º 7-A de 1963, na Casa de origem) que aprova a Convenção Única sobre Entorpecentes, assinada em Nova York, a 30 de março de 1953, tendo Pareceres, sob ns. 806 a 808 de 1963, das Comissões de: Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; Relações Exteriores, favorável e Saúde, favorável.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1963 (n.º 3.408-B-61 na Casa de origem) que reverte ao serviço Ativo do Exército o Tenente-Coronel Rubens Ribeiro dos Santos, e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis sob os ns. 884 e 885, de 1963 das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças.

5

Votação, em turno único, da Requerimento nº 1.205, de 1963 pelo qual os Srs. Senadores Artur Virgílio (Líder do PTB), Barros Carvalho (Líder da Maioria) e Lino de Mattos (Líder do Bloco das Pequenas Representações) solicitam urgência nos termos do art. 326, nº 5-b do Regimento interno, para o projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1963 que concede anistia aos membros da Força Policial do Rio Grande do Norte.

6

Votação, em turno único, do Requerimento nº 3, de 1964, pelo qual os Srs. Senadores Vasconcelos Tôrres (Líder da Maioria em exercício) Sigefredo Pacheco (Líder do PSD em exercício) e Aurélio Vianna (Líder do Bloco das Pequenas Representa-

ções em exercício) solicitam urgência, nos termos do art. 326, 5-c do Regimento Interno para o Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1963 que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e em Agronomia.

7

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14 de 1963 (n.º 5-B, de 1963, na Câmara), que aprova os textos da Convenção relativa a proteção dos trabalhadores contra radiações ionizantes adotada pela Conferência Internacional do Trabalho em Genebra, e da Convenção para revisão parcial das Convenções adotadas pela mesma Conferência, tendo

Pareceres favoráveis, sob ns. 842, 843, 844 e 845 de 1963, das Comissões — de Constituição e Justiça; — de Legislação Social; — de Relações Exteriores; e — de Saúde.

**DISCUSSÃO**

8

Discussão em turno único, do Requerimento nº 4, de 1964, em que o Sr. Senador Vasconcelos Tôrres solicita transcrição nos Anais do Senado da carta pela qual o Senhor Presidente da República convidou o Presidente da República Francesa para visitar o Brasil, e da respectiva resposta.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 48 minutos).

**Expediente Despachado**

**MANIFESTAÇÕES DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENADOR JOSÉ KAIRALA**

Governadores

Do Estado do Acre  
Do Estado do Rio de Janeiro

Assembleias Legislativas

Do Estado do Maranhão  
Do Estado do Paraná  
Do Estado de Pernambuco  
Do Estado de Santa Catarina

Câmaras Municipais

De Campo Belo (Minas Gerais)  
De Conquista (Bahia)  
De Frutal (Minas Gerais)  
De Garça (Estado de São Paulo)  
De Goiânia (Estado de Goiás)  
De Guarabira (Estado de Paraíba)  
De Itajaí (Santa Catarina)  
De Juiz de Fora (Minas Gerais)  
De Pombal (Estado da Paraíba)  
De Pirúba (Bahia)  
De São Caetano do Sul (Estado de São Paulo)  
De Santos (Estado de São Paulo)  
De São Vicente (Estado de São Paulo)

Associações

Associação Comercial Amazonas Manaus.  
Associação dos Postalistas e Telegrafistas de Sergipe (Aracaju).

Sindicatos

Sindicato do Comércio Atacadista de Tecidos, Vestuários e Armarinhos de São Paulo.  
Sindicato dos Estivadores da Guanabara (Rio de Janeiro).

Diversos

União Brasileira dos Servidores Postais-Telegráficos de Alagoa (Maceió).  
Confederação Nacional e Indústria do Estado da Guanabara.  
Conselho Consultivo Banco Crédito Amazônica (Pará).  
Comitê por Elevação do Território Federal de Rondônia (Guaçaramirim).  
Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo do Estado de São Paulo.  
Movimento de Arregimentação Feminina de São Paulo.

Particulares

Sr. Gastão Müller de Cuiabá (MT).  
Sr. Olavo Lobo, de Barra Mansa (R.J.).



MESA

- Presidente - Moura Andrade (PSD - SP)
- Vice-Presidente - Noronha (PTB - MG)
- Gama (PTB - MG)
- Primeiro-Secretário - Rui Palmeira (UDN - RJ)
- Segundo-Secretário - Gilberto Marinho (PSD - SP)
- Terceiro-Secretário - Adalberto Sena (PTB - Acre)
- Quarto-Secretário - Cattete Pinheiro (PTN - PA)
- Primeiro-Suplente - Joaquim Parente (UDN - RJ)
- Segundo-Suplente - Guido Mondin (PSD - SP)
- Terceiro-Suplente - Vasconcelos Torres (PTB - RJ)

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

- 1 José Guiliana - Acre (em exercício)
- 3 Eugênio Barros - Maranhão
- 2 Louca da Silveira - Paraíba
- 3 Eugênio Barros - Maranhão
- 4 Sebastião Archer - Maranhão
- 5 Victorino Freire (em exercício e Suplente, Sr. Miguel Lima) - Maranhão
- 6 Sigefredo Pacheco - Piauí
- 7 Menezes Pimentel (em exercício e Suplente, Sr. Waldemar de Alcântara)
- 8 Wilson Gonçalves - Ceará
- 9 Walfredo Gurgel - Rio Grande do Norte
- 10 Ruy Carneiro - Paraíba
- 11 Leite Neto - Sergipe
- 12 Antônio Babino - Bahia
- 13 Jefferson de Aguiar - Espírito Santo
- 14 Gilberto Marinho - Guanabara
- 15 Moura Andrade - São Paulo
- 16 Atilio Fontana - Santa Catarina
- 17 Guido Mondin - R. G. Sul
- 18 Benedito Valadares - Minas Gerais
- 19 Fulnto Müller
- 20 José Feliciano - Goiás
- 21 Juscelino Kubitschek - Goiás
- 22 Pedro Ludovico - Goiás

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

- 1 Adalberto Sena - Acre
- 2 Oscar Passos - Acre
- 3 Vivaldo Lima - Amazonas
- 4 Edmundo Levi - Amazonas
- 5 Artur Virgílio - Amazonas
- 6 Antônio Juca - Ceará
- 7 Dix-Huit Rosado - Rio Grande do Norte
- 8 Argemiro de Figueiredo - Paraíba
- 9 Barros Carvalho - Pernambuco
- 10 Pessoa de Queiroz - Pernambuco
- 11 José Ermírio - Pernambuco
- 12 Silvestre Péricles - Alagoas
- 13 Vasconcelos Torres - Rio de Janeiro
- 14 Nelson Maculan (licenciado sem substituição) - Paraná
- 15 Amaury Silva - Paraná (em exercício e suplente, Sr. Melo Braga)
- 16 Nogueira da Gama - Minas Gerais
- 1 Zacarias de Assunção - Pará
- 2 Joaquim Parente - Piauí
- 3 José Cândido - Piauí
- 4 Dinarte Mariz - R. G. Norte
- 8 João Agripino - Paraíba
- 6 Rui Palmeira - Rio de Janeiro
- 7 Eurico Rezende - Espírito Santo
- 8 Afonso Arinos - Guanabara
- 17 Bezerra Neto

UNIAO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)

- 2 Pedro Calazans - São Paulo
- 10 Adolpho Franco - Paraná

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO FERREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE PRODUÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONARIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50

11. Irineu Bornhausen - Santa Catarina
12. Antônio Carlos - Santa Catarina
13. Daniel Krieger - Rio Grande do Sul
14. Milton Campos - Minas Gerais
15. Lopes da Costa - Mato Grosso

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

1. Aloysio de Carvalho - Bahia
2. Mem de Sá - Rio Grande do Sul

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

1. Cattete Pinheiro - Pará
2. Lauro de Matos - SP

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)

1. Raul Giuberti - Espírito Santo
2. Miguel Couto - Rio de Janeiro

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

1. Aurélio Vianna - Guanabara

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

1. Aarão Stenbruch - Rio de Janeiro

PARTIDO REPUBLICANO (PR)

1. Júlio Leite - Sergipe

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

1. Arnon de Melo - Alagoas

1. Josephat Marinho - Bahia
2. Heribaldo Vieira - Sergipe

RESUMO

Partido Social Democrático (P. S. D.)	17
Partido Trabalhista Brasileiro (P. T. B.)	17
União Democrática Nacional (U. D. N.)	15
Partido Libertador (P. L.)	2
Partido Trabalhista Nacional (P. T. N.)	2
Partido Social Progressista (P. S. P.)	2
Partido Socialista Brasileiro (P. S. B.)	1
Partido Republicano (P. R.)	1
Partido Democrata Cristão (P. D. C.)	1
Movimento Trabalhista Renovador (M. T. R.)	1
Sem legenda	64
Total	66

BLOCOS PARTIDARIOS

- 1º - Maioria (39) Membros: PSD, PTB, UDN, PL
- 2º - Minoria (17) Membros: PTN, PSP, PSB, MTR, PR, PDC
- 3º - Pequenas Representações (9) Membros: PTN, PSP, PSB, MTR, PR, PDC, Josephat Marinho (Sem Legenda)

LIDERANÇAS

I - DOS BLOCOS PARTIDARIOS MAIORIA

- Lider: Barros Carvalho - (PTB) - (PE)
- Vice-Líderes: Victorino Freire - (PSD - MA), Vasconcelos Torres - (PTB - RJ), Jefferson de Aguiar - (PSD - ES), João da Silveira - (PSD - PA), Artur Virgílio - (PTB - AM), Bezerra Neto - (PTB - MT)

MINORIA

- Lider: João Agripino - (UDN - PB)
- Vice-Líderes: Daniel Krieger - (UDN - RS), Mem de Sá - (PL - RS)

PEQUENAS REPRESENTAÇÕES

- Lider: Lino de Matos - (PTN - SP)
- Vice-Líderes: Aurelio Vianna - (PSB - GB)

II - DOS PARTIDOS

PSD

- Benedito Valadares - (MG)

Vice-Líderes

- Wilson Gonçalves - (CE), Sigefredo Pacheco - (PI), Walfredo Gurgel - (RG)

PTB

- Lider: Artur Virgílio - (AM)

Vice-Líderes

- Amaury Silva (licenciado) - (PR), Vivaldo Lima - (AM), Bezerra Neto - (MT)

UDN

- Lider: Daniel Krieger - (RS)

Vice-Líderes

- Eurico Rezende - (ES), Pedro Calazans - (SP), Adolfo Franco - (PR)

PL

- Lider: Mem de Sá - (RS)

Vice-Líderes

- Aloysio de Carvalho - (BA)

PTN

- Lider: Lino de Matos - (SP)

Vice-Líderes

- Cattete Pinheiro - (PA)

PSP

- Lider: Miguel Couto - (RJ)

Vice-Lider

- Raul Giuberti - (ES)

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão Diretora

- Moura Andrade - Presidente (PSD)

- Nogueira da Gama (PTB), Adalberto Sena (PTB), Rui Palmeira (UDN), Gilberto Marinho (PSD), Joaquim Parente (UDN), Cattete Pinheiro (PTN), Guido Mondin (PSD), Vasconcelos Torres (PTB)

Reuniões Quartas-feiras às 10 horas

Secretário: Evandro Mendes Viana

Diretor-Geral

Comissão de Agricultura

(7 MEMBROS)

Presidente - Vago

Vice-Presidente - Eugênio Barros (PE)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.
TITULARES
Eugenio Barros.
Jose Feliciano.
SUPLENTE
1. Afflio Fontana.
2. Pedro Ludovico.
P. I. B.
TITULARES
Raul Giuberti.
Dix-Huit Rosado.
Nelson Maculan (Licenciado).
SUPLENTE
1. Eduard Catalão (\*\*).
2. Aarão Steinbruch.
3. Vago.
U. D. N.
TITULARES
Lopes da Costa.
Antonio Carlos.
SUPLENTE
1. Daniel Krieger.
2. João Agripino.
SUBSTITUTOS
Reunioes
Quartas-feiras, as 18 horas.
Secretario: J. Ney Passos Dantas
Auxiliar Legislativo PL-9

Comissão de Constituição e Justiça

(11 MEMBROS)
Presidente - Milton Campos (UDN)
Vice-Presidente - Wilson Gonçalves (PSD)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.
TITULARES
Jefferson de Aguiar.
Rui Carneiro.
Lobão da Silva.
Wilson Gonçalves.
Josaphat Marinho.
SUPLENTE
1. Menezes Pimentel (licenciado).
2. Leite Neto.
3. Benedito Valladares.
4. Aarão Steinbruch.

P. I. B.

TITULARES
Amaury Silva (licenciado).
Bezerra Neto.
Edmundo Levi.
SUPLENTE
1. Argemiro de Figueiredo (\*\*).
2. Silvestre Pericles.
3. Melo Braga.

U. D. N.

TITULARES
Aloysio de Jarva.
Milton Campos.
1. Aronso Arinos.
2. Daniel Krieger.
3. José Agripino.
Reunioes
Quarta-feira, as 16 horas.
Secretario: Ronaldo Ferreira Dias
Oficial Legislativo PL-8.

(\*) Em substituição do Senhor Nelson Maculan, como titular.
(\*\*) Em substituição do Senhor Amaury Silva, como titular.

Comissão do Distrito Federal

(7 MEMBROS)
Presidente - Lino de Matos.
Vice-Presidente - Pedro Ludovico

COMPOSIÇÃO

P. S. D.
TITULARES
Menezes Pimentel.
Pedro Ludovico
Lino de Matos.
SUPLENTE
1. Flinto Müller.
2. Eugenio Barros.
3. Heribaldo Vieira.

P. I. B.

TITULARES
Oscar Passos.
Dix-Huit Rosado.
SUPLENTE
1. Aarão Steinbruch.
2. Antonio Juca.

U. D. N.

TITULARES
Dinarte Mariz.
Eurico Rezende.
SUPLENTE
1. Lopes da Costa.

1. Zacharia de Assunção.
Reunioes
Quintas-feiras as 10 horas.
Secretario: Jureta Ribeiro dos Santos
Oficial Legislativo PL-8.

Comissão de Economia

(9 MEMBROS)
Presidente - Flinto Müller (PSD)
Vice-Presidente - José Ermírio - (PTB)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.
TITULARES
Flinto Müller.
Eugenio Barros
Afflio Fontana.
José Guilomard (licenciado)
SUPLENTE
1. Jefferson de Aguiar (\*).
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer
4. Josaphat Marinho
5. José Kairala

P. I. B.

SUBSTITUTOS
TITULARES
José Ermírio
Nelson Maculan (licenciado).
Júlio Leite
SUPLENTE
1. Oscar Passos (\*\*).
2. Bezerra Neto

(\*) - Em substituição do Senhor José Guilomard como titular.
(\*\*) - Em substituição do Senhor Nelson Maculan, como titular.

SUBSTITUTOS

1. ... Archer
1. Melo Braga
U. D. N.
TITULARES
Adolfo Franco
Lopes da Costa
SUPLENTE
1. José Cândido.
2. Zacarias de Assunção
Reunioes terça-feira - 16.00 horas
Secretario: Cid Brugger, Auxiliar Legislativo PL-10

Comissão de Educação e Cultura

(7 MEMBROS)
Presidente - Menezes Pimentel (PSD)
Vice-Presidente - Padre Calazans - (UDN)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.
TITULARES
Menezes Pimentel
Walfredo Gurgel
SUPLENTE
1. Benedito Valladares
3. Sigefredo Pacheco

SUBSTITUTOS
1. Leite Neto
P. I. B.
TITULARES
Pessoa de Queiroz
Amaury Silva (licenciado)
SUPLENTE
1. Vago.
2. Vago.

U. D. N.
TITULARES
Antonio Carlos
Padre Calazans
Mem de Sá
SUPLENTE
1. Adolfo Franco
2. Milton Campos
3. Arnou de Melo

Reunioes: 4ªs-feiras - 15.00 horas
Secretario: Vera de A. Varella Ma
tra, Oficial Legislativo PL-7.

Comissão de Finanças

(15 MEMBROS)
Presidente - Argemiro de Figueiredo - (PTB)
Vice-Presidente - Daniel Krieger - (UDN).

P. S. P.

COMPOSIÇÃO
TITULARES
Victorino Freire
Lobão da Silveira.
Sigefredo Pacheco.
Wilson Gonçalves.
Leite Neto.
SUPLENTE
1. José Guilomard (licenciado).
2. Eugenio Barros.
3. Menezes Pimentel.
4. Afflio Fontana.
5. Pedro Ludovico.

SUBSTITUTOS
1. José Kairala.

P. I. B.

TITULARES
Argemiro de Figueiredo.
Bertha Neto
Dix-Huit Rosado.
Pessoa de Queiroz.
José Ermírio
SUPLENTE
1. Nelson Maculan (licenciado).
2. Lino de Matos
3. Amaury Silva (licenciado).
4. Aurélio Vianna.
5. Antônio Jurá

SUPLENTE

1. Edmundo Levi.
2. Melo Braga.
U. D. N.
TITULARES
Daniel Krieger.
Dinarte Mariz
Irineu Bornhausen.
Lopes da Costa
SUPLENTE
1. Adolfo Franco.
2. Eurico Rezende.
3. João Agripino.
4. Milton Campos.

SUBSTITUTOS

1. Edmundo Levi.
2. Melo Braga.
U. D. N.
TITULARES
Daniel Krieger.
Dinarte Mariz
Irineu Bornhausen.
Lopes da Costa
SUPLENTE
1. Adolfo Franco.
2. Eurico Rezende.
3. João Agripino.
4. Milton Campos.

TITULARES

Mem de Sá.
SUPLENTE
1. Aloysio de Jarva.
Reunioes: 4ªs-feiras - 16.00 horas.
Secretario: Cid Brugger, Auxiliar Legislativo, PL-10.

SUPLENTE

1. Aloysio de Jarva.
Reunioes: 4ªs-feiras - 16.00 horas.
Secretario: Cid Brugger, Auxiliar Legislativo, PL-10.

TITULARES

Mem de Sá.
SUPLENTE
1. Aloysio de Jarva.
Reunioes: 4ªs-feiras - 16.00 horas.
Secretario: Cid Brugger, Auxiliar Legislativo, PL-10.

SUPLENTE

1. Aloysio de Jarva.
Reunioes: 4ªs-feiras - 16.00 horas.
Secretario: Cid Brugger, Auxiliar Legislativo, PL-10.

Comissão de Legislação Social

(9 MEMBROS)
Presidente: Vivaldo Lima - PTB
Vice-Presidente: Rui Carneiro - (PSD).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.
TITULARES
Rui Carneiro.
Walfredo Gurgel.
José Guilomard (licenciado)
Raul Giuberti.
SUPLENTE
1. ... Neto.
2. Lobão da Silveira
3. Eugenio Barros
4. ...

SUPLENTE

1. ... Neto.
2. Lobão da Silveira
3. Eugenio Barros
4. ...

SUBSTITUTOS

Afflio Fontana
José Kairala.
TITULARES
Amaury Silva (licenciado)
Heribaldo Vieira
Vivaldo Lima

TITULARES

Amaury Silva (licenciado)
Heribaldo Vieira
Vivaldo Lima

SUPLENTE

1. ... Neto (\*\*).
2. Pessoa de Queiroz.
3. Antônio Jurá

(\*) - Em substituição do Senhor José Guilomard como titular.
(\*\*) - Em substituição do Senhor Amaury Silva como titular.

**SUBSTITUTOS**  
 1. Melo Braga  
 U. D. N.  
**TITULARES**  
 Eurico Rezende  
 2. Lopes da Costa  
 4. Zacarias de Assunção  
 Reuniões: 4.ª feira, às 10 horas.  
**SUPLENTE**  
 Secretário: Vera de Alvarenga Mar-  
 fra, Oficial Legislativo, PL-7.

**Comissão do Polígono das Secas**  
 (7 MEMBROS)  
 Presidente — Ruy Carneiro (PSD)  
 Vice-Presidente — Aurélio Vianna (PTB)

**COMPOSIÇÃO**  
**P. S. D.**  
**TITULARES**  
 Wilson Gonçalves  
 Ruy Carneiro

**SUPLENTE**  
 1. Sigefredo Pacheco  
 2. Leite Neto

**U. D. N.**  
**TITULARES**  
 Dix-Huit Rosado  
 Aurélio Vianna

**SUPLENTE**  
 Argemiro de Figueiredo  
 Arnon de Melo  
 1. Júlio Leite

**U. D. N.**  
**TITULARES**  
 Dinarte Mariz  
 José Cândido

**SUPLENTE**  
 1. João Agripino  
 2. Lopes da Costa  
 Reuniões: 5ª feira — 16 horas  
 Secretário: Ney Passos Dantas  
 Auxiliar Legislativo PL-9.

**Comissão de Redação**  
 (5 MEMBROS)

Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB)  
 Vice-Presidente — Padre Calazans

**COMPOSIÇÃO**  
**P. S. D.**  
**TITULARES**  
 Walfredo Gurgel  
 Sebastião Archer

**SUPLENTE**  
 1. Lobão da Silveira  
 2. José Feliciano

**SUBSTITUTOS**  
 1. Menezes Pimentel (licenciado)

**P. I. B.**  
**TITULARES**  
 Dix-Huit Rosado

**SUPLENTE**  
 Heribaldo Vieira

**U. D. N.**  
**TITULARES**  
 Padre Calazans  
 Julio Leite

**SUPLENTE**

1. João Agripino  
 2. Dinarte Marinho  
 Reuniões: 4ª feira às 16 horas  
 Secretário: Sarah Amador, Oficial  
 Legislativo PL-8

**Comissão de Relações Exteriores**  
 (11 MEMBROS)  
 Presidente — Jefferson de Aguiar (PSD)  
 Vice-Presidente — Passos de Queiroz (PTB)

**COMPOSIÇÃO**  
**P. S. D.**  
**TITULARES**  
 Benedito Valladares  
 Filinto Müller  
 Jefferson de Aguiar  
 Aarão Steinbruch

**SUPLENTE**  
 1. Menezes Pimentel  
 2. Ruy Carneiro  
 3. José Guimaraes (licenciado)  
 4. Victorino Freire

**SUBSTITUTOS**  
 1. José Kairala

**P. I. B.**  
**TITULARES**  
 Passos de Queiroz  
 Vivaído Lima  
 Eduardo Catalão

**SUPLENTE**  
 1. Oscar Passos  
 2. Argemiro de Figueiredo  
 3. Antônio Jucá

**U. D. N.**  
**TITULARES**  
 Antônio Carlos  
 José Cândido  
 Padre Calazans  
 Arnon de Melo

**SUPLENTE**  
 1. Daniel Krieger  
 2. Eurico Rezende  
 3. João Agripino  
 4. Mem de Sá

Reuniões: 5ªs-feiras — 15.00 ho-  
 ras  
 Secretário: Castejon J. B. Branco  
 Oficial Legislativo, PL-6.

**Comissão de Saúde**  
 (15 MEMBROS)

Presidente — Lopes da Costa — UDN  
 Vice-Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB)

**COMPOSIÇÃO**  
**P. S. D.**  
**TITULARES**  
 Pedro Ludovico  
 Sigefredo Pacheco

**SUPLENTE**  
 1. Eugenio Bastos  
 2. Walfredo Gurgel

**P. I. B.**  
**TITULARES**  
 Dix-Huit Rosado

**SUPLENTE**  
 Antonio Jucá

**U. D. N.**  
**TITULARES**  
 Lopes da Costa

**SUPLENTE**  
 Padre Calazans

1. Lopes da Costa  
 Padre Calazans

**SUPLENTE**  
 Raul Gilberti  
 Reuniões: Quintas-feiras — 15 ho-  
 ras)  
 Secretário: Eduardo Rul Barbosa  
 Auxiliar Legislativo PL-10.

**Comissão de Segurança Nacional**  
 (7 MEMBROS)

Presidente — Zacarias de Assunção (UDN)  
 Vice-Presidente — Silvestre Pericles (PTB)

**COMPOSIÇÃO**  
**PSD**  
**TITULARES**  
 José Guimaraes (licenciado)  
 Victorino Freire

**SUPLENTE**  
 1. Ruy Carneiro  
 1. Athilo Fontana (\*)

**SUBSTITUTO**  
 2. José Kairala

**P. I. B.**  
**TITULARES**  
 Silvestre Pericles  
 Oscar Passos

**SUPLENTE**  
 1. Dix-Huit Rosado  
 2. Vago

**U. D. N.**  
**TITULARES**  
 Irineu Bornhausen  
 Zacharias de Assunção

**SUPLENTE**  
 1. Adolfo Franco  
 2. Eurico Rezende

**P. S. P.**  
**TITULAR**  
 Raul Gilberti

**SUPLENTE**  
 1. Miguel Couto

Reuniões: Quintas-feiras — (16 ho-  
 ras)

Secretário: Alexandre Pfaender, Ofi-  
 cial Legislativo, PL-8.

**Comissão de Serviço Público Civil**  
 (7 MEMBROS)

Presidente — Silvestre Pericles (PTB)  
 Vice-Presidente — Leite Neto (PSD)

**COMPOSIÇÃO**  
**PSD**  
**TITULARES**  
 Leite Neto  
 Sigefredo Pacheco

**SUPLENTE**  
 1. Victorino Freire  
 2. Benedito Valladares

**PTB**  
**TITULARES**  
 Silvestre Pericles  
 Nelson Maculan (licenciado)

**SUPLENTE**  
 1. Edmundo Lévi  
 2. Vago

**UDN**  
**TITULARES**  
 Antonio Carlos

(\*) Em substituição ao Sr. Jos.  
 Guimaraes, como titular.

Prorrogações:  
 Antonio Carlos  
 Padre Calazans

**SUPLENTE**  
 1. Dinarte Marins  
 Lopes da Costa

**PL**  
**TITULAR**  
 Aloysio de Carvalho

**SUPLENTE**  
 Mem de Sá

Reuniões: Terças-feiras — 16.00 ho-  
 ras.

Secretário: J. Ney Passos Dantas  
 Auxiliar Legislativo PL-9.

**Comissão de Transportes, Co-  
 muniqueções e Obras Públicas**  
 (5 MEMBROS)

Presidente José Feliciano (PSD)  
 Vice-Presidente — Irineu Bornhaus-  
 sen (UDN)

**PSD**  
**TITULARES**  
 José Feliciano  
 Sebastião Archer

**SUPLENTE**  
 1. Jefferson de Aguiar  
 2. Filinto Müller

**PTB**  
**TITULARES**  
 Bezerra Neto  
 Lindo de Matos

**SUPLENTE**  
 1. Silvestre Pericles

**UDN**  
**TITULAR**  
 Irineu Bornhausen

**SUPLENTE**  
 Zacharias de Assunção

Reuniões: Quartas-feiras — 16.00  
 horas

Secretário: Alexandre Pfaender,  
 Oficial Legislativo, PL-8.

**Comissão Especial do Projeto  
 de Emenda a Constituição  
 nº 2, de 1961.**

Dispõe sobre: Altera os arti-  
 gos 26, 36, 60, 61, 110 e o pá-  
 ragrafo unico do art. 112 da Cons-  
 tituição Federal.

— organização administrativa  
 do Distrito Federal;

— vencimentos dos desembar-  
 gadores do Tribunal de Justiça  
 do Distrito Federal;

— regime de rendas do Distri-  
 to Federal;

— composição da Câmara dos  
 Deputados e do Senado Federal  
 e do Tribunal Superior Eleitoral;

— processo de escolha do Pre-  
 sidente e do Vice-Presidente do  
 Tribunal Regional Eleitoral do  
 Distrito Federal;

— aplicação da cota de imposto  
 de renda, relativa aos Municí-  
 pios.

Eleita em 15-6-1961, com exceção  
 dos Srs. Senadores:

Barros Carvalho — designado em  
 2-1962

son Maculan — designado em  
 3-1962

Lobão da Silveira — designado em  
 17-4-1963

Lopes da Costa — designado em  
 29-10-1962.

SUPLENTE

Até 14-12-1962 - Requerimento número 611-61, aprovado em 15-12-61; Até 15-12-1963 - Requerimento nº 778-62, aprovado em 12-12-62.

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - Relator - PSD.
2 Lobão da Silveira - PSD.
3 Ruy Carneiro - PSD.
4 Benedicto Vaiares - PSD.
5 Wilson Gonçalves - PSD.
6 Nelson Maculan - PTB.
7 Silvestre Pericles - PTB.
8 Nogueira da Gama - PTB.
9 Barros Carvalho - PTB.
10 Daniel Krieger - Vice-Presidente - UDN.
11 Lopes da Costa - UDN.
12 Milton Campos - UDN.
13 Heribaldo Vieira - UDN.
14 Ruy Palmeira - UDN.
15 Aloysio de Carvalho - PL.
16 Mem de Sá - PL.

Membros - Partidos

- 1. Jefferson de Aguiar - PSD.
2. Lobão da Silveira - PSD.
3. Ruy Carneiro - PSD.
4. Benedicto Valladares - PSD.
5. Wilson Gonçalves - PSD.
6. Silvestre Pericles - PTB.
7. Bezerra Neto - PTB.
8. Nogueira da Gama - PTB.
9. Barros Carvalho - PTB.
10. Daniel Krieger - UDN.
11. Lopes da Costa - UDN.
12. Milton Campos - Vice-Presidente - UDN.
13. Heribaldo Vieira - UDN.
14. Ruy Palmeira - UDN.
15. Aloysio de Carvalho - PL.
16. Mem de Sá - PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 7 de 1961.

Da nova redação ao art. 65, item da Constituição Federal.

Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado, incluindo as de proposta de exoneração dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente e aprovar o estabelecimento, rompimento e restabelecimento de relações diplomáticas com países estrangeiros.

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Senhores Senadores:

- Guido Mondin - designado em 29 de outubro de 1962;
Vivaldo Lima - designado em 30 de março de 1962;
Ruy Carneiro - designado em 23 de abril de 1963;
Wilson Gonçalves - designado em 23 de abril de 1963;
Eurico Rezende - designado em 23 de abril de 1963;
Pinto Ferreira - designado em 20 de abril de 1963;
Amaury Silva - designado em 21 de abril de 1963;

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 - Requerimento nº 508-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 - Requerimento nº 780-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros - Partidos

- 1 Menezes Pimentel - PSD.
2 Wilson Gonçalves - PSD.
3 Lobão da Silveira - PSD.
4 Ruy Carneiro - PSD.
5 Guido Mondin - PSD.
6 Silvestre Pericles - PSD.
7 Vivaldo Lima - PTB.
8 Amaury Silva - PTB.
9 Pinto Ferreira - PTB.
10 Eurico Rezende - UDN.
11 Daniel Krieger - UDN.
12 Milton Campos - UDN.
13 Heribaldo Vieira - UDN.
14 Lopes da Costa - UDN.
15 Aloysio de Carvalho - PL.
16 Lino de Matos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1961.

Acrescenta tem ao art 3º do Capítulo II - Presidente da República - da Emenda Constitucional nº 4 de 1961 que instituiu o sistema parlamentar de governo (Sobre a exoneração por proposta do Senado do chefe de missão diplomática de caráter permanente).

Eleita em 5 de outubro de 1961, salvo os Srs Senadores:

- Vivaldo Lima - Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin - Designado em 30 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar - Designado em 23 de abril de 1963;

Ruy Carneiro - Designado em 29 de abril de 1963;

Eurico Rezende - Designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira - Designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto - Designado em 23 de abril de 1962;

Amaury Silva - designado em 23 de abril de 1962.

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 - Requerimento nº 508-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 - Requerimento nº 781-62 aprovado em 2 de dezembro de 1962.

Membros - Partidos

- 1 Menezes Pimentel - PSD
2 Ruy Carneiro - PSD
3 Lobão da Silveira - PSD
4 Jefferson de Aguiar - PSD
5 Guido Mondin - PSD.
6 Pinto Ferreira - PSD.
7 Bezerra Neto - PTB.
8 Amaury Silva - PTB.
9 Vivaldo Lima - PTB.
10 Daniel Krieger - UDN.
11 Eurico Rezende - UDN.
12 Milton Campos - UDN.
13 Heribaldo Vieira - UDN.
14 Lopes da Costa - UDN.
15 Aloysio de Carvalho - PL.
16 Lino de Matos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição

Acrescenta dispositivo ao artigo 15 revoga o item V e o § 6º do Artigo 19 substitui o § 5º do artigo 19 e o art. 22 da Constituição

Modifica o regime de discriminação de rendas.

Eleita em 20 de novembro de 1961 salvo os Srs Senadores:

Barros Carvalho - Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin - Designado em 19 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar - designado em 28 de abril de 1963;

Ruy Carneiro - designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende - designado em 23 de abril de 1963;

Amaury Silva - designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto - designado em 23 de abril de 1963;

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 - Requerimento nº 605-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961;

Até 15 de dezembro de 1963 - Requerimento nº 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD.
2 Menezes Pimentel - PSD.
3 Filinto Múler - PSD.
4 Guido Mondin - PSD.
5 Ruy Carneiro - PSD.
6 Amaury Silva - PTB.
7 Barros Carvalho - PTB.
8 Argemiro Figueiredo - PTB.
9 Bezerra Neto - PTB.
10 Daniel Krieger - UDN.
11 Eurico Rezende - UDN.
12 Milton Campos - UDN.
13 Heribaldo Vieira - UDN.
14 Ruy Carneiro - UDN.
15 Aloysio de Carvalho - PL.
16 Lino de Matos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10, de 1961.

Acrescenta parágrafo 4º ao art. 18 da Constituição Federal aplicação da parcela proveniente das cotas de impostos destinadas aos Municípios).

Eleita em 28 2.1962, salvo os Srs. Senadores:

Lopes da Costa - designado em 30 3 1962;

Guido Mondin - designado em 29 10 1962;

Wilson Gonçalves - designado em 23 4 1963.

Eurico Rezende designado em 23 4 1963;

João Agripino - designado em 23 4 1963;

Silvestre Pericles - designado em 25 4 1963;

Cattete Pinheiro - designado em 23 4 1963

Senadores - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD.
2 Wilson Gonçalves - PSD.
3 Ruy Carneiro - PTB.
4 Lobão da Silveira - PSD.
5 Guido Mondin - PSD.
6 Silvestre Pericles - PTB.
7 Nogueira da Gama - PTB.
8 Barros Carvalho - PTB.
9 Vago - PTB.
10 Milton Campos - UDN.
11 Heribaldo Vieira - UDN.
12 Lopes da Costa - UDN.
13 João Agripino - UDN.
14 Eurico Rezende - UDN.
15 Josahat Marinho - S. Independ.
16 Lino de Matos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 11, de 1963.

Acrescenta parágrafos 4 e 5 ao art. 28 da Constituição Federal criação de novos Municípios.

Eleita em 28 3 1962, salvo os Srs. Senadores:

Guido Mondin - designado em 25 10 1962.

Wilson Gonçalves - designado em 14-4-1963.

Eurico Rezende - designado em 24-4-1963;

João Agripino - designado em 12-4-1963.

Cattete Pinheiro - designado em 23-4-1963

Prorrogação:

Até 15-12-1963 - Requerimento nº 784-62 aprovado em 12-12-62

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD
2 Wilson Gonçalves - PSD
3 Ruy Carneiro - PSD
4 Lobão da Silveira - PSD
5 Guido Mondin - PSD
6 Silvestre Pericles - PTB
7 Nogueira da Gama - PTB
8 Barros Carvalho - PTB
9 Milton Campos - UDN
10 Heribaldo Vieira - UDN
11 Eurico Rezende - UDN
12 João Agripino - UDN
13 Lopes da Costa - UDN
14 Aloysio de Carvalho - PL
15 Manuel Couto - PSP
16 Cattete Pinheiro - PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1961.

Alteração § 1º do art. 181 da Constituição Federal.

(Aposentadoria do funcionário aos trinta anos de serviço)

Eleita em 21-5-62, salvo os Srs. Senadores:

Lobão da Silveira
Wilson Gonçalves e
Amaury Silva, designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 - Requerimento número 610-61 aprovado em 14-12-1961

Até 15-12-1963 - Requerimento número 798-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD.
2 Lobão da Silveira - Relator - PSD.
3 Ruy Carneiro - PSD.
4 Benedicto Valladares - PSD.
5 Wilson Gonçalves - PSD.
6 Silvestre Pericles - Relator - PTB.
7 Amaury Silva - PTB.
8 Nogueira da Gama - PTB.
9 Barros Carvalho - PTB.
10 Daniel Krieger - UDN.
11 Lopes da Costa - UDN.
12 Milton Campos - UDN.
13 Ruy Palmeira - UDN.
14 Heribaldo Vieira - UDN.
15 Aloysio de Carvalho - Presidente - PL.
16 Mem de Sá - PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1961.

Da nova redação ao item II do art. 95 da Constituição Federal

(Irregularidade dos vencimentos dos juizes).

Eleita em 21-6-61, salvo os Senhores Senadores:

Lopes da Costa designado em 29 de outubro de 1962.

Lobão da Silveira designado em 23 de abril de 1963.

Bezerra Neto, designado em 23 de abril de 1963

Prorrogações:

Até 15-12-1962 - Requerimento número 609-61 aprovado em 14-12-61;

Até 15-12-63 - Requerimento número 778-62, aprovado em 12-12-62

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 1, de 1962.**

(Altera a redação do art. 186 da Constituição, referente a obrigatoriedade de concurso para a investidura em cargo inicial da carreira, instituindo a proibição de nomeações interinas).

Eleita em 10-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Menezes Pimentel - designado em 15-5-1962;

Wilson Gonçalves - designado em 23-4-1963;

Leite Neto - designado em 20-4-1963;

Eurico Rezende - designado em 23-4-1963;

João Agripino - designado em 23-4-1963;

Aurélio Vianna - designado em 23-4-1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 - Requerimento nº 785-62, aprovado em 12-12-1963

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD
- 2 Wilson Gonçalves - PSD
- 3 Ruy Carneiro - PSD
- 4 Lobão da Silveira - PSD
- 5 Leite Neto - PSD
- 6 Menezes Pimentel - PSD
- 7 Silvestre Gêrciles - PTB
- 8 Nogueira da Gama - PTB
- 9 Barros Carvalho - PTB
- 10 Milton Campos - UDN
- 11 Heribaldo Vieira - UDN
- 12 Eurico Rezende - UDN
- 13 João Agripino - UDN
- 14 Daniel Krieger - UDN
- 15 Aloysio de Carvalho - PL
- 16 Aurélio Vianna - PSD.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1962.**

(Insstitui nova discriminação de rendas em favor dos Municípios brasileiros).

Eleita em 23-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves - designado em 23-4-1963;

Leite Neto - designado em 23-4-1963;

Josaphat Marinho - designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende - designado em 23-4-1963;

Prorrogação:

Até 15-12-1962 - Requerimento nº 705-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD
- 2 Wilson Gonçalves - PSD
- 3 Ruy Carneiro - PSD
- 4 Lobão da Silveira - PSD

- 5 Leite Neto - PSD
- 6 Menezes Pimentel - PSD
- 7 Silvestre Gêrciles - PTB
- 8 Nogueira da Gama - PTB
- 9 Barros Carvalho - PTB
- 10 Milton Campos - UDN
- 11 Heribaldo Vieira - UDN
- 12 Josaphat Marinho - UDN
- 13 Eurico Rezende - UDN
- 14 Daniel Krieger - UDN
- 15 Aloysio de Carvalho - PL
- 16 Lino de Mattos - PTN

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1963**

(Originário da Câmara dos Deputados)

Que dá nova redação ao 1º do art. 28 da Constituição Federal (autonomia dos Municípios).

Designação em 22 de outubro de 1963

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD;  
 Ruy Carneiro - PSD;  
 Wilson Gonçalves - PSD;  
 José Feliciano - PSD;  
 Lobão da Silveira - PSD;  
 Bezerra Neto - PTB;  
 Edmundo Levi - PTB;  
 Argemiro de Figueiredo - PTB;  
 Melo Braga - PTB;  
 Milton Campos - Presidente - UDN;  
 Aloysio de Carvalho - UDN;  
 Afonso Araújo - UDN;  
 Eurico Rezende - UDN;  
 Josaphat Marinho (Relator) - Pequenas Representações;  
 Aurélio Vianna - Pequenas Representações;  
 Júlio Leite (Vice-Presidente) - Pequenas Representações.

**Comissão Especial para estudar a situação da Casa da Moeda.**

(7 MEMBROS)

Criada em virtude da aprovação do Requerimento nº 561-63 do Sen. Jefferson de Aguiar, na sessão de 14-8-63.

Designação em 28-3-1963

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar (Presidente) - PSD;  
 Wilson Gonçalves - PSD;  
 Arthur Virgílio - PTB;  
 Edmundo Levi - PTB;  
 Adolpho Franco - UDN;  
 Eurico Rezende (Vice-Presidente) - UDN;  
 Josaphat Marinho - 3; Legendr

**Comissão Especial para o estudo das causas que dificultam a produção agro pecuária e suas repercussões negativas na exportação.**

(Criada em virtude do Requerimento nº 569-63 do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 3-8-1963).

(3 MEMBROS)

Membros - Partidos

- José Feliciano - PSD;  
 Sigefredo Pacheco (Vice-Presidente) - PSD;  
 José Ermirio (Presidente) - PTB;  
 Lopes da Costa - UDN;  
 Aurélio Vianna (Relator) - Pequenos Partidos.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1962.**

(Dispõe sobre a data do plebiscito previsto na Emenda Constitucional nº 9).

Eleita em 10-7-1962, salvo os Srs. Senadores:

- Wilson Gonçalves  
 Leite Neto  
 João Agripino  
 Eurico Rezende  
 Josaphat Marinho (designado em 23-4-1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 - Requerimento nº 787-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD
- 2 Wilson Gonçalves - PSD
- 3 Ruy Carneiro - PSD
- 4 Lobão da Silveira - PSD
- 5 Menezes Pimentel - PSD
- 6 Leite Neto - PSD
- 7 Silvestre Gêrciles - PTB
- 8 Nogueira da Gama - PTB
- 9 Barros Carvalho - PTB
- 10 Milton Campos - UDN
- 11 Heribaldo Vieira - UDN
- 12 João Agripino - UDN
- 13 Eurico Rezende - UDN
- 14 Daniel Krieger - UDN
- 15 Mem de Sá - PL
- 16 Josaphat Marinho - S/Legenda

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 5 de 1962.**

Dá nova redação ao art. 20 da Constituição.

(Determina a entrega aos Municípios de 30% da arrecadação dos Estados quando exceder as rendas municipais).

Eleita em 13-9-1962, salvo os Srs. Senadores.

- Wilson Gonçalves  
 Leite Neto

Josaphat Marinho.

Eurico Resende

Miguel Couto (designado em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 - Requerimento nº 789-62, aprovado em 12-12-63.

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD
- 2 Ruy Carneiro - PSD
- 3 Lobão da Silveira - PSD
- 4 Wilson Gonçalves - PSD
- 5 Leite Neto - PSD
- 6 Menezes Pimentel - PSD
- 7 Vago - PTB
- 8 Nogueira da Gama - PTB
- 9 Barros Carvalho - PTB
- 10 Milton Campos - UDN
- 11 Heribaldo Campos - UDN
- 12 Josaphat Marinho - UDN
- 13 Daniel Krieger - UDN
- 14 Eurico Rezende - UDN
- 15 Mem de Sá - PL
- 16 Miguel Couto - PSD

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1962.**

Altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 80 da Constituição Federal.

(Aumenta para 4 o número de representantes dos Estados e do Distrito Federal no Senado).

Eleita em 13-9-1962, salvo os Srs. Senadores

- Josaphat Marinho  
 Wilson Gonçalves  
 Eurico Resende  
 Julio Leite (designado em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 - Requerimento nº 790-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD
- 2 Ruy Carneiro - PSD
- 3 Lobão da Silveira - PSD
- 4 Wilson Gonçalves - PSD
- 5 Benedito Valladares - PSD
- 6 Menezes Pimentel - PSD
- 7 Vago - PTB
- 8 Nogueira da Gama - PTB
- 9 Barros Carvalho - PTB
- 10 Milton Campos - UDN
- 11 Heribaldo Vieira - UDN
- 12 Josaphat Marinho - UDN
- 13 Daniel Krieger - UDN
- 14 Eurico Resende - UDN
- 15 Mem de Sá - PL
- 16 Julio Leite - PR



**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1962.**

Revoga a Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema parlamentar de governo e o art. 61 da Constituição Federal de 1946 de setembro de 1946.  
Eleita em 12-1962, salvo os Srs Senadores  
Wilson Gonçalves  
Eurico Rezende  
Amaury Silva  
Raul Giuberti (designados em 22 de abril de 1963).

Prorogação:  
Até 15-11-1963 - requerimento nº 791-62, aprovado em 12-12-1962.

- Membros - Partidos
1. Jefferson de Aguiar - PSD
  2. Ruy Carneiro - PSD
  3. Pedro Ludovic - PSD
  4. Wilson Gonçalves - PSD
  5. Benedicto Valladares - PSD
  6. Menezes Pimentel - PSD
  7. Amaury Silva - PTB
  8. Nogueira da Gama - PTB
  9. Barros Carvalho - PTB
  10. Milton Campos - UDN
  11. Heribaldo Vieira - UDN
  12. Eurico Rezende - UDN
  13. Daniel Krieger - UDN
  14. João Agripino - UDN
  15. Mery de Sá - PL
  16. Raul Giuberti - PSP

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 1, de 1963.**

Altera a redação do inciso IX do art. 157 da Constituição referente ao trabalho de menores e mulheres e ao trabalho em indústrias insalubres.

Designada em 23-4-1963

- Membros - Partidos
1. Jefferson de Aguiar - PSD
  2. Ruy Carneiro - PSD
  3. Lobão da Silveira - PSD
  4. Wilson Gonçalves - PSD
  5. Menezes Pimentel - PSD
  6. Heribaldo Vieira - PSD
  7. Amaury Silva - PTB
  8. Bezerra Neto - PTB
  9. Vago - PTB
  10. Silvestre Péricles - PTB
  11. Arthur Virgílio - PTB
  12. Eurico Rezende - UDN
  13. Milton Campos - UDN
  14. João Agripino - UDN
  15. Josaphat Marinho - S. legenda
  16. Aloysio de Carvalho - PL

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1963.**

Altera os arts 141, 146 e 147 da Constituição Federal referente ao direito de propriedade.

Designada em 23-4-1963

- Membros - Partidos
1. Jefferson de Aguiar - PSD
  2. Ruy Carneiro - PSD
  3. Lobão da Silveira - PSD
  4. Wilson Gonçalves - PSD
  5. Menezes Pimentel - PSD
  6. Leite Neto - PSD
  7. Amaury Silva - PTB
  8. Bezerra Neto - PTB
  9. Vago - PTB
  10. Silvestre Péricles - PTB
  11. Agemiro de Figueiredo - PTB
  12. Eurico Rezende - UDN
  13. Milton Campos - UDN
  14. Daniel Krieger - UDN
  15. Josaphat Marinho - S. legenda
  16. Aloysio de Carvalho - PL

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1963.**

Dá nova redação aos artigos nºs 26 e 63 da Constituição Federal (administração do Distrito Federal e matéria da competência privativa do Senado).

Eleita em 2-5-1963

- Membros - Partidos
1. Jefferson de Aguiar - PSD
  2. Ruy Carneiro - PSD
  3. Wilson Gonçalves - PSD
  4. Menezes Pimentel - PSD
  5. Leite Neto - PSD
  6. Amaury Silva - PTB
  7. Bezerra Neto - PTB
  8. Vago - PTB
  9. Eduardo Catalão - PTB
  10. Vasconcelos Torres - PTB
  11. Eurico Rezende - UDN
  12. Milton Campos - UDN
  13. Daniel Krieger - UDN
  14. Aloysio de Carvalho - Pequenos Partidos
  15. Josaphat Marinho - Pequenos Partidos

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1963.**

Dá nova redação aos arts. 44 e 45 da Constituição Federal para conceder imunidades aos vereadores.

Designada em 20-5-1963

- Senadores - Partidos
- Jefferson de Aguiar - PSD
- Ruy Carneiro - PSD
- Lobão da Silveira - PSD
- Wilson Gonçalves - PSD
- Menezes Pimentel - PSD
- Leite Neto - PSD
- Amaury Silva - PTB

- Bezerra Neto - PTB
- Pinto Ferreira - PTB
- Silvestre Péricles - PTB
- Agripino Aguiar - PTB
- Eurico Rezende - UDN
- Milton Campos - UDN
- João Agripino - UDN
- Aloysio de Carvalho - PL
- Josaphat Marinho - S. legenda

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 5, de 1963.**

Dá nova redação ao item II e ao § 4º do artigo 19 da Constituição referentes ao imposto de vendas e consignações.

1. Jefferson de Aguiar - PSD
2. Ruy Carneiro - PSD
3. Lobão da Silveira - PSD
4. Wilson Gonçalves - PSD
5. Menezes Pimentel - PSD
6. Leite Neto - PSD
7. Amaury Silva - PTB
8. Bezerra Neto - PTB
9. Vago - PTB
10. Humberto Nader - PTB
11. Agemiro de Figueiredo - PTB
12. Eurico Rezende - UDN
13. Milton Campos - UDN
14. Daniel Krieger - UDN
15. Aloysio de Carvalho - PL
16. Josaphat Marinho - Pequenos Partidos

**Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.**

(Criada em virtude da aprovação em 18-9-1963 sessão extraordinária do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermirio)

- (9 MEMBROS)
- Membros - Partidos
- José Feliciano - PSD
- Atílio Fontana - PSD
- Eugênio Barros - PSD
- José Ermirio (Relator) - PTB
- Bezerra Neto - PTB
- Melo Braga - PTB
- Lopes da Costa - UDN
- Milton Campos (Presidente) - UDN
- Júlio Leite (Vice-Presidente) - Pequenas Representações.

**Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas.**

(Criada em virtude da aprovação, em 2-8-1963, do Requerimento nº 631-63, do Senador Gouvêa Vieira)

- (5 MEMBROS)
- Membros - Partidos
- Atílio Fontana (Presidente) - PSD
- José Feliciano (Vice-Presidente) - PSD
- José Ermirio (Relator) - PTB

- Adolpho Franco - UDN
- Aurelio Viana - Pequenas Representações.

**Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal dos arquivos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional.**

(6 MEMBROS)  
(Criada pela Resolução nº 11-63)

- Membros - Partidos
- Jefferson de Aguiar - PSD
- Leite Neto (Presidente) - PSD
- Wilson Magalhães - PTB
- João Agripino (Relator) - UDN
- Josaphat Marinho - Pequenas Representações

**Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas.**

(Criada em virtude da aprovação em 18-9-1963 sessão extraordinária do Sr. Senador Gouvêa Vieira)

- (5 MEMBROS)
- Membros - Partidos
- Atílio Fontana (Presidente) - PSD
- José Feliciano (Vice-Presidente) - PSD
- José Ermirio (Relator) - PTB
- Adolpho Franco - UDN
- Aurelio Viana - Pequenas Representações

**Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.**

(Criada em virtude da aprovação, em 18-9-1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 665 de 1963, do Sr. Senador José Ermirio)

- (9 MEMBROS)
- Membros - Partidos
- José Feliciano - PSD
- Atílio Fontana - PSD
- Eugênio Barros - PSD
- José Ermirio (Relator) - PTB
- Bezerra Neto - PTB
- Melo Braga - PTB
- Lopes da Costa - UDN
- Milton Campos - Presidente UDN
- Júlio Leite - Vice-Presidente - Pequenas Representações.

**Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acêrvos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional**

(Criada pela Resolução nº 11 de 1963).

(6 MEMBROS)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.  
Leite Neto (Presidente) — PSD.  
Nelson Maculan (Vice-Presidente) — PTB.  
João Agripino (Relator) — UDN,  
Josaphat Marinho — Pequenas Representações.

**Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos apontados da tribuna do Senado, na Sessão de 23 de outubro de 1963, e outros relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento dos Correios e Telégrafos.**

(Criada em virtude da aprovação em 7-11-1963, sessão extraordinária da resolução nº 32, de 1963, apresentada pelo Senhor Senador Jefferson de Aguiar e outros Senhores Senadores).

MEMBROS — PARTIDOS

Presidente: Wilson Gonçalves — PSD.  
Vice-Presidente: Melo Braga — PTB.  
Relator: Eurico Rezende — UDN.  
Jefferson de Aguiar — PSD.  
Atilio Fontana — PSD.  
Artur Virgílio — PTB.  
Bezerra Neto — PTB.  
Aurélio Vianna — PTB.  
Júlio Leite — PTB.

Leite Neto — PSD.  
João Agripino — UDN.  
Daniel Krieger — UDN.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1963.**

Altera o art. 138 da Constituição Federal (inelegibilidades).  
Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
José Feliciano — PSD  
Walfredo Gurgel — PSD  
Argemiro de Figueiredo — PTB  
Bezerra Neto — PTB  
Silvestre Péricles — PTB  
Edmundo Levi — PTB  
Eurico Rezende — UDN  
Milton Campos — UDN  
Aloysio de Carvalho — UDN  
Afonso Arinos — UDN  
Josaphat Marinho — Sem Legenda  
Raul Gubert — Pequenas Representações.  
Júlio Leite — Pequenas Representações.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1963.**

Da nova redação ao § 4º do art. 182 da Constituição Federal (transferência para a reserva do militar da ativa que se candidatar a cargo eletivo). Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
José Feliciano — PSD  
Walfredo Gurgel — PSD  
Argemiro de Figueiredo — PTB  
Bezerra Neto — PTB  
Silvestre Péricles — PTB  
Edmundo Levi — PTB  
Eurico Rezende — UDN  
Milton Campos — UDN  
Aloysio de Carvalho — UDN  
Afonso Arinos — UDN  
Josaphat Marinho — Sem Legenda  
Raul Gubert — Pequenas Representações.  
Júlio Leite — Pequenas Representações.



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SECÃO II

ANO XIX — N.º 20

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 29 DE JANEIRO DE 1964

### SENADO FEDERAL

ATA DA 9ª SESSÃO, EM 28 DE JANEIRO DE 1964

1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 5ª LEGISLATURA

PRESIDÊNCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE E ADALBERTO SENA.

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Senhores Senadores:

Adalberto Sena  
Vivaldo Lima  
Joaquim Parente  
Sigeirêdo Pacheco  
Menezes Pimentel  
Wilson Gonçalves  
Heribaldo Vieira  
Aloysio de Carvalho  
Aurélio Vianna  
Moura Andrade  
Pedro Ludovico  
Flinto Muller  
Bezerra Neto  
Adolpho Franco  
Mello Braga  
Antônio Carlos  
Guido Mondim (17).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença registra o comparecimento de 17 Senhores Senadores.

Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Senhor 2º Secretário lê as atas da sessão e reunião anteriores, que são aprovadas em debates.

O Senhor 1º Secretário lê o seguinte:

**EXPEDIENTE**

**MENSAGEM**

Do Senhor Presidente da República, nos seguintes termos:

**Mensagem nº 37, de 1964**

(Nº 12-64, NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA)

Senhores Membros do Senado Federal:

De acordo com o preceito constitucional, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a designação que desejo fazer do Sen-

hor Edgar Bandeira Fraga de Castro, ocupante de cargo de Ministro de Primeira Classe, da carreira de Diplomata, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente, do Ministério das Relações Exteriores, para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Oriental do Uruguai, nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961.

Os méritos do Senhor Edgar Bandeira Fraga de Castro que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 24 de janeiro de 1964; 143ª da Independência e 76ª da República. — João Belchior Marques Goulart.

**CURRICULUM-VITAE DO EMBaixADOR EDGAR BANDEIRA FRAGA DE CASTRO**

1. Nascido em Belém, Estado do Pará, em 11 de abril de 1904. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

2. Adido à Secretaria de Estado, em 1928; Terceiro Oficial, por concurso, em 17 de julho de 1928; Conselheiro de Terceira Classe, de 1931 e 1933; promovido a Segundo Secretário, por antiguidade, em 7 de março de 1933; promovido a Primeiro Secretário, por merecimento, em 27 de dezembro de 1938; promovido a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 7 de dezembro de 1943; promovido a Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 19 de setembro de 1951.

3. No Exterior, o Embaixador Edgar Bandeira Fraga de Castro exerceu as seguintes funções:

Segundo Secretário da Embaixada do Brasil em Washington, de 1933 a 1935; Segundo Secretário da Embaixada do Brasil em Havana, de 1935 a 1938; Cônsul Geral do Brasil em Paris, de 1945 a 1948; Ministro Plenipotenciário em Praga, de 1948 a 1951; Embaixador do Brasil junto ao Governo do Peru, de 1953 a 1956; Embaixador do Brasil na Suécia, de 1956 até esta data.

4. Na Secretaria de Estado, o Embaixador Edgar Bandeira Fraga de Castro exerceu as seguintes funções e comissões:

Serviu no Gabinete do Diretor-Geral dos Negócios Comerciais e Con-

sulares, em 1928 e 1929; foi membro da Comissão de recepção a Suas Altezas Reais do Príncipe de Góes e o Príncipe George, em 1931; Auxiliar de Gabinete do Ministro Osvaldo Aranha, em 1938; Oficial de Gabinete do Ministro de Estado, interino, Cyro de Freitas-Valle, em 1939; Oficial de Gabinete do Ministro Osvaldo Aranha, de 1939 a 1944; Representante do Ministério das Relações Exteriores na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, em 1952.

5. Além das funções exercidas no exterior e já mencionadas, o Embaixador Edgar Bandeira Fraga de Castro desempenhou as seguintes Comissões:

Secretário da Embaixada Especial do Brasil à posse de D. Miguel Mariano Gómez, Presidente da República de Cuba, em 1936. Encarregado de Negócios em Havana, em 1936, e 1937.

6. O Embaixador Edgar Bandeira Fraga de Castro é casado com a Senhora Celina Hick Fraga de Castro, de nacionalidade uruguaia.

7. Sua Excelência é indicado para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Oriental do Uruguai.

Secretaria de Estado, em 18 de janeiro de 1964. — Roberto Barthel Rosa, Chefe da Divisão do Pessoal.

A Comissão de Relações Exteriores.

Respostas do Senhor Ministro da Fazenda a pedidos de informações do Senado (Avisos de 22 de janeiro).

Aviso nº GB-11 — com referência ao Requerimento nº 616, de 1963, do Senhor Senador Vasconcelos Torres; Aviso nº GB-12 — com referência ao Requerimento nº 769, de 1963, do Senhor Senador Cattete Pinheiro.

### PARECERES

**Parecer nº 2, de 1964**

Da Comissão Diretora sobre o Projeto de Resolução nº 41-63, que exonera, a pedido, Antônio Carlos Nogueira, Auxiliar Legislativo, PL-10, do quadro da Secretaria do Senado Federal.

**RELATOR: SR. RUI PALMEIRA:**

Relator: Senador Rui Palmeira.

O Projeto de Resolução nº 41 de 1963 foi retirado da Ordem do Dia face a questão de Ordem levantada

pelo Excelentíssimo Senhor Senador Aloysio de Carvalho.

A respeito, cumpre-nos informar que o Auxiliar Legislativo PL-10, Antônio Carlos de Nogueira foi nomeado para exercer cargo público, do Poder Executivo, onde tomou posse a 10 de janeiro do corrente ano. Requeriu, então, sua exoneração do cargo que ocupava no Senado. Seu requerimento teve tramitação nesta Casa e seus vencimentos vinham sendo depositados, normalmente, no Banco do Brasil, pois, somente com a aprovação do competente Projeto de Resolução poderiam ser os mesmos suspensos. O Senhor Diretor-Geral, tomando conhecimento do mencionado Requerimento, houve por bem sustar os pagamentos a partir de 17 de maio último, até que tivesse solução, em plenário, aquela proposição.

Segundo informações prestadas, as importâncias pagas a partir de seu afastamento dos serviços desta casa encontram-se, até hoje depositadas no Banco do Brasil, à disposição do Senado.

Nestas condições, opinamos seja dado prosseguimento ao Projeto de Resolução nº 41, de 1963, especificando-se ali, entretanto, a data de exoneração, isto é — 10 de fevereiro de 1963, nos termos da emenda que a seguiu apresentamos. — Senador Rui Palmeira, 1º Secretário.

**EMENDA**

Ao Projeto de Resolução nº 41, de 1963.

Acrescente-se ao artigo único do Projeto, em seguida à expressão "a pedido" o seguinte:

"em 10 de fevereiro de 1963"

*Justificação*

A emenda visa a atualizar projeto, uma vez que a exoneração deve ser atendido a partir da data acima referida.

Sala das Sessões, em 24 de janeiro de 1964. — Auro Moura Andrade. — Camilo Nogueira da Gama. — Rui Palmeira. — Gilberto Marinho. — Adalberto Serra. — Joaquim Parente. — Vasconcelos Torres.

**Parecer nº 3, de 1964**

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei do Senado nº 169 de 1963 — E concedido post-mortem — John F. Kennedy, Presidente dos Estados

União da América, o título de Cidadão Brasileiro.

RELATOR: SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

O projeto em apreciação pretende conceder, *post-mortem*, o título de cidadão brasileiro a John Fitzgerald Kennedy, ex-Presidente dos Estados Unidos da América do Norte, vítima de um atentado ocorrido em Dallas, capital do Estado do Texas, em 22 de novembro deste ano.

Justificando a proposição, o Senador Eurico Rezende assevera que "o crime do século, com todo o seu impacto de emoção e injustiça, faz com que a humanidade se debruce, espiritualmente, sobre o túmulo e sobre a memória do Presidente John F. Kennedy", e conclui:

"Conferindo a Kennedy o título de cidadão brasileiro, o Congresso Nacional, de permeio com a exaltação de uma vida e de uma obra impressionantemente postas a serviço da humanidade, revela a gratidão do povo brasileiro para com o estadista insigne, a cuja compreensão dos ideais panamericanos devemos uma colaboração constante em favor do nosso desenvolvimento, em sintonia com a nossa luta indomável em prol da liberdade e da democracia".

A Constituição Federal considera brasileiros aqueles que: a) tenham nascido no Brasil (*ius soli*); b) os nascidos no estrangeiro, se filhos de brasileiros a serviço do Brasil; c) os que adquirirem a nacionalidade brasileira nos termos do artigo 63, nºs IV e V, da Constituição de 24 de fevereiro de 1891; d) os naturalizados pela forma que a lei estabelecer (artigo 129, inciso I a IV).

Assina-se que a cidadania é função da nacionalidade, eis que só o nacional, que tenha completado o quadro das exigências legais, pode exercer esses direitos, donde resulta a subordinação do indivíduo às leis internas de determinado país. Daí resultam direitos e obrigações recíprocas, situação de dependência, ônus, como também prerrogativas e uma defesa toda especial que o nacional tem o direito de exigir (Temiócles Cavalcanti, Constituição Federal comentada, vol. II, pág. 6).

Consequentemente, o regime da nacionalidade tem de obedecer à legislação específica, de onde decorrem os direitos e obrigações da cidadania, acentua o mesmo constitucionalista.

A naturalização tácita prevista na Constituição de 1891 e reiterada noutros diplomas importa na obtenção do título declaratório, segundo a vontade do estrangeiro que dela queira aproveitar-se, se atendidos os requisitos, estabelecidos no artigo 9º, da Constituição pretérita. É ato formal, meio de prova da obtenção e renúncia de nacionalidade, porque ela opera *ipso facto atque jure*.

A naturalização comum ou expressa regulada por lei (lei 389, de 25 de abril de 1938; lei 818 de 18 de setembro de 1949; lei 3.696, de 18 de dezembro de 1959). A Constituição preceitua: os naturalizados na forma que a lei estabelecer.

Acentua Pontes de Miranda:

"A naturalização faz nacional o indivíduo a partir da concessão. Os efeitos *ex tunc* seriam lesivos. O naturalizado ainda que perca a nacionalidade que tinha, fica sujeito a tudo que derivou do seu estado até então, inclusive as obrigações militares". (Comentários, vol. III, pág. 30).

Os critérios são múltiplos e variáveis, na concessão da nacionalidade: mas se existe o *numerus clausus*, que

# EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO FERREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

### DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

#### ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONÁRIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 50,00	Semestre .....	Cr\$ 39,00
Ano .....	Cr\$ 96,00	Ano .....	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano .....	Cr\$ 136,00	Ano .....	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

a um Estado se vede a adoção de um critério para que a matéria nacionalidade não seja *indiferente* o direito das gentes (Pontes de Miranda, *ob. cit.*, pág. 22).

Mas certos princípios intransponíveis devem ser observados: a) não deve ser imposta a nacionalidade a estrangeiros que não tenham manifestado a intenção de renunciar a que possui; b) capacidade de mudar de nacionalidade de acordo com a lei nacional do indivíduo, a qual deve ser respeitada; c) não favorecer à expatriação fraudulenta, permitindo-se a aquisição doutra nacionalidade sem o repúdio franco à anterior.

A outorga de título de ciência a estrangeiro não importa em naturalização imposta, com a perda ficta da nacionalidade anterior. A lei elaborada pelo Congresso pode ultrapassar as linhas do artigo 129 da Constituição. A ausência de consulta ao interessado, com repercussão no direito interno do país onde vive e a cuja nacionalidade não renunciou, não importará em recusa formal e expressa se prejuízo houver par o beneficiário da medida legislativa, posto que com intuítos louváveis.

A lei nº 818 prescreve que "a concessão da naturalização é da *faculdade exclusiva* do Presidente da República, em decreto referenciado pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores" (art. 79).

Os títulos de cidadania a brasileiros, no território nacional, como têm sido concedidos por Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, não têm eficácia jurídico-constitucional, no âmbito da nacionalidade e da cidadania, ao passo que títulos de cidadania deferidos a estrangeiros poderão resultar em graves conflitos de direito e em lamentáveis divergências, inclusive com a própria recusa, formal e explícita, da homenagem pre-

tendida, deixando mal o Congresso e o país.

Todavia, na hipótese em exame, o homenageado faleceu, não havendo, pois, repercussões outras nas órbitas interna e externa que não seja a exaltação da sua singular personalidade, mui merecidamente enaltecida pelo autor da proposição.

Daí, por que, com as restrições de ordem constitucional e jurídica aventadas, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela aprovação do projeto de lei do Senado nº 169, de 1963.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1963. — Wilson Gonçalves, Presidente. — Jefferson de Aguiar, Relator. — Bezerra Neto. — Edmundo Levi. — Eurico Rezende, pela conclusão. — Ruy Carneiro.

#### O SR. PRESIDENTE:

O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Adolpho Franco.

#### O SR. ADOLPHO FRANCO:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a imprensa brasileira e a opinião pública estão, hoje, inteiramente voltadas para os destinos da "Petrobrás", empresa que foi criada para o povo brasileiro e como síntese da capacidade realizadora do homem nacional. Por isso, recebi do eminente Líder do meu partido, o nobre Senador Daniel Krieger, a honrosa missão de transmitir a esta Casa o nosso pensamento e a nossa palavra sobre a questão apaixonante que vem sensibilizando o País.

A tarefa da Oposição tem sido, nesta Casa, firme, leal e decidida, no sentido de procurar convencer o Governo da República de que precisamos

pôr um fim a essa onda de corrupção e de escândalos que assola a nação, provocada, de um lado, por mandatários e administradores infelizes e de outro, por uma inflação asfixiante, corruptora e revolucionária. Já não se furta mais em cruzeiros, neste país, porque os pseudonacionais não acreditam na nossa moeda; agora os escândalos giram em torno de dólares de milhares de dólares, a moeda forte do povo norte-americano.

O escândalo da Petrobrás atenta. Exige do Governo a ação mais enérgica e sanadora, porque as acusações partem dos dois lados. De um lado, sentimos a posição firme e acusadora de um general do Exército Nacional, ex-Chefe do Estado-Maior do Ministério da Guerra, ex-Chefe da Casa Militar do Sr. Presidente da República — e até ontem, consequentemente, detentor da sua confiança pessoal — ex-Presidente do Conselho de Segurança Nacional, que se diz injuriado pelos comunistas da Petrobrás e que afirma ali existir um verdadeiro "mar de lama". De outro lado, são os Diretores impostos pelos Sindicatos e que aceleram, dentro da Companhia, a obra da sua destruição e desmoralização, servindo, assim, à mais rápida comunização do País.

As acusações são as mais graves e sérias. Sempre temos recebido, e as desconfianças e acusações têm sido muitas, que dos cofres da Petrobrás têm saído os recursos para o financiamento da campanha de comunização do País. Agora, Sr. Presidente, é um general, ex-Presidente da Companhia, que faz acusações e afirma que está sendo substituído porque reagiu contra os comunistas e os desonestos. Disse mais — que daria a vida pelo Sr. Presidente da República, mas não empenha a sua honra.

Não basta, pois, substituir-se um homem fardado por outro de tarda mais bonita. O que se impõe para defesa do decro nacional e salvaguarda da grande empresa, é o afastamento dos acusados e acusadores para que uma sindicância e um inquérito sérios, apontem os verdadeiros culpados, os verdadeiros dilapidadores, do patrimônio nacional.

Instalou-se o regime do monopólio de importação de óleo cru. Não fazem ainda trinta dias e as manchetes nos jornais já nos dizem que os minguados cofres federais, a nossa pequena receita de divisas ia sendo espoliada em mais de um milhão de dólares.

A União Democrática Nacional tem um compromisso com o povo e com a grande companhia, da qual ela deu o seu apoio e participou da sua organização e fundação. Quer defendê-la e, por isso mesmo exige do Governo um inquérito de portas e janelas escancaradas, para a imediata apuração dos fatos. Vamos correr da administração pública, de uma vez, com os desonestos, os prevaricadores quaisquer que sejam, por mais poderosos que sejam, mas vamos também entregá-los e expô-los a execração pública.

O Sr. Filinto Muller — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ADOLPHO FRANCO — Com prazer.

O Sr. Filinto Muller — Estou de pleno acordo com a afirmativa que V. Exa. faz. A Nação exige rigoroso inquérito sobre esses fatos publicados nas manchetes dos jornais, e que escandalizam a opinião pública. Mas quero lembrar a V. Exa. que há uma Comissão de Inquérito para apurar os fatos, presidida por um ilustre representante do partido de V. Exa., Deputado Antonio Carlos Magalhães. Tenho certeza que essa Comissão, por seu lado, há de procurar esclarecer tudo quanto existe de nebuloso na Petrobrás.

O SR. ADOLPHO FRANCO — Agradeço o aparte de V. Exa. e é isto que nós da Oposição, como todos os Senadores e V. Exa. como eminente membro do Partido Social Democrático quer: a apuração da verdade e a condenação dos culpados.

O Sr. Filinto Muller — Exatamente. O Partido Social Democrático tem grande responsabilidade perante a Nação, assim como o partido de V. Exa. O nosso partido defende tudo quanto seja de interesse do povo brasileiro, e quer que os administradores da coisa pública sempre se apresentem perante a Nação com autoridade e com austeridade.

O SR. ADOLPHO FRANCO — Agradeço o aparte de V. Exa. Instala-se o regime do monopólio da importação do óleo cru e nos primeiros trinta dias de vigência estoura o primeiro escândalo e a primeira denúncia. Os minguados cofres nacionais e a precária receita de divisas, já ia sendo espoliada e saqueada em um milhão de dólares.

A U. D. N. tem compromissos com o povo e a grande Empresa. Quer defendê-la e por isto mesmo exige do governo o inquérito, de portas abertas, para a apuração dos fatos.

Vamos correr da administração pública com os desonestos e os prevaricadores, mas vamos também condená-los e expô-los à execração pública.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Governo precisa saber que um povo que sofre, que é vítima de uma inflação desordenada, que se vê espoliado diariamente através dos preços que fazem explodir seus orçamentos particulares esse povo só evitará a desordem política e só não acompanhará aqueles que o convidam para a revolução, se nós, todos nós e o Governo Federal adotarmos a estrada da eficiência administrativa, da austeridade, da decência e da autoridade pública.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem) (Palmas)

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Pedro Ludovico.

#### O SR. PEDRO LUDOVICO:

(Para uma comunicação. Sem renúncia do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, na última vez que ocupei esta tribuna declarei que me achava decepcionado, desiludido com os discursos que se pronunciavam, não só no Senado como na Câmara dos Deputados porque as coisas continuavam no mesmo pé, com o mesmo aspecto. E me referia justamente às questões financeiras, econômicas, e à grande carestia da vida.

Ainda agora, o nobre Senador Adolpho Franco acaba de falar justamente neste sentido, tendo por base de seu discurso o escândalo do petróleo.

Como vê V. Exa., Sr. Presidente, e vêm os Srs. Senadores, o Brasil continua em crise de moralidade.

Numa entrevista dada, há cerca de dois meses, ao "Diário de Notícias", declarei que era preciso dizer não, não e não à corrupção e também ao excesso de empreguismo. Alá, repeti frase de V. Exa. que, em discurso pronunciado nesta Casa, antes da posse do Sr. João Goulart, disse não, não e não à corrupção e ao empreguismo.

Mas, apesar de tudo, resolvi ainda ocupar esta tribuna para falar sobre a situação angustiada que nos oprimiu, diminuiu e desmoralizou.

Sinto-me no dever, de quando em vez, dar a minha opinião sobre assuntos que se referem ao interesse nacional. Penso que calar é uma omissão imperdoável, uma restrição cri-

minosa, quando se vê o nosso país continuar no mesmo caminho de erros, de adversidade, de incompreensão por parte de todos os responsáveis que desconhecem ou não querem ver as dificuldades por que passa o nosso povo.

A parte da população que não é capitalista, nem classe média, nem proprietária, mas que representa o nível mais inferior das nossas coletividades, que são as mulheres paupérrimas, muitas sem esposos, pela ausência ou pela doença, carregadas de filhos pequenos, os homens doentes ou saós, vivendo em trabalho e fome, vindo da caridade pública sofrendo e morrendo nas suas vivências humildes e infectas. Só os que têm contato com essa gente podem avaliar o seu sofrimento.

Nunca o Brasil passou por uma fase tão crítica como essa em que vivemos.

Não há nenhum exagero no que afirmo.

A inflação continua a passos rápidos, com pequenas pausas, com pequenas interrupções. O nosso cruzeiro em sua desvalorização galopante. Esta moeda da moeda paraguaia, que, ainda há pouco, era bem inferior à nossa. Os nossos orçamentos continuam otimistas e, em regra, deficitários, com emissões frequentes, e que se impõem para que a nossa vida financeira não se detenha, constituindo um círculo vicioso. Pergunto eu: há providências sérias, profundas, energias, práticas, realistas, para combater essas males? Parece-me que não. Só se fala em reformas, reformas e mais reformas. No entanto, essas reformas só podem ter efeito a prazo longo, e está o nosso país em condições de esperar por elas?

Ninguém pense que sou contra as reformas de base. Sou a favor de todas.

A reforma agrária é indispensável, imprescindível, feita com critério, sem demasias, sem muita pressa, mas, sim, no sentido de melhorar a nossa produção e as condições de existência do homem do campo.

Sobre este assunto, vários e ilustres brasileiros têm discorrido. Há cinco anos atrás, o Deputado Coutinho Cavalcanti apresentou belíssimo trabalho sobre reforma agrária, assim como o Dr. Afrânio de Carvalho, secretário do ex-Ministro da Agricultura, Sr. Daniel de Carvalho. Está, portanto, esta matéria inteliramente analisada, estudada, sendo desnecessárias maiores investigações. Faz-se mister, entretanto, que as medidas estejam de acordo com o nosso momento e com as condições do nosso País.

Não se pode admitir demagogia nem intentos subalternos de glória no afã de realizá-la. Está profundamente ligada aos interesses nacionais, devendo ser encarada com seriedade. Nela está em jogo a vida de milhões de trabalhadores rurais e a melhoria da produção nacional. Precisa ser feita, com meditação, observando-se a realidade brasileira, que é muito diferente de todas as outras nações em que foi realizada.

É preciso que se tenha em vista a extensão do nosso território, as diferenças do nosso clima, a diversidade das nossas terras e dos nossos costumes e a grande quantidade de áreas aproveitadas e devolutas que possuímos.

Fala-se em desapropriá-las nas proximidades dos centros populosos e nas margens das estradas de ferro e de rodagem. Pode-se concordar em parte com essa orientação, que deve ter alguma justificativa.

É mister que se pense, porém, na importância de dinheiro que esses ter-

renos vão custar, tratando-se justamente das zonas mais valorizadas.

Já nas regiões afastadas dos centros populosos, a terra é muito mais barata e, não raro, muito melhores, e servidas, também de rodovias como a que liga Brasília a Belém e que atravessa uma faixa de 500 quilômetros de mata virgem.

A rodovia que vai de Brasília a Anápolis, Ceres, Uruçu, até o baixo Tocantins nos Lumes de Maranhão e Pará é igualmente servida de ótimas terras, onde não há o problema das estiagens prolongadas e em que o preço das mesmas é relativamente baixo. Só essas regiões a que me referi podem comportar mais de 50 milhões de habitantes.

O que acho conveniente é colocar o excesso de população do Nordeste e todos os brasileiros que não possuem propriedades rurais de qualquer dos nossos Estados, que queiram cultivar a terra, nessas regiões a que aludo, onde poderão se tornar donos de um pedaço de terra maior, em vez de dois ou três hectares para cada família.

Esses pequenos proprietários tomariam amor à sua gleba e nela permaneceriam por verificar que o seu trabalho terá uma boa recompensa, possibilitando-lhes um futuro de tranquilidade.

Dando-se-lhes uma pequena assistência financeira no início de sua nova lida, com uma relativa assistência educacional e sanitária, o resto virá naturalmente, de forma a não onerar muito os cofres públicos.

Nas proximidades do Araguaia e do Tocantins, há pesca e os babaquais que podem concorrer muito para aumentar a renda desses novos habitantes. O mundo tem fome de gordura, e, hoje, prefere mais os óleos vegetais do que os animais, pois estes oferecem maiores dificuldades para serem produzidos.

Ademais, do babaçu se extraem outros elementos de grande valor e necessários a muitas atividades.

Nas proximidades da Brasília-Belém encontram-se, no Estado de Goiás e Maranhão, mais de dois bilhões de palmeiras.

Felizmente esta riqueza já está despertando a cobiça de nacionais e estrangeiros. No território goiano vão ser instaladas brevemente duas grandes refinarias para a exploração do babaçu, uma com capitais alemães e outra com capitais goianos, sendo que os esses industriais vão inverter nesse ramo mais de um bilhão de cruzeiros.

Fazendo um parêntesis, quero declarar que a questão do babaçu está despertando — como disse — a cobiça de nacionais e estrangeiros. No Norte de Goiás, na região do Tocantins, Município de Aragarina, vão ser instaladas duas grandes usinas, uma com capitais alemães e a outra com capitais goianos. Só nessas duas usinas serão investidos mais de dois bilhões de cruzeiros.

O Sr. Filinto Muller — Para exploração do babaçu?

O SR. PEDRO LUDOVICO — Sim, só para exploração do babaçu.

O Sr. Filinto Muller — Notícia promissora, pois praticamente o babaçu só é explorado no Maranhão.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Em Goiás é explorado também, mas em escala muito reduzida.

Ainda outra notícia alvissareira para o meu Estado: uma firma particular do Rio de Janeiro está adquirindo cerca de 20.000 alqueires de terra para instalar uma usina de açúcar para uma capacidade anual de um milhão de sacas. Felizmente esta riqueza está despertando o interesse do povo goiano.

Em cada vivenda de dez hectares poder-se-ia fazer ou promover uma criação de gado vacum e porquino de umas trinta cabeças, o que na soma global de umas trinta cabeças, o que na soma global de uma grande organização significaria muita coisa. Só isto daria um novo aspecto econômico ao Brasil, pois, como é notório, ninguém está em condições de competir no setor da atividade humana. Só o Brasil tem tudo para o incremento de uma pecuária em larga escala. Os produtos do gado vacum não temem concorrência com nenhuma outra mercadoria, porque não cria gado intensamente quem quer mas quem pode. Dia virá em que a indústria pastoril constituirá a nossa maior fonte de renda. Do boi nada se perde, tudo se aproveita.

O desenvolvimento do Brasil depende, de fato, dessas reformas baseadas no desenvolvimento de diversos fatores de produção, como os que venho de citar.

Tudo isso, entretanto, não cai como o maná do céu. Exige planejamento, entusiasmo, honestidade e energia.

Penso, no entanto, que as providências imprescindíveis para se enfrentar a crise atual devem ser imediatas e de outro caráter. Urge uma fiscalização rigorosa na produção e no comércio em geral. Verificar onde existe ganância e especulação e onde há, como se corrigir duramente os exploradores do povo.

Quero citar um fato que li nos jornais de hoje, de Goiânia: um curioco, analisando o preço de uma xícara de café, Cr\$ 10,00, chegou à conclusão de que os seus vendedores ganham 400% em cada quilo, pois o café torrado custa Cr\$ 160,00 o quilo e rende noventa xícaras.

A parte do açúcar consumido numa xícara é relativamente pequena, em relação ao café, daí a especulação e ganância a que me refiro.

Outro exemplo se observa no centro-este: um comerciante comprou, na safra passada, a saca de arroz a Cr\$ 5.000,00. Três sacas de arroz em casca renderam duas de boa qualidade, além da quítera e do farelo. Atualmente a saca de arroz beneficiado custa Cr\$ 18.000,00. Quer dizer só nas duas sacas o comerciante ganha 100%, fora o farelo e a quítera.

Que se instalem tribunais populares para cobrir esses abusos que enriquecem uma minoria à custa do sacrifício de milhões de pessoas.

Escolham-se homens patriotas e decentes para dirigir essa campanha de salvação nacional, cometendo-lhes tarefas de maior envergadura para aplicar os meios adequados à restauração de nossas finanças e economia.

Há urgência para que assim se proceda, pois a tolerância, a paciência dos brasileiros devem ter um limite. É mister que se restabeleça o equilíbrio econômico e moral entre nós.

O distúrbio social disso proveniente nos levará fatalmente ao caos, se não tomarmos um novo rumo.

Se o Governo se impuser uma nova trilha de austeridade, de poupança, não procurando agradar quem quer que seja à custa do tesouro público, como a subvenção que pretende dar aos juizes, promotores e professores de todo o Brasil, cujo número se calcula em mais de 350 mil, embora reconheça que em muitas unidades federativas esses funcionários ganham pouco, o nosso País pode se reabilitar.

As afirmativas que se atribuem ao ex-Ministro da Fazenda, Professor Carvalho Pinto, de que houve um superávit de 300 bilhões de cruzeiros na arrecadação do orçamento de 1963, que foi de um trilhão e uma receita de um bilhão e seiscentos milhões de dólares, mais quatrocentos milhões de dólares em 1962, na balança de exportação, são um estímulo e uma esperan-



ça em relação ao que venho de afirmar. Basta traçar um plano de saneamento moral e financeiro e seguir sem tergiversar.

Há muitos que julgam que ninguém conseguirá pôr a Nação em ordem, em equilíbrio, restabelecer a confiança, sem um regime forte. É preciso que se tenha a coragem de dizer que essa idéia se acha generalizada no meio do povo. Este já está tão desiludido de promessas, que não mais crê nas medidas apresentadas como salvadoras. Quando se fala em aumento dos salários, os preços das utilidades sobem abusivamente. E ninguém pôe freio nesse abuso que se repete frequentemente, de meses em meses, já se tornando uma rotina. Ninguém mais respeita as Coaps, que se desmoralizaram vergonhosamente.

Eu ainda penso que se pode enfrentar essa crise moral e econômica em regime democrático com poderes de emergência, como aconteceu na França, onde De Gaulle os exigiu para aceitar o seu cargo, a missão espinhosa de promover a recuperação da França. *(Muito bem. Muito bem. Palmas)*.

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Antonio Carlos.

#### O SR. ANTONIO CARLOS:

*(Sem revisão do orador)* — Senhor Presidente. Srs. Senadores, ocupo a tribuna para inicialmente, dar conhecimento à Casa do seguinte memorial, que recebi da Associação Rural do Município de Campos Novos, no meu Estado, sobre o problema de financiamento à pecuária daquela região:

Campos Novos, (SC) 9 de novembro de 1962.

Exm<sup>o</sup> Sr. Senador.

Antônio Carlos Konder Reis.  
Brasília.

A Associação Rural de Campos Novos e demais Entidades que este subscrevem, órgão de classe dos agricultores e pecuaristas deste Município, vem manifestar seu aplauso pela maneira patriótica e altruística com que o Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Léo de Almeida Neves defende os interesses do homem do campo.

Aqui mesmo, em nosso município, a ação do Banco do Brasil S. A. se faz sentir, principalmente por intermédio da Unidade Móvel de Crédito Rural, na sua tarefa pioneira de distribuir assistência e dar crédito pelo interior desta região, visando beneficiar os pequenos produtores.

V. Ex<sup>a</sup> tem demonstrado na sua gestão, profundo conhecimento desses problemas, na defesa da agropecuária, visando dar ao homem do campo, a oportunidade e o direito de um viver mais humano.

Contudo, vem se ressentindo a Agência do Banco do Brasil Sociedade Anônima, de Joaçaba, de limite de aplicação para empréstimos pecuários, o que sem dúvida tem dificultado o desenvolvimento da criação de gado e gerando desânimo junto aos criadores camponenses.

Sentimos que V. Ex<sup>a</sup> bem compreenderá os nossos problemas, por isso, ousamos ponderá-los nesta oportunidade.

O Município de Campos Novos foi criado há cem anos; é essencialmente agrícola-pastoral predominando a pecuária; esta região tem ótimas condições de desenvolvimento; o total do seu rebanho bovino, atualmente, atinge a cerca de 80.000 cabeças, sendo raças especializadas na produção de carne 65.000 cabeças; na

produção de leite e derivados, 15.000 cabeças; ovinos, na produção de lã, 10.000 cabeças; suínos, 150.000 cabeças e equinos 9.000 unidades. Além da existência desse ponderável rebanho de bovino, suínos, ovinos, etc. observa-se o grande interesse dos pecuaristas na melhoria dos campos com a introdução de pastagem artificial, para o consequente aumento da produção.

A Associação Rural, fundada no ano de 1942, sempre tem lutado na defesa dos interesses do homem do campo, bem como tem procurado aprimorar a agricultura em geral e a pecuária em particular neste Município, trabalho este que mostra o esforço patriótico e anônimo do homem do campo em prol da emancipação econômica de sua terra e do Brasil.

O Município de Campos Novos pelas perspectivas de desenvolvimento que apresenta, não tem merecido a assistência financeira oficial que faz jus.

Nesta oportunidade, pedimos vênia a Vossa Excelência, interpretando os anseios agricultores e criadores de Campos Novos, no sentido de pleitear junto aos poderes competentes, os seguintes auxílios para o desenvolvimento agrícola-pastoral desta comunidade:

1) Aumento de ..... Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros) no limite de aplicação da Agência do Banco do Brasil S. A. de Joaçaba (SC), destinado a atender, preferencialmente, aos financiamentos à pecuária na região de Campos Novos.

2) Aumento no valor unitário do gado, no mínimo em ..... Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) para efeito de financiamento. O teto em vigor, para gado adulto, está fora da realidade.

3) Criação e instalação de uma Agência do Banco do Brasil Sociedade Anônima nesta Cidade de Campos Novos (SC), que virá beneficiar com seus créditos aos agricultores e criadores.

A criação e instalação de Agência do Banco do Brasil S. A. na Cidade de Campos Novos tem sua razão de ser, já que outras praças vizinhas, em sua maioria desmembradas deste município e com menor expressão econômica, contam com esse meio de assistência

Estamos certos de que com estas medidas, estaremos dando ensejo para que este Município atinja o progresso e desenvolvimento que merece, enriquecendo assim o nosso Estado de Santa Catarina, e colaborando para o fortalecimento do desenvolvimento da Nação.

Na certeza de sermos atendidos por Vossa Excelência em nossas justas aspirações, valemos do ensejo para apresentar os protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Respeitosas saudações,  
Pres. Associação Rural. — Pres. Associação Comercial. — Coletor Federal — Diretor da A.C.R.E.S.C. — Pres. Cooperativa Tril. C. Novos — Pres. Câmara Municipal — Coletor Estadual — Prefeito Municipal.  
Seguem-se as assinaturas dos pecuaristas e agricultores.

Realmente, Sr. Presidente, depois que recebi o memorial subscrito pelos presidentes das entidades mais representativas, daquele município, autoridades federais e autoridades municipais, tive ocasião de procurar o Presidente do Banco do Brasil, Dr. Medina Coeli, que, ouvindo a minha ex-

posição, me informou que o Banco, tendo em vista a necessidade do aumento de produção de gêneros de subsistência, havia adotado duas providências da mais alta importância: a primeira, liberando operações agrícolas até o limite de hum milhão de cruzeiros, e a segunda, autorizando as agências do Banco do Brasil a realizarem operações maiores do que um milhão de cruzeiros, independentemente da fixação dos novos limites que estão sendo estudados pela direção central do estabelecimento.

Tais medidas, se aplicadas imediatamente, virão de fato conjurar grave perigo que iremos atravessar no correr deste ano. Os jornais já anunciaram que, em virtude das condições de tempo e clima, a produção rizícola do Rio Grande do Sul será este ano de um milhão de sacas menor do que a de 1963, e que a produção de cereais no Estado de São Paulo e no do Paraná, também em função dos mesmos fatores negativos, terá caído de cerca de 40% em relação à produção da safra anterior.

Nestas condições, acredito que o Banco do Brasil, para manter uma produção razoável no que toca a gêneros alimentícios, terá que fomentar por todas as formas o aumento de produção naqueles Estados em que as condições de tempo e clima não foram tão adversas.

É bem o caso de Santa Catarina. Ao fim do ano passado, através da Carteira de Crédito agrícola e graças — devo aqui recordar — à boa vontade do Presidente do Banco do Brasil e do Diretor da Carteira Agrícola, Dr. Léo de Almeida Neves, os limites das agências daquele Estado foram elevados de modo a atender os pedidos que estavam sendo feitos pelos agricultores das mais diversas regiões.

Ocorre, porém, que tem havido certa omissão no que toca a financiamento para os pecuaristas. A região serrana do meu Estado, constituída dos Municípios de São Joaquim, Urubici, Bom Retiro Lajes, Campo Belo do Sul, Cenito, Curitibaanos, Campos Novos e Lebon Régis é uma região ideal para criação de gado. Ainda que as propriedades agrícolas não sejam muito extensas, as pastagens permitem que se crie intensivamente não só gado de corte como também gado leiteiro. E, pois, de o Banco do Brasil voltar as vistas para os reclamos justos dos pecuaristas do Município de Campos Novos, atendendo-os, através da Agência do Município de Joaçaba, nas suas justas reivindicações.

Quero, antes de passar ao outro assunto que me traz à tribuna, congratular-me com o Sr. Medina Coeli pelas duas providências que o Banco acaba de adotar isto é, liberação de operações agrícolas até um milhão de cruzeiros, independentemente do limite das Agências, e prosseguimento das operações maiores que um milhão de cruzeiros, independentemente da fixação dos novos limites. Estas medidas, se adotadas com brevidade, irão de certo modo conjurar o grande perigo que estamos correndo.

Se o Governo não tomar essas providências energias, no corrente ano certamente faltará gêneros alimentícios nos grandes centros urbanos, e então o quadro de dificuldades, de crises e desajustamentos que se verificam em nosso País estará completo, porque será a fome rondando os lares brasileiros.

Deixo aqui, pois, Sr. Presidente, este apelo ao Banco do Brasil, para que examine a solicitação da Associação Rural de Campos Novos. E também externo minha confiança em que o Presidente do Banco do Brasil, funcionário de categoria daquele estabe-

lecimento bancário, perfeito conhecedor do mecanismo daquela instituição, aplicará as medidas que generosamente me anunciou na visita que lhe fiz há poucos dias, de modo a que se possa recuperar a economia agrícola do nosso país e se evite que a queda da produção de gêneros alimentícios venha a se transformar numa verdadeira calamidade pública.

Quero aproveitar a ocasião em que me encontro na tribuna para transmitir ao Presidente do IAPETC e ao Sr. Ministro do Trabalho a reclamação que recebi do deputado estadual Ademar Ghisl, representante do município de Tubarão, com referência à situação dos aposentados e pensionistas, beneficiários em geral daquela Autarquia, através da agência local, uma vez que ali ocorre atraso de pagamento não só das pensões e aposentadorias, como também do 13º salário. Esta situação tem criado em Tubarão, município carbonífero onde existem muitos associados do IAPETC, um clima de desgosto e inquietação.

Finalmente, desejo fazer um apelo à Câmara dos Deputados, com referência ao Projeto de lei nº 808, de origem do Senado Federal e que ratifica o Plano de Classificação, procurando corrigir uma injustiça com referência às classes dos postalistas, telegrafistas e nutricionistas do Serviço Público Federal.

O projeto, de autoria do nobre Senador Gilberto Marinho, recebeu emenda de nossa autoria no sentido de que seja concedido o nível técnico, de acordo com a decisão da mais alta Corte do Poder Judiciário do nosso país, aos postalistas e telegrafistas. Encontra-se ele na Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados. Solicito, pois, aquele Órgão Técnico que apresse o seu estudo para que, em breve, a proposição, visando corrigir injustiça que o Plano de Reclassificação cometeu com relação aos postalistas, telegrafistas e nutricionistas, possa subir à sanção presidencial.

Era o que a tinha a dizer. *(Muito bem)*.

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Sr. Senador Guido Mondin.

#### O SR. GUIDO MONDIN:

*(Sem revisão do orador)* — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no luxuoso Hotel Nacional de Brasília, onde a sociedade brasileira — gostaria mais de chamá-la "burguesia brasileira" — realiza suas festas, suas passarelas, suas festas de 15 anos, seus *cocktails*, por coincidência no seu Salão Vermelho, também se realiza algo que para mim, é uma festa macabra, festa de traição ao Brasil. Sob a capa de Congresso Internacional de Trabalhadores, ali tem lugar uma reunião que insulta a consciência democrática brasileira.

Os mineiros da terra de Travençães tiveram a suficiente brasilidade, a suficiente independência, a suficiente coragem para não permitir que, no Capital mineira, se realizasse esse Congresso.

Congresso de trabalhadores. Mentira, Sr. Presidente. Apenas uma reunião de líderes internacionais, do comunismo internacional. Tudo, aliás, que e comunismo é internacional.

É de lamentar, Sr. Presidente, que se tivesse permitido, na Capital da República, tal reunião. Ali não se discute qualquer tese de sentido trabalhista, mas, sim, pura e exclusivamente se desenvolve programa revolucionário, portanto, puramente político. Trata-se, naquele congresso, de Cuba trata-se da comunicação do mundo; não se cuida de assunto de trabalhadores.

Então, Sr. Presidente, quero juntar, neste momento, meu protesto, aos protestos oriundos de todo o País, particularmente dos mineiros. Os estudantes das Alterosas foram corajosos e democratas. Conseguiram reunir, num manifesto, a assinatura de vinte mil brasileiros, em que solicitam do Sr. Presidente da República e das altas autoridades deste País que abrissem os olhos para aquele movimento nefasto para os brasileiros. Russos, cubanos, tchecos, comunistas de toda parte, propagam abertamente o comunismo na Capital da República! E como se não bastasse, segundo li hoje nos jornais, reuniram agoras agricultores e operários para lhes administrar lições de marxismo a pretexto de ensinamentos agrícolas, etc.

Sr. Presidente, quero também elogiar a atitude do Prefeito de Brasília, Dr. Ivo de Magalhães. Não consentiu a 3.ª Exa. que o congresso de traição ao Brasil se realizasse na Escola-Parque. Atitude corajosa a do Prefeito, que precisa ser enaltecida. Que se leve a 3.ª Exa. o nosso elogio e a nossa solidariedade.

Entendo que o processo de comunicação do Brasil já vai tão longe que não mais é possível chamar à razão os maus brasileiros. Já é hora de usarmos de outros recursos e expedientes, na luta contra o comunismo.

Ouvimos, hoje, os dois primeiros graves fixar dois dos aspectos mais trágicos da vida brasileira: a corrupção e a miséria que lavram tremendamente neste País. Naturalmente, onde há corrupção é miséria não se pode combater o comunismo, porque, este é filho desses dois monstros. Então, como fazer para combater o comunismo? Puramente investir contra ele? Sabemos que deste modo nada conseguiremos e não temos maiores esperanças de que soluções sejam dadas para acabarmos com a corrupção e a miséria no Brasil. E na palavra "miséria" sintetizo todas as mazelas da vida nacional.

Sr. Presidente, trago à tribuna, nessas breves palavras, minha solidariedade a todos os brasileiros que protestaram contra a realização do pseudo Congresso de Trabalhadores em Brasília. Lavro, daqui, o meu protesto pessoal, advertindo ao povo brasileiro que não cruze os braços a cada cometimento desta natureza que se em em vista realizar no Brasil, pois, ao contrário, estaremos covardemente permitindo o advento do comunismo em nossa Pátria.

Parece inerte, Sr. Presidente, que ninguém queira pensar sobre o que será a imitação do comunismo em nossa terra.

O nosso prezado colega, Senador Heribaldo Vieira, há tempos, regressando de uma viagem à Rússia, apesar de se ter expressado com toda isenção e tranqüilidade, fez-nos sentir que, realmente, não há razão para a radicalização no nosso combate ao comunismo. Mas, o processo de tal sorte avançou, que, hoje é preciso radicalizarmos nossas atividades: ou se combater o comunismo, ou nos entregamos a ele para que, de uma vez para sempre, o Brasil sinta na própria carne, no próprio sangue o que o estado comunista.

Com estas palavras, Sr. Presidente, reforço o meu protesto contra a presença desses indesejáveis estrangeiros, revestidos de operários, que vieram a Brasília realizar um congresso a que chamarei congresso de traição ao Brasil.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE:**  
Tem a palavra o nobre Senador Melo Braga.

**O SR. MELO BRAGA:**  
(Lê o seguinte discurso). — Sr. Presidente, senhores Senadores é

verdadeiramente contristador ter que ocupar esta respeitável tribuna para tratar de assunto tão triste para a nacionalidade qual sejam os acontecimentos que vem se desenrolando na Petrobras, patrimônio tão querido aos brasileiros.

Ninguém desconhece a luta empenhada pelo seu povo no sentido de ser assegurada a nacionalização desta empresa, que sofreu desde os seus primeiros minutos os maiores tropeços, a começar pela constituição da comissão encarregada de elaborar o plano por ordem do Presidente Getúlio Vargas, até o envio da mensagem ao Congresso Nacional, onde chegou descurpada e que originou a apresentação de um substitutivo da autoria do então Deputado Euzébio Rocha, que apresentara o real plano que trazia o pensamento do Presidente Vargas.

A campanha, em favor da Petrobras, faça-se justiça, foi iniciada pelo P.C.B., mas depois dos primeiros passos foi encampada pelo povo brasileiro, que sem distinção de partido veio para a rua pedir a sua criação como órgão estatal e controlador da economia no setor petrolífero.

Para a feitura da lei, criou-se na Câmara dos Deputados uma grande comissão, que era integrada dos componentes das Comissões de Finanças — Economia, Transporte, Segurança Nacional e outras que deveriam falar sobre o assunto e, nesta grande comissão, sob a presidência do mais idoso dos seus presidentes, o saudoso e respeitável ex-presidente da República, Arthur Bernardes, foram ouvindo homens ilustres que de alguma maneira poderiam se pronunciar sobre o projeto de lei que criava a Petrobras.

Muitos e muitos dias foram gastos, num verdadeiro inquérito sobre o assunto, até que afinal o grande sonho do Presidente Vargas se transformou em realidade, digo, numa realidade, com o monopólio do petróleo e seus derivados. Infelizmente esse monopólio ainda não atingiu o máximo como era de se prever, mas vai caminhando lentamente para um aperfeiçoamento.

Sabemos que a Petrobras ainda não é o desejado por todos e muitas lutas se tem travado dentro dos bastidores daquela empresa e uma das mais vivas está se processando neste preciso momento, com um choque entre o seu presidente o honrado General Albino Silva e diversos diretores. Os casos que tem vindo a público, através de entrevistas e comunicados, bem dizem dos desentendimentos entre os maiores responsáveis por aquela autarquia.

O que não é possível se admitir é a forma agressiva como certos homens de responsabilidade conduzem os assuntos sérios que lhe são confiados e que, pela posição que acidentalmente desfrutam, procuram jogar lama na reputação alheia.

O General Albino Silva, que conheço desde moço, descende de uma das mais ilustres famílias do Paraná e, com valor pessoal, conseguiu se impor perante os seus companheiros de farda, pela sua linha e justiça de atitudes, a par de um acentuado patriotismo adquirido no lar paterno e na caserna, onde, como soldado da pátria, tem se distinguido, sendo, inclusive, um dos mais moços generais do nosso Exército.

Privei com este ilustre General um bom tempo, quando eu, deputado licenciado, exercia uma das secretarias do honrado Governador Munhoz da Rocha, no Paraná, e o então Coronel Albino Silva era o seu Chefe de Polícia.

Numa convivência diária, pude aquilatar a sua formação como ho-

mem honrado e cónscio das suas obrigações.

Desconheço as virtudes dos seus atuais opositores mas, o que é uma verdade, são os fatos trazidos a público pelo General Albino Silva, que dão o direito de se pôr em dúvida os propósitos dos mesmos.

Quando o Sr. Presidente João Goulart nomeou o General Albino Silva, para Presidente da Petrobras, bem conhecia este ilustre militar, visto que seia da Chefia da sua Casa Militar, tendo estado antes no gabinete do General Jair Dantas Ribeiro, atual Ministro da Guerra. As Forças Armadas ainda são uma garantia da nossa democracia e o sustentáculo do regime democrático e, qualquer ataque que seja feito a um dos seus ilustres membros tem, em última análise, o objetivo de desmoralizá-la, daí o nosso desejo de que o inquérito que fora pedido pelo General Albino Silva, tenha o seu prosseguimento, e que os trabalhadores da Petrobras saibam cumprir com os seus deveres, sem se deixarem imbuir por quantos se queiram acobertar na força que representam os homens, que trabalham.

É preciso de uma vez por todas, que o Sr. Presidente da República se capacite do poder que o povo lhe conferiu e com a maior autoridade, faça valer a sua vontade e decisão. Temos o direito de pedir isto a S. Exa. quer como correligionário — visto que somos trabalhistas desde a fundação do PTB — quer como lutador na campanha da legalidade no Paraná, pela sua efetiva posse, onde estivemos ao lado do General Iberê de Matos, Amaury Silva — atual Ministro do Trabalho — Léo de Almeida Neves, Wilson Chedid, atual Deputado Federal, Gamaliel Bueno Galvão e outros, que deixo de enumerar, visto ser grande a relação dos paranaenses que formaram a grande legião da campanha de legalidade e também como um dos dezito deputados trabalhistas da Constituinte, que se batiam na salvaguarda do bom nome do nosso saudoso amigo Presidente Getúlio Vargas.

No episódio da Petrobras queremos nos colocar em posição de vigilantes, visto que a mesma era sonho do grande Presidente Vargas, que preferiu morrer para não assistir em vida o seu nome enleado por pessoas não escrupulosas que à sua sombra procuravam realizar negócios condenáveis. A história um dia há de contar em letras de forma os verdadeiros motivos do infame acontecimento que tirou a vida do grande Presidente e neste episódio talvez o nome de Petrobras e Eletrobras sejam citados repetidamente.

O pedido que faço para transcrição da declaração pública do General Albino Silva, que foi publicada nos jornais da Guanabara tem como finalidade deixar devidamente documentado em nossos anais mais este episódio da nossa vida pública. É possível que este assunto ainda venha a ser objeto de maiores debates nesta Casa. Nós, de nossa parte, queremos nos reservar para em época oportuna nos pronunciamentos com maiores elementos em defesa de nosso coestadoano, que embora não seja nosso correligionário, sempre demonstrou pelos cargos exercidos que era de confiança do Presidente da República que é também presidente do nosso partido, o Partido Trabalhista Brasileiro.

Espero, Sr. Presidente, que o inquérito pedido pelo General Albino Silva tenha o seu prosseguimento com o maior rigorismo possível para bem demonstrar onde estão os faltosos e que os mesmos respondam pelos seus atos.

Espero também que os trabalhadores da Petrobras e demais categorias profissionais não se deixem levar pelos grupos de pressão para evitar o curso dos acontecimentos e que o Sr.

Ministro do Trabalho, nosso correligionário Senador Amaury Silva, usndo dos poderes que as leis lhe conferem, evite qualquer manifestação de caráter político. (Muito bem).

**COMPARECEM MAIS OS SENIORES SENADORES:**

- José Guilomard.
- Zacharias de Assumpção.
- Lobão da Silveira.
- Antônio Jucá.
- Dix-Huit Rosado.
- Dinarte Mariz.
- Ruy Carneiro.
- Jefferson de Aguiar.
- Vasconcelos Torres
- Lino de Mattos.
- Melo Braga (10).

**O SR. PRESIDENTE:**

Sobre a mesa requerimento de informações, suscrito pelo nobre Senador Vasconcelos Torres, que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

E' lido o seguinte

**Requerimento nº 5, de 1964**

(Do Senador Vasconcelos Torres)  
Sr. Presidente:

Na forma regimental requiro de V. Ex.ª sejam solicitadas ao Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social, as seguintes informações:

- 1 — Se já tomou conhecimento do assunto consistente dos Processos números 11.657-63 e 21.300-63, do SAPS referentes à compra ou distribuição de cebolas e batatas deterioradas?
- 2 — Se tomou conhecimento e determinou qualquer providência quanto à denúncia referente à compra e distribuição do consumo, pelo SAPS, de certa quantidade de salame "serano"?
- 3 — Qual o laudo do exame procedido no mesmo salame, pelo Departamento de Análises do SAPS, e qual a data desse laudo?
- 4 — Se tomou conhecimento da denúncia oferecida pelo Sr. Deputado Agostinho Magnoni, do Partido Trabalhista Brasileiro, Seção de Santa Catarina, sobre os Processos ns. 28.970-62, 28.973-62 e 15.299-63, do SAPS, referentes a vultosas aquisições de arroz e de leos vegetais, pela autarquia, sem as formalidades legais?
- 5 — Qual a providência tomada quanto ao item de denúncia oferecida pelo citado Deputado, que se refere à participação do Procurador Délio Aiolio de Matos Santos em uma Conferência Internacional de Hospitais realizada em Paris, em julho último, com a gratificação de Cr\$ 1.250.136,60, além de passagem de ida e volta?
- 6 — Quais as providências para rigorosa apuração dos fatos objeto das denúncias?

Sala das Sessões, em 28 de janeiro de 1964. — Senador Vasconcelos Torres.

**O SR. PRESIDENTE:**

O requerimento lido não depende de deliberação do Plenário. Será, depois de publicado, despachado pela Presidência.

O Sr. 1.º Secretário irá proceder à leitura de projeto de lei.

E' lido, apoiado e despachado às Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura, o seguinte

**Projeto de Lei do Senado Nº 3, de 1964**

Institui o "Dia Nacional do Garimpeiro".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica instituído o "Dia Nacional do Garimpeiro".

Art. 2º As comemorações do "Dia Nacional do Garimpeiro" serão anuais, realizadas no dia 2 de fevereiro.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### Justificação

A profissão de garimpeiro absorve as atividades de cerca de 500.000 brasileiros, cuja grande parte é congregada pelo seu órgão de classe, o Sindicato Nacional dos Garimpeiros.

O inventivo e estímulo deste ramal das atividades altamente especializadas, e que tantas riquezas produz em benefício de nossa Pátria, é medida que se impõe através a adoção de uma das mais sentidas e ardentemente desejadas das reivindicações dos valorosos e dignos garimpeiros do Brasil — a oficialização do "Dia Nacional do Garimpeiro".

A oficialização desta data tão caros corações desses nossos bravos irmãos, que vivem espalhados por vastas regiões do solo pátrio, autênticos pioneiros do progresso e da civilização viria trazer, no dia de sua comemoração, a união simbólica e espiritual desses milhares de trabalhadores anônimos que, em longínquas matas e rios do Brasil, infatigavelmente amesclam a riqueza para a prosperidade e grandeza da Pátria.

Assim, nada mais justo que o Congresso Nacional venha ao encontro desse desejo simples e humano, humilde e modesto desses verdadeiros sacrificados do trabalho árduo, aspero e duro, concretizando em um dia do calendário a sua data máxima e fraterna, o Dia Nacional do Garimpeiro.

Sala das Sessões, em 28 de janeiro de 1964. — *Aarão Steinbruch*.

#### O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa dois requerimentos de transcrição de documentos nos Anais, de autoria do nobre Senador Melo Braga, e que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

#### Requerimento nº 6, de 1964

Sr. Presidente:

Requero transcrição nos Anais desta Casa da declaração feita pelo General Albino Silva, Presidente da Petrobras, em caráter oficial e publi-

cada em diversos jornais da Guanabara, em data de 26.1.64.

Sala das Sessões, em 28 de janeiro de 1964. — *Melo Braga*.

#### Requerimento nº 7, de 1964

Sr. Presidente:

Requero transcrição nos Anais desta Casa da entrevista que o General Albino Silva, Presidente da Petrobras, concedeu e que foi publicada no "O Globo" do Rio, em data de 25.1.64.

Sala das Sessões, em 28 de janeiro de 1964. — *Melo Braga*.

#### O SR. PRESIDENTE:

Os requerimentos dependem de apoio.

Os Srs. Senadores que os apoiam, queiram conservar-se sentados. — (Pausa).

Estão apoiados.

#### O SR. AURÉLIO VIANA:

Sr. Presidente, requero verificação de votação.

#### O SR. PRESIDENTE:

E' evidente a falta de número. Estão presentes no plenário apenas 14 Srs. Senadores. Não há número, portanto, para prosseguimento dos trabalhos.

Em consequência, vou encerrar a sessão, designando para a de amanhã, a seguinte

#### ORDEM DO DIA

Sessão de 29 de janeiro de 1964 (Quarta-feira)

#### Votação

1

Votação em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29 de 1963 (nº 23-A-3, na Casa de origem) que aprova o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1962, tendo Pareceres favoráveis sob os ns. 799 800 861 e 802, de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; e Educação e Cultura e de Finanças.

2

Votação, em segundo turno do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1960 que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do cen-

tenário da fundação da Prefeitura do "Aito Solimões" tendo Parecer número 855, de 1963, da Comissão de Redação oferecendo a redação do vencido em 1º turno.

3

Votação em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1963, originar o da Câmara dos Deputados (nº 7-A de 1963, na Casa de origem) que aprova a Convenção Única sobre Entorpecentes, assinada em Nova York, a 30 de março de 1961, tendo Pareceres, sob os ns. 806 a 808 de 1963 das Comissões de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; Relações Exteriores, favorável e Saúde, favorável.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1963 (nº 3 498-B-61 na Casa de origem) que reverte ao serviço Ativo do Exército o Penente-Coronel Rubens Ribeiro dos Santos, e dá outras providências tendo Pareceres favoráveis sob os ns. 884 e 885, de 1963 das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças.

5

Votação, em turno único do Requerimento nº 1.205, de 1963 pelo qual os Srs. Senadores Artur Virgílio (Lider do PTB), Barros Carvalho (Lider da Maioria) e Lino de Mattos (Lider do Bloco das Pequenas Representações) solicitam urgência, nos termos do art. 326, nº 5-b do Regimento Interno, para o projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1963 que concede anistia aos membros da Força Policial do Rio Grande do Norte.

6

Votação em turno único, do Requerimento nº 3, de 1964 pelo qual os Srs. Senadores Vasconcelos Tôrres (Lider da Maioria em exercício) Sigefredo Pacheco (Lider do PSD em exercício) e Aurélio Viana (Lider do Bloco das Pequenas Representações em exercício) solicitam urgência, nos termos do art. 326, 5-c do Regimento Interno para o Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1963 que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e em Agronomia.

7

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de

1963 (nº 5-B, de 1963, na Câmara), que aprova os textos da Convenção relativa a proteção dos trabalhadores contra radiações ionizantes adotada pela Conferência Internacional do Trabalho em Genebra, e da Convenção para revisão parcial das Convenções adotadas pela mesma Conferência, tendo

Pareceres favoráveis, sob os ns. 842 843, 844 e 845 de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça;

— de Legislação Social;

— de Relações Exteriores; e

— de Saúde.

#### DISCUSSÃO

8

Discussão em turno único, do Requerimento nº 4, de 1964, em que o Sr. Senador Vasconcelos Tôrres solicita transcrição nos Anais do Senado da carta pela qual o Senhor Presidente da República convidou o Presidente da República Francês para visitar o Brasil, e da respectiva resposta.

9

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 83, de 1963 (de autoria do Sr. Senador Arthur Virgílio) que dispõe sobre indenização a ser concedida, em caso de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, antes do empregado completar o período de doze meses de serviço, e dá outras providências tendo pareceres sob os ns.: 743 e 744; de 1963, das Comissões de:

— Constituição e Justiça, favorável com a emenda que oferece o nº 1-CJ e de

— Legislação Social, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

10

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 1963, de autoria do Senhor Senador Martins Júnior, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do centenário da Associação Comercial do Pará, tendo pareceres favoráveis sob os ns.: 758 e 759 de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 52 minutos).

MESA

- Presidente - Moura Andrade (PSI - SP).
- Vice-Presidente - Nogueira da Gama (PTB - MG).
- Primeiro-Secretario - Rui Palmeira (UDN - AL).
- Segundo-Secretario - Gilberto Maranhão (PSD - SE).
- Terceiro-Secretario - Adalberto Sena (PTB - Al RJ).
- Quarto-Secretario - Cartete Pinheiro (PTN - PA).
- Primeiro-Suplente - Joaquim Parente - UDN - PI.
- Segundo-Suplente - Guido Mondim (PSD - RS).
- Terceiro-Suplente - Vasconcelos Torres (PTB - RJ).

REPRESENTAÇÃO PARTIDARIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD)

- 1 José Guimarães Acre (em exerci-)
- 3 Eugenio Barros - Maranhão.
- 2 Lobão da Silveira - Pará.
- 3 Eugenio Barros - Maranhão.
- 4 Sebastião Archer - Maranhão.
- 5 Victorino Freire (em exercicio o Suplente, Sr. Miguel Lima) - Maranhão.
- 6 Sigefredo Pacheco - Piauí.
- 7. Menezes Pimentel (em exercicio o Suplente, Sr. Waguemar de Alcântara).
- 8 Wilson Gonçalves - Ceará.
- 9. Waitredo Gurgel - Rio Grande do Norte.
- 10 Ruy Carneiro - Paraíba.
- 11 Leite Neto - Sergipe
- 12 Antônio Balbino - Bahia.
- 13 Jefferson de Aguiar - Espírito Santo
- 14 Gilberto Maranhão - Guanabara
- 15 Moura Andrade - São Paulo.
- 18 Atilio Fontana - Santa Catarina
- 17 Guido Mondim - R G Sul
- 18 Benedito Valladares - Minas Gerais
- 19 Filinto Müller.
- 20 José Feliciano - Goiás.
- 21 Juscelino Kubitschek - Goiás
- 22 Pedro Ludovico - Goiás.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

(PTB)

- 1 Adalberto Sena - Acre
- 2 Oscar Passos - Acre
- 3 Vivado Lima - Amazonas.
- 4 Edmundo Levi - Amazonas.
- 5 Artur Virgílio - Amazonas
- 6 Antonio Juca - Ceará
- 7 Dix Hum Rosado - Rio Grande do Norte
- 8 Arcevaldo de Figueiredo - Paraíba
- 9 Ruy Carneiro - Pernambuco
- 10 Pessoa de Queiroz - Pernambuco

SENADO FEDERAL

RESUMO

Partido Social Democrático (P. S. D.)	64
Partido Trabalhista Brasileiro (P. T. B.)	17
União Democrática Nacional (U. D. N.)	15
Partido Libertador (P. L.)	2
Partido Trabalhista Nacional (P. T. N.)	2
Partido Social Progressista (P. S. P.)	2
Partido Socialista Brasileiro (P. S. B.)	1
Partido Republicano (P. R.)	1
Partido Democrata Cristão (P. D. C.)	1
Partido Trabalhista Renovador (M. T. R.)	1
Sem legenda	2
<b>Total</b>	<b>64</b>

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)

- 9 Padre Calazans - São Paulo.
- 10 Adolfo Franco - Paraná
- 11 Irineu Bornhausen - Santa Catarina
- 12 Antônio Carlos - Santa Catarina
- 13 Daniel Krieger - Rio Grande do Sul
- 14 Milton Campos - Minas Gerais
- 15. Lopes da Costa - Mato Grosso

PARTIDO LIBERTADOR

(PL)

- 1 Aloysio de Carvalho - Bahia.
- 2 Mem de Sá - Rio Grande do Sul

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

(PTN)

- 1 Cartete Pinheiro - Par.
- 2 Lauro de Matos - SP

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)

- 1 Raul Giuberti - Espírito Santo
- 2 Miguel Costa - Rio de Janeiro

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

(PSB)

- 1 Aurélio Vianna - Guanabara.

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR

(MTR)

- 1 Aarão Steinhilber - Rio de Janeiro

PARTIDO REPUBLICANO

(PR)

- 1 Jibo Leite - Sergipe

PARTIDO DEMOCRATA CRISTAO (PDC)

- 1 Arnon de Melo - Alagoas.

SEM LEGENDA

- 1 Josephat Maranhão - Bahia
- 2 Heilberto Vieira - Sergipe.

BLOCOS PARTIDARIOS

- IV - Maioria (39 Membros):
- PSD
- PTB
- 2º - Minoria (17) Membros):
- UDN
- PL
- 1º - Pequenas Representações (9) Membros):
- PTN
- PSP
- PSB
- MTR
- PR
- PLA
- Josephat Maranhão (Sem Legenda)

LIDERANCAS

I - DOS BLOCOS PARTIDARIOS MAIORIA

Lider:

Barros Carvalho - (PTB) - (PE)

Vice Lideres:

Victorino Freire - (PSD - MA)

Vasconcelos Torres - (PTB - RJ)

Jefferson de Aguiar - (PSD - ES)

Lobão da Silveira - (PSD - PA)

Artur Virgílio - (PTB - AM)

Bezerra Neto - (PTB) - (MI)

MINORIA

Lider:

João Antônio - (UDN - PB)

Vice-Lideres:

Daniel Krieger - (UDN - RS)

Mem de Sá - (PI - RJ)

PROPOSTA REPRESENTAÇÕES

Lider:

Lino de Matos - (PTN - SP)

Vice Lideres:

Aurelio Viana - (PSB - OB).

II - DOS PARTIDOS

PSD

Benedito Valladares - (MG).

Vice Lideres:

Wilson Gonçalves - (CE).

Sigefredo Pacheco - (PI).

Waitredo Gurgel - (RG).

PTB

Lider

Artur Virgílio - (AM).

Vice Lideres:

Amauri Silva (licenciado) - (PR)

Vivaldo Lima - (AM).

Bezerra Neto - (MI).

UDN

Lider:

Daniel Krieger - (RS).

Vice Lideres:

Erilco Rezende - (RJ).

Padre Calazans - (SP).

Adolfo Franco - (PR).

PL

Lider:

Mem de Sá - (RS).

Vice Lideres:

Aloysio de Carvalho - (BA).

PTN

Lider:

Lino de Matos - (SP).

Vice Lideres:

Cartete Pinheiro - (PA).

PSP

Lider:

Miguel Costa - (RJ)

Vice Lider:

Raul Giuberti - (ES)

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão Diretora

Moura Andrade - Presidente (PSD)

Nogueira da Gama (PTB)

Adalberto Sena (PSD)

Rui Palmeira (UDN)

Gilberto Maranhão (PSD)

Joaquim Parente (UDN)

Cartete Pinheiro (PTN).

Guido Mondim (PSD)

Vasconcelos Torres (PTB).

Leunões Quilias (sem legenda)

Secretario Evandro Mendes Viana

Director-Geral

Comissão de Agricultura

(7 MEMBROS)

Presidente - Vaz

Vice Presidente - Eugenio Barros (PSD)

COMPOSICAO

P. S. D.

PTB

Eugenio Barros.

Jose Feliciano

**SUPLENTE**

1 Afílio Fontana.  
2 Pedro Ludovico.

**P. I. B.**

**TITULARES**  
Raul Gubert.  
Dix-Huit Rosado.  
Nelson Maculian (licenciado).

**SUPLENTE**  
1 Eduardo Cataião (\*).  
2 Aarão Steinbruch.  
3 Vago.

**U. D. N.**

**TITULARES**  
Lopes da Costa.  
Antonio Carlos.

**SUPLENTE**  
1 Daniel Krieger.  
2 João Agripino.

**SUBSTITUTOS**  
Reunioes  
Quartas-feiras, as 16 horas.  
Secretário: Ney Passos Dantas  
Auxiliar Legislativo PL-9

**Comissão de Constituição e Justiça**  
(11 MEMBROS)

Presidente - Milton Campos (UDN)  
Vice-Presidente - Wilson Gonçalves (PSD)

**COMPOSIÇÃO**  
**P. S. D.**

**TITULARES**  
Jefferson de Aguiar.  
Rua Carneiro.  
Lobão da Silveira.  
Wilson Gonçalves.  
Josaphat Marinho.

**SUPLENTE**  
1 Menezes Pimentel (licenciado).  
2 Leite Neto.  
3 Benedito Valladares.  
4 Aarão Steinbruch.

**P. I. B.**

**TITULARES**  
Amaury Silva (licenciado).  
Bezerra Neto.  
Edmundo Levi.

**SUPLENTE**  
1 Argemiro de Figueiredo (\*\*).  
2 Silvestre Pericles.  
3 Meilo Braga.

**U. D. N.**

**TITULARES**  
Aloysio de Jarva.  
Milton Campos.

1. Alonso Arinos.  
2. Daniel Krieger.  
3. Joao Agripino.

**Reunioes**  
Quarta-feira, as 16 horas.  
Secretário: Ronaldo Ferreira Dias  
Oficial Legislativo PL-8.

(\*) Em substituição do Senhor Nelson Maculian, como titular.  
(\*\*) Em substituição do Senhor Amaury Silva, como titular.

**Comissão do Distrito Federal**  
(7 MEMBROS)

Presidente - Lino de Matos.  
Vice-Presidente - Pedro Ludovico

**COMPOSIÇÃO**  
**P. S. D.**

**TITULARES**  
Menezes Pimentel.  
Pedro Ludovico.  
Lino de Matos.

**SUPLENTE**  
1 Flinto Müller.  
2 Eugenio Barros.  
3 Heriberto Pereira.

**P. I. B.**

**TITULARES**  
Oscar Passos.  
Dix-Huit Rosado.

**SUPLENTE**  
1 Aarão Steinbruch.  
2 Antonio Jucá.

**U. D. N.**

**TITULARES**  
Dinarte Mariz.  
Eurico Rezende.

**SUPLENTE**  
1. Lopes da Costa.  
1. Zacharias de Assunção.

**Reunioes**  
Quintas-feiras as 10 horas.  
Secretário: Juneta Ribeiro dos Santos  
Oficial Legislativo PL 8.

**Comissão de Economia**  
(9 MEMBROS)

Presidente - Flinto Müller (PSD)  
Vice-Presidente - José Ermirio (PIB)

**COMPOSIÇÃO**  
**P. S. D.**

**TITULARES**  
Flinto Müller.  
Eugenio Barros.  
Atílio Fontana.  
José Guilomard (licenciado).

**SUPLENTE**  
1. Jefferson de Aguiar (\*).  
2. Sigefredo Pacheco  
3. Sebastião Archer  
4. Josaphat Marinho  
1. José Kairala

**P. I. B.**

**SUBSTITUTOS**  
**TITULARES**  
José Ermirio  
Nelson Maculian (licenciado).  
Julio Leite

**SUPLENTE**  
1. Oscar Passos (\*\*).  
2. Bezerra Neto

(\*) - Em substituição do Senhor José Guilomard como titular.  
(\*\*) - Em substituição do Senhor Nelson Maculian, como titular.

**SUBSTITUTOS**  
1. Meilo Braga

**U. D. N.**

**TITULARES**  
Adolfo Franco  
Lopes da Costa

**SUPLENTE**  
1. José Cláudio.  
2. Zacharias de Assunção

Reunioes terça-feira - 16.00 horas  
Secretário: Cid Brugger, Auxiliar Legislativo PL-10.

**Comissão de Educação e Cultura**  
(7 MEMBROS)

Presidente - Menezes Pimentel (PSD)  
Vice-Presidente - Padre Calazans (UDN)

**COMPOSIÇÃO**  
**P. S. D.**

**TITULARES**  
Menezes Pimentel  
Walfredo Gurgel

**SUPLENTE**  
1. Benedito Valladares  
2. Sigefredo Pacheco

**SUBSTITUTOS**  
1. Leite Neto

**P. I. B.**

**TITULARES**  
Pessoa de Queiroz  
Amaury Silva (licenciado)

**SUPLENTE**  
1. Vago.  
2. Vago.

**U. D. N.**

**TITULARES**  
Antonio Carlos  
Padre Calazans  
Mem de Sá

**SUPLENTE**  
1. Adolfo Franco.  
2. Milton Campos  
3. Arnon de Melo

Reunioes: 4<sup>as</sup>-feiras - 15 00 horas  
Secretário: Vera de Alvaranga Matra, Oficial Legislativo PL-7.

**Comissão de Finanças**  
(15 MEMBROS)

Presidente - Argemiro de Figueiredo (PTB).  
Vice-Presidente - Daniel Krieger (UDN).

**P. S. P.**

**COMPOSIÇÃO**  
**TITULARES**  
Victorino Freire  
Lobão da Silveira.  
Sigefredo Pacheco.  
Wilson Gonçalves.  
Leite Neto.

**SUPLENTE**  
1. José Guilomard (licenciado).  
2. Eugenio Barros.  
3. Menezes Pimentel.  
4. Atílio Fontana.  
5. Pedro Ludovico.

**SUBSTITUTOS**  
1. José Kairala.

**P. I. B.**

**TITULARES**  
Argemiro de Figueiredo.  
Bezerra Neto.  
Dix-Huit Rosado.  
Pessoa de Queiroz  
José Ermirio.

**SUPLENTE**  
1. Nelson Maculian (licenciado).  
2. Lino de Matos.  
3. Amaury Silva (licenciado).  
4. Aurélio Vianna  
5. Antônio Jucá

**SUBSTITUTOS**  
1. Edmundo Levi.  
2. Meilo Braga.

**U. D. N.**

**TITULARES**  
Daniel Krieger.  
Dinarte Mariz.  
Irineu Bornhausen.  
Lopes da Costa.

**SUPLENTE**  
1. Adolfo Franco.  
2. Eurico Rezende.  
3. João Agripino.  
4. Milton Campos.

**P. I.**

**TITULARES**  
Mem de Sá.

**SUPLENTE**  
1. Aloysio de Jarva.  
Reunioes: 4<sup>as</sup> feiras - 10,00 horas.  
Secretário: Cid Brugger, Auxiliar Legislativo, PL-10.

**Comissão de Legislação Social**  
(9 MEMBROS)

Presidente: Vivaldo Lima - PTB.  
Vice-Presidentes: Ruy Carneiro (PSD).

**COMPOSIÇÃO**  
**P. S. D.**

**TITULARES**  
Ruy Carneiro.  
Walfredo Gurgel.  
José Guilomard (licenciado).  
Raul Gubert.

**SUPLENTE**  
1. Leite Neto.  
2. Lobão da Silveira.  
3. Eugenio Barros

**SUBSTITUTOS**  
Atílio Fontana  
José Kairala.

**P. I. B.**

**TITULARES**  
Amaury Silva (licenciado).  
Heriberto Pereira  
Vivaldo Lima

**SUPLENTE**  
1. Aloysio de Jarva (\*\*).  
2. Pessoa de Queiroz.  
3. Antônio Jucá

(\*) - Em substituição do Senhor José Guilomard como titular  
(\*\*) - Em substituição do Senhor Amaury Silva, como titular.



**SUBSTITUTOS**

1. Melo Braga

U. D. N.

**TITULARES**

Eurico Rezende

2. Lopes da Costa

4. Zacarias de Assunção

Reuniões: 4.ª feira: às 10 horas.

**SUPLENTE**

Secretário: Vera de Alvarenga Mafra, Oficial Legislativo, PL-7.

**Comissão do Polígono das Secas**

(7 MEMBROS)

Presidente — Ruy Carneiro (PSD)  
Vice-Presidente — Aurélio Vianna (PSD)

**COMPOSIÇÃO**

P. S. D.

**TITULARES**

Wilson Gonçalves

Ruy Carneiro

**SUPLENTE**

1. Sigefredo Pacheco

2. Leite Neto

**P. T. B.**

**TITULARES**

Dix-Huit Rosado

Aurélio Vianna

**SUPLENTE**

1. Argemiro de Figueiredo

2. Arnon de Melo

3. Julio Leite

**U. D. N.**

**TITULARES**

Dinarte Mariz

José Cândido

**SUPLENTE**

1. João Agripino

2. Lopes da Costa

Reuniões: 5ª feira — 10 horas

Secretário: Ney Passos Dantas

Auxiliar Legislativo PL-9.

**Comissão de Redação**

(5 MEMBROS)

Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB)  
Vice-Presidente — Padre Calazans

**COMPOSIÇÃO**

P. S. D.

**TITULARES**

Walfredo Gurgel

Sebastião Archer

**SUPLENTE**

1. Lobão da Silveira.

2. José Feliciano.

**SUBSTITUTOS**

1. Menezes Pimentel (licenciado).

P. T. B.

**TITULARES**

Dix-Huit Rosado.

**SUPLENTE**

Heribaldo Vieira.

U. D. N.

**TITULARES**

Padre Calazans.

Julio Leite

**SUPLENTE**

1. João Agripino

2. Josephat Marinho.

Reuniões: 4ª feira às 16 horas

Secretário: Sarah Abramo, Oficial Legislativo, PL-8.

**Comissão de Relações Exteriores**

(11 MEMBROS)

Presidente — Jefferson de Aguiar (PSD)  
Vice-Presidente — Passos de Queiroz (PTB).

**COMPOSIÇÃO**

P. S. D.

**TITULARES**

Benedito Valladares.

Filinto Müller.

Jefferson de Aguiar.

Aarão Steinbruch.

**SUPLENTE**

1. Menezes Pimentel.

2. Ruy Carneiro.

3. José Guimard (licenciado).

4. Victorino Freire.

**SUBSTITUTOS**

1. José Kairaja.

P. F. B.

**TITULARES**

Pessoa de Queiroz.

Vivardo Lima

Eduardo Catalão.

**SUPLENTE**

1. Oscar Passos.

2. Argemiro de Figueiredo.

3. Antônio Jucá.

U. D. N.

**TITULARES**

Antônio Carlos.

José Cândido.

Padre Calazans.

Arnon de Melo.

**SUPLENTE**

1. Daniel Krieger.

2. Eurico Rezende

3. João Agripino.

4. Mem de Sá.

Reuniões: 5ª-feira — 15,00 horas.

Secretário: Castejon J. B. Branco  
Oficial Legislativo, PL-6.

**Comissão de Saúde**

(15 MEMBROS)

Presidente — Lopes da Costa — UDN.

Vice-Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB)

**COMPOSIÇÃO**

P. S. D.

**TITULARES**

Pedro Ludovic

Sigefredo Pacheco

**SUPLENTE**

1. Eugênio Bastos

2. Walfredo Gurgel

P. F. B.

**TITULARES**

Dix-Huit Rosado

**SUPLENTE**

Antônio Jucá

U. D. N.

**SUPLENTE**

1. Lopes da Costa

**SUPLENTE**

Padre Calazans

**SUPLENTE**

Raul Gilberti  
Reuniões: Quintas-feiras — 10 horas.  
Secretário: Eduardo Ruy Barbosa  
Auxiliar Legislativo PL-10.

**Comissão de Segurança Nacional**

(7 MEMBROS)

Presidente — Zacarias de Assunção (UDN)  
Vice-Presidente — Silvestre Pericles (PTB).

**COMPOSIÇÃO**

PSD

**TITULARES**

José Guimard (licenciado).

Victorino Freire

**SUPLENTE**

1. Ruy Carneiro

1. Atílio Fontana (\*)

**SUBSTITUTO**

2. José Kairaja

P. F. B.

**TITULARES**

Silvestre Pericles

Oscar Passos

**SUPLENTE**

1. Dix-Huit Rosado

2. Vago.

U. D. N.

**TITULARES**

Irineu Bornhausen

Zacharias de Assunção

**SUPLENTE**

1. Adolfo Franco.

2. Eurico Resende

P. S. P.

**TITULAR**

Raul Gilberti

**SUPLENTE**

1. Miguel Couto

Reuniões: Quintas-feiras — (10 horas).  
Secretário: Alexandre Pfander, Oficial Legislativo PL-8.

**Comissão de Serviço Público Civil**

(7 MEMBROS)

Presidente — Silvestre Pericles (PTB)  
Vice-Presidente — Leite Neto (PSD)

**COMPOSIÇÃO**

PSD

**TITULARES**

Leite Neto.

Sigefredo Pacheco

**SUPLENTE**

1. Victorino Freire

2. Benedito Valladares

PTB

**TITULARES**

Silvestre Pericles

Neilson Maculan (licenciado)

**SUPLENTE**

1. Edmundo Levi

2. Vago

UDN

**TITULARES**

Antônio Carlos

(\*) — Em substituição ao Sr. José Guimard, como titular.

**Prorrogações:**

Antônio Carlos

Padre Calazans

**SUPLENTE**

1. Dinarte Marins

Lopes da Costa

PL

**TITULAR**

Aloysio de Carvalho

**SUPLENTE**

Mem de Sá

Reuniões: Terças-feiras — 10,00 horas.

Secretário: J. Ney Passos Dantas.  
Auxiliar Legislativo PL-9.

**Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas**

(5 MEMBROS)

Presidente José Feliciano (PSD)  
Vice-Presidente — Irineu Bornhausen (UDN).

PSL

**TITULARES**

José Feliciano

Sebastião Archer

**SUPLENTE**

1. Jefferson de Aguiar

2. Filinto Müller

PTB

**TITULAR**

Bezerra Neto

Lino de Matos

**SUPLENTE**

1. Silvestre Pericles

UDN

**TITULAR**

Irineu Bornhausen

**SUPLENTE**

Zacharias de Assunção.

Reuniões: Quartas-feiras — 16,00 horas.

Secretário: Alexandre Pfander, Oficial Legislativo, PL-8.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961.**

Dispõe sobre: Altera os artigos 28, 58, 68, 80, 110 e o parágrafo único do art. 112 da Constituição Federal.

— organização administrativa do Distrito Federal;

— vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal;

— regime de rendas do Distrito Federal;

— composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e do Tribunal Superior Eleitoral;

— processo de escolha do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal;

— aplicação da cota do imposto de renda atribuída aos Municípios;

Eleita em 15-6-1961, com exceção dos Srs Senadores:

Barros Carvalho — designado em 20-2-1962.

Neilson Maculan — designado em 15-5-1963.

Lobão da Silveira — designado em 23-4-1963.

Lopes da Costa — designado em 29-10-1962.

SUPLENTE

Até 14-12-1962 - Requerimento número 611-61, aprovado em 15-12-61; Até 15-12-1963 - Requerimento nº 778-62, aprovado em 12-12-62.

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - Relator - PSD.
2 Lobão da Silveira - PSD.
3 Ruy Carneiro - PSD.
4 Benedito Valladares - PSD.
5 Wilson Gonçalves - PSD.
6 Nelson Maculan - PTB.
7 Silvestre Pericles - PTB.
8 Nogueira da Gama - PTE
9 Barros Carvalho - PTB.
10 Daniel Krieger - Vice-Presidente - UDN.
11 Lopes da Costa - UDN.
12 Milton Campos - UDN.
13 Heribaldo Vieira - UDN.
14 Ruy Palmeira - UDN.
15 Aloysio de Carvalho - PL.
16 Mem de Sa - PL.

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD.
2 Lobão da Silveira - PSD.
3 Ruy Carneiro - PSD.
4 Benedito Valladares - PSD.
5 Wilson Gonçalves - PSD.
6 Silvestre Pericles - PTB.
7 Bezerra Neto - PTB.
8 Nogueira da Gama - PTB.
9 Barros Carvalho - PTB.
10 Daniel Krieger - UDN.
11 Lopes da Costa - UDN.
12 Milton Campos - Vice-Presidente - UDN.
13 Heribaldo Vieira - UDN.
14 Ruy Palmeira - UDN.
15 Aloysio de Carvalho - PL.
16 Mem de Sa - PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7 de 1961.

Da nova redação ao art. 65, item da Constituição Federal.

Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado incluindo as de propor a exoneração dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente e aprovar o estabelecimento, rompimento e restabelecimento de relações diplomáticas com países estrangeiros.

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Senhores Senadores:

- Guido Mondim - designado em 29 de outubro de 1962;
Vivaldo Lima - designado em 30 de março de 1962;
Ruy Carneiro - designado em 23 de abril de 1963;
Wilson Gonçalves - designado em 23 de abril de 1963;
Eurico Rezende - designado em 25 de abril de 1963;
Pinto Ferreira - designado em 20 de abril de 1963;
Amaury Silva - designado em 26 de abril de 1963;

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 - Requerimento nº 761-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 16 de dezembro de 1963 - Requerimento nº 780-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros - Partidos

- 1 Menezes Pimentel - PSD.
2 Wilson Gonçalves - PSD.
3 Lobão da Silveira - PSD.
4 Ruy Carneiro - PSD.
5 Guido Mondim - PSD.
6 Silvestre Pericles - PSD.
7 Vivaldo Lima - PTB.
8 Amaury Silva - PTB.
9 Pinto Ferreira - PTB.
10 Eurico Rezende - UDN.
11 Daniel Krieger - UDN.
12 Milton Campos - UDN.
13 Heribaldo Vieira - UDN.
14 Lopes da Costa - UDN.
15 Aloysio de Carvalho - PL.
16 Lino de Matos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8 de 1961.

Acrescenta ao art. 3º do Capítulo II - Presidente da República - da Constituição o inciso: 'Sobre a exoneração por proposta do Senado do chefe de missão diplomática de caráter permanente'.

Eleita em 5 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

- Vivaldo Lima - Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondim - Designado em 30 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar - Designado em 23 de abril de 1963;

Ruy Carneiro - Designado em 29 de abril de 1963;

Eurico Rezende - Designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira - Designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto - Designado em 23 de abril de 1962;

Amaury Silva - designado em 23 de abril de 1962.

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 - Requerimento nº 608-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 - Requerimento nº 781-62 aprovado em 2 de dezembro de 1962.

Membros - Partidos

- 1 Menezes Pimentel - PSD
2 Ruy Carneiro - PSD
3 Lobão da Silveira - PSD
4 Jefferson de Aguiar - PSD
5 Guido Mondim - PSD.
6 Pinto Ferreira - PTB.
7 Bezerra Neto - PTB.
8 Amaury Silva - PTB.
9 Vivaldo Lima - PTB.
10 Daniel Krieger - UDN.
11 Eurico Rezende - UDN.
12 Milton Campos - UDN.
13 Heribaldo Vieira - UDN.
14 Lopes da Costa - UDN.
15 Aloysio de Carvalho - PL.
16 Lino de Matos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição

Acrescenta dispositivo ao artigo 15 revoga o item V e o 1º do artigo 19 substitui o 1º do artigo 19 e o art. 22 da Constituição

(Modifica o regime de discriminação de rendas).

Eleita em 20 de novembro de 1961 salvo os Srs Senadores:

Barros Carvalho - Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondim - Designado em 19 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar - designado em 28 de abril de 1963;

Ruy Carneiro - designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende - designado em 23 de abril de 1963;

Amaury Silva - designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto - designado em 23 de abril de 1963;

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 - Requerimento nº 609-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 16 de dezembro de 1963 - Requerimento nº 782-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD
2 Menezes Pimentel - PSD.
3 Lino de Matos - PSD.
4 Guido Mondim - PSD
5 Ruy Carneiro - PSD.
6 Amaury Silva - PTB.
7 Barros Carvalho - PTB.
8 Argemiro Pagnanholo - PTB.
9 Bezerra Neto - PTB.
10 Daniel Krieger - UDN.
11 Eurico Rezende - UDN.
12 Milton Campos - UDN.
13 Heribaldo Vieira - UDN.
14 Ruy Palmeira - UDN.
15 Aloysio de Carvalho - PL.
16 Lino de Matos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10 de 1961.

Acrescenta parágrafo ao art. 15 da Constituição Federal aplicação da parcela proveniente das cotas de impostos destinadas aos Municípios).

Eleita em 28 2 1962, salvo os Srs. Senadores:

Lopes da Costa - designado em 30 3 1962;

Guido Mondim - designado em 29 10 1962;

Wilson Gonçalves - designado em 23 4 1963-

Eurico Rezende designado em 23 4 1963;

João Agripino - designado em 23 4 1963;

Silvestre Pericles - designado em 23 4 1963;

Catete Pinheiro - designado em 23 4 1963.

Senadores - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD.
2 Wilson Gonçalves - PSD.
3 Ruy Carneiro - PSD.
4 Lobão da Silveira - PSD.
5 Guido Mondim - PSD.
6 Silvestre Pericles - PTB.
7 Nogueira da Gama - PTB.
8 Barros Carvalho - PTB.
9 Lino de Matos - PTN.
10 Milton Campos - UDN.
11 Heribaldo Vieira - UDN.
12 Lopes da Costa - UDN.
13 João Agripino - UDN.
14 Eurico Rezende - UDN.
15 Josephat Marinho - S. legenda.
16 Lino de Matos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 11 de 1963.

Acrescenta parágrafos 4º e 5º ao art. 28 da Constituição Federal (Criação de novos Municípios).

Eleita em 28 3 1962, salvo os Srs. Senadores:

Guido Mondim - designado em 25 10 1962.

Wilson Gonçalves - designado em 13 4 1963;

Eurico Rezende - designado em 13 4 1963;

João Agripino - designado em 13 4 1963.

Catete Pinheiro - designado em 23 4 1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 - Requerimento nº 64-62 aprovado em 12-12-62.

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD
2 Wilson Gonçalves - PSD
3 Ruy Carneiro - PSD
4 Lobão da Silveira - PSD
5 Guido Mondim - PSD
6 Silvestre Pericles - PTB
7 Nogueira da Gama - PTB
8 Barros Carvalho - PTB
9 Milton Campos - UDN
10 Heribaldo Vieira - UDN
11 Eurico Rezende - UDN
12 João Agripino - UDN
13 Lopes da Costa - UDN
14 Aloysio de Carvalho - PL
15 Vasco Coutinho - PSP
16 Catete Pinheiro - PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3 de 1961.

Altera o 1º do art. 181 da Constituição Federal.

(Apresentação do funcionário aos trinta anos de serviço)

Eleita em 21-5-62, salvo os Srs Senadores:

- Lobão da Silveira
Wilson Gonçalves e
Amaury Silva, designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 - Requerimento número 610-61 aprovado em 14-12-1961.

Até 15-12-1963 - Requerimento número 788-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD.
2 Lobão da Silveira - Relator - PSD.
3 Ruy Carneiro - PSD.
4 Benedito Valladares - PSD.
5 Wilson Gonçalves - PSD.
6 Silvestre Pericles - Relator - PTB.
7 Amaury Silva - PTB.
8 Nogueira da Gama - PTB.
9 Barros Carvalho - PTB.
10 Daniel Krieger - UDN.
11 Lopes da Costa - UDN.
12 Milton Campos - UDN.
13 Ruy Palmeira - UDN.
14 Heribaldo Vieira - UDN.
15 Aloysio de Carvalho - Presidente - PL.
16 Mem de Sa - PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4 de 1961.

Da nova redação ao item II do art. 30 da Constituição Federal.

Altera a finalidade dos vencimentos dos juizes de Direito em 15 6 61, salvo os Srs Senadores:

Lopes da Costa designado em 29 de outubro de 1962.

Lobão da Silveira designado em 23 de abril de 1963.

Bezerra Neto designado em 23 de abril de 1962.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 - Requerimento nº 609-61 aprovado em 14-12-61.

Até 15-12-1963 - Requerimento nº 789-62, aprovado em 12-12-62.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 1, de 1962.**

(Altera a redação do art. 186 da Constituição referente a obrigatoriedade de concurso para a investidura em cargo inicial da carreira, instituindo a proibição de nomeações interinas).

Eleita em 10-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Menezes Pimentel — designado em 15-5-1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Leite Neto — designado em ..... 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

João Agripino — designado em 23-4-1963;

Aurélio Vianna — designado em 23-4-1963.

**Prorrogação:**

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 785-62, aprovado em 12-12-1963.

**Membros — Partidos**

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Wilson Gonçalves — PSD
- 3 Ruy Carneiro — PSD
- 4 Lobão da Silveira — PSD
- 5 Leite Neto — PSD
- 6 Menezes Pimentel — PSD
- 7 Silvestre Gêrciles — PTB
- 8 Nogueira da Gama — PTB
- 9 Barros Carvalho — PTB
- 10 Milton Campos — UDN
- 11 Heribaldo Vieira — UDN
- 12 Eurico Rezende — UDN
- 13 João Agripino — UDN
- 14 Daniel Krieger — UDN
- 15 Aloysio de Carvalho — PL
- 16 Aurélio Vianna — PSB.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1962.**

(Institui nova discriminação de rendas em favor dos Municípios brasileiros).

Eleita em 23-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Leite Neto — designado em ..... 23-4-1963;

Josaphat Marinho — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em .. 23-4-1963;

**Prorrogação:**

Até 15-12-1962 — Requerimento nº 706-62, aprovado em 12-12-1962.

**Membros — Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Lobão da Silveira — PSD

5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Silvestre Gêrciles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Lino de Mattos — PTN

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1963**

(Originário da Câmara dos Deputados)

Que dá nova redação ao § 1º do art. 28 da Constituição Federal (autonomia dos Municípios).

Designação em 22 de outubro de 1963

**Membros — Partidos**

- Jefferson de Aguiar — PSD;  
 Ruy Carneiro — PSD;  
 Wilson Gonçalves — PSD;  
 José Feliciano — PSD;  
 Lobão da Silveira — PSD;  
 Bezerra Neto — PTB;  
 Edmundo Levi — PTB;  
 Argemiro de Figueiredo — PTB;  
 Melo Braga — PTB;  
 Milton Campos — Presidente — UDN;  
 Aloysio de Carvalho — UDN;  
 Afonso Arinos — UDN;  
 Eurico Rezende — UDN;  
 Josaphat Marinho (Relator) — Pequenas Representações;  
 Aurélio Vianna — Pequenas Representações;  
 Júlio Leite (Vice-Presidente) — Pequenas Representações.

**Comissão Especial para estudar a situação da Casa da Moeda.**

(7 MEMBROS)

Criada em virtude da aprovação do Requerimento nº 531-63 do Sen. Jefferson de Aguiar, na sessão de 14-8-63.

Designação em 28-8-1963

**Membros — Partidos**

- Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD  
 Wilson Gonçalves — PSD  
 Arthur Virgílio — PTB  
 Edmundo Levy — PTB  
 Adolpho Franco — UDN  
 Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN  
 Josaphat Marinho — UDN

**Comissão Especial para o estudo das causas que dificultam a produção agro-pecuária e suas repercussões negativas na exportação.**

(Criada em virtude do Requerimento nº 569-63 do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 20-8-1963).

(5 MEMBROS)

**Membros — Partidos**

- José Feliciano — PSD  
 Sigefredo Pacheco (Vice-Presidente) — PSD  
 José Ermirio (Presidente) — PTB  
 Lopes da Costa — UDN  
 Aurélio Vianna (Relator) — Pequenos Partidos.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1962.**

(Dispõe sobre a data do plebiscito previsto na Emenda Constitucional nº 4).

Eleita em 10-7-1962, salvo os Srs. Senadores:

- Wilson Gonçalves  
 Leite Neto  
 João Agripino  
 Eurico Rezende e  
 Josaphat Marinho (designado em 23-4-1963).

**Prorrogação:**

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 787-62, aprovado em 12-12-1962.

**Membros — Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Silvestre Gêrciles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. João Agripino — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Josaphat Marinho — S/legenda

**Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 5 de 1962.**

Dá nova redação ao art. 20 da Constituição.

(Determina a entrega aos Municípios de 30% da arrecadação dos Estados quando exceder as rendas municipais).

Eleita em 13-9-1962, salvo os Srs. Senadores.

- Wilson Gonçalves  
 Leite Neto

Josaphat Marinho

Eurico Resende

Miguel Couto (design. o em 23 de abril de 1963).

**Prorrogação:**

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 789-62, aprovado em 12-12-62.

**Membros — Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Vago — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Campos — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Eurico Resende — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Miguel Couto — PSB

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1962.**

Altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 60 da Constituição Federal.

(Aumenta para 4 o número de representantes dos Estados e do Distrito Federal no Senado).

Eleita em 13-9-1962, salvo os Srs. Senadores

- Josaphat Marinho  
 Wilson Gonçalves  
 Eurico Resende

Júlio Leite (designado em 23 de abril de 1963).

**Prorrogação:**

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 80-62, aprovado em 12-12-1962.

**Membros — Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedito Valldares — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Vago — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN.
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Eurico Resende — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Júlio Leite — PR

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1962.

Revoga a Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema parlamentar de governo e o art. 61 da Constituição Federal de 1946 de setembro de 1946

Eleita em 12-12-1963, salvo os Srs Senadores

Wilson Gonçalves

Eurico Resende

Amaury Silva

Raul Guberti (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 791-62, aprovado em 12-12-1963.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Pedro Ludovico — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedito Valladares — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Eurico Resende — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Raul Guberti — PSP

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1963.

Altera a redação do inciso IX do art. 157 da Constituição (referente ao trabalho de menores e mulheres e ao trabalho em indústrias insalubres).

Designada em 23-4-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Heribaldo Vieira — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Silvestre Pérciles — PTB
11. Arthur Virgílio — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Josaphat Marinho — S. legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1963.

Altera os arts. 141, 146 e 147 da Constituição Federal (referente ao direito de propriedade)

Designada em 23-4-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Silvestre Pérciles — PTB
11. Argemiro de Figueiredo — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Josaphat Marinho — S. legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1963.

Dá nova redação aos artigos n.ºs 26 e 63 da Constituição Federal (administração do Distrito Federal e matéria da competência privativa do Senado).

Eleita em 2-5-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Wilson Gonçalves — PSD
4. Menezes Pimentel — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Amaury Silva — PTB
7. Bezerra Neto — PTB
8. Vago — PTB
9. Eduardo Catalão — PTB
10. Vasconcelos Torres — PTB
11. Eurico Rezende — UDN
12. Milton Campos — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Aloysio de Carvalho — Pequenos Partidos
15. Josaphat Marinho — Pequenos Partidos

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1963.

Dá nova redação aos arts. 44 e 45 da Constituição Federal para conceder imunidades aos vereadores.

Designada em 20-5-1963

Senadores — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB

Bezerra Neto — PTB

Pinto Ferreira — PTB

Silvestre Pérciles — PTB

Adaiberto Sena — PTB

Eurico Rezende — UDN

Milton Campos — UDN

João Agripino — UDN

Aloysio de Carvalho — PL

Josaphat Marinho — S. legenda

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 5, de 1963.

Dá nova redação ao item II e ao § 4.º do artigo 19 da Constituição referentes ao Imposto de Vendas e Consignações.

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Humberto Nader — PTB
11. Argemiro de Figueiredo — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Josaphat Marinho — Pequenos Partidos.

### Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.

(Criada em virtude da aprovação em 18-9-1963, sessão extraordinária do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermirio)

(9 MEMBROS)

Membros — Partidos

1. José Feliciano — PSD
2. Atilio Fontana — PSD
3. Eugênio Barros — PSD
4. José Ermirio (Relator) — PTB
5. Bezerra Neto — PTB
6. Melo Braga — PTB
7. Lopes da Costa — UDN
8. Milton Campos (Presidente) — UDN
9. Júlio Leite (Vice-Presidente) — Pequenas Representações.

### Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas.

(Criada em virtude da aprovação em 2-8-1963 do Requerimento nº 531-63, do Senador Gouveia Vieira)

(5 MEMBROS)

Membros — Partidos

1. Atilio Fontana (Presidente) — PSD
2. José Feliciano (Vice-Presidente) — PSD
3. José Ermirio (Relator) — PTB

Adolpho Franco — UDN

Aurélio Vianna — Pequenas Representações.

### Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional.

(6 MEMBROS)

(Criada pela Resolução nº 11-63)

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Leite Neto (Presidente) — PSD
3. Nelson Maculani — PTB
4. João Agripino (Relator) — UDN
5. Josaphat Marinho — Pequenas Representações.

### Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas.

(Criada em virtude da aprovação em 2-8-1963, do Requerimento nº 631-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira)

(5 MEMBROS)

Membros — Partidos

1. Atilio Fontana (Presidente) — PSD
  2. José Feliciano (Vice-Presidente) — PSD
  3. José Ermirio (Relator) — PTB
  4. Adolpho Franco — UDN
  5. Aurélio Vianna — Pequenas Representações.
- ### Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.

(Criada em virtude da aprovação em 18-9-1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 615-63, do Sr. Senador José Ermirio)

(9 MEMBROS)

Membros — Partidos

1. José Feliciano — PSD
2. Atilio Fontana — PSD
3. Eugênio Barros — PSD
4. José Ermirio (Relator) — PTB
5. Bezerra Neto — PTB
6. Melo Braga — PTB
7. Lopes da Costa — UDN
8. Milton Campos (Presidente) — UDN
9. Júlio Leite (Vice-Presidente) — Pequenas Representações.

**TRECHO DO DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENHOR SENADOR VIVALDO LIMA NA SESSÃO DE 24 DE JANEIRO DE 1964, QUE SE REPRODUZ POR TER SAÍDO SEM INCORREÇÃO.**

O SR. VIVALDO LIMA — O aparte de um cultor de Direito, inserido nestas minhas palavras, realmente dá-lhe mais força. E o testemunho de um homem também dedicado às coisas do Direito, um dos seus expoentes mais notáveis, reconhecido pela própria Pátria e que nesta Casa tão brilhantemente se tem havido Aloysio de Carvalho enriquece estas palavras de saudade, num dos mais belos e oportunos testemunhos que desejaria para continuar tudo aquilo que acabei de pronunciar, sem qualquer exagero. Agradeço a V. Exa.

**ATAS DAS COMISSÕES**

**Comissão Parlamentar de Inquérito do D. C. T.**

**ATA DA 11ª REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 1963**

Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e sessenta e três, às dez horas, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador Wilson Gonçalves, Presidente, presentes os Senhores Senadores Bezerra Neto, Jefferson de Aguiar, João Agripino, Atilio Fontana, Lito Neto e Eurico Rezende, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela aprovação da Resolução nº 32, de 1963, para tomada de depoimento do Senhor Pedro José Lofredo, Industrial, estabelecido à Rua São Bento nº 11 na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Deixam de comparecer, por causa justificada, os Senhores Senadores Aurélio Vianna, Artur Virgílio, Daniel Krieger Júlio Leite e Melo Braga.

É lida, aprovada e assinada a ata da reunião anterior.

O Senhor Presidente, abrindo os trabalhos, fez ver ao inquirido, numa advertência, que a sua posição nessa Comissão assemelha-se a de testemunha, tendo o mesmo, portanto, o dever cívico de dizer a verdade e, em seguida, concede a palavra ao Senhor Senador Eurico Rezende, Relator para dar início a sua inquirição a testemunha nesta oportunidade arrolada.

Com a palavra, o Senhor Senador Eurico Rezende, faz uma série de perguntas ao depoente.

O Senhor Relator dá por terminada suas indagações, a testemunha de tudo o que ela sabe a propósito de determinados fatos ocorridos no Departamento dos Correios e Telégrafos e, pelo Senhor Presidente, é dada a palavra ao Senhor Senador Jefferson de Aguiar que passa a interrogar o depoente.

No decorrer dos trabalhos, em resposta a uma pergunta do Senhor Senador Jefferson de Aguiar, o Senhor Pedro José Lofredo, apresenta, espontaneamente, dois documentos relacionados com o fornecimento ao Departamento dos Correios e Telégrafos de Sacos de Lona. E, a requerimento do Senhor Senador Jefferson de Aguiar, deferido pelo Senhor Presidente, os citados documentos são juntados aos autos do processo.

Os debates travados na presente reunião foram gravado e taquigrafado. E o depoimento, tomado a termo foi assinado pelo Senhor Presidente, pelo Senhor Relator, pelo Senhor Depoente e pelo Secretário da Comissão. As notas taquigráficas, por determinação do Senhor Presidente, serão publicadas como parte integrante da presente ata.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às doze horas e quarenta minutos, encerra a presente reunião e, para constar, eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão layrei a presente ata, que, uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**ANEJO A ATA DA 11ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1963 AS 10.00 HORAS PUBLICAÇÃO AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA**

Presidente: Senador Wilson Gonçalves

Relator: Senador Eurico Rezende (Tomada do depoimento do Senhor Pedro José Lofredo)

O SR. PRESIDENTE — Está aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do D.C.T.

O Senhor Secretário vai proceder à leitura das atas da penúltima e da última reunião.

O SR. PRESIDENTE — Lê as atas da penúltima e da última reunião, as quais são aprovadas sem debates.

O SR. PRESIDENTE — Sr. Pedro José Lofredo, sua posição ao comparecer nesta Comissão de Inquérito — resultante de deliberação do Senado para apurar irregularidades denunciadas como existentes no D.C.T. — assemelha-se à de testemunha. A lei que regula o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito, diz que se aplica, neste caso, o Código de Processo Penal. De forma que V. Sª, na introdução do seu depoimento deve ser advertido do dever cívico de dizer a verdade e somente o que for verdadeiro ou pedido.

Está com a palavra, portanto, o nome Senador Eurico Rezende, como Relator da Comissão.

O SR. EURICO REZENDE — Senhor Pedro José Lofredo, pela sua qualificação vejo que V. Exª é comerciante. Começo, portanto, perguntando a V. Sª qual a firma ou firmas, singulares ou coletivas, das quais V. Sª é titular ou participante.

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Sou titular, presidente, da Companhia de Tecidos Bom Pastor, cuja fábrica fica na Rua São Miguel, 783; também sou Presidente da firma "Cruzador", Indústrias e Confeccões Sociedade Anônima, estabelecida à Rua da Candelária, 85; Sou acionista da Borlido Maia, Comércio e Indústria, S. A., estabelecida à Rua São Bento, 11 — Loja; e também sou acionista da Firma Jorge Pereira, Comércio e Indústria, S. A., estabelecida à Av. Presidente Vargas número 294 — 9º andar.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditado)

Que o declarante é Presidente da Companhia de Tecidos Bom Pastor e da Companhia Industrial e Comercial Couraçados e Cruzador Indústria de Confeccões S. A., com endereços à Rua S. Miguel, 783, Rua São Bento, 11 e Rua da Candelária, 85, respectivamente; que é acionista de Borlido Maia, Cia. Indústria S. A., à Rua São Bento nº 11, loja e Jorge Pereira, Comércio, Indústria S. A., com sede à Av. Presidente Vargas, 294, 9º andar.

Desde quando o Senhor transaciona com o DCT?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Há cinco anos, mais ou menos.

O SR. EURICO REZENDE — (ditando)

"Que, aproximadamente, há cinco anos, transaciona com o DCT";

Essas transações podem ser qualificadas como frequentes, esporádicas ou permanentes?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Mais esporádicas.

O SR. EURICO REZENDE — (ditando ao Secretário).

"Que ditas transações são realizadas esporadicamente"; Essas transações que o Senhor alega fazer com o DCT são precedidas de concorrência pública ou de coleta de preços?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Das duas formas.

O SR. EURICO REZENDE — Qual a que predomina?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — A de maior vulto é sempre de concorrência pública.

O SR. EURICO REZENDE — E quanto ao número?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — São poucas as de coleta de preços.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditado):

"...que referidas transações são precedidas ora por concorrência pública, ora pelo sistema de coleta de preços, sendo que o primeiro tipo, tanto pelo número como pelo significado financeiro predomina";

Todas essas firmas mencionadas por V. Sª têm tido relações com o D.C.T. de concorrência e coletas de preços ou, apenas, algumas.

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Com exceção da Cia. Bom Pastor, as demais têm operado com o D. C. T.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditado ao Secretário):

"...que, excetuada a Companhia Bom Pastor, as demais têm operado dentro da relação mencionada neste depoimento com o D.C.T.";

Quais são as mercadorias ou serviços objetos dessas concorrências e dessas coletas de preços.

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — De uma forma geral são sacos para correspondência, material de consumo habitual no Correios e roupas para carteiras e mensageiros.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditado):

"...que, de modo geral constitui objeto daquelas transações o fornecimento de sacos para correspondência, material de consumo usual e roupas para carteiras e mensageiros";

As suas firmas podem ser consideradas, de modo geral, como as comumente vitoriosas, quer nas concorrências, quer nas concorrências públicas, quer na coletas de preços.

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Não.

O SR. EURICO REZENDE — Pelas estatísticas que V. Sª possa ter predominam outras ou a de V. Sª?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Outras firmas predominam.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditado ao Secretário):

"que, estatisticamente, as firmas representadas pelo declarante não são as beneficiadas pela concorrência e coletas de preços, de vez que outras firmas estranhas às atividades do despacho constituam o maior número das que efetuam as referidas transações";

Quais são as suas relações com o Coronel Dagoberto e V. Exª referiu que há cinco anos iniciou sua atividade nessas concorrências e coletas de preço, portanto, no tempo do Coronel Borges.

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Anteriormente.

O SR. EURICO REZENDE — Quem era o Diretor quando V. Sª começou?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Não me recordo.

O SR. EURICO REZENDE — Mas recorda-se da gestão do Coronel Gustavo?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Sim.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditado):

"que, não se recorda, no momento, do nome do Diretor Geral do D. C. T., quando, com esta Repartição, o depoente iniciou suas operações comerciais, lembrando-se, porém, da substituição, no referido cargo, do Cel. Gustavo Borges";

O Senhor tinha relações de amizade com o Cel. Gustavo Borges?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Ligeiras.

O SR. EURICO REZENDE — Relações de amizade ligeiras ou conhecimento ligeiro?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Conhecimento ligeiro.

O SR. EURICO REZENDE — E com relação ao Cel. Dagoberto Rodrigues?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Eu o vi uma ou duas vezes. Não posso precisar se foi uma ou duas vezes.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditado):

"que, com o Cel. Gustavo Borges, teve 'conhecimento ligeiro' e, relativamente ao Cel. Dagoberto Rodrigues, 'vü-o a yena uma ou duas vezes'";

Essa única vez ou essas duas vezes em que o Senhor viu o Cel. Dagoberto Rodrigues foi no gabinete?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Foi, sim Sr.

O SR. EURICO REZENDE — No gabinete dele?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Sim.

O SR. EURICO REZENDE — Conversaram?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Conversamos. Foi levado lá pelo Deputado Crisanto Moreira da Rocha.

O SR. EURICO REZENDE — (dita):

"que, esclarecendo, a única vez ou nas duas vezes que teve contacto com o Cel. Dagoberto Rodrigues, foi no gabinete deste; Foi levado lá as duas vezes, ou uma vez só?";

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Faz dois anos e pouco, não posso precisar certo.

O SR. EURICO REZENDE — (dita):

"em uma das vezes, pelo menos, foi levado pelo então Deputado Crisanto Moreira da Rocha; Porque o Sr. foi conduzido pelo Deputado Crisanto Moreira da Rocha? Qual o objetivo do assessoramento do Deputado Crisanto?";

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — O objetivo era que o Diretor que antecedeu o atual do material me havia recusado uma mercadoria e queriam anular os empenhos.

O SR. EURICO REZENDE — (dia 2º Secretário):

"que a circunstância de ter ido o declarante

"... à presença do Coronel Dagoberto Rodrigues, na companhia do então Deputado Crisanto Moreira da Rocha, decorreu do fato de haver o Diretor do Material do DCT, que antecedeu ao atual titular do cargo, criado embaraço à aceitação de mercadorias fornecidas por uma das firmas do declarante."

O Deputado Crisanto Moreira da Rocha era autoridade no DCT, ou Lito pessoal, íntimo do Coronel Dagoberto Rodrigues, de modo a que pudesse exercer os seus bons ofícios no sentido de ser afastado aquele embaraço?



O SR. PEDRO LOFREDO — teve esperança, que sózinho não se apegou. Então, procure um amigo comum...

O SENHOR EURICO REZENDE — (ditando) —  
"que conhecendo as relações de amizade existentes entre o referido Deputado e o Coronel Dagoberto Rodrigues pediu a intermediação daquela apenas com a finalidade de ter acesso ao Gabinete do Diretor-Geral do DCT, pois, sem essa influência talvez fosse impossível ou demorado o referido acesso."

Sr. Pedro Lofredo, em que consistiu e de que derivou o embaraço oferecido pelo Diretor do Material? Qual era a mercadoria?

O SR. PEDRO LOFREDO —  
— Era sacos para correspondência. A costura em vez de estar a um centímetro, estava a meio centímetro o lugar indicado.

O SENHOR EURICO REZENDE — (Ditando) —  
"que o embaraço mencionado neste depoimento, oferecido pelo Diretor do Material do DCT, resultou do fato de estarem os sacos para correspondência, objeto de concorrência pública, com a linha de costura deslocada da especificação, isto é, com um afastamento de meio centímetro, quando o encomendado deveria ser de um centímetro;"

O Sr. fez as reclamações ao Coronel Dagoberto Rodrigues e o que resultou disso?

O SR. PEDRO LOFREDO —  
— Ele mandou que eu fizesse por escrito a reclamação apresentando as mesmas razões e, decorridos alguns meses, fui autorizado a retirar a mercadoria, recosturá-la e entregá-la novamente.

O SENHOR EURICO REZENDE — (Ditando) —  
"que, apresentada a reclamação, o Cel. Dagoberto Rodrigues respondeu ao declarante que a traduzisse por escrito o que, feito pelo depoente resultou em que alguns meses depois o declarante retirasse a referida mercadoria a recosturasse, na forma da especificação, sendo, então, aceita pelo DCT;"

O Sr. recebeu logo depois que entrou a mercadoria a recebeu o dinheiro ou levou muito tempo?

O SR. PEDRO LOFREDO —  
— Levei um ano e meio.

O SENHOR EURICO REZENDE —  
— Quer dizer que a ida do Deputado Crisanto de Miranda Rocha junto com V. Sr. à presença do Cel. Dagoberto Rodrigues piorou a situação?

O SR. PEDRO LOFREDO —  
— A ida dele era somente para expor os meus motivos, nada era como fator de receber.

O SENHOR EURICO REZENDE — (Ditando) —  
"que, entregue a mercadoria nas condições retro referidas, o DCT, levou ainda "cêrca de um ano".

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO —  
— Um ano e meio.

O SR. EURICO REZENDE — (ditando) —  
"um ano e meio para efetuar o respectivo pagamento".

Dr. Lofredo, quanto a concorrência pública, todos nós sabemos como se processa, porque prevista qualificadamente no Código de Contabilidade: Agora, com relação a coleta de preços, em que o Código de Contabilidade estabelece revisão, mas de modo muito escasso, deixando quase ao arbitrio e conveniência dos respectivos tomadores de preço, pergunto: no que se refere às suas fir-

mas, como se processam essas tomadas dessas coletas de preço?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO —  
— Elas são afixadas num quadro nos Correios, julgo eu, porque vou muito pouco aos Correios.

O SR. EURICO REZENDE —  
— Não são publicadas na imprensa?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO —  
— Elas são publicadas num boletim de concorrência pública.

O SR. EURICO REZENDE —  
— Boletim?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO —  
— Sim, Boletim Informativo de Concorrência Pública, que circula no Rio de Janeiro.

O SR. EURICO REZENDE —  
— É de circulação restrita ao ambiente comercial, melhor dizendo, aos assinantes ou é de venda, pública e divulgação coletiva?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO —  
— Ele é restrito aos assinantes do Boletim.

O SR. EURICO REZENDE —  
— A divulgação é feita através de editais afixados no D. C. T. e divulgados, também, nesse boletim?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO —  
— Nesse boletim informativo.

O SR. EURICO REZENDE —  
— O Sr. não se lembra de o Diário Oficial ter publicado, e também em algum jornal da imprensa livre?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO —  
— Não não.

O SR. EURICO REZENDE — (ditando) —  
"Que a chamada para a coleta de preços referida nesse mencionado depoimento se opera através de um quadro afixado no D.C.T."

Agora, o Boletim publica o quadro todo ou faz referência que está no D.C.T. o quadro?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO —  
— No quadro há a coleta e os funcionários vão e copiam do quadro

O SR. EURICO REZENDE (ditando) —  
— E com as respectivas referências num Boletim Comercial Informativo que circula entre os assinantes?

O SENHOR EURICO REZENDE — (Ditando) —  
"... que nem a Imprensa Oficial, nem os órgãos da Imprensa particular divulgam os assuntos relacionados com as coletas de preços.

V. Sa. tem transações também com outras repartições, além do D. C. T.?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO —  
— Tenho.

O SENHOR EURICO REZENDE —  
— E com relação a essas outras repartições os editais de coleta de preços têm divulgação mais ampla?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO —  
— A mesma coisa.

O SENHOR EURICO REZENDE — (Ditando) —  
"... que as firmas do declarante transacionam, também, com outras repartições públicas, e a esse respeito o sistema de coleta de preços é o mesmo que vigora no que concerne ao D. C. T."

Sr. Presidente, nada mais a perguntar. Peço a V. Exa. que dê a palavra ao nobre Senador Jefferson de Aguiar.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Senador Jefferson de Aguiar.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR —  
— Se pode informar quais as outras firmas localizadas na Rua São Bento, 11, além das referidas, de propriedades ou participação do depoente.

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO —  
— Só as que acabei de declarar.

Não tenho outras Firmas além dessa.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR —  
— No edifício da Rua São Bento 11 não há outras Firmas, além das que pertencem a V. Sa.?

O SENHOR EURICO REZENDE —  
— Funciona ali, também um Escritório da Companhia de Tecidos Bom Pastor.

O SENHOR EURICO REZENDE —  
— "... que, além das Firmas mencionadas, não tem sede à Rua São Bento nº 11, nenhuma outra Firma valendo, porém, esclarecer que no referido endereço existe o Escritório da Companhia de Tecidos Bom Pastor, da qual o depoente é Presidente".

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR —  
— Que participação tem, direta ou indiretamente, ou relações pessoais que mantém com os Diretores ou acionistas das seguintes firmas: J. Torquato & Cia. Ltda., Indústria e Comércio Roali Ltda., Corção Cardim Sociedade Anônima; ISEL, Comércio e Indústria Ltda.?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO —  
— Não as conheço.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR —  
— ... Albino Castro Comércio Indústria S. A.?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO —  
— Sou amigo pessoal do titular há vinte anos.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR —  
— Onde tem sede essa firma?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO —  
— Rua Teófilo Ottoni nº 36 ou 40.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR —  
— E a Cia. Indústria e Comércio Locomotiva?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO —  
— Não existe "Locomotiva"; Locomotiva é a marca da S. Paulo Alpargatas. Sou seu distribuidor e o maior arguês.

O SR. EURICO REZENDE — (ditando) —  
"Que desconhece a existência das firmas J. Torquato & Cia. Ltda. Indústria e Comércio Roald Ltda. Corção Cardim S. A.; e ISEL, Comércio e Indústria Limitada, relacionadas na pergunta do Senador Jefferson de Aguiar; que, porém, conhece a firma Albino Castro, Comércio e Indústria S. A., de cujo titular, Sr. João Martins Freire, o declarante é amigo, há cêrva de vinte anos; ... que, relativamente, à firma ...

Qual é a firma?

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR —  
— É a firma fabricante da lona "locomotiva", isto é, a São Paulo Alpargatas, da qual ele é o maior distribuidor

O SR. EURICO REZENDE — (ditando ao Secretário) —  
"... que, relativamente à firma São Paulo Alpargatas, fabricante da lona marca "locomotiva", o declarante é um dos seus distribuidores no Rio de Janeiro."

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR —  
— Ele distribui, pessoalmente, ou uma das firmas?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO —  
— As minhas firmas é que compram e revendem para São Paulo Alpargatas transformar

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR —  
— Os sacos de lonas do D.C.T. são fabricados com lonas "locomotivas"?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO —  
— Com lonas do Condição N. S. dos Remédios, Fiação e Têxtil Assunção e algumas vezes de lonas "locomotivas". São lonas de lona especial e a São Paulo Alpargatas normalmente não se interessa pela sua fabricação.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando) —  
"... que dita distribuição é feita por intermédio das firmas do declarante ..."

O SR. PRESIDENTE — As sacas do D.C.T. são com lonas adquiridas? ...

O SR. EURICO REZENDE —  
— A pergunta inicial do Senador Jefferson de Aguiar ... O depoente é distribuidor, aliás o maior, dessa firma São Paulo Alpargatas. O Senador Jefferson de Aguiar perguntou se a distribuição é feita por ele pessoalmente ou por intermédio das firmas e ele respondeu das firmas.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando) —  
"... que dita distribuição é feita não direta ou pessoalmente pelo declarante, mas por intermédio das firmas que representa e das quais é titular; que o saco de lona, objeto das transações do depoente com o D.C.T. são obtidos através dos Condições N. S. dos Remédios e Assunção, e, vez por outra, utilizando o produto "Locomotiva";

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR —  
— Nas concorrências, não há especificação para o fornecimento dos sacos de lona: largura, fios, ...?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO —  
— Há sim.

O SR. EURICO REZENDE —  
— Concorrência ou coleta de preços?

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR —  
— Concorrência, coleta de preço.

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO —  
— Há uma especificação do DCT.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando) —  
"que, tanto nas concorrências, como nas coletas de preço, são estipuladas especificações, baixadas pelo próprio DCT, dentre as quais as que se refere à largura e comprimento dos sacos, além da posição das respectivas costuras;"

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR —  
— Os produtos "Nossa Senhora dos Remédios", "Assunção" e "Locomotiva" são iguais?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO —  
— Similares. A lona obedece a uma classificação internacional. Evidentemente, quem tem uma fiação melhor produz um artigo melhor, de melhor aspecto. Mas as três fábricas são iguais. Tanto que as lonas são conhecidas por uma nomenclatura de número. A lona dez pontos, da São Paulo-Alpargatas, obedece a um tipo de fio igual ao da Assunção. É internacional ate.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando) —  
"que os produtos dos Condições mencionados neste depoimento são caracterizados pela lona, mesmo porque obedeceu a uma especificação internacional, de acordo com uma nomenclatura de números, variando apenas na sua qualidade, e que se exprime por uma menor ou maior fiação;"

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR —  
— O preço dos três produtos é idêntico?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO —  
— Quase idêntico.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR —  
— Qual é a diferença?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO —  
— É mínima; é 2 ou 3% no valor.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando) —  
"que os produtos incidentes sobre os produtos decorrentes das firmas mencionadas são praticamente idênticos, ... mencionadas, são praticamente idênticas, operando-se apenas uma variação de 2 a 3%."

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR —  
— De linha, qual o melhor produto dos três?

O SR. PEDRO LOFREDO —  
— Utilizam-se entre si a Assunção e a

Alpargatas. Para mim, são as melhores, só que está última tem mais propaganda, e mais conhecida.

O SR. EURICO REZENDE - (Ditando)

"que o declarante considera que os produtos dos cotonifícios N. S. dos Remédios e Assunção são os melhores da praça, em virtude de melhor aparelhamento técnico daquelas organizações apesar de haver mais propaganda da parte de Alpargatas."

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR - O pai do depoente foi produtor de lã, ou teve participação na São Paulo Alpargatas, ou o depoente tem participação?

O SR. PEDRO LOFREDO - Não nenhuma. O cotonifício N. S. dos Remédios era de minha família e eu vendi. Senador José Ermírio há seis anos, mais ou menos.

O SR. EURICO REZENDE - (Ditando)

"que o pai do declarante já mais teve vinculação comercial com a firma Alpargata; que, porém, a família do depoente foi proprietária do Cotonifício Nossa Senhora dos Remédios, ..."

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR - Onde está instalada essa fábrica? No Rio?

O SR. PEDRO LOFREDO - Em São Paulo.

O SR. EURICO REZENDE - (Ditando)

"... com sede em São Paulo, o qual, acerca de seis anos foi vendido ao grupo José Ermírio de Moraes."

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR - Quanto já vendeu ao DCT em coletas de preço, em concorrência do DCT no período da administração Dagoberto Rodrigues?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO - Precisar não posso.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR - aproximadamente.

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO - Na Couraçado, mais ou menos trinta milhões; na Cruzador, cerca de oito ou nove milhões; na Polido Mala, um pouco mais; nas três ou quatro firmas, vamos dizer, temos vendido mais ou menos cem ou cento e vinte milhões.

O SR. EURICO REZENDE - (Ditando)

"que, na gestão do Cel. Dagoberto Rodrigues as firmas representadas pelo declarante já operaram vendas de cem a cento e vinte milhões de cruzeiros."

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR - Quem representa essas firmas nas concorrências e nas coletas? O depoente pessoalmente?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO - Cada firma tem seu vendedor. Cada vendedor quer puxar a sardinha para sua firma. Embora eu seja o titular cada um procura prestar sua colaboração.

O SR. EURICO REZENDE - (Ditando)

"que não é o depoente quem diretamente combina e efetua as vendas, mas sim os vendedores das várias firmas do declarante que, assim, se esforçam em condições competitivas;"

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR - Quais são os vendedores dessas firmas?

O SR. JOSÉ LOFREDO - Não posso precisar todos os nomes. São: Eduardo Marques de Jesus, Orlando Vaz de Oliveira, Armando Juliano, Eduardo Marques, Rodrigues e Wilson.

O SR. EURICO REZENDE - (Ditando)

"Que o vendedor da firma Polido Mala chama-se Orlando Vaz de Oliveira, e os demais das outras firmas são Eduardo Marques, ..."

Armando Juliano, Rodrigues e Gilson, não se lembrando, no momento o depoente, das respectivas relações empagáticas."

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR - Quanto ganham esses vendedores?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO - Alguns deles, são, até, acionistas das firmas e Diretores, também.

O Orlando Vaz de Oliveira é, também Diretor da "Polido Mala", Eduardo Marques e Diretor da "Cruzador" e faz, também, a função de vendedor. Normalmente eles percebem salários entre Cr\$ 100.000,00 e Cr\$ 120.000,00 por mês, por retirada e um prêmio por ano.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR - Percentual - 3%, 5%

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO - Não, de acordo com o movimento eles são beneficiados como acionistas e têm participação em cada firma, de per si. Não há o fator de comissão a vendedor. Trabalham com salários fixos.

O SR. EURICO REZENDE - (Ditando)

"Que, ditos vendedores, recebem atualmente um salário que oscila entre Cr\$ 100.000,00 e Cr\$ 120.000,00 ..."

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO - Um pouco mais ou menos do que isso. Não posso estar certo.

O SR. EURICO REZENDE - (Ditando)

"... ou pouco mais ou menos, uns até acionistas e diretores, sendo que todos percebem, ainda, um prêmio com base na produção anual."

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR - Se as firmas do depoente tem fornecido uniformes e sapatos ao D.C.T. Em caso positivo, quantidades e preços.

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO - Uniformes, poucos.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR - Quantos, mais ou menos?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO - Talvez uns 300 ou 400 uniformes.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR - Preço, por unidade.

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO - A base de Cr\$ 8.000,00 a ... Cr\$ 9.000,00 por uniforme.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR - De carteiros?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO - De carteiros de contínuos. São mais ou menos sob medida e, inclusive, vendi na concorrência realizada em 1963, 13.000 pares de borzeguim. Esses 13.000 pares parece que foram vendidos a Cr\$ 2.200,00 o par de borzeguim e foram adquiridos no Curtume Santa Helena, em Belo Horizonte, ao preço, se não me falha a memória, de Cr\$ 1.580,00 mais 12% de imposto.

O SR. EURICO REZENDE - (Ditando)

"... que as Firms do depoente já venderam para o pessoal do D.C.T. (carteiros e contínuos) cerca de 300 ou 400 unidades, ao preço variável entre oito e dez mil cruzeiros cada uniforme; que igualmente vendeu sapatos tipo borzeguim, operação verificada em 1962 na quantidade de treze mil pares, ao preço de Cr\$ 2.200,00 o par, mercadoria essa adquirida ao Curtume Santa Helena, de Belo Horizonte, ao preço unitário na altura de Cr\$ 1.550,00, acrescidos da taxa tributária de 12% e do respectivo frete."

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR - Quais as especificações dos sacos de lona para cargas, largura e comprimento? E a que preço?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO - Tem quatro tamanhos: série "a", de 1,25x0,70, ao preço de Cr\$ 1.200,00 se não me falha a memória; série "b", de 1,00x0,70 ao preço de Cr\$ 1.080,00; e série "c", de 0,80x0,60, ao preço de Cr\$ 700,00 ou Cr\$ 800,00; e série "d", de 0,60x0,40, ao preço de Cr\$ 600,00.

O SR. EURICO REZENDE - (Ditando)

"... que as Firms do depoente já forneceram sacos para correspondência do D.C.T., mercadorias essas distribuída em quatro tipos, a saber: o tipo A, com as dimensões 0,25x0,70, ao preço unitário aproximado de Cr\$ 1.200,00; tipo B, com 1,00x0,70, de aproximadamente Cr\$ 1.080,00; tipo C, com 0,80x0,60, preço aproximado de Cr\$ 700,00 a Cr\$ 800,00, e tipo D com 0,60x0,40, ao preço unitário de Cr\$ 600,00."

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR - Quantas unidades de sacos de lona o senhor forneceu ao DCT, nestes últimos anos?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO - Em 1961, forneci 16 milhões; em 1962, parece que foram 30 milhões. Em 1963, não vendi nada.

Em 1961, a compra foi feita no tempo do Sr. Gustavo Borges. Mas, só recebemos o empenho em dezembro. O Tribunal de Contas demorou. Em 1962, parece que foi na casa dos 30 milhões.

O SR. EURICO REZENDE - (Ditando)

"Que, nos exercícios de 1961 e 1962, a representação comercial do depoente vendeu sacos postais no valor aproximado de Cr\$ 46.000.000,00; que, no corrente exercício, as firmas do depoente não venderam dita mercadoria ao DCT."

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR - O depoente apresentou uma relação de custo. Requereria a juntada ao processo.

O SR. EURICO REZENDE - (Ditando)

"... que, na oportunidade da resposta à pergunta anterior, o depoente, espontaneamente, apresentou dois documentos, relacionados com o fornecimento ao DCT de sacos de lonas, permitindo a sua juntada ao processo, o que se faz por despacho do Presidente;"

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR - Nas concorrências do DCT é exigida tradição para que delas se participe ou qualquer pessoa sem participação?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO - Qualquer pessoa pode participar.

O SR. EURICO REZENDE - (Ditando)

"que não é exigida a formalidade da tradição para que as firmas possam transacionar, quer em concorrência, quer em coleta de preços, com o DCT;"

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR - Além de sapatos, uniformes e sacos de lona tem fornecido outros materiais ao DCT?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO - Tem. Já expliquei que as outras firmas têm fornecido material de consumo habitual de correio: fios elétricos, elos, para sacos de correspondência, fios de cobre. Sérgio Vieira fornece papel.

O SR. EURICO REZENDE (Ditando)

"que, além de sacos de lona, uniformes e sapatos as firmas do depoente fornece também outras mercadorias ao DCT, entre as quais elos para os sacos de correspondência, fios e papéis de escritório;"

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR - Se pode informar as quantidades e valores desses fornecimentos.

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO - É difícil guardar. Mas poderia fornecer os dados logo mais.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR - Gostaria. Para a próxima semana.

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO - Dois não."

O SR. EURICO REZENDE - (Dito)

"que julga difícil no momento, o depoente, fornecer os dados relativos à quantidade e ao valor destas três últimas mercadorias, mas poderá fazê-lo após consulta aos seus arquivos e através de ofício dirigido à Comissão de Inquérito com todos os esclarecimentos, oferecimento desse que o Presidente da Comissão aceitou e espera que o deponente remeta, pro escrito, os desejados esclarecimentos."

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR - Os uniformes fornecidos pelas firmas do depoente são de cáqui ou de que fazenda?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO - Há de diversos tipos de fazenda. Para chofer, de brim pardo. Para carteiros, muitos poucos foram feitos, de brim pardo ou de serja azul-marinho.

O SR. EURICO REZENDE - (Ditando)

"que, quanto aos uniformes fornecidos, esses variam na sua cor e padronagem, informando o declarante que, com relação aos choferes, o uniforme é confeccionado em brim pardo;"

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR - V. Sª tem recordação das outras firmas concorrentes, nas coletas de preços ou nas concorrências públicas? Quais as firmas que participaram, concorrendo com a sua.

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO - Varia muito. Não posso precisar.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR - Cite algumas pelo menos.

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO - Moraes Alves, Dias Amorim, M. J. Estêves, J. R. Pires e outras.

O SR. EURICO REZENDE - (Ditando)

"que muitas firmas têm competido com as firmas do declarante nas concorrências e coletas de preços aqui referidas, lembrando-se no momento, de Moraes Alves, Dias Amorim, M. J. Estêves e J. R. Pires;"

O SR. PRESIDENTE - Tem a palavra o Senhor Senador Jefferson de Aguiar.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR - Tem conhecimento ou se lembra de venda de "Vespacar" ao D.C.T.?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO - Não.

O SR. EURICO REZENDE - (Ditando)

"Que o declarante não tem conhecimento de venda de "Vespacar" ao D.C.T.?"

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR - Quais são as relações do depoente com o Senhor Anibal Pereira, Diretor do Material do D. C. T.?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO - São boas. Eu o considero uma pessoa, que sempre me atendeu perfeitamente dentro da cortesia habitual. Só, posso talvez classificá-lo de amigo, porque não tenho nada que dizer contra ele.

O SR. PRESIDENTE - (Ditando)

"Que mantém boas relações com o Senhor Anibal Pereira, Diretor do Material do D. C. T., que tem recebido o depoente com a atenção costumeira e, por isso, pode considerá-lo como amigo;"

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR - As aquisições feitas pelo D. C. T. dependem exclusivamente do Diretor de Material ou são autorizadas pelo Diretor-Geral.

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO - Quanto a parte interna não posso entrar em detalhes mas, normalmente, todas as concorrências são feitas pelo Diretor do Material. Agora, se o Diretor Geral tem interferência des- conhecido, mas creio que não tem.

- O SR. PRESIDENTE — (Ditando).  
"Que de conhece se o Diretor Geral do D. C. T. tem interferência nos processos de compra de material; que sabe o depoente que esses processos são afetos diretamente ao Diretor do Material".
- O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Os pagamentos dependem do Diretor-Geral.
- O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Parece que é ele quem assina o cheque. Parece-me. O Tesoureiro e ele, mas não posso garantir.
- O SR. EURICO REZENDE — (Ditando).  
"Que parece ao declarante, e nesse sentido não pode garantir, que é o Diretor-Geral do D.C.T., secundado pelo Tesoureiro, quem assina os cheques."
- O SR. EURICO REZENDE — (Ditando).  
Quem assina os cheques relativos ao pagamento de fornecimentos de material.
- O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Tem algum crédito a receber no D. C. T.
- O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Talvez deva ter alguma coisa pequena no momento.
- O SR. EURICO REZENDE — (Ditando).  
"... que talvez ainda tenha o declarante crédito a receber no D. C. T., mas se o tiver será de pequena monta".
- O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Se fez algum fornecimento pessoalmente a alguns dos Diretores do D. C. T., se vendeu pessoalmente alguma coisa ao Diretor ou a altos funcionários do D.C.T.
- O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Nunca.
- O SR. EURICO REZENDE — (Ditando).  
"... que jamais vendeu qualquer coisa ao Diretor ou a servidores do D. C. T., pessoalmente considerados".
- O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Se esteve em dificuldades financeiras há alguns anos chegando a querer concordata preventiva ou medida judicial semelhante.
- O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Eu Não.
- O SR. EURICO REZENDE — (Ditando).
- "... que jamais cuidou de requerer qualquer concordata para qualquer de suas Firms".
- O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Se tem outra atividade, além da comercial.
- O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Não.
- O SR. EURICO REZENDE — (Ditando).  
"... que não tem nenhuma outra atividade profissional, a não ser a que se relaciona com as suas Firms".
- O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Se não é acionista de outras empresas.
- O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Sim. Sou acionista, mas pequeno, de outras Firms.
- O SR. EURICO REZENDE — (Ditando).  
"... que, sem maior significação econômica é acionista de várias Firms, além das mencionadas neste depoimento, lembrando-se, no momento, das seguintes: Manufatura Nacional de Plásticos, S. A.; Exposição-Clipper S.A. Sauma, Comércio Indústria de Locos, S. A.; Fornecedora de Tecidos
- S. A., Fiação e Tecelagem Itatiaia e outras pequenas, cujo nome não lembra no momento.
- O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Estou satisfeito, Senhor Presidente.
- O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Há um adendo, Senhor Presidente. Os números que eu falei podem sofrer retificação.
- O SR. EURICO REZENDE — (Ditando).  
Sugiro que seja fornecida uma cópia do depoimento a V. S<sup>a</sup>. Quanto a números e datas, se entender que deve prestar alguns esclarecimentos, V. S<sup>a</sup> pode mandar ofício para a Comissão. Quanto aos conceitos emitidos, V. S<sup>a</sup> não poderá retificar. Aliás, fizemos ressalva, quanto a essas datas e números, dizendo "aproximadamente". Compreendo que não é possível responder algumas vezes com precisão.
- O SR. PRESIDENTE — Então, está terminada a sessão. Agora, só em meados de janeiro.
- Agradeço ao depoente o comparecimento a esta Comissão e a colaboração prestada.
- (Encerrada às 12 horas e 40 minutos).



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XIX — N.º 22

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 31 DE JANEIRO DE 1964

## SENADO FEDERAL

### 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRA ORDINÁRIA DA 5ª LEGISLATURA

#### ATA DA 11ª SESSÃO, EM 30 DE JANEIRO DE 1964

**PRESIDÊNCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE, ARALBERTO SENA E GUIDO MONDIN.**

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores:

Adalberto Sena — Arthur Virgílio — Sigefredo Pacheco — Menezes Pimentel — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — João Agripino — Rui Palmeira — Herbaldo Vieira — Aloysio de Carvalho — Aurélio Vianna — Gilberto Marinho — Milton Campos — Padre Calazans — Moura Andrade — Pedro Ludovico — Adonilo Franco — Melo Braga — Antonio Carlos — Guido Mondin. — (20).

#### O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Senhores Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior que é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

#### EXPEDIENTE

Resposta a pedido de informação encaminhado pelo Senado:

Aviso nº GB-27, de 27 de janeiro, do Sr. Ministro da Fazenda, com referência ao Requerimento nº 633, de 1963, do Sr. Senador Vasconcelos Torres.

#### Parecer nº 4, de 1964

PARECER Nº 4 DE 1964

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1963 (nº 13-A-63, na Câmara dos Deputados).

**RELATOR; SR. PADRE CALAZANS:**

(Relator: Sr. Padre Calazans)

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1963 (nº 13-A-63, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção relativa à troca Internacional de Publicações adotada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura,

em sua décima sessão, celebrada em Paris, de 4 de novembro a 5 de dezembro de 1958.

Sala das Sessões, em 29 de janeiro de 1964.

*Dix Huit Rosado*, Presidente. — *Padre Calazans*, Relator. — *Lobão da Silveira*.

#### ANEXO AO PARECER Nº 4-63

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 36 de 1963 (nº 13-A-63, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66.º nº I, da Constituição Federal e eu,

Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte.

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº ... DE 1964.

*Aprova o texto da Convenção relativa à troca Internacional de Publicações adotada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em sua décima sessão, celebrada em Paris, de 4 de novembro a 5 de dezembro de 1958.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto da Convenção relativa à troca Internacional de Publicações adotada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura em sua décima sessão, celebrada em Paris, de 4 de novembro a 5 de dezembro de 1958.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

#### Parecer nº 5, de 1964

Redação do vencido em primeiro turno. Projeto de Lei do Senado nº 14, de 1963.

**RELATOR: SR. PADRE CALAZANS:**

A Comissão apresentada a redação do vencido em primeiro turno do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 1963, que dá nova denominação aos cargos isolados, de provimento efetivo,

do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores de "Ministros para Assuntos Econômicos".

Sala das Sessões, em 29 de janeiro de 1964. — *Dix Huit Rosado*, Presidente; *Padre Calazans*, Relator; *Lobão da Silveira*.

#### ANEXO AO PARECER Nº 5-64

Redação do vencido em primeiro turno. Projeto de Lei do Senado nº 14, de 1963 que dá nova denominação aos cargos isolados, de provimento efetivo, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores de "Ministros para Assuntos Econômicos".

O Congresso Nacional decreta,

Art. 1º. Os cargos isolados, de provimento efetivo, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, de "Ministros para Assuntos Econômicos", passam a denominar-se "Ministros de Assuntos Econômicos".

Art. 2º. Os Ministros de Assuntos Econômicos serão nomeados pelo Presidente da República depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. A Presidência deferiu, hoje, o Requerimento nº 8, de 1964, apresentado ontem pelo qual o Sr. Senador Aarão Steinbruch solicita informações a serem prestadas Sr. Ministro da Aeronáutica. (Pausa).

Sobre a Mesa comunicação que vai ser lida.

É lida a seguinte

#### COMUNICAÇÃO

Brasília, 29 de janeiro de 1964. Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, de acordo com o disposto no art. 38 do Regimento Interno, me ausentarei do País, pelo prazo de trinta dias, aproximadamente, a partir do dia 3 de fevereiro do corrente ano, a fim de participar da 3ª Conferência Interparlamentar Americana, a realizar-se em Washington.

Atenciosamente, *João Agripino*.

O SR. PRESIDENTE:

A comunicação lida vai à publicação.

Há oradores inscritos. Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho.

O SENHOR SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIÁ DISCURSO QUE, ENTRE-QUE A REVISÃO DO ORADOR SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a nova do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES:

(Não foi devido pelo orador Senhor Presidente, senhores Senhores, venho neste instante, de público pedir a intervenção no SAPS, Serviço de Atendimento da Previdência Social, onde se verificam grandes escândalos e malfeitorias e sucedem a cada momento. Não vai dar um trocadilho, porque se o fizesse seria não para sorrir, mas para chorar. Na hora em que se apontam "comidas" na PETA BRAS, já também o SAPS, órgão encarregado da fiscalização, é susceptível de acusações. E' o SAPS dirigido por elementos irresponsáveis, alguns tão "pobres" que inclusive, fichados nos cadastros policiais de vários Estados.

Já fiz um requerimento de informações sobre a ladroagem que mepeando no SAPS em todo o Brasil.

O Sr. Melo Braga — Peço a Vossa Excelência um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Pois não.

O Sr. Melo Braga — Solicito a V. Exª que ressalve o Estado do Paraná com referência ao SAPS. Segundo consta, é a única Delegacia, não deficitária, onde amais houve inquérito administrativo e dirigida honestamente por um companheiro nosso, o Senador Amaury Oliv.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Ressalvo, a seu pedido, o SAPS do Paraná. Efetivamente, desconheço o que vai por aquela Delegacia. Reveria-me ao SAPS em conjunto. Quanto ao da Guanabara e o de outros Estados, posso alar. Também quanto à Diretoria de Atendimento do SAPS. Esta sei que é dirigida por um comissário falido no Rio Grande do Sul que, segundo informações exige propinas para sempre apresentação de um requerimento de concorrência. E' de se esperar pois



# EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO FERREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

### ASSINATURAS

#### REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 50,00
Ano .....	Cr\$ 96,00
Exterior	
Ano .....	Cr\$ 136,00

#### FUNCIONARIOS

Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 39,00
Ano .....	Cr\$ 76,00
Exterior	
Ano .....	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

... de diferente da Decretal de ...  
... porque o Sr. Ministro Amaro ...  
... de ...  
... em que o Sr. ...  
... dirigido por um ladrão, ...  
... em ...

O Sr. Melo Braga — Permite-me ...  
... informar, ainda, a V. Excelên- ...  
... de ...  
... da ...  
... há mais de dez ...

O Sr. Vasconcelos Torres — ...  
... o Sr. Melo Braga, não estou ...  
... e ...  
... em ...  
... e ...  
... Sr. Alberto Carneiro ...  
... tem ...  
... de ...  
... em ...  
... a ...  
... de ...  
... e ...  
... Sr. Alberto Carneiro ...  
... tem ...  
... de ...  
... em ...  
... a ...  
... de ...  
... e ...  
... Sr. Alberto Carneiro ...  
... tem ...  
... de ...  
... em ...  
... a ...  
... de ...  
... e ...

Voltando aos escândalos sucessivos ...  
... do SAPS desde a compra de várias ...  
... de ...  
... e ...  
... do SAPS em ...  
... do Brasil; as dezenas de toneladas de ...  
... para o ...  
... e que ...  
... já ...  
... de deterioração.

As informações que ...  
... do atual Presidente do SAPS, ...  
... Sr. Alberto Carneiro impõe a ...  
... de ...  
... e ...  
... para os Delegados ...  
... que ...  
... de ...  
... de qualquer ...  
... a ...

Há o inquérito sobre a compra vul- ...  
... de batata também estragada, ...  
... sindicância inexplicavelmente ...  
... Os ...  
... denunciaram essa ...  
... foram ...  
... para ...  
... de lugares onde ...  
... residem.

O atual Delegado da Guanabara ...  
... segundo informes que me foram ...  
... — é elemento comprometi- ...  
... em ...  
... inclusive no de tecidos, tendo sido ...  
... pedida sua demissão no Governo ...  
... Quadros. E o inquérito respec- ...  
... fo inexplicavelmente engavetado. ...  
... Todos os processos referentes a ...  
... compras irregulares e desvios de ...  
... do órgão central foram arqui- ...  
... vados, e o Diretor Geral do Depar- ...  
... tamento há pouco, é comerciante ...  
... em Porto Alegre, cuja firma funcio- ...  
... na com o nome de Sociedade ...  
... Comercial Citran Limitada. ...  
... sobre esse cidadão graves acusações ...  
... de antigos administradores do Depar- ...  
... tamento que dirige inclusive por ...  
... gir a percentagem de 10 para que ...  
... pelo menos o requerimento seja ...  
... cebido, para ser apreciado no De- ...  
... partamento de Abastecimento.

Sr. Presidente, não bastasse essa ...  
... série terrível de acusações que faço ...  
... no dia de hoje — e procedo dezo ...  
... dize, como verdadeiros trabalha- ...  
... porque é hora de se dizer à Nação ...  
... que, enquanto o Presidente João ...  
... Goulart, no sacrifício ininterrupto de ...  
... sua atividade, procura resolver os ...  
... problemas difíceis da Administração. ...  
... Alguns elementos, trazindo sua ...  
... coroa, foram apenas ao enriqueci-

mento ilícito, como vimos no caso ...  
... da Petrobrás e agora estamos ven- ...  
... do e documentando no ...  
... do SAPS, cujo serviço, destinado à al- ...  
... mentação do trabalhador em ...  
... outras aquisições faz principalmente a ...  
... de latarias, e não a de gêneros ali- ...  
... mentícios. Adquiriam também Sr. ...  
... Presidente, toneladas e toneladas de ...  
... perfumes, para serem vendidos nas ...  
... agências do SAPS em todo o Brasil. ...  
... E' de estarrecer.

Tomando conhecimento dessas ir- ...  
... regularidades, não poderia deixar de ...  
... trazê-las a público, justamente para ...  
... dizer, que nós, do Partido Trabalhista ...  
... Brasileiro — pelo menos assim o ...  
... entendo — seremos os primeiros a ...  
... apontar esses ladrões do povo que ...  
... estão ilaqueando a boa fé do Presi- ...  
... João Goulart.

E' por isso que peço a intervenção ...  
... das Cortes Públicas e, em segui- ...  
... da, a demissão desses elementos, que ...  
... dificilmente poderão explicar as ori- ...  
... gens das fabulosas fortunas que ...  
... amparam.

O Sr. Aurélio Viana (Com assen- ...  
... timento do orador) — A Nação in- ...  
... teira vem tomando conhecimento ...  
... dessas denúncias, proferidas, da tri- ...  
... buna do Senado, por elementos por- ...  
... tificários do atual Presidente da Re- ...  
... pública. Ouvimos, há poucos dias, a ...  
... denúncia de escândalos terríveis no ...  
... Banco de Crédito da Amazônia. Es- ...  
... sas denúncias foram proferidas, por ...  
... um correligionário do Presidente ...  
... João Goulart, V. Exa. hoje, profe- ...  
... re palavras consubstanciais acusa- ...  
... ções tremendas e dilapidadoras pú- ...  
... blicas.

O Sr. Vasconcelos Torres — E docu- ...  
... mentadas em processos. ...  
... O Sr. Aurélio Viana — V. Exa. de- ...  
... clara que são denúncias documenta- ...  
... das em processos. Há um grupo, en- ...  
... tão, que vem ilaqueando a boa fé do ...  
... Governo da República.

O Sr. Vasconcelos Torres — ...  
... Exato.

O Sr. Aurélio Viana — Então, o ...  
... Presidente da República vem sendo ...  
... negando, ludibriado. O grupo de ...  
... elementos sobre a idoneidade de ...  
... aqueles que deveriam assumir e que ...  
... assumem postos importantes neste ...  
... país, esse grupo vem ludibriando, en- ...  
... garando e ilaqueando o Governo da ...  
... República.

O Sr. Vasconcelos Torres — ...  
... Homem indubitavelmente honra- ...  
... do, e disso dá testemunho toda a Na- ...  
... ção, quero frisar apenas, para conti- ...  
... nuar a observação de V. Exa. que a ...  
... boa fé do Sr. João Goulart tem sido ...  
... ilaqueada. O Presidente da Repúbli- ...  
... ca não pode ser onipresente; baseia- ...  
... se em infor ser que lhe são trazidos. ...  
... Acho que este é o pensamento de V. ...  
... Exa. Recebendo eu essas denúncias, ...  
... como Senador não vou encaminhá- ...  
... las a um Gabinete. E' desta tribu- ...  
... na, que, ressaltando a posição do ...  
... Presidente da República venho de- ...  
... nunciar esses marotos, esses ratos, ...  
... ainda em tempo de serem punidos. ...  
... para que o Sr. João Goulart não seja ...  
... vítima, como outro foi, do mar de ...  
... lama que corria sob seu palácio, sem ...  
... que o subesse.

Agora, porém, temos o radar de ...  
... uma sensibilidade maior, para afir- ...  
... mar que esse mar de lama pode ser ...  
... contido, afastado. Por isso, com a ...  
... responsabilidade de correligionário e ...  
... de independência indiscutível e inezá- ...  
... vel, venho pedir a intervenção na- ...  
... cional e, em seguida, após in- ...  
... quérito que corrobore a irregularida- ...  
... de denunciada, a demissão desses ...  
... conselheiros do Serviço de Alimen- ...  
... tação da Previdência Social.

O Sr. Aurélio Viana — Quero, jus- ...  
... tamente, solicitar que V. Exa. inclu- ...  
... a denúncia aqueles que estão infor- ...  
... mando muito mal o Presidente da ...  
... República, já que V. Exa. declara, ...  
... aberta, clara e peremptoriamente,

que S. Exa. nenhuma culpa tem pelos ...  
... atos praticados por esses auxiliares ...  
... diretos de sua administração. Desejo ...  
... também concordar com V. Exa. em ...  
... que há um grupo de informantes que ...  
... vem prejudicando o País. Quase ...  
... são ...  
... estes informantes? Há um grupo que ...  
... minha nomeia V. Exa. aponta a ...  
... opinião pública do País.

O Sr. Vasconcelos Torres — ...  
... Homem do SAPS, falidos, alguns pro- ...  
... cedidos por emissão de cheques sem ...  
... fundos.

O Sr. Aurélio Viana — Há elemen- ...  
... tos, inclusive, processados. O Sr. Pre- ...  
... sidente da República está então no- ...  
... mendo elementos processados; logo, ...  
... há um grupo que está prejudicando ...  
... o País, atuando contra o Presidente ...  
... da República, apresentando como idô- ...  
... neos indivíduos sem idoneidade ne- ...  
... nhuma. Note V. Exa. que não tenho ...  
... documento algum, estou apenas apa- ...  
... reitando V. Exa. porque a questão é ...  
... muito grave, pois as denúncias são ...  
... em série. Quase que semanalmente ...  
... um Senador-governista vem à tribu- ...  
... na para denunciar escândalos, escân- ...  
... dalos que abalariam os fundamentos ...  
... de qualquer governo em qualquer país ...  
... responsável. Então, volto à carga: ...  
... quem são esses elementos que, em ...  
... prejudicando o bom nome do Presi- ...  
... dente da República, em última aná- ...  
... lise prejudicam a Nação brasileira, ...  
... prejudicam o País e impedem o seu ...  
... desenvolvimento? V. Exa. citou o ca- ...  
... so da Petrobrás. O inquérito está cor- ...  
...rendo ou devia ser iniciado. Um ou- ...  
... tro inquérito administrativo tem à ...  
... sua frente o Engenheiro Hélio de Al- ...  
... meida, ex-Ministro da Viação e Obras ...  
... Públicas. V. Exa. considera o caso ...  
... da Petrobrás um outro grande es- ...  
... cândalo. Mas, volto novamente à car- ...  
... ga: se o Presidente da República não ...  
... é responsável direto, se tem que acre- ...  
... ditar em alguém, se acredita num ...  
... grupo de informantes, então esse gru- ...  
... po é constituído de pessoas idôneas, ...  
... capazes, ou de pessoas inidôneas, ...  
... incapazes moralmente? É uma interro- ...  
...gação que fica.

O Sr. Vasconcelos Torres — ...  
... Posso responder a V. Exa. com o ...  
... motivo que justifica a minha presen- ...  
... ça na tribuna. No caso específico da ...  
... denúncia à Nação, sobre as rouba- ...  
... lhas e as ladrações do SAPS, que- ...  
... ro dizer-lhe que o Conselho, o seu ...  
... Presidente, tem autonomia para no- ...  
... mear os seus subordinados. No caso ...  
... específico do Diretor do Abasteci- ...  
... mento, comerciante falido do Rio ...  
... Grande do Sul, foi nomeado dentro ...  
... da chamada autonomia administra- ...  
... tiva, sob a responsabilidade exclusiva ...  
... do Sr. Alberto Carneiro, envolvido, ...  
... equi, nos escândalos de Cópua e Cápua ...  
... e sobre quem pesam graves acusa- ...  
... ções.

Quando à outra observação de V. ...  
... Exa. de que há informantes inidô- ...  
... neos, certo, em parte, porque decor- ...  
... re de uma contingência. Humana é ...  
... que tal é a tarefa do Sr. Presidente ...  
... da República, tão pesada e tão dura, ...  
... que, às vezes, tem encontrado, na- ...  
... queles que S. Exa. julga como amigos, ...  
... os piores inimigos, porque não são ami- ...  
... gos nem do Presidente nem mesmo ...  
... do Brasil.

No caso do SAPS — V. Exa. assim ...  
... como a Casa testemunharam — não ...  
... ficou apenas em generalidades, mas ...  
... mencionou o nome do Sr. Alberto Car- ...  
... neiro que, aliás, também se assina ...  
... com outros nomes. Assim também ci- ...  
... tei os nomes dos Srs. Uliêda Cintra ...  
... e Frustão Villela Cardoso Tenho, tam- ...  
... bém, os números dos processos enca- ...  
... minhados ao Ministério do Trabalho ...  
... — 11.657-63 e 21.373-63 — ambos re- ...  
... ferentes à compra de gêneros alimen- ...  
... tícios como batata, salame e macarã- ...  
... ão, já deteriorados, comprados no ...  
... refúgio de firmas vendedoras e enca- ...  
... minhados às agências e delegacias do ...  
... SAPS, para a venda ao público.



O Sr. Melo Braga — V. Exa pode acrescentar o caso do feijão, também deteriorado, para o qual não pôde ser encontrado comprador no mercado comum.

O SR. VASCONCELOS TÔRRES — Muito obrigado pela colaboração de V. Exa. Estava justamente no primeiro item, mas existem outros itens contendo outros números de processos. Mas quando esses processos começam a ser encaminhados, a força de corrupção no SAPS é tão grande que se procura atenuar desta ou daquela maneira.

O Sr. Aurélio Viana — O Ministro Amaury Silva já tomou conhecimento dessa denúncia? Ela é de 1963. Pergunto se S. Exa. já tomou providências.

O SR. VASCONCELOS TÔRRES — Quero dizer a V. Exa., dentro do assunto, que as suas perguntas são interessantes, porque estas acusações são terríveis, e feitas sob a responsabilidade de um correligionário do Presidente da República que quer servi-lo, e que entende que a melhor maneira de ajudar um país é dizer a verdade, e não calar quando surge o escândalo. Neste caso, sei que S. Exa. há de tomar drásticas providências porque tudo que foi apontado por mim facilmente se comprova.

Quero dizer que o Ministro Amaury Silva, nosso prezado colega.

O Sr. Melo Braga — S. Exa assumiu em junho de 1963

O SR. VASCONCELOS TÔRRES — Exatamento, Senador Melo Braga. O Ministro Amaury Silva recebeu esses processos e encaminhou-os ao Chefe de Gabinete Dr. Hugo Castelo Branco. Este tomou uma providência, que, até que se prove o contrário, para mim é suspeita, qual a de sustar o inquérito contra as determinações expressas do nosso prezado colega Ministro Amaury Silva. O Dr. Hugo Castelo Branco há muitos anos que pretendia, sem ter conseguido fazer delegerado do SAPS, em Minas Gerais, candidato seu.

Esta a informação precisa incontestável que tenho até que o Dr. Hugo Castelo Branco prove o contrário, o que não pode ser feito por palavras porque não poderá com palavras desfazer as informações objetivas que posso conseguir afinal designar candidato seu, pessoal, o Sr. Milton Barros, para a Delegacia do SAPS em Minas Gerais.

O Sr. Aurélio Viana — Permite V. Exa. mais um aparte? (Assentimento do orador) — Que fez o Ministro Amaury Silva, diante da atitude de seu chefe de Gabinete?

O SENHOR VASCONCELOS TÔRRES — Se a minha denúncia for comprovada, o Ministro Amaury Silva estará sendo vendido dentro de seu próprio Gabinete. E' como aquele caso contado pelo saudoso Luis Edmundo em "O Rio de Janeiro do meu tempo": quando se combatia o jôgo do bicho havia um comissário da absoluta confiança do chefe de Polícia. Era homem de honradez e toda prova de integridade indiscutível. Qual não foi a surpresa do chefe de Polícia quando ao passar pela Rua do Ovidor encontrou justamente o encarregado de cumprir a continuação fazendo a sua feitura. Pareceu-me esse dessa natureza.

Não tenho nada contra qualquer desses nossos Sr. Presidente. Não pedi qualquer favor ao Diretor do SAPS o Dr. Hugo Castelo Branco e o conceito de referência não identifica sua fisionomia, sei apenas seu nome.

Trazendo as denúncias, os elementos apontados poderão defender-se. Dificilmente se defenderão, evidente-

mente. Mas estão agindo de maneira solerte, que vem criando no País uma irrespirável atmosfera de escândalos. O SAPS está com esse tumor que vem de ser rasgado por mim, neste instante, com as informações que anteriormente pedi e com as que hoje vou encaminhar a Mea, no sentido de obter esclarecimentos não apenas sobre esse processo, mas sobre outros também.

A unanimidade existente em torno do Partido Trabalhista Brasileiro, neste caso, é que o próprio TIB de Santa Catarina, todo etc., por intermédio do Deputado Estadual Agostinho Magnoni, fez denúncias ainda mais terríveis do que estas que estou formulando, no dia de hoje à Nação Brasileira.

O Sr. Aurélio Viana, — Quando foram formuladas as denúncias desse Deputado de Santa Catarina?

O SR. VASCONCELOS TÔRRES — Tenho o número dos processos apenas com o ano. Entretanto devo tê-los em mãos na semana vindoura.

O Sr. Aurélio Viana — Com a data das denúncias?

O SR. VASCONCELOS TÔRRES — Os dois processos, são de 1963; sei que um vem de 1962, tem o número 28.970-62.

E paralelamente a isso, Senador Aurélio Viana há o caso de um cidadão, por exemplo, que participou à custa do SAPS de uma Conferência Internacional de Hospitais, realizada em Paris em julho último com a gratificação de Cr\$ 1.250.173,00, além da passagem de ida e de volta.

Trata-se do Procurador Advogado Lélcio Aloisio Matos Santos que compareceu a uma conferência sobre hospitais, em Paris. E' evidente que alguns advogados entendem os problemas de hospital do ponto de vista social, mas, ir como delegado do S A P S. Órgão que, por si só não pode delejar poderes a representantes. Quem delega poderes é o Executivo através de ato do Presidente da República.

Sr. Presidente como o Senado vai ouvir dentro em pouco o discurso do eminente e honrado Líder do Partido Trabalhista, eu próprio não avancei no seu tempo, porque Sua Exa. dispôs dos minutos necessários à plena explanação do que lhe trará à Tribuna — quero, ao encerrar estas minhas palavras pedir à público a imediata intervenção no S A P S., com o indispensável processo para a demissão, a bem do serviço público comprovadas as denúncias que faço, dos nomes aqui apontados. Estou certo de que não estou sendo injusto, porque jamais cometera a levandade, a insensatez, a temeridade de tratar de um assunto desta responsabilidade para, amanhã ser apontado como senador que se move por impulsos e não filtra as notícias.

Tenho estas informações há muito tempo e só depois de amplas pesquisas é que só depois de tornando públicas, denúncias que dificilmente serão jogadas por terra.

O Sr. Aurélio Viana — Permite V. Exa um aparte. Com o sentido de esclarecer, quero declarar, e a quem não sabem das coisas, que os objetivos de minhas intervenções, durante o curso de V. Exa que se proferem louvores aqueles partidários do Governo que, através de denúncias, suas mentadas apresentam à Nação Brasileira a natureza de factuais de lapidação dos direitos públicos não colaboram com o Sr. Presidente da República. Não fazer o papel da Oposição, neste caso, e não se estiver ausente ou praticamente ausente, fazer o papel de colaborador, de colaboradores que desejam que o Presidente da República tenha o

seu nome sempre à altura do cargo que exerce. Com este último aparte coloco bem clara a minha posição. Não estou criticando V. Exa. em um aparte, estou procurando ser esclarecido o fim de tomar uma posição.

O SR. VASCONCELOS TÔRRES — Perfeito.

Isto representa um conforto para mim. Não indispensável, esta posição que V. Exa reconhece a obrigação moral, de se apresentar para com aquele a quem se pretende poupar. Agraciar as palavras finais de V. Exa e agradecer com entusiasmo e um julgamento de minha presença na tribuna, através de atos tão escaços para a Nação Brasileira que necessariamente têm de ser tratados, porque foi na base que o povo de meu Estado me mandou para aqui.

O Sr. Melo Braga — Permite Vossa Exa um aparte?

O SR. VASCONCELOS TÔRRES — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Melo Braga — Senador Amaury Silva, por certo, não deixará de tomar todas as providências com o rigorismo necessário, no sentido de purgação das responsabilidades. Ao mesmo tempo, informo a V. Exa que já em 1959, quando o S A P S existiam 135 inquéritos em andamento. Era todo aquele órgão, ou o ninho de gatos que hoje conhecemos o Sr. Ministro Amaury Silva, tenho certeza absoluta, não se deixará levar por aflições pessoais e simpatias de venham a qualquer bandeira.

O SR. VASCONCELOS TÔRRES — Faço minhas as palavras de V. Exa, Excelência, porque sou o primeiro a proclamar a liberdade e a administração a competência, no caso digno colega, Amaury S.

Tomando conhecimento aqui, de público, dessas denúncias — porque os processos não poderiam chegar ao seu conhecimento somente através de expedientes denunciados — tenho certeza de que S. Exa. tomará todas as providências que o caso exige. V. Exa. o elogio como correligionário e como amigo; faço questão igualmente de elogiar-lo ainda como adversador, porque S. Exa. tem sido, negavelmente, um dos melhores Ministros do Trabalho que o Brasil teve nestas últimas décadas. Vigilante, competente e ate com sacrifício, da própria saúde, do que posso dar testemunho, porque seguidamente tenho acompanhado S. Exa. A ressalva é desnecessária, mas foi apenas para sublinhar a minha atitude em relação ao prezado colega. Confio integralmente em que S. Exa. o Senador Amaury Silva agirá como deve. A única divergência que tenho para com as palavras de V. Exa é que V. Exa falou em ninho de gatos e me refiro a ninho de ratos. Quero que apareçam bastante gatos neste ninho de ratos, para que esses ratos que engordam à custa do contribuinte da previdência social tenham o destino merecido; a demissão ou a cadeia.

Pêz bem V. Exa. nas suas palavras finais, em provocar a minha conceituação a respeito desse grande colega que, na Câmara dos Deputados soube e sabe honrar, como é o feito de V. Exa, atento a esse problema e me restando informações, porque vejo haver no caso uma vigilância mala direta em torno do SAPS, pelo menos quando se refere ao número de processos existentes no SAPS. Esses processos terão que andar para que o inquérito não seja desmoralizado.

Na hora da denúncia ou do fato grave, a primeira providência será a abertura de um rigoroso inquérito. Depois todos confiam em que a memória do povo é fraca. Tudo se esquece e passa, como naquela frase

ignora de Lincoln — "e isto também passará". Este caso, porém, não poderá passar, já que a Nação brasileira passou a tomar conhecimento por meu intermédio, das falcatruas e roubalheiras que estão sendo levadas a efeito no Serviço de Abastecimento da Previdência Social.

Espero breve constatação para sem parti pris, sem espírito preconcebido, voltar à tribuna, onde continuarei a debater este assunto tão grave para a conjuntura política que estamos vivendo. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Arthur Virgílio, como Líder da Maioria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO:

(Como Líder da Maioria. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, este plenário quase vazio, denunciando a indiferença dos membros do Congresso para com esta convocação, denominada "vigília cívica", este plenário, onde se nota a ausência da maioria dos membros desta Casa, revela a sensibilidade política dos nossos homens públicos.

Temos registrado na evolução democrática deste País que todas as vezes em que há de fato necessidade de vigilância do Congresso, na defesa das instituições democráticas, todas as vezes em que há necessidade de se cravarem nesta e na outra Casa lutas pela preservação do regime, o comparecimento ao Senado e à Câmara atinge um número avultado, para que cada um, no exercício da missão que o mandato lhe atribui, cumpra o seu dever.

Desse feita, porém, o Congresso sentiu que não havia necessidade alguma de vigília que não havia nenhuma alguma da parte do Governo quanto às instituições e Deputados e Senadores foram, de início, passar as férias de fim de ano com suas famílias e agora, ausentes, prepararam-se para a festa, muito brasileira do Carnaval.

E' de registrar isto Sr. Presidente, porque esta convocação teve apenas aspecto político, meramente político, meramente de inspiração política visando a apresentar o Senhor Presidente da República perante a opinião pública como imbuído de pronósticos aentóricos ao regime à legalidade constitucional.

Mas mesmo aqueles que proporcionaram a vigília cívica, mesmo aqueles que fizeram esta convocação estão contribuindo para que haja apenas a virelha dos ausentes, a vigília da omissão, a vigília da indiferença.

Não digo Sr. Presidente, que não haja necessidade de uma vigília mas esta vem sendo feita pelas autoridades às quais incumba assegurá-la. E' a vigília dos homens da segurança deste País; é a vigília das Forças Armadas; é a vigília do Exército da Aeronáutica, da Marinha contra uma conspiração que de fato existe uma terrível conspiração contra a ordem constitucional. Entretanto essa conspiração não parte, absolutamente, do Governo. E' uma repetição histórica; ela tem similares no passado; ela traz ensinamentos de anos anteriores quando esta Nação também foi atingida como nestes dias de forma preconcebida, estudada e meticulosamente por onda de agitação visando sobretudo a impedir que o Brasil se proleite como Nação economicamente emancipada, politicamente livre. E' de fato Sr. Presidente a conspiração que existe e que se desata nesta hora, como em 1945 após a criação de Volta Redonda como em 1954, após a criação da Petrobrás e após todas aquelas medidas impulsivas por Getúlio Vargas, objetivando estruturar eco-

nômica este País, dar-lhe consistência econômica, de molde a livrá-lo das peias colonialistas que ainda hoje o emperram, afirmando-o como Nação capaz de falar de igual para igual com os povos desenvolvidos do mundo.

Repete-se, hoje, a conspiração do anti-Brasil, a conspiração do anti-progresso, a conspiração do anti-povo, a conspiração que não deseja que esta Nação se liberte dos grilhões que a jergem a interesses que não são os nossos; que esta Nação se livre dessa submissão econômica que impede o seu progresso, o seu crescimento, que impede a liquidação da miséria, da fome dentro de suas fronteiras.

Notem os Senhores Senadores o vulto que tomam as acusações nesta hora, contra o Governo; notem as agitações em áreas sobejamente conhecidas deste País.

Note-se a linguagem de jornais que estão identificados com interesses antibrasileiros. Note-se o pronunciamento de homens públicos, inclusive com assento no Congresso mas que exercem seu mandato para defender tudo menos o que interessa ao Brasil, ao povo. Note-se, Sr. Presidente, essa linguagem e vamos identificar sua origem na regulamentação da lei de remessa de lucros, no monopólio da importação de óleo cru, em outras medidas de caráter brasileiro que vêm sendo tomadas pelo Governo, no objetivo de alcançar a redenção econômica da nossa Pátria.

Levanta-se a onda: é um jornalista que escreve numa revista de grande circulação, a respeito do "silêncio das Forças Armadas", notadamente do Exército. É um vespertino carioca que fala numa "situação que não pode continuar". É o diretor de um jornal de São Paulo qual pitonisa a antever a amputação do mandato presidencial, violando o prazo determinado pela Constituição. São governadores de Estado, numa linguagem que ofende a convivência federativa, a pregar abertamente a subversão, a rebelião.

É necessário, Sr. Presidente, que o povo confronte os dados históricos. É necessário que o povo identifique perfeitamente os homens que falam nesta hora em subversão e agitação ameaçando o regime como o fizeram aqueles homens de 1945 e de 1954 eternos inimigos da nossa emancipação econômica, presos ao interesse de dois fatores de atraso e impedimento do progresso brasileiro: o imperialismo econômico e o latifúndio.

Note o povo brasileiro, a fim de bem ajuizar das denúncias que se fazem a respeito de armas que seriam entregues a sindicatos, fato que constitui levianidade inominável. Lângam ou tentam lançar o pânico nesta Nação que tanto precisa de tranquilidade, paz e ordem para enfrentar os seus problemas.

O Presidente de um grande partido a União Democrática Nacional agravação de responsabilidade no processo democrático brasileiro, repellido na Câmara dos Deputados e agora por mim, aqui, no Senado, não exibiu nem exibirá provas documentadas da sua grave acusação.

O Sr. Adolpho Franco — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Venha a esta Casa, V. Exa., com a autoridade sincera e o prestígio de seu nome, repetir o que se disse na Câmara dos Deputados, na semana passada. A Maioria entrevista concedida em São Paulo, do eminente Presidente de nosso Partido, Deputado Bilac Pinto, revelou destacar apenas um ponto de lei exigindo que fornecesse provas: a entrega de armas a Sindicatos. A lei processual diz que são indícios que

independem de provas. A Maioria, entretanto, se esquece de outras acusações feitas pelo Deputado Bilac Pinto, inclusive a de se estar preparando no Brasil não um golpe, mas uma guerra revolucionária. E quem o afirma são homens do Conselho de Segurança Nacional, são Oficiais de nossas Forças Armadas em trabalhos publicados às expensas do Governo; quem o afirma, Senador Arthur Virgílio é a onda de corrupção que avassala o País, e tal forma que o próprio Vice-Líder da Maioria, o eminente Senador Vasconcelos Torres, nos traz, hoje, um exemplo com o escândalo do SAPS. Um Governo que efetivamente consente nesta corrupção está efetivamente contribuindo para a revolução, para a subversão da ordem democrática no País.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Eminentíssimo Líder Adolpho Franco: nós da Maioria não excluimos as cutras acusações do Presidente da União Democrática Nacional — nós as examinamos uma a uma e não encontramos consistência em nenhuma delas. Se destacamos a referente à distribuição de armas aos sindicatos é porque ela se reveste de caráter mais grave, de uma ameaça eminente à ordem pública e à tranquilidade deste País. Estávamos, pelo menos, esperando que o cidadão investido nas altas responsabilidades de Presidente do maior Partido opcionista brasileiro dispusesse de um mínimo de elementos probatórios para dar consistência à sua pública declaração.

O Sr. Adolpho Franco — Permite V. Exa. outro aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Com muito prazer!

O Sr. Adolpho Franco — Não é só a declaração do nosso Partido: é também a do Governo do Rio Grande do Sul, por dois de seus secretários ilustres, alás, membros do Partido Social Democrático, que compõem a maioria nesta Casa.

Fizeram eles a mesma declaração dizendo que há no Rio Grande do Sul o plano de um movimento revolucionário. O Governo recebendo essa declaração tinha o dever e obrigação de mandar instaurar um inquérito para apurar a verdade dos fatos. Não se devia acusar o Professor Bilac Pinto como um falso denunciante sem categoria, e sim aceitar a denúncia de um Partido nacional e mandar averiguar e apurar os fatos com a mais rigorosa exatidão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Meu nobre colega, V. Exa. lembrou bem a "conspiração" de Passo Fundo. Devo declarar que não houve neste País pibéria maior lançada à face do povo. Quem leu no O Globo aquele "manifesto revolucionário, aquele plano revolucionário, e quem não tem a mentalidade do Almirante Heek, do Almirante Pena Brta ou do Governador Carlos Lacerda, terá dado, certamente, gargalhadas.

Terá considerado apenas rísculo o plano; terá apenas entendido que aquilo é uma peça, peça do conjunto do ardis e farsas que se preparam neste País, tentando tolher o processo histórico, tentando impedir o seu desenvolvimento econômico, com a finalidade de amprar interesses antinacionais implantados em território pátrio.

Esta, a grande verdade que se procura esconder atrás de campanhas contra o C. G. T., contra o movimento sindical, contra as graves que eclodem em consequência da fome, que avassala o povo; contra a aspiração do povo, de ter direito a usufruir liberdade mais elementar do homem, que é o direito à vida e que, nesta hora é negado à grande maioria do povo brasileiro.

Procura-se esconder, com acusações — a luta pela sobrevivência do proletariado brasileiro. Com acusações ao movimento sindical, articulações que o operário faz, visando, por meio de coalizões, a defesa de direitos legítimos que lhe são negados, procura-se esconder o objetivo fundamental da campanha, que é, precisamente, o de tentar fazer com que o Brasil continue colônia — País produtor de matérias primárias, a engordar e a enriquecer aqueles países que as importam para mandarmos manufaturas e assim aniquilar o resultado do nosso esforço e do nosso trabalho.

Nem serão, também, Sr. Presidente, as acusações sobre a corrupção que farão esconder o objetivo fundamental dessa campanha. Tenho dito e repito que, para mim, o moralismo não é um fim político ou pessoal mas uma obrigação. Todo homem público tem o dever inelutável de respeitar os princípios éticos e morais de ser honrado, decente, de ter perfeita exação no cumprimento do dever. Mas o moralismo, Sr. Presidente, perde muito do sentido num País como o nosso, em que — aqui faço a justa ressalva, dizendo que não me refiro nem de leve a V. Exa. — as entidades ou homens públicos que mais falam em moralismo são que menos têm autoridade para fazê-lo, porque são vendidos ao interesse antibrasileiro, ao interesse antinacional.

É preciso que se diga bem alto para que o povo escute esta verdade: determinadas empresas e determinados homens públicos que vivem com a palavra moralismo na boca são justamente aqueles vendidos ao dólar, que nos asfixia economicamente; são os defensores dos monopólios, dos trustes, dos capitais internacionais implantados neste País, a sugar o esforço e o trabalho do povo brasileiro.

São esses levantando esse biombo moralista, tentando colher na atuação de funcionários subalternos do Governo, ou tentando despertar, com a campanha anticomunista, o temor ideológico, outro objetivo não tem senão o de defender seus próprios interesses, na medida em que defendem interesses antinacionais nocivos, prejudiciais, afrontosos ao Brasil.

O Sr. Adolpho Franco — Agradeço a ressalva feita à minha pessoa...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Apenas faço justiça a V. Exa.

O Sr. Adolpho Franco — ... mas quero pedir a V. Exa. que, assim como se exige de nós a prova concreta da existência das armas, e quando V. Exa. acusa que homens ligados a agentes do capital internacional estão provocando no Brasil essa agitação, assim como se exige de nós, deve V. Exa. indicar os nomes e apresentar provas. Hoje, talvez não, mas em outra oportunidade V. Exa. deverá trazer as provas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Já tenho dito, e inclusive citado nomes, já declarei mesmo daqui da tribuna que nós que criamos comissões parlamentares de inquérito para investigar o Executivo; que nos preocupamos com a posição moral do Governo, com a atuação do Governo e de seus auxiliares; que determinamos medidas saneadoras da vida pública brasileira, temos esquecido do nosso próprio saneamento interno. Não nos lembramos ainda de fazer uma investigação ampla da atuação de deputados e senadores para podermos falar com maior autoridade, com a cabeça erguida, de frente levantada, e assim comparecermos perante o povo, para afirmar que nesta e na outra Casa não há um só membro que exerça seu mandato para defender interesse de grupos econômicos internacionais, ou nacionais alia-

dos aos internacionais, mas que todas o exercem para defender apenas os interesses do País, o interesse do povo brasileiro.

Já fiz esse convite às Lideranças, aos homens de bem do Senado e da Câmara, de todos os Partidos, que felizmente existem em maioria esmagadora, para que possamos falar com autoridade perante a Nação. Afirmando sem receio de errar que, se procedermos, se tivermos a coragem cívica de constituir essa Comissão Parlamentar de Inquérito idônea e isenta, iremos encontrar no Congresso Nacional homens que podem ser chamados de tudo, menos de representantes brasileiros.

O Sr. Aurélio Viana — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Com satisfação.

O Sr. Aurélio Viana — Nobre Senador Arthur Virgílio, sou dos que pensam e advogam que aqueles que acusam, denunciaram com o dever de comprovar suas acusações, suas denúncias. O Presidente de um grande Partido denunciou o Governo da União, o Executivo Federal, de vir distribuindo armas nos Sindicatos, entre os operários, para uma revolução. Houve, também, denúncias de que a PETROBRAS vinha distribuindo armas, visando a alguma revolução brasileira. Através de ministros militares, o Governo da União contesta frontalmente tais denúncias. Contestando-as, lança um desafio ao acusador, para que comprove a denúncia proferida da tribuna da Câmara Federal. A Nação inteira está esperando a comprovação, os comprovantes, os dados concretos, porque o mundo democrático brasileiro deseja mobilizar-se para a defesa da Democracia, mas só o fará, e psicologicamente já o fez, se receber denúncias fundamentadas. Não vamos transformar este País num país de fantasia, de grupos políticos que agitam visando apenas ao Poder. Tenho certeza absoluta de que se comprovadas essas denúncias, incontrolável, incontida, haveria uma onda de repúdio ao Governo, ao Presidente da República. Mas, S. Exa. declara que está pela Democracia; os seus atos visam ao fortalecimento da Democracia. O Senhor Pinheiro Neto, acusado de querer a turbacão da ordem, no mundo agropecuario do Brasil, compareceu à Câmara, prestou esclarecimentos; pretende aumentar o número de proprietários deste país. Logo, não é contra a propriedade privada. O mundo camponês assistiu à assinatura do que hoje é lei, que concede ao trabalhador rural os benefícios da legislação trabalhista. O Brasil inteiro assistiu ao ato que instituiu o monopólio estatal da importação do óleo cru, ato muito mais importante que o da nacionalização de uma empresa de refino. O Brasil inteiro assistiu, e também o mundo, à regulamentação da lei de remessa de lucros para o exterior; e o Brasil não assistiu, ainda, à distribuição de armas, entre os trabalhadores, para efeito de uma revolução violenta. Assistiu a um desmentido enérgico, particularmente do Sr. Ministro da Guerra, das altas autoridades federais. Então, o acusador ou acusadores estão obrigados, moralmente, à comprovação de uma denúncia das mais sérias, das mais graves; d'outra maneira, se não apresentarem os comprovantes, as provas concretas da denúncia formulada, e se, porventura, amanhã viesse a acontecer o que hoje não foi comprovado, ninguém dirá crédito a qualquer denúncia formulada, sem a devida comprovação. A Nação espera isso, e se essa documentação não chegou, a Nação não está obrigada a aceitar a denúncia apresentada, mas sim a acolher a contradição como verdadeira.

O SR. ARTHUR VIRGILIO — Muito obrigado, eminente Senador Aurélio Viana, pelo seu oportuno aparte no meu discurso.

Em verdade, a Nação espera comprovação da denúncia gravíssima. O próprio Governo a deseja ardentemente. Já a solicitou na Câmara dos Senhores Deputados, pela palavra do líder Doutel de Andrade, e a faz agora, neste momento, pela minha palavra, no Senado da República.

Queremos que o Presidente da UDN traga as provas das armas entregues a sindicatos; das armas entregues a organizações operárias visando a essa guerra revolucionária contra quem ou com que objetivo, não esclarecido pelo ilustre dirigente udenista.

Não esclareceu o Sr. Bilac Pinto, no momento em que declarava que iria propor a distribuição de armas ao povo para a sua defesa. Sabia S. Exa. que as únicas armas encontradas foram aquelas apreendidas no sítio de um cidadão estrangeiro, amigo do Governador Carlos Lacerda, lá em Jacarepaguá, perto da granja onde o Sr. Presidente da República passa os fins de semana quando vai ao Rio de Janeiro. Foram aquelas armas de uma organização terrorista desse Almirante Heck, que se notabilizou neste País com a fuga "heróica" do 11 de novembro. Não esclareceu, no momento em que sabia que o Sr. Arnanjo Pação aconselhava inclusive pelo rádio, latifundiários a se armarem. E já há notícias de farta distribuição de armas no Nordeste, entre os donos de terras, naquela região. Sabendo de tudo isso, o Sr. Bilac Pinto pretendia num objetivo politicamente escuso, acusar o Governo da República.

O Sr. Adolpho Franco — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGILIO — Com muito prazer.

O Sr. Adolpho Franco — Quanto às armas a que V. Exa. se refere que dizem terem sido encontradas num sítio vizinho a um dos muitos sítios do Sr. Presidente da República nós só daremos uma resposta depois que V. Exa. trouxer a esta Casa as conclusões do inquérito a esse respeito e que até hoje não foram publicadas. Há apenas uma entrevista do Sr. Ministro da Guerra dizendo que nada havia. Aguardamos, portanto, a publicação do relatório.

O SR. ARTHUR VIRGILIO — O meu eminente colega é Líder da UDN não está bem informado sobre o assunto.

O Sr. Adolpho Franco — Estou perfeitamente informado.

O SR. ARTHUR VIRGILIO — Convidado o inquérito foi este encaminhado à Justiça competente. Toda a imprensa noticiou o fato.

O Sr. Adolpho Franco — Refiro-me à Justiça competente.

O SR. ARTHUR VIRGILIO — A Justiça Militar é a competente, e dará a última palavra a respeito. A ela compete apreciar as provas e decidir a ela compete examinar o conteúdo do que conseguiu apurar o órgão de segurança do Exército que vasculhou o sítio do amigo do Governador da Guanabara e lá encontrou metralhadoras para combater, segundo alegação do Chefe de Polícia daquele Estado, guerrilheiros que atuam em Jacarepaguá. Mas a Nação não tomou conhecimento dela.

O Sr. Presidente, quero crer que a declaração do Sr. Bilac Pinto, de que irá estimular a distribuição de armas ao povo, faz parte de um plano entendido com o objetivo de tumultuar a vida nacional e a vez provocar a derrubada violenta do Sr. Presidente da República. Porque não

acredito na sinceridade dessa declaração; não acredito que o Sr. Bilac Pinto tivesse a coragem de distribuir armas a esse povo brasileiro que aí está, amargurado, sofrido, batido pela miséria, pela fome e pela doença. Não acredito que o Sr. Bilac Pinto tivesse essa coragem, porque, se isso acontecesse, talvez homens de sua formação ideológica fossem varridos de uma vez deste País.

Ninguém de bom senso desejaria nesta hora a entrega de armas a um povo já desesperançado e desiludido. Quem de fato deseja a tranquilidade deste País, a sua unidade territorial, a sua tradição de língua e de costumes, jamais pensará em distribuir indiscriminadamente armas a uma multidão desvaireada pelos sofrimentos, pelas necessidades, pela dor que se espalha de norte a sul aguardando soluções de problemas que se arrastam indefinidamente e morosamente.

Não seria o Sr. Bilac Pinto que teria esta coragem; não acredito, jamais, que S. Exa. ousasse desafia a paciência deste povo que está com as vistas voltadas para esta e para a outra Casa do Congresso, esperando a votação de medidas que não vêm, como a reforma agrária e leis de profundidade que estão retidas aqui, enquanto se alastram todas as carências, todas as necessidades, todas as privações, por cerca de 90% dos nossos patriotas.

Não acredito, Sr. Presidente que o Sr. Bilac Pinto tivesse essa coragem. Muito bem disse o Sr. João Goulart, que no momento em que o povo tomasse armas, o Sr. Bilac Pinto desapareceria do Brasil.

O Sr. Adolpho Franco — Permite V. Exa. um aparte? Assentimento do orador. Não somos nós, homens da Minoria que estamos obstando as reformas. O Governo tem nas suas Casas do Congresso sócia Maioria para fazer as leis de que o Brasil precisa. Empenhemos nossa palavra em que usaremos todas aquelas que venham atender as necessidades do povo brasileiro.

O SR. ARTHUR VIRGILIO — Acredito, nobre Senador Adolpho Franco, que comens da sinceridade de V. Exa., do nobre Senador João Agripino, do Deputado Ferro Costa e de outros parlamentares da União Democrática Nacional votaram essas reformas. Mas V. Exa. não afirmara, jamais, como cidadão responsável que e que a unanimidade de seu Partido as aceitará. V. Exa. sabe, também que homens que representam a tradição do Partido Social Democrático, que são assim a encarnação autêntica desse Partido, estão unindo seus esforços ao Governo para a realização de reformas que a Nação e o povo clamam. Mas V. Exa. sabe que, mesmo na agremiação nossa aliada, estão — já não digo o rebotalho político passadista, porque há ali homens que merecem respeito, como o Deputado Dirceu Cardoso — estão homens de negócios, mais do que isso, homens de negociatas, homens empedernidos, donos de terras, latifundiários, exploradores do trabalho do camponês brasileiro. Estão homens de passado político pouco ou nada recomendável, a formar uma banda de música estridente pelo Brasil a fora, contra as reformas estruturais neste País.

O Sr. Wilson Gonçalves — Permite V. Exa. um parte?

O SR. ARTHUR VIRGILIO — Pois não.

O Sr. Wilson Gonçalves — Estou ouvindo com a atenção costumeira o brilhante discurso como o são todos, de V. Exa. e quero ressaltar, neste instante, em nome do Partido Social Democrático, a nossa posição frente às

reformas consideradas necessárias ao desenvolvimento do povo brasileiro. Se V. Exa. examinar o problema com mais serenidade e justiça, verificará que toda essa evolução no campo social que o Brasil já apresenta no concerto das nações civilizadas, teve o concurso valioso e decisivo do Partido Social Democrático, através dos seus líderes mais eminentes.

O SR. ARTHUR VIRGILIO — Acabei de declarar isto há pouco.

O Sr. Wilson Gonçalves — Exatamente. Quero frisar este ponto exatamente porque, pelo final da declaração de V. Exa. poderia parecer que no nosso Partido existem homens que divergem dessa orientação e que têm um passado pouco recomendável. Acho que V. Exa. avançou muito, pelo menos quando simplificou a sua afirmação ao Partido Social Democrático. No próprio partido de V. Exa. há homens com essas características, sem que isto signifique que o P.T.B. tenha tais características. V. Exa. encontrará na sua própria agremiação partidária, sem dúvida alguma que assume a liderança na luta pelas reformas de caráter popular, elementos contrários a essas reformas e que, no entender, se declaram alto e bom som, defensores dos postulados do partido de V. Exa. Há pois na verdade, em todos os Partidos — posso afirmar em todos os órgãos colegiados — uma divergência, uma modificação do pensamento, uma evolução que nem todos acompanham. Mas isto não pode, absolutamente, expressar o pensamento de um partido. Se V. Exa. examinar o problema, por exemplo, da reforma agrária e de todas as outras consideradas essenciais ao desenvolvimento do país, verificará que até a igreja que é eterna, que é universal, tem discrepância no seu seio. Mas isso — repito — não nos autoriza a fazer generalizações. Meu propósito é esclarecer que o Partido Social Democrático, ligado a todas as transformações sociais por que tem passado o país até hoje, não negará o seu concurso a que essas reformas se façam, desde que elas tenham um cunho de equilíbrio, de harmonia. Sem isso o P.S.D. não lhes dará seu apoio.

Estamos aqui não para empreender reformas visionárias, mas sim aquelas que, na verdade, exprimam bom senso e reflitam, realmente, os anseios do povo. Para aqui viemos com o propósito elevado de representar as legítimas aspirações do povo brasileiro e contribuir com os instrumentos necessários para que ele atinja seus objetivos mais altos, mais elevados. Agradeço a V. Exa. o aparte. Perdoe-me se me demorei demais na manifestação do meu pensamento.

O SR. ARTHUR VIRGILIO — Ouvi V. Exa. com o maior prazer e com muita honra. V. Exa., apenas deu maior volume ao que eu acabara de dizer em relação ao Partido Social Democrático.

Destaquei que há uma minoria se opondo tenazmente às reformas estruturais, mas frizei que aos homens de tradição na vida do povo brasileiro, os homens do comando vanguarda do Partido Social Democrático, estão imbuidos da melhor vontade e dos melhores propósitos no sentido de colaborar para que a nação modifique, tranqüila e pacificamente, a sua estrutura social, econômica e jurídica.

No meu partido, embora em minoria insignificante, há também homens aferrados ao imobilismo, a estagnação, que resistem a modificações que significarão a paz social e a tranqüilidade para a família brasileira, único meio de extinguir o clima de tensão que é o dia-dia de nosso povo, na atualidade. Mas a verdade, eminente Senador Wilson Gon-

çalves, é que, apesar de toda essa boa vontade, de toda essa boa intenção, a reforma agrária, por exemplo, está detida pelo desencontro de opiniões, pela falta de um denominador comum que una, inclusive, as forças favoráveis à transformação da economia rural brasileira.

Enquanto isto ocorre, o drama se alastra no interior, a agitação adquire maior vulto e os camponeses ganham proporções que chegam a causar apreensão. Sabe V. Exa. que já tombaram em Pernambuco camponeses vítimas da truculência de donos de usinas. Já caíram na Paraíba camponeses vítimas da exarcebada de ânimos que vai tomando conta do sertão. Tudo em consequência de uma estrutura que já não atende aos anseios nacionais, que não mais admite procrastinação, que não mais permite adlamento. Se encarmos a situação do ponto de vista dos altos interesses do desenvolvimento nacional, chegamos à conclusão de que não há porque demorar com a reforma agrária. Temos de convir em que a terra precisa que aí está, em milhões e milhões de hectares, gerando a ociosidade também da mão de obra, é um estorvo, um impedimento para o desenvolvimento industrial do País. São milhões de brasileiros que vivem nos campos subaproveitados ou inaproveitados, sem participarem, do desenvolvimento nacional, sem concorrer para ele. São peso morto na vida deste País, quando poderiam ser úteis, se se lhes desse capacidade de aquisitiva através do trabalho que poderão realizar, tornando produtiva a terra hoje inútil.

Todos sentimos e sabemos que o parque industrial brasileiro não se expandirá enquanto não criarmos o mercado interno de consumo farto. Todos sabemos que isto ainda não foi alcançado porque temos um interior povoado de miseráveis, de famintos, de homens e mulheres que vivem, na sua maioria, em regime de economia natural. E nem por isso tentamos, com maior vigor, tornar realidade essa medida — a reforma agrária — que já se transformou num clamor nacional, para incorporar milhões de patriotas à vida brasileira.

Senhor Presidente, não vim, evidentemente, participar da "vigília" do Senado nos termos em que foi convocada. Eu aqui viria com a maior alegria, todos os dias, todas as noites, se a pauta dos nossos trabalhos fosse outra; se eu não encontrasse na ordem do dia matérias em sua maioria sem profundidade econômica, sem o objetivo de buscar as raízes do problema brasileiro, em nenhum e efeito em extensão para satisfazer os anseios de um povo que está com as vistas voltadas para nós à espera das grandes soluções que um dia há de sair daqui.

Eu viria com maior alegria, Senhor Presidente, se aqui cuidássemos de decidir sobre a reforma agrária, sobre a reforma tributária, sobre a reforma eleitoral, sobre as outras medidas profundas que o País, neste hora, está a reclamar.

Para votar projetos de resolução e projetos de lei sem significação, e em virtude dos termos em que foi feita a convocação extraordinária não vierei. Se hoje compareci, foi para fazer este pronunciamento; foi para mais uma vez, convocar o Presidente da UDN a comprovar as suas acusações a provar à Nação que o Governo distribuiu armas aos sindicatos ou que alimenta propósitos de investir contra instituições democráticas. Está apenas o objetivo que me trouxe, nesta tarde, ao Senado da República.

Senhor Presidente: registrar nos Anais esse desafio registrar no Senado essa convocação declarando bem alto que se o Sr. Deputado Bilac Pinto, Presidente da União Democrática Nacio-



nal, não exhibit provas, terá exposto não apenas seu nome mas o de seu Partido a desconfiança do povo brasileiro.

Não é possível aceitarmos acusações desse porte, inquietações dessa magnitude, que levam a incansabilidade e até o pânico a alguns setores da vida brasileira, por mero propósito político, por mero intuito partidário, objetivando incompatibilizar o Sr. Presidente da República ou, talvez amputar, violentamente, o mandato de S. Exa.

Mas, Sr. Presidente, na mesma hora em que faço esse desafio, faço também uma advertência, a advertência do Governo. O Sr. João Goulart entrou no Palácio da Alvorada — já o disse uma vez e repito — empunhando a bandeira da legalidade, contra um veio inconstitucional de três ministros militares em rebelião — ministros militares, quero frisar, ligados, política e ideologicamente, à UDN. O Sr. João Goulart chegou ao Palácio da Alvorada empunhando essa bandeira e tem o propósito de entregá-la, intangível, ao substituto que for livremente escolhido pelo povo, nas próximas eleições.

O compromisso do Sr. João Goulart em preservar a legalidade constitucional é irreversível, e S. Exa. com dado as mais soberbas provas desse propósito. Mas a repressão à subversão também é um compromisso irreversível. Não se iludam aqueles que não têm votos e querem chegar ao Governo por meio de golpes. Não se iludam aqueles que tentaram, conseguiram e alcançaram em 1954. Não se iludam aqueles que tentaram e alcançaram em 1954. Que obtiveram êxito. Desta vez não haverá renúncia, não haverá suicídio. As medidas que o Governo vem tomando para dar consistência econômica a esta Nação, pro equidade. Quem, fora regulamentação da lei que disciplina a circulação de capital estrangeiro e ilimitada a remessa de lucros.

Logo depois foi o Decreto sobre o monopólio estatal da importação do óleo cru, mexendo com interesses os maiores dos cartéis e trustes internacionais do petróleo ainda implantados em nossa Pátria. Amanhã será o Decreto da SUPRA imobilizando o latifúndio inaproveitado no eixo das ferrovias e à jusante dos açúcares, para possibilitar um plano de colonização e de distribuição de terras que marque o início de uma reforma agrária para a Nação. Virão outras medidas, virão outras providências, porque compreendeu o Sr. João Goulart, em boa hora, que o momento histórico brasileiro exige a determinação inquebrantável dos homens públicos, de vencer as velhas estruturas para preservar a paz interna, neste País.

Senhor Presidente, se houver necessidade de outro pronunciamento farei ao Senado. Votei, para com a minha presença, eu que sou contra essa "virgílica", ajudar um pouco a minoria a falta dos ausentes que a convocaram.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGILIO — Foi não.

O Sr. Vasconcelos Torres — Vossa Ex. está sendo um "Virgílio cívico", porque, de fato juntamente a maioria, que não assinou o requerimento, tem comparecido. Os convocacionistas, na sua grande parte — isso é incalçável, irrefutável — têm estado seguidamente ausentes.

O SR. ARTHUR VIRGILIO — Muito obrigado pela colação de V. Ex. Repito não viri para proclamar desta vigília, que teve um ob-

jetivo político partidário, mas retornarei para pronunciamentos como este, ou se a pauta dos nossos trabalhos incluir matéria de profundidade, sair dos projetos-de-resolução sem maior repercussão econômica, social ou jurídica ou de projetos de lei que, embora objetivando efeitos sociais, são apenas tentativas de alcançar detalhes, quando o alvo deve ser o todo. Voltarei, Sr. Presidente, para pronunciamentos como o de hoje ou para colaborar na votação das matérias que continuam pendidas, que continuam a espera da que possa o desencanto de opiniões, enquanto se alastra o sofrimento e o desespero entre o povo brasileiro.

Fora isso Sr. Presidente, irei para o seio da minha família, no gozo de férias a que tenho direito de oito dias de um ano no qual só deixei de comparecer devido ao meu estado de saúde, que foi precário em 1963. Irei para o seio da minha família, irei para o seio do Estado, para o contato com os meus conterrâneos, com os seus problemas, com os seus anseios e com as suas angústias também. Irei tremeçar as forças para voltar aqui em março e, então, continuar no exercício do meu mandato, procurando dar-lhe um sentimento nitidamente popular, nitidamente brasileiro.

Concluindo, repito a convocação ao Presidente da União Democrática Nacional, para que exhiba provas das acusações que faz ao Governo, provas que o povo certamente espera, provas que o povo deseja, provas que livram, sobrenado as altas tradições da União Democrática Nacional de um conceito de favorável perante a opinião pública. *(Muito bem! Muito bem muito bem! O orador é cumprimentado.)*

COMPARECERAM MAIS OS SENHORES SENADORES

- Lobão da Silveira
Eugênio Farias
Joaquim Parente
Dirceu Rosado
Ruy Carneiro
Vasconcelos Torres — (6)

O SR. PRESIDENTE

O Senhor Primeiro Secretário vai proceder à leitura de projeto de Emenda Constitucional, de autoria do nobre Senador Vasconcelos Torres.

— É lida a seguinte:

Projeto de Emenda à Constituição Nº 1, de 1964

Acrescenta parágrafos ao artigo 81 da Constituição.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

São acrescentados, ao artigo 81 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, os seguintes parágrafos:

§ 1º Os nomes dos candidatos a Presidente e a Vice-Presidente da República constarão de mesma cédula, sendo considerado eleito Vice-Presidente o candidato votado na chapa do candidato eleito a Presidente da República.

§ 2º As chapas serão organizadas pelos partidos ou coligações de partidos e registradas no Superior Tribunal Eleitoral, no prazo que a lei determinar, só podendo constar, em cada uma, um candidato a Vice-Presidente.

§ 3º Os partidos que, coligados, registrarem candidatos a Vice-Presidente, não poderão, isoladamente ou através de outra colação, solicitar inscrição de novas candidaturas.

Justificação

A experiência veio demonstrar que o atual sistema eleitoral brasileiro, onde se permite que sejam eleitos para Presidente e Vice-Presidente da República, candidatos que obedecem a orientações políticas divergentes e, até, antagônicas, precisa ser alterado.

Evidentemente, quando o povo elege o Chefe Supremo da Nação, fá-lo em função dos ideais pelo mesmo adotado e do programa que se propõe executar, sendo lógico, por conseguinte que o seu substituto eventual — o Vice-Presidente da República — obedea às mesmas diretrizes e aos mesmos propósitos, pois o contrário revela uma contradição no processo democrático.

Quando a Nação elege um Presidente trabalhista, é claro que o período em que esse Presidente governar o País deverá ser marcado por uma orientação trabalhista, pois os eleitores sabem que o mandato do Presidente dura e nos anos e, se o elegerem para que, nos seis anos, o País tenha um governo trabalhista.

Assim, não se compreende que se elege, no mesmo pleito, para Vice-Presidente, um candidato que tenha idéias contrárias ao trabalho e que, vindo a substituir o Presidente, em caso de morte, impedimento ou renúncia deste, siga rumos diferentes daqueles que o povo quis seguir ao eleger o Presidente.

Entendemos que o Vice-Presidente deve ser assim como que o Substituto do Presidente da República, precisando existir, entre ambos, identidade ideológica, única maneira de se atender aos reais anseios do povo, quando escolhe, nas urnas, seus candidatos aos postos supremos do País.

O presente projeto de Emenda à Constituição visa a esse objetivo e procura proporcionar maior harmonia política e fundamentamente a uma atuação melhor e sistemática eleitoral dos povos civilizados.

Sala das Sessões, em 30 de janeiro de 1964. — Vasconcelos Torres — Roberto Neio — Guido Mondin — Delfino de Aguiar — Mano de Mota — Vitalino Lima — Adalberto Sena — Milton Campos — Adolpho Fracalossi — Wilson Gonçalves — Melchior Fimental — Ruy Carneiro — Melo Braga — Pedro Valença — Darcy Martins — José Guimarães — Artêmio Carlos — Padre Calazans — Heriberto Vieira.

O SR. PRESIDENTE

O projeto lido, subscrito por mais de um quarto dos membros do Senado, satisfaz os requisitos estabelecidos na Constituição (art. 217, §§ 1º, 5º e 6º), para ser recebido e submetido à consideração do Congresso Nacional, com tramitação prevista nos artigos 353 e 377 do Regimento Interno. Será publicado e encaminhado oportunamente à Comissão Especial que for designada para sobre ele se manifestar. (Pausa).

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura de comunicações que acabam de chegar à mesa.

São lidas as seguintes

COMUNICAÇÃO

Brasília, DF, 30 de janeiro de 1964

Senhor Presidente:

Em cumprimento ao disposto no art. 33 do Regimento Interno, comunico a V. Sa. Presidência que me ausentarei do País, a partir do dia 3 de fevereiro do corrente ano, a fim de participar da 3ª Conferência Interparlamentar Americana, a realizar-se em Washington, U.S.A.

Além disso, a) Rua Palmeira, Senador.

COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente:

Comunico a V. Ex. e ao Senado que me ausentarei do País a partir de 3 de fevereiro, a fim de participar da 3ª Conferência Interparlamentar Americana, a realizar-se em Washington.

Sala das Sessões, em 30 de janeiro de 1964. — Aurélio Viana

O SR. PRESIDENTE

A Presidência fica ciente da comunicação, que será publicada.

Estão presentes 26 Srs. Senadores. Pausa e à Ordem do Dia.

Não havendo número regimental para a votação dos 10 pareceres lidos, declara-se a discussão dos demais lidos. Item nº 11.

Discussão, em turno único do Projeto de Resolução nº 1, de 1964, de autoria do Senador Delfino de Aguiar, que aprova a Tabela de Tarifas de Taxas de Serviço, no âmbito da Lei nº 11.111, de 1963, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão. (Pausa)

Se nenhum dos Srs. Senadores pedir a palavra, declararei encerrada a discussão. Encerrada.

Tem a votação adiada por falta de quorum.

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1963 originário da Câmara dos Deputados (nº 181-A-62, na Casa de Origem) que aprova o texto do Acordo que institui o Centro Latino-Americano de Física, assinado pelo Brasil e vários países, no Rio de Janeiro, a 26 de março de 1962, tendo Participantes, sob nos. 1.819, B-3, 811 e 1.221 de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura, de Relações Exteriores e de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa).

Não havendo o 1º peça a palavra, declaro-a encerrada.

A votação fica adiada por falta de número.

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 6, de 1964, pelo qual o Sr. Senador Melo Braga solicita a transcrição, nos Anais do Senado, de declaração feita pelo General Albino Silva, Presidente da Petrobras S. A., em caráter oficial e publicada em 26 do mês em curso.

Em discussão o requerimento. — (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra, declaro-a encerrada.

Fica adiada a votação por falta de número.

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 7, de 1964, pelo qual o Sr. Senador Melo Braga solicita a transcrição, nos Anais do Senado, de entrevista do General Albino Silva, Presidente da Petrobras S. A., publicada em 25 do mês em curso.

Em discussão o requerimento. — (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra, declaro-a encerrada.

A votação fica adiada por falta de número.

Esgotada a matéria, em fase de discussão, constante da Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos para esta oportunidade.

Nada mais havendo que tratar vou encerrar a sessão, designando para o dia de amanhã a seguinte

## ORDEM DO DIA

Sessão de 31 de janeiro de 1964  
(Sexta-Feira)

## Votação

1

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1963 (nº 12-A-3, na Casa de origem) que aprova o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife em 12 de março de 1962, tendo pareceres favoráveis sob números 799, 800, 801 e 802, de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça, de Relações Exteriores, de Educação e Cultura e de Finanças.

2

Votação, em segundo turno do Projeto de Lei do Senado nº 4 de 1963 que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do centenario da fundação da P. e azia do "Ato Solimões" tendo pareceres número 855, de 1963, da Comissão de Redação oferecendo a redação do vencido em 1º turno.

3

Votação em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (nº 7-A de 1963, na Casa de origem) que aprova a Convenção Única sobre Entorpecentes assinada em Nova York, a 30 de março de 1961, tendo pareceres, sob ns. 806 a 808 de 1963 das Comissões de: *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; *Relações Exteriores*, favorável e *Saúde*, favorável.

4

Votação, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1963 (nº 158-B-61, na Casa de origem) que reverte ao serviço Ativo do Exército o Tenente-Coronel Rubens Ribeiro dos Santos, e dá outras providências tendo pareceres favoráveis sob os nºs 884 e 885 de 1963 das Comissões de *Segurança Nacional* e de *Finanças*.

5

Votação, em turno único do Requerimento nº 1.205, de 1963 pelo qual os Srs. Senadores Artur Virgílio (Lider do PFR), Barros Carvalho (Lider da Maioria) e Lúcio de Mattos (Lider do Bloco das Pequenas Representações) solicitam urgência nos termos do art. 326, nº 5-b do Regulamento interno para o projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1963 que concede anueta aos membros da Força Policial do Rio Grande do Norte.

6

Votação em turno único do Requerimento nº 3 de 1964 pelo qual os Srs. Senadores Vasco Torres (Lider da Maioria em exercício), Siqueira Pacheco (Lider do PSD em exercício) e Aurelio Vianna (Lider do Bloco das Pequenas Representações em exercício) solicitam urgência, nos termos do art. 326, 5-c do Regulamento Interno para o Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1963 que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomatas em Engenharia, Arquitetura e em Agronomia.

7

Votação em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14 de 1963 (nº 5-B, de 1963, na Câmara), que aprova os textos da Convenção relativa a proteção dos trabalhadores contra radiações ionizantes adotada pela Conferência Internacional do Trabalho em Genebra, e da Convenção para revisão parcial das Convenções adotadas pela mesma Conferência tendo

Pareceres favoráveis, sob ns. 842, 843, 844 e 845 de 1963 das Comissões  
— de *Constituição e Justiça*;  
— de *Legislação Social*;  
— de *Relações Exteriores*; e  
— de *Saúde*.

8

Votação, em turno único, do Requerimento nº 4, de 1964, em que o Sr. Senador Vasconcelos Torres solicita transcrição nos Anais do Senado da carta pela qual o Senhor Presidente da República convidou o

Presidente da República Francesa para visitar o Brasil, e da respectiva resposta.

9

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 83 de 1963 (de autoria do Sr. Senador Arthur Virgílio) que dispõe sobre indenização a ser concedida, em caso de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, antes do empregado completar o período de nove meses de serviço, e dá outras providências tendo pareceres sob ns. 743 e 744, de 1963, das Comissões de

— *Constituição e Justiça*, favorável com a emenda que oferece de nº 1-CJ e de

— *Legislação Social* favorável ao projeto e à emenda da Comissão de *Constituição e Justiça*.

10

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 1963, de autoria do Senhor Senador Martins Júnior, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do centenario da Associação Comercial do Pará tendo pareceres favoráveis sob os ns.: 758 e 759 de 1963, das Comissões de *Constituição e Justiça* e de *Finanças*.

## DISCUSSÃO

11

Votação em turno único do Projeto de Resolução nº 1, de 1964, de autoria da Comissão Diretora, que aposenta a Taquígrafa-Revisora, Alcinda Trivelino, no cargo de Diretora, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

12

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 1964, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (nº 167-A-62, na Casa de origem) que aprova o texto do Acordo que institui o Centro Latino-Americano de Física, assinado pelo Brasil e vários países, no Rio de Janeiro, a 26 de março de 1962, tendo Parece-

res favoráveis, sob ns.: 819, 820, 821 e 822, de 1963, das Comissões de *Constituição e Justiça*, de *Educação e Cultura*, de *Relações Exteriores* e de *Finanças*.

13

Votação, em turno único do Requerimento nº 6, de 1964, pelo qual o Sr. Senador Melo Braga solicita a transcrição, nos Anais do Senado, de declaração feita pelo General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S. A., em caráter oficial e publicada em 26 do mês em curso.

14

Votação, em turno único do Requerimento nº 7, de 1964, pelo qual o Sr. Senador Melo Braga solicita a transcrição, nos Anais do Senado, de entrevista do General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S. A., publicada em 25 do mês em curso.

Está encerrada a sessão.  
(Levanta-se a sessão às 16 horas e 50 minutos).

## SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

## Ato do 1º Secretário

## PORTARIA Nº 1 DE DE 1964

O Primeiro Secretário, usando da atribuição que lhe confere o artigo 222 da Resolução nº 6 de 1960 e de acordo com a deliberação da Comissão Diretora, resolve:

Designar, nos termos do art. 223 e § 1º da mesma Resolução, 1963 Pinto Carneiro Lacerda Assessor Legislativo, PL-3, Sebastião Ray Rêgo Maciel, Oficial Legislativo PL-8, e Luiz Fernando de Sá Mendes Vianna, Redator, PL-4, para, sob a presidência do primeiro, constituir a Comissão de Inquérito incumbida de estudar a situação do Arquivo de Limpeza, PL-11, Carlito Pereira da Costa, conforme Requerimento nº DP 20-62.

Secretaria do Senado Federal em 30 de janeiro de 1964.  
Ray F. Almeida, 1º Secretário



# SENADO FEDERAL

## COMISSÕES PERMANENTES

(Em 12 de dezembro de 1963)

### AGRICULTURA (7 membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Eugênio Barros (Vice-Presidente)	PSD	1. Atílio Fontana
José Feliciano	PSD	2. Pedro Ludovico
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Vago
Raul Giuberti	PTB	3. Vago
Lopes da Costa	UDN	1. Daniel Krieger
Antônio Carlos	UDN	2. João Agripino

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, José Ney Passos Dantas.

Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

Nota: Vaga a Presidência.

### CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (11 membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Jefferson de Aguiar	PSD	1. Menezes Pimentel	
Ruy Carneiro	PSD	2. Leite Neto	
Lobão da Silveira	PSD	3. Benedito Valladares	
Wilson Gonçalves (Vice-Presidente)	PSD	4. Aarão Steinbruch	
Josaphat Marinho	PSD	5. Heribaldo Vieira	
Amaury Silva (licenciado)	PTB	1. Arg. Figueiredo — Melo Braga	
Bezerra Neto	PTB	2. Silvio Pericles	
Artur Virgílio	PTB	2. Edmundo Levi	
Aloysio de Carvalho	UDN	1. Afonso Arinos	
Eurico Rezende	UDN	2. Daniel Krieger	
Milton Campos (Presidente)	UDN	3. João Agripino	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Ronaldo Ferreira Dias.

Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

Titulares	Partidos	Suplentes
Auro Moura Andrade — Pres.	PSD	
Câmlilo Nogueira da Gama	PTB	
Rui Palmeira	UDN	
Gilberto Marinho	PSD	
Adalberto Sena	PTB	
Cattete Pinheiro	PTB	
Joaquim Parente	UDN	
Guido Mondim	PSD	
Vasconcelos Torres	PTB	

Secretário: Dr. Evaristo Mendes Vianna, Diretor-Geral.

Reuniões: Quartas-feiras às 10,00 horas.

### DISTRITO FEDERAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel	PSD	1. Filinto Muller
Pedro Ludovico (Vice-Pres.)	PSD	2. Eugênio Barros
Lino de Matos (Presidente)	PSD	3. Heribaldo Vieira
Oscar Passos	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Antônio Jucá
Dinarte Mariz	UDN	1. Lopes da Costa
Eurico Rezende	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretário: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.  
Reuniões: Quintas-feiras às 10,00 horas.

### ECONOMIA (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Filinto Muller (Presidente)	PSD	1. Jefferson de Aguiar
Eugênio Barros	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Atílio Fontana	PSD	3. Sebastião Archer
Jose Guionard	PSD	4. Josaphat Marinho
José Ermirio (Vice-Pres.)	PTB	1. Oscar Passos
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Bezerra Neto
Júlio Leite	PTB	3. Melo Braga
Adolpho Franco	UDN	1. José Cândido
Lopes da Costa	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.

Reuniões: Terças-feiras às 16,00 horas.

### EDUCAÇÃO E CULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel (Pres.)	PSD	1. Benedito Valladares
Walfredo Gurgel	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Pessoa de Queiroz	PTB	1. Vago
Amaury Silva (licenciado)	PTB	2. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Adolpho Franco
Pedro Calazans (Vice-Pres.)	UDN	2. Milton Campos
Mem de Sá	UDN	3. Arnon de Melo

Secretária: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvarenga Mafra.  
Reuniões: Quartas-feiras às 15,00 horas.

### FINANÇAS (15 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Victorino Freire	PSD	1. José Guionard	
Lobão da Silveira	PSD	2. Eugênio Barros	
Sigefredo Pacheco	PSD	3. Menezes Pimentel	
Wilson Gonçalves	PSD	4. Atílio Fontana	
Leite Neto	PSD	5. Pedro Ludovico	
Arg. de Figueiredo (Pres.)	PTB	1. Nelson Maculan (licenciado)	
Bezerra Neto	PTB	2. Lino de Matos	
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Amaury Silva (licenciado)	
Pessoa de Queiroz	PTB	4. Aurélio Vianna	1. Ed. Leva
José Ermirio	PTB	5. Antônio Jucá	2. Melo Braga
Daniel Krieger (Vice-Pres.)	UDN	1. Adolpho Franco	
Dinarte Mariz	UDN	2. Eurico Rezende	
Irineu Bornhausen	UDN	3. João Agripino	
Lopes da Costa	UDN	4. Milton Campos	
Mem de Sá	PL	1. Aloysio de Carvalho	

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.  
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

### LEGISLAÇÃO SOCIAL (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Ruy Carneiro (Vice-Pres.)	PSD	1. Leite Neto
Walfredo Gurgel	PSD	2. Lobão da Silveira
Jose Guionard	PSD	3. Eugênio Barros
Raul Giuberti	PSD	4. Júlio Leite
Vivaldo Lima (Pres.)	PTB	1. Aurélio Vianna
Amaury Silva (licenciado)	PTB	2. Pessoa de Queiroz
Heribaldo Vieira	PTB	3. Antônio Jucá
Eurico Rezende	UDN	1. Lopes da Costa
Antônio Carlos	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretária: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvarenga Mafra.  
Reuniões: Quintas-feiras às 16,00 horas.

### POLÍGONO DAS SÉCAS (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Wilson Gonçalves	PSD	1. Sigefredo Pacheco
Ruy Carneiro (Pres.)	PSD	2. Leite Neto
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Argemiro de Figueiredo
Heribaldo Vieira	PTB	4. Arnon de Melo
Aurélio Vianna (Vice-Pres.)	PTB	5. Júlio Leite
Dinarte Mariz	UDN	1. João Agripino
Jose Cândido	UDN	2. Lopes da Costa

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantas.  
Reuniões: Quintas-feiras às 16,00 horas.

### REDAÇÃO (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Walfredo Gurgel	PSD	1. Lobão da Silveira
Sebastião Archer	PSD	2. José Feliciano
Dix-Huit Rosado (Pres.)	PTB	1. Heribaldo Vieira
Padre Calazans (Vice-Pres.)	UDN	1. João Agripino
Júlio Leite	UDN	2. Josaphat Marinho

Secretária: Oficial Legislativo, PL-8, Sarah Abrahão.  
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

### RELAÇÕES EXTERIORES (11 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Benedito Valladares	PSD	1. Menezes Pimentel
Filinto Muller	PSD	2. Ruy Carneiro
Jefferson de Aguiar (Pres.)	PSD	3. José Guionard

Titulares	Partidos	Suplentes
Aarão Steinbruch	PSD	4. Victorino Freire
Pessoa de Queiroz (Vice-Pres.)	PTB	1. Argemiro de Figueiredo
Vivaldo Lima	PTB	2. Antônio Jucá
Oscar Passos	PTB	3. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Daniel Krieger
José Cândido	UDN	2. Eurico Rezende
Padre Calazans	UDN	3. João Agripino
Arnon de Melo	UDN	4. Mem de Sá

Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.  
Reuniões: Quintas-feiras às 15.00 horas.

## SAÚDE (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Pedro Ludovico	PSD	1. Eugênio Barros
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Walfredo Gurgel
Dix-Huit Rosado (Vice-Pres.)	PTB	1. Antônio Jucá
Lopes da Costa (Presidente)	UDN	1. Dinarte Mariz
Miguel Couto	PSP	1. Raul Giuberti

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Eduardo Rui Barbosa.  
Reuniões: Quintas-feiras às 15.00 horas.

## SEGURANÇA NACIONAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
José Guiomard	PSD	1. Ruy Carneiro
Victorino Freire	PSD	2. Attilio Fontana
Oscar Passos	PTB	1. Dix-Huit Rosado
Silvestre Pérciles (Vice-Pr.)	PTB	2. Vago
Irineu Bornhausen	UDN	1. Adolpho Franco
Zacarias de Assumpção (Pres.)	UDN	2. Eurico Rezende
Raul Giuberti	PSP	1. Miguel Couto

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender.  
Reuniões: Quintas-feiras às 17.00 horas.

## SERVIÇO PÚBLICO CIVIL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Leite Neto (Vice-Pres.)	PSD	1. Victorino Freire
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Benedicto Valladares
Silvestre Pérciles (Pres.)	PTB	1. Edmundo Levi
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Antônio Jucá
Antônio Carlos	UDN	1. Dinarte Mariz
Padre Calazans	UDN	2. Lopes da Costa
Aloysio de Carvalho	FL	1. Mem de Sá

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantas.  
Reuniões: Terças-feiras às 16.00 horas.

## TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
José Feliciano (Pres.)	PSD	1. Jefferson de Aguiar
Sebastião Archer	PSD	2. Filinto Muller
Bezerra Neto	PTB	1. Silvestre Pérciles
Lino de Matos	PTB	2. Miguel Couto
Irineu Bornhausen (Vice-Pres.)	UDN	1. Zacarias de Assumpção

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender.  
Reuniões: Quartas-feiras às 16.00 horas.

## COMISSÕES ESPECIAIS

## A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Heribaldo Vieira — UDN.  
Milton Campos — UDN.  
Vasconcelos Torres — PTB.  
Edmundo Levi — PTB.  
Aloysio de Carvalho — PL.

Criada em virtude do Requerimento nº 480-62, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado em 20.1.62.

Designada em 22.11.62.

Prorrogada até 15.12.63 em virtude do Requerimento nº 793-62, do aprovado em 12.12.62.

Completada em 4.1.63, com a designação dos Srs. Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15.12.1964 em virtude do Requerimento nº 1.198-63, do Sr. Senador Menezes Pimentel, aprovado em 15.12.1963.

Membros (7) — Partidos

Gilberto Marinho — PSD.  
Menezes Pimentel — PSD.

## B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 561-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14.8.1963. Designada em 28.8.63.

Prorrogada até 14.3.1964 (91 dias) em virtude do Requerimento número 1.160-63, do Sr. Senador Jefferson Aguiar, aprovado em 10.12.1963.

Membros (7) — Partidos

Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD.  
Wilson Gonçalves — PSD.  
Artur Virgílio — PTB.  
Edmundo Levi — PTB.

Adolpho Franco — UDN.  
Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN.  
Josaphat Marinho — S/legenda.  
Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J.B. Castejon Branco.  
Reuniões: —

## C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouvêa Vieira, aprovado na sessão de 2.8.1963.

Designada em 8.8.1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161, de 1963, do Sr. Senador Attilio Fontana, aprovado em 10.12.1963.

Membros (5) — Partidos

Attilio Fontana — Presidente — PSD.

José Feliciano — Vice-Pr. — PSD.  
José Ermírio — Relator — PTB.  
Adolpho Franco — UDN.  
Aurélio Vianna — PSD.

Secretária: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.

## D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGRO-PECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 23-8-1963.

Designada em 22.8.1963.

Prorrogada por 1 anos, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Sr. Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 15.12.1963.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.  
Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.

José Ermírio (Presidente) — PTB.  
Lopes da Costa — UDN.  
Aurélio Vianna (Relator) — PSD.  
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.

Reuniões: 2ªs e 4ªs feiras às 14 horas.

## E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 18-9-1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento de nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10.12.63.

Membros (9) — Partidos

José Feliciano — PSD.  
Attilio Fontana — PSD.  
Eugênio Barros — PSD.  
José Ermírio (Relator) — PTB.  
Bezerra Neto — PTB.  
Melo Braga — PTB.  
Lopes da Costa — UDN.

Milton Campos (Presidente) — UDN.  
Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.  
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.

Reuniões: 5ªs feiras às 16 horas.

## F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 752-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão 13.11.63.

Designada em 13.11.1963.

Prorrogada até 15.12.1964, em virtude do Requerimento nº 1.162-63, do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10.12.63.

Membros (5) — Partidos

Attilio Fontana — PSD.  
Sigefredo Pacheco — PSD.  
José Ermírio — PTB.  
Irineu Bornhausen — UDN.  
Júlio Leite — PR.

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre M. de A. Mello.  
Reuniões: —

## G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONÁUTICA, DE S. JOSÉ DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento nº 768-63, do Sr. Senador Padre Calazans, aprovada na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13.11.63.

Prorrogada até 15.12.1964 em virtude do Requerimento nº 1.158-63, do Sr. Senador Antônio Jucá, aprovado em 10.12.63.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
Antônio Jucá — PPR.  
Padre Calazans — UDN.  
Josaphat Marinho — S/legenda.

## H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 13.12.1963.

Designada em 13.12.1963.

Membros (18) — Partidos

Senadores:  
Wilson Gonçalves — PSD.  
Leite Neto — PSD.  
Sigefredo Pacheco — PSD.  
Argemiro de Figueiredo — PTB.  
Edmundo Levi — PTB.  
Adolpho Franco — UDN.  
João Agripino — UDN.  
Aurélio Vianna — PSD.  
Josaphat Marinho — S/legenda.  
Deputados:

Gustavo Cabanema (Presidente) — Aderbal Jurema — PSD.  
Lacerte Vieira — UDN (Substituto do Deputado Arnaldo Nogueira).  
Heitor Dias — UDN.  
Doutor de Andrade — PTB.  
Arnaldo Candeira — PSP.  
Jorge Teófilo — PSD.  
Ewaldo Pinto — MTR.

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDAS A CONSTITUIÇÃO

I) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

(QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Eleita em 27.6.61

Prorrogada:

até 15.12.62 pelo Req. 609-61, apr. em 14.12.61.

até 15.12.63 pelo Req. 279-62, apr. em 12.12.62.

até 15.12.64 pelo Req. 1.138-63, apr. em 10.12.63.

Completada em 29.10.62, 15.5.63 e 23.4.63.

Membros (16) - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD, Lobão da Silva (23.4.63) - PSD, Ruy Carneiro - PSD, Fenedito Valladares - PSD, Wilson Gonçalves (23.4.63) - PSD, Daniel Krieger - UDN, Lopes da Costa (29.10.62) - UDN, Milton Campos (Vice-Presidente), Heribaldo Vieira - UDN, Rui Palmeira - UDN, Silvestre Péricles (23.4.63) - Relator, Bezerra Neto (23.4.63) - PTB, Afonso Celso - PTB, Nogueira da Gama - PTB, Barros Carvalho - PTB, Aloysio de Carvalho (Presidente) - PL, Mem de Sá - PL.

J) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

(QUE DISPÕE SOBRE AS MATERIAS DA COMPETENCIA EXECUTIVA DO SENADO, INCLUSIVE AS DE PROPOR A EXONERACAO DOS CHEFES DE MISSAO DIPLOMATICA PERMANENTE E APROVAR O ESTABELECIMENTO DO ROMPIMENTO E ESTABELECIMENTO DE RELACOES DIPLOMATICAS COM PAISES ESTRANGEIROS)

Eleita em 4.10.61.

Prorrogada:

até 15.12.62 pelo Req. 791-61, apr. em 14.12.61.

até 15.12.63 pelo Req. 789-62, apr. em 12.12.62.

até 15.12.63 pelo Req. 1.139-63, apr. em 10.12.63.

Completada em 29.10.62 e 4.4.63.

Membros (16) - Partidos

- Menezes Pimentel - PSD, Wilson Gonçalves (23.4.63) - PSD, Lobão da Silva - PSD, Ruy Carneiro (23.4.63) - PSD, Guido Mondin (29.10.62) - PSD, Eurico Rezende (23.4.63) - UDN, Daniel Krieger - UDN, Milton Campos (Vice-Presidente) - UDN, Heribaldo Vieira - UDN, Lopes da Costa - UDN, Silvestre Péricles (23.4.63) - PTB, Vivaldo Lima - PTB, Amaurv Silva (23.4.63) - PTB, Vaga do Sen. Pinto Ferreira (23.4.63) - Relator - PTB, Aloysio de Carvalho - PL, Lino de Matos - PTN.

K) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

(SOBRE EXONERACAO, POR PROPOSTA DO SENADO, DE CHEFE DE MISSAO DIPLOMATICA DE CARATER PERMANENTE)

Eleita em 5.10.61

Prorrogada:

até 15.12.62, pelo Req. 668-61, aprovado em 14.1.61;

até 15.1.63, pelo Req. 781-62, aprovado em 12.12.62;

até 15.12.64, pelo Req. 1.146-63, aprovado em 10.12.63.

Completada em 30.3.62, 29.10.62, 23.4.63.

Membros (16) - Partidos

- Menezes Pimentel - PSD, Ruy Carneiro (23.4.63) - Presidente - PSD, Lobão da Silveira - PSD, Jefferson de Aguiar (23.4.63) - UDN, Guido Mondin (29.10.62) - PSD, Daniel Krieger - UDN, Eurico Rezende (23.4.63) - UDN, Milton Campos - UDN, Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) - UDN, Lopes da Costa - UDN, Vaga do Sen. Pinto Ferreira (23.4.63) - Relator - PTB, Bezerra Neto (23.4.63) - PTB, Amaurv Silva (23.4.63) - PTB, Vivaldo Lima - PTB, Aloysio de Carvalho - PL, Lino de Matos - PTN.

L) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINACAO DAS RENDAS)

Eleita em 20.11.61.

Prorrogada:

até 15.12.62, pelo Req. 605-61, aprovado em 14.12.61;

até 15.12.63, pelo Req. 782-62, aprovado em 12.12.62;

até 15.12.64, pelo Req. 1.141-63, aprovado em 10.12.63.

Membros (16) - Partidos

- Jefferson de Aguiar (23.4.63) - UDN, Menezes Pimentel - PSD, Pinto Muller - PSD, Guido Mondin (29.10.62) - PSD, Ruy Carneiro (23.4.63) - PSD, Daniel Krieger (Relator) - UDN, Eurico Rezende (23.4.63) - UDN, Milton Campos - UDN, Heribaldo Vieira - UDN, Rui Palmeira - UDN, Amaurv Silva (23.4.63) - PTB, Barros Carvalho - PTB, Arsenio de Figueiredo - PTB, Bezerra Neto (23.4.63) - PTB, Aloysio de Carvalho - PL, Lino de Matos - PTN.

M) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

(APLICACAO DAS COTAS DE IMPOSTOS DESTINADAS AOS MUNICIPIOS)

Eleita em 28.12.1962.

Prorrogada:

até 15.12.63 pelo Req. 783-62, aprovado em 12.12.62.

até 15.12.64 pelo Req. 1.142-63, aprovado em 10.12.63.

Completada em 30.3.62, 29.10.62 e 3.4.63.

Membros (16) - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD, Wilson Gonçalves (23.4.63) - PSD, Ruy Carneiro - PSD, Lobão da Silveira - PSD, Milton Campos - UDN, Heribaldo Vieira - UDN, Eurico Rezende (23.4.63) - UDN, João Agripino (23.4.63) - UDN, Nogueira da Gama - PTB, Barros Carvalho - PTB, Aloysio de Carvalho - PL, Aurélio Vianna (23.4.63) - Relator - PSD.

- Ruy Carneiro - PSD, Lobão da Silveira - PSD, Guido Mondin (29.10.62) - PSD, Milton Campos - UDN, Heribaldo Vieira - UDN, Lopes da Costa - UDN, João Agripino (23.4.63) - UDN, Eurico Rezende (23.4.63) - UDN, Silvestre Péricles (23.4.63) - PTB, Nogueira da Gama - PTB, Barros Carvalho - PTB, Josaphat Marinho (23.4.63) - PTB, Aloysio de Carvalho - PL, Lino de Matos - PTN.

N) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIACAO DE NOVOS MUNICIPIOS)

Eleita em 28.3.62.

Prorrogada:

até 15.12.63 pelo Req. 784-62, aprovado em 12.12.62.

até 15.12.64, pelo Req. 1.143-63, aprovado em 10.12.63.

Completada em 29.10.62, 23.4.63 e 22.7.63.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD, Wilson Gonçalves (23.4.63) - PSD, Ruy Carneiro - PSD, Lobão da Silveira - PSD, Guido Mondin (29.10.62) - PSD, Milton Campos - UDN, Heribaldo Vieira - UDN, Lopes da Costa - UDN, João Agripino (23.4.63) - UDN, Eurico Rezende (23.4.63) - UDN, Silvestre Péricles (23.4.63) - PTB, Nogueira da Gama - PTB, Barros Carvalho - PTB, Aloysio de Carvalho - PL, Miguel Couto - PSP, Cattete Pinheiro (23.4.63) - PTN.

O) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA A INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBICAO DE NOMEACOES INTERINAS)

Eleita em 10.5.62.

Prorrogada:

até 15.12.62, pelo Req. 785-62, aprovada em 12.12.62.

até 15.12.63, pelo Req. 1.144-63, aprovado em 10.12.63.

Completada em 23.4.63.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD, Wilson Gonçalves (23.4.63) - PSD, Ruy Carneiro - PSD, Lobão da Silveira - PSD, Eurico Rezende (23.4.63) - Presidente - PSD, Menezes Pimentel - PSD, Milton Campos - UDN, Heribaldo Vieira - UDN, Eurico Rezende (23.4.63) - UDN, João Agripino (23.4.63) - Vice-Presidente - UDN, Daniel Krieger - UDN, Silvestre Péricles (23.4.63) - PTB, Nogueira da Gama - PTB, Barros Carvalho - PTB, Aloysio de Carvalho - PL, Aurélio Vianna (23.4.63) - Relator - PSD.

P) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUI NOVA DISCRIMINACAO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICIPIOS)

Eleita em 23.5.62.

Prorrogada:

até 15.12.63 pelo Requerimento 36-62, aprovado em 12.12.62;

até 15.12.64 pelo Requerimento 1.145-63, aprovado em 10.12.63.

Completada em 23.4.63.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD, Wilson Gonçalves (23.4.63) - PSD, Ruy Carneiro - PSD, Lobão da Silveira - PSD, Eurico Rezende (23.4.63) - PSD, Menezes Pimentel - PSD, Milton Campos - UDN, Heribaldo Vieira Vice-Presidente - UDN, Eurico Rezende (23.4.63) - Relator - UDN, Silvestre Péricles (23.4.63) - Presidente - PTB, Nogueira da Gama - PTB, Barros Carvalho - PTB, Aloysio de Carvalho - PL, Lino de Matos - PTN, João Agripino (23.4.63) - UDN, Daniel Krieger - UDN.

Q) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DATA PARA A REALIZACAO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 - ATO ADICIONAL)

Eleita em 10.7.62

Prorrogada:

até 15.12.63 pelo requerimento 787-62, aprovado em 12.12.62;

até 15.12.64 pelo Requerimento 1.146-63, aprovado em 10.12.63.

Completada em 23.4.1963.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD, Wilson Gonçalves (23.4.63) - PSD, Ruy Carneiro - PSD, Lobão da Silveira - PSD, Menezes Pimentel - PSD, Eurico Rezende (23.4.63) - PSD, Milton Campos - UDN, Heribaldo Vieira - UDN, João Agripino (23.4.63) - UDN, Eurico Rezende (23.4.63) - UDN, Daniel Krieger - UDN, Silvestre Péricles (23.4.63) - PTB, Nogueira da Gama - PTB, Barros Carvalho - PTB, Mem de Sá - PL, Aarão Steinbruch - MTR.

R) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICIPIOS DE 30% DA ARRECADACAO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS)

Eleita em 13.9.62.

Prorrogada:

até 15.12.63 pelo Requerimento 39-62, aprovado em 12.12.62;

até 15.12.64 pelo Requerimento 1.147-63, aprovado em 10.12.63.

Completada em 23.4.63.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD, Ruy Carneiro - PSD, Lobão da Silveira - PSD.

Wilson Gonçalves (23.4.63) — PSD  
 Leite Neto (23.4.63) — PSD  
 Menezes Pimentel — Presidente  
 Milton Campos — UDN  
 Humberto Vieira — UDN  
 Josaphat Marinho — (23.4.63) — UDN  
 Vice-Presidente — UDN  
 Dan e J. Krieger — UDN  
 ... Vaga do Senhor Pinto Ferreira  
 Eurico Rezende (23.4.63) — UDN  
 (23.4.63) — PTB  
 Nogueira da Gama — PTB  
 Barros Carvalho — PTB  
 Mem de Sá — PL  
 Miguel Couto (23.4.63) — PSP

**S) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62**

(AUMENTA, PARA QUATRO, O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Eleita em 13.9.62  
 Prorrogada:  
 — até 15.12.63 pelo Requerimento 790-62, aprovado em 12.12.62;  
 — até 15.12.64 pelo Requerimento 1.148-63, aprovado em 10.12.63.  
 Completada em 23.4.63.

Membros — Partidos  
 Jefferson de Aguiar — PSD  
 Ruy Carneiro — PSD  
 Lobão da Silveira — Relator — PSD  
 Wilson Gonçalves (23.4.63) — PSD  
 Benedito Valladares — PSD  
 Menezes Pimentel — PSD  
 Milton Campos — UDN  
 Humberto Vieira — UDN  
 Josaphat Marinho — (23.4.63) — UDN  
 Dan e J. Krieger — UDN  
 Eurico Rezende (23.4.63) — Vice-Presidente — UDN  
 ... Vaga do Senador Pinto Ferreira (23.4.63) — Presidente — PTB  
 Nogueira da Gama — PTB  
 Barros Carvalho — PTB  
 Mem de Sá — PL  
 Júlio Leite (23.4.63) — PR

**T) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62**

(REVOGA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4, QUE INSTITUIU O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DE 18 DE SETEMBRO DE 1946).

Eleita em 6.12.62.  
 Prorrogada:  
 — até 15.12.63 pelo Requerimento 791-62, aprovado em 12.12.62;  
 — até 15.12.64 pelo Requerimento 1.149-63, aprovado em 10.12.63.  
 Completada em 23.4.63.

Membros — Partidos  
 Jefferson de Aguiar — PSD  
 Ruy Carneiro — PSD  
 Pedro Lucóvio — PSD  
 Wilson Gonçalves (23.4.63) — PSD  
 Benedito Valladares — PSD  
 Menezes Pimentel — PSD  
 Milton Campos — UDN  
 Humberto Vieira — UDN  
 Eurico Rezende (23.4.63) — UDN  
 Dan e J. Krieger — UDN  
 João Agripino (23.4.63) — UDN  
 Amaury Silva (23.4.63) — PTB  
 Nogueira da Gama — PTB  
 Barros Carvalho — PTB  
 Mem de Sá — PL  
 Raul Giuberti — PSP.

**U) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63**

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDUSTRIAS INSALUBRES).

Designada em 23.4.63  
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.150-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos  
 Jefferson de Aguiar — PSD  
 Ruy Carneiro — PSD  
 Lobão da Silveira — PSD  
 Wilson Gonçalves — Relator — PSD  
 Menezes Pimentel — PSD  
 Leite Neto — PSD  
 Amaury Silva — PTB  
 Bezerra Neto — Vice-Presidente — PTB  
 ... Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB  
 Silvestre Pericles — PTB  
 Argemiro de Figueiredo — PTB  
 Eurico Rezende (23.4.63) — UDN  
 Milton Campos — UDN  
 Dan e J. Krieger — UDN  
 Josaphat Marinho — Sem Legenda  
 Aloysio de Carvalho — PL

**V) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63**

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Designados em 23.4.63  
 Prorrogada:  
 — até 15.12.64 pelo Requerimento 1.151-63, aprovado em 10.12.63

Membros — Partidos  
 Jefferson de Aguiar — PSD  
 Ruy Carneiro — Presidente — PSD  
 Lobão da Silveira — PSD  
 Wilson Gonçalves — PSD  
 Menezes Pimentel — PSD  
 Humberto Vieira — Vice-Presidente — PSD  
 Amaury Silva — PTB  
 Bezerra Neto — PTB  
 ... Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB  
 Silvestre Pericles — PTB  
 Artur Virgílio — PTN  
 Eurico Rezende (23.4.63) — UDN  
 Milton Campos — Relator — UDN  
 João Agripino — UDN  
 Josaphat Marinho — Sem Legenda  
 Aloysio de Carvalho — PL

**W) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63**

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Designada em 2.5.63  
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.152-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros — Partidos  
 Jefferson de Aguiar — PSD  
 Ruy Carneiro — PSD  
 Lobão da Silveira — PSD  
 Wilson Gonçalves — PSD  
 Menezes Pimentel — PSD  
 Leite Neto — PSD  
 Amaury Silva — PTB  
 Bezerra Neto — PTB  
 ... Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB  
 ... Vaga do Senador Eduardo Campos (Vice-Presidente) — PTB  
 Vasconcelos Torres — PTB  
 ... Vaga do Senador Eduardo Assmar — PTB  
 Eurico Rezende — Presidente — UDN

Milton Campos — UDN  
 Dan e J. Krieger — UDN  
 Aloysio de Carvalho — PL  
 Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda

**X) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63**

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Designada em 15.6.63  
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.153-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos  
 Jefferson de Aguiar — PSD  
 Ruy Carneiro — PSD  
 Lobão da Silveira — PSD  
 Wilson Gonçalves — PSD  
 Menezes Pimentel — PSD  
 Leite Neto — PSD  
 Amaury Silva — PTB  
 Bezerra Neto — PTB  
 ... Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB  
 Silvestre Pericles — PTB  
 Argemiro de Figueiredo — PTB  
 Eurico Rezende (23.4.63) — UDN  
 Milton Campos — UDN  
 João Agripino — UDN  
 Aloysio de Carvalho — PL  
 Josaphat Marinho — Sem Legenda

**Y) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63**

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Designada em 31.5.63  
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.154-63, aprovado em 10.12.63

Membros — Partidos  
 Jefferson de Aguiar — PSD  
 Ruy Carneiro — PSD  
 Lobão da Silveira — PSD  
 Wilson Gonçalves — PSD  
 Menezes Pimentel — PSD  
 Leite Neto — PSD  
 Amaury Silva — PTB  
 Bezerra Neto — PTB  
 ... Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB  
 ... Vaga do Senador Humberto Nader — PTB  
 Argemiro de Figueiredo — PTB  
 Eurico Rezende — UDN  
 Milton Campos — UDN  
 Dan e J. Krieger — UDN  
 Aloysio de Carvalho — PL  
 Josaphat Marinho — Sem Legenda

**Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63**

(INELEGIBILIDADE)

Designada em 2.10.63  
 Prorrogado até 15.12.64 pelo requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63

Membros — Partidos  
 Jefferson de Aguiar — PSD  
 Ruy Carneiro — PSD  
 Wilson Gonçalves — PSD  
 José Feliciano — PSD  
 Waldredo Gurgel — PSD  
 Argemiro de Figueiredo — PTB  
 Bezerra Neto — PTB  
 Silvestre Pericles — PTB  
 Edmundo Levi — PTB  
 Eurico Rezende — UDN  
 Milton Campos — UDN  
 Aloysio de Carvalho — UDN  
 Afonso Arinos — UDN

Josaphat Marinho — Sem Legenda  
 Raul Giuberti — PSP  
 Júlio Leite — PR

**Z-1 Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63**

(TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA CLASSE QUE SE CANDIDATA A CARGO ELETIVO).

Designada em 2.10.63  
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.155-63, aprovado em 10.12.63

Membros — Partidos  
 Jefferson de Aguiar — PSD  
 Ruy Carneiro — PSD  
 Wilson Gonçalves — PSD  
 José Feliciano — PSD  
 Waldredo Gurgel — PSD  
 Argemiro de Figueiredo — PTB  
 Bezerra Neto — PTB  
 Silvestre Pericles — PTB  
 Edmundo Levi — PTB  
 Eurico Rezende — UDN  
 Milton Campos — UDN  
 Aloysio de Carvalho — PL  
 Afonso Arinos — UDN  
 Josaphat Marinho — Sem Legenda  
 Raul Giuberti — PSP  
 Júlio Leite — PR

**Z-2) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/63**

(AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS)

Designada em 22.10.63  
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.157-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos  
 Jefferson de Aguiar — PSD  
 Ruy Carneiro — PSD  
 Wilson Gonçalves — PSD  
 José Feliciano — PSD  
 Lobão da Silveira — PSD  
 Bezerra Neto — PTB  
 Edmundo Levi — PTB  
 Argemiro de Figueiredo — PTB  
 Melo Braga — PTB  
 Eurico Rezende (23.4.63) — UDN  
 Milton Campos — Presidente — UDN  
 Aloysio de Carvalho — UDN  
 Afonso Arinos — UDN  
 Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda  
 Aurélio Vianna — PSB  
 Júlio Leite — PR

**COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

CRIADAS DE ACÓRDO COM O ART. 53 DA CONSTITUIÇÃO E O ART. 143, ALÍNEA A, DO REGULAMENTO INTERNO.

1ª) Para apurar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acórvos de concessionárias de serviços públicos e a importação de chapas de aço para a Cia. Siderúrgica Nacional.

Criada pela Resolução número 11, de 1933, assinada pelo Senhor Nelson Maculan e mais 28 Senhores Senadores (apresentada em 30 de maio de 1933).

Designada em 31 de maio de 1963  
 — Prazo — 120 dias, até 28 de setembro de 1963.

**Prorrogada:**

— Por mais 120 dias, em virtude da aprovação do Requerimento número 656-63, do Senhor Senador João Agripino, na sessão de 18 de setembro de 1963 (21 horas).

— por mais um ano, em virtude da aprovação do Requerimento número 1.173-63, do Senhor Senador Leite Neto, na sessão de 12 de dezembro de 1963.

**Membros — Partidos**

Jefferson de Aguiar — PSD  
 Leite Neto (Presidente) — PSD

Nelson Macielan — PTB  
 João Agripino (Relator) — UDN  
 Josaphat Marinho — Sem Legenda

2ª) Para apurar fatos apontados da tribuna do Senado e outros, relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento de Correios e Telégrafos.

Criada pela Resolução número 32 de 1963, assinada pelo Senhor Jef-

erson de Aguiar e mais 33 Senhores Senadores (apresentada na sessão de 30 de outubro de 1963).

Prazo — até o fim da sessão legislativa de 1963.

Prorrogação por 90 dias (até 15 de março de 1964) em virtude do Requerimento número 1.163-63 do Senhor Senador Wilson Gonçalves, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963 (21.30).

Designação em 6 de novembro de 1963.

**Membros (11) — Partidos**

Jefferson de Aguiar — PSD

Leite Neto — PSD

Attilio Fontana — PSD

Wilson Gonçalves — Presidente — PSD

Arthur Virgílio — PTB

Bezerra Neto (8.11.63) — Vice-Presidente — PTB

Mello Braga — PTB

João Agripino — UDN

Daniel Krieger — UDN

Eurico Rezende (23.4.63) — UDN

Aurélio Vianna — PSB

Secretário: Auxiliar Legislativo,

PL-9, J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: .....